SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

RELATÓRIO ANUAL DO GOVERNO DO ESTADO

VOLUME I

EXERCÍCIO DE 2023

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS

Relatório Anual do Governo do Estado

Volume I

Exercício 2023

Tarcísio de Freitas
Governador do Estado

Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita
Secretário da Fazenda e Planejamento

Rogerio Campos
Secretário Executivo da Fazenda e Planejamento

José Paulo Neves
Chefe de Gabinete da Secretaria da Fazenda e Planejamento

ÍNDICE

Volume I

Situação Econômico - Financeira do Governo do Estado de São Paulo I -XVII

Demonstrativo das Despesas, Principais Indicadores e Atividades 1

Poder Executivo 3

Administração Penitenciária 5

Agricultura e Abastecimento 37

Casa Civil 75

Ciência, Tecnologia e Inovação 99

Comunicação 137

Controladoria Geral do Estado 147

Cultura, Economia e Indústria Criativas 171

Desenvolvimento Econômico 197

Desenvolvimento Social 215

Desenvolvimento Urbano e Habitação 239

Direitos da Pessoa com Deficiência 269

Educação 285

Esportes 311

Fazenda e Planejamento 333

Volume II

Gestão e Governo Digital 459

Governo e Relações Institucionais 487

Justiça e Cidadania 507

Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística 537

Negócios Internacionais 605

Parcerias em Investimentos 615
Políticas para a Mulher 643
Procuradoria Geral do Estado 659
Saúde 689
Segurança Pública 727
Transportes Metropolitanos 757
Turismo e Viagens 783

Defensoria Pública do Estado 815

Ministério Público 839

Poder Judiciário 841
Tribunal de Justiça 842
Tribunal de Justiça Militar 843

Poder Legislativo 845
Assembleia Legislativa 846
Tribunal de Contas do Estado 847

Número de Servidores 849
Nota Explicativa 857
Créditos 859

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria da Fazenda e Planejamento

Situação Econômico-Financeira do Governo do Estado de São Paulo em 2023

Este documento apresenta os principais resultados da gestão orçamentária e financeira do Governo do Estado de São Paulo (GESP) ao longo do ano de 2023 e, adicionalmente, após esta introdução, descreve as principais atividades realizadas pelos diversos órgãos governamentais, no âmbito dos programas e ações previstas em cada uma das Secretarias de Estado, com base na legislação em vigor.

Ao longo do exercício de 2023, a arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), principal fonte de recursos do Tesouro, foi severamente comprometida pelos efeitos de leis complementares federais, aprovadas em 2022, que desoneraram a cobrança do tributo sobre a venda de itens considerados essenciais, como combustíveis, energia elétrica e comunicações, cujas participações são significativas no recolhimento deste imposto. Conforme dados apresentados pelo Relatório da Subsecretaria da Receita Estadual - SRE (base Janeiro/2024)[1], a arrecadação acumulada do ICMS nos doze meses encerrados em dezembro de 2023 registrou queda real de 8%, em comparação àquela verificada em igual período do ano anterior.

Pelo lado das despesas, pressões adicionais foram trazidas às contas estaduais. Foram motivadas, entre outros fatores, por: valorizações salariais legisladas; incrementos com os encargos da dívida e com pagamento recorde de precatórios; redução da receita esperada com as contribuições previdenciárias dos servidores; e, não menos importante, as sempre ampliadas requisições de financiamento demandadas pelas políticas públicas em um contexto de contração da arrecadação e da conhecida rigidez das obrigações de caráter mandatório.

Todavia, o ano de 2023 foi mais um ano positivo em relação aos resultados fiscais. As metas fiscais fixadas nos âmbitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF) foram cumpridas. O Resultado Primário alcançou R$ 5,1 bilhões e ficou cerca de 2,1 vezes maior do que a meta. Em relação aos indicadores de endividamento, a relação Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida (DCL/RCL) foi de 1,28, sendo este valor abaixo do limite de 2,00 estabelecido para os Estados. A Poupança Corrente[2] situou-se em 90,59%, indicando que o GESP está fazendo poupança suficiente para absorver um eventual crescimento de suas despesas correntes acima do crescimento das receitas correntes. E, por último, quanto ao Índice de Liquidez, que verifica se o ente tem um volume de recursos em caixa suficiente para honrar as obrigações financeiras já contraídas por ele, o GESP obteve o índice de 42,3%, o equivalente a 10,1% da RCL.

Tais resultados se deveram a uma gestão responsável, com contínuo aprimoramento da administração tributária e maior zelo com o gasto público. Para além dos números, foi possível manter o nível de prestação de serviços à população e o de investimentos em projetos prioritários.

Nas seções seguintes é apresentado um resumo das principais características da execução orçamentária do Governo do Estado de São Paulo em 2023.

[1] Cf. https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relat%C3%B3rios-da-Receita-Tribut%C3%A1ria.aspx

[2] A Emenda Constitucional nº 109, de 15/03/2021, incluiu o artigo 167-A, na Constituição Federal, que prevê mecanismos de ajustes fiscais, em caso de a despesa corrente do ente superar o limite de 95% (noventa e cinco por cento) da receita corrente arrecadada.

1. Receitas

Em 2023 o Governo do Estado de São Paulo conseguiu encerrar o exercício com indicadores fiscais favoráveis. As receitas arrecadadas de R$ 309,2 bilhões e as despesas empenhadas de R$ 310,8 bilhões foram 0,7% e 1,2% superiores aos R$ 307,1 bilhões previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) - Lei nº 17.614, de 26 de dezembro de 2022.

Tabela 1 - Receitas Totais

em R$ milhões	2022 Jan a Dez	2023 Jan a Dez	Diferença 2023 (-) 2022	Variação Nominal	Variação Real
Receitas Totais	**310.264**	**309.233**	**-1.031**	**-0,3%**	**-4,7%**
Receitas Correntes	303.803	301.907	-1.896	-0,6%	-5,0%
Receitas de Capital	6.461	7.326	865	13,4%	8,4%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária
https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relatório-Resumido-da-Execução-Orçamentária.aspx

As Receitas Totais em 2023, conforme a Tabela 1, atingiram o valor de R$ 309,2 bilhões. Comparadas com as do exercício anterior; apresentaram uma queda de 0,3%, em termos nominais, e de 4,7%, em termos reais com valores deflacionados pelo IPCA. A queda das Receitas Totais, observada em 2023, teve como principal fator a retração das Receitas Correntes que tiveram um decréscimo de 0,6%, em termos nominais, e de 5,0%, em termos reais. As Receitas de Capital apresentaram um crescimento de 13,4% em termos nominais e 8,4% em termos reais.

Receitas Correntes

No exercício de 2023, as Receitas Correntes apresentaram queda em termos reais de 5,0% comparadas a 2022. Essas receitas são fortemente impactadas pelo ICMS, que representa parcela significativa, em torno de 65% das Receitas Correntes, e que ao longo deste exercício arrecadou 3,6% a menos que em 2022, em termos nominais, e houve uma retração real de 7,8%. (Tabela 2)

As Receitas Correntes que comparadas a 2022 apresentaram aumentos reais, em destaque, foram o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), com taxa de crescimento real de 18,8%, e o Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte (IRPF), com aumento real de 17,3%.

Receita Tributária

A Receita Tributária, no exercício de 2023, apresentou uma retração real de 3,3% em relação ao ano anterior. O ICMS, com uma arrecadação de R$ 196,7 bilhões em 2023, contra R$ 204,0 bilhões em 2022, apresentou uma queda nominal de 3,6%, e uma retração real de 7,8%, representando 77% da Receita Tributária e 64% da Receita Total em 2023. (Tabela 2)

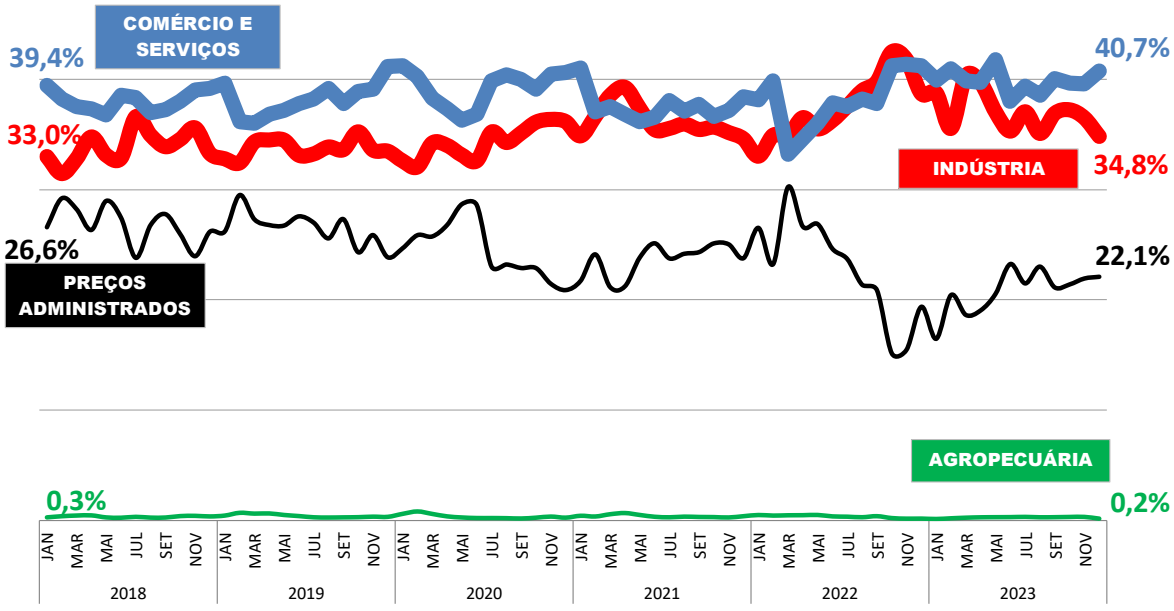
Tabela 2 - Receitas Correntes

em R$ milhões	2022 Jan a Dez	2023 Jan a Dez	Diferença 2023 (-) 2022	Variação Nominal	Variação Real
Receitas Correntes	**303.803**	**301.907**	**-1.896**	**-0,6%**	**-5,0%**
Receitas Tributárias	252.709	255.726	3.017	1,2%	-3,3%
ICMS	203.978	196.691	-7.287	-3,6%	-7,8%
IPVA	22.748	28.262	5.514	24,2%	18,8%
ITCMD	4.150	4.838	688	16,6%	11,5%
IRRF	11.677	14.331	2.654	22,7%	17,3%
Outras Receitas Tributárias	10.156	11.603	1.447	14,3%	9,2%
Receita de Contribuições	9.689	7.324	-2.365	-24,4%	-27,7%
Receita Patrimonial	15.046	14.644	-402	-2,7%	-6,9%
Transferências Correntes	25.269	22.051	-3.218	-12,7%	-16,6%
Demais Receitas Correntes	11.691	12.336	645	5,5%	0,9%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária
https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relatório-Resumido-da-Execução-Orçamentária.aspx

Como mostra o Gráfico 1, nos últimos anos, a receita de ICMS oriunda do setor de comércio e serviços continua sendo a maior, sendo atualmente responsável por 40,7% da arrecadação total do tributo, seguida pelas atividades industriais, que atualmente representam 34,8%.

Gráfico 1 - Evolução da Arrecadação do ICMS por Setores



A economia nacional registrou em 2023, conforme apurado pelo IBGE, um crescimento de 2,9% do PIB do Brasil. Já o nível de atividade do Estado, cresceu neste ano a uma taxa de 0,8%, conforme apuração da Fundação SEADE. Como observado na Tabela 3, a queda da receita arrecadada estadual no setor da Indústria apresentou uma variação negativa de 9,0%, em termos reais, comparada a 2022.

Tabela 3 - Arrecadação do ICMS em Setores Selecionados

em R$ milhões	2022 Jan a Dez	2023 Jan a Dez	Diferença 2023 (-) 2022	Variação Nominal	Variação Real*
Agricultura, pecuária e outros produtos animais	694	490	-204	-29,4%	-32,5%
Indústria	73.996	70.412	-3.584	-4,8%	-9,0%
Minerais não metálicos	3.207	3.030	-177	-5,5%	-9,7%
Metalúrgica	6.901	6.172	-729	-10,6%	-14,5%
Máq., equip.e instalações	5.663	5.493	-170	-3,0%	-7,3%
Mat. Elétrico e de Comunicações	5.054	4.557	-498	-9,8%	-13,8%
Material de transporte	10.307	10.083	-224	-2,2%	-6,5%
Papel e celulose	2.672	2.932	260	9,7%	4,9%
Produtos químicos	14.391	12.028	-2.363	-16,4%	-20,1%
Produtos farmacêuticos	3.479	3.343	-135	-3,9%	-8,1%
Produtos de plástico	4.065	4.224	159	3,9%	-0,7%
Produtos alimentícios	7.097	7.538	440	6,2%	1,5%
Bebidas	4.501	4.324	-177	-3,9%	-8,2%
Outros	6.657	6.688	31	0,5%	-4,0%
Preços Administrados	46.097	40.327	-5.770	-12,5%	-16,4%
Comércio e Serviços	71.671	73.482	1.811	2,5%	-2,0%
Não Classificados (Simples Nacional)	8.726	8.910	185	2,1%	-2,4%
TOTAL	**201.183**	**193.622**	**-7.561**	**-3,8%**	**-8,0%**

(*) A variação real apresentada (IPCA) é calculada multiplicando-se os valores correntes de 2023 pelo índice médio do período (Jan-Dez-23 sobre Jan-Dez-22), que foi de 4,59%.
Fonte: Relatório da Arrecadação Tributária de março de 2024 – Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo
https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relat%C3%B3rios-da-Receita-Tribut%C3%A1ria.aspx

O IPVA, responsável por aproximadamente 11% da Receita Tributária do Estado, cresceu 24,2% em termos nominais, e 18,8% em termos reais, em relação a 2022, refletindo, entre outros fatores, o aumento da frota e de preços de veículos, e o alto percentual de adimplência para o pagamento do tributo.

Outro destaque na categoria da Receita Tributária é o IRPF com arrecadação de R$ 14,3 bilhões, correspondendo a 5,6% desta categoria. Em relação ao exercício de 2022, verificou-se variação nominal positiva de 22,7% e real de 17,3%, em função, principalmente, dos reajustes salariais concedidos nos termos da Lei Complementar nº 1.384, de 12 de junho de 2023 (carreiras das forças de Segurança Pública) e Lei Complementar nº 1.388, de 11 de julho de 2023 (Administração Centralizada); elevação do teto do Poder Executivo e elevação do subsídio do STF (replica nos subsídios dos Outros Poderes e carreiras jurídicas).

Outras Receitas Correntes

Em relação às outras receitas correntes: a Receita de Contribuições, a Receita Patrimonial e a Receita de Transferências Correntes tiveram desempenho diferenciado (Tabela 2).

Receita de Contribuições

A Receita de Contribuições apresentou uma queda real de 27,7% (Tabela 4), explicado pela principal rubrica a **Contribuição do Servidor**: **a)** Com a aprovação da Lei Federal nº 13.954 de 16 de dezembro de 2019, que dispôs sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares - SPSM, houve uma alteração da base de cobrança da contribuição dos militares inativos e pensionistas. A partir de 2020 o percentual de 9,5% (era de 11%) passou a incidir sobre o total dos valores e não apenas sobre aquele que ultrapassasse o teto do RGPS. (Com o SPSM deixou de existir a contribuição patronal dos militares). A diferença necessária para o equilíbrio das receitas e das despesas será suportado pela insuficiência

financeira do SPSM; a partir de 01/01/2023, por decisão do Supremo Tribunal Federal no Tema 1177, com repercussão geral, até que o Estado de São Paulo crie lei estadual definindo novas alíquotas de contribuição dos militares estaduais acompanhando os parâmetros estabelecido aos militares federais, a contribuição voltou a ser cobrada nos termos da Lei Complementar 1.013/2007, em seus artigos 7º e 8º; **b)** Com a Reforma da Previdência Paulista, instituída pela Emenda à Constituição Estadual nº 49/2020 e Lei Complementar nº 1.354/2020, alterou a alíquota previdenciária fixa de 11% para alíquota de contribuição previdenciária escalonada de 11% a 16%, de acordo com a faixa salarial. A contribuição patronal continua sendo o dobro da respectiva contribuição do servidor ativo civil e com a instituição do SPSM a contribuição patronal dos militares deixou de existir; **c)** Com a promulgação da Lei Complementar nº 1.380/2022, de 04/11/22, a contribuição previdenciária dos aposentados civis e pensionistas civis será isenta até o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que em 2023 corresponde a R$ 7.507,49. Para benefícios superiores ao teto, a cobrança será de 16% apenas sobre o valor que exceder o teto.

Tabela 4 - Receita de Contribuições

em R$ milhões	2022 Jan a Dez	2023 Jan a Dez	Diferença 2023 (-) 2022	Variação Nominal	Variação Real
Receita de Contribuições	**9.689**	**7.324**	**-2.365**	**-24,4%**	**-27,7%**
Contribuição do Servidor	9.590	7.267	-2.324	-24,2%	-27,6%
Ativos	*4.563*	*4.897*	*334*	*7,3%*	*2,6%*
Inativos e Pensionistas	*4.917*	*2.206*	*-2.711*	*-55,1%*	*-57,1%*
Outras Contrib.(Retenções sobre pagto de Precatórios e OPV's)	*110*	*164*	*54*	*49,2%*	*42,7%*
Outras Contrib. Previd. das Carteiras (IPESP)	76	34	-42	-55,8%	-57,7%
Contrib. de Solidar. às Santas Casas de Misericórdia	23	24	1	4,8%	0,2%

Receita Patrimonial

A Receita Patrimonial (Tabela 5) apresentou uma queda real de 6,9%, em relação a 2022, motivada por diversos fatores, entre os que se incluem: a) queda da receita derivada da Cessão de Direitos Operacionais, houve o ingresso, em 2022, da 2ª parcela da renovação do Contrato Banco do Brasil no valor de R$ 2,5 bilhões, oriundo da antecipação das parcelas até 2026; b) a receita oriunda de concessões apresentou um crescimento real de 366,7%, atribuído ao ingresso do Lote Noroeste da Concessão EcoRodovias Infraestrutura no valor de R$ 1,3 bilhão, previsto e concretizado na LOA/23.

Tabela 5 - Receitas Patrimoniais

em R$ milhões	2022 Jan a Dez	2023 Jan a Dez	Diferença 2023 (-) 2022	Variação Nominal	Variação Real
Receita Patrimonial	**15.046**	**14.644**	**-402**	**-2,7%**	**-6,9%**
Concessões	327	1.598	1.271	388,2%	366,7%
Dividendos	455	166	-289	-63,4%	-65,0%
Juros de Capital	114	727	613	537,2%	509,2%
Juros de Capital - SABESP	*0*	*438*	*438*	-	-
Aplicação Financeira - Rendimentos	8.287	8.603	316	3,8%	-0,8%
Cessão Direito Operacional. Pagtos.	5.636	3.299	-2.337	-41,5%	-44,0%
Demais	227	251	24	10,7%	5,8%

Receita de Transferências Correntes

As Transferências Correntes apresentaram uma queda real de 16,6% (Tabela 6) em relação ao ano anterior. Em 2022, como medida para compensar a perda de receitas dos entes estaduais sobre a redução do ICMS nos combustíveis, foram promulgadas a Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022 e a Emenda Constitucional nº 123, de 14 de julho de 2022. No caso, para o Governo do Estado de SP (GESP) os auxílios financeiros em 2022 foram de R$ 4,6 bilhões e R$ 1,9 bilhão respectivamente, e no início de 2023, houve o ingresso de R$ 4,4 bilhões (LC 194/22). O Art. 4º da LC 201/2023 estabeleceu a incorporação, por meio de aditivo contratual, ao saldo devedor vincendo do Refinanciamento da Lei 9.496/1997 com a União, dos valores que foram compensados em valores superiores àqueles previstos no Anexo da LC 201/2023. No caso do Estado de São Paulo, estes valores correspondem a R$ 869.160.000,00 relativos ao exercício de 2022 e a R$ 3.776.820.000,00 relativos ao exercício de 2023. Outra rubrica que apresentou queda foi o de Royalties (incluídos em "Outras Transferências Correntes"), cujo decréscimo foi de 38,6% em termos reais, principalmente devido à queda na produção do petróleo e gás em 2023 em relação a 2022, devido à cotação cambial desfavorável; e na linha Outras Transferências Correntes houve um decréscimo do 50,5%, em valores nominais, principalmente no repasse de R$ 530 milhões na Secretaria da Educação referente à Lei da Conectividade nº 14.172/2021, Decreto 10.952, de 27 de janeiro de 2022.

Tabela 6 - Transferências Correntes

em R$ milhões	2022 Jan a Dez	2023 Jan a Dez	Diferença 2023 (-) 2022	Variação Nominal	Variação Real
Transferências Correntes	**25.269**	**22.051**	**-3.218**	**-12,7%**	**-16,6%**
SUS - Sistema Único de Saúde	5.899	6.634	735	12,5%	7,5%
FNDE - Fundo Nacional Desenv. Educação	3.656	4.313	658	18,0%	12,8%
ROYALTIES	3.987	2.559	-1.428	-35,8%	-38,6%
Aux.Fin. Perda ICMS (LC 194/22 - art.3º §4)	4.605	4.440	-165	-3,6%	-7,8%
Aux.Fin. ICMS outorga etanol hidrat. (EC 123/22 inciso V)	1.918	0	-1.918	-	-
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	1.226	1.171	-55	-4,5%	-8,7%
FPE - Fundo Participação dos Estados	1.658	1.584	-74	-4,4%	-8,6%
ICMS-Desoneração-LC 87/96 (a partir 2020 LC 176/20)	467	467	0	0,0%	-4,4%
Aux.Emerg.Cultural - Lei 14.017/20 - Aldir Blanc	1	0	-1	-	-
CIDE - Contribuição Interv. Domínio Econômico	118	24	-94	-79,8%	-80,7%
Apoio Financeiro para os Estados e o DF	0	0	0	-	-
Outras Transf. Correntes	1.735	859	-877	-50,5%	-52,7%

Demais Receitas Correntes

São os agregados das Receitas Agropecuárias, Industrial, Serviços e Outras Receitas Correntes que perfazem um total de R$ 12,3 bilhões, representando em torno de 4,1% das Receitas Correntes, e que ao longo deste exercício arrecadou 5,5% a mais que em 2022, em termos nominais, e houve crescimento real de 0,9%. (Tabela 2)

Nesse conjunto, ficam evidenciadas como principais receitas:

a) a Receita de Serviços e atividades referentes à Saúde, no montante de R$ 2,8 bilhões, destacando-se nessa composição a rubrica serviços de assistência à saúde de servidores (IAMSPE e Caixa Beneficente da Polícia Militar – CBPM no valor de R$ 2,2 bilhões);

b) a Desvinculação de Receitas[3] que proporcionou arrecadação de R$ 1,3 bilhão; e

c) as Multas Previstas em Legislação Específica com um montante de R$ 1,6 bilhão, equivalendo a 26,6% do total da classe.

[3] A DREM estadual valerá até 31/12/2032, conforme a Emenda Constitucional nº 93/2016 e nova redação com o Art. 2º da EC 132/2023 (Reforma Tributária) e o art. 76-A do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) da CF/88.

Receitas de Capital

Em 2023, as Receitas de Capital alcançaram o valor de R$ 7,3 bilhões, representando um crescimento real de 8,4% em relação a 2022, decorrente do aumento da receita de Operações de Crédito que atingiu o valor de R$ 3,5 bilhões em 2023, contra R$ 3,0 bilhões em 2022, representando um crescimento de 9,6% em termos reais (Tabela 7).

Foram contratadas 3 (três) novas operações de crédito em 2023, totalizando aproximadamente R$ 4,62 bilhões, a saber: (i) R$ 1,5 bilhão junto ao BNDES, destinado ao aporte do Estado na PPP de Implantação da Linha 6 – Laranja do Metrô, assinado em 24/10/2023; (ii) US$ 480,1 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinado ao Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo – 3ª. Fase, assinado em 27/12/2023 e (iii) US$ 164,2 milhões junto ao BID, destinado ao Projeto São Paulo Mais Digital, assinado em 28/12/2023.

Quanto às Outras Receitas de Capital, houve um aumento real de 9,5%, em função do ingresso de valores provenientes de depósitos judiciais de R$ 3,6 bilhões em 2023, valor inferior a 2022, que foi de R$ 2,9 bilhões. Estes valores têm destinação exclusiva para o pagamento de sentenças judiciais (Tabela 7).

Tabela 7 - Receitas de Capital

em R$ milhões	2022 Jan a Dez	2023 Jan a Dez	Diferença 2023 (-) 2022	Variação Nominal	Variação Real
Receitas de Capital	**6.461**	**7.326**	**865**	**13,4%**	**8,4%**
Operações de Crédito	3.029	3.472	443	14,6%	9,6%
Alienação de Bens	55	26	-29	-53,2%	-55,2%
Amortização de Empréstimos	0	5	5	-	-
Transferências de Capital	222	212	-10	-4,5%	-8,7%
Outras Receitas de Capital*	3.154	3.611	457	14,5%	9,5%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária
https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relatório-Resumido-da-Execução-Orçamentária.aspx

* Inclui o ingresso de recursos dos Depósitos Judiciais

2. Despesas

O comportamento da despesa ao longo do exercício de 2023 refletiu a política orçamentária adotada pelo Governo do Estado de SP, cuja ênfase no controle do gasto é característica central. A despesa total empenhada cresceu 3,3% em termos nominais e retraiu 1,3% em termos reais (Tabela 8).

O grupo de despesa, Pessoal e Encargos Sociais continua sendo o componente mais importante da despesa, com uma participação na Despesa Total de 39,8%. No exercício em foco experimentou um crescimento nominal de 9,9% e real de 5,0% (Tabela 8). O principal fator determinante do aumento da despesa com Pessoal é a despesa com servidores inativos e pensionistas, que, no exercício aumentou em 13,4%, em termos nominais, e 8,4%, em termos reais. Quanto aos gastos com servidores ativos aumentaram 7,3% e 2,6%, quando descontado o IPCA.

A despesa de Custeio (Outras Despesas Correntes, excluídas as Transferências Constitucionais a Municípios e Sentenças Judiciais), que representa o segundo componente em termos de importância relativa, com aproximadamente 22,2% do total em 2023, encerrou o exercício com aumento de 0,6%, em termos nominais, e com queda de 3,8%, em termos reais (Tabela 8).

As despesas empenhadas com Sentenças Judiciais somaram R$ 8,7 bilhões e quando comparadas ao ano anterior, houve um aumento de 13,1%, em termos nominais, e de 8,1%, em termos reais. Quanto às despesas pagas, estas somaram R$ 11,7 bilhões, apresentando um aumento de 53,6%, em termos nominais, e de 46,9%, em termos reais. Deve ser ressaltado que se trata do ano com o maior pagamento dos últimos 30 anos.

O Serviço da Dívida teve um aumento de 12,5%, em termos nominais, e de 7,5%, em termos reais. Nesse exercício, o aumento da dívida consolidada deve ser atribuído, principalmente, ao acréscimo do estoque do Refinanciamento da Lei 9496/97 junto à União, em função da variação negativa do CAM - Coeficiente de Atualização Monetária conforme Decreto Federal 8.616/2015.

Tabela 8 - Despesas Totais

em R$ milhões	2022 Jan a Dez A	2023 Jan a Dez B	Diferença 2023 (-) 2022 B (-) A	Variação Nominal B / A	Variação Real B / A
Despesas Totais	**300.950**	**310.806**	**9.856**	**3,3%**	**-1,3%**
Despesas Correntes	263.726	279.572	15.847	6,0%	1,4%
Despesas de Capital	37.224	31.233	-5.991	-16,1%	-19,8%
Pessoal e Encargos Sociais	112.499	123.608	11.109	9,9%	5,0%
Ativos	*64.819*	*69.538*	*4.719*	*7,3%*	*2,6%*
Inativos e Pensionistas	*47.679*	*54.070*	*6.390*	*13,4%*	*8,4%*
Custeio[1]	68.468	68.878	410	0,6%	-3,8%
Transf. Constitucionais a Municípios	63.170	64.477	1.307	2,1%	-2,4%
Sentenças Judiciais	7.710	8.718	1.009	13,1%	8,1%
Serviço da Dívida	21.431	24.107	2.676	12,5%	7,5%
Juros e Encargos da Dívida	*11.977*	*13.900*	*1.923*	*16,1%*	*11,0%*
Amortizações da Dívida	*9.454*	*10.207*	*753*	*8,0%*	*3,2%*
Investimentos (OFSS*)	27.672	21.017	-6.656	-24,1%	-27,4%
Investimentos[2]	*24.700*	*16.787*	*-7.913*	*-32,0%*	*-35,0%*
Inversões Financeiras	*2.973*	*4.230*	*1.257*	*42,3%*	*36,0%*
Receitas Totais	**310.264**	**309.233**	**-1.031**	**-0,3%**	**-4,7%**
Receitas Tributárias	252.709	255.726	3.017	1,2%	-3,3%

Nota: Não inclui receitas e despesas intra-orçamentárias

(1) Custeio = Outras Despesas Correntes exceto Transferências Constitucionais a Municípios e Sentenças Judiciais (desp. correntes).

(2) Investimentos exceto Sentenças Judiciais (desp. de capital).

*OFSS (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social)

Despesa com Pessoal e Encargos Sociais

A despesa com Pessoal e Encargos (Tabela 8) continua representando o principal componente da Despesa Total e da Despesa Corrente. Em termos agregados, no entanto, continua dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A Despesa de Pessoal do Poder Executivo (Tabela 9) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) aumentou de 37,93%, em 2022, para 42,33%, em 2023, inferior em ambos os casos ao limite prudencial de 46,55% e ao limite máximo de 49% para o Poder Executivo. Este mesmo indicador, quando referido a Todos os Poderes (Gráfico 2), aumentou de 44,55%, em 2022, para 49,66%, em 2023, inferior em ambos os casos ao limite de alerta de 54%, limite prudencial de 57% e ao limite máximo de 60% sobre a RCL.

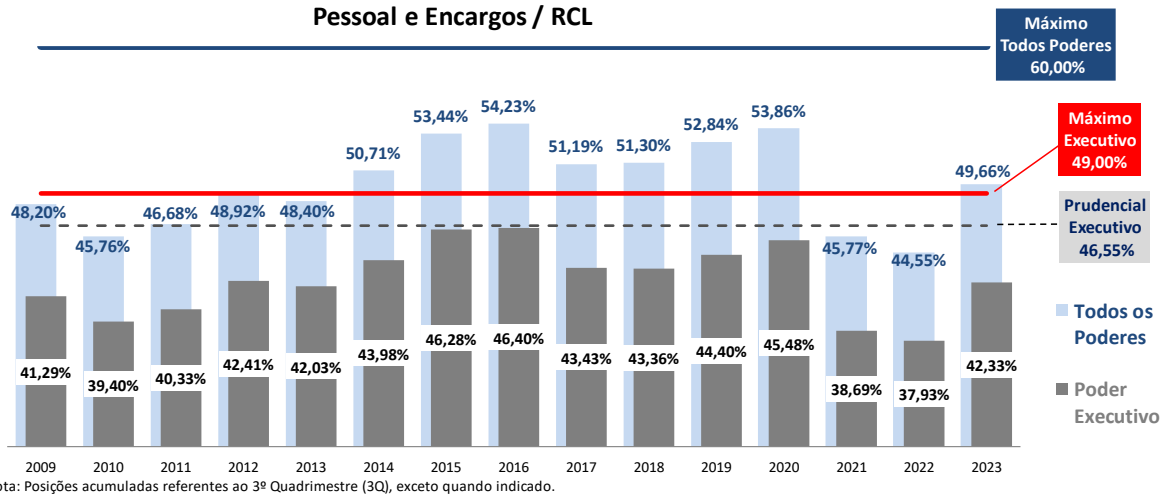
Tabela 9 - Despesas de Pessoal Sobre a RCL – Poder Executivo (LRF)

em R$ milhões	3Q22	% da RCL	3Q23	% da RCL
Despesa Bruta	**95.613**	**48,57%**	**104.176**	**45,45%**
Servidores Ativos	54.206	27,54%	56.704	24,74%
Servidores Inativos e Pensionistas	41.407	21,04%	47.472	20,71%
Outras Desp. Pessoal - Contratos Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0,00%	0	0,00%
Deduções	**8.712**	**4,43%**	**7.167**	**3,13%**
Indenização por Demissão	420	0,21%	112	0,05%
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0,00%	0	0,00%
Despesas de Exercícios Anteriores	580	0,29%	574	0,25%
Inativos e Pensionistas c/ recursos vinculados	7.711	3,92%	6.481	2,83%
Total da Despesa Líquida com Pessoal	**86.901**	**37,93%**	**97.009**	**42,33%**
Limite Prudencial	106.654	46,55%	106.687	46,55%
Limite Máximo	112.267	49,00%	112.302	49,00%
Memo:				
Receita Corrente Líquida (RCL)	229.465		229.658	
(-) Transf. obrigatórias da União - emendas individuais (art.166-A,§1º,da CF)	102		235	
(-) Transf. obrigatórias da União- emendas de bancada (art.166,§16,da CF)	246		236	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) Ajustada	229.117		229.187	

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal
https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Quadros-Demonstrativos-da-Lei-de-Responsabilidade-Fiscal.aspx

Nota: Inclui em 3Q21 e 1Q22: Contratos de Terceirização. A partir de 2Q22: Estes contratos não integrarão os limites previstos no artigo 20 da LRF, conforme Decreto Legislativo nº 79, de 30/06/2022 que susta a Portaria nº 377/2020 da STN/Min. da Economia.

Gráfico 2 - Despesas de Pessoal Sobre a RCL – Todos os Poderes (LRF)



Nota: Posições acumuladas referentes ao 3º Quadrimestre (3Q), exceto quando indicado.

Inclui em 2021 e 1Q22: Contratos de Terceirização. A partir de 2Q22: Estes contratos não integrarão os limites previstos no artigo 20 da LRF, conforme Decreto Legislativo nº 79, de 30/06/2022 que susta a Portaria nº 377/2020 da STN/Ministério da Economia.

No exercício em foco, a Despesa com Pessoal (Tabela 8) experimentou um crescimento nominal de 9,9% e real de 5,0%.

O principal fator determinante do aumento da Despesa com Pessoal foram os reajustes salariais ao funcionalismo público estadual de SP, concedidos nos termos da Lei Complementar nº 1.384, de 12 de junho de 2023 (aumento salarial médio de 20,2% para as carreiras das forças de Segurança Pública de SP) e Lei Complementar nº 1.388, de 11 de julho de 2023 (aumento salarial de 6% para o quadro

geral do funcionalismo da administração direta, Procuradoria Geral do Estado, Controladoria Geral do Estado e autarquias paulistas); elevação do teto do Poder Executivo e elevação do subsídio do STF (replica nos subsídios dos Outros Poderes e carreiras jurídicas).

O crescimento do número de servidores inativos é fator que continua penalizando as contas públicas paulistas apesar das inovações introduzidas precocemente em São Paulo na gestão do passivo previdenciário[4]. A elevação do número de inativos e da despesa correlata pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores-RPPS absorve recursos crescentes do Estado. Entre 2014 e 2021, a contribuição do Tesouro para a cobertura das despesas previdenciárias subiu de R$ 14,2 bilhões para R$ 23,5 bilhões, uma variação acumulada de 65,6%. Em 2023 este item atingiu o valor de R$ 33,2 bilhões, o que representou um crescimento nominal de 41,5%, e 35,3%, em termos reais. Houve o ingresso de outras fontes de financiamento do RPPS, como os Royalties - resultado ou compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural (Lei nº 16.004/2015) no valor de R$ 2,2 bilhões e R$ 611 milhões de superávit financeiro (Lei Estadual nº 17.293/2020 e Decreto nº 65.350/2020). Segundo estatísticas da SPPREV-São Paulo Previdência, entidade gestora única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, em 2011 a população de inativos e pensionistas (benefícios) era de 335.294, porém entre 2014 e 2023, a quantidade de inativos e pensionistas aumentou de 409.285 para 486.892.

A gestão da Despesa de Pessoal acima descrita permitiu continuar com os indicadores bastante razoáveis e dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente no Poder Executivo. Como mostram a Tabela 9 e Gráfico 2, durante os últimos exercícios, as Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) têm se mantido em nível não só inferior ao limite máximo, mas também ao limite prudencial.

Custeio

O Custeio, equivalente ao conjunto das Outras Despesas Correntes exceto transferências constitucionais a municípios e sentenças judiciais (despesas correntes), continua sendo o segundo componente relevante das Despesas Correntes em 2023, e representou 24,6% da Despesa Corrente e 22,2% da Despesa Total. Em 2023, o Custeio foi de R$ 68,9 bilhões, valor que representou um crescimento nominal de 0,6% e uma retração real de 3,8% em relação ao ano de 2022 (Tabela 8).

Esta rubrica impõe fortes desafios à gestão financeira, devido à heterogeneidade dos bens e serviços envolvidos e a complexidade inerente aos contratos que pautam as relações entre os fornecedores e provedores destes bens e serviços e as autoridades responsáveis pela administração estadual em cada setor. Nesta conta se incluem bens e serviços adquiridos pelo setor público paulista com o intuito de levar adiante as suas atividades típicas de governo, assim como serviços, insumos e materiais diversos, que são oferecidos de forma direta ou através de instituições do setor privado, visando a concretização de ações de interesse público e o atendimento de necessidades da sociedade em geral.

A decomposição da despesa por tipo de gasto (elementos da despesa), apresentada na tabela 10, ilustra de forma complementar a direção adotada pela administração, no sentido de manter a política de ajuste com foco, não exclusivo, mas importante, nas despesas de custeio com alguma margem de discricionariedade.

Os itens a seguir e que somados equivalem a mais da metade (67%) do Custeio total merecem menção como: o crescimento de 1,3% em termos reais nos gastos com serviços terceirizados/contratos de gestão; as subvenções sociais que aumentaram 4,8%, em termos reais; o material de consumo, que aumentou 0,6%, em termos reais; as transferências voluntárias aos Municípios, que diminuíram 43,8%, em termos reais; e as indenizações e restituições (ressarcimento de gratuidades de transporte, custeio de diligências dos oficiais de justiça, etc), que diminuíram 24,5%, em termos reais.

[4] Estas foram a criação da São Paulo Previdência (SPPREV) em 2007 e da Previdência Complementar (SPPREVCOM) em 2011. Em 2020, houve a Reforma da Previdência SP: Lei Complementar nº 1.354, de 06/03/2020, dispõe sobre as aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. Cf. https://www.al.sp.gov.br/norma/193281

Tabela 10 - Custeio – Por Elementos da Despesa

em R$ milhões	2022 Jan a Dez	2023 Jan a Dez	Diferença 2023 (-) 2022	Variação Nominal	Real
CUSTEIO*	**68.468**	**68.878**	**410**	**0,6%**	**-3,8%**
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**	15.426	15.816	390	2,5%	-2,0%
Contrato de Gestão**	7.365	8.342	977	13,3%	8,3%
Subvenções Sociais	7.388	8.099	710	9,6%	4,8%
Material de Consumo	6.468	6.807	339	5,2%	0,6%
Transf. Voluntárias Municípios (inclui Fundo a Fundo)	5.996	3.522	-2.474	-41,3%	-43,8%
Indenizações e Restituições	4.411	3.483	-928	-21,0%	-24,5%
Serviços de TI e Comunicação-PJ / Despesas com TI	3.000	3.100	100	3,3%	-1,2%
Serviços de Limpeza, Vigilância e Outros	2.436	2.668	232	9,5%	4,7%
PASEP	2.283	2.166	-117	-5,1%	-9,3%
Serviços de Utilidade Pública	2.145	2.055	-90	-4,2%	-8,4%
Auxílio Alimentação	1.473	1.717	244	16,5%	11,4%
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	1.158	1.354	196	17,0%	11,8%
Pensões Especiais	1.096	1.182	86	7,8%	3,1%
Passagens e Despesas c/ Locomoção	955	1.231	276	28,8%	23,2%
Contr. a APM-PDDE Paulista (Lei 17.149/2019)	676	525	-150	-22,3%	-25,7%
Auxílio Transporte	614	629	15	2,5%	-2,0%
Demais	5.578	6.182	605	10,8%	6,0%

Fonte: SIAFEM
Nota: Exclui Despesas Intra-Orçamentárias
(*) Custeio = Outras Despesas Correntes exceto Transf. Constit. Municípios e Sentenças Judiciais

O desempenho geral da despesa de Custeio por áreas de gasto (Tabela 11) continua mostrando a predominância do gasto nas áreas de Saúde e Educação, que absorvem mais da metade da despesa de Custeio do Estado em 2023, com percentuais de 38,2%, no caso da Saúde, e de 17,8%, no caso da Educação.

Tabela 11 - Custeio – Por Função

	em R$ milhões	2022 Jan a Dez	2023 Jan a Dez	Diferença 2023 (-) 2022	Variação Nominal	Real
	CUSTEIO*	**68.468**	**68.878**	**410**	**0,6%**	**-3,8%**
10	SAUDE	25.240	26.319	1.079	4,3%	-0,3%
12	EDUCACAO	11.270	12.294	1.023	9,1%	4,3%
26	TRANSPORTE	7.758	6.923	-835	-10,8%	-14,7%
06	SEGURANCA PUBLICA	3.281	3.503	221	6,7%	2,1%
04	ADMINISTRACAO	2.948	3.482	534	18,1%	12,9%
28	ENCARGOS ESPECIAIS	4.414	3.376	-1.038	-23,5%	-26,9%
02	JUDICIARIA	3.007	3.339	332	11,0%	6,2%
14	DIREITOS DA CIDADANIA	2.077	2.138	60	2,9%	-1,6%
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	1.330	1.551	221	16,6%	11,5%
13	CULTURA	1.024	1.354	330	32,2%	26,4%
03	ESSENCIAL A JUSTICA	908	1.018	110	12,1%	7,1%
08	ASSISTENCIA SOCIAL	1.420	963	-457	-32,2%	-35,1%
18	GESTAO AMBIENTAL	788	695	-93	-11,8%	-15,7%
01	LEGISLATIVA	405	445	40	9,9%	5,1%
09	PREVIDENCIA SOCIAL	366	332	-35	-9,5%	-13,5%
16	HABITACAO	220	240	20	9,0%	4,2%
20	AGRICULTURA	825	212	-613	-74,3%	-75,4%
	Demais	1.185	695	-490	-41,4%	-43,9%

Fonte: SIAFEM
Nota: Exclui Despesas Intra-Orçamentárias (*) Custeio = Outras Despesas Correntes exceto Transf. Constit. Municípios e Sentenças Judiciais

Despesas de Capital

Em 2023, o total das Despesas de Capital foi de R$ 31,2 bilhões, valor que representou um decréscimo nominal de 16,1% e 19,8%, em termos reais, em relação ao ano de 2022 (Tabela 8). Os gastos com Amortizações da Dívida[5] experimentaram aumento nominal de 8,0% e 3,2%, em termos reais; e, de outro lado, como principal fator determinante, a diminuição dos Investimentos, que apresentaram uma retração real de 27,4%. No entanto, ao comparar com a série histórica dos últimos 30 anos, foi o primeiro ano de mandato eletivo com o maior valor investido de R$ 21 bilhões.

Nos Investimentos e Inversões Financeiras, itens pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, os valores empenhados diminuíram de R$ 27,7 bilhões, em 2022, para R$ 21,0 bilhões, em 2023 (Tabela 12), o que representou um decréscimo nominal de 24,1% e 27,4%, em termos reais. Os valores empenhados com Recursos do Tesouro diminuíram de R$ 22,9 bilhões, em 2022, para R$ 15,1 bilhões em 2023, e houve o aumento dos desembolsos de operações de crédito dos projetos com financiamento de R$ 3,3 milhões para R$ 3,5 milhões.

Sob a ótica por áreas, os Investimentos em 2023 concentraram-se nas Funções TRANSPORTE; EDUCACAO; HABITACAO; ADMINISTRAÇÃO; SAUDE; SEGURANCA PUBLICA e GESTÃO AMBIENTAL.

Os Investimentos das Empresas Estatais Não-Dependentes com Recursos Próprios aumentaram de R$ 5,8 bilhões, em 2022, para R$ 8,1 bilhões, com um crescimento nominal de 38% e real de 31,9% e compensaram, em parte, a forte queda dos Investimentos da Administração Direta incluídos no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS). Os maiores gastos concentraram-se na SABESP; CDHU; DESENVOLVE SP; EMAE e PRODESP.

O total dos Investimentos do Setor Público Estadual somaram R$ 29,1 bilhões ante R$ 33,5 bilhões do ano anterior, o que correspondeu a uma retração real de 17% (Tabela 12).

Tabela 12 - Investimento Total do Governo do Estado de São Paulo

em R$ milhões	2022 Jan a Dez	2023 Jan a Dez	Diferença 2023 (-) 2022	Variação Nominal	Variação Real
Investimentos [1]	24.700	16.787	-7.913	-32,0%	-35,0%
Inversões Financeiras[2]	2.973	4.230	1.257	42,3%	36,0%
SubTotal OFSS*	**27.672**	**21.017**	**-6.656**	**-24,1%**	**-27,4%**
Empresas Estatais Não-Dependentes [3]	5.856	8.081	2.225	38,0%	31,9%
Total	**33.528**	**29.098**	**-4.431**	**-13,2%**	**-17,0%**

Fonte: SIAFEM e Secretaria da Fazenda e Planejamento

Notas: 1) Investimentos exceto Sentenças Judiciais (desp. de capital).
2) Investimentos realizados pelas Empresas Não Dependentes com recursos de Aporte de Capital do Estado.
3) Investimentos realizados pelas Empresas Não Dependentes com recursos próprios.

*OFSS (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social)

[5] Os comentários tecidos nesta irão se concentrar nas despesas com Investimentos, a descrição mais detalhada das despesas associadas com a Dívida será apresentada mais adiante, na seção 4.

Principais Projetos de Investimentos

O ingresso de receitas provenientes de operações de crédito, ao longo de 2023, alcançou um total de R$ 3,4 bi, cujos recursos foram direcionados às seguintes áreas:

Transportes Metropolitanos:

- Implantação da Linha 6 – Laranja do Metrô (PPP) (R$ 1,3 bilhão);
- Expansão da Linha 2 – Verde do Metrô (Trecho Vila Prudente – Penha) (R$ 1,4 bilhão);
- Implantação da Linha 17 – Ouro do Metrô – Trecho I (R$ 146,7 milhões);
- Extensão da Linha 13 – Jade do Metrô (R$ 80,5 milhões);
- Corredor Itapevi-SP (Trecho Jandira- Vila Iara) (R$ 13,9 milhões)
- Modernização de Estações de Trem da Linha 8 – Diamante (R$ 4,9 milhões)

Logística e Transporte:

- Nova Rodovia Tamoios – Contornos Norte e Sul (R$ 376,2 milhões).

Melhoria do Serviço Público:

- Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO II SP (R$ 88,6 milhões)

Os recursos que possibilitaram concretizar os investimentos em destaque são oriundos de operações de crédito de longo prazo, contratadas com as seguintes instituições financeiras: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Caixa Econômica Federal; Banco Interamericano de Desenvolvimento BID; e Corporação Andina de Fomento - CAF.

3. Resultado Primário

O Resultado Primário em 2023 foi de R$ 5,1 bilhões, calculado segundo o regime de caixa, conceito adotado a partir de 2018 em virtude de orientação normativa do Governo Federal[6]. Este resultado foi superior à meta revista para o exercício de 2023, que foi de R$ 2,4 bilhões, superada em 212% do valor efetivo. Já comparado ao resultado primário de 2022, teve um decréscimo da ordem de 76,0%, em termos nominais, e 77,1% em termos reais (Tabela 13). Isto demonstra que a gestão orçamentária e financeira do Governo do Estado de São Paulo continuou sendo eficaz, também em 2023, em termos de ter atingido seus objetivos nesta importante meta de política fiscal responsável seguida ao longo dos últimos anos.

Tabela 13 - Resultado Primário pelo Regime de Caixa

em R$ milhões	2022 Jan a Dez	2023 Jan a Dez	Diferença 2023 (-) 2022	Variação Nominal	Variação Real
Receitas Primárias Totais (A)	**298.881**	**296.671**	**-2.210**	**-0,7%**	**-5,1%**
Receitas Primárias Correntes	295.450	292.822	-2.628	-0,9%	-5,2%
Receitas Primárias de Capital	3.431	3.849	417	12,2%	7,2%
Despesas Primárias Totais (B)	**277.730**	**291.602**	**13.871**	**5,0%**	**0,4%**
Despesas Primárias Correntes	246.753	266.666	19.913	8,1%	3,3%
Despesas Primárias de Capital	30.977	24.936	-6.041	-19,5%	-23,0%
Superávit Primário (A-B)	**21.151**	**5.069**	**-16.082**	**-76,0%**	**-77,1%**
Meta Anual na LDO	**13.302**	**2.388**	**-10.914**	**-82,0%**	**-82,8%**

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária e SIAFEM/SP
https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relatório-Resumido-da-Execução-Orçamentária.aspx

Nota: 1) Não inclui receitas e despesas intra-orçamentárias.
2) A partir de 2018 apuração pelo Regime de Caixa (Acima da Linha), conforme MDF 8ª edição.
3) Receitas Primárias não consideram as Aplicações/Receitas Financeiras, Operações de Crédito, Amortização de Empréstimos e Alienações de Bens. Despesas Primárias não consideram Juros, Encargos e Amortização da Dívida.

[6] Em 2018, deixou-se de utilizar o modelo do Manual de Demonstrativos Fiscais, MDF, 7ª edição, que estabelecia o critério abaixo da linha para o "Resultado Primário por Regime de Competência", tendo-se adotado o modelo MDF da 8ª edição, que recomenda o método acima da linha para o "Resultado Primário por Regime Caixa": receitas primárias arrecadadas deduzidas as despesas primárias pagas.

4. Dívida

A Dívida Contratual em 31/12/2023 totalizou R$ 317,0 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 4,46% em relação ao saldo existente de R$ 303,4 bilhões em 31/12/2022, considerando o pagamento das amortizações do principal da dívida em 2023 no valor de R$ 10,2 bilhões e as liberações de Operações de Crédito em 2023 no valor de R$ 3,5 bilhões. A Dívida Consolidada como proporção da RCL, teve a razão de 1,448 observada em 31/12/2022, expandida para 1,514 ao final de 2023. Já a Dívida Consolidada Líquida como proporção da RCL, teve a razão de 1,154 observada em 31/12/2022 e 1,28 ao final de 2023 (Tabela 14).

O Refinanciamento com a União no âmbito da Lei 9.496/97 teve um crescimento em 2023 de 6,28%, passando de R$ 256,4 bilhões em 31/12/202, para R$ 272,5 bilhões em 31/12/2023. Esse crescimento da dívida renegociada, que representa 85,97% do total da Dívida Contratual, deveu-se à correção acumulada em 2023 de 8,97%, aplicada ao saldo devedor, pelo Coeficiente de Atualização Monetária (CAM) conforme estabelecido no Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, e à amortização do principal da dívida de R$ 6,6 bilhões. O Art. 4º da LC 201/2023 estabeleceu a incorporação, por meio de aditivo contratual, ao saldo devedor vincendo do Refinanciamento da Lei 9.496/1997 com a União, dos valores que foram compensados em valores superiores àqueles previstos no Anexo da LC 201/2023. No caso do Estado de São Paulo, estes valores correspondem a R$ 869.160.000,00 relativos ao exercício de 2022 e a R$ 3.776.820.000,00 relativos ao exercício de 2023. Estes valores foram incorporados ao saldo devedor em 01/01/2024 no DV0001094 (CONTA GRAFICA - COMPENSACAO PERDA DO ICMS DECORRENTE DA LC 194/22- ACO 3590 MC/SP), como ajuste de exercícios anteriores, e serão transferidos para o DV0001086 (LEI FEDERAL 9496/97 PROGRAMA DE APOIO AJUSTE FISCAL DO ESTADO PR.SF 2435/97 CONTR:22/05/97 VENC:21/05/2047-ALTERACAO LC 148/2014, ACORDO GOVERNADORES DE 20/06/2016 E LC 156/2016 - JUNTO A UNIAO), após a assinatura do aditivo contratual previsto no Art. 4º da LC 201/2023. Na posição 31/12/2023, este valor correspondia a R$ 5.127.791.701,57.

As demais dívidas contratuais internas (não indexada ao câmbio), que representa 4,16% da Dívida Contratual, teve um crescimento de 5,26%, considerando liberações de Operações de Crédito no valor de R$ 1,8 bilhão, amortizações do principal da dívida de R$ 1,0 bilhão, correção monetária de R$ 0,15 bilhão, passando de R$ 12,5 bilhões em 31/12/2022, para R$ 13,2 bilhões em 31/12/2023.

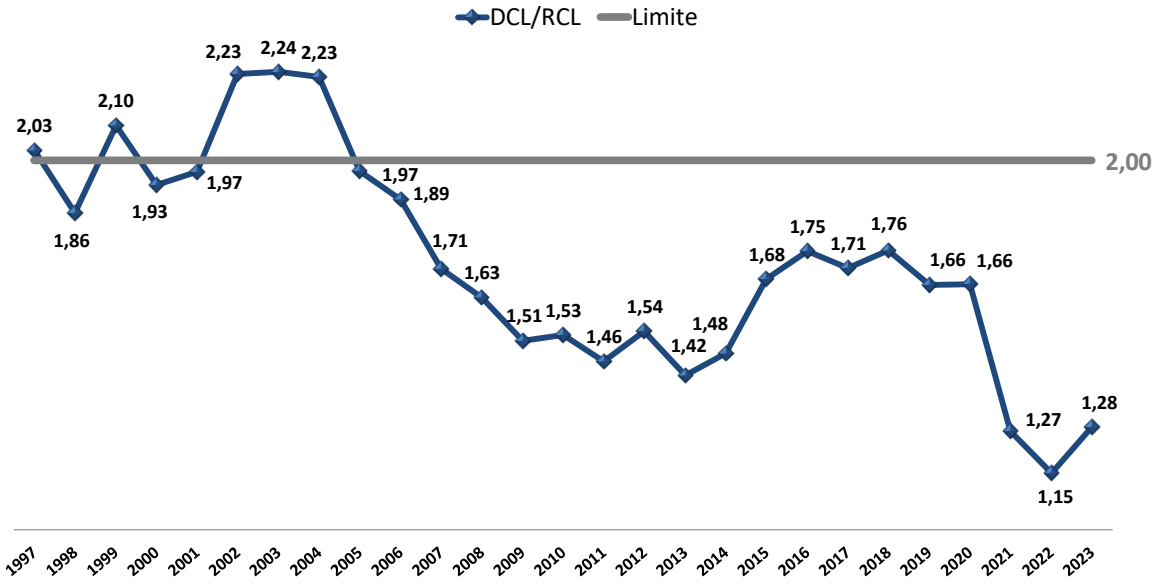
Os contratos indexados ao câmbio, que representam 9,9% da Dívida Contratual, apresentaram um decréscimo de 9,34%, passando de R$ 34,5 bilhões para R$ 31,3 bilhões, provocado pelas liberações de Operações de Crédito no valor de R$ 1,7 bilhão, amortizações do principal da dívida de R$ 2,6 bilhões, pela desvalorização do real em relação ao dólar de -7,2%, que passou de R$ 5,2177 em 31/12/2022, para R$ 4,8413 em 31/12/2023[7].

Houve um crescimento nominal de 5,5% no estoque de Precatórios, passando de R$ 28,8 bilhões em 31/12/2022 para R$ 30,4 bilhões em 31/12/2023. No exercício de 2023, houve pagamentos recordes de precatórios, totalizando R$ 11,7 bilhões. Apesar deste grande esforço, o saldo devedor informado pelo Poder Judiciário teve um acréscimo em relação ao ano de 2022, fruto da atualização monetária, que tem como indexador a Selic, bem como pela inscrição de novos precatórios no valor de R$ 3,5 bilhões.

Nos Restos a Pagar Processados, houve uma queda nominal de 9,6%, foram inscritos em 31/12/2022 o valor de R$ 22,8 bilhões e em 31/12/2023 o valor de R$ 20,6 bilhões.

[7] Conforme dados fornecidos pelo Departamento da Gestão da Dívida e Haveres do Estado - DGDH, da Coordenadoria da Administração Financeira - CAF, da Subsecretaria do Tesouro Estadual da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Gráfico 3 - Trajetória da Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida



Notas: Posições acumuladas referentes ao 3º Quadrimestre (3Q), exceto quando indicado.
A partir de 1Q22 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados excluídos das Disponibilidade de Caixa Bruta (**Série revista: 2018 = 1,86; 2019 = 1,81; 2020 = 1,79; e 2021 = 1,40**)

Tabela 14 - Dívida Consolidada Líquida

em R$ milhões	3Q22	% da RCL	3Q23	% da RCL
Dívida Consolidada	**332.207**	**144,8%**	**347.337**	**151,4%**
Dívida Mobiliária	0	0,0%	0	0,0%
Dívida Contratual	303.423	132,3%	316.967	138,2%
Precatórios*	28.781	12,5%	30.366	13,2%
Outras Dívidas	4	0,0%	4	0,0%
Deduções	**67.528**	**29,4%**	**53.771**	**23,4%**
Disponibilidade de Caixa Bruta	92.356	40,3%	69.518	30,3%
Haveres Financeiros	24.668	10,8%	23.410	10,2%
(-) Restos a Pagar Processados (exceto precatórios)	22.754	9,9%	20.559	9,0%
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	26.741	11,7%	18.598	8,1%
Dívida Consolidada Líquida	**264.679**	**115,4%**	**293.566**	**128,0%**
Limite Máximo	458.725	200,0%	458.846	200,0%
Memo:				
Diferença do Limite	194.045		165.280	
Receita Corrente Líquida (RCL) (acum. 12 meses)	229.465		229.658	
(-) Transf. obrigatórias da União - emendas individuais (art.166-A,§1º,da CF)	102		235	
Receita Corrente Líquida (RCL) Ajustada	229.362		229.423	

* Posteriores a 5 de maio de 2000.

5. Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal (PAF) e Capacidade de Pagamento (CAPAG)

A Lei Federal nº 9.496/97, alterada pela Lei Complementar nº 148 de 2014 e nº 156 de 2016, estabelece metas, compromissos e ações a serem alcançados pelo Estado, por meio do **Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF)**. A partir de 2017, o PAF adotou os conceitos e as definições da Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecendo metas e compromissos quanto a: I - dívida consolidada; II - resultado primário; III - despesa com pessoal; IV - receitas de arrecadação própria; V - gestão pública; e VI - disponibilidade de caixa. O PAF é renovado anualmente, estabelecendo metas para o ano corrente e projeções para os dois anos subsequentes.

A partir do exercício de 2018 foi incorporado o 10º Termo Aditivo do PAF, envolvendo parâmetros relativos ao limite de variação da despesa primária corrente, em consonância com o Teto de Gastos (para o exercício de 2018 e 2019) adotado pela administração federal como parte de seus eixos de política fiscal, e que o Estado de São Paulo sancionou em decorrência dos acordos de renegociação da dívida com a União, tanto em 2018 como em 2019, o Teto de Gastos não foi ultrapassado.

Em outubro de 2023, o Governo do Estado de São Paulo encaminhou Relatório correspondente à 19ª Revisão do PAF[8], informando sobre o estado das contas públicas e as metas revistas. O desempenho do Estado de São Paulo em relação a estes indicadores, ainda em avaliação por parte da Secretaria do Tesouro Nacional, foi satisfatório no exercício em análise. Os resultados dos indicadores de 2023 incluídos nesta Introdução confirmam que o Governo do Estado conseguiu atender estas diretrizes. Entre estas vale a pena destacar as metas 1-Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida, e a meta 2-Resultado Primário. Pode-se constatar em ambos os casos que as metas foram alcançadas e superadas. No caso da primeira, o resultado foi de 150,32% contra uma meta equivalente ao valor máximo de 158,57%, e no caso da segunda, com resultado de R$ 5,1 bilhões contra uma meta equivalente ao valor mínimo de R$ 2,4 bilhões.

Em 2017, a metodologia de análise de **Capacidade de Pagamento – CAPAG** foi alterada pelo Ministério da Fazenda. A partir de então, a STN passou a analisar três indicadores fiscais para a concessão de garantia pela União, são eles: I. Endividamento: avalia o grau de solvência do ente por meio da comparação entre seu estoque de passivos e sua receita; II. Poupança Corrente: verifica se o ente está fazendo poupança suficiente para absorver um eventual crescimento de suas despesas correntes acima do crescimento das receitas correntes; III. Índice de Liquidez: verifica se o ente tem um volume de recursos em caixa suficiente para honrar as obrigações financeiras já contraídas por ele.

Em 2023, já com base na nova metodologia CAPAG, o Estado de São Paulo manteve a classificação "B"[9], o que lhe permite a contratação de operações de crédito com garantia da União.

Tabela 15 – CAPAG - Capacidade de Pagamento

UF	CAPAG - 2021	CAPAG - 2022	CAPAG - 2023
SP	B	B	B

2023	Nota final da CAPAG	Endividamento (DC) Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida Indicador	Nota	Poupança Corrente (PC) Média Ponderada da Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada Indicador	Nota	Índice de Liquidez (IL) Obrigações Financeiras/ Disponibilidade de Caixa Indicador	Nota
SP	B	144,5%	C	87,7%	B	37,8%	A

Fonte: Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2023, pág. 79-81
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:48416

[8] Para maiores detalhes sobre as metas fixadas de 2023 e projeções de 2024 e 2025 do PAF (19ª revisão) podem ser encontrados em https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:21759, disponível no portal da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

[9] O índice de Poupança Corrente - CAPAG de 87,7% é vigente para o exercício de 2023. A apuração preliminar para o exercício de 2024 aponta para 89,6%, podendo sofrer alterações com a apuração definitiva da STN.

Demonstrativo das Despesas, Principais Indicadores e Atividades

Nas próximas seções do Relatório são apresentadas as informações relativas à execução orçamentária do exercício de 2023 no Poder Executivo, são organizadas por Secretarias e suas entidades vinculadas, assim como para a Defensoria Pública. Com relação ao Ministério Público, ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário, são apresentadas tabelas com demonstrativos de despesas.

As informações referentes às atividades realizadas no ano foram encaminhadas pelas Secretarias tutelares e pela Defensoria Pública. Estas informações estão organizadas de acordo com os Programas e Ações da Lei Orçamentária de 2023, e apresentam as realizações e os recursos despendidos na sua execução. Os dados sobre execução orçamentária que constam das tabelas apresentadas para cada Secretaria e os demonstrativos de despesas dos outros Poderes, foram elaborados a partir de informações do SIAFEM.

O quadro de funcionários foi obtido do Sistema de Informações Pessoais, Reflexos e Encargos Sociais do Estado – SAS - Unificado.

PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa
38000 - Secretaria da Administração Penitenciária

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**4.707.149.724,00**	**4.616.995.319,00**	**4.456.855.334,16**	**68.622.272,20**	**4.525.477.606,36**	**4.500.515.563,11**
Pessoal, e Encargos Sociais	3.140.254.498,00	3.012.133.119,00	3.000.966.432,71	0,00	3.000.966.432,71	3.003.214.512,17
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.566.895.226,00	1.604.862.200,00	1.455.888.901,45	68.622.272,20	1.524.511.173,65	1.497.301.050,94
Despesas de Capital	**128.103.946,00**	**88.651.833,00**	**33.584.634,10**	**29.649.484,22**	**63.234.118,32**	**225.642.707,68**
Investimentos	128.103.946,00	88.651.833,00	33.584.634,10	29.649.484,22	63.234.118,32	225.642.707,68
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**4.835.253.670,00**	**4.705.647.152,00**	**4.490.439.968,26**	**98.271.756,42**	**4.588.711.724,68**	**4.726.158.270,79**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário
38000 - Secretaria da Administração Penitenciária

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
2990 - Desenvolvimento de Ações decorrentes de Emendas Parlamentares	**1.130.000,00**	**1.130.000,00**	**116.633,72**	**730.000,00**	**846.633,72**	**558.922,00**
4 - Despesas de Capital	1.130.000,00	1.130.000,00	116.633,72	730.000,00	846.633,72	558.922,00
3813 - Gestão da Custódia da População Penal	**4.719.530.709,00**	**4.585.017.990,00**	**4.406.447.780,92**	**95.657.093,10**	**4.502.104.874,02**	**4.634.511.876,33**
3 - Despesas Correntes	4.592.556.883,00	4.501.552.761,00	4.373.345.640,54	66.737.608,88	4.440.083.249,42	4.415.502.290,10
4 - Despesas de Capital	126.973.826,00	83.465.229,00	33.102.140,38	28.919.484,22	62.021.624,60	219.009.586,23
3814 - Gestão de Reintegração Social da População Penal, Egressos e seus Familiares	**114.592.961,00**	**119.499.162,00**	**83.875.553,62**	**1.884.663,32**	**85.760.216,94**	**91.087.472,46**
3 - Despesas Correntes	114.592.841,00	115.442.558,00	83.509.693,62	1.884.663,32	85.394.356,94	85.013.273,01
4 - Despesas de Capital	120,00	4.056.604,00	365.860,00	0,00	365.860,00	6.074.199,45
Despesa Total	**4.835.253.670,00**	**4.705.647.152,00**	**4.490.439.968,26**	**98.271.756,42**	**4.588.711.724,68**	**4.726.158.270,79**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

ATUAÇÃO DA SECRETARIA CONSIDERAÇÕES GERAIS E PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Missão: Aplicação da Lei de Execução Penal de acordo com a sentença judicial, visando a ressocialização das pessoas presas, internadas, cumpridoras de penas restritivas de direitos e egressos, de modo a prevenir a reincidência no crime e proporcionar-lhes a reintegração à sociedade.

Diretrizes: Promover a convergência dos esforços humanos, materiais e financeiros necessários ao cumprimento da missão acima exposta, por intermédio dos órgãos ligados a estrutura da Pasta ou a ela vinculado, estabelecendo e desenvolvendo ações, metas, projetos e programas dirigidos à assistência de seu público-alvo, objetivando prevenir a reincidência no crime e orientar o retorno ao meio social.

Informações Gerais: A Secretaria em 31.12.2023 administrava:

182 (cento e oitenta e duas) unidades prisionais; com **153.948** (cento e cinquenta três, novecentos e quarentena e oito) vagas; **197.071** (cento e noventa e sete mil, setenta e umas) pessoas presas na SAP; ressalta-se que, deste total, há **989** (novecentos e oitenta e nove) presos civis dos quais 959(novecentos e cinquenta e nove) são homens e 30(trinta) mulheres estão submetidos à prisão civil, dentro de nosso sistema penitenciário; **611** (seiscentos e onze) pessoas presas estavam recolhidas, em trânsito, nas unidades carcerárias da SSP, sendo **579** (quinhentos e setenta e nove) do sexo masculino e **32** (trinta e duas) do sexo feminino.

Evolução da População Prisional SAP+SSP (últimos 3 anos)					
2021					
Período		**Decréscimo**			
31.12.2020	31.12.2021	**Anual**	**Mensal**	**Diário**	**Por Semana**
213.416	203.101	-11.315	-942,91	-31,43	-220,01
2022					
Período		**Decréscimo**			
31.12.2021	31.12.2022	**Anual**	**Mensal**	**Diário**	**Por Semana**
203.101	195.194	-7.907	-658,91	-21,96	-153,72
2023					
Período		**Decréscimo**			
31.12.2022	31.12.2023	**Anual**	**Mensal**	**Diário**	**Por Semana**
195.194	197.071	1.877	156,41	5,21	36,47

Fuga: foram registradas ZERO fugas.

PROGRAMA 3813 – GESTÃO DA CUSTÓDIA DA POPULAÇÃO PENAL

Descrição: Garantir a segurança da sociedade e a dignidade da pessoa humana durante sua permanência no sistema penitenciário e promover políticas públicas efetivas que viabilizem a reintegração social dos presos, internados e egressos, por meio de ações de educação, saúde, assistência social, qualificação profissional e trabalho.

AÇÕES/PROJETOS:

Projeto 2470 – Expansão da infraestrutura de Apoio à Custódia e a Reintegração

Descrição: Expansão da oferta de vagas com a construção de novas unidades prisionais e a ampliação de outras, possibilitando plenas condições de funcionamento e segurança.

Indicador 1444: percentual de avanço físico da obra

Meta: 0,00 % percentual de avanço físico da obra

Realização: 84,50% da obra (não se aplica)

Justificativa: A meta se refere ao contrato nr 19/19 de execução de obra da unidade de Riversul, assinado em 29/10/19, estimada para encerrar em **2022**, todavia a obra sofreu intercorrências relacionadas a execução dos serviços de perfuração de poços, bem como houve necessidade de reforço da rede elétrica; obrigando a obra a se estender até 2023.
Principais Realizações:

Programa de Expansão e Modernização do Sistema Prisional Paulista

De 23 de abril de 2010 a 30 agosto de 2023 entregues 38 estabelecimentos penais que geraram 32.590 vagas.
2023 - 823 Vagas com a entrega do Centro de Detenção Provisória de Aguaí em 12/08/2023.

Programa de Ampliação de vagas para o Regime Semiaberto – 16.925 vagas geradas de 2013 a 2023. Em **2023 -** Ampliação de 80 vagas, no Anexo de Regime Semiaberto da Penitenciaria de Assis em 25.10.23.

Projeto 2504 – Construção de complexos prisionais em Parceria Público-Privada

Descrição: Criação de novas vagas para custodiados através da construção de complexos prisionais em parceria público-privada.

Indicador 3781: Vagas de custódia através de PPP

Meta: 0 **Realização:** 0

Justificativa: Este projeto passou a integrar a carteira de Projetos de Parcerias Público-Privadas com Ativos Existentes.

Ação 6139 – Gestão Humana e Segura da Custódia

Descrição: Gerenciamento dos serviços de segurança, controle disciplinar e fiscalização da execução e do desempenho das atividades cotidianas das unidades prisionais e hospitais de custódia e em seus arredores, a fim de dar cumprimento aos mandados de prisão, às penas restritivas de liberdade e das medidas de segurança detentivas aplicadas pelo Poder Judiciário.

Indicador 2921: Percentual de sessões realizadas por tele audiência criminal (%)
Meta: 20,2 %
Realização: 86,64% - (443,8% da meta)
Justificativa: Com o advento da pandemia do Covid 19 - muitas ações na área de tecnologia foram implementadas, tais como a instalação em 100% das unidades prisionais do sistema de tele audiência, isto colaborou com o sistema judiciário, modificasse a maioria das audiências de presenciais para o formato de tele audiência, corroborando com o aumento significativo do percentual de sessões realizadas por tele audiência criminal, o que ocorreu também no ano de 2023.
Principais Realizações:
Programa de Teleaudiência – Por meio de parceria entre o Governo do Estado de São Paulo (Secretaria de Governo -SG e SAP); o Poder Judiciário e a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, de 2005 a 2023 foram realizadas 449.359 teleaudiências, dando maior celeridade nos processos criminal e de execução da pena. Em 30 de dezembro de 2023 temos 142 salas com equipamento da própria unidade prisional, 669 salas digitais básicas instaladas e em funcionamento por conta de contrato SAP-PRODESP, todas para uso de audiências virtuais no Sistema Prisional Paulista.
2023 – Realizadas 92.674 teleaudiências.
Programa de Medida Alternativa à Prisão – pelo qual o Juízo Criminal aplica penas restritivas de direito alternativas à privação de liberdade, que possuem caráter educativo e que traz benefícios à sociedade. Trata-se de medidas que são aplicadas aos infratores que cometeram crimes de baixo potencial ofensivo, sem privá-los do convívio social, o que está consolidado no Sistema Penitenciário por meio de 94 Centrais de Penas e Medidas Alternativas - CPMAs De 1997 a 2023 - 237.288 pessoas foram cadastradas no programa e deixaram de ingressar nos estabelecimentos penais.
2023 – 16.930 Pessoas cadastradas e 22.294 em acompanhamento.

Projeto de Audiência de Custódia – implantado por meio do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, o Ministério da Justiça – Departamento Penitenciário Nacional – MJ/DEPEN, a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas - SNPD, o Governo do Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo - DPSP. Por meio de uma estrutura multidisciplinar a pessoa presa em flagrante delito é submetida a primeira análise sobre o cabimento e a necessidade da privação de liberdade em estabelecimento penal. De 2015 até 2023, 163.418 pessoas receberam liberdade provisória deixando de ser incluídas nos estabelecimentos penais.
2023 – 14.927 Pessoas presas em flagrante foram colocadas em liberdade provisória e não ingressaram no sistema penitenciário.

Projeto Medida Cautelar de Monitoração Eletrônica – por determinação judiciária a pessoa presa poderá ter convertida a privação de liberdade em estabelecimento penal em prisão domiciliar sob monitoração eletrônica, administrada, executada e controlada pelo Centro de Controle de Operações Penitenciárias – CECOP.
2023 - em média 424 pessoas privadas de liberdade obtiveram a privação de liberdade em estabelecimento penal convertida em prisão domiciliar monitorada.

Prisão Domiciliar – O Juízo pode substituir a prisão preventiva pela domiciliar ou converter a privação de liberdade da pessoa condenada por prisão domiciliar, no caso de mulheres com filho de até 12 anos de idade incompletos ou deficiente físico ou mental e de homens, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho menor.
2023 – 11 Mulheres privadas de liberdade em estabelecimentos penais foram beneficiadas com a conversão da prisão domiciliar.

Ações voltadas à Segurança do Sistema Penitenciário
Automação das Portas das Celas – Previsão de automatizar 141 estabelecimentos penais – De 2013 a 2023 foram automatizadas 135 e 4 Anexos de Detenção Provisória. A medida traz o controle do contato entre os servidores penais e as pessoas privadas de liberdade:
2023–1 Unidade penal recebeu automatização de portas das celas – Penitenciária de Parelheiros.

"Scanner" Corporal – essa tecnologia tem o objetivo de melhorar o processo de revista visando impedir a entrada de drogas, celulares e mensagens não autorizadas nos estabelecimentos penais pelos visitantes do sistema penitenciário. Dos 182 estabelecimentos penais, 156 estão equipados (de 2015 a 2023) e 26 deles não serão instalados devido ao tipo de estabelecimento e ao perfil das pessoas privadas de liberdade:
2023 - Instalado "scanner" corporal na Penitenciária I de Gália em 10/01/23e no Centro de Detenção Provisória de Aguaí em 31/8/23.

Bloqueadores de Sinais de Celulares – o número de estabelecimentos penais atendidos com o Serviço de Bloqueio de Sinais de Radiocomunicação – BSR é de 29, relativo ao Contrato 036/2018 junto à Empresa NEGER Tecnologia e Sistemas Ltda. com vigência até 15DEZ2023. A meta para dobrar esse número totalizando 58 estabelecimentos penais boqueados será atendida por meio do novo contrato sob nº 011/2022 com a empresa POLSEC Indústria e Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda. Total de Unidades bloqueadas de 2018 a 2023 – 58;

2023 – 20 Estabelecimentos penais estão bloqueados: Centros de Detenção Provisória de Limeira; São José dos Campos e Guarulhos I; Penitenciárias de Lavínia I, II e III (um único sistema para as duas unidades); Flórida Paulista; Martinópolis; Irapuru; Riolândia; Franca; Piracicaba; Mairinque; Taquarituba; Cerqueira César; Balbinos; Bernardino de Campos; Pirajuí II; Marília; Presidente Bernardes; Guarulhos II.

Escolta Armada de Pessoas Privadas de Liberdade – A escolta de pessoa privada de liberdade passou a ser realizada em todo Estado de São Paulo, a partir de abril de 2023, em substituição à Polícia Militar - PM, permitindo-se desta forma que o efetivo da referida organização exerça sua atividade fim de proporcionar segurança à sociedade.

2023 - Total de Escoltas Realizadas 83.893			
Atendimentos à Saúde		Atendimentos Judiciais	
Urgência/Emergência	Consultas Agendadas	Apresentações em Juízos	Remoções
8.252	21.501	10.814	17.626
Total de Pessoas Privadas de Liberdade Escoltadas 217.909			

Saídas Temporárias e Retornos – pelo ordenamento jurídico há pessoas privadas de liberdade - PPL do regime semiaberto que preenchem critérios objetivos e subjetivos pelos quais o Juízo da Execução pode autorizar a saída temporária.

QTDE DE PPL EM SAÍDAS TEMPORÁRIAS EM 2023				
MÊS	**MARÇO**	**JUNHO**	**SETEMBRO**	**DEZEMBRO**
BENEFICIADAS	33.311	33.632	33.749	34.547
RETORNARAM	31.933	32.403	32.354	32.979
NÃO RETORNARAM	1.374	1.224	1.394	1.561
% NÃO RETORNO	4,12%	3,64%	4,13%	4,52%
% DE RETORNO	**95,86%**	**96,35%**	**95,87%**	**95,46%**
ÓBITOS	4	5	1	7

Monitoramento Eletrônico – considerados os dados das saídas temporárias, para trabalho externo e estudo de pessoas privadas de liberdade – PPL sob regime semiaberto e daquelas sob medida cautelar – Contratado em 2018 com a empresa Spacecom Monitoramentos S/A e em 2021 com a Synergie Tecnologia da Informação.

QTDE DE PPL EM MONITORAMENTO ELETRÔNICO EM 2023						
MÊS	**MARÇO**	**JUNHO**	**JULHO**	**AGO.**	**SET.**	**DEZ.**
Saídas Temporárias	4.307	4.525	2	1	775	5.851
Saída para trabalho externo em média					3.581	
Medida Cautelar Judicial em média					424	

Atendimentos de Demandas Via:
Serviço de Informação ao Cidadão – 438 demandas recebidas e atendidas.

Departamento de Tecnologia da Informação – DTI
Teleaudiências - além das audiências virtuais com o Poder Judiciário indicadas, foram realizados os seguintes atendimentos virtuais: 220.469 com Oficiais de Justiça, 23.742 com Defensoria Pública e 243.023 com Advogado
Sistema de Gestão Penitenciária - GEPEN
Certificação Digital-Assinatura De 25/11/2014 a 31/12/2023 gerados 1.013.075 – Boletins Informativos - BIs com assinatura digital, 379.619 Certidões de Recolhimento Prisional - CRP com assinatura digital e 30.901 Atestados de Conduta Carcerária - CCs com assinatura digital.
Sistema Gestão Prisional Única – GPU
Cadastros: Membros Religiosos: a. Comuns: 5.818, b. Regionais**:** 106, Especiais**:** 61, Fóruns: 842, Instituições: 1.251, Advogados: 7.770, Visitantes Comuns: 8.406, Atendimentos (internos/externos): 1.282.643, Visitantes: 94.187. Total de Mulheres Cadastradas: 67.446 - Total de Homens Cadastrados: 26.741.
Desenvolvido no sistema GPU as principais funcionalidades: Implementação da digitalização de documentos das visitantes de presos; Melhorias no sistema de cardápio; Apresentação do módulo de atendimento externo; Permissão entrada de menor de 5 anos sem obrigatoriedade de comprovante COVID e bloqueio de 2 visitantes por pessoa privada de liberdade; Inclusão da matrícula original na trela de gerenciamento/unificação; Melhorias no módulo de atendimento – Gerenciamento de suspensões e relatórios; Melhorias no módulo de saída temporária e emissão de relatório para SS`/PM; Criação de serviço para consumo de dados da saída temporária.
Sistema Cartório Informatizado - SCI - Sistema Cartório Informatizado tem como principal objetivo registrar os comunicados de eventos dos fatos que se desdobram em ocorrência criminal, judicial e

administrativa de pessoas privadas de liberdade, funcionários ou terceiros nos estabelecimentos penais do Estado de São Paulo: **2023** - Registrados: 32.538 Comunicados de Eventos; 208 de Sinistros e 297 Expedientes Avulsos.

Sistema de Denúncia da Corregedoria Administrativa do Sistema Penitenciário - CASP - Sistema de Denúncia tem como objetivo: registrar/documentar as denúncias ou qualquer irregularidade que o cidadão, o servidor ou o anônimo queira manifestar/denunciar à CASP, resultando em maior agilidade à equipe que atua nas correições daquela corregedoria: **2023** - Recebidas 1.345 denúncias
Sistema de Ouvidoria- SISOUVIDORIA - Em 2020, foi implantado o sistema para controle de atendimentos da Ouvidoria da SAP. **2023** - Registrados 5.357 atendimentos.

Ação 6141 – Provisão de Serviços de Necessidades Básicas aos Custodiados

Descrição: Fornecimento com qualidade e regularidade de serviços e materiais que garantam condições dignas ao custodiado, quanto à sua alimentação, higiene e alojamento, conforme estabelece a Lei Federal nr 7.210, de 11/07/1984, que institui a Lei de Execução Penal.

Indicador 1446: número de custodiados atendidos

Meta: 198.000 custodiados atendidos
Realização: 197.071 custodiados atendidos (97,19% da meta)
Justificativa: Ações do Sistema Judiciário com intensa atividade das audiências de custódia, provocou a diminuição do encarceramento de pessoas, entre outras ações.
Principais Realizações: Preparo e Fornecimento de Alimentação nos Estabelecimentos Penais - Sistema de Autogestão – gerenciamento e produção da alimentação distribuída à população prisional e servidores que atuam no estabelecimento penal - a Pasta vem adotando este sistema nas cozinhas dos estabelecimentos penais, considerando a redução de custos, a qualidade da alimentação, a segurança e a profissionalização da mão de obra da pessoa privada de liberdade. O sistema de Autogestão trouxe até o momento uma economia de aproximadamente R$ 66.8 milhões.**2023 –** 169 Estabelecimentos penais sob o Sistema de Autogestão, 10 com alimentação preparada e 3 no Sistema Cogestão. Cardápio padrão implementado em todas as unidades prisionais com controle do uso no sistema de Gestão Penitenciária Única-GPU.

Programa de Uso Racional da Água – PURA - Os principais benefícios que a implantação do programa oferece é o desconto de 25% sobre a tarifa incidente, como também, demanda a redução de no mínimo 10% no consumo, após o término dos serviços contratados. O projeto PURA SAP&SABESP, trouxe uma economia de agosto de 2012 a dezembro de 2023 de aproximados de R$ 16.9 milhões e 566,6 m³.

Ação 6142 – Provisão de Serviços de Atenção à Saúde dos Custodiados

Descrição: Disponibilização de serviços de atendimento ambulatorial, psiquiátrico, odontológico, campanhas de vacinação e distribuição de medicamentos e execução de programas preventivos de doenças, nas unidades prisionais e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, bem como encaminhamentos para atendimento de média e alta complexidade.
Indicador 1448: percentual de unidades prisionais com equipe mínima de saúde (%)

Meta: 8,30% de unidades prisionais com equipe mínima de saúde

Realização: 59,89% de unidades prisionais com equipe mínima de saúde (721,57% da meta)

Justificativa: Houve um aumento das equipes mínimas em função do aumento do número de Pactuações CIB-62/2012 firmados entre os gestores municipais e estaduais da Saúde, além de cessão de profissionais das redes municipais para atuarem nas Unidades Prisionais.

Principais Realizações:
Parcerias - As parcerias são estabelecidas pelo Grupo de Relações Institucionais – GRI, pelo Grupo de Planejamento e Gestão de Atenção à Saúde da População Prisional – GPGASPP e pelo Grupo de Planejamento e Gestão da Qualidade de Vida e Saúde do Servidor - GQVIDASS, que em conjunto articulam, estabelecem e acompanham os parceiros.
Protocolo de Atendimento às Gestantes, Puérperas e Bebês na SAP e ampliação da aproximação com as unidades prisionais femininas das cinco regiões do estado para a promoção de ações humanizadas de saúde para a prevenção de agravos entre os bebês. Ao longo de 2023, as gestantes foram acompanhadas pelas Unidades Básicas de Saúde de referência territorial e as mulheres

puérperas custodiadas na Penitenciária Feminina de Sant'Ana, passaram a acompanhar seus bebês em todas as consultas médicas de puericultura, favorecendo o processo de maternidade.
Seguimento nas Interlocuções com a Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde para a implementação de linhas de cuidado destinadas às gestantes, puérperas e lactentes através de reuniões trimestrais com diversos atores da política de saúde e parlamentares. Como resultado, foi implementado na Região Metropolitana, um fluxo estratégico e articulado de assistência à gestante e ao neonato. Em 2023, contabilizamos 299 gestantes no estado de São Paulo.
Programa Sampa Trans - Articulações com a Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Coordenadoria Regional de Saúde Centro-Oeste, da Interlocução IST/ Aids/ População LGBTI+ para a ampliação do projeto "Saúde Integral da População Trans na perspectiva da transformação corporal", cujo objetivo é assegurar à população trans, acesso ao atendimento multidisciplinar com vistas às transformações corporais decorrentes do processo de harmonização, bem como promover saúde integral, vigilância em saúde e educação permanente no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Desde a implementação do projeto, 21 mulheres trans custodiadas na região metropolitana passaram por atendimentos e/ou seguem em acompanhamento nas UBS referenciadas ao Programa Sampa Trans, do município de São Paulo.
Américas Amigas – Organização da sociedade civil que tem como missão o combate à mortalidade por câncer de mama no Brasil. Não foi consolidada. Serão iniciadas novas tratativas para parceria em 2024.
Serviço Voluntário de Saúde – 3 psicólogos; 1 cirurgião dentista e 2 médicos.
Sementes da Saúde – acordo de cooperação com a Penitenciária Des. Adriano Marrey de Guarulhos para prestação de serviços de saúde.
Somos todas Carolinas – termo de cooperação com o projeto Coletivo Poetas do Tietê que visa estabelecer às mulheres da unidade feminina do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico I de Franco da Rocha um estudo sobre as semelhanças e diferenças com base nos livros da escritora Carolina Maria de Jesus.
Centro de Atenção Integrada à Saúde da Mental – CAISM – serviço voluntário de residência médica em psiquiatria do CAISM junto aos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Franco da Rocha I e II.
Igreja Universal - É uma organização religiosa que tem como objetivo fomentar programas de capacitação profissional e educacional, visando à qualificação do custodiado e a reinserção do pré-egresso no mercado de trabalho, como estratégia de ressocialização. Apoio em eventos: Jornada da Cidadania e Renda – HCTP I e II de Franco da Rocha e HCTP de Taubaté;
Grupo de Planejamento e Gestão de Atenção à Saúde da População Prisional - GPGASPP
Projeto de Telemedicina em Parceria com Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário da Fundação ABC, que disponibiliza consultas de retorno nas seguintes especialidades: Cardiologia, Clínica Médica, Cirurgia de Cabeça e Pescoço, Cirurgia Torácica, Cirurgia Plástica, Infectologia, Dermatologia, Ginecologia, Psiquiatria e Tisiologia, sendo que foram realizadas em 2023, 888 consultas on-line.
Projeto TeleSap – Realizado em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, que disponibiliza "tele-inter-consultas" nas especialidades: Cardiologia, Endocrinologia, Gastroclínica, Hematologia, Infectologia, Nefrologia, Neurocirurgia, Neurologia e Ortopedia. 2023, foram realizadas 4.208 consultas on-line, para 2.903 pessoas privadas de liberdade.
Projeto Piloto à Flor da Pele - objetiva contribuir com as unidades prisionais para a redução de doenças de pele com maior prevalência no inverno. 1241 privados de liberdade foram atendidos pelo programa.
Campanhas de Imunização
Vacinação contra Influenza para privados de liberdade e servidores em 2023 - Total de privados de liberdade vacinados: 180.652 e 1.136 servidores.
Vacinação contra Covid-19 para privados de liberdade em 2023 – 1ª Dose: 7.385; 2ª Dose: 6.275; Dose Única: 81; 1ª Dose Adicional: 6.388; 2ª Dose Adicional: 12.913; 3ª Dose Adicional: 3.121 e Vacina Bivalente: 11.854.
Testagens Rápidas em 2023 - considerando procedimentos de inclusão, rotina e campanhas de testagem de HIV, Sífilis e Hepatite em todas regiões do Estado de São Paulo, foram realizados 54.980 testes de HIV, 50.705 testes de Sífilis e 56.709 testes de Hepatite. Em relação à Covid-19, foram realizados 1.202 testes, sendo aplicados à população prisional 43 Testes Rápidos e 1.159 Testes PCR. Em relação aos servidores, foram aplicados pelas equipes de saúde de estabelecimentos penais um total de 39 Testes Rápidos e 27 Testes PCR.
Controle da Tuberculose

Campanha de Intensificação de Busca Ativa para o controle da Tuberculose - Historicamente, a Campanha de Busca Ativa contra a Tuberculose é realizada duas vezes a cada ano. No primeiro semestre, foram realizados 14.451 Testes Rápidos Moleculares com 198 casos positivose 13.373 Exames de Baciloscopia com 49 casos positivos. No segundo semestre foram 14.537 Testes Rápidos Moleculares com 182 casos positivos e 14.160 Exames de Baciloscopia com 66 casos positivos.
Rotina de Busca Ativa para controle de tuberculose – por meio da rotina de testagens de sintomáticos respiratórios, foram notificados 1.993 privados de liberdade infectados com a doença. O Tratamento Diretamente Observado – TDO, foi adotado para 1.708 pacientes e registramos um total de 670 Alta/cura.
Premiações: Dia Mundial da Tuberculose: Realizado todos os anos no mês de março, o Dia Mundial da Tuberculose demarca a necessidade de ampliar a conscientização dobre a doença. 134 estabelecimentos penais foram premiados.
Interface com o Sistema CROSS: - **Agendamentos de consultas eletivas –** foram realizadas de 38.035 consultas eletivas presenciais.
Suporte à Assistência Farmacêutica - Apoio ao Centro de Assistência Farmacêutica e realização de procedimentos para recepção, armazenamento, logística de entrega e controle de medicamentos e insumos de saúde, sendo possível executar um total de R$ 14.655.223,30 entre recursos SAP e SES e obter um quantitativo de 92.056.647 itens entre materiais e insumos de saúde (considerando 4 trimestres).
Sistema de Medicamentos e Insumos - SISMEDI - sistema da Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário – CSSP para controle de aquisição e uso dos medicamentos no âmbito da Secretaria: Ajustes no módulo Atas, funcionalidade de Autorização CAFIS; Implementação de link auto logado entre SISMEDI e SISGERUS; Implementação de auditoria no módulo de atas; Implementação no módulo de Atas, funcionalidade de recebimento de medicamentos e insumos; Implementação do módulo de entradas, com funcionalidades: Pré-pedido de compra extra; Pedido Interno de compra extra; Liberação de Compras Extra; Recebimento de Compras Extra; Recebimento de Doações; Implementação de Relatórios: Acompanhamento de Autorizações – Ata; Recebimento de Pedidos – Ata; Pedido Compras; Itens Adquiridos; Recebidos Por Coordenadoria; Empenhos Vencidos (DME); Relatório I-Itens Padronizados; Relatórios para financeiro; Emissão de Notificação para Empresa; Implementação de envio de e-mail automático ao empenhar ata**.**
Pactuações CIB-62 - foram intensificadas as ações dos Centros Regionais de Atenção à Saúde da População Prisional de acompanhamento e sensibilização de gestores municipais para o aumento da adesão à Deliberação CIB-62 entre os municípios em que há a presença de estabelecimentos penais. Resultando em 84 estabelecimentos penais com equipes mínimas em 54 municípios.
Grupo de Planejamento e Gestão da Qualidade de Vida e Saúde do Servidor - GQVIDASS promoveu por meio dos Centros Regionais de Qualidade de Vida – CQVIDASS, as seguintes atividades: Ginecologia: 616, Psicologia: 2.146, Nutrição: 834, Enfermagem:1.774, Serviço Social:116, Life Coach:127 e Clínico Geral: 864.
Número de atendimentos administrativos(*e-mail; skipe; whatsAPP* e telefone): 12.721
Vacinação realizada pelos cinco Centros de Qualidade de Vida e Saúde do Servidor - **Influenza (H1N1)**: 1.132.
Visitas técnicas: para fim de transferência de caráter humanitário: 28, em Estabelecimentos penais: 73, Hospitalar: 5, Domiciliares: 21e para outras finalidades: 7.
Notificações de Acidentes de Trabalho – 328
Licenças Saúde – 10.208
Óbitos – 64
Suícidios – 7

Programas, Projetos e Campanhas de Ações de Saúde
a.Janeiro Branco – Saúde Mental **b.**Março – Mês das Mulheres **c.** Março Lilás – Combate ao Câncer de útero **d.** Abril – Dia Mundial da Atividade Física e Dia Mundial da Saúde **e.** Maio –Mês das Mães **f.** Junho – Café Junino **g.** Agosto – Mês dos Pais e 21 anos dos AEVP´s;
h. Setembro - Cidadania – Inclusão **i.** Setembro - Mês de Prevenção ao Suicídio **j.** Outubro – "Rosa" de Prevenção ao Câncer de Mama **k.** novembro - "Azul" de Prevenção ao Câncer de Próstata
Programa de Rastreamento "Sua Saúde, Nossa Meta" O programa tem o objetivo de levar aos servidores das unidades prisionais e sedes administrativas ações de saúde que visem a detecção precoce de doenças, como hipertensão e diabetes ainda na fase pré-clínica. 6.042 servidores
Encontro de Prevenção do Suicídio e Promoção da Vida - "Você não está só! Se precisar, peça ajuda "

Dia Nacional de Prevenção de Acidente de Trabalho - eventos que contemplaram dois servidores por Unidade, sendo um obrigatoriamente membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
Plano de Contingência Covid-19 – 15ª edição atualizada em janeiro.
Processo de Estadualização do CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e Implantação do E-Sus – 27 unidades prisionais cadastradas no Ministério da Saúde.
CIPAS - 185 CIPAS e 1.031 Cipeiros - Biênio 2022/2023.
Realizados neste ano também o tradicional**" Encontro de Cipeiros"** que ocorreram nas regiões Oeste, Noroeste, Central e Vale do Paraíba e Litoral, o objetivo do encontro é proporcionar um momento de encontro de aprendizado e reconhecimento aos cipeiros que voluntariamente atuam nos estabelecimentos penais, a fim de proporcionar ações que visem a melhora na qualidade de vida e saúde do trabalhador bem como prevenção de acidentes no ambiente de trabalho. 662 servidores participaram.
CAMIC - Centro de Ações de Movimentações e Informações Carcerárias - realiza estudos e trabalhos objetivando o desenvolvimento e a execução de ações voltadas à movimentação e ao gerenciamento das informações carcerárias das pessoas privadas de liberdade que necessitem de cuidados médicos e em cumprimento de medida de segurança. Propõe e providencia, quando for o caso, a movimentação de pessoas privadas de liberdade/pacientes entre as unidades hospitalares da própria Coordenadoria, da Secretaria da Saúde e para estabelecimentos penais das Coordenadorias de Unidades Prisionais vinculadas à Pasta, atende solicitações demandadas por autoridades competentes e realiza o acompanhamento das decisões judiciais, adotando as providências necessárias.
Óbitos - Compila e controla óbitos de pessoas privadas de liberdade ou submetidas a tratamento em medida de segurança no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, conforme dispõe a Resolução SAP nº 65 de 18/05/2017;
2023 - 533 Óbitos, sendo 509 pessoas do gênero Masculino e 24 do gênero Feminino.
Gerenciamento da Lista Única Estadual de pessoas com imposição de Medida de Segurança na modalidade Internação, porém "soltas", que aguardam vagas nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, conforme dispõe a portaria DECRIM nº 01/2019;

2023 - 372 Pessoas, das quais 325 do gênero Masculino e 47 do gênero Feminino, aguardam vagas.

Ação 6146 – Suporte Administrativo em Apoio a Custódia e Reintegração

Descrição: Fornecimento de suporte administrativo e de tecnologia da informação e comunicação, formação e aperfeiçoamento de servidores, incluindo o fornecimento de passagem para egressos, bem como contribuição para a execução e o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo sistema penitenciário paulista.
Indicador 2858: percentual de implementação do projeto de modernização do parque tecnológico

Meta: 2,41% de implementação

Realização: 5,64% de implementação do projeto – (234,39% da meta)

Justificativa: Após o período da pandemia, os recursos do parque tecnológico ficaram mais prementes, e a pasta envidou todos os seus esforços na aquisição de mais e novos equipamentos de TIC, para a melhoria e qualidade em seus serviços administrativos e gestão populacional, acabando por superar a meta inicialmente estabelecida.
Principais Realizações:
Atividades de atendimento Redes e Infraestrutura –atendimento aos usuários da Secretaria Sede I, II, Museu Penitenciário, 7 Coordenadorias, todas as estabelecimentos penais e Centrais de Atenção ao Egresso e Família - CAEF, Centrais de Ações de Reintegração – CAR e Centrais de Penas e Medidas Alternativas - CPMA, Escola da Administração Penitenciaria - EAP e o Centro de Controle e Operações Penitenciárias - CECOP.
EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE CHAMADO GLPI:

2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
8612	11358	10256	9251	9841	9932	9989	18265	27484	28902	40969	52430

Servidores em ambiente de *Data Center* são monitorados 103 Servidores de Sistemas Operacionais *Server Windows* e *Linux*, hospedados no *Data Center* da Pasta, que atendem todo o sistema prisional do Estado de São Paulo, Coordenadorias e algumas demandas de convênios com outros órgãos. Monitoramento e Gestão de Incidentes/Requisições na parte de segurança com 2 *Appliances WAF 2*

Appliances Firewall, 1 *Tipping Point* e o monitoramento dos computadores com aproximadamente 1.616 *client's* da solução de antivírus, 65 *switches* e 52 *ACCESS POINT*.
Monitoramento de *Links INTRAGOV* - monitoramento de 398 *Links* que envolvem todo o sistema prisional e Teleaudiência.
Departamento de Recursos Humanos
Enquadramentos área fim
Agente de Segurança Penitenciária = 119
Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária = 46

Estágio Probatório
Propostas de Não Confirmações
Agente de Segurança Penitenciária = 31 - Resultaram em exoneração = 14
Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária = 05 - Resultaram em exoneração = 5
Estágio Probatório - LC nº 1.080/2008 – área meio
Oficial Administrativo = 1, Oficial Operacional = 1, Executivo Público = 1
Estágio Probatório (LC nº 1.157/2011) - Enfermeiro = 1

Processo de Progressão (LC nº 1.080/2008 área meio) - exercício 2018 - **DOE 07/11/2023:**
Analista Administrativo = 25, Analista Sociocultural = 2, Auxiliar de Serviços Gerais = 41, Executivo Público = 15,
Oficial Administrativo = 457 e Oficial Operacional = 106.
Processo de Progressão (LC nº 1.157/2011 área saúde) - exercício 2018 = **DOE 20/10/2023:**
Auxiliar de Saúde= 3,Auxiliar de Laboratório = 4
Auxiliar de Enfermagem = 88,Técnico de Enfermagem = 3,Técnico de Laboratório = 2, Agente Técnico de Assistência à Saúde = 146, Cirurgião Dentista = 32 e Enfermeiro = 65.
Promoções
AEVP Merecimento 2021 - DOE: 28/03/2023
176 de Nível de Vencimentos II para III;
151 de Nível de Vencimentos III para IV;
249 de Nível de Vencimentos IV para V;
202 de Nível de Vencimentos V para VI;
114 de Nível de Vencimentos VI para VII
AEVP Antiguidade 2022 - DOE: 17/10/2023
333 de Nível de Vencimentos II para III;
376 de Nível de Vencimentos III para IV;
370 de Nível de Vencimentos IV para V;
395 de Nível de Vencimentos V para VI;
307 de Nível de Vencimentos VI para VII
ASP Antiguidade 2022 - DOE: 03/08/2023
1017 da Classe II para a III;
952 da Classe III para a IV;
1035 da Classe IV para a V;
1192 da Classe V para a VI; e
1067 da Classe VI para a VII.
Processos de Promoção publicados referentes às Ações Judiciais
Agente de Segurança Penitenciária -ASP = 41
Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária **=** 14

2.6 Aposentadoria

PERÍODO DE 01/01/2023 A 31/12/2023 – 1.262 servidores	
ÁREA DA SEGURANÇA	
Denominação	**Quantitativo total**
Agente de Segurança Penitenciária	945
Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária	204
TOTAL	**1.149**
ÁREA MEIO	
Denominação	**Quantitativo total**
Auxiliar de Serviços Gerais	11

Executivo Público	1
Oficial Administrativo	39
Oficial Operacional	18
TOTAL	**69**
ÁREA DA SAÚDE	
Denominação	**Quantitativo total**
Agente Técnico de Assistência à Saúde (Assistente Social)	7
Agente Técnico de Assistência à Saúde (Psicólogo)	7
Agente Técnico de Assistência à Saúde (Farmacêutico)	1
Auxiliar de Enfermagem	11
Auxiliar de Laboratório	1
Cirurgião Dentista	4
Enfermeiro	9
Médico Clínico Geral	1
Médico Psiquiatra	3
TOTAL	**44**

2.7 Razão entre o número de custodiados (197.071) e o número de agentes (27.914) =7,05

Sistema de Gerenciamento de Recurso Humanos – SISDRHU - deu-se continuidade no desenvolvimento e manutenção dos módulos do sistema de RH:
Melhorias na funcionalidade para controle de DEJEP; Melhorias nas funcionalidades de frequência/cartão de ponto; Melhorias nas funcionalidades de solicitação e pagamento de diárias; Ajustes no cadastro do padrão de lotação e da convocação (Base de Escolta); Implementação de relatório de férias hierárquico; Inclusão de campo manifestação chefe de gabinete na funcionalidade de processo administrativo; Ajustes nos campos devido a implantação do sistema SEI; Implementação de relatório do padrão de lotação hierárquico e ajustes nos relatórios do quadro geral; Cadastro e relatório de acúmulo de cargos; Implementação de controle de frequência para fins de bonificação; Implementação de relatório e extração de TXT para pagamento de bonificação; Implementação de controle de frequência para fins de Pagamento do Piso da Enfermagem, Implementação de relatório e extração de TXT para Pagamento do Piso da Enfermagem.
Sistema de Promoção - SISPROMNEW - Sistema de Promoção por Merecimento e por Antiguidade dos Agente de Segurança Penitenciária – ASP e dos Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (AEVP). **2023** – Realizados os concursos de promoções por antiguidade ASP e AEVP referentes a 2022.
Sistema de Lista Prioritária de Transferência - NLPT - desenvolvimento e manutenção dos módulos para: Implementação do controle e visualização das inscrições da LPTR; Ajustes na análise de viabilidade, tempo de processamento; Criação de lista de bloqueio de inscrição dos AEVPS; Mudança nas opções de vaga quando cargo AEVP para Escolta e Vigilância; Implementação de novaversão do sistema com novo modo de estudo de viabilidade.

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
A EAP tem como finalidade promover a capacitação e a qualificação dos servidores atuantes na Secretaria da Administração Penitenciária - SAP, no qual operam de acordo com normas e procedimentos que estejam em consonância com os fundamentos dos Direitos Humanos e Cidadania. As atividades e projetos efetuados são compreendidos com as regras mínimas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas – ONU, bem como pela legislação brasileira com as diretrizes emanadas pelo Departamento Penitenciário Nacional e cujos resultados visam a eficiência e a eficácia do sistema penitenciário do Estado de São Paulo. De forma a organizar a prática educativa com uma contextualização do “pensamento complexo”, permanecem estruturados os cinco eixos articuladores, conforme demonstra o Quadro de Servidores Trinados a seguir:

2023	CECADRH			CFAASP			TOTAL GERAL		
Eixo Temático	Presencial	EaD	Total	Presencial	EaD	Total	Presencial	EaD	TOTAL
I. Ingressantes / Iniciação Funcional	-	203	203	439	-	439	439	203	**642**
II. Desenvolvimento Humano / Qualidade de Vida	2715	25178	27893	-	-	-	2715	25178	**27893**
III. Administração / Gestão	2282	17935	20217	-	-	-	2282	17935	**20217**
IV. Segurança e Disciplina	741	1127	1868	3103	44546	47649	3844	45673	**49517**
V. Reintegração Social	795	8843	9638	-	-	-	795	8843	**9638**
Total de Servidores Treinados	6533	53286	59819	3542	44546	48088	10075	97832	**107.907**
CECADRH - Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos CFAASP - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Agentes de Segurança Penitenciária									

MUSEU PENITENCIÁRIO PAULISTA - MPP

Atendimento ao Público: acesso de 9.538 pessoas visitantes no ano.

Central de Penas e Medidas Alternativas da Mulher: parceria e atendimento a mulheres e homens no cumprimento de penas e medidas alternativas, garantindo o cumprimento da medida e colaborando no uso de habilidades das atendidas com o melhor aproveitamento conforme a necessidade deste departamento.

Memória oral: gravação de servidores do sistema penitenciário, deixando a contribuição de sua memória para o sistema penitenciário de suas vivências em gravação vídeo de depoimento.

Exposição "A Parábola do Progresso" promovida em parceria com SESC Pompeia, a exposição em comemoração aos 40 anos da entidade, com a reprodução do painel de linguagem jurídica e gírias carcerárias de fundo e expositores com itens do acervo do MPP, como, máquina improvisada de tatuar, balança improvisada, quadros de óleo sobre tela de 1936, peça em metal e madeira representando um tinteiro e uma representação de elmo moldado em metal.

Ações museológicas: catalogação de acervos; acondicionamentos; conservação preventiva; doações de acervo e disponibilização do espaço do museu para gravações de minidocumentário, produções artísticas e plano de fundo.

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A gestão da Comunicação Pública da Secretaria da Administrada Penitenciária é exercida por meio de uma Assessoria de Imprensa vinculada ao Gabinete do Sr. Secretário e das assessorias regionais e setoriais de Comunicação, com pelo menos um representante designado em cada uma das sete Coordenadorias da Pasta.

Enviadas 898 respostas para jornalistas; 6 relatórios de balanço mensal de gestão; 12 *briefings*/informativo para o Secretário; 44 Newsletters lançadas; produzidos 57 briefings/informativos para o Secretário; 292 publicações no site da SAP.

Site da SAP com melhorias nas áreas de legislação da Pasta, de serviços para servidores, visitantes e advogados.

Criação de grupos de *Whatsapp* para comunicação com os funcionários – SAPNEWS e SAPNEWS2 por onde foram distribuídos 232 conteúdos relacionados à administração penitenciária, focados nos servidores como divulgação de cursos, treinamentos, vagas de docentes, notícias sobre o sistema prisional e homenagens.

Releases e notas de apreensão - produzidos 233 releases e notas. O material produzido em parceria com a Secretaria de Comunicação sobre aumento de apreensões de drogas com visitantes teve bastante repercussão na mídia estadual e até nacional.
Matérias positivas: Entre os destaques positivos do ano, tivemos no primeiro semestre a ampliação das escoltas realizadas pela SAP para todo o estado – até então, esse trabalho era realizado pela Polícia Militar. A pauta teve grande destaque na mídia regionalizada, com 17 reportagens publicadas em mídia de destaque. O aumento no número de pessoas privadas de liberdade participantes nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática, no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem PPL e no Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Encceja; as Jornadas da Cidadania; as parcerias para oferecimento de cursos profissionalizantes para a população carcerária, com a Universal nos Presídios (UNP), Sebrae e o Portal Reintegra: este último de cursos *online* para egressos do sistema e seus familiares. Também teve amplo destaque o lançamento das visitas virtuais nas unidades femininas, que geraram reportagens de grande repercussão.
Eventos – Concurso para escolha de logotipo comemorativo aos 30 anos da Secretaria da Administração Penitenciária. Formatura de 429 Policiais Penais e 1º Seminário Cinotécnico do Sistema Penitenciário Paulista.
Redes Sociais – Programação visual padronizada de acordo com as diretrizes da Secretaria de Comunicação
***Facebook* -** 81,6 mil seguidores com 74,8 mil curtidas.
***Instagram* -** 46,6 mil seguidores. Alcançada 124,9 mil pessoas, gerando 2,1 mil cliques em links da plataforma.
***Tik Tok* –** 315 seguidores e 764 curtidas.
***Youtube* –** canal com 17.3 mil inscritos com 261.440 visualizações em 2023**:** vídeos mais assistidos:
Como preencher o formulário de cadastro – 185.876 visualizações;
Como mandar mensagens pelo formulário do Conexão Familiar: 6.973 visualizações;
Aula inaugural do Curso de Formação em Equidade Racial: 7.524 visualizações;
Formatura Agente de Segurança Penitenciária e Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária: 4.641 visualizações;
Unidade de Gestão de Integridade Pública da Secretaria da Administração Penitenciária - instituída a pela Resolução SAP 68/2023 atualizada pela Resolução SAP 100/2023 com competência de monitorar a promoção da transparência ativa e do acesso à informação; o recebimento e o tratamento adequado de denúncia; a prevenção do conflito de interesses e do nepotismo nosprocessos de trabalho do órgão ou da entidade; definição de papéis e responsáveis nos processos detrabalho, a fim de assegurar um ambiente de controle interno efetivo; a coordenação do processo de gestão de riscos e elaboração do plano de ação e a articulação com as demais unidades do órgão ouda entidade para a obtenção de informações necessárias ao monitoramento do programa de integridade.

Ação 6167 – Conservação, Modernização, Manutenção, Reparos das Sedes e Unidades Prisionais

Descrição: Realização de reformas, adequações, modernização e manutenção das unidades prisionais e das estruturas das sedes, incluindo serviços de conservação e reparos em face do desgaste do tempo e da utilização.
Indicador 2862: unidades prisionais conservadas

Meta: 186 unidades prisionais

Realização: 182 unidades prisionais (97,84% da meta)

Justificativa: O número correto estimado para 2023 era de 186 Unidades, pois estava prevista a possibilidade da inauguração de novas Unidades, que demandariam obras ou adequações, o que não se concretizou. Assim, fechou-se o ano com 182 Unidades Prisionais, que seguem recebendo modernizações, ou obras, ou reformas, adequações.

Ação 6300 – Gestão Compartilhada da Operação das Unidades Prisionais

Descrição: Operação de unidades prisionais na modalidade gestão compartilhada entre a administração pública e a iniciativa privada, cabendo ao Estado as atividades jurisdicionais e administrativo-judiciárias e ao parceiro privado a gestão administrativa interna das unidades prisionais,

incluindo o monitoramento interno, manutenção física dos estabelecimentos e assistência aos sentenciados, por meio da Lei nº 8.666/93.
Indicador 2895: unidades prisionais com gestão compartilhada
Meta: 04 unidades prisionais **Realização**: 0 unidades prisionais (0%)

Justificativa: O Projeto, cuja determinação de execução fora determinada pelo Governador João Dória no início da gestão anterior, foi descontinuado por decisão do Governador Rodrigo Garcia, passando a integrar a "carteira de projetos" do Governo do Estado de São Paulo.

Ação 6382 – Implantação de Novas Tecnologias Sistema de Inteligência e Segurança

Descrição: Instalação de novas tecnologias para o gerenciamento dos serviços de: tele audiências, segurança, inteligência, vigilância e identificação pessoal para coibir ações criminosas nas atividades cotidianas das unidades prisionais e hospitais de custódia.
Indicador 3974: percentual de unidades com serviço de reconhecimento facial
Meta:100% das unidades com reconhecimento facial

Realização: 0 unidades prisionais atendidas (0%).

Justificativa: A SAP não detém a expertise sobre Reconhecimento Facial, então buscou a parceria com a PRODESP, foi feito contrato para piloto do projeto de reconhecimento facial em duas Unidades Prisionais, mas este projeto não teve continuidade. Não houve recursos orçamentários para esta ação.

PROGRAMA 2990 – DESENVOLVIMENTO DE EMENDAS PARLAMENTARES

Ação 2272 – Ações Decorrentes de Emendas, exceto SAÚDE

Descrição: Execução de emendas individuais aprovadas no valor correspondentes a metade de 0,3%da receita corrente liquida prevista, para aplicação nas ações e programações constantes do projeto de lei orçamentária nos termos do art.175 $6º. da Constituição Estadual.

Indicador 3927 - número de convênios firmados com prefeituras municipais e entidades

Meta: número de convênios firmados com prefeituras municipais e entidades não governamentais

Realização: 0% da meta -

Justificativa: Nós não realizamos nenhum tipo de convênios com Prefeituras, o que fizemos foi executar as Emendas Impositivas, empenhando e liquidando conforme LOA.

PROGRAMA 3814 – GESTÃO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO PENAL, EGRESSOS E SEUS FAMILIARES

Descrição: Garantir a dignidade da pessoa humana durante sua permanência no sistema penitenciário e promover políticas públicas efetivas que viabilizem a reintegração social dos presos, internados e egressos, por meio de ações de educação, saúde, assistência social, qualificação profissional e trabalho.

Ação 6140 - Assistência ao Egresso e Família

Descrição: Apoio psicossocial e assistência direta aos egressos e estreitamento dos vínculos familiares, encaminhamentos para a rede social de apoio, parcerias com órgãos governamentais, instituições sem fins lucrativos e empresas privadas para o desenvolvimento de projetos de capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho e geração de renda, acolhimento e suporte aos familiares dos egressos que residem na região.
Indicador 2871: números de relatórios produzidos em visitas técnicas (unidade).
Meta: 480 relatórios produzidos em visitas técnicas (unidade).
Realização: 302 relatórios (62,91% da meta)
Justificativa: Quanto ao número de visitas técnicas realizadas, no ano de 2023, tivemos mudança de gestores que comumente realizavam visitas técnicas em 02 regionais. Os novos gestores precisaram receber treinamento para desenvolvimento da atividade, sobrecarregando a equipe na realização das

visitas. Além disso, houve imprevistos estruturais e com RH, gerando uma diminuição das referidas ações presenciais. Contudo, essa diminuição não impactou a qualidade do serviço.

Programa de Atenção ao Egresso e Família

Tem por finalidade dar assistência direta ao egresso, contextualizado no seu âmbito familiar, com vistas à autonomia e garantia de direitos, para que possam retomar o convívio social, promovendo a reintegração social dos egressos e contribuindo para a diminuição da reincidência criminal.

CAEFS – 60	**Egressos**	**Intersexo**	**Egressas**	**Familiares**	**Total**
Pessoas Atendidas	114.955	68	11.624	5.826	132.473
Total Geral de Atendimentos desde 2003	1.450.002	210	150.443	376.797	1.977.452
Total de Novos Cadastros	12.164	10	1.188	832	14.194
Documentos Pessoais Regularizados para Egressos					3.064
Encaminhamentos para Cursos de Capacitação					305
Inseridos em Curso de Capacitação					98
Encaminhamentos para Mercado de Trabalho					264
Inseridos no Mercado de Trabalho					94
Reg. De situação jurídica/benefícios judiciais					185.749

Inauguradas em 2023: Barueri; Francisco Morato; Guaíra; Itapevi e Penápolis

Ação 6143 – Formação Educacional e Profissional

Descrição: Disponibilização para custodiados de vagas em curso de qualificação para o mercado de trabalho e de vagas para a efetivação das atividades de educação básica na modalidade EJA, conforme Decreto nr.57.238 de 17.08.2011, que instituiu o Programa Educação nas Prisões.

Indicador 1709: número de alunos em cursos de ensino fundamental, médio e profissionalizante

Meta: 38.244 - alunos em cursos de ensino fundamental, médio e profissionalizante, em média

Realização: 32.442 (84,83% da meta).

Justificativa: Com relação à execução das ações na área de Educação Formal e Qualificação e Formação Profissional e o atendimento das metas no âmbito da Secretaria de Administração Penitenciaria, temos a destacar os seguintes fatores: Comparando-se o cumprimento da meta relativa aos atendimentos voltados à Educação Formal e Cursos de Qualificação oferecidos para o mercado de trabalho em 2023 a igual período de 2022, percebe-se que o percentual obtido é superior, demonstrando o efeito das medidas implantadas, gerando uma variação percentual positiva, ainda que não tenhamos atingido a meta proposta em 2023. Outro aspecto está vinculado a evolução das variáveis que formam o indicador: VARIÁVEL A (NÚMERO TOTAL DE CUSTODIADO QUE ESTUDARAM OU ESTEJAM ESTUDANDO NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO) E VARIÁVEL B (NÚMERO DE CUSTODIADOS OCUPANDO VAGAS EM PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO).

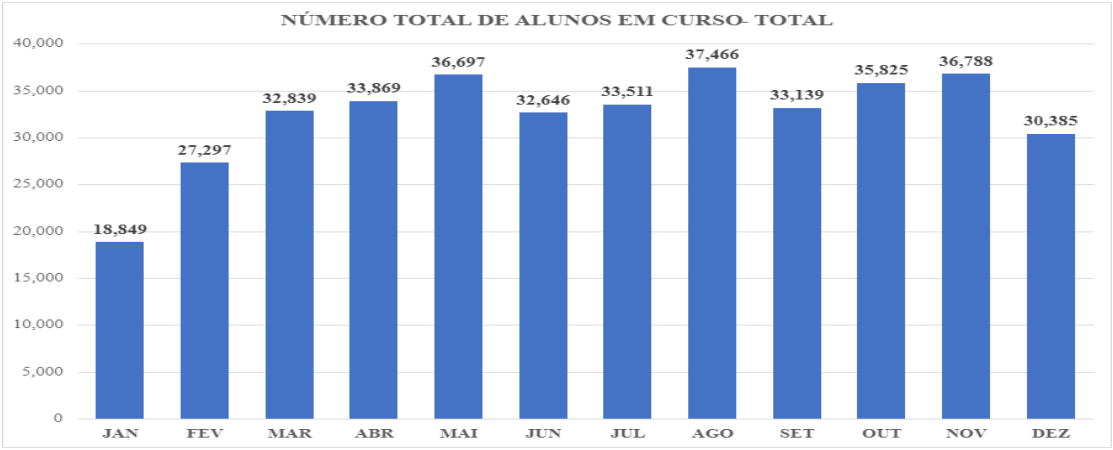
Observamos o seguinte: EVOLUÇÃO DA VARIÁVEL A – em 2022 a média mensal de atendimentos foi de 16.307 ALUNOS ESTUDANDO, enquanto que em 2023 FOI DE 18.153, demonstrando uma variação percentual positiva de 11%. EVOLUÇÃO DA VARIÁVEL B – em 2022 a média mensal de atendimentos foi de 5.495 ALUNOS ESTUDANDO, enquanto em 2023 foi de 14.290, demonstrando uma variação percentual positiva de 162%. Assim, ainda que a meta não tenha sido plenamente atingida, os resultados de 2023 foram melhores que os do ano anterior.

Principais Realizações:

A FUNAP atua diretamente no fomento e na recuperação psicossocial da pessoa privada de liberdade - PPL, por meio das áreas de educação, cultura, promoção social, qualificação e capacitação para o trabalho, estendendo suas atividades, quando possível, ao egresso e seus familiares.

Programa de Educação e Profissional:

Alunos em curso fundamental, médio e profissionalizante, em média por mês:



DIAPH – Planilha Grate

A partir de 2019, a DIRETORIA DE ATENDIMENTO E PROMOÇÃO HUMANA - DIAPH sistematizou as ações/atividades de educação complementar em dois eixos de atuação: Qualificação e Capacitação Profissional e Cultura e Desenvolvimento Humano. Nesses dois eixos foram incrementados os programas e projetos de atendimento e promoção humana articulados pela Fundação.

EIXO QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	
VIGENTES	
PROET	**PROFENS**
*Projeto De Olho No Futuro	*Projeto De Inclusão Social Para Residentes Do Sistema Prisional - Graduação Em Cursos Tecnológicos Universidade Mackenzie
*Projeto Paideia Digita - Instituto Federal De São Paulo	*Projeto De Ensino Preparatório Ao Exame Vestibular Poli Saber
*Projeto Classes Descentralizadas Centro Paula Souza	*Projeto “Faculdade No Cárcere” - Presídio Militar Romão Gomes - Fatej - Recursos Humanos
*Projeto “Reescrevendo Minha História” – Sebrae	*Projeto Unilins - Gestão Em Logística
*Projeto Oficina Escola - Integração Familiar	
*Projeto Aconchego - Reforma De Equipamentos Hospitalares	
* “Life Long Learning" – Universidade Presbiteriana Mackenzie	
* Teleport Educacional - Sociedade Cultural e Educacional Neves Baptista	
* “Cursos De Qualificação Profissional” - Senac Araraquara	
*Projeto-Formação de Auxiliar em Chapeiro	
10	4
PROLLIB	**PRODHC**
*Projeto “Remição Pela Leitura” - Romão Gomes	* Projeto Palavra De Paz - Satpr
*Projeto “Clube De Leitura Em Estabelecimentos Prisionais” - Unaerp	* Projeto Promotoras Legais Populares - “Curso De Educação Popular E Cidadania Das Mulheres”
*Projeto “Leitura Cidadã” – Unitau	* “Curso de Introdução Bíblica” - Instituto Rhema Brasil
*Clubes de Leitura FUNAP	* Summit PPL -Igreja Batista Do Povo
*Projeto “Clube De Leitura Palavra Mágica” – Fundação Observatório Do Livro E Da Leitura	* “Museu Casa de Portinari” - Associação Cultural Casa De Portinari
*Projeto “A Leitura Como Caminho De Reintegração Da Pessoa Privada De Liberdade: Uma Ponte Entre A Universidade E O Cárcere” - Universidade Presbiteriana Mackenzie	

*Projeto “Clube De Leitura Dehoniana”	
*Projeto “A Leitura Como Ferramenta De Desenvolvimento Humano” - Instituto Federal De São Paulo - IFSP	
*Projeto “Ler Para Transformar” - Centro Universitário Barão De Mauá	
*Projeto “Libertando Palavras” -Universidade De Sorocaba - Uniso	
*Projeto “Inclusão Social Pela Leitura” - Kroton	
* Projeto “Leitura Para Liberdade” - Grupo Mulheres do Brasil	
* Projeto “Literatura E Cidadania FAM” - Centro Universitário FAM	
* Projeto “A Leitura Liberta” - Centro Universitário FIG – Unimesp	
* Projeto “Oficina de Leitura - Palavra de Paz” - Soc. Apoio Conhec. Paz Interior	
* Projeto “Clube de Leitura Liberdades Poéticas” - Associação Liberdades Poéticas	
* Projeto “Clube de Leitura Desfrute Deus” - Ministério Desfrute Deus	
17	5

Fonte: DIAPH

EIXO QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	
RENOVAÇÃO/PROSPECÇÃO	
PROET	**PROFENS**
* Projeto “Marcenaria Social”	
* Projeto Instituto Joga Junto – Cursos Profissionalizante em Ti	
* Projeto Oracle – Curso Profissionalizante em Ti	
* Projeto Prefeitura de São José dos Campos – Cursos Profissionalizante EAD	
* Projeto Univesp – Curso Profissionalizante EAD	
* Projeto Unilins – Curso de Eletricista	
* Projeto Cati – Profissionalizante para o Agronegócio	
* Projeto Tecnologia Para A Liberdade - Faculdade De Brasília	
* Projeto Marcenaria - Penit. Presidente Venceslau	
* Projeto Marcenaria - Penit. Serra Azul III	
* Projeto Gastronomia - CPP De Jardinópolis	
11	0

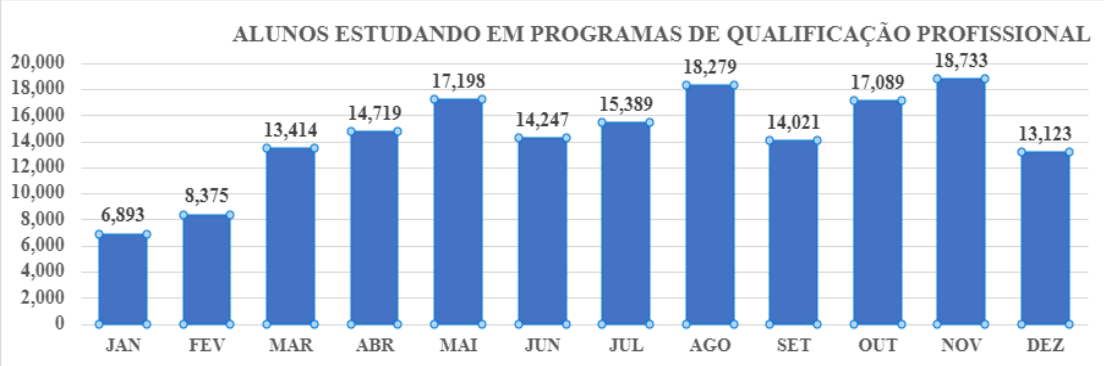
PROLLIB		PRODHC
*	Projeto FAESB - Projeto De Incentivo À Leitura	* Projeto de Visitação Vitrual - “Museu Monteiro Lobato” -
*	Projeto Presídio Da Polícia Civil - Secretaria Da Segurança Pública - SSP/SP	
*	Projeto FAADISP - Projeto de Leitura	
*	Projeto Unicamp - Projeto de Leitura	
*	Projeto FUNEP - Projeto De Leitura	
*	Projeto Unesp-Franca - Clube De Leitura “Cárcere, Expressão Liberdade”	
6		1

Fonte: DIAPH

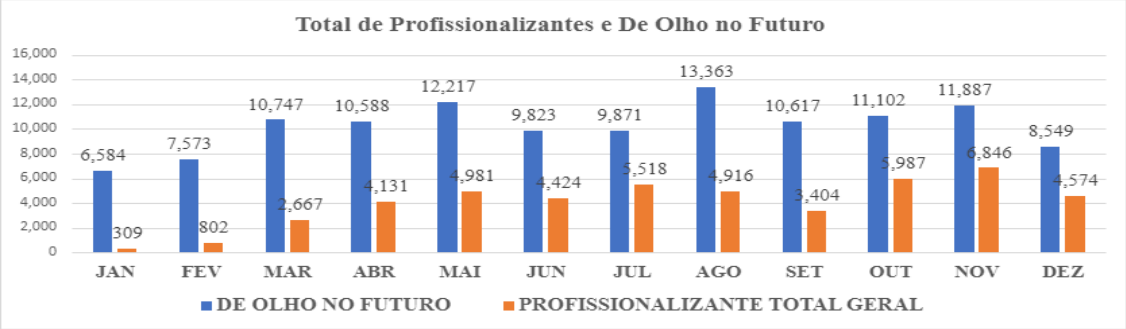
Programa de Educação Formal - de 1979 a 2012, a Funap executou nas prisões paulistas, com recursos próprios, o Programa de Educação nas Prisões (PEP). A partir de 2012, por força da Resolução MEC-CNE/CEB nº 2, as Diretrizes Nacionais para Oferta de Educação a Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade estabeleceram a obrigatoriedade da oferta de educação nos estabelecimentos penais, devendo essa oferta ser oficializada pelos sistemas estaduais de ensino (Secretarias de Educação ou órgãos congêneres), de caráter formal, adequada à realidade e às necessidades dos alunos e com certificação. Desse modo, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC) assumiu a educação formal nas prisões, sendo a Funap a interlocutora entre as unidades prisionais e SEDUC. A FUNAP, por meio do Grupo de Articulação de Ações de Educação (GAAE), participou das tratativas com membros da Secretaria da Educação (SEDUC) sobre aaplicação do Novo Ensino Médio, aos alunos do EJA nas Unidades Prisionais.

Fonte: SIMPPA

Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania – PROET - Lançado em 2013 e instituído como política pública por meio da Resolução SAP nº 136, de 23 de setembro de 2014, o Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania (PROET), com o Projeto “De Olho no Futuro”, visa a proporcionar às PPLs. a participação em atividades teórico-práticas que favoreçam mudanças no seu comportamento e que proporcionem oportunidade de aquisição de conhecimentos. O PROET congrega diversas ações, tais como cursos promovidos com recursos diretos da própria FUNAP (como o projeto “De Olho no Futuro” composto por 10 módulos de capacitação em relação ao mundo do trabalho e à cidadania), bem como cursos realizados por meio de parcerias, das quais se destacam o SEBRAE, TELEPORT e Instituto Federal de São Paulo – IFSP. Na capacitação profissional, a retomada das atividades, em níveis de normalidade, impôs a adoção de uma série de procedimentos tais como: seleção e contratação de monitores - privados de liberdade - de apoio à educação e de sala de leitura; seleção de PPLs; retomada dos cursos de natureza profissional da própria FUNAP; reativação de contratos e/ou prospecção de novos parceiros; formalização dos acordos pela celebração dos Termos de Colaboração etc., fundamentais para o crescimento das PPL assistidas em 2023. Entre janeiro e dezembro de 2023, o Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania – PROET, juntamente com as atividades profissionalizantes realizadas pelas unidades prisionais, totalizou 171.480 atendimentos (sendo 122.921 do Projeto “De Olho no Futuro e 48.559 dos demais Cursos Profissionalizantes), com uma média de 14.396 vagas/mês, algo significativamente superior ao obtido em igual período de 2022, que teve como média 14.290 vagas/mês.



Fonte: DIAPH



Fonte: DIAPH – Planilha Grate

A contribuição da FUNAP com o desenvolvimento dos Cursos de Qualificação e Capacitação Profissional, durante o ano de 2023, ocorreu, principalmente, por meio da aplicação dos programas/projetos acima relacionados. Destacamos que conseguimos firmar três novas Cooperações Técnicas de cursos profissionalizantes, saindo de 07(sete) para 10(dez) parcerias, aliado a assinatura do convênio com o SEBRAE, conseguimos aumentar nossos resultados nos cursos profissionalizantes de 16.705 atendimentos para 48.559, resultando em um aumento de 190,69%. Para o PET - "De Olho no Futuro", graças a ação constante para retomada da mão de obra de Monitores de Apoio a Educação PPL, por meio de processos de seleção e treinamento em todas as Unidades Prisionais, onde temos contrato, aliado a finalização da renovação de conteúdo dos módulos, conseguimos aumentar nossos resultados quanto a aplicação do PET de 48.689 atendimentos em 2022 para 122.921 em 2023, resultando um aumento de 152,46%, alcançando taxas pré-pandemia.

Programa de Formação em Nível Superior para Pessoas Privadas de Liberdade – PROFENS

A FUNAP, em parceria com Instituições de Ensino Superior (IES), oferta bolsas de estudo integrais às PPL, viabilizando o acesso à graduação em tecnologias, licenciaturas e bacharelados. Por meio deste Programa também são ofertados cursos de preparação para exames vestibulares e exames públicos (ENEM e ENCCEJA). Os cursos são desenvolvidos na modalidade à distância (EaD off-line) para unidades prisionais de regime fechado, e na modalidade semipresencial, nas unidades prisionais de regime semiaberto, em que os alunos e alunas PPL também convivem no ambiente acadêmico. Entre janeiro e outubro de 2023 o Programa de Formação em Nível Superior para Pessoas Privadas de Liberdade – PROFENS obteve uma média mensal de 334 alunos matriculados.

São parceiros neste esforço: Centro Universitário de Lins (UNILINS) - curso de Gestão em Logística; Faculdade de Tecnologia Jardim (FATEJ) - curso de Gestão de Recursos Humanos; Universidade Presbiteriana Mackenzie, cursos superiores de tecnologia; Fundação Polisaber - Cursinho da Poli, curso preparatório para o ENEM / ENCCEJA. Em 2023 deve-se destacar as formaturas que ocorreram: 40 formandos pela UNLINS de diferentes unidades prisionais; 28 formandos pela FATEJ no Presídio Militar Romão Gomes e 2 formandas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

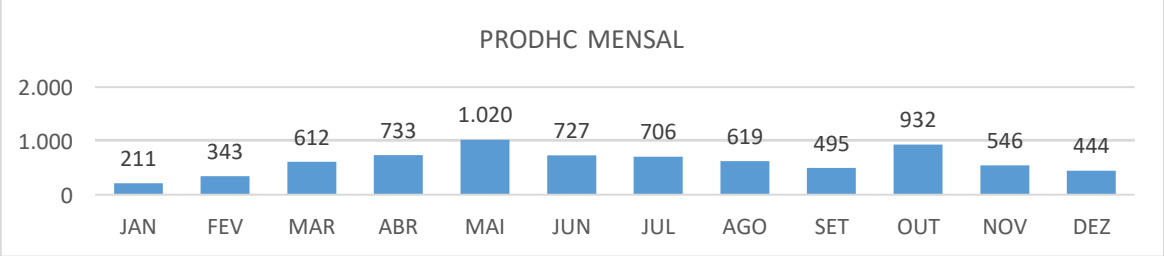
Programa de Desenvolvimento Humano e Cultural – PRODHC

Este programa abrange um conjunto de projetos desenvolvidos pela FUNAP e pelas UPs, voltados ao desenvolvimento pessoal e cultural, com objetivo de promover a melhoria da autoestima e do crescimento pessoal das PPL. As estratégias abrangem cursos de artes, desenho artístico, pintura, teatro e canto, além de palestras e *workshops*, entre outros.

Em 2023, o Programa de Desenvolvimento Humano e Cultural - PRODHC realizou 7.388 atendimentos, fruto de iniciativas da FUNAP e SAP, sempre na busca por ampliar o campo de possibilidades de oferta de atividades, sendo os principais parceiros da FUNAP: **Sociedade de Apoio ao Conhecimento e a Paz Interior** com o Curso de Educação para a Paz; **Penitenciária I "José**

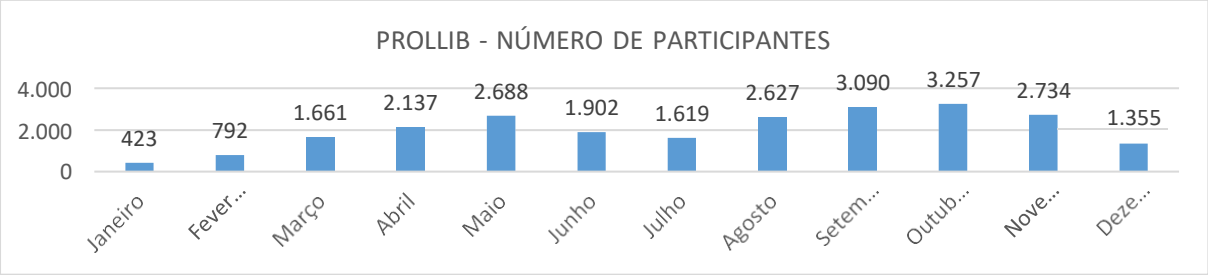
Parada Neto" de Guarulhos. por meio do Projeto "Cantando a Liberdade" o qual promove a formação musical por intermédio do canto coral; **Museu Casa de Portinari** que desenvolve projeto através de atividades educacionais e difusão da arte e da cultura, via Museu Casa de Portinari, por meio da vida e obra de Candido Portinari, destinadas às pessoas privadas de liberdade; **Rhema Brasil** curso de Introdução Bíblica; **Igreja Batista Do Povo**, Summit PPL, projeto realizado em diversos países para desenvolvimento de lideranças inspiradoras, por meio de vídeos e palestras.

Destacamos que conseguimos firmar três novas Cooperações Técnicas no Programa de Desenvolvimento Humano e Cultural, saindo de 02(duas) para 05(cinco) parcerias, conseguindo aumentar nossos resultados nos projetos desta área, numa evolução de 5.509 atendimentos para 7.388, resultando em um aumento de 34%.



Programa de Incentivo à Leitura – "Lendo a Liberdade" – PROLLIB

Instituído como política pública por meio da Resolução SAP nº 82, de 12 de julho de 2018, o Programa de Incentivo à Leitura – "Lendo a Liberdade" - PROLLIB tem como objetivo articular a implementação de atividades educativas de natureza literária no sistema prisional paulista contribuindo para a inclusão social de pessoas em privação de liberdade, por meio do desenvolvimento da escrita e do hábito da leitura para melhor formação pessoal, cultural, profissional e social, proporcionando também a possibilidade de remição de pena. Tem se firmado como política pública fundamental para o acesso às atividades de leitura pela população carcerária, suportada por investimento próprio e em colaboração com entes e organizações públicas e privadas, seja na perspectiva de possibilitar o acesso universal ao acervo literário disponível nas Salas de Leitura (SL) das Unidades Prisionais (UP) e dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) através do empréstimo de livros para fomentar o hábito da leitura e da escrita, seja por meio de atividades mais estruturadas como os clubes de leitura, na modalidade "leitura dirigida", ou pela leitura livre, ambas gerando a possibilidade de remição de pena.



Para manter o disposto na Resolução Nº 391 do CNJ, de 10 de maio de 2021 e das Portarias FUNAP 072/00/2021, de 01 de outubro de 2021 (Leitura Livre) e 077/00/2021, de 25 de outubro de 2021 (Leitura Dirigida), a FUNAP em conjunto com a SAP buscou expandir em 2023 rol de atividades ofertada firmando novas parcerias, bem como ampliando as atividades dentro das parcerias já existentes.

Dentre as principais ações empreendidas destacam-se:

1. Tratativas com parceiros para ampliação do atendimento, seja com a incorporação de novas unidades prisionais, seja absorvendo novas atividades nas ações de Leitura Dirigida ou emissão de pareceres na leitura livre;

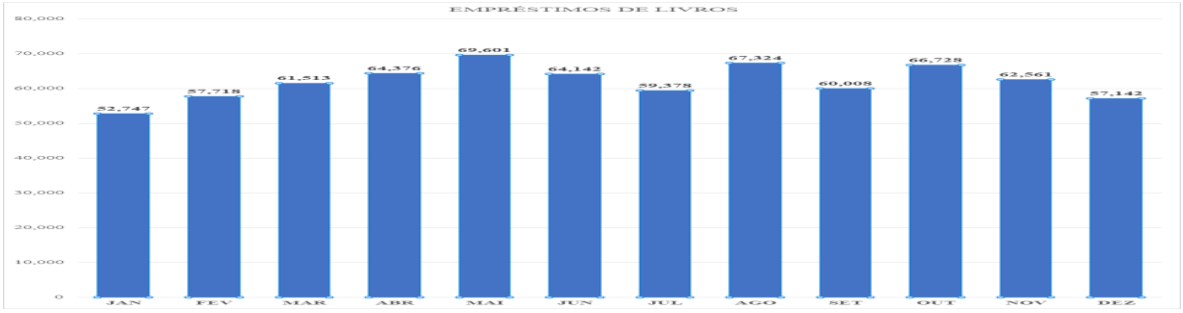
2. Busca de novas parcerias, inclusive regionalizadas, visando a ampliar o número de mediadores e pareceristas de leitura e aproximá-los das UP, saindo de 10(dez) em 2022 para 17(dezessete) parcerias em 2023. Na modalidade "Leitura Dirigida – Clubes de Leitura" estão participando: a) FUNAP com clubes de leitura próprios; b) Faculdade Dehoniana; c) Fundação Observatório do Livro e da Leitura de Ribeirão Preto com o projeto Palavra Mágica, d) UNAERP com o projeto Clube de Leitura em Estabelecimentos Prisionais; e) UNITAU, projeto Leitura Cidadã; ; f) Associação Bem Comum – ABC, Projeto "Páginas para a Liberdade"; g) Presídio Militar Romão Gomes, Projeto "Remição Pela Leitura"; h) Instituto Federal De São Paulo – IFSP, Projeto "A Leitura Como Ferramenta De Desenvolvimento Humano";) Associação Liberdades Poéticas, Projeto "Clube de Leitura Liberdades Poéticas". Na modalidade "Leitura Livre", estão em funcionamento parcerias com a Universidade

Presbiteriana Mackenzie, com a Faculdade Dehoniana, Centro Universitário Barão de Mauá, Universidade de Sorocaba – UNISO, Kroton, Centro Universitário FAM, Ministério Desfrute Deus, Centro Universitário FIG – Unimesp, Sociedade de Apoio ao Conhecimento e a Paz Interior, Projeto "Oficina de Leitura - Palavra de Paz. Diante das ações acima descritas, conseguindo aumentar nossos resultados nos projetos desta área, numa evolução de 6.102 atendimentos em 2022 para 24.285 em 2023, resultando em um aumento de 297%.

Projeto de Leitura Livre (Empréstimo de Livros) nas Prisões:

Trata-se da atividade mais antiga realizada nas salas de leitura por meio do empréstimo de livros do acervo das Unidades Prisionais, sob a gestão de monitores de apoio (reeducandos) contratados e remunerados pela FUNAP para a organização do acervo literário e o controle de empréstimos às pessoas privadas de liberdade, privilegiando o fomento e o desenvolvimento do hábito da leitura.

Em 2023 foram emprestadas 743.438 obras pelas 233 salas de leitura do Sistema Prisional Paulista, resultando em uma média de 61.953 empréstimos por mês. Houve crescimento na média mensal em relação ao ano anterior, que teve média de 58.911 empréstimo mensais, resultando um aumento de 5%.



Fonte: DIAPH

Ação 6144 – Provisão de Postos de Trabalho

(Esta ação é compartilhada entre a Funap e a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania)

Descrição: Disponibilização de postos de trabalho remunerados para custodiados em serviços de apoio e manutenção das próprias unidades prisionais, nas oficinas gerenciadas pela Funap e em empresas parceiras públicas e privadas, de acordo com padrões de respeito à dignidade humana observados internacionalmente, além de encaminhamentos de egressos a oportunidades de trabalho junto às instituições parceiras.

Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania:

Indicador 2868: número de ações e eventos realizados para promoção da empregabilidade

Meta: 160 eventos

Realização: 355 (221,88%)

Justificativa: No que tange às ações e eventos realizados para a promoção da empregabilidade, salientamos que tivemos uma total adesão de nossas Unidades Prisionais ao eventos, principalmente às Jornadas da Cidadania, Trabalho e Renda, e órgãos parceiros - cujos eventos são tanto para reeducandos como para egressos, além do aumento de visitas técnicas às Unidades Prisionais e de Atendimento, bem como tratativas com parceiros diversos, com escopo da formalização de acordos de cooperação técnica visando ações de qualificação e empregabilidade a todo o público atendido pela pasta, o que possibilitou a superação da meta prevista..

FUNDAÇÃO "PROF.DR. MAOEL PEDRO PIMENTEL - FUNAP:

Indicador 1706: número de vagas laborais ativas ofertadas para custodiados

Meta: 20.034 números de vagas laborais

Realização: 20.990 (104,77%)

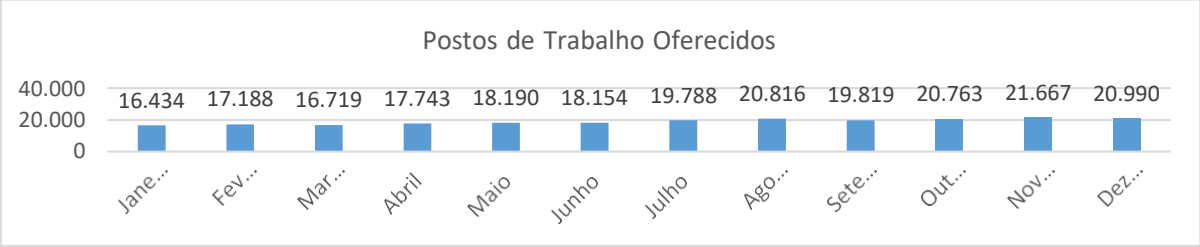
Justificativa: A FUNAP vinha através dos anos conseguindo ampliar a oferta do aumento de número de vagas às PPL, contudo a epidemia que se instalou no pais, a partir de março de 2020, foi sentida muito fortemente nas oficinas de produção da FUNAP e pelos nossos parceiros que até mesmo encerraram a sua produção ou vieram a falir. No ano de 2023, com a retomada da economia, as Diretorias de Produção e Comercial alcançaram em Dez/23 o oferecimento médio de 20.990 postos de trabalho, a meta pretendida foi estimada não prevendo a pandemia.

Principais Realizações:

Provisão de Postos de Trabalho:

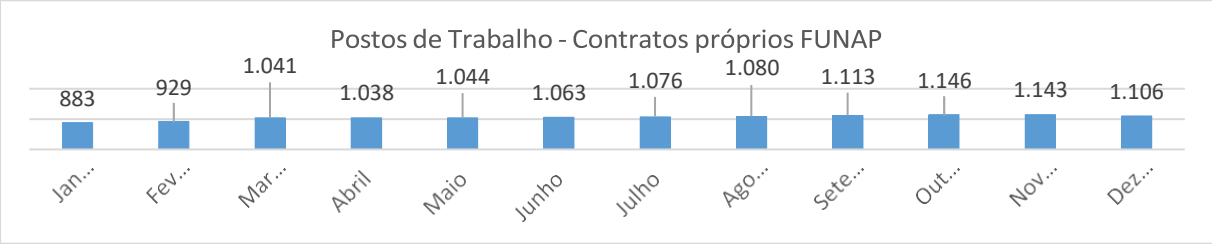
Trata-se de um conjunto de Programas, Projetos e Ações, gerenciados pelas diversas Diretorias da FUNAP, os quais criam oportunidades de trabalho remunerado às Pessoas Privadas de Liberdade, em

oficinas e serviços nas Unidade Prisionais ou em atividades externas, vinculadas a contratos próprios da Fundação ou por ela intermediados, com parceiros públicos e privados.



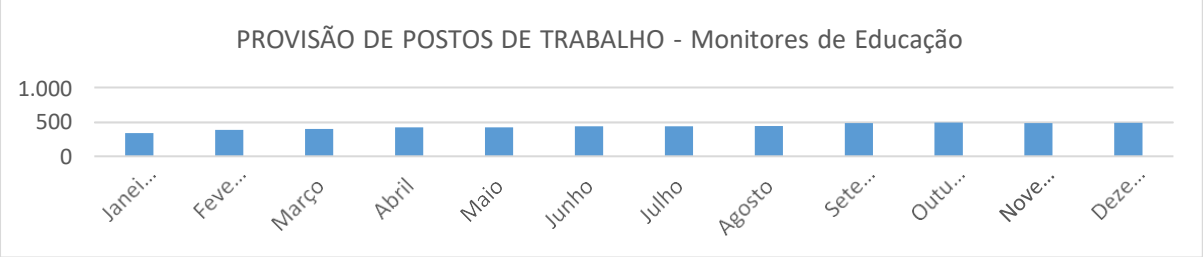
Fonte: SIMPPA

Na FUNAP as vagas decorrem, principalmente, das ofertas de trabalho e aprendizado nas Oficinas-escolas, geridas pela Diretoria de Produção (DIPRO), cujos produtos e serviços são alvo de um programa de comercialização e dos postos de Monitores de Sala de Aula e Leitura, administrados pela Diretoria de Assistência e Promoção Humana (DIAPH).



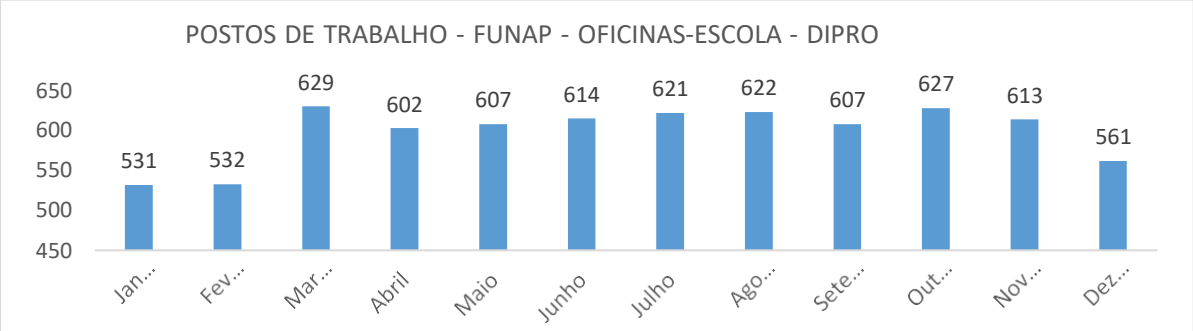
Fonte: DIRAF/ Contratos

Monitores vinculados ao PROET, PRODHC e Salas de Leitura – Em constante crescimento as salas de aula profissionalizantes e de apoio de leitura contam com monitores contratados pela FUNAP que atuam em diversos projetos acima elencados, cujos dados de 2023 se apresentam no gráfico abaixo:



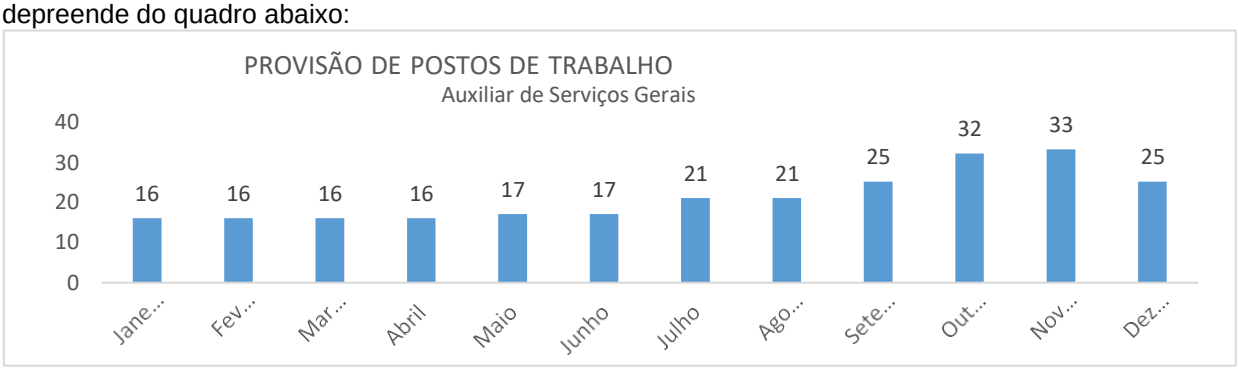
Oficinas-Escola - a FUNAP administra 44 oficinas-escola, localizadas no interior e/ou entorno dos estabelecimentos penais, para capacitação e qualificação profissional, além de 9 centros que executam atividades de apoio nas áreas de: almoxarifado, limpeza, manutenção e serviços gerais. Em 2023, são ofertados, potencialmente, 1.017 postos de trabalho, principalmente, em dois grandes eixos: a produção industrial pelo Programa de Capacitação Profissional - PROCP e a produção artesanal pelo Programa Escola de empreendedorismo em Arte - ARCOS.

Programa de Capacitação Profissional - PROCP e Escola de Empreendedorismo em Arte ARCOS - as Oficinas-escola do PROCP e do ARCOS são importantes instrumentos da geração de oportunidades de trabalho. Na área artesanal é de se pontuar que a FUNAP procurar ampliar o número de Oficinas-escola e vagas, em razão do desenvolvimento do Projeto Integração Familiar, instrumento de geração de renda aos familiares e de postos de trabalho aos PPL. Em 2023, houve a manutenção de 11 Oficinas-escola próprias de artesanato



Fonte: DIRAF- Contratos Excluídos os serviços gerais da DIPRO

O preenchimento de atividades de apoio em Oficinas, nos escritórios regionais e na sede da Funap, é também importante instrumento de geração de vagas e oportunidade de ressocialização, conforme se depreende do quadro abaixo:



Fonte: DIRAF- Contratos

As principais linhas de produção e serviços são: confecção e reforma de móveis escolares; confecção de móveis corporativos; manutenção e reforma de materiais ligados aos serviços de saúde hospitalar (cadeira de rodas, cama hospitalar, escada de dois degraus, mesa para refeição hospitalar e similares), e novas linhas nos segmentos de artesanato, confecção, marcenaria e tear, entre outros. O ano de 2023 permitiu a manutenção de investimentos e da modernização da Oficina-escola localizada na Penitenciária I "Dr. Walter Faria Pereira de Queiroz" de Pirajuí, ampliando sua capacidade de oferta em até 140 vagas. Entre os meses de janeiro a meados de dezembro/2023, foram produzidos, ou reformados variados produtos das Oficinas-escolas, como pode se verificar pelo quadro abaixo:

Fonte: DIPRO, até dezembro 2023.

Diretoria Adjunta de Comercialização – DICOM

A Diretoria Adjunta de Comercialização (DICOM) tem por atribuição o desenvolvimento de programas, projetos, planos de ações, dentre outras atividades visando à difusão das atividades laborais realizadas pelas pessoas privadasde liberdade (PPL), quer por intermédio da produção artesanal e industrial no ambiente carcerário, quer promovendo a contratação de sua mão de obra pelos setores público e privado, visando a ressocialização, reintegração social por meioda capacitação, trabalho e renda do reeducando.

Programa de Comercialização de Produtos e Serviços de Ressocialização:

O programa abrange todas as atividades de comercialização de produtos e serviços voltados à ressocialização das PPL. Em 2023, para atender a esse programa, por meio de suas gerências, trabalhou-se com vendas e reformas de produtos provenientes do trabalho da PPL, bem como com alocações de mão deobra carcerária diretamente aos setores público e privado, cujas principais linhas seguem sintetizadas abaixo:

Confecção de artigos têxteis: além dos uniformes às pessoas privadas de liberdade, destaca-se que foram produzidas milhares de peças de uniformes aos colaboradores da Secretaria da Administração Penitenciária - Agentes de Segurança Penitenciária (ASP) e aos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária (AEVP), contudo predominou a confecção de uniformes escolares para as diversas prefeituras do Estado de São Paulo;

Confecção de móveis corporativos: produzidos por encomenda, possuem grande valor agregado, ao viabilizar a expansão do trabalho com a alocação de mão de obra carcerária e ao fidelizar clientes dos setores público e privado;

Confecção e reforma de móveis escolares: além da linha de confecção de móveis escolares novos - padrão FDE, com aprovação do INMETRO, um dos principais produtos FUNAP vendidos às prefeituras no corrente ano, a Fundação também atuou na reforma desse mobiliário, o que ocorre em algumas oficinas FUNAP por conta da existência de um contrato com a Secretaria de Educação do Governo de São Paulo. Necessário destacar que, no ano em curso, retomou-se, de forma satisfatória,

esse processo, pois havia sido muito prejudicado pela pandemia, o que levou a FUNAP a reorganizar suas oficinas;

Alocação de mão de obra: o Programa de Alocação de Mão de Obra - PROALMO, atende ao setor público - prefeituras municipais (majoritariamente)e ao setor privado – empresas. Constitui-se no maior vetor de geração de postos de trabalho às PPL com grande potencial de oportunidade de ressocialização aos reeducandos, principalmente aos que se encontram no regime semiaberto, em condições de normalidade. Com a retomada dessa atividade nos ambientes externos às Unidades Prisionais (UP), em face do controle da pandemia, houve elevado aumento de oferta e procura por esse programa, o qual será melhor explanado abaixo por ser contemplado no Programa do Governo do Estado de São Paulo e no Plano Plurianual.

Faturamento Total - de janeiro a dezembro de 2023:
O faturamento total da Funap, por vendas de produtos e serviços além do PROALMO - de 01 de janeiro a 30 de dezembro de 2023, consolidou-se conforme segue:

LINHA DE PRODUTO E/OU SERVIÇO	ATÉ DEZEMBRO DE 2023
Confecção de vestuário	R$ 9.267.404,60
E-commerce	R$ 16.031,30
Loja Sede	R$ 76.179,25
Móveis Corporativos	R$ 205.424,10
Móveis Escolares	R$ 2.634.968,60
Reforma de móveis escolares	R$ 1.637.230,32
Reforma de equipamentos	R$ 64.271,95
Projeto Integração Familiar	R$ 88.093,52
PROALMO - Alocação de mão de obra carcerária	R$ 15.589.309,03
TOTAL	**R$ 29.578.912,67**

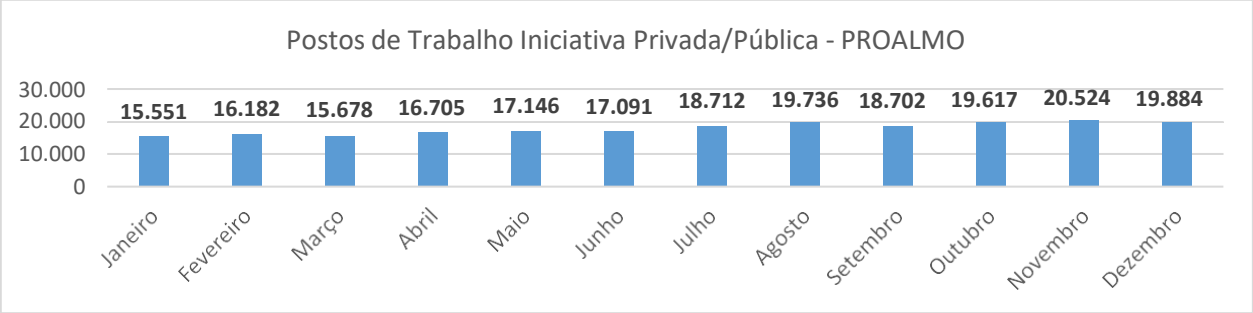
Fonte: DICOM/FUNAP

Observa-se que a Programa de Alocação de Mão de Obra e a venda de vestuários produto FUNAP, prevalecem, neste ano, sobre os demais produtos e serviços, seguidos pela vendada linha de móveis escolares. Portanto, são os seguimentos que mais geram capacitação e emprego às PPL.
Em decorrência de um vultoso contrato com o município de Campinas/SP, no valor de R$ 8.472.167,00, percebe-se que há a previsão de um crescimento na ordem de 5%, em face dos faturamentos a serem efetivados no mês de dezembro, por conta do PROALMO e das reformas de móveis escolares com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e com a Secretaria Municipal da Educação de São Paulo.

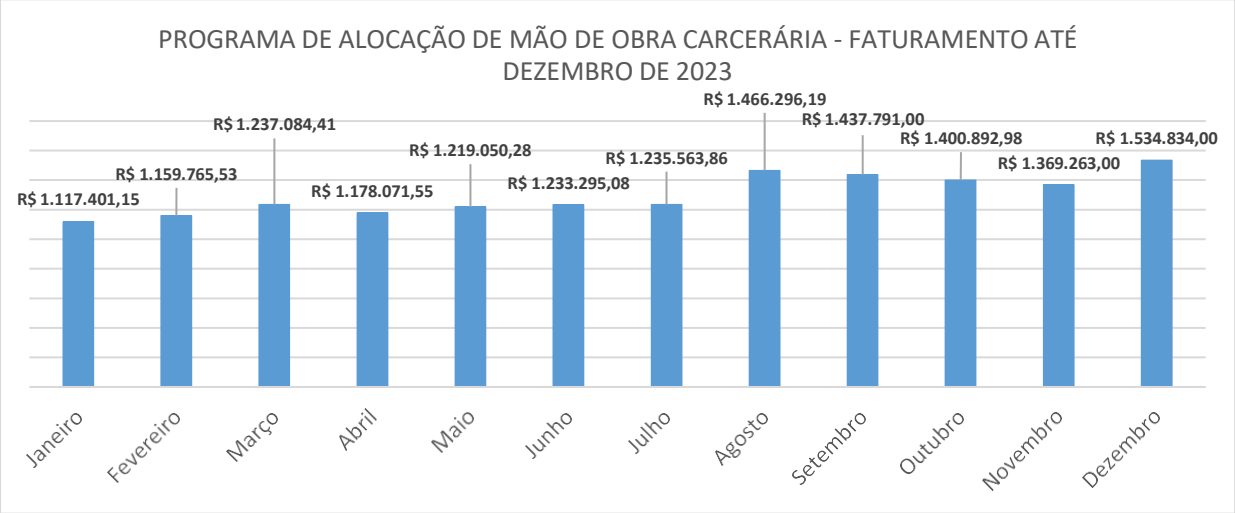
Programa de Alocação de Mão de Obra - PROALMO

A Lei de Execução Penal prevê a possibilidade de trabalho aos reeducandos com finalidade produtiva e educativa. No Estado de São Paulo a contratação desta mãode obra é feita por meio do Programa de Alocação de Mão de Obra (PROALMO)da FUNAP, destinada aos órgãos público e privado. A proposta do PROALMO é viabilizar postos de trabalho para homens e mulheresem cumprimento de pena, contribuindo para sua ressocialização e qualificação profissional, trabalho e geração de renda. Ao contratante, a iniciativa concilia segurança jurídica e possibilidade de consolidar um modelo de negócio rentável e o desenvolvimento de ações de responsabilidade social, contribuindo com areintegração social da PPL. O PROALMO sofreu impacto significativo em virtude da suspensão dos contratosvigentes no primeiro trimestre do ano de 2020, decorrente das medidas de controlee restritivas impostas ao sistema prisional, para o enfrentamento da pandemia do Covid-19. Com a retomada gradual das atividades, cujo marco principal se deu em dezembro de 2021, com a liberação das PPL para as atividades externas às UP, houve um enorme esforço dos Gerentes de Comercialização e Gerentes Regionais com o objetivo de reconduzir antigos parceiros bem como prospectar e converter novos contratos de alocação demão de obra o que refletiu na retomada de parte dos postos de trabalho e do faturamento decorrentes deste serviço, conforme se observará no gráfico à frente.

Observa-se no gráfico um crescimento constante na oferta de mão de obra carcerária no ano em curso. Necessário apontar que as vagas se referem as PPL diretamente empregadas – mão de obra direta (MOD)



Fonte: DICOM/FUNAP



Ação 6145 – Assistência Legal aos Custodiados e Serviços de Apoio à Reintegração Social

Descrição: Assistência Judiciária aos custodiados sentenciados carentes do sistema penitenciário paulista no acompanhamento do processo de execução, em relação a incidentes processuais e pedidos de benefícios e progressão de pena, além de fornecimento de subsídios, tais como contagem de dias trabalhados e relatório de comportamento para apoiar a decisão judicial, por meio de convênio firmado com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Indicador 2885: número de entrevistas realizadas às PPL e Internadas que não tenham advogados constituídos (unidade).

Meta: 150.000 atendimentos no ano

Realização: 220.884 – 147,26% da meta

Justificativa: Dentre as atividades desenvolvidas pelo Corpo Jurídico da FUNAP, em especial pelos advogados desta FUNDAÇÂO, está a realização de entrevistas as pessoas privadas de liberdade (PPL), que não tenham advogados próprios constituídos. É necessário realizar o atendimento de maneira plena a esses reeducandos. Os inúmeros casos de progressão de regime e outras benesses jurídicas, além da constante entrada de pessoas nas Unidades Prisionais do Estado, fazem com que um número cada vez maior de pessoas necessite deste atendimento, e muitas vezes, esta entrevista é realizada de forma virtual, já que o número de advogados é inferior ao de unidades prisionais. Isso faz com que o advogado atenda em mais de uma Unidade Prisional, muitas vezes de maneira virtual, também em razão da distância entre as unidades. Assim, ainda que o número de advogados seja menor que o de unidades, a possibilidade de atendimento virtual acarretou na superação da meta inicialmente proposta.

Principais Realizações: Assistência Legal aos Custodiados e Serviços de Apoio à Reintegração Social (PROJUS) – trata-se de Serviços de Assistência Jurídica Suplementar Prestados às pessoas privadas de liberdade e internadas hipossuficientes que não tenham advogados constituídos.

Metas Estipuladas No Termo De Convênio Nº 3010/2019 – Funap /Sap/ Defensoria SP.

MÊS/ANO	META 1	META 2	META 3	META 4	TOTAL
Jan/23	9.063	11.443	35.347	77.492	133.345
Fev/23	9.164	10.528	31.127	71.909	122.728
Mar/23	10.180	13.194	37.300	83.842	144.516
Abr/23	7.732	10.932	31.450	65.326	115.440
Mai/23	10.002	13.550	38.200	83.058	144.810
Jun/23	8.940	12.008	33.206	70.593	124.827
Jul/23	8.065	11.004	30.974	67.513	117.556
Ago/23	9.987	12.547	37.418	96.740	146.692
Set/23	7.798	11.519	28.423	62.719	110.459
Out/23	9.376	11.484	30.864	70.622	122.346
Nov/23	7.857	10.526	28.032	64.328	110.743
Dez/23	7.181	10.806	25.663	60904	104.554
Total					1.498.016

Fonte: PROJUS (Programa Jurídico Suplementar)

Atualmente, há 120 advogados ativos, atendendo 179 Estabelecimentos penais da Secretaria da Administração Penitenciária, 12 unidades da Secretaria de Segurança Pública e 1 unidade da Secretária de Estado de Saúde com a faculdade de apoiar Estabelecimentos penais não contemplados pelo convênio, em caráter excepcional, com anuência da Defensoria Pública.

Os atendimentos estão consolidados em 04 Metas assim descritas:

Meta 1 - Pedidos de Reconhecimento de Direitos (Benefícios): O requerimento para o reconhecimento dos direitos, abaixo relacionados, em favor dos assistidos, em todas as esferas judiciais referentes ao cumprimento de pena, inclusive os garantidos pelos remédios do Habeas corpus e do Mandado de segurança; o pedido de progressão de regime na forma de semiaberto; o pedido de progressão de regime na forma de aberto; o pedido de livramento condicional, de sursis e de pena restritiva de direito; o pedido de concessão de prisão domiciliar; o pedido de detração de pena; o pedido de remição de pena pelo estudo; o pedido de remição de pena pelo trabalho; o pedido de concessão de indulto; o pedido de comutação de pena; o pedido de autorização de saída extraordinária; o pedido de desinternação; o pedido de cessação da medida de segurança; o pedido de impugnação do excesso ou do desvio de execução; o pedido de unificação de penas; o pedido de transferência para aproximação familiar; o pedido de atualização do cálculo de penas; o pedido de retificação do cálculo de penas; o pedido de liberdade provisória; o pedido de extinção da punibilidade; tudo na forma e nos prazos aptos a garantir a preservação dos direitos ameaçados ou as reparações imediatas dos direitos violados; arquivando, preferencialmente, por meio eletrônico, as vias protocolizadas das petições ou os documentos equivalentes em ambiente virtual da FUNAP e, na impossibilidade, no estabelecimento prisional;

Quantidade Mensal para o cumprimento da meta: 11.265

Meta 2 - Processos Administrativos Disciplinares (PAD): A atuação nos processos administrativos disciplinares que envolvam as pessoas privadas de liberdade ou internadas desde que não estejam representadas por advogado constituído para esse fim, a partir da instauração de Procedimento Interno Disciplinar (PlD) até a sua conclusão, especialmente na coleta das oitivas (acusação, testemunhas e acusado); apresentação de defesa prévia; pedido de diligências; indicação de incidentes processuais; apresentação da defesa técnica; ciência da decisão do plD e orientação assistida sobre a decisão do PID; interposição de pedido de reconsideração administrativa da decisão interposição de recurso judicial da decisão final do PID;

Quantidade Mensal para o cumprimento da meta: 5.900

Meta 3 - Atendimentos às pessoas privadas de liberdade (Entrevista): Entrevistar as pessoas privadas de liberdade e internadas que não tenham advogados constituídos, nos locais destinados a esse fim nas unidades prisionais, visando a prestar as informações processuais cabíveis, inclusive a familiares e responsáveis legais, quando possível, bem como colher as informações necessárias para a adoção das medidas adequadas; leitura prévia da solicitação de atendimento feita pela pessoa privada de liberdade e internada com efetivação de pedidos administrativos para os estabelecimentos prisionais; a entrevista das pessoas privadas de liberdade e internadas que não tenham advogados constituídos, nos locais destinados a esse fim' nos estabelecimentos prisionais ou, na impossibilidade de atendimento presencial, por meio de teleatendimento ou teleaudiência, visando a prestar as informações processuais cabíveis, bem como a colher as informações necessárias para a adoção das medidas adequadas; o encaminhamento à DEFENSORIA de documentação e ou de informação a

respeito do estado de saúde do assistido para eventual instrução de pedido de reconhecimento de direitos por aquela; o atendimento aos familiares dos assistidos;
Quantidade Mensal para o cumprimento da meta: 16.090
Meta 4 - Atos complementares aos atendimentos (Atos Instrutórios): o pedido de expedição de guia de recolhimento; o pedido de remessa de guia de recolhimento; o pedido de remessa dos autos físicos da execução criminal; o pedido de destituição de advogado particular; o pedido de certidão de breve relato; o pedido de relaxamento de prisão em flagrante delito; o pedido de boletim informativo processual; o pedido de atestado de permanência carcerária; o pedido de atestado de conduta carcerária; o pedido de mapa dos dias estudados para fins de remição; o pedido de mapa laborterápico para fins de remição; a análise da regularidade da documentação da pessoa privada de liberdade e internada (prontuário, folha de antecedentes etc.) que não resulte em adoção de providências; a consulta processual dos autos físicos de execução criminal, desde que não resultem em providência adicional; especialmente para efetivação, em caráter excepcional, da propositura de medidas urgentes, na forma e nos prazos aptos a garantir a preservação dos direitos ameaçados ou as reparações imediatas dos direitos violados; arquivando, preferencialmente por meio eletrônico, as vias protocolizadas das petições ou dos documentos equivalentes em ambiente virtual da FUNAP e, na impossibilidade, no estabelecimento prisional.
Quantidade Mensal para o cumprimento da meta: 65.351
Os projetos que ocorreram em 2023: Encontro com Advogados; Pedido de abertura de concurso público para recomposição dos quadros de advogados; Renovação do convênio com TJ/SAP/FUNAP para acesso integral aos processos pelos servidores da FUNAP.

Ação 6147 – Promoção da aplicação de Penas e Medidas Alternativas à Prisão

Descrição: Acompanhamento e fiscalização do cumprimento das penas e medidas alternativas impostas aos apenados; fomento das alternativas penais; envolvimento da sociedade nesse processo; apoio ao Poder Judiciário com a provisão de vagas não remuneradas de trabalho destinadas ao cumprimento das penas e medidas alternativas à prisão; realização de avaliação psicossocial e de perfil do apenado para direcionamento às vagas de prestação de serviços à comunidade.
Indicador 2886: - número de visitas técnicas realizadas às unidades da SAP e entidades parceiras
Meta: - 500 visitas
Realização: 970 **(**194,0% da meta)
Justificativa: Com a diminuição do período pandêmico, foi necessário acelerar o retorno das parcerias com as Instituições, para oferta de postos de trabalho, bem como o encaminhamento de prestadores de serviços à comunidade, e consequente orientação e correição de atividades nas UAs - Unidades de Atendimentos. Superamos a meta através do retorno total das parcerias com as instituições, bem como o reencaminhamento de prestadores de serviços à comunidade.
Principais Realizações:
Programa de Penas e Medidas Alternativas
Tem por finalidade difundir a prática da aplicação de medidas alternativas à prisão. Recebe pessoas destinadas a cumprir penas alternativas à prisão, em especial as de prestação de serviços à comunidade. No programa são realizados avaliação psicossocial e levantamento de demandas, além da avaliação de potencialidades, bem como das limitações/restrições dos apenados. Após, e de acordo com o perfil levantado na entrevista, são encaminhados a instituições, públicas ou não, porém sem fins lucrativos, para cumprimento das penas.

Custo por apenado			R$ 34,50
Índice de Reincidência no Programa			3,3%
Ano	Novos cadastros no ano	Total em acompanhamento	Qtde de CPMAs
2023	16.930	22.594	94
Inauguradas em 2023: Barueri, Francisco Morato, Guaíra, Laranjal Paulista e Penápolis.			

Central de Alternativas Penais e Inclusão Social –
CEAPIS é uma das unidades integrantes do Programa de Penas e Medidas Alternativas e faz parte de um projeto do Conselho Nacional de Justiça – CNJ denominado Audiência de Custódia, que foi elaborado através de informações sobre o sistema carcerário e percebeu a necessidade de provocar reflexões bem mais comprometidas sobre a utilidade e a adequada utilização das medidas cautelares em face do sistema de justiça criminal e oferecer opções que evitem o imediato

encarceramento provisório, discutindo alternativas a judicialização do conflito penal e o próprio encaminhamento assistencial e social devidos que, porventura, seja recomendado.

Número de Atendimento de Alternativas Penais e Inclusão Social			
Ano	Novos cadastros no ano	Total em acompanhamento	Qtde de CEAPIs
2023	95	180	25

Ação 6166 – Promoção da Reintegração Social a Custodiados e Familiares

Descrição: Atendimento psicológico e social a presos, internados e seus familiares e suporte técnico às equipes das unidades prisionais para implementação de ações de reintegração social, por meio da disponibilização de estratégias e metodologias de trabalho, elaboração, implementação e acompanhamento de ações contínuas, projeto, avaliações e providências objetivas quanto a direitos trabalhistas e benefícios sociais.
Indicador 4029: Número de relatórios e ou documentos técnicos produzidos em atendimento ao poder judiciário, para fins de progressão de regime de pessoas privadas de liberdade. (Unidade)
Meta: 680 relatórios
Realização 839 (123,38% da meta)
Justificativa: A meta foi ultrapassada, tendo em vista ações complementares, como o "Ação Conjunta", que impactou no número dos deslocamentos necessários.
Principais Realizações:

Programa de Ações de Reintegração Social

Atendimentos Psicossociais às Pessoas Presas	1.041.924
Pessoas Presas atendidas	435.842
Regularização de Documentos Pessoais para Pessoas Privadas de Liberdade	61.724
Avaliações Técnicas para Decisões Judiciais	34.761
Avaliações Técnicas para Individualização da Pena para CTC	2.660
Avaliações Técnicas para Trabalho Interno	63.807

Equipe volante – Avaliações realizadas

	Serviço Social	Psicologia	TOTAL
2023	2.894	3.431	6.325

Projetos, Programas e Parcerias
Projeto PIX – Conectando Pessoas ferramenta de transferência eletrônica oferecida pelo Banco Central do Brasil;

Projeto Conexão Familiar – preservação do vínculo afetivo: **Correspondência Virtual[1] Visita Virtual[2]**
Egressos no Mercado de Trabalho – inseridas 167 pessoas egressas em empregos formais

Plano Estadual da Mulher Presa – fomenta políticas e ações de promoção e proteção aos direitos das mulheres privadas de liberdade e egressas

2 14.017.717 recebidas e 13.455.938 respondidas de acordo com a manifestação de vontade da pessoa privada de liberdade
[3] Realizadas 580.328

Jornada da Cidadania Trabalho e Renda – 219 eventos: 650.000 atendimentos e 250.000 pessoas atendidas.

Oficinas PROCAP – cursos profissionalizantes
Fabricação de blocos de tijolos ecológicos – 80 pessoas privadas de liberdade capacitadas, **Corte e Costura** – 448 Pessoas privadas de liberdade capacitadas, **Marcenaria** – 192 pessoas privadas de liberdade capacitadas, **Panificação** – 280 pessoas privadas de liberdade capacitadas, **Serralheria** – 256 pessoas privadas de liberdade capacitadas.

Diversidade à Mesa – qualificação profissional da população LGBTQI+ na área de alimentação, bebidas e hospitalidade – 310 pessoas privadas de liberdade capacitadas

Implantação de 6 Estufas e Sombrites – para capacitação de pessoas privadas de liberdade para o cultivo de alimentos – produção de mais de 338 kg de alimentos.

Programa Pró-Egresso e Via Rápida Expresso - conjunção de esforços entre a Secretaria da Administração Penitenciária - SAP, por meio da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania - CRSC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE para promover cursos de capacitação das pessoas pré-egressas e egressas focados nas necessidades de mão de obra da região onde habitam – 680 reeducandos e egressos capacitados.

Escolas Pró-Egresso – salas de aula em unidades prisionais destinadas para capacitação profissional das pessoas privadas de liberdade em regime semiaberto

Festival de Curtas e Direitos Humanos Entretodos 16ª edição- promovido pela Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e SPCINE a exibição ocorreu em 45 estabelecimentos penais alcançando 2.573 pessoas privadas de liberdade

Projeto Coração Profundo – apresentação educativa, terapêutica e transformadora por meio de espetáculos que envolvem canto, musicais, danças, teatro, capoeira, artes circenses – ocorreu em 14 unidades prisionais e contemplou 3.600 pessoas privadas de liberdade
Plataforma Reintegra de Educação e Orientação Profissional – oferta de cursos e oportunidades de capacitação para egressos e seus familiares – oferta 24 vídeos aulas sobre as áreas formativas de alimentação; horticultura; estética e beleza e elétrica; 6 vídeos oficinas sobre direito trabalhista e previdenciário; empreendedorismo; economia solidária; autogestão; crédito consciente e cidadania e direitos humanos

Curso preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e o Exame Nacional de Competência para Jovens e Adultos – ENCCEJA – Termo de Acordo com o Instituto SEB de Ribeirão Preto, curso aplicado em 33 estabelecimentos penais, contemplando 1.142 pessoas privadas de liberdade.
Jornadas em Unidades de Reintegração (CAEFs) – 4.680 atendimentos realizados
Diversidados – 7.296 pessoas privadas de liberdade LGBTQI+
Credenciamento – 3.750 laudos realizados para exame criminológico – 71 profissionais credenciados

Ação 6301 – Provisão de Cursos de Qualificação a Presos do Regime Semiaberto

Descrição: Disponibilização de cursos de qualificação para o mercado de trabalho para presos do regime semiaberto.
Indicador 4030: número de presos do regime semiaberto, egressos e familiares capacitados (unidade)
Meta: 11.800 presos
Realização: 30.838 presos – (261,34%)
Justificativa: Quanto ao número de presos dos regimes fechado, semiaberto, pessoas egressas e familiares capacitados, nossa meta era de 11.800 e alcançamos o número de 30838 pessoas qualificadas, graças ao considerável número de acordos de cooperação com parceiros diversos, capacitações advindas das próprias jornadas da Cidadania e o considerável avanço do convênio federal PROCAP, com disponibilização de cursos. O convenio é uma parceria entre a SAP e SENAPPEN, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Principais Realizações:
Grupo de Capacitação Aperfeiçoamento e Empregabilidade - capacitação profissional das pessoas que cumprem pena em regime semiaberto, egresso.

Unidades de Regime Semiaberto Atendidas no Estado	110
Capacitação Profissional "Pró-Egresso" para Sentenciados de Regime Semiaberto	29.385
Empregados Via Portal Emprega SP/Pró-Egresso	133

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

13000 - Secretaria de Agricultura e Abastecimento

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**704.606.040,00**	**760.563.082,00**	**573.073.759,78**	**55.230.405,65**	**628.304.165,43**	**868.315.393,72**
Pessoal, e Encargos Sociais	356.947.801,00	395.589.105,00	394.591.174,31	0,00	394.591.174,31	389.591.711,53
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	347.658.239,00	364.973.977,00	178.482.585,47	55.230.405,65	233.712.991,12	478.723.682,19
Despesas de Capital	**248.149.545,00**	**154.805.901,00**	**138.082.677,57**	**7.964.096,26**	**146.046.773,83**	**184.353.628,77**
Investimentos	248.149.545,00	154.805.901,00	138.082.677,57	7.964.096,26	146.046.773,83	184.353.628,77
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**952.755.585,00**	**915.368.983,00**	**711.156.437,35**	**63.194.501,91**	**774.350.939,26**	**1.052.669.022,49**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

13000 - Secretaria de Agricultura e Abastecimento

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
1316 - Abastece-SP: Segurança do Campo a Mesa	**215.798.080,00**	**199.325.097,00**	**191.397.548,40**	**7.459.145,73**	**198.856.694,13**	**191.133.606,33**
3 - Despesas Correntes	201.798.060,00	194.136.527,00	191.224.860,40	2.445.100,96	193.669.961,36	190.960.918,33
4 - Despesas de Capital	14.000.020,00	5.188.570,00	172.688,00	5.014.044,77	5.186.732,77	172.688,00
1317 - Agro-SP Sustentável	**734.817.505,00**	**644.096.699,00**	**458.852.354,66**	**50.544.997,77**	**509.397.352,43**	**806.717.906,81**
3 - Despesas Correntes	502.807.980,00	498.616.128,00	322.694.721,93	48.352.349,68	371.047.071,61	624.287.392,88
4 - Despesas de Capital	232.009.525,00	145.480.571,00	136.157.632,73	2.192.648,09	138.350.280,82	182.430.513,93
1730 - Direitos Humanos e Cidadania	**0,00**	**360.040,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
4 - Despesa de Capital	0,00	360.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1731 - Justiça e Cidadania no Campo e na Cidade	**0,00**	**68.717.147,00**	**59.510.334,29**	**4.590.358,41**	**64.100.692,70**	**53.421.309,35**
3- Despesas Correntes	0,00	67.784.227,00	59.127.977,45	4.432.955,01	63.560.932,46	53.040.882,51
4 - Despesas de Capital	0,00	932.920,00	382.356,84	157.403,40	539.760,24	380.426,84
2990 - Desenvolvimento de Ações decorrentes de Emendas Parlamentares	**2.140.000,00**	**2.870.000,00**	**1.396.200,00**	**600.000,00**	**1.996.200,00**	**1.396.200,00**

3 - Despesas Correntes	0,00	26.200,00	26.200,00	0,00	26.200,00	26.200,00
4 - Despesas de Capital	2.140.000,00	2.843.800,00	1.370.000,00	600.000,00	1.970.000,00	1.370.000,00
Despesa Total	**952.755.585,00**	**915.368.983,00**	**711.156.437,35**	**63.194.501,91**	**774.350.939,26**	**1.052.669.022,49**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento contribui em três objetivos estratégicos do Governo do Estado de São Paulo para o PPA de 2020-2023, conduzindo o Estado para uma agricultura competitiva, fortalecendo o padrão de produção e o consumo sustentável, fomentando o agronegócio paulista por meio de parcerias que asseguraram a qualidade, produtividade e sustentabilidade da produção.

Promoveu o desenvolvimento sustentável, preservando o meio ambiente com ações integradoras que promoveram o uso racional da água e de fontes renováveis de energia.

Comprometida com qualidade dos serviços públicos intensificou o uso de tecnologia, das parcerias com a sociedade civil e simplificou processos.

O relatório ora apresentado está aderente aos programas inseridos no PPA 2020-2023, e apresentam os indicadores associados às principais ações governamentais.

PROGRAMA 1316 – ABASTECE-SP - SEGURANÇA DO CAMPO Á MESA

Os resultados 2023 foram 626 propriedades avaliadas quanto ao risco sanitário pela CATI e 7.906 propriedades avaliadas e fiscalizadas quanto ao risco sanitário pela CDA.

Vigilância e inspeção sanitária é caracterizada pela fiscalização de caráter sanitário na área vegetal em estabelecimentos e propriedades rurais, viveiros e depósitos de mudas, trânsito de vegetais, bem como a fiscalização do comércio de agrotóxicos. As fiscalizações de caráter sanitário na área animal são realizadas em propriedades rurais, eventos de concentração animal, revendas de produtos e insumos veterinários e no trânsito de animais, seus produtos e subprodutos. Os servidores da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) realizam as fiscalizações de acordo com o preconizado nos programas sanitários animal e vegetal e legislações vigentes, a CDA realizou 43.737 fiscalizações de Defesa Vegetal e Animal.

Tabela 1 - Número de fiscalizações da vigilância animal e vegetal, executado em 2023.

Indicador	Unidade	2023*
Vegetal	Fiscalizações	11.133
Animal	Fiscalizações	32.604

* Dados referentes ao período de 01/01/2023 a 30/11/2023

Por meio do Sistema de Gestão de Defesa Animal e Vegetal - GEDAVE, atualmente os produtores rurais podem emitir a Permissão de Trânsito Vegetal (PTV), Guias de Trânsito Animal (GTA), além de realizar as declarações semestrais de seus rebanhos e das vacinações contra a febre aftosa e brucelose utilizando a internet de qualquer dispositivo móvel, não sendo mais necessário o deslocamento até uma unidade da Defesa Agropecuária para a obtenção dos documentos e/ou a realização das declarações. Durante o ano de 2023, foram emitidas até 30/11, por meio do sistema GEDAVE, um total de 975.841 GTA´s e um total de 93.231 PTV´s. O GEDAVE também está integrado com a Junta Comercial do Estado de São Paulo, que é o sistema responsável pela integração de dados da consulta de viabilidade locacional e de nome, registro, inscrições e licenciamento da empresa. Dentro do portal do integrador, o empreendedor é direcionado para o GEDAVE se suas atividades empresariais estão no âmbito de atuação da Coordenadoria de Defesa Agropecuária.

Fiscalizações em Defesa Sanitária Animal:

O Sistema Brasileiro de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos (SISBOV) tem como objetivo o controle e rastreabilidade do processo produtivo das propriedades rurais de bovinos e bubalinos. A adesão ao SISBOV é voluntária para os produtores rurais, sendo obrigatória para comercialização de carne bovina e bubalina para mercados que exigem rastreabilidade (como os países membros da

União Europeia). Os médicos veterinários da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) realizam auditorias nas propriedades rurais cujos proprietários almejam exportar para esses mercados. A CDA possui 65 Médicos veterinários capacitados para realizar as auditorias, de modo a atender, tanto as demandas em estabelecimentos que ainda não estão na lista das propriedades aprovadas para exportação de carnes para a União Europeia quanto as que figuram na lista, com compromissos firmados junto à União Europeia. No ano de 2023, foram realizadas 30 auditorias. Atualmente, 102 propriedades paulistas estão com certificados do SISBOV vigentes, das quais 96 estão aptas para exportação à União Europeia.

O Programa Estadual de Sanidade Equídea visa à proteção da saúde do rebanho equídeo em relação às doenças de notificações obrigatórias, como Anemia Infecciosa Equina (AIE), Mormo, Durina, Febre do Nilo e as Encefalomielites do Leste, Oeste e Venezuelana. As ações que constituem o programa são: atendimento a suspeitas, detecção e saneamento de focos com sacrifício dos animais positivos (AIE e Mormo) e realização de exames diagnósticos dos contactantes. O programa conta também com atividades de capacitação de médicos veterinários da iniciativa privada, visando treina-los para a utilização do APP resenha virtual e do GEDAVE de Equídeos para realizar as requisições dos exames de AIE e mormo pelo sistema. Estas capacitações foram realizadas online pela CDA/SAA.

Tabela 2 – Atividades em sanidade dos equídeos, executadas em 2023*.

Produto/indicador	AIE	Mormo	Encefalomielite Oeste
Municípios trabalhados	27	24	1
Propriedades trabalhadas	144	65	1
Amostras colhidas	1211	426	0
Animais positivos sacrificados	28	9	0
Inquérito soro epidemiológico realizado	0	0	0

* Dados referentes ao período de 01/01/2023 a 30/11/2023

Controle da Raiva dos Herbívoros: A Raiva em Herbívoros é uma doença de Peculiar Interesse do Estado de São Paulo e traz como características principais ser uma zoonose contagiosa e fatal. Está entre as principais doenças que são caracterizadas como Síndromes Neurológicas, sendo prevalente em todo Estado causando grandes prejuízos econômicos à pecuária Paulista e à Saúde Pública. Por ser transmissível ao ser humano, o morcego hematófago Desmodus rotundus, que é o principal transmissor, tem grande importância em SAÚDE ÚNICA, pois envolve seus principais fatores como a Saúde Animal, Saúde Humana e do Meio Ambiente, devendo ser trabalhada em todos esses aspectos. A CDA possui o Programa Estadual de Controle da Raiva de Herbívoros que tem o objetivo de alcançar a diminuição da incidência desta doença, através do trabalho executado pelos seus funcionários treinados e imunizados, distribuídos em todo Estado, empregando métodos reconhecidos e recomendados no controle da raiva dos herbívoros, que envolvem desde a vacinação dos animais suscetíveis até o controle da população de morcegos hematófagos. A vacinação não é obrigatória, sendo recomendada em casos de agressão pelo transmissor e nas áreas de foco/perifoco. No ano de 2023 houve uma estabilidade quanto ao número de casos em relação ao ano de 2022 e quanto à distribuição da doença, que está relacionada à topografia do estado, não houve uma mudança significativa.

Tabela 3 – Combate à raiva dos herbívoros, executado em 2023.

Produto/indicador	Unidade	2023*
Número de focos atendidos	Focos	68
Controle de morcegos hematófagos	Morcegos capturados	4.004
Adesão ao modelo de mutirões	Regionais	30
Inspeção em abrigos de morcegos hematófagos	Nº de abrigos	3.371

* Dados referentes ao período de 01/01/2023 a 30/11/2023

Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose: As ações obrigatórias utilizadas para execução do programa são a vacinação de brucelose das fêmeas de bovídeos (bovino e bubalino) entre 3 e 8

meses de idade e acima de 9 meses com amostra RB51, bem como o controle de trânsito Inter e intraestadual. Outra ação do programa é a realização de diagnósticos de brucelose e tuberculose por parte de médicos veterinários habilitados para animais destinados à participação em eventos de aglomeração, trânsito de animais para reprodução e para o controle sanitário destas enfermidades em propriedades. Há a obrigatoriedade de realização de exames de brucelose e tuberculose aos animais de propriedades cuja finalidade seja o fornecimento de leite a usinas de beneficiamento, laticínios e outros estabelecimentos de processamento de leite e derivados, sendo que está implementada também medida voluntária que consiste em reconhecimento de propriedade livre para as referidas doenças. Outra ação do programa é a participação em eventos acadêmicos com objetivo de nivelar os médicos veterinários habilitados para a realização do diagnóstico das duas enfermidades. A vacinação da brucelose e o diagnóstico de brucelose e tuberculose somente podem ser realizados sob a responsabilidade de médicos veterinários e a CDA cadastra/habilita estes profissionais para tais atividades.

Tabela 4 - Controle e erradicação da brucelose e da tuberculose, executado em 2023.

Produto/indicador	Unidade	2023*
Livres certificadas	Propriedade	23
Livres em certificação	Propriedade	23
Cadastrado	Méd. Veterinário	3.270
Vacinadas (%) *	Propriedade	95,86
Vacinadas (%) *	Bezerra	98,01

Sanidade Avícola: São Paulo possui o maior plantel de poedeiras do país, é o quarto maior em produção de frango de corte. As principais casas genéticas da avicultura mundial de corte e de postura instalados no Brasil e certificadas como compartimento avícola para Influenza Aviária e Doença de Newcastle, localizam-se no estado de São Paulo. Também somos o 2° em produção de aves de um dia, maior produtor e fornecedor de ovos controlados para a produção de vacinas, em especial ao instituto Butantã e, ainda, o maior exportador de material genético, ovos férteis. Destaca-se que o porto de Santos, se destaca nas exportações de carne de frango e os aeroportos de Cumbica e Viracopos respondem, nas exportações de material genético avícola, aves e ovos férteis. São Paulo conseguiu, ainda, superar os poucos desafios sanitários ocorridos durante o ano, em especial para as salmoneloses e micoplasmoses, com monitoramentos sanitários e certificação de estabelecimentos de reprodução. O atendimento as suspeitas de doenças não resultaram em maiores consequências ao plantel estadual, que continua livre da Influenza Aviária e da Doença de Newcastle.

Tabela 5 - Sanidade avícola, executado em 2023.

Produto/Indicador	Unidade	2023*
Estabelecimentos cadastrados com aves;	Propriedades	16.944
Registro Estabelecimentos Avícolas Comerciais;	Estabelecimentos	2.844
Monitoramento Sanitário em aves comerciais, subsistência e	Estabelecimentos	1.613
Monitoramento Sanitário em aves de reprodução	Núcleos	255
Propriedades com Notificação ou Suspeita de doença	Propriedades	204
Controle/Erradicação de Focos (doenças)	Inspeções	189
Certificação Sanitária	Certificados emitidos	296

* Dados referentes ao período de 01/01/2023 a 30/11/2023

O plantel da suinocultura no Estado de São Paulo é de aproximadamente 1.200.000 animais e destaca-se pela sua importância genética. Existem produtores especializados na criação de reprodutores e está genética encontra mercado em outros estados da federação, sendo inclusive, exportada para países vizinhos. Considerando este importante nicho de mercado, a CDA trabalha para realizar as atividades

previstas no Plano Integrado de Vigilância das Doenças dos Suídeos, instituído pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio do OFÍCIO-CIRCULAR Nº 79/2021/DSA/SDA/MAPA que estabeleceu o Plano Integrado de Vigilância das Doenças dos Suínos (PIVDS), sendo assim a CDA executou as seguintes atividades previstas para manter o status sanitário alcançado:

Vigilância sorológica baseada em risco com 67 propriedades fiscalizadas e com 607 amostras colhidas para vigilância laboratorial, sendo todos os testes negativos para peste suína clássica.

Inspeções em estabelecimentos de criação com 50 propriedades fiscalizadas, com 20.578 suínos inspecionados visualmente, sem nenhuma suspeita clínica identificada.

Ao todo na execução do PIVDS foram visualizados 116.149 animai nas 117 propriedades fiscalizadas.

Atividades complementares de vigilância ativa de doenças foram realizadas adicionalmente ao PIVDS em 3.622 suínos vistoriados sem quaisquer sintomas sugestivos de PSC.

Outra ação importante foi a vigilância sorológica envolvendo suídeos asselvajados (javalis e javaporcos), somando até o momento 73 amostras negativas. (Dados referentes ao período de 01/01/2023 a 30/11/2023).

Fiscalização dos Produtos e Insumos Veterinários de Peculiar Interesse do Estado: A Coordenadoria de Defesa Agropecuária atua para garantir ao usuário acesso a produtos e insumos veterinários e produtos destinados à alimentação animal em condições adequadas de validade, acondicionamento e armazenagem. A fiscalização da distribuição dos produtos e insumos veterinários e de alimentação animal é o sustentáculo do sucesso dos programas de sanidade animal executados pela CDA. Atualmente estão cadastrados junto ao Sistema GEDAVE da CDA, 1054 estabelecimentos de comércio de produtos e insumos veterinários, cujo certificado possui validade de dois anos. Além da certificação, a CDA realiza constantes fiscalizações a fim de assegurar o correto armazenamento e conservação destes insumos. Em 2023, entre janeiro e novembro, foram realizadas 6071 fiscalizações por funcionários da CDA, nestes estabelecimentos.

Fiscalizações em Defesa Sanitária Vegetal:

Fiscalizações realizadas em propriedade: os técnicos da Defesa Agropecuária realizam fiscalizações em propriedades rurais com o objetivo de garantir o cumprimento das legislações de defesa fitossanitária vigentes, tanto federais como estaduais, possibilitar o comércio de produtos vegetais dentro dos padrões de sanidade, e assim, preservar as culturas de peculiar interesse econômico do Estado. Para tanto, são realizadas fiscalizações visando preservar a produção citrícola e a bananicultura, através da aplicação de medidas previstas nas normativas publicadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, e pelas portarias e resoluções Estaduais, garantir a exportação de produtos vegetais que possuem medidas restritivas de produção, estabelecida pelos países importadores, com acompanhamento de campo, além de fiscalizações de vigilância de culturas como a soja e o algodão. Além das fiscalizações realizadas visando à mitigação e contenção de pragas já presentes no Estado, os técnicos da CDA, ainda, realizam fiscalizações em propriedades rurais, objetivando realizar levantamentos amostrais, visando verificar a possível introdução de novas pragas, possibilitando ações direcionadas, efetivas e precisas para medidas de contenção e erradicação. No total, a Defesa Agropecuária realizou 7.382 fiscalizações em propriedades e estabelecimentos (Tab 6).

Fiscalizações em produção de materiais de propagação: para garantir a sanidade de materiais de propagação utilizados nos cultivos de culturas perenes é imprescindível a utilização de mudas com alto padrão de sanidade. Para tanto, a Defesa Agropecuária realiza as fiscalizações para fins de cumprimento das regulamentações específicas do Estado, em concordância com os padrões normatizados pelo MAPA para evitar a disseminação de pragas. Ainda, o Estado de São Paulo conta com o melhor sistema de produção de mudas de citros do país, devido aos critérios exigidos por legislação, com a efetiva fiscalização da Defesa Agropecuária, e, ainda, regulamenta os padrões sanitários para a produção de mudas de café e de seringueira. No ano de 2023 foram realizadas 1638 fiscalizações em propriedades que produzem materiais de propagação (Tabela 6), garantindo a certificação de 24.359.412 de mudas de citros e de 700.500 de mudas de café.

Fiscalização em revendas de agrotóxicos: De acordo com a Lei Federal 7.802/89, regulamentada pelo Decreto Federal 4074/02, compete aos Estados a fiscalização da comercialização de agrotóxicos. A fiscalização nas revendas tem como objetivos assegurar a saúde, tanto do trabalhador como do consumidor do produto final em que foi utilizado este insumo, a proteção do meio ambiente e a qualidade e autenticidade do produto agrotóxico, garantindo assim sua eficácia. Para tanto, no

momento da fiscalização são verificados os agrotóxicos, se o armazenamento atende a norma ABNT NBR 9843-2, o controle de estoque, as notas fiscais e as receitas agronômicas. Em 2023, no período de janeiro a novembro, foram realizadas 1.786 fiscalizações em revendas de agrotóxicos (Tabela 6).

Fiscalização de trânsito de vegetais: esta ação tem por finalidade salvaguardar o cumprimento das legislações sanitárias com o objetivo de coibir o transporte das culturas de peculiar interesse econômico e estratégico do estado sem o respectivo documento de permissionamento, garantindo assim o trânsito e comercialização de produtos devidamente certificados, exigência esta que agrega maior credibilidade junto à sanidade e qualidade dos produtos do agronegócio paulista e permite a rastreabilidade dos mesmos, assegurando que possíveis falhas detectadas ao final de um protocolo permitam a identificação do problema em qualquer instância do procedimento, seja no início ou fim do processo de certificação. Além disso, a fiscalização de trânsito possibilita também educar e corrigir possíveis equívocos encontrados no transporte de produtos vegetais, o que permite a manutenção da sanidade de áreas livres de doenças e pragas dos vegetais e restringe a sua distribuição para outras localidades, foram realizadas 372 fiscalizações de trânsito vegetal.

Tabela 6 - Atividades executadas em 2023 pela Defesa Agropecuária Vegetal

Produto/Indicador	**2023***
Fiscalizações realizadas em propriedade	7.382
Fiscalizações em viveiros de produção de mudas	1.638
Fiscalizações em revendas de agrotóxico	1.741
Fiscalizações de trânsito de vegetais	372
Total	11.133

* Dados referentes ao período de 01/01/2023 a 30/11/2023

Permissões de Trânsito Vegetal (PTV): a partir do ano 2015 foi viabilizada a emissão eletrônica das PTV´s via sistema GEDAVE, tendo como regramento o cadastro da PTV pelo responsável técnico e sua emissão realizada pelo funcionário da CDA. Todavia, graças a uma mudança na legislação que versa sobre as normas técnica para a utilização da Permissão de Trânsito de Vegetais e as melhorias efetivadas no sistema GEDAVE em julho de 2020, o processo de certificação que é homologado pelo funcionário da CDA permite ao produtor rural a emissão da PTV 24 horas por dia, todos os dias da semana, incluindo finais de semana e feriados. No ano de 2023, até 30/11/2023, foram emitidas 93.231 PTV´s. Observa-se que o volume de emissões de PTV é elevado e apresenta baixa flutuação sazonal (Tabela 7), evidenciando a necessidade de fiscalizações para assegurar o cumprimento das legislações que garantem a correta certificação fitossanitária, elemento fundamental para a comercialização entre estados e outros países.

Tabela 7 – Número de PTV´s emitidas mensalmente em 2023*.

	jan.	**fev.**	**mar**	**abr.**	**mai.**	**jun.**	**jul.**	**ago.**	**set**	**out**	**nov.**
2023	8.573	8.148	9.697	7.597	8.038	7.439	7.538	8.508	8.782	9.479	9.432

*Dados de 01/01/2023 a 30/11/2023.

Retirada da Vacinação contra Febre Aftosa – SP Livre Sem Vacinação de Febre Aftosa consiste em uma série de ações, com destaque para a vigilância ativa em animais susceptíveis à febre aftosa, realizada em propriedades rurais, eventos de concentração e no trânsito rodoviário, conforme Plano Estratégico 2017 - 2026 do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa. A ação será implementada de maneira direta, pela participação dos médicos veterinários e técnicos de apoio agropecuários da CDA, realizando a inspeção e a observação de animais susceptíveis à febre aftosa (bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos e suínos). Outra ação de importância refere-se à realização de fiscalizações volantes e em postos fixos, em especial os de fronteira interestadual para o trânsito de animais, produtos e subprodutos de origem animal. Entretanto, o estado precisa implantar estes postos e regulamentar o horário de serviço durante a noite, aos finais de semana e feriados.

Programa Estadual para Erradicação da Febre Aftosa: Este programa visa manter o estado como área livre de febre aftosa, por meio de atividades como vacinação obrigatória de bovinos e bubalinos,

vigilância e geoposicionamento em propriedades rurais, realização de inquéritos soro epidemiológicos, controle do trânsito, manutenção de sistema eficaz de vigilância epidemiológica, treinamento e capacitação do corpo técnico para atuação em emergências sanitárias e estímulo à participação comunitária na defesa sanitária animal. Além disso, o programa busca garantir condições ideais para que haja a retirada da vacinação no estado, visando uma evolução do status sanitário em relação à doença, através do fortalecimento do sistema de vigilância em saúde animal, bem como ampliação da capacidade dos serviços veterinários, além da interação com as partes interessadas na prevenção. O último foco de febre aftosa no Estado São Paulo foi registrado em março de 1996, e o estado é reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como livre de febre aftosa com vacinação. A vacinação é obrigatória em bovinos e bubalinos e ocorre em duas etapas, sendo que este ano teve inversão do calendário, em maio foram vacinados bovídeos até 24 meses e em novembro os bovídeos serão vacinados até dia 17 de novembro, pois houve a prorrogação da Campanha, para verificar as condições de vacinação, especialmente em propriedades consideradas de maior risco, são realizadas vacinações assistidas. A Tabela 8 apresenta os dados referentes às etapas de vacinação realizadas em 2023. Na etapa realizada em maio/2023 , foram vacinados 11.025.252 bovídeos – 99,99%% dos11.026.552 bovídeos envolvidos. Os dados referentes à etapa de vacinação Novembro/2023 deverão ser totalizados no dia 31 de janeiro de 2024. Até 30/11/2023, foi declarada a vacinação de 4.310.159 – 87,29% dos 4.937.764 animais envolvidos. O criador faz a declaração de vacinação e também gerencia o seu rebanho com os relatórios disponíveis, acessando o sistema GEDAVE de sua própria casa, em escritórios, sindicatos, nas unidades do Acessa São Paulo e no Canal Direto – SP + Perto.

Tabela 8 - Vacinação contra a febre aftosa, executada em 2023.

Produto/indicador	Maio 2023	Novembro 2023*
Bovídeos vacinados	11.025.252	4.310.159
Propriedades vacinadas	117.943	82.397
Vacinações assistidas	1.378	893

* dados inseridos no Sistema GEDAVE até 30/11/2023.

Fiscalização da Inocuidade das Cadeias Produtivas contribui para oferta de produtos de origem animal e vegetal, saudáveis e seguros à população, consistindo em fiscalizações de caráter sanitário realizadas em propriedades rurais, quanto ao uso de agrotóxicos, em estabelecimentos e entrepostos que produzem e manipulam produtos de origem animal e vegetal. A CDA realiza fiscalização dos atores envolvidos no processo de produção e processamento de alimentos de acordo com o preconizado no Programa Estadual de Inocuidade de Alimentos e do Programa Estadual de Vigilância dos Agrotóxicos e Afins. São executadas também, ações de Defesa com o emprego de autocontroles e boas práticas de fabricação e coleta de amostras fiscais que serão processadas em laboratórios credenciados. No ano de 2023 (no período de janeiro a novembro) foram realizadas 1461 fiscalizações em estabelecimentos de produção e processamento de alimentos e 1.084 fiscalizações de estabelecimentos rurais para uso de agrotóxicos.

Programa de Inocuidade dos alimentos (PEIA): o Centro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (CIPOA), responsável pelo gerenciamento das atividades e registros de estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção de são Paulo – SISP, e durante o ano de 2023 foram analisados um total de 3332 processos, pertencentes às empresas já registradas no SISP ou pleiteando o registro. Foram solicitações de novos registros, remodelações, novos produtos entre outras. Foi concedido um total de 57 registros para novos estabelecimentos e 468 registros de novos produtos. Cancelou – se 20 registros e concedidas 08 suspensões temporárias de atividades, tanto a pedido do interessado quanto por não conformidades das empresas. Durante o ano de 2023 foram realizadas 521 fiscalizações em 342 estabelecimentos registrados; foram atendidas 43 denúncias realizadas através da Ouvidoria da CDA e da Secretaria de Agricultura ou em conjunto com outros órgãos sanitários; realizadas 14 instalações de novos SISPs, 69 vistorias para novos registros e 24 vistorias para retorno às atividades.

Foram lavrados 25 Autos de Infração durante o ano de 2023. Também concluímos o processo de adesão do Estado de São Paulo ao SISBI onde até a presente data temos 19 estabelecimentos aderidos e 32 em processo de adesão (sendo cinco em fase final deste processo). Por fim, foram produzidas 539.075,231 toneladas de cárneos e derivados, 1.078.150,462 toneladas de leite e derivados lácteos, 527.978.977,98 dúzias de ovos em natureza e 377.739 toneladas de ovo líquido,

541.747,68 toneladas de mel e produtos de abelhas, 524.443, 61 toneladas de pescado, em estabelecimentos registrados junto ao SISP, resultado do abate e do processamento de, aproximadamente, 230 milhões de aves, 950.000 bovinos, 640.000 suínos e 12.000 ovinos.

Fiscalização de estabelecimentos rurais para uso de agrotóxicos: de acordo com a Lei Federal 7.802/89, regulamentada pelo Decreto Federal 4074/02, compete aos Estados a fiscalização do uso de agrotóxicos, sendo que essa atividade é realizada em caráter permanente. A fiscalização do uso tem como objetivos garantir o correto uso deste insumo agrícola, promovendo assim a entrega de alimentos saudáveis e seguros para a população paulista, assim como coibir o uso indevido e indiscriminado desta importante ferramenta de controle de pragas e doenças, assegurando ainda a saúde do trabalhador rural. Para tanto, são verificados no momento da fiscalização os produtos, se o armazenamento atende a norma ABNT NBR 9843-3, as receitas agronômicas, informações relativas às aplicações, a devolução das embalagens vazias, entre outras informações que o agente fiscalizador julgar necessária. Durante o ano de 2023 foram realizadas 215 fiscalizações em empresas prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos e afins, 70 fiscalizações em unidades de recebimento de embalagens vazias, 1.786 estabelecimentos de comércio de agrotóxicos e afins e 2.281 propriedades rurais com uso de agrotóxicos.

Fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal: O Centro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (CIPOV) foi criado pelo Decreto nº 66.417, de 30/12/2021, desde então se vem trabalhando no Anteprojeto de Lei para regularização dos trabalhos e sua definitiva implantação. O anteprojeto de Lei já passou pela Consultoria Jurídica da Pasta da SAA, e aguarda aprovação para ser envia à ALESP. Enquanto aguarda sua publicação, a equipe do CIPOV vem participando de reuniões com os setores produtivos a fim de conhecer as demandas de cada setor. Também foram realizadas reuniões como MAPA para alinhamento de futuros trabalhos em conjunto.

O Decreto nº 66.417, de 30/12/2021, que reorganizou a estrutura da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, em seu Art. 20, criou a Subsecretaria de Abastecimento e Segurança Alimentar integrada por duas coordenadorias: CODEAGRO – Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios e COSALI – Coordenadoria de Segurança Alimentar. O antigo CESANS – Centro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, originalmente subordinado à CODEAGRO, passou a chamar-se DESANS - Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e está subordinado à COSALI. Algumas das ações integradas de educação alimentar, que eram anteriormente gerenciadas pelo CESANS, passaram a ser capitaneadas pelo DESANS em função da nova estrutura estabelecida pelo Decreto nº 66.417/2021, enquanto outras continuaram sendo geridas pela CODEAGRO, porém o escopo das ações integradas de educação alimentar em nada foi alterado e continua sendo normalmente conduzido pelas equipes das duas coordenadorias, caracterizando-se por promover boas práticas de consumo e alimentação segura e saudável à população, com ações pautadas na Segurança Alimentar.

No ano de 2023, foram realizadas várias atividades alinhadas aos objetivos do DESANS, dentre elas, a disponibilização de materiais educativos, postagens diárias em redes sociais com orientações focadas na alimentação e nutrição; incentivo ao consumo dos principais produtos das cadeias produtivas, por meio da elaboração técnica das publicações Agro SP na mesa, bem como, atendimento à imprensa (rádio, jornal, televisão) veiculando informações com foco na Segurança Alimentar.

Também foram desenvolvidos testes de receitas e análise sensorial na Cozinha Experimental do DESANS, de acordo com as demandas do departamento, que embasam e compõem materiais técnicos publicados pela área de nutrição.

De janeiro a novembro de 2023 o número de acessos às publicações digitais atingiu 62.580 exemplares disponibilizados. Foram publicados no âmbito da coleção AGROSP na Mesa os livros: arroz e feijão, milho e leite e derivados, com distribuição de 17.168 exemplares.

Tabela 9 - Número de acessos às publicações digitais em 2023*

Livrarias Digitais	**Subtotal**
Amazon	17.792
Google Books	29.413
Site	15.375
Total	62.580

*Dados de 01/01/2023 a 31/10/2023

O DESANS também mantém suas mídias sociais atualizadas com publicações que promovem boas práticas de consumo e alimentação saudável, sempre focadas na Segurança Alimentar. Até novembro de 2023 haviam sido contabilizados 35.814 seguidores/inscritos.

Tabela 10 - Número de seguidores/inscritos das redes sociais em 2023*

	Subtotal
Facebook	27.566
Instagram	4.468
YouTube	3.780

*Dados até 23/11/2023.

O DESANS também realizou, em outubro de 2023, eventos importantes como a XXVIII Semana de Alimentação, cuja programação contou com a participação nas oficinas práticas para montagem de saladas de potes e exposição de cardápios saudáveis completos no Mercado Municipal do Ipiranga em parceria com a Prefeitura de São Paulo e o Lançamento do Livro “Agro SP na mesa – Arroz e Feijão”. Além de todas as atividades de produção e divulgação de conteúdos referentes à alimentação e nutrição, o departamento executou ações de educação nutricional e geração de renda junto aos municípios paulistas; no âmbito dessas ações, o Projeto Estadual COZINHALIMENTO, originalmente instituído pelo Decreto nº 50.807, de 18/05/2006, foi retomado como uma importante política pública de segurança alimentar ao promover a instalação de cozinhas profissionais para capacitar a população.

Dentre os principais objetivos do Projeto, os de maior destaque são: promover a capacitação de agentes multiplicadores das ações de segurança alimentar e nutricional sustentável nos municípios conveniados; conscientizar práticas alimentares saudáveis e equilibradas; realizar cursos, palestras, treinamentos e eventos educativos, visando à educação nutricional, o combate ao desperdício, a manipulação adequada e o incentivo ao empreendedorismo, promovendo assim o desenvolvimento loca e a geração de renda. Dentre os cursos ministrados pelo departamento nas unidades já inauguradas do Projeto Cozinhalimento foram treinadas 1.010 pessoas.

Tabela 11 – Dados do Projeto COZINHALIMENTO em 2023*

Projeto Cozinhalimento	Total
Convênios firmados	306
Cozinhas inauguradas	173
Cozinhas aguardando implementação	133

*Dados atualizados desde 01/01/2023, considerando as inaugurações que acontecerão até 01/12/2023.

Ainda sob a gestão da COSALI, durante a XXVIIII Semana da Alimentação nos dias 16 e 17 de outubro de 2023, além da entrega da premiação foram realizadas diversas ações como seminários, palestras, exposições como parte das atividades do Prêmio Josué de Castro, que contou com mais de 180 participantes.

Além disso, foi criado o site especifico da Coordenadoria de Segurança Alimentar – COSALI contendo todas as ações, projetos, notícias e informações atualizadas sobre segurança alimentar tais como:

Como instalar equipamentos de segurança alimentar e nutricional

Banco de Alimentos – Guia Operacional de Gestão para Bancos de Alimentos o passo a passo para instalação do equipamento

Restaurante popular

Cozinhas comunitárias - PROJETO COZINHALIMENTO

Programa de aquisição de alimentos (PAA)

Conselhos municipais – Dialogando sobre controle e participação social

Novamente o Decreto nº 66.417, de 30/12/2021, que reorganizou a estrutura da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, em seu Art. 121, definiu que a gestão das ações do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CONSEA/SP e da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN/SP, passaram a ser gerenciadas no âmbito da COSALI. Dentre as principais ações estão a participação em conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar; o fortalecimento de Conselhos Municipais de Segurança Alimentar, a promoção do controle e a participação social na gestão pública de Segurança Alimentar e o apoio e fomento no desenvolvimento da política pública de segurança alimentar nos municípios paulistas.

O CONSEA/SP E A CAISAN/SP têm como objetivo promover ações em parceria com o Governo Paulista para a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), preconizado no artigo 6º da Constituição Federal, e na Lei Federal 11.346, de 2006 - que Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN), e sua atuação está concentrada no atendimento aos municípios paulistas para apoio em implantação da Política Municipal de Segurança Alimentar, com a realização de oficinas, seminários, reuniões regionais e formação de conselheiros estatuais e membros das comissões regionais descentralizadas, que somam 16, contando com a participação atualmente de 186 membros.

As oficinas contam com a participação de entidades sociais, e tem como meta fortalecer a política pública e dar subsídios para as seguintes demandas: reativar conselhos municipais, atendimento aos 30% de compra da agricultura familiar para a merenda escolar, conforme preconiza a lei federal 11.947/2009, e suas alterações, criar câmara Inter setoriais e promover a adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN).

No período de janeiro de 2023 a até a presente data, foram realizadas:

CIRCUITO DIALOGANDO SEGURANÇA ALIMENTAR NO ESTADO DE SÃO PAULO

Circuito promover capacitação, sendo uma forma de levar aos municípios as informações necessárias, por meio de seminários, oficinas e encontros regionais, com o objetivo de promover o fortalecimento da política pública de segurança alimentar, apoiando a implantação dos conselhos municipais de segurança alimentar e formação Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN). Envolvimento de 600 gestores públicos 181 municípios envolvidos.

Participação na AGRISHOW - Público atingido: 110 gestores públicos; atingindo indiretamente um público de 3 mil pessoas com distribuição de livros e degustação.

Participação Social - Reuniões acontecem bimestralmente do CONSEA/SP, CAISAN/SP, das 16 Comissões regionais de segurança alimentar e nutricional (CRSANS); nas quais estão envolvidos os gestores de segurança alimentar dos 645 municípios.

VI CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Realizada em Barretos – VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar, que integrará o 2º Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

Envolvimento 166 municípios, com a participação de 12,2 mil pessoas

Participação na Etapa Estadual de 450 pessoas

143 eleitas para representar o Estado em Brasília, entre os dias 11 e 14 de dezembro de 2023, na Conferência Nacional de Segurança Alimentar.

25 propostas serão encaminhadas, como prioritárias à Conferência Nacional de Segurança Alimentar, do relatório Estadual composto de 240 propostas.

Novamente fazendo referência às mudanças trazidas pelo Decreto nº 66.417, de 30/12/2021, que reorganizou a estrutura da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, as ações abaixo detalhadas, realizadas no âmbito das ações integradas de educação alimentar, do

PROGRAMA 1316 – ABASTECE-SP: SEGURANÇA DO CAMPO Á MESA

Foram gerenciadas pela CODEAGRO – Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios.

Certificação de produtos de origem paulista tem como finalidade o selo de certificação de produtos oriundos das culturas agrícolas do Estado de São Paulo que ofereçam diferenciais de competitividade, tais como: a) possibilidade de identificação do produtor/origem e safra; b) condições de rastreabilidade do produto; c) normas de qualidade existentes. Tal ação viabiliza o trabalho do Estado em conjunto com o setor produtivo agropecuário e agroindustrial paulista, resultando na certificação de produtos e de sistemas de produção que atendam normas técnicas. Entre janeiro e outubro de 2023, a CODEAGRO chancelou 150 laudos e certificados, que correspondem a 05 produtos certificados: café torrado e moído tipo tradicional, café torrado e moído tipo superior, café torrado e moído tipo gourmet e suíno.

Tabela 12 - Número de laudos e certificados chancelados CODEAGRO em 2023*

Entidades credenciadas pela CODEAGRO	Nº de laudos emitidos	Nº de certificados emitidos
Bolsa de Cereais de São Paulo	140	-
Cerelab Lab. de Análise de Alimentos	8	-
SGS do Brasil	-	2
Total por modalidade	148	2
Total geral	150	

*Dados de 01/01/2023 a 30/10/2023.

Consolidação dos sistemas agroalimentares, faz intervenções nos canais de abastecimento e comercialização de produtos agropecuários do Estado de São Paulo. Em 2023 deu-se continuidade aos estudos de aperfeiçoamento dos sistemas de abastecimentos, visando adequações dos atuais modelos, bem como desenvolvimento de proposta de inovação da ideia de operacionalização dos entrepostos. Também foi dada continuidade aos dois projetos de comercialização alternativa aos modelos atuais, a saber: (1) Projeto Estadual Bom Preço do Agricultor, instituído pelo Decreto nº 50.808/2006, que cria canais fixos para o escoamento de produtos hortifrutigranjeiros, agropecuários e agroindustriais oriundos do agricultor de pequena propriedade organizado em cooperativas; e (2) Plataforma Compras Públicas (www.codeagro.agricultura.sp.gov.br/ica/compras-publicas). Em 2023, no período de janeiro a outubro, o volume de produtos comercializados no canal do Projeto Estadual Bom Preço do Agricultor implementado no Espaço Jabaquara localizado em terreno da SAA ao lado do Terminal EMTU / Estação Metrô Jabaquara, foi de 2.457 toneladas, atendendo 257.460 pessoas. A Tabela 13 abaixo traz apresenta maiores detalhes acerca do desempenho do Projeto Estadual Bom Preço do Agricultor em 2023. Se mantida a aparente tendência, o volume comercializado em 2023 deve atingir a cifra de 2.947 toneladas, cerca de 2% inferior ao volume comercializado em 2022.

Tabela 13 – Desempenho do Projeto Estadual Bom Preço do Agricultor em 2023*

	Volume comercializado (toneladas)	Nº de pessoas atendidas	Nº de produtores atendidos
2023	2.457	257.460	47

*Dados de 01/01/2023 a 30/10/2023.

A Plataforma Compras Públicas, também conhecida como Edital Paulista de Compras da Agricultura Familiar (www.codeagro.agricultura.sp.gov.br/ica/compras-publicas), por sua vez, está em pleno funcionamento; atualmente sua operação oferece 4 módulos de serviços de utilidade pública, quais sejam: (a) Módulo de consulta e divulgação de editais, que objetiva divulgar os editais das compras institucionais para atender as demandas do PNAE e PPAIS, assim apresentando ao produtor da pequena agricultura paulista possíveis oportunidades de negócio; (b) Módulo de geração de editais, que visa auxiliar o gestor das compras públicas institucionais na elaboração de editais; (c) Mapa da Agricultura Familiar no Estado de São Paulo; (d) Painel de Estatística de Preços das compras públicas no Estado de São Paulo. O Módulo de divulgação de editais se configura em uma ferramenta que apresenta ao produtor da pequena agricultura paulista oportunidades de negócio geradas pelas compras institucionais. No período de 01/01/2023 a 30/10/2023, o robô que opera a Plataforma

capturou editais, em outras palavras: “oportunidades de negócio”, que atingiram a cifra de R$ 412 milhões, cifra cerca de 30% superior àquela registrada no mesmo período de 2022. A Plataforma oferece, ainda, aos agricultores cadastrados a funcionalidade de receber em seu e-mail os editais capturados pelo robô. O Módulo de geração de editais, por sua vez, oferece ao gestor das compras públicas as ferramentas que o auxiliam no processo de elaboração de editais nos termos da legislação vigente. A Plataforma, também no período de 01/01/2023 a 30/10/2023, registrou 20.489. A Tabela 14 abaixo apresenta maiores detalhes acerca do desempenho da Plataforma em 2023.

Tabela 14 – Desempenho da Plataforma de Compras Públicas em 2023*

	Nº de editais capturados	Valor dos editais capturados em mil R$	Nº de e-mails enviados	Nº de acessos à Plataforma
2023	545	412.066	33.419	20.489

*Dados de 01/01/2023 a 30/10/2023.

Ainda dentro da consolidação dos sistemas agroalimentares, a Codeagro monitora e divulga em sua página a média dos preços de produtos orgânicos praticados em São Paulo.

PROGRAMA 1317 - AGRO-SP SUSTENTÁVEL

Fiscalização de uso e conservação de solo agrícola: as ações voltadas para a fiscalização do uso e conservação de solos agrícolas promovem a produtividade e a sustentabilidade da produção agropecuária, já que as implantações de medidas de conservação de solos agrícolas promovem a preservação de todo o sistema, protegendo, consequentemente, áreas ambientais. A Coordenadoria de Defesa Agropecuária – CDA realiza fiscalizações sistemáticas para uso e conservação de solo agrícola, visando garantir a utilização desse recurso essencial para a produção agrícola, além de garantir a preservação ambiental e de cursos de água. Em 2023 a CDA fiscalizou 1084 Propriedades quanto ao controle e conservação do solo agrícola.

Parceria Estado – Município para o Desenvolvimento Rural, Local e Regional

De acordo com o Decreto Estadual n.º 64.467/2019, o Sistema Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável tem como objetivo promover a elaboração e execução de planos de desenvolvimento agropecuário e agroindustrial no Estado de São Paulo, em conformidade com as diretrizes de política pública "Cidadania no Campo – 2030", estabelecidas pelo Decreto Estadual n.º 64.320/2019, implementadas por meio de ações integradas com os municípios parceiros.

A adesão dos Municípios ao Sistema Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável deve ser efetuada por meio do site https://municipioagro.agricultura.sp.gov.br. Além de inserir os dados do(a) prefeito(a), do(a) interlocutor(a) e do(a) suplente no sistema informatizado, os municípios devem anexar à solicitação de adesão o termo de adesão preenchido e assinado, comprovante da existência de órgão ou entidade, em funcionamento, com atribuição compatível com os objetivos do Sistema Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (norma municipal que demonstre a existência de secretaria, departamento, órgão ou entidade responsável pelas atividades de agricultura no município) e a lei municipal que cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR).

O município aderido ao Município Agro poderá realizar convênios com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento para o compartilhamento de bens entre Estado e Municípios e repasse de recursos estaduais para os municípios e, caso, participe do Município Agro – Ranking Paulista poderá participar do Ranking de Desenvolvimento Rural Sustentável Paulista e acessar recursos segundo os critérios definidos pelo ranking.

O “Município Agro – Ranking Paulista” incentiva, por meio de mecanismos técnicos, o desenvolvimento e a implantação de políticas públicas relacionadas ao setor agropecuário, sendo executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), em parceria com as prefeituras que aderirem ao Sistema.

Etapas do Município Agro – Ranking Paulista

Adesão/Convalidação - formaliza o compromisso voluntário de validar a adesão e inserir, no planejamento e na gestão de desenvolvimento rural do território sob sua jurisdição, as Diretivas propostas

Envio de documentos – inserir os documentos que comprovem a realização das atividades, ações ou projetos definidos no manual operacional

Avaliação dos documentos – avaliar e pontuar os documentos enviados pelos municípios

Envio dos recursos – período disponibilizado para que os municípios questionem as pontuações recebidas no processo de avaliação

Avaliação dos recursos – consideração feita sobre os recursos inseridos pelos municípios por meio de uma nova avaliação

Avaliação final – caso exista algum questionamento relevante é realiza uma reavaliação nos documentos visando a confirmação da pontuação

Classificação – elaboração da relação dos municípios participantes considerando a nota total

Premiação – identificação dos municípios que receberão os recursos e o certificado do Município Agro - Ranking Paulista

O período de vigência do Ciclo 2022/2023 compreendeu as atividades realizadas pelos municípios entre 1.º de agosto de 2022 e 31 de julho de 2023.

Os itens foram pontuados, quando atenderam todos os requisitos estabelecidos no Manual Operacional e somente foram considerados em um único item das diretivas, caso o documento tenha sido identificado em mais de uma diretiva foi anulado.

Neste ciclo, foi oferecida aos representantes dos municípios a oportunidade de participação em treinamentos: capacitação sobre o Manual Operacional, Sistema web e temas relacionados às Diretivas. Será concedido aos municípios, pontuação por participação em cada evento totalizando 4 (quatro) pontos, que será comprovada mediante lista de presença e avaliação da atividade, que ficará disponível para preenchimento durante e até 1 hora após cada evento.

Os municípios apresentaram até 3 (três) iniciativas como itens de proatividade, obrigatoriamente, identificando as Diretivas com as quais se relacionam e explicitando a relação com a área rural do município. Cada um dos itens apresentados, caso seja válido, será pontuado com 2 (dois) pontos e sua somatória pode variar de 0 (zero) a 6 (seis) pontos, sendo também divulgada no Boletim Classificatório.

A somatória da pontuação − obtida nas 10 (dez) Diretivas, nas participações em 4 (quatro) capacitações e nas 3 (três) iniciativas de proatividade apresentadas − compuseram a pontuação final do município no Ciclo de Desenvolvimento Rural Sustentável vigente – que foram utilizadas para a premiação do Município Agro – Ranking Paulista.

A certificação e a premiação são concedidas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento aos municípios cuja pontuação final for igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) e que não apresentem pontuação 0 (zero) em qualquer Diretiva, um mesmo município não poderá acumular dupla premiação (Ranking de Desenvolvimento Rural Sustentável e Evolução dos municípios no Ranking), devendo, caso ocorra a situação, receber a de maior valor.

Resultados

Considerando os critérios de adesão/convalidação, 541 municípios estavam aptos a participar do Município Agro – Ranking Paulista - ciclo 2022-2023.

Tabela 15- Situação dos municípios em relação a adesão.

Situação	Quantidade
Aprovado convalidação	444
Aprovado adesão	97
Aguardando prefeitura entrar com processo	90
Não enviou documentação	8
Pendente adesão	6

Dos municípios aptos a participar do Município Agro – Ranking Paulista, ciclo 2022-2023, 293 municípios inseriram documentos em pelo menos 01 diretiva, enquanto 200 municípios inseriram documentos em todas as diretivas.

Como o primeiro critério para participar da classificação é que o município não tenha “zerado” nenhuma diretiva, apenas 200 municípios foram para a classificação.

Dos 200 municípios que participaram da classificação, 148 pontuaram, sendo que 107 fizeram mais de 50 dos pontos e, consequentemente, receberão o certificado e o repasse de recursos.

Tabela 16 - Situação dos municípios em relação ao Ranking Paulista.

Municípios	Quantidade
Documentos em pelo menos 1 diretiva	293
Documentos em todas as diretivas	200
Pontuaram e foram para o ranking	148
Pontuaram e certificaram	107
Pontuaram e não certificaram	41

Na tabela 17, são apresentados os ganhadores, prêmios e participantes de todos os ciclos do Município Agro – Ranking Paulista.

Tabela 17 - Resultado dos ciclos

Resultado	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	4º Ciclo	5º Ciclo
	2019	(2019/2020)	(2020/2021)	(2021/2022	2022-2023
1º colocado (Premiação)	Rio Claro (R$ 500 mil)	Sud Mennucci (R$ 300 mil)	Joanópolis (R$ 400 mil)	Capão Bonito (400 mil)	Joanópolis (R$ 400 mil)
2º colocado (Premiação)	Rancharia (R$ 250 mil)	Alvinlândia (R$ 250 mil)	Bragança Paulista (R$ 200 mil)	Joanópolis (300 mil)	Piracicaba (R$ 300 mil)
3º colocado (Premiação)	Itanhaém (R$ 125 mil)	São Bento do Sapucaí (R$ 200 mil)	São Bento do Sapucaí (R$ 200 mil)	Valparaíso (200 mil)	São Bento do Sapucaí (R$ 200 mil)
Municípios participantes	258	400	409	534	293
Municípios certificados	31	24	85	143	107
Municípios com repasse de recursos	10	316	90	143	107
Total de recursos disponibilizados	R$ 1,2 milhões	R$ 13,5 milhões	R$ 4,1 milhões	R$ 5,0 milhões	R$ 5,0 milhões

No exercício de 2023 foram conveniados até o presente momento 139 novos convênios visando a transferência de recursos financeiros que totalizaram R$ 4.930.000,00, também foram formalizados outros 10 convênios, totalizando 319 (trezentos e dezenove) Prefeituras Municipais com convênios vigentes, com prazo de vigência de 05 anos, com o objetivo de se compartilhar bens móveis e imóveis (sem repasse de recursos).

Além de apoiar os municípios na realização de convênios entre o Estado e os Município a CATI também é responsável por acompanhar as atividades (adesão, orientação, capacitação, avaliação de documentos, avaliação de recursos, elaboração da classificação e do ranking) do “Município Agro – Ranking Paulista”, que premia os municípios conforme seu desempenho nas atividades relacionadas ao Ranking. No ciclo 2022-2023, 107 municípios alcançaram 50% da pontuação necessária e serão certificados pelo programa.

CIDADANIA NO CAMPO – ROTAS RURAIS MELHOR CAMINHO

Os contratos celebrados do Programa “Cidadania no Campo: Rotas Rurais - Melhor Caminho”, tendo por objeto a execução de obras de engenharia para recuperação de estradas rurais por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

O objeto contratual executado deve atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.

Informamos que no ano de 2023, e até a presente data, não houve acréscimo, supressão e rescisão dos contratos. Apenas alguns contratos se expiraram através do final da vigência contratual.

No quadro abaixo relaciona o quantitativo dos contratos vigentes e encerrados.

Tabela 18 – Contratos Administrativos

Contratos Ativos	Contratos Encerrados
153	72

*Data: 01/12/23

Estradas Mapeadas e Recuperadas: Tem como finalidade medir a quantidade de quilômetro de estradas mapeadas e codificadas, bem como as que foram adequadas e recuperadas, onde há melhoria das condições de tráfego nas estradas rurais, promovendo o desenvolvimento do agronegócio local e levando cidadania à população que passa a ter melhores condições de acesso aos equipamentos públicos.

Municípios paulistas conveniados e/ou beneficiados: Tendo como finalidade mitigar os efeitos erosivos e a desordenada ação antrópica no quesito de estradas municipais rurais, visando a preservação de recursos naturais e consequente estímulo aos produtores em busca do desenvolvimento sustentável.

Executadas em traçados já existentes não caracterizam obras de vulto ou significativo impacto ambiental.

Assim, a proposta de intervenção tem como característica principal e diferencial implantar práticas conservacionista do solo e da água, com estrutura que evitem a concorrência de processos erosivos e possibilitem a infiltração das águas pluviais, aumentando a recarga do lençol freático, além de garantir as condições operacionais ideais da estrada e melhorando suas condições de suporte e rolamento, enfim, sua trafegabilidade.

Quantidade de propriedades rurais beneficiadas com o mapeamento e recuperação das estradas rurais.

Tabela 19 – Tabela SIMPPA – Programa Melhor Caminho

Indicador	**Quantidade**
Estradas mapeadas e recuperadas	990 km
Quantidade de municípios paulistas conveniados e/ou beneficiados	184
Número de propriedades rurais beneficiadas	234

*Dados referente ao período 01/01/2023 à 18/09/2023

Tem a finalidade de elaborar direta ou indiretamente projetos executivos e de licenciamento ambiental para conservação das estradas rurais municipais, em conformidade com o Plano de Trabalho;

Executar direta e indiretamente as obras e serviços pertinentes à implantação dos projetos executivos, conforme o plano de trabalho, podendo solicitar a colaboração de outros órgãos públicos;

Supervisionar e fiscalizar direta e indiretamente a execução das obras de serviços, inclusive no que diz a sua qualidade;

Prestar a assessoria técnica necessária ao Município;

Elaborar normas e procedimentos operacionais destinados à perfeita execução deste convênio;

Realizar licitação e formalização contratação do executor das obras ou serviços.

Tabela 20 – Tabela Convênio/Obras

Status da Obra	Quantidade
Obra em andamento	106
Obra concluída	470
Obra paralisada	99
Obra cancelada	5
Obra parada	132
Obra não iniciada	11

*Dados referente em 13/11/2023

Notificação das empresas contratadas para executarem as obras nos municípios do Estado de São Paulo, contempladas pelo Programa Melhor Caminho, a fim de iniciarem, retomarem ou encerrarem suas atividades.

Foram notificadas, a fim de enviarem os cronogramas de término de execução das obras e o motivo da paralisação. O setor administrativo, possa ter o acompanhamento diário, avaliando, caso a caso, o motivo da desmobilização da empreiteira, vigência de prazo do contrato e do termo de convênio, autorizações dos lindeiros, licenças ambientais, a fim de verificar a possibilidade de reativação de Ordem de Serviço, que porventura está suspensa, retornando ao status em andamento, se o caso, até sua conclusão.

Acompanhamento de cronograma e interesse real da contratada em executar o trabalho e, em caso negativo, identificando as mesmas, e avaliando sua reposta para, conforme o caso, proceder a abertura de procedimento de apuração de irregularidade contratual, de cunho sancionatório.

Assessoria, acompanhamento, analise e providencias, por meio de e-mails, de pedidos e reclamações das prefeituras, referentes a execução das obras, retrabalhos e conclusão das mesmas, bem como atendimento a prefeitos, e empresas contratadas, relatando suas demandas e tomando providencias juntamente com esta coordenadoria.

Acompanhamento de retrabalhos, retomadas de obras, reativações de Ordem de Serviço, acompanhamento semanal de obras - relatório para o Palácio dos Bandeirantes (49 relatórios) tratativas com gerenciadora LBR (telefone e e-mails), despachos dos e-mails com a Coordenadoria, agendamento de reuniões com empresas contratadas e prefeituras.

Tabela 21 – Atividades Administrativas, executadas de janeiro a novembro de 2023.

Atividade	Quantidade
Atendimento e acompanhamento aos conveniados do Programa	825
Atendimento às empresas contratadas	59
Reuniões com prefeitos e vereadores	98
Notificações às empresas contratadas	500
Controle diário de obras paralisadas	97
Controle diário de obras em andamento	66
Controle diário de obras encerradas	515
Acompanhamento de obras canceladas	23
Acompanhamento de obras paradas	136

Acompanhamento de obras não iniciadas	14
Controle de entrada e saída de e-mails coorporativos	24 mil /ano
Assessoria Direta e Agenda do Coordenador	Diária

No ciclo 2022-2023, 107 municípios alcançaram 50% da pontuação necessária e serão certificados pelo programa.

Tabela 22 - Situação dos municípios em relação ao Ranking Paulista.

Municípios	Quantidade
Documentos em pelo menos 1 diretiva	293
Documentos em todas as diretivas	200
Pontuaram e foram para o ranking	148
Pontuaram e certificaram	107
Pontuaram e não certificaram	41

Organizações Rurais para uma Agricultura Sustentável

Republicação do Grupo Técnico de Organização Rural com 10 integrantes.

Ministração de Live para o Município Agro com o tema: Conselhos e Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável, com 507 participantes.

Ocorreram 9 reuniões do GT no decorrer de 2023.

Ministração de palestra ao Dia Comemorativo ao Dia Internacional da Mulher/2023 com 86 participantes.

Capacitamos 300 técnicos do quadro em temas relativos associativismo e cooperativismo.

Participaram de atividades sobre associativismo e cooperativismo 196 produtores e técnicos de prefeitura, como excursões, feiras e entre outras.

Outros 195 interessados também foram capacitados em temas sobre associativismo e cooperativismo.

Atendimentos de ATER

Número de atendimentos realizados pela CATI conforme o público.

Tabela 23 - Público atendido pela CATI em 2.023.

Beneficiário	Atendimentos
CATI	49.846
Ent. Não Governamental	2.905
Iniciativa Privada	9.223
Organização Rural	1.646
Poder Público	32.588
Produtor Rural	127.639
Produtor Urbano	4.982
Total	**228.829**

Fonte: Relatório de Atividades Diárias (RDA), até novembro de 2023.

Considerando o total de atendimentos realizados pela CATI (228.829) com o público interno e externo, estes foram distribuídos em várias atividades, que foram agrupadas para facilitar a apresentação dos resultados.

Tabela 24 - Atividades desenvolvidas pela CATI em 2.023.

Atividades	Quantidade
Atendimentos (assessoria técnica, vendas, inspeções, mapeamentos, etc.)	127.753
Atendimentos Internos	24.414
Capacitação	8.623
Comunicação (falada, escrita e televisiva)	4.325
Emissão de documentos (laudos, declarações, receitas técnicas etc.)	18.405
Levantamentos estatísticos	14.607
Prestação de serviços	30.702
Total	**228.829**

Fonte: Relatório de Atividades Diárias (RDA), até novembro 2023.

Do total de atendimentos realizados pela CATI (228.829), com o público interno e externo, estes foram distribuídos em várias áreas de demanda, que foram agrupadas para facilitar a apresentação dos resultados.

Tabela 25 - Áreas de atuação demandadas pela CATI em 2.023.

Grupo de Áreas demandadas	Quantidade
Agricultura Urbana	432
Arborização Urbana	444
Associativismo e Cooperativismo	863
Atividades Administrativas	15.592
Cadeia Produtiva	30.054
CAF	10.987
Climatologia	1.920
Conselhos	1.932
Convênios	7.863
Defesa Agropecuária	4.359
Demanda	3.967
Educação Sanitária	34
Incêndios Florestais	20
Infraestrutura	670
Levantamentos	21.853
Meio Ambiente	70.662
Microbacias II	414
Orientação Técnica	5.927
Políticas Públicas	28.042
Produção Orgânica	1.557
Projetos Institucionais	12.253

Projetos Locais	4.188
Protocolos	2.046
Recuperação de Áreas Degradadas	1.034
Sementes	1.348
Turismo Rural	368
Total	**228.829**

Fonte: Relatório de Atividades Diárias (RDA).

GESTÃO TERRITORIAL

Os seguintes levantamentos, realizados pela CATI, são utilizados pela APTA/IEA para elaboração de análises que orientam os empreendedores paulistas das cadeias produtivas e a formulação de políticas públicas. Abaixo os levantamentos realizados em 2023.

a) Levantamento Subjetivo para previsão de Safra - cuja finalidade é levantar dados de produção nos municípios, os quais servirão, principalmente, para checar os dados dos levantamentos Objetivos e para elaborar previsões e estimativas de safras de produtos que não constam no Levantamento Objetivo.

b) Levantamento Subjetivo de Preço Corrente - tem por objetivo levantar preços e valores correntes de fatores, insumos e produtos agropecuários nas diferentes regiões do Estado de São Paulo.

c) Preços Médios Mensais Recebidos pelos Produtores – Informação dos preços dos produtos agrícolas pagos aos produtores rurais.

d) Valor de Terra Nua – São levantados os valores da terra nua dos municípios do Estado de São Paulo, os quais são referências para o cálculo de alguns impostos como o ITR (Imposto Territorial Rural).

Tabela 26 - Dados inseridos no sistema do IEA em 2023.

Dados digitados da Subjetiva de fevereiro a setembro	1.706
Dados digitados dos preços médios recebidos de janeiro a outubro	5.130

FEHIDRO - A CATI atua como Agente Técnico no acompanhamento de empreendimentos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) desde 2004. Essa atuação faz parte do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SIGRH). Os Analistas da CATI no FEHIDRO (Portaria CATI 02, de 24-02-2023) acompanham 71 empreendimentos em execução, que juntos perfazem um volume de recursos aprovados de R$6.778.854,42, tendo havido um esforço coletivo dos 22 analistas para que a ação de conservação dos recursos hídricos paulistas ocorresse de forma efetiva com o devido olhar voltado ao rural de São Paulo. Até novembro de 2023 houve um aporte de R$135.577,09 ao FACATI devido a atuação constante dos analistas e o repasse de recursos pela atuação do órgão, tanto pelas liberações de recursos como pela taxa de comissão.

CENTRO DE TREINAMENTO – CETATE

O Centro de Treinamento da CATI, é responsável pela organização, gerenciamento e apoio didático-pedagógico das capacitações do corpo técnico da Instituição e pela coordenação das atividades de treinamento e desenvolvimento dos produtores e trabalhadores rurais.

Oferece oportunidade de estágio curricular obrigatório, não remunerado, para alunos de Instituições de Ensino Técnico e Superior (públicas e privadas), visando o aperfeiçoamento técnico-científico-profissional e a promoção da integração Instituição de ensino-comunidade, contribuindo para a implementação da missão da CATI.

Em 2023, as atividades realizadas aconteceram de forma presencial e/ou virtual. Destas, o Centro de Treinamento certificou 180 atividades, atendendo ao processo de capacitação de técnicos e produtores.

Tabela 27 - Atividades de capacitação certificadas: público externo e interno em 2023.

Atividades	Quantidade
Adequação Ambiental - CAR e PRA	29
Agricultura Orgânica e Agricultura Sustentável	5
Agroecologia	9
Agroindústria	8
Agrotóxico	2
Apicultura e Meliponicultura	9
Aquicultura e Piscicultura	5
Associativismo e Cooperativismo	5
Avicultura	3
Boas Práticas de Fabricação	3
Bovinocultura de Corte e Leite	12
Conservação do Solo e da Água	3
Estradas Rurais	4
Exploração de Espécies Nativas	3
Fruticultura, Olericultura e Plantas medicinais	21
Gestão de Pessoas	2
Grãos	5
Município Agro – Ciclo 2022/2023	10
Políticas Públicas	3
Produtos de Origem Animal Processados	2
Programa Cacau SP	3
Programa Integra SP Agro – ILPF	11
Programa Milho + SP	14
Protocolo de Boas Práticas Agropecuárias	1
Saneamento Rural	2
Sanidade Animal e Vegetal	4
Transição Agroecológica	1
Turismo Rural	1
TOTAL DE ATIVIDADES REALIZADAS	180

Fonte: CETATE/CATI.

Tabela 28 - Público externo e interno capacitados em 2023.

Público Capacitado	Quantidade
Produtores Rurais e Familiares	2.340
Indígenas e Quilombolas	16
Público Estratégico	4.453
Público Operacional	4.685
Estágio Curricular*	8
Participação em Eventos Técnico-Científicos**	83
TOTAL PÚBLICO CAPACITADO	11.585

* 5 (cinco) estágios finalizados e 3 (três) estágios em andamento.
** Atividades realizadas por outras Instituições.
Fonte: CETATE/CATI

CENTRO DE COMUNICAÇÃO RURAL – CECOR

O Cecor é a unidade responsável pela comunicação rural da CATI, englobando a editoração e formatação de materiais técnicos voltados tanto à rede quanto ao público, com textos adaptados para compreensão em geral. São publicações que obedecem às normas da ABNT e contam com ISSN (Boletins, Manuais, Documentos, Instruções Práticas, Impressos Especiais, Notas Técnicas, entre outros).

Há alguns anos, o Cecor assumiu, também, a área de assessoria de imprensa, e passou a elaborar reportagens, releases, roteiros de vídeo técnico para atender à demanda, além de textos para folders, banners, cartazes, convites e artes para eventos técnicos, capacitações ou lançamentos.

Todas as atividades do Cecor caminham lado a lado e têm o intuito de promover a extensão rural no Estado de São Paulo e são executadas em parceria ou não com outros órgãos da SAA. Comunicar-se com nosso público em especial não significa apenas entregar um conteúdo em vários formatos, seja institucional ou técnico. Comunicação rural significa trabalhar junto aos técnicos para promover o desenvolvimento dos produtores rurais e suas atividades, fomentando os programas e projetos da instituição, a atualização dos técnicos e informando todo tipo de público, seja rural ou urbano, na temática da agropecuária paulista.

O Cecor, além de produzir material para a CATI, também atua no suporte à equipe de comunicação da SAA/SP, auxiliando na produção de vídeos, reportagens, releases e cobertura de eventos.

Período contabilizado de primeiro de janeiro a novembro de 2023.

REDES SOCIAIS

A CATI dispõe notícias e eventos no Instagram, Facebook e LinkedIn desde julho de 2022, quando retomamos os trabalhos nessa área.

INSTAGRAM

Pessoas alcançadas	25.242
Novos seguidores	1.560
Visitas ao perfil	8.981
Total de seguidores	3.798

FACEBOOK

Pessoas alcançadas	62.434
Curtidas na página	176
Visitas ao perfil	5.452
Total de seguidores	4.551

LINKEDIN

Visualizações da página	2.227
Engajamento da página (reações, comentários e compartilhamentos)	2.711
Seguidores ganhos	682
Total de seguidores	2.202

Tabela 28 – Comunicação

Comunicação	Quantidade
Artes produzidas	762
Notícias: reportagens, releases e atendimento à imprensa	228
Boletins e Levantamentos referentes à agrometeorologia	13
Revisão: materiais diversos, reportagens, artes, manuais, boletins etc.	327
Clipping: Inserções no site em "CATI na Imprensa"	1.409

NÚCLEO DE SOM E IMAGEM

Período contabilizado de primeiro de janeiro a 30 de novembro de 2023.

YOUTUBE

Vídeos produzidos	67
Visualizações do canal	186,6 mil
Lives	33
Visualizações nas lives	20,1 mil
Tempo de exibição (horas)	16,5 mil
Seguidores ganhos	2,2 mil
Total de inscritos	17.483

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – DEXTRU

O Centro de Políticas Públicas, do Departamento de Extensão Rural – DEXTRU, é responsável por gerir informações sobre políticas voltadas ao meio rural, apoiando a operacionalização dessas políticas pela rede da CATI e acompanhando seu desempenho, com a colaboração de 40 responsáveis regionais por políticas públicas, um em cada CATI Regional.

O centro apoia e realiza o acompanhamento da execução de políticas públicas, como o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), o CAF-PRONAF, o Crédito Rural pelo Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) e a Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária (DCAA).

Em 2023 foram emitidas, pela CATI, 452 Declarações de conformidade ao PPAIS, documento que propicia acesso dos agricultores ao programa, que visa comprar produtos da agricultura familiar para o governo estadual.

No CAF, principal ferramenta do agricultor para o acesso a ações, programas e políticas públicas voltadas para a geração de renda e o fortalecimento da agricultura familiar, foram cadastradas 4.590 Unidades Familiares de Produção Agrária e 121 organizações rurais. No CAF-PRONAF, documento que garante acesso ao crédito rural através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, foram cadastrados 4.022 agricultores familiares.

A CATI proporciona o acesso ao crédito rural pelo FEAP, através da emissão de Declarações de Aptidão ao FEAP (DAF), elaboração dos projetos técnicos e acompanhamento dos projetos

financiados. Em 2023 foram emitidas 1.221 DAF e elaborados 1.210 projetos de crédito para os produtores rurais paulistas.

A Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária (DCAA) é um documento que dispensa a licença ambiental para empreendimentos de baixo potencial poluidor, de acordo com a Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC 01, DE 27-12-2011, sendo emitidas 19.746 em 2023 (até novembro). A Declaração de Conformidade da Atividade de Aquicultura (DCAAq) permite a instalação e operação das atividades de aquicultura no estado, de acordo com o Decreto nº 62.243, de 01 de novembro de 2016, o documento foi emitido para 165 empreendimentos aquícolas neste ano.

O Projeto FEAP PSA incentiva a conservação da paisagem rural por meio de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), compensando produtores rurais por práticas sustentáveis e que contribuem para a proteção da biodiversidade, dos recursos hídricos e do solo. Através do Projeto o produtor rural pode receber até 90% de subvenção do valor investido em ações de conservação de solo e água. Em 2023 a CATI elaborou 227 projetos técnicos, que estão em execução no campo, podendo chegar a mais de seis milhões de reais em investimentos na sustentabilidade ambiental.

REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DAS PROPRIEDADES E/OU IMÓVEIS RURAIS

As ações da CATI referentes à Regularização Ambiental das propriedades e/ou imóveis rurais no Estado de São Paulo em 2023 compreenderam:

Participação nos trabalhos de customização e implantação do Módulo Pré MRA e MRA - Regularização Ambiental; e de Análise do PRADA junto ao SICAR /SP;

Inscrição, análise e validação do Cadastro Ambiental Rural junto ao SICAR /SP , que em novembro/23 apresentou a seguinte situação:

Tabela 29

Cadastros inscritos no SICAR/SP	431.495
Cadastros cancelados (por decisão judicial ou administrativa)	10.067
Cadastros ativos	421.429
Cadastros com análise realizadas em Sistema	388.191
Cadastros em análise pelos técnicos (aguardando atendimento de notificação)	1.662
Análises verificadas pelo produtor	123.638
Cadastros validados	34.258

Em 2023 foram validados 21.350 cadastros o que representou um aumento de 65% em relação ao registrado no ano de 2022 (12.908) e 25% acima da meta estabelecida para o ano de 2023

Em 2023, 80.960 produtores verificaram as análises disponibilizadas no SICAR/SP , representando um aumento 190% em relação ao realizado no ano de 2022 (42.672);

Participação nos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Técnico da Regularização Ambiental, instituído pela Resolução SAA 22/2023;

Participação nos trabalhos de concepção e implantação da plataforma FaleCAR;

Atendimento de 8.631 demandas de relativas ao CAR recepcionadas pelo FaleCAR de 24.04.23 à 06.12.23;

Participação no planejamento e execução de 951 Ações CAR/ROTAS para atendimento sobre o Cadastro Ambiental Rural (de janeiro a novembro /23);

Realização de 24 Capacitações e/ou treinamentos, alcançando 505 (servidores da SAA e de órgãos externos - Polícia Militar, Ministério Público, Associações de Classe Sindicatos Rurais);

Apoio ao atendimento às demandas de órgãos externos tais como Prefeituras, Ministério Público e Tribunal de Justiça referentes ao Cadastro Ambiental Rural -CAR ;

Participação nas tratativas junto Corregedoria Geral de Justiça para a alteração do Provimento CG 009/2016, publicada em 27.11.23 (Provimento CG 25/2023);

Participação nos trabalhos do GT SEMIL/SAA para a elaboração do Manual Técnico – Volume II – Compensação da Reserva Legal, cujo texto base foi concluído em julho/23).

ETANOL MAIS VERDE

O Protocolo Agroambiental - Etanol Mais Verde – firmado em 2017 como continuidade do Protocolo Etanol Verde entre o Governo do Estado – representado pelas Secretarias de Estado de Infraestrutura, Logística e Meio Ambiente, de Agricultura e Abastecimento, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, e pelo setor sucroenergético, representado pela UNICA e a ORPLANA, foi responsável por eliminar a queima da palha da cana-de-açúcar no estado de São Paulo, promover melhores práticas agroambientais e a sustentabilidade da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, reduzir o consumo da água no processamento industrial, avançar na regularização ambiental, conservação do solo, recomposição da vegetação nativa, prevenção e combate a incêndios florestais, promovendo também o avanço tecnológico do setor. Em 2023, contou com 115 usinas e 12 associações de fornecedores de cana (com 4.380 fornecedores de cana); mais de 10.431 brigadistas e 1.933 caminhões pipa, dedicados a prevenção de combates e incêndios florestais; Mais de 2 milhões de mudas de espécies nativas plantadas, mais de 5.689 nascentes, com compromisso de proteção e restauração dentre outros dados.

INCÊNDIOS FLORESTAIS

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo vem trabalhando sobretudo a prevenção de incêndios florestais junto aos produtores rurais, suas entidades representativas e fomentando ações de combate a incêndios florestais junto aos municípios, além de articular ações conjuntas em parceria com Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, CETESB, ARTESP, DER, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Polícia Militar Ambiental, na busca por ações integradas para a prevenção e combate a essas ocorrências.

- Agro SP+Seguro: a SAA está aparelhando 100 viaturas entregues a municípios paulistas conveniados com equipamentos de combate a focos de incêndios florestais (tanque rígidos e motobombas), representando um investimento de R$ 3,5 milhões.

- Extensão Rural: formação de grupo de extensionistas, representando as 40 CATI Regionais, para divulgação de informações relacionadas a incêndios florestais e eventos climáticos extremos para a rede de extensionistas e produtores;

- Município Agro: atualização da Diretiva 9 - Resiliência, Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas em parceria com o Corpo de Bombeiros e a SEMIL/CFB, para melhor eficiência nas ações de prevenção e combate a incêndios florestais pelos municípios paulistas a partir de 2024;

- Ações de comunicação: realização do evento “Queimadas e Incêndios Florestais - Conscientização, Prevenção, Monitoramento e Combate” na Agrishow 2023, em Ribeirão Preto; atualização de cartilha sobre prevenção a incêndios florestais, em parceria com a SEMIL/CFB, para distribuição a produtores rurais no ano de 2024; divulgação de mapas de indicativo de risco de incêndios, em parceria com a ABAGRP, para a rede CATI e grupos de produtores rurais; divulgação de audioboletins e alertas sobre eventos climáticos desfavoráveis e risco de incêndios florestais, em parceria com a Defesa Civil do Estado de SP.

PROGRAMA MILHO+SP

Abrangência: 15 CATI Regionais, 200 municípios

Instalação de 10 unidades demonstrativas na safra de verão, com as melhores tecnologias disponível para a cultura.

Foram realizadas 14 atividades de Capacitação técnica para Técnicos da Rede CATI, produtores e outros públicos nas regionais abrangidas pelo Programa.

Tabela 30

Publico	Número
Produtores Rurais	300
Técnicos	432
Outros públicos	148
Total	880

PROGRAMA INTEGRASPAGRO

Técnicos selecionados :137

Capacitados 110 técnicos da CATI em ILPF Integração Lavoura Pecuária e Floresta, por intermédio da Embrapa e Rede ILPF.

Propriedades selecionadas 71 em 37 Regionais da CATI em um total de 12.786 hectares instalados ou em instalação em ILPF.

GRUPOS TÉCNICOS

Estão constituídos, junto ao Gabinete da CATI, 19 grupos técnicos, com base na Portaria CATI n.º 03, de 20/04/2023, que são:

1- AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA;

2- APICULTURA E MELIPONICULTURA;

3- AQUICULTURA E PESCA;

4- AVICULTURA E SUINOCULTURA;

5- CAFEICULTURA;

6- CITRICULTURA;

7- CONSERVAÇÃO DE SOLO E ÁGUA;

8- FRUTICULTURA;

9- GESTÃO DO EMPREENDIMENTO RURAL;

10- GRÃOS;

11- HEVEICULTURA;

12- INCENTIVO À INSPEÇÃO E APOIO À AGROINDÚSTRIA;

13- OLERICULTURA;

14- ORGANIZAÇÃO RURAL;

15- PECUÁRIA DE CORTE;

16- PECUÁRIA DE LEITE;

17- SOCIOBIODIVERSIDADE E EXPLORAÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS;

18- TURISMO RURAL;

19- VITICULTURA.

Os Grupos Técnicos da CATI foram instituídos com a função de assessoramento técnico do Coordenador da CATI na área de sua atuação.

AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

O Grupo Técnico foi constituído no âmbito da CATI e tem o objetivo de assessorar o corpo técnico da CATI nos assuntos relacionados à cadeia produtiva de produtos orgânicos e à temática da agroecologia, objetivando melhorar os trabalhos de extensão rural junto aos produtores rurais do Estado de São Paulo. Em 2023, com a nova formação do GT, seus membros sugeriram a mudança de nome para o atual, com objetivos de adequação às denominações da Política Estadual, Lei 16.684/2018. A atual Formação, publicada em abril/2023, é composta por 10 membros, que vem atuando de forma contínua, com encontros virtuais periódicos, além de trocas de experiências e debates pertinentes ao tema através de redes e ferramentas virtuais

O Diagnóstico e Planejamento foi atualizado em 2023, com a nova formação, contendo o Plano de Ação, com metas para 2023/2024.

Foram realizadas 04 reuniões de trabalho do GT e outras 30 reuniões com participação de membros do Grupo para abordagem de temas específicos relativos ao Plano de Trabalho, como organização de eventos e capacitações, apoio a regulamentações/elaboração de minutas, parcerias, acesso a mercados, entre outros. Foram elaborados 16 Pareceres, abrangendo participação em eventos-afastamentos, Plano de Curso e Projeto de Lei.

Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPO)

O Plano Estadual/PLEAPO é o principal instrumento da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Lei 16.684/2018) e visa agregar as variadas linhas de ações preconizadas por ela, estabelecendo os programas, ações e metas a serem implementadas pelo executivo.

A primeira edição do Plano foi construída pelo governo com participação de diversas organizações da sociedade civil e do setor produtivo; conduzidos pelo Comitê Gestor (CGPLEAPO), instituído pelo Decreto nº. 66.508/2022 e Resolução 19/2022.

Protocolo de Transição Agroecológica

O Protocolo é um instrumento criado para apoiar e viabilizar o processo gradual de mudanças do sistema produtivo convencional para o orgânico, reconhecendo e atestando o esforço do agricultor na mudança do padrão de produção.

O assunto passou a compor o Programa de Metas da Casa Civil, com um acompanhamento de metas 2023-2026 dentro da ação 09.07 – Certificar 300 agricultores para a transição agroecológica com foco nas políticas de apoio a agropecuária sustentável.

Tabela 31 - Principais atividades relacionadas ao Protocolo de Transição Agroecológica/23

AÇÕES	RESULTADOS
Análises dos Checklist e Planos de Transição recebidos dos técnicos/equipes de ATER	153 análises. 76 certificados emitidos para agricultores em transição e 50 declarações de adesão
Atendimentos de dúvidas e consultas diversas dos técnicos de ATER e dos parceiros do Protocolo	965 atendimentos aos parceiros do protocolo e técnicos de instituições de ATER.

Ações de capacitação, sensibilização e comunicação (previstas no Protocolo)	30 participantes na capacitação sobre Transição Agroecológica e Equilíbrio de Bases, realizada nos dias 30 e 31 de janeiro de 2023 ministrada pela Equipe Executora do Protocolo de Transição Agroecológica e APTA Regional São Roque, de forma presencial no município de São Paulo (organizada pelo Prefeitura Municipal de São Paulo e Grupo Executivo do Protocolo de Transição Agroecológica). 10 participantes na capacitação sobre Transição Agroecológica e Equilíbrio de Bases, realizada nos dias 24 e 25 de julho de 2023 ministrada pela Equipe Executora do Protocolo de Transição Agroecológica e APTA Regional São Roque, de forma presencial no município de Ubatuba. 87 participantes na capacitação sobre o Protocolo de Transição Agroecológica e o SisRural em 26/07/23 ministrada pela Equipe Executora do Protocolo de Transição Agroecológica, de forma online (organizada pelo CETATE e CATI). 50 participantes na capacitação sobre o Saúde no Solo - Elaboração e Aplicação de Bioinsumos nos dias 10 e 11/08, ministrada pelo Eng. Agr. Oliver Blanco , realizado de forma presencial em Piracicaba (organizada pela Secretaria Municipal de Agricultura de Piracicaba - SEMA, SESC- Piracicaba e ITESP e CATI) 10 palestras/aulas online ou presencial de sensibilização realizadas.
Elaboração de minutas, formulários e procedimentos	Revisão do formulário do protocolo de transição agroecológica no Sisrural.

CATI SEMENTES E MUDAS

A ação insere-se na estratégia de garantir ao agricultor familiar o acesso a sementes e mudas com garantia de qualidade genética, fisiológica e sanitária, de melhor relação custo/benefício, visando à sustentabilidade da produção agrícola e sua inclusão social.O atual cenário da produção de sementes no Brasil é de crescente oferta das espécies transgênicas. Em São Paulo, entretanto, a CATI, por meio da CATI Sementes e Mudas, opta por ofertar sementes do tipo “variedade” não transgênicas, de alto potencial produtivo adaptado as condições paulistas. Estas variedades têm sua importância tanto na agricultura convencional, como também na produção “orgânica”, onde os preceitos produtivos impedem o uso de quaisquer sementes modificadas geneticamente.

A CATI Sementes e Mudas passaram por um processo de ajuste de produção de sementes para alimentação básica como feijão, milho, trigo, triticale, sorgo, sorgo vassoura, aveia branca, aveia preta, girassol, painço, nabo forrageiro, feijão guandu e soja convencional focada na alimentação humana. Tem realizado parcerias com as seguintes instituições: IDR do Paraná, Embrapa, Apta Regional, IAC, Instituto Biológico, Associação Brasileira de Criadores de Zebu, Escola Técnica Federal e tem sido demanda pela iniciativa privada para fornecer material de multiplicação.

Teve participação efetiva em vários eventos, nas áreas de sementes, mudas e laboratório, onde podemos destacar: Agrishow, Hortitec, Irrigashow, Coopershow, Batatatec, Expo Rio Preto, Feira do Morango, Workshop de “Sementes Certificadas de Amendoim” e o de “Qualidade de Sementes Florestais”, Feira de Troca de Sementes Crioulas, entre várias outras.

Para atender à crescente demanda dos agricultores familiares no segmento orgânico foi certificado pelo IBD área de 20 hectares na fazenda Ataliba Leonel onde são desenvolvidos trabalhos e testes de validação de novas tecnologias para atendimento aos agricultores, bem como a utilização insumos da Bio Fábrica, instalada em parceria com o Instituto Biológico e a Instituto Federal de São Paulo. Essa nova sistemática de produção, adotada pela Fazenda Ataliba Leonel, visa otimizar o custo de produção, além de ser um local para treinamento de técnicos e agricultores, na produção “On Farm” de insumos biológicos

Para que a produção de sementes e mudas fosse otimizada, houve investimentos nos últimos anos em aquisição de novos equipamentos tais como: Adequação de Armazém, construção de Cerca Paraguaia, aquisição de Empilhadeira, tratores, Execução do AVCB da unidade de Fernandópolis, Adequação e reforma do prédio do Núcleo de Mudas de Itaberá, Perfuração de poços artesianos, Aquisição de Caminhão VUC, Adequação e construção de novos viveiros nas cinco unidades de mudas e instalação de Câmara de Nebulização para multiplicação de mudas por estacas.

A CATI Sementes e Mudas deu continuidade no contrato de prestação de serviços de campo e trabalhos rurais, que possibilitará dar continuidade nas atividades de produção, por meio de disponibilização de 32 postos de trabalho em 9 unidades de produção de sementes e mudas, sendo 05 direcionados para as atividades de produção de mudas, um Centro de Produção de Sementes e 3 unidades para beneficiamento, armazenamento e transporte de sementes para os pontos de venda nas C.A's. Agora busca aumentar o número de trabalhadores para poder incrementar, a produção de mudas de arvores nativas, silvestres e comerciais, feitas com embalagem biodegradável através do sistema ELLEPOT, já em operação no Núcleo de Itaberá.

Houve ainda a modernização da sistemática de plantio e colheita, realizada anteriormente com servidores da própria CATI Sementes e Mudas, porém, com a aposentadoria de grande parte dos servidores, a disponibilidade de mão de obra foi significativamente reduzida, optando-se por terceirizar os serviços. O plantio da safra de verão e de inverno continua terceirizado contando com a colheita destas safras, agilizando as atividades com execução nos momentos mais adequados de umidade e utilizando equipamentos mais modernos que possibilitaram uma melhora significativa na quantidade e qualidade das sementes produzidas.

O Laboratório Central de Sementes e Mudas – LCSM, entre os anos de 2020 a 2023, o Laboratório de Sementes e Mudas da CATI realizou e auxiliou na organização de 04 Workshops relacionados à qualidades de sementes e legislação de sementes e mudas, totalizando aproximadamente 700 participantes. Houve atualização dos conhecimentos da equipe por meio de capacitações em análise de sementes, sistema de gestão da qualidade e outros temas promovidos on-line por instituições da área, dentre elas a International Seed Testing Association – ISTA. Neste período também foram apresentados 07 trabalhos em congressos, seminários e simpósios, nacionais e internacionais, além de participações em feiras de trocas de sementes com a disponibilização de testes para a detecção de presença adventícia de transgenia em sementes de milho e realização de palestras.

O LSM é membro associado à ISTA desde 1997. Considerando o aumento da demanda pela exportação das sementes produzidas no Brasil e, em especial atenção, aos produtores de sementes paulistas, iniciou-se junto à essa instituição o pedido para a acreditação do Laboratório para que o LSM possa emitir o certificado de transito livre internacional visto que não há no Estado de São Paulo laboratório habilitado para a realização destas análises, sendo esse um gargalo para a expansão de novos mercados.

Foram investidos R$1,5 milhão na readequação do prédio onde o LSM se situa, sendo a entrega da obra realizada em outubro deste ano e que abrangeu troca do telhado, rede elétrica e hidráulica, dentre outras melhorias.

Dentre as atividades do Centro de Mudas durante os anos de 2020 a 2023 foi o aumento no banco de germoplasma, nos pomares de Matrizes de frutíferas comercias e também na coleta de sementes de árvores nativas e silvestres produzidas em nossos viveiros, para recomposição florestal no estado, a quantidade de cada variedade/cultivar disponível nas 5 unidades de produção de mudas, totaliza aproximadamente 20 mil plantas matrizes das mais diferentes espécies. Trabalhou em conjunto com o Núcleo de Mudas de São Bento do Sapucaí, para promover o Seminário de Fruticultura Subtropical e Temperada com a presença de 133 participantes

As unidades de mudas contam com banco de germoplasma de 220 espécies florestais nativas, 176 cultivares, de 27 espécies frutíferas comerciais, implantando novas matrizes, sendo 10 clones de Cacaueiro, 22 variedades para Uva e 13 variedades de Frutas Vermelhas (Amora Preta, Framboesa e Mirtilo).

Tem atuado nos projetos visando o crescimento e desenvolvimento da agricultura paulista sendo eles: Mandioca SP; Cacau SP; Uva e Vinho SP; Propaga SP (programa de regularização ambiental); Frutas Vermelhas; Plantas Medicinais; Sistema Agroflorestal; Frutíferas Silvestres e do Cerrado, entre outros.

Houve no último ano, um aumento significativo nas vendas de mudas, onde da média de 1.220 mil mudas vendia anualmente, passamos para 1.670 mil plantas comercializadas, um aumento de 36%, além do crescimento de 140% na produção no mesmo período, que reforça a importância da CATI S.M. nesse segmento, com a efetiva produção de embalagens pela ELLEPOT, esse número irá ser multiplicado.

O Laboratório de micro propagação de Tietê produziu no período de 2020 a 2023 o total de 84.300 explantes isentos de virose, sendo desses, 70 mil matrizes de morango, equivalente a 17,5 milhões de mudas de morango e uma área de 430 hectares de morango com produção de mais de 15 mil

toneladas de morango, um trabalho conjunto com a Associação de Produtores de Matrizes de Morango. Também realizou limpeza de materiais e multiplicação nas culturas de: morango, banana, mandioca, mandioquinha salsa, alcachofra entre outras.

O Centro de Produção Ataliba Leonel, na dianteira da produção de sementes de mais de 15 espécies de cereais, oleaginosas, leguminosas, cereais de inverno e plantas de cobertura, onde foram produzidas somente em 2023, 621.480 quilos de sementes, equivalentes a 31 mil hectares de plantio no estado de São Paulo e produção em torno de 125 mil toneladas de grãos, cereais e silagem.

De acordo com as demandas dos produtores rurais a produção de sementes está sendo redirecionada para as culturas de: Milho, Sorgo, Girassol, Feijão, Amendoim, Aveias, Crotalaria, Feijão Guandu, Nabo Forrageiro, Triticale, Painço, Sorgo Vassoura, Soja, entre outros.

Segue abaixo tabela contendo o resumo dos produtos/serviços produzidos pela CATI Sementes e Mudas no período de 2020 a 2022.

Tabela 32 - Atividades da CATI Sementes e Mudas/CATI –

Produtos / Serviço	Quantidade
Sementes produzidas em áreas próprias (kg)	2.300.000
Sementes produzidas por cooperadores (kg)	195.000
Análises de Sementes (unidade)	15.672
Mudas produzidas	1.491.000

FONTE: CATI Sementes e Mudas/CATI (posição dez/2023)

PROTOCOLOS DE BOAS PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS – PBPA

É uma ferramenta desenvolvida para facilitar o diálogo entre técnicos e produtores no diagnóstico, planejamento e execução de planos de ação visando promover o desenvolvimento racional da atividade agrícola e dos produtores rurais. O protocolo abrange as dimensões ambiental, administrativa, social, risco sanitário e produtiva da propriedade (cafeicultura, bovinocultura de leite, olericultura, fruticultura).

As boas práticas agropecuárias - BPAs podem ser implantadas através da análise de diversos aspectos da propriedade seguidas de orientações para melhoria. Através desse Protocolo é possível uma orientação para análise dos aspectos ambiental, social, econômico e produtivo, classificando cada ponto analisado em uma escala de cores, seguido de recomendações técnicas que permitam uma sensível melhora no desempenho da atividade avaliada.

Para a aplicação dos protocolos são utilizadas todas a atividades de ATER descritas no produto 1530, principalmente as capacitações e visitas técnicas, essenciais para a troca de experiências entre produtores e técnicos no sentido de melhorar a qualidade de vida e os sistemas produtivas da agricultura familiar paulista.

No ano de 2023, foram aplicados Protocolos de Boas Práticas Agropecuárias em 1.449 propriedades rurais, como consequência foram aplicados 4.872 PBPA.

Tabela 33 - Número de protocolos aplicados

Protocolo	Quantidade
Transição Agroecológica	40
Risco Sanitário	637
Gestão Ambiental	932
Gestão Administrativa &Econômica	833
Responsabilidade Social & Organização Rural	952
Fruticultura	102

Olericultura	137
Produção vegetal	818
Citricultura	29
Bovinocultura de Corte	136
Bovinocultura de Leite	96
Cafeicultura	106
Piscicultura Tanque Rede	16
Piscicultura Viveiro Escavado	14
Avicultura de Corte	10
Pesca Artesanal	15
Total	4.872

Fonte: SisRural (CATI), 10/11/2023.

Crédito Rural para subvenção e investimento - O Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – O Banco do Agronegócio Familiar – FEAP/BANAGRO, vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, com base em estudos que apontam necessidades regionais no Estado de São Paulo, elabora e dispõe de diversas linhas de crédito, cujos recursos são destinados a apoiar programas e projetos amparados por tecnologias modernas e funcionais ou por necessidade de demanda do mercado consumidor, permitindo ao produtor diversificação e atualização de sua produção, visando à melhoria de sua renda. Em 2023, até o mês de novembro, contratamos operações de investimento amparadas nos seguintes Projetos:

Projeto Aquicultura e Pesca Sustentável Paulista;

Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável Paulista;

Projeto Pró-Trator e Implementos Agro SP.

Esses projetos foram implementados exclusivamente para atender pequenos produtores rurais pessoas físicas e jurídicas, suas associações e cooperativas de produtores rurais. Até o mês de novembro de 2023 foram liberadas 641 operações, totalizando um valor de R$ 98.922.058,58.

Tivemos, também, o FEAP Crédito Emergencial - Litoral SP 2023 e Mogi das Cruzes que até novembro de 2023 foram liberadas 63 operações, totalizando um valor de R$ 3.000.000,00 e o FEAP Crédito Emergencial – Vale do Ribeira onde foram liberadas até novembro 2 operações, totalizando R$ 60.500,00.

Tabela 34 – Crédito Rural para Expansão e Investimento - Executado

Programa	Ano	Nº Contratos	Valor Liberado (R$)
Créd. Emerg.Litoral/Mogi das Cruzes	2023	63	3.000.000,00
Créd. Emerg. Vale do Ribeira	2023	2	60.500,00
Proj. Aquic. e Pesca Sust.	2023	73	5.902.412,31
Proj. Desenv. Rural Sust.	2023	251	32.709.578,54
Proj. Pró Trator e Impl.	2023	254	57.249.567,73

Fonte: FEAP/Desenvolve SP

Subvenções aos produtores rurais - Na ação subvenção do Prêmio do Seguro Rural, até o mês de novembro de 2023, foram contratadas 14.081 subvenções, correspondente ao montante de R$ 79.930.026,53. O valor total destinado para subvenções do Prêmio do Seguro Rural em 2023 foi de R$ 88,0 milhões, maior valor já liberado para essa modalidade nos últimos anos.

Tabela 35 - Subvenção do Prêmio do Seguro - Executado

Ano	N.º Subvenções	Valor Subvenções Pagas (R$)
2023	14.081	79.930.026,53

Fonte: FEAP/SUSER

A Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) congrega as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Sob sua égide, os sete Institutos de pesquisa (Agronômico - IAC, APTA Regional, Biológico - IB, Economia Agrícola - IEA, Pesca - IP, Tecnologia dos Alimentos - ITAL e Zootecnia - IZ) desenvolvem e disponibilizam, ao setor produtivo, tecnologias de ponta visando o incremento da competitividade dos produtos paulistas do setor agropecuário com soluções inovadoras e sustentáveis dentro do conceito ESG. As pesquisas desenvolvidas na APTA são essenciais para a competitividade do agronegócio paulista e brasileiro tendo em vista que muitas de suas soluções são adotadas em todo território nacional. Além de produzir tecnologias para o setor, os Institutos da APTA atuam na transferência de conhecimento para a sociedade, através de cursos, palestras, dias de campo, workshops e treinamentos. Cinco desses institutos possuem cursos de Pós-Graduação stricto-sensu (acadêmico) avaliados pelo Ministério da Educação, formando mestres e doutores para o mercado de trabalho. Apenas IEA e Apta Regional ainda não tem cursos de Pós-Graduação. Ao longo de 2023, 165 alunos estiveram matriculados nos cursos de mestrado e de doutorado dos Institutos da APTA. Esses alunos, mesmo que temporariamente, participam da execução das pesquisas institucionais e recebem treinamento de ponta. Muitos ex-alunos estão alocados em Universidades/Faculdades ou na iniciativa privada em empresas ligadas ao setor. Os Institutos de Pesca, em Santos/SP, e o Instituto Biológico, na cidade de São Paulo, fazem a gestão dos acervos de dois museus para visitação pública, resultados da longa história de atuação desses institutos junto à pesquisa científica. Além de pesquisas científicas, os Institutos da APTA contam, em sua maioria, com laboratórios preparados para atender as demandas de pesquisa e da sociedade, entregando serviços de elevada qualidade e confiabilidade para os diferentes setores do agronegócio. Até dezembro de 2023, os Institutos da APTA publicaram 281 artigos científicos em periódicos com política editorial de revisão por pares e qualificação QUALIS-CAPES A ou B. Assim, para a inclusão nas revistas e periódicos, os trabalhos passam por avaliações bastante criteriosas dos revisores, que também são docentes universitários ou pesquisadores científicos. No geral, as publicações escolhidas pelos pesquisadores da APTA participam do sistema QUALIS da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação - CAPES, fato que revela a excelência nacional e internacional dos resultados de pesquisa.

Tabela 36 - Indicadores gerais da APTA.

	2023[1]	**2022**	**Variação anual (2023/2022)**
Pesquisas científicas em andamento	519	464	+12%
Capacitações realizadas	2.297	1.256	+82%
Público atendido (Museu IB + IP[2])	160.746	143.920	+11%
Público atendido em capacitações	90.421	61.680	+46%
Análises laboratoriais realizadas	434.433	336.000	+29%

[1]Dados do SIMPPA referentes a outubro de 2023.

Dentro dessa vocação em entregar inovação ao setor agropecuário, a APTA, como Coordenadoria, concebeu um projeto visando estimular pesquisas de ponta em suas unidades através da criação de um ambiente exclusivo para este fim: o APTAhub. É o resultado da parceria firmada entre a Coordenadoria e a CIETEC, agência de inovação da USP, e se caracteriza como o Ecossistema de Inovação da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA). Frente aos desafios de atendimento às exigências e dinâmica impostas pelo mercado, o objetivo dessa ação é promover a cultura de inovação, impulsionar e/ou acelerar a inovação, ampliando a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio paulista e nacional. Para isso, os conhecimentos e tecnologias gerados pela pesquisa científica e tecnológica dos Institutos de Pesquisa da APTA/SAA serão associados a projetos e programas inovadores junto a empreendedores

e empresas. Assim, a visão de futuro da APTA/SAA é ser um espaço propício à inovação e ao empreendedorismo baseado no conhecimento, por meio de: 1) arranjos promotores de inovação, com ações programadas e cooperadas, envolvendo ICTs, empresas, diferentes níveis de governo e outras organizações do setor do agronegócio, visando fortalecer e acelerar a capacidade da inovação da SAA, a ser liderado pela APTA/SAA, e promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental da agricultura paulista, e 2) espaços de geração de empreendimentos, que deverão apoiar o desenvolvimento de startups ou novos empreendimentos inovadores, com foco no agronegócio e na produção de alimentos, compostos por ambientes físicos descentralizados e componentes virtuais e de suporte à transformação de ideias em empreendimentos de sucesso.

A seguir descreve-se brevemente ações da APTA relacionadas aos destaques nas pesquisas, infraestrutura, conquistas Institucionais e de seu corpo técnico bem como as ações de inovação e transferência do conhecimento.

Projetos técnico-científicos mais relevantes

Ao longo de 2023 a APTA, por meio de seus Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) entregou ao setor agropecuário e, por conseguinte, para a sociedade, inovações através de resultados de diversos projetos de pesquisa. Atualmente, há mais de 400 projetos em andamento nos Institutos da APTA que abrangem diferentes necessidades do setor agropecuário. De maneira geral, os Institutos da APTA atuam em programas de pesquisa associados às temáticas como economia agrícola, melhoramento genético vegetal, melhoramento genético animal, tecnologia e pós-colheita de alimentos, tecnologia e produção de pescado e organismos aquáticos, biossegurança, sanidade vegetal e animal e fitotecnia e outros. Dentro desses programas cada Instituto, em função de sua especialização, aloca recursos humanos para a execução de projetos de pesquisa relacionados ao tema do programa. Destacam-se o programa de melhoramento vegetal (IAC), programa de melhoramento animal (IZ), levantamento e pesquisa de dados econômicos do setor agropecuário (IEA), programa de qualidade de embalagens (ITAL), programa de monitoramento da atividade pesqueira marinha e estuarina do Estado de São Paulo (PMAP-SP) (IP) e programa de imunobiológicos (IB) entre muitos outros. Ao considerar a complexidade envolvida nesses 400 projetos e o desafio de relacioná-los aos referidos programas nesse relatório, destacamos:

Desenvolvimento de protocolos de propagação em massa e caracterização genômica de espécies vegetais endêmicas do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais- URPD Piracicaba/ Vale S/A

Arroz biodinâmico- avaliações agrícolas de cultivares de arroz sob sistema de cultivo biodinâmico. URPD Pindamonhangaba/ Instituto Mahle.

Tecnologias sustentáveis na produção da palmeira macaúba (Acrocomia aculeata) e no desenvolvimento de sistemas integrados de produção com avaliação econômica na região do vale do Paraíba- URPD Pindamonhangaba/Inocas.

ELLE Pot – Propaga SP. Avaliar e validar novas tecnologias na área de propagação de plantas, para a produção de mudas de alta qualidade, a partir da tecnologia do PaperPot (ELLEPOT), atendendo às demandas relacionadas à área no Estado de São Paulo.

Melhorias e atualização do Aplicativo Calculadora do Valor Venal da Terra Rural: o aplicativo (App) calcular o valor venal da propriedade rural no Estado de São Paulo para o Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doação (ITCMD) no Estado de São Paulo.

Lançamento do Aplicativo Custo de Produção: o aplicativo (App) atende a produtores que possuam produção de cultura anual, perene e semiperene; como frutas, cana, grãos, hortaliças e outras produções vegetais. É uma ferramenta de cálculo do custo de produção de atividade agrícola, utilizando a metodologia de custo operacional desenvolvida pelo Instituto de Economia Agrícola.

Rotas Rurais - Busca construir instrumentos capazes de solucionar essa lacuna presente no ambiente rural, ou seja, a falta de um endereço oficial mediante tecnologia avançada, tomando como apoio, informação e geolocalização reunidas em uma única plataforma de acesso remoto. Em parceria com o Google e a sua ferramenta PLUS CODE cada propriedade rural poderá ser localizada facilmente.

SEMEAR – Projeto do IEA em parceria com a EMBRAPA para constituição de centros virtuais orientados a problemas específicos e com impacto social e econômico. Sua missão será atuar na pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologias emergentes visando à inclusão de pequenos e médios produtores rurais, entre as ações previstas, está o estabelecimento de distritos agro tecnológicos (dats), em diferentes regiões do país, para a promoção de soluções de conectividade em

áreas rurais e a inserção de tecnologias digitais em processos de produção agropecuária, envolvendo, por exemplo, aplicações em inteligência artificial e sensoriamento remoto, automação e agricultura de precisão, rastreabilidade e certificação.

Plataforma Biotecnológica Integrada de Ingredientes Saudáveis (PBIS), Núcleo de Pesquisa Orientada a Problemas em São Paulo (NPOP-SP), liderada pelo Ital dentro do Programa Ciência para o Desenvolvimento da Fapesp, e que conta com a parceria de Universidades e a iniciativa privada.

Centro de Ciência para o Desenvolvimento “Soluções para os Resíduos Pós-Consumo: embalagens e produtos (CCD Circula)” da Fapesp, que tem como missão desenvolver soluções inovadoras voltadas ao problema dos resíduos pós-consumo para reduzir ou eliminar o seu impacto negativo, com base na economia circular e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Monitoramento da resistência de carrapatos a acaricidas e controle biológico de carrapatos de bovinos, equinos e capivaras, com uso de fungos entomopatogênicos.

Controle biológico de insetos com uso de fungos entomopatogênicos (Beauveria bassiana, Metarhizium anisopliae, Cordyceps, Isaria, Simplicillium): métodos de produção, formulação, tecnologias de aplicação, controle de qualidade de produtos microbianos, auxílio na implantação de biofábricas de entomopatógenos. Neste projeto são realizadas assessorias técnico-científica para o desenvolvimento de biofábricas para a produção de bioinseticidas a base de fungos, no Brasil e exterior, e orientação aos produtores quanto ao uso correto de fungos entomopatogênicos.

Controle biológico como área estratégica para agricultura paulista, sob a coordenação do PqC José Eduardo Marcondes de Almeida, que estuda o uso dos isolados de Beauveria bassiana IBCB 66 e Metarhizium anisopliae IBCB 425 em aproximadamente 5 milhões de hectares no Brasil, para o controle biológico da cigarrinha-da-raiz da cana-de-açúcar, bicudo (Sphenophorus levis) da cana-de-açúcar e mosca-branca em diversas culturas, representando uma economia anual de mais de R$400 milhões de reais na aplicação de defensivos agrícolas, contribuindo para o estabelecimento de uma agricultura mais sustentável

Centro de manejo sustentável de pragas, doenças e plantas daninhas, (edital CCD/FAPESP), sob coordenação do PqC Mario E. Sato. Captou R$ 4.246.903,30 e recursos adicionais para 24 bolsas em parceria com IAC, IEA, Departamento de Descentralização do Desenvolvimento (DDD)/APTA, FATEC Pompéia, Universidade de Araraquara, Embrapa Mandioca e Fruticultura, UNESP Jaboticabal, Fundecitrus, Grupo Vittia, Usina São Francisco, Rizoma Agro (Mantiqueira), Cooperativa Agropecuária do Alto Paranaíba e SAA. O objetivo desse Centro é unir esforços para o estabelecimento de novas estratégias, com ênfase no uso de agentes de controle biológico, para o manejo sustentável de algumas pragas e doenças de grande relevância para a agricultura.

Determinação multirresíduos de pesticidas em alimentos processados utilizando LC-MS/MS e LPGC-MS/MS e avaliação dos resíduos após aplicação de diferentes técnicas de processamento” (FAPESP), sob coordenação do PqC Sérgio Henrique Monteiro.

“Prospecção de vespas parasitoides (Hymenoptera: Chalcidoidea) de mosca-branca e mosca-minadora em sistemas de cultivo protegido nos estados de São Paulo e Paraná”, (edital CNPq/MCTI nº 10/2023 – Grupos Emergentes), sob a coordenação do PqC Valmir Antonio Costa.

“Produção de suínos geneticamente modificados”, que visa avaliar a criação de linhagens suínas geneticamente modificadas voltadas para o xenotransplante. Parceria da APTA-IZ com iniciativa privada e que abre nova fronteira de ação Institucional.

Centro de Ciência para o Desenvolvimento da Neutralidade Climática da Pecuária de Corte em Regiões Tropicais, com objetivo de determinar as emissões de GEE e estabelecer estratégias de mitigação em sistemas de produção de bovinos de corte.

Sistemas FLOTUB JLTec-IZ – tecnologia para tratamento de efluentes para a suinocultura e AQUAPEC – tecnologia que integra piscicultura de recirculação e aquaponia. Ambos buscam tratar e reutilizar resíduos da produção animal e obter biofertilizantes para uso agrícola.

Essa amostra de projetos evidencia a abrangência das ações do corpo técnico da APTA e sua importância na busca por soluções inovadoras para todos os tipos de problemas que desafiam o setor agropecuário paulista e nacional.

INFRAESTRUTURA

Além da captação de recursos para custeio das pesquisas, os ICTs da APTA têm logrado êxito em obter recursos para melhorar sua infraestrutura de apoio a pesquisa. Houve a aprovação de duas propostas no edital PAIP - Programa de Apoio à Infraestrutura – Equipamentos Multiusuários (EMU) - Tecnologia e Inovação - da Fapesp, para aquisição de um Cromatógrafo Líquido de Alta Resolução com sistema de tempo de voo/espectrometria de massas (LC/Q-TOF/MS) para separação, identificação e quantificação de substâncias não voláteis desconhecidas presentes em alimentos e embalagens, e de uma Linha Integrada para extração, funcionalização e caracterização de proteínas vegetais, que, em conjunto, representam um investimento de R$7,8 milhões de reais. Destaca-se também um investimento no Centro de Tecnologia de Embalagem (Cetea/ITAL) de mais R$3,45 milhões de reais obtido junto ao Edital PROINFRA 2021 (chamada pública MCTI/FINEP/FNDCT/CT-INFRA. Foram executadas obras de melhoria, revitalização e readequação de laboratórios para a Aquicultura, como é o caso da fábrica de ração, do Laboratório de Nutrição e de Reprodução e Genética, localizados no Centro Avançado de Pesquisa e Desenvolvimento do Pescado Continental; e de um tanque de decantação, premissa ambiental da CETESB, no Núcleo Regional de Pesquisa em Salmonicultura Dr. Ascânio de Faria, em Campos de Jordão. Também foi realizado investimento na área da Pesca, como reformas no Núcleo Regional de Pesquisa do Litoral Norte (Ubatuba), e no Centro Avançado de Pesquisa e Desenvolvimento do Pescado Marinho (Santos), que tiveram suas estruturas físicas revitalizadas. No setor de produção animal foram efetivadas reformas e melhorias da infraestrutura no Banco de Germoplasma de Plantas Forrageiras do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Pastagens e Alimentação Animal, que abriga mais de 2000 genótipos de plantas forrageiras, entre gramíneas e leguminosas, armazenados em sementes e um herbário com 1830 espécies. O Centro Avançado de Pesquisa e Desenvolvimento de Bovinos de Corte, em Sertãozinho, contou com reforma e modernização de sua fábrica de ração, reforma de silos de armazenagem além de obras de pavimentação.

DESTAQUES INSTITUCIONAIS

Alguns dos Institutos de Pesquisa da APTA são centenários e tal longevidade só é possível devido a sua forte interação com as cadeias produtivas e a entrega de produtos/serviços de qualidade. Neste contexto, destaca-se a concessão da Medalha Nacional do Mérito Científico ao IAC, durante a solenidade da Ordem Nacional do Mérito Científico, realizada no Palácio do Planalto, em Brasília. O IAC foi indicado pelo Conselho da Ordem Nacional do Mérito Científico, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, pela significativa contribuição para ciência, tecnologia e inovação nas áreas em que atua. Em agosto, o ITAL completou 60 anos de história em prol do desenvolvimento da ciência e tecnologia de alimentos do país, contribuindo para a segurança e qualidade dos alimentos industrializados e embalagens. Para marcar essa conquista, foi publicado o livro “ITAL 60 anos: alimentando o futuro com ciência e tecnologia”, mediante a abordagem das primeiras cinco décadas e um relato da história recente do Instituto, marcada por investimentos em modernização de infraestrutura e de gestão e pela consolidação de parcerias estratégicas, fatos que prepararam o Ital para o futuro. Além disso o ITAL recebeu reconhecimento formal pela sua história e contribuição na área de alimentos do Grupo Jacto e Fundação Shunji Nishimura, da Escola superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” e do CREA-SP. Atendendo uma forte demanda do setor, foi criado em 2023 um grupo de trabalho da cadeia produtiva do Cacau, cultura que vêm ganhando destaque no estado de São Paulo. O Instituto de Zootecnia (IZ-APTA), recebeu o Prêmio Dr. Arnaldo Zancaner, concedido pela Sociedade Brasileira de Melhoramento Animal (SBMA) devido às suas atividades em prol do melhoramento genético animal no Brasil. O IP participou da maior feira de Aquicultura de São Paulo, a XII Aquishow, que ocorreu em maio de 2023 no Centro Avançado de Pesquisa e Desenvolvimento do Pescado Continental, em São José do Rio Preto e integrou uma nova edição do Agrifutura Pescado. Em outubro de 2023, o IP também participou do Seafood Latin America, evento com foco na cadeia produtiva do pescado. Buscando se aproximar cada vez mais da sociedade, o IP lançou a 1ª. edição da “Tem Peixe na Vila”, festa temática relacionada à campanha nacional Semana do Pescado, que atingiu mais de 2 mil pessoas em um final de semana, na sede do IP na Vila Mariana. Esse evento do IP contou com exposição de produtores, artesanato, pesquisas institucionais, gastronomia, oficinas e cursos voltados a adultos e crianças.

DESTAQUES DA QUALIDADE DO CORPO TÉCNICO

A APTA entende que essas ações junto ao setor produtivo e à sociedade em geral só se realiza por meio de seu corpo técnico. Neste ponto destacam-se algumas conquistas que refletem o elevado grau de capacitação de seus técnicos. A Pqc Maria Imaculada Zucchi, proferiu palestra na Universidade de

Harvard intitulada “ Genomics of populations in Brazilian trees” associada ao projeto FAPESP/VALE/APTA Regional. A Pqc Sandra Pereira da Silva, proferiu a palestra “Fortalecimento da cadeia produtiva de plantas medicinais na Agricultura familiar” em evento no Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, em Brasília/DF. O PqC Francisco José Zorzenon recebeu o prêmio "Distinção de Destaque" pelos relevantes serviços prestados em prol das boas práticas para uma melhor qualidade de vida ambiental nas cidades brasileiras, da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana. O doutorando Lucas Vitor, aluno do programa de pós-graduação do IB e bolsista da FAPESP, sob orientação da PqC Suzete L. Destefano, foi premiado no 12º International Congress of Plant Pathology em Lyon (França), com o trabalho “Biological control of potato scab by Pseudomonas sp.” Oito bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/IB) foram premiados pelos seus trabalhos, no 17º Congresso Interinstitucional de Iniciação Científica (CIIC 2023). O Pesquisador Valmir Antonio Costa do IB foi homenageado com a descrição de uma nova espécie de parasitoide, Galeopsomyia valmiri Hansson sp.nov. (Hymenoptera: Eulophidae), por sua contribuição na área de taxonomia de Hymenoptera. O Pqc Marcos César Gonçalves foi selecionado e realizou treinamento na USDA (Baton Rouge, Louisiana) nos Estados Unidos para desenvolver o trabalho "Interações entre o pulgão verde, o Maize dwarf mosaic potyvirus e milho”. O Pqc Heitor Cantarella foi homenageado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, por quase 20 anos de trabalho em várias coordenações junto à Fundação e em especial na coordenação do Programa de Bioenergia da FAPESP até o final de 2023. O Pqc e líder do Programa Cana IAC, Marcos Landell, foi homenageado na Costa Rica, pela La Associación de Técnicos Azucareros de Latinoamérica y el Caribe ATALAC. O congresso se tornou uma importante plataforma para fortalecer o setor agroindustrial da cana-de-açúcar da América Latina. O Pqc Geraldo Balieiro Neto, participou de treinamento técnico-científico na Universidade da Flórida, como Pós-Doutorado Associado no Programa de Intercâmbio Visitante UF J1 no Departamento de Ciências Animais. A Pqc Flavia Fernanda Simili, participou do Programa de Intercâmbio J-1 (J-1 Research Scholar) na Universidade da Florida (UF) no Institute of Agriculture and Food Sciences – IFAS, no Centro de Pesquisa e Educação do Norte da Flórida.

INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DO CONHECIMENTO

Ao considerar a importância do tema Inovação e Transferência do Conhecimento para a APTA, além das diversas ações de capacitação realizadas pelos Institutos ao longo do ano (Tabela 1), convém destacar ainda as seguintes entregas: ex-alunos do programa de pós-graduação do IB, como Fernando Berton Baldo, Julie Chacon Orozco e Lucas Vitor, foram aprovados na seleção para residência como startups no ecossistema de Inovação da APTA/CIETC. Em 2023 o IB sozinho firmou 75 contratos de licenciamento de produtos para controle biológico, via NIT/IB, com empresas - Programa de inovação e transferência de tecnologia em controle biológico (PROBIO). Em outubro de 2023, foi inaugurado o Tropical Food Innovation Lab (TFIL), fruto de parceria público-privada com objetivo de acelerar a inovação em alimentos, com foco no uso sustentável da biodiversidade da América Latina e na nutrição acessível e segura para os consumidores. O modelo de governança do TFIL envolve as empresas cofundadoras como a Cargill, a Bühler, a Givaudan, o FoodTech Hub Latam e o Ital e pretende interagir com inúmeras instituições de pesquisa e ensino do Brasil e do exterior, além de outras empresas, startups e investidores. No conjunto, a governança será responsável pela cocriação de produtos inovadores e valorizarão o agro brasileiro, contribuindo com a sociedade. O TFIL foi estabelecido em uma área do Ital de 1.300 metros quadrados totalmente reformada e, além de uma área de coworking, conta com duas plantas piloto, uma de extrusão seca e úmida – já instalada, e outra de processamento de bebidas – em projeto, dois laboratórios de aplicação, uma cozinha experimental (demo kitchen) e uma área de mixologia, para orientar os projetos de desenvolvimento e demonstrar os novos ingredientes e produtos que serão criados no TFIL. No campo do empreendedorismo de base tecnológica e inovação aberta, o Ital participou como parceiro tecnológico do ciclo Tech Start Food Innovation, tanto na fase de warmup e posterior seleção das startups da área de alimentos para a fase de aceleração. A APTA, por meio da Apta Regional, promoveu diversas capacitações no interior do estado de São Paulo, sobre temas relevantes ao setor, com destaque para: Concurso estadual de qualidade do café 2023; IV DIA DE CAMPO SOBRE A CULTURA DO CAFÉ- URPD de Marilia; Lançamento do Vinho agroecológico – URPD de São Roque; Seminário sobre a cultura cacaueira – Grupo AR Cacau/ CEPLAC; VII Workshop Sobre “Políticas Públicas de Plantas Medicinais, Aromáticas e Fitoterapia: A Importância Da Agricultura Familiar” - URPD Pindamonhangaba; III Simpósio de Propagação e Produção de Mudas- URPD Marilia/IAC; Curso técnico sobre o uso de tecnologias para produção do Boi 777- URPD Colina; Apresentação de resultados dos experimentos de milho safrinha- URPD Adamantina; Concurso do Café- AR/Cati, entre outros. O trabalho “Restrição de luz sem jejum mantém a qualidade de ovos de poedeiras pesadas no segundo ciclo produtivo” recebeu o prêmio de

melhor trabalho na categoria Manejo no 20º Congresso de Produção e Comercialização de Ovos da Associação Paulista de Avicultura, ocorrido de 14 a 16 de março, no Centro de Convenções de Ribeirão Preto-SP. O trabalho é de autoria de Hiago Poli, estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Produção Animal Sustentável do IZ, em parceria com pesquisadores do instituto.

Todas as ações acima destacadas demonstram o inequívoco compromisso da APTA em atender sua missão de coordenar e gerenciar as atividades de ciência e tecnologia voltadas ao desenvolvimento do agronegócio sustentável mediante ações dos Institutos sob sua égide, revertendo positivamente para a sociedade os investimentos efetuados pelo governo do Estado de São Paulo.

PROGRAMA 1731 – POLÍTICA AGRÁRIA E FUNDIÁRIA

Indicador de Resultado: Número de Títulos Expedidos

Meta LOA: 3.000. Realizado: 4.130

Indicador de Resultado: Renda Média Familiar Mensal em Salários-Mínimos:

Meta LOA: 3,47 – Realizado: 3,72

Tem como objetivo planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado; participar, mediante parceria, da execução das políticas agrária e fundiária, em colaboração com a União, outros estados e municípios; promover a regularização fundiária em terras devolutas, ou presumivelmente devolutas, nos termos da legislação vigente; Implantar e desenvolver assentamentos de trabalhadores rurais, nos termos da Lei nº 4.957, de 30 de dezembro de 1985, e legislação complementar; prestar assistência técnica às famílias assentadas e aos remanescentes das comunidades de quilombos, assim identificados; capacitar os beneficiários da regularização fundiária, das comunidades remanescentes de quilombos e dos projetos de assentamento, na área agrícola, e de técnicos nas áreas agrária e fundiária; Identificar e propor soluções para os conflitos fundiários; promover a identificação e a demarcação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos.

A Fundação Itesp, com base no Decreto nº 62.738/2017, que regulamenta a Lei nº 4.957, de 1985, com as alterações introduzidas pela Lei nº 16.115, de 2016, que dispõe sobre Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários instituiu, através da Portaria ITESP Nº 80/2017, o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social Familiar - PPAIS Família, definindo a operacionalização dos novos direitos: concessão de uso, hereditariedade, e parceria agropecuária entre beneficiários.

Ação 4960 – Fortalecimento da Agricultura Familiar

Produto: Número de Atendimentos Realizados às Famílias

Meta LOA : 14.266 - Realizado 25.925

Tem como objetivo planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado; participar, mediante parceria, da execução das políticas agrária e fundiária, em colaboração com a União, outros estados e municípios; promover a regularização fundiária em terras devolutas, ou presumivelmente devolutas, nos termos da legislação vigente; Implantar e desenvolver assentamentos de trabalhadores rurais, nos termos da Lei nº 4.957, de 30 de dezembro de 1985, e legislação complementar; prestar assistência técnica às famílias assentadas e aos remanescentes das comunidades de quilombos, assim identificados; capacitar os beneficiários da regularização fundiária, das comunidades remanescentes de quilombos e dos projetos de assentamento, na área agrícola, e de técnicos nas áreas agrária e fundiária; Identificar e propor soluções para os conflitos fundiários; promover a identificação e a demarcação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos.

Em 2023 o Itesp prestou assistência técnica e extensão rural a 7.132 famílias de trabalhadores rurais instaladas em 140 assentamentos de domínio estadual, a 3.587 famílias de trabalhadores rurais instaladas em 39 assentamentos de domínio federal e a 1.405 famílias remanescentes de quilombos pertencentes a 33 comunidades reconhecidas.

A Fundação Itesp, com base no Decreto nº 62.738/2017, que regulamenta a Lei nº 4.957, de 1985, com as alterações introduzidas pela Lei nº 16.115, de 2016, que dispõe sobre Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários instituiu, através da Portaria ITESP Nº

80/2017, o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social Familiar - PPAIS Família, definindo a operacionalização dos novos direitos: concessão de uso, hereditariedade, e parceria agropecuária entre beneficiários. Desde sua criação, o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS) ultrapassou R$ 80 milhões, gerando renda aos agricultores familiares do Estado de São Paulo, sendo que no ano de 2023 mais de R$ 17 milhões em contratos firmados com agricultores familiares.

Ação 4959 – Regularização Fundiária Urbana e Rural

Produto: Unidades Cadastradas;

Meta LOA: 5000; realizado 6.384

Estão em andamento 166 processos de regularização de imóveis rurais relativos à Lei Estadual 17.557/2022, que somam mais de 100 mil hectares. Desses processos, até o momento, 30 foram considerados aptos para a regularização, envolvendo 33 imóveis que somam 16,7 mil hectares, com um valor definido de arrecadação para o Estado de R$ 44.5 Milhões.

Nesse contexto, considerando a média de arrecadação por hectare, estima-se que somente a regularização das áreas dos processos em andamento possam gerar uma receita de R$ 266 Milhões nos próximos 10 anos ao Estado, em razão do pagamento parcelado. Porém, o potencial da lei é muito maior e pode ultrapassar R$1,2 Bilhão arrecadados, uma vez que mais 500 mil hectares de terra devolutas ou presumivelmente devolutas estaduais têm possibilidade de adesão ao Programa previsto na Lei Estadual 17.557/2023.

Ademais, segue em andamento a regularização fundiária de 140 assentamentos estaduais, que envolvem uma área de 153 mil hectares, e mais de 7200 famílias de trabalhadores rurais.

Já na área urbana, esta Fundação desenvolve o Programa de Regularização Fundiária em parceria com municípios. Hoje temos mais de 100 municípios parceiros e trabalhos em mais de 70 mil imóveis.

Por fim, na defesa e regularização do patrimônio público, recentemente esta Fundação foi demandada pelo Conselho do Patrimônio Imobiliário para a elaboração de orçamento para a regularização e avaliação de 12 próprios estaduais, que juntos podem valer mais de R$ 700 Milhões.

CASA CIVIL

CASA CIVIL

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

28000 - Casa Civil

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**52.387.685,00**	**293.344.031,00**	**244.424.227,41**	**45.274.296,70**	**289.698.524,11**	**225.011.329,19**
Pessoal, e Encargos Sociais	18.896.491,00	122.802.935,00	122.544.797,18	0,00	122.544.797,18	111.894.641,69
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	33.491.194,00	170.541.096,00	121.879.430,23	45.274.296,70	167.153.726,93	113.116.687,50
Despesas de Capital	**30.000.010,00**	**133.325.505,00**	**44.622.589,35**	**82.848.870,23**	**127.471.459,58**	**26.563.083,97**
Investimentos	30.000.010,00	133.325.505,00	44.622.589,35	82.848.870,23	127.471.459,58	26.563.083,97
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**82.387.695,00**	**426.669.536,00**	**289.046.816,76**	**128.123.166,93**	**417.169.983,69**	**251.574.413,16**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

28000 - Casa Civil

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
2825 - Assessoramento, Coordenação Articulação de Política do Governo	**52.387.675,00**	**12.446.490,00**	**12.435.680,66**	**0,00**	**12.435.680,66**	**15.658.031,27**
3 - Despesas Correntes	52.387.665,00	12.446.490,00	12.435.680,66	0,00	12.435.680,66	15.618.459,27
4 - Despesas de Capital	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.572,00
2990 - Desenvolvimento de Ações decorrentes de Emendas Parlamentares	**30.000.020,00**	**7.502.160,00**	**5.714.417,00**	**351.650,00**	**6.066.067,00**	**554.915,40**
3 - Despesas Correntes	20,00	200.000,00	200.000,00	0,00	200.000,00	200.000,00
4 - Despesas de Capital	30.000.000,00	7.302.160,00	5.514.417,00	351.650,00	5.866.067,00	354.915,40
5100 - Planejamento, Coordenação e Gestão Eficiente do Governo	**0,00**	**198.006.967,00**	**180.101.401,13**	**16.546.293,73**	**196.647.694,86**	**166.213.733,47**
3 - Despesas Correntes	0,00	192.319.937,00	176.982.086,42	14.374.210,78	191.356.297,20	163.780.427,76
4 - Despesas de Capital	0,00	5.687.030,00	3.119.314,71	2.172.082,95	5.291.397,66	2.433.305,71
5101 - Defesa Civil Protege Você	**0,00**	**117.727.562,00**	**38.990.614,04**	**76.367.314,39**	**115.357.928,43**	**25.001.649,63**
3 - Despesas Correntes	0,00	5.772.977,00	4.943.921,13	696.388,03	5.640.309,16	3.118.435,72
4 - Despesas de Capital	0,00	111.954.585,00	34.046.692,91	75.670.926,36	109.717.619,27	21.883.213,91

5102 - Rede Social de Cidadania e Sustentabilidade	**0,00**	**90.986.357,00**	**51.804.703,93**	**34.857.908,81**	**86.662.612,74**	**44.146.083,39**
3 - Despesas Correntes	0,00	82.604.627,00	49.862.539,20	30.203.697,89	80.066.237,09	42.294.006,44
4 - Despesas de Capital	0,00	8.381.730,00	1.942.164,73	4.654.210,92	6.596.375,65	1.852.076,95
Despesa Total	**82.387.695,00**	**426.669.536,00**	**289.046.816,76**	**128.123.166,93**	**417.169.983,69**	**251.574.413,16**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

PROGRAMA 2825 – ASSESSORAMENTO, COORDENAÇÃO, ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA DE GOVERNO

Esse programa, por meio do Decreto no 67.435 de 01 de janeiro de 2023, migrou para o órgão 51.000 – Secretaria de Governo e Relações Institucionais e, portanto, terá seus comentários do acompanhamento de sua execução descritos naquele órgão.

Salientamos que o referido programa teve sua execução orçamentária executada dentro do órgão 28.000 – Casa Civil nos meses de janeiro, fevereiro e março, com valores remanescentes liquidados em abril/2023.

PROGRAMA 2990 – DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES

Este programa terá parte de sua descrição realizada pela Casa Militar, tendo em vista que o produto 1735 – Apoio aos Municípios e Entidades, cujo indicador 3924 – No. de Convênios Firmados com Prefeituras Municipais e Entidades, ação 2272 – Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares, exceto Saúde é executada pela Defesa Civil.

PROGRAMA 5100 – PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E GESTÃO EFICIENTE DO GOVERNO

Ação 5345 – Coordenação e Operação de Segurança Institucional

Descrição: Manutenção da segurança física dos Palácios, atendimento funcional ao Governador e dignitários, bem como segurança comunitária voltada ao entorno da sede do Poder Executivo. Gestão dos serviços de telecomunicação dos Palácios do Governo e órgãos vinculados. Logística de transporte aéreo e fiscalização dos veículos oficiais do Poder Executivo.

Ação 6234 – Gerenciamento Administrativo e de Infraestrutura

Descrição: Gestão dos Serviços que apoiam as atribuições da Secretaria, incluindo a manutenção dos serviços de natureza financeira, administrativa, material, patrimonial, d pessoal e infraestrutura.

Principais contratos e desembolsos em 2023:

Contrato com a PRODESP para prestação de serviços de informática (valor Total R$ 21.677.859,11 – total liquidado).

Contratação da 2N Engenharia, especializada em serviços de manutenção preventiva, corretiva e mobiliária para o Palácio dos Bandeirantes. (R$ 12.479.558,10 – valor liquidado).

Contrato com CAPE Feiras e Eventos Eirelli para prestação de serviços de apoio na concepção, organização, produção e execução de eventos sob demanda do Cerimonial (Valor Total R$ 4.407.580,37 – total liquidado).

PROGRAMA 5102 – REDE SOCIAL DE CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE

SEÇÃO 1: ANÁLISE SOBRE VARIÁVEIS ECONÔMICAS E DE INDICADORES SOCIAIS E SEU IMPACTO NOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

O Fundo Social do Estado tem como objetivo instituir programas sociais destinados a atender diretamente pessoas em situação de vulnerabilidade social ou através do apoio às organizações

sociais e municípios que o façam, especialmente por meio da oferta de cursos de capacitação profissional e oferta de ajuda humanitária.
Um ambiente de crescimento econômico saudável tende a estar associado a um aumento das atividades econômicas das empresas. Esse aumento na atividade econômica resulta em uma maior demanda por mão de obra, criando assim mais oportunidades de emprego. A qualificação profissional está inserida nesta realidade, pois promove a inclusão produtiva e aumenta as chances do cidadão de conseguir um emprego. Neste sentido, o Fundo Social de São Paulo no ano de 2023 ofereceu mais de 30 mil vagas de qualificação profissional.
Por isso, a oferta de vagas de qualificação profissional é também uma forma de enfrentamento à pobreza e desigualdade de renda. Essas iniciativas ajudam a reduzir as disparidades de acesso ao mercado de trabalho, rompendo o ciclo de pobreza e permitindo-lhes alcançar uma renda mais estável.
O Fundo Social de São Paulo também possui como projeto as Praças da Cidadania, em que, além de ser um espaço destinados a execução dos referidos cursos, é local que busca incentivar a participação comunitária. A Praça possui diversas atividades complementares e torna-se, ao longo do tempo, local de referência para a comunidade, oferecendo espaços destinados à esporte, lazer e convivência comunitária. Na praça são realizadas, assim, políticas de qualificação profissional, empreendedorismo e de assistência social, e é torna-se elemento central para a elevação dos indicadores sociais daquele território, como o melhor desenvolvimento humano e mais educação.

SEÇÃO 2: ANÁLISES DOS RESULTADOS DAS METAS E PRIORIDADES DEFINIDOS NO ANEXO CORRESPONDENTE DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2023

De acordo com o Anexo IV da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023, que consta as Metas e Prioridades, o Fundo Social do Estado auxiliou no cumprimento de duas metas: (i) oferecer qualificação profissional para 205 mil trabalhadores e (ii) promover oportunidades de reinserção no mercado de trabalho para 248,5 mil trabalhadores.
Isso porque um dos trabalhos do Fundo Social de São Paulo é o de oferecer Escolas de Qualificação Profissional, com o objetivo de reduzir o desemprego por meio da realização de cursos gratuitos voltados à população em vulnerabilidade social. As aulas são oferecidas em 13 unidades na Região Metropolitana de São Paulo: 3 Praças da Cidadania e 10 unidades dos CICs (Centro de Integração da Cidadania), além de entidades da capital e municípios conveniados. As vagas são oferecidas para seis modalidades: Moda, Beleza, Gastronomia, Informática, Construção Civil e Administração. Os cursos acontecem de segunda à sexta-feira em dois períodos: Manhã, das 8 às 12h e à tarde, das 13h às 17h. Dependendo do curso de interesse, o tempo de duração pode ser de uma ou três semanas ou um mês.
No ano de 2023, conforme será explicitado na Seção 3, o FUSSP disponibilizou 15.962 vagas em seu Programa, com vistas a qualificar a população beneficiária bem como promover oportunidades de reinserção no mercado de trabalho.

SEÇÃO 3: ANÁLISES DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS, DEFINIDOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023

Programa 5102 - “Rede Social de Cidadania e Sustentabilidade”

O Programa “Rede Social de Cidadania e Sustentabilidade” tem como objetivo instituir projetos multisetoriais com vistas à ampliação das oportunidades de qualificação profissional; à inclusão produtiva; ao desenvolvimento do empreendedorismo; ao fortalecimento de espaços comunitários, de esporte e de lazer; e ao amplo apoio à população em situação de vulnerabilidade social. Pretende-se, desta forma, a superação de processos crônicos de exclusão social e concessão de mais oportunidades para desenvolvimento da cidadania.
O Programa conta com 4 produtos: (i) Rede de Ação Social; (ii) Implantação das Praças da Cidadania no Estado de São Paulo, (iii) Distribuição de Bens Servíveis a entidades governamentais e não governamentais; (iv) Capacitação para atividades geradores da renda, que serão descritas abaixo:

Ação 2592 - Implantação das Praças da Cidadania no Estado de São Paulo

O Programa Praça da Cidadania foi instituído pelo Governo do Estado de São Paulo em 2019, sob a coordenação do Fundo Social de São Paulo, com o objetivo de promover espaços destinados à proteção e inclusão social, ao aperfeiçoamento profissional e à participação comunitária de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Contribui com as políticas públicas que visam reduzir a vulnerabilidade socioterritorial no Estado de São Paulo, articulando a implantação de melhorias urbanas, através da oferta de espaços destinados à esporte, lazer e convivência comunitária, com o desenvolvimento de políticas de qualificação profissional, empreendedorismo e de assistência social.

A implantação e a gestão das Praças da Cidadania são realizadas pelo Fundo Social de São Paulo, em parceria com os municípios beneficiados e com as comunidades do entorno das unidades. As Prefeituras são envolvidas em todas as etapas, desde a seleção do terreno até a gestão e manutenção da Praça em funcionamento. As comunidades são mobilizadas a partir do desenvolvimento dos projetos, visando dar enfoque ao trabalho social necessário antes do início das obras e ao início das conversas sobre os cursos de qualificação profissional e demais atividades a serem realizadas nas Praças.

Para consecução das atividades técnicas relativas à implantação das Praças da Cidadania, o Fundo Social de São Paulo celebrou convênio com a Companhia de Desenvolvimento Urbano e Habitacional do Estado de São Paulo (CDHU-SP) em 2021, que compreende: a realização de estudos iniciais, como levantamento topográficos e sondagens; o desenvolvimento dos projetos executivos; a elaboração de documentos que subsidiam os processos licitatórios e o apoio técnico aos mesmos; e a fiscalização e o gerenciamento das obras.

Atualmente, o Programa tem 6 unidades implantadas, essas unidades estão situadas em Guarulhos, Itapevi, Osasco, Santo André e Paraisópolis e Vila da Paz, estas duas últimas situadas na capital. Outras 7 unidades estão em fase de execução de obras e beneficiarão os municípios de Hortolândia, Mauá, Diadema, Mogi das Cruzes, Itaquaquecetuba, Embu das Artes e São Bernardo do Campo. Além dessas treze, mais 7 unidades do Programa estão em fase de implantação e beneficiarão os municípios de Carapicuíba, Cubatão, Francisco Morato, Guarujá, Ribeirão Preto, Santos e São José do Rio Preto. Sendo este último desenvolvido no âmbito do projeto Favela 3D – Cidadania Para Todos, em parceria com o município e com o Instituto Gerando Falcões.

Das 6 unidades do Programa Praça da Cidadania já implantadas, 2 foram inauguradas em 2023, sendo elas as Praças da Cidadania localizadas em Itapevi e Osasco (edifício da Escola de Qualificação Profissional), beneficiando aproximadamente 52.196 habitantes (estimativa sobre setores censitários da pesquisa CENSO de 2010, do IBGE).

Na Lei Orçamentária Anual de 2023 estava prevista a inauguração de 6 unidades, mas parte delas foram impactadas pelas chuvas acima da média para o período de novembro de 2022 a março de 2023, bem como pela paralisação de algumas frentes de obra devido à necessidade de aditamento dos respectivos contratos.

Ação 4328 - Distribuição de Bens Servíveis a entidades governamentais e não governamentais

Este produto refere-se à frente de arrecadação de doações oriundas de pessoas físicas e jurídicas, a fim de distribuí-las a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Tem como indicador o número de Doações de Bens Servíveis, tendo como meta o número de 2.000 doações no ano de 2023.

No ano de 2023 foram arrecadados 2.150.235 bens servíveis através das campanhas desenvolvidas pelo FUSSP. Esse fluxo alto e muito superior à meta se deu em razão de desastres que ocorreram em 2023, como o de São Sebastião no litoral norte, que mobilizou toda a comunidade e tornou o FUSSP como um polo de recebimento de muitas doações.

Para calcular a quantidade de bens arrecadados pelo FUSSP, leva-se em consideração conforme o quadro abaixo:

Item	Quantidade
1 caixa de roupa	90 peças
1 fardo	100 unidades
1 kit	30 Unidades
1 palete	60 Unidades
1 cesta básica	1 Unidade

Ação 5331 - Capacitação para atividades geradores de renda

As atividades geradoras de renda são executadas por meio das Escolas de Qualificação Profissional do FUSSP, que têm o objetivo de reduzir o desemprego por meio da realização de cursos gratuitos voltados à população em vulnerabilidade social.

Este produto tem como indicador o número de vagas de qualificação profissional ofertadas, tendo como meta o número de 18.725.

No ano de 2023, foram ofertadas 15.962 vagas, fornecidas pelo Centro Paula Sousa (CPS) e por meio da celebração de dois novos convênios, um com o SENAC SP e o outro com o SEBRAE SP. As novas parcerias possibilitaram a atualização da grade de cursos e a ampliação da oferta aos alunos, com a

abertura de um novo portfólio de cursos. Ainda neste semestre, celebramos 29 novos convênios com municípios que receberam o Programa “CozinhAlimento”, oferecido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, disponibilizando cursos na área de Gastronomia.

Ação 2313 - Rede de Ação Social

Os projetos aos quais este produto se refere para a mensuração do indicador são os seguintes: Casas da Solidariedade, Programa VidAtiva, Projeto Solidariedade em Fios, Espaço de Convivência de Idosos e Espaço de Leitura.
Os projetos “Programa VidAtiva”, “Projeto Solidariedade em Fios”, “Espaço de Leitura” e “Espaço de Convivência de Idosos”, que eram desenvolvidos no Parque da Água Branca, foram encerrados diante da concessão do Parque à iniciativa privada e consequente desocupação das edificações que eram utilizadas pelo Fundo Social.
O Projeto da Casa de Solidariedade foi descontinuado após uma tentativa infrutífera de renovação de convênio entre o FUSSP e a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de São Paulo (SMADS).

Programa 2990 – “Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares”

Este programa conta com um produto, o desenvolvimento de ações decorrentes de emendas parlamentares. O indicador deste produto é o número de convênios firmados com prefeituras municipais e entidades.

No ano de 2023 o FUSSP recebeu o valor de R$ 300.000,00 de emendas parlamentares. R$ 200.000,00 desse valor foram utilizados para a compra de cestas básicas para municípios e entidades do Estado de São Paulo (como por exemplo: Santa Cruz da Esperança, Serra Azul, Brodowski), e R$ 100.0000,00 utilizados para a aquisição de materiais permanentes das Praças da Cidadanias localizadas nos municípios de Osasco e Itapevi.

SEÇÃO 4: ANÁLISES DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS, DEFINIDOS NA LEI QUE INSTITUIU O PPA 2020-2023
Neste item serão analisados os progressos do ano de 2023 no Programa do FUSSP bem como em seus Produtos. Importante notar que a descrição do objetivo de cada produto está no item 3 deste documento.

Programa 5102 - “Rede Social de Cidadania e Sustentabilidade”

O Programa, descrito no item 3 deste Relatório, tem como indicador o número total de pessoas beneficiadas pelo programa "Rede Social de Cidadania e Sustentabilidade”, conforme descrito abaixo:

Programa	Indicador De Produto	Detalhamento	Meta 2023	Resultado 2023
55 - "Escolas de qualificação profissional" do FUSSP	Número total de pessoas beneficiadas pelo programa "Rede Social de Cidadania e Sustentabilidade (1168)	Será medido por meio do número total de pessoas atendidas pelas escolas de qualificação profissional, capacitação empreendedora, oferta de crédito por parceiros, campanhas, doações, ações específicas, entre outros. poderão ser utilizados dados cadastrais, de inscrições, planilhas, relatórios e de projeção de público atendido. em suma, o indicador irá medir a somatória de pessoas beneficiadas com a totalidade de ações promovidas pelo FUSSP	2.918.725	5.387.040

Esse número de 5.387.040 é composto pela soma dos indicadores 1548 - Número de Pessoas Qualificadas e 3741 - Número de pessoas beneficiadas com as doações de bens servíveis. O aumento do indicador do programa se deu devido ao crescimento exponencial do indicador 3741, que foi relatado ou descrito no item 4.1.2.
Este Programa conta com 4 produtos: (i) Praças da Cidadania; (ii) Distribuição de Bens Servíveis a entidades governamentais e não governamentais; (iii) Capacitação para atividades geradoras de renda e (iv) Rede de Ação Social, os quais serão descritos abaixo:

Produto 1663 - Praças da Cidadania no Estado de São Paulo

Este Programa está enquadrado no Produto 1663 – "Praça da Cidadania", com dois indicadores (i) "3677 – "Número Total de Praças da Cidadania Implantadas"; (ii) "3745 – Número de Pessoas beneficiadas por cada praças da cidadania instalada". Sua execução ocorreu conforme a tabela abaixo:

Produto	Indicador De Produto	Detalhamento	Meta 2023	Resultado 2023
Praça da Cidadania (1663)	Número total de praças da cidadania implantadas (3677)	Corresponde ao somatório da quantidade de praças da cidadania implantadas no estado de São Paulo.	6	2
	Número de pessoas beneficiadas pelas praças da cidadania instaladas (4053)	Corresponde aos dados populacionais do bairro/região onde a praça da cidadania é implantada, tendo em vista que cada praça beneficia a comunidade do entorno como um todo.	600.000	270.000

Das 6 unidades previstas no Plano Plurianual 2020-2023 para serem implantadas no ano de 2023, foram implantadas 2 unidades. Conforme relatado anteriormente, a execução foi impactada pelas chuvas acima da média para o período de novembro de 2022 a março de 2023, bem como pela paralisação de algumas frentes de obra devido à necessidade de aditamento dos respectivos contratos.

Correlato ao Produto de implantação das unidades do Programa Praça da Cidadania, o número de pessoas beneficiadas pelas unidades instaladas ficou abaixo do estimado para 2023 no Plano Plurianual 2020-2023. Das 600.000 pessoas beneficiadas, estima-se que foram beneficiadas 270.000 pessoas, com a oferta de espaços públicos de esporte, lazer, convivência comunitária e atividades de qualificação profissional e empreendedorismo.

Distribuição de Bens Servíveis a entidades governamentais e não governamentais

Este Programa está enquadrado no Produto 739 – Doações de Bens Servíveis, com três indicadores (i) 3742 - Número de entidades atendidas pelas doações de bens servíveis; (ii) 3741 - Número de pessoas beneficiadas com as doações de bens servíveis e (iii) 1525 - Número de bens servíveis arrecadados.

Seu financiamento ocorre por meio da ação de número – 4328, com o item "Distribuição de Bens Servíveis a entidades governamentais e não governamentais.

Produto	Indicador De Produto	Descrição	Meta 2023	Resultado 2023
DOAÇÕES DE BENS SERVÍVEIS (739)	Número de entidades atendidas pelas doações de bens servíveis (3742)	Número de entidades que serão canais de distribuição das doações arrecadadas atendidas.	2.000	440
	Número de bens servíveis arrecadados (1525)	Quantidade de bens servíveis arrecadados através das campanhas desenvolvidas pelo FUSSP	4.500.000	2.150.235
	Número de pessoas beneficiadas com as doações de bens servíveis (3741)	Quantidade de pessoas beneficiadas pelas doações de bens servíveis por meio das campanhas do FUSSP	2.300.000	5.375.587

O indicador 3741 teve um crescimento exponencial porque, após a pandemia, o engajamento da população com as doações aumentou de forma exponencial e o FUSSP tornou-se um polo de recebimento dessas doações, e de doações em caráter emergencial, como foi o caso do atendimento ao município de São Sebastião, após o desastre que ocorreu no Carnaval de 2023, aumentando, assim, o público atingido. Diante do aumento da necessidade de segurança alimentar da população na pandemia o FUSSP instituiu a política de doação de cesta básica. Como o número de pessoas beneficiadas é de 3 pessoas para 1 cesta básica, o número total de beneficiados também cresceu.

O indicador 3742 teve um baixo desempenho pois o FUSSP durante o exercício de 2023, priorizou o atendimento aos municípios, uma vez que a prefeitura da Cidade de São Paulo, via o programa Cidade Solidária, deu andamento com a distribuição de mais de 2 milhões de cestas básicas as entidades sociais da capital.

O indicador 1525 teve um baixo desempenho pois a época da quantificação do PPA 20-23, pretendia-se que esse item fizesse referência as doações recebidas como um todo dentro do FUSSP, incluindo a quantificação das doações que viabilizariam o equipamento Praças da Cidadania, os leilões e a criação de cursos dentro do programa Escolas de Qualificação Profissional. Ocorre que, posteriormente, restou decidido que as Praças da Cidadania seriam financiadas com recursos próprios, e não mais somente com doações, e, por isso, constituiu-se uma meta própria, bem como os leilões e as escolas passaram a ter sua meta própria. O número, assim, demonstra somente os bens servíveis que a equipe de Doações aqui do FUSSP arrecada, sem incluir aquelas doações voltadas à execução dos demais programas do FUSSP.

Capacitação para atividades geradores da renda

Este Programa está enquadrado no Produto 755 – "Escolas de Qualificação Profissional", com três indicadores (i) 1548 – Número de Pessoas Qualificadas; (ii) 3743 – Número de Vagas de Qualificação profissional ofertadas e (iii) 3744 - Percentual de pessoas que concluem os cursos das escolhas de qualificação.

Produto	Indicador De Produto	Detalhamento	Meta 2023	Resultado 2023
55 - "Escolas de qualificação profissional" do FUSSP	Número total de vagas de qualificação profissional ofertadas por meio da entidade executora conveniada e/ou parceira do FUSSP (3743)	Número total de vagas de qualificação profissional ofertadas por meio da entidade executora conveniada e/ou parceira do FUSSP.	18.725	15.962
	Percentual de pessoas que concluem os cursos das escolas de qualificação profissional ofertados pelo FUSSP, por meio da instituição parceria/conveniada (3744)	Número de pessoas que concluíram os cursos dividido pelo número de pessoas que se matriculam nasescolas.	80%	71,75%
	Número de pessoas em situação de vulnerabilidade social qualificadas nas escolas de qualificação do FUSSP por meio de convênio com entidade executora. (1548)	Somatório do número de pessoas em situação de vulnerabilidade social qualificadas nas escolas dequalificação do FUSSP por meio deconvênio com entidade executora.	18.725	11.453

A execução do número total de vagas oferecidas abaixo da meta se deve ao fato de que ela foi estimada diante da expectativa da efetiva implantação das novas unidades das Praças da Cidadania do Fundo Social do Estado, onde são executadas vagas da Escola de Qualificação Profissional. No entanto, o cronograma de execução destas obras, previstas para serem concluídas no primeiro semestre de 2023, foi impactado pelas chuvas acima da média para o período e por problemas com as construtoras contratadas, o que levou à rescisão de alguns dos contratos de obras. Outrossim, o percentual de alunos concluintes abaixo do resultado estimado se deve ao número de alunos que se inscrevem nos cursos, porém não confirmam a matrícula ou àqueles que desistem no decorrer do processo e acabam evadindo, por motivos pessoais ou em razão de serviços temporários ou oportunidade de emprego, impactando no número total de concluintes.

Rede de Ação Social

Produto	Indicador De Produto	Detalhamento	Meta 2023	Resultado 2023
Realização de projetos e ações sociais e sustentáveis (431)	Número de projetos e ações sociais realizadas - (1100)	Total de projetos e ações sociais realizadas mediante parcerias com entidades governamentais e não governamentais com a finalidade de promover a assistência e o desenvolvimento social e sustentável.	13	0
	Número de pessoas beneficiadas pela realização de projetos e ações sociais e sustentáveis do FUSSP (3739)	Somatório do número de pessoas beneficiadas pela realização de projetos e ações sociais e sustentáveis do FUSSP	0	0

O item 431 - "Realização de Projetos e Ações Sociais e Sustentáveis" está com a execução zerada, porque, de forma geral, os projetos vinculados a ele (Espaços de Leitura, Solidariedade em fios, Projeto Vida Ativa e Projeto Casa da Solidariedade) foram extintos porque dependiam do espaço existente no Parque do Água Branca, onde o Fundo Social tinha anteriormente a sua sede. O deslocamento da sede do FUSSP para o Palácio dos Bandeirantes com a finalidade de concretizar a concessão do Parque, desse modo, impossibilitou a continuidade dos referidos projetos. Diante deste cenário, o FUSSP optou por realocar os recursos destinados a esta ação a outros projetos relevantes em andamento, como o Programa Praça da Cidadania e de Doações.

CASA MILITAR E DEFESA CIVIL

U.O. 28.003 (51.003 até MAR23 – Decreto nº 67.559/23)

Execução Orçamentária por Grupo de Despesas:Execução Orçamentária por Programa Orçamentário:

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**24.220.504,00**	**47.192.537,00**	**42.731.382,35**	**3.776.046,67**	**46.507.429,02**	**41.107.955,17**
Pessoal e Encargos Sociais	9.509.656,00	18.267.245,00	18.254.132,44	0,00	18.254.132,44	17.407.691,49
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	14.710.848,00	28.925.292,00	24.477.249,91	3.776.046,67	28.253.296,58	23.700.263,68
Despesas de Capital	**74.853.468,00**	**121.778.737,00**	**42.083.101,58**	**76.022.576,36**	**118.105.677,94**	**53.205.666,41**
Investimentos	74.853.468,00	121.778.737,00	42.083.101,58	76.022.576,36	118.105.677,94	53.205.666,41
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**99.073.972,00**	**168.971.274,00**	**84.814.483,93**	**79.798.623,03**	**164.613.106,96**	**94.313.621,58**

Fonte: Siafem/SP
Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
2990 - Desenvolvimento de Ações decorrentes de Emendas Parlamentares	**7.042.160,00**	**7.202.160,00**	**5.414.417,00**	**351.650,00**	**5.766.067,00**	**369.549,40**
3 - Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Despesas de Capital	7.042.160,00	7.202.160,00	5.414.417,00	351.650,00	5.766.067,00	369.549,40
5100 - Planejamento, Coordenação e Gestão Eficiente do Governo	**19.537.528,00**	**33.319.729,00**	**29.687.633,13**	**3.079.658,64**	**32.767.291,77**	**30.569.272,63**
3 - Despesas Correntes	19.537.528,00	33.319.729,00	29.687.633,13	3.079.658,64	32.767.291,77	29.107.773,63
4 - Despesas De Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.461.499,00
5101 - Defesa Civil Protege Você	**72.494.284,00**	**128.449.385,00**	**49.712.433,80**	**76.367.314,39**	**126.079.748,19**	**63.374.799,55**
3 - Despesas Correntes	4.682.976,00	13.872.808,00	13.043.749,22	696.388,03	13.740.137,25	12.000.181,54
4 - Despesas de Capital	67.811.308,00	114.576.577,00	36.668.684,58	75.670.926,36	112.339.610,94	51.374.618,01
Despesa Total	**99.073.972,00**	**168.971.274,00**	**84.814.483,93**	**79.798.623,03**	**164.613.106,96**	**94.313.621,58**

Fonte: Siafem/SP
Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

PROGRAMA 2990 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES

O objetivo do programa é de atender as demandas dos parlamentares no tocante às emendas aprovadas, e realizar a gestão dos recursos alocados na lei orçamentária.

Ação 2272 - Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares, Exceto Saúde

Produto: Apoio Aos Municípios e Entidades
Indicador de Produto: Número de convênios firmados com prefeituras municipais e entidades
Unidade de Medida: unidade
Meta: Não há
Resultado Atingido: 32

Principais realizações:

Convênios com Municípios para compra de equipamentos:

Por meio da ação de Aparelhamento das Defesas Civis Municipais, foramcelebrados convênios para a compra de veículos e equipamentos

destinados aos municípios paulistas com recursos oriundos de emendas parlamentares impositivas. Em tal contexto, foram adquiridos e repassados aos municípios: veículos tipo caminhonete 4x4, veículo tipo caminhonete 4x2, conjuntos de combate a incêndio, motosserras, tendas, equipamentos de iluminação, botes infláveis, capacetes, sopradores, geradores elétricos e/ou rádios de comunicação

Nesta Ação Orçamentária, o projeto contou com um aporte de **R$ 5.765.122,00**, em **32 convênios**, conforme quadro abaixo:

Nº	MUNICIPIO	RECURSO UTILIZADO
1	APARECIDA	R$ 164.500,00
2	AVAI	R$ 160.511,00
3	BARUERI	R$ 137.402,00
4	BOFETE	R$ 160.511,00
5	BOTUCATU	R$ 160.511,00
6	BOTUCATU	R$ 160.511,00
7	BURITIZAL	R$ 160.511,00
8	CAPELA DO ALTO	R$ 160.511,00
9	CAPIVARI	R$ 365.528,00
10	ESPIRITO SANTO DO TURVO	R$ 160.511,00
11	FRANCISCO MORATO	R$ 178.530,00
12	FRANCISCO MORATO	R$ 66.190,00
13	FRANCO DA ROCHA	R$ 190.120,00
14	GALIA	R$ 160.511,00
15	GASTAO VIDIGAL	R$ 160.511,00
16	IGUAPE	R$ 219.343,00
17	ITAPECERICA DA SERRA	R$ 160.511,00
18	ITAPETININGA	R$ 160.511,00
19	JARINU	R$ 160.511,00
20	PEDERNEIRAS	R$ 160.511,00
21	PEDRA BELA	R$ 160.511,00
22	PORTO FERREIRA	R$ 160.511,00
23	RIO GRANDE DA SERRA	R$ 160.511,00
24	SALTO DE PIRAPORA	R$ 193.816,00
25	SANTO ANTONIO DE POSSE	R$ 160.511,00
26	SAO JOSE DOS CAMPOS	R$ 367.728,00
27	SAO PAULO	R$ 160.511,00
28	SAO ROQUE	R$ 160.511,00
29	SUMARE	R$ 315.000,00

30	TATUI	R$ 137.402,00
31	UBATUBA	R$ 219.343,00
32	VOTORANTIM	R$ 160.511,00
TOTAL		**R$ 5.765.122,00**

PROGRAMA 5100 - PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO EGESTÃO EFICIENTE DO GOVERNO

O objetivo desse programa é o de disponibilizar mecanismos para execução do plano de governo e de avaliação contínua das Ações dos Programas e Projetos Prioritários do Governador do Estado, além de administrar o patrimônio imobiliário do Estado de São Paulo.

Ação 5345 - Coordenação e Operação de Segurança Institucional

Produto: Serviço de segurança institucional
Indicador de Produto**:** Suporte administrativo
Unidade de Medida: Não há
Meta**:** Não há
Resultado Atingido: Não se aplica

Principais realizações:

Trata-se da manutenção da segurança física dos Palácios, atendimento funcional ao Governador e dignitários, bem como segurança comunitária voltada ao entorno da sede do Poder Executivo; gestão dos serviços de telecomunicação dos Palácios do Governo e órgãos vinculados; logística de transporte aéreo e fiscalização dos veículos oficiais do Poder Executivo.

Vale dizer, portanto, que a Ação 5345 destina-se principalmente ao suporte das missões desenvolvidas pelo Departamento de Segurança Comunitária e de Dignitários da Casa Militar, conforme o Decreto nº 48.526/04, em especial:

- o planejamento e a fiscalização da prestação de serviços de segurança comunitária, física e contra incêndios das áreas dos Palácios do Governo do Estado, dos prédios neles instalados e a eles vinculados, das aeronaves neles pousadas e dos veículos neles estacionados, com prevalência da proteção das pessoas que deles se utilizam;

- o planejamento e a fiscalização dos serviços de segurança dos dignitários previstos no referido decreto e, complementarmente, a realização do atendimento funcional da autoridade protegida.

PROGRAMA 5101 - DEFESA CIVIL PROTEGE VOCÊ!

O objetivo desse programa é o de fortalecer o sistema estadual de proteção e defesa civil, em conjunto com os municípios, agências parceiras e organizações voluntárias, a fim de prevenir e mitigar riscos, preparando a comunidade e fornecendo respostas rápidas e eficazes.

Principais realizações:
Parcerias com outras Secretarias de Estado:

Operacionalização do Programa Município Resiliente - PMR, criado por intermédio de uma parceria do DEPDeC com o Tribunal de Contas do Estado - TCESP e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística - SEMIL, com o objetivo de avaliar a maneira como os municípios paulistas administram a redução de risco e de desastre emseus territórios, através da aferição de indicadores de gestão obtidos no Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, no Programa Município Verde Azul - PMVA e na MCR2030. Em 2023, a certificação do PMR ocorreu na seguinte conformidade: a) Certificado de Resiliência: concedido a 66 municípios que obtiveram 70 pontos ou mais; b) Prêmio Ouro: Campinas, com 99,5 pontos; c) Prêmio Prata: São José do Rio Preto, com 95,5 pontos; d) Prêmio Bronze: Vinhedo, com 91,5 pontos. e) Embaixador da Resiliência: Dra. Regina Elsa Araújo – Coordenadora Regional de Proteção e Defesa Civil da Baixada Santista; f) Destaque na Evolução da Resiliência, Prêmio Ouro: Estiva Gerbi, por ter obtido a maior evolução na pontuação do PMR, Prêmio Prata: Santo Antônio da Alegria, por ter obtido a segunda maior evolução e Prêmio Bronze: Bebedouro, por ter obtido a terceira maior evolução na pontuação do PMR, entre as certificações de 2021 e 2022.

O Programa Município Paulista Resiliente foi reconhecido pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil como boa prática a ser adotado em todos os municípios do Brasil.

Ação 1152 - Suporte à Gestão de Defesa Civil

Produto: Apoio aos municípios na gestão de Defesa Civil
Indicador de Produto**:** Número de instrumentos de apoio
Unidade de Medida**:** unidade
Meta**:** 42
Resultado Atingido: 159

Principais realizações:

Convênios Celebrados para realização de obras:

Foram celebrados **75 convênios**, com 62 municípios, para **execução de obras preventivas e recuperativas de defesa civil**, com investimento total de **R$ 80.598.644,13**, conforme tabelas abaixo:

PONTES (A)		**R$ 30.184.250,02**
Município	**Local**	**Total**
ÁLVARES MACHADO	PONTE DO CRUZEIRO SOBRE O RIO SANTO ANASTÁCIO	R$ 2.449.848,77
ANHUMAS	ESTRADA RURAL DOMINGOS VIEIRA E SILVA -AHM 161, SOBRE O CÓRREGO RIBEIRÃO ANHUMAS	R$ 1.189.769,99
BANANAL	AV. ÁLVARO MOREIRA RAMOS, SOBRE OCÓRREGO LAVA-PÉS.	R$ 826.235,78
BROTAS	ESTRADA MUNICIPAL BRO - 253, RIBEIRÃO PINHEIRINHO	R$ 907.479,52
CACHOEIRAPAULISTA	AV MARGINAL DO RIO PARAIBA, 5740, CÓRREGO DO BODE	R$ 473.619,49
CAMPOS NOVOS PAULISTA	ESTRADA MUNICIPAL - CNP 020	R$ 2.291.144,59
CARDOSO	CÓRREGO ESPANHOL,ESTRADA RURAL CDS 338	R$ 842.308,37
DOIS CÓRREGOS	BAIRRO DA VENTANIA	R$ 417.227,59
DOIS CÓRREGOS	BAIRRO DA SERRINHA	R$ 729.671,00
GUARATINGUETÁ	PONTE DO TAQUARAL	R$ 1.014.691,58
GUARATINGUETÁ	ESTRADA DOS LEMES - GTG - 4055	R$ 741.920,34
INDIAPORÃ	ESTRADA MUNICIPAL INP-385, CÓRREGO DOTATU	R$ 790.936,71
ITARARÉ	IRR 319 - CÓRREGO NHÁ BELINA ENTRE O BAIRRO PEDRA BRANCA E ASSENTAMENTO FAZENDA SILVÉRIO	R$ 979.329,54
JACUPIRANGA	BAIRRO VILA JOSEFÁ	R$ 712.697,47
LARANJALPAULISTA	RUA SÃO SALVADOR, VILA ZALLA, RIBEIRÃO DOPEIXE	R$ 1.088.141,76
LUCÉLIA	ESTRADA SANTA MARIA - CÓRREGO DA BALIZA	R$ 651.590,82
MARIÁPOLIS	ESTRADA MUNICIPAL MRP 354 - CÓRREGO ÁGUADA ROCHA	R$ 613.287,20
MIRACATU	RUA PROF JÚLIO HOMERO - BAIRRO ESTAÇÃO	R$ 1.742.491,27
NOVA ALIANÇA	ESTRADA MUNICIPAL - NVA-417 - BAIRROVENDINHA	R$ 514.155,85
OSVALDO CRUZ	ESTRADA MUNICIPAL OVC - 143, BAIRROJANGADA – PRIORIDADE	R$ 503.002,21
PEDRA BELA	ESTRADA MUNICIPAL PDB-155, SOBRE O RIOCAMANDUCAIA - PONTE DO CRIDE	R$ 600.589,71
PRACINHA	ESTRADA MUNICIPAL LUIZ ESTERQUILI - PRC-05 -KM 05, CÓRREGO DA BALIZA	R$ 1.134.882,55
PROMISSÃO	ESTRADA MUNICIPAL PSS176 SOBRE O RIO FEIO -FAZENDA 7 DE ABRIL	R$ 1.770.003,71
RAFARD	FAZENDA CONTE NA ESTRADA RURAL RFR-010	R$ 1.238.502,00
RAFARD	CÓRREGO ITAPEVINHA NA ESTRADA RURAL RFR-010 - BAIRRO FAZENDA ITAPEVA	R$ 1.716.146,11
SALMOURÃO	CÓRREGO BARREIRO - ESTRADA SLM 030	R$ 2.521.256,13
SANTA ALBERTINA	CÓRREGO PAES LEME - SAT 230	R$ 439.340,27

SANTA CLARA D'OESTE	CÓRREGO DO CAN CAN, NA ESTRADA SCL-377	R$ 445.541,53
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ	BAIRRO DO QUILOMBO (PONTE DO ZIG ZAG)	R$ 207.762,99
TARABAI	CÓRREGO RIBEIRÃO DO REBOJO, AV. OSPIONEIROS, BAIRRO BANDEIRANTES.	R$ 1.527.778,78
URU	ESTRADA MUNICIPAL URU-030 TERCÍLIO RIBEIRO	R$ 852.560,21
VITÓRIA BRASIL	CÓRREGO DO VEADÃO	R$ 571.791,67

TRAVESSIAS EM ADUELA (B)		**R$ 18.139.934,71**
Município	**Local**	**Total**
ALAMBARI	ESTRADA MUNICIPAL DOS ROSAS, SOBRE O RIOALAMBARI, BAIRRO CERCADINHO	R$ 564.155,09
AMÉRICO BRASILIENSE	ALAMEDA ALDO LUPO, CÓRREGO MARIAMENDES, (ROTATÓRIA DA AV. SANTO ANTÔNIO)	R$ 2.751.436,05
BOFETE	ESTRADA BENETTON, CÓRREGO SÃO ROQUEVELHO	R$ 430.977,36
BRAUNA	ESTRADA MUNICIPAL BRN 187 - CÓRREGO DOMACUCO	R$ 519.477,92
DESCALVADO	ESTRADA MUNICIPAL DCV-050, CÓRREGO DASERRINHA	R$ 813.264,16
DRACENA	ESTRADA MARCELO LORENZETTI	R$ 530.096,29
FLOREAL	CÓRREGO DA AREIA - (1ª PRIORIDADE).	R$ 349.089,46
GETULINA	RUA COMENDADOR TADAYUKI SONEHARA -SOBRE O RIO DA MATA	R$ 494.009,00
GETULINA	ESTRADA MUNICIPAL GET-030 / SOBRECÓRREGO SÃO JOAQUIM	R$ 555.271,55
GENERALSALGADO	ESTRADA MUNICIPAL GES-350 RIBEIRÃO AÇOITACAVALO	R$ 194.828,37
ITARIRI	RUA 17, PQ SERRA DO MAR	R$ 220.919,90
LINS	RUA JOSÉ LINS DO REGO	R$ 1.688.665,40
MARABÁ PAULISTA	CÓRREGO RIBEIRÃO CANELA - ESTRADA COMASSENTAMENTO AREIA BRANCA	R$ 602.097,63
MARACAÍ	ESTRADA MUNICIPAL MRC-457, CÓRREGO DAPITANGUEIRA	R$ 341.606,90
NOVA CASTILHO	CÓRREGO DO CAPIM - NTC-060	R$ 430.995,11
PACAEMBU	ESTRADA VICINAL PREFEITO KOUTIRO SATO	R$ 1.219.888,21
PARDINHO	BAIRRO SANTO ANTONIO	R$ 701.206,89
PEDRANÓPOLIS	CÓRREGO DOS QUIRINOS	R$ 515.465,78
PINHALZINHO	BAIRRO AREAL (ESTRADA SAMUEL FORNARI)	R$ 594.984,50
SANTA MARIA DASERRA	ESTRADA SMS-010 - CÓRREGO DO PALU	R$ 390.261,89
SÃO ROQUE	ESTRADA DOS BARROS	R$ 409.034,24
SERRA NEGRA	ESTRADA MUNICIPAL ROMÃO FRANCISCO MASSARO.	R$ 273.565,84
SOCORRO	ESTRADA MUNICIPAL - BAIRRO DOS CUBASPROLONGAMENTO R. MIGUEL RUSSO	R$ 518.087,18
SOCORRO	ESTRADA FARMACEUTICA OSVALDO PAIVA -BAIRRO DAS LAVRAS DE BAIXO	R$ 896.787,25
SOCORRO	ESTRADA SCR-505 NO BAIRRO BELIZÁRIO	R$ 415.167,45
TAMBAÚ	RUA MONSENHOR JOÃO CORREA DE CARVALHO,SOBRE O RIO TAMBAÚ	R$ 499.072,41
TUPÃ	RUA JOSÉ FELIPE ZIED	R$ 2.183.853,25

CONTENÇÕES EM ENCOSTAS E MARGENS DE RIOS (C)		R$ 20.148.298,26
Município	**Local**	**Total**
ARARAQUARA	AVENIDA FRANCISCO MARTINS CALDEIRA FILHO	R$ 680.168,38
BIRITIBA MIRIM	RUA HEITOR DA CUNHA BRAGA	R$ 974.218,69
CAJAMAR	RUA MOCOCA - PÇA JOSÉ RODRIGUES DO NASCIMENTO	R$ 1.614.958,16
FERRAZ DE VASCONCELOS	CÓRREGO VILA AMARIANA, RUA JOSÉ NOGI - JD CAPIM	R$ 745.673,82
FERRAZ DE VASCONCELOS	RIBEIRÃO ITAIM, TRAVESSA CAETANO RÚBIO - JD TINOCO	R$ 167.453,65
FERRAZ DE VASCONCELOS	TRAVESSA MARIA QUARELO FONTANA - SÍTIO PAREDÃO	R$ 224.582,65
FERRAZ DE VASCONCELOS	RUA JOSÉ MOZER	R$ 932.951,37
FRANCO DA ROCHA	RUA SÃO CARLOS	R$ 8.035.097,77
ITAÓCA	RODOVIA API 010, KM 07, BAIRRO LAGEADO	R$ 727.553,07
ITAPIRAPUÃ PAULISTA	RUA WILLIAN CARDOSO VERA CRUZ - RIBEIRÃO CRIMINOSAS	R$ 1.615.401,05
SÃO SEBASTIÃO	RUA OLIMPIO FAUSTINO - CAMBURI	R$ 3.706.824,16
SÃO SEBASTIÃO	RUA LONTRA - TOQUE TOQUE GRANDE	R$ 8.382.437,12

GALERIA (D)		R$ 11.949.735,79
Município	**Local**	**Total**
ARARAQUARA	CÓRREGO DAS CRUZES, AVENIDA PADRE FRANCISCO DE SALLES COLTURADO	R$ 4.833.889,07
MIRASSOL	MARGINAL NEWTON FLÁVIO SILVA PINTO, CÓRREGO DO FUNDÃO	R$ 924.267,20
TUPÃ	PRAÇA 500 ANOS	R$ 6.982.229,15

ESCADA HIDRÁULICA (E)		R$ 176.425,35
Município	**Local**	**Total**
FERRAZ DE VASCONCELOS	RUA JOSÉ CONRADO DO NASCIMENTO - JD YONE	R$ 176.425,35

RESUMO POR TIPO DE OBRA		
Tipo de obra		**Total**
A)	PONTE	R$ 30.184.250,02
B)	TRAVESSIA EM ADUELA	R$ 18.139.934,71
C)	CONTENÇÕES EM ENCOSTAS E MARGENS DERIOS	R$ 20.148.298,26
D)	GALERIA	R$ 11.949.735,79
E)	ESCADA HIDRÁULICA	R$ 176.425,35
	TOTAL (A+B+C+D+E)	**R$ 80.598.644,13**

Convênios Celebrados para contratação de serviços:

Após as fortes chuvas ocorridas durante o período de verão no início do ano de 2023, diversos municípios foram afetados tendo sua normalidade local cessada em decorrência dos desastres provocados pela chuva. Diante da situação, foi criado o novo Núcleo de Serviços Emergenciais para auxílio na rápida recuperação local.

Assim, foram celebrados **05 convênios**, com 05 municípios, para a contratação de serviços emergenciais de limpeza urbana e obras de recuperação para desobstrução e até mesmo serviços funerais e de reconstrução de vias importantes das cidades, com o emprego de recursos oriundos na Fonte do Tesouro Estadual, conforme Decreto Estadual próprio, na ordem de R$ 7.000.000,00. Contudo, houve o emprego efetivo de **R$ 3.293.935,43**, conforme tabela abaixo:

Nº	MUNICÍPIOS	RECURSO DESTINADO	RECURSO UTILIZADO
1	CARAGUATATUBA	R$ 1.000.000,00	R$ 690.260,63
2	SÃO SEBASTIÃO	R$ 2.000.000,00	R$ 1.826.674,80
3	UBATUBA	R$ 2.000.000,00	R$ 0,00
4	BERTIOGA	R$ 1.000.000,00	R$ 777.000,00
5	GUARUJÁ	R$ 1.000.000,00	R$ 0,00
		R$ 7.000.000,00	**R$ 3.293.935,43**

Convênios Celebrados para compra de equipamentos:

Além disso, por meio da ação de Aparelhamento das Defesas Civis Municipais, foram celebrados convênios para a compra de veículos e equipamentos destinados aos municípios paulistas também com recursos oriundos da Fonte Tesouro do Estado e, pontualmente, de demanda parlamentar. Assim, foram adquiridos e repassados aos municípios: veículos tipo caminhonete 4x4, veículo tipo caminhonete 4x2, conjuntos de combate a incêndio, motosserras, tendas, equipamentos de iluminação, botes infláveis, capacetes, sopradores, geradores elétricos e/ou rádios de comunicação.

Em tal contexto, houve um aporte efetivo de **R$ 14.292.975,00**, por intermédio de **96 convênios,** conforme quadros abaixo:

RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL

Nº	MUNICÍPIOS	RECURSO UTILIZADO
1	ÁGUAS DA PRATA	R$ 156.525,00
2	ALAMBARI	R$ 156.525,00
3	AMÉRICO DE CAMPOS	R$ 121.600,00
4	ANHEMBI	R$ 121.600,00
5	ARANDU	R$ 156.525,00
6	AREALVA	R$ 156.525,00
7	AREIÓPOLIS	R$ 156.525,00
8	ARIRANHA	R$ 156.525,00
9	BÁLSAMO	R$ 156.525,00
10	BARBOSA	R$ 156.525,00
11	BERNARDINO DE CAMPOS	R$ 156.525,00
12	BILAC	R$ 156.525,00
13	CAJOBI	R$ 156.525,00
14	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	R$ 121.600,00
15	CATIGUÁ	R$ 156.525,00
16	CLEMENTINA	R$ 156.525,00
17	COROADOS	R$ 121.600,00
18	COSMORAMA	R$ 156.525,00
19	CRISTAIS PAULISTA	R$ 156.525,00
20	DIVINOLANDIA	R$ 156.525,00
21	DOBRADA	R$ 156.525,00
22	ECHAPORÃ	R$ 121.600,00
23	ESTIVA GERBI	R$ 156.525,00
24	FERNANDO PRESTES	R$ 121.600,00
25	GENERAL SALGADO	R$ 156.525,00
26	GUAIMBÊ	R$ 121.600,00
27	GUARAÇAÍ	R$ 156.525,00
28	GUARACI	R$ 156.525,00
29	GUARANTÃ	R$ 156.525,00
30	GUZOLÂNDIA	R$ 121.600,00
31	HERCULÂNDIA	R$ 156.525,00

32	IACANGA	R$ 156.525,00
33	IACRI	R$ 156.525,00
34	IARAS	R$ 156.525,00
35	IBIRAREMA	R$ 156.525,00
36	ICÉM	R$ 156.525,00
37	IGARAÇU DO TIETE	R$ 156.525,00
38	IPIGUÁ	R$ 121.600,00
39	IRAPUÃ	R$ 156.525,00
40	ITIRAPUÃ	R$ 156.525,00
41	JABORANDI	R$ 156.525,00
42	JACI	R$ 156.525,00
43	JARDINOPOLIS	R$ 156.525,00
44	JOSE BONIFACIO	R$ 156.525,00
45	MANDURI	R$ 156.525,00
46	MENDONÇA	R$ 121.600,00
47	NIPOÃ	R$ 121.600,00
48	NOVA ALIANÇA	R$ 156.525,00
49	NOVA CAMPINA	R$ 156.525,00
50	NOVA EUROPA	R$ 156.525,00
51	NUPORANGA	R$ 121.600,00
52	ORIENTE	R$ 156.525,00
53	ORINDIÚVA	R$ 156.525,00
54	OURO VERDE	R$ 156.525,00
55	OUROESTE	R$ 156.525,00
56	PACAEMBU	R$ 156.525,00
57	PALMEIRA D´OESTE	R$ 156.525,00
58	PARAÍSO	R$ 156.525,00
59	PARAPUA	R$ 156.525,00
60	PARDINHO	R$ 156.525,00
61	PAULICEIA	R$ 156.525,00
62	PAULO DE FARIA	R$ 156.525,00
63	PEREIRAS	R$ 156.525,00
64	PIACATU	R$ 156.525,00
65	PIRANGI	R$ 156.525,00
66	POLONI	R$ 121.600,00
67	POTIRENDABA	R$ 156.525,00
68	PRATÂNIA	R$ 121.600,00
69	QUINTANA	R$ 156.525,00
70	RAFARD	R$ 156.525,00
71	REGINÓPOLIS	R$ 156.525,00
72	RINCAO	R$ 156.525,00
73	RINÓPOLIS	R$ 156.525,00
74	RIOLÂNDIA	R$ 156.525,00
75	RIVERSUL	R$ 121.600,00
76	SALTINHO	R$ 156.525,00
77	SALTO GRANDE	R$ 121.600,00

78	SANTA FE DO SUL	R$ 156.525,00
79	SANTA LÚCIA	R$ 156.525,00
80	SANTA MARIA DA SERRA	R$ 121.600,00
81	SANTO ANTONIO DO JARDIM	R$ 121.600,00
82	SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	R$ 156.525,00
83	SÃO PEDRO DO TURVO	R$ 156.525,00
84	SUD MENNUCCI	R$ 156.525,00
85	TAIAÇÚ	R$ 156.525,00
86	TAQUARIVAÍ	R$ 121.600,00
87	TERRA ROXA	R$ 156.525,00
88	TORRINHA	R$ 156.525,00
89	TRÊS FRONTEIRAS	R$ 121.600,00
90	TUIUTÍ	R$ 156.525,00
91	UBARANA	R$ 156.525,00
92	URÂNIA	R$ 156.525,00
93	VARGEM	R$ 156.525,00
94	VERA CRUZ	R$ 156.525,00
95	VISTA ALEGRE DO ALTO	R$ 156.525,00
		R$ 14.171.375,00

RECURSOS DE DEMANDA PARLAMENTAR

Nº	MUNICÍPIOS	VALOR GERAL
1	ARAMINA	R$ 121.600,00
		R$ 121.600,00

Ação 4418 - Assistência Humanitária

Produto: Assistência às vítimas de desastres
Indicador de Produto: Número de itens de ajuda humanitária
Unidade de Medida: unidade
Meta: 64.016
Resultado Atingido: 25.922
Principais realizações:

Ações Assistenciais

Auxílio a 53 municípios paulistas para a decretação de Situação de Anormalidade, relativamente às exigências legais. Depois do parecer do Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil, todos obtiveram a homologação do Governador do Estado. E, em razão do Reconhecimento Federal das situações de anormalidade em questão, com apoio da Defesa Civil do Estado, 13 deles receberam recursos financeiros da União, para ações de reconstrução e resposta, no valor de R$ 29.813.369,28.

Repasse 25.922 itens de assistência humanitária (cestas básicas, kits dormitório, vestuário, limpeza e higiene) para as coordenadorias municipaisde defesa civil de 53 municípios paulistas atingidos por desastres, no valor de R$ 2.008.590,49.

Fortalecimento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil

Fomento à criação e estruturação de Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil, por meio de visitas presenciais. Atualmente, 623 municípios paulistas possuem Defesas Civis cadastradas no Sistema Integrado de Defesa Civil (SIDEC).

Fornecimento de 77 “kits de estiagem”, contendo 2.392 equipamentos para combate a incêndios em coberturas vegetais, para os municípios localizados nas regiões mais vulneráveis do Estado, no valor de R$ 305.374,95.

Fornecimento de “kits operação verão” para 61 municípios e de 3.089 itens, tais como coletes, botas, lonas e pluviômetros manuais, no valor total de R$ 282.044,89.

Ação 5348 - Preparação para o Desastre

Produto: Capacitação de agentes públicos, comunidades e voluntários
Indicador De Produto: Número de instrumentos de capacitação disponibilizados
Unidade De Medida**:** unidade
Meta: 25
Resultado Atingido: 40

Principais realizações:

Planos de Contingência:
Operacionalização da plataforma web para elaboração de Planos de Contingência Municipais - PlanCon. O módulo PlanCon, disponibilizado aosmunicípios paulistas, está hospedado no Sistema Integrado de Defesa Civil
– SIDEC, tendo sido criado com a finalidade de facilitar a elaboração e a gestão dos planos de contingência pelos gestores municipais de proteçãoe defesa civil. Até o momento, 179 municípios já iniciaram a inserção de dados no sistema e 40 já concluíram a elaboração do plano.

Capacitações sobre Plano de Contingência nas Oficinas Preparatórias para Operação Estiagem:

Treinamento sobre a elaboração de PlanCon e uso do Módulo PlanCon, com capacitação de 1.504 pessoas (agentes municipais, policiais militares e outros) e 412 municípios, realizado em EaD e presencial: nas Oficinas Preparatórias para a Operação Estiagem - OPOE e no Curso de Gestores deProteção e Defesa Civil.

Exercícios Simulados em Barragens:

Realização de exercícios simulados de abandono das Zonas de Autossalvamento – ZAS da Barragem Mosaic Fertilizantes (município de Cajati), com a participação de 109 pessoas, da Barragem UHE Paranapanema (município de Piraju), com a participação de 79 pessoas, da Barragem UHE Itupararanga (município de Votorantim), com a participação de 570, e da Barragem Palmital (município de Alumínio), coma participação de 1590 pessoas. A população participou de forma presencial e, com uso de aplicativo para smartphone, no momento da açãode abandono, a população envolvida fez o checkin virtual, nos pontos de encontro ou abrigos cadastrados.

Capacitações sobre Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e Política Nacional de Segurança de Barragens:

Realização de 8 Capacitações sobre a PNSB e Elaboração de PlanCon, com apresentações de especialistas do DEPDeC, que abordaram os temas: a) Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (foco: competência natural e integração da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC com todas as políticas setoriais e necessidade de elaboração do PLANCON); b) Aspectos legais da PNSB (foco: integração com a PNPDEC); c) Plano de Ação de Emergência (PAE): elaboração participativa (foco: o papel do poder público municipal e sua integração com o empreendedor); d) Elaboração do Plano de Contingência Municipal (PLANCON); e) Elaboração do Plano de Contingência Municipal (PLANCON) para barragem.

Os eventos foram realizados em 8 regiões, abrangendo todo o Estado de São Paulo, contando com a participação de 1430 agentes públicos municipais, representantes de 411 municípios.

Criação de novas Coordenadorias municipais de Proteção e Defesa Civil:

Decorrente da ação de fomento à criação e estruturação de Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, atualmente 623 municípios paulistas possuem cadastro no SIDEC.

Capacitação dos agentes do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil:

Para o período de estiagem as equipes volantes da divisão de preparação percorreram 477 municípios aplicando treinamento para os agentes e gestores do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil para atuação efetiva e sistêmica durante o período de estiagem, com vistas à redução dos incêndios florestais.

A capacitação foi dividida em duas etapas: na fase teórica os alunos aprenderam sobre o acionamento do Plano de Contingência para o período de estiagem e o Plano de Auxílio Mútuo em Emergência (PAME), monitoramento da umidade relativa do ar (URA) e inserção de dados no Sistema Integrado

de Defesa Civil (SIDEC), protocolo de acionamento de aeronaves e crimes ambientais relacionados a incêndios. Já na fase prática aprenderam técnicas de combate direto e indireto a incêndios em coberturas vegetais, além do correto uso dos equipamentos e regras de segurança para deslocamento na mata.

Para os municípios que concluíram as duas fases da oficina e cumprem os critérios estabelecidos nas normas da Defesa Civil é fornecido, de forma gratuita, os kits de estiagem, contendo equipamentos para combate aincêndio em cobertura vegetal.

Ao todo foram realizados 15 treinamentos nas regiões administrativas metropolitanas e do interior, excetuando a região do interior 2 que não opera o plano de contingência para estiagem, devido às características da região. Foram capacitados para o período de estiagem 2.332 agentes de 477 municípios.

Para o período de chuvas de verão as equipes volantes da divisão de preparação percorreram 224 municípios aplicando treinamento para os agentes e gestores do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil para atuação efetiva e sistêmica durante o período de chuvas de verão para redução de riscos e desastres.

A edição de 2023 contou com 9 treinamentos presenciais que foram realizados em todas as regiões que operam os Planos Preventivos de Defesa Civil para escorregamentos e inundações, e um específico para os municípios da região de Presidente Prudente, voltado a enxurradas e inundações.

Durante as capacitações, os agentes municipais receberam intenso treinamento prático, dividido em dois dias. Contaram com instrução técnica do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, demeteorologistas e exposição das condições do tempo para o período. Foi apresentado também o tema Logística Humanitária e Situação de Anormalidade, e os alunos fizeram vistoria de campo acompanhada pelos técnicos do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), com o objetivo de capacitar os agentes a identificar sinais que antecedem os deslizamentos de terra em locais de risco, a partir de conceitos geológicos e ambientais.

Ao término do treinamento, todos os participantes receberam um certificado, sendo que os municípios participantes poderão celebrar convênios com o Estado e receber um kit com equipamentos para auxiliar nas atividades de Defesa Civil, composto por pluviômetro, lonas e equipamento de proteção individual destinados ao uso durante as ocorrências. Foram capacitados para o período de chuvas de verão 1.068 agentes.

Realização do terceiro “Curso de Gestores de Proteção e Defesa Civil”, presencial, destinado a agentes da Secretaria de Estado da Segurança Pública e integrantes do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, fornecendo condições para atuação nas ações de prevenção, preparação, mitigação, resposta e recuperação, em face dos diversos desastres a que o Estado de São Paulo está sujeito. Foram capacitados no curso 35 agentes de proteção e defesa civil.

Realização do “Curso de Logística Aplicada em Desastre e Operações Humanitárias” em 2 edições, sendo uma delas na Cruz Vermelha no Brasil e outra no Palácio dos Bandeirantes, presencial, destinada a agentes voluntários do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil. Participaram do curso 72 agentes voluntários.

Realização do VI Seminário sobre Desastres Naturais, em parceria com a Associação dos Bolsistas da Agência de Cooperação Internacional do Japão (ABJICA), com objetivo de disseminar a cultura de redução de riscos de desastres, sob os preceitos norteadores do Marco de Sendai. Participaram do seminário 136 pessoas de maneira presencial e on-line.

Realização de exercícios simulados com população residente em áreade risco

As equipes volantes da divisão de preparação organizaram o planejamentoe coordenação junto aos municípios de 12 exercícios simulados de grande envergadura em comunidades vulneráveis em áreas de risco alto e muito alto.

Os exercícios simulados de ocorrência de desastre servem para colocar em prática as ações do Plano de Contingência elaborado pelos gestores municipais, onde são descritas todas as atribuições dos órgãos municipais de resposta e acolhimento a população, restabelecimento da normalidade e realocação das famílias afetadas. Serve também para capacitar os integrantes das equipes de atendimento que participam do exercício e principalmente os moradores, sobre como agir, para onde se dirigir equem deve ser acionado no caso da ocorrência daquele tipo de emergência.

Durante o período foram realizados exercícios nas seguintes locais:

Dia 21 de maio – Simulação de ocorrência de acidente de trânsito entre um veículo tipo van de transporte de passageiros e uma carreta de transporte de produtos perigosos, no bairro do Sumaré, município de São Paulo, com participação de 300 pessoas.

- Dia 2 de junho – Simulação de ocorrência de incêndio no Parque Estadual do Juquery, com participação dos municípios de Franco da Rocha, Francisco Morato, Cajamar, Itapevi, Mairiporã, Guarulhos e São Paulo, com participação de 150 pessoas.
- Dia 28 de junho – Simulação de ocorrência de inundação no bairro“Vilinha”, no município de Franco da Rocha, com participação de 200 pessoas.
- Dia 8 de julho – Simulação de ocorrência de deslizamento de solo e inundação no bairro “Catuçaba”, no município de São Luiz do Paraitinga, com participação aproximada de 250 pessoas.
- Dia 25 de julho – Simulação de ocorrência de deslizamento de solo e inundação no bairro “Cidade Nova Louzada”, no município de Itaquaquecetuba, com participação aproximada de 300 pessoas
- Dia 12 de agosto – Simulação de ocorrência de deslizamento de solo e abandono no bairro “Toque-Toque”, no município de São Sebastião, com participação de 250 pessoas.
- Dia 19 de agosto – Simulado de comunicações com a Rede Estadual de Emergência de Rádio Amadores de São Paulo no pico do Jaraguá, no município de São Paulo. Foi realizado contato com os Estados de Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, com participação aproximada de 450 pessoas,
- Dia 20 de setembro – Simulação de ocorrência de deslizamento de soloe abandono no bairro Vila Carpi, no município de Mairiporã, com participação aproximada de 300 pessoas,
- Dia 30 de setembro – Simulação de ocorrência de inundação e abandonona região Central, no município de São Carlos, com participação de 170 pessoas,
- Dia 11 de outubro – Simulação de ocorrência de inundação e abandono com alunos da escola estadual Plínio Gonçalves, no município de São Sebastião, com participação de 100 pessoas.
- Dia 28 de outubro – Simulação de ocorrência de deslizamento de solo e abandono no bairro Jardim Zaíra, no município de São Paulo, com participação de 300 pessoas,
- Dia 28 de outubro – Simulação de ocorrência de deslizamento de solo e abandono no bairro Vila Sahy, no município de São Sebastião, com participação aproximada de 600 pessoas.
- Dia 19 de dezembro – Simulação de ocorrência de abandono mediante aviso de sirene no bairro Vila Sahy, no município de São Sebastião, com participação aproximada de 400 pessoas.

Foram realizados 13 exercícios coordenados pela Defesa Civil Estadual e capacitadas 3.670 pessoas.

Elaboração de Norma Técnica de Agente de Proteção e Defesa Civil:

Formalizado e em andamento junto a Associação Brasileira de Normas Técnicas o grupo técnico de trabalho para criação da Norma Brasileira de atuação do Agente de Proteção e Defesa Civil, após a inclusão da ocupação na Classificação Brasileira de Ocupações sob o código 5171-30, objeto de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal.

Elaboração do Curso Técnico de Agente de Proteção e Defesa Civil em parceria com o Centro Paula Souza:

Formalizado e em andamento junto ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza um grupo técnico de trabalho para criação da matriz curricular, justificativa de curso, objetivos e perfil, para o Curso Técnico de formação do Agente de Proteção e Defesa Civil, após a inclusão da ocupação na Classificação Brasileira de Ocupações sob o código 5171-30, objeto de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal.

Centro de Voluntariado da Defesa Civil do Estado:

Fortalecimento do Centro de Voluntariado da Defesa Civil Estadual, que agora conta com 11 instituições parceiras (Cruz Vermelha, Escoteiros do Brasil, Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais, Caritas Arquidiocesana de São Paulo, Uniforça da Igreja Universal, Exército da Salvação, Igreja Adventista e Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Federação Israelita do Estado de São Paulo, Conselho Regional de Medicina Veterinária e Igreja Batista), por meio da realização de reuniões presenciais e por videoconferência, a fim de promover nivelamento dos conhecimentos e ações dos voluntários emsituações de desastres.

Ao todo, 7.278 agentes municipais de proteção e defesa civil e voluntários foram capacitados no Estado

de São Paulo.

Capacitação dos engenheiros da Defesa Civil Estadual:

Participação dos 21 engenheiros da divisão de recuperação no Ciclo de Atualização Profissional com diversas atividades, entre as quais se destacam a exposição de novas técnicas de dimensionamento e instalação de barreiras contra quedas de rochas e detritos, aulas expositivas ministradas por engenheiros especialistas, integrantes de empresas que são referência na execução de obras de contenção, como solo grampeado e cortina atirantada e técnicas de análise de riscos em encostas e taludes. Da mesma forma, houve envolvimento em outras atividades como em eventos para divulgação dos serviços de engenharia desempenhados pela Defesa Civil e, como ouvintes, em workshops e palestras de engenharia

Ação 6319 – Percebendo o Risco

Produto: Comunicação de Risco
Indicador De Produto: Número de instrumentos de comunicação de risco
Unidade De Medida**:** unidade
Meta: 7
Resultado Atingido: 59

Principais realizações:

Identificação do Risco e Prevenção:

Entrega de 55 instrumentos de mapeamento de suscetibilidade, risco e aptidão à urbanização, em conjunto com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, Serviço Geológico do Brasil - CPRM e Instituto de Pesquisas Ambientais - IPA, beneficiando 55 municípios do Estado. Foram entregues 41 cartas de suscetibilidade, 1 carta de aptidão à urbanização e 13 setorizações, em evento de capacitação sobre a finalidade e aplicação desses instrumentos, de forma multidisciplinar em âmbito municipal, realizado no dia 08 de fevereiro, no município de Itatiba, com participação de 36 municípios e capacitação de 106 agentes públicos municipais. Nodia 16 de março, no município de Registro, com participação de 22 municípios e capacitação de 93 agentes públicos municipais e no dia 22 de março, no município de Ribeirão Preto, com participação de 38 municípiose capacitação de 172 agentes públicos municipais.

Os instrumentos têm a finalidade de dar conhecimento ao poder público da situação das áreas de risco existentes no território municipal, permitindo que os gestores possam implantar iniciativas multidisciplinares para prevenir ou mitigar o risco e preparar-se para agir em um momento de crise, dando a resposta adequada para atender a população e restabelecer os cenários e serviços essenciais.

Planos de Ação de Emergência:

Recebimento de 25 Planos de Ação de Emergência - PAE de barragens situadas no Estado de São Paulo, para atualização dos já existentes, as quais, pelas características, estão inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB. Desde 2016 já foram recebidos 104 PAEs, que abrangem 134 barragens, relacionadas a diversos tipos de uso: 69 do setor hidrelétrico, 7 de mineração, 1 de resíduos industriais e 27 de águas para usos múltiplos. Neles, foram identificados 309 municípios em áreas de inundação: 250 paulistas e 59 de estados vizinhos (8 em MG, 15 no MS, 34 no PR, 1 em GO e 1 no RJ). Todas os respectivos órgãos de defesa civil estaduais foram cientificados e os municípios paulistas identificados foram comunicados a respeito da necessidade de efetiva integração com os empreendedores, conhecimento do PAE e incorporação das informações nos PlanCons.

Programa Escola Mais Segura:

Pelo Programa Escola + Segura em Educação para Redução de Riscos e Desastres - ERRD, desenvolvido pelas Secretarias de Estado da Educação - SEDUC, Segurança Pública - SSP e Casa Militar e Defesa Civil, foram realizadas 7 trilhas formativas, transmitidas ao longo do ano no canal do Youtube do Centro de Mídias da Educação de São Paulo com os temas: a) A importância da Educação para Redução de Riscos e Desastres; b) Sustentabilidade socioambiental; c) Medidas educativas de conscientização; d) Principais desastres no Brasil relacionados a eventos climáticos e meteorológicos; e) Sistemas de alertas para eventos extremos, SMS de defesa civil 40199, App Alerta SP, WhatsApp da Defesa Civil Nacional, f) Conceitos e tipos de vulnerabilidade, levantamentoda percepção sobre as mudanças e processos ambientais existentes, g) Estudos e levantamento das possibilidades de

estratégias de prevenção para elaboração de plano de contingência na escola, totalizando 7.479 visualizações no Youtube.

Olimpíadas do Conhecimento para Redução do Risco de Desastre:

Realização das Olímpiadas do Conhecimento em Proteção e Defesa Civil, com a participação da Secretaria de Educação de Franco da Rocha. O programa envolveu 18 escolas e um total de 1590 alunos da rede municipalde ensino que, desde o início do ano, realizam atividades educativas com estudantes do 5º e 6º ano do ensino fundamental, com temas voltados à redução de riscos e desastres.

O programa tem o objetivo de transmitir conhecimentos sobre ERRD, contemplando a transmissão de conhecimento, a formação das equipes escolares, a realização de seletivas escolares e culminando em uma atividade no formato de gincana, tornando-se inclusive base para a expansão das olimpíadas para os demais municípios paulistas.

Programa Município Paulista Resiliente:

Operacionalização do Programa Município Resiliente - PMR, criado por intermédio de uma parceria do DEPDeC com o Tribunal de Contas do Estado - TCESP e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística - SEMIL, com o objetivo de avaliar a maneira como os municípios paulistas administram a redução de risco e de desastre emseus territórios, através da aferição de indicadores de gestão obtidos no Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, no Programa Município Verde Azul - PMVA e na MCR2030. Em 2023, a certificação do PMR ocorreu na seguinte conformidade: a) Certificado de Resiliência: concedido a 66 municípios que obtiveram 70 pontos ou mais; b) Prêmio Ouro: Campinas, com 99,5 pontos; c) Prêmio Prata: São José do Rio Preto, com 95,5 pontos; d) Prêmio Bronze: Vinhedo, com 91,5 pontos. e) Embaixador da Resiliência: Dra. Regina Elsa Araújo – Coordenadora Regional de Proteção e Defesa Civil da Baixada Santista; f) Destaque na Evolução da Resiliência, Prêmio Ouro: Estiva Gerbi, por ter obtido a maior evolução na pontuação do PMR, Prêmio Prata: Santo Antônio da Alegria, por ter obtido a segunda maior evolução e Prêmio Bronze: Bebedouro, por ter obtido a terceira maior evolução na pontuação do PMR, entre as certificações de 2021 e 2022.

O Programa Município Paulista Resiliente foi reconhecido pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil como boa prática a ser adotado em todos os municípios do Brasil.

Mapa Comunitário de Risco:

Lançamento do Mapa Comunitário de Risco, em Francisco Morato, idealizado pela CEPDEC, com o objetivo de transformar as informações técnicas das cartas geotécnicas de mapeamento de suscetibilidade e risco em um formato mais acessível à população. Desenvolvido em parceria com a Secretaria de Comunicação do Estado, Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), contando com a participação dos gestores municipais de proteção e defesa civil de Francisco Morato, Juquitiba e Mairiporã, teve como foco as áreas de risco relacionadas com eventos de deslizamentos de terra e inundação. Já foi operacionalizado em 6 municípios e 91 municípios já fizeram downloadpara produção do Mapa.

Programa Estadual de Prevenção de Desastres e de Redução de Riscos Geológicos:

Atualização e regularização dos integrantes, titular e suplente, do Grupo de Articulação de Ações Executivas – GAAE, do Programa Estadual de Prevenção de Desastres e de Redução de Riscos Geológicos das seguintes pastas: Secretarias de Agricultura e Abastecimento, Ciência, Tecnologia eInformação (IPT); Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Urbano e Habitação, Educação, Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (CETESB, DAEE, IPA), Segurança Pública e Transportes Metropolitanos (Metro, EMTU e CPTM), bem como, apreciação das propostas, ações e metasdesenvolvidas no âmbito do PDN.

Elaboração de minuta do novo decreto do Programa Estadual de Prevenção de Desastres e de Redução de Riscos Geológicos, previsto pelo Decreto nº 64.673, de 16 de dezembro de 2019, que versa sobre o Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos (PDN), em conformidade com o Decreto nº 67.435/23.

Elaboração de Norma Técnica sobre Sinalização de Emergência em locais sujeitos a desastres:

Formalizado e em andamento junto a Associação Brasileira de Normas Técnicas o grupo técnico de trabalho para criação da Norma Brasileira de atuação de sinalização de emergência em locais sujeitos a desastres, frente à demanda de empreendedores de barragens que buscam uma padronização nacional para sinalização das áreas de auto salvamento em atendimento à Política Nacional de Segurança de Barragens, prevista na Lei Federal nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e a Política

Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, prevista na Lei Federal nº 14.788, de 15 de dezembro de 2023.

Elaboração de novo Game Defesa Civil:

Parceria com a Universidade Estadual Paulista – Unesp, visando o desenvolvimento de game para jovens sobre operações de logística humanitária. O objetivo é pesquisar para comprovar que a gamificação e os jogos são mecanismos capazes de construir resiliência na comunidade. Para isso, no corrente ano, foi desenvolvida uma revisão sistemática da literatura onde procurou-se identificar em quais aspectos os jogos vem contribuindo com as operações de logística humanitária e na gestão de desastres. Observou-se que os jogos massivamente tratam de desastres naturais de início súbito, principalmente terremotos, que são predominantemente educativos (voltados para treinar as pessoas) e jogados por meio de simulação de cenários. Com base nesse resultado, obtidos pela Doutoranda Ana Paula Silva Ducatti, a Defesa Civil do Estado solicitou a construção de um game dentro do cenário brasileiro, um jogo educativo que simule a realidade, que tenha como público alvo crianças e adolescentes de 10 a 15 anos e que trate dos desastres oriundos dechuvas intensas (como inundações, deslizamentos, enchentes, entre outros) localizados no litoral brasileiro. O jogo está em fase de elaboração do modo demonstrativo, na plataforma da Unity.

Alertas de risco e eventos meteorológicos (SMS 40199):

Por meio de lei, tornou-se obrigatória a transmissão gratuita de informações de alerta à população sobre risco de desastres. A Anatel, então, regulamentou o serviço, com apoio da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e demais órgãos de Defesa Civil.

Numa parceria do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), Anatel e operadoras de telefonia móvel, os usuários de telefonia celular podem receber mensagens de alerta (por SMS) sobre desastres naturais ou tecnológicos, sempre que a Defesa Civil identificar uma situação de risco na área que abrange o CEP cadastrado. Segundo a Anatel, aderiram ao serviço 2.735.234 de terminais, totalizando 5,96% da população.

De 1º de janeiro a 18 de dezembro de 2023, foram enviados 5.388 alertas para os usuários cadastrados.

Serviço de mensagens para o sistema de Defesa Civil Estadual:

O serviço tem por objetivo a transmissão de alertas específicos aos mais de 5 mil agentes de defesa civil municipais do Estado de São Paulo, sobre ocorrências de desastres e calamidades, além de informações técnicas para as equipes operacionais.

O Núcleo de Gerenciamento de Emergências transmitiu 168.332 mensagens para os agentes de defesa civil cadastrados.

Inovações tecnológicas:

No dia 18 de novembro, a Defesa Civil Estadual, em parceria com o Instituto de Estudos Avanças do Mar (IEAMar), órgão vinculado à UNESP, instalou no sul do município de Ilhabela um novo radar meteorológico que irá auxiliar no monitoramento de temporais no litoral norte paulista. De modelo banda-X e fabricação norte-americana, o equipamento foi comprado com investimento de cerca de 10 milhões de reais do governo paulista, tendo a licitação iniciado em 2021. Possui 500 watts de potência, uma antena de 1,80m e alcance que se estende a 120km de diâmetro. Ele é capaz de visualizar a intensidade das precipitações e se haverá aumento ou diminuição da chuva, além da direção de deslocamento das células meteorológicas.

O monitoramento permite que os meteorologistas emitam alertas instantâneos à população, também chamados de nowcasting, com base nos dados fornecidos em tempo real sobre as condições atmosféricas locais.

Nesse mesmo viés, de alertar a população com antecedência e poupar vidas, houve o investimento de 2,4 milhões de reais para implementação do Sistema de Alarme Remoto (SISAR), com a utilizaçãode sirenes para alertar a população das áreas de risco nos municípios de Franco da Rocha, Guarujá e São Sebastião em eventos decorrentes de desastres naturais.

Atendimento ao Público e Imprensa:

A Defesa Civil Estadual mantém contato constante com o público interno e externo por meios das mídias sociais: Instagram (@defesacivilsp), Facebook (@defesacivilestadual), “X” (antigo Twitter) (@defesacivilsp), Threads (@defesacivilsp), TikTok (@defesacivilsp), Canal no WhatsApp

(DefesaCivilSP) e Youtube, além do email (defesacivil@sp.gov.br) e da página na internet (www.defesacivil.sp.gov.br). Foram confeccionadas 764 notas e release de imprensa, atendidas 1.376 demandas de imprensa, houve 643.284 acessos ao site, havendo ainda 89.402 seguidores no Facebook, 203.019 no Instagram, 49.004 no Twitter, 108.300 no TikTok,
16.100 no Threads e 7.367 no canal do WhatsApp.

Como forma de divulgar informações de interesse público, foram concedidas 801 entrevistas (ao vivo e gravadas), para TV e rádio.

Neste ano, foi lançada a “Operação SP Sem Fogo”, com foco na redução das queimadas florestais. A iniciativa de Governo, envolvendo a Defesa

Civil e outras Secretarias, como SEMIL e SSP, proporcionou ampla divulgação de materiais educativos em todo estado, com fixação de cartazes e faixas em locais de grande circulação, além da distribuição de folhetos. Também foi lançada a Campanha “SP Sempre Alerta”, com foco na prevenção de desastres e prontidão contínua da Defesa Civil do Estado para eventos climáticos extremos. A iniciativa integra diversas secretarias estaduais e vai ampliar as ações de alerta em situações de risco, investimento em tecnologia de ponta para monitoramento meteorológico e proteção da população. A Campanha SP Sempre Alerta contém ampla divulgação de informação preventiva, com conteúdo educativo e de orientação para prevenção de desastres, sendo veiculado em diversos tipos de mídia,como: outdoors, busdoor, mídia digital em terminais de ônibus, elevadores, shoppings centers,emissoras de TV e rádio, além de distribuição de folhetos e fixação de faixas.

Material de Divulgação:

Foram distribuídos 182.800 itens em materiais de divulgação com orientações preventivas sobre fenômenos naturais e projetos da Defesa Civil, ligados à Operação SP Sem Fogo, Campanha SP Sempre Alerta e cartilhas educativas, direcionadas ao público infantil, jovem e adulto.

Por fim, além das atividades desenvolvidas especificamente pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, a Casa Militar cumpriu plenamente ainda suas missões definidas no Decreto nº 48.526/04, com as alterações trazidas pelo Decreto nº 63.506/18, no que se refere à segurança física dos Palácios do Governo e segurança e atendimento funcional do Governador do Estado e de ignitários.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa
48000 - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**0,00**	**15.468.766.022,98**	**12.626.666.762,14**	**1.082.598.597,81**	**13.709.265.359,95**	**9.590.485.390,31**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	9.254.161.826,80	8.652.271.861,20	0,00	8.652.271.861,20	6.096.733.237,23
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	6.214.604.196,18	3.974.394.900,94	1.082.598.597,81	5.056.993.498,75	3.493.752.153,08
Despesas de Capital	**0,00**	**1.385.000.531,27**	**673.504.337,92**	**348.349.207,86**	**1.021.853.545,78**	**442.874.371,02**
Investimentos	0,00	1.370.500.511,27	662.324.337,92	348.349.207,86	1.010.673.545,78	431.694.371,02
Inversões Financeiras	0,00	14.500.020,00	11.180.000,00	0,00	11.180.000,00	11.180.000,00
Amortização de Dívida						
Despesa Total	**0,00**	**16.853.766.554,25**	**13.300.171.100,06**	**1.430.947.805,67**	**14.731.118.905,73**	**10.033.359.761,33**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa de Despesa
48000 - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0102 - Obrigações Previdenciárias em Complementação	**0,00**	**18.943.769,00**	**18.751.292,68**	**0,00**	**18.751.292,68**	**17.451.841,06**
3 - Despesas Correntes	0,00	18.943.769,00	18.751.292,68	0,00	18.751.292,68	17.451.841,06
0930 - Atendimento Integral e Descentralizado no SUS no Estado de São Paulo	**0,00**	**1.515.500.426,90**	**1.376.995.126,82**	**50.575.174,40**	**1.427.570.301,22**	**1.187.072.446,33**
3 - Despesas Correntes	0,00	1.466.899.794,90	1.364.480.703,34	44.615.228,47	1.409.095.931,81	1.174.850.163,49
4 - Despesas de Capital	0,00	48.600.632,00	12.514.423,48	5.959.945,93	18.474.369,41	12.222.282,84
1015 - Ciência, Tecnologia, Inovação, Produtividade	**0,00**	**18.752.506,00**	**4.966.043,15**	**356.407,52**	**5.322.450,67**	**4.966.043,15**
3 - Despesas Correntes	0,00	4.921.840,00	1.902.376,06	356.407,52	2.258.783,58	1.902.376,06

4 - Despesas de Capital	0,00	13.830.666,00	3.063.667,09	0,00	3.063.667,09	3.063.667,09
1021 - Inovação e Tecnologia para Instituições Públicas e Privadas	**0,00**	**146.511.893,00**	**116.389.855,26**	**1.742.397,90**	**118.132.253,16**	**107.680.495,47**
3 - Despesas Correntes	0,00	127.513.106,00	112.982.200,19	0,00	112.982.200,19	104.393.169,73
4 - Despesas de Capital	0,00	18.998.787,00	3.407.655,07	1.742.397,90	5.150.052,97	3.287.325,74
1039 - Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnologia	**0,00**	**2.414.751.674,00**	**2.322.704.262,90**	**44.061.216,78**	**2.366.765.479,68**	**2.088.383.952,12**
3 - Despesas Correntes	0,00	2.368.303.979,00	2.281.793.767,24	38.569.614,69	2.320.363.381,93	2.047.694.804,47
4 - Despesas de Capital	0,00	46.447.695,00	40.910.495,66	5.491.602,09	46.402.097,75	40.689.147,65
1043 - Ensino Público Superior	**0,00**	**10.495.505.030,35**	**8.347.218.054,54**	**619.987.256,51**	**8.967.205.311,05**	**5.593.236.232,42**
3 - Despesas Correntes	0,00	9.833.925.777,08	7.970.077.941,41	365.302.401,26	8.335.380.342,67	5.445.788.701,26
4 - Despesas de Capital	0,00	661.579.253,27	377.140.113,13	254.684.855,25	631.824.968,38	147.447.531,16
1044 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia	**0,00**	**2.235.169.352,00**	**1.109.329.359,71**	**713.554.829,09**	**1.822.884.188,80**	**1.031.630.207,73**
3 - Despesas Correntes	0,00	1.643.633.224,00	873.538.618,76	633.230.665,32	1.506.769.284,08	795.839.466,78
4 - Despesas de Capital	0,00	591.536.128,00	235.790.740,95	80.324.163,77	316.114.904,72	235.790.740,95
1046 - Qualificação, Trabalho e Empreendorismo	**0,00**	**2.758.903,00**	**2.549.936,83**	**0,00**	**2.549.936,83**	**2.376.108,79**
3 - Despesas Correntes	0,00	2.758.903,00	2.549.936,83	0,00	2.549.936,83	2.376.108,79
2990 - Desenvolvimento de Ações decorrentes de Emendas Parlamentares	**0,00**	**5.873.000,00**	**1.267.168,17**	**670.523,47**	**1.937.691,64**	**562.434,26**
3 - Despesas Correntes	0,00	1.865.630,00	589.925,63	524.280,55	1.114.206,18	188.758,67
4 - Despesas de Capital	0,00	4.007.370,00	677.242,54	146.242,92	823.485,46	373.675,59
Despesa Total	**0,00**	**16.853.766.554,25**	**13.300.171.100,06**	**1.430.947.805,67**	**14.731.118.905,73**	**10.033.359.761,33**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Este relatório gerencial individualizado contém dados e informações sobre os programas de governo executados pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, na conformidade das disposições da Lei Orçamentária Anual de 2023 (LEI Nº 17.614, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022), e Decreto nº 67.435, de 01/01/2023 que "*Dispõe sobre as alterações de denominação e transferências que especifica e dá providências correlatas".* incluindo:

Demonstrativos financeiros que contêm o valor da dotação inicial de cada programa, bem como valor empenhado, liquidado e pago + pago de restos a pagar.

- Relatórios gerenciais que contêm a descrição resumida de cada programa, suas principais ações, bem como o órgão da Secretaria ou a entidade vinculada responsável por sua execução.

Os programas executados em 2023 pela Secretaria e por suas entidades vinculadas foram os seguintes:

- **0001 Participação Societária;**
- **0102 Obrigações Previdenciárias em Complementação;**
- **0930 Atendimento Integral e Descentralizado no SUS no Estrado de São Paulo;**
- **1015 Ciência, Tecnologia, Inovação, Produtividade e Competitividade;**
- **1021 Inovação e Tecnologia para Instituições Públicas e Privadas;**
- **1039 Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica;**
- **1043 Ensino Público Superior;**
- **1044 Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia;**
- **2990 Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares;**
- **5124 Bolsa do Povo CPS**

Introdução

Constituem campo funcional da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação: **I** - a formulação, a implantação e a coordenação da execução de políticas públicas voltadas à promoção da pesquisa e da inovação tecnológica, com os seguintes objetivos: a) assegurar apoio tecnológico aos Municípios paulistas, prioritariamente nas áreas de:1. Cidades inteligentes; 2. cidades sustentáveis; 3. cidades resilientes e atendimentos emergenciais; b) estimular: 1. a produção de conhecimento; 2. a pesquisa científica e tecnológica; 3. a inovação tecnológica; 4. os ambientes de inovação instalados no Estado; **II** - a formulação de políticas, programas e ações voltadas aos ambientes de inovação localizados no Estado; **III** - a proposição de políticas e diretrizes para o ensino superior, em todos os seus níveis; **IV** - a coordenação e a implementação de ações de competência do Estado com vista à formação de recursos humanos no âmbito do ensino superior; **V** - a promoção da realização de estudos para: a) desenvolvimento e aprimoramento do ensino superior; b) aumento da acessibilidade ao ensino superior; c) ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão; d) busca de formas alternativas para oferecer formação nos níveis de ensino superior, com vista a aumentar o acesso à Universidade, respeitadas a autonomia universitária e as características de cada instituição; **VI** - o intercâmbio de informações e a colaboração técnica com instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais; **VII** - o desenvolvimento e a implementação de sistemas de informações destinadas a orientar as instituições de ensino médio diante das dificuldades encontradas pelos alunos nos cursos de formação universitária. **VIII** - o desenvolvimento, a qualificação e a expansão do ensino técnico, tecnológico e profissionalizante. § 1º - Para promover ações inseridas em seu campo funcional, a Secretaria poderá, respeitados o interesse público e a legislação pertinente, estabelecer relações e propor parcerias com órgãos e entidades públicos e privados, nacionais e estrangeiros. § 2º - O disposto no § 1º deste artigo abrange, inclusive, o fomento de atividades privadas afins ao campo funcional da Secretaria. § 3º - As funções voltadas ao ensino superior previstas neste artigo serão exercidas em articulação e conjugação de esforços com as instituições envolvidas, observando sempre o respeito à autonomia universitária e às características específicas de cada Universidade.

Estrutura Básica

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação tem a seguinte estrutura básica:

Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI): responsável pela formulação e execução de políticas para o desenvolvimento industrial, científico e tecnológico, assim como fomento à realização de estudos e diagnósticos a elas relacionados; estímulo à criação de novas bases para o desenvolvimento sustentável do Estado com fundamento na inovação tecnológica e no incremento da competitividade, visando ao aperfeiçoamento de processos e produtos no âmbito do Estado; apoio a projetos e ações voltados para a transferência e absorção de tecnologia pelo setor produtivo, do mesmo modo que a mobilização de recursos destinados à capacitação deste setor; incentivo à interação e à sinergia entre universidades, instituições de pesquisa e empresas; coordenação do Sistema Paulista de Parques Tecnológicos - SPTec; coordenação da Rede Paulista de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica - RPCITec objetivando a criação de parques tecnológicos; suporte

às atividades do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia – CONCITE, operação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCET e prestação de serviços de Secretaria Executiva ao Conselho das Instituições de Pesquisa do Estado de São Paulo – CONSIP.

Coordenação de Ensino Superior (CES): responsável pela proposição de políticas e diretrizes para o ensino superior, em todos os seus níveis; a coordenação e a implementação de ações de competência do Estado com vista à formação de recursos humanos no âmbito do ensino superior; a promoção da realização de estudos para desenvolvimento e aprimoramento do ensino superior; aumento da acessibilidade ao ensino superior; ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão; busca de formas alternativas para oferecer formação nos níveis de ensino superior, com vista a aumentar o acesso à Universidade, respeitadas a autonomia universitária e as características de cada instituição; o intercâmbio de informações e a colaboração técnica com instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais; o desenvolvimento e a implementação de sistemas de informações destinadas a orientar as instituições de ensino médio diante das dificuldades encontradas pelos alunos nos cursos de formação universitária; o desenvolvimento, a qualificação e a expansão do ensino técnico, tecnológico e profissionalizante, acrescido pelo Decreto Estadual nº 67.453/2023.

Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral (CPRTI): responsável pelo planejamento, organização e execução, em todas as etapas, de avaliação da atividade científica e técnica dos pesquisadores das instituições de pesquisa, bem como dos concursos para ingresso e acesso na Carreira de Pesquisador Científico, formulação e proposição de regulamentação sobre aspectos referentes ao Regime de Tempo Integral e decisão sobre a movimentação do pessoal científico dos Institutos.

Órgãos Vinculados - Instituições de Ensino Superior

- **Universidade de São Paulo - USP;**
- **Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP;**
- **Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP;**
- **Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA;**
- **Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - FAMERP;**
- **Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP.**

Exceto a Fundação UNIVESP, as demais relacionadas consubstanciam Autarquias, sendo USP, UNESP e UNICAMP Autarquias de Regime Especial, que executam os Programas 0930 - Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP; 1039 - Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológico; 1043 - Ensino Público Superior.

Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS: O CEETEPS é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI). É reconhecido por sua excelência na formação de recursos humanos, oferecendo Ensino Médio, Técnico, Técnico Integrado ao Médio, Superior Tecnológico, Qualificação Profissional Básica e Mestrado (*Stricto Sensu*) gratuitos. O CEETEPS está presente em 363 municípios no Estado de São Paulo e, em parceria com as prefeituras e o setor produtivo, por meio de suas Unidades, qualifica profissionais e é um importante instrumento de inclusão social. Em 2023, o CEETEPS administrava 228 Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e 77 Faculdades de Tecnologia (Fatecs), totalizando mais de 310 mil matrículas nas diferentes modalidades de ensino.

No Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 do Governo do Estado de São Paulo, o CEETEPS executou o Programa 1039 – Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica, que tem como objetivo capacitar pessoas nos diversos eixos tecnológicos de formação profissional, nos níveis inicial, técnico e tecnológico, contribuindo para ampliar seu potencial de empregabilidade, e, também contribuir com o oferecimento de uma educação pública de qualidade no Ensino Médio. O público-alvo são jovens e adultos em busca de formação, qualificação e requalificação profissional, egressos do ensino fundamental, estudantes e egressos do Ensino Médio que buscam formação técnica ou tecnológica de nível superior.

Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN: é uma autarquia estadual gerida técnica e administrativamente pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O IPEN caracteriza-se pela multidisciplinaridade das

atividades que desenvolve nas áreas de saúde, meio ambiente, aplicações de técnicas nucleares, materiais, segurança radiológica, reatores nucleares e fontes alternativas de energia. O Instituto não é contemplado no orçamento estadual porque recebe recursos da União.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP: A atuação finalística da Fapesp se dá pelo Programa 1044 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia. Ele visa apoiar as atividades científicas, tecnológicas e inovativas no Estado de São Paulo, por meio da entrega dos seis produtos adiante descritos. O total de recursos que, em 2023, compuseram a dotação atualizada da Fapesp para execução de suas atividades fins foi de R$ 2.055.582.835 dos quais foram liquidados R$ 989.417.976, ou 48,1 % daquela dotação.

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT: é uma empresa integrante da administração indireta que tem como missão criar e aplicar soluções tecnológicas para aumentar a competitividade das empresas e promover a qualidade de vida das pessoas. Para isso, seus pesquisadores aplicam conhecimento científico e tecnológico altamente especializado nos serviços que prestam a milhares de clientes nos setores público e privado, inclusive para pequenas empresas. O Programa 1021 objetiva incrementar a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e prestar assessoria tecnológica, apoio metrológico e informação tecnológica, em atenção às demandas de políticas públicas, órgãos governamentais, municípios, empresas e sociedade civil.

PROGRAMA 0001 - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Aporte de recursos do acionista majoritário destinado ao planejamento, gerenciamento e execução de obras; aquisição de imóveis ou bens de capital; aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. Em 2023 foram repassados pela Secretaria o valor de R$ 8.000.000,00 de dotação que é efetivamente executada na Ação 2111 - Modernização Laboratorial para P&D&I e Serviços Tecnológicos, que tem por objetivo dar continuidade à modernização da instituição por meio da revitalização, ampliação e modernização de seus laboratórios que são a base de qualidade dos serviços prestados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas-IPT.

PROGRAMA 0102 - OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO

O Programa é executado com recursos do Tesouro do Estado e recursos Vinculados Estaduais, repassados pela SDE pela Ação 4781 - Complementação de Aposentadorias e Pensões Lei 200/74 - IPT.

PROGRAMA 0930 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS NO ESTADO DE SÃO PAULO

USP

O programa de Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP tem por objetivo promover a formação de pessoal qualificado na área de saúde, em nível de graduação e pós-graduação, concomitantemente com a prestação de assistência médico-hospitalar em diversos níveis de complexidade. Compõem esse programa as seguintes ações e produtos:

a) 5274 – Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial no Hospital Universitário
Produto: produção hospitalar (atendimentos e exames realizados) – 217.660;
b) 5276 – Procedimentos de Alta Complexidade nas Áreas de Anomalias Craniofaciais/Deficiência Auditiva no “Centrinho” em Bauru
Produto: Produção Hospitalar (procedimentos realizados) – 104.793.

UNICAMP

Desempenho da área de Saúde. Cobrindo 88 municípios dos Departamentos Regionais de Saúde VII, X e XIV, e uma população superior a seis milhões de habitantes, em 2023 a Unicamp manteve sua condição de centro de referência hospitalar e de saúde no interior do Estado.
Hospital de Clínicas (HC). O Hospital de Clínicas da Unicamp é um dos pilares de excelência da saúde pública do Estado de São Paulo. No período, o HC manteve as áreas de oncologia, urgência, emergência, transplantes e eletivas de alta complexidade, com 405.001 consultas ambulatoriais, 14.946 internações, 13.016 cirurgias (ambulatoriais, eletivas e de urgência sendo "CC" 7.084 e "CCA" 5.932), 54.816 atendimentos de urgência e emergência (Unidade de Emergência Referenciada),

2.397.275 exames laboratoriais (2.342.227 LPC + 55.048 outros laboratórios) e 350 transplantes de córnea, coração, medula óssea, rim e fígado.

Hospital da Mulher (Caism). O Hospital da Mulher Prof. Dr. J. A. Pinotti-Caism é referência regional em nível terciário e quaternário na atenção à saúde da mulher e do recém-nascido, atendendo, por exemplo, pacientes com endometriose profunda, câncer de mama, gestação de alto risco e mulheres vítimas de violência sexual. Em 2023 o Caism realizou 5.134 internações, 59.040 consultas médicas (ambulatoriais e de urgência/emergência), 2.826 cirurgias, 1.261 partos, 179.713 exames laboratoriais, 29.044 exames de imagem (mamografias, raios-x simples, raios-x contrastados e ecografias), 22.023 quimioterapias e 36.940 radioterapias.

Centro de Hematologia e Hemoterapia (Hemocentro). É referência em nível terciário e quaternário nas áreas de hematologia e hemoterapia para a região. Atividades realizadas de janeiro a dezembro de 2023: 20.057 consultas médicas, 1.398.449 exames laboratoriais (pacientes e triagem de bolsas para doação), 64.735 coletas de sangue total ou hemocomponentes, 80.470 doadores voluntários atendidos, 21.089 procedimentos transfusionais realizados e 5.328 procedimentos de quimioterapia.

Centro de Diagnóstico de Doenças do Aparelho Digestivo (Gastrocentro). Referência internacional em diagnóstico, repasse de tecnologia e transferência de conhecimentos. Realiza, em média, 173 colonoscopias e 487 endoscopias por mês. Realiza, em média, 4 mutirões de colonoscopia por ano, com 40 pacientes da lista de espera cada, mantidos com recursos de emendas parlamentares.

HES, HRP e AMEs. Na gestão dos Hospitais Estaduais de Sumaré e Piracicaba, entre janeiro e dezembro de 2023, foram 490.616 exames laboratoriais, 124.916 consultas médicas, 14.613 atendimentos de urgência referenciada, 14.207 internações, 19.627 cirurgias e 2.336 partos. Além dos atendimentos em seu complexo hospitalar, a Unicamp mantém convênios com a Secretaria de Estado da Saúde para gestão de sete Ambulatórios Médicos de Especialidades em Amparo, Limeira, Mogi Guaçu, Piracicaba, Rio Claro, Santa Bárbara D'Oeste e São João da Boa Vista. Em 2023, foram 272.127 consultas médicas, 55.246 consultas não médicas, 32.345 cirurgias ambulatoriais, 48.819 exames diagnósticos em especialidades, 434.001 exames laboratoriais de análises clínicas e patológicas, 101.596 exames de imagem, 15.830 endoscopias e 38.741 procedimentos terapêuticos (Sessões).

FAMERP

Assistência Médica Hospitalar e Ambulatorial é composta por uma única ação que objetiva a implementação das atividades realizadas nos cenários de prática médica, de enfermagem e psicologia que normalmente ocorrem no hospital escola e nas unidades de saúde do município. Para garantir a execução das atividades foram celebrados convênios com o Município, e com os Ministérios da Saúde e da Educação para a implementação de programas de inserção dos alunos na rede pública de saúde, bem como a compra de materiais de uso hospitalar, contratação de serviços terceirizados e pagamento de parte da remuneração de servidores da Autarquia.

PROGRAMA 1015 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

COORDENADORIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - CCTI

Ação 1929 – Concessão de Recursos Financeiros para Ciência, Tecnologia e Inovação – FUNCET

Os recursos desta ação são destinados a empréstimos para micro e pequenas empresas, instaladas no Estado de São Paulo e que tenham projetos de inovação tecnológica. Os financiamentos são subsidiados com juros de 6% a.a. e carência de 24 meses. Em 2023 permaneceu na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 213/14, que altera a Lei nº 93, de 27/12/1972, que criou o Funcet. Esse projeto de lei propõe que Conselho de Orientação do Fundo possa fixar taxa de juros até zero, para projetos de alto grau de inovação com impacto a curto prazo. Para cumprimento do Decreto nº 65.051, de 08/07/2020, o saldo do Funcet que havia em 31/12/2019, em quase sua totalidade, foi recolhido ao Tesouro do Estado. Atualmente o saldo do Fundo é da ordem de R$ 237 mil (31/12/2023). Em 2023 não houve operações do Fundo em função da tramitação do citado Projeto de Lei 213/14. Esta Ação contou com dotação orçamentária em 2023 de R$ 2 milhões, porém, não chegou a ser empenhada.

Ação 5204 – Promoção do Sistema Paulista de Ambientes de Inovação - SPAI

Instituído pelo Decreto nº 60.286, de 25 de março de 2014, tem como objetivo: otimizar tecnologias, recursos, laboratórios e a transferência do conhecimento; promover o intercâmbio entre os ambientes

públicos e privados nacionais e internacionais; promover a capacitação para a gestão sustentável dos ambientes de inovação; aumentar a produtividade e competitividade das empresas e ser vetor de desenvolvimento econômico sustentável. O SPAI compreende: o Sistema Paulista de Parques Tecnológicos, a Rede Paulista de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, a Rede Paulista de Centros de Inovação Tecnológica e a Rede Paulista de Núcleos de Inovação Tecnológica. Destes, o Sistema Paulista de Parques Tecnológicos e a Rede Paulista de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica já tinham sido previstas na Lei de Inovação - Lei Complementar nº 1049, de 19 de junho de 2008.

- Sistema Paulista de Parques Tecnológicos (SPTec) - Trata-se de uma política pública instituída por meio do Decreto nº 50.504, de 06/02/2006. Atualmente é regulamentado pelo Decreto nº 60.286, de 25/03/2014. O sistema foi criado com o objetivo de fomentar, impulsionar e apoiar as iniciativas de criação e implantação dos parques tecnológicos no Estado de São Paulo para atrair investimentos e gerar novas empresas. Segundo o decreto que regulamenta o sistema, parques tecnológicos são complexos de desenvolvimento econômico e tecnológico com as seguintes características: visam a fomentar economias baseadas no conhecimento por meio da integração da pesquisa científica e tecnológica, negócios/empresas e organizações governamentais em um local físico e do suporte às inter-relações entre estes grupos. No Estado de São Paulo, existem 14 de parques tecnológicos credenciados no SPTec e em operação, quais sejam: Parque Científico e Tecnológico da Unicamp, Parque Eco-Tecnológico Damha – São Carlos, Parque Tecnológico CPqD-Campinas, Parque Tecnológico de Botucatu, Parque Tecnológico de Piracicaba, Parque Tecnológico de Ribeirão Preto, Parque Tecnológico de Santo André, Parque Tecnológico de Santos, Parque Tecnológico de São Carlos – ParqTec, Parque Tecnológico de São José do Rio Preto, Parque Tecnológico de São José dos Campos, Parque Tecnológico de Sorocaba, Parque Tecnológico do CTI-Campinas e Techno Park de Campinas.
- Rede Paulista de Centros de Inovação Tecnológica (RPCITec) - A RPCITec é regulamentada pelo Decreto nº 60.286, de 25/03/2014. Os Centros de Inovação Tecnológica - CITs são empreendimentos que concentram, integram e oferecem um conjunto de mecanismos e serviços de suporte ao processo de inovação tecnológica das empresas, constituindo-se, também, em espaço de interação empresarial-acadêmica para o desenvolvimento de setores econômicos. No final de 2023 havia 13 CITs credenciados na Rede: (Bauru, Gavião Peixoto, Guaratinguetá, Guarujá, Guarulhos, Indaiatuba, Itapeva, Jundiaí, Lins, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São Paulo-Fundepag).
- Rede Paulista de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica - RPITec - A RPITec é regulamentada pelo Decreto nº 60.286, de 25/03/2014. É um instrumento articulador do conjunto das incubadoras que abrigam predominantemente empresas nascentes intensivas em conhecimento tecnológico, estabelecidas no Estado e credenciadas por esta Secretaria. A RPITec já possui 16 incubadoras credenciadas (Americana, Bauru, Bebedouro, Botucatu, Campinas-Ciatec, Campinas-Incamp, Franca, Guarulhos, Jundiaí, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, São Carlos, São Paulo-Cietec e Sorocaba).
- Rede Paulista de Núcleos de Inovação Tecnológica - RPNIT - A RPNIT também é regulamentada pelo Decreto nº 60.286, de 25/03/2014. É um instrumento que visa a auxiliar na gestão da política de inovação, apoiando as atividades de desenvolvimento tecnológico e fomentando a cultura da propriedade intelectual, de modo a despertar nas comunidades acadêmica e científica o interesse pela proteção das pesquisas desenvolvidas no âmbito da instituição.

Ação 2600 – Estruturação do Planejamento e Implementação do Distrito de Inovação "CITI"

Esta Ação em 2023 contou com dotação orçamentária apenas simbólica.

Ação 6336 – Fomento à Geração e ao Crescimento de Startups nos Ambientes de Inovação do Estado de São Paulo

Os recursos desta Ação em 2023 foram remanejados para outras Ações cujos compromissos careciam de recursos orçamentários.

Ação 6339 – Promoção, Adoção de Soluções Inovadoras para Governo e Apoiar Negócios de Impacto

Parte dos recursos desta ação foi aplicada no apoio da Pasta à realização do evento Campus Party Brasil 2023, realizado pelo Instituto Campus Party, e permitiu a participação presencial de estudantes das entidades vinculadas à SCTI, particularmente, do Centro Paula Souza e da UNIVESP. O restante

da dotação foi remanejado para outras Ações cujos compromissos careciam de recursos orçamentários.

Ação 6340 – Apoio aos Setores Estratégicos de Ciência, Tecnologia e Inovação

No âmbito desta Ação foi apoiada a continuidade do projeto Centro Brasileiro da Quarta Revolução Industrial - C4IR-Brasil. O restante da dotação foi remanejado para outras Ações cujos compromissos careciam de recursos orçamentários.

Realizações do ano de 2023

Ação 5204 – Sistema Paulista de Ambientes de Inovação – SPAI -No âmbito do SPAI, em 2023 foram assinados quatro ajustes: um convênio com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A – IPT, com repasse de R$ 2.000.000,00, para fomentar a implantação de um Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, PD&I de Hidrogênio no Campus do IPT, e três termos de fomento com as seguintes entidades: Agência de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico de Lins – Adetec, com repasse de R$ 314.442,59, para implantação do Laboratório Multipropósito no Centro de Inovação Tecnológica de Lins; Fundação para o Desenvolvimento da Unesp – Fundunesp, com repasse de R$ 499.940,34, para a Incubadora de Empresas Aquário de Ideias do Vale do Ribeira, objetivando o desenvolvimento do Projeto Bioren9; e outro também com a Fundação para o Desenvolvimento da Unesp – Fundunesp, com repasse de R$ 560.416,22, para a ampliação dos Espaços de Coworking e Mentorias, a partir da aquisição de computadores e de sistemas de videoconferências; e a estruturação dos Laboratórios de Fabricação 3D (FABLAB) do Centro de Inovação Tecnológica de Bauru - CITeB, com aquisição de contêineres e instalação de rede lógica, impressoras 3D, insumos/filamentos, máquinas de corte a laser, máquina fresadora de precisão, equipamentos e mobiliários. Também foi dado prosseguimento à execução do programa “IPT Open Experience” - Primeira experiência a ser implantada no Brasil como uma plataforma de soluções interligadas para promover a inovação em empresas de base tecnológica de diversos portes em áreas intensivas em ciência. Trata-se de um convênio assinado no final de 2019 que contempla um repasse de R$ 6.664.920,93. Em 2023 houve liberações no total de R$ 618.240,00. Encontra-se em execução, com término previsto para dezembro de 2024. Também foi dado início efetivo em 2023 ao projeto intitulado “Capacitação de Gestores Públicos Municipais em Cidades Inteligentes, Sustentáveis e Resilientes e Conectividade”, contrato assinado com o IPT em 2022, e executado em 2023 com liberação do montante de R$ 277.500,00 neste exercício.

Ação 6339 – Promoção, Adoção de Soluções Inovadoras para Governo e Apoiar Negócios de Impacto – Projeto “Ideia Gov”

O objetivo do projeto era desenvolver e implantar soluções inovadoras para a administração pública. Assim, o projeto visava a apoiar órgãos públicos na adoção de soluções desenvolvidas por empresas inovadoras, com foco especial em startups. O programa foi executado por meio de parceria entre a SDE e a Associação Impact Hub Brasil, iniciada por meio do Edital de Chamamento Público SDE nº 02/2019 (Processo SDE n° 1026/2019), que culminou em Termo de Colaboração assinado entre SDE e Impact Hub, no dia 18/02/2020. Até 2023 foram selecionados 31 proponentes para executar projetos-piloto no âmbito dos oito desafios do Programa. Dezoito proponentes executaram projetos-piloto e foram avaliados com relatórios produzidos. Onze proponentes foram encaminhados para assinaturas de acordos de P,D&I. Foram realizados 75 encontros com a comunidade do IdeiaGov para discutir inovação com 77 especialistas. O repasse orçamentário total para a Impact Hub, via Termo de Colaboração, que teve vigência de 36 meses, foi de R$ 7.820.354,55. Em 2023, o programa encerrou-se em fevereiro e não foram liberados novos recursos.

Ação 6340 – Apoio aos Setores Estratégicos de Ciência, Tecnologia e Inovação No âmbito desta Ação foi dado prosseguimento ao projeto para a implantação do Centro Brasileiro da Quarta Revolução Industrial afiliado à Rede do Fórum Econômico Mundial - C4IR Brasil, objeto de convênio celebrado em outubro de 2020 entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, à qual esta Coordenadoria então pertencia, a Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas – FIPT e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A – IPT. Trata-se de escritório em parceria entre a Pasta, o então Ministério da Economia e seis empresas privadas para desenvolver pilotos de políticas públicas de aceleração de implementação de inteligência artificial, internet das coisas e políticas de

dados. O convênio envolve repasses de R$ 2.421.407,52 do Estado à FIPT até 2024, já que o ajuste que expirava em outubro de 2023 teve seu prazo de execução prorrogado para até abril de 2024. Em 2023 foram repassados R$ 500.000,00 para custeio de pessoal técnico específico, perfazendo a importância de R$ 2.250.000,00 as liberações já efetuadas.
Ação 4394 – Programa Tecnológico de Apoio aos Municípios - Patem – No âmbito do Patem não houve realizações no ano de 2023 e a dotação desta Ação foi remanejada na quase totalidade a outras Ações cujos compromissos careciam de recursos.
Credenciamento de Fundações de Apoio - Em 2023 houve o credenciamento de quatro fundações de apoio, quais sejam: da Fundação para o Desenvolvimento das Ciências Farmacêuticas (Resolução SCTI-2, de 28/03/2023), da Fundação de Apoio à Ciência, Tecnologia e Educação (Resolução SCTI-4, de 17/04/2023), da Fundação de Apoio à Física e à Química – FAFQ (Resolução SCTI-6, de 29/06/2023) e da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio (Resolução SCTI-24, de 18/12/2023).

PROGRAMA 1021 - INOVAÇÃO E TECNOLOGIA PARA INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - IPT

O Programa 1021 objetiva incrementar a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e prestar assessoria tecnológica, apoio metrológico e informação tecnológica, em atenção às demandas de políticas públicas, órgãos governamentais, municípios, empresas e sociedade civil.

Ação 2111 - Modernização Laboratorial para P&D&I e Serviços Tecnológicos

Tem o objetivo de dar continuidade à modernização da instituição através da revitalização, ampliação e modernização de laboratórios para o desenvolvimento de pesquisas e serviços de elevado conteúdo de inovação e tecnologia; da aquisição de novos equipamentos, construção e manutenção de prédios; da reforma de laboratórios fixos e móveis, escritórios e infraestrutura. Como resultado, tem-se a melhoria das atividades refletindo no desempenho dos produtos e serviços executados pelo Instituto.

Ação 5840 - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Difusão de Conhecimentos

Tem como objetivo o desenvolvimento de ações de P&D&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) que resultem na geração de novos conhecimentos e de novas soluções tecnológicas; P&D&I para órgãos governamentais, municípios, empresas públicas e privadas e sociedade civil, inclusive aquelas ações que contam com recursos federais, de agências de fomento e/ou privados.

Realizações em 2023 no Programa 1021

Ação 2111 - Modernização Laboratorial para P&D&I e Serviços Tecnológicos - No ano de 2023, houve R$ 14.654.093,28 em investimentos liquidados no exercício, com recursos do Governo do Estado de São Paulo, de vínculos federais e recursos próprios. Esse montante permitiu a modernização de 29 laboratórios. Destaca-se ainda o início das obras do primeiro laboratório de xenotransplantes do Brasil e a articulação para a construção de um laboratório focado em transição energética utilizando Hidrogênio Verde, que deverá iniciar em 2024.

Ação 5840 - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Difusão de Conhecimentos - No ano de 2023, o IPT atendeu a mais de 1.824 clientes em suas linhas de atuação: pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I), consultoria em serviços tecnológicos, metrologia e educação em tecnologia. Esses serviços geraram cerca de R$ 73 milhões de arrecadação, sempre visando aumentar a competitividade de empresas e promover a qualidade de vida das pessoas.

Os atendimentos realizados pelo IPT foram contabilizados na forma de documentos técnicos que representam cada um dos serviços prestados pelo Instituto. Em 2023, foram emitidos 23.713 documentos técnicos. Destacam-se os atendimentos a demandas de 145 municípios no Estado de São Paulo, especialmente por meio de atividades ligadas à Defesa Civil, o apoio ao DNIT na região Amazônica para investigar as causas de colapso de duas pontes da BR-319, a conclusão do projeto Prometheus - Fase I (armazenamento de dados digitais em DNA), e o projeto de manutenção prescritiva de colhedoras de cana de açúcar por meio de técnicas de gêmeos-digitais (*digital twins*).

PROGRAMA 1039 - PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETEPS

Ação 5292 – Desenvolvimento da Educação Profissional Técnica

No primeiro semestre de 2023, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) tinha um total de 146.823 matrículas em diversas modalidades de ensino. Dentre essas matrículas, 93.603 eram no Ensino Técnico (concomitante ou subsequente), 43.591 no Ensino Técnico Integrado ao Médio (Etim) e no Ensino Médio Integrado ao Técnico (Mtec-PI), ambos em período integral. Além disso, havia 6.477 matrículas no Ensino Técnico na modalidade Educação a Distância (EaD) e 3.152 na Articulação dos Ensinos Médio-Técnico e Superior (AMS). No Estado de São Paulo como um todo, o número total de matrículas nessa ação foi de 151.756, sendo 146.823 referentes ao CEETEPS e as demais matrículas atribuídas aos colégios técnicos das universidades (120 da USP, 1.580 da Unesp e 3.233 da Unicamp).

As Classes Descentralizadas (CDs) são unidades que oferecem um ou mais cursos sob a administração de uma Etec. No primeiro semestre de 2023, havia 581 CDs em funcionamento, com um total de 35.236 matrículas. Dessas matrículas, 146 ocorreram em parcerias com prefeituras, totalizando 5.905 alunos; 376 em parcerias com a Secretaria Estadual da Educação de São Paulo (Seduc), totalizando 22.493 alunos; 32 em parceria com a Prefeitura de São Paulo nos Centros Educacionais Unificados (CEUs), totalizando 3.562 alunos; e 27 em Fatecs, totalizando 3.276 alunos.

Durante o ano de 2023, foram criadas quatro Etecs: Guaíra, Sumaré, Bragança Paulista e Cravinhos. As duas primeiras iniciaram suas atividades no mesmo ano, enquanto as duas últimas começaram em 2024. Considerando os dois processos seletivos realizados semestralmente, foram oferecidas 104.221 vagas no Vestibulinho para as diversas modalidades da Ação 5292. O Vestibulinho também incluiu vagas para cursos de Especialização Técnica de Nível Médio com 1.910 vagas.

Um total de 63.283 alunos concluíram os cursos mencionados em 2023, resultando em uma taxa de conclusão de 62,94%.

Além dos cursos regulares, o CEETEPS ofereceu outras modalidades de ensino. Foram disponibilizados cinco cursos na modalidade semipresencial, sendo eles: Administração, Comércio, Secretariado, Eletrônica e Sistemas de Energia Renovável. Também foram oferecidos seis cursos na modalidade online: Administração, Comércio, Secretariado, Guia de Turismo, Desenvolvimento de Sistemas e Transações Imobiliárias. Além disso, o CEETEPS ofereceu o Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e outros 19 cursos na modalidade MOOC (Massive Open Online Course), totalizando 70.721 novas inscrições.

Ao longo do ano, foram criados 35 novos cursos, distribuídos da seguinte forma: 6 currículos na modalidade concomitante e subsequente ao Ensino Médio, 13 currículos na modalidade Mtec, dezesseis currículos de Especializações Técnicas ou cursos de formação inicial, e 16 cursos de formação continuada ou qualificação profissional. Além dessas criações, outros 24 cursos também passaram por atualizações.

Ação 6289 – Desenvolvimento do Novotec Integrado

O Programa Novotec Integrado é uma iniciativa que permite aos estudantes realizar um curso técnico ao mesmo tempo em que cursam as disciplinas do Ensino Médio, durante os três anos dessa etapa escolar. Ao concluir o programa, os alunos obtêm o diploma de técnico e o certificado de conclusão do Ensino Médio. No ano de 2023, foram oferecidas 23.779 vagas no processo seletivo chamado Vestibulinho para essa modalidade. O número de matrículas registradas foi de 57.081, abrangendo as três séries do programa. No entanto, as metas estabelecidas inicialmente não foram alcançadas, devido a diferentes fatores. Isso inclui a não aprovação de algumas vagas inéditas, a impossibilidade de oferecer vagas devido a ajustes técnicos e pedagógicos nas turmas, bem como a reavaliação do itinerário técnico nos cursos de nível médio. Além disso, houve uma substituição da oferta dessa modalidade de ensino por outras formas de Ensino Médio Integrado ao Técnico, nas quais foi observado um crescimento na oferta. Também é importante considerar a natural perda de alunos, que costuma ocorrer em torno de 10% nesse tipo específico de oferta educacional. Dos 17.637 alunos que ingressaram nessa modalidade de ensino em 2021, 15.141 concluíram o curso até 2023.

Por meio de um contrato estabelecido com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), o CEETEPS ofereceu, pelo Programa Novotec Ejatec, formação profissionalizante em nível de qualificação profissional, que é realizada de forma articulada com o curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Médio oferecido pela Secretaria da Educação (Seduc). No primeiro semestre de 2023, um total de 5.293 alunos foram atendidos por esse programa.

Além disso, o CEETEPS registrou a matrícula de 14.298 alunos provenientes da Seduc no Novotec Intercomplementar, que é a modalidade de Ensino Técnico integrado ao Médio, em parceria com a SDE.

Ação 5852 – Desenvolvimento do Ensino Médio – Centro Paula Souza

No ano de 2023, o CEETEPS teve 7.459 alunos matriculados no Ensino Médio. Dos 2.385 alunos que ingressaram nessa modalidade de ensino, 2.114 concluíram seus estudos, o que representa uma taxa de conclusão de 88,64%. Além disso, a taxa de interesse dos alunos do Ensino Médio em prosseguir para o Ensino Superior foi de 85%.

Ação 5290 – Desenvolvimento da Educação Profissional Tecnológica

No 2º semestre de 2023, o CEETEPS teve 89.409 alunos matriculados em cursos superiores de tecnologia, em diversos eixos tecnológicos, além do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial na modalidade EaD. O resultado foi influenciado pelo leve aumento no número de desistências, por turmas que não foram abertas devido à não obtenção do índice mínimo necessário de demanda nos vestibulares. Além de que, durante a pandemia, muitos alunos matriculados utilizaram-se do benefício das aulas on-line, porém com o retorno das atividades na modalidade presencial esses alunos não puderam cumprir com a carga horária exigida, por residirem em outros Municípios.

A Fatec Votorantim e a Fatec de Esportes foram criadas e implantadas em 2023, totalizando 77 Fatecs em 70 municípios do Estado de São Paulo.

Considerando os dois processos seletivos semestrais, foram ofertadas 37.640 vagas no Vestibular de 2023 para o Ensino Tecnológico. O número de concluintes do Ensino Superior Tecnológico foi de 12.793 alunos, resultando em uma taxa concluinte de 37,96%.

Além disso, foram criados quatro (4) novos cursos superiores de tecnologia: Gestão de Empreendimentos Gastronômicos; Gestão Desportiva e de Lazer; Gestão de Negócios e Pessoas; e Gestão de Comércio Eletrônico. Outros nove (9) cursos superiores foram atualizados, incluindo áreas como Cosméticos, Gestão Comercial, Gestão Ambiental e Hidráulica. Três cursos também foram reestruturados para oferta de carga horária online: Manutenção Industrial, Sistemas Navais e Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Trinta e seis (36) cursos tiveram renovação de reconhecimento neste período, e outros 11 cursos tiveram o reconhecimento, conforme seu ano de criação.

Em 2023 foram implantadas 24 novas turmas de Ensino Superior Tecnológico na modalidade AMS, ingressantes do Processo Seletivo Vestibulinho no ano de 2020.

Ação 5845 – Formação Inicial e Educação Continuada

O Programa de Qualificação Básica – Formação Inicial e Continuada (QB-Fic) visa oferecer cursos gratuitos de qualificação profissional básica, para capacitar o trabalhador desempregado em busca de sua colocação no mercado de trabalho ou ainda na atuação empreendedora. Em 2023 a QB-Fic teve 5.728 matrículas e 4.355 concluintes, o que resultou em uma taxa concluinte de 76,03%, atendendo 78 municípios no Estado de São Paulo, mantendo-se assim, todos os indicadores dessa ação com resultados satisfatórios, superando as metas propostas.

O Programa Via Rápida Emprego, em parceria com a SDE, qualifica a população que está em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho ou de geração de renda. Em 2023 foi atendido o programa Via Rápida Emprego no programa Via Rápida Unidade Móvel, em diversos municípios do Estado de São Paulo, totalizando 2.880 vagas. Estes atendimentos abrangeram as regiões metropolitanas, interior e litoral. Além disso, houve participação com o deslocamento de Unidades Móveis em ações como: atendimento à população do município de São Sebastião na produção de

marmitas (por conta das fortes chuvas que atingiram o litoral norte em fevereiro de 2023); e em Ribeirão Preto, para participar da Feira Agrishow, uma das maiores feiras agrícolas do mundo.

No programa Via Rápida – Unidade Fixa e Remota foram ofertadas 10.068 vagas presenciais e 3.980 vagas remotas. Por meio desse programa foram atendidos também os programas e ações da Secretaria de Administração Penitenciária, do Prospera Família e o Lay-off.

Em 2023, o CEETEPS teve 826 aprendizes em 96 unidades escolares participantes do Programa Aprendiz Paulista em parceria com a SDE. Este programa encaminha e acompanha os alunos, entre 14 e 24 anos dos cursos técnicos modulares do CEETEPS, para as empresas que estejam obrigadas ao cumprimento das cotas de aprendizes no Estado de São Paulo.

O CEETEPS atendeu 13.567 vagas do Programa Escola de Qualificação Profissional, em parceria com o Fundo Social de São Paulo (FUSSP), que realiza a qualificação de pessoas em situação de vulnerabilidade social, com a promoção de cursos rápidos em áreas como beleza e bem-estar, construção civil e sustentabilidade, administração e empreendedorismo, moda e arte, gastronomia, informática entre outros.

Além disso, 187 vagas foram atendidas em parceria com a Secretaria da Pessoa com Deficiência para a qualificação profissional de pessoas com deficiência em todo o Estado de São Paulo, visando sua inserção ou recolocação no mercado de trabalho.

Ação 5620 – Capacitação do Pessoal Docente e Técnico Administrativo

O Programa de Formação de Docentes e Técnicos Administrativos do CEETEPS oferece de maneira continuada oportunidades para capacitação e atualização permanente de conhecimentos dos seus professores e técnicos administrativos, nas mais diversas áreas do conhecimento para aquisição de novas competências para o desempenho das funções dentro da Organização. Normalmente, essas ofertas são feitas pelas Unidades Técnicas de Ensino, CETEC (Unidade de Ensino Médio e Técnico) e CESU (Unidade de Ensino Superior de Graduação), além das Unidades Administrativas do CEETEPS. Na CETEC foram realizados 190 projetos em 275 turmas com 14.884 vagas, tendo 10.796 certificados emitidos; e, na CESU foram realizados 18 cursos com 8.700 vagas, tendo 8.610 certificados emitidos. A superação da meta foi impulsionada pelo crescente interesse dos participantes na modalidade remota na maioria das capacitações. Essa mudança na oferta dos cursos possibilitou um aumento significativo no número de participantes.

Outras Ações do CEETEPS em 2023

Em 2023, a Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa do CPS continuou a oferecer seus dois Programas de Pós-Graduação: Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional e Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos, nas áreas de Educação e Engenharias III da CAPES, respectivamente. Com a disponibilidade de 50 vagas por ano, os Programas de Mestrado Profissional mantiveram uma média de 3 candidatos por vaga, resultando na conclusão de 32 dissertações durante o período. Além disso, foram oferecidos 4 cursos de pós-graduação lato sensu: MBA em Gestão de Projetos e Processos Organizacionais, MBA em Tecnologia e Inovação, MBA em Engenharia e Negócios, e MBA em Gestão de Design, com um total de 65 matriculados ao longo do ano. No campo das atividades de extensão, foram promovidos 13 eventos, incluindo minicursos e oficinas. Destaca-se também a publicação de 108 artigos em periódicos científicos, 115 resumos completos em anais de eventos acadêmicos, 17 capítulos de livros e 4 livros autorais. O XVIII Simpósio dos Mestrados Profissionais foi realizado.

O CEETEPS promoveu a Mobilidade Acadêmica Internacional, enviando 333 alunos e 15 docentes e/ou funcionários, em 2023, para realizar intercâmbio cultural em países como Inglaterra e Irlanda. Esse programa de intercâmbio cultural tem o objetivo de incentivar o aprimoramento da formação acadêmica, especialmente no domínio da língua estrangeira, proporcionando aos estudantes uma experiência de estudo e imersão cultural que desenvolve suas habilidades e competências interculturais, garantindo assim uma melhor formação e inserção no mercado de trabalho. Além disso, foram oferecidos programas de mobilidade presenciais, como o ICIF (Concurso de Gastronomia realizado em parceria com o Italian Culinary Institute for Foreigners), Top Espanha (programa de mobilidade internacional do Santander Universidades para realização de cursos na Universidade de Salamanca), CCI (Community College Initiative - programa do Departamento de Estado dos Estados Unidos que oferece bolsas de estudo em Faculdades Comunitárias por cerca de 10 meses para estudantes de cursos superiores em áreas específicas), ELAP (Emerging Leaders in the Americas

Program), Atração de Talentos (Graduação e Mestrado), PROMAIPS (Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional Paula Souza) que facilita a continuidade dos estudos em instituições estrangeiras para os estudantes das Fatecs, Programa Expanish, SUSI (Study of the U.S. Institutes for Student Leaders), Short Term Program (cursos ministrados completamente em inglês, com a participação de estudantes de instituições estrangeiras parceiras e estudantes da Fatec), Curso de Gestão Empresarial em EaD, Rotary (com o recebimento de 15 alunos estrangeiros de intercâmbio de diversos países) e Tech Tour (atendendo a 13 alunos estrangeiros). Na modalidade de mobilidade virtual, destacam-se o eMOVIES (Espaço de Mobilidade Virtual no Ensino Superior), Inilatmov+ (Iniciativa Latinoamericana para a Internacionalização de la Educación Superior), Procin (Programa de Aprendizagem Colaborativa).

No que diz respeito aos investimentos nas Unidades Escolares, durante o ano de 2023, foram alocados R$ 5.601.961,08 para obras de construção e R$ 49.325.335,53 para obras de reforma. Um total de 51 projetos de construção e reforma foram elaborados, abrangendo áreas como arquitetura, elétrica, hidráulica e estrutura. Dessas, 39 projetos foram destinados às Etecs, sendo 10 para construção e 29 para reformas, e 10 projetos foram direcionados às Fatecs, com 3 para construção e 7 para reformas. Além disso, outros 2 projetos de reforma foram realizados para a Administração Central. Ao longo do Estado de São Paulo, foram fiscalizadas 182 obras. No total, 6 novas unidades de ensino foram implantadas, de acordo com o planejamento do Plano de Expansão Técnico e Tecnológico do CEETEPS.

As ações de incentivo à Inovação Tecnológica foram realizadas no âmbito de três programasprincipais: Programa Agentes de Inovação, Programa Trilha de Empreendedorismo e Inovação e Programa Professor Empreendedor. O Programa Agentes de Inovação contou com 49 agentes em 2023, os quais promoveram nas unidades de ensino a cultura do empreendedorismo e da inovação, buscando integrar atividades acadêmicas com os desafios da sociedade para o desenvolvimento de novas tecnologias por meio da realização de eventos. Ao todo, foram realizados 548 eventos,capacitando 9.031 pessoas em cursos de gestão da inovação. Essas pessoas incluem 7.036 alunos (5.554 da Etec e 1.482 da Fatec), 1.554 professores (1.259 da Etec e 295 da Fatec), 176 diretores e funcionários, além de 265 pessoas externas. Um total de 3.211 alunos participaram de hackathons, enquanto 238 docentes e diretores das unidades atuaram como mentores nos hackathons promovidos. Além disso, 296 professores estão cadastrados no hub de competências para atuar em projetos de PD&I com empresas. O Programa Trilha de Empreendedorismo e Inovação é um programa de extensão oferecido à população de São Paulo, com o objetivo de auxiliar pessoas interessadas em empreender a transformar suas ideias em negócios inovadores. Esse programa é composto pela Escola de Inovadores, que teve 41.585 inscritos em 2023, pelo Vitrine Inova CPS, o qual concluiu 44 projetos e criou 11 CNPJ, sendo que 2 desses projetos foram incubados no Parque de Inovação Tecnológica de São José dos Campos e na USP, e pelo Acelera Inova CPS, que criou 17 CNPJ e acelerou/incubou 8 projetos por meio do Programa Centelha da Fapesp. No Programa Professor Empreendedor, foram desenvolvidos projetos em diversas áreas, tais como: Agrárias, Arquitetura e Urbanismo, Desenvolvimento Social, Design, Educação, Energia Renovável Solar, Gastronomia e Alimentação, Gestão e Negócios, Meio Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, Saúde e Bem- estar, Serviços Técnicos Especializados e Tecnologia da Informação.

No que diz respeito às parcerias com setores público e privado, o CEETEPS celebrou, em 2023, um total de 355 acordos, que incluem convênios, acordos de cooperação, termos de contratos de doação e convênios com agentes de integração, entre outros. Ao final do ano, havia um total de 650 acordos em vigor.

Desde 2020, o CPS tem implementado o seu Programa de Compliance, que pode ser acessado em seu site oficial. Durante o ano de 2023, foram realizadas ações constantes de conscientização, com destaque para a disseminação de informações sobre a proteção de dados pessoais. Um treinamento específico sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e proteção de dados foi ministrado para 17 pessoas envolvidas nas atividades-fim do CEETEPS.

PROGRAMA 1043 ENSINO PÚBLICO SUPERIOR

CES-COORDENAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Observatório do Ensino Superior do Estado de São Paulo: Celebração do 1° termo de aditamento ao Contrato SDE n° 021/2022, que objetiva a Infraestrutura virtualizada On-Premises (IaaS) Avançada, Certificado SSL Standard – OV (Raiz Internacional), Nuvem Pública com Serviços de Suporte Avançado e Plataforma como serviço – Paas Middleware e os Serviços de Desenvolvimento para Implantação e Sustentação do Portal Dinâmico das Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado de São Paulo.

Tratativas com a UNESP: Celebração do 2° termo de aditamento ao Convênio n° 002/2020, que objetiva alteração das partes (concluído).

Tratativas com a Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba: Celebração do 1° termo de aditamento ao Convênio n° 003/2022, que objetiva a reforma e troca do telhado da Fundação de Ensino (concluído).

Tratativas com a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo: Celebração do 1° termo de aditamento ao Termo de Fomento n° 003/2022, que objetiva a reforma e troca do telhado da Fundação de Ensino (concluído).

Tratativas com a FAMERP: Abertura de Novos Cursos de Graduação para a FAMERP (em andamento); autorização para contratação de 14 docentes para FAMERP (em andamento); alterações na Lei Complementar n° 1.042 de 14/04/2008 para FAMERP (em andamento).

Tratativas com a FAMEMA: Celebração do 6° e 7° termos de aditamento ao Termo de Colaboração SDE/FAMEMA/FAMAR para a manutenção das atividades de ensino de pesquisa e de extensão universitária (concluído); solicitação de afastamento de servidores da FUMES (em andamento); resultado dos Indicadores de Bonificação por Resultados da FAMEMA 2022 (em andamento).

USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A Universidade de São Paulo, autarquia especial vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, é responsável por um conjunto de três programas orçamentários a saber: a) 1039 – Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica; b) 0930 – Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP e; c) 1043 – Ensino Público Superior. A execução desses programas está distribuída em sete *campi* universitários nas cidades de São Paulo, Ribeirão Preto, São Carlos, Piracicaba, Pirassununga, Lorena e Bauru. Além disso, a USP também está presente nas cidades de Santos e São Sebastião, respectivamente, com o curso de Engenharia do Petróleo da Escola Politécnica e com o Centro de Biologia Marinha (CEBIMar).
O programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica é composto apenas pela ação 5292 – Manutenção da Educação Profissional Técnica e tem por objetivo manter a oferta de educação profissional em todas as suas modalidades, atendendo à demanda crescente por mão-de-obra qualificada dos diversos setores econômicos do Estado de São Paulo, por meio da manutenção do Colégio Técnico de Lorena (COTEL), vinculado à Escola de Engenharia de Lorena (EEL), o qual conta atualmente com 120 alunos matriculados.
As ações executadas pela USP no âmbito do Programa 0930 Atendimento Integral e Descentralizado no SUS no Estrado de São Paulo já foram acima relatadas (5274 – Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial no Hospital Universitário e 5276 – Procedimentos de Alta Complexidade nas Áreas de Anomalias Craniofaciais/Deficiência Auditiva no “Centrinho” em Bauru).
Produto: Produção Hospitalar (procedimentos realizados) – 104.793.

Por fim, o programa de Ensino Público Superior destina-se a manter e ampliar a oferta de vagas e cursos superiores em áreas estratégicas, bem como o suporte à pesquisa científica e tecnológica, aperfeiçoando constantemente a qualidade da formação em graduação e pós-graduação. Compõem esse programa as seguintes ações e metas realizadas em 2023:

- **1151 – Adequação da Estrutura Física**
- *Produto: m² de áreas novas ou reformadas- 12.788;*
- **2607 – Pesquisa Desenvolvimento e Inovação**
- *Produto: Publicações Indexadas por Docente em RDIDP – 2,9 e Número de Pedidos de Patentes no INPI – 44;*
- **5297 – Atividades em Museus da USP**
- *Produto: Visitantes em Exposições e Mostras do Acervo – 555.085;*
- **5304 – Ensino de Graduação**
- *Produtos: Alunos matriculados – 59.216; Alunos Concluintes – 8.281 e Alunos Ingressantes – 11.147;*
- **5305 – Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa**
- *Produtos: Alunos Matriculados nos Cursos de Pós-graduação – 37.934 e Mestres e Doutores Titulados no Ensino Superior – 5.260;*
- **5306 – Extensão Universitária, Difusão Cultural e Prestação de Serviços à Comunidade**
- *Produto: Alunos Matriculados em Cursos de Extensão – 21.922;*
- **5312 – Restaurantes Universitários**
- *Produto: Refeições Servidas – 5.093.022;*
- **5787 – Políticas de Permanência e Formação Estudantil**

Produto: Bolsas e Demais Auxílios Concedidos – 15.000;

Dentre as ações mencionadas acima, cumpre destacar que a Política de Permanência e Formação Estudantil da USP, além das bolsas e auxílios pagos diretamente aos alunos, engloba também uma série de outras formas de apoio como, por exemplo, vagas em moradia, refeições gratuitas ou subsidiadas nos restaurantes, atendimento médico e oportunidades de estágio, as quais atingiram um montante de quase R$ 380 milhões em 2023.

UNICAMP UNIVERSIDADE DE CAMPINAS

Em 2023 a Unicamp contava com 37.619 alunos matriculados em 65 cursos de graduação e 168 de pós-graduação nos *campi* de Campinas, Piracicaba e Limeira. Nossos 1.724 docentes, 99% doutores e 94% atuando em regime de dedicação exclusiva, mantiveram-se na liderança nacional da produção *per capita* de artigos científicos em revistas internacionais indexadas. No ensino técnico, 3.014 alunos estavam matriculados nos 35 cursos dos Colégios Técnicos de Campinas e Limeira, nas áreas de infraestrutura e tecnologia; ambiente, saúde e segurança; produção alimentícia; gestão e processos industriais e informação e comunicação.

ENSINO: Acesso. Em 2023, pelo quinto ano consecutivo, 3.332 alunos ingressaram por diferentes formas. Após medida aprovada pelo Conselho Universitário em 2017, passamos a utilizar diversas formas de ingresso, ampliando a inclusão nos cursos de graduação. Pelo vestibular, em 2023, foram 2.642 estudantes. Pela modalidade Enem-Unicamp, foram 516 estudantes. Outros 59 ingressantes utilizaram o desempenho em olimpíadas e competições de conhecimento (Vagas Olímpicas). Já pelo Vestibular Indígena 2023, foram matriculados 115 estudantes.

Cotas**.** Pelo quinto ano, a Unicamp reservou um mínimo de 25% das vagas disponíveis para candidatos autodeclarados pretos e pardos no vestibular. Do total de matriculados em 2023, 33,1% se declararam pretos ou pardos (1.104 estudantes).

Inclusão**.** A Unicamp também oferece pontuação extra a candidatos oriundos da rede pública. Dos ingressantes em 2023 (46,9%, 1.563 estudantes) vieram da escola pública.

Pós-Graduação**.** Com 43% dos alunos concentrados na pós-graduação, a Unicamp registrou, em 2023, 912 dissertações de mestrado e 726 teses de doutorado defendidas. Dos 150 cursos de pós-graduação avaliados pela Capes no último ciclo quadrienal (2017-2020), 129 (86%) tiveram notas de 5 a 7 (“muito bons” ou “excelentes”). A Unicamp tem 73 cursos nesta faixa (49% das pós-graduações avaliadas).

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: Produção científica. De acordo com levantamentos realizados juntos às bases Web of Science (WOS) e Scopus, que monitoram milhares de revistas internacionais especializadas, a produção científica da Unicamp confirma a tendência de crescimento iniciada em 2002. Em relação a 1989, ano da conquista da autonomia, há notável crescimento de produtividade, com aumento de 0,2 para 3,45 artigos per capita/ano.

Inovação tecnológica. A Agência de Inovação Inova Unicamp, nosso Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), recebeu 107 comunicações de invenção entre janeiro e dezembro de 2023, mês no qual o portfólio de patentes da Unicamp alcançou o patamar de 1308 patentes em vigor. Em parcerias de transferência de tecnologia para empresas, no mesmo período, 25 contratos de tecnologia tiveram

início de vigência, totalizando, ao fim de dezembro de 2023, 202 contratos de tecnologia ativos. Em relação à pesquisa e desenvolvimento (P&D) em colaboração com empresas no ano de 2023, foram assinados 75 convênios durante o ano. No Parque Científico e Tecnológico da Unicamp há 52 empresas, entre grandes empresas, startups e incubadas, que mantêm no total 685 postos de trabalho, 65% deles em P&D. Nos empreendimentos criados por ex-alunos ou docentes, estão cadastradas 1.387 empresas-filhas na base da Inova, 1.156 delas ativas no mercado. Juntas, elas geram 47 mil empregos diretos, com um faturamento de R$25,9 bilhões/ano.
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: As ações executadas pela UNICAMP no âmbito do Programa 0930 Atendimento Integral e Descentralizado no SUS no Estrado de São Paulo já foram acima relatadas.

UNESP-UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Os programas executados em 2023 pela UNESP foram os seguintes:

- 2272 - Ações Decorrentes de Emendas, Exceto Saúde
- 6351 - Apoio Técnico Adm. do Ensino Superior
- 5292- Desenvolvimento Educação Profissional Tecnica
- 1151- Adequação Estrutura Física Universidades
- 2607 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
- 5304 - Ensino Graduação nas Universidades Estaduais
- 5305 - Ensino Pós-graduação Pesq. Univ.Fac.Estaduais
- 5787- Permanência Estudantil
- 5306 - Extensão Univ. Difusão Cult. Serv. Comunidade
- 9001 - Contribuição para o Regime Previd.Servidores
- 6273- Ações de Saúde Decorrentes de Emendas

Graduação: A Unesp tem hoje 37.543 estudantes matriculados, sendo 51,8% do sexo feminino em 136 cursos de graduação, que compreendem 63 carreiras nas três grandes áreas do conhecimento (Biológicas, Exatas e Humanidades). Na última edição do Enade, dos 12 cursos enquadrados (Administração, Administração Pública, Ciências Econômicas, Direito, Jornalismo, Psicologia, Relações Internacionais, Serviço Social e Turismo), 9 obtiveram conceitos 4 ou 5, e os demais cursos, conceito 3. Já em relação ao Índice Geral de Cursos (IGC), a Unesp foi uma das 15 (2,29% do total) universidades ou faculdades brasileiras a se posicionar no patamar máximo (índice 5, em uma escala de 1 a 5). Nos últimos anos, a Universidade tem diversificado suas formas de ingresso nos cursos de graduação, aumentando as possibilidades de acesso ao ensino superior. Para o ano de 2024, foram quatro formas de ingresso para o oferecimento de 7.690 vagas: pelo Vestibular tradicional de final e de meio de ano, pelo Provão Paulista Seriado, via notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para vagas remanescentes do vestibular) e via Olimpíadas Científicas
No Vestibular Unesp 2024, inscreveram-se 67.430 candidatos, que concorreram a 6.596 vagas, distribuídas pelas seguintes cidades:

Araçatuba	126 vagas
Araraquara	764 vagas
Assis	352 vagas
Bauru	992 vagas
Botucatu	538 vagas
Dracena	70 vagas
Franca	369 vagas
Guaratinguetá	274 vagas
Ilha Solteira	265 vagas
Itapeva	66 vagas
Jaboticabal	252 vagas
Marília	400 vagas
Ourinhos	54 vagas
Presidente Prudente	529 vagas
Registro	64 vagas
Rio Claro	423 vagas
Rosana	58 vagas
São João da Boa Vista	70 vagas
São José do Rio Preto	391 vagas
São José dos Campos	108 vagas
São Paulo	185 vagas
São Vicente	72 vagas
Sorocaba	72 vagas
Tupã	102 vagas

No Provão Paulista Seriado foram oferecidas 934 vagas em diversas carreiras. Foram destinadas de 10% (cursos mais procurados) a 30% (cursos menos procurados) das vagas de cada curso de graduação de acordo com a proporção de preenchimento das vagas nos últimos vestibulares. Para o ingresso via Olimpíadas Científicas, foi destinado um número recorde de 457 vagas adicionais, em um processo seletivo que considerou 65 olimpíadas do conhecimento regionais, nacionais, ibero-americanas ou internacionais. Além disso, o vestibular do meio do ano da Unesp, realizado até 2018, será retomado para meados de 2024, com oferta de 160 vagas nos cursos de graduação da Faculdade de Engenharia do campus de Ilha Solteira.

Pós-Graduação: Em 2023, a Unesp registrava 139 programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 115 programas acadêmicos e 24 programas profissionais. Ao final de novembro deste mesmo ano, esses programas somavam 13.027 estudantes matriculados e 2.686 docentes credenciados. Até 29 de novembro, foram defendidas e publicadas nesses programas 3.153 dissertações ou teses. Em 2023, foram oferecidas 6 disciplinas compartilhadas entre os programas de pós-graduação da Unesp, em um total de 12 turmas. Atualmente, 474 estudantes estão matriculados nessas disciplinas, que versam sobre Ações extensionistas e seus impactos na Pós-graduação; Arte e prática da redação científica; Cidadania, gênero e diversidade; Plataforma Lattes; Estratégias de leitura e escrita acadêmica em língua inglesa.

Pesquisa e Produção Científica: Ao longo de 2023, docentes e pesquisadores atuaram em mais de 10.690 publicações na forma de artigos, livros e capítulos de livros, partituras e traduções. Segundo a plataforma SciVal, da Clarivate, considerando apenas os artigos científicos, foram 4.620 publicações até 27 de novembro deste ano. Em relação às agências de fomento, foram iniciados, neste ano, 1.592 auxílios ou bolsas provenientes da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), com destaque para a aprovação de uma proposta na modalidade Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPID) no valor de R$ 44 milhões. Além disso, a Unesp teve R$ 10,7 milhões em projetos aprovados pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), braço de fomento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) Unesp recebeu 2.877 propostas e chegou ao marco de 1.458 bolsas, em 2023, além de ter sido selecionado pelo Ministério da Igualdade Racial, em parceria inédita com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para o oferecimento de cota adicional de bolsas PIBIC Ações Afirmativas. Foram concedidas 12 bolsas de estudo de Iniciação Científica para realização de pesquisa no exterior. Além disso, o PIBIC Júnior, voltado para alunos do Ensino Médio, recebeu, em 2023, um número recorde de submissões e teve o número de bolsas aumentado em 108%, passando a atender 671 estudantes.

Inovação: Em 2023, a Agência Unesp de Inovação (AUIN) alcançou a expressiva marca de 1.001 ativos de propriedade intelectual, sendo 605 patentes registradas, 218 programas computados, 129 marcas, 30 modelos de utilidade e 19 desenhos industriais. Pela primeira vez na história da Unesp, a agência registrou cultivares agrícolas (batata-doce fortificada para o combate a insuficiência de vitamina A) desenvolvidos nos laboratórios da Universidade e licenciados para cultivo em grande escala. Houve ainda um esforço em aproximar a Agência das empresas-filhas da Unesp, totalizando 200 companhias próximas à AUIN.

Internacionalização: Em 2023, a Unesp foi apontada como a melhor universidade brasileira com menos de 50 anos, pelo ranking britânico Times Higher Education. Já o ranking global QS World University Ranking colocou a Universidade no 419º lugar, a sua melhor posição desde que começou a figurar no levantamento, em 2012. Em uma amostra restrita apenas à América Latina, o mesmo ranking colocou a Unesp entre as top 10 da região. O ranking Leiden Ranking trabalha exclusivamente com informações de produtividade e impacto das pesquisas, onde a Unesp foi classificada na 56ª posição mundial, entre as mais de 1.400 instituições avaliadas com mínimo de 500 publicações entre 2018-2021, o que representa 42.6% do total. O levantamento da edição de 2023 colocou a Unesp como a 137ª instituição que mais publica artigos científicos em inglês no mundo e segunda na América do Sul. O levantamento tem como referência as informações disponibilizadas pela base de dados Web of Science, da Clarivate Analytics. As atividades de internacionalização da Unesp possuem diferentes estratégias e abordagens que visam aumentar as cooperações internacionais. Somente neste ano, entre acordos/anexos e convênios específicos com instituições no exterior temos 125 processos, que formalizam as parcerias internacionais e viabilizam a participação nos projetos de agências do exterior. Hoje os projetos vigentes somam 700.000 euros, e correspondem principalmente ao Erasmus 2023, Horizonte Europa e verba do USDA dos EUA. Em 2023, a Unesp enviou 73 alunos de graduação ao exterior, sendo nove deles estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que participaram de um intercâmbio de seis meses na Universidade de Granada, Espanha, e mais nove alunos enviados para países de língua inglesa. Ambas as iniciativas em parceria com a Coordenadoria

de Permanência Estudantil. Na outra ponta, a Unesp recebeu 149 alunos estrangeiros. Uma solução menos custosa para promover a experiência internacional é o fomento à mobilidade virtual internacional, que neste ano contou com 28 atividades colaborativas realizadas online entre alunos de universidades no exterior e alunos da Unesp, que ficarão registradas nos históricos escolares como atividade de internacionalização realizadas durante o curso de graduação.

Recursos Humanos: Em 2023, a Unesp apresentou em seu quadro de professores o total de 3.450 docentes ativos, todos com pelo menos um doutorado. Destes, 119 atuam diretamente no ensino médio e técnico, 366 são professores substitutos para atender à demanda de ensino, 43 são pesquisadores e 2.922 são docentes com doutorado que atuam no ensino, pesquisa, extensão e administração. Além disso, o corpo docente tem recebido o apoio de 706 pesquisadores em pós-doutoramento, os quais auxiliam na manutenção das publicações e acompanhamento das pesquisas. Em relação ao regime de contratação: dos 2.922 docentes ativos, 2.767 estão em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) e 155 em Regime de Turno Parcial (RTP) + Regime de Turno Completo (RTC). Com relação ao número de servidores técnicos-administrativos, atuam na Unesp 5.362 servidores que dão suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão universitária, além da gestão administrativa das Unidades. Desse montante, 302 foram contratados em 2022 e 535 em 2023. A Unesp tem ainda 7.474 servidores aposentados (sendo 5.000 técnico-administrativos e 2.747 docentes) que são mantidos com recursos próprios.

Permanência e Inclusão: Em 2023, a Unesp disponibilizou uma dotação recorde de R$ 56,9 milhões para o programa de Permanência Estudantil, aumento de 48% em relação ao orçamento de 2022. Os auxílios socioeconômicos foram aumentados para R$ 500, o auxílio aluguel para R$ 350 e o subsídio alimentação para R$ 300. Houve também modificações de cunho político como a possibilidade de um mesmo aluno acumular auxílios de permanência estudantil com bolsas acadêmicas e de estágio remunerado. Neste ano, foram contemplados 1.262 estudantes que ingressaram no Vestibular pelo Sistema Universal e mais 4.300 que ingressaram pelo Vestibular via Sistema de Reserva de Vagas para a Educação Básica Pública (neste sistema, 50% do total de vagas é reservado a alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública, e dessas vagas, 35% é reservada a alunos pretos, pardos e indígenas). No último ano também foram colocados em prática uma série de projetos voltados para os estudantes que recebem estes auxílios, como o Programa Livro Permanente (4708 livros distribuídos para 2354 estudantes), Programa de Bolsas Cope Conecta (330 bolsas), Bolsas Cope CCI (14 bolsas), Programa de Aprimoramento em Línguas Estrangeiras (720 vagas para cursos de inglês, espanhol e francês) e Programa de Mentoria (mais de 580 horas de mentoria em parceria com Instituto Joule).

UNIVESP - UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE S. PAULO

A Univesp conta com mais de 70 mil alunos, entre graduação e pós, e nove cursos oferecidos nos últimos vestibulares, Letras, Matemática, Pedagogia, Bacharelado em Tecnologia da Informação (BTI), Bacharelado em Ciência de Dados, Engenharia de Computação, Engenharia de Produção, Administração e Processos Gerenciais. Os cursos são realizados em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), por meio de videoaulas, bibliotecas digitais, conteúdos pedagógicos e fóruns, que garantem a interação do discente com o facilitador. Em dezembro de 2023, a universidade possui 422 polos e está presente em 368 municípios do Estado, 57% do território, que abrigam mais de 93% da população paulista.

1. Cursos Graduação: a Univesp conta com mais de 70 mil alunos de graduação, distribuídos em nove cursos: Letras, Matemática, Pedagogia, Bacharelado em Tecnologia da Informação (BTI), Bacharelado em Ciência de Dados, Engenharia de Computação, Engenharia de Produção, Administração e Processos Gerenciais.

2. Vestibular: o último processo seletivo anual com ingresso no final de julho de 2023, ofertou 25.540 vagas, destinadas a 419 polos, de 366 municípios (capital, litoral e interior) para nove cursos, com três eixos básicos de ingresso: Pedagogia, Letras, Matemática (Eixo de Licenciatura), Ciência de Dados, Tecnologia da Informação, Engenharia de Computação (Eixo de Computação), Engenharia de Produção e os novos, Administração e Tecnologia em Processos Gerenciais (Eixo de Negócios e Produção. Esse processo recebeu o maior número de inscritos da história da instituição. Foram registradas mais de 219 mil intenções e 99.631 inscrições efetivadas e preenchidas 99,9% das vagas.

3. Especialização em Educação Digital - Ação gestora para uma atuação inovadora e Ação docente **para uma atuação inovadora:** curso latu sensu em parceria com Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed). A pós-graduação foi ofertada em 2021 para professores e gestores escolares, que atuam em 74 escolas públicas de todo país, vencedoras do Prêmio Gestão Escolar 2020. O curso foi finalizado em 2023, com 89 concluintes.

4. Especialização em Processos Didático-Pedagógico para cursos na Modalidade a Distância: participam da pós-graduação alunos de mestrado e doutorado da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Universidade de Campinas (Unicamp), Universidade de São Carlos (UFScar), Universidade Federal do ABC (UFABC) e Universidade Federal Paulista (Unifesp), as três últimas aderiram à iniciativa em 2023. Os selecionados atuam como facilitadores virtuais e auxiliam os estudantes da graduação da Univesp. Ao longo do ano, foram atendidos mais de 2 mil bolsistas e, atualmente, estão matriculados 1.242 no curso.
5. Especialização em Ação Gestora em Educação Digital: curso *lato sensu* ofertado para 96 colaboradores municipais que atuam como orientadores, mediadores e secretários de polo, que não tinham uma especialização. O curso foi finalizado em dezembro de 2023, com 45 concluintes.
6. Colação de Grau: em 2023, até setembro, 4.299 alunos colaram grau (1.217 em Pedagogia, 116 Letras, 261 Matemática, 743 em Engenharia de Computação 1.486 em Engenharia de Produção, 473 em Bacharelado em Tecnologia da Informação e 3 em Biologia). As colações foram on-line, exibidas na Univesp TV. Durante o ano, ocorreram duas solenidades de formatura presencialmente.
7. Expansão: atualmente (dezembro/23) a Univesp possui 422 polos, em 368 municípios do Estado. A universidade alcança 57% do território paulista, em cidades que abrigam mais de 90% da população do Estado. Em 2023, foram assinados 3 novos acordos para implantação de polos (Santa Maria da Serra, Fernando Prestes e Analândia) e renovados outros 210.
8. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade): em 2023, 3.456 alunos da Univesp dos cursos de Engenharia de Computação (1.479) e Produção (1.977) foram convocados para participar da prova do Enade. Criado em 2004, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Enade é uma das avaliações que compõem o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).
9. Processo seletivo Simplificado para Supervisores Pedagógicos: foram abertas 33 vagas remanescentes nas áreas de Computação e afins (7), Educação Matemática e áreas afins (1), Engenharia de Computação e áreas afins (6), Letras, Linguística e áreas de Língua Inglesa (4), Matemática e áreas afins (6) e Pedagogia (9). A contratação é temporária em regime CLT por 12 meses, prorrogável pelo mesmo período, e carga horária semanal de 40 horas. Nessa chamada, 21 foram contratados.
10. Contratação de conteudistas: em 2023, foram contatados 76 conteudistas para a oferta de 147 disciplinas, além de 16 disciplinas produzidas por docentes Univesp.
11. Ofertas de disciplinas de graduação: em 2023, foram ofertadas 424 disciplinas. Dessas, 72 autoinstrucionais, 181 regulares e dependências e 171 regulares com equivalência.
12. Estágio Obrigatório: em 2023, tivemos 18.063 alunos que concluíram o estágio obrigatório e 8.710 alunos realizam estágio obrigatório.
13. Estágio Não-Obrigatório: este ano, 1.917 alunos concluíram o estágio não obrigatório e 1.516 alunos realizam estágio não-obrigatório.
14. Sistema de Provas: em outubro ocorreu a contratação do Sistema de provas. Este ano, foram realizadas 538.999 provas.
15. Reconhecimentos de cursos pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP): foram publicados os reconhecimentos dos cursos de Bacharelado em Tecnologia da Informação, Bacharelado em Ciência de Dados e Licenciatura em Letras, todos pelo prazo máximo de 3 anos, e também foram renovados os reconhecimentos do curso de Matemática e de Pedagogia (automaticamente), em função da obtenção do conceito igual ou superior a 4 no Enade. Os cursos de Engenharia de Produção e de Engenharia de Computação são reconhecidos desde 2018 e foram renovados até 2026. Os cursos de Administração e Tecnologia em Processos Gerenciais ainda não completaram o período necessário para o início do processo.
16. Recredenciamento Institucional Ead no MEC: o parecer Nº CNE/CES 303/2023 atribuiu conceito quatro (Conceito Final Faixa) e a indicação de recredenciamento por um período de oito anos para a universidade. Neste momento, o processo encontra-se aguardando homologação final.
17. Novo convênio com a Fundação Padre Anchieta (FPA): o convênio vigente, assinado em 29 de março de 2022, irá até o dia 31/03/24. O documento prevê a produção de programas de estúdio, material de apoio, bem como gravações externas para televisão e internet e exibição televisiva em canais digitais abertos para diversas regiões do Estado de São Paulo. Em 2023, foram gravados os programas “Libras para todos”, “Explica Univesp” e os novos programas “Open Univesp”, “Cursinho Univesp” e “Inspira Univesp”. A emissora também lançou o documentário “Amazônia do macro ao Micro”. Foi iniciada a transmissão por meio do novo Encoder HD.

18. Termo de Cooperação com a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC): até janeiro de 2023, a Univesp deu continuidade ao termo assinado entre a SEDUC, Univesp e Fundação Padre Anchieta (FPA). A iniciativa disponibilizou 8 horas da grade da Univesp TV para transmissão de conteúdos audiovisuais aos estudantes de ensino fundamental, em decorrência das medidas de restrições e ações de enfrentamento à disseminação do vírus COVID-19.
19. Todas In Rede: continuidade na parceria da Univesp com a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O Programa é responsável pela elaboração e gestão do Curso de Atendimento da Mulher com Deficiência Vítima de Violência, cujo público-alvo é composto de profissionais da Rede de Proteção como: Promotores, Delegados, Técnicos, Profissionais que atuam nas Delegacias de Defesa da Mulher (no Estado de SP, temos 134 Delegacias) e demais Delegacias Especializadas. Em 2023, foram ofertadas mais de 800 vagas.
20. Curso Introdução Libras para todos: em 2023 ofertamos mais uma vez curso Libras para todos, num total de 350 vagas ofertadas para a equipe, que atuam na sede e nos polos.
21. Termo de Cooperação Núcleo Softex: em setembro de 2023, foi assinado termo para a oferta de 800 vagas destinadas a alunos da instituição, em cursos no TrendsIT – Capacitação & Residência, ação do Ministério da Ciência e Tecnologia, com realização do Núcleo Softex Campinas e coordenação do Softex Nacional. O programa oferece capacitação e conteúdos gratuitos voltados para quem pretende ingressar ou buscar novas oportunidades no mercado de trabalho, além de residência em empresas parceiras e bolsas de ajuda de custo para futuros desenvolvedores de software. Foram inscritos 2.500 alunos da Univesp, selecionados 800, que ainda estão em curso.
22. Acordo de Cooperação com a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD): as instituições firmaram em novembro de 2023, acordo para a implementação de políticas públicas de inclusão que garantam maior acessibilidade às pessoas com deficiência. Entre as iniciativas previstas, estão a produção de pesquisas, desenvolvimento de projetos e atividades como cursos, palestras, eventos, seminários e workshops; inclusão do tema na grade de conteúdo dos cursos de graduação da Univesp; disponibilização de recursos de acessibilidade para a inclusão e permanência de alunos com deficiência na Universidade; criação de artigos acadêmicos e científicos e publicações correlatas ao tema; criação e disponibilização de cursos, em diferentes níveis e modalidades, que tratem da temática; treinamento e qualificação do corpo docente e discente e dos servidores de todos os polos da Univesp por meio de cursos.
23. Termo de Cooperação com Rede de Apoio ao Ensino Superior (RedAES): em 2023 a Univesp assinou termo com as outras instituições que fazem parte do RedAEs, entre elas, Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC), Centro Paula Souza (CPS), Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (Unesp), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade de São Paulo (USP). Entre as medidas adotadas está a atuação junto a agências de fomento, ministérios, outros setores governamentais e do poder público, a promoção e coorganização de eventos científicos, o intercâmbio de docentes e de informações técnicas, acadêmicas e institucionais, o compartilhamento de disciplina e práticas desenvolvidas em espaços de formação docente e encontros periódicos entre os dirigentes das instituições. A Univesp sediou a última reunião do grupo, em 13 de novembro.
24. Convênio com a Secretaria de Políticas para a Mulher (SPMulher): as instituições firmaram em dezembro de 2023, acordo para a implementação de políticas públicas de apoio a mulher. Entre as iniciativas, está o Protocolo Não se Cale, no qual a Univesp colaborou com a estruturação e o conteúdo trabalhado pela iniciativa.
25. Campus Party Brasil 2023: a universidade participou de 25 a 30 de julho, da 15ª edição da Campus Party Brasil – CPBR15. Considerado o maior festival de tecnologia, disrupção, empreendedorismo e STEAM do mundo, o evento foi realizado no Pavilhão do Anhembi, zona norte da capital paulista. Foram disponibilizados 2.500 ingressos aos alunos da Univesp, que contou com stand próprio e oferecimento de palestras no local.
26. Congresso Brasileiro de Informática na Educação - CBIE 2023: a Univesp coordenou o workshop "Estratégias Transformadoras e Inovação na Educação" e mesas redondas, no XII Congresso Brasileiro de Informática na Educação (CBIE 2023), que aconteceu de 6 a 10 de novembro, em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Foram submetidos 45 trabalhos, sendo que 14 foram selecionados e apresentados no evento.
27. Cursos de pós-graduação *stricto sensu* em parceria com a Unicamp e Unesp: em novembro de 2023 foi assinado convênio para a implantação do curso "Mestrado profissional em educação digital". O conteúdo será desenvolvido pelas três unidades parceiras. Previsão de início em 2024.

FAMEMA-FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA

DIRETORIA DE GRADUAÇÃO - FAMEMA - 01/2023 a 12/2023

A Faculdade de Medicina de Marília (Famema) oferece, anualmente, 80 vagas para o curso de Medicina, com duração de 6 anos e 40 vagas para o curso de Enfermagem, com duração de 4 anos. A Famema nos 06 (seis) anos para o curso de Medicina totaliza 480 vagas anuais, as quais no ano de 2023, mesmo com os movimentos de matrícula (licenças médicas, afastamentos, desistências,trancamentos de mátriculas, reprovas) manteve preenchidas as mesmas de forma integral, tendo desta maneira, atingido a meta proposta. O número de concluintes foi de 77 estudantes e, não oitenta, comoproposto, em razão da movimentação das matrículas já mencionadas acima.O curso de Enfermagem nas 4 séries, totaliza 160 vagas anuais. No ano de 2021, ocasião da pandemia, observou-se uma brusca diminuição no número de candidatos no vestibular, o que acarretou no não preenchimento das40 vagas oferecidas, embora todos os candidatos classificados tenham sido chamados. Em função deste fato, a soma total de estudantes no ano de 2023 não atingiu a proposta. Acredita-se que a partirdeste ano de 2024 a situação seja resolvida. A Famema, na tentativa de manter o maior número possível de vagas ocupadas, vem estabelecendo estratégias para atingir o total de vagas disponibilizadas. Para isto, a partir de 2023 a Famema fez adesão ao SISU – Sistema de Seleção Unificada (nota do ENEM), para oferecer acesso às vagas no Curso de Enfermagem. Tal estratégia resultou na matrícula de 06 (seis) estudantes, ou seja, foi possível preencher as vagas disponibilizadas pelo SISU. Outra estratégia de permanência foi o trabalho realizado junto ao NUADI (Núcleo de Apoio ao Discente), a oferta de atendimentos em saúde mental, psicopedagógicos e assistência social aos estudantes da Famema, buscando estimular e fortalecer recursos individuais e comunitários que propiciem o bem-estar e a permanência do estudante até o término da graduação oportunizando assim o alinhamento com o objetivo estratégico da Famema que é “Garantir a formação de profissionais que atendam às necessidades da sociedade”. Como política institucional de inclusão social a Famema implantou desde 2015 o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista – PIMESP garantindo que 15% (quinze por cento) das vagas dos cursos de Medicina e Enfermagem sejam ocupadas por candidatos que cursaram integralmente o Ensino Fundamental e Médio em Escolas públicas ou a Educação de Jovens e Adultos em Escolas Públicas – EP. Dentro dos 15% (quinze por cento) do número total de vagas da Famema destinadas ao PIMESP são contempladas 35% (trinta e cinco por cento) das vagas para candidatos egressos de escolas públicas que se autodeclaram como Pretos, Pardos ou Indígenas – EP PPI.

No ano de 2023, a Famema organizou o XVI Fórum de Desenvolvimento Institucional com o tema “Fortalecendo a Famema: caminhando na inovação”, que é o espaço para discussão, compreensão e proposição de ações institucionais e o VII Simpósio “Compartilhando Vivências dos Estudantes nos Cenários da Atenção Básica”, eventos que contaram com a participação de diretores, professores, estudantes, funcionários da Famema, além de parceiros como representantes do HCFAMEMA e da Secretaria Municipal de Saúde. A Famema, no ano de 2023, cadastrou-se junto ao Sistema de Acreditação das Escolas Médicas (SAEME), solicitando a acreditação do curso de Medicina, com o objetivo do reconhecimento formal da qualidade de serviços oferecidos pela instituição. Esse sistema é reconhecido pela “World Federation of Medical Education”, o que favorece o acesso às instituições estrangeiras aos estudantes graduados pela Instituição credenciada. A Famema já passou por todas as fases da acreditação e aguarda o parecer final do SAEME. No que diz respeito à permanência estudantil, o Programa Bolsa Auxílio Permanência – PBAP-FAMEMA, voltado aos estudantes de graduação da FAMEMA em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o qual favoreceu 71 estudantes durante o ano de 2023. Foi realizado concurso público para provimento de cargo de professor, oferecendo 75 vagas distribuídas em 58 disciplinas, tendo sido classificados 35 professores entre assistentes mestres e adjuntos doutores, e tomaram posse 17 professores até o final do mês de dezembro de 2023.

DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – FAMEMA - 01/2023 a 12/2023

O quadro a seguir mostra o total de pós-graduandos matriculados nos programas *Stricto* e *Lato sensu* da Famema em 2023.

ALUNOS MATRICULADOS NA PÓS-GRADUAÇÃO em 30/12/2023	
Especialização em Psicoterapias	10
Residência Médica	193
Residência Multiprofissional	45
Programa de Pós-graduação em Ensino em Saúde - Mestrado Profissional	30
Programa de Pós-graduação em Saúde e Envelhecimento-Mestrado Acadêmico	25
TOTAL	303

Programas de Pós-graduação - *Stricto Sensu* - em Ensino em Saúde - Mestrado Profissional (PPGES)
Área de Avaliação da Capes: Interdisciplinar
Área de Concentração do Programa: Ensino em Saúde
Linhas de Pesquisa: "Processos de ensino-aprendizagem em saúde" e "Articulação entre o ensino e o Sistema Único de Saúde"
Início do curso em 2011– conceito 3 Capes
Avaliação quadrienal 2013-2016– Conceito 3 Capes Avaliação quadrienal 2017-2020 – Conceito 4 Capes
Coordenadora do PPGES: Profa. Dra. Luzmarina Aparecida Doretto Braccialli; Vice- coordenadora: Profa. Dra. Magali Aparecida Alves de Moraes
Total de alunos regularmente matriculados em 2023

Turma	Data de início	Número de matriculados
XI	13/08/2021	15
XII	05/08/2022	15
XIII	04/08/2023	15

Qualificações ocorridas em 2023

Turma	Número de estudantes Qualificados
XI	15
XII	2

Defesas ocorridas em 2023:

Turma	Número de dissertações defendidas
XI	15
XII	1

Mestres diplomados em 2023 (defesa seguida de homologação dos títulos pelo conselho do PPG)

Turma	Número de dissertações defendidas e homologadas
XI	15

Programa de Pós-graduação em Saúde e Envelhecimento - Mestrado Acadêmico (PPGSE)
Área de Avaliação da Capes: Interdisciplinar
Área de Concentração do Programa: Saúde e Envelhecimento
Linhas de pesquisa: "Educação e cuidado à saúde no ciclo da vida" e "Aspectos biológicos e clínicos do binômio saúde-doença no processo de envelhecimento"
Início do curso em 2012–conceito 3 Capes
Avaliação quadrienal 2013-2016– Conceito 4 Capes; Avaliação quadrienal 2017-2020– Conceito 4 Capes
Coordenadora do PPGSE: Profa. Dra. Maria Angélica Spadella Santos; Vice-coordenador: Prof. Dr. Agnaldo Bruno Chies

Total de alunos regularmente matriculados em 2023:

Turma	Data de início	Número de Matriculados
XII	03/03/2023	15
XI	04/03/2022	15

Qualificações ocorridas em 2023:

Turma	Número de estudantes Qualificados
XI	14
X	2

Defesas ocorridas em 2023:

Turma	Número de dissertações defendidas
XI	1
X	11

Mestres diplomados em 2023 (defesa seguida de homologação dos títulos pelo conselho do PPG)

Turma	Número de dissertações defendidas e homologadas
IX	3
X	11

Pós-graduandos bolsistas em 2023

Turma	Bolsa	Vigência	Número de bolsistas
XI	Demanda Social Capes	24 meses	5
XII	Demanda Social Capes	24 meses	6
XII	Programa de Consolidação de PPG Acadêmico	24 meses	2
III	Programa de Pós-doutorado Estratégico - CAPES	24 meses	1

Programas de Pós-graduação - Lato Sensu

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA - COREME

Coordenador da Comissão de Residência Médica (COREME): Prof. Dr. Ricardo Shoiti Komatsu

A Comissão de Residência Médica (COREME) da Famema, oferece Programas de Residência Médica em mais de 30 especialidades ou áreas de conhecimento da Medicina, promovendo o treinamento em serviço e a qualificação de médicos para inserção no Sistema de Saúde. Os programas são credenciados junto à Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), da Secretaria de Ensino Superior do MEC (SESu/MEC).

Total de concluintes da residência médica em 2023: 74

Alunos regularmente matriculados em 2023

Programa	Vagas ofertadas	Matriculados
Anestesiologia	12	12
Angiorradiologia e Cir. Endovascular	02	01
Cardiologia	04	03
Cirurgia do Aparelho Digestivo	04	01
Cirurgia Geral	21	14
Cirurgia Plástica	06	05
Cirurgia Vascular	04	04
Clínica Médica	24	24
Dermatologia	06	04
Endocrinologia	06	06
Geriatria	04	04
Ginecologia e Obstetrícia	21	15
Hematologia e Hemoterapia	04	01
Medicina Família e Comunidade	20	05
Medicina Física e Reabilitação	06	01
Medicina Intensiva Pediátrica	04	02

Neurocirurgia	05	04
Neurologia	09	09
Oftalmologia	15	15
Oncologia Pediátrica	02	01
Ortopedia e Traumatologia	24	16
Otorrinolaringologia	06	06
Pediatria	18	16
Psiquiatria	12	12
Radiologia e Diag. Por Imagem	09	08
Reumatologia	09	02
Urologia	04	02
TOTAL	261	193

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL - COREMU

Coordenadora da Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU): Profa. Dra. Danielle Abdel Massih Pio

A Comissão de Residência Multiprofissional da Faculdade de Medicina de Marília (Coremu/Famema) tem como coordenadora a Profa. Dra. Danielle Abdel Massih Pio e Vice-coordenadora Profa. Maria Cristina Martinez Capel. A Coremu subsidia os cinco programas de residências multiprofissionais: Residências Multiprofissionais em Saúde nas áreas de Saúde Coletiva, Urgência e Materno Infantil; Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental e Residência Multiprofissional em Atenção Clínica e Cirúrgica Especializada. De um total de 28 vagas ofertadas, em março de 2023 iniciaram no primeiro ano dos quatro Programas, um total de 21 residentes, com data de término para março de 2025. A maioria dos residentes que iniciou em março de 2022 passou automaticamente a R2 em março de 2023, com previsão de conclusão de 25 residentes para março de 2024. No decorrer do ano de 2023, uma residente da nutrição, matriculada como R1 solicitou sua desistência em 11/04/2023 e, 04 residentes foram aprovados em concursos públicos e solicitaram desistências, para assumirem vagas de empregos.

Residentes formados em 2023

Programa	Concluintes março/2023
Residência Integrada Multiprofissional em Saúde na área:vUrgência	01 01 concluiu em agosto/2023
Residência Integrada Multiprofissional em Saúde na área: Saúde Coletiva	01
Residência Integrada Multiprofissional em Saúde na área: Materno-Infantil	05
Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental	07
Residência Multiprofissional em Atenção Clínica e Cirúrgica Especializada	04

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOTERAPIAS DE ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA

Coordenadora do curso: Profa. Dra. Olga Aparecida Angeli

Vice coordenadora: Profa. Dra. Magali Aparecida Alves de Moraes

No decorrer de 2022 foram abertos dois editais de processo seletivo para o curso de especialização. No entanto, devido a quantidade insuficiente de inscritos foi aberto um terceiro edital em dezembro de 2022, o qual encontra-se em período de inscrições até fevereiro de 2023, com previsão de início das aulas para abril de 2023.

Total de alunos regularmente matriculados em 2023

Programa	Vagas ofertadas	Matriculados
Curso de Especialização em Psicoterapias de orientação Psicanalítica – Turma X	15	10

Comissões de Ética em Pesquisa

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP)
Identificação: Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Faculdade de Medicina de Marília – CEP/FAMEMA
Nº na Plataforma Brasil: 5413
Município: UF: Marília/SP

Coordenadora: Profa. Dra. Maria José Sanches Marin

Grupos	Situação dos projetos			Total
	Aprovados	Não aprovados	Pendentes	
I	57	0	5	62
II	0	0	0	0
III	114	2	71	187
Total	171	2	76	249

Observação: Foram enviadas ao CONEP 116 Folhas de Rosto dos projetos aprovados e não aprovados dos grupos II e III.

Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA)

Coordenador: Médico Veterinário - Milton Alves Junior
3 projetos aprovados em 2023

Eventos Realizados

XII Simpósio de Pós-Graduação e XI Seminário de Iniciação Científica do PIBIC/CNPq da Famema,com a temática: "Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Saúde", realizado nos dias 28 de novembro a 01 de dezembro de 2023.

Comitê Institucional de Iniciação Científica

Coordenador: Prof. Dr. Agnaldo Bruno Chies

Foram desenvolvidas 05 oficinas de capacitação científica para estudantes de graduação dos cursos de Medicina e Enfermagem da Famema. Os 50 participantes dessas oficinas foram selecionados por meio do edital 01/2023, proporcionalmente ao número de estudantes elegíveis por curso e série. Dessa forma, 8 vagas foram destinadas aos estudantes de Enfermagem e 42 vagas aos estudantes da Medicina. O processo de seleção contou com 104 inscritos.

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - (PIBIC/CNPQ) - FAMEMA

Coordenador: Prof. Dr. Agnaldo Bruno Chies

- Períodos de vigência das cotas institucionais de bolsas: 2022/2023 e 2023/2024;
- Período de duração da bolsa: 12 meses;
- Processo seletivo para a vigência 2023/2024: 16 inscritos para 04 vagas;
- Número de bolsistas para a vigência 2023/2024: 07

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (PIBICEM/CNPq) - Famema

Coordenador: Prof. Dr. Agnaldo Bruno Chies

- A duração da bolsa é de 12 meses;
- Períodos de vigência das cotas institucionais de bolsas: 2022/2023 e 2023/2024; Vigência 2022/2023: 05 vagas;

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Famema

Coordenador: Prof. Dr. Agnaldo Bruno Chies

No ano de 2022 existiam 10 Projetos de Iniciação Científica registrados no sistema de IC da Faculdade e no ano de 2023, esse número aumentou para 30 projetos.

GRUPOS DE PESQUISA NO CNPQ: No ano de 2023 a Famema manteve 10 grupos de pesquisa certificados pelo CNPq.

Extensão da Famema: Durante o ano de 2022 foi realizada a Institucionalização dos Programas de Extensão da Famema e, em 12/12/2022, tem-se cinco Programas: Alfa Famema, Amigos do Sorriso - Alegria na Famema, Curso Pré – Vestibular Popular da Famema, Sensibilizarte Marília - Humanizar através da arte e Severinos. Em 24 de janeiro de 2023, ocorreu a primeira reunião da Extensão Famema e os Programas de Extensão Institucionalizados. Atualmente os Programas de Extensão da Famema contam com 333 estudantes, 5 professores e 2 técnico-administrativo da Famema.

FAMERP – Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto

Relatório de Atividades 2023 – **10066**

O relatório a seguir apresenta os demonstrativos de Metas, projetos, programas e ações desenvolvidos pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto-Famerp no exercício de 2023. A FAMERP contacom 2 programas e sete ações. A execução orçamentária da FAMERP foi realizada de acordo com oobjetivo das seguintes ações:
Programa:- 930 - Ação 5274 – Assistência Médica e Ambulatorial
Programa:- 1043 -

- Ação 6351 - Apoio Técnico Administrativo
- Ação 4402 - Bolsas de Estudos Para pesquisa e Desenvolvimento
- Ação 5304 - Ensino Graduação Univ. e Facul.Est.
- Ação 5305 – Ensino Pós Graduação Pesquisa Univ.e Facul.Est.
- Ação 5306 - Extensão Universitária, Difusão Cultural e Serviço à Comunidade
- Ação 5787 - Politicas Permanência e Formação Estudantil

PROGRAMA 0930 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E AMBULATORIAL EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

Assistência Médica Hospitalar e Ambulatorial é composto por uma única ação que objetiva a implementação das atividades realizadas nos cenários de prática médica, de enfermagem e psicologia que normalmente ocorrem no hospital escola e nas unidades de saúde do município. Para garantir a execução das atividades foram entabulados convênios com o Município, e com os Ministérios da Saúde e da Educação para a implementação de programas de inserção dos alunos na rede pública desaúde, bem como a compra de materiais de uso hospitalar, contratação de serviços terceirizados e pagamento de parte da remuneração de servidores da Autarquia.

Custeio – UO - 10066

Programa	Ação	Descrição Do Programa/Ação	Previsto Empenhado	Realizado Liquidado	% De Execução	Restos A Pagar Processada
0930	55274	Assistência Médica Ambulatorial	1.149.716,53	1.055.317,73	99,3%	181.447,61

Sigeo dezembro/23

Pessoal e Reflexos – UO - 10066

Programa	Ação	Descrição Do Programa/Ação	Previsto Empenhado	Realizado Liquidado	% De Execução	Restos a Pagar Processada
0930	5274	Assistência Médica Ambulatorial	11.711.802,02	11.711.802,02	100%	4.011.602,15

Sigeo dezembro/23

Custeio – UO 48061

Programa	Ação	Descrição Do Programa/Ação	Previsto Empenhado	Realizado Liquidado	% De Execução	Pagamento de Restos
0930	5274	Assistência Médica Ambulatorial	990.279,18	834.814,39	84,3%	155.464,79

Sigeo dezembro/ 23

Pessoal e Reflexos- UO 48061

Programa	Ação	Descrição Do Programa/Ação	Previsto Empenhado	Realizado Liquidado	% De Execução	Pagamento de Restos
0930	5274	Assistência Médica Ambulatorial	12.167.732,45	12.167.732,45	100%	

Sigeo dezembro/ 23

Custeio – UO - 10066

Programa	Ação	Descrição Do Programa/Ação	Previsto Empenhado	Realizado Liquidado	% De Execução	Pagamento De Restos
1043	6351	Apoio Tecn.Adm.Ensino Superior	1.801.210,79	1.801.210,79	100%	168.379,88
	4402	Bolsas de Estudos Pesq.e Desenvolvimento	28.950,00	28.950,00	100%	18.000,00
	5304	Ensino Graduação Nas Univ. e Fac.Estaduais	46.823,19	46.823,19	100%	0,00
	5305	Ensino Pós Grad.Pesq.Univ.Fac.Estaduais	38.493,00	36.972,52	96%	3.271,57
	5306	Extensão Univ.DifusãoCult.Serv.Comunidade	23.304,76	23.304,76	100%	16.366,79
	5787	Politicas Permanência e Formação Estudantil	133.200,00	133.200,00	100%	22.400,00
	9001	Contrib.Para Regime Prev.Servidores				

Pessoal e Reflexos- 10066

Programa	Ação	Descrição do Programa/Ação	Previsto Empenhado	Realizado Liquidado	% De Execução	Pagamento De Restos
1043	5304	Pessoal/Encargos	34.739.337,27	34.739.337,27	100%	401.265,36

PROGRAMA 1043 - ENSINO PÚBLICO SUPERIOR – UO 10066

Por fim, o Programa objetiva a implementação das atividades de ensino com a remuneração dos servidores docentes, técnicos e administrativos, pagamento de bolsas de auxilio a estudantes carentes e novos pesquisadores, bem como a adequação física do campus. Houve a participação no Exame de Progresso Interinstitucional – Coordenação do Núcleo Interinstitucional de Estudos e Práticas de Avaliação em Educação Médica, a realização do NAENF - Núcleo de Apoio ao Ensino de Enfermagem - Avaliação e discussão continuada das disciplinas e dos estágios supervisionados do curso com aplicação dos instrumentos padronizados, a realização de encontros para aperfeiçoamento docente.

Também foram utilizados recursos para a inserção social dos docentes e alunos na região em diversas atividades de orientação e extensão de serviços à comunidade. Importante mencionar que todos os Programas tem sua execução destinada ao patrocínio da graduação e pós-graduação de aproximadamente
alunos, sendo:
Graduandos em enfermagem – 244
Graduandos em medicina- 477
Graduandos em psicologia- 92
Pós-graduandos Lato Sensu- 1204
Pós-graduando Stricto Sensu: 252
Introdução Relatório de Atividades 2023 – UO 48061

PROGRAMA 0930 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS NO ESTADO DE SÃO PAULO

- Ação 5274 – Assistência Médica e Ambulatorial

PROGRAMA 1043 - ENSINO PÚBLICO SUPERIOR

- Ação 6351 - Apoio Técnico Administrativo
- Ação 4402 - Bolsas de Estudos Para pesquisa e Desenvolvimento
- Ação 5304 - Ensino Graduação Univ. e Facul.Est.
- Ação 5305 – Ensino Pós Graduação Pesquisa Univ.e Facul.Est.
- Ação 5306 - Extensão Universitária, Difusão Cultural e Serviço à Comunidade
- Ação 5787 - Politicas Permanência e Formação Estudantil

Custeio – UO 48061

Programa	Ação	Descrição Do Programa/Ação	Previsto Empenhado	Realizado Liquidado	% De Execução	Pagamento De Restos
0930	5274	Assistência Médica Ambulatorial	990.279,18	834.814,39	84,3%	155.464,79

Sigeo dezembro/ 23

Pessoal e Reflexos- Uo 48061

Programa	Ação	Descrição Do Programa/Ação	Previsto Empenhado	Realizado Liquidado	% De Execução	Pagamento de Restos
0930	5274	Assistência Médica Ambulatorial	12.167.732,45	12.167.732,45	100%	

Sigeo dezembro/ 23

Custeio – UO 48061

Programa	Ação	Descrição do Programa/Ação	Previsto Empenhado	Realizado Liquidado	% De Execução	Pgto de Restos
1043	6351	Apoio Tecn.Adm.Ensino Superior	1.639.930,35	1.459.822,31	87,9%	180.108,04
	4402	Bolsas de Estudos Pesq.e Desenvolvimento	120.173,77	120.173,77	100%	
	5304	Ensino GraduaçãoNas Univ. e Fac.Estaduais	29.247,63	29.247,63	100%	
	5305	Ensino Pós	39.856,90	39.856,90	100%	
	5306	Grad.Pesq.Univ.Fac.Estaduais Extensão	86.822,99	85.830,82	95,8%	992,17
	5787	Univ.DifusãoCult.Serv.Comunidade	371.534,72	336.734,72	90,6%	34.800,00
	9001	Permanência Estudantil Contrib.Para Regime Prev.Servidores				

Sigeo dezembro/ 23

Pessoal e Reflexos - 48061

Programa	Ação	Descrição Do Programa/Ação	Previsto Empenhado	Realizado Liquidado	% De Execução	Pagamento De Restos
1043	5304	Pessoal/Encargos	26.624.149,64	26.624.149,64	100%	

Sigeo dezembro/ 23

PROGRAMA 1044 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO - FAPESP

A atuação finalística da Fapesp se dá pelo Programa 1044 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia. Ele visa apoiar as atividades científicas, tecnológicas e inovativas no Estado de São Paulo, por meio da entrega dos seis produtos adiante descritos. O total de recursos que, em 2023, compuseram a dotação atualizada da Fapesp para execução de suas atividades fins foi de R$ 2.055.582.835 dos quais foram liquidados R$ 989.417.976, ou 48,1 % daquela dotação.

Esses totais não incluem os valores da dotação atualizada nem do montante liquidado na Ação 5699 – Administração da Fapesp, que, em 2023, foram de, respectivamente, R$ 179.586.517,00 e R$ 119.911.383,37.

Para além dos compromissos já contratados, a Fapesp também assume compromissos com novas chamadas e editais a serem contratados no futuro. Trata-se de compromissos decorrentes de propostas ainda em análise e de chamadas abertas, cujos julgamentos e divulgações de resultados só ocorrerão no futuro (projetos em análise e chamadas vigentes). A Fundação realiza essas ações no âmbito de um planejamento que assegure a realização em sua plenitude das atividades de pesquisa em São Paulo, evitando exposição financeira de grande risco. A título de exemplo, a FAPESP tinha em 31/12/2023 um saldo de compromissos assumidos para os próximos anos de R$ 5,7 bilhões, entre projetos já contratados, em processo de análise ou chamadas vigentes. Observe-se que a Fapesp, como as demais agências de fomento, opera sob uma perspectiva plurianual, o que requer gestão muito própria de sua carteira de projetos e dos recursos financeiros correspondentes.

O desempenho do programa e da entrega de alguns de seus produtos, em 2023, demonstra que ainda não se superaram inteiramente os efeitos da pandemia da Covid-19. Entre esses efeitos, um dos mais relevantes foi a retração generalizada das submissões de projetos à apreciação da Fapesp, reflexo das restrições às atividades presenciais, inclusive na academia e nas empresas, e aos deslocamentos nacionais e internacionais. Cumpre salientar que, mesmo com a gradual retomada das atividades a partir de 2022 e, em consequência, do volume de submissões, elas ainda se situam abaixo do patamar do período pré-pandemia.

Logo no início da pandemia, a Fapesp tomou várias providências para adequar-se a essa realidade: a) incentivar e mesmo induzir pesquisas relacionadas à pandemia, para contribuir com o entendimento de sua dinâmica e formas de controlá-la e de combater seus efeitos; b) viabilizar a segurança e a proteção de seus bolsistas e a continuidade de suas pesquisas, facilitando o retorno ao país, dos que estavam no exterior, e flexibilizando ou ampliando o período de vigência dos projetos; e c) cuidar da adequada aplicação de seus recursos, evitando, por exemplo, despesas denominadas em moeda estrangeira em situações cambiais desfavoráveis. Como se verá adiante, tais medidas, associadas às incertezas do período, provocaram impactos diferenciados sobre a entrega dos produtos da Fapesp assignados no PPA.

Após essas respostas imediatas, a Fundação procurou implementar outras iniciativas a fim de se contrapor às circunstâncias desfavoráveis, que ainda persistiam, mesmo com a pandemia em relativo controle. Nesse sentido, adotou medidas administrativas destinadas a facilitar o acesso a seus programas, visando torná-los mais atraentes a potenciais beneficiários, sem abrir mão dos tradicionais e rígidos critérios de avaliação dos projetos que lhe são submetidos. Além disso, reviu suas prioridades, buscando incentivar ainda mais os projetos de longo-prazo, menos sensíveis às vicissitudes da conjuntura.

O resultado desses movimentos sobre o indicador de desempenho do programa foi o de levá-lo a se aproximar da meta estabelecida para 2023, mas cumprindo-a apenas em 87,7%. Pode-se afirmar, portanto, que foi positiva a resposta dos pesquisadores paulistas a esse novo desafio e que foram acertadas as iniciativas da Fapesp para superá-lo, como viabilizar a continuidade dos projetos em andamento, apoiar novas pesquisas, sobretudo em modalidades menos infensas a variações da conjuntura e redirecionar parte daquelas em andamento para temas relacionados à pandemia. Em

outros termos, o comportamento desse indicador, relacionado ao crescimento do número de publicações científicas registradas na Web of Science, atesta que os pesquisadores paulistas responderam aos estímulos da Fapesp e se adaptaram às novas condições de trabalho, mantendo o ritmo de sua produção científica. Porém, como um dos efeitos da pandemia foi a retração dos ingressos na pós-graduação e, sobretudo, das titulações, com impactos negativos na produção acadêmica e científica, tal indicador não teve o desempenho esperado. Com o retorno dos discentes na pós-graduação, é de se esperar que, com alguma defasagem temporal, esse indicador retome sua trajetória tradicional.

Em face do exposto, alguns produtos tiveram as entregas prejudicadas e certos segmentos do público-alvo da Fapesp sofreram mais intensamente os efeitos adversos da conjuntura sanitária, social e econômica por que se passou. O exemplo mais expressivo é o dos beneficiários e candidatos a bolsas no país e no exterior, que precisaram alterar seus planos em razão das restrições às atividades presenciais e às viagens internacionais (Produto 1456 - Formação de Recursos Humanos). Como isso, reduziu a demanda por bolsas de formação no país e, sobretudo no exterior, com impactos, como se destacou anteriormente, no volume das publicações científicas.

Também sofreram os efeitos adversos da conjuntura os empreendedores, pois tiveram de suspender ou adiar seus projetos de investimentos em inovação e desenvolvimento tecnológico (Produto 1455 - Projetos de Inovação em Parceria com Empresas), em face das restrições ao convívio social e das incertezas da economia. Da mesma forma, gestores de projetos de equipamentos multiusuários ou de reserva técnica institucional precisaram alterar seus cronogramas devido às dificuldades de importações de equipamentos e de prestação de contas de seu uso (Produto 1458 - Infraestrutura de Pesquisa).

Para se contrapor a essa situação, a Fapesp tomou várias iniciativas, complementares às mencionadas anteriormente, entre as quais destacam-se: i) ampliação das oportunidades de fomento para jovens pesquisadores, por meio do Projeto Geração e de Bolsa Fixação de Jovens Doutores; ii) criação de novas modalidades do PIPE, que oferecem formas adicionais de apoio às startups beneficiadas pelo programa, além de favorecer a articulação das empresas com programas já consolidados da Fundação e com investidores; e iii) direcionamento de recursos para programas mais complexos e de prazo mais longo, como os de Equipamentos Multiusuários, inclusive para preservação de acervos e coleções, dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPID), Centros de Pesquisa em Inteligência Artificial e Centros de Ciência para o Desenvolvimento (CCD).

Produto 1416 - Difusão de Informações Científicas e Tecnológicas

Uma das atribuições da Fapesp é a divulgação da ciência e da tecnologia produzida em São Paulo, razão pela qual o PPA contempla o Produto 1416 - Difusão de Informações Científicas e Tecnológicas, cujos recursos orçamentários vinculam-se à Ação 4462. Sua tradição nesse campo conferiu-lhe reconhecida credibilidade no país e no exterior e fez da Fapesp uma das mais importantes fontes de informações científicas qualificadas do Estado e do país.

Com a pandemia da Covid-19, aumentou substancialmente a procura por tais informações e a Fapesp, por meio de seus canais de divulgação, procurou atendê-la. Nos anos em que a pandemia se mostrou mais intensa, 2020 e 2021, foi excepcional o crescimento dessa demanda e, com ela, da exposição da Fapesp na mídia e do consumo de suas informações. Basta mencionar que em 2020, os canais de comunicação da Fapesp receberam mais de cinco milhões de acessos e, em 2021, mais de oito milhões. Em 2022, esse número se retraiu para 3,2 milhões e, em 2023, não chegou a 2,6 milhões (56,8% da meta do ano). Isso pode ter duas explicações: i) o relativo controle da pandemia levou ao menor interesse e consumo de informações sobre o tema; e ii) a maior exposição da Fapesp na mídia, em 2020 e 2021, fez dela uma fonte privilegiada de informações sobre ciência e tecnologia, que passou a ser usada com frequência pela imprensa, nacional e internacional. De fato, em 2023, quase 53 mil menções à Fapesp na mídia nacional e internacional foram contabilizadas, bem superior ao valor esperado naquele ano (40 mil). Assim, os interessados por esses temas passaram a dispor de tais informações de forma indireta, sem necessidade de acessar os canais da Fapesp.

A despeito disso, a Fapesp está procurando impulsionar a demanda por suas informações. Entre as iniciativas em andamento, mencionem-se: o aprimoramento de seu site na Internet; a ampliação de seu universo de leitores, intensificando o relacionamento com as escolas públicas paulistas; maior atividade nas redes sociais; e a publicação de newsletter, dirigida a formadores de opinião e autoridades públicas, para divulgar suas atividades e dos pesquisadores paulistas.

Produto 1454 - Auxílios à Pesquisa para o Avanço do Conhecimento

Este produto reúne as modalidades de apoio à pesquisa básica e aplicada vinculadas a projetos de longo e curto prazos. Entre os primeiros estão os Projetos Temáticos e dos programas Centros de

Pesquisa, Inovação e Difusão - CEPID, São Paulo Excellence Chair (SPEC), Jovem Pesquisador (JP) e Projetos Especiais, além dos auxílios à pesquisa e das bolsas a eles vinculados. Os projetos de curto prazo referem-se aos Auxílios Regulares à Pesquisa e às bolsas a eles vinculadas, além de outras modalidades de auxílios regulares, como vinda de pesquisador visitante, publicações e participação ou organização de reuniões científicas.

Esse conjunto de iniciativas, vinculadas à Ação 4452, compõe o principal produto oferecido pela Fapesp, em termos orçamentários: cerca de 67% do total liquidado. É por meio dele que a Fundação atende à demanda encaminhada diretamente pelos pesquisadores ligados às universidades e aos institutos de pesquisa sediados no Estado de São Paulo, com vistas a aprofundar conhecimentos científicos e tecnológicos em áreas de seu interesse. Esse tipo de demanda mostrou-se particularmente sensível às vicissitudes da conjuntura, razão pela qual a Fapesp privilegiou os projetos de pesquisa de longo prazo. Nos dois casos, parte expressiva dos apoios oferecidos por tal ação, como bolsas e auxílios, transcendem o próprio exercício, razão pela qual parcela importante dos recursos executados foi inscrita em restos a pagar.

Em 2023, foram superadas as metas definidas tanto no PPA quanto na LOA, para esse produto. Seus indicadores são: o número de publicações científicas vinculadas a projetos de pesquisa para o Avanço do Conhecimento e a razão entre o número de projetos de longo-prazo e o total de projetos para o Avanço do Conhecimento. Um mede os resultados científicos desses projetos e outro o peso dos projetos de longo prazo na carteira da Fapesp.

Em relação ao primeiro, registre-se que, em 2023, foram publicados mais de 15 mil artigos derivados desses projetos, contra a meta de 11,3 mil. Quanto aos projetos de pesquisa de longo prazo, chegaram a 1.033 de um total de 4.285 projetos de pesquisa para o Avanço do Conhecimento, em 2023. Logo, a relação entre eles, foi 0,26, contra a meta de 0,10, no mesmo ano. Tais resultados mostram que, a despeito das dificuldades conjunturais, a estratégia da Fapesp de priorizar os projetos de longo de prazo tem se concretizado e seus resultados, expressos no aumento da produção científica, mostraram-se claramente positivos.

Ante os bons resultados dos CEPIDs para o avanço de pesquisa em áreas estratégicas, a transferência de tecnologia e a difusão do conhecimento e considerando que os 17 centros, atualmente em atuação, entrarão, em breve, em fase final de avaliação, a FAPESP selecionará, até 2026, outros 18 CEPIDs, em seis ciclos de apresentação de propostas, divididos por grandes áreas do conhecimento. O primeiro ciclo, abrangendo pesquisas relacionadas às ciências da saúde, biológicas, agronomia e veterinária, foi lançado em 2021 e os resultados foram anunciados em 2023, com a seleção de cinco novos Centros. O segundo ciclo, para a seleção de três Centros nas grandes áreas de Ciências Humanas e Sociais, Arquitetura e Urbanismo, e Economia e Administração, recebeu pré-propostas em 2022 Em 2023, foi anunciado o terceiro ciclo de submissão de propostas, voltado para a grande área de Ciências Exatas e da Terra e Engenharias. O processo de submissão será concluído em 2024.

Também têm-se enquadrado sob esta rubrica os projetos associados ao Programa Amazônia+10. Recorde-se que essa iniciativa, liderada pelo Confap e pelo Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti), em parceria com o CNPq, apoia o desenvolvimento de projetos de pesquisa em colaboração voltados à conservação da biodiversidade e a mudanças climáticas, à proteção de populações e comunidades tradicionais, aos desafios urbanos e à bioeconomia na Amazônia. Em novembro de 2022, foi lançada a primeira chamada no âmbito desta iniciativa para estudos sobre o território, povos da Amazônia e cadeias produtivas sustentáveis, com aporte da Fapesp estimado em R$ 30 milhões. Em 2023, foi lançada a chamada de propostas em Expedições Científicas, com aporte da Fapesp estimado em R$ 12,7 milhões.

Produto 1455 - Projetos de Inovação em Parceria com Empresas

A interação entre os pesquisadores das instituições de ensino e de pesquisa e as empresas é um dos meios mais promissores para difundir os efeitos do avanço do conhecimento a toda a sociedade. Com essa finalidade, a Fapesp promove projetos de pesquisa desenvolvidos em parceria com empresas no âmbito das seguintes iniciativas: Programa de Apoio à Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica (PITE); Programa de Inovação em Pequenas Empresas (PIPE); e Centros de Pesquisa em Engenharia (CPE) e Centros de Pesquisa Aplicada (CPA).

O PITE, criado em 1995, é um dos programas pioneiros no Brasil com esse formato. Ele visa intensificar o relacionamento entre as instituições de ensino superior e de pesquisa e as empresas, por meio da realização de projetos de pesquisa cooperativos. Para tanto, o PITE oferece financiamento para projetos de pesquisa dessas instituições, situadas no Estado de São Paulo, compartilhados, técnica e financeiramente, com centros de pesquisa empresariais localizados no Brasil ou no exterior. Já o PIPE volta-se ao fomento à pesquisa inovativa em micro e pequenas empresas. Seus objetivos são: apoiar a pesquisa em ciência e tecnologia como instrumento para promover a inovação

tecnológica, o desenvolvimento empresarial e a competitividade das pequenas empresas; contribuir para aumentar o papel da pesquisa no desenvolvimento econômico e social; induzir o aumento do investimento privado em pesquisa tecnológica; possibilitar que pequenas empresas se associem a pesquisadores do ambiente acadêmico em projetos de pesquisa visando à inovação tecnológica; e contribuir para a formação e o desenvolvimento de núcleos de desenvolvimento tecnológico nas pequenas empresas e para a inserção de pesquisadores no mercado de trabalho empresarial.

A terceira iniciativa da Fapesp nesse campo procura superar um dos desafios atuais para o progresso do conhecimento: a complexidade dos problemas que se busca enfrentar. Em muitos casos, isso requer financiamento de longo prazo e abordagem interdisciplinar. Com esse objetivo, a Fapesp tem implementado vários programas, como o CPE/CPA. Ele utiliza o modelo bem-sucedido do Programa Especial CEPID (Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão) e o associa ao PITE, isto é, inclui uma empresa parceira co-financiadora da pesquisa, fortemente motivada para participar da definição dos temas focais a serem investigados, da execução dos projetos de pesquisa, e da aplicação dos resultados.

O desempenho do Programa é aferido por dois indicadores. O indicador Número de Empresas com Projetos PIPE, estabelecido no PPA, contabilizou 1.945 empresas, superando a meta em 10,1%. Mas o outro indicador, Número de Projetos de Pesquisa, não alcançou a meta de 2023, estabelecida pela LOA. A dificuldade revelada por este indicador, que atingiu 81,1% da meta, reflete ainda os impactos negativos das medidas de combate à pandemia da Covid-19 sobre grande parte das empresas, em especial as de pequeno porte, público-alvo do PIPE. Tal conjuntura adversa interrompeu ou adiou projetos de inovação, dificultando a submissão de projetos para avaliação da Fapesp. Desde aquele evento, foram tomadas várias iniciativas para impulsionar esse produto, sem alterar seu rigor técnico nesse processo. Entre elas, destaque-se a apresentação de propostas em fluxo contínuo e a criação de novas modalidades de ações no âmbito do PIPE para atrair novos tipos de empresas e de empreendedores. Os resultados dessas iniciativas foram menores do que o esperado, mas houve alguns avanços em relação aos resultados do ano anterior. De qualquer modo, novas iniciativas estão sendo experimentadas para, nos próximos exercícios, reposicionar esse produto na trajetória de sucesso interrompida com a pandemia. O desempenho da Ação 4446, à qual foram alocados os recursos orçamentários desse produto, também reflete a retração do número de projetos submetidos e aprovados pela Fapesp no PIPE.

Nesse sentido, a Fapesp tem buscado criar novas modalidades âmbito do PIPE para atrair novos tipos de empresas e de empreendedores, tais como o PIPE para Transferência do Conhecimento (PIPE-TC), o PIPE – Invest e o PIPE-Start, além de iniciativas para fortalecer a trajetória das empresas beneficiárias e aumentar suas chances de sucesso.

O PIPE-TC destina-se a apoiar a execução de pesquisa científica e tecnológica em pequenas empresas em cooperação com uma Instituição de Pesquisa Parceira. Esta será, necessariamente, instituição de ensino superior ou de pesquisa situada no Estado de São Paulo, que teria dado origem à tecnologia-base do projeto a ser apoiado. Ou seja, o PIPE-TC oferece apoio a pequenas empresas na criação de tecnologias inovadoras, voltadas ao mercado, em projetos cooperativos com a Instituição de Pesquisa Parceira. Tal programa inclui o financiamento de provas de conceito de pesquisas originadas nas instituições parceiras, de interesse de pequenas empresas, aproximando ainda mais a academia da indústria/mercado.

Já o PIPE-Invest é a modalidade voltada para empresas beneficiárias do PIPE, com alto potencial de sucesso, que procuram captar investimento privado para acelerar seu crescimento. Para essas empresas, o PIPE-Invest oferece fundos suplementares para projetos que demonstrem capacidade de atrair outro investidor privado. Nesses casos, a Fapesp se propõe a avaliar e, se aprovados, apoiar projetos com o mesmo valor aportado pelo investidor privado, desde que superior a cem mil e inferior a um milhão de reais.

A Fapesp lançou o PIPE Start com o objetivo de apoiar o processo de ideação de um produto ou processo inovador, quando a solução tecnológica ou o modelo de negócios ainda não está formatado ou validado. Essa nova modalidade tem como público-alvo potenciais empreendedores e empresas nascentes que demandem conhecimento básico sobre empreendedorismo de base tecnológica. Em chamada lançada em 2023, foram selecionadas 20 propostas de novas soluções tecnológicas, no âmbito de uma parceria da FAPESP com o Sebrae-SP.

Produto 1456 - Formação de Recursos Humanos

As bolsas regulares constituem importante instrumento de formação de recursos humanos para a pesquisa e compõem um dos elementos indispensáveis para o avanço do conhecimento. O Produto 1456 compreende a concessão de bolsas regulares para estudantes de graduação e pós-graduação, no país e no exterior, sem vínculo com auxílios à pesquisa. As bolsas no país incluem as de iniciação

científica, mestrado, doutorado, doutorado direto e pós-doutorado. Além delas, a Fapesp considera prioritário complementar a formação dos pesquisadores no exterior e, para tanto, oferece as Bolsas de Pesquisa no Exterior (BPE), em nível de pós-doutorado, e as Bolsas de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) a seus bolsistas de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado, Doutorado Direto e Pós-Doutorado, durante a vigência de suas bolsas no país.

Este foi um dos produtos mais sensíveis aos impactos da pandemia, seja porque muitas instituições de ensino superior e de pesquisa, no Brasil e no exterior, suspenderam suas atividades presenciais, postergando o início e mesmo a inscrição em seus cursos, seja porque houve várias barreiras ao deslocamento de pessoas, no país e no exterior, impedindo assim o fluxo de estudantes e pesquisadores. Por isso mesmo, o ingresso nos cursos de pós-graduação, notadamente no doutorado, retraiu-se fortemente, acompanhado pela diminuição da procura por bolsas de estudo. Tal movimento já se reverteu, mas ainda não retornou aos patamares pré-pandemia.

De imediato, a Fapesp restringiu a concessão de bolsas e auxílios, notadamente os que envolvessem deslocamentos e tomou medidas para proteger seus bolsistas, como a facilitação do regresso a sua localidade de origem dos que estivessem em situações de risco. Ao lado disso, visando manter as pesquisas desses bolsistas, a Fapesp aprovou a inclusão de aditivos e transposições emergenciais, a prorrogação emergencial da vigência de bolsas e a ampliação de prazos de apresentação de relatórios científicos e prestações de contas.

Os indicadores de produto escolhidos pela Fapesp foram além da simples contabilidade das bolsas concedidas. No caso do PPA, procurou relacionar essa quantidade com sua conclusão após quatro anos (considerando apenas as bolsas de doutorado e doutorado direto), uma medida de efetividade da concessão das bolsas de doutorado. No caso do indicador da LOA, adotou-se a razão entre o número de bolsas BEPE e de bolsas no país - também uma medida da efetividade, mas da política de internacionalização da formação de recursos humanos. No primeiro caso, em 2023, foram concluídas 702 das 833 bolsas de doutorado iniciadas quatro anos antes, o que corresponde a 0,84 pontos de efetividade, próximo da meta estabelecida para esse ano (0,88). No que diz respeito ao indicador LOA, em 2023, estavam vigentes 6.687 bolsas no país e 950 bolsas BEPE, cuja razão corresponde a 0,14, inferior aos 0,19 estabelecidos pela meta, em 2023, mas superior aos resultados obtidos no primeiro semestre de 2023 (0,12).

Em termos orçamentários, o desempenho foi o esperado. Os recursos alocados na Ação 4688, vinculada a este produto, foram empenhados em 99,8%, ainda que parte relevante tenha sido inscrita em Restos a Pagar, uma vez que associados ao pagamento de bolsas que ultrapassam o próprio exercício.

A despeito da dificuldade de atingir a meta da LOA, a Fapesp pretende manter sua política de estímulo à internacionalização do sistema de pesquisa de São Paulo. A valorização do intercâmbio entre bolsistas e centros de pesquisa do exterior é, e continuará a ser, elemento fundamental da política de formação de pesquisadores. Por essa razão, a Fapesp voltou a habilitar e analisar solicitações dessas bolsas à medida em que se arrefeceram as restrições às viagens internacionais e se retomaram as atividades presenciais nas instituições do exterior. Mais que isso: sem comprometer a qualidade e o rigor da análise de mérito das propostas que lhe são submetidas, buscou ampliar, na margem, as taxas de sucesso das submissões, elevando, inclusive, o percentual de seu orçamento destinado a bolsas.

Em paralelo, a Fundação tem implementado uma série de novas iniciativas para impulsionar as submissões e estimular as carreiras de pesquisa. Com esse fim, lançou o Programa Nova Geração, que reúne um pacote de iniciativas, inclusive bolsas de pós-doutorado, voltadas a pesquisadores em início de carreira. Ele conta com duas novas modalidades de fomento à pesquisa, uma denominada “Projeto Inicial π (Pi)”, para cientistas contratados há menos de oito anos em universidades ou institutos de pesquisa no Estado, e outra chamada “Geração”, para quem já concluiu o doutorado e/ou o pós-doutorado e ainda não tem vínculo empregatício. As duas modalidades visam apoiar projetos baseados em ideias audaciosas e favorecer o estabelecimento de carreira de pesquisa e ensino de sucesso a jovens pesquisadores, em todas as áreas do conhecimento. Além disso, a Fapesp inaugurou um programa de mentoria para pós-doutorandos, que visa consolidar a carreira de pesquisadores na academia, na indústria e no governo, aprofundando sua expertise não só no fazer ciência, mas em todas as esferas que lhe sejam associadas.

A Fapesp acredita que, com as iniciativas que implementou e com a regularização das atividades presenciais nas instituições de ensino e pesquisa e nas empresas, os indicadores do Produto 1456 voltem a convergir para uma trajetória desejada.

Produto 1457 - Apoio à Pesquisa em Temas Estratégicos

Sob esse título encontra-se um conjunto de instrumentos por meio dos quais a Fapesp busca estimular a formação de grupos de pesquisa sobre temas estratégicos para o desenvolvimento do Estado de São Paulo e do país. Essa forma de implementar a política científica e tecnológica, orientada à solução de problemas ou por missão, vem ganhando proeminência em todo o mundo a partir do pós-crise de 2008. Sofreu forte impulso da iniciativa da Organização das Nações Unidas, consubstanciada nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, que se propõem a erradicar a pobreza, proteger o meio-ambiente e promover um mundo de paz e prosperidade. São problemas complexos, cuja superação exige a definição clara de objetivos, os quais deverão ser perseguidos por grupos multidisciplinares, bem coordenados e focalizados.

A Fapesp já tem boas experiências em projetos com esse formato, como o BIOTA-FAPESP (biodiversidade) e o BIOEN (bioenergia), e pretende ampliar sua carteira de iniciativas com tais características, que já conta, além dos dois citados, com alguns projetos importantes, como Pesquisa em Mudanças Climáticas Globais; eScience e Data Science; Pesquisa em Políticas Públicas; Ensino Público; e Modernização dos Institutos Estaduais de Pesquisa. Vale ainda destacar esforços recentes da Fapesp para apoiar novas iniciativas direcionadas à promoção da sustentabilidade ambiental, à superação dos gargalos ao desenvolvimento do Estado de São Paulo e à mitigação dos impactos sociais e econômicos da pandemia de Covid-19.

Evidentemente, a formatação e a execução de projetos dessa natureza são muito complexas, não só pelo tema, mas também por seu caráter multidisciplinar e, frequentemente, multi-institucional. Em face das dificuldades decorrentes das limitações das atividades presenciais e da interação dos pesquisadores, a Fapesp tomou algumas iniciativas administrativas para garantir a continuidade das pesquisas, ainda que com a postergação de entregas e de pagamentos. Além disso, em 2023, a Fapesp selecionou duas propostas de pesquisa na chamada “Aceleração da Transição Energética no Estado de São Paulo e no Brasil” e anunciou a terceira chamada de propostas para a constituição de Centros de Ciência para o Desenvolvimento (CCD), no valor total de R$ 150 milhões. Ressalte-se projetos dessa natureza tendem a ser menos suscetíveis a mudanças de situações conjunturais, uma vez que são, em grande parte, de longo prazo.

O comportamento de seus indicadores atesta essas constatações, em especial do associado à LOA - Número de Projetos de Pesquisa em Temas Estratégicos vigentes no ano - que superou a meta estabelecida em 2023. Refletindo a extensão dos períodos de vigência desses projetos e a aprovação de novos, havia naquele ano 1.508 projetos vigentes, contra uma meta de 953. Já o segundo indicador - Número de Publicações Científicas com Parceria Internacional de Pesquisadores vinculados a Projetos de Pesquisa em Temas Estratégicos - atingiu o valor de 12.335 publicações, pouco abaixo da meta do PPA (12.911), o que mostra a dedicação dos pesquisadores, a despeito das dificuldades inesperadas com que se depararam, na execução de suas pesquisas.

Os indicadores físicos, portanto, apontam para o bom desempenho desse produto, mas os orçamentários (Ação 6348) mostram que o empenho dos recursos correspondeu a pouco mais da metade (50,3%) dos dotados para sua execução. Em parte, isso se explica pela extensão dos prazos de vigência desses projetos, inclusive entregas e prestações de contas, que também implicaram a postergação dos pagamentos da Fapesp, ademais do aumento do número de projetos vigentes, em face de novas concessões, notadamente no âmbito do Biota. Valor expressivo foi inscrito em restos a pagar, tendo em vista o caráter plurianual da maior parte desses projetos.

A Fapesp espera que, no futuro próximo, as trajetórias de seus indicadores físicos e orçamentários voltem a convergir. A despeito da complexidade desses projetos, é prioridade da Fundação aprimorar a gestão dos que estão em andamento e promover a concessão de novos projetos, capazes de gerar grupos de pesquisa multidisciplinares, agregando especialistas com diferentes formações e distintas origens institucionais, em torno da busca de soluções adequadas para problemas complexos que atingem São Paulo e o Brasil.

Produto 1458 - Infraestrutura de Pesquisa

Outra linha de atuação estratégica da Fapesp destina-se a assegurar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das pesquisas no Estado de São Paulo. Para tanto, desenvolve várias iniciativas, como: Equipamentos Multiusuários, FAP-Livros, Reparo de Equipamentos, Reservas Técnicas Institucionais, Acesso à Rede ANSP e Apoio à Infraestrutura de acervos, laboratórios, entre outros. As iniciativas mais abrangentes são as de Equipamento Multiusuário (EMU) e Reserva Técnica Institucional (RTI).

O EMU refere-se à compra de equipamentos de última geração e sua disponibilização racional ao maior número de pesquisadores de São Paulo, do Brasil, da América Latina e de outros países,

mediante critérios rigorosos de seleção. A RTI destina-se ao apoio à infraestrutura coletiva de pesquisa que beneficie projetos de pesquisa de uma Instituição que, frequentemente, implica investimentos de grande porte para aprimorar sua infraestrutura.
Parte relevante dos investimentos financiados por essas iniciativas se faz por meio de importações de equipamentos do exterior. Com a forte desvalorização cambial em 2020, em meio às incertezas econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19, a Fapesp, para administrar com responsabilidade seus recursos, reprogramou os cronogramas das importações associadas aos projetos que apoia, sobretudo as de bens permanentes, típicos das iniciativas EMU e RTI. Para tanto, postergou-se a concessão de novos benefícios, na expectativa de uma situação cambial mais favorável, o que implicou a extensão da vigência de projetos já concedidos. Além disso, mesmo projetos com equipamentos recém-instalados sofreram efeitos da pandemia, pois a suspensão das atividades presenciais impediu que seus usuários os operassem adequadamente, prejudicando a mensuração da intensidade de sua utilização, importante parâmetro que a Fapesp acompanha para avaliar o projeto, implicando também a necessidade de ampliar a vigência desses projetos.
Em 2023, além de selecionar 56 propostas nos três editais lançados em 2022, no âmbito do programa Equipamento Multiusuário - Equipamentos Multiusuários para Uso Científico, Uso Tecnológico e em Inovação, e Acervos Documentais e/ou Coleções Historiográficas e Biológicas -, a FAPESP anunciou nova chamada, desta vez para financiar a aquisição de equipamentos de pequeno e médio porte.
Em termos dos indicadores do PPA, as providências tomadas pela Fapesp implicaram que um deles - o que mede o número de novos projetos de MEU e RTI (138 projetos) - atingisse 68,7% da meta estabelecida para 2023 (201), enquanto o que mede o número de projetos EMU vigentes (490) superasse ligeiramente a meta de 2023 (430). Em especial o primeiro indicador explica o desempenho orçamentário da Ação 6347 – Infraestrutura de Pesquisa: sua dotação atualizada foi de R$ 151.116.292,00, dos quais R$ 103.875.240,12 (68,8%) foram empenhados.
O comportamento do primeiro indicador sugere que, embora abaixo da meta, as novas chamadas da Fapesp deverão elevar substancialmente seus resultados ao longo de 2024 e melhorar seu desempenho orçamentário. O do segundo ainda reflete a extensão dos prazos de vigência de projetos mais antigos pela Fapesp, mas a distância em relação à meta reduziu-se substancialmente. A dinâmica desse produto, medido por qualquer um dos indicadores, e as iniciativas tomadas pela Fapesp sugerem que tanto o desempenho físico como o orçamentário retomem a trajetória esperada brevemente.

PROGRAMA 2990 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES

COORDENAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

A CES celebrou aditamentos a convênios e Termos de fomento firmados em anos anteriores.

PROGRAMA 5124 - BOLSA DO POVO

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA “PAULA SOUZA”

Ação 6402 - Bolsa do Povo Educação Centro Paula Souza

A ação Bolsa do Povo Educação Centro Paula Souza, divulgada como programa Bolsa do Povo Educação Centro Paula Souza - Responsáveis, teve como público-alvo os responsáveis legais por estudantes matriculados nas ETECS que se encontravam em situação de vulnerabilidade social.
Os responsáveis legais participantes do programa atuaram de forma presencial nas ETECS e FATECS auxiliando em atividades de fortalecimento do vínculo familiar com a escola, na busca ativa dos estudantes, no cumprimento dos protocolos sanitários, auxiliando desta forma na diminuição dos impactos da Covid-19 na comunidade que estavam inseridos.
A ação previa pagamento mensal a 2.368 beneficiários, sendo atendidos 2.218 benefícios em 2022 (média de 184 beneficiários/mês), tendo, portanto, atingido em torno de 7% do projetado para a ação, índice este justificado pela baixa adesão ao programa e ao perfil da comunidade que em sua maioria, não atendeu os pré-requisitos de elegibilidade ao programa, apresentando renda “per capita” maior que a definida em legislação.

Ação 6403 - Bolsa do Povo Estudante Centro Paula Souza

A ação Bolsa do Povo Estudantes Centro Paula Souza, teve como público-alvo estudantes matriculados nas Escolas Técnicas Estaduais, que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. A ação teve como objetivos: mitigar os impactos da pandemia da Covid-19; promover a recuperação e o aprofundamento da aprendizagem; diminuir a evasão escolar e propiciar meios de conclusão do ensino médio entre os jovens.
A ação previa pagamento mensal a 20.000 estudantes, sendo concedidos 21.126 benefícios em 2022 (média de 1.760 beneficiários/mês), tendo, portanto, atingido em torno de 8% do projetado, justificado pela baixa adesão ao programa e ao perfil da comunidade que em sua maioria, não atendeu os pré-requisitos de elegibilidade ao programa, apresentando renda “per capita” maior que a definida em legislação.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa
29000 - Secretaria de Comunicação

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**140.103.278,00**	**172.977.249,00**	**104.758.160,47**	**64.650.614,84**	**169.408.775,31**	**106.370.382,05**
Pessoal, e Encargos Sociais	78.778.480,00	24.400.864,00	21.703.513,09	0,00	21.703.513,09	25.231.786,31
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	61.324.798,00	148.576.385,00	83.054.647,38	64.650.614,84	147.705.262,22	81.138.595,74
Despesas de Capital	**1.219.439.173,00**	**142.005,00**	**141.999,96**	**0,00**	**141.999,96**	**1.300.616.897,42**
Investimentos	1.219.439.173,00	142.005,00	141.999,96	0,00	141.999,96	1.300.616.897,42
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**1.359.542.451,00**	**173.119.254,00**	**104.900.160,43**	**64.650.614,84**	**169.550.775,27**	**1.406.987.279,47**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário
29000 - Secretaria de Comunicação

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0000 - Encargos Gerais	**7.852.572,00**	**1.978.829,00**	**1.518.827,79**	**0,00**	**1.518.827,79**	**2.072.053,72**
3 - Despesas Correntes	7.852.572,00	1.978.829,00	1.518.827,79	0,00	1.518.827,79	2.072.053,72
2828 - Desenvolvimento Regional Integrado	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8.407.786,99**
4 - Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.407.786,99
2928 - Desenvolvimento Regional Integrado - Cidades Inteligentes	**1.184.372.734,00**	**25.750.876,00**	**23.156.361,98**	**0,00**	**23.156.361,98**	**1.258.424.198,61**
3 - Despesas Correntes	122.838.942,00	25.608.871,00	23.014.362,02	0,00	23.014.362,02	35.329.759,66
4 - Despesas de Capital	1.061.533.792,00	142.005,00	141.999,96	0,00	141.999,96	1.223.094.438,95
2929 - Fomento ao Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole Paulista	**74.688.402,00**	**963.226,00**	**921.509,91**	**0,00**	**921.509,91**	**34.092.680,00**

3 - Despesas Correntes	9.312.616,00	963.226,00	921.509,91	0,00	921.509,91	1.446.584,89
4 - Despesas de Capital	65.375.786,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.646.095,11
2990 - Desenvolvimento de Ações decorrentes de Emendas Parlamentares	**91.529.595,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**36.468.576,37**
4 - Despesas de Capital	91.529.595,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.468.576,37
4110 - Fortalecimento da Temática da Juventude	**1.099.148,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3 - Despesas Correntes	99.148,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Despesas de Capital	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5100 - Planejamento, Coordenação e Gestão Eficiente do Governo	**0,00**	**35.114.650,00**	**35.022.025,76**	**0,00**	**35.022.025,76**	**26.514.530,51**
Despesas Correntes	0,00	35.114.650,00	35.022.025,76	0,00	35.022.025,76	26.514.530,51
5123 - Comunicação Social	**0,00**	**109.311.673,00**	**44.281.434,99**	**64.650.614,84**	**108.932.049,83**	**41.007.453,27**
Despesas Correntes	0,00	109.311.673,00	44.281.434,99	64.650.614,84	108.932.049,83	41.007.453,27
Despesa Total	**1.359.542.451,00**	**173.119.254,00**	**104.900.160,43**	**64.650.614,84**	**169.550.775,27**	**1.406.987.279,47**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Dentre as principais atribuições da Secretaria de Comunicação (Secom) do Governo do Estado de São Paulo, estão o assessoramento direto e imediato ao governador e vice-governador e a coordenação doSistema de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo (Sicom), que inclui o assessoramento,planejamento, supervisão, orientação técnica, controle, execução e avaliação das ações de comunicação dos demais órgãos da administração direta e indireta.

Além disso, é atribuição da Secom a proposição de políticas e diretrizes para a área de comunicação no âmbito do Governo e a coordenação e implementação de ações para assegurar a uniformidade dasmensagens.

Fazem parte do Sicom todas as equipes dedicadas à comunicação nos órgãos da administração direta e indireta do Governo. Na coordenação de toda esta estrutura está a Secretaria de Comunicação, sediada no Palácio dos Bandeirantes (São Paulo - SP). É atribuição da Secretaria definir diretrizes e estratégias, bem como orientar as atividades cotidianas dos integrantes do SICOM, garantindo uma comunicação baseada na qualidade, rapidez, transparência, democracia e universalidade, materializando o direito do cidadão à informação.

Considerando o Decreto estadual n° 67.435, de 01/01/2023, que dispõe sobre as alterações de denominações e transferências que especifica, a denominação da, então, Secretaria de Desenvolvimento Regional, restou alterada para Secretaria de Comunicação (art. 1°, inciso II) que, porsua vez, absorveu, em sua estrutura, a Unidade de Comunicação, prevista no Decreto n° 66.020, de 15/09/2021 (art. 3°, inciso III).

Desta feita, a Secretaria de Comunicação passou a utilizar o código 29000, da então Secretaria de Desenvolvimento Regional, porém as atividades realizadas por aquela Pasta foram transferidas para outras Secretarias.

No exercício de 2023, de janeiro a abril, a execução orçamentária ocorreu na UGE 510114

(Administração da Unidade de Comunicação) e somente em maio do mesmo ano, a execução migroupara a UGE 290122 (Unidade de Comunicação).

Contudo, outros programas da extinta Secretaria de Desenvolvimento Regional permaneceram no mesmo código, mas sem que a execução estivesse na SECOM.

Esta Pasta executou apenas os programas 5100 (Planejamento, Coordenação e Gestão Eficiente do Governo / administrativo), o e 5123 (Comunicação Social), tanto na UGE 510114, como na UGE 290122.

O Programa 5123 (Comunicação Social) tem o objetivo de dar publicidade aos atos do Governo do Estado de São Paulo e fomentar o acesso dessas informações à sociedade, integrando as ações de comunicação de todos os órgãos do governo estadual. Pudemos observar que em 2023 as ações de comunicação realizadas tiveram maior efetividade, visto que o objetivo era ser maior de 1,01.

O histórico consolidado dos resultados dos períodos foram:

Ano	índice
2020	1,09
2021	1,09
2022	1,18
2023	1,04

As ações de comunicação do Governo, foram divulgadas através das ações de publicidade institucional e de utilidade pública, executadas com recursos provenientes das Secretarias de Comunicação, Educação e Saúde.

COORDENAÇÃO DE IMPRENSA

Como órgão central do Sicom, a Coordenação de Imprensa da Secom acompanha, articula, monitora e dá as diretrizes para as demandas de imprensa recebidas pelos órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado de São Paulo.

Além disso, a Coordenação responde diretamente as demandas relacionadas mais diretamente ao gabinete do governador e àquelas que se enquadram em macro temáticas da gestão ou com pautas intersetoriais.

Ao longo de 2023, o órgão atuou no relacionamento do Governo do Estado com os veículos de comunicação, por meio do fornecimento de informações, dados, notas oficiais, pautas, agendamento de entrevistas com porta-vozes, entre outras ações.

Números da Assessoria de Imprensa em 2023:

- Mais de 56 mil demandas de jornalistas recebidas na Secom;
- 98,4% dessas demandas foram respondidas. As que não foram atendidas se devem a inúmeros motivos, tais como prazo muito curto e impossível de ser cumprido ou porque o tema não era de responsabilidade do Estado;
- Mais de 2 mil notas foram apuradas e redigidas para responder essas demandas de, ao menos 1 milveículos de comunicação do estado, nacionais e internacionais;

Acompanhamento e cobertura de agendas públicas:

A equipe da Secom acompanhou todos os eventos de agendas públicas do governador. Assessores eredatores produziram textos para publicação no Portal e envio para jornalistas em todo o estado. Integram, também, a equipe de cobertura das agendas públicas um profissional de fotografia, captação de vídeo e de áudio.

A agenda pública do governador é divulgada diariamente na internet para garantir transparência e

permitir acompanhamento dos atos pela imprensa e sociedade em geral. As fotos ficam disponíveis noFlickr do Governo do Estado (governosp) e os áudios no SoundCloud (governos).
Números do núcleo de produção de conteúdo em 2023:

Ainda no âmbito da Coordenação de Imprensa, a equipe acompanhou, sugeriu, deu diretrizes e apoiou a divulgação de diversas ações dos órgãos da administração direta e indireta.

A Secom organizou o fluxo interno de informações no âmbito de todo o Governo e apoiou os órgãos na produção do material de divulgação de caráter jornalístico para os meios e veículos de comunicação, com a finalidade de assegurar que a informação oficial chegasse ao maior número possível de cidadãos paulistas.

Textos produzidos: mais de 2.200

Produção Multimídia

A equipe dedicada à produção de conteúdo multimídia atuou na cobertura de centenas de agendas dogovernador, vice-governador e agendas de governo como um todo.

As ações incluem cobertura fotográfica, captação de imagem em vídeo e também em áudio. Além dosconteúdos serem disponibilizados para veículos de comunicação para assegurar a transparência dos atos do governo e autoridades, também são realizadas edições para vídeos a serem postados em perfis oficiais do governo nas redes sociais.

VÍDEOS:

- 510 vídeos editados para divulgação em redes sociais e eventos oficiais;
- 389 vídeos editados para divulgação de projetos e agendas à Imprensa;
- 50 transmissões online de agendas, eventos e coletivas de imprensa;

ÁUDIOS:

- 691 boletins produzidos e enviados a rádios do estado
- + de 200 discursos gravados do governador para disponibilização à imprensa (SoundCloud)
- 50 podcasts sobre pautas especiais
- 152 Boletins da Defesa Civil sobre Alertas e previsão do tempo
- 48 boletins no formato “FIQUE POR DENTRO”: AGRO, CULTURA, EDUCAÇÃO, EMPREGOS
- 385 entrevistas agendadas em rádios do estado com porta-vozes do Governo

Portal do Governo do Estado de São Paulo

O Portal do Governo reúne as principais notícias relacionadas a agendas públicas de governo, bem como dos demais órgãos da administração direta e indireta. É fonte de informações tanto para jornalistas de veículos de comunicação quanto para a sociedade em geral.

Neste ano, entre os meses de janeiro e novembro, foram registradas 32 milhões de visualizações no Portal. A página da Home teve mais de 11 milhões de visualizações. A sessão “Últimas Notícias” teve mais de 8,7 milhões de acessos.

Além dos textos, cada publicação conta, também, com fotos, boletim de rádio ou podcast. Todo o conteúdo é produzido pela equipe da Secom.

Briefings, dados e informações estratégicas

Por meio de um trabalho de inteligência e estratégia, a equipe da Secom apurou - com áreas técnicas e assessorias de comunicação de órgãos da administração direta e indireta - dados e informações para a elaboração de briefings, mensagens-chave e balanços.

Os conteúdos geraram mais de 900 papers utilizados por porta-vozes do governo (governador, vice-governador e secretários estaduais) para subsidiar entrevistas, palestras, reuniões, eventos, entre outros.

Os Papers também são fundamentais para o alinhamento e uniformização das informações a serem trabalhadas pela própria Secom – e demais assessorias de comunicação do governo - nos diversos

meios utilizados para comunicação com a imprensa e sociedade: perfis oficiais de redes sociais, releases para portal ou imprensa, boletins de rádio, roteiros de vídeos e, até mesmo, para subsidiar campanhas de marketing.

Articulação e Projetos Especiais

A Secom destacou profissionais para atuarem, também, na articulação de ações inter secretariais e no desenvolvimento de projetos especiais, desde a elaboração dos conceitos e objetivos até o planejamento e execução das iniciativas.

Em parceria com as secretarias de estado e órgãos vinculados, os projetos estratégicos de comunicação desenvolvidos contribuem para posicionar e dar visibilidade a temas relevantes da administração e de interesse público.

Alguns exemplos de projetos que contaram com o apoio da Secom nessa articulação, organização e estruturação são Jovem Aprendiz Paulista; Radar Anticorrupção; Operação SP sem fogo; Facilita SP;

Gabinete 3D (Desenvolvimento, Dignidade e Diálogo); edição do Cosud (Consórcio de Integração Sule Sudeste) em São Paulo; Resolve Já; São Paulo São Libras, entre outros.

Comunicação digital

No total, os órgãos da administração direta do Governo de São Paulo compreendem 102 perfis oficiaisnas diversas redes sociais existentes.

Ao todo, são 6,6 milhões de seguidores em todas as plataformas e perfis, sendo:

- 3,5 milhões no Facebook
- 1,1 milhão no Twitter
- 1,4 milhão no Instagram
- 176 mil no Linkedin
- 242 mil no TikTok.

Com tamanha potência de comunicação com a sociedade, é fundamental produzir conteúdo de qualidade direcionado para cada rede social, de acordo com suas especificidades.

A Secom gerencia os perfis do Governo do Estado e apoia as demais secretarias na produção de conteúdo multimedia. A Pasta elaborou e compartilhou com as equipes de comunicação digital dos órgãos um manual de boas práticas em ambiente digital, com orientações sobre postagens, mensagens, uso de imagens e vídeos, normas de conduta para agentes públicos, entre outras diretrizes. O document está disponível para consulta e download em https://www.comunicacao.sp.gov.br/manuais/ .

Confira a evolução dos perfis do Governo do Estado e engajamento ao longo do ano:

REDE	Facebook	Instagram	Twitter	Youtube	Linkedin	TikTok
Seguidores	1.261.500	627.147	554.622	299.392	116.477	137.057
Alcance	38.147.811	55.864.257	125.2		616.814	
Visualizações				29.7		5.4
Evo. Seguidores	0.02%	14,19%	3,03%	4,67%	14.85%	55,88%

Desenvolvimento e manutenção de sites institucionais

A Secom também apoia as secretarias na criação, desenvolvimento e manutenção de sites oficiais, oudas próprias Pastas ou de projetos específicos.

Em 2023, foram criados sites para as novas secretarias: de Política para Mulheres; Ciência e

Tecnologia; Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística; Parcerias para Investimentos; e Gestão e Governo Digital.

Vários novos projetos da gestão também tiveram sites desenvolvidos pela Secom. Alguns exemplos são: Protocolo Não se Cale; Facilita SP; novo Ensino Médio; site da edição de São Paulo do Consórciode Integração Sul e Sudeste (Cosud); Vacina sem dúvidas; Balanço de 100 dias do Governo; entre outros.

Distribuição de conteúdo institucional

A Secom estruturou, também, canais e ferramentas de distribuição de conteúdo institucional produzido, atentando-se sempre à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei n° 13.709/2018.

- **IMPRENSA EM GERAL:** mailing segmentado e regionalizado de jornalistas do estado e nacionais; e listas de transmissão de conteúdos por aplicativos de mensagens instantâneas por celular;

- **EMISSORAS DE RÁDIO:** lista de transmissão para envio de conteúdo específico, com texto formatado para rádios e áudios;

- **SOCIEDADE EM GERAL:** a partir, sempre, de cadastro e demonstração de interesse por partedo usurário. A Secom criou um canal no aplicativo de mensagens WhatsApp, em que o usuáriopode clicar no link (*HTTPS://BIT.LY/GOVSPNOZAP)* para integrar o canal. Lá são enviados conteúdos multimídia diversos diariamente.

Monitoramento diário de publicações sobre o Governo nos veículos de comunicação e nas redes sociais

Monitoramento de publicações de notícias de interesse do Governo do Estado de São Paulo nos veículos de comunicação, tanto para acompanhar os temas que são publicados, quanto para avaliar anecessidade de eventuais respostas sobre o assunto. Em sites, o monitoramento é em tempo real e os alertas de publicação ocorrem ao longo de todo o dia, por aplicativos de mensagens instantâneas noscelulares dos integrantes do governo cadastrados para o recebimento.

No total, mais de 451 mil matérias e notas publicadas por veículos de comunicação foram monitoradose clipados pela Secom. Esse volume de matérias é baseado em uma lista de palavras-chave monitoradas – que variou entre 240 e 280 palavras ao longo do ano – e uma relação de veículos de comunicação monitorados (emissoras de rádio e televisão, jornais impressos e portais).

O mesmo monitoramento ocorre nas redes sociais. Diariamente, é realizada uma avaliação quantitativae qualitativa dos principais assuntos relacionados ao governo mencionados nas redes sociais e resposta a cidadãos nos canais digitais.

Integração do SICOM

Além das reuniões periódicas do SICOM, com a finalidade de alinhar as principais diretrizes da comunicação no âmbito do Governo do Estado, diariamente é realizado um trabalho de articulação e compartilhamento de informações entre a Secom e os órgãos da administração direta e indireta.

Projetos especiais e intersecretarias, conteúdos específicos para as redes sociais, bem como posicionamentos e entregas importantes costumam ser tema de ações de sinergia entre as equipes que compõem o Sicom.

Foram, também, realizadas oficinas sobre ferramentas e canais de comunicação, especialmente digital,a exemplo do Tik Tok, Kwai, X (antigo Twitter), entre outros.

COORDENAÇÃO DE MARKETING

A Coordenação de Marketing, da Secom, é responsável por demandar, elaborar e coordenar, junto asagências de publicidade as campanhas da própria Secretaria e de seus órgãos da administração direta,além de acompanhar a execução de campanhas de todos os órgãos da administração indireta.

As campanhas são fundamentais para assegurar a transparência e a prestação de contas dos atos doPoder Executivo estadual, bem como para divulgar informações de interesse público à sociedade.

Mais de 60 logomarcas de novos projetos foram desenvolvidas pelas agências ou pela equipe da Coordenação de Marketing.

Pela Secom, foram criadas 63 Solicitações de Ações de Comunicação (SACs) para que as agências contratadas apresentassem propostas de campanhas e/ou de criação de materiais específicos. Via órgãos da administração indireta, a Secom acompanhou e deu diretrizes para 16 campanhas.

Quanto ao indicador de produto do programa (número de ações de comunicação institucional e de utilidade pública) - ações de comunicação realizadas com a finalidade de divulgação dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos da administração pública estadual, com o intuito de atender o interesse público da população do Estado de São Paulo, na medida em que possuem caráter educativo, informativo e de orientação social.

Ação 5359 – Publicidade Institucional

A Ação 5359 – Publicidade Institucional, Produto 407- Divulgação de ações de publicidade institucional e Indicador de Produto 1065 – Número de ações de comunicação realizadas tem por medição a quantidade

de ordens de serviço emitidas para a realização de serviços de publicidade institucional. A meta de 300 ordens foi superada em 2023, finalizandocom a quantidade de 320 efetivadas, conforme quadro abaixo:

Programa 5123 – Comunicação Social

Valor 2023: R$ 110.720.532,00

Indicador	Meta Finaldo PPA	Resultado 2019 a 2023	Resultado 2023
5359 – Número de ações decomunicação realizadas	1200	1.270	320

Dentre as principais campanhas da Secom e dos órgãos da administração direta, destacamos:

- Campanha de incentivo à vacinação contra diversas doenças - Vacina sem dúvidas
- Campanha de incentivo à vacinação contra a gripe
- Campanhas de Prevenção às arboviroses urbanas – doenças transmitidas pelo mosquito Aedes Aegypti
- Apoio à retomada do turismo no Litoral Norte do estado – primeira fase da campanha em marçoe segunda fase em novembro
- Conscientização sobre o crime de importunação sexual e lançamento do Protocolo Não se caleem bares, restaurantes e eventos
- Prestação de contas das ações e investimentos do governo - São Paulo são todos
- Conscientização sobre a importância da doação de órgãos
- Novos investimentos impulsionam desenvolvimento econômico e geração de empregos no estado
- Programa Resolve Já – incentivo às empresas para quitarem seus débitos
- Provão paulista – 15 mil vagas em universidades paulistas destinadas a estudantes da rede pública de ensino
- Novo ensino médio – itinerários e cursos profissionalizantes
- São Paulo Pra Todos - Divulgação dos destinos paulistas para incentivar o turismo durante as férias escolares de julho
- Férias culturais – Divulgação dos equipamentos de cultura para incentivar a visita durante as férias escolares
- São Paulo sem fogo - Prevenção de incêndios florestais no período de estiagem
- Agrishow 2023 – divulgação das ações do governo para o agro paulista
- Prontos para o Mundo – aulas de inglês e intercâmbio para estudantes da rede estadual
- Programa Jovem Aprendiz – incentivo para que micro e pequenas empresas contratem jovens

- Concurso público para professores e para os cursos profissionalizantes
- Qualifica SP – divulgação dos cursos de capacitação profissional
- São Paulo Sempre Alerta – campanha de prevenção e conscientização sobre riscos de desastres naturais
- Balanço de Governo – prestação de contas dos atos do Executivo Estadual no primeiro ano de gestão.

Estudo de critérios de compra de mídia

- Com o objetivo e foco na isonomia técnica, e busca por eficiência nas decisões de investimento em comunicação, a Secom realizou, em conjunto as agências licitadas, um amplo estudo de critérios de eficiência de compra de mídia.

Critérios técnicos de eficiência de compra de mídia:

- Compra de mídia e veiculação pautados pela técnica;
- Mensuração da audiência e da prestação de serviço com base na aferição dos parâmetros apresentados e checagem de veiculação;
- Documentação, fiscalização e comprovação de veiculação.
- Tal estudo será utilizado no desenvolvimento de um manual, que irá nortear os planos de mídia de campanhas de publicidade da administração direta quanto indireta ao longo dessa gestão.

Critérios técnicos de eficiência de compra de mídia:

- Compra de mídia e veiculação pautados pela técnica;
- Mensuração da audiência e da prestação de serviço com base na aferição dos parâmetros apresentados e checagem de veiculação;
- Documentação, fiscalização e comprovação de veiculação.
- Tal estudo será utilizado no desenvolvimento de um manual, que irá nortear os planos de mídia de campanhas de publicidade da administração direta quanto indireta ao longo dessa gestão.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa
54000 - Controladoria Geral do Estado

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**32.688.141,00**	**50.677.313,00**	**46.801.268,67**	**1.529.104,23**	**48.330.372,90**	**44.013.997,07**
Pessoal e Encargos Sociais	20.902.715,00	42.202.771,00	40.565.251,48	0,00	40.565.251,48	39.497.218,81
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.785.426,00	8.474.542,00	6.236.017,19	1.529.104,23	7.765.121,42	4.516.778,26
Despesas de Capital	**157.500,00**	**1.046.750,00**	**29.950,40**	**34.393,00**	**64.343,40**	**0,00**
Investimentos	157.500,00	1.046.750,00	29.950,40	34.393,00	64.343,40	0,00
Inversões Financeiras	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**32.845.641,00**	**51.724.063,00**	**46.831.219,07**	**1.563.497,23**	**48.394.716,30**	**44.013.997,07**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário
54000 - Controladoria Geral do Estado

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
2000 - Gestão Fiscal e Tributária	**20.902.725,00**	**42.206.180,00**	**40.566.588,58**	**0,00**	**40.566.588,58**	**39.499.190,56**
3 - Despesas Correntes	20.902.725,00	42.206.180,00	40.566.588,58	0,00	40.566.588,58	39.499.190,56
5100 - Planejamento, Coordenação e Gestão eficiente do Governo	**11.942.906,00**	**9.517.874,00**	**6.264.630,49**	**1.563.497,23**	**7.828.127,72**	**4.514.806,51**
3 - Despesas Correntes	11.785.406,00	8.471.124,00	6.234.680,09	1.529.104,23	7.763.784,32	4.514.806,51
4 - Despesas de Capital	157.500,00	1.046.750,00	29.950,40	34.393,00	64.343,40	0,00
5103 - Controle e Transparência da Administração Estadual	**10,00**	**9,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3 - Despesas Correntes	10,00	9,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**32.845.641,00**	**51.724.063,00**	**46.831.219,07**	**1.563.497,23**	**48.394.716,30**	**44.013.997,07**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

A Controladoria Geral do Estado de São Paulo (CGE-SP), órgão vinculado diretamente ao Governador do Estado, foi criada pela Lei Complementar nº 1.361, de 21 de outubro de 2021, e estruturada pelo Decreto Estadual nº 66.850, de 15 de junho de 2022.

Tem por finalidades precípuas a adoção de providências necessárias à defesa do patrimônio público, ao controle interno por intermédio da auditoria pública governamental, da correição, da prevenção e

do combate à corrupção, das atividades de ouvidoria, da promoção da integridade e do incremento da transparência da gestão no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado.

Para tanto, absorveu e ampliou as atribuições de órgãos que antes compunham a estrutura de outras Secretarias, tais como: Corregedoria Geral da Administração – CGA e Ouvidoria Geral do Estado – OGE, da antiga Secretaria de Governo, e Departamento de Controle e Avaliação – DCA, da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Neste contexto, imperioso destacar que as informações relacionadas aos programas de governo contidas neste relatório refletem essa fusão de órgãos, com produtos e indicadores que foram avaliados e mensurados a partir de uma nova forma de atuação, com metodologias e conceitos advindos da criação da Controladoria Geral do Estado, o que impactou, por consequência, no atingimento de algumas metas previstas no PPA vigente, conforme descrito abaixo.

DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DESCRITAS NA LOA 2023

Inicialmente, registra-se que a Controladoria Geral do Estado possui execução orçamentária em 3 programas, a saber: 5103 – Controle e Transparência da Administração Estadual, 5100 - Planejamento, Coordenação e Gestão eficiente do Governo e 2000 – Gestão Fiscal e Tributária.

Dentre eles, o Programa 5103 é o único com produtos e ações integralmente executados pela CGE-SP. Já o Programa 2000, gerido pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, possui apenas uma ação de responsabilidade da CGE-SP, por meio da qual foram pagas despesas de pessoal. E, por fim, no Programa 5100, administrado pela Secretaria de Governo e Relações Institucionais, a CGE-SP executou seu orçamento de custeio e investimento na ação administrativa existente naquele órgão, porém com suas atividades medidas pelos indicadores do Programa 5103.

Sendo assim, a partir dos esclarecimentos descritos acima, segue análise pormenorizada dos programas e ações relacionadas à LOA 2023 que possuem produtos, indicadores e metas previstos:

PROGRAMA 5103 - CONTROLE E TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Objetivo: Fortalecer os instrumentos de controle interno e social, por meio da fiscalização, apuração, Rede Paulista de Ouvidorias e transparência, visando a eficiência da gestão e melhoria na prestação dos serviços públicos, observados os princípios constitucionais.

Descrição: Com o aumento anual de procedimentos concluídos é possível avaliar a eficiência da CGE-SP possibilitada pela melhor qualificação profissional dos corregedores e demais servidores e garantida, também, pelo fácil acesso aos sistemas de informação das diversas áreas da gestão pública estadual e da otimização de seus próprios sistemas.

Indicador de Resultado do programa: Índice de Procedimentos Concluídos

Meta: 40%

Resultado: 56%

Comentário: A meta vem sendo superada em função da melhor capacitação dos corregedores e das facilidades crescentes de acesso digital aos diversos sistemas envolvidos, o que permite maior eficiência nos processos. Isso decorre da criação da CGE-SP, que hoje realiza essas atividades.

Indicador de Resultado do programa: Índice de Denúncias de Corrupção Apuradas/Respondidas.

Meta: 100%

Resultado: 84%

Comentário: Com a criação da CGE-SP, a área responsável pela apuração de denúncias vem passando por uma reestruturação nas atribuições e por alteração de metodologia de trabalho, o que impactou no alcance das metas, porém em patamar não significativamente inferior ao previsto, em razão dos esforços efetuados pela equipe nesse momento de transição.

Ação 6372 – Correição dos Procedimentos

Produto: 925 - Correição dos Procedimentos

Descrição: Realização de correições mediante análise de informações procedentes de diversos processos de gestão sistematizados em meio eletrônico, tais como: licitações, contratos de terceirizações, convênios, contratos de gestão e demais termos de parcerias entre órgãos da administração estadual e municípios e entidades da sociedade civil; declaração pública de bens e valores; e outros sistemas próprios de informações.

Indicador de Produto: Número de Procedimentos Concluídos (Unidade)

Meta: 852

Resultado: 2.126

Comentário: A superação da meta ocorreu em razão dos esforços efetuados pelas equipes no deslinde das ações de controle interno e da alteração de metodologia adotada para a execução dos trabalhos em função da criação da CGE-SP.

Ação 8311 – Desenvolvimento de Instrumentos de Aperfeiçoamento da Rede Paulista de Ouvidorias

Produto: 1523 - Coordenação da Rede Paulista de Ouvidorias

Descrição: Visa realizar a orientação normativa e a coordenação das ouvidorias, sugerindo ações com vista à melhoria do atendimento ao usuário e do funcionamento do serviço público estadual. Além disso, busca sistematizar informações com base nos dados das ouvidorias, por meio de consolidação dos seus indicadores e criação ações de fortalecimento da comunicação das ouvidorias com os cidadãos.

Indicador de Produto: Número de Manifestações Registradas pela Rede Paulista de Ouvidorias (Unidade).

Meta: 1.200.000

Resultado: 1.170.169

Comentário: No exercício de 2023, foram recepcionadas 1.170.169 manifestações pelos canais de comunicação disponíveis nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado, aderentes ou não ao Sistema Informatizado da Rede Paulista de Ouvidorias, culminando no atingimento da meta em aproximadamente 98%.

Ação 8312 – Portal da Transparência e Portal do Governo Aberto SP

Produto: 1522 - Transparência Ativa

Descrição: Divulgar através do site oficial www.transparencia.sp.gov.br as informações de interesse público, independentemente de solicitações, garantindo o direito ao acesso a informações regulamentado pela Lei nº 12.527/11.

Indicador de Produto: Número de Acessos ao Portal da Transparência (Unidade)

Meta: 17.600.000

Resultado: 4.790.829

Comentário: A forma como o sistema calcula o número de acessos ao Portal da Transparência foi corrigida para quantificar um novo acesso apenas nos casos em que o browser navegando não tenha estado conectado ao portal durante os últimos 60 minutos. Com isso, a partir de uma medição mais realista, as metas previstas na elaboração do PPA estavam superdimensionadas, gerando um resultado aquém do esperado, porém positivo nos termos da nova metodologia, cumprindo a finalidade para a qual a ação foi criada.

PROGRAMA 2000 – GESTÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA

Ação 5599 - Auditorias nas Unidades da Administração Direta e Indireta

Produto: 501 - Fortalecimento do Sistema de Controle Interno

Descrição: As auditorias realizadas nas unidades da administração direta e indireta visam identificar questões relevantes que necessitam de melhorias, as quais são formalizadas por meios de relatórios com recomendações, que quando acatadas podem promover avanços na gestão e nos resultados do auditado.

Indicador de Produto: 3272 - Percentual de Execução de Auditorias Planejadas

Meta: 98%

Resultado: 88%

Comentário: Em 2023 foram iniciadas 69 ações de controle, dos quais 53 resultaram em relatórios de auditoria que foram enviados para manifestação prévia das unidades auditadas. Em relação aos demais, 01 foi paralisado para adequação de escopo e os outros 15 permaneceram em andamento no exercício de 2024, sendo 09 em fase de finalização.

Indicador de Produto: 037 - Percepção dos gestores das unidades auditadas sobre a influência que os trabalhos realizados pelo DCA tiveram na eficiência da gestão local

Meta: 0

Resultado: 0

Comentário: Considerando as peculiaridades relacionadas à transição do DCA para a CGE-SP e a adoção de nova metodologia para realização das auditorias, entendeu-se por oportuno a descontinuidade do indicador e, por consequência, de sua avaliação, uma vez que ainda não houve tempo do gestor formar uma percepção acerca da atuação da pasta e não seria possível criar um histórico (último ano PPA).

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Controladoria Geral do Estado, para garantir o seu regular funcionamento e o cumprimento integral das suas competências institucionais, com a finalidade de estruturação de ações efetivas para o aprimoramento da gestão pública e combate à corrupção, durante o ano de 2023, instituiu o Plano Anticorrupção do Estado de São Paulo, por meio do Decreto nº 67.682, de 03 de maio de 2023. Ainda neste diapasão, foi criado o Comitê de Combate à Corrupção, composto pelos titulares da Controladoria Geral do Estado (coordenador), Casa Civil, Secretaria de Justiça e Cidadania, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Gestão e Governo Digital e Procuradoria Geral do Estado, com finalidade de assessorar o Governador do Estado na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas relacionadas à prevenção e ao combate à corrupção.

O Plano está dividido atualmente em 88 ações a serem implementadas até o final de 2026, sendo que 43 destas, 49% do total, foram concluídas no ano de 2023.

A criação do programa, denominado Radar Anticorrupção, cumpre compromisso assumido pelo Governo do Estado para oferecer mais integridade e transparência à gestão estadual e criar diretrizes permanentes de compliance – conjunto de normas legais e éticas, além de regulamentos de governança – para a administração paulista, envolvendo todas as secretarias estaduais e órgãos correlatos, além das autarquias, empresas públicas e fundações estaduais.

No link https://www.controladoriageral.sp.gov.br/radar-anticorrupcao constam as informações atualizadas do andamento de todas as ações. A seguir encontra-se tabela com o detalhamento das ações concluídas em 2023.

PLANO ANTICORRUPÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO AÇÕES CONCLUÍDAS EM 2023		
Nº	**Ação**	**Objetivo**
1	Decreto de Criação do Comitê de Combate à Corrupção do Estado de São Paulo	Assessorar o Governador do Estado na elaboração, na implementação e na avaliação de políticas de prevenção e combate à corrupção. Caberá ao CCC propor diretrizes para consecução das políticas públicas de prevenção e combate à corrupção e, para a priorização de programas e projetos relacionados ao tema.
2	Publicação do Plano Anticorrupção do Estado de São Paulo (PAC-SP)	Plano de Ações, cujo objetivo é estruturar e executar medidas concretas para aprimorar os mecanismos de prevenção e combate à corrupção, à fraude e aos desvios éticos no âmbito do Poder Executivo estadual
3	Decreto de Governança do Estado de São Paulo	Tratará sobre a política de governança da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional.
4	Novo PLC da Controladoria Geral do Estado	Disporá sobre as competências da Controladoria Geral do Estado
6	Resolução Conjunta Controladoria Geral do Estado (CGE) / Secretaria de Segurança Pública (SSP) – Atribuições da Polícia Civil e da Polícia Militar na CGE	Disporá sobre as atribuições das Assessorias Policiais da Controladoria Geral do Estado
7	Projeto de Lei de Criação da Carreira de Auditor Estadual de Controle	Disporá sobre cargos e carreira dos auditores estaduais de controle da CGE
8	Pesquisa interna sobre o tema Integridade Pública	Pesquisa junto aos servidores públicos estaduais sobre o conhecimento a respeito do tema Integridade Pública
9	Decreto de Integridade do Estado de São Paulo	Disporá sobre Plano Estadual de Promoção da Integridade da Administração Pública e Indireta do Poder Executivo do Estado de São Paulo
10	Campanha com temas ligados a Integridade Pública	Montagem dos materiais e seleção dos temas ligados à Integridade Pública que serão divulgados durante a vigência do Radar Anticorrupção, que é a Estratégia a ser adotada pelo Estado de São Paulo no enfrentamento à corrupção, fraude e desvios éticos.
11	Elaboração de Normativo para Implementação das Etapas do Plano de Integridade do Estado de São Paulo	Resolução CGE para Implementação das Etapas do Plano de Integridade do Estado de São Paulo
12	Criação das Unidades de Gestão de Integridade em todos os órgãos da Administração Pública estadual	Efetiva criação das Unidades de Gestão de Integridade em todos os órgãos da Administração Pública estadual
15	Painel para acompanhamento da implementação do Plano Anticorrupção	Adotar as providências para disponibilizar Painel de acompanhamento da implementação do Plano Anticorrupção
17	Painel para acompanhamento da implementação dos Programas de Integridade	Adotar as providências para disponibilizar Painel de acompanhamento da implementação dos Programas de Integridade
37	Criação de aba exclusiva para Emendas Parlamentares no Portal da Transparência	Será publicado no Portal da Transparência do Estado de São Paulo, aba específica sobre as emendas parlamentares, incluindo seus autores e a execução dessas despesas.
38	Disponibilização da Carta de Serviço ao Usuário de todos os órgãos da Administração Pública estadual em Transparência Ativa	Adotar as providências para fazer constar nos sites eletrônicos de todos os órgãos/entidades da administração pública estadual a Carta de Serviço ao Usuário do Serviço Público prevista no Artigo 7º da Lei federal nº 13.460/2017
40	Melhoria das informações de remuneração de pessoal ativo, inativo e pensionista do Estado de São Paulo	Aperfeiçoamento da divulgação das informações sobre remuneração de pessoal ativo, inativo e pensionista do Estado de São Paulo
43	Decreto de Criação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual- SOESP	Disporá sobre as diretrizes e normas a serem observadas pelas ouvidorias públicas estaduais e instituirá o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo estadual
45	Estruturação de ouvidorias em 100% das Secretarias do Estado.	Serão estruturadas Ouvidorias para todas as Secretarias do Estado de São Paulo

44	Implementação de plataforma integrada de Acesso à informação e Ouvidoria.	Adoção da plataforma integrada de Acesso à Informação e de Ouvidoria em todos os órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional
48	Inserção do Modelo de Maturidade em Ouvidoria Pública	Aplicar o Modelo de Maturidade em Ouvidoria Pública em todas as secretarias estaduais
50	Decreto de instituição do Programa de Proteção ao Denunciante no Poder Executivo do Estado de São Paulo.	Apresentar proposta de normativo dispondo sobre a criação de um programa de proteção a denunciantes
49	Capacitação de 100% dos servidores da Ouvidoria do Estado de São Paulo	Promoção de capacitação para todos os servidores integrantes das ouvidorias públicas do Estado de São Paulo.
52	Pesquisa de Exposição à Corrupção	Realizar pesquisa de Percepção/Vitimização de Casos de Corrupção com Organismo Internacional.
51	Regulamentação e implementação do Conselho de Usuários do Serviço Público	O Conselho de Usuários de Serviços públicos consiste em uma nova forma de participação direta da sociedade na avaliação e melhoria dos serviços públicos, a partir do disposto na Lei n° 13.460/2017, que busca conectar usuários aos gestores responsáveis pelo serviço.
55	Capacitação dos servidores da CGE em Análise Patrimonial	Capacitar todos os servidores da CGE, que atuam na área de Sindicância Patrimonial, em Análise Patrimonial.
56	Capacitação de 100% dos servidores das áreas de ações especiais em técnicas de investigação	Capacitar todos os servidores da CGE que atuam nas áreas de investigação.
58	Capacitação de 100% dos servidores da área de Auditoria em matriz de planejamento e auditoria baseada em riscos	Capacitar 100% dos servidores da área de Auditoria em matriz de planejamento e auditoria baseada em riscos.
59	Política de Gestão de Riscos do Estado de São Paulo	Normativo disporá sobre a sistematização de práticas relacionadas à governança, à gestão de riscos e aos controles internos no âmbito de órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.
60	Manual sobre a Metodologia de Gestão de Riscos do Poder Executivo estadual	Documento que apresente os fundamentos, a estrutura e a Metodologia de Gestão de Riscos da Controladoria-Geral do Estado com o objetivo de orientar as unidades a implementá-la em conformidade com a sua Política de Gestão de Riscos
63	Implementar sistema de gestão da Atividade de Auditoria Interna Governamental	Implementar sistema de gestão da Atividade de Auditoria Interna Governamental
65	Implementação de sistema que organize as informações dos procedimentos administrativos correcionais e gere peças necessárias para condução dos procedimentos disciplinares.	Implementação de sistema que organize as informações dos procedimentos administrativos correcionais e gere peças necessárias para condução dos procedimentos disciplinares.
66	Resolução para Implementação do Julgamento Antecipado do PAR	Apresentar proposta de normativo dispondo sobre a implementação do julgamento antecipado do processo administrativo de responsabilização
67	Realização de estudos para implementação de Corregedorias em órgãos e entidades da administração pública estadual.	Realizar estudo que evidencie a necessidade de implementação de Corregedorias em órgãos e entidades da administração pública estadual.
69	Resolução Conjunta PGE/CGE Acordos de Leniência	Elaborar normativo para regulamentar a atuação da Controladoria Geral do Estado e da Procuradoria Geral do Estado em Acordos de Leniência
70	Capacitação dos servidores que atuam em Acordos de Leniência em Negociação	Adotar as providências visando a capacitação dos servidores que atuarão em acordos de leniência em técnicas de negociação
71	Capacitação dos servidores que atuam em área correcional em PAR	Adotar as providências visando a capacitação dos servidores que atuam na Responsabilização de Pessoas Jurídicas no âmbito da Lei Anticorrupção.
72	Capacitação dos servidores que atuam na área correcional em Juízo de admissibilidade.	Adotar as providências visando a capacitação dos servidores da área correcional da CGE no tema "juízo de admissibilidade"
75	Implementar Grupo de Trabalho visando aprimorar os normativos vigentes sobre Procedimentos Disciplinares.	Trata-se da implementação do grupo de trabalho que tem por objetivo aprimorar os normativos vigentes sobre procedimentos disciplinares. O Grupo também atuará na adequação da estrutura correcional do Estado. A data da ação se refere à entrega dos resultados.
77	Implementar grupo de trabalho para tratar do aprimoramento dos normativos que tratam dos meios alternativos de sanção.	Trata-se da implementação do grupo de trabalho que tem por objetivo aprimorar os normativos vigentes sobre os meios alternativos de sanção. A data da ação se refere à entrega dos resultados.
80	Decreto de obrigatoriedade de Lançamento das sanções aplicadas em empresas no CEIS/CNEP	Adotar o CEIS/CNEP, mantidos pela CGU, como sistema de publicidade das sanções previstas na Lei de Licitações e na Lei Anticorrupção.

84	Implementar sistema de monitoramento dos Programas de Integridade	Disponibilizar Sistema Informatizado para monitoramento dos Programas de Integridade no Poder Executivo estadual.
85	Alterar a regulamentação da Lei federal n° 12.527, de 18 de novembro de 2011.	Editar Decreto dispondo sobre as diretrizes e normas a serem observadas pelo Poder Executivo estadual relacionada ao atendimento da Lei de Acesso à Informação.
88	Capacitação dos servidores da Controladoria Geral do Estado na Nova Lei de Licitações e Contratos - Lei Federal nº 14.133/2021	Adotar as providências visando a capacitação dos servidores da Controladoria Geral do Estado na Nova Lei de Licitações e Contratos

Não obstante, além do Plano Anticorrupção, que é uma ação estratégica, segue relatório da atuação de cada uma das áreas que compõem a estrutura da CGE-SP com o objetivo de cumprir as finalidades previstas na legislação:

Das Ações do Gabinete do Controlador Geral

O Gabinete do Controlador Geral, no ano de 2023, minutou 29 resoluções, sendo 4 destas em conjunto com outras secretarias e órgãos estaduais, destacando-se os seguintes temas: a) estabelecimento do Planejamento Estratégico da Controladoria Geral do Estado; b) disposições sobre a atuação conjunta da Controladoria Geral do Estado - CGE e da Procuradoria Geral do Estado - PGE na negociação, celebração e acompanhamento de acordo de leniência, em face do que dispõe a Lei federal nº 12.846, de 2013; c) estabelecimento de critérios objetivos para instauração e julgamento de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, bem como de percentuais da base de cálculo para aplicação da sanção de multa, de que trata a Lei federal nº 12.846, de 2013; d) disposições sobre a transição do Sistema Integrado de Informações ao Cidadão e do Sistema Informatizado da Rede Paulista de Ouvidorias para a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, além de disciplinar os requisitos e os critérios para a escolha e permanência do Ouvidor e regulamentar a implantação dos Conselhos de Usuários dos Serviços Públicos; e) aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna da Controladoria Geral do Estado – exercício 2023; e f) instituição da Unidade de Gestão de Integridade no âmbito da Controladoria Geral do Estado.

Ainda, o Gabinete do Controlador Geral foi responsável pela gestão, acompanhamento, monitoramento e controle do andamento das ações do Plano Anticorrupção, além das demais atribuições exercidas por meio de suas Coordenadorias vinculadas e das suas assistências.

Coube ao Gabinete do Controlador Geral a estruturação do Plano Anticorrupção e a elaboração de várias ações normativas e não normativas, com destaque para implementação da pesquisa com o Banco Mundial sobre Integridade e Corrupção em conjunto com as Coordenações de TI e Integridade e para os seguintes Decretos emitidos pelo Governador do Estado a partir de proposições da CGE-SP:

Decretos Estaduais	
67.681/2023	Institui o Comitê de Combate à Corrupção e dá providências correlatas.
67.682/2023	Aprova o Plano Anticorrupção do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
67.683/2023	Institui o Plano Estadual de Promoção de Integridade e dá providências correlatas.
67.684/2023	Dispõe sobre o registro de sanções e acordos de leniência no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), por meio do Sistema Banco de Sanções, mantido pela Controladoria-Geral da União, e dá providências correlatas.
68.155/2023	Regulamenta, em âmbito estadual, a Lei federal n° 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações, e dá providências correlatas.
68.156/2023	Regulamenta a Lei n° 10.294, de 20 de abril de 1999, que dispõe sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado e dá providências correlatas.
68.157/2023	Institui o Programa de Proteção a Denunciantes de irregularidades ou ilícitos administrativos e de ações ou omissões lesivas à Administração Pública estadual, nos termos dos artigos 4°-A, 4°-B e "caput" do artigo 4°-C, todos da Lei federal n° 13.608, de 10 de janeiro de 2018, e dá providências correlatas
68.158/2023	Institui a Política de Gestão de Riscos da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.
68.159/2023	Dispõe sobre a política de governança da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.

Ainda, a referida área é responsável também pela gestão, acompanhamento, monitoramento e controle do andamento das ações do PAC, além das demais atribuições exercidas por meio de suas Coordenadorias vinculadas e das suas assistências.

Nesta esteira, destacam-se também as capacitações promovidas de forma estruturada visando a criação de conhecimento para execução das atividades do órgão. Destacam-se alguns dos cursos realizados no exercício:

Mês	Temática das Capacitações
ABRIL	As modalidades de desvios de recursos públicos nos contratos de gestão de unidades de saúde geridas por Organizações Sociais
	Processo de Auditoria Baseado em Riscos
	Juízo de Admissibilidade Correcional
MAIO	Laboratório de Lavagem de Dinheiro
	Atividades de Inteligência
	Tratamento de Denúncias
	LGPD aplicada à Ouvidoria
	O processo de Auditoria: do planejamento à elaboração do relatório
JUNHO	Negociação em casos de Corrupção
	Técnicas de investigação e utilização de ferramentas corporativas
SETEMBRO	Uso de solução comercial de extração e análise de dados de pessoas física e jurídicas (Upminer)
	Fraudes na Administração Pública: aspectos cognitivos e práticos
	Inteligência em Fontes Abertas (OSINT): Técnicas e Ferramentas.
OUTUBRO	A Nova Lei de Contratações Públicas
	Discussões sobre temas relacionados as macrofunções da CGE
	Auditoria Governamental
NOVEMBRO	A investigação patrimonial no contexto da nova lei de improbidade administrativa
	Entrevista investigativa

Ademais, na área de comunicação, o Gabinete atuou no desenvolvimento de estratégias voltadas a fortalecer o relacionamento da CGE com a sociedade, por meio de diversos canais, como páginas institucionais na internet, redes sociais, produção e disponibilização de conteúdos informativos em diversas linguagens e formatos, assessoria de imprensa, além de produções publicitárias institucionais. Com essas ações, foi possível alavancar suas redes sociais com um aumento de mais de 1000 seguidores, alcançando em algumas ações mais de 3000 interações e ações de engajamento na divulgação das atividades do Programa Radar Anticorrupção.
Além disso, o desenvolvimento de novo layout do portal da CGE foi desenvolvido para tornar o acesso às informações mais fáceis e intuitivas pelo cidadão, aumentando em mais de 30% o número de acessos ao portal, além de melhorar a transparência e a divulgação de informações.

Da Assistência Policial Civil

A Assistência Policial Civil, nos termos da Resolução Conjunta CGE/SSP nº 01, de 02 de outubro de 2023, é unidade da Polícia Civil do Estado de São Paulo, vinculada à Delegacia de Polícia Geral Adjunta - DGPAD, e integra o Gabinete da Controladoria Geral do Estado. Tem como finalidades exercer as atribuições institucionais da Polícia Civil em apoio às atividades da Controladoria, bem como prestar assessoramento e assistência policial ao Controlador Geral do Estado e ao Controlador Geral do Estado Executivo, ou a quem por eles indicado.

No exercício de 2023, foram emitidos 64 (sessenta e quatro) ordens de serviço, incluindo mandados de citação/intimação e pesquisas. Além disso, foram solicitadas informações às Delegacias de Polícia e Departamentos em 48 (quarenta e oito) oportunidades, por ofício.

Da Assessoria Policial Militar

As ações promovidas pela Assessoria Policial-Militar da Controladoria Geral do Estado (APMCGE) durante o ano de 2023, com base no que previsto na Resolução Conjunta CGE/SSP nº 01, de 02 de outubro de 2023, foram as seguintes:

a) Execução de atividades vinculadas à organização, direção e promoção de segurança pessoal e institucional do Controlador Geral do Estado;

b) Apoio aos integrantes da Controladoria Geral do Estado (CGE) durante atividades oficiais ou protocolares, quando solicitado pelo Controlador;

c) Realização de interlocuções da CGE com o Comando-Geral da PMESP e as demais unidades integrantes da estrutura da Polícia Militar.

Das Ações da Coordenadoria de Planejamento Estratégico e Institucional

A Coordenadoria de Planejamento Estratégico e Institucional (CPEI) compõe a estrutura do Gabinete da Controlador Geral do Estado, tendo suas atribuições definidas no artigo 20 do Decreto Estadual nº 66.850, de 15 de junho de 2022, e regulamentadas pela Resolução CGE - 8, de 22 de julho de 2022. Atua em temáticas da CGE-SP relacionadas a: estratégia, resultados, governança, planejamento orçamentário e governamental, gestão de processos e projetos, entre outros.

Destacam-se as seguintes ações realizadas em 2023 no exercício dessas atribuições:

- **Planejamento Estratégico da CGE-SP:** Em continuidade ao processo iniciado ainda no ano de 2022, elaborou-se o planejamento estratégico para o período de 2023 a 2027, a partir de metodologia descrita na Resolução CGE nº 01, de 07 de março de 2023. Contempla a definição da missão, visão, valores e objetivos estratégicos, que foram graficamente representados em um Mapa Estratégico para melhor comunicação e engajamento.
- Após a aprovação do planejamento pela Resolução CGE nº 02, de 09 de maio de 2023, iniciou-se a definição dos indicadores estratégicos, do portfólio de projetos e ações continuadas e da consolidação dessas informações de forma estruturada no Plano Estratégico, que se encontra atualmente em desenvolvimento.
- **Planejamento Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA):** Em alinhamento ao planejamento estratégico definido, a CPEI atuou na elaboração da proposta do Plano Plurianual para 2024-2027, descrevendo programa, produtos, ações e indicadores, bem como elaborou a proposta de orçamento para o órgão, posteriormente inserida na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024.
- **Apoio à execução orçamentária e a demandas específicas solicitadas pelo Gabinete do Controlador Geral do Estado**: No exercício de 2023, a Coordenadoria atuou no apoio à execução orçamentária do órgão, bem como nas demais demandas solicitadas pelo Gabinete com o intuito de prover informações gerenciais necessárias e operacionalizar estratégias e projetos por ele geridos.
- **Bonificação de Resultados (BR):** Considerando a edição da Lei Estadual nº 1.361, de 21 de outubro de 2021, que instituiu a Bonificação de Resultados (BR) no âmbito da administração direta e autarquias, a CPEI prestou apoio à Comissão Setorial de Bonificação de Resultados com a elaboração da proposta de indicadores e metas globais para envio à Comissão Intersecretarial, a qual cabe a aprovação e publicação dos normativos correspondentes. Nesse contexto, a Coordenadoria tem trabalhado no sentido de divulgar as metas pactuadas e monitorar os esforços envidados pelas áreas para o seu atingimento.
- **Programas de Metas:** A Coordenadoria vem atuando, em apoio ao Gabinete do Controlador Geral do Estado, no acompanhamento, monitoramento e controle do andamento das ações do Plano Anticorrupção. Neste sentido, atua alimentando os dados relativos à CGE-SP no sistema do Programa de Metas do Governo e realizando a interlocução com a Casa Civil quanto a esse monitoramento.
- **Governança**: A partir da edição do Decreto Estadual nº 68.159, de 09 de dezembro de 2023, institucionalizou-se a política de governança da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo. Com relação a esse tema, a CGE-SP, por meio da CPEI, já atuava, em 2023, no sentido de promover estudos que permitissem a proposição de políticas internas e da estrutura de governança para o órgão.
- Registra-se que essa ação iniciada em 2023 ainda se encontra em andamento, porém já houve a criação do Comitê de Governança Interna na CGE-SP, por meio da Resolução CGE nº 03, de 08 de fevereiro de 2024, cuja primeira reunião foi realizada no primeiro trimestre de 2024.
- **Benefícios Financeiros e Não Financeiros:** A CGE-SP, como órgão do Governo do Estado de São Paulo, gera impactos positivos para a sociedade e para a administração pública como um todo. Nesse sentido, surge a necessidade de mensurar esses impactos para entender a evolução dos benefícios gerados e, eventualmente, corrigir os rumos da estratégia.
- Para tanto, institui-se metodologia de quantificação e registro desses benefícios, por meio da Resolução CGE nº 11, de 19 de junho de 2023, além de manual orientativo e sistema informatizado de registro.
- Com isso, as áreas registram seus benefícios que serão avaliados e validados conforme os critérios estabelecidos na resolução, com posterior deliberação e aprovação pela estrutura de governança, considerando aspectos relacionados à estratégia da CGE-SP.
- **Relatórios de Resultados**: Considerando a atribuição da Coordenadoria de acompanhar, avaliar e monitorar os resultados nas áreas de atuação da Controladoria Geral do Estado, a CPEI atuou na

consolidação e análise desses dados, emitindo relatórios de resultado para auxiliar a tomada de decisão do Controlador Geral do Estado e prover informações a órgãos externos.

- Podem ser citados como exemplos de relatórios de resultados produzidos: a) o Relatório de Benefícios Financeiros e Não Financeiros; b) Relatórios Orçamentários, da CGE-SP e do Estado; c) Relatórios para compor prestações de contas à ALESP e TCE-SP (Relatório Anual de Governo e Relatório de Atividades de 2023; entre outros.
- **Gestão de processos e projetos:** A partir da análise dos macroprocessos e processos da CGE-SP, elaborou-se uma proposta de cadeira de valor, em relação à qual definiu-se o mapeamento de alguns processos objetivando identificar as atividades existentes e definir as responsabilidades dos atores envolvidos. Como resultado desta iniciativa, iniciou-se, no exercício de 2023, o mapeamento de seis processos, três da área correcional e quatro da CPEI.
- Não obstante, também como parte de sua atribuição, a CPEI iniciou estudos para o desenvolvimento de metodologia de gestão de projetos a ser aplicada para monitoramento das ações estratégicas da CGE-SP.
- **Plataforma de Conhecimento:** A Plataforma de Conhecimento, instituída pela Resolução CGE nº 06, de 05 de junho de 2023, consiste em um repositório institucional, desenvolvido em um ambiente onde seja possível organizar, armazenar, gerenciar, preservar e disseminar documentos em formato digital, produzidos e/ou utilizados no âmbito das atividades da CGE-SP.
- Sua instituição ocorre com o objetivo de garantir acesso aberto à informação produzida, ressalvadas as hipóteses de sigilo, e preservar a memória institucional da CGE-SP, em especial quanto aos documentos considerados relevantes para a Administração Pública Estadual.
- Para tanto, está já em fase final de desenvolvimento, em conjunto com a PRODESP, uma plataforma para que seja possível a guarda e acesso a esses documentos, a qual deverá ser disponibilizada no primeiro semestre de 2024, inclusive para acesso da população em geral.

Das Ações da Coordenadoria de Tecnologia da Informação

Em 2023, o Departamento de TI realizou um total de 37 atividades principais, distribuídas entre análises de dados, desenvolvimento de dashboards, gestão e contratação, infraestrutura e programas de capacitação (PAC).

Estas atividades foram fundamentais para suportar as operações da organização, garantir a segurança dos dados e promover a inovação tecnológica**.**

Destacam-se abaixo as principais ações realizadas:

- **Estudos, levantamentos e análises -** Realização de análises, a partir de demanda das áreas da CGE, em bases de dados do governo estadual sobre temas como: preços de medicamentos de alto custo, programa Bolsa do Povo, Sistema de dispensação de medicamentos - MEDEX, programas transporte escolar e melhores caminhos (Rotas Rurais), entre outros.

- **Criação de Dashboards -** Desenvolvimento de painéis informativos nos seguintes temas: monitoramento de obras públicas, patrimônio imobiliário de SP, chamados de suporte técnico, melhorias em dashboards para o Portal de Transparência do Estado e ação integrada de inteligência e auditoria nos programas de transporte escolar e melhores caminhos.

- **Gestão e apoio operacional a outras unidades da CGE**

- Compilação de normas de TIC
- Criação de formulário de mapeamento de competências
- Implementação do Guia de Transparência Ativa no Site CGE
- Contratação de outsourcing de impressão corporativa
- Contratação da Prodesp para Desenvolvimento de Software
- Operacionalização da Pesquisa de Percepção sobre Integridade Pública
- Implementação de 18 formulários de cursos e eventos da CGE
- Dashboards de Integridade: Desenvolvimento de painéis para acompanhamento de programas de integridade, emendas parlamentares no Portal da Transparência e estratégias para o Governo Digital.

- **Capacitação dos servidores**: Operacionalização e apoio nos processos de capacitação de servidores da CGE, tendo ministrado capacitação específica em análise de dados em fontes abertas e ferramenta Upminer.

- **Formulários e Infraestrutura de Rede**: Renovação do parque de máquinas para notebooks, atualização do portal da CGE, serviços da Intranet, migração do Active Directory para Datacenter da Prodesp, implementação da solução LAPS e ferramenta Cisco Prime Infrastructure.

- **Segurança e Monitoramento**: Migração de servidor de arquivos para o Datacenter da Prodesp, implementação de sistemas de monitoramento de integridade e acompanhamento de planos anticorrupção.

- **Licenças e Ferramentas**: Renovação de licenças Adobe Acrobat Pro, contratação de Adobe Creative Cloud, implementação da ferramenta Upminer e licenças MS 365 E3 para todos os servidores da CGE.

- A partir disso, conclui-se que o ano de 2023 foi marcado por avanços para a Coordenadoria de Tecnologia da Informação, em especial quanto às temáticas de análise de dados, gestão de infraestrutura, segurança e capacitação. Estas atividades refletem o compromisso da área com a inovação, eficiência operacional, e alinhamento estratégico com as metas da organização.

Das Ações da Coordenadoria de Inteligência e Informações Estratégicas

A Coordenadoria de Inteligência e Informações Estratégicas (CIIE) integra o Gabinete do Controlador Geral de Estado, tendo suas atribuições definidas pelo artigo 18 do Decreto Estadual nº 66.850/2022 e regulamentadas pela Resolução CGE nº 5/2022. Possui em sua estrutura o Departamento de Apuração de Evolução Patrimonial e o Departamento de Análise de Dados e Governança da Informação.

Os agentes públicos lotados na CIIE desempenham as atividades precípuas de instrução dos autos correcionais, de investigação, de inteligência e de assessoramento, atuam na persecução das práticas delitivas contra a Administração Pública, na prevenção das práticas indevidas contra a Gestão Pública, na produção de provas, preservação das provas e ainda, na preservação da cadeia de custódia dos atos de investigação.

Além disso, promove, desenvolve e participa de cursos, debates, palestras e reuniões acerca do enfrentamento da corrupção e da lavagem de dinheiro, da responsabilidade funcional por desvios de conduta e da responsabilidade das empresas privadas por práticas de atos de corrupção e prejuízos em face da Administração Pública.

Por fim, a Coordenadoria de Inteligência e Informações Estratégicas, além de assessorar, atender as demandas e subsidiar o Gabinete da Controladoria Geral do Estado, também assessora as demais Coordenadorias da CGE-SP, executando atividades conjuntas, com destaque para os trabalhos de fiscalização desenvolvidos com a Coordenadoria de Auditoria, que abrangeu diversos municípios do estado com a finalidade de avaliar a execução do programa Melhores Caminhos, ou realizando operações e diligências diversas, como no Departamento de Trânsito e nas Unidade de Saúde.

Nesta seara, seguem dados numéricos em relação à atuação efetuada:

Quadro Resumo dos Resultados Quantitativos da CIIE	
- Quantidade de Procedimentos SEI instaurados	09
- Quantidade de Procedimentos SEI arquivados	32
- Quantidade de Procedimentos SEI que tramitaram na CIIE (próprios e de outras Coordenadorias)	45
- Participação / realização de oitivas	69
- Diligências de Investigação e participação de diligências em conjunto com outas Coordenadorias	1.568
- Pesquisas para diversas diretorias e coordenadorias	2.001
- Pesquisas variadas em Fontes Abertas e/ou Fechadas	378
- Relatórios Produzidos	20
- Despachos emitidos	44

Ademais, estão consignadas abaixo algumas operações efetuadas no exercício de 2023:

- **Operação Saltinho:** realizada em conjunto com o Departamento de Apurações Especializadas da CGE e a DCCIBER, com o objetivo de apurar inserção de dados falsos em Sistema de Informação, resultando na condução de servidor à DCCIBER e na apreensão da quantia em espécie no valor de R$ 168.250 (cento e sessenta e oito mil, duzentos e cinquenta reais).

- **Operação Estampagem Irregular de Placas:** realizada em conjunto com o Departamento de Apurações Especializadas da CGE e a Polícia Civil, resultando na condução da servidora ao DPPC para prestar esclarecimentos.
- **Operação Jardim da Infância:** realizada em conjunto com o Departamento de Apurações Especializadas da CGE, com o objetivo de apurar fraudes em processos de mudança de características em veículos, resultando na prisão de servidor e apreensão de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) em espécie.
- **Operação Fraude em Prova Teórica**: realizada em conjunto com o Departamento de Apurações Especializadas da CGE, com o objetivo de apurar fraude em estação de trabalho destinada a aplicação de prova teórica, resultando na apreensão de 08 computadores (CPU´s) e de cabos clandestinos e irregulares pela Diretoria de Sistemas do DETRAN/SP.
- **Operação Fraude em Estampagem de Placas de Veículos**: realizada em conjunto com o Departamento de Apurações Especializadas da CGE com o objetivo de identificar funcionário municipal, que foi conduzido à Delegacia para a devida comunicação de prática de crime.

Além dessas operações, destacam-se atividades complementares como a de cooperação no Fórum de Combate à Corrupção no Estado de São Paulo (FOCOOSP) e na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), bem como a participação em cursos complementares e palestras (TCE, TCM, TCU, MP, ACADEPOL, Jornada Técnica de Inteligência de Segurança Pública e Encontro de Auditores Internos e outros).

Por fim, importante consignar as atividades de acompanhamento de evolução patrimonial, exercidas pelo Departamento de Análise e Evolução Patrimonial (DAEP) com a utilização do Sistema AEP - Acompanhamento da Evolução Patrimonial, que consiste no cadastramento, recepção, análise e divulgação das declarações públicas de bens e valores das autoridades e dirigentes da administração pública estadual, nos termos do Decreto nº 41.865/97 e suas atualizações.

Cabe ainda ao DAEP, a análise da evolução patrimonial de agentes públicos estaduais, por meio de apurações preliminares instauradas com base no Decreto nº 58.276/12.

Dessa atividade, resultaram as seguintes estatísticas:

Quadro Resumo dos Resultados Quantitativos de Processo de Apuração de Evolução Patrimonial e Sistema AEP	
Número de informações produzidas	16
Número de relatórios produzidos	37
Número de despachos emitidos	80
Número de ofícios expedidos	39
Número de ofícios exclusivos para MPSP	8
Procedimentos em análise	14
Procedimentos concluídos e encaminhados para PAD	5
Procedimentos concluídos e arquivados	1
SISTEMA AEP - dirigentes ativos	1.102
SISTEMA AEP - declarações anuais 2023 recebidas	307
SISTEMA AEP - declarações de posse recebidas	132
SISTEMA AEP - declarações de desligamento recebidas	59
SISTEMA AEP - atendimentos por email	448
SISTEMA AEP - atendimentos telefônicos	290
SISTEMA AEP - dirigentes cadastrados no ano corrente	269

Das Ações da Coordenadoria de Instrução Processual e Cartorária

A Coordenadoria de Instrução Processual e Cartorária (CIPC) tem suas atribuições previstas no artigo 19 do Decreto 66.850/22, que organizou a Controladoria Geral do Estado. Coube então à Resolução nº 4, de 21 de julho de 2022, dispor sobre suas diretrizes e atividades.

Por meio do Departamento de Recepção, Protocolo, Triagem e Tratamento de Documentos são recebidos os documentos endereçados à Controladoria Geral do Estado, bem como os pedidos formulados via Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, sendo então analisados preliminarmente, registrados, classificados, autuados, protocolados e encaminhados às áreas internas.

Nesse sentido, foram gerenciados mais de 17 mil documentos a saber:

Documentos geridos pela CIPC	
Instaurações	2422
Tramitações	3498
Documentos gerados	6605
Documentos externos recebidos	4557
Pedido de Informações via Serviço de Informação ao Cidadão - SIC	52

Das Ações da Coordenadoria de Auditoria

Das auditorias realizadas

A Coordenadoria de Auditoria (CAUD) integra a estrutura da Controladoria Geral do Estado, sendo o Órgão Central de auditoria no âmbito da Administração direta e indireta do Estado de São Paulo.

Cabe à CAUD, por meio dos seus Departamentos de Auditoria I a V, planejar, coordenar, supervisionar e exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nos órgãos e entidades, zelando pela observância aos princípios constitucionais e legais.

- **Ações do Departamento de Auditoria I** - O Departamento de Auditoria I tem como âmbito de atuação preferencial as seguintes Secretarias e órgãos: Secretaria da Educação, Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria de Turismo e Viagens. No exercício de 2023, foram instaurados 14 processos de auditoria.
- **Ações do Departamento de Auditoria II** - O Departamento de Auditoria II tem como âmbito de atuação preferencial as seguintes Secretarias e órgãos: Secretaria da Saúde, Secretaria de Comunicação, Secretaria de Desenvolvimento Regional, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. No exercício de 2023, foram instaurados 13 processos de auditoria.
- **Ações do Departamento de Auditoria III** - O Departamento de Auditoria III tem como âmbito de atuação preferencial as seguintes Secretarias e órgãos: Secretaria da Segurança Pública, Secretaria da Administração Penitenciária, Secretaria da Justiça e Cidadania, Casa Militar e Defesa Civil. No exercício de 2023, foram instaurados 15 processos de auditoria.
- **Ações do Departamento de Auditoria IV** - O Departamento de Auditoria IV tem como âmbito de atuação preferencial as seguintes Secretarias e órgãos: Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Secretaria de Políticas Para Mulher, Secretaria dos Transportes Metropolitanos, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e Empresas. No exercício de 2023, foram instaurados 17 processos de auditoria.
- **Ações do Departamento de Auditoria V** - O Departamento de Auditoria V tem como âmbito de atuação preferencial as seguintes Secretarias e órgãos: Secretaria de Governo e Relações Institucionais, Secretaria da Fazenda e Planejamento, Secretaria de Gestão e Governo Digital, Secretaria de Parcerias em Investimentos, Secretaria de Negócios Internacionais, Casa Civil e Procuradoria Geral do Estado. No exercício de 2023, foram instaurados 10 processos de auditoria.

No exercício de 2023, foram instaurados 69 trabalhos de auditoria, os quais resultaram em:

- **44 Relatórios Preliminares de Auditoria**, uma vez concluída a versão preliminar do relatório, são realizadas reuniões para a busca conjunta por soluções referentes aos achados e recomendações exaradas e é aberto prazo para manifestação do auditado. Após a análise dessa manifestação, são emitidos os Relatórios Finais de auditoria.

- **07 Diagnósticos** a partir de informações fornecidas pela unidade auditada a respeito de determinado tema, com o intuito de identificar possíveis objetos de auditoria.

- **01 trabalho conjunto** com a Coordenação de Correição da Controladoria Geral do Estado.

- **01 monitoramento**, junto às Secretarias de Estado, das ações adotadas face às recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo nas fiscalizações de natureza operacional no exame das contas do governador referente ao exercício de 2021.

- **15 trabalhos de auditoria em andamento**, com previsão de finalização em 2024.

- **01 trabalho de auditoria** paralisado aguardando dados da unidade auditada.

Por fim, registra-se que foi firmado junto à Controladoria Geral da União (CGU) cessão de direito de uso do sistema e-AUD. Os servidores da CAUD realizaram treinamento no final do exercício de 2023, e o sistema está disponível para utilização pela CGE-SP. O efetivo uso do sistema ocorrerá em 2024.

Das normas produzidas e publicadas

Não obstante, ainda dentro das atribuições previstas para a Coordenadoria de Auditoria como Órgão Central, destaca-se a publicação de 04 manuais de auditoria em 2023:

- **Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental** (Resolução CGE nº 12/2023, de 26 de junho de 2023) com o propósito de apresentar princípios, conceitos, diretrizes e estrutura que norteiam a prática da auditoria interna governamental no Estado de São Paulo convergentes com normas e práticas nacionais e internacionais.
- **Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Estadual** (Resolução CGE nº 13/2023, de 26 de junho de 2023) que tem como objetivo operacionalizar os conteúdos constantes do Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental, contribuir para o aprimoramento da governança de órgãos e entidades, uniformizar entendimentos e práticas, sem, contudo, restringir a autonomia que cabe a cada Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) no que se refere à definição de seus métodos de trabalho, sistemas e modelos. Além disso, guiar os trabalhos de auditoria para o atingimento de seu objetivo, que é o de agregar valor à gestão, e apresentar o processo de auditoria com as etapas de planejamento, execução, comunicação dos resultados e monitoramento.
- **Roteiro para Elaboração de Plano de Auditoria Baseado em Riscos** (Resolução CGE nº 15/2023, de 11 de julho de 2023) que tem como objetivo orientar as UAIG a elaborarem seus Planos de Auditoria Interna (PAINT) que deverão estar em harmonia com os planos estratégicos das unidades auditadas, com as expectativas de sua alta administração e com os seus processos de gestão de riscos, quando existirem e forem confiáveis. Além disso, trata das formas de seleção dos objetos de auditoria e do direcionamento do planejamento dos trabalhos para as questões que estejam mais expostas a ameaças que possam afetar o alcance dos objetivos da organização.
- **Roteiro para Elaboração de Relatório de Auditoria** (Resolução CGE nº 16/2023, de 11 de julho de 2023) que tem como objetivo padronizar a apresentação dos relatórios de auditorias de todas as UAIG e contribuir para que o trabalho realizado promova alterações reais e positivas nos objetos auditados.

Da atuação como Órgão Central

O Sistema de Controle Interno (SCI) do Poder Executivo do Estado de São Paulo tem em sua estrutura as Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) compostas pela Coordenadoria de Auditoria da Controladoria Geral do Estado e as Auditorias Internas Singulares das entidades da Administração Pública Estadual Indireta (AUDIN).

Compete à CGE como órgão central, por meio da Coordenadoria de Auditoria, estabelecer diretrizes quanto à realização de ações integradas, de forma a promover atuação harmônica no contexto das competências concorrentes e o fortalecimento recíproco das UAIG.

Neste contexto, em 15 de agosto de 2023 foi realizado o “1° ENCONTRO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO” com os integrantes desse Sistema. Foram apresentados a estrutura e os responsáveis da Coordenadoria de Auditoria da CGE-SP, os manuais de auditoria, o papel e responsabilidades de cada UAIG, os princípios, conceitos e diretrizes para a prática da auditoria interna governamental e a ênfase da auditoria baseada em riscos e convergentes com as normas e práticas nacionais e internacionais.

Do Cadastro de Entidades

Dentre as atribuições da Coordenadoria de Auditoria, consta o cumprimento do Decreto Estadual nº 57.501, de 08 de janeiro de 2011, para análise e certificação das entidades do terceiro setor, como um pré-requisito obrigatório à formalização de quaisquer tipos de avenças com os órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado de São Paulo.

Consiste no cadastramento das entidades no sistema “Cadastro Estadual de Entidades – CEE” (www.cadastrodeentidades.sp.gov.br), que compreende a coleta de informações qualitativas e quantitativas e documentação para posterior análise. Após análise, caso aprovada, a entidade recebe

um número único de certificação, denominado Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades (CRCE), utilizado por diversos entes públicos como requisito para recebimento de verbas públicas.

Desde o início desse trabalho, em 01/01/2012 até a presente data, cadastraram-se 18.169 entidades, das quais destaca que 7.570 permanecem certificadas, 4.183 estão suspensas por irregularidades diversas e outras 872 estão impedidas de avençar com a administração estadual.

Para o exercício de 2023, seguem abaixo as estatísticas identificadas:

Cadastro Estadual de Entidades – Estatísticas 2023	
Entidades que estão em fase de autocadastramento	2356
Entidades que finalizaram o cadastro e solicitaram análise	1402
Entidades com pendências documentais ou outras irregularidades	883
Entidades não aprovadas no Cadastro Estadual de Entidades	114
Certificados de Regularidade Cadastral de Entidades - CRCE emitidos	739
Certificados de Regularidade Cadastral de Entidades - CRCE revalidados	1684
Certificados de Regularidade Cadastral de Entidades - CRCE suspensos	1894

Das Ações da Coordenadoria de Controle Estratégico e Promoção da Integridade

A Coordenadoria de Controle Estratégico e Promoção de Integridade (CCEPI) foi criada pelo Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022, e tem, dentre as atribuições previstas em seu artigo 25, a de implementar ações voltadas à promoção e ao fortalecimento da cultura de integridade, estabelecer e fomentar práticas e políticas de gestão de riscos e administrar o Portal da Transparência.

Para tanto, conta com a seguinte estrutura: a) Departamento de Gestão de Riscos e Controle Estratégico; b) Departamento de Transparência Ativa e Promoção da Integridade; c) Departamento de Formação em Controle Interno e Educação Continuada; e d) Departamento de Gestão Descentralizada de Controle Interno.

Neste sentido, registram-se abaixo as ações realizadas pela CCEPI no ano de 2023 e seu status, ressaltando que diversas atividades desta Coordenadoria são decorrentes das ações do Plano Anticorrupção:

Ações Concluídas

- **Publicação de 05 (cinco) manuais/guias** para auxiliar os gestores públicos na elaboração e padronização de instrumentos de integridade e transparência:

- Plano Estadual de Promoção de Integridade;
- Guia Prático de Gestão de Riscos para a Integridade;
- Manual de Gestão de Riscos;
- Guia Prático de Transparência Ativa - Administração Direta e Autarquias;
- Guia Prático de Transparência Ativa - Empresas Estatais.

- **Apoio na elaboração e divulgação da 1ª Pesquisa de Percepção em Integridade Pública**: obtenção de dados para o diagnóstico da percepção dos agentes públicos da administração direta e indireta do Governo do Estado de São Paulo nos temas relativos à integridade pública, alcançando a participação de 17.340 agentes públicos na pesquisa realizada.
- **Elaboração de minuta de decreto dispondo sobre o Plano Estadual de Promoção da Integridade da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo (Decreto Estadual n° 67.683/2023)**: criação das diretrizes e sistematização das ações voltadas ao fortalecimento dos mecanismos internos de prevenção de irregularidades administrativas, de práticas de corrupção e de desvios éticos; bem como determinação da obrigatoriedade de elaboração e implementação de Programas de Integridade nos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.
- **Elaboração de minuta de resolução e posterior alteração estabelecendo orientações às UGIs (Resolução CGE n°04/23 e n°09/23):** definição de orientações aos órgãos e às entidades da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo para a elaboração, a implementação e o monitoramento de seus Programas de Integridade.
- **Elaboração de minuta de decreto da Política de Gestão de Riscos do Estado de São Paulo (Decreto Estadual nº 68.158/2023):** que dispõe sobre a sistematização de práticas relacionadas à governança, à gestão de riscos e aos controles internos no âmbito de órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de São Paulo.

- **Acompanhamento da criação das Unidades de Gestão de Integridade nos órgãos da Administração Pública direta e autárquica:** instituídas 58 Unidades de Gestão de Integridade, abrangendo 27 Secretarias, 23 Autarquias e 8 Fundações, sendo que essas últimas aderiram voluntariamente ao Programa de Integridade.
- **Realização de reuniões para esclarecimentos das UGIs**: 3 reuniões realizadas com diversas UGIs, via Teams.
- **Materiais orientativos sobre Programa de Integridade**: além dos guias e manuais descritos anteriormente, foram elaborados os seguintes materiais: 14 Informativos; fluxo para elaboração dos Programas de Integridade; fluxo do processo de gestão de Riscos à Integridade; passo a passo da análise SWOT com foco em integridade; 2.000 cartazes e 2.500 folders sobre temas relacionados à integridade (integridade pública, programa de integridade e canais de denúncia) para os membros das UGIs, visando ao fomento das ações de integridade junto aos órgãos; desenvolvimento de 02 (dois) vídeos institucionais de apoio às campanhas de integridade, em conjunto com a Secretaria de Comunicação, disponibilizados no site da CGE; criação de canal de acompanhamento e recebimento de dúvidas das UGIs: suporte.integridade_cge@sp.gov.br.
- **Capacitação para elaboração dos Programas de Integridade**: participação de 210 membros das UGIs.
- **Aula de Compliance e Gestão de Riscos**: parte do componente “Políticas Públicas em Saúde e Mercado de Saúde”, do curso "Especialização em Gestão de Serviços de Saúde" da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES/SP), com a participação de 46 alunos.
- **Capacitação em Gestão de Riscos** no DETRAN - sede, com 70 participantes. As capacitações têm o propósito de sensibilizar os órgãos e entidades da Administração Pública acerca da importância e dos benefícios da gestão de riscos, assim como capacitar multiplicadores.
- **Pesquisa de satisfação da capacitação para elaboração dos Programas de Integridade e relatório:** 119 agentes públicos responderam ao questionário, o que representou uma taxa de resposta de aproximadamente 57%. Foram analisados os aspectos mais bem avaliados e aqueles em que são necessárias melhorias, além de sugestões de novos temas para as próximas capacitações.
- **Criação da Unidade de Gestão da Integridade da CGE**: publicação de resolução e suas alterações, instituindo a UGI da CGE (Resolução CGE n° 10, n° 19 e n° 20 de 2023).
- **Apoio no desenvolvimento e Implementação do PBI “Monitoramento dos Programas de Integridade”**: desenvolvimento do painel (PBI), com o apoio da CTI, para acompanhamento da implementação dos Programas de Integridade dos órgãos e entidades paulistas.
- **Implementação do Sistema de Monitoramento dos Programas de Integridade**: implementação do Sistema de Monitoramento dos Programas de Integridade e disponibilização no site da CGE. O sistema permite que as UGIs façam a inserção dos documentos referentes a cada uma das entregas estabelecidas pela Resolução CGE nº 04, de 30 de maio de 2023, e acompanhem todo o processo de elaboração e implementação de seus respectivos Programas de Integridade. Além disso, propicia o acompanhamento da execução das medidas de tratamento dos riscos de integridade levantadas e previstas em seu plano de ação. Foram elaborados também, o Glossário, as Perguntas Frequentes e o Manual de Uso do Sistema.
- **Criação da página Integridade no site CGE-SP**: esta página contém o Painel para o acompanhamento da implementação dos Programas de Integridade, materiais de apoio, vídeos das campanhas, materiais de divulgação, bem como o acesso ao Sistema de Monitoramento e à 1ª Pesquisa de Percepção sobre Integridade Pública.
- **Manifestação técnica sobre os projetos de Lei Complementar nº 127 e nº 205 de 2023**: leitura, análise e elaboração de Manifestação sobre os Projetos de Lei nº 127 e nº 205, de 2023, que dispõem sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Estado de São Paulo.
- **Apoio às UGIs no preenchimento do questionário do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) por meio do Sistema e-Prevenção:** ocorreram 16 novas adesões e 28 atualizações no sistema e-Prevenção, totalizando 44 órgãos / entidades / fundações, ou seja, 75% de aproveitamento. Para isso, foram elaborados materiais de apoio e realizada capacitação para auxiliar e incentivar os membros das Unidades de Gestão de Integridade no preenchimento do questionário.
- **Gerenciamento do Portal da Transparência Estadual (transparencia.sp.gov.br) – (atividade contínua)**: promoção de melhorias no Portal da Transparência, a fim de atender as melhores práticas de transparência pública.
- **Solicitação de atualização do rol de documentos classificados/desclassificados**: atendimento a Lei de Acesso à Informação para 75 órgãos e entidades.

- **Implementação de Painéis da Transparência**: Painéis de Patrimônio Imobiliário; Obras Públicas; Emendas Parlamentares e Remuneração Mensal.
- **Avaliação de critérios de transparência de sítios eletrônicos dos Hospitais de Clínicas/Universitários e Fundações de saúde**: monitoramento das melhorias dos sítios eletrônicos dos Hospitais de Clínicas/ Universitários e Fundações.
- **Elaboração de proposta para a aderência ao projeto BID para a promoção da transparência ativa**: levantamento da necessidade de desenvolvimento de sistemas BI e das informações necessárias (banco de dados).
- **Proposição de plano de comunicação do Portal da Transparência**: estruturação de um plano de comunicação para a divulgação do Portal da Transparência do Estado de São Paulo.
- **Análise de riscos do Cadastro Estadual de Entidades:** mapeamento dos riscos do Cadastro Estadual de Entidades, com o objetivo de identificar sua importância e relevância para o controle interno realizado no âmbito da CGE-SP e, consequentemente, contribuir para futura tomada de decisão acerca do assunto.
- **Palestra em parceria com a Escola de Governo (EGESP) – "Dia Internacional contra a Corrupção"**: divulgação do Portal da Transparência para 25 entidades do terceiro setor em parceria com a Escola de Governo do Estado de São Paulo (EGESP/SP).
- **Apoio na promoção dos eventos:** 1. Acordos de Leniência na Legislação Anticorrupção – 111 participantes (setembro/2023); e 2. Integridade e Ética como Estratégia de Gestão e Boa Governança – 162 participantes (dezembro/2023);
- **Contratação de curso de capacitação "Gerenciamento de Riscos Corporativos do novo COSO ERM 2017":** ministrado pelo Instituto dos Auditores Internos - IIA Brasil para a Unidade de Gestão de Integridade (UGI) da Controladoria Geral do Estado, realizado em dezembro/2023.
- **Participação em curso regional e em curso internacional da IACA – Academia Internacional Anticorrupção:** em São Paulo/SP (março/2023) e Laxemburg, Austria (junho/2023).
- **Participação em 2 reuniões da Rede Nacional de Promoção da Integridade Privada**: promovidas pela Controladoria Geral da União, em Brasília/DF (junho/2023) e Florianópolis/SC (outubro/2023).

Ações em andamento (iniciadas em 2023)

- **Acompanhamento dos Programas de Integridade dos órgãos/entidades**: acompanhamento das entregas das etapas relativas aos Programas de Integridade das 58 UGIs, estabelecidas pelos incisos I ao V do artigo 8º da Resolução CGE nº 04, de 30 de maio de 2023, bem como apoio e fornecimento de orientações quanto aos procedimentos a serem adotados;
- **Suporte técnico às Unidades de Gestão de Integridade**: suporte técnico às UGIs, respondendo a dúvidas quanto ao uso da Metodologia de Gestão de Riscos e conceitos relacionados à quebra de integridade. Análise técnica das entregas realizadas pelas UGIs, com a realização de reuniões para alinhamento, orientações e esclarecimento de dúvidas. Em 2024, a atividade de suporte continua com a implementação, comunicação e monitoramento dos Programas de Integridade dos órgãos e entidades autárquicas da Administração Pública do Estado de São Paulo;
- **Campanha de Integridade Pública**: conscientização dos agentes públicos sobre temas relacionados à integridade pública e canais de denúncia por meio da divulgação de vídeos no site da CGE-SP e nas redes sociais, de afixação de cartazes e de entrega de folders aos servidores da CGE e de outros órgãos e entidades paulistas;
- **Elaboração de minuta de decreto do Novo Código de Ética do Poder Executivo estadual**: desenvolvido em formato de diretrizes a serem observadas como referencial ético e de integridade por todos os agentes públicos do Poder Executivo estadual;
- **Elaboração de minuta de decreto sobre divulgação de compromissos públicos e concessão de hospitalidades**: elaboração de minuta prevendo a divulgação de compromissos públicos e a concessão de hospitalidades;
- **Elaboração da Cartilha Assédio Moral em parceria com a Coordenadoria Correcional**: a cartilha está sendo elaborada com a finalidade de informar, conscientizar e sensibilizar os agentes públicos sobre o que é o assédio moral, quais os aspectos que caracterizam a sua prática, como as vítimas podem denunciar;
- **Elaboração da Cartilha Assédio Sexual em parceria com a Coordenadoria Correcional**: a cartilha está sendo elaborada como uma das ações de promoção de integridade que objetiva assegurar um ambiente de trabalho sadio e seguro aos servidores, livre desse tipo de assédio;

- **Elaboração da Cartilha Conduta do Agente Público**: a cartilha está sendo elaborada com o objetivo de abordar a conduta do agente público de forma clara e objetiva, com fundamento no Código de Ética do Poder Executivo Estadual, no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e na legislação correlata vigente;
- **Gestão dos riscos à integridade da CGE-SP**: com base na Metodologia de Gestão de Riscos, foram identificados 12 riscos à integridade, suas causas, consequências e controles existentes. Em seguida, foram avaliados probabilidade de ocorrência e possíveis impactos no âmbito da CGE-SP, tendo como produto a matriz de riscos, que os classifica em extremo, alto, médio ou baixo, direcionando a prioridade de ação para tratamento. Em 2024, esse trabalho continua com a definição do Plano de Ação para tratamento dos riscos, monitoramento e comunicação do Programa de Integridade;
- **Gestão de Riscos dos processos de Acordo de Leniência, Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas e Apuração Preliminar**: em 2023 iniciou-se a gestão de riscos dos processos da CGE-SP, priorizando os processos já mapeados e considerados de maior relevância para a instituição. Foram identificados os riscos dos processos de Acordo de Leniência, Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas e Apuração Preliminar. A metodologia utilizada foi desenvolvida pela CGE-SP e é um trabalho em conjunto entre o Departamento de Gestão de Riscos e Controle Estratégico e os responsáveis pelos processos. No ano de 2024, esses trabalhos continuam com a definição do Plano de Ação para tratamento dos riscos, monitoramento e comunicação;
- **Avaliação e Monitoramento dos Sítios Eletrônicos da Administração Direta e Indireta para Adequação aos Guias de Transparência Ativa – GTAs:** aprimoramento da disponibilização e padronização das informações dos sítios eletrônicos da Administração Direta e Indireta.

Das Ações da Coordenadoria Correcional

A Coordenadoria Correcional (CCOR) tem suas atribuições estabelecidas pelo artigo 26 do Decreto 66.850, de 15 de junho de 2022, que estrutura a Controladoria Geral do Estado. Organizada em seis departamentos, que congregam 48 servidores, cabe à CCOR apurar denúncias e verificar a regularidade das atividades desenvolvidas pelos órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de São Paulo, bem como dos atos praticados pelos seus agentes públicos, propondo sua responsabilização, quando for o caso. Além disso, a Coordenadoria tem competências para o desenvolvimento de atividades preventivas e de condução de Processos Administrativos de Responsabilização (PAR) em face de pessoas jurídicas.

No exercício de 2023, a CCOR foi responsável pela realização de 19 Ações do Plano Anticorrupção, dentre os quais destacaram-se as seguintes entregas:

Ação	Descrição
65	Implementação de sistema que organize as informações dos procedimentos administrativos correcionais e gere peças necessárias para a condução dos procedimentos disciplinares
66	Resolução para implementação do julgamento antecipado do PAR
67	Realização de estudo para a implementação de corregedorias em órgãos e entidades da administração pública estadual
69	Resolução conjunta PGE/CGE para regular os procedimentos de acordos de leniência
70	Capacitação dos servidores que atuam em acordos de leniência em negociação
71	Capacitação dos servidores que atuam na área correcional em PAR
72	Capacitação dos servidores que atuam na área correcional em juízo de admissibilidade
75	Implementar Grupo de Trabalho visando aprimorar os normativos vigentes sobre Procedimentos Disciplinares
77	Implementar grupo de trabalho para tratar do aprimoramento dos normativos que tratam dos meios alternativos de sanção
80	Decreto de obrigatoriedade de lançamento das sanções aplicadas em empresas no CEIS/CNEP

Também no período promoveu-se a capacitação de 100% dos servidores lotados na área, em matérias tais como: uso de sistemas de informação, processos administrativos disciplinares, técnicas investigativas, processos administrativos de responsabilização e leniência. Tais esforços, apoiados

pela introdução de mecanismos de gestão de projetos e de processos, repercutiram nos resultados a seguir.

Processos instaurados e julgados

A CCOR tem, dentre as suas atribuições, a competência para a condução de apurações preliminares e processos administrativos de responsabilização.

O processo de apuração preliminar consiste no conjunto de ações de natureza investigativa realizado pela CCOR com o intuito de averiguar fatos relatados em notícias de irregularidade que chegam ao seu conhecimento e propor, quando for o caso, a instauração de procedimentos de natureza sancionatória, como um processo administrativo de responsabilização em face de pessoas jurídicas ou um processo administrativo disciplinar em face de servidores públicos.

Notícias de irregularidade podem ser oriundas de denúncias encaminhadas por meio dos canais de ouvidoria, de representações realizadas por agentes públicos ou outros órgãos de controle diretamente à CCOR, de ações de controle, inteligência ou de operações especiais. Recebidas tais notícias, a CCOR realiza um conjunto de ações, como análise de bancos de dados e documentais, diligências e oitivas, a fim de delimitar a autoria e a materialidade do fato relatado, e, assim, recomendar ou não a instauração de procedimento específico para sancionar as partes envolvidas.

Em 2023, foram instauradas 365 apurações preliminares, e concluídas 514, resultado em uma redução de 149 processos acumulados de exercícios anteriores.

Para além da apuração preliminar, a CCOR também é responsável pela condução dos Processos Administrativos de Responsabilização (PAR) instaurados em face de pessoas jurídicas pelo cometimento de atos previstos na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 2013). No exercício, foram instaurados 08 PAR, e concluídos 11, com julgamento final ainda em 2023.

Leniências

Nos termos do artigo 31, do Decreto Estadual nº 67.301, de 24 de novembro de 2022, a Controladoria Geral do Estado detém competência exclusiva para celebrar acordos de leniência com empresas investigadas pela prática de atos lesivos no âmbito da Administração Pública estadual.

Com o acordo, as empresas podem ter as sanções isentas ou atenuadas - o que inclui a aplicação de multa e a pena de inidoneidade (proibição de contratar com o poder público) - desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo. O acordo é um instrumento sancionador negocial, celebrado com uma pessoa jurídica, que colabora, de livre e espontânea vontade, entregando informações e provas sobre os atos de corrupção de que tem conhecimento e sobre os quais assume a sua responsabilidade objetiva.

Ao longo do exercício de 2023, tramitaram na CCOR duas propostas de acordo de leniência que seguem em análise pelas Comissões especificamente designadas para esse fim.

Malha fina correcional

Atuando de forma proativa na detecção de irregularidades sujeitas a apuração disciplinar e melhoria da gestão de recursos humanos no estado de São Paulo, a Coordenação Correcional da Controladoria Geral do Estado passou a desenvolver, de modo semelhante ao realizado em auditoria, trilhas correcionais. Desenvolvida no âmbito do Departamento de Apurações de Despesas de Pessoal e Recursos Humanos (DADPRH/CCOR/CGE), a prática criou rotinas automatizadas, que indicam de forma objetiva e evidenciada a ocorrência de irregularidades a serem tratadas, repercutindo na ampliação da contabilização de benefícios para a Coordenação.

A prática encontra alinhamento ao modelo de maturidade correcional proposto pela Controladoria Geral da União (CRG-MM), contribuindo para a melhoria de dois KPAs: procedimentos correcionais investigativos (KPA 2.1) e atuação preventiva, a partir de riscos e vulnerabilidades (KPA 4.1).

Pensionistas

No âmbito do projeto malha fina correcional, a atuação da Coordenadoria para a identificação do pagamento indevido de pensão permitiu, até 31 de novembro de 2023, a contabilização pela São Paulo Previdência de uma economia de 487.456.982,79 com a suspensão ou extinção de pensões que não eram mais devidas, em razão da perda da qualidade de beneficiário.

Múltiplos vínculos

De igual forma, foi desencadeado procedimento correcional visando a realização de pesquisas e investigações relacionadas à acumulação remunerada de cargo(s) público(s) e/ou função(ões) de atividade(s) de médico, ocupante de cargo efetivo e/ou função atividade no Estado, com cargo, função e/ou emprego(s) privativo(s), a(s) compatibilidade(s) de horários e observância do teto constitucional remuneratório, uma vez constatado(s) o(s) acúmulo(s).

Por meio de análise de bases de dados, raspagem de dados em portais e cruzamento de informações fim, foram identificadas circunstâncias que indicavam possível acúmulo em cerca de 6,2 mil casos, os quais vêm sendo tratados em lote. No exercício de 2023, o primeiro lote analisado de 50 indivíduos revelou a existência de 26 casos em que há elementos suficientes de autoria e materialidade para desencadear processo administrativo disciplinar.

Terceirizados

A CCOR monitorou os contratos de serviços terceirizados celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, quanto à adoção obrigatória dos parâmetros e preços referenciais publicados pelos estudos dos Cadernos Técnicos e de Usos Específicos (CADTERC), em consonância com o disposto no Decreto nº 48.326, de 12 de dezembro de 2003, e determinou, quando necessária, a renegociação dos valores para adequação aos limites estabelecidos, proporcionando economia estimada de R$ 31.404.426,21 no exercício de 2023.

A economia apurada foi calculada a partir do resultado da negociação dos contratos terceirizados contendo itens de serviço acima dos referenciais estabelecidos pelo CADTERC, projetado pela quantidade contratada e pela vigência do contrato. Além dessa projeção, à essa economia foi adicionada a diferença de valores pela aplicação do reajuste com índice menor que o previsto em contrato ou pela não aplicação dele, bem como a diferença entre as bases mensais de contratos encerrados em comparação aos novos, mantendo mesmo objeto e escopo no caso de serviços contínuos.

Evoluções regulatórias

Ao longo do ano, a CCOR desenvolveu estudos e propôs conjunto de normas para a racionalização dos procedimentos correcionais no Estado de São Paulo. Destacam-se nesse aspecto a publicação do Decreto 67.684, de 03 de maio de 2023, que estabeleceu a obrigatoriedade de lançamento das sanções estaduais nos cadastros CEIS e CNEP, bem como as minutas, pendentes de publicação, dos decretos que regulamentam no Estado o juízo de admissibilidade, a apuração preliminar, o processo administrativo de responsabilização (PAR) e o julgamento antecipado dos PAR. Também merecem destaque a proposta de Emenda à Constituição nº 9/2023, que visa a ampliar as competências para a condução de processos administrativos disciplinares, bem como o Projeto de Lei nº 148/2023 que altera a estrutura da CGE-SP e cria as condições para a institucionalização da governança sobre o tema no âmbito do Estado de São Paulo.

Grupos de Trabalho

Ao longo do exercício de 2023, a CCOR teve atuação ativa nos fóruns governamentais dedicados ao combate à corrupção. Destacaram-se, nesse período, a participação na Ação nº 5 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), que se destinou a realizar extenso diagnóstico nacional e um policy paper para apoio ao desenvolvimento de programas de proteção e incentivo a denunciantes, bem como na Ação nº 3 do Fórum de Combate a Corrupção e Lavagem de Dinheiro de São Paulo (FOCCOSP), que buscou elaborar Anteprojeto de Lei para alteração da Lei Complementar nº 846, de 1998, que disciplina a qualificação de entidades como organizações sociais.

Ainda, a fim de somar esforços na racionalização dos procedimentos correcionais do Estado, foram criados dois grupos de trabalho intersecretariais, ambos coordenados pela CGE-SP, que têm como objetivo promover uma ampla revisão da legislação disciplinar, bem como de sua regulamentação estadual. Tais grupos de trabalho deverão entregar seus produtos ao longo do ano de 2024.

Sistema de Ética e Responsabilização Paulista (SER Paulista)

Uma das ações estratégicas a ser desenvolvida pela CCOR é a implantação de um sistema que permita o desenvolvimento de maior governança, controle e efetividade em matéria sancionatória administrativa no Estado de São Paulo, ao modo como já existe no âmbito do Poder Executivo Federal, desde 2005, e em diversos estados nas mais variadas regiões do Brasil, como Goiás, Bahia, Espírito

Santo, Ceará, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Santa Catarina, dentre outros. Todos esses modelos comungam de pilares semelhantes, assentados em convergência regulatória, isomorfismo institucional e desenvolvimento de capacidades estatais, as quais, combinadas com a estrutura de sistema, confere um espaço de maior autonomia técnica para as atividades correcionais realizadas nos órgãos a que estão vinculadas as suas unidades setoriais. Não por outra razão, a implantação de sistema de tal natureza compõe o Plano Anticorrupção.

A estruturação da função de correição no âmbito do Estado na forma de sistema mostra-se, assim, como uma solução de desenho institucional que, ao racionalizar a governança sobre o tema, permite a articulação de instituições de maneira coordenada com a finalidade de impactar positivamente na efetividade dos mecanismos sancionatórios e na melhoria dos controles e segurança sobre aqueles que cooperam com a Administração.

No ano de 2023, para além de iniciados os esforços de melhoria regulatória e alterações legislativas, foi desenvolvido estudo para implementação do Sistema, denominado Sistema de Ética e Responsabilização Paulista (SER Paulista), bem como iniciados os projetos destinados a implementação de suas unidades setoriais e de sistema informatizado que apoie a execução das atividades correcionais.

Das Ações da Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público

A Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público (CODUSP) atua, nos termos do Decreto Estadual nº 66.850, de 15 de junho de 2022, na promoção e proteção e defesa do usuário do serviço público, no fomento à transparência e no cumprimento do Decreto nº 68.155, de 09 de dezembro de 2023, incluindo a atuação como 2ª instância recursal da Lei de Acesso à Informação no Poder Executivo. Além disso, executa as atividades de orientação e supervisão das unidades setoriais de ouvidoria do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo, que tem por órgão central a CGE, nos termos do Decreto nº 68.156, de 09 de dezembro de 2023.

Neste contexto, destacam-se abaixo as principais ações efetuadas no exercício de 2023:

Fortalecimento do Acesso à Informação

Ao longo de 2023, a Controladoria Geral do Estado intensificou ações para o aprimoramento do Acesso à Informação no Estado de São Paulo, incluindo a revisão de processos de trabalho com ganhos significativos de eficiência, a capacitação de centenas de agentes públicos estaduais e a elaboração de novo decreto regulamentador da Lei de Acesso à Informação (LAI) - Decreto nº 68.155, de 09 de dezembro de 2023.

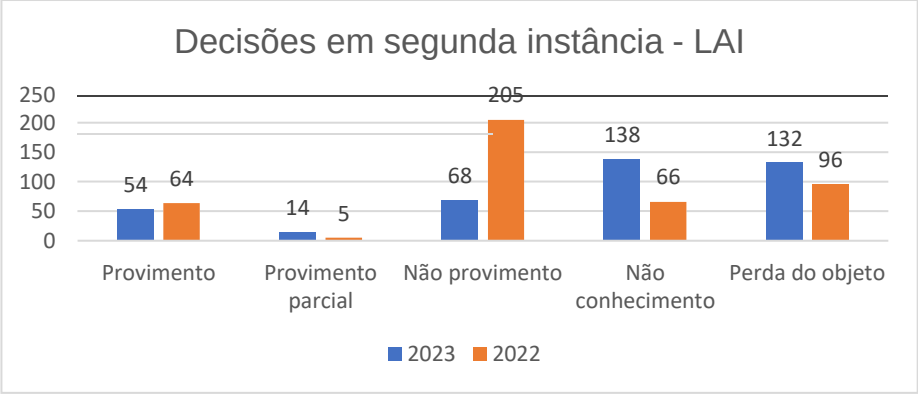
A edição da referida norma incorporou à Administração Pública estadual avanços relevantes para a transparência pública, atendendo à Ação 85 do Plano Anticorrupção do Estado de São Paulo e levando em consideração não só as melhores práticas internacionais, mas também a harmonização com as legislações relativas ao Sistema de Arquivos do Estado, aos Sistemas de Integridade e de Ouvidoria do Poder Executivo, e à Política de Governança de Dados e Informações do Estado.

Dentre os impactos positivos já observados no exercício, é possível citar a redução do tempo médio de resposta a pedidos de acesso à informação. Em que pese o aumento no número total de pedidos de acesso à informação, de 16.787 em 2022 para 22.895 em 2023, houve diminuição significativa do tempo médio de resposta no exercício, passando de 17 para apenas 12 dias, bem inferior ao prazo legal previsto na LAI, conforme dados do Observatório de Acesso à Informação, disponível no Portal da Transparência do Estado de São Paulo.

Associada a esses números, houve diminuição no quantitativo de recursos de segunda instância, que tem julgamento a cargo da CGE-SP, que somaram 436 em 2022 e 406 em 2023, indicando que a redução dos prazos de resposta aos pedidos foi acompanhada de uma redução na interposição de recursos, denotando, em geral, uma melhoria na qualidade das informações apresentadas pelos órgãos e entidades.

Quanto aos recursos de segunda instância, em que pese haver a redução no quantitativo de recursos, houve ampliação significativa nas perdas de objeto, que passaram de 96 em 2022 para 132 em 2023, indicando que o órgão ou entidade recorrido disponibilizou, ainda durante a fase de interlocução com a Controladoria Geral do Estado, as informações objeto do recurso. Tal fato não apenas indica um aumento na disponibilização de informações no curso da fase recursal, mas também maior celeridade de acesso à informação pelos cidadãos solicitantes. Ademais, a soma de perdas de objeto e

provimentos totais ou parciais, que consistem em recursos nos quais a Controladoria reformou a decisão do órgão ou entidade e determinou a entrega de informações anteriormente não disponibilizadas, resultou em 200 decisões em 2023, superando o ano de 2022, que teve o total de 165, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.



Fonte: Sistema SIC.SP

Legenda:
Não conhecimento - O recurso não foi analisado no mérito pela CGE, pois não atende a algum requisito que permita essa análise: a informação foi declarada inexistente, o pedido não pode ser atendido por meio da LAI, a informação está classificada, entre outros.
Perda de objeto - A informação solicitada foi disponibilizada pelo órgão ou entidade antes da decisão da CGE.
Não provimento - O acesso à informação solicitada não é possível, uma vez que as razões apresentadas pelo órgão ou entidade para negativa de acesso possuem fundamento legal.
Provimento (parcial) – A CGE determinou a entrega da informação (ou de parte dela) ao requerente.

Não obstante, em continuidade aos trabalhos desenvolvidos em 2023 nesta seara, pretende-se nos próximos anos consolidar procedimentos e boas práticas para o atendimento de demandas da Lei de Acesso à Informação pelo Poder Executivo, facilitando a experiência do cidadão no registro e atendimento de suas demandas, inclusive com a disponibilização do módulo de Acesso à Informação na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.SP), em substituição ao Sistema SIC.SP.

Supervisão e Orientação das Ouvidorias Estaduais

O Plano Anticorrupção do Estado de São Paulo possui 09 Ações no Tema “Ouvidoria”, além de uma ação no Tema “Transparência” relacionada à Carta de Serviços ao Usuário, sendo 06 com prazo de implementação em 2023, todas cumpridas. Adicionalmente, houve a antecipação de uma das ações de 2024, com a adoção de providências visando a aplicação do Modelo de Maturidade em Ouvidoria Pública pelas Secretarias estaduais. A seguir, são apresentados os principais resultados relacionados à atividade de ouvidoria:

- **Estruturação de Ouvidorias das Secretarias de Estado**

A Controladoria Geral do Estado desenvolveu atividades e prestação de apoio aos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, que contribuíram, significativamente, para o cumprimento da Ação 45 do Plano Anticorrupção 2023, ao ser alcançado, em novembro deste ano, o indicador de 100% das Ouvidorias das Secretarias de Estado estruturadas.

Para a obtenção desse resultado, além de treinamentos “In Company” e virtuais, foram realizadas capacitações presenciais específicas sobre os temas “Tratamento de Denúncias” e “LGPD aplicada à Ouvidoria”, bem como a realização do 1º Encontro do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo.

Ainda, foi dado apoio técnico específico para Secretarias que não possuíam ouvidorias instituídas, contribuindo para a designação de ouvidores para as Secretarias de Gestão e Governo Digital, Governo e Relações Institucionais e Políticas para a Mulher.

Ademais, o Estado de São Paulo encontra-se com prazo médio de resposta no âmbito da Rede Paulista de Ouvidorias de 10 (dez) dias, bem abaixo do prazo legal de 30 dias prorrogáveis por mais 30. Cabe destacar ainda que houve um incremento de aproximadamente 5% no quantitativo de manifestações em relação ao ano de 2022.

- **Publicação das Cartas de Serviço ao Usuário**

A CGE-SP desenvolveu atividades e prestação de apoio aos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual que contribuíram, significativamente, para o cumprimento da Ação 38 do Plano Anticorrupção do Estado de São Paulo, que consiste na "Disponibilização da Carta de Serviço ao Usuário de todos os órgãos da Administração Pública estadual em Transparência Ativa". Com efeito, em novembro de 2023, foi alcançado o percentual de 100% dos sítios eletrônicos da Administração Pública contendo Carta de Serviços disponibilizada.

- **Instituição do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo e da Plataforma Fala.SP**

Com a publicação do Decreto nº 68.156, de 09 de dezembro de 2023, foi instituído o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo (Ação 43 do Plano Anticorrupção), que tem como órgão central a Controladoria Geral do Estado, possibilitando a supervisão técnica e orientação normativa das ouvidorias estaduais. Além disso, permite ampliar as ações articuladas a fim de contribuir com o aprimoramento dos serviços públicos do Estado e a experiência do usuário com a disponibilização da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.SP (Ação 44 do Plano Anticorrupção), que possibilitará a qualquer cidadão, em única plataforma, realizar manifestações de ouvidoria, pedidos de acesso à informação e voluntariar-se como Conselheiro de Serviços Públicos.

- **Decreto de instituição do Programa de Proteção aos Denunciantes**

Em cumprimento à Ação 50 do Plano Anticorrupção, foi publicado o Decreto nº 68.157, de 09 de dezembro de 2023, que instituiu o Programa de Proteção a Denunciantes no Estado de São Paulo, contemplando medidas de proteção à identidade, antirretaliação e inovando ao instituir o Compromisso de Proteção Antirretaliação, instrumento de natureza negocial que tem por objeto o estabelecimento de medidas de proteção ao denunciante, com vistas ao incremento da capacidade investigativa da Administração Pública para detecção de atos de corrupção e de recuperação de ativos.

A estruturação de um programa de reportantes é inestimável para o fortalecimento das instituições e da sociedade como um todo, ganhando especial relevância para o Estado de São Paulo ao considerarmos os resultados da pesquisa de percepção sobre Integridade Pública, realizada pela Controladoria Geral do Estado em 2023, com 17.340 agentes públicos estaduais respondentes, que, dentre outras questões, apontaram que apenas 44% apresentariam denúncias sobre ato de corrupção, fraude ou desvio ético dentro da organização, percentual este que poderia ser ampliado para aproximadamente 98% com garantias de anonimato e de proteção contra retaliação, conforme depreende-se das respostas apresentadas na aludida pesquisa.

Ações futuras

Nos próximos anos, estão previstas ações voltadas ao incremento de inteligência artificial na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.SP), a fim de proporcionar ao usuário do serviço público maior acessibilidade e resolutividade no atendimento das demandas dirigidas às ouvidorias dos órgãos e entidades da Administração Pública estadual, bem como a adoção de medidas para a interação do canal de denúncias do Poder Executivo com outros órgãos de defesa do Estado, por meio do desenvolvimento de ferramenta na Plataforma (Fala.SP) para esse fim.

SECRETARIA DA CULTURA, ECONOMIA E INDÚSTRIA CRIATIVAS

SECRETARIA DA CULTURA, ECONOMIA E INDÚSTRIA CRIATIVAS

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

12000 - Secretaria da Cultura, Indústria e Economia Criativas

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**1.062.332.645,00**	**1.526.690.890,00**	**1.496.779.748,38**	**10.023.663,49**	**1.506.803.411,87**	**1.157.989.430,48**
Pessoal, e Encargos Sociais	122.440.204,00	130.526.909,00	130.005.152,12	0,00	130.005.152,12	130.319.768,62
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	939.892.441,00	1.396.163.981,00	1.366.774.596,26	10.023.663,49	1.376.798.259,75	1.027.669.661,86
Despesas de Capital	**190.848.721,00**	**25.110.702,00**	**7.579.135,66**	**16.541.428,72**	**24.120.564,38**	**18.702.128,31**
Investimentos	190.848.721,00	25.110.702,00	7.579.135,66	16.541.428,72	24.120.564,38	18.702.128,31
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**1.253.181.366,00**	**1.551.801.592,00**	**1.504.358.884,04**	**26.565.092,21**	**1.530.923.976,25**	**1.176.691.558,79**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

12000 - Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
1201 - Economia Criativa	**197.571.568,00**	**183.056.100,00**	**178.193.737,87**	**4.250.000,00**	**182.443.737,87**	**180.794.354,10**
3 - Despesas Correntes	180.571.568,00	182.476.100,00	178.063.737,87	3.800.000,00	181.863.737,87	180.444.354,10
4 - Despesas de Capital	17.000.000,00	580.000,00	130.000,00	450.000,00	580.000,00	350.000,00
1203 - Formação Cultural	**453.022.535,00**	**379.095.538,00**	**379.087.599,01**	**0,00**	**379.087.599,01**	**374.536.750,89**
3 - Despesas Correntes	356.046.337,00	379.095.538,00	379.087.599,01	0,00	379.087.599,01	374.536.750,89
4 - Despesas de Capital	96.976.198,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1206 - Rádios, Tvs Educativas e Novas Mídias	**191.115.229,00**	**258.423.267,00**	**240.867.116,38**	**5.945.798,15**	**246.812.914,53**	**252.849.840,62**
3 - Despesas Correntes	184.067.275,00	249.999.446,00	239.122.288,35	0,00	239.122.288,35	245.059.257,08
4 - Despesas de Capital	7.047.954,00	8.423.821,00	1.744.828,03	5.945.798,15	7.690.626,18	7.790.583,54
1213 - Melhoria continua da Gestão de Processos equipamentos da Cultura	**45.741.476,00**	**49.952.658,00**	**36.987.243,72**	**9.893.104,57**	**46.880.348,29**	**41.120.975,82**
3 - Despesas Correntes	33.736.779,00	39.406.965,00	34.728.567,53	1.626.063,75	36.354.631,28	36.296.958,01
4 - Despesas de Capital	12.004.697,00	10.545.693,00	2.258.676,19	8.267.040,82	10.525.717,01	4.824.017,81
1214 - Museus em Conexão	**197.042.582,00**	**165.088.905,00**	**164.241.018,75**	**847.885,61**	**165.088.904,36**	**166.136.998,22**

3 - Despesas Correntes	172.042.582,00	165.088.905,00	164.241.018,75	847.885,61	165.088.904,36	166.136.998,22
4 - Despesas de Capital	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1215 - Patrimônio Cultural	**59.841,00**	**55.954,00**	**32.982,16**	**0,00**	**32.982,16**	**27.982,16**
3 - Despesas Correntes	59.831,00	55.949,00	32.982,16	0,00	32.982,16	27.982,16
4 - Despesas de Capital	10,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1218 - Fomento Cultural	**117.210.213,00**	**463.657.113,00**	**459.436.946,40**	**250.000,00**	**459.686.946,40**	**107.858.402,87**
3 - Despesas Correntes	117.210.203,00	462.364.673,00	458.155.000,00	250.000,00	458.405.000,00	106.576.456,47
4 - Despesas de Capital	10,00	1.292.440,00	1.281.946,40	0,00	1.281.946,40	1.281.946,40
1221 - Integração das Culturas Latino-Americanas	**18.934.890,00**	**19.008.002,00**	**17.318.019,94**	**185.411,10**	**17.503.431,04**	**17.665.234,62**
3 - Despesas Correntes	18.598.070,00	18.798.682,00	17.293.327,92	185.411,10	17.478.739,02	17.325.761,84
4 - Despesas de Capital	336.820,00	209.320,00	24.692,02	0,00	24.692,02	339.472,78
2990 - Desenvolvimento de Ações decorrentes de Emendas Parlamentares	**32.483.032,00**	**33.464.055,00**	**28.194.219,81**	**5.192.892,78**	**33.387.112,59**	**35.701.019,49**
3 - Despesas Correntes	0,00	29.404.632,00	26.055.226,79	3.314.303,03	29.369.529,82	31.584.911,71
4 - Despesas de Capital	32.483.032,00	4.059.423,00	2.138.993,02	1.878.589,75	4.017.582,77	4.116.107,78
Despesa Total	**1.253.181.366,00**	**1.551.801.592,00**	**1.504.358.884,04**	**26.565.092,21**	**1.530.923.976,25**	**1.176.691.558,79**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

O relatório a seguir apresenta as informações gerenciais sobre as ações, projetos e programas desenvolvidos pela Secretaria da Cultura, Economia e Indústrias Criativa e por suas entidades vinculadas em 2023. Quase a totalidade das ações desenvolvidas por esta Secretaria conta com Organizações Sociais de Cultura em sua execução, de acordo com a Lei Complementar Estadual n° 846/98.

A Secretaria da Cultura, Economia e Indústrias Criativa tem, ainda, duas **entidades vinculadas**, responsáveis pelos seguintes programas e ações:

Fundação Padre Anchieta - Programa 1206 - Rádios, TVs Educativas e Novas Mídias.

Fundação Memorial da América Latina - Programa 1221 – Integração das Culturas Latino-Americanas.

Programas Realizados pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa

Os números de público utilizados neste relatório foram fechados em meses diferentes, variando entre setembro e novembro, conforme a unidade gestora.

PROGRAMA 1213 – MELHORIA CONTÍNUA DA GESTÃO DE PROCESSOS E EQUIPAMENTOS DA CULTURA

Monitoramento e Avaliação de Contratos de Gestão

PRODUTO (Classificação)	INDICADOR DE PRODUTO (Unidade de Medida) *	TIPO	META 2022 (A)	RESULTADO 2022 \9b0	% META 2022 (B/A) **	AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (E)	DOTAÇÃO ATUAL (F)	LIQUIDADO (G)
957 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE CONTRATOS	1863 - NÚMERO DE RELATÓRIOS PUBLICADOS DOS RESULTADOS DOS CONTRATOS DE GESTÃO (unidade)	LOA	2	2	100	6369 – MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E PESQUISA AÇÕES	1.564.900	1.588.635	1.355.492

DE GESTÃO (M)						CULTURAIS NO ÂMBITO DO ESTADO DE SP			
	1859 - NÚMERO DE PARECERES DE AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS CONTRATOS DE GESTÃO (unidade)	PPA	24	35	145,83				

Por meio da Unidade de Monitoramento dos Contratos de Gestão, a UM atuou em 2023 na elaboração de 27 Pareceres Econômico-Financeiros de monitoramento e avaliação, referente à prestação de contas anual do exercício de 2022 das OSs parceiras, analisando os resultados finalísticos e a execução orçamentária-financeira dos contratos de gestão para subsidiar a análise da Comissão de Avaliação dos Contratos de Gestão - CA. A UM também deu suporte e subsidiou a CA, secretariando as 03 reuniões deliberativas trimestrais da CA. Todo material está disponível no site: www.transparenciacultura.sp.gov.br. Além disso, a UM elaborou durante o ano de 2023, 04 Referenciais Orçamentários – ROFs para as 04 Convocações Públicas de organizações sociais interessadas em firmar contrato de gestão com a Secretaria para gerenciamento do 1) Museus-Casa (Casa das Rosas, Casa Guilherme de Almeida e Casa Mário de Andrade), 2) Pinacoteca e seus anexos e Memorial da Resistência, 3) Museu de Arte Sacra e 4) Museu de Imagem e do Som, Mis Experience e Paço das Artes. Por fim, também elaborou 04 Pareceres sobre as propostas orçamentárias das Convocações Públicas mencionadas anteriormente. Foram publicados, também, no Portal Transparência, dois boletins: BOLETIM UM n° 22: Orçamento da Cultura no Estado de SP: SCEIC e OSs e BOLETIM UM n° 23: Recursos Humanos da Cultura no Estado de SP: SCEIC e OSs.
Em dezembro de 2022 foi assinado um contrato com a empresa BNP Soluções em TI (Processo SEI: 010.00001098/2023-80), para o desenvolvimento de software e sustentação do sistema de monitoramento e avaliação da cultura (SMAC). Trata-se de um sistema que tem o objetivo de centralizar, automatizar e consolidar as informações referentes a todas as etapas de monitoramento e avaliação de um contrato: da assinatura até a prestação de contas. A partir da massa de dados produzida, o Sistema emitirá relatórios com mais agilidade e confiabilidade das informações. Em 2023, foram realizadas 48 reuniões com as equipes técnicas das Unidades Gestoras, Organizações Sociais e a empresa contratada para o desenvolvimento do software. A vigência contratual é até junho de 2024, podendo ser prorrogado.
Em 16/12/2023, o Tribunal de Contas do Estado editou uma resolução alterando a Instrução Normativa 01/2020, que alterou alguns pontos importantes dos contratos de gestão: custo unitário de metas. Em virtude da solicitação dessa metodologia, a SCEIC editou a Resolução nº 51, de 06/07/2023, com o objetivo de promover um grupo de estudo e diagnóstico das especificidades dos objetos culturais contratualizados com as organizações sociais de cultura (Lei 846/98) frente as alterações propostas pela Resolução nº 23/2022, que alterou a IN TCE 01/2020. O relatório final do GET, composto por membros da SCEIC e das OS de Cultura, foi apresentado para a Secretária da Cultura, Economia e Industria Criativas que aprovou e encaminhou para os senhores Diretores de Fiscalização do E. TCE, disponível em https://www.transparenciacultura.sp.gov.br/busca-por-contratos-de-gestao/. A fim de fomentar o diálogo sobre o tema, o material da SCEIC propõe algumas sugestões para maior transparência na elaboração de Planos Orçamentários de novos Contratos de Gestão e Termos Aditivos, bem como na demonstração da execução orçamentária dos Contratos de Gestão vigentes, quando da prestação de contas.

Contratos administrativos em andamento:
Manutenção preventiva da Plataforma Dados Culturais SP, relativo à execução do Inciso I, do art. 2º da Lei 14.017/2020, Lei Aldir Blanc

Para que o hotsite Dados Culturais SP se mantenha ativo e com todas as funcionalidades necessárias para cumprir as etapas de devolução e de prestação de contas junto ao Governo Federal até dezembro de 2023 e depois, seguir ativo e funcionando para responder ao artigo 18 do Decreto Federal nº 10.464/2020 até 2030, como um hotsite de salvaguarda auditável de todo o processo e execução do Inciso I, do artigo 2º da Lei Aldir Blanc.
Contrato SCEC 15/2022 (SCEC-PRC-2022/01353)
Vigência: 29/08/2022 a 28/08/2023; 1° TA: 29/08/2023 a 28/08/2024.
Valor Global: R$ 1.116.928,02 (Contrato R$ 638.244,58 + 1° TA R$ 478.683,44)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO PARA ATUALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO E SUSTENTAÇÃO do HOTSITE DADOS CULTURAIS SP, EM ATENDIMENTO A LEI ALDIR BLANC (Nº 14.017/2020).
Valor referente à 2023: R$ 167.501,79

Desenvolvimento de Sistema de Monitoramento dos Contratos de Gestão (SMAC)
Contrato SCEC 021/2022 (PROCESSO SCEC n° 2022/02796)
Vigência: 12/12/2022 à 11/06/2024
Valor Global: R$ 2.278.800,00
Objeto: DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE, PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA NO CÓDIGO-FONTE EXISTENTE (CÓDIGO LEGADO) E SUSTENTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA CULTURA (SMAC), bem como GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE IMPLEMENTAÇÕES, ADEQUAÇÕES E NOVOS MÓDULOS PARA NOVAS IMPLEMENTAÇÕES, INCLUINDO SOLUÇÕES E SERVIÇOS DE GESTÃO PARA ADMINISTRAR E HOSPEDAR O AMBIENTE DE INFRAESTRUTURA NA MODALIDADE CLOUD COMPUTER (NUVEM)
Valor referente à 2023: R$ 1.429.073,21

PROGRAMA 1214 – MUSEUS

A Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico - UPPM é responsável pela elaboração, desenvolvimento e avaliação de diretrizes e políticas públicas relacionadas ao patrimônio museológico do Estado de São Paulo. Mantém uma rede composta por 25 equipamentos culturais – geridos em parceria com Organizações Sociais de Cultura, e o Sistema Estadual de Museus de São Paulo - SISEM-SP que congrega e articula cerca de 682 museus paulistas, promovendo a qualificação técnica e o fortalecimento institucional em favor da preservação, pesquisa e difusão do patrimônio museológico paulista. Esta Unidade Gestora - UGE encaminhou melhorias significativas para estruturação dos museus da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, estando entre elas:
Ações concluídas em 2023 e em execução e/ou conclusão no ano de 2024
Pinacoteca Contemporânea: conclusão das obras de restauração, reforma, requalificação e ampliação, por meio de novas construções, das edificações da antiga Escola Estadual Prudente de Moraes, localizada em área contígua a Pinacoteca Luz, junto ao Parque da Luz, com investimento de R$ 81.029.673,21 (Governo Estadual aportou R$ 55 milhões e a Organização Social APAC aportou os demais recursos por meio de captação), e aberta ao público, com exposições e programação, em 04/03/2023;

Museu Afro Brasil Emanoel Araujo: conclusão das obras de restauração, reforma, e requalificação da cobertura e dos sistemas elétrico, incluindo SPDA e gerador de energia, e hidráulico, e aprimoramento da acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, por meio da instalação de elevadores e reforma dos sanitários, vestiários e pisos, cumprindo legislações e normas vigentes, bem como melhorias na reserva técnica para guarda do acervo, no auditório e áreas anexas, da edificação, localizada no Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega, Parque do Ibirapuera, com investimento de R$ 13.967.659,42, e obras concluídas em 31/07/2023;
Casa das Rosas: conclusão das obras de restauração, reforma e requalificação da edificação, com investimento de R$ 3.743.983,56, e reaberta ao público, com exposições e programação, em 28/10/2023;

Museu da Diversidade Sexual: execução das obras de reforma, requalificação e ampliação de área da edificação localizada na Estação República do Metrô, e cedida gratuitamente pelo Metrô, com investimento de R$ 4.195.363,46 (Obra: R$ 3.813.657,13 e Gerenciadora: R$ 381.706,33), e previsão de conclusão, e reabertura ao público, com exposição e programação, no primeiro quadrimestre de 2024;

Casa Mario de Andrade: execução das obras de restauração, reforma, requalificação, com ampliação de área, a partir da desapropriação de dois imóveis contíguos à Casa, do conjunto de três sobrados geminados, anteriormente pertencentes à família do escritor, com investimento de R$ 6.490.616,78, e previsão de conclusão e reabertura ao público, com exposição e programação, no primeiro quadrimestre de 2024;

Museu das Favelas: execução das obras de conservação da cobertura, com investimento de R$ 4.763.072,01 e previsão de conclusão em 30/04/2024 e execução da exposição de longa duração do museu, prevista para o terceiro quadrimestre de 2024;

Museu do Futebol: em execução a renovação da nova exposição de longa duração do museu, com investimento de R$ 9 milhões e inauguração prevista para o segundo quadrimestre de 2024;

Museu da Imigração: em execução a renovação da exposição de longa duração do museu, com investimento de R$ 6 milhões, e inauguração prevista para dezembro de 2024.
Convocações Públicas em 2023 - Foram realizadas quatro convocações públicas para o gerenciamento de equipamentos a partir da definição de desafios para a construção e solidificação de políticas públicas para os próximo cinco anos, a saber:

- Rede de Museus-casas – Casa Mário de Andrade, Casa das Rosas e Casa Guilherme de Almeida;
- Pinacoteca de São Paulo, Pinacoteca Contemporânea, Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência;
- Museu de Arte Sacra de São Paulo;
- Museu da Imagem do Som, seu núcleo - MIS Experience e Paço das Artes.

Ação 8280 - Sistema Estadual de Museus - SISEM-SP
Não houve dotação este ano

O SISEM-SP congrega e articula os museus do Estado de São Paulo, com o objetivo de promover a qualificação e o fortalecimento institucional em favor da preservação, pesquisa e difusão do acervo museológico paulista. O ano de 2023 foi marcado oficialmente pela implementação do Programa de Assessoramento aos Museus Paulistas que consiste no atendimento personalizado às instituições museológicas e gestores culturais que acessaram o canal “Fale Conosco” do SISEM-SP, solicitando orientações técnicas para resolução de dúvidas quanto às boas práticas museológicas nos diversos setores de atuação da cadeia operatória museológica. Neste sentido, coube ao SISEM-SP acompanhar, auxiliar e orientar os solicitantes na condução de procedimentos técnicos, na indicação de bibliografia e materiais para sanar dúvidas, na busca de profissionais terceiros apoiando a resolução do caso do solicitante, objetivando fortalecer e fornecer os subsídios necessários para corrigirem suas fragilidades técnicas com êxito.
Ações em Museus Históricos e Pedagógicos - Projeto Educação Patrimonial em Porto Feliz - Em 2021, foram iniciadas as obras de restauro da edificação do Museu Histórico e Pedagógico das Monções (Porto Feliz), financiada por meio de um projeto junto ao Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FID). Como contrapartida, a Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas de São Paulo ficou responsável pela execução de um projeto de exposição temporária para a Casa da Cultura “Dona Narcisa Stetner Pires”, com o objetivo de trazer visibilidade ao acervo do museu e envolver a comunidade até sua reabertura, prevista para 2024. A exposição “Tietê: Rio Móvel, Estrada Líquida – o rio, o Homem, o lugar” foi aberta ao público em 30 de março de 2022, com projeto executado pela empresa Engenho Cultural, por meio da parceria entre o SISEM-SP, a ACAM Portinari e Prefeitura Municipal de Porto Feliz. Além da mostra, a contrapartida ao restauro da edificação previu o desenvolvimento, ao longo de 2023, de um conjunto de ações junto à comunidade porto-felicense, com o objetivo de engajá-la para a devolução do equipamento ao cenário cultural da região.
Apoio técnico ao município de Amparo - Em 2023, o SISEM-SP também deu um importante passo na continuidade no apoio técnico aos Museus Históricos e Pedagógicos com a formalização da entrega da documentação física gerada pelo projeto de conferência de acervos do Museu Bernardino de Campos, de Amparo. Em 26 de julho de 2023, a equipe ACAM Portinari de apoio ao SISEM-SP compareceu presencialmente à instituição para formalizar a entrega de um conjunto de oito caixas contendo as fichas de inventário museológico realizadas durante o trabalho de conferência de acervos.

Cadastro Estadual de Museus - CEM-SP - Implantado em 2017, o CEM-SP tem demonstrado sua vocação como ferramenta essencial na formulação de políticas públicas para o setor museal paulista. Em 2023, o SISEM-SP deu continuidade ao trabalho de diminuição da fila de espera de museus que estão aguardando por seu registro. As medidas de isolamento social de 2020 e 2021 causaram uma lista de espera por museus com processos de registro abertos, gerando uma demanda reprimida após a flexibilização das restrições de circulação. Ao longo deste ano, foram realizadas 40 visitas de aferição para o registro de museus, e outros pareceres foram entregues, fazendo com que a fila de espera diminuísse para 19 museus. Neste ano, o SISEM-SP ultrapassou a marca de 300 museus inscritos no Cadastro Estadual de Museus (CEM-SP). Em 2023, o objetivo do SISEM-SP de capilarizar o registro dos museus foi cumprido ao percorrer todos os seus Polos. Embora o Polo 6, mais densamente ocupado por museus, tenha recebido mais visitas, destaca-se também o número substancial de atividades realizadas no Polo 2, de maior extensão territorial no estado.
Programa de Articulação, Consulta e Participação Social reúne todas as ações que têm como intuito mobilizar os agentes do campo museológico, aprimorando estratégias de comunicação e capilarização

de atividades em 07 polos macrorregionais, a fim de garantir a eficiência nos processos colaborativos na criação de políticas públicas para o setor. Dentre as ações desenvolvidas em 2023 estão: o Programa de Direitos Humanos e Museus (Sonhar o Mundo), encontros de mobilização e consulta pública para criação da Política Estadual de Museus, publicações de documentos de orientação e reconhecimento de profissionais com a Medalha de Mérito Museológico Waldisa Russio Camargo Guarnieri.

Ações de formação – No âmbito interno, o SISEM-SP estreitou seu relacionamento com a Unidade de Formação Cultural (UFC) da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo, com o intuito de promover a realização coordenada de ações formativas remotas para profissionais da área de museus por meio de parceria com as Oficinas Culturais, geridas pela Organização Social de Cultura Poiesis. A proposta deste programa de formação profissional é qualificar a oferta de atividades específicas para as equipes dos museus paulistas. O resultado desta parceria foi a oferta no ano de 2023, no período de março a novembro, de nove formações online: Diversidades Museológicas: relação entre acervos, Memórias e Públicos, Implantação de museus: como fazer?, Museus e públicos: pistas para conexões e aproximações, Plano Museológico, O que considerar para arrumar acervos em locais de guarda apropriados?, Como criar processos para manutenção de edificações?, Certificação para edificações: segurança e acessibilidade, Comunicação institucional para museus e Expografia em museus.
Programa Conexões Museus SP – Neste ano houve a consolidação do Programa Conexões Museus SP, realizado enquanto parte dos contratos de gestão firmados entre as organizações sociais de cultura e a UPPM, a partir de diretrizes discutidas em conjunto com o GTC-SISEM-SP, a fim de desenvolver ações para incrementar o intercâmbio técnico entre as instituições museológicas paulistas. Com a execução de um total de 86 ações, sendo 56 presenciais e 30 virtuais. Dos quais, 18 municípios receberam ações pelo menos 1 vez. Cabendo o destaque para Linha 2 Articulação da rede de acervos afro-brasileiros e Linha 1 Curso Curadoria: acervos, comunidade e territórios. As ações tiveram temas diversos, como conservação de papel, ações educativas, curadoria e estratégias de comunicação digital para museus.

Ação 5732 - Gestão de Museus

Foram investidos R$ 165.056.710 milhões para preservação do patrimônio dos museus do Estado no ano de 2023, por meio do repasse de recursos a organizações sociais de cultura a partir de contratos de gestão firmados para o gerenciamento de equipamentos museológicos da Secretária da Cultura, Economia e Indústria Criativas.

Museu Casa de Portinari – MCP - situado na área central do município de Brodowski/SP, localizado na região de Ribeirão Preto, nordeste do estado de São Paulo, o MCP representa a forte ligação do artista com sua terra natal, origens e laços familiares. Tem como missão preservar, pesquisar e comunicar, para estudo e entretenimento, a casa onde viveu Candido Portinari, as pinturas murais e coleções, como objetos patrimoniais que são testemunhos da história local, regional e nacional, e parte da experimentação e produção artística do pintor internacionalmente notável por suas obras. Em 2023, ano dos 120 anos do nascimento de Candido Portinari e do centenário da obra “Baile na Roça”, o Museu Casa de Portinari promoveu intensa programação cultural e artística, destacando-se o lançamento do selo comemorativo “Portinari 120 anos”, a realização da instalação “Centenário da obra Baile na Roça” e a inauguração do espaço “Galpão das Artes”, localizado à Rua João Brisotti, no centro de Brodowski, permitindo a realização de exposições, cursos, palestras e eventos, entre outras atividades culturais. Em dezembro, mês de nascimento do artista, foi finalizado o processo de ampliação de espaços e conteúdos expositivos do museu, que envolveu a requalificação da exposição de longa duração e o restauro de pinturas murais e em relevo no imóvel vizinho ao museu, antigo ateliê do artista. O processo de restauro durou três anos, revelou e recuperou obras inéditas: três pinturas murais e cinco baixos relevos, como São Francisco e um perfil de Tiradentes. As datas das obras batem com momentos em que o pintor esteve em Brodowski, mas as autorias serão investigadas, se de Portinari ou de amigos artistas. O referido imóvel também passou a sediar o Centro de Pesquisa e Referência João Candido Portinari. Em 2023, o museu manteve por mais um ano a premiação Travellers’ Choice, certificação de excelência concedida pelo site TripAdvisor, e recebeu o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação Museal, do Instituto Brasileiro de Museus. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 84.326 pessoas e o público virtual foi de 692.860.

Museu Felícia Leirner e Auditório Claudio Santoro – MFL/ACS - localizados no município de Campos do Jordão/SP, têm como missão preservar, pesquisar e comunicar a coleção de esculturas da

artista Felícia Leirner; promover fruição e expressão em artes visuais, especialmente em escultura; estimular apreciação, compreensão e expressão musical; preservar a vegetação do seu jardim, intrinsecamente associada com a coleção de esculturas, e sua área adjacente de mata atlântica, e promover a conservação ambiental, contribuindo na construção de diálogos e pontes para o conhecimento. No ano de 2023, em celebração aos 44 anos de inauguração da instituição, houve o lançamento do podcast "Composição a três", cujo primeiro episódio "Vida e Obra", aborda conceitos sobre a biografia da artista Felícia Leirner. Também se destaca a realização da segunda edição do Festival "Arte no Outono", intitulada "Todas as Vozes", que recebeu um público de mais de 5 mil pessoas durante a apresentação de seis shows. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 76.303 pessoas e o público virtual foi de 543.929.

Museu Índia Vanuíre – MIV - localizado no município de Tupã, o museu tem como missão preservar, pesquisar, valorizar e comunicar o patrimônio histórico e etnográfico indígena, em especial o legado de povos do oeste paulista, e promover a reflexão crítica sobre valores humanos e cidadania levando em conta diferentes culturas e interações entre diversos grupos da sociedade. No ano de 2023, o museu realizou a 51ª edição da Semana dos Povos Indígenas, promovendo um grande encontro das culturas dos povos que habitam as terras indígenas Vanuíre, Icatú e Araribá, no oeste de São Paulo, com a participação dos povos Kaingang, Terena, Krenak e Guarani-Nhandewa. Também foi realizada a 12ª edição da Semana Tupã em Comemoração ao Dia Internacional dos Povos Indígenas, entre 8 e 15 de agosto, reunindo representantes dos povos Kaingang, Krenak, Terena e Guarani Nhandewa, das Terras Indígenas Vanuíre, Icatu e Araribá, e a 9° edição do Encontro Paulista Questões Indígenas e Museus – IX EPQIM, com o tema "Território em Foco". Em 2023, o museu recebeu o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação Museal, do Instituto Brasileiro de Museus. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 18.931 pessoas e o público virtual foi de 271.435.

Museu das Culturas Indígenas - MCI - localizado no município de São Paulo, nasceu com a missão de proteger, difundir e valorizar o patrimônio cultural indígena, promover a valorização e incentivar a produção artística indígena. No ano de 2023, destaca-se no museu a programação para o Abril Indígena, elaborada em parceria com o Conselho Indígena Aty Mirim, que aconteceu entre 19 e 23 de abril de 2023 e contou com diversas atividades, como rodas de conversa, palestras, danças, cantos, oficinas e rituais, além da inauguração dos grafismos do edifício sede do museu e a primeira edição da Feira de Artes Indígenas. Também se destaca a realização do Seminário Mulher Indígena, como parte da programação do Dia Internacional da Mulher (08/03), a realização da exposição temporária "MYMBA'I: pedindo licença aos espíritos, dialogando com a Mata Atlântica" e a abertura do módulo da exposição de longa duração Hendu Porã Rã - Escutar com o corpo, no mês de dezembro. Em 2023, o museu recebeu o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação Museal, do Instituto Brasileiro de Museus. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 26.823 pessoas e o público virtual foi de 495.418.

Museu Afro Brasil Emanoel Araujo - localizado no Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega, dentro do Parque Ibirapuera, o museu é um espaço de preservação, divulgação e celebração da cultura, da memória e da história do Brasil, e abarca diversos aspectos dos universos culturais africanos e afro-brasileiros, abordando temas como a religião, o trabalho, a arte, a escravidão, entre outros temas ao registrar a trajetória histórica e as influências africanas na construção da sociedade brasileira entre o século XVIII e os dias de hoje. No ano de 2023, destaca-se a inauguração do Memorial-homenagem a Emanoel Araujo, instalado no Núcleo História e Memória da exposição de longa duração do acervo e a abertura de Alicerce, mostra individual do artista Andrey Guaianá Zignnatto, inaugurada no dia 29 de abril, integrando a programação do mês em que se celebra os Povos indígenas e da exposição temporária Mães no Imaginário da História da Arte, aberta ao público em 13 de maio. No âmbito da programação cultural, tem destaque a realização do Ciclo de Debates: Patrimônio, Mediação de Territórios Afrodiaspóricos, marcando o início das atividades relacionadas ao aniversário de 70 anos de inauguração do Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega, sede do museu, e a realização da 3ª edição da Feira de Artes Gráficas MAB Margens, que se consolidou como um espaço de divulgação da produção de artes gráficas, propiciando reafirmar a potência dos artistas que ficam às margens de instituições museais. Neste ano realizou-se a Primeira Feira Literária Maria Carolina de Jesus - Museu Afro Brasil Emanoel Araújo, nos dias 11 e 12 de novembro, com a participação de editoras consagradas e autores de expressão, repleta de novidades literárias que celebram a produção literária de escritores e escritoras negras/os/es e traz em sua programação grandes nomes da literatura brasileira como Esmeralda Ribeiro, Cuti, Heloísa Pires Lima, Marcelo D'Salete, Elizandra Souza, Lubi Prates entre outras participações especiais. Em 2023, o museu recebeu o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação Museal, do Instituto Brasileiro de Museus, e o Selo de Direitos Humanos e Cidadania, da Secretaria

Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 152.191 pessoas e o público virtual foi de 986.408.

Museu da Casa Brasileira – MCB - localizado em São Paulo, no bairro Jardim Paulistano, tem como missão dedicar às questões da morada brasileira pelo viés dos usos e costumes, arquitetura e design, buscando preservar as relações do homem com seu habitat, por meio da pesquisa, da preservação e da comunicação, estimulando a inclusão social. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 80.609 pessoas.

Pinacoteca de São Paulo - localizada na área central de São Paulo, no bairro da Luz, é um museu de artes visuais com ênfase na produção brasileira do século XIX até a contemporaneidade. No ano de 2023, destaca-se no mês de março a abertura da Pinacoteca Contemporânea, nova unidade da Pinacoteca de São Paulo, com as exposições “Chão da praça: obras do acervo da Pinacoteca” e “Haegue Yang: Quase coloquial”. Destaca-se também a exposição “Marta Minujín: Ao Vivo” e o Projeto Octógono que recebeu a instalação “Escola Panapaná”, de Denilson Baniwa, uma construção em três pavimentos cujo interior tem acolhido aulas de línguas e culturas indígenas, artes e música. Na Pinacoteca Estação destaca-se a exposição “Regina Parra: Pagã”, composta por pinturas, performance, escultura, vídeos e neons. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 548.884 pessoas na Pinacoteca Luz, 284.157 pessoas na Pinacoteca Contemporânea e 44.405 pessoas na Pinacoteca Estação. O público virtual foi de 5.512.623.

Memorial da Resistência de São Paulo - localizado no município de São Paulo, tem como missão dedicar-se à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano (1889 à atualidade). No ano de 2023, destaca-se a realização do “Edital Memórias do Presente: Comunicação em Direitos Humanos”, voltado a pesquisadores, jornalistas, comunicadores e coletivos jornalísticos de todo o Brasil que atuam de forma independente, a realização de mais uma edição do Curso Intensivo de Direitos Humanos e programação especial Mulheres em Luta por Memória, Verdade e Justiça. Em 2023, o museu recebeu o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação Museal, do Instituto Brasileiro de Museus. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 71.256 pessoas e o público virtual foi de 1.259.860.

Casa das Rosas - localizada na cidade de São Paulo, tem por objetivo impulsionar ações museológicas diversas alinhadas aos três pilares que se relacionam com sua origem e contribuem para a construção de sua identidade: a) as transformações urbanas e sociais ocorridas a partir do Século XX na cidade de São Paulo; b) a história da Avenida Paulista; e c) as transformações culturais e artísticas representadas pelos movimentos de vanguarda, destacando-se como seus agentes centrais as figuras de Ramos de Azevedo e do poeta Haroldo de Campos, cujo acervo a Casa das Rosas abriga. Destaca-se no ano de 2023, a sua reabertura ao público no mês de outubro, após as obras de restauração, reforma e requalificação da edificação. Destacam-se, ainda, dentre as atividades de programação, as oficinas e cursos voltados às áreas de patrimônio histórico-cultural, conservação, arquitetura e restauração, que contaram com incentivo da Lei Rouanet por meio do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e a realização do 36º Bloomsday e do evento anual HORA H, que celebra o aniversário de Haroldo de Campos, entre os dias 15 e 19 de agosto.. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 453.138 pessoas e o público virtual foi de 987.184.

Casa Guilherme de Almeida - localizada no município de São Paulo, é um museu biográfico situado na residência do poeta, ensaísta e acadêmico Guilherme de Almeida. A casa representa padrões de hábitos de moradia e de arquitetura das camadas médias paulistanas de meados do século XX na cidade de São Paulo, e reúne objetos decorativos, mobiliário e obras de arte pertencentes ao poeta, sua esposa e seu filho. No ano de 2023, houve o início de mais uma turma do “Programa Cinematographos”, de caráter formativo, e o início de um novo ciclo do “Programa Formativo para Tradutores Literários”. Destaca-se a realização do ciclo temático “Vitrine do acervo”, que objetiva apresentar elementos das coleções bibliográfica, museológica e arquivística do escritor Guilherme de Almeida. Também é importante ressaltar a longevidade do Encontro de Museus-Casas Literárias, que em sua oitiva edição teve como tema “Moradas renovadas”, realizado nos diad 26 e 27 de agosto. O encontro teve formado híbrido, com os encontros presenciais realizados no anexo da Casa Guilherme de Almeida. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 2.137 pessoas e o público virtual foi de 113.202.

Casa Mário de Andrade - localizada na cidade de São Paulo e situada na antiga residência de Mário de Andrade, é um museu que tem como objeto a figura polímata de Mário e sua contribuição para a área cultural como poeta, escritor, cronista, músico, pesquisador da cultura popular e figura atuante nas áreas de gestão e política cultural. No ano de 2023, destacam-se a abertura da quarta turma do

programa formativo “Patrimônio, memória e gestão cultural”, o curso “Literatura e Identidade na Forma de Escrita”, a atividade “Mitologia, literatura e cinema: o imaginário de Macunaíma” e a realização do espetáculo performático “Viola antropofágica”. Ainda, em consonância com a necessidade de atuar de forma capilar no Estado de São Paulo e tendo em conta as festividades do mês de agosto, destaca-se a organização do ciclo de palestras “Patrimônio paulista”, com o tema “samba de bumbo”, em referência às festividades realizadas no interior. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 1.093 pessoas e o público virtual foi de 150.652.

Museu Catavento - localizado no Palácio das Indústrias na cidade de São Paulo, tem por objetivo preservar o patrimônio científico, fomentando pesquisas, produzindo conhecimento e democratizando conteúdo sobre ciência e tecnologia, tornando-se um centro de inteligência sobre os acervos e os indicadores de memória da ciência em São Paulo. No ano de 2023, teve como destaque o recebimento de 131.000 visitantes durante as férias escolares de julho e a realização da exposição temporária Oceano sem Fronteiras, curada por Eduardo Carvalho em diálogo com a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável estabelecida pela ONU (2021 - 2030). Também se destacam os trabalhos técnicos realizados pela equipe do Museu para a realização da exposição temporária em celebração aos 150 anos de nascimento de Alberto Santos Dumont em conjunto com a programação em comemoração à efeméride. Em 2023, o museu recebeu o Selo de Direitos Humanos e Cidadania, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 866.820 pessoas e o público virtual foi de 2.532.253.

Museu da Imagem e do Som – MIS - localizado na cidade de São Paulo, é um espaço que coloca em diálogo vivo memória e contemporaneidade, investigação técnica e ampliação do acesso às inovações da arte no campo audiovisual. Destaca-se, no MIS, a abertura das exposições “Tina Turner – uma viagem para o futuro”, "B.B. King: Um Mundo Melhor em Algum Lugar" e “Terror no Cinema”. No âmbito da programação cultural, a retomada da Maratona Infantil, ação cultural voltada para crianças e suas famílias e a Feira das Ideias, movimento de fomento e difusão da economia criativa em São Paulo. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 451.131 pessoas e o público virtual foi de 2.994.571.

MIS Experience - localizado no bairro da Água Branca em São Paulo, tem por objetivo atuar em consonância com as novas linguagens da arte, direcionando suas ações para criar um ambiente cultural efervescente com olhar para a memória e para os novos recursos tecnológicos e expográficos que surgem a cada dia, proporcionado experiências imersivas aos visitantes. No ano de 2023, destaca-se a exposição “Michelangelo: o mestre da Capela Sistina”, em 25 de janeiro, comemorando o aniversário da cidade de São Paulo e, em março, a mostra Quintal das Artes, no galpão expositivo secundário. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 300.340 pessoas e o público virtual foi de 1.447.581.

Paço das Artes - localizado na cidade de São Paulo, o museu tem como objetivo o incentivo à produção de obras, com foco em seu caráter experimental; a formação de novos agentes (jovens críticos, curadores e artistas); a difusão da arte contemporânea nacional e internacional, além de divulgar assuntos relacionados a sua área de especialidade. Destaca-se a exposição "NÓS - Arte & Ciência por Mulheres", organizada pelo coletivo curatorial Estúdio M’Baraká, que evidenciou a participação feminina em variados campos do conhecimento ao longo da história ocidental. Destaca-se, ainda, a 27ª Temporada de Projetos, inaugurada no dia 30 de junho. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 22.774 pessoas e o público virtual foi de 212.936.

Museu de Arte Sacra de São Paulo - localizado na área central de São Paulo, ocupa a ala esquerda térrea do Mosteiro de Nossa Senhora da Imaculada Conceição da Luz e a antiga Casa do Capelão, e tem como uma de suas principais atribuições recolher, classificar, catalogar e expor objetos religiosos cujo valor estético ou histórico recomende a sua preservação. Destaca-se a realização da mostra “Fé, Engenho e Arte – Os Três Franciscos: mestres escultores na capitania das Minas do ouro” realizada no período de 27 de maio a 30 de julho. Destacam-se, ainda as exposições: “A Pintura no Interior Paulista”, “Dos Santos”, “Amar-te Entramas”, “Marfins: Iconografia e História da Arte Sacra” e “Esmolação”. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 44.450 pessoas e o público virtual foi de 536.887.

Museu do Café - localizado na cidade de Santos, é um dos principais pontos turísticos da cidade , e tem como objetivo a preservação e divulgação da história do café no Brasil. No ano de 2023, destaca-se a exposição temporária Porto do Café, que conta a história do desenvolvimento da cidade e do porto de Santos e sua relação com café, a exposição temporária O feminino no Café, 1870-1930,

alinhada às discussões contemporâneas do protagonismo feminino e as pesquisas do Centro de Referência realizadas na instituição. No âmbito internacional, a exposição 'Cores da Minha Terra', da artista Ana Paula Torres, cuja primeira edição da exposição aconteceu em Roma, na Embaixada do Brasil. No âmbito da programação cultural tem destaque a programação de férias realizada no Espaço Café com Leite e a realização de um concurso de fotos no Instagram em homenagem aos 25 anos da Instituição, comemorado no mês de março. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 474.311 pessoas e o público virtual foi de 952.384.

Museu da Imigração - localizado na antiga Hospedaria de Imigrantes, no bairro da Mooca, em São Paulo, tem como missão promover o conhecimento e a reflexão sobre as migrações humanas e sua contribuição para a diversidade da formação social brasileira, numa perspectiva que privilegie a preservação, a pesquisa e a comunicação do patrimônio cultural. Destacam-se no ano de 2023 a inauguração da exposição "Ambientes construídos: um guia alternativo do Japão" e da instalação "Migrar: inquietações, perguntas e possibilidades", mostra interativa que convida o público visitante do Museu a contribuir com as reflexões que vem sendo realizadas sobre a atual mostra de longa duração "Migrar: experiências, memórias e identidades" e o processo de concepção da nova exposição de longa duração. No âmbito da programação cultural destacam-se as atividades relacionadas com a programação de férias e a tradicional Festa do Imigrante em sua 28ª edição. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 118.198 pessoas e o público virtual foi de 2.730.773.

Museu do Futebol - situado junto ao Estádio do Pacaembu, tem como missão investigar, preservar e comunicar o futebol como expressão cultural no Brasil. No ano de 2023, destaca-se a circulação do projeto CONTRA-ATAQUE! As mulheres do futebol, em Araraquara e Santos, e as exposições temporárias "Rainhas de Copas" e "Futebol de brinquedo". No âmbito da programação cultural, realizou a exibição dos jogos da Copa do Mundo de Futebol de Mulheres, a programação Férias no Museu e o evento Praia de Paulista, na Praça Charles Miller. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 371.097 pessoas e o público virtual foi de 4.480.314.

Museu da Língua Portuguesa - localizado na área central de São Paulo, foi criado com o objetivo de valorizar a diversidade da língua portuguesa, celebrá-la como elemento fundamental e fundador da cultura e aproximá-la dos falantes do idioma em todo o mundo. No ano de 2023, destaca-se a exposição temporária "Essa nossa canção", inaugurada no mês de julho. No âmbito da programação cultural, tem destaque a realização de extensa programação para celebração do "Dia Internacional da Língua Portuguesa", em maio, bem como a realização da primeira edição do "Festival Cultura e Pop Rua - População de Rua e o Direito à Cultura", nos dias 16, 17 e 18 de agosto, com a mobilização de inúmeros agentes e com a consolidação de parcerias com instituições do território, realizando a distribuição de 6.280 refeições à população em situação de rua, 308 pessoas participantes das oficinas ofertadas e 424 pessoas que assistiram ao espetáculo teatral Cena Epidemia Ouro, em parceria com o Teatro de Contêiner Mungunzá. Em 2023, o museu recebeu o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação Museal, do Instituto Brasileiro de Museus, e o Selo de Direitos Humanos e Cidadania, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 390.126 pessoas e o público virtual foi de 2.247.202.

Museu da Diversidade Sexual – localizado na estação da República em São Paulo, é uma instituição destinada à memória, arte, cultura, acolhimento, valorização da vida, agenciamento e desenvolvimento de pesquisas envolvendo a comunidade LGBTQIA+. Destaca-se no ano de 2023 o lançamento de um novo edital para credenciamento de propostas de coletivos e/ou entidades para compor exposição virtual e a realização de itinerância das exposições "Duo Drag" e "Nomes do Amor". Outro destaque é o desenvolvimento do Projeto Vivencias LGBTQIAP+, projeto esse em parceria com o Museu da Pessoa, que busca coletar depoimentos de membros dessa comunidade que possuem diferentes atuações. Destaca-se, ainda, a implementação do Centro de Pesquisa e Referência, na sede da Av. São Luís, junto à inauguração da exposição temporária "Quando as Lésbicas se levantam: luta e resistência sapatão nos anos 80". Em 2023, o museu recebeu o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação Museal, do Instituto Brasileiro de Museus, e o Selo de Direitos Humanos e Cidadania, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 9.291 pessoas e o público virtual foi de 655.091.

Museu das Favelas – localizado na região central de São Paulo, o Museu das Favelas foi criado para integrar uma série de projetos voltados para as favelas de São Paulo, abarcando as áreas da cultura, esporte, emprego e renda, democratização da internet, segurança alimentar e assistência social. Destaca-se, no ano de 2023, o lançamento do Favela Ocupa, que consiste em uma chamada pública para ocupação de espaços do Museu. No âmbito da programação cultural, destaca-se a parceria com

o coletivo de mulheres do Hip Hop, recebendo na sede do museu atividades do Festival Latinidades, e com a ASP - Associação de Artistas do Centro para a realização de nova exposição temporária, inaugurada em 02 de agosto. Fruto dessa parceria é a organização conjunta de debates para a sessão "Papo Reto" e o recebimento de 40 jovens em situação de cumprimento de medidas socioeducativas na Fundação Casa e/ou egressos para a realização das oficinas artísticas do projeto "Refúgio", desenvolvido pela ASP. No âmbito do CORRE - Centro de Empreendedorismo, destaca-se o início das Jornada empreendedora, com foco em Negócios. Também se realizou o primeiro seminário Favela é o Centro, em que pesquisadores e institutos de pesquisa reuniram-se para debater os mais recentes estudos e publicações que tratam das favelas e periferias brasileiras, visando contribuir para a disseminação de informações e dados confiáveis e combater estigmas e preconceitos a respeito destes territórios. O número total de público presencial atendido em 2023 foi de 75.689 pessoas e o público virtual foi de 8.125.379.

PROGRAMA 1218 – FOMENTO CULTURAL E ECONOMIA CRIATIVA

No exercício de 2023 a Unidade de Fomento à Cultura executou os 02 (dois) principais programas de ação de cultural, PROAC ICMS e PROAC EDITAIS, e por meio do convênio n°792556/2013, o Edital do Programa Cultura Viva do Estado de São Paulo.
A Unidade de Fomento à Cultura iniciou o exercício de 2023 com o chamamento público para o Encontros Setoriais com as Entidades do Setor Cultural e Artístico, seguido do chamamento para indicação de representantes da sociedade civil para integrarem as comissões de seleção dos Editais ProAC, lançados no primeiro trimestre deste ano com números expressivos.
Foram lançados 45 editais com o valor total investido mais uma vez equiparado ao ProAC ICMS, com o marco de 100 milhões para o fomento direto. Durante o período de inscrições, a Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, em parceria com o Sebrae-SP, organizou uma série de atividades para auxiliar os proponentes na elaboração dos projetos culturais que poderiam ser financiados pelo ProAC na modalidade Editais. Foram disponibilizadas cartilhas, palestras, sessões de perguntas e respostas e orientação em grupo ao longo do mês de abril e início de maio, até o término das inscrições.
As linhas que correspondem aos Editais lançados este ano são:

- Teatro / Produção de Espetáculo Inédito
- Teatro / Circulação de Espetáculo
- Dança / Produção de Espetáculo Inédito
- Dança / Circulação de Espetáculo
- Publicação / Realização e Publicação de Conteúdo Cultural
- Público Infanto-Juvenil / Produção de Espetáculo Inédito
- Público Infanto-Juvenil / Circulação de Espetáculo
- Circo / Produção e Manutenção/ Lona
- Circo / Produção e Apresentação de Número Circense
- Circo / Produção de Espetáculo Inédito
- Circo / Circulação de Espetáculo
- Artes Visuais / Produção de Exposição Inédita
- Artes Visuais / Circulação de Exposição
- Música Clássica, Erudita Contemporânea, Popular Instrumental ou Ópera / Gravação de Álbum
- Música Clássica, Erudita Contemporânea , Popular Instrumental ou Ópera / Circulação de Espetáculo
- Música Popular / Gravação de Álbum
- Música Popular / Circulação de Espetáculo
- Literatura / Realização e Publicação de Obra Inédita de Ficção
- Literatura / Realização e Publicação de Obra Inédita de Poesia
- Literatura / Realização e Publicação de Obra Inédita de HQ
- Literatura / Realização e Publicação de Obra Inédita de Não-Ficção
- Literatura / Realização e Publicação de Obra Teatral Inédita
- Literatura / Realização e Publicação de Obra Infanto-Juvenil Inédita
- Literatura / Produção e Realização de Projeto de Incentivo à Leitura
- Audiovisual / Complemento para Produção de Longa ou Série de Ficção ou Animação
- Audiovisual / Complemento para Produção de Longa ou Série Documental
- Audiovisual / Complemento para Finalização de Longa ou Série de Ficção ou Animação

- Audiovisual / Complemento para Finalização de Longa ou Série Documental
- Audiovisual / Produção e Lançamento de Curta
- Audiovisual / Realização de Game, Conteúdo Transmídia ou Conteúdo XR
- Museus / Adequação e Requalificação de Infraestrutura de Museus
- Museus / Elaboração De Plano Museológico
- Museus / Realização de Exposição em Museus
- Museus / Salvaguarda De Acervos
- Patrimônio Histórico e Cultura / Execução de Intervenções em Bem Protegido
- Cidadania Cultural / Produção e Realização de Projeto Cultural / Cultura Popular, Caiçara, Indígena e Quilombola
- Cidadania Cultural / Produção e Realização de Projeto Cultural / Cultura Negra, Urbana e Hip Hop
- Cidadania Cultural / Produção e Realização de Projeto Cultural / Cultura LGBTQIA+
- Cidadania Cultural / Produção, Realização ou Manutenção de Projeto Cultural das Periferias
- Eventos Culturais / Produção e Realização de Mostra, Festival, Conferência , Seminário ou Premiação
- Espaços Culturais / Apoio à Manutenção, Reforma, Ampliação ou Modernização
- Artistas Iniciantes / Produção e Realização de Projeto Cultural
- Formação em Arte e Cultura / Realização de Curso, Oficina ou Seminário
- Estudos e Pesquisas /Realização de Estudos ou Pesquisa em Arte e Cultura
- Publicação / Realização e Publicação de Conteúdo Cultural

Diante os ineditismos, os Editais somaram **19.674** projetos inscritos, **875** contemplados e **122** municípios atendidos.

O Programa Cultura Viva também ganhou destaque neste ano, com o lançamento do Edital de Premiação para Pontos de Cultura do Estado de São Paulo, que teve por objetivo fomentar a valorização, articulação e fortalecimento da Rede Cultura Viva, foram realizadas 149 inscrições, da seguinte forma:
Premiação por meio de Kit Cultural Audiovisual: 74 (setenta e quatro) prêmios em kit audiovisual para entidades culturais sem fins lucrativos com constituição jurídica.
O **Proac Icms,** foi mantido o investimento dos anos anteriores 2020 no valor de 100 milhões para o programa, que recebeu este ano 1180 projetos inscritos, desses projetos, 697 foram aprovados e 548 captaram recursos, beneficiando 120 municípios do Estado de São Paulo.

PROGRAMA 1201 – ECONOMIA CRIATIVA

A **Unidade de Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura**, no tocante à Difusão Cultural, tem as seguintes atribuições, em relação aos equipamentos e projetos culturais: fiscalizar e acompanhar as atividades; supervisionar a administração e os calendários; promover a execução dos programas e projetos culturais desenvolvidos pela Secretaria no Estado; planejar e promover o desenvolvimento das atividades artísticas no Estado e nas suas regiões; desenvolver o intercâmbio cultural entre os municípios e o Estado; realizar o acompanhamento e a avaliação de resultados dos contratos de gestão que tenham por objeto ações de difusão cultural. No tocante à Bibliotecas e Leitura - Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas – SisEB: formular, planejar, implantar e avaliar a política cultural para as bibliotecas públicas do Estado de São Paulo, bem como as políticas de incentivo e promoção à leitura.

Ação 5709 - Ações de Circulação de Espetáculos e Conteúdo, com Ampliação de Acesso

Difusão Cultural – Circuito SP
O Contrato de Gestão 02/2022, mantido em parceria com a Organização Social de Cultura Associação Paulista dos Amigos da Arte - APAA tem como objeto a operacionalização da gestão e a execução das atividades na área cultural referentes a Equipamentos Culturais, Programas de Difusão, Circulação e Descentralização Cultural, Festivais Artísticos e Eventos em geral.

Equipamentos Culturais
No âmbito do citado CG, a **APAA** faz a gestão de dois teatros, o ***Teatro Sérgio Cardoso*** **e o** ***Teatro Estadual de Araras "Maestro Francisco Paulo Russo",*** e de um equipamento de circo denominado "*Mundo do Circo*". Entre 2023, foram realizadas 534 atividades em todos os espaços do Teatro Sérgio Cardoso, para público de mais de 146.000 pessoas e, da mesma maneira, o Teatro de Araras realizou

124 atividades para público de mais de 31.700 pessoas. Já o Mundo do Circo atendeu a espetáculos de 193 companhias de circo para público de mais de 73.000 pessoas.
Importante mencionar que no exercício de 2023, houve uma reformulação dos demais programas de difusão da Pasta realizados em parceria com a APAA, em consonância com as diretrizes do novo governo, com o intuito de buscar uma mais eficiente aplicação dos recursos públicos, visando a ampliação da oferta de atividades à população. Sendo assim, em 03 de julho de 2023 foi lançado os editais dos programas de difusão, que têm como objetivo fomentar, valorizar e difundir as atividades e ações artístico-culturais desenvolvidas pelos municípios paulistas.

Os programas que compreendem o edital são: **Atendimento Técnico aos Municípios (ATM), Circuito Cultural, Apoio a Festivais e Cultura Urbana.** Por meio do **Circuito Cultural**, foram ofertadas apresentações artísticas das mais variadas linguagens para público de aproximadamente 332.700 pessoas de mais 119 municípios paulistas. Por meio do **ATM,** municípios tiveram apoio para a realização de atividades e ações culturais, atingindo público de mais de 476.300 pessoas. Dos 22 apoios à festivais realizados, foi possível atingir um público de mais de 493.000 pessoas.
Além dos festivais municipais que obtiveram apoio por meio dos editais, a APAA realiza anualmente os seguintes festivais artísticos: a "***Semana Guiomar Novaes*"** na cidade de São João da Boa Vista, que em 2023 ofertou 43 apresentações artísticas para público de 6.468 pessoas; e o **"*Festival de Circo***" na cidade de Piracicaba, com a oferta de mais de 100 apresentações artísticas e atividades de circenses para público de mais de 22.300 pessoas.
O "***Revelando SP*"** é o maior festival do Estado de São Paulo pela valorização do patrimônio imaterial paulista. Faz jus ao nome e revela o trabalho de esmero de artesãos, músicos, dançarinos e cozinheiros, que demonstram a profundidade das tradições multigeracionais de vários municípios. Em 2023, houve duas edições, uma em São José dos Campos e outra em São Paulo com 2.456 participantes em 108 projetos de artesanato, 80 de culinária e 88 de manifestações artísticas representando 125 municípios do estado.
Foi realizado o apoio a eventos, ações, apresentações artísticas e ou atividades culturais 35 atividades voltadas à cultura negra, etnias, artes urbanas e à cultura LGBTQIAP+, atingindo público de mais de 330.000 pessoas.

Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo (SisEB)
Tem o objetivo de garantir que todas as pessoas do Estado de São Paulo tenham direito à biblioteca e que cada biblioteca tenha uma relação significativa com seus territórios e suas comunidades. Atualmente, integra ao SisEB 480 bibliotecas, distribuídas em 252 municípios paulistas, incluindo a Biblioteca de São Paulo e a Biblioteca Parque Villa-Lobos, consideradas laboratórios de experiências da concepção Biblioteca Viva.
Criado em 2020, o Grupo de Trabalho para constituição de Governança para o SisEB, com profissionais e agentes de diferentes tipologias de bibliotecas das 16 Regiões Administrativas do Estado, seguiu se reunindo com regularidade, realizando estudos e discussões sobre assuntos que permeiam seus objetivos, implementando ações que possibilitem a transformação das bibliotecas de acesso público em ambientes cada vez mais vivos e democráticos, com formação e ampliação continuada de profissionais, que possam garantir uma programação cultural constante, diversificada e que promovam encontros entre os moradores dos territórios na e para a produção de múltiplas ações culturais.
A programação formativo-cultural do SisEB, levada aos municípios, foi composta por ações de capacitação; Seminário Internacional de Biblioteca Viva; publicação anual da coleção Notas de Biblioteca; Jornal Espalhafatos; Plataforma Bibliotecas Paulistas (para atualização cadastral anual); Loja virtual SisEB (doação de acervo); Viagem Literária; PraLer; Literatura Brasileira no XXI; e foram realizadas em parceria com a SP Leituras — organização social de cultura.
Uma das frentes de atuação do SisEB em 2023, esteve no auxílio ao Projeto de Lei nº 529/2023, que Institui o Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PELLLB) do Estado de São Paulo, com o fim de assegurar a todos o acesso ao livro, à leitura e à literatura. Desde a publicação do PL o SisEB está realizando participação efetiva em seus encaminhamentos, integrando o grupo de trabalho, tendo participado da composição da mesa da primeira audiência pública, ocorrida em 30/11/23. O trabalho continuará em 2024.
Destacamos que 2023 foi significativo no fortalecimento de parcerias, com visitas técnicas em instituições ligadas ao campo da leitura e das bibliotecas, com o objetivo de ter um envolvimento direto com a sociedade civil e instituições que defendem as mesmas causas: a leitura, o livro, as literaturas e as bibliotecas. Algumas parcerias ativas/em andamento: Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas/Ministério da Cultura (Termo de Cooperação), Sistema Municipal de Bibliotecas Públicas (SP), Centro Paulo de Souza e Conselho Regional de Biblioteconomia — 8ª Região.

Prêmio São Paulo de Literatura e Prêmio Governador do Estado

Em sua 16ª edição, o *Prêmio São Paulo de Literatura* de 2023 abriu inscrições no período de 05 de abril a 22 de maio de 2023 para escritores, profissionais e estreantes concorrerem ao prêmio deste ano. Foram 453 propostas inscritas de diversas regiões do Brasil e de outros países, tendo sido habilitadas 327, sendo 136 na categoria "Melhor Romance de 2022" e 191 na categoria "Melhor Romance de Estreia de 2022". Criado em 2008, o Prêmio São Paulo de Literatura tem como objetivo estimular a produção literária de qualidade, valorizar o setor e favorecer a formação de leitores e escritores, reconhecendo grandes nomes e também novos talentos.

No dia 27 de novembro de 2023, no auditório da Biblioteca Parque Villa Lobos, foram anunciados, os vencedores de cada categoria: Mariana Salomão Carrara com "Não fossem as sílabas do sábado" como Melhor Romance de 2022 e Alexandre Alliatti com "Tinta branca" como Melhor Romance de estreia de 2022, que receberam além dos troféus respectivos às suas categorias, também o valor pecuniário de R$ 200 mil cada um.

O *Prêmio Governador do Estado* 2023 premiou 12 diferentes categorias com o valor de R$ 35.500 mil por categoria, por promover e incentivar a diversidade e a ampliação do acesso a bens e serviços culturais e criativos no Estado de São Paulo, além do reconhecimento a uma "Instituição Cultural".

Os vencedores das categorias Arte para crianças, Artes Visuais, Circo, Teatro, Museus e centros culturais, Valorização do patrimônio cultural, Audiovisual, Incentivo à leitura, Dança, Música, Iniciativas Culturais – Terceiro Setor, Iniciativas culturais – Setor Público e Instituição Cultural, foram anunciados durante a cerimônia realizada no dia 12 de dezembro, no Palácio dos Bandeirantes e receberam um troféu exclusivo confeccionado para o Prêmio.

Economia Criativa - O programa de Cash Rebate, realizado em parceria com a SPCine, o Programa de Atração de Filmagens à Cidade e ao Estado de São Paulo é uma política de incentivo às filmagens na região paulista que visa atrair produções cinematográficas estrangeiras ou nacionais de grande alcance internacional. É uma ação conjunta inédita entre a Prefeitura e o Governo do Estado de São Paulo. O funcionamento da política de incentivo é feito por meio do reembolso de um percentual do valor de despesas elegíveis que ocorreram na região de São Paulo em uma produção cinematográfica. É um estímulo importante para atrair investimentos internacionais, gerar empregos locais, viabilizar negócios para o setor audiovisual paulista e colocar a região de São Paulo no cenário cinematográfico internacional, exportando também as suas culturas regionais. Em 2023 foi realizada uma nova chamada no valor de R$25,55 milhões para projetos aplicados à coproduções minoritárias ou produções internacionais e production service.

O *CreativeSP*, é um programa de Internacionalização da Economia Criativa de São Paulo, uma ação conjunta entre a Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas e a InvestSP, voltada para empresas e instituições culturais e criativas de todas as regiões do estado de São Paulo, com o objetivo de (1) difundir internacional a produção cultural e criativa de São Paulo e estimular o intercâmbio e os negócios com outros países; (2) promover exportações de bens e serviços do setor cultural e criativo de São Paulo; (3) atrair investimentos para os diversos segmentos culturais e criativos do estado; (4) contribuir para a consolidação internacional da imagem de São Paulo como polo de excelência e diversidade no campo cultural e criativo; (5) incentivar a internacionalização de empresas e instituições, elevando sua capacidade para negócios e parcerias globais e (6) contribuir para a melhoria do ambiente de negócios e o aumento da competitividade destas empresas e instituições.

Em 2023 foram realizadas 9 Missões internacionais: (1) SXSW – Austin – Estados Unidos – março de 2023; (2) GDC (Game Developers Conference) – São Francisco – EUA - março de 2023; (3) Festival de Cinema de Cannes – Cannes – França – maio de 2023; (4) Gamescon – Colônia – Alemanha - agosto de 2023; (5) Festival Internacional de Cinema de San Sebastián - San Sebastian - Espanha - setembro de 2023; (6) Feira do Livro de Frankfurt - Frankfurt - Alemanha - outubro de 2023; (7) Womex (Worldwide Music Expo) – Coruña – Espanha - outubro de 2023; (8) WebSummit – Lisboa – Portugal - novembro de 2023; (9) Ventana Sur – Buenos Aires – Argentina – novembro de 2023; tendo como resultado: 355 empresas inscritas para o programa, com participação de 80 delas e uma estimativa de negócios gerados de aproximadamente R$ 404,3 milhões, e de 7.839 de empregos gerados. Este resultado, comparado com 2022, significa 12,8% a mais em negócios e 18% a mais em geração de empregos. Para cada R$ 1 investido, espera-se o impacto de R$ 61,26 em negócios no

Ação 6211 - Corpos estáveis e Equipamentos de Difusão Cultural

OSESP - Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo

O Contrato de Gestão 02/2021, mantido em parceria com a Organização Social de Cultura Fundação Osesp tem como objeto a operacionalização da gestão e a execução das atividades junto a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, ao Complexo Cultural Julio Prestes/Sala São Paulo e Festival de Inverno de Campos do Jordão.
Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo - OSESP e Sala São Paulo - na área de difusão cultural, no período de janeiro a outubro, na Sala São Paulo, a temporada da Osesp contou com realizou 95 concertos sinfônicos, dos quais 22 contaram com a participação do Coro da Osesp, atingindo um total de público de mais de 109.000 pessoas. Para além da temporada artística da Orquestra, a Osesp desempenha intensa atividade de música de câmara e ensaios abertos. Entre janeiro e outubro, foram aproximadamente 45 récitas/ensaios abertos para público aproximado de 12.400 pessoas. Importante estratégia da Sala São Paulo como equipamento público de cultura em seu local, temos o programa "Matinais da Osesp" que trazem a oportunidade de fruição gratuita de música de alta qualidade aos domingos, às 11h, sendo que o cidadão encontra na Sala São Paulo uma vasta programação de concertos com os principais grupos orquestrais paulistas, além da própria Osesp, servindo como oportunidade de acesso e consequente expansão do público. Foram realizados 41 concertos matinais dos quais 29 foram realizados por orquestra convidadas e 12 realizados pela Osesp, com público aproximado de 46.000 pessoas. Para além dos concertos, a Osesp desempenha importantíssimo papel didático. Destaque para o programa "Descubra a Orquestra", um projeto de iniciação musical dedicado a alunos e professores de escolas públicas, particulares e instituições beneficentes. Em 2023 mais de 1.400 professores tornaram-se multiplicadores da arte musical de concerto e 23.000 alunos de escolas de diversas regiões do Estado vieram à Sala São Paulo para assistir aos 25 concertos didáticos oferecidos. A dificuldade em encontrar novos músicos para orquestras brasileiras, levou à criação, no ano de 2006, da Academia de Música da Osesp. Com educação teórica, instrumental e artística, os alunos são acompanhados de perto por músicos da Osesp e também do Coro da Osesp. Em 2021, as classes de Instrumento e Canto foram reconhecidas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo como Curso Técnico. Os alunos que concluírem sua formação receberão o Diploma Técnico Profissionalizante de Nível Médio, válido em todo o território nacional. Em 2023, a academia da Osesp contou com 58 alunos, sendo 24 instrumentistas, 30 cantores e 4 regentes.

Festival de Inverno de Campos do Jordão - em mais 50 anos de história, o Festival Internacional de Inverno de Campos do Jordão Dr. Luís Arrobas Martins se consolidou como o maior e mais importante festival de música clássica da América Latina. Conhecido e respeitado internacionalmente, ele é passagem obrigatória de conceituados artistas de todo o mundo. Além da apresentação de concertos em diversos pontos da cidade e na Sala São Paulo, o Festival possui uma importante programação pedagógica, com extensa grade de aulas entre outras atividades direcionadas à jovens músicos. Ocorrida entre os dias 01 a 30 de julho, o festival contou com 137 alunos bolsistas em mais de 1.000 horas/aula, além de 106 apresentações musicais em diversos locais de Campos do Jordão e na Sala São Paulo, com público de mais de 51.200 pessoas. Entre os dias 30 de janeiro e 18 de fevereiro, houve a realização da 2ª edição do Festival de Verão de Campos do Jordão, com 87 alunos bolsistas, além de 51 apresentações em locais diversos da cidade para público superior a 4.200 pessoas.

Associação Pró Dança - O Contrato de Gestão 01/2019, mantido em parceria com a Organização Social de Cultura Associação Pró-Dança tem como objeto a operacionalização da gestão e a execução das atividades na área cultural referentes à São Paulo Companhia de Dança (SPCD), cuja temporada de 2023 se fez em três palcos de grande relevância do cenário cultural da cidade de São Paulo: o Teatro Sérgio Cardoso (08 a 25 de junho), o Theatro São Pedro (17 a 20 de agosto) e o Teatro Paulo Autran, do Sesc Pinheiros (06 a 08 de outubro). Sete obras compuseram o repertório da temporada em 2023, sendo três clássicos: Giselle - Ato II, Les Sylphides (Chopiniana) e Suíte de Paquita; e quatro obras contemporâneas: Umbó de Leilane Teles, Partita, Ibi - Da Natureza ao Caos e I've changend my mind, uma estreia do israelense Sharar Binyamini. Dentro da temporada, foram realizados ao todo 16 espetáculos para público de mais de 8.900 pessoas. A companhia realizou espetáculos em municípios do Interior do Estado para público de mais de 2.600 pessoas e, no campo da internacionalização, realizou duas turnês, uma entre os dias 17 e 20 de maio, com 3 espetáculos em Baden-Baden, Alemanha (os espetáculos apresentados foram: Odisseia, Pássaro, Juliano e Agora. Junto aos espetáculos, a companhia ainda realizou palestras e workshops), para público de 3.850 pessoas; e a outra com 11 espetáculos entre os dias 01 a 29 de novembro em cidades da Alemanha (Furth, Wolfsburg, Cologne e Fustenfeldbruck) e França (Flers e Grenoble), para público de 8.420 pessoas.

Importante ressaltar que para além das apresentações, a SPCD também realiza uma série de atividades didáticas como palestras, capacitações em dança, pesquisas, entre outras.

SP LEITURAS - O Contrato de Gestão 01/2021, mantido em parceria com a Organização Social de Cultura SPLeituras tem como objeto a operacionalização da gestão e a execução das atividades e serviços na área cultural, referentes à Biblioteca de São Paulo, Biblioteca Parque Villa-Lobos, Centro Cultural de Estudos Superiores Aúthos Pagano, BibliON - biblioteca digital gratuita de São Paulo e SisEB-Sistema Estadual de Bibliotecas Pública de São Paulo. Em 2023 foram atendidos mais de 261.346 usuários na Biblioteca de São Paulo – BSP e 285.924 usuários na Biblioteca Parque Villa-Lobos – BVL. Juntas estas bibliotecas ofereceram mais de 1.270 atividades presenciais e virtuais. A Biblioteca Digital – BibliON acumulou a marca de mais de 373.000 empréstimos, tendo realizado também atividades virtuais como o podcast BibliON, a Jornada Literária Virtual, publicações diversas, clubes de leitura, encontros, capacitações entre outras. Vale ressaltar que a BibliON se tornou o programa de difusão com maior capilaridade no Estado até o momento, atendendo mais de 617 municípios. No âmbito do SisEB, destacamos as seguintes ações: a realização do 14º Seminário Internacional Biblioteca Viva; a 15º edição do programa Viagem Literária e a realização da Cerimônia do Prêmio São Paulo de Literatura.

PROGRAMA 1203 – FORMAÇÃO CULTURAL

Estão concentradas nesse programa todas as ações que têm como objetivo oferecer oportunidade de formação nas diversas linguagens artísticas profissionalizantes ou não.

Ação 4779 – Projeto Guri

O Projeto Guri tem por atribuição a oferta de ensino musical gratuito e a inclusão social de crianças e adolescentes. O público deste Programa são crianças e adolescentes com idades entre 06 e 18 anos para alunos dos Polos e Polos Regionais e devem estar regularmente matriculados em alguma unidade escolar e 12 a 21 anos para alunos dos Polos da Fundação CASA. Além disso, o Programa tem atuado dentro das escolas públicas municipais e estaduais com a ação Guri na Escola, onde as aulas de música são ministradas no contraturno escolar ou dentro da própria grade de aula da escola. O Projeto Guri possui 420 polos de ensino, distribuídos em 306 municípios do Estado. As unidades estão espalhadas no Interior e Litoral (280 polos e 30 polos-escola), na Capital e na Grande São Paulo (45 polos 5 polos-escola) e nas unidades da Fundação CASA (60 polos). Foram atendidos em 2023, 76.233 alunos, sendo 61.355 no Interior, Litoral e Fundação Casa e 14.878 na Capital e Grande São Paulo. As apresentações presenciais/virtuais dos Grupos Artístico-Pedagógicos (Grupos Musicais dos Polos do Guri, Grupos Infantis e Juvenis, Coral de Familiares), as oficinas /atendimentos sociais realizados com as famílias dos alunos e os conteúdos digitais disponibilizados nas plataformas do Programa, alcançaram um público de 424.331 pessoas. O valor do repasse para o exercício de 2023 foi de R$ 113.756.701,00.

Ação 5691 – Escola de Música do Estado de São Paulo – EMESP Tom Jobim, Theatro São Pedro e Orquestra do Theatro São Pedro

Instituição de ensino destinada à formação e difusão musical, a EMESP tem como foco a formação técnica para crianças, jovens e adultos dentro da área de MPB e Erudito. Também possibilita o aperfeiçoamento a músicos que já completaram a formação e que buscam aprofundar os conhecimentos em áreas específicas. Na área de performance, os projetos da Escola têm a responsabilidade de formação pedagógica integrada às atividades artísticas oferecidas. Em 2023, foram atendidos 1.921 alunos, sendo 629 dos cursos regulares, 149 dos cursos de especialização e 1.143 dos cursos livres. Nas ações complementares à formação cultural foram realizados 36 espetáculos musicais, 9 concertos dos grupos artísticos de alunos, com público presencial de 11.890 pessoas e público virtual de 72.321 pessoas. O núcleo de desenvolvimento de carreira dos alunos, cujo objetivo específico é a capacitação para o desenvolvimento de carreira dos alunos com o oferecimento de atividades teóricas e práticas que preparem os jovens músicos para o mercado de trabalho, foram realizadas 63 apresentações em 2023, com público presencial de 75.615 pessoas. Já os grupos artísticos de bolsistas (Orquestra Jovem do Estado de São Paulo, Banda Sinfônica Jovem do Estado, Coral Jovem do Estado, Orquestra Jovem Tom Jobim e Orquestra Jovem do Theatro São Pedro) contabilizaram a realização de 63 apresentações musicais com um público presencial total de 34.652 em 2023 e público virtual de 322.176 pessoas. No Programa de Conteúdos Digitais, a Emesp atendeu 211 alunos nos 13 cursos de duração anual via EaD nas plataformas digitais. Já o conteúdo

digital produzido e disponibilizado alcançou até o final de 2023 o número de 64.962 pessoas. O resultado é que mais de 510.000 pessoas foram atendidas até o final do ano com as atividades online e presencial da Emesp e do Theatro.

Ação 5692 – Conservatório Dramático e Musical "Dr. Carlos de Campos" de Tatuí

Considerado a maior escola gratuita de ensino musical da América Latina, o Conservatório de Tatuí é responsável pela formação de instrumentistas, luthiers e atores. Em 2023, foram atendidos 2.171 alunos, sendo 1.759 dos cursos regulares de música, 17 de luthiers, 138 dos cursos regulares de música do Polo São José do Rio Pardo, 105 alunos de aperfeiçoamento de música, 122 de cursos livres de música e 168 alunos de artes cênicas.A grade curricular é complementada por atividades extracurriculares, por meio de workshops, masterclasses, palestras, festivais, encontros, concertos e espetáculos, os quais atenderam mais de 120.875 pessoas, seja presencialmente ou pelos canais digitais. Os destaques do equipamento são: a Série Concursos, a Semana de Música de Câmara e Prática de Conjunto e as mostras internas, todas focadas no desenvolvimento dos alunos junto a conjuntos das mais variadas naturezas. As ações contam com predominância de orquestras, cameratas, bandas, ensembles, coros e outras formações vocais e instrumentais, inclusive o teatro, por meio da Cia de Teatro do Conservatório de Tatuí, corpo estável que reúne profissionais e alunos avançados do Curso de Teatro Adulto ministrado na instituição. Nas ações complementares à formação cultural, de vivência artística, foram realizados 402 eventos envolvendo cerca de 20 mil pessoas, entre alunos e público. O núcleo de desenvolvimento de carreira dos alunos, cujo objetivo específico é a capacitação para o desenvolvimento de carreira dos alunos com o oferecimento de atividades teóricas e práticas que preparem os jovens músicos e atores para o mercado de trabalho, foram realizadas duas atividades que mobilizaram 3.497 pessoas. Já os grupos artísticos de bolsistas (Orquestra Sinfônica, Banda Sinfônica, Coro, Big Band, Grupo de Percussão, Camerata de Violões, Grupo de Música Raiz, Jazz Combo, Grupo de Choro e grupo de Teatro) contabilizaram a realização de 75 apresentações com um público presencial total de 34.838 pessoas e público virtual total de 4.319 pessoas até o final de 2023. Com a consolidação dos públicos atendidos por meio dos canais digitais, o resultado foi de cerca de 185.000 pessoas atendidas até o final do ano com as atividades online e presencial.

Oficinas Culturais – Em 2023, o programa continua oferecendo atividades presenciais, online e híbridas. Na Capital, o programa conta com três unidades físicas: a OC Oswald de Andrade, a OC Juan Serrano e a OC Alfredo Volpi. Além disso, estão vinculadas ao O programa é composto pelas oficinas e atividades realizadas nas três unidades da capital: OC Oswald de Andrade, a OC Juan Serrano e a OC Alfredo Volpi que, juntas, realizaram 810 atividades para 192.648 pessoas; pelo programa de Formação em Gestão Cultural que realizou 8 oficinas para 3.331 pessoas; pelo Tradição e Contemporaneidade que realizou 6 atividades para 1.439 pessoas; pelo programa Formação para o Interior que contou com 587 atividades com a participação de 17.805 pessoas; 03 Festivais foram realizados, com público de 22.502 pessoas; as Residências Artísticas totalizaram 5 ações, com participação de 225 pessoas, e os Intercâmbios, num total de 14, com a participação de 17.385 pessoas. Além dessas, outras ações vinculadas ao programa Oficinas Culturais, também dirigidas ao interior do Estado, são aquelas inerentes ao programa Qualificação em Artes, nas linguagens Teatro e Dança, que juntas realizaram 763 atividades, 3 mostras, cujo público foi de 15.307 pessoas. No total, o programa realizou 2.085 atividades, para um público de 270.642 pessoas e atendeu 315 municípios.

SP Escola de Teatro – Inaugurada na cidade de São Paulo, em 2010, a SP Escola de Teatro – Centro de Formação das Artes do Palco propõe novos desafios para o ensino das Artes Cênicas no Brasil e orienta-se a partir de três pilares: curso técnico, cursos de extensão e o Programa Oportunidades (programa de bolsas de estudos). Em 2023, uma média de 362 alunos permaneceram nos cursos regulares da Escola, os quais possuem dois anos de duração e são dedicados à capacitação profissional nas diversas áreas do fazer teatral. A Escola desenvolveu também atividades de extensão cultural, que realizou 05 ações, 16 cursos e contou com a presença de 632 alunos, além de 762 participantes das mesas de discussão. Um dos pilares da SP Escola de Teatro foi o oferecimento de 150 bolsas. A Escola também deu continuidade a seus cursos de circo, com a realização de 05 cursos que atenderam 128 alunos. Além disso, realizou 19 residências artísticas para um público de 3.077 pessoas.

SP Escola de Dança – Criada em 2022, a SP Escola de Dança é uma instituição comprometida em dar voz e espaço consistente para a reflexão, o aprendizado e a troca de saberes a partir da

especificidade da dança interligada com todas as linguagens artísticas com foco em uma imprescindível valorização da pluralidade. Seu objetivo é o de proporcionar a construção do conhecimento no campo da dança, entendendo a diversidade de corpos e estéticas como premissas da formação e profissionalização dos alunos a fim de ampliar a possibilidade de inserção deles no mercado de trabalho. A Escola atualmente conta com 4.081 alunos matriculados distribuídos em 7 modalidades de cursos regulares, em 4 cursos livres, em 4 modalidades de cursos de extensão cultural. Além desses cursos, até 30 de dezembro de 2023, a SP Escola de Dança realizou atividades, presenciais e online, como apresentações artísticas, workshops, palestras, oficinas entre outras, contando com um público de aproximadamente de 6.276 pessoas. O número de alunos matriculados deve ser mantido, visto que eles frequentam cursos regulares. As mídias sociais da SP Escola de Dança tiveram um alcance de público virtual de 566.732 visualizações em 2023. O valor do repasse para o exercício de 2023 foi de R$ 12.475.682,00.

Ação 5714 – Fábricas de Cultura

As Fábricas de Cultura oferecem uma diversidade de cursos nas áreas de dança, artes visuais, circo, multimeios, música, teatro, xadrez e literatura. Além da formação, elas promovem uma série de eventos para a difusão cultural, incluindo shows, saraus, apresentações de artistas locais e sessões de cinema, realizados tanto em auditórios e teatros quanto em espaços abertos, evidenciando a integração do projeto com as comunidades locais. Estes equipamentos culturais são administrados por duas organizações sociais, a Catavento Cultural e Educacional e a Poiesis. Na cidade de São Paulo, existem dez unidades das Fábricas de Cultura, localizadas nos bairros de Brasilândia, Jardim São Luís, Vila Nova Cachoeirinha, Parque Belém, Capão Redondo, Vila Curuçá, Itaim Paulista, Jaçanã, Sapopemba e Cidade Tiradentes. Além disso, há três unidades na Grande São Paulo, situadas em Diadema, São Bernardo do Campo e Osasco, e duas litoral do estado, nas cidades de Santos e Iguape. Em 2023, as Fábricas de Cultura atenderam 735.234 pessoas em suas atividades de formação. Além disso, realizaram diversos eventos culturais. Ao total, foram realizados 1.891.505 atendimentos, entre atividades presenciais e online, reafirmando a relevância e o impacto desses espaços culturais na sociedade.

PROGRAMA 2990 – DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES

As emendas parlamentares têm como base legal o artigo 166-A da CF/1988, sendo o instrumento que permite aos deputados realizarem alterações no orçamento anual. As emendas individuais apresentadas à lei orçamentária anual (LOA) poderão alocar recursos a órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, consórcio público, organização da sociedade civil ou serviço social. No exercício de 2023, foram indicadas 58 (cinquenta e oito) Emendas Parlamentares à Unidade de Formação Cultural, com o valor total de repasse de R$ 7.950.131,31 (Sete Milhões, Novecentos e Cinquenta Mil, Cento e Trinta e Um Reais e Trinta e Um Centavos). Hoje a Unidade faz a gestão de 148 (Cento e Quarenta e Oito) emendas parlamentares ativas, dentre ajustes formalizados e alguns ainda em tramitação para serem formalizados.

FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA – FMAL

PROGRAMA 1221 - INTEGRAÇÃO DAS CULTURAS LATINO-AMERICANAS

Este programa tem como objetivo divulgar e intercambiar a cultura dos países latino-americanos, bem como promover sua integração às atividades intelectuais do Estado de São Paulo. Além disso, pretende-se estreitar as relações culturais, políticas, econômicas e sociais entre os povos latino-americanos e constituir um instrumento concreto de colaboração técnica, econômica, social e cultural; coordenando iniciativas internacionais de alcance continental que representem os interesses da sociedade.

Ação 2587 – Preservação do Patrimônio Cultural Latino-Americano

Foram realizados investimentos com a aquisição de materiais permanentes para manutenção dos prédios, bem como das atividades da Fundação.

Ação 5470 - Apoio Técnico e Administrativo

Visando o apoio das atividades realizadas na Fundação Memorial da América Latina, cujo o objetivo é a divulgação e intercâmbio da cultura brasileira e latino-americana e sua integração com as atividades intelectuais do Estado, a atual administração realizou investimentos e contratações para as operações essenciais. Esta Fundação realizou a reorganização orçamentária que permitiu a retomada do contingente contratual necessário dos Serviços de Limpeza de acordo ao tamanho do Memorial da América Latina, onde saímos de 13 para 21 postos de trabalho, atingindo assim a produtividade exigida por m², incluindo na contratação atual serviços que necessitavam de outras contratações para cobrir as demandas, permitiu a retomada do contingente contratual necessário do Serviço de Segurança para cobrir todas as áreas e entradas da Fundação num espaço de 84mil m², e ainda, permitiu suportar o ônus financeiro exigido para a autorização do reajuste e, também, o pagamento do Plano de Saúde com recursos próprios.
Nas tabelas abaixo, note-se, por favor, que houve aumento de arrecadação com consequente valor excedente em 2023, capaz de absorver nossas despesas com reajustes; suportar integralmente o plano de saúde com recursos advindo da fonte própria do órgão.

FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA

ARRECADAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

2022			2023		
PREVISTO	ARRECADADO	EXCESSO	PREVISTO	ARRECADADO	EXCESSO
R$ 2.716.787,00	R$ 2.882.714,99	R$ 165.930,99	R$ 2.516.208,00	R$ 3.649.051,11	R$ 1.132.843,11

PLANO DE SÁUDE FUNCIONÁRIOS

2022	2023
UNIMED SEGUROS	UNIMED SEGUROS
R$ 1.139.708,80	R$ 1.281.543,51

CRÉDITO AUTOMÁTICO - SUPLEMENTAÇÃO COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

DAO	SOLICITADO	LIBERADO	PESSOAL	LIMPEZA
01/09/2023	R$ 688.491,00	R$ 559.654,00	R$ 373.675,00	R$ 185.979,00
22/09/2023	R$ 277.222,00	R$ 277.222,00	R$ -	R$ 277.222,00
05/12/2023	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ -
	R$ 1.065.713,00	**R$ 936.876,00**	**R$ 473.675,00**	**R$ 463.201,00**

Esta Fundação, concluiu neste exercício, ações de zeladoria e recuperação em todas as suas áreas, visando a segurança e melhores condições para a realização dos eventos e das atividades administrativas, tais como: retifica do motor/bomba do castelo d'água, retrofit de quadros de distribuição de energia elétrica, troca de cabeamento de alimentação do Anexo dos Congressistas, troca de cabeamento da Galeria Marta Traba, instalação/reforma de seis aparelhos de ar condicionado no prédio da Administração, reforma e pintura das casas de máquinas chiller Biblioteca e chiller Pavilhão, pintura dos espaços: Gabo, Multiuso, Pilares Pavilhão e Receptivo, troca de refletores do quadro de Candido Portinari “Painel Tiradentes”, reparos na rede elétrica do Pavilhão e dos holofotes da Praça Cívica e da Praça da Sombra, reparos na rede hidráulica dos banheiros públicos, reparos na tubulação de incêndio do Auditório Simon Bolivar e dos Anexo dos Artistas e o desentupimento nas redes de esgoto e águas pluviais do Anexo dos Artistas. Ações que estão em andamento: recuperação/reforma de grupo gerador de emergência, recuperação/reforma de um chiller da biblioteca, reforma do ar condicionado Self Contained da Administração e a reforma da calçada do trecho do metrô até a Fundação com a instalação de piso tátil.

Ação 4043 – Promoção de Atividades Culturais

No decorrer do exercício 2023, as atividades culturais promovidas e desenvolvidas pela Fundação Memorial permearam a pauta de inclusão, diversidade, cultura popular e culturas tradicionais, abarcando atividades diversas e para todos os públicos. Dentre as atividades próprias desenvolvidas, se destacam as ações do Mês da Consciência Negra, com a promoção da apresentação teatral “Contos de Cativeiro”, trazendo a negritude e pautas como racismo e heranças étnicas para o debate por meio desta atividade cultural. Além disso, em parceria com a Secretaria Municipal de Relações Internacionais, a Fundação promoveu a “Expo Internacional da Consciência Negra”, evento que apresentou o trabalho de empreendedores afro e atividades musicais e culturais, sendo um dos principais eventos temáticos do mês na capital paulista. Além deste tema, foi promovido também o “Colóquio e Roda de Samba: A Economia Criativa das Escolas de Samba Paulistas”, evento que apresentou em sua programação conteúdo e estudos inéditos relativos à economia criativa das escolas de samba da capital. Além de apresentações musicais que tiveram o acesso de forma gratuita e democrática. Outras atividades de grande destaque são a realização do VIII Congresso Mundial pela Paz Ada Aharoni, evento internacional que teve sua realização de 2023 promovida pela Fundação

Memorial, e o Lançamento da Revista Memorial Cultural – publicação semestral que apresentará o viés da Diretoria de Atividades Culturais e Comunicação da Fundação, contemplando reportagens sobre eventos, bastidores, panorama cultural quais são as dinâmicas das atividades culturais desenvolvidas. De forma inédita, a Fundação desenvolveu e aprovou um Plano Bianual junto ao mecanismo de incentivo fiscal Federal - Lei n° 8.313/91, visando o desenvolvimento das atividades comemorativas dos trinta e cinco anos do Memorial da América Latina e também o investimento e manutenção do equipamento cultural. A proposta compreende manutenção e reparos de seus edifícios e acervo, ampliação e revitalização de sua exposição permanente, realização de suas atividades culturais diversas e contínuas, e desenvolvimento de seu programa educativo. Serão realizados diversos eventos comemorativos dos 35 anos do Memorial e da vinda de imigrantes de países diversos, bem como premiação anual para agentes culturais que se destacaram na cultura e na arte na América Latina. Além das atividades citadas, destaca-se também a dinâmica de autorização de uso dos espaços do complexo Memorial para atividades de variados formatos. Entre as cessões onerosas, tivemos como destaque os eventos: Blip ID, Imagens Publicitárias Chevrolet, CBLÃO 2023, Festival do Clube de Criação, Globo Upfront 2024, Prêmio CREA 2023, Red Bull BC ONE, Cine Autorama, Lançamento de produto da marca “Johnnie Walker”, Colação de Grau Millenium Formaturas FIAP, Dia da Cultura Evangélica, Hexag Epinefrina Literária 2023, Prêmio ABT 2023, Congresso COMA Uninove, Sons da Rua 2023 e Festival Juntas 2023, Mesa São Paulo 2023, Orquestra Brasil Jazz Sinfônica convida Lô Borges, Filmagem de documentário sobre Fernando Morais – Moonshot Produções ,VII Rikuday – Festival de Dança e Arte, Miss UESP 2023, Filmagem Betinho - No Fio da Navalha, ThreadExperience, Congresso GIFE, “Carnaval Andino Yunza – 10ª Edição”, Coala Festival 2023, Fashion Show – Pierre Cardin Young Designers Contest Brasil 2023, Festival Gastronômico Itinerante Sabores da Terra, Apresentação do Maestro Arthur Verocai, Prêmio eSports Brasil 2023, Palestra de Mário Sergio Cortella, Feiras Gastronômicas ArtShine, Encontro Gerando Falcões – O Maior Encontro de Favelas do Brasil, Shimano Fest 2023 – Festival da Bicicleta, Summer Breeze Festival 2023, Arena Carnaval 2023. Outras ações, mediante cessão não onerosa de espaço, tivemos como destaques as realizações: 4ª Caminhada do Dia Mundial de Conscientização do Autismo, Feira da Parada LGBT, Festival Cubano de La Salsa, Mães de SP – Secretaria de Políticas para a Mulher, Encontro Social do Instituto Verter, Prêmio África Brasil 2023, Prêmio Melhores do Ano da Gastronomia 2023, Grito de Independência do México e Exposição “Dia de Muertos”, Prêmio Polícia Militar da Qualidade, Lançamento do Programa Educa Juntos SP, Colação de Grau e Workshop UNIVESP, Curso: Práticas e técnicas para artes cênicas (ITB), PPA Participativo Presidência da República, II Semana Internacional da Diplomacia das Cidades, Treinamento "Rope Days" - Corpo de Bombeiros, Concerto do Bem - Cor & Som do Instituto Olga Kós, 15 Anos do Instituto Confúcio da UNESP, IV Seminário da Violência Doméstica da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, Expo Internacional da Consciência Negra e Cúpula Mercocidades, Eras de Bolywood (Consulado da Índia), Fórum Sim à Igualdade Racial, Workshop da Mulher da Secretaria de Políticas para a Mulher, VIII Congresso Mundial pela Paz Ada Aharoni, Exposição Vasija Arqueológica da Cultura Mayo – Chinchipe, Exposição Belas Artes Creative Collectibles, Evento de Independência do Peru – 202 Anos, 74º Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários – ENCAT, Féstival – Festival de Cultura Cristã, Conferência Nacional da Cultura, Aniversário de 143 anos do Corpo do Bombeiros da PMESP, Programa Mulheres de Peito, Curso de Segurança Institucional da Casa Militar, Semana da Mulher e Exposição Orixás. Todas as atividades promovidas no decorrer de 2023, por fim, agregaram na imagem da instituição e reforçaram a sua atuação como espaço para realizações de eventos culturais e eventos diversos, agraciando a Fundação com menção honrosa na imprensa como um dos melhores locais para espetáculos musicais / casa de show para público superior a dez mil participantes.

Ação 5790 – Cátedra Memorial da América Latina

Em 2023, no âmbito da Cátedra foram realizadas as atividades acadêmicas que seguem: Concessão de 5 bolsas de estudo; Realização de Seminário Internacional de Abertura da Cátedra Unesco Memorial; Curso gratuito de português para imigrantes e refugiados em parceria com a Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo; Curso gratuito de língua espanhola e cultura hispânica em parceria com a Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo; Aula “Educação na América Latina: História, Movimentos, Resistências e Proposições”, destinada a professores do Estado de São Paulo, organizada pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo; Palestra extensionista on-line “100 anos de Muralismo Mexicano” em parceria com PROLAM/USP e AICA; Encontro do grupo de pesquisa Realidade Latino-americana, em parceria com a Unifesp, com lançamento de livro da socióloga argentina Maristella Svampa, que esteve presente no evento; Seminário de Encerramento da Cátedra 2023, com o tema Mulher e literatura, Autorias femininas e instâncias críticas, Feminismo

como teoria crítica da literatura na sua dimensão interdisciplinar e dialógica, Resgate arqueológico de autoras para sua introdução num cânone revisitado. Foram feitas ações de integração em eventos como IV Seminário da Violência Doméstica, SP Ocean Week 2023 e Encontro Beleza Ancestral com o intuito de promover projetos em prol da defesa da mulher; Apresentação dos resultados das pesquisas de 2023; Construção de plano de trabalho com a Universidade Federal pela Integração da América Latina (UNILA).

FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - FPA

PROGRAMA 1206 - RÁDIO E TV EDUCATIVAS E NOVAS MÍDIAS

Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, gerida por um Conselho Curador e uma Diretoria Executiva, é uma pessoa jurídica de direito privado, instituída pelo Governo do Estado de São Paulo por meio da Lei 9.849, de 26 de setembro de 1967, com autonomia administrativa, financeira e jurídica, sem fins lucrativos e com patrimônio próprio administrado por seu conselho e seus respectivos executivos. Seu funcionamento é custeado por dotações orçamentárias consignadas anualmente pelo poder público, doações, recursos próprios provenientes de suas atividades e de seus bens patrimoniais, e os saldos dos exercícios findos. A independência e a imparcialidade, o respeito à diversidade cultural, social, racial e de gênero, e a proteção das minorias, dos desassistidos e do meio ambiente são valores permanentes da instituição.

A Diretoria Administrativa e Financeira exerceu papel significativo de administração dos recursos financeiros, suas origens e respectivas aplicações de forma garantir que as operações sejam executadas conforme o planejamento estratégico e orçamentário. Em 2023 avaliou a viabilidade financeira de novos negócios, conduziu processos de prestação de contas perante o TCE-SP, e procura constantemente identificar oportunidades para redução de custos. Administrou-se vários serviços e atividades de infraestrutura predial destinados a suportar as operações da FPA, bem como promover o bem-estar, conforto e segurança das pessoas. Dentre diferentes ações e melhorias, destaca-se as seguintes: Construção de um galpão de fábrica de cenários de 584,48 m², Recuperação estrutural de reservatório de água de 45 m de altura, Recuperação estrutural da Torre do Sumaré, Implementação de sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA), Realizado curso de combate a incêndio e exercício simulado de abandono de área, orientado pela equipe de Brigada de Incêndio na sede e na Torre do Sumaré.

A grade da TV Cultura em 2023 é novamente marcada pela diversidade da programação e a segmentação de faixas, dentre as aproximadamente 1.616 horas de programação inédita, 51 produções estrearam, 66% da programação inédita foi de produção própria, enquanto 34% foram títulos de terceiros. Até o momento, alcançamos a marca de 26% de programação inédita em nossa grade (24 horas/7 dias).

Na **Produção de Programas**, foram muitos especiais, documentários, séries, musicais, transmissões esportivas, interprogramas, campanhas, entre outros. Destaque para os Programas: Prelúdio, Brasil, Mostra a Tua Cara, Balaio; os Especiais: Reencontro Castelo Rá-Tim-Bum, Pequeno Dicionário de Grandes Novidades, Morgana e Celeste, Quintal da Cultura no Zoológico, Especial dia da consciência Negra – Estação Livre, Iron, o Homem da Máscara de Ferro; os Eventos: Festival de Inverno de Campos de Jordão, Desfile das Campeãs do Carnaval de São Paulo, Troféu Raça Negra 2023; os Documentários: Almino Affonso por Ele Mesmo, O Último Pouso, Arsenal de Esperança, 150 anos do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, 100 anos de Carlito Maia; os Projetos Especiais Educativos: Boas Práticas Escolares, Projeto Pedagógico (DIEI/ DIEFEM), Educa Santos.

Na **Diretoria de Jornalismo**, destaca-se para os telejornais, com transmissões ao vivo das posses dos Governos Estaduais e da Presidência da República, acompanhou-se ainda as posses no Poder Legislativo, as formações das equipes dos Governos Estaduais e Federal, as sucessões no Poder Judiciário. Outros temas nacionais e internacionais foram abordados, a diretoria produziu 14 documentários e três séries de reportagens especiais durante o ano. Na entrada da primavera, o programa Repórter Eco estreou novo formato, incluindo reportagens internacionais, em novo cenário, que vai se renovar a cada estação do ano. Os temas da agropecuária foram acompanhados pelo Agrocultura, com uma edição inédita e uma reprise por semana. O programa Opinião, também semanal, debateu os principais assuntos de diversos setores da vida nacional, incluindo política, economia, saúde, cultura e comportamento. Ainda em 2023, estreou-se o interprogramas de utilidade pública “Pronto Atendimento” em dois formatos: Cidadania, com assuntos vinculados a direitos e deveres dos cidadãos, e Saúde, com informações relevantes sobre prevenção de doenças.

A **Diretoria de Esporte** ainda que ostentando tradição e cumprindo papel relevante na nossa história esportiva deu visibilidade a modalidades e eventos que nem sempre conquistam espaço nos veículos de comunicação, nesse contexto a transmissão da Europa League, pela terceira temporada consecutiva, nos ajudou a unir nossa imagem a eventos de grande relevância no cenário esportivo mundial. Teve ainda o Magazine, programa de revista exibido nos domingos subsequentes a cada uma das rodadas do torneio, o Highlights, que traz um resumo de toda a rodada, não só da Europa League, mas da Conference League. Com a intenção de ampliar a oferta de grandes eventos e de futebol europeu, retomou-se a exibição, com exclusividade aos domingos, do Campeonato Alemão, a Bundesliga, resgatando a forte ligação com uma das principais ligas europeias e que foi exibida pela primeira vez em TV aberta no Brasil no início dos anos 90 pela própria TV Cultura.
No segmento de automobilismo ofereceu-se ao telespectador mais uma temporada da tradicional Fórmula Indy, com atenção especial para as 500 milhas de Indianápolis. Da mesma forma, manteve-se no ar o principal torneio de basquete do país. O Novo Basquete Brasil, o NBB, cuja tradição e presença de grandes clubes, como Flamengo, São Paulo e Corinthians, o faz ter grande apelo junto ao público. Em 2023 voltou-se a exibir, ao vivo, com duas edições durante a semana o programa Cartão Verde. Produções especiais também foram a marca do esporte no ano. Levou-se ao ar um documentário contando a história de Roberto Rivellino, produção intitulada "Histórias do Tempo que Voa", outro grande personagem brasileiro retratado nas produções especiais foi Alberto Santos Dumont, tendo como pano de fundo a íntima ligação dele com o esporte, um registro audiovisual como jamais se tinha feito no Brasil, "Santos Dumont, Inventor por Esporte". O ano de 2023 também marcou a mais extensa cobertura da TV Cultura sobre o futebol paulista. Além de exibir pela segunda temporada consecutiva a Copa Paulista de Futebol, estendeu-se a parceria com a Federação Paulista de Futebol exibindo no primeiro semestre o Campeonato Paulista da Série A2 e ainda a reta final do Campeonato Paulista de Futebol Feminino, o mais importante estadual da categoria do país.
A Diretoria de Rede de Afiliadas tem ampliado a distribuição do sinal da TV Cultura pelo país, chegando nos 5.570 municípios brasileiros (TVs aberta, fechada e parabólicas). Na TV aberta são 209 canais próprios no Estado de São Paulo e no Distrito Federal, 65 afiliadas geradoras e 350 retransmissoras. Na TV por assinatura, são 11 milhões de assinantes. A TV Cultura foi chancelada como rede nacional pela Superintendência de Planejamento e Regulamentação da ANATEL. Em 2023 destaca-se a afiliação de novas emissoras nos estados da Bahia, Ceará, São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro, incorporando mais 15 milhões de habitantes ao potencial de alcance do sinal da TV Cultura na TV aberta. O canal TV Rá Tim Bum – dedicado à programação infantil e credenciado como canal brasileiro de espaço qualificado –, que faz parte do line up de mais de 70 TV's por assinatura, incluindo as principais do mercado nacional (NET, Claro TV, Vivo TV, Oi TV e operadoras NEO TV), fechou sua base com mais de 5,1 milhões de assinantes em todo o País.

A **Orquestra Brasil Jazz Sinfônica** tem intensificado a sua agenda de concertos, como a série Encontros Históricos na Sala São Paulo, os concertos no Teatro B32, no Memorial da América Latina, no Museu do Ipiranga, Solar Fábio Prado, Teatro Claudio Santoro e Parque Capivari. Em 2023 a Orquestra promoveu mais de 35 concertos com grandes nomes da música popular brasileira, como Ivan Lins, Maria Gadú, Tom Zé, Fernanda Takai, Alaíde Costa, Ana Cañas, Marcos Valle, Gaby Amarantos, Liniler, Silva, Carminho, Tulipa Ruiz, Lô Borges, Vanessa da Mata, Céu, Léo Gandelman, Chico César, Mestrinho e Simone, proporcionando receitas para a manutenção da própria orquestra. Além disso, em julho de 2023, a Brasil Jazz Sinfônica lançou os clipes Aberturas dos Programas Infantis da TV Cultura e Castelo Rá-Tim-Bum, uma homangem da Orquestra aos 54 anos da TV Cultura.

A **UNIVESP TV**, desde o seu surgimento, há mais de 10 anos, tem como missão o desenvolvimento educacional e o compromisso pedagógico dos seus alunos. O seu crescimento nos últimos anos é notório, e esse fato é visível também nas mudanças ocorridas em sua estrutura interna, com aquisição de novos equipamentos, tecnologias e a qualificação da sua equipe. Em 2023 a UNIVESP TV continuou utilizando o estúdio exclusivo para a universidade onde gravou as videoaulas, programas e foram realizadas as colações de grau. Além disso, por inúmeras vezes recebeu outras instituições interessadas na troca de conhecimento. Foram adquiridos novos equipamentos de transmissão, possibilitando que as imagens em TV aberta cheguem em alta definição. Um aplicativo será lançado ao público em breve, chamado UNIVESP Play, proporcionando maior comodidade e acesso do conteúdo produzido. O aplicativo já está disponível nas plataformas iOS e Google Play. Em 2023 a UNIVESP TV continuou crescendo e aumentou o número de alunos para mais de 25.000 novos, tendo hoje ao todo mais de 80.000 alunos, produziu conteúdo próprio e o resultado de todas essas novidades

pode ser visto na UNIVESP TV e também em seu canal oficial no YouTube, que conta com quase 1.300.000 de pessoas inscritas.

A Diretoria de Rádios desenvolveu em 2023 projetos importantes para as Rádios Cultura FM (103,3) e a Rádio Cultura Brasil (77,9). A Cultura FM consolidou sua faixa especial de séries aos domingos, às 14 horas. Foram levadas ao ar: "Ser sonoro" com Fernando Cespedes; "Negros Líricos", "Laura de Souza – uma diva brasileira" e "Simplesmente Callas", apresentadas pelo cantor e pesquisador Eduardo Janho-Abumrad, e "Piano que toca" com o pianista Antonio Vaz Lemes. Por relacionar a música de concerto a elementos da cultura Geek e da cultura pop, "Piano que toca" promoveu o rejuvenescimento da audiência e um expressivo crescimento no número de seguidores nas plataformas digitais da Rádio Cultura FM. Outras séries de grande repercussão são: "A Grande Orquestra do Mundo" com o ator Chico Carvalho; "A Europa de lá" com a jornalista Kátia Camargo; "Mundo Sonoro" e "O Som e o Sorriso" – apresentadas pelo maestro Emiliano Patarra. Fechou-se o ano com a transmissão diretamente da Sala São Paulo da Grande Final do Prelúdio em 25 de novembro e do show Vozes do Brasil – 25 anos na Casa de Francisca, dia 29 de novembro. A "faixa das cinco", no ar diariamente às 17 horas pela Cultura Brasil, conta com os maiores especialistas da música brasileira: Solano Ribeiro, Patrícia Palumbo, João Marcello Bôscoli, Fabiana Ferraz, Teca Lima, Roberta Martinelli e o rapper Rappin' Hood, que estreou o programa "Rap do Bom" em abril.
Além da inclusão do rap, a Cultura Brasil ampliou ainda mais seu leque de repertório trazendo o rock com a série "Caixa Acústica – a música que vem da garagem" por Clemente Nascimento; a poesia com Arthur Nogueira no programa "Canto Poesia"; e os ícones populares do Brasil no boletim diário "Armazém Pop" por Thiago Costa.
Em 2023, as Rádios promoveram intensamente a divulgação de seus conteúdos pelo aplicativo Cultura Play, pela internet e, também, pelas redes sociais: Instagram, com quase 5 mil seguidores, e Facebook, com 28 mil e 13 mil, respectivamente nas páginas da Cultura FM e Cultura Brasil.
As Mídias Digitais mantiveram as ações estratégicas nas redes YouTube, Facebook, Instagram, Twitter, TikTok, Kwai, Helo. Além disso, personalizou as plataformas digitais, aplicou as identidades visuais de cada programa, trazendo maior identificação do usuário com a marca, e fez divulgação de todos os programas e produções próprias com publicações em Reels, Stories, Feeds, VOD's, modo de manter a presença significativa da TV Cultura no universo digital.
O Centro de Documentação teve como destaque a finalização do Projeto de Digitalização do Acervo e Modernização das suas Reservas Técnicas e Áreas de Trabalho. Ao longo do ano, foi possível abrir e retomar mais frentes de trabalho como triagem, inventário, incorporação e seleção para descarte de materiais. Com a conclusão das obras civis nas reservas técnicas e melhoria dos espaços de guarda e áreas de trabalho, as equipes passaram a ter espaço físico para desempenhar trabalhos manuais com os itens do acervo, tais como a higienização e acondicionamento, e a avaliação de suas condições de preservação.

PROGRAMA 1213 - MELHORIA CONTÍNUA DA GESTÃO DE PROCESSOS E EQUIPAMENTOS DA CULTURA

Ação 2499 - Grupo de Projetos e Acompanhamento de Obras – GPAO

Por meio de seu Grupo de Projetos e Acompanhamento de Obras, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa realizou, em 2023, serviços de projeto e implantação de infraestrutura necessária para o desenvolvimento da política pública cultural, além da continuidade do convênio junto ao CFDD (Ministério da Justiça e Segurança Pública) para a realização das obras de reforma e restauro do Museu das Monções – Porto Feliz/SP. Os principais projetos e obras realizados ao longo do ano estão listados abaixo.

Obras em andamento 2023

Obras de reforma e restauro da Casa das Rosas
Contrato SCEC 16/2021
Valor R$ 3.743.983,56
Contratada: Estúdio Sarasá Conservação e Restauração S/S Ltda.
Objeto: Contratação de empresa especializada em construções de reforma, restauro e adequações para a Requalificação do Edifício Casa das Rosas, com a execução dos serviços de Sistema de Ar Condicionado, Instalações Elétricas e Hidráulicas, Combate a incêndios, ampliação de poço para ventilação, cumprimento da NBR 9050-2020 de Acessibilidade, restauro e demais itens elencados no

Termo de Referência, para garantir o pleno desenvolvimento das atividades deste equipamento cultural, localizado na Avenida Paulista, nº 37 – São Paulo/SP.

Obras de construção, restauro e reforma do Museu das Monções – Porto Feliz
Contrato SCEC 24/2021
Valor R$ 8.521.188,13 – sendo destes R$ 170.423,76 recursos do Governo do Estado e R$ 8.350.764,37 recursos do Governo Federal, por meio de convênio assinado junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública – FDD (Fundo de Defesa dos Direitos Difusos)
Contratada: Shop Signs Obras e Serviços Ltda.
Objeto: Contratação de Empresa Especializada de Construção e Restauro, objetivando a execução dos serviços de Restauro, Cobertura, Acessibilidade, Pisos, Esquadrias, Muros de arrimo, Construção de nova edificação anexa ao casarão, Instalação Elétrica, Instalação hidráulica e paisagismo, garantindo o pleno funcionamento Sobrado Coronel Esmédio, denominado Museu Histórico e Pedagógico das Monções, na cidade de Porto Feliz – São Paulo – SP
Obras Concluídas em 2023
Obras emergenciais de cobertura e elétrica do Casarão Franco de Melo – Avenida Paulista 1919
Contrato SCEC 16/2022
Valor R$ 99.750,00
Contratada: Edipal Construtora e Imóveis Papai Ltda-EPP
Objeto: Execução de serviços e obras emergenciais de correção da cobertura e das instalações elétricas (iluminação e força) do Casarão Franco de Melo – Avenida Paulista, 1919 – Cerqueira César – SP.

Pagamentos efetuados em 2023 de obras já concluídas.

Execução da obra de construção da Unidade Fábrica de Cultura de Diadema
Contrato SCEC 19/2014
Valor liquidado em 2023 R$ 774.946,00
Contratada: ECG Engenharia Construção e Geotecnia Ltda.
Objeto do pagamento: Valor referente o pagamento parcial do reequilíbrio econômico-financeiro aprovado pela PGE.

Gestão de Convênios firmados com as Prefeituras em 2023

Convênio 2020CV00021
Convênio firmado com a Prefeitura de São João da Boa Vista, visando das esquadrias do Teatro Municipal de São João da Boa Vista
Valor R$ 341.475,45 – sendo R$ 170.000,00 de responsabilidade do Estado e R$ 171.475,45 de contrapartida da Prefeitura

Convênio 2021CV00018
Convênio firmado com a Prefeitura de São João da Boa Vista, visando Reforma do Espaço Cultural Luiz Gama
Valor R$ 299.552,44 – sendo R$ 100.000,00 de responsabilidade do Estado e R$ 199.552,44 de contrapartida da Prefeitura

Convênio 2022CV00034
Convênio firmado com a Prefeitura de Caçapava visando a Reforma da cobertura do Museu Paulista de Antiguidades Mecânicas Roberto Lee
Valor R$ 129.872,77 – sendo R$ 100.000,00 de responsabilidade do Estado e R$ 29.872,77 de contrapartida da Prefeitura

Convênio 2022CV00033
Convênio firmado com a Prefeitura de Bofete visando Reforma do Centro Cultural Prefeito José Francisco Vieira
Valor R$ 346.645,54 – sendo R$ 250.000,00 de responsabilidade do Estado e R$ 96.645,54 de contrapartida da Prefeitura
Acompanhamentos técnicos de obras/projetos realizados por OSs ou outros órgãos

- Obras de ampliação e reforma no Núcleo Maestro Eleazar de Carvalho – Guri Booklin
- Obras nas edificações do Complexo do Conservatório Dramático e Musical de Tatuí

- Obras de restauro e adequação da Oficina Oswald de Andrade.
- Obras de restauro e implantação de estrutura anexa ao prédio da Antiga Cadeia para abrigar as atividades da Fábrica de Cultura de Iguape
- Obras de restauro e infraestrutura para a implantação da Fábrica de Cultura 4.0 no edifício "Cadeia Velha" de Santos
- Obras de adaptação física (Fase 01) para transição da Fábrica de Cultura 4.0 Vila Nova Cachoeirinha
- Obras de adaptação física (Fase 01) para transição 4.0 da Fábrica de Cultura de Brasilândia
- Obras de adaptação física (Fase 01) para transição 4.0 da Fábrica de Cultura de Diadema
- Obras de adaptação física (Fase 01) para transição 4.0 da Fábrica de Cultura de Jaçanã
- Obras de reforma e ampliação do Museu da Diversidade Sexual - Estação República do Metrô
- Revisão de Projeto executivo e execução da fase 1 das obras de ampliação, restauro e readequação da Casa Mário de Andrade
- Obras de construção, restauro, reforma e adequações para implantação da Pina Contemporânea
- Obras de reforma e requalificação do imóvel denominado Padre Manoel da Nóbrega - Museu Afro Brasil
- Obras de adaptação física (Fase 01) para transição 4.0 da Fábrica de Cultura Jardim São Luís
- Obras de adaptação física (Fase 01) para transição 4.0 da Fábrica de Cultura Capão Redondo
- Contratação de empresa especializada em prestação de serviços para atividades de manutenção corretiva em cobertura;
- Prestação de serviços para execução de obra civil e infraestrutura complementar para a implantação da segunda fase da Fábrica de Cultura 4.0 de São Bernardo do Campo
- Instalação de cobertura de vidro (entre a portaria administrativa e a entrada do boulevard).

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa
10000 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**18.045.913.052,00**	**2.480.871.005,07**	**2.250.916.812,04**	**29.524.163,02**	**2.280.440.975,06**	**7.653.038.189,93**
Pessoal, e Encargos Sociais	9.546.562.284,00	993.876.625,52	962.541.287,94	0,00	962.541.287,94	4.802.975.959,68
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	8.499.350.768,00	1.486.994.379,55	1.288.375.524,10	29.524.163,02	1.317.899.687,12	2.850.062.230,25
Despesas de Capital	**1.879.871.688,00**	**12.404.524,00**	**11.060.343,33**	**5.931,40**	**11.066.274,73**	**281.252.348,41**
Investimentos	1.877.871.668,00	12.404.519,00	11.060.343,33	5.931,40	11.066.274,73	281.252.348,41
Inversões Financeiras	2.000.020,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**19.925.784.740,00**	**2.493.275.529,07**	**2.261.977.155,37**	**29.530.094,42**	**2.291.507.249,79**	**7.934.290.538,34**

Fonte: SIAFEM/SP
Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário
10000 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0001 - Participação Societária	**0,00**	**5,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
4 - Despesas de Capital	0,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0100 - Apoio Administrativo	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.950,05**
3 - Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.950,05
0102 - Obrigações Previdenciárias Complementação	**14.747.380,00**	**5.014.911,00**	**5.014.908,66**	**0,00**	**5.014.908,66**	**6.030.705,61**
3 - Despesas Correntes	14.747.380,00	5.014.911,00	5.014.908,66	0,00	5.014.908,66	6.030.705,61
0930 - Atendimento Integral e Descentralizado no SUS no Estado de São Paulo	**2.016.000.887,00**	**336.922.211,02**	**304.192.335,27**	**1.151.679,10**	**305.344.014,37**	**652.473.791,55**
3 - Despesas Correntes	1.648.276.817,00	335.875.788,02	303.145.965,64	1.151.679,10	304.297.644,74	647.961.923,96
4 - Despesas de Capital	367.724.070,00	1.046.423,00	1.046.369,63	0,00	1.046.369,63	4.511.867,59
1015 - Ciência, Tecnologia, Inovação, Produtividade Competitividade	**88.489.782,00**	**48.444.799,00**	**47.717.657,95**	**213.188,10**	**47.930.846,05**	**49.890.074,56**
3 - Despesas Correntes	67.934.041,00	48.444.789,00	47.717.657,95	213.188,10	47.930.846,05	49.890.074,56

4 - Despesas de Capital	20.555.741,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1021 - Inovação Tecnologia para Instituições Públicas Privadas	**207.692.058,00**	**75.935.965,00**	**74.533.303,53**	**0,00**	**74.533.303,53**	**95.873.511,18**
3 - Despesas Correntes	184.955.338,00	75.369.881,00	73.967.220,33	0,00	73.967.220,33	83.712.278,92
4 - Despesas de Capital	22.736.720,00	566.084,00	566.083,20	0,00	566.083,20	12.161.232,26
1039 - Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica	**2.691.891.947,00**	**579.450.550,00**	**576.650.114,24**	**1.713.373,45**	**578.363.487,69**	**1.188.818.132,22**
3 - Despesas Correntes	2.547.029.450,00	573.546.107,00	570.751.751,59	1.707.442,05	572.459.193,64	1.052.431.080,96
4 - Despesas de Capital	144.862.497,00	5.904.443,00	5.898.362,65	5.931,40	5.904.294,05	136.387.051,26
1040 - Jucesp - Via Rápida Empresa	**117.842.438,00**	**123.857.338,00**	**109.142.268,01**	**3.159.076,80**	**112.301.344,81**	**107.111.494,78**
3 - Despesas Correntes	117.842.379,00	123.757.279,00	109.064.397,01	3.159.076,80	112.223.473,81	107.111.494,78
4 - Despesas de Capital	59,00	100.059,00	77.871,00	0,00	77.871,00	0,00
1043 - Ensino Público Superior	**11.686.575.273,00**	**929.478.496,05**	**872.532.831,58**	**13.717.294,49**	**886.250.126,07**	**5.020.655.545,58**
3 - Despesas Correntes	10.917.615.591,00	926.506.502,05	870.256.973,41	13.717.294,49	883.974.267,90	4.895.631.079,65
4 - Despesas de Capital	768.959.682,00	2.971.994,00	2.275.858,17	0,00	2.275.858,17	125.024.465,93
1044 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia	**2.116.169.352,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**501.056.635,13**
3 - Despesas Correntes	1.572.633.224,00	0,00	0,00	0,00	0,00	498.741.706,87
4 - Despesas de Capital	543.536.128,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.314.928,26
1046 - Qualificação, Trabalho e Empreendedorismo	**386.861.972,00**	**236.478.042,00**	**192.063.273,27**	**9.575.482,48**	**201.638.755,75**	**215.059.116,76**
3 - Despesas Correntes	386.861.841,00	236.362.536,00	192.063.273,27	9.575.482,48	201.638.755,75	215.059.116,76
4 - Despesas de Capital	131,00	115.506,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2990 - Desenvolvimento de Ações decorrentes de Emendas Parlamentares	**11.496.660,00**	**4.433.660,00**	**3.829.458,18**	**0,00**	**3.829.458,18**	**3.406.402,12**
3 - Despesas Correntes	0,00	2.733.660,00	2.633.659,50	0,00	2.633.659,50	2.553.599,01
4 - Despesas de Capital	11.496.660,00	1.700.000,00	1.195.798,68	0,00	1.195.798,68	852.803,11
5124 - Bolsa do Povo	**588.016.991,00**	**153.259.552,00**	**76.301.004,68**	**0,00**	**76.301.004,68**	**93.902.178,80**
3 - Despesas Correntes	588.016.991,00	153.259.552,00	76.301.004,68	0,00	76.301.004,68	93.902.178,80
Despesa Total	**19.925.784.740,00**	**2.493.275.529,07**	**2.261.977.155,37**	**29.530.094,42**	**2.291.507.249,79**	**7.934.290.538,34**

Fonte: SIAFEM/SP
Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Este relatório gerencial individualizado contém dados e informações sobre os programas de governo executados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, na conformidade das disposições da Lei Orçamentária Anual de 2023 (LEI Nº 17.614, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022), e Decreto nº 67.435, de 01/01/2023 que "*Dispõe sobre as alterações de denominação e transferências que especifica e dá providências correlatas".* incluindo:

- Demonstrativos financeiros que contêm o valor da dotação inicial de cada programa, bem como valor empenhado, liquidado e pago + pago de restos a pagar.

- Relatórios gerenciais que contêm a descrição resumida de cada programa, suas principais ações, bem como o órgão da Secretaria ou a entidade vinculada responsável por sua execução.

Os programas executados em 2023 pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico conforme Decreto nº 67.435 de 01/01/2023 e por suas entidades vinculadas foram os seguintes:

- **0001 Participação Societária**
- **1015 Ciência, Tecnologia, Inovação, Produtividade e Competitividade;**
- **1040 JUCESP - Via Rápida Empresa;**
- **1046 Qualificação, Trabalho e Empreendedorismo;**
- **2005 Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico;**
- **2990 Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares;**
- **5124 Bolsa do Povo.**

Observação: Os Programas abaixo, foram transferidos para o Órgão 48000-Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação conforme Decreto nº 67.435/2023, de 01/01/2023

- **0001 Participação Societária Ação 9012 Subscrição de Ações do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Est. De SP - IPT;**
- **0102 Obrigações Previdenciárias em Complementação;**
- **0930 Atendimento Integral e Descentralizado no SUS no Estrado de São Paulo;**
- **1015 Ciência, Tecnologia, Inovação, Produtividade e Competitividade-Ações: ;**
- **1021 Inovação e Tecnologia para Instituições Públicas e Privadas;**
- **1039 Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica;**
- **1043 Ensino Público Superior;**
- **1044 Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia;**
- **1046 Qualificação, Trabalho e Empreendedorismo-Ação 5272 (parcial-Apoio técnico administrativo)**
- **2990 Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares (parcial);**

Introdução

Constituem campo funcional da Secretaria I - gerar emprego, trabalho e renda; II - aumentar a competitividade da economia paulista; III - reduzir as desigualdades regionais; IV - fomentar e apoiar a realização de planos, programas e projetos de âmbito local ou regional que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo; V - atrair investimentos; VI - incrementar o comércio exterior, em articulação com a Secretaria de Negócios Internacionais; VII - fortalecer e estimular: a) os arranjos produtivos locais; b) o empreendedorismo; c) as microempresas e empresas de pequeno e médio portes; VIII - melhorar e facilitar a prospecção, a legalização e o exercício de atividade econômica; IX - aumentar a participação relativa da micro e pequena empresa no produto interno bruto da economia paulista, promovendo, dentre outros resultados: a) a redução do tempo de abertura e baixa de empresas; b) a redução do custo de cumprimento dos procedimentos exigidos dos empreendedores pelos órgãos e entidades do Estado; c) o apoio às micro e pequenas empresas, em especial no tocante ao aumento da lucratividade e à capacitação e profissionalização da gestão; X - promover: a) a articulação dos fatores de produção; b) a eficiência da infraestrutura e da logística no âmbito do Estado, em articulação com a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística; XI - desenvolver, qualificar e expandir o ensino técnico, tecnológico e profissionalizante, de modo a atender as necessidades da população e as demandas do mercado; XII - fomentar o artesanato no Estado.

Estrutura Básica

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem a seguinte estrutura básica:

Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa - SEMPE: promove ações direcionadas ao desenvolvimento do empreendedorismo, em especial por meio de iniciativas dirigidas aos microempreendedores formais e informais, microempresas e empresas de pequeno porte, estabelecendo parcerias com órgãos públicos e privados, visando à agilização de procedimentos de instalação, regularização, recuperação e crescimento dos empreendimentos, sendo responsável pela operacionalização e administração das medidas necessárias à implementação, podendo firmar convênios, contratar serviços, estabelecer parcerias com órgãos não governamentais, municípios, sindicatos e instituições oficiais; contar com recursos do Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo (Banco do Povo Paulista) para a prestação de serviços nas áreas de capacitação

técnico-gerencial e de serviços de concessão de créditos. Integra o Programa 1015 - Ciência, Tecnologia, Inovação, Produtividade e Competitividade.

Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades - SUTACO: tem como atribuições realizar, no âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro - PAB, a coordenação estadual do artesanato; fomentar o artesanato como atividade econômica estratégica para geração de renda e desenvolvimento regional e como ferramenta de inclusão social e adotar as medidas necessárias à valorização do artesanato paulista. Integra o Programa 1015 -Ciência, Tecnologia, Inovação, Produtividade e Competitividade.

Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial - CDRT: promove ações voltadas ao desenvolvimento homogêneo do Estado São Paulo; à identificação e potencialização das vocações regionais e ao incentivo do empreendedorismo, especialmente por meio de ações coletivas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Integra o Programa 1015 -Ciência, Tecnologia, Inovação, Produtividade e Competitividade.

Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante - CETTPro: promove ações voltadas ao aprimoramento e à expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Estado de São Paulo, além de propor políticas de execução de programas e projetos relativos à formação e capacitação em diversos eixos, sempre com foco na empregabilidade e geração de renda. Também faz parte das atribuições da Coordenadoria a realização de estudos, diagnósticos, novas metodologias e materiais didáticos, com foco na capacitação profissional em concordância com as demandas de cada região e setor produtivo do Estado de São Paulo.

Coordenadoria de Competitividade da Indústria, Comércio e Serviços - CICOS: realiza a interlocução do Governo do Estado de São Paulo com os setores da indústria, comércio e serviços, formulando, propondo, articulando e implementando políticas públicas com foco na competitividade do setor produtivo no Estado de São Paulo; estabelecer interlocução permanente com empresários, representantes do setor produtivo e investidores para conhecer as demandas e divulgar programas e serviços oferecidos pela Secretaria; manter e ampliar rede de parcerias estratégicas, aumentando o intercâmbio de informações e oferecendo recursos para a viabilização de novos programas, produtos e serviços para o setor produtivo; contribuir na formulação e no aperfeiçoamento de políticas públicas na áreas de produtividade, tributação, financiamento, desburocratização, infraestrutura, logística, sustentabilidade, atração de investimentos, inovação e internacionalização de negócios.

Coordenação de Políticas de Emprego e Renda - CPER: promover, no âmbito do Sistema público de emprego, trabalho e renda o desenvolvimento econômico e social do Estado, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população por meio de políticas públicas focadas nos grupos populacionais mais vulneráveis, executando programas destinados a impulsionar ações voltadas ao fomento da geração de trabalho, emprego e renda. Integra os Programas 1046 - Qualificação, Trabalho e Empreendedorismo e 5124 - Bolsa do Povo.

Coordenadoria de Operações - COP: promover estudos locais e regionais; formular as políticas e diretrizes de emprego e renda propondo estratégias de intervenção, metodologias de trabalho e normas técnicas para implementação das ações; elaborar e promover a execução de planos, programas e projetos relativos a participação do SINE no total de admissões no mercado de trabalho formal; estabelecer padrões e formas de avaliação das ações de emprego e renda; acompanhar a execução das ações e produtos desenvolvidos pela Secretaria, bem como pelos parceiros e demais instituições da sociedade; participar do processo de avaliação de resultados e impactos das ações e produtos da Secretaria, planejar, administrar e prestar contas quanto à utilização de recursos financeiros próprios ou oriundos de convênios e termos de cooperação celebrados com entidades, instituições e órgãos financiadores; orientar e acompanhar atividades desenvolvidas por instâncias setoriais, regionais e outras, voltadas ao emprego e renda; efetuar análises relativas ao Sistema de público de emprego, no âmbito do Estado, acompanhado tendências legais, conjunturais, políticas e tecnológicas que reflitam nas condições de trabalho; coordenar e controlar a operacionalização dos planos, programas e projetos da Secretaria, executados por intermédio dos Centros Regionais, dos Postos de Atendimento ao Trabalhador - PAT's e dos órgãos e entidades conveniados; propor, acompanhar, controlar e executar as ações necessárias à montagem, instalação ou extinção de Postos de Atendimento ao Trabalhador - PAT's; participar, em conjunto com as demais Coordenações, do processo de avaliação de resultados e impactos das ações e produtos da Secretaria, e identificar as situações-problema que os comprometam qualitativa e quantitativamente; coletar, consolidar e

disponibilizar para a Secretaria, os dados estatísticos e demais informações relativas ao desempenho dos Centros Regionais e dos Postos de Atendimento ao Trabalhador - PAT's; participar, em conjunto com as demais áreas da Secretaria: do planejamento de estudos locais e regionais necessários à formulação dos planos, programas e projetos da Secretaria; da elaboração de planos de trabalho para a celebração de convênios e termos de cooperação com órgãos e entidades, do acompanhamento das providências para sua formalização, bem como do fornecimento de subsídios para os processos de prestação de contas. Cabe acrescentar ainda que os Centros Regionais, vinculados Coordenadoria, em suas respectivas áreas de atuação, têm as seguintes atribuições: organizar e supervisionar a operacionalização dos planos, programas e projetos de trabalho da Secretaria, executados diretamente ou por intermédio dos Postos de Atendimento ao Trabalhador - PAT's da região; executar e controlar as atividades e serviços administrativos do Centro Regional e dos Postos de Atendimento ao Trabalhador - PAT's da respectiva região; propor, supervisionar, acompanhar, controlar e executar as ações necessárias à montagem, instalação ou extinção de Postos de Atendimento ao Trabalhador - PAT's da região; consolidar e disponibilizar, por meio de tabelas e gráficos, as informações de gestão relativas aos Postos de Atendimento - PAT's da região; comunicar aos órgãos de imprensa da região as promoções realizadas pelo Centro; executar, no âmbito regional, os estudos e levantamentos demandados pelos órgãos normativos da Secretaria; manter contatos e identificar possibilidades de parcerias com o Poder Público, sindicatos, organizações não-governamentais, empresas e representações da comunidade da região, com vistas à implementação de programas e projetos da Secretaria; identificar e informar às áreas normativas, a ocorrência de situações-problema que impliquem na adoção de normas adequadas ou readequação das existentes; orientar os representantes da Secretaria, indicados ou designados para participar, coordenar ou secretariar atividades desenvolvidas pelas Comissões Municipais de Emprego ou por outras instâncias setoriais ou regionais, relacionadas ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

Órgãos Vinculados

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – JUCESP

Órgão que pertencia a Secretaria Estadual da Fazenda e foi transferido para a Pasta em 2011. Em 2012, pela Lei Complementar nº 1.187, de 28 de setembro de 2012, foi transformada em autarquia de regime especial. Tem a finalidade de exercer as funções de execução e administração dos serviços de registros públicos de empresas mercantis e atividades afins. Colabora com as políticas públicas de desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo. Integra o Programa 1040 - JUCESP - VIA RÁPIDA EMPRESA.

DESENVOLVE SP- AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A

A Desenvolve SP (DSP), agência de fomento do Estado de São Paulo, apoia o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas e municípios paulistas, com a missão de democratizar o crédito, gerando desenvolvimento sustentável, emprego e renda. Com linhas de financiamento com prazos longos e taxas de juros competitivas, financia projetos de investimento em ampliações e modernizações, a aquisição de máquinas e equipamentos e projetos de inovação. A DSP está alinhada com as diretrizes defendidas pelos ODS, seja em seu planejamento estratégico, ou na implementaçãode sua gestão executiva, programas de governo e linhas de financiamento.

PROGRAMA 0001 - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Ação 2266 - Subscrição de Ações da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo

Fomento ao desenvolvimento socioeconômico do Estado, por meio de financiamentos ao setor produtivo paulista em capitais de giro e fixo associados a projetos/empreendimentos e à administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento. Em 2023 o valor da dotação foi de R$ 10,00, não havendo execução, nem crédito orçamentário adicional.

PROGRAMA 1015 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL

A Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial é responsável por um conjunto de três ações orçamentárias que compõe o programa 1015 a saber**:** a) 5992 - Formulação do Plano de Desenvolvimento Econômico, Fomento de Polos de Desenvolvimento; b) 6338 - Fortalecimento e Aprimoramento da Política de Arranjos Produtivos; Ação 5848 - Assistência ao Investidor.

Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais - APLs

- Programa de Fortalecimento da Competitividade das Empresas localizadas em Arranjos Produtivos Locais do Estado de São Paulo - Programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): Gastos de 2008 a 03/2017: R$ 24 milhões. O Programa encontra-se em fase de monitoramento e avaliação dos projetos implantados.
- 1° Edital de Fomento aos APLs e Polos de Desenvolvimento: Divulgado em 1º de setembro de 2022 o lançamento do Edital de Chamamento Público CDRT Nº 01/2022. Em 1º de novembro de 2022 foi publicado o resultado. Foram aprovados 06 (seis) projetos de APLs (Games de São Paulo, Metal Mecânico de Sorocaba, Produtos Nativos da Atlântica de Osasco, Café de Caconde, Audiovisual de Bauru, Apicultura de Itatinga). Em 2023 foram celebrados os Termos de Fomento e os respectivos desembolsos realizados.
- Acordo de Cooperação Técnica com Secretaria da Agricultura e Abastecimento: A parceria entre as Secretarias de Desenvolvimento Econômico (SDE/SP) e de Agricultura e Abastecimento e do Estado de São Paulo (SAA/SP), instituída por meio do termo de parceria PLN-2021/00011, teve início em 12 de agosto de 2021 e tinha como objeto o estabelecimento de relações e ações conjuntas, de apoio mútuo, entre os partícipes, dentro de suas esferas de competência e especialização, visando o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais paulistas voltados ao agronegócio e a atividades rurais. A parceria foi encerrada em 12/08/2023.
- Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente A parceria entre as Secretarias de Desenvolvimento Econômico (SDE/SP) e da Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA/SP) visando a Cooperação Mútua para Implantação do Programa o Zoneamento Ecológico Econômico ZEE, instituída por meio do termo de parceria CDRT 01/2022, teve início em 29/08/2022 e encerrou-se em 29/08/2023.

Plano Estadual de Competitividade dos APLs:

Esta ação prevê a elaboração e execução das ações para fortalecimento e Competitividade dos APLs - Plano de Competitividade dos APLs .Para atender ao objetivo proposto, deverão ser realizadas análises diagnósticas dos APLs para identificação e mapeamento de características em termos de i) aderência à classificação atribuída por meio do processo de reconhecimento aplicado pelo Programa Estadual de Fomento aos APLs, ii)governança, iii) planejamento e iv) capacidade de expansão de negócios. Após a rodada de diagnóstico, os APLs serão contemplados com uma ou mais ações previstas pelo Plano de Competitividade dos APLs, além de sua inserção no Ecossistema Digital de APLs-EDA.

- Formulação do Plano de Desenvolvimento Econômico, Fomento de Polos de Desenvolvimento;

Coalizões Empresariais: Realização de 20 rodadas de coalizões empresariais, com o objetivo de articular junto ao setor privado uma agenda de desenvolvimento econômico descentralizada por todas as regiões administrativas do Estado de São Paulo. Foram realizadas coalizões nas cidades de Ribeirão Preto (27/01), Santos, Campinas, Sorocaba, Franca, São José do Rio Preto, Barretos, Limeira, Piracicaba, Araçatuba, Bauru, Marília, Araraquara, São Carlos, Registro, São José dos Campos, Guarulhos, Rio Claro, Itapeva e Presidente Prudente. Produção de informações, dados e textos analíticos das RAs e Municípios suporte para as coalizões: Elaboração de textos e informações sobre as seguintes Regiões Administrativas: Região Administrativa de Campinas; Região Administrativa de Ribeirão Preto; Região Administrativa da Baixada Santista; Região Administrativa de Sorocaba; Região Administrativa de Franca; Região Administrativa de São José do Rio Preto; Região Administrativa de Barretos; Região Administrativa de Araçatuba; Região Administrativa de Bauru; Região Administrativa de Marilia; Região Administrativa Central; Região Administrativa de Registro; Região Administrativa de São José dos Campos; Região Administrativa de Presidente Prudente; Região Administrativa de Itapeva; Região Administrativa de São Paulo. Elaboração de textos e informações sobre os seguintes Municípios: Itapeva; Presidente Prudente; Águas de São Pedro; Brotas; Espírito Santo do Pinhal; Holambra; Atibaia; Torrinha; Piracicaba; Guarulhos; Suzano; Garça;

Santa Rita do Passa Quatro, Olimpia, Bebedouro, Barretos, Sertãozinho, Ribeirão Preto, Avaré, Botucatu, Boituva, Ibiúna, Itu.

Polos de Desenvolvimento

Polos de Desenvolvimento é um Programa criado em 2019 para impulsionar a competitividade e a produtividade de setores-chave de atividade econômica, territorialmente concentrados, já instalados no Estado. Foram criados 14 polos de desenvolvimento para os quais devem ser elaborados, revisados e implantados os planos de ação. Em 2022 foram revisados os 10 planos de ação elaborados em 2021 (Têxtil, Vestuário e Acessórios; Tech; Saúde e Farma; Automotivo; Ecoflorestal; Papel, Celulose e Reflorestamento; Metal-Metalúrgico, Máquinas e Equipamentos; Alimentos e Bebidas; Biocombustíveis; Couro e Calçados) e elaborados 4 novos planos (Borracha e Plástico; Derivados do Petróleo e Petroquímico; Logística, Transporte e Armazenamento; Químico, Higiene e Limpeza).

Assistência do Investidor

Contrato de Gestão n° 012/2019 com a Investe São Paulo – Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade: visando à continuidade das ações desenvolvidas voltadas para atração de investimentos. A Agência fornece, gratuitamente, informações estratégicas que ajudam os investidores a encontrarem os melhores locais para seus negócios, prestando assessoria ambiental, tributária e de infraestrutura, facilitando o relacionamento das empresas com instituições governamentais e concessionárias de serviços públicos. Estão ainda entre as atribuições da Investe SP prospectar novos negócios, recepcionar delegações estrangeiras, promover a imagem de São Paulo no Brasil e no exterior como principal destino de empresas na América Latina e propor ao Governo do Estado políticas que contribuam para a melhoria da competitividade de São Paulo. O contrato de gestão contempla também um objetivo específico desta Coordenadoria, com repasse próprio, que permitiu o desenvolvimento de um Núcleo de Internacionalização e Atração de Investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) na Investe SP, visando atrair centros de P&D de empresas nacionais e multinacionais, startups de outros países e instituições de pesquisa públicas e privadas, nacionais e internacionais para o Estado de São Paulo; promover o desenvolvimento do Centro Internacional de Tecnologia e Inovação (CITI); e desenvolver um programa de internacionalização de startups. Em 2023 foram atraídos diversos investimentos para o Estado pela Investe São Paulo. A execução do contrato em 2023 absorveu recursos de R$ 40.800.000,00, da Ação 5848 – “Assistência e Apoio ao Investidor” e de R$ 1.000.000,00 da Ação 5204 – “Sistema Paulista de Ambientes de Inovação”, totalizando, portanto, R$ 41.800.000,00. O “Relatório Comparativo da Específico das Metas Propostas com Resultados Alcançados” da Investe SP apontou que R$ 25.000.000.000,00 foram atraídos em investimentos privados entre entre 26 de agosto de 2022 a 25 de agosto de 2023.

- ProVeículo – Em 2023, a Coordenadoria recebeu 5 protocolos referentes ao Programa ProVeículo relativos a pedidos de adesão de novos projetos de investimentos para utilização de crédito acumulado de ICMS.
- Conselho de Promoção da Reindustrialização: Em março de 2023 foi publicado o Decreto n. 67.581, que institui o Conselho Estadual de Promoção da Reindustrialização do Estado de São Paulo, destinado a orientar as ações, políticas e diretrizes governamentais para a reindustrialização do Estado.
- Movimento Brasil Competitivo: Assinatura de Termo de Cooperação com o Movimento Brasil Competitivo, visando com o objetivo de conjugar esforços para promover a modernização da Gestão Pública nesta Secretaria.
- Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares:

Em 2023, a CDRT instruiu 04 emendas parlamentares no valor de R$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) em processos de emendas parlamentares impositivas.

SUBSECRETARIA DO TRABALHO ARTESANAL NAS COMUNIDADES - SUTACO

Criada como uma Autarquia em 29/05/1970 a SUTACO hoje é Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades integrando a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado de São Paulo. A SUTACO tem como missão viabilizar, preservar, incrementar e promover o Artesanato Paulista contribuindo para o desenvolvimento local de modo economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente responsável.

- Cadastro: Após avaliar a autenticidade e classificar o artesanato, presencial e virtualmente, a SUTACO emite a Carteira de Identificação Profissional do Artesão, de acordo com a Base Conceitual

do Artesanato Paulista e a Base do Programa do Artesanato Brasileiro. Emite também a Carteira Nacional do Artesão do Programa do Artesanato Brasileiro da SEMPE/ME.
Emissão da CARTEIRA ESTADUAL DE ARTESÃO - SUTACO: Total de 1139
Sendo:106 Renovações.
Emissão da CARTEIRA NACIONAL DE ARTESÃO PAB: Total de 1139.
Sendo: 60 Renovações de carteiras
Total de 4855 atendimentos gerais em 2023.

- Cidadãos atendidos em Visitas Técnicas nos Municípios Brotas, Riacho Grande, Louveira, Cubatão em loco: Total 120 interessados.
- Biblioteca: A SUTACO é procurada por estudantes e estudiosos para pesquisa sobre Artesanato Paulista. Títulos catalogados: 665.
- Treinamento de capacitação para agentes representantes da SUTACO nos seus municípios: Santa Isabel, Cubatão, São José dos Campos, Bananal, Mauá, Ribeirão Pires, Ourinhos, Mogi das Cruzes, Ilha Cumprida, Louveira,

Esta ação prevê a capacitação de servidores públicos para atuarem como representantes da SUTACO, promovendo o acesso das políticas públicas aos artesãos de todo o Estado.

PROGRAMA - 1040 JUCESP - VIA RÁPIDA EMPRESA

A JUCESP, no ano de 2023, com foco na melhoria contínua dos serviços prestados aos seus usuários, em novembro, atingiu 509 Municípios conveniados ao Integrador Estadual VRE|REDESIM, além da adesão de 13 novos Municípios ao VRE|Municipal – sistema que visa a automatização da análise de viabilidade locacional de forma gratuita para os municípios de baixo, médio e alto porte e complexidade, totalizando, assim 38 conveniados.
O serviço proteção ao CPF, criado para evitar fraudes e o uso indevido do documento, em abertura e movimentação de empresas sem o consentimento e autorização prévia do responsável, passou a disponibilizar a contratação do bloqueio de forma anual, além de permitir que contadores e advogados (90% dos usuários da Jucesp), possam solicitar o serviço de bloqueio dos documentos de seus clientes.
Na área de tecnologia, dentro dos serviços disponibilizados pela Autarquia, a Jucesp lançou as novas modalidades de livros digitais, possibilitando mais agilidade, praticidade e economia de tempo e dinheiro aos interessados, eliminando a necessidade de impressão, encadernação e apresentação presencial destes, além de reduzir significativamente o local de armazenamento necessário por parte do empresário.
Outro ponto de destaque de 2023 é o lançamento do programa "Facilita SP", capitaneado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Paulo em parceria com a Junta Comercial do Estado de São Paulo, como órgão de Secretaria Executiva do Comitê Facilita SP, assessorando a Presidência (SDE-SP) nas conduções dos trabalhos, que, por sua vez, visa estabelecer uma tabela padrão de CNAEs (Classificação Nacional das Atividades Econômicas) de Baixo Risco, com a meta de se chegar a 900 CNAEs dispensadas de licenciamento.
Com isso, a JUCESP possibilitará que os empreendedores verifiquem, já no início da abertura da empresa, se há a necessidade ou não de obtenção de um Alvará de Licenciamento - cumprindo o disposto na Lei da Liberdade Econômica. Além disso, está em curso o lançamento de uma nova versão do Portal Integrador Estadual (o atual Via Rápida Empresa), que passará a se chamar Portal Facilita SP.
O novo Portal, além da classificação automática de risco, disponibilizará aos empreendedores uma interface mais amigável, moderna e intuitiva para os processos de abertura e legalização de seus empreendimentos, além da aprovação automática pelas prefeituras e a eliminação dos processos físicos.
Quanto à execução financeira, em 2023, a JUCESP arrecadou R$ 139,8 milhões, já considerando a Desvinculação de Receita de Estados e Municípios - DREM, que repassa 30% da arrecadação total da JUCESP ao Estado, possibilitando novas contratações e investimentos acelerando a transformação para JUCESP Digital.
As despesas de custeio tiveram um decréscimo de -5,65% (R$ 98,1 milhões em 2022 e R$ 92,9 milhões em 2023), e quanto à remuneração global de pessoal ocorreu um acréscimo de 1,65% (R$ 16.1 milhões em 2022 e R$ 16.4 milhões em 2023).
A JUCESP através de uma gestão estratégica e inteligente encerrou o exercício de 2022 com um superávit de R$ 14.4 milhões que foi repassado a SPPREV em maio de 2023, cumprindo a Lei nº 17.293 de 15/10/2020.

Com relação à JUCESP em números, relacionados ao PPA, apresentamos os seguintes dados apurados:

Número de processos analisados:	Número de municípios integrados
Meta 2023: 1.460.000	Meta 2023: 500
Resultado 2023: 1.433.829	Resultado 2023: 509
Com todos os avanços da Jucesp, a quantidade de exigências, diminuindo a quantidade de processos analisados.	Em 2023, optou-se por focar em melhorar e automatizar os processos dos municípios já integrados.

Média de dias para abertura e legalização de empresas:	Número de novos serviços/atos disponibilizados de forma eletrônica
Meta 2023: 2	Meta 2023: 5
Resultado 2023: 2	Resultado 2023: 17
Em 2023, fechamos o ano com o tempo médio de 48 horas.	A JUCESP implementou todos os serviços que dependiam exclusivamente dela.

Número de serviços disponibilizados REDESIM
Meta 2023: 17
Resultado 2023: 17
Todos os serviços foram incluídos de acordo com a REDESIM.

Assim encerramos o PPA 2020-2023 com os seguintes dados:

Número de processos analisados:	Número de municípios integrados
Meta PPA: 5.660.000	Meta PPA: 580
Resultado: 5.470.490 – 96,65%	Resultado: 509 – 87,76%
Média de dias para abertura e legalização de empresas:	Número de novos serviços/atos disponibilizados de forma eletrônica
Meta PPA: 2	Meta PPA: 5
Resultado: 2 – 100%	Resultado: 17 – 340%
Número de serviços disponibilizados REDESIM	
Meta PPA: 25	
Resultado: 17 – 68%	

Alguns indicadores sofreram interferência de outros órgãos, como por exemplo, o número de municípios integrados que depende da aceitação das prefeituras. Mesmo com essa dificuldade finalizamos com 509 municípios integrados representando 87,76% da meta e mais de 1/3 do movimento desses municípios já estão automatizados. Os municípios não conveniados possuem pouquíssimo movimento.

Já o número de serviços para a REDESIM foi finalizado em 17 que corresponde a 68% da meta do PPA, porém corresponde a 100% dos serviços que dependiam exclusivamente da autarquia. Novos serviços dependem de outros órgãos, como por exemplo, Receita Federal.

A Jucesp tem feitos grandes esforços para cada vez mais melhorar e desburocratizar os serviços prestados. Fruto desse empenho é o fato de 02 indicadores terem atingido o máximo da meta prevista para o PPA: ***Número de novos serviços/atos disponibilizados de forma eletrônica*** e ***Média de dias para abertura e legalização de empresas***.

O indicador: ***Número de processos analisados*** não atingiu a meta, pois com todos os avanços, o número de exigências diminuiu, conseqüentemente o de processos analisados. A meta agora inverteu, com mais melhorias e avanços a tendência é continuar diminuindo.

O Foco na transformação da Jucesp 100% Digital possibilitou um percentual de 340% sob a meta do PPA no indicador: ***Número de novos serviços/atos eletrônicos disponibilizados*** onde a meta era de 5 e foram implementados 17, proporcionando assim maior agilidade na análise dos processos, facilitando ao empreendedor o registro de seus atos perante a Autarquia.

Na questão de interação com o usuário, atingimos mais de 1.372 atendimentos/dia pelo *Call Center* e 517 consultas/dia através do canal “Fale Conosco”. Em relação ao atendimento virtual/ChatBot atingimos mais de 230 mil atendimentos durante do ano.

Quanto ao acesso à informação apresentamos o respectivo quadro relativo aos serviços realizados/consultados através do JUCESP *Online*:

Pesquisa de Empresas – 65.644.192 - fornecimento gratuito
Fichas Cadastrais – 19.240.283 – fornecimento gratuito
Documentos Digitalizados – 8.505.351 – fornecimento gratuito
Certidão Simplificada – 7.041.650 – fornecimento gratuito
Certidão Específica (Tarifada) – 15.713

Certidão Específica (Gratuita) – 62.445
Certidão de Inteiro Teor (Fotocópia) – 78.158 – tarifada
TOTAL DE SERVIÇOS/ACESSOS: 100.587.792

PROGRAMA 1046 - QUALIFICAÇÃO, TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

COORDENADORIA DE ENSINO TÉCNICO, TECNOLÓGICO E PROFISSIONALIZANTE – CETTPRO

A CETTPRO promove ações voltadas ao aprimoramento e à expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Estado de São Paulo, além de propor políticas de execução de programas e projetos relativos à formação e capacitação em diversos eixos, sempre com foco na empregabilidade e geração de renda.
Também faz parte das atribuições da Coordenadoria a realização de estudos, diagnósticos, novas metodologias e materiais didáticos, com foco na capacitação profissional em concordância com as demandas de cada região e setor produtivo do Estado de São Paulo.

Ação 6126 - Via Rápida Emprego

A ação visa a qualificação profissional básica para habilitar trabalhadores a exercer seus direitos ao trabalho e à cidadania, além de prepará-los melhor para a busca de uma oportunidade no mercado de trabalho.
O Decreto nº 59.773, de 19 de novembro de 2013, que dispõe sobre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, da qual a Coordenadoria de Ensino Técnico Tecnológico e Profissionalizante atua na execução de políticas públicas direcionadas à promoção do crescimento econômico a fim de gerar renda e trabalho, de reduzir as desigualdades regionais, de fomentar e apoiar a realização de planos para o desenvolvimento sustentável, de atrair investimentos, de aumentar competitividade da economia paulista e, primordialmente, de desenvolver, qualificar e expandir o ensino técnico, tecnológico e profissionalizante, de modo a atender as necessidades da população e das demandas do mercado de cada Região do Estado de São Paulo.
Considerando o desenvolvimento da qualificação profissional do Estado de São Paulo, o Governo do Estado criou, em 2011, o Programa Via Rápida, nos termos do Decreto nº 57.133, de 14 de julho de 2011, complementado pela Lei Estadual nº 16.079 de 22 de dezembro de 2015 e pelo Decreto nº 62.033 de 17 de junho de 2016. O objetivo do programa é preparar a população que está em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho, bem como habilitá-la ao exercício dos seus direitos à cidadania, aumentando a probabilidade de obter ocupação e auferir renda. O programa atende os inscritos a partir de 16 anos, alfabetizados e domiciliados no Estado de São Paulo, ademais, o interessado para se inscrever a um dos cursos do Programa deverá preencher os requisitos legais. Assim, o Programa objetiva promover o aumento da competitividade da economia paulista mediante a qualificação e formação profissional dos trabalhadores.
Em 2023, em função da revisão de prioridades da nova gestão do Governo, o programa lançou sua oferta pelo nome de “Qualifica SP – Novo Emprego” com cursos de qualificação profissional voltados para adultos desempregados, com duração entre 60 e 100 horas, com o objetivo de reinseri-los no mercado de trabalho nas mais diversas áreas de atuação. Os cursos permaneceram sendo oferecidos em espaços físicos fixos das operadoras dos programas ou espaços cedidos por prefeituras e outros entes públicos, além também da oferta em formato remoto síncrono e presencial dentro das unidades móveis (“carretas”) pedagogicamente adaptadas para o conteúdo programático de seus cursos. Nesse ano, foram ofertadas 15.629 vagas, tendo no total 14.647 estudantes matriculados e em torno de 9 mil concluintes.

Ação 6346 - NOVOTEC - Qualificação Profissional para Estudantes de E.M da Rede Estadual

O programa Novotec tem o objetivo de ampliar o acesso à educação profissional aos alunos do ensino médio da rede estadual, buscando gerar oportunidades de inserção no mundo do trabalho a todos os jovens por meio da oferta de cursos técnicos e cursos de qualificação profissional. Os cursos têm conteúdo prático e estão conectados com a demanda do mercado de trabalho e da vida além da escola, somando a experiência do ensino médio.
Em 2023, a oferta de cursos e vagas se deu em 3 modalidades: Novotec Integrado, Novotec Expresso dentro do Ensino Médio e EJATEC.

Novotec Integrado: Para os cursos de habilitação técnica, o Novotec Integrado oferece vagas nas escolas estaduais para que o estudante faça o ensino médio integrado ao ensino técnico, ao longo dos 2anos desta etapa escolar, e ao final ele recebe a conclusão do ensino médio com a certificação técnica. Foram abertas 64.960 vagas para ingressantes nas 2ª e 3ª séries do Ensino Médio, tendo no total 37.782 matriculados. As escolas técnicas parceiras da oferta foram Centro Paula Souza, FIEC, SENAC, PROZ e Sequencial.
Novotec Expresso dentro do Ensino Médio: Para cursos de qualificação profissional dentro do Ensino Médio como itinerários formativos, foram abertas 4.270 vagas para ingressantes na 3ª série do Ensino Médio, tendo no total 3.635 matriculados. A escola técnica parceira da oferta foi a Proz.
EJATEC: tem como objetivo prover conteúdo profissionalizante de qualidade ao público de EJA - Educação de Jovens e Adultos Nível Médio. Foram 8.934 estudantes do EJA matriculados em cursos do EJATEC. As escolas técnicas parceiras da oferta foram Centro Paula Souza, e FAT.
O programa Novotec foi instituído em 2019 no governo de São Paulo pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico em parceria com a Secretaria da Educação e o Centro Paula Souza.
Em 2023, iniciou o processo para que em 2024 a Secretaria da Educação se torne responsável exclusivamente pela oferta do ensino profissional técnico integrado ao ensino médio, levando consigo o programa Novotec.
Por conta disso, a modalidade Novotec Expresso no contraturno escolar foi ofertada pela CETTPRO pelo nome de “Qualifica SP – Meu Primeiro Emprego” com cursos de qualificação profissional voltados para jovens de 14 a 24 anos de idade, com duração 120 horas, com o objetivo de apoiá-los na sua inserção no mercado de trabalho nas mais diversas áreas de atuação. No 1° semestre, foram ofertadas 8.240 vagas, tendo no total 6.839 estudantes matriculados e 2.808 concluintes. No 2° semestre, foram ofertadas 17.943 vagas, tendo no total 9.860 estudantes matriculados e a previsão de 4 mil concluintes, totalizando em 26.183 vagas e 16.699 estudantes matriculados. As escolas técnicas parceiras foram CPS, SENAI, Upgrade e ESSA/PROZ.

COORDENADORIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E RENDA - CPER

A Coordenadoria de Políticas de Emprego e Renda (CPER) é responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas de fomento ao emprego, trabalho e renda, com destaque para a qualificação profissional de trabalhadores. Atua diretamente com programas sociais, desenvolvendo programas de inserção no mercado de trabalho para população em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. De forma geral, todos os programas desenvolvidos, investem na criação de possibilidades de trabalho, qualificação de mão de obra e recuperação do indivíduo, partindo do princípio de que só se atinge uma sociedade mais equilibrada se houver igualdade de oportunidades e condições para todos, de forma ampla e irrestrita.

Ação 6109 - Frentes de Trabalho

O Programa Emergencial de Auxílio Desemprego (PEAD), também conhecido como Frentes de Trabalho, foi instituído pela Lei nº 10.321, de 8 de junho de 1999, e regulamentado pelo Decreto nº 44.034, de 8 de junho de 1999, tendo como objetivo proporcionar ocupação, qualificação profissional e renda aos cidadãos integrantes da população desempregada e residente no Estado de São Paulo. Com a promulgação da Lei nº 17.372/2021, o PEAD passou a denominar-se Bolsa-Trabalho, e a integrar o Programa Bolsa do Povo (regulamentado pelo Decreto nº 65.812, de 23/06/20210), cujo objetivo é concentrar a gestão dos benefícios, ações e projetos, com ou sem transferência de renda, instituídos para atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social. No ano de 2023, a operacionalização do Programa Bolsa-Trabalho foi pausada para reavaliação de sua continuidade.

Ação 4230 - Programa de Qualificação Profissional

O Programa Estadual de Qualificação Profissional tem como objetivo capacitar, qualificar ou requalificar o trabalhador, preferencialmente desempregado, visando aumentar suas chances de empregabilidade, por meio de cursos gratuitos, que abordam conteúdos específicos nas diversas ocupações do trabalho e conteúdos gerais. Desde a promulgação do Decreto nº 64.059/2019, pelo qual a Secretaria de Desenvolvimento Econômico assumiu as funções da desativada Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, toda ação de qualificação profissional passou a ser executada pelo programa “Via Rápida”, vinculado à Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante (CETTPRO).

Ação 4227 - Trabalho Decente e Selo Paulista da Diversidade

O “Selo Paulista da Diversidade”, instituído pelo Decreto nº 52.080/2007, tem como objetivo certificar as organizações públicas, privadas e da sociedade civil que realizam boas práticas em suas políticas de gestão de pessoas e desenvolvam programas, projetos e ações voltadas à inclusão das temáticas das pessoas com deficiência, as questões étnico-raciais, de idade, de gênero, culturais, de orientação sexual e programas transversais que promovam a valorização da diversidade no ambiente de trabalho e na sociedade. Em 2019, após a Secretaria de Desenvolvimento Econômico assumir as funções da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, por força do Decreto nº 64.059, de 1º de janeiro de 2019, o programa foi reformulado, passando a ação orçamentária no PPA 2020-2023. Diante da pandemia do coronavírus o programa teve suas ações suspensas no ano de 2020, sendo retomadas em 2021 a partir do Decreto nº 65.919 de 10 de agosto 2021, que dá nova redação ao disposto no decreto 52.080/2007. No ano de 2023, a operacionalização dos Programas foi pausada para reavaliação de sua continuidade.

Ação 6345 - Times do Emprego

O programa Trabalho em Equipe, também conhecido como Times do Emprego, tem como objetivo orientar e preparar o trabalhador na busca de um emprego compatível com seus interesses, habilidades e qualificação profissional. Utiliza a metodologia *Canadian Steel Trade and Employment Congress*, onde os participantes formam um “time” para troca de experiências e procura conjunta por emprego ou ocupação. Durante esses encontros, eles recebem orientações sobre elaboração de currículo e preparação para entrevistas de emprego, são incentivados a conhecer a si mesmos, suas habilidades e competências, e a estabelecer metas de trabalho e de vida, para que tenham sucesso na busca por uma colocação no mercado. O conteúdo do programa é desenvolvido durante 12 encontros, uma ou duas vezes por semana, de três horas cada um, com grupos de 20 a 30 pessoas. O público-alvo é composto por trabalhadores desempregados e jovens que estão procurando o primeiro emprego. No ano de 2023, foram realizadas 168 capacitações com um total 3.340 participantes e 3.539 pessoas efetuaram cadastro para participação no programa.

Ação Não Orçamentária - Apoio à Pessoa com Deficiência

O Trabalho Inclusivo, também conhecido como Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência (PADEF), tem como objetivo encaminhar trabalhadores com deficiência para oportunidades de emprego, bem como cursos de qualificação profissional. Funciona, desde 1995, nos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) e, desde 2019, nos Polos de Empregabilidade Inclusiva (PEIs), em parceria com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoas com Deficiência. Possui atendimento voltado aos deficientes oferecendo o suporte necessário para inserção e permanência no emprego. O programa também auxilia no cumprimento do artigo 93, da Lei n.º 8.213/1991, que determina cotas de contratação a serem cumpridas pelas empresas. Em 2023, foram disponibilizadas 5.818 vagas exclusivas para pessoas com deficiência, 946 novos cadastros efetuados, 7.516 encaminhamentos para entrevistas de emprego, resultando em 518 (re)colocações no mercado de trabalho.

Ação Não Orçamentária - Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário

Instituído pelo Decreto nº 55.126/2009, o Programa de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário (Pró-Egresso), tem como objetivo a reintegração social, através da preparação dos indivíduos e da criação de oportunidades depois de cumprimento das medidas punitivas. Prevê ações conjuntas com as Secretarias da Administração Penitenciária e da Secretaria da Justiça e Cidadania, oferece cursos de qualificação profissional e intermediação de mão de obra. Pelo programa, em 2023, foram ofertadas 372 vagas de emprego, resultando em 177 recolocações. A equipe do programa Pró-Egresso realizou ainda 1.577 atendimentos telefônicos da pessoa egressa do sistema prisional em busca de inserção no mercado de trabalho.

COORDENADORIA DE OPERAÇÕES - COP

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico desenvolve diversas ações que objetivam a aproximação dos cidadãos das oportunidades do mercado de trabalho, emprego e renda, com ênfase nos grupos em situação de maior vulnerabilidade, em razão idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade ou outra condição. Por intermédio da Coordenadoria de Operações (COP) são disponibilizados serviços gratuitos à população no âmbito do Sistema Nacional de Emprego (SINE), compreendendo o atendimento do programa Seguro-Desemprego, informação e orientação ao trabalhador e ao empregador, a promoção da (re)colocação de trabalhadores no mercado de trabalho, orientação para

emissão da CTPS Digital e o encaminhamento para cursos de qualificação profissional. A rede é composta por 231 Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs), distribuídos em 16 Centros Regionais.

Ação 5044 - Intermediação de Mão de Obra

A Intermediação de Mão de Obra é uma ação que tem como objetivo o atendimento ao trabalhador, propiciando condições para a habilitação ao benefício do Seguro-Desemprego, o encaminhamento a vagas de emprego e o acesso a orientações relacionadas à emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS Digital. Os serviços são disponibilizados pelos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs), unidades estaduais do Sistema Nacional de Emprego (SINE), que são centros de referência das políticas públicas de emprego e renda, presentes em todas as regiões, inclusive em unidades do Poupatempo, cujo objetivo é contribuir para inserção do trabalhador no mercado de trabalho. O trabalhador pode acessar os serviços oferecidos pelo SINE também através do aplicativo *SINE-Fácil*, plataforma gratuita, desenvolvido em 2017 pelo Ministério do Trabalho em parceria com o Dataprev, para cadastro em vagas de emprego, além de acompanhamento do seguro-desemprego e consulta de abono salarial e contratos de trabalho. Entre janeiro e dezembro de 2023, no âmbito da rede estadual de atendimento, ocorreram 135.705 cadastros de vagas de emprego, 342.112 vagas ofertadas pelos empregadores; 558.482 encaminhamentos de trabalhadores para vagas de emprego; 57.696 trabalhadores (re)colocados no mercado de trabalho; e 219.654 atendimentos para requisição de Seguro Desemprego. Importante destacar que desde 2019, a Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, antes emitida nos PATs, passou a ser (salvo exceção prevista no art. 7º da Portaria nº 1.065/2019) totalmente digital, solicitada por meio de aplicativo. Outra iniciativa relevante no enfrentamento às elevadas taxas de desemprego foi a instituição do Fundo do Trabalho do Estado de São Paulo - FUNTESP e do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda do Estado de São Paulo - CETER-SP, órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo, competente para estabelecer diretrizes e prioridades para as políticas de trabalho, emprego e renda no âmbito estadual e controlar a aplicação dos recursos do FUNTESP, fundo especial de natureza contábil, com escrituração própria, destinado a custear a execução de ações, programas e serviços voltados às políticas estaduais de trabalho, emprego e renda, em regime de financiamento compartilhado, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE, instituídos pela Lei nº 17.308, de 22/12/2020, combinado com o Decreto n° 65.664/2021.

COORDENADORIA DE OPERAÇÕES - COP E COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE EMPREGO E RENDA - CPER

Responsáveis pela coordenação no Estado de São Paulo pela formulação e execução de políticas, programas e projetos voltados ao fomento da geração de trabalho, emprego e renda. Também têm a incumbência pelo aumento da empregabilidade em públicos especiais como pessoas com deficiência e egressos do sistema prisional.
Principais ações de 2023:
Programas: As Coordenadorias têm ativos quatro programas voltados à qualificação e (re)colocação do trabalhador no mercado de trabalho e abaixo listamos os números alcançados em cada um deles no exercício de 2023:

- **Bolsa-Trabalho (PEAD):** O programa, que integra o Bolsa do Povo, tem como objetivo proporcionar ocupação, qualificação profissional e renda aos cidadãos integrantes da população desempregada e residente no Estado de São Paulo. A participação no programa é de até 5 meses, e neste exercício o valor da bolsa mensal paga foi de R$ 540,00. No ano de 2023, a operacionalização do Programa Bolsa-Trabalho foi pausada para reavaliação de sua continuidade.
- **Pró-Egresso:** Pelo programa, que busca a inserção do egresso do sistema prisional no mercado de trabalho, foram ofertadas 372 vagas de emprego, resultando em 177 recolocações, em 2023, a equipe do Programa realizou cerca de 1.577 atendimentos telefônicos para busca de inserção da pessoa egressa do sistema prisional para o mercado de trabalho.
- **Trabalho em Equipe:** Aconteceram 168 capacitações com um total de 3.340 participantes. No período, 3.539 pessoas efetuaram o cadastro para participação no programa, que tem por objetivo orientar e preparar os trabalhadores desempregados, de acordo com seus interesses, habilidades, competências e sua qualificação profissional para enfrentar os desafios dos processos seletivos, aumentando suas chances de encontrar a colocação desejada.

- **Trabalho Inclusivo**: No período foram disponibilizadas 4.210 vagas exclusivas para pessoas com deficiência, 818 cadastros efetuados, 6.774 encaminhamentos para entrevistas de emprego, resultando em 361 recolocações no mercado de trabalho.

Postos de Atendimento ao Trabalhador - PAT: Atualmente há 231 unidades, incluindo as unidades do Poupatempo, executando a intermediação de mão de obra, programa do Seguro Desemprego e orientação sobre o mercado trabalho e a emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social Digital.

- **Intermediação de Mão de Obra - IMO:** Os PATs atenderam 135.705 cidadãos em busca de emprego, cadastram 342.112 vagas ofertadas, encaminharam 558.482 cidadãos para processos seletivos, tendo como resultado a (re)colocação de 57.696 cidadãos no mercado de trabalho no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023.
- **Seguro-Desemprego:** Foram atendidos 219.654 requerentes do benefício nos Postos de Atendimento ao Trabalhador - PAT, unidades Poupatempo presencialmente.

CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

O CETER-SP é um órgão colegiado, de caráter permanente e deliberativo, competindo-lhe estabelecer diretrizes e prioridades para as políticas de trabalho, emprego e renda no âmbito estadual e controlar a aplicação dos recursos do Fundo do Trabalho do Estado de São Paulo - FUNTESP, fundo especial de natureza contábil, com escrituração própria, destinado a custear a execução de ações, programas e serviços voltados às políticas estaduais de trabalho, emprego e renda, em regime de financiamento compartilhado, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE, instituídos pela Lei nº 17.308, de 22/12/2020, combinado com o Decreto n° 65.664/2021. O conselho, constituído de forma tripartite e paritária, contando com a representação, em igual número, de trabalhadores, de empregadores e do governo realizou 04 (quatro) reuniões no ano de 2023, onde foram apresentadas palestras e discutidas propostas para políticas públicas de trabalho e renda, votados o Relatório de Gestão FUNTESP 2022, atualizações de PATs e conselheiros representantes e principalmente foi apresentado e aprovado o Plano de Ações e Serviços - 2023, que definiu a aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalho, FAT, para gerir e manter unidades de atendimento da rede SINE no estado de São Paulo.

PROGRAMA 2005 – FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

DESENVOLVE SP – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

A Desenvolve SP (DSP), agência de fomento do Estado de São Paulo, apoia o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas e municípios paulistas, com a missão de democratizar o crédito, gerando desenvolvimento sustentável, emprego e renda. Com linhas de financiamento com prazos longos e taxas de juros competitivas, financia projetos de investimento em ampliações e modernizações, a aquisição de máquinas e equipamentos e projetos de inovação. A DSP está alinhada com as diretrizes defendidas pelos ODS, seja em seu planejamento estratégico, ou na implementaçãode sua gestão executiva, programas de governo e linhas de financiamento.

Desempenho Operacional

- Desenvolve SP desembolsou R$ 1 bilhão em 2023 (37,5% superior a 2022) e atingiu a marca de R$ 7,1 bilhões em desembolsos no acumulado histórico;
- Desembolso para operações de alto impacto totalizou R$ 535,8 milhões em 2023, um crescimento de 139,3% em relação à 2022;
- Maior desembolso para o Setor Público já realizado, no valor de R$ 542,2 milhões, 286,5% a mais que em 2022;
- Desembolso para investimentos no Setor Privado (Projetos de Investimento + Máquinas e Equipamentos): R$ 193,6 milhões, 39,2% maior que em 2022;
- Maior desembolso para projetos de inovação: R$ 78,4 milhões em 2023.
- Maior lucro líquido anual da história da Desenvolve SP, no valor de R$ 212,3 milhões.

ÍNDICES	2022	2023	VARIAÇÃO
Desembolso total	R$ 735,7 mi	R$ 1.011,9 mi	+37,5%
- Setor Público	R$ 140,3 mi	R$ 542,2 mi	+286,5%
- Setor Privado (Investimentos)	R$ 144,6 mi	R$ 193,6 mi	+39,2%
- Setor Privado (Capital de Giro)	R$ 450,7 mi	R$ 276,1 mi	-38,7%
Saldo de Carteira	R$ 2.239 mi	R$ 2.447 mi	+9,3%

Desempenho Financeiro

ÍNDICES	2022	2023	VARIAÇÃO
Lucro Líquido	R$ 202,6 mi	R$ 212,3	**+4,8%**
Resultado Operacional	R$ 281,9 mi	R$ 295,1	**+4,7%**
Inadimplência[1]	5,74%	8,59%	**+2,85 p.p**
Índice de Eficiência Operacional [2]	20,3%	21,4%	**+1,1 p.p**

[1]Saldo da carteira de crédito com 90 dias de atraso / saldo de carteira de crédito total
[2]Relação entre as despesas operacionais e a receita bancária (quanto menor, melhor).

Principais Ações de 2023

- Diagnóstico dos desafios e prioridades para reestruturação da instituição, melhorando a performance da concessão e ampliando o crédito;
- Revisão da Estrutura Organizacional visando ganho de eficiência operacional e mitigação de riscos, em linha com apontamentos do Bacen;
- Implantação da nova esteira de crédito digital com jornada mais intuitiva e maior segurança: redução do número de campos para preenchimento, novo simulador de parcelas, nova área logada, integração com motor de análise de crédito e ferramentas antifraude (biometria facial e integração Jucesp);
- Aperfeiçoamento das atividades de cobrança, honras e ajuizamentos da Desenvolve SP e do Banco do Povo Paulista (BPP) com o intuito de reduzir a inadimplência e aumentar a recuperação de crédito;
- Esforço para apuração das vulnerabilidades na área Financeira e início da implantação da Conta Liquidação (integração com o sistema financeiro nacional), permitindo emissão própria de boletos, maior celeridade no processo de desembolso e maior controle sobre as movimentações financeiras e a cobrança;
- Revisão do programa de gestão de desempenho e desdobramento de metas por superintendências;
- Reformulação do Comitê e da Política de Investimentos, com início da avaliação dos aportes em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs);
- Aprovada em 16/11/2023 pelo Senado Federal, captação junto ao NDB, no valor de US$ 90 milhões. Negociação avançada com o BID para captação de US$ 110 milhões para projetos de infraestrutura climática e inclusão social, além de US$ 195 milhões voltado à inovação;
- Oferta de crédito à gestores públicos e empresários de cidades do Litoral Norte paulista em situação de calamidade em razão da incidência de chuvas ocorridas em fevereiro;
- Lançamento das Linhas de crédito Desenvolve Mulher e Desenvolve Mulher Sustentável, elaboradas pela Desenvolve SP especialmente para atender mulheres empreendedoras; e das linhas Crédito Digital Giro Exportação, Giro Exportação, BNDES Exim Pré-Embarque;
- Criação da Linha Agroindústria Investimento com oferta de R$ 200 milhões para a aquisição de máquinas e equipamentos à Agroindústria com taxas equalizadas pelo Governo de São Paulo;
- Criação do Programa de Crédito à Produção Privada de Habitações em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) para empréstimos a pessoas jurídicas para construção de habitações, realização de obras e serviços de infraestrutura urbana adequada, e regeneração de áreas urbanas degradadas;
- Assinatura de Protocolo de Intenções com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo para estudar a viabilidade de criação de um novo Fundo de Investimento em Cadeias Agroindustriais (Fiagro);
- Protocolo assinado entre a Desenvolve SP e a Secretaria de Turismo para alavancar o setor no Estado;
- Início da incorporação do BPP e da redefinição do programa de microcrédito;
- Oferta de crédito para iniciativas que promovam a descarbonização;
- Criação do Comitê de Sustentabilidade, conclusão do desenvolvimento da Calculadora de Carbono, elaboração do inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e compromisso de zerar a destinação de resíduos para aterro sanitário;
- Leilões de créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no valor de R$ 36,8 milhões e R$ 71,4 milhões;
- Coordenação do 1º grupo de trabalho sobre agências de fomento na 9ª edição do Cosud;

- 5.438 citações em matérias de imprensa no ano (mais de 99% com menções positivas), aumento de mais de 40% em relação ao ano anterior; nas redes sociais, crescimento de 85% no número de visitas ao Facebook e 48% ao Instagram;
- Participação na Campanha do Agasalho promovida pelo Fundo Social de São Paulo.

FICHA TÉCNICA	
Início das atividades	03/2009
Capital Social (12/2023)	R$ 3.156 MILHÕES
Colaboradores (12/2023)	149
Patrimônio Líquido (12/2023)	R$ 3.404 MILHÕES
Ativos Totais (12/2023)	R$ 4.774 MILHÕES
Patrimônio Fundos Administrados (12/2023)	R$ 3.195 MILHÕES
Desembolso acumulado (06/2009 a 12/2023)	R$ 7.147 MILHÕES
Empresas atendidas (06/2009 a 12/2023)	11.375
Prefeituras atendidas (06/2009 a 12/2023)	223

PROGRAMA 2990 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES

CDRT-COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Em 2023, a CDRT instruiu 04 emendas parlamentares no valor de R$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) em processos de emendas parlamentares impositivas.

SUTACO - SUBSECRETARIA DO TRABALHO ARTESANAL NAS COMUNIDADES

No exercício de 2023 a Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades (SUTACO) foi contemplada com a emenda parlamentar impositiva nº 2023.066.46690 da Deputada Estadual Marina Helou, objetivando a aquisição de veículo para transporte de artesãos e mercadoria, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).
A emenda parlamentar é parte integrante da Lei Orçamentária Anual de 2023 - Lei nº 17.614, de 26 de dezembro de 2022 que orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 2022 e encontra amparo da Lei de diretrizes orçamentárias nº 17.555 de 20 de julho de 2022 que definiram o processamento das emendas individuais impositivas para o exercício de 2023.
O Processamento da emenda foi realizado através do sistema Demandas e no processo SEI 011.00001202/2023-16, o valor foi transferido para União dos Artesãos Profissionais do Estado de São Paulo (UAPESP), entidade beneficiada pela emenda parlamentar, objetivando providenciar os procedimentos para compra do bem. Em 17/01/2024, o veículo marca GM, modelo Spin Premier 1.8 AT, 2020/2021, foi adquirido no valor de R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), conforme NF-e nº 42372.

CETTPRO-COORDENADORIA DE ENSINO TÉCNICO, TECNOLÓGICO E PROFISSIONALIZANTE

Em 2023, a CETTPRO instruiu e acompanhou o andamento de 07 (sete) emendas no valor total R$ 1.200.00,00 (um milhão e duzentos mil reais), em processos de emendas parlamentares impositivas.

COP - COORDENADORIA DE OPERAÇÕES / CPER – COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE EMPREGO E RENDA

No exercício de 2023 a Coordenadoria de Operações (COP) foi contemplada com a emenda parlamentar impositiva nº 2023.072.49158 do Deputado Estadual Paulo Fiorilo, objetivando a prestação de serviços e pesquisas em apoio ao desenvolvimento, trabalho, emprego, renda einovação, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

O Processamento da emenda foi realizado através do sistema Demandas e no SEI 011.00001236/2023-01, tendo como entidade beneficiada o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a qual recebeu o valor supracitado em 26/12/2023, conforme Ordem Bancária nº 2023OB03234. A entidade beneficiada da emenda parlamentar deverá, durante a vigência do termo de fomento - 18/12/2023 a 17/12/2024 - entregar 03 (três) produtos constantes no plano de trabalho, parte integrante do termo de fomento:

- Produto 1 – Impactos no Mercado de Trabalho decorrentes dos processos de automação e digitalização no estado de São Paulo por Regiões Administrativas;
- Produto 2 - Pesquisa com os Conselhos e Comissões do trabalho do Estado de São Paulo: mapeamento dos gargalos e possibilidades de geração de emprego;
- Produto 3 – O Trabalho e a intermediação de mão de obra nas micro e pequenas empresas do município de São Paulo.

Emenda parlamentar impositiva nº 2023.091.49353 do Deputado Estadual Teonílio Barba, objetivando Projeto de geração trabalho e renda e economia solidária, no valor de R$ 633.659,50 (seiscentos e trinta e três mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos).
O Processamento da emenda foi realizado através do sistema Demandas e no SEI 011.00001191/2023-66, tendo como entidade beneficiada o INSTITUTO REDES PARA O DESENVOLVIMENTO, a qual recebeu o valor supracitado em 28/12/2023.

PROGRAMA 5124 – BOLSA DO POVO

Bolsa-Trabalho (PEAD): O programa, que integra o Bolsa do Povo, tem como objetivo proporcionar ocupação, qualificação profissional e renda aos cidadãos integrantes da população desempregada e residente no Estado de São Paulo. A participação no programa é de até 5 meses, e neste exercício o valor da bolsa mensal paga foi de R$ 540,00. No ano de 2023, a operacionalização do Programa Bolsa-Trabalho foi pausada para reavaliação de sua continuidade.

Ação 6395 - Via Rápida - Bolsa do Povo

O programa de qualificação profissional Via Rápida tem como público-alvo a população em situação de vulnerabilidade social e que esteja em busca de uma recolocação no mercado de trabalho. Os estudantes tem direito a bolsa-auxílio, caso terminem o curso atingindo no mínimo 75% de frequência em sala de aula. Em 2023, tivemos no total 5.334 beneficiários recebendo a bolsa-auxílio, atingindo em torno de 115% do projetado, justificado pela alta adesão ao programa.

Ação 6397 – Novotec Expresso – Bolsa do Povo

O programa de qualificação profissional Novotec Expresso no contraturno escolar tem como público-alvo jovens estudantes do ensino médio da rede pública paulista. Estudantes que atinjam no mínimo 75% da frequência em sala de aula por mês ao longo de 4 meses de curso tem direito ao recebimento da bolsa-auxílio. Em 2023, 2.050 estudantes foram beneficiados com a bolsa-auxílio, atingindo em torno de 4% do projetado, justificado pela baixa oferta de vagas por conta do tempo necessário a ser dedicado para a reformulação dos programas e serviços da nova gestão do governo.

Bolsa Empreendedor: número de benefícios concedidos aos beneficiários do Bolsa

Empreendedor no 2º semestre de 2023 = total de 1.108. Em virtude da reorganização do Programa Bolsa do Povo, o Bolsa Empreendedor foi realocado para outro Órgão do Governo, devido ao público-alvo ao qual se destina.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa
35000 - Secretaria de Desenvolvimento Social

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**1.525.074.684,00**	**1.349.977.531,00**	**903.879.774,52**	**51.793.829,07**	**955.673.603,59**	**1.014.229.955,57**
Pessoal, e Encargos Sociais	30.515.126,00	34.188.679,00	32.896.958,54	0,00	32.896.958,54	32.146.103,64
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.494.559.558,00	1.315.788.852,00	870.982.815,98	51.793.829,07	922.776.645,05	982.083.851,93
Despesas de Capital	**146.735.455,00**	**103.790.460,00**	**59.871.804,83**	**0,00**	**59.871.804,83**	**48.361.836,77**
Investimentos	146.735.455,00	103.790.460,00	59.871.804,83	0,00	59.871.804,83	48.361.836,77
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**1.671.810.139,00**	**1.453.767.991,00**	**963.751.579,35**	**51.793.829,07**	**1.015.545.408,42**	**1.062.591.792,34**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário
35000 - Secretaria de Desenvolvimento Social

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0944 - Recomeço: Uma Vida sem drogas	**41.226.010,00**	**39.309.876,00**	**31.909.975,61**	**0,00**	**31.909.975,61**	**30.022.579,82**
3 - Despesas Correntes	41.226.000,00	38.809.871,00	31.909.975,61	0,00	31.909.975,61	30.022.579,82
4 - Despesas de Capital	10,00	500.005,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2990 - Desenvolvimento de Ações decorrentes de Emendas Parlamentares	**58.189.623,00**	**14.788.935,00**	**14.521.078,69**	**0,00**	**14.521.078,69**	**12.531.994,89**
3 - Despesas Correntes	0,00	3.357.287,00	3.107.286,92	0,00	3.107.286,92	2.848.935,82
4 - Despesas de Capital	58.189.623,00	11.431.648,00	11.413.791,77	0,00	11.413.791,77	9.683.059,07
3500 - Combate a Pobreza e Redução das Desigualdades	**483.285.710,00**	**445.711.284,00**	**335.124.711,85**	**25.000,00**	**335.149.711,85**	**335.604.973,17**
3 - Despesas Correntes	394.890.086,00	390.397.851,00	322.005.723,97	25.000,00	322.030.723,97	322.854.705,96

4 - Despesas de Capital	88.395.624,00	55.313.433,00	13.118.987,88	0,00	13.118.987,88	12.750.267,21
3518 - Segurança Alimentar e Nutricional	**189.866.010,00**	**211.785.353,00**	**182.170.318,89**	**10.327.170,67**	**192.497.489,56**	**205.392.082,41**
3 - Despesas Correntes	189.866.000,00	211.318.165,00	181.707.204,97	10.327.170,67	192.034.375,64	204.928.968,49
4 - Despesas de Capital	10,00	467.188,00	463.113,92	0,00	463.113,92	463.113,92
3519 - Melhoria da Gestão da SEDS	**68.775.423,00**	**73.761.244,00**	**62.103.198,51**	**3.915.322,66**	**66.018.521,17**	**60.377.516,21**
3 - Despesas Correntes	68.775.373,00	73.761.219,00	62.103.198,51	3.915.322,66	66.018.521,17	60.357.330,21
4 - Despesas de Capital	50,00	25,00	0,00	0,00	0,00	20.186,00
3519 - Melhoria de Gestão da Política de Assistência Social	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**74.142,54**
3 - Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.142,54
4 - Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3520 - Qualificação do Apoio a Gestão Municipal	**1.415.743,00**	**48.316.925,00**	**45.764.233,42**	**0,00**	**45.764.233,42**	**34.479.208,73**
3 - Despesas Correntes	1.265.615,00	12.238.769,00	10.888.322,16	0,00	10.888.322,16	9.033.998,16
4 - Despesas de Capital	150.128,00	36.078.156,00	34.875.911,26	0,00	34.875.911,26	25.445.210,57
5123 - Comunicação Social	**10,00**	**9,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3 - Despesas Correntes	10,00	9,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5124 - Bolsa Do Povo	**829.051.610,00**	**620.094.365,00**	**292.158.062,38**	**37.526.335,74**	**329.684.398,12**	**384.109.294,57**
3 - Despesas Correntes	829.051.600,00	620.094.360,00	292.158.062,38	37.526.335,74	329.684.398,12	384.109.294,57
4 - Despesas de Capital	10,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**1.671.810.139,00**	**1.453.767.991,00**	**963.751.579,35**	**51.793.829,07**	**1.015.545.408,42**	**1.062.591.792,34**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) estabelece que a Assistência Social é "Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas". Sua especificidade está integrada "[...] às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais" (LOAS, 1993).

A Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (SEDS) tem como objetivo principal assegurar e promover os direitos sociais dos cidadãos abrangidos por lei. A efetivação do objetivo é feita via formulação, coordenação, implementação, monitoramento e avaliação da política socioassistencial de forma direta, bem como a realização de convênios e parcerias com municípios, União e organizações da sociedade civil para a execução de políticas de assistência e desenvolvimento social, tais como a serviços de proteção social básica e especial e programas de transferência e geração de renda.

É também atribuição da SEDS parte da política de segurança alimentar e nutricional e da política de prevenção e enfrentamento do uso de drogas ou entorpecentes, por meio da interlocução e integração

com o público-alvo da política de assistência social. Este relatório reúne os programas e ações desenvolvidos pela SEDS ao longo do ano de 2023.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL COORDENADORIA DE AÇÃO SOCIAL - CAS

Proteção Social Básica:
Proteção Social Especial de Média Complexidade:
Proteção Social Especial de Alta Complexidade:
Principais ações realizadas na área de Proteção Social Especial em 2022

Gestão do SUAS: O Grupo Estadual de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (GESUAS) tem como objetivo o acompanhamento e avaliação da gestão do SUAS, como também participar do estabelecimento de normas, propondo instrumentos de regulamentação da Política Estadual de Assistência Social de acordo com o Decreto Estadual nº 57.819/2012. O GESUAS orienta as ações de vigilância socioassistencial no território estadual, acompanha e monitora o preenchimento dos sistemas de registro de informações sobre a execução das ações socioassistenciais municipais e estaduais. Apoia e orienta as equipes da SEDS sobre os indicadores de execução dos serviços socioassistenciais e sobre os padrões e presença de vulnerabilidades, riscos, violações de direitos e demandas socioassistenciais existentes nos territórios. Realiza apoio técnico aos municípios sobre ações de aprimoramento da gestão do SUAS e da implantação e execução da vigilância socioassistencial. No ano de 2023 este grupo teve como principais atividades:
Gestão, desenvolvimento, aprimoramento e manutenção de sistemas de registro de informações sobre o SUAS no estado de São Paulo

PMASweb – Sistema de Planos Municipais de Assistência Social: principal ferramenta do Estado de São Paulo para inserção e extração de informações sobre a política de assistência social, engloba o financiamento, serviços de proteção social, benefícios socioassistenciais, ações de vigilância socioassistencial e programas existentes nos municípios paulistas, assim como das unidades prestadoras dos serviços, órgãos gestores e Conselhos Municipais de Assistência Social. O PMASweb disponibiliza para técnicos, gestores e conselheiros municipais e estaduais acesso às informações sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) subsidiando a gestão do SUAS e a vigilância socioassistencial. Esta ferramenta é a base para o repasse de recursos de cofinanciamento estadual via Fundo a Fundo, assim como auxilia seu controle e a prestação de contas. Todos os 645 municípios paulistas preenchem anualmente o sistema, fazem atualizações das informações, possibilitando obter um retrato da rede socioassistencial existente no estado. Assim, torna-se um valioso instrumento para o monitoramento, gestão, análise e planejamento da oferta socioassistencial nos municípios e regiões do Estado de São Paulo.

Ações e atividades em relação à Gestão do Sistema PMAS web: Disponibilização da ferramenta PMASweb e apoio técnico para os municípios paulistas registrarem dados e informações sobre os serviços, programas, benefícios e projetos socioassistenciais, órgãos gestores e conselhos municipais de assistência social e outros conselhos. Apoio técnico e suporte às DRADS sobre: (i) Preenchimento da Reprogramação de Saldo 2022; Preenchimento da prestação de contas 2022 – PMAS 2023; Atualizações das informações sobre a oferta socioassistencial; inserção das informações sobre a execução do SUAS em 2024; (ii) Abertura do sistema PMASweb durante o ano para inserção de informações de novos cofinanciamentos estaduais: atendimento emergencial para população de rua durante as “Frentes Frias”; Benefícios Eventuais; Programa Prospera Família; Emendas e Demandas Parlamentares; Cofinanciamento de Serviços de Acolhimento Institucional, Implantação de CRAS; (iii) Acompanhamento do processo de desenvolvimento do PMASweb versão 2024 junto à Diretoria de Normatização e Informática (DNI) da SEDS com a realização de testes, a identificação de erros e sugestões de aprimoramento do sistema.

Sistema de Registro de informações – Serviço de Medida Socioeducativa em meio aberto – MSEweb: O sistema está em funcionamento, com a inclusão de informações ao longo de 2023. Foram realizadas atividades constantes de apoio técnico e gestão de senhas para acesso ao sistema. Em articulação com o DNI e PRODESP realizamos ações para identificação de erros, limpeza do banco de dados, retirada de adolescentes duplicados, técnicos que não operam mais o sistema e correções das informações cadastradas e falhas existentes no sistema. Em parceria com a Diretora de PSE foi realizada capacitação, criação de canal de comunicação como os técnicos municipais para troca de informações sobre os fluxos, e também para relatar dificuldades e dúvidas referente ao cadastro.

Sistema Integrado de Gestão do SUAS – SIGSUAS: O SigSUAS é uma ferramenta para apoio técnico à gestão do Sistema Único de Assistência Social. Realiza registros de informações que subsidiam o acompanhamento, supervisão e monitoramento do SUAS. Possibilita organizar os procedimentos e o fluxo de ações integradas para superação de situações inadequadas, conforme padrões estabelecidos pelas normativas vigentes. Durante o ano de 2023 o GESUAS realizou apoio técnico às DRADS, CIB e demais setores da SEDS para acesso e utilização do SIGSUAS Módulo I - Planos de providência e de apoio.

Vigilância Socioassistencial: O GESUAS coordena as ações de vigilância socioassistencial na gestão estadual e orienta as ações de vigilância socioassistencial das gestões municipais. A Vigilância Socioassistencial tem como objeto os territórios e as situações de vulnerabilidades, riscos, violações de direitos. Durante o ano de 2023 o GESUAS realizou pesquisas e estudos sobre a presença de situações de desproteção social. Realizou a Pesquisa – Identificação de Crianças e Adolescentes em situação de trabalho infantil no estado de São Paulo**;** Retrato da Rede SUAS - serviços socioassistenciais, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, Diagnóstico da Vigilância Socioassistencial no Estado de São Paulo, Painel BI do Serviços de Medida Socioeducativa em meio aberto. Organizamos a Matriz de Indicadores para definição dos municípios para o programa "Frentes Frias". Interlocução com a EDESP para realização dos cursos de formação sobre Vigilância Socioassistencial destinados aos técnicos estaduais e municipais.

Projeto Fortalecendo a Vigilância Socioassistencial nos municípios de pequeno porte I e II, foi desenvolvido em atendimento da Ação do PPA 2020-2023. Este projeto envolveu 67 municípios paulistas, que receberam apoio técnico e financeiro para o aprimoramento da gestão, por meio de ações de vigilância Socioassistencial. Considerando a diferença entre o número de municípios que apresentavam técnico de referência em 2019 e o número de municípios que hoje apresentam técnico de referência, capacitado para execução das Macro Atividades da Vigilância Socioassistencial, temos um crescimento de 146% no número de municípios.

Qualificação dos dados e das fontes de informação: As informações nos sistemas da CadSUAS foram atualizadas; Censo SUAS 2023 respondidos os questionários: Gestão Estadual, Fundo Estadual e 19 questionários sobre as unidades de acolhimento estadualizadas. Realizamos reunião com o representante do Ministério dos Direito Humanos sobre a base de dados do Sistema de Denúncias do Disque 100, fluxo das denúncias e acesso aos dados de forma qualificadas.

Informações sobre a Rede SUAS no Estado de São Paulo: As informações são disponibilizadas por meio da plataforma PMASweb, no qual é possível extrair relatórios com informações dos Planos Municipais de Assistência Social dos 645 municípios paulistas. Essas permitem análises sobre o padrão da oferta, possibilitando monitorar e analisar a oferta socioassistencial no estado. Contribuem na elaboração de análises e diagnósticos socioassistenciais locais, regionais e estaduais. O GESUAS organizou os dados para fazer o Retrato da Rede SUAS e divulga para os diversos setores da SEDS. Durante o ano de 2023 foram extraídas do PMASweb informações sobre a rede socioassistencial para subsidiar diversos setores da SEDS, como a Coordenadoria de Ação Social – CAS, Coordenadoria de Desenvolvimento Social – CDS, Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE, Coordenadoria de Administração de Fundos e Convênios – CAFC, Departamento de Comunicação, Gabinete e CONSEAS/SP. Elaboramos 268 relatórios com informação municipal para subsidiar as ações do gabinete.

Apoio técnico às DRADS: Realização de 2 encontros para Capacitação sobre o PMASweb para 26 DRADS, habilitando 84 técnicos estaduais a ofertar apoio técnico para preenchimento do sistema aos municípios, disponibilizou canal de comunicação para os técnicos estaduais relatar dificuldades, tirar dúvidas referente ao cadastro das informações e uso do sistema.
Considerando o eixo Ações de Vigilância Socioassistencial previsto no PEAS 2020-2023, com a ação "Instrumentalizar com orientação e apoio técnico os municípios para o uso das ferramentas e métodos da Vigilância Socioassistencial". O GSUAS dando continuidade ao Projeto Fortalecendo a Vigilância Socioassistencial nos municípios de pequeno porte I e II, realizou apoio técnico para os municípios, que aderiram ao cofinanciamento. Durante o ano de 2023, 67 municípios participaram do processo de educação permanente sobre vigilância socioassistencial. Ainda no que se refere à Vigilância Socioassistencial realizamos, a convite de três DRADS, oficinas de capacitação com municípios a elas vinculados: DRADS Franca, DRADS Grande São Paulo Oeste e DRADS Barretos.

Apoio técnico para acesso aos sistemas federais - aplicativos da Rede SUAS: O Grupo Estadual de Gestão do SUAS é responsável pelo acompanhamento e orientação sobre acesso aos aplicativos

e preenchimento de informações na Rede SUAS. A operacionalização se dá através da gestão estadual das senhas de acesso aos aplicativos da Rede SUAS para todos os técnicos estaduais e quando necessário para gestores municipais. Realiza a coleta e registro de informações no âmbito do Estado de São Paulo referente ao Plano de Ação, Demonstrativo de Execução Físico-Financeira e Censo SUAS – questionário sobre a gestão estadual, sobre o Fundo Estadual de Assistência Social, Serviços de Acolhimento Institucional – rede estadualizada. Realiza apoio para Preenchimento do Censo SUAS ao CONSEAS/SP**.**

Gestão financeira dos recursos FEAS: Apoio técnico sobre o processo de prestação de contas do exercício 2022 a partir das diretrizes do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Realizamos encontros com a Diretorias Regionais sobre a Instrução Normativa 01/2020 e suas atualizações. Produção de orientação técnica para subsidiar as DRADS no processo de prestação de contas. Interlocução e relação com EDESP para desenvolvimento dos cursos sobre "Gestão Orçamentaria e Financeira do SUAS" previsto para execução em 2024.

Articulação Intersetorial: O GESUAS participa como membro titular do Comitê Gestor do PEIPTEA, Plano Estadual Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo.
Foram realizadas 5 reuniões, durante o ano, no qual foram tratadas as propostas de ação intersetorial para ampliação do acesso de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) aos serviços públicos de assistência social, saúde e educação. A SEDS apresentou proposta que visa a ampliação de serviços socioassistenciais e oferta de formação para os trabalhadores, a mesma aguarda fonte de financiamento.

Plano Estadual de Assistência Social 2024-2027: Foi criado o grupo de trabalho com representantes das coordenadorias e setores envolvidos na Política de Assistência Social para elaboração o diagnóstico e plano estadual de assistência social. Realizamos 3 reuniões no qual tratamos do diagnóstico estadual, planejamento e cronograma das atividades.

Proteção Social Especial – panorama e ações em 2023
O Estado de São Paulo encerrou o ano de 2023, no âmbito das Proteções Sociais de Média e Alta Complexidade, com o seguinte panorama:

Proteção Social Especial de Média Complexidade: De acordo com os dados do sistema PMASweb de 2023, encerrou o ano com o total de 320 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que ofertam o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) com o objetivo de apoiar, orientar e acompanhar indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos. O PAEFI teve capacidade de atendimento mensal para 56.385 usuários. Há, ainda, 59 unidades do Centro de Referência à População em Situação de Rua - Centro Pop, com oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, que tem a finalidade de oferecer atendimento e acompanhamento especializado, com atividades direcionadas para fortalecimento de vínculos sociais e/ou familiares, organização coletiva, mobilização e participação social, assim como a construção de novos projetos de vida para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. O Serviço de Abordagem Social conta com 227 serviços e capacidade de atendimento para 42.664 usuários. Os Serviços de Medidas Socioeducativas têm capacidade de atendimento para 10.270 usuários na Prestação de Serviços à Comunidade e 17.434 na Liberdade Assistida (MSE PSC/LA). O Estado tem capacidade mensal de atendimento para 17.034 Pessoas com Deficiência, Idosos, suas Famílias e Cuidadores, ou seja, indivíduos e/ou famílias com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violação de direitos e seus cuidadores.

Proteção Social Especial de Alta Complexidade: No âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade se encontram os serviços ofertados a indivíduos e/ou famílias com vínculos familiares rompidos ou bastante fragilizados, com vistas à proteção integral, ao restabelecimento de vínculos, à convivência comunitária, ao acesso a direitos e ao desenvolvimento para a autonomia. De acordo com os dados do sistema PMASweb de 2023, são ofertados Serviços de Acolhimento Institucional, com a seguinte capacidade mensal de atendimento: Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora – 875; Serviço de Acolhimento em República – 1.783; SAI Abrigo Institucional – 66.897; SAI Casa de Passagem – 10.999; SAI Casa Lar – 2.386; SAI Residência Inclusiva – 2.112; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências – 11.678; Serviço Não Tipificado – 1.786.

Os serviços são executados na Rede Direta e na Rede Indireta e distribuídos conforme o porte dos municípios.

Principais ações realizadas pela equipe de Proteção Social Especial da CAS/SEDS em 2023:
Supervisão/Apoio Técnico: oferta de apoio técnico às DRADS, conforme segue: orientações sobre implantação de Serviço de atendimento especializado a pessoas idosas – CDI; apoio técnico para elaboração e abertura do Serviço de Acolhimento para POP
Rua e ao Serviço de Proteção em situações de Calamidades Públicas e de Emergências para Migrantes nos municípios de São Paulo e Cotia; apoio técnico para DRADS de: Mogiana, Guarulhos , Grande SP OESTE/Osasco, Avaré, São José do Rio Preto e Capital para Aditamento dos Serviços Estadualizados de Acolhimento Institucional - Residências Inclusivas e Abrigos para Pessoas com Deficiência; participação na elaboração de material técnico para apresentação às diversas DRADS referente à Migrações no Brasil, legislações pertinentes e Serviços de Acolhimento Institucional para Migrantes, Solicitantes de Refúgio e Vítimas do Tráfico de Pessoas existentes no Estado de São Paulo; Apoio técnico aos DRADS para as situações de calamidades e emergência, organizando reunião com MDS sobre a temática; publicação de Nota Técnica Baixas Temperaturas e atendimento apropriado à pessoas em situação de rua no período de altas temperaturas; Acompanhamento e apoio técnico na implantação dos serviços de Residências Inclusivas, Abrigos para mulheres vitimas de violência e república jovem nos municípios que receberam cofinanciamento estadual para expansão da rede; Sistema MSEWEB;

Capacitação: Realizou-se capacitação sobre os temas: (I) Sistema MSEWEB e Metodologia de Atendimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto - 03 encontros presenciais; (II) Capacitação sobre a rede de atendimento de mulheres em situação de violência 06 encontros presenciais e (III) CREAS/PAEFI – 04 encontros presenciais ; (IV) Participação no Fórum Regional sobre a pessoa em situação de rua - Políticas para a população em situação de rua, direitos e proteção social (Vale do Paraíba); (V) Participação no Seminário sobre Acolhimento Familiar organizado pelo Consorcio Intermunicipal dos Municípios da Bacia do Juqueri realizando apresentação “As Políticas Públicas de atenção a crianças e adolescentes; (VI) Participação em Encontros apresentando o panorama das medidas socioeducativas em Meio Aberto; Atividade formativa no VI Encontro PETI; 13ª Conferência Estadual de Assistência Social

Articulação Intersetorial / Intersecretarial: Conselho da Fundação CASA; Grupo de Trabalho da CIT com objetivo de discutir o atendimento de pessoas em situação de rua representando o FONSEAS/SP; Grupo de Trabalho da Executiva de Projetos Estratégicos - SEPE da Secretaria de Governo Municipal - SGM de São Paulo, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS/SP e Coordenadoria de Políticas sobre Drogas - COED para discutir fluxo de encaminhamentos de pessoas em situação de rua e dependentes químicos; Alinhamento do Programa Abriga SP; Conselho da Condição Feminina; Grupo de Trabalho para regulamentação do auxílio aluguel; Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; participação em atividades de articulação com Sistema de Justiça para a garantia de Direitos de Crianças e adolescentes com temas relacionados a ampliação de serviço de família acolhedora, orientação sobre entrega voluntária; : 17° Encontro Anual “Na Mão Certa” contra a exploração sexual de crianças e adolescentes; curso: “A proteção de crianças por meio de cuidados pela família extensa – lições aprendidas na Austrália e Reino Unido” e Seminário Entrega Voluntária.

PROGRAMA 3500 – COMBATE À POBREZA E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Ação 6359 – Proteção Social Básica

UGE Coordenadora: 350105 | Coordenadoria de Ação Social
UGE Orçamentária: 350170 | Fundo Estadual de Assistência Social
A Proteção Social Básica (PSB) objetiva a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destinase à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).
Em 2023, há **1.193** Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) no estado de São Paulo, distribuídos em 645 municípios. No total, são **6.991** serviços que compõem a rede socioassistencial paulista da Proteção Social Básica em 3.484 locais de execução. As executoras desenvolvem serviços de caráter preventivo e proativo, e têm capacidade de atendimento de **1.223.942** de usuários entre famílias, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

O apoio financeiro aos municípios é proveniente de repasse financeiro direto pelo sistema Fundo a Fundo, ou seja, do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para os Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS), em conformidade com a Lei Estadual nº 13.242, de 2008, e Decreto Estadual nº 64.728, de 2019. Em 2021, o Governo do Estado de São Paulo cofinanciou 2.078 serviços de Proteção Social Básica em 614 municípios paulistas, de acordo com o sistema de Planos Municipais de Assistência Social – WEB (PMASweb) 2023. Além do apoio financeiro é papel do Estado prestar ações de apoio técnico aos municípios.

Ações realizadas em 2023

Ampliação da rede de CRAS: com base na Resolução SEDS 33/2021, que autoriza o repasse de recurso financeiro do FEAS para os FMAS para custeio de ações para implantação de CRAS, a equipe estadual realizou o acompanhamento dos processos de implantação de novas unidades municipais de CRAS ou de equipes volantes em seus territórios. O processo inclui a prestação contínua de orientações técnicas às Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS), que por sua vez orientam e dão apoio técnico aos municípios, bem como a disponibilização de roteiro para elaboração dos Planos de Ação municipais e outros subsídios ao parecer técnico das DRADS. No total, foram recebidos 23 Planos de Ação, correspondentes a 21 municípios, solicitando apoio financeiro para a implantação de novos CRAS e/ou de equipe volante. Destes, 17 tiveram manifestação técnica favorável para o recebimento de recurso financeiro com a finalidade de expansão em conformidade com as Resoluções SEDS nº 33/2021 e 26/2022, considerando interesse da gestão e condições para a oferta dos serviços.

Publicação de cadernos de orientação técnica: foram elaboradas duas publicações de orientação técnica. A primeira foi o **Guia de Orientações Técnicas do Centro de Convivência da Pessoa Idosa (CCI)**: o conteúdo foi organizado e atualizado para orientar a atuação dos profissionais do SUAS no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas em CCI. O segundo foi o guia **"Contribuições para o Trabalho Social Culturalmente Adequado à Famílias Quilombolas"**. Essa publicação visa orientar, dar visibilidade ao atendimento culturalmente adequado a famílias e comunidades quilombolas e qualificar o trabalho profissional da rede socioassistencial dos municípios cujos territórios são enriquecidos com a presença dessas comunidades. Além disso, o objetivo do guia é fortalecer a defesa dos direitos dos povos e comunidade tradicionais e um SUAS mais inclusivo e aberto à diversidade cultural.

Notas Técnicas: a equipe produziu duas notas técnicas para qualificar os dados obtidos da rede socioassistencial referente a serviços não tipificados e capacidade de atendimento dos CRAS. **Projetos de Lei:** manifestação técnica sobre Projetos de Lei encaminhados pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP e outros órgãos, incluindo parecer do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial – PEPIR/SP e temáticas de projetos de lei referentes à garantia da saúde feminina da população vulnerável, declaração de instituições como de utilidade pública, discriminação, atuação de equipe multidisciplinar na rede pública estadual de educação básica, serviços a pessoas idosas em instituições de longa permanência, campanha de prevenção à violência doméstica, entre outros.

Webnário: lançamento do Guia Contribuições para Trabalho Social Culturalmente Adequado à Famílias Quilombolas com o objetivo de iniciar o processo de divulgação do guia pela SEDS, qualificando o conhecimento dos servidores estaduais e municipais da assistência social acerca da temática quilombola e favorecendo a interlocução com outras políticas e secretarias estaduais. Palestrantes: José Maurício Arruti - Professor Dr. do Departamento de Antropologia da UNICAMP, Elisabete Aparecida Pinto - Professora Adjunta I na UFB Campinas. Mestra em Ciências Sociais Aplicadas à Educação pela UNICAMP. Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP, Danilo Keiti Goto - Formado em Direito pela USP. Promotor de Justiça do Estado de São Paulo e Edgard Aparecido de Moura - Coordenador da Comissão Nacional de Soberania e Segurança Alimentar dos Agentes de Pastoral Negros.

Ações formativas e capacitações: Participação da I Reunião Descentralizada do Conselho Estadual do Idoso- CEI com a palestra "Desafios para a Proteção Social de Pessoas Idosas: Convivência, Participação e Oferta de Cuidado". Ação formativa sobre Etarismo e Atuação preventiva da Política de Assistência Social em alusão ao 15 de Junho – Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa para 26 DRADS na SEDS e nos municípios de Limeira, Boituva, Morro Agudo, Atibaia. Capacitação regional sobre Trabalho Social com Pessoas Idosas, atuação preventiva e convivência em serviços de Acolhimento Institucional em Instituição de Longa Permanência para Idosos, para municípios da DRADS Marília. Palestra em dois Encontros do Grupo de Estudo e Capacitação

Continuada de Trabalhadores do SUAS - GECCATS, com o tema Envelhecimento e Violência Silenciosa contra a Pessoa Idosa e Envelhecimento, Garantia de Direitos a Pessoas Idosas em ILPI. Encontro Regional Envelhecimento, Etarismo e Proteção Social – Desafios da Cena Demográfica Contemporânea para a Política de Assistência Social: Gestão e Trabalho Social com Pessoas Idosas no SCFV e nas ILPIS para profissionais dos municípios das DRADs Fernanadópolis e Vale do Ribeira). Palestra e debate no Fórum da Longevidade, no SESC Santos, sobre Envelhecimento e Políta de Cuidados, na Jornada da Longevidade do município de Santos. Capacitação técnica de formação para profissionais do SUAS "O papel profissional em cada nível de proteção para atendimento da população idosa" em São Carlos e municípios da DRADS Araraquara.

Programa Vida Longa: capacitação para 26 DRADS. Encontro regional de orientação técnica sobre gestão social do programa para municípios da DRADS Sorocaba. Visita de supervisão técnica, monitoramento e avaliação às unidades do Programa Vida Longa implantadas nos municípios de Bastos, Barretos e Bauru, em parceria com CDHU e DRADS.

Representação em espaços de articulação Intersetorial/Intersecretarial: Participação no Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT, Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas (CIAI), Grupo de Trabalho para a criação de um projeto visando mapear e identificar as Pessoas com Deficiência em Situação de Risco e Desastres no Estado de São Paulo e reunião descentralizada do Conselho Estadual do Idoso e do II e IV Encontro Estadual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI em Sorocaba e Ribeirão Preto.

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – CDS

Política de Assistência Social e Ações de Desenvolvimento Social

Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz: O Programa Criança Feliz (PCF) é uma iniciativa do governo federal e foi instituído pelo Decreto nº 8.869, de 05 de outubro de 2016, como parte da implementação do Marco Legal da Primeira Infância. O Programa atende gestantes, crianças de até 36 meses e suas famílias incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, crianças de até 72 meses e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC); e crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção. Os objetivos são: Promover o desenvolvimento infantil integral; Apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento da criança; Cuidar da criança em situação de vulnerabilidade até os seis anos de idade; Fortalecer o vínculo afetivo e o papel das famílias no cuidado, na proteção e na educação das crianças; Estimular o desenvolvimento de atividades lúdicas; Facilitar o acesso das famílias atendidas às políticas e serviços públicos de que necessitem. As ações são desenvolvidas de forma integrada, observando-se as competências dos entes federados e a articulação intersetorial. Para consecução dos objetivos do Programa, têm-se como principais componentes: a realização de visitas domiciliares periódicas, por profissional capacitado, e de ações intersetoriais que apoiem gestantes e famílias e favoreçam o desenvolvimento da criança na primeira infância; a capacitação e a educação permanente de profissionais que atuam no Programa e o desenvolvimento de conteúdo e material de apoio para o atendimento intersetorial e à promoção da parentalidade, com vistas ao desenvolvimento na primeira infância. No Estado de São Paulo, têm 217 municípios aderidos ao Programa por meio de termo de aceite e compromisso com meta de atendimento de 46.850 beneficiários. Atualmente, o Programa atende 22.337 crianças e 1.725 gestantes num total de 22.257 famílias visitadas e 139.350 visitas realizadas. O orçamento destinado ao Programa é gerenciado pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para todos os executores. As principais ações realizadas em 2023 além de orientações e apoio técnico contínuos aos municípios compreendem as ofertas de capacitações presenciais na metodologia do programa, sendo realizadas 2 turmas num total de 90 profissionais capacitados e 35 municípios monitorados presencialmente.

Programa São Paulo Amigo do Idoso: O Programa São Paulo Amigo do Idoso, instituído pelo Decreto Estadual nº 66.346/2021, objetiva promover amplo processo de mobilização regional, com foco no conceito de envelhecimento ativo da Organização Mundial de Saúde. É coordenado pela SEDS e envolve mais 13 Secretarias Estaduais, o Fundo Social de São Paulo e o Conselho Estadual do Idoso.

Centro Dia do Idoso – CDI: Equipamento de atendimento a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade ou risco social cuja condição requeira o auxílio de pessoas ou de equipamentos especiais para a realização de atividades da vida diária. Oferta serviço de Proteção Social Especial de média complexidade. Cada Centro Dia do Idoso possui capacidade de atendimento de 50 pessoas e

conta com investimento do Governo do Estado de R$ 500 mil por unidade. Em 2023 há 69 Centros Dia do Idoso em municípios paulistas distribuídos em 21 regiões.

Centro de Convivência do Idoso – CCI: É um equipamento de atendimento a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o envelhecimento ativo, saudável e autônomo. Cada unidade possui capacidade de atendimento de até 200 idosos, com investimento do Governo do Estado de R$ 250 mil por unidade. Entre 2010 e 2023 foram inaugurados 118 Centros de Convivência do Idoso em municípios paulistas distribuídos em 20 regiões.

Centro de Longevidade Ativa – CLA: Equipamento destinado a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e inclusão digital, no âmbito da Proteção Social Básica, sendo desenvolvidas atividades que contribuem no processo de envelhecimento saudável; assegurar espaço de encontro para os idosos e encontros intergeracionais de modo a promover a sua convivência familiar e comunitária; estimular a inclusão digital através de ações que insiram a pessoa idosa por meio do aprendizado; detectar necessidades e motivações e desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida; propiciar vivências que valorizem as experiências. Cada Centro de Longevidade Ativa possuirá capacidade de atender até 200 idosos e conta com investimento do Governo do Estado de R$850.000,00 por unidade, alocados em 8 municípios paulistas distribuídos em 7 regiões.

Vila Dignidade e Vida Longa: O Programa Vila Dignidade é voltado ao atendimento de idosos independentes e em situação de vulnerabilidade social. Visa à construção de equipamento público constituído de moradias adaptadas em pequenas vilas, integrado à rede de serviços do município. O Programa Vila Dignidade é uma parceria entre a SEDS, Secretaria da Habitação, Companhia Estadual de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e as prefeituras dos municípios paulistas. Atualmente há 18 unidades implantadas, com 356 unidades habitacionais e já foram inauguradas 18 Vilas. O Programa Vida Longa reformula o programa Vila Dignidade, com o objetivo de fortalecer a rede de proteção social dos beneficiários e preservar a autonomia em moradias adequadas ao ciclo de vida dos beneficiários. A reformulação do programa garante a oferta do serviço de acolhimento em república para idosos. O Programa Vida Longa foi lançado em 01/10/2019 e desde então já entregou 250 unidades habitacionais em 10 municípios. Em 2023 foram programadas a entrega de 78 unidades em 3 municípios.

Selo Paulista da Longevidade: O Selo foi criado com o objetivo de estimular os municípios e entidades públicas e da sociedade civil a implantarem ações referenciadas pelo Programa São Paulo Amigo do Idoso. O Selo certifica os municípios paulistas de acordo com boas práticas públicas voltadas às pessoas idosas. Para conquistar o Selo Inicial, Intermediário, Pleno e Platinum, é necessário cumprir ações obrigatórias e eletivas. Atualmente, 298 municípios paulistas contemplam o Selo, sendo 271 no nível Inicial, 20 municípios no Selo Intermediário e 7 no Selo Pleno.

Projeto Longevidade: O Projeto Longevidade surge como uma importante e necessária estratégia de articulação das políticas públicas setoriais para a promoção do envelhecimento ativo 50+ ao longo de todo o ciclo de vida. A SEDS tem como estratégia de implementação coordenar esforços de diferentes Secretarias de Estado e Municipais, cujas ações serão orientadas por eixos estratégicos: 1) Promoção do envelhecimento ativo - por meio da sensibilização da população e das entidades públicas e privadas; 2) Disseminação do conhecimento sobre o processo de envelhecimento; 3) Fomento de soluções inovadoras; 4) Otimização das oportunidades de saúde, participação, educação e sobretudo, proteção.

Programa Abriga SP: O Programa Abriga SP é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo que visa assegurar maior tempestividade e efetividade no enfrentamento de desastres, tanto de forma preventiva quanto no sentido de contingência. Trata-se de uma iniciativa intersetorial e intergovernamental, contando com a articulação de esforços entre diversos órgãos da gestão pública estadual e dos municípios afetados. Em 2023 foram realizadas ações de monitoramento das decretações e devido reconhecimento pelo Governo Estadual e Federal das situações de emergência e estados de calamidade pública e apoio técnico e orientações aos diretores de DRADS e gestores municipais de Desenvolvimento e Assistência Social visando ações de ajuda humanitárias às famílias e indivíduos atingidos. Houve também ações pontuais no primeiro semestre do ano com municípios que foram atingidos por fortes chuvas. No segundo semestre foi solicitado aos municípios que preencham um formulário para o levantamento das situações de desastres e calamidade nos municípios do Estado. O Decreto do Programa recebeu todas as aprovações da SEDS e se encontra em fase final de aprovação por parta da Casa Militar (Defesa Civil) e Casa Civil.

PROGRAMAS ESTADUAIS DE TRANSFERÊNCIA E GERAÇÃO DE RENDA

Ação Jovem: O Programa Ação Jovem objetiva promover a inclusão social de jovens de 15 a 24 anos, pertencentes a famílias com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo, mediante transferência direta de renda, como apoio financeiro temporário para estimular a conclusão da escolaridade básica, somada a ações complementares e de apoio à iniciação profissional. O programa Ação Jovem atende atualmente 2.651 jovens (dezembro de 2023). Ao longo de 2023 foram realizadas ações de acompanhamento de relatórios gerenciais - gestão de benefício; apoio técnico às DRADS, municípios e demais parceiros; atualização das metas no Sistema de Monitoramento de Programas e Ações do PPA – SIMPPA, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão e COAG – Cadastro de Obras e Ações do Governo, da Casa Civil bem como o acompanhamento da ação dentro do Programa Bolsa do Povo com reuniões periódicas com a Prodesp.

Renda Cidadã e Renda Cidadã – Benefício Idoso: O Programa Renda Cidadã objetiva atender famílias em situação de vulnerabilidade (com renda mensal familiar per capita de até meio salário-mínimo) mediante ações complementares e transferência direta de renda. O Programa atende atualmente 12.092 famílias (dezembro de 2023). Já o Programa Renda Cidadã – Benefício Idoso objetiva atender pessoas com oitenta anos ou mais, que integram famílias com renda mensal familiar per capita de até meio salário-mínimo, mediante transferência direta de renda, atualmente atende 328 idosos (dezembro de 2023). Durante o ano de 2023 foram realizadas reuniões e encontros com a equipe técnica para acompanhamento e socialização dos programas da Coordenadoria de Desenvolvimento Social (CDS) da SEDS; orientações às DRADS e municípios sobre o conteúdo técnico do Programa Renda Cidadã e Renda Cidadã Benefício Idoso e seus respectivos aplicativos de gestão; atualização mensal de metas e recursos do Programa Renda Cidadã e Renda Cidadã Benefício Idoso (série histórica); acompanhamento de relatórios gerenciais - gestão de benefício, monitoramento de metas e condicionalidades; atualização das metas no Sistema de Monitoramento de Programas e Ações do PPA – SIMPPA, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão e COAG – Cadastro de Obras e Ações do Governo, da Casa Civil.

Bolsa do Povo – Vale Gás: Ao longo de 2023 a SEDS atuou junto com a SEGOV e Prodesp na formulação e implementação do Vale Gás em atividades relacionadas aos pagamentos retroativos solicitados por famílias beneficiárias.

Prospera Família: O Prospera Família é um programa de desenvolvimento humano que oferece ao beneficiário a oportunidade de elaborar um projeto de vida próprio acompanhado de um tutor, cursos de capacitação técnica e um incentivo financeiro para apoio ao consumo e poupança/ativo para investir em seu projeto de desenvolvimento pessoal. O objetivo principal do Programa é promover mobilidade social de famílias e romper com o ciclo intergeracional de perpetuação da pobreza por meio da proteção integral, inclusão produtiva e estímulo à geração de renda das famílias em situação de vulnerabilidade. Paralelamente, busca-se incentivar o beneficiário a ser um vetor de mudança, agente ativo para o desenvolvimento pessoal, familiar e comunitário. O público-alvo são famílias monoparentais, em situação de pobreza e extrema pobreza, com filhos de 0 a 6 anos, cadastro único com atualização de até 24 meses e não concluintes da edição anterior do programa.
A metodologia engloba a realização de projeto de vida, tutoria, capacitação profissional e transferência de renda. O Programa propõe-se a fortalecer o SUAS por meio de ações integradas e complementares aos serviços socioassistenciais dos CRAS, visando à proteção e ao desenvolvimento integral das famílias beneficiárias. A gestão do programa é de responsabilidade da SEDS em parceria com os municípios participantes e instituições parceiras. O Programa tem prazo de execução prevista de 12 meses.
A segunda edição do programa teve início em 2023. Ao final desta edição se formaram 5.557 beneficiárias provenientes de 47 municípios classificados dentre os 60% mais pobres do Estado de São Paulo e com investimento de mais de R$ 90 milhões.

ACESSUAS Trabalho (colocar ações do ano): O Programa Acessuas Trabalho objetiva orientar os usuários da política social sobre questões afetas ao mundo do trabalho, promover atividades que permitam aos usuários reconhecerem suas potencialidades, viabilizar acesso a direitos e serviços, acompanhar a trajetória de usuários no mundo do trabalho.
O Acessuas tem como público de suas ações, a população urbana e/ou rural, em situação de vulnerabilidade e risco social, residente em municípios integrantes do Programa, com idade de 14 a 59 anos. Tem prioridade para a participação os usuários de serviços, projetos, programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais, com atenção especial para os públicos prioritários do Programa.

Nº de municípios que participam do Programa: 63 municípios.
Perfil dos 63 municípios:
Metrópole: 2 (acima de um milha de habitantes)
Porte Grande: 40 municípios (acima de 100 mil habitantes)
Porte Médio: 7 municípios (de 50 mil a 100 mil habitantes)
Porte Pequeno II – 11 municípios (de 20 mil a 50 mil habitantes)
Porte Pequeno I – 3 municípios (até 20 mil habitantes)

No Exercício de 2023 o programa teve novas diretrizes vindas do governo federal e o Estado realizou uma reunião com as DRADS passando as novas orientações federais sobre o Programa. Foi feito um levantamento com os municípios aderidos ao programa para mapear como está a execução do programa.

Programa Bolsa Família: O novo Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades instituído pela Lei 14.601 de 19 de junho de 2023 destinado a famílias em situação de pobreza o Programa em 2023 atendeu 2.651.678 famílias transferindo diretamente aos beneficiários um total de R$ 15.916.977.568,00.A Gestão Estadual do Programa Bolsa Família realizou no ano de 2023 atividades presenciais e virtuais junto as Diretorias Regionais de Assistência Social e Municípios; reuniões com Ministério da Cidadania; reuniões entre as coordenações estaduais do Programa para preparação de material em conjunto; encontros virtuais de apresentação e orientações às DRADS e municípios sobre o conteúdo técnico do novo Programa Bolsa família; Apresentação do Novo Bolsa Família para o COEGEMAS em Votuporanga; Encontro Regional Sudeste do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família; Abertura da Rodada de Segurança de Renda no SUAS com as participação das Metrópoles, municípios da Região Metropolitana e as Diretorias Regionais da Capital – São Paulo, Grande São Paulo ABC- Santo André, Grande São Paulo Leste- Mogi das Cruzes, Grande São Paulo Norte- Guarulhos, Grande São Paulo Oeste- Osasco; Rodada de Segurança de Renda no SUAS com as DRADS de Campinas, Vale do Ribeira, Baixada Santista, Fernandópolis, Bauru, Botucatu e os respectivos municípios; Encontro de Formação de metodologia dos MUPS- Municípios Prioritários (que apresentam os piores indicadores do Programa).

Benefício de Prestação Continuada - BPC: O Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei Federal nº 8.742/1993 e o Decreto Federal nº 6214/2007 e suas alterações. O BPC integra a Proteção Social Básica no âmbito do SUAS e garante segurança de renda no valor mensal de um salário-mínimo a pessoa idosa com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. No ano de 2023 no Estado de São Paulo, o programa beneficiou 406,5 mil pessoas com deficiência e 514,4 mil pessoas idosas perfazendo um total de 920,9 mil transferindo diretamente aos beneficiários um total de R$ 11.536.530.983,01 no ano. A Gestão do Programa realizou a Rodada de Segurança de Renda no SUAS com as DRADS de Campinas, Vale do Ribeira, Baixada Santista, Fernandópolis, Bauru, Botucatu e os respectivos municípios.

BPC na Escola: O Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das crianças e adolescente até 18 anos com deficiência, beneficiárias do BPC tem por objetivo promover a qualidade de vida e o direito de acesso e permanência na escola das crianças e adolescentes com deficiência, por meio de ações articuladas entre as áreas da saúde, educação, assistência social e direitos humanos. O programa tem como meta a inclusão e permanência na escola de mais de 20 mil crianças e adolescentes até 18 anos e a adesão dos 160 municípios que ainda não participam do Programa, além da ampliação do acompanhamento social de todos os beneficiários e suas famílias. O programa tem como diretriz o trabalho intersetorial por meio de seu Grupo Gestor Estadual e a ampliação dos planos intersetoriais municipais envolvendo, essencialmente as Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: A Coordenadoria de Desenvolvimento Social coordenou as ações em 2023: O apoio técnico e assessoria às gestões de assistência social e equipes técnicas municipais. Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente realizou: 06 reuniões ordinárias da comissão com os representantes das Secretarias de Justiça e Cidadania, Educação, Desenvolvimento Econômico, Saúde e Desenvolvimento Social. Foram produzidos materiais vídeos e cards para circulação em redes sociais. Realização de dois encontros estaduais com a participação de aproximadamente 500 técnicos municipais e estaduais. A minuta do plano estadual de erradicação de trabalho infantil tramitou nas 05

secretarias de Estado, CONDECA e CONSEAS com sugestões de adequação e recomendação ao Governo do Estado para publicação. A Comissão Estadual participou de reuniões on-line com a Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS com o técnico de referência para o PETI em âmbito nacional.

Benefícios Eventuais: Os Benefícios Eventuais são uma forma de proteção social temporária e complementar às demais políticas de assistência social. Eles fazem parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e visam garantir o atendimento de necessidades básicas e urgentes de indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade ou risco social.
São concedidos em quatro modalidades: Natalidade: para atender as necessidades básicas da mãe gestante e do bebê que vai nascer, como roupas, fraldas, leite e material de higiene pessoal; Morte: para atender as necessidades urgentes da família, como transporte, sepultamento e documentação e taxas; Vulnerabilidade temporária: para atender as necessidades básicas e urgentes de indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade temporária, como perda de emprego, renda ou moradia; Calamidade pública: para atender as necessidades básicas e urgentes de indivíduos e famílias que se encontram em situação de calamidade pública, como enchentes, secas, incêndios e outros desastres naturais.
No ano de 2023 foi realizada uma reunião com todas as DRADS, orientando sobre as questões do cofinanciamento de 2023. Outras 4 capacitações foram realizadas com apenas uma DRADS e seus respectivos municípios: Público-alvo: Gestores e Técnicos Municipais da Assistência Social sob a jurisdição da DRADS. Assunto abordado: segurança de renda no suas: o Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e Benefícios eventuais. O Estado participa do cofinanciamento para os municípios, no exercício de 2023 o valor de repasse foi de R$ 25.412.729 para 592 municípios elegíveis ao cofinanciamento.

COORDENADORIA DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS - COED

A Coordenadoria de Políticas sobre Drogas do Estado de São Paulo (COED) da Secretaria de Desenvolvimento Social responsável por organizar as ações estratégicas da Política sobre Drogas do Eixo Assistência Social e Reinserção Social, art.5º do Decreto Estadual 67.642/2023 que regulamentou a Lei Estadual 17.183/2019, além disto, promove a interlocução com as demais políticas públicas com o objetivo de ofertar uma rede de prevenção ao uso de drogas, proteção, cuidado e reintegração social às pessoas com problemas devido ao uso de drogas e cuidados com os familiares de dependentes químicos.
É importante ressaltar que no ano de 2023 o Decreto Nº 67.642 de 10 de abril de 2023 regulamentou a Lei nº 17.183, de 18 de outubro de 2019, que institui a Política Estadual sobre Drogas, desta maneira, os contratos administrativos e instrumentos congêneres celebrados no âmbito das Secretarias de Estado para execução das ações referentes ao Programa Estadual de Políticas sobre Drogas - "Programa Recomeço: uma vida sem drogas", passam a vincular-se à execução da Política Estadual sobre Drogas , ou seja os órgãos das Secretarias de Estado incumbidos de executar as ações do Programa Estadual de Políticas sobre Drogas - "Programa Recomeço: uma vida sem drogas" são competentes para executar a Política Estadual sobre Drogas. As Secretarias da Saúde, de Educação, de Desenvolvimento Social, de Desenvolvimento Econômico, da Justiça e Cidadania, da Segurança Pública, de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da Fazenda e Planejamento adotarão, em seus respectivos âmbitos de atuação, as providências necessárias ao cumprimento deste decreto.

Revolução na rede estadual para enfrentamento da dependência química
A rede de serviços de acolhimento terapêutico para dependentes químicos, no estado de SP, passou por uma verdadeira revolução com inovações em três aspectos: prevenção, intervenção e evolução metodológica:

Intervenção – A atual gestão do estado inovou ao lançar o **Programa de Casas Terapêuticas – Resolução SEDS/COED 48/2023 -** voltado, especificamente, para dependentes químicos com longa vivência de rua e sem vínculos familiares. Com tratamento dividido em 04 fases, os acolhidos reaprendem o autocuidado, a construir uma comunicação não violenta, a viver e cuidar de uma casa, desenvolvimento de novas habilidades sociais, construção do Projeto de Vida. São encaminhados para capacitação e recolocação profissional até conquistarem autonomia de moradia e renda. As unidades devem trazer a referência de um LAR e devem localizar-se em bairros centrais, próximos a corredores de transportes públicos e demais rede de serviços e estar distante das cenas de abertas de uso de drogas. É importante destacar que a localização e a ambientação fazem parte do processo metodológico que tem por objetivo a recuperação e reintegração social associado a superação da situação de rua. O processo terapêutico pode durar até 2 (dois) anos e os residentes contam com os

seguintes profissionais: coordenador de serviços, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, mentores e tutores. Tem por base os seguintes referenciais teóricos: Competências e Habilidades, Ecologia do Desenvolvimento Humano, Pilares da Educação, além dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
Foram inauguradas 3 (três) unidades masculinas e 1 (uma) unidade Feminina e LGBTQIA+ sendo: São Paulo (duas unidades), Guarulhos e Osasco.

Prevenção – Também lançado nesta gestão, o novo serviço denominado **Espaço Prevenir** é dedicado ao cuidado das pessoas que sofrem devido ao consumo de drogas, podendo ser o próprio dependente que está em recuperação ou familiares e amigos. Com equipe técnica composta de assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, cada unidade oferta os seguintes serviços:

i. Atendimento aos familiares de dependente químicos com objetivo de auxiliá-los a romper com a Co-dependência, suporte emocional, a se reconhecerem para além de familiar de dependente químico, a manejar situações de uso e prevenir o rompimento de vínculos.
ii. Aqueles que se encontram em fase final ou que já terminaram o tratamento. O objetivo é a prevenção de recaídas e do rompimento de vínculos familiares, construção de uma rede social e comunitária saudável, suporte no manejo de crises, apoio a inserção no mundo do trabalho e demais demandas de políticas públicas.

É importante informar que as unidades rompem com as lógicas de funcionamento de serviços públicos e diante da demanda, realizam teleatendimento, funcionam de terça a sexta-feira no período de 12h a 21h e aos sábados de acordo com a necessidade do público atendido.
Foram inaugurados 4 (quatro) unidades: São Paulo, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto.

Evolução metodológica de comunidades terapêuticas para Serviços de Acolhimentos Terapêuticos– agora, o período de acolhimento(tratamento) nas antigas CTs contam com duas fases: comunitária e residencial. Na fase comunitária, os acolhidos (sem vivência de rua e com algum vínculo familiar) passam por acolhimentos terapêuticos comunitários. Já na fase residencial, os acolhidos mudam para uma unidade com ambientação residencial, o mais próximo de um LAR, com capacidade de até 15 pessoas, onde são encaminhados e apoiados para retornar aos estudos e ao mercado de trabalho, conquistar autonomia de renda e ter recursos internos para enfrentar os desafios do dia a dia. Também nesta fase tem acompanhamento psicológico e terapia familiar com o objetivo de superar as dores e dificuldades de convivências oriundas do período de uso de drogas.
No reordenamento do Serviço de Acolhimento Terapêutico, 15(quinze) unidades evoluíram do modelo de Serviço de Acolhimento Terapêutico Comunitário para Serviço de Acolhimento Terapêutico Híbrido (duas etapas: comunitário + residencial).

Gestão: Com o objetivo de melhorar os serviços prestados junto a população a equipe técnica da Equipe implantou duas diferentes formas de pagamento, sendo:
Pagamento por Resultados – aplicado às OSCs do Termo de Colaboração em Rede- foram definidas 3 (três) metas com diferentes Scores, no caso de cumprimento das metas, a OSC tem direito ao Pagamento por Resultados, conforme a Resolução SEDS/COED 57/2022.
Pagamento por Desempenho – aplica-se aos Serviços de Acolhimento Terapêutico Residencial – refere-se a um adicional nos casos de resultados atingidos acima do esperado, de acordo com a Resolução SEDS/COED 48/2023.

Jornada de cuidado e proteção à pessoa com dependência química da política sobre drogas
Entrada no Serviço: sempre através de um equipamento público de saúde – CAPS- AD, CAPS, HUB (cidade de São Paulo, cena aberta de uso da região central), Unidades de Saúde.
Suporte- Casas de Passagens – unidade específica para as pessoas ficarem enquanto aguardam o resultado de exames e posteriormente, serem encaminhadas aos Serviços de Acolhimento Terapêutico.
Acolhimento – refere-se à reorganização psicossocioemocional e recuperação dos danos causados pelo uso de drogas. O serviço é desenvolvido em parceria com a rede de serviços públicos e conta com as seguintes modalidades:

i. Serviços de Acolhimento Terapêutico Comunitário – atualmente possui 21 (vinte e uma) unidades;
ii. Serviços de Acolhimento Terapêutico Híbrido (fase comunitária) - atualmente possui 15 (quinze) unidades e;
iii. Serviços de Acolhimento Terapêutico Residencial – Fase Acolher e Despertar – possui 4 (quatro) unidades.

AUTONOMIA- refere-se a reintegração social e possui os seguintes equipamentos:

i. Repúblicas – destina-se a pessoas que após o processo de acolhimento terapêutico, nãopossuem renda, capacidade de autossustento e moradia - atualmente, a rede possui 8 (oito) unidades,num total de 119 (cento e dezenove) vagas.

ii. Serviço de Acolhimento Terapêutico Híbrido – fase residencial – atualmente a rede possui 15 (quinze) unidades.

iii. Serviço de Acolhimento Terapêutico Residencial – Casa Transformar – atualmente possui 60 (sessenta vagas).

APOIO – ESPAÇO PREVENIR – desde a inauguração, no ano de 2023, foram atendidas mais de 1.500 (mil e quinhentas) pessoas, de forma presencial ou online, individual ou em grupo.

Principais ações da Política sobre Drogas do Governo do Estado no âmbito da SEDS/COED em 2023

Parcerias com Organizações da Sociedade Civil:

i. Termo de Atuação em Rede **-** 2º Aditamento com a OSC Celebrante Samaritano São Francisco de Assis para a execução do Termo de Atuação em Rede que compreende:

a. Gerenciamento da rede e portas de entrada.

b. Monitoramento e Fiscalização da rede de Serviços de Acolhimento Terapêutico Comunitário, Serviço de Acolhimento Terapêutico Híbrido e Repúblicas o que compreende 1.420 (mil e quatrocentas e vinte) vagas e 46 (quarenta e seis) unidades operacionais distribuídas em todo o Estado de São Paulo).

c. Contrato com as 36 (trinta e seis) OSC que executam os Serviço de Acolhimento Terapêutico Híbrido e Repúblicas.

d. Execução das unidades dos ESPAÇOS PREVENIR.

ii. Termo de Colaboração para a execução de Casa de Passagem – OSC Samaritano –

iii. Termo de Colaboração para a execução do Serviço de Acolhimento Terapêutico Residencial Masculino – OSC ABCP- em São Paulo.

iv. Termo de Colaboração para a execução do Serviço de Acolhimento Terapêutico Residencial Masculino – Instituto Renovar – em Guarulhos.

v. Termo de Colaboração para a execução do Serviço de Acolhimento Terapêutico Residencial Masculino – IRMA – em Osasco.

vi. Termo de Colaboração para a execução do Serviço de Acolhimento Terapêutico Residencial Feminino e LGBTQIA+ - São Paulo.

Sobre a Fiscalização da Rede de Políticas sobre Drogas constituído através do Termo de Colaboração com Atuação em Rede. Atualmente 317 (trezentos e dezessete) municípios paulistas possuem acesso ao Sistema de Vagas para encaminhamento de pessoas adultas para os serviços de atendimento e acolhimento terapêutico da rede de Políticas sobre Drogas.

a. A COED realizou 33 (trinta e três) Supervisões/fiscalizações *in loco* e online com a rede, por meio das plataformas Zoom e Teams, para suporte e avaliação do cumprimento das metas e atividades estabelecidas em Plano de Trabalho;

b. A OSC Celebrante Samaritano realizou 298 (duzentos e noventa e oito) supervisões, fiscalizações e monitoramento in loco às OSCs Executoras de Serviços.

c. A COED realizou 45 (quarenta e cinco) reuniões com a OSC Celebrante Samaritano para suporte técnico e monitoramento dos serviços prestados.

Controle e Gestão financeira: Foram realizadas 20 supervisões administrativa e financeira nas organizações da Rede da Política sobre Drogas, 7 capacitações, 300 horas de treinamento e acompanhamento presencial em prestação de contas, 23.453 documentos analisados no ano de 2023.

Reintegração social: Foram realizadas:

a. A COED realizou *in loco* 62 visitas técnicas para averiguar o funcionamento dos serviços, qualidade das estruturas físicas, metodologia de intervenção e alinhamento ao Plano de Trabalho.

b. Foram realizadas 43 (quarenta e três) supervisões técnicas, sendo 21 presenciais e 22 remotas, revisando documentos, alinhando metas com as OSCs e esclarecendo dúvidas.

c. Foram realizadas 10 (dez) capacitações com o objetivo de treinamento das equipes para a execução da metodologia de acordo com o desenho da equipe técnica da COED.

Demais ações e expedientes:

i. Realização de 2(dois) Seminários Regionais de Políticas sobre Drogas – em São José do Rio Preto e Sertãozinho- o que somou mais de 800 (oitocentos) participantes.

ii. Duas capacitações técnicas e metodológicas para os profissionais dos Serviços de Acolhimento terapêutico Híbrido, totalizando 74 (setenta e quatro);

iii. Recepção de delegações de outros estados para conhecer os serviços da Política sobre Drogas do Estado de São Paulo;

iv. Foram realizadas 51 (cinquenta e uma) reunião com profissionais da rede e de diversas políticas públicas;

v. Apoio e suporte às vítimas da calamidade pública de São Sebastião – foram 06 (seis) dias in loco.

Total de pessoas atendidas pela rede de políticas sobre drogas - até 30/11/2023

Casas de Passagens – 2.424 (duas mil quatrocentos e vinte e quatro) pessoas.
Serviços de Acolhimento Terapêutico Comunitário e Serviço de Acolhimento Terapêutico Híbrido – 4.896 (quatro mil oitocentos e noventa e seis) pessoas.
Repúblicas – 129 (cento e vinte e nove pessoas).
Casas Terapêuticas – 277 (duzentas e setenta e sete) pessoas.
Espaço Prevenir – MAIS DE 1.500 (mil e quinhentas) pessoas.
Importante destacar: Somente da cena de aberta de uso da região central foram acolhidos 2.226 (duas mil duzentas e vinte e seis) pessoas encaminhadas pelo HUB.

COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA - CGE

Gestão de Cadastros - Plano Estadual de Capacitação nos Novos Formulários do Cadastro Único para Programas Sociais: O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda permitindo conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias em todo o país. A gestão desse cadastro é feita pelo Governo Federal por meio do atual Ministério da Cidadania e cabe ao governo de cada unidade da federação o acompanhamento, a coordenação do processo de cadastramento em âmbito estadual, bem como o apoio às atividades de capacitação dos municípios. Em 2023, a Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE), por meio do Grupo Gestão de Cadastros, realizou 27 turmas de capacitações, habilitando 684 técnicos municipais como Entrevistadores de Formulários do Cadastro Único. Já para Operadores do Sistema do CadÚnico foram realizadas 30 turmas de capacitação totalizando 718 técnicos municipais habilitados. Também foram habilitados 47 novos instrutores de formulários que atual como multiplicadores nos municípios.

Gestão de Cadastros – Encontro Regional Sudeste – Cadastro Único e Programa Bolsa Família: Realizado no município de Belo Horizonte em Minas Gerais, no mês de setembro, o encontro teve como objetivo promover espaços de intercâmbio de conhecimentos e experiências entre as coordenações estaduais e municipais dos territórios de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro. O foco das discussões e trocas entre os representantes, foi o aprimoramento da gestão do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social (PROCAD-SUAS), do Cadastro Único para Programas Sociais e do Novo Programa Bolsa Família. Do Estado de SP, participaram 26 municípios representando as 26 Diretorias Regionais da Seds.

Sistema Pró-Social: Consiste em um sistema informatizado, instituído pelo Decreto Estadual nº 52.803/2008, destinado ao cadastramento de organizações da área de atuação preponderante da Assistência Social, bem como realiza cadastros de Programas, Projetos e Serviços, ofertados por organizações de outras áreas de atuações, com inscrição nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS), cujos serviços socioassistenciais ofertados devem estar em consonância com a Resolução CNAS nº 109/2009. As entidades e organizações cadastradas no Sistema Pró-Social – Módulo Instituições são beneficiadas pelo Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal (Programa Nota Fiscal Paulista) e por emendas (indicações) parlamentares estaduais. A SEDS/CGE é responsável pela gestão do sistema: monitora os dados cadastrais, informa e orienta as DRADS a respeito das correções ou alterações na ferramenta. Merecem destaque os atendimentos para operacionalização do Sistema Pró-Social – Módulo/Instituições, bem como orientações sobre a legislação do SUAS e das certificações das organizações de assistência social e de outras áreas de atuações, por meio do “Fale Conosco SEDS”, e-mail, presencialmente e através de ligações telefônicas. Tendo em vista o grande volume de organizações cadastradas, bem como a falta de recursos humanos tanto na DRADS CAPITAL, como na DRADS GDE SP OESTE, a gestão do Sistema Pro Social decidiu auxiliar estas duas DRADS nas inclusões/atualizações cadastrais. No ano de 2023, até dezembro, foram realizadas

230 inclusões/atualizações cadastrais de organizações da área de abrangência da DRADS CAPITA, bem como foram realizadas 55 inclusões/atualizações cadastrais de organizações da área de abrangência da DRADS GDE SP OESTE. Estão cadastradas no Sistema Pro Social e com o status de ativas, 2.303 organizações da área da assistência social. Estão também cadastradas e ativas no Pró-Social 1.081 Unidades Prestadoras de Serviços (UPS). Os cadastros ativos de programas e projetos, ofertados por organizações de outras áreas de atuações, somavam 75 e os cadastros dos serviços socioassistenciais, também ofertados por organizações de outras áreas de atuações totalizavam 444, com o status de ativos no sistema (dados extraídos do banco de dados do dia 13/12/2023). Também ao longo de 2023 foram feitos encaminhamentos de normativos e conteúdos técnicos para as DRADS, órgãos gestores municipais, conselheiros dos CMAS e para as organizações da sociedade civil, visando orientações nas ofertas dos serviços socioassistenciais, bem como normativas diversas frente a Política da Assistência Social e referente a certificações das organizações da sociedade civil. No ano de 2023 foram realizadas Capacitações do Sistema Pro Social (presencial) com as seguintes DRADS: Ribeirão Preto, Barretos, Franca, Marilia, Bauru, Mogiana, GDE SP LESTE, Sorocaba, Araraquara, São Jose do Rio Preto, Vale do Ribeira, Bauru, Botucatu, Alta Sorocabana, Campinas e Fernandópolis. Neste ano, foram realizados três Encontros com as Organizações da Sociedade Civil, nas regiões de Bauru, Ribeirão Preto e Presidente Prudente, com a colaboração das DRADS e da EDESP, bem como participamos como convidado/palestrante de um Encontro com as Organizações localizadas no município de Carapicuiba, em parceria com a SASC - Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Carapicuiba/Prefeitura Municipal de Carapicuiba. Além disto, participamos como convidado/palestrante de um Encontro na ALESP, com as Organizações da Sociedade Civil da região de Santo André. Com relação ao monitoramento dos dados cadastrais das organizações da sociedade civil cadastradas no Sistema Pro Social, iniciamos este controle, enviando mensalmente os seguintes Relatórios para todas as DRADS: Relatórios das organizações tanto da área da assistência social, como de outras áreas de atuações, com o mandato da Diretoria Vencido e Relatórios com as Inscrições nos CMASs vencidos, solicitando a regularização/atualização. Apresentamos ainda Projeto de Melhorias no Sistema Pró-Social e nos processos de cadastramento de organizações, visando tornara ferramenta mais dinâmica e funcional.

Avaliação e Monitoramento: Atualmente o grupo de avaliação e monitoramento, visando cumprir com sua missão institucional, utiliza, sobretudo, os seguintes softwares para elaboração de seus relatórios, painéis e demais atividades: RStudio, software livre usado para tratamento, organização e análises de dados; Power BI, software da Microsoft, usado para disseminação e apresentação de indicadores e informações; e QGis, software livre para elaboração de mapas. Atualmente, a equipe mantém 23 painéis elaborados em Power BI sobre os programas, serviços e processos de responsabilidade da SEDS. Destes painéis, 6 foram criados neste ano de 2023: Processo de averiguação cadastral; Plano Estadual de Assistência Social; População Idosa no Cadastro Único; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Sistema Pró-Social; e Capacitação de operadores do Cadastro Único. Cabe destacar que todos os painéis passam por constante processo de aperfeiçoamento, de modo a garantir que a informação apresentada seja suficiente e adequada para subsidiar a tomada de decisão. Destaca-se ainda que em 2023 foi reelaborado um relatório para cada Diretoria Regional sobre perfil de vulnerabilidades observados no cadastro único.

Geoprocessamento: O Grupo de Geoprocessamento, vinculado à Coordenadoria de Gestão Estratégica, tem como atribuição a elaboração de mapas temáticos e/ou georreferenciados para compor tanto estudos autorais sobre temas específicos – situação de pobreza, situação de rua, trabalho infantil e outros - quanto abordagens espaciais voltadas às ações, tais como: 1) Monitoramento e avaliação de programas e projetos implantados no âmbito estadual, sob demanda direta das áreas técnicas responsáveis; 2) Elaboração do diagnóstico socioterritorial que orienta as diretrizes do Plano Estadual de Assistência Social – PEAS, assim como na elaboração do próprio Plano; 3) Aporte de subsídios para a concepção de programas e projetos estaduais da área de desenvolvimento social, sob demanda direta dos gestores; 4) Manutenção periódica da cartografia de base da área do desenvolvimento social publicada no site da SEDS; 5) Elaboração de Atlas compostos por recortes espaciais e temáticos de interesse da área de desenvolvimento social para subsidiar ações locais e regionais.

No ano de 2023, a produção do Geoprocessamento, e ações correlatas, para o acervo de mapas incluiu:

i. Publicação dos dois Atlas Digitais da **Situação de Pobreza e Extrema Pobreza no Estado de São Paulo**, produzidos em 2020 e 2021, no site da SEDS, em área aberta ao público;

ii. Elaboração de dois Atlas Digitais para **Averiguação Cadastral de Famílias em Situação de Pobreza no CadÚnico**, por setor censitário, em conjunto com o georreferenciamento das unidades de

Centros de Referenciamento de Assistência Social - CRAS. Os mapeamentos visaram a subsidiar ações conjuntas de Estado e Municípios na regularização de inconsistências detectadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social, em relação a dois critérios do Cadastro Único: Critério Renda e Critério Família Unipessoal. Os mapas foram adotados pela SEDE nas capacitações dos agentes locais e regionais (Municípios e DRADS): **Total de 1342 mapas** (Estado, DRADS e Municípios);

iii. **Atlas do Selo Paulista de Longevidade – SPL** – Mapeamento temático realizado sobre os recortes espaciais de Macrorregião e DRADS, voltado a retratar a expansão e abrangência do Programa São Paulo Amigo do Idoso nos municípios paulistas, certificados com o SPL por boas práticas na área. **Total: 34 mapas** (26 DRADS, 7 Macrorregiões e 1 Estado);

iv. Pro-Social – Mapeamento das Organizações da Sociedade Civil – OSC Cadastradas/Ativas no Sistema Pro-Social e da Oferta de Serviços Socioassistenciais por Mantenedoras e Unidades Prestadoras de Serviços (UPS) nos Municípios. **Total: 2 Mapas (**Estado**);**

v. **PEAS - Plano Estadual de Assistência Social 2024-2028 –** Mapeamento de variáveis do CadÚnico para subsidiar o diagnóstico socioterritorial e o PEAS 2024-2028. **Total: 42 mapas temáticos** sobre 10 variáveis correlacionadas

Disseminação de Informações: No que tange ao grupo de Disseminações de informações, no ano de 2023 foram realizadas reuniões de planejamento e organização dos processos internos de disseminação de informações. Assim, houveram reuniões com 14 Diretorias Regionais para levantamento de demandas e organização de envio das informações necessárias para otimização do trabalho realizado pelo núcleo de Supervisão e pelo Núcleo de Convênios, bem como para a gestão da regional como um todo. As reuniões se deram com as seguintes Diretorias Regionais: 1) Alta Noroeste; 2) Alta Sorocabana; 3) Araraquara; 4) Avaré; 5) Bauru; 6) Campinas; 7) Capital; 8) Grande São Paulo Leste; 9) Itapeva; 10) Marília; 11) Mogiana; 12) Piracicaba; 13) São José do Rio Preto; 14) Sorocaba. As reuniões com as Diretoria Regionais foram realizadas conforme disponibilidade de agenda das equipes, tanto das regionais, quanto do Grupo de Disseminação de Informações. Assim, as reuniões com as Diretorias Regionais faltantes serão realizadas em 2024. Participamos ainda de dois Encontros do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Estado de São Paulo, um na cidade de Sorocaba e outro em Ribeirão Preto. Um servidor do grupo foi ainda destacado para acompanhar e colaborar na realização de 8 capacitações sobre o Sistema Pró-Social, gerido também por esta Coordenadoria. Por fim, destaca-se a realização de encontros conjuntos com o grupo de cadastro do Cadastro Único para apresentação dos relatórios de perfil de vulnerabilidades regionais em 7 Diretorias Regionais que contou com a presença de servidores e gestores municipais para debate sobre os indicadores e dados apresentados.

COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COSAN

PROGRAMA BOM PRATO

Criado em 28 de dezembro de 2.000, o programa Bom Prato tem como objetivo oferecer refeições saudáveis e de alta qualidade a um custo acessível à população em vulnerabilidade social. Há 23 anos, o valor das refeições permanece inalterado: Almoço e jantar a R$ 1,00 e café da manhã a R$ 0,50.

O Programa está interligado a Secretaria de Desenvolvimento Social e administrado pela Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional – COSAN; que orienta, acompanha, monitora e executa a gestão dos convênios com as Organizações da Sociedade Civil-OSCs, sem fins lucrativos. Os restaurantes Bom Prato, fazem parte da estratégia de combate a fome do Estado de São Paulo.

Modalidades de Atendimento:

Bom Prato Fixo: unidades fixas com estrutura de cozinha industrial para a produção das refeições e salão/refeitório de atendimento para ~~a~~ distribuição e consumo das refeições no local.

~~i.~~ As refeições do almoço e jantar são compostas pelos seguintes itens: Arroz, feijão, Prato principal, Guarnição, Salada e Sobremesa. Já o café da manhã é composto por: uma bebida, um pão recheado (manteiga, requeijão ou frios) e uma fruta.

~~ii.~~ **Bom Prato Móvel**: unidades móveis para atender as pessoas que tem dificuldades de deslocamento (seja por condições financeiras de custo com transporte ou por alguma particularidade), levando refeições nas regiões que concentram grande densidade populacional, em bolsões de pobreza, de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.

~~iii.~~ As refeições são preparadas e embaladas nos restaurantes fixos sob supervisão de uma equipe de nutricionistas. O transporte dos alimentos é feito em caixas hotbox para garantir a segurança sanitária e a temperatura das refeições, e o preço unitário das refeições é de R$ 1,00, mesmo valor das refeições em todos os restaurantes fixos do programa.

~~iv.~~ **Emergencial**: pandemia, calamidades, áreas de risco, noites solidárias de inverno, aos refugiadose demais necessidades que se fizerem presente.

~~v.~~ **Briefing Bom Prato 2023**

~~vi.~~ O Restaurante Popular Bom Prato foi concebido para oferecer refeições de qualidade com alto teor nutricional a preços acessíveis à população de baixa renda. Cada unidade do Restaurante Bom Prato gera de 10 a 20 empregos diretos. As OSCs gestoras são responsáveis pela operacionalização das unidades, trâmites administrativos que incluem a contratação dos profissionais, compra dos alimentos, manutenção de equipamentos, cobertura de aluguéis e pagamento de contas de água, luz e gás.

~~vii.~~ Em 2023, há 117 unidades em funcionamento, sendo 73 fixas e 44 móveis, responsáveis por oferecer 36.639.102 de refeições de janeiro a dezembro de 2023. Das 117 unidades, 57 oferecem jantar. Foi inaugurada, ainda em 2023, 01 unidade de Bom Prato Refeitório, um novo conceito de atendimento.

Em setembro de 2023, foram inaugurados 7 BPM (Diadema, Itapevi, Itaquera, Limeira, Parelheiros, São Bernardo do Campo II, Taubaté)

Em novembro de 2023, foram inauguradas 10 BPM (Lapa, Bauru, Cotia, Jacareí, M'Boi Mirim, Praia Grande, Santos I, Santos III, São José dos Campos, Sumaré)

Hoje, 31 unidades do Bom Prato fixo abrem aos finais de semana e 2 unidades de Bom Prato Móvel, atendem a região central aos finais de semana.

Em razão da crise social decorrente da pandemia de COVID-19, desde 2020, as unidades passaram, excepcionalmente, a servir refeições aos finais de semana e jantares todos os dias. Em 1º de junho de 2020, a SEDS também instituiu a dispensa de pagamento de refeições em toda a rede Bom Prato para a população em situação de rua não albergada e sem acesso à assistência alimentar. Essa ação emergencial perdura desde então e, entre janeiro e novembro de 2023, foram servidas 1.255.813 refeições gratuitas entre café da manhã, almoço e jantar.

Considerando a demanda, houve aumento de cotas relativas a refeição almoço em 13 unidades Bom Prato Fixo, transpondo de 15.800 cotas em 2022 nestes restaurantes, para 17.100 cotas diárias em 2023, um acréscimo diário de 1.300 cotas.

O Bom Prato Móvel visa fornecer refeições transportadas, sendo uma extensão das Unidades fixas em funcionamento. Seu objetivo é aumentar a capilaridade do atendimento das unidades já implantadas para a população sem acesso a segurança alimentar do entorno, em um raio de até 30 minutos da unidade fixa, mantendo-se, assim, a qualidade das refeições produzidas. Tal ação se justifica pela dificuldade dessa população em acessar as unidades, pois o uso de transporte público seria necessário, acarretando um custo muito alto para a população. Atualmente, há 44 unidades móveis em todo o Estado de São Paulo.

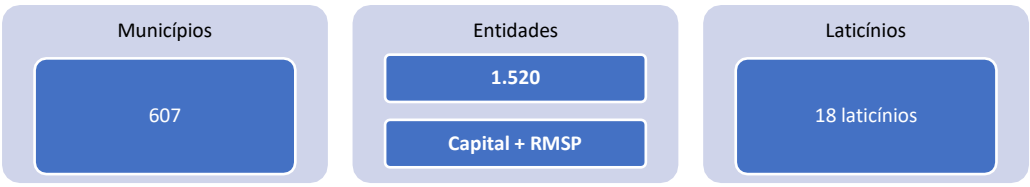
Como inovação, em dezembro de 2023, inaugurou-se 01 (uma) unidade **Bom Prato Refeitório** da Rua Mauá. Uma estrutura acolhedora de refeitório; com banheiros, climatizador, bebedouros, mesas e cadeiras para os beneficiários consumirem a refeição que é preparada e embalada em restaurante Bom Prato fixa e distribuída pelo Bom Prato Móvel.

PROJETO VIVALEITE

Instituído pelo Decreto n° 44.569, de 22 de dezembro de 1999, o Projeto Estadual do Leite "VIVALEITE" tem como objetivo oferecer de forma gratuita, um complemento alimentar seguro e de alto valor nutritivo às crianças (limite de 5 anos e 11 meses) que vivem em risco nutricional no Estado - na capital e RMSP, o benefício também é oferecido para idosos. Cada beneficiário recebe, mensalmente, 15 litros de leite fluído pasteurizado, enriquecido com Ferro, Vitamina A e Vitamina D - uma ação preventiva à anemia Ferropriva.

O Projeto VIVALEITE é gratuito para os beneficiários tem duas formas distintas de atuação: fomenta o desenvolvimento da participação do voluntariado, com o intuito de promover a ação social e a cidadania - destacando a importância do capital humano agregado, de ações que aumentam o engajamento da população frente aos desafios sociais. A segunda forma é por meio de convênios com as Prefeituras, onde a distribuição do leite enriquecido e pasteurizado é efetuada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos 607 municípios conveniados. É importante colocar que todos os beneficiários têm seus dados cadastrais condicentes ao Cadúnico – garantindo o atendimento linear das famílias junto ao Sistema Único de Assistência Social.

Em 2023, as ações envolvem aproximadamente 1.520 entidades na Capital e região metropolitana, convênio com 607 municípios envolvidos, além das 18 usinas que produzem e entregam o leite.



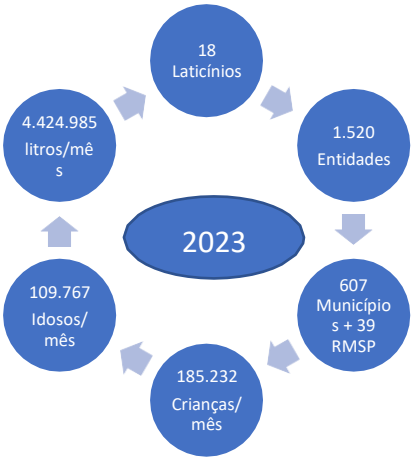
Briefing Vivaleite 2023

O Projeto Estadual do Leite Vivaleite entrou em vigor em dezembro de 1999 e, em 2011, de acordo com o Decreto Estadual n° 56.674, a gestão do Vivaleite passou para a SEDS, por meio da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN). O principal objetivo do projeto é oferecer um complemento alimentar seguro e de alto valor nutritivo às crianças e idosos que vivem em condição de risco nutricional.

O Vivaleite distribui gratuitamente leite fluido pasteurizado enriquecido com ferro, vitamina A e vitamina D, auxiliando na prevenção de anemia ferropriva e das deficiências vitamínicas. A presença do projeto em regiões de vulnerabilidade social fortalece a atuação do Estado, e incentiva o desenvolvimento de outras ações públicas e assistenciais na região por meio das Entidades Sociais parceiras e Prefeituras conveniadas, além de auxiliar o escoamento da produção leiteira gerando assim, de forma indireta novos empregos no campo.

Atualmente, o Vivaleite distribui mensalmente no Estado de São Paulo 4.424.985 litros de leite para 294.999 beneficiários. Na Capital e Região Metropolitana de São Paulo são 2.562.525 litros/mês de leite, distribuídos por 1.520 entidades credenciadas, atendendo média, 61.068 crianças e 109.767 idosos.

No Interior do Estado, o projeto estabeleceu convênios com 607 municípios do interior e litoral paulista, contando com o Município de São Bernardo do Campo, pertencente à Grande São Paulo, beneficiando em média 124.164 crianças, que recebem 1.862.460 litros mensais de leite.



Ações Realizadas na Coordenação do Projeto Vivaleite no exercício de 2023

a. Unificação dos setores de Cadastro e Prestação de Contas;
b. Readequação das equipes da COSAN nas de Assessoria Jurídica e Planejamento;
c. Gestão dos Contratos dos prestadores de serviços de Laticínios e das empresas terceirizadas no Programa Vivaleite;
d. Nova redação do Decreto com previsão da minuta padrão do Termo de Convênio será estabelecido por meio de Resolução;
e. Visitas técnicas em Entidades Sociais e Municípios para orientações, acompanhamento e monitoramentos dos processos de trabalho;
f. Estudo de readequação de cotas das Entidades e Municípios;
g. Retorno do Recadastramento no setor Cadastro e Prestação de Contas, pós pandemia;
h. Analises técnico-jurídica dos contratos para maior eficiência na execução dos serviços prestados, resultando na aplicação de ações normativas contratuais para ajustes na remuneração;
i. Contratação de técnico para atuação no interior e litoral (1 técnico, região de Avaré),

j. A partir de 2023 dos documentos dos processos dos Setores: Cadastro, Prestação de Contas, Notas Fiscais, Qualidade e Monitoramento passaram ser digitalizados.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Gestão Administrativa

As atividades realizadas pelo Departamento de Administração, em 2023, foram:
Para o CONSEAS: contratação de empresa para a prestação de serviços metodológicos, avaliação, compilação e sistematização para a realização da XIII Conferência Estadual de Assistência Social, através do Pregão Eletrônico nº 02/2023 e contratação de empresa para a prestação de serviços de infraestrutura, logística e operacional, além da transmissão durante todo o período da realização da XIII Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo, através do Pregão Eletrônico nº 12/2023.
Para o CONDECA: contratação de empresa para a prestação de serviços especializados **de metodologia com foco em Políticas Públicas, que será responsável pelo planejamento, organização e execução, bem como a compilação e sistematização dos dados das Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, para a realização das Conferências Regionais, para a XI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e para a VII Conferência Estadual Lúdica dos Direitos da Criança e do Adolescente,** através do Pregão Eletrônico nº 03/2023 e contratação de empresa para a prestação de serviços especializados de infraestrutura para a realização das VII Conferência Estadual Lúdica dos Direitos da Criança e do Adolescente e da XI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, através do Pregão Eletrônico nº 11/2023.
Para a Coordenadoria de Desenvolvimento Social: realização do Pregão Eletrônico nº 01/2023, objetivando prestação de serviços de impressão, encadernação, mixagem/separação, embalagem, transporte e distribuição/entrega dos materiais de apoio intrínsecos à metodologia prospera destinados aos beneficiários do Programa Prospera Família.
Para o Departamento de Normatização e Informática: realização do Pregão Eletrônico n° 19/2023, objetivando a contratação de empresa técnica especializada para prestação de serviços de planejamento, desenvolvimento e operações de tecnologia da informação (TI) que garantam a continuidade dos serviços digitais de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, por intermédio de infraestrutura operada e suportada no modelo DevSecOps e pelo provimento contínuo, planejado e gerenciado por evidências, de capacidade técnica deconcepção, construção e sustentação de soluções digitais de negócios conformes e seguras.
Outras ações:

- Aquisição de equipamentos para atendimento à emenda parlamentar Federal, beneficiando a entidade Social Centro Social da Paróquia Santa Luzia, através dos Pregões Eletrônicos nºs. 06/2023; 15/2023 e 16/2023.
- Aquisição de equipamentos para atendimento à emenda parlamentar Federal, beneficiando a entidade Social Associação Social Dom José Gaspar, através dos Pregões Eletrônicos nºs. 08/2023 e 14/2023.
- Aquisição **de** persianas tipo "rolô", blackout, visando a não propagação de luz e a contenção do calor externo para o prédio sede da Secretaria de Desenvolvimento Social, Pregão Eletrônico 17/2023.
- Realização do Pregão Eletrônico nº 09/2023, objetivando a prestação de serviços de **administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vales refeições, na forma de cartão eletrônico/magnético ou de tecnologia similar, aos empregados e servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social, compreendendo a Sede e as 26 DRADS – Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social, para aquisição de refeições em estabelecimentos comerciais credenciados (restaurantes, lanchonetes, padarias ou similares).**
- Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância/segurança patrimonial para o imóvel localizado na Rua Guaianases, 1050/1058 – Campos Elíseos, através do Pregão 13/2023.
- Publicação de Edital para chamamento público n° 01/SEDS/2023 visando o recebimento de inscrições de pessoas físicas e jurídicas que tenham interesse em doar, sem encargos, serviços e direitos à Administração, com objetivo de viabilizar a participação desta SEDS-SP no Programa de Eficiência Energética da ENEL, Concessionária da ANEEL.
- Empenhos e pagamentos de contratos
- Adiantamentos e demais pagamentos

ESCOLA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - EDESP
Aprimoramento, capacitação e treinamento profissional na área da assistência social

A Edesp é uma escola de governo de ação pública no âmbito da política da assistência e do desenvolvimento social, criada em 29 de fevereiro de 2012 pelo Decreto 57.819, com dispositivos acrescentados pelo Decreto 63.795, de 09/11/2018. A atribuição da escola é promover ações de formação e capacitação com foco na educação permanente e continuada, visando ao aperfeiçoamento e à qualificação do exercício das funções de dirigentes, gestores, técnicos, conselheiros e outros profissionais que atuam na área social. Além dessa função, tem a finalidade de prover suporte técnico-pedagógico a todas às áreas da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), contribuindo para a aplicação de metodologias ativas de aprendizagem e para o fortalecimento da institucionalização da educação permanente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em consonância com a missão da SEDS de "garantir os direitos e o acesso a bens e serviços a cidadãos e grupos em situação de vulnerabilidade, risco social e pessoal no Estado de São Paulo".
Atividades realizadas

O **Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de São Paulo – NUEP SUAS/SP** é a instância de assessoramento e monitoramento da Política Nacional de Educação Permanente **–** PNEP-SUAS (CNAS 04, de 13/03/2013). No Estado de São Paulo, o NUEP SUAS/SP foi instituído pela Resolução nº 28, de 21/12/2016, totalizando mais de **20 reuniões**, entre ordinárias e extraordinárias, até **dezembro de 2023**. O NUEP SUAS/SP reafirma os preceitos da gestão descentralizada, democrática e participativa do SUAS. Em 2023, aconteceram 5 reuniões do núcleo, com amplo debate dos representantes de instituição de ensino superior, trabalhadores do SUAS, conselheiros e usuários da Política de Assistência Social sobre ações, estratégias e práticas e conclusão do regimento interno do NUEP SUAS/SP, regulamentando o funcionamento interno do Núcleo de forma participativa. Em 2023 elaboramos o Regimento interno do Núcleo, regulamentando o funcionamento do núcleo e ampliamos a participação de membros como DRH e Associação dos Trabalhadores da SEDS.

No exercício de 2023, a EDESP manteve e estabeleceu novas parcerias com diversas instituições públicas, tais como Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); Escola Paulista da Magistratura (EPM); Escola de Governo do Estado de São Paulo (EGESP); Secretaria de Justiça e Cidadania (SJC); Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP); Universidade de São Paulo (USP); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Centro Universitário Ítalo Brasileiro (UNIITALO); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

Secretaria de Políticas para a Mulher (SPM); Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).
No segundo semestre a EDESP intensificou a parceria colaborativa com as demais áreas da Seds, participando ativamente de Capacitações para as Organizações não governamentais (OSCs) que apresenta as instituições no contexto da Lei Orgânica de Assistência Social, o Sistema Pro Social, Emenda Parlamentar, juntamente com a Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE) e Coordenadoria de Administração de Fundos e Convênios (CAF). Além disso ampliou o apoio ao Controle Social, sobretudo com o Conselho do Idoso, pelo qual participou ativamente do planejamento da Reunião Descentralizada do CEI, proporcionando que o evento fosse transmitido on-line e atuando em todo o apoio, garantindo que o evento tenha sido um sucesso.

Ampliou a parceria com a Secretaria de Políticas para as mulheres, participando do Grupo de Trabalho e do Protocolo Não Se Cale, proposto por esta secretaria.

No que tange às parcerias externas, ampliou também a articulação com o Consórcio Intermunicipal dos Municípios da Bacia do Juqueri (CIMBAJU).

Em parceria com a Escola Paulista de Magistratura realizou a capacitação: A proteção de crianças por meio de cuidados pela família extensa – Lições aprendidas na Austrália e Reino Unido. Esse encontro propiciou um acordo entre as Escolas para firmar parceria e acordos para Capacitações conjuntas. A Edesp também tem pavimentado caminho para fortalecer a parcerias com as empresas do Sistema S: SEBRAE e SENAC e com Universidades como|: FESP, Uninove, USP, Uniitalo. E também parcerias para utilização de studios de gravação da Fundacentro (juntamente com a CGE), e IAMSPE com o DRH.

Sobre recurso, foi disponibilizado para escola o total de R$ 1.000.000,00 (Hum milhão), que possibilitou a oferta direta de curso de extensão para municípios de Pequeno Porte I e II, em parceria com a FESP. O Canal EDESP YouTube sendo o principal rede social de disseminação de informações e transmissão de ações de capacitação realizadas, direta ou indiretamente, pela SEDS. No ano de 2023, a EDESP teve o acréscimo de 11,24% de inscritos em seu canal, totalizando 8.840 inscritos. Por fim, em 2023, a escola renovou a aquisição da ferramenta e solução em tecnologia StreamYard pelo valor de R$ 4.437,00 que propiciará transmissões mais amplas e existem tratativas em curso com o Google para renovar o livre acesso às ferramentas do Google Workspace for Education.

Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo

Ações de Formação e Capacitação em 2023

Formato	Ações	Atores atendidos e capacitados	Horas de formação
Presencial	63	5.317	1.189
Híbrido	6	537	59
EAD	23	3.702	116
Total	**83**	**9.556**	**1.364 horas**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Gestão de Pessoas: A Gestão de pessoas é uma atividade fundamental para o desenvolvimento de capital humano em qualquer organização e, cada vez mais, tem sido requisitada. As técnicas e estratégias de Recursos Humanos contribuem para a melhoria do desempenho e satisfação dos trabalhadores, o que impacta diretamente no clima organizacional e na valorização das competências e potenciais a favor da efetividade dos resultados. O Departamento de Recursos Humanos (DRH) da SEDS, por meio da interlocução com os dirigentes e servidores e de parcerias internas e externas, realizou várias ações em 2023, com destaque para: Palestras e ações de Gestão do Cuidado, Saúde da mulher, saúde mental dos servidores e no autocuidado, em parceria com especialistas da área de saúde, a fim de viabilizar o acesso à informação e contribuir para possíveis mudanças na rotina de trabalho, a favor de um ambiente mais produtivo e saudável; Assédio moral e sexual, para prevenção de ocorrências, Finanças pessoais, como administrar seu dinheiro, Primeiros Socorros e Prevenção de acidentes, com a Equipe o corpo de Bombeiros. Assessoramento a gestores da SEDS em situações diversas do dia a dia, atuando em situações de mediação de conflitos. Investimento na diversificação de canais de comunicação com os servidores, a fim de melhorar a atuação do RH; açãoformativa com o objetivo de apresentar conceitos e princípios de avaliação de desempenho eesclarecer sobre o Prêmio de Desenvolvimento Social (PDI); campanhas de conscientização de saúdee bem-estar.

Por fim, informamos a criação do Controle Interno desta Pasta, através da Resolução SEDS nº 10, de 17 de março de 2023.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa
25000 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**201.765.307,00**	**316.269.289,00**	**264.144.629,71**	**35.854.607,55**	**299.999.237,26**	**266.778.043,53**
Pessoal, e Encargos Sociais	11.063.842,00	20.369.705,00	16.803.252,69	0,00	16.803.252,69	16.509.099,66
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	190.701.465,00	295.899.584,00	247.341.377,02	35.854.607,55	283.195.984,57	250.268.943,87
Despesas de Capital	**1.212.542.118,00**	**1.035.955.298,00**	**1.005.841.543,93**	**7.542.004,27**	**1.013.383.548,20**	**1.132.591.737,07**
Investimentos	663.542.108,00	382.388.773,00	352.275.028,93	7.542.004,27	359.817.033,20	592.591.737,07
Inversões Financeiras	549.000.010,00	653.566.525,00	653.566.515,00	0,00	653.566.515,00	540.000.000,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**1.414.307.425,00**	**1.352.224.587,00**	**1.269.986.173,64**	**43.396.611,82**	**1.313.382.785,46**	**1.399.369.780,60**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário
25000 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e habitação da Habitação

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0001 - Participação Societária	**549.000.000,00**	**653.566.515,00**	**653.566.515,00**	**0,00**	**653.566.515,00**	**540.000.000,00**
4 - Despesas de Capital	549.000.000,00	653.566.515,00	653.566.515,00	0,00	653.566.515,00	540.000.000,00
0102 - Obrigações Previdenciárias Complementação	**2.342.736,00**	**2.358.036,00**	**1.503.278,45**	**0,00**	**1.503.278,45**	**1.505.683,46**
3 - Despesas Correntes	2.342.736,00	2.358.036,00	1.503.278,45	0,00	1.503.278,45	1.505.683,46
2505 - Fomento a Habitação de Interesse Social-Casa Paulista	**697.453.013,00**	**488.160.422,00**	**483.904.006,80**	**4.256.239,18**	**488.160.245,98**	**634.345.046,72**
3 - Despesas Correntes	85.515.330,00	138.847.860,00	136.323.230,55	2.524.583,43	138.847.813,98	134.984.736,81
4 - Despesas de Capital	611.937.683,00	349.312.562,00	347.580.776,25	1.731.655,75	349.312.432,00	499.360.309,91
2507 - Regularização Fundiária de Interesse Habitacional	**44.000.520,00**	**39.600.468,00**	**39.600.468,00**	**0,00**	**39.600.468,00**	**40.041.902,39**
3 - Despesas Correntes	44.000.520,00	39.600.468,00	39.600.468,00	0,00	39.600.468,00	40.041.902,39

2508 - Provisão de Moradias	**63.448.191,00**	**62.704.448,00**	**38.938.470,59**	**10.975.921,52**	**49.914.392,11**	**87.935.895,75**
3 - Despesas Correntes	43.448.191,00	52.654.448,00	38.938.470,59	10.481.104,02	49.419.574,61	43.306.765,75
4 - Despesas de Capital	20.000.000,00	10.050.000,00	0,00	494.817,50	494.817,50	44.629.130,00
2509 - Requalificação Habitacional e Urbana e Inclusão Social	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**19.069,34**
4 - Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.069,34
2510 - Requalificação Habitacional Urbana	**32.371.403,00**	**17.294.702,00**	**5.374.705,58**	**5.315.531,02**	**10.690.236,60**	**49.265.957,72**
3 - Despesas Correntes	766.968,00	690.272,00	690.272,00	0,00	690.272,00	690.272,00
4 - Despesas de Capital	31.604.435,00	16.604.430,00	4.684.433,58	5.315.531,02	9.999.964,60	48.575.685,72
2929 - Fomento ao Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole Paulista	**0,00**	**17.587.085,00**	**4.987.234,64**	**0,00**	**4.987.234,64**	**4.588.784,00**
3 - Despesas Correntes	0,00	11.165.299,00	4.977.415,54	0,00	4.977.415,54	4.581.241,90
4 - Despesas de Capital	0,00	6.421.786,00	9.819,10	0,00	9.819,10	7.542,10
5100 - Planejamento, Coordenação e Gestão Eficiente do Governo	**0,00**	**68.803,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3 - Despesas Correntes	0,00	68.803,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5123 - Comunicação Social	**10,00**	**9,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3 - Despesas Correntes	10,00	9,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5124 - Bolsa do Povo	**25.691.552,00**	**23.122.397,00**	**23.122.313,68**	**0,00**	**23.122.313,68**	**23.122.008,68**
3 - Despesas Correntes	25.691.552,00	23.122.397,00	23.122.313,68	0,00	23.122.313,68	23.122.008,68
5301 - São Paulo: Território e Cartografia	**0,00**	**47.761.702,00**	**18.989.180,90**	**22.848.920,10**	**41.838.101,00**	**18.545.432,54**
3 - Despesas Correntes	0,00	47.761.697,00	18.989.180,90	22.848.920,10	41.838.101,00	18.545.432,54
4 - Despesas de Capital	0,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**1.414.307.425,00**	**1.352.224.587,00**	**1.269.986.173,64**	**43.396.611,82**	**1.313.382.785,46**	**1.399.369.780,60**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Órgão 25000 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SDUH

U.G.E 250101 Gabinete do Secretário e Assessorias
U.G.E 250102 - Unidade de Execução de Programa – UEP (Serra do Mar)
U.G.E 250103 - Unidade de Gerenciamento Local – UGL (Litoral Sustentável)
U.G.E 250104 - Subsecretaria de Habitação Social
U.G.E 250105 - Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano
U.G.E 250106 - Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC
U.G.E 252101 - Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM
U.G.E 252201 - Agência Metropolitana de Campinas - AGEMCAMP
U.G.E 252301 - Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – AGEMVALE

U.G.E 252401 - Agência Metropolitana de Sorocaba – AGEMSOROCABA
U.G.E 253101 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO - CDHU

Obs.: As Dotações da Lei Orçamentária Anual 2023 dos Programas 2929 - Fomento ao Desenvolvimento Sustentável da Macrometropole Paulista, 5100 - Planejamento, Coordenação e Gestão Eficiente do Governo e 5301 - São Paulo: Território e Cartografia estão zeradas, pois, faziam parte do Orçamento de outras Secretarias, portanto não aparecem nos relatórios da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação nos sistemas da Secretaria da Fazenda e Planejamento.
OBS: (SDU) As Dotações da Lei Orçamentária Anual 2023 dos Programas 2929 - Fomento ao Desenvolvimento Sustentável da Macrometropole Paulista estão zeradas, pois faziam parte do Orçamento da antiga Secretaria de Desenvolvimento Regional e, com a transferência da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, em 2023, não foram dotados recursos orçamentários para a nova Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano.

Programa 2505 - Fomento á Habitação de Interesse Social, Ação 16.482.2505.2631 - Concessão de Subsídios para Melhorias e Módulos Habitacionais, valor Suplementado de R$ 1.500.000,00 originado de Recursos Federeis (170660), referente a Emendas Parlamentares da Deputada Rosana Valle.

SUBSECRETARIA DE HABITAÇÃO SOCIAL

PROGRAMA 2505 - FOMENTO A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Descrição do Programa: Trata do fomento direcionado a programas habitacionais de interesse social que contemplem quaisquer das ações expressamente citadas no Artigo 16º da Lei nº 12.801, de 15 de janeiro de 2008.
A execução do Programa nº 2505 vem sendo efetuada por meio das ações:

Ação 2486 - Subsídio para Crédito Imobiliário e para outras Ações de Habitação de Interesse Social

Descrição da Ação: No PPA 2020-2023 esta ação absorveu as antigas ações 2276 e 2502, conforme orientações dos coordenadores do PPA, visando maior racionalização do acompanhamento das realizações da Pasta. Por esta razão, a ação 2486 inclui, atualmente, diversas atividades:
Parceria Municípios: as operações são desenvolvidas em articulação envolvendo Estado, agentes financeiros, prefeituras, proprietários de lotes, entidades organizadoras e empresas do setor da construção civil, tendo por finalidade estimular a produção de loteamentos urbanos, garantir acesso à infraestrutura urbana em regiões já consolidadas e promover melhorias arquitetônicas em unidades habitacionais. Assim, essa parceria divide-se em:

Programa Lotes Urbanizados: a Subsecretaria de Habitação Social Paulista destina aos municípios o valor de até R$ 12 mil por lote para obras de infraestrutura, pavimentação e tratamento das áreas livres e institucionais, com garantia de destinação dos lotes para demanda de interesse social.
Programa Desenvolvimento Urbano: são disponibilizados recursos de até R$ 100 mil por atendimento habitacional para obras de produção de moradias ou melhoria urbana, tais como extensão de redes de saneamento, pavimentação asfáltica, dentre outros, desde que realizadas em núcleos urbanos consolidados
Parceria Governo Federal: destinada a complementar os recursos para produção de moradias, por meio de subsídios estaduais complementares. Os programas de apoio à produção habitacional operam em articulação com o antigo Programa Minha Casa Minha Vida, em suas modalidades FAR, FDS e PNHR. O Estado concede aportes financeiros complementares ao valor concedido pela União, no limite de até R$ 36.000,00 por unidade habitacional (no caso do FAR e FDS) e de até R$ 18.000,00 para produção ou reforma de unidades habitacionais, no caso do PNHR. O valor é repassado diretamente às instituições financeiras que se responsabilizam pela seleção dos beneficiários e aprovação dos projetos de acordo com as regras do programa federal.

Programa de Apoio ao Crédito Habitacional - Carta de Crédito Imobiliário: o programa tem por objetivo subsidiar a aquisição da casa própria por meio da concessão de subsídios às famílias cujas operações obedeçam às condições e normas do crédito imobiliário para as operações do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Programa Minha Casa Minha Vida. Os subsídios às pessoas físicas variam, atualmente, de R$ 10.000,00 a R$ 16.000,00, para as famílias com renda bruta

mensal de até 3 salários-mínimos, que adquirirem unidades habitacionais nos empreendimentos privados participantes do Programa.

Programa de Apoio ao Crédito Habitacional - Carta de Crédito Associativo: criado em 2019, mas com início das operações apenas em 2022, por meio do Credenciamento SH nº 01/2022, que autorizou a contratação de agentes promotores para a viabilização de até 16 mil unidades habitacionais. O Programa tem como objetivo viabilizar o acesso à moradia por famílias com renda bruta mensal de até 5 s.m. mediante a concessão de subsídios em operações de crédito habitacional com pessoas físicas, contratados sob a forma associativa. O valor máximo financiado pelo FPHIS é de R$ 180.000,00 por unidade. A CDHU atua com apoio técnico-operacional e financeiro.

Programa Nossa Casa – Preço Social: Esta modalidade desenvolve empreendimentos, pela iniciativa privada, em terrenos públicos municipais ou do Estado. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação é responsável por conceder apoio técnico aos Municípios, bem como concede subsídios às famílias adquirentes, por meio da articulação com o Programa de Apoio ao Crédito Habitacional Carta de Crédito Imobiliário.

Ações do Fundo Garantidor Habitacional – FGH: Foi criado por meio da Lei Estadual nº 12.801, de 15 de janeiro de 2008, regulada pelo Decreto nº 53.823, de 15 de dezembro de 2008 e tem como finalidade, em empreendimentos de interesse social, voltados à população de baixa renda: (i) prover recursos para garantir risco de crédito e de performance; (ii) equalizar taxas de juros; (iii) conceder aval; e (iv) apoiar operações de securitização. Com os recursos vinculados ao Fundo Garantidor Habitacional – FGH, no exercício de 2023, não foram firmados ajustes, portanto, não foram desembolsados recursos.

Ao longo do ano de 2023, foram entregues 1.840 unidades habitacionais, resultado dos investimentos feitos nos exercícios anteriores pelo Estado nas parcerias com o Governo Federal para participação no MCMV- Recursos FAR, FDS.

O Programa Casa Paulista - Carta de Crédito Imobiliário, foi a principal área de atuação da Subsecretaria de Habitação Social. Nessa linha, foi autorizada, ao longo de 2023, 34.971 unidades habitacionais, totalizando um valor de investimento de R$ 449.972.000,00. Do total de unidades autorizadas durante a vigência do programa, no ano de 2023 foram efetivadas 19.188 operações de financiamento habitacional com subsídio do Estado, tornando possível reduzir o valor do financiamento realizado pelo Agente Financeiro parceiro e, portanto, aumentar a possibilidade de aquisição da moradia pelas famílias.

A modalidade Preço Social, do Programa Nossa Casa até 2023, conta com 11 Municípios que publicaram seu edital de licitação e já concluíram essa etapa. Ademais, estes 11 já foram contratados e estão passando para a fase de elaboração e aprovação dos projetos, e de financiamento junto Caixa Econômica Federal, agente executor do Programa Federal Minha Casa Minha Vida. Além disso, ocorreu em 09/11/2023, o primeiro sorteio do programa Preço Social, no qual foram sorteadas 181 unidades habitacionais no município de Cravinhos, para famílias de até 3 salários mínimos federais, as quais puderam comprar a unidade habitacional e um preço social.

No programa Carta de Crédito Associativo foram realizados em 2023, 9.302 operações de financiamento habitacional com subsídio do Estado.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento Urbano, foi firmado entre a Subsecretaria de Habitação Social e CDHU um convênio cujo objeto consiste na execução de ações necessárias para viabilizar o atendimento habitacional de famílias desalojadas e desabrigadas em razão dos desmoronamentos no litoral norte do Estado de São Paulo, no município de São Sebastião, por meio do Programa Casa Paulista - Desenvolvimento Urbano, a proposta visa beneficiar 704 moradias. O custo das obras emergenciais de responsabilidade da Subsecretaria de Habitação Social perfaz o montante de R$ 202.029.740,33 sendo esta uma contratação emergencial.

Ação 2492 - Parceria Público Privada – PPP Habitacional

Descrição da Ação: Desenvolvimento de ações na forma de parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, conforme Contrato nº 001/2015, firmado com a Sociedade de Propósito Específico (SPE) PPP Habitacional Lote 1 S/A, cujo objeto é a implantação de 3.683 unidades habitacionais, sendo 2260 unidades de HIS (Habitação de Interesse Social) e 1.423 unidades de HMP (Habitação de Mercado Popular), a prestação de serviços aos condomínios de HIS de desenvolvimento

de Trabalho Técnico Social de Pré e Pós Ocupação, de apoio à gestão condominial, gestão de carteira de mutuários e manutenção predial. Consta, ainda, a previsão de obras de infraestrutura, obras de equipamentos públicos e para usos não residenciais, a exemplo de áreas comerciais.

Acerca da execução do contrato, a situação até dezembro de 2023 é a seguinte:

2.260 unidades de HIS concluídas:
- 126 unidades de HIS, Residencial São Caetano, empreendimento entregue em dez/2016;
- 91 unidades de HIS, Residencial Alameda Glete, empreendimento entregue em out/2017;
- 914 unidades de HIS, Complexo Júlio Prestes I, Q49, Torres 1 a 5, empreendimentos entregues no período de abril a julho/2018;
- 96 unidades de HIS, Residencial Gusmões – República A - Q75, empreendimento entregue em jul/2019;
- 216 unidades de HIS, Complexo Júlio Prestes II (Q50), Residencial Campos Elíseos e Residencial Cleveland, empreendimento entregue em dez/2019;
- 210 unidades de HIS, Complexo Mauá - Q69 – empreendimentos entregues em jan/2021;
- 417 unidades de HIS, Residencial Jardins da Barra, Torres 1 a 4, empreendimentos entregues no período de setembro a dezembro de 2022;
- 190 unidades de HIS, Residencial João Octaviano Machado Neto, empreendimento concluído em abril de 2023

Outras obras concluídas pela Concessionária:

Equipamentos Públicos

- Reforma do Aquartelamento do 2º Grupamento de Bombeiros, concluída em out/2018;
- Construção de uma creche, Centro de Educação Infantil – CEI Nova Lu no Complexo Júlio Prestes II, (Q 50), concluída em dez/2019;
- Construção de equipamento público que será destinado à Secretaria de Estado de Segurança Pública; cuja construção teve início em agosto de 2023, com término previsto para agosto de 2024;

Usos não residenciais (comércio)
- 55 Lojas comerciais (Complexo Júlio Prestes, Q49), concluídas entre abril e julho de 2018;
- 1 Supermercado e 1 Praça de Alimentação (Complexo Júlio Prestes, Q49), concluídos em jul/2018;
- 1 Loja comercial (Residencial Gusmões, Q75), concluída em jul/2019;
- 22 Lojas comerciais (Complexo Mauá, Q69), concluídas em jan/2021;
- 22 Lojas comerciais no Residencial Jardins da Barra, concluídas em dez/2022.

Infraestrutura
Revitalização da Praça Júlio Prestes, concluída em abr/2018.

Quanto às unidades de Habitação de Mercado Popular – HMP:

461 unidades de HMP concluídas:
- 72 unidades de HMP, Residencial Bravo, obra concluída em out/2021;
- 237 unidades de HMP, Today Brigadeiro, obra concluída em set/2022;
- 152 unidades de HMP, Today Augusta, obra concluída em dez/2022.

502 unidades de HMP em construção:
- 210 unidades de HMP, Today Perdizes, em obras, conclusão prevista para mai/2024;
- 292 unidades de HMP, Today Centro, obras iniciadas em dez/2022, conclusão prevista para fev/2025.

Ação 2631 - Melhorias Habitacionais

Descrição da Ação: O Programa Viver Melhor tem como objeto a promoção de melhorias habitacionais concretizados por meio de serviços de reparos, manutenção corretiva, requalificações e adaptações em moradias precárias em núcleos regularizados ou passíveis de regularização no estado de São Paulo.
Em 2023, foram reformadas 1.505 unidades habitacionais com recursos no valor de R$ 55.620.621,17.

PROGRAMA 5124 – BOLSA DO POVO

A concessão de Auxílios Moradia custeados com recursos da Subsecretaria de Habitação Social/SDUH e de parceiros passou a ser operacionalizado por meio do Programa Bolsa do Povo, que em 2022 unificou e ampliou a concessão dos pagamentos anteriormente operacionalizados pela CDHU no âmbito dos convênios nº 045/05/2010 - Auxílio Moradia Emergencial/2010; nº 075/05/2011 - Auxílio Moradia Emergencial/2011 e nº 841/05/2015 – Auxílio Moradia Provisório.
Em 2023 foram atendidas no programa Bolsa do Povo cerca de 6.851 famílias, o valor desembolsado para pagamento dos benefícios ao longo do exercício foi de R$ 27.871.027,23**---**
--- utilizando recursos repassados ao Programa pela Subsecretária de Habitação Social em 2023 e valores remanescentes repassados no exercício anterior.

PROGRAMA 2507 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE HABITACIONAL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO
PROGRAMA CIDADE LEGAL

Ação 5702 - Apoio à Regularização Fundiária

Descrição: A irregularidade atinge em regra todos os municípios do Brasil, são cerca de 30 milhões de imóveis urbanos irregulares, imóveis que, em sua maioria, trazem insegurança jurídica, infraestrutura precária, danos urbanísticos, ambientais e sociais aos moradores.

A ausência da regularização fundiária impacta diretamente no desenvolvimento socioeconômico do município, isto porque, além da sonegação fiscal e da renúncia de receita, as ligações clandestinas de água e energia, o maior gasto com saúde pública, e a contaminação dos mananciais, oneram em grande escala os cofres públicos municipais.

A informalidade da condição de parte significativa da população é um desafio para as políticas habitacionais das cidades brasileiras. Historicamente, boa parte dos municípios, tinha como única solução para o enfrentamento do déficit habitacional a produção de novas moradias. Com o avanço das políticas públicas e especialmente com o reconhecimento da moradia como direito social, atrelado à função social da propriedade urbana, a regularização fundiária galgou reconhecimento de política habitacional estando presente, inclusive no Plano Estadual de Habitação de São Paulo, desde 2010, em grau de equidade com políticas de produção de novas unidades.

O Programa Cidade Legal, instituído pelo Decreto Estadual nº 52.052 de 13 de agosto de 2007, destinado a apoiar os municípios do Estado de São Paulo, mediante orientação e suporte técnico nas ações municipais de regularização de parcelamento de solo e núcleos habitacionais, públicos ou privados, com características urbanas, destaca-se por sua importância dentre as políticas públicas implementadas pelo Governo do Estado de São Paulo.

O trabalho desenvolvido pelo Programa possibilita benefícios imediatos aos moradores, principalmente a segurança jurídica conferida pelo título de propriedade outorgado aos beneficiários finais no âmbito do trabalho de regularização desenvolvido pelo Cidade Legal. Ainda, assegura a possibilidade de utilização desse bem como garantia real para a obtenção de financiamento destinado à aquisição de bens e serviços para a melhoria de sua qualidade de vida e a de seus familiares. Dessa forma, a regularização fundiária reflete diretamente em notáveis benefícios na situação econômica, social e até qualidade de vida de milhares de famílias menos favorecidas.

Assim, o objeto do Programa Cidade Legal é caracterizado como serviço contínuo, em razão da necessidade permanente de atuação da administração, sendo prestado de maneira seguida, ininterrupta e indiferenciada ao longo do tempo, posto à disposição em caráter permanente, de prontidão.

A atuação do Programa Cidade Legal tem se mostrado cada vez mais importante ante os dispositivos da Lei Federal 13.465/2017, que impõe a responsabilidade da Reurb ao ente municipal estabelecendo de forma residual a responsabilidade dos estados. Dessa forma, objetivando garantir a execução da Reurb nos Municípios conveniados, o programa fornece orientação e apoio técnico por meio de equipe técnica multidisciplinar que acompanha o município no passo a passo da regularização, determinando as estratégias jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais necessariais a incorporação dos núcleos à cidade formal, bem como a titulação dos beneficiários finais. Tal orientação da equipe do Cidade Legal

não está restrita aos núcleos urbanos de Interesse Social, sendo que abrange também as áreas dos núcleos irregulares caracterizados como de Interesse Específico.

Contudo, o Programa intensifica suas ações, em núcleos de Interesse Social, com o apoio técnico, que, além da orientação, envolve toda a assessoria necessária na implantação e processamento da regularização fundiária. Contemplando o investimento do Estado nessas ações, o Programa Cidade Legal, cria estratégias e executa cada um dos passos e instrumentos necessários a finalização e efetivação de cada processo de Regularização.

Atualmente, o Programa Cidade Legal atende por meio de convênios de cooperação técnica 559 municípios, com a inclusão de 10.166 núcleos habitacionais cadastrados, envolvendo 1.578.564 lotes, e por se tratar de uma das mais importantes políticas públicas oferecidas pelo Estado, a procura por parte dos municípios paulistas é contínua e crescente, conforme se observou no corrente ano com a inclusão de três novos municípios e a retomada da rotina dos trabalhos em importantes municípios do estado como por exemplo: São Paulo, Campinas, Piracicaba e São Bernardo do Campo.

Em 2023, o Programa finalizou a regularização **de mais de 25.000 lotes beneficiando milhares de famílias com os** títulos propriedade e ainda aguarda a análise de aproximadamente 19 mil lotes que já estão nos cartórios de registro de imóveis, garantindo, assim, a segurança da posse e a implementação de infraestrutura básica, tornando-se importante instrumento de inclusão social e cidadania.

Em que pese o extenso trabalho já realizado, muito há que se realizar, sendo que, atualmente, contamos com técnicos auxiliando os municípios conveniados em todas as regiões do Estado de São Paulo, trabalhando lado a lado com as Prefeituras, nos núcleos habitacionais a serem regularizados.

A rubrica “Regularização Fundiária de Interesse Habitacional” remonta ao processo físico SH nº 292/05/14, correspondente ao Convênio entre a SDUH e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo – CDHU, tendo por fim a transferência de recursos financeiros para a implementação do Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais – Cidade Legal, cuja vigência expirou em agosto de 2020. Para a continuidade do Programa Cidade Legal, conforme Processo digital SH-PRC-2020-00016 por meio do sistema SP Sem Papel, foi assinado termo de Convênio em 30 de novembro de 2020, com vigência por 60 meses e, a partir de 24 de maio de 2023, o referido convênio encontra-se formalizado por meio do sistema digital SEI, conforme Processo nº 013.00000289/2023-40.

Execução: Segundo dotação inicial definida na Lei nº 17.614 de 26 de dezembro de 2022 (LOA 2023), regulamentada pelo Decreto nº 67.447, de 13 de Janeiro de 2023, foram previstos R$ 39.600.468,00 para a realização do Programa no exercício. Houve, porém, um contingenciamento de R$ 5.000.000,00 que resultou em uma disponibilidade de R$ 34.600.468,00.

Segundo Informação do GSPOFP, datada de 16 de Fevereiro de 2023 (Processo SH-PRC-2020/00016), ficou estabelecida a disponibilidade de recursos orçamentários em R$ 34.600.468,00 (Trinta e quatro milhões, seiscentos mil e quatrocentos e sessenta e oito reais) empenhados conforme Nota de Empenho nº 2023NE00059 de 06/03/2023, valor esse que representou a totalidade recebida do Tesouro do Estado e que foi efetivamente transferida por meio de convênio à CDHU na execução do Programa de Regularização de Núcleos Habitacionais – Cidade Legal.

Cidade Legal/CDHU (execução)

Ação 5703 – Regularização Fundiária de Conjuntos e Núcleos Habitacionais

Descrição: Ações voltadas a eliminar o passivo de imóveis promovidos pela Cia. que precisam ser regularizados. Conta com o suporte técnico de empresas especializadas para os trabalhos de regularização dos empreendimentos nessa situação, assim como com a contratação e desenvolvimento de obras específicas de melhorias nos conjuntos e núcleos habitacionais, que são lançadas na Ação Melhorias Habitacionais e Urbanas e que são condicionantes à regularização.

Execução: Ao longo do processo de produção habitacional da CDHU, desde 1964, muitos empreendimentos não foram entregues em situação regular aos moradores, o que acarretou na impossibilidade dos mutuários terem acesso ao título de propriedade ao quitar o seu financiamento.

As irregularidades existentes são diversas, obrigando muitas vezes um caminho complexo e moroso, e a CDHU ao longo dos últimos anos tem realizado um esforço na direção da regularização dos seus empreendimentos.

Importantes demandas da CDHU, como o Vila Jacuí A/B e Cangaiba A, alcançaram a regularização com a emissão da Certidão de Regularização Fundiária-CRF no ano de 2023. Outros empreendimentos como o Calux, em São Bernardo do Campo, e o Barueri A, em Barueri, que encontravam-se paralisados em função da falta de consenso entre CDHU e Municipio em definir uma estratégia mais acertiva que culminasse na efetiva regularização do empreendimento, hoje estão em fase final da regularização fundiária.

Em 2023 foram averbados 79 empreendimentos, beneficiando diretamente 24.503 unidades habitacionais, que hoje contam com a matrícula do imóvel onde residem.

Ainda, dessas 24.503 unidades habitacionais viabilizadas, 3.289 famílias tiveram a atribuição de propriedade pois correspondem a parcela dos mutuários que quitaram seu financiamento. Vale destacar que tal feito somente foi possível graças ao novo procedimento de regularização fundiária inaugurado pela Lei Federal 13.465/17 e do Provimento CG nº 56/19 que atualizou o Tomo II das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

PROGRAMA 2508 - PROVISÃO DE MORADIAS

CDHU

Ação 2006 - Provisão de Moradias para Demanda Geral

O desenvolvimento dessa ação dá-se por um conjunto de modalidades de operação cuja descrição e realizações físicas estão detalhadas a seguir:
Parceria com Municípios – Demanda Aberta / Produção Direta

Descrição: Visa atender às necessidades habitacionais da população de baixa renda e segmentos sociais específicos, concentrando o atendimento a famílias com renda média mensal predominante de até 03 salários mínimos. A demanda geral/aberta é constituída principalmente por famílias com ônus excessivo de aluguel ou em situação de coabitação e inclui, ainda, cotas para demandas especiais, definidas em legislação específica, tais como idosos, deficientes e policiais.

Os empreendimentos habitacionais são promovidos em parceria com os pequenos e médios municípios do estado. Inicialmente realizados por meio da modalidade de Administração Direta dos Municípios, com recursos repassados pela CDHU, passaram a ser realizados na modalidade Empreitada com a produção direta pela CDHU, sendo atualmente, para a maior parte dos empreendimentos, a execução de obras dividida em duas etapas: Licitação e implantação dos loteamentos e – com os lotes implantados – uma segunda etapa de construção das moradias. Além das modalidades desenvolvidas diretamente pela CDHU foram finalizados empreendimentos realizados em modalidade de viabilização que contou com recursos da União/CAIXA e aportes complementares da SDUH /FPHIS, em empreendimentos viabilizados pela CDHU com os municípios e nos quais a Cia. desenvolve demais ações como trabalho social, etc.
Execução específica: Entrega de 5.312 unidades - modalidade Parceria com Municípios (31/12/2023).
Em canteiro ao final do exercício: 6.066 unidades (31/12/2023).

Parceria com Associações e Cooperativas

Descrição: Desenvolvidas para atender a demanda organizada em associações ou cooperativas/entidades habitacionais para habitação de interesse social, teve por fundamento os objetivos previstos na Lei Estadual nº 9.142, de 9 de março de 1995, com a alteração introduzida pela Lei Estadual nº 10.819, de 12 de junho de 2001.
Inclui a produção de moradias em parceria com entidades organizadoras, em atuação direta da CDHU na promoção de empreendimentos habitacionais resultantes de editais de seleção já realizados, ou em atuação da Cia. em apoio à SDUH/Casa Paulista na parceria com a União - PMCMV-Entidades. Em tais parcerias a viabilização pode contar com terrenos desapropriados pela Companhia sendo que,

nos empreendimentos desenvolvidos diretamente pela CDHU, a parceria com as entidades abrange, entre outros, orientação social ao grupo alvo, participação sociocomunitária, inserção social, apoio à cidadania e orientação para gestão e manutenção da unidade e do condomínio.
Execução específica: Não houve entrega no exercício 2023 (31/12/2023);
Em canteiro ao final do exercício: 806 unidades (31/12/2023).

Moradia Indígena

Descrição: Desenvolvido para dar melhores condições de vida à população indígena que reside em áreas da União em comunidades reconhecidas e supervisionadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), promove soluções habitacionais adequadas à origem, cultura e costumes, de acordo com diretrizes estabelecidas pela Lei Estadual n° 11.025/2001.
Execução específica:
Não houve entrega no exercício 2023 (31/12/2023).
Em processo de preparação de novos empreendimentos e assinatura de convênios.

Ação 2651 - Provisão de Lotes Urbanizados

Descrição: Execução direta pela SDUH /CDHU de loteamentos populares, incluindo obras de infraestrutura, terraplenagem, pavimentação e tratamento das áreas livres e institucionais. Essa modalidade tem sido combinada com a implantação das moradias nos lotes viabilizados, por meio da ação de provisão de moradias para demanda geral.
Execução específica: Entrega de 2.294 lotes urbanizados no exercício 2023 (31/12/2023).
Em canteiro ao final do exercício: 2.169 lotes (31/12/2023).

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO - CPH (EXECUÇÃO PELA CDHU)

Vida Longa

Descrição: O Programa Vida Longa visa a implantação de equipamento público comunitário de moradia gratuita, com a construção de até 28 (vinte e oito) unidades habitacionais especialmente projetadas para as pessoas idosas, em condomínios horizontais, dotadas de mobiliário básico, com área de convivência social e integração com a rede social de proteção e defesa do idoso, atendendo idosos com 60 anos ou mais, independentes para a realização das tarefas diárias, com até 02 (dois) salários mínimos de renda, sem vínculos familiares sólidos ou sós.

O Programa prevê a gestão do equipamento através do atendimento na rede de serviços municipais, nas áreas da assistência, saúde, cultura, etc. O projeto foi desenvolvido com base no desenho universal, e conta com todos os itens de conforto, segurança e acessibilidade.
Em 2023 não foram assinados novos convênios.
Cabe destacar que, conforme Programação Orçamentária (LOA/2023) – Ação 2006 – Provisão de Moradias para Demanda Geral, houve previsão de recursos para o programa Vida Longa, no valor de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), a título de investimentos, distribuídos da seguinte forma:
. Dotação Orçamentária Disponível: R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e
. Dotação Orçamentária Contingenciada: R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)
Obs.: Considerando a dotação orçamentária disponível, foi autorizado pela Pasta a elaboração de estudo prévio de viabilidade para dois novos casos *"projetos Vida Longa"*, cadastrados na SDUH e pendentes de atendimento: municípios de Jaguariúna e Itapira.
Contudo, em razão de pendências do ponto de vista da instrução processual, não foi possível assinar os respectivos convênios, motivo pelo qual não houve a execução da dotação orçamentária disponível.
Execução específica (CDHU):
Entrega de 210 unidades no exercício 2023 (31/12/2023). Em
canteiro ao final do exercício: 278 unidades (31/12/2023).

PROGRAMA 2510 - REQUALIFICAÇÃO HABITACIONAL E URBANA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO - CPH

Ação 5057 - Melhorias Urbanas
(Programa Especial de Melhorias - PEM)

Descrição: Repasse de recursos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, a fundo perdido, com previsão de contrapartida municipal, com o objetivo de realizar intervenções físicas que resultam melhorias urbanas em empreendimentos habitacionais desenvolvidos pela administração pública, direta ou indireta, dos poderes públicos municipal, estadual ou federal, ou em bairros degradados objeto de intervenção municipal por meio de projetos de infraestrutura ou de equipamentos sociais.
O programa foi instituído através do Decreto Estadual nº 54.199, de 02 de abril de 2009.

Execução: Conforme Programação Orçamentária de 2023, houve previsão de recursos para Despesa de Capital - Fonte 1, para a Ação 5057 – Melhorias Habitacionais e Urbanas - Programa Especial de Melhorias – PEM. (Fonte: Tesouro do Estado), no valor de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), a título de investimentos, distribuídos da seguinte forma:
. Dotação Orçamentária Disponível: R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e
. Dotação Orçamentária Contingenciada: R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)
Foram formalizados 36 (trinta e seis) convênios no âmbito do programa PEM, no exercício de 2023, os quais totalizaram o montante de R$ 9.999.964,60 (nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais, e sessenta centavos), portanto executada toda a dotação orçamentária disponível. Deste valor, cabe esclarecer que parte (R$ 5,3 milhões) ainda não foi liquidada em razão de pendências documentais por parte de alguns municípios, estando registrados em Restos a Pagar.
Obs.: Importante deixar consignado que a SDUH solicitou em 28/08/23 o desbloqueio do Sistema S.A.O. para elaboração de Expediente de Alteração Orçamentária visando o descontingenciamento da parte contingenciada de dez milhões de reais (Dotação Orçamentária Contingenciada), para fins de assinatura de outros 30 (trinta) convênios previamente aprovados pela Pasta. Tal pedido não foi autorizado pela Secretaria da Casa Civil!
Desta forma, não foi possível realizar todos os investimentos previamente programados para o PEM no referido exercício, bem como executar plenamente os recursos previstos na respectiva “Ação Orçamentária”.

Fundo Estadual da Habitação (Exta Orçamentário)

Instituído em setembro de 2001, o Fundo Estadual da Habitação - FEH destina-se à aplicação de recursos estaduais em execução de obras de infraestrutura urbana e equipamentos sociais com o objetivo de beneficiar conjuntos habitacionais destinados a famílias de baixa renda. Os recursos do fundo são provenientes da antiga Loteria da Habitação do Estado.

Inoperante desde 2019, portanto, nenhum convênio assinado entre 2019//2023, observa-se que a movimentação ocorrida na conta do Fundo nesse período restringe-se à rendimentos provenientes de aplicação financeira, e alguns débitos decorrentes de repasses de parcelas relativas a convênios celebrados anteriormente à 2019.

Cabe consignar que, em conformidade à **Lei nº 17.386, de 14 de julho de 2021 - artigo 18**, fica revogado, entre outras, a Lei 5.256/1986 que restabeleceu a Loteria Estadual de São Paulo, bem como a Lei nº 10.871/2001 que criou o Fundo Estadual de Habitação, de maneira que a partir dessa data os recursos mantidos na conta do Fundo Estadual de Habitação já não podem mais ser utilizados como fonte de investimentos para novos convênios.

Desta forma, foi efetuada a devolução do valor de R$ 22.477.229,00 existente na conta do Fundo Estadual da Habitação para o Tesouro do Estado, em 22 de março de 2023.

CDHU

Ação 5057 - Melhorias Habitacionais e Urbanas

Descrição: Realização de obras para melhorias em conjuntos habitacionais promovidos pela Cia e já entregues aos beneficiários, que agregam, entre outros, apoio a regularização e benefícios de sustentabilidade, tais como: reforma de áreas condominiais, paisagismo, melhorias nos sistemas de infraestrutura, entre outras atividades.
Execução: Em 2023 foram beneficiados 4.089 domicílios por Melhorias Habitacionais e Urbanas.

Ação 2005 - Urbanização de Assentamentos Precários

Descrição: Atuação em favelas e assentamentos precários passíveis de urbanização e regularização, visando à melhoria das condições de moradia, integração urbana e qualificação socioambiental articulada ao desenvolvimento urbano, prevendo a implantação de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos e regularização fundiária, e podendo demandar ações complementares de reassentamento habitacional.

Execução específica (CDHU):
Entrega de 1.300 domicílios em urbanização no exercício 2023 (31/12/2023).
Em canteiro ao final do exercício: 3.301 domicílios (31/12/2023).

Ação 2004 - Reassentamento Habitacional

Descrição: Atendimento habitacional de interesse social para famílias provenientes de remoções de áreas de risco e/ou de urbanização/erradicação de assentamentos precários. Realiza-se por meio da produção de empreendimentos habitacionais para essa finalidade e, complementarmente, pela concessão de cartas de crédito para aquisição de imóveis no mercado. As operações incluem:
1) Parceria com municípios – reassentamento para atendimento a risco e favelas;
2) Parceria com órgãos públicos estaduais – de suporte à implantação de obras estruturantes e/ou de recuperação ambiental e urbana (DER, CPTM, Metro, etc.);
3) Promoção direta CDHU na modalidade Empreitada.

Execução:
Entrega de 337 unidades no exercício 2023 (31/12/2023).
Entrega de 589 cartas de crédito no exercício 2023 (31/12/2023).
Em canteiro ao final do exercício: 8.767 unidades (31/12/2023).

Ações de destaque durante o ano:

- Expressivo incremento do desenvolvimento de parcerias para execução de empreendimentos em municípios da Região Metropolitana de São Paulo;
- As fortes chuvas que assolaram regiões do Estado de São Paulo em fevereiro de 2023, notadamente municípios do Litoral Norte e, principalmente, em São Sebastião, provocaram graves danos humanos, materiais e ambientais, além de prejuízos econômicos e sociais. Na ocasião, foi decretado Estado de Calamidade Pública pelo Governo do Estado de São Paulo nas áreas dos Municípios do Guarujá, Bertioga, São Sebastião, Caraguatatuba, Ilhabela, e Ubatuba e foi determinada aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, a prestação de apoio à população nas áreas afetadas. Para atendimento definitivo das famílias afetadas, foi contratada pela CDHU a construção de 704 unidades habitacionais que se encontram em fase de conclusão. Ainda, como solução definitiva, está em desenvolvimento o processo de licitação para projeto e construção de 256 unidades habitacionais.
- Viabilização de soluções habitacionais para apoio às obras de infraestrutura estratégicas do GESP nos setores de transportes e saneamento. Destaca-se especialmente o convênio firmado em 2021 pela CDHU com a SH e DER para viabilizar o atendimento das famílias removidas pela DERSA das áreas de influência do Rodoanel Norte e Sul e do Corredor Jacu-Pêssego, retomando o repasse de recursos à Cia. para a viabilização desses atendimentos que havia sido interrompido pela DERSA em processo de extinção.
- Continuidade do apoio às obras de urbanização da Cia, além de reassentamento de favelas e áreas de risco em municípios do interior do Estado.

Ação 2432 - Habitação para Litoral Sustentável

Descrição: A ação envolve um conjunto de iniciativas habitacionais vinculadas a ações de recuperação urbana e ambiental na região do Litoral Paulista.

São destaques:

Programa de recuperação socioambiental da Serra do Mar – CONCLUÍDO – Ações do Estado em finalização: O programa visa à recuperação do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), maior área contínua da Mata Atlântica preservada no Brasil, que sofre ameaça de ocupação por assentamentos habitacionais precários. As intervenções habitacionais são articuladas às da Política Estadual de Meio Ambiente no programa, que configura um conjunto de ações e intervenções da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da Secretaria do Meio Ambiente, envolvendo o Parque Estadual da Serra do Mar e outros remanescentes do bioma da Mata Atlântica. No âmbito das ações habitacionais do Programa, beneficiou até o momento 7.800 famílias, das quais 5.820 com novas unidades habitacionais e 1980 com obras de urbanização. Como ações remanescentes do financiamento com o BID, estão previstos:

- Edificação de 698 UHs em área adquirida no âmbito do Programa Serra do Mar no município de Cubatão, denominado Cubatão K (obras em andamento), bem como a concessão de aproximadamente 230 Cartas de Crédito, o que complementa as metas de atendimento do Programa;
- Projeto de parcelamento do solo para a regularização fundiária dos núcleos de urbanização e instauração dos processos de regularização fundiária – REURB-S, em parceria com o Município.

Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista – NÃO EFETIVADO: Em meados de 2019, o Governo do Estado de São Paulo protocolou junto à Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN do Ministério da Economia do Governo Federal, “Carta Consulta” apresentando o Projeto “Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista”, visando aprovação para contratação de operação de crédito externo para financiar parte do citado Programa.

Em 17 de setembro de 2019, a Comissão de Financiamento Externo – COFIEX/SAIN, expediu a Resolução nº 10/0137, autorizando a preparação do Programa, viabilizando a contratação da operação de crédito externo com a concessão de garantia da União, no valor de US$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares).

A operação de crédito, ora citada, poderá ser efetuada junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, sendo que a fase de preparação foi iniciada no mês de outubro de 2019 e alcançou fase conclusiva, tendo sido suspensa, aguardando definições do Governo do Estado.

O Programa Litoral Sustentável propõe um conjunto de ações e intervenções do Governo do Estado de São Paulo executado pelas Secretarias de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA e da Habitação – SDUH, visando a proteção da biodiversidade e demais serviços ambientais da mata atlântica, associando as ações de proteção com ações de recuperação, mitigação, contenção e prevenção de danos socioambientais e de impactos decorrentes das mudanças climáticas, bem como ações que visam subsidiar o poder público para o planejamento e implementação de intervenções futuras.

Para garantir a participação da sociedade e das famílias atingidas pelas ações do Programa, como parte do processo de preparação, foram previstas Consultas Públicas, distribuídas em duas rodadas, A primeira rodada ocorreu no período de 7 a 9 de julho de 2020, através das plataformas Youtube e Facebook, sendo que a participação média por dia de Consulta variou entre 160 a 230 pessoas. A segunda rodada deverá ocorrer em momento oportuno, quando da publicação de autorização para realização de operação de crédito externo específico ao programa.

Em setembro de 2023 foi atualizada a minuta da Carta de Crédito, para avaliação do Comitê de Crédito da SEFAZ, com base na publicação de 23/06/2023 do Projeto de Lei autorizativa 912 – Artigo 2 B para contratação da operação de crédito externo com a concessão de garantia da União, no valor de US$ 91.356.400,00 (noventa e um milhões, trezentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos de dólares americanos), para posteriormente ser encaminhada para a Comissão de Financiamento Externo – COFIEX.

Programa Vida Digna – EM ANDAMENTO: O Programa Vida Digna consiste em um amplo conjunto de ações e intervenções da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, por meio da CDHU, com foco na remoção e reassentamento de cerca de 3.000 famílias que vivem em palafitas e áreas inundáveis em Cubatão, Guarujá, Praia Grande, Santos e São Vicente. As famílias serão transferidas para novos conjuntos habitacionais a serem construídos nestas cinco cidades da Baixada Santista.

Com investimento na ordem de R$ 600 milhões do governo paulista, o Vida Digna também promoverá a recuperação socioambiental e requalificação das áreas ocupadas por palafitas na orla do estuário de Santos. O programa contará ainda com apoio dos munícipios na disponibilização de terrenos para construção das unidades e contrapartidas nas remoções, trabalho social e recuperação das áreas degradadas desocupadas.

Caberá aos municípios a gestão do uso e ocupação do solo, licenciamento e regularização urbanística e fundiária, articulação de investimentos em drenagem, saneamento, educação, saúde, cultura e das políticas sociais em cada território abrangido. Outra ação articulada com as prefeituras será a implantação de áreas de lazer e outros usos compatíveis naqueles locais que serão desocupados, permitindo a prevenção de novas ocupações habitacionais irregulares.

Além de promover o atendimento habitacional definitivo, o programa irá retirar uma população em situação de vulnerabilidade do contato direto com os vetores que causam inúmeros doenças transmitidas pela poluição da água, como gastroenterite, amebíase, giardíase, febres tifoides e paratifoide e hepatite A. Com a remoção das ocupações irregulares, o Programa contribuirá para sanear e reduzir os problemas de esgoto e lixo das áreas de palafitas situadas em manguezais do Estuário, que são carreados pelas marés e contribuem para: (a) proliferação de insetos transmissores de doenças como dengue, chikungunya, zica, leptospirose, febre da mordida de rato, peste bubônica, tifo murino, salmonelose, sarnas e micoses; (b) degradação ambiental da região; e (c) morte de uma série

de animais marinhos. As obras dos empreendimentos destinados ao reassentamento das famílias que serão removidas das áreas inundáveis e de palafitas já tiveram seu início em todos os municípios conveniados.

Execução:

Entrega de 720 unidades no exercício 2023 (31/12/2023).
Em canteiro ao final do exercício: 2.212 unidades (31/12/2023).

SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

No âmbito da gestão, a SDU promoveu ações coordenadas voltadas para a cooperação interfederativa e a articulação inter e multissetorial, facilitando a construção de uma agenda comum a partir de ações que integrem e acelerem a execução de projetos estratégicos.
A conjugação dos interesses metropolitanos, a estruturação da governança das Unidades Regionais Paulistas e a promoção de políticas urbanas intersetoriais estão contidas nos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs), respeitadas às Funções Públicas de Interesse Comum – FPICs, elaborados para as Regiões Metropolitanas (Baixada Santista, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Campinas, Jundiaí, Sorocaba, São Paulo, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Piracicaba) e a Aglomeração Urbana de Franca (AU).
A fim de fornecer apoio metodológico e capacitação para a elaboração de estudos, planos e projetos que auxiliem os 255 Municípios, que reúnem cerca de 81% da população do Estado, em suas tarefas de planejamento, e atuar no gerenciamento executivo dos respectivos Conselhos de Desenvolvimento Regionais (CDRs), com apoio técnico e administrativo, em especial para aquelas que não contam com Agências Regionais (São Paulo, Jundiaí, Piracicaba, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e AU de Franca), foram realizadas, ao longo de 2023, 122 reuniões, com média de 60 participantes por reunião e cerca de 60% de presença das prefeituras das respectivas RMs, como consta no quadro a seguir. Essas reuniões envolveram 10 Conselhos de Desenvolvimento Regionais, 4 Agências Metropolitanas e várias Câmaras Temáticas instaladas ao longo de 2023 nas nove Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana de Franca.

Regiões Metropolitanas	Reuniões de Conselho	Reuniões Câmara	ONU Habitat	Demais	Total
Baixada Santista	05	16	01		22
Campinas	07	01	01		09
Franca	01	01			02
Jundiaí	02	17	01		20
Piracicaba	02	18	01	01	22
São José do Rio Preto	03	02	01		06
Ribeirão Preto	02	09	01		12
São Paulo	03	10	01	01	15
Sorocaba	01	02	01		04
Vale do Paraíba e Litoral	08	01	01		10
Total Geral					122

Foram tomadas iniciativas para a elaboração de projetos, internos e externos, fruto das demandas e discussões dos atores sociais das unidades regionais e de gestores municipais. Dentre os projetos internos, destaca-se o Centro de Documentação Técnica – em estruturação e implementação, este centro tem como ferramenta principal a Biblioteca Virtual (BV), herdada da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA), que possibilitará acesso à produção técnica-científica sobre os diversos temas relacionados ao desenvolvimento urbano e habitação, como fonte de consulta por parte dos órgãos vinculados à SDUH, por entidades congêneres, nacionais, internacionais, municipais, setoriais e representativas de interesses profissionais e estudantes. Também foi elaborado um Caderno de Tipologias de Projetos de Melhorias Urbanas com o objetivo de promover, por meio de soluções baseadas na natureza, o enfrentamento às mudanças climáticas nas cidades. Esse projeto será implementado em parceria com PEM – Programa Especial de Melhorias.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO – IGC

Ações na área de Cartografia: Em 2023 deu-se a continuidade no novo ciclo de mapeamento para o Estado de São Paulo. Três projetos estão em fase de execução - RMSP, Centro-Norte Paulista, e restante da área do Estado, totalizando 250.000km² e contemplam os produtos: ortofotos, Laser, Rede hidrográfica, Modelos de Elevação. Os quadros a seguir apresentam o estado em que se encontra cada um dos projetos:

Mapeamento da RMSP e Bacia do Alto Tietê – FEHIDRO			
SERVIÇOS	**TOTAL**	**Unidade**	**Executado (%)**
Plano de Voo Detalhado	1	Doc.	100,00
Execução do Voo (Fotografias)	10.270	km²	100,02
Execução do Apoio	10.270	km²	99,99
Execução da Rest. da Hidro	10.270	km²	19,51
Planejamento do MDT	1	Doc.	100,00
Ortofotomosaico RGB	10.270	km²	33,22
Ortofotomosaico IR	10.270	km²	33,23

Mapeamento da porção Centro-Norte do Estado			
SERVIÇOS	**TOTAL**	**Unidade**	**Executado (%)**
Plano de Voo Detalhado	1	Doc.	100
Execução do Voo (Fotografias)	24.625,2	km²	50
Planejamento do Perf. Laser	1	Doc.	100
Execução do Perf. Laser	2.2254	km²	38
Execução do Apoio e Aerotri	57.720,21	km²	98

Mapeamento do restante do Estado - VOO22			
SERVIÇOS	**TOTAL**	**Unidade**	**Executado (%)**
Plano de Voo Detalhado	1	Doc.	100
Execução do Voo (Fotografias)	112.596,88	km²	57
Perf. Laser 4 ptos/m²	101.804,75	km²	51
Perf. Laser 10 ptos/m²	1.030,04	km²	10
Execução do Apoio de Campo	90.401,86	km²	43
Execução da Gravimetria	539	Pontos	46

Sobre a reformulação do sistema Geoportal-IGC e dos sistemas IDESP e SIM, que foram assumidos por conta da liquidação da Emplasa e que são agora geridos pelo Instituto, o processo de modernização dessas plataformas é apresentado na tabela a seguir:

ATIVIDADE	Executado (%)
1 - Planejamento do Projeto	100
2 - Desenvolvimento de nova arquitetura	26
3 - Levantamento e migração dos dados	45
4 - Aplicações de serviços	7
5 - Transferência tecnológica	87

Sistema SIT/SIMM - Sistema de Informações Territoriais e Sistema de Informação Metropolitana e Municipal - Com a extinção da Emplasa, o IGC absorveu seus sistemas, entre eles o SIM - Sistema de Informações Metropolitanas. Diante da necessidade de melhorias e novos recursos, o Instituto contratou empresa especializada para melhorar e implementar um novo sistema para o mapeamento georreferenciado habitacional colaborativo, no intuito de apoiar o planejamento e o monitoramento das informações contantes dos PDUIs - Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado e o macrozoneamento de todas as regiões metropolitanas do Estado. Para desenvolver a integração das informações habitacionais, o IGC vem trabalhando em conjunto da CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano e realizando, desde outubro/2023 por uma medida emergencial, treinamentos e orientações aos municípios para levantar dados geoespaciais dos Assentamentos Precários e outras informações necessárias ao Desenvolvimento Urbano. Inicialmente os treinamentos foram realizados junto aos municípios da Região Metropolitana de Piracicaba, Jundiaí e Litoral Norte. Esse sistema será parte integrante da IDE-SP - Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado de São Paulo que tem previsão de lançamento para o 1º semestre de 2024.

Diagnóstico Municipal de Geoprocessamento e Geotecnologias do Estado de São Paulo - Com objetivo promover o conhecimento do território paulista, o IGC vem desde novembro/2023 desenvolvendo os trabalhos para a elaboração do "Diagnóstico Municipal de Geoprocessamento e Geotecnologias do Estado de São Paulo", que será deverá entregue no 1º semestre de 2024, e terá como objetivo identificar o uso dos dados, informações e serviços geoespaciais e as geotecnologias existentes nos 645 municípios do Estado. Esse levantamento irá auxiliar na melhor formatação dos produtos e sistemas em desenvolvimento pelo Instituto, buscando a melhor forma de acesso e disponibilização desses dados e, também, para fornecer apoio aos trabalhos dos municípios para a produção de dados e serviços geoespaciais.

Monitoramento de ocupações e desmatamento por imagem de satélite - Neste ano a SDUH, por intermédio do IGC assinou contrato junto a SCCON - Santiago & Cintra Consultoria, projeto com gestão do IGC, para a prestação de serviços especializados para o fornecimento de imagens contínuas de alertas mensais, utilizando imagens de satélites, de detecção de mudanças e licenciamento de imagens orbitais, utilizando alertas de abertura de vias, desmatamento (corte raso), edificações novas ou suprimidas/demolidas e escorregamento de solo (limpeza de terreno) numa área de 12.544,24 Km² abrangendo 52 municípios localizados na Região Metropolitana de São Paulo, Região Metropolitana da Baixada Santista e Litoral Norte. Além do contrato a SDUH/IGC realizou a adesão ao Programa Brasil Mais, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Diretoria Técnico-Científico da Polícia Federal.

O IGC é o único órgão responsável pela gestão das divisas intermunicipais do Estado de São Paulo. Em 2023, foram atendidos 1.388 processos, abrangendo Certidões de Jurisdição Territorial, que consiste no documento oficial para fins de tributação e registro em cartório em que se determina a jurisdição territorial a qual o imóvel pertence; Informações Técnicas que determinam, através de

análises cartográficas, extensões de rodovias, localização de equipamentos urbanos como pedágios, imóveis em geral ou marcos municipais; análises técnicas referentes a demarcações, estudos técnicos para criação e delimitação de Distritos e Traçados de Divisa em plantas ou em ortofotos. Sendo eles: 1.123 expedientes técnicos emitidos para pessoas físicas, 156 para pessoas jurídicas e 109 para órgãos públicos. Serviços de Estudos de Caracterização de Drenagem e Mapeamento de Nascentes: o IGC é o órgão responsável pela elaboração de informações técnicas de caracterização de drenagem que consiste na atualização pontual da rede hidrográfica na cartografia oficial do Estado de São Paulo. Para isso, através de vistorias de campo, coleta-se a localização precisa das nascentes e do traçado dos cursos d'água, com vistas ao processo de licenciamento ambiental; o serviço de Pareceres Técnicos de natureza geográfica e cartográfica permitem, a partir da análise e do estudo dos materiais cartográficos históricos, identificar as alterações na paisagem ao longo do tempo. Em 2023 foram elaboradas 179 informações técnicas desta natureza, assim distribuídas: 94 para pessoas físicas, 53 para pessoas jurídicas, 32 para órgãos públicos.

Ações na Área de Gestão Documental e Disseminação da Informação Técnica: responsável pela guarda, em caráter permanente, de acervo técnico documental, produto de atividades de reconhecimento geográfico e cartográfico e controle administrativo da Divisão Territorial do Estado de São Paulo. Foi discutido e modelado, em conjunto com o Arquivo Público do Estado e a Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário, da Procuradoria Geral do Estado, projeto de digitalização, tratamento e disponibilização de croquis, plantas e mapas dos imóveis de propriedade do Estado de São Paulo. O projeto entrou em execução já este ano e foram digitalizadas 4.532 unidades documentais, gerando 1,22 terabyte de dados. A área continuou executando atividades de divulgação técnica e científica, centradas na criação e desenvolvimento de canais de disseminação de conhecimento e documentos pertinentes ao acervo técnico sob custódia e, como exemplo, a conta no Instagram interagiu com mais de 5 mil pessoas, com 94 publicações e site na internet, mantido com exposição permanente de documentos iconográficos e cartográficos. Estas ações atingiram, em conjunto, um público superior a 30 mil pessoas no período. Como suporte ao trabalho técnico do IGC, foram publicados em nuvem segura - com ferramentas avançadas de indexação e pesquisa e de acesso remoto restrito às áreas técnicas do IGC, 4.652 folhas topográficas na escala 1:10.000, documentos textuais e cartográficos.
Atendimentos técnicos que envolvem localização de propriedades em mapas, cartas, fotografias aéreas e imagens de satélite: 854 presencialmente, 6.872 via e-mail, 3.030 por telefone e 1.264 por WhatsApp.

AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA- AGEM

Descrição de Programas e Ações

Plano Regional de Mobilidade Sustentável e Logística da Baixada Santista (PRMSL/BS)

O PRMSL/BS foi construído com distintas atividades e participação de diversos órgãos que atuam na Região, voltadas à logística e mobilidade urbana. Como exemplo o alinhamento de ciclovias integradas entre os municípios, ampliação do transporte público e diagnóstico completo dos acessos viários da região.

Um dos produtos do PRMSL/BS foi o Pacto Metropolitano da Mobilidadeque foi assinado por todos os municípios da RMBS se comprometendo com os objetivos e as ações definidas no Plano até 2040":

Consolidado e entregue em 2023.

Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Baixada Santista

Entrega final do Projeto sobre tratamento de **Resíduos Sólidos** ciclo completo:

- Proposta para **Concessão** de Serviço por parte do Estado, inédito no Brasil (ciclo completo, incluindo a Usina de Recuperação Energética, processo térmico);
- Modelo com viabilidade técnica para ser "exportado" para todo o Estado (divido por regiões), com adequação às condições de cada região;
- A próxima etapa do Plano será focada em projeto para o gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil (R.C.C.).

Projeto em parceria com a UNISANTOS: Curso de Extensão Universitária Lato Sensu em Sustentabilidade e Cidades Inteligentes (inédito no Brasil):

- Ao final os 27 alunos (todos dos 9 Municípios da Baixada Santista), entregarão projetos práticos, viáveis para execução pelos municípios, relativos a itens que afetam o Meio Ambiente, formando um Banco de Projetos, que ficará disponível para interessados em implementá-los;

Reestruturação do Apoio ao CONDESB e Câmaras Temáticas:

- Alinhamento de propósitos e ações práticas (todas metropolitanas);
- Relação está fácil, e ágil, com as Prefeituras;
- A AGEM assumiu um papel mais propositivo e executivo em questões de planejamento de ações, e executivo em viabilização das obras junto ao FUNDO e ao próprio CONDESB.
- Introdução de representantes da sociedade civil no Conselho e Câmaras Temáticas, com direito a voto.
- Estabelecimento e aprovação dos novos regimentos internos, refletindo a participação da sociedade civil.
- Criação de "Banco de Projetos", como uma reserva técnica de projetos para o decorrer do ano administrativo, permitindo maior possibilidades de planejamento técnico junto às prefeituras, e de fluxo de recursos.

Administração da Conta bancária FUNDO – Banco do Brasil:

- Por determinação da SDUH, a conta no Banco do Brasil de administração dos recursos do FUNDO, passou a ser de responsabilidade da AGEM-BS, com objetivo de melhoria na transparência eprestação de contas.

Gestão da AGEM-BS:

- Proatividade na intermediação dos problemas metropolitanos com os Municípios, e com outros entes.
- Todos os processos administrativos resolvidos ou em fase final de resolução;
- Equipe mista (funcionários antigos e novos) em harmonia, e alinhados com a Direção;
- Equipe preparada para novos desafios (Planejamento, Execução e Acompanhamento de Convênios, e Ata de Registro de Preços)
- Início de estudos para continuidade e ampliação da Sala de Monitoramento Climático (Itanhaém), em parceria com a UNISANTA.

i. Foi o único observatório que previu a catástrofe do Litoral Norte (a previsão era que a Baixada Santista sofresse os primeiros impactos; ventos deslocaram para o Litoral Norte; Projeto "Carrinho de Ambulante" – preservação do Meio Ambiente e segurança para o ambulante e a população.

Atualização do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico PDUI:

Aprovado no CONDESB em agosto de 2023 e enviado para a SDUH.
Foram realizadas diversas reuniões com Conselho, Câmara Temática e Sociedade Civil.

Reuniões CONDESB

- Em 2023 foram realizadas 6 (seis) Reuniões Ordinárias do Condesb, e 1 (uma) Reunião Extraordinária. Foram 5 (cinco) reuniões ordinárias presenciais e 1 (uma) reunião extraordinária. Todas as reuniões foram promovidas para integrar e deliberar ações de planejamento e execução em carácter metropolitano.

Câmaras Temáticas

Em 2023 houve uma deliberação do Conselho reduzindo de 16 para 11 Câmaras Temáticas, todo trabalho está registrado em processos, atas e relatórios, que podem ser consultados pelos interessados, na sede e no site da Agência Metropolitana (Agem).

Secretaria Executiva do Condesb e as Câmaras Temáticas

Uma das principais funções da Agência Metropolitana (Agem) é atuar como Secretaria Executiva do Condesb e de suas Câmaras Temáticas (CT) distribuídas entre os seguintes Eixos temáticos:

Mobilidade:

- Mobilidade e Logística;

Meio Ambiente e Saneamento:
- Habitação e Defesa Civil,
- Meio Ambiente e Saneamento;

Desenvolvimento Econômico:
- Agropecuária, Pesca e Economia Solidária,
- Planejamento e Desenvolvimento Econômico,
- Turismo;
- Tecnologia da Informação e Comunicação;

Políticas Sociais:
- Direitos Humanos,
- Segurança,
- Cultura e Esportes.

Especial:
- Equalização de Leis de Caráter Metropolitano

Reuniões da Câmaras Temáticas

No ano de 2023 foram realizadas 37 (trinta e sete) reuniões de Câmaras Temáticas ou reuniões de trabalho das Câmaras:

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO DA BAIXADA SANTISTA (FUNDO)

Projetos CONDESB / FUNDO / AGEM – 2023

Pavimentação de Vias Públicas – município de Cubatão, projeto com recursos do FUNDO, valor atualizado de R$ 1.108.531,98, atualmente em execução.

Construção da Ciclovia da Vila Esperança – município de Cubatão, projeto inteiramente com recursos do FUNDO, no valor de R$ 1.444.472,51, atualmente em execução.

Curso de Pós Graduação Latu Senso em Sustentabilidade e Cidades Inteligentes, ministrado pela UNISANTOS, para público composto de servidores das áreas de Meio Ambiente das prefeituras dos municípios da Baixada Santista, no valor de R$ 385.560,00, atualmente em execução.

Execução de obras de Macro Drenagem na Vila Tupi – município de Bertioga, com recursos do FUNDO e contrapartida da prefeitura, no valor de R$ 2.000.000,00, aprovada e contratação realizada.

Execução de obras de Macro Drenagem no Vale Verde– município de Cubatão, com recursos do FUNDO e contrapartida da prefeitura, no valor de R$ 2.000.000,00, aprovada, em fase de assinatura do contrato.

Execução de obras de Macro Drenagem na região do Canal Dois– município de Mongaguá, com recursos do FUNDO e contrapartida da prefeitura, no valor de R$ 1.100.000,00, aprovada, em fase de assinatura do contrato.

Revitalização da Ciclovia da Avenida Ademar de Barros – município de Guarujá, projeto inteiramente com recursos do FUNDO, no valor de R$ 1.862.380,35, aprovada, em fase de assinatura do contrato.

Revitalização da Ciclovia da Avenida Tupiniquins - Japuí – município de São Vicente, projeto inteiramente com recursos do FUNDO, no valor de R$ 1.998.750,12, aprovada, em fase de assinatura do contrato.

Obras de Estabilização e Contenção na Estrada Engenheiro Paulo Eugenio Broio, km 41, Área 28 – município de Peruíbe, projeto inteiramente com recursos do FUNDO, no valor de R$ 883.892,63, aprovada pelo FUNDO, em fase de aprovação pelo Conselho Metropolitano CONDESB.

SITUAÇÃO DOS PROJETOS FUNDO - DEZEMBRO 2023 A JANEIRO 2024

FUNDO - PROJETOS EM EXECUÇÃO - DEZEMBRO 2023

	Município Solicitante	Ano	Descrição do PROJETO	Valor Total Projeto	Contrapartida da Prefeitura	Valor Liberado pelo FUNDO
1	Cubatão	2019	Pav. Vias Públicas	3.370.000,00	0,00	1.108.531,98
2	Cubatão	2022	Ciclovia Vila Esperança	1.444.472,51	0,00	1.444.472,51
3	Metropolitano	2023	Pós Graduação Latu Senso Sustentabilidade - Unisantos	385.560,00	0,00	353.430,00
4	Bertioga	2023	Drenagem - Vila Tupi	4.341.530,55	2.341.530,55	2.000.000,00
5	Cubatão	2023	Drenagem - Vale Verde	6.639.061,40	4.639.061,40	2.000.000,00
6	Mongaguá	2023	Drenagem - Canal 2	1.342.427,95	242.427,95	1.100.000,00
7	Guarujá	2023	Ciclovia - Ademar de Barros	1.862.380,35	0,00	1.862.380,35
8	São Vicente	2023	Ciclovia - Japuí - Av. Tupiniquins	1.998.750,12	0,00	1.998.750,12
9	Peruíbe	2024	Estabilização e Contenção Estrada Eng. Paulo Eugênio Broio km 41- Área 28	883.892,63	0,00	883.892,63

Resumo Financeiro da Conta Fundo-BS

Receitas (Ano 2023)

Saldo (31/12/2022)	R$ 25.340.606,06
Aportes	R$ 685.541,07
Rendimentos	R$ 3.106.656,21
Total	**R$ 29.132.803,34**

Pagamentos efetuados (Ano 2023)

Pagamentos (medições)	R$ 1.189.822,80
Agente Financeiro 1%	R$ 11.898,21
Agente Técnico 5%	R$ 59.491,12
Remuneração Banco do Brasil 2%	R$ 519.405,57
Total	**R$ 1.780.617,70**

Disponível Bruto (Ano 2023)

Receitas	R$ 29.132.803,34
Pagamentos efetuados	R$ 1.780.617,70
Saldo (31/12/2023)	**R$ 27.352.185,64**

Compromissos para Pagamentos Futuros

Projetos aprovados	R$ 8.961.130,47
Projetos em execução	R$ 2.906.434,49
Reserva pagamento Ag. Financeiro	R$ 118.675,65
Reserva pagamento Ag. Técnico	R$ 593.378,25
Total	**R$ 12.579.618,86**

Disponível Líquido

Disponível Bruto	R$ 27.352.185,64
Compromissos Pagamento Futuros	R$ 12.579.618,86
Reserva p/ Futuros Investimentos	**R$ 14.772.566,78**

Execução Orçamentária 2023

Despesas Correntes

Pessoal e Encargos Sociais	
Dotação Inicial	1.806.289,00
Empenhadas	1.444.126,00
Liquidadas	1.444.126,00
Pagas	1.442.766,26

Outras despesas correntes	
Dotação Inicial	1.877.903,00
Empenhadas	567.949,38
Liquidadas	567.949,38
Pagas	752.147,58

AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS - AGEMCAMP

Descrição: Fomentar, financiar e apoiar projetos e ações de ordem metropolitana de interesse comum. A composição dessa ação inicia-se pelo impacto dos projetos e a estrutura de gestão metropolitana, formada pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (CD-RMC), AGEMCAMP, as Câmaras Temáticas e Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (FUNDOCAMP) através do Conselho de Orientação. Reconhecida como protagonista efetiva da melhoria da qualidade de vida da população e do desenvolvimento econômico.

Descrição dos Programas e Ações
Objetivos Estratégicos:

Ação - PDUI – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

Descrição: O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) é um instrumento legal de planejamento e gestão metropolitana e regional, definido em 2015 pelo Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/15), que visa integrar as políticas setoriais de desenvolvimento urbano e qualificar os investimentos nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas brasileiras. Neste contexto, a AGEMCAMP define instrumentos e diretrizes para o planejamento, gestão e execução compartilhada das funções públicas de interesse comum tendo em vista que as principais atribuições da AGEMCAMP são: “Estabelecer metas, planos, programas e projetos de interesse comum” Projeto consolidado em fevereiro de 2023, porém com novas reuniões relacionados ao tema no primeiro semestre 2023:

2 (duas) reuniões com a Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo de Campinas;
1 (uma) reunião com a Secretaria de Planejamento Urbano de Cosmópolis;
1 (uma) reunião com a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo;
Projeto Consolidado em: fevereiro 2023
Valor R$ 800.000,00

Ação - Projetos de Desenvolvimento na Área da Educação

GRUPO TÉCNICO: CÂMARA TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO
11º Fórum internacional da educação
Com o tema “Qualidade e Inclusão”, o 11° Fórum Internacional de Educação foi realizado nos dias 03, 04 e 05 de outubro de 2023, no município de Holambra, entre os entes federados da Região Metropolitana de Campinas (RMC). O objetivo principal é a discussão, entre os municípios, para aprimorar a metodologia de ensino na região, bem como compactuar com experiências internacionais, tendo em vista a formação continuada e troca de experiências a respeito das propostas pedagógicas e aprimoramento da metodologia.
Projeto Consolidado em: novembro /2023
Valor R$ 347.500,00

Ação - Projetos de Desenvolvimento na Área da Segurança Pública

GRUPO TÉCNICO: CÂMARA TEMÁTICA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Sistema Regional de videomonitoramento e aquisição de software para compor o sistema:
Projeto iniciado em 2011, para atender às demandas por Segurança Pública, conforme diagnósticos criminal, socioeconômico e dos recursos policiais da Região Metropolitana de Campinas. É uma das prioridades apontadas no Plano Metropolitano de Segurança elaborado em 2008, que identificou a necessidade da implantação de um Sistema Metropolitano de Vídeo Monitoramento e a Instalação de Câmeras como forma de reduzir o grau do impacto da criminalidade, bem como a superação dos gargalos para melhoria da Segurança Pública, apontados no Plano Estratégico da RMC elaborado em 2010.
Projeto Consolidado em: Junho/2023
Valor: R$ 22.219.747,00

Ação - Projetos de Desenvolvimento na Área da Assistência Social

GRUPO TÉCNICO: CÂMARA TEMÁTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL;
Enfrentamento a Pandemia da Covid 19 na RMC "Ações emergenciais para concessão de benefícios eventuais às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social":
A Câmara Temática de Assistência Social, representada pelos 20 municípios da RMC e pela a Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) da Secretaria Estadual de São Paulo, apresentou como necessidade emergencial, decorrente da Pandemia da COVID 19, aquisição de: alimentos, gás de cozinha e materiais de higiene e de limpeza para grupos vulneráveis, através do financiamento para concessão de Benefícios Eventuais.
Projeto em Andamento até dezembro 2024
Valor: R$ 18.000.000.00

Ação - Projetos de Desenvolvimento na Área da Cultura

GRUPO TÉCNICO: CÂMARA TEMÁTICA DE CULTURA
Revirada Cultural
Em sua 5º Edição, e por meio de iniciativa da Câmara Temática de Cultura do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, foi elaborado o projeto "Re-Virada Cultural Regional", que tem como principal objetivo o fortalecimento da produção regional, bem como a formação de público para as mais variadas formas de manifestações culturais em todos os municípios da RMC.
A proposta da "Re-Virada Cultural Regional" foi fruto da experiência do Corredor Intermunicipal de Cultura há alguns anos. Este evento promoveu o intercâmbio entre os municípios da região e o fomento cultural.
Projeto Concluído em: dezembro 2023
Valor: R$ 2.000.000,00

Ação - Projetos de Desenvolvimento na Área da Defesa Civil

GRUPO TÉCNICO: CÂMARA TEMÁTICA DA DEFESA CIVIL
RADAR - Centro regional de meteorologia da RMC" - Implantação de um Centro Regional de Meteorologia da RMC
O Projeto Plataforma para Redução de Risco de Desastre, tem o objetivo de promover a gestão de riscos e gerenciamento de desastres entre as Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil pertencentes a Região Metropolitana de Campinas. Tendo isso em vista, a aquisição de Equipamento de Radar Meteorológico, integrará e reforçará as parcerias com o poder público municipal e a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
Complementarmente, o centro atuará, no contexto operacional definitivo, com meteorologistas trabalhando em regime integral de 24h/dia, provendo informações, boletins e alertas aos órgãos oficiais em âmbito regional, estadual e federal, por meio de suas Defesas Civis e sob demanda. O Centro também atuará na área de pesquisa e desenvolvimento tendo como eixo norteador, os objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU que tratam de medidas no combate e no gerenciamento das mudanças climáticas e seus impactos.
Projeto Concluído 1ª Fase em novembro 2023
Valor: R$ 3.000.000,00
2º Fase da Instalação (previsão início de 2025)

COE- Centro de Operação de Emergência da Defesa Civil
O Projeto "Centro de Operação de Emergência da Defesa Civil – COE-DEFESA CIVIL na Região Metropolitana de Campinas", a partir da necessidade de atualizar os atuais alcances do projeto Sistema Regional de Defesa Civil e da Plataforma para Redução de Risco de Desastres da Região Metropolitana de Campinas que consolidou na RMC uma postura de mudança do papel desempenhado pelas Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil - Compdec (s).
O Projeto visa ampliar as ações já realizadas pela Câmara Temática de Defesa Civil – CT DC RMC, tendo como principal objetivo a discussão de políticas públicas e ações de resposta integradas em um Centro de Operação de Emergência da Defesa Civil – COE Defesa Civil dentro de uma metodologia de visão sistêmica conforme estabelecida na Lei Federal 12.608, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil que estabelece competências à União, Estados, Distrito Federal e os Municípios, e que todos os órgãos devem adotar medidas para a redução de desastres e atuarem em situação de emergência ou estado de calamidade pública.
Torna-se necessário citar o **SCORECARD**, que compreende um desdobramento do COE. Trata-se de uma ferramenta que fornece um conjunto de indicadores que irão permitir o acompanhamento pelos governos locais para a redução do risco de catástrofe e, assim, avaliar localmente a resiliência face a catástrofes.
Projeto em andamento.
Valor: R$ 2.000.000.00

Ação - Projetos na Área do Saneamento e Meio Ambiente

GRUPO TÉCNICO: CÂMARA TEMÁTICA DO MEIO AMBIENTE
Plano de implementação da área de conectividade da região metropolitana de campinas - Programa Reconecta
O Projeto RECONECTA RMC surgiu a partir do Plano Municipal do Verde, instrumento estratégico elaborado pela Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS), da Prefeitura Municipal de Campinas e que define programas de cunho ambiental para serem instituídos ao longo dos próximos 10 anos.
Visa integrar os municípios da Região Metropolitana de Campinas (RMC), com objetivo de traçar estratégias conjuntas com relação à conservação e recuperação da fauna e flora, isto porque, somente podem ser realmente efetivas se forem tratadas na esfera regional, uma vez que as interações nas questões ambientais ultrapassam os limites geográficos existentes entre os municípios.
Com base nesse propósito, tivemos no dia 13 de junho de 2017 o primeiro encontro entre os representantes da área ambiental dos municípios da RMC, após a apresentação da proposta aos prefeitos, feita na 183a Reunião do Conselho de Desenvolvimento da RMC, dia 18/04/2017. Dessa data adiante, a Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP), intensifica seu trabalho na Câmara Temática do Meio Ambiente, propondo juntamente com seus membros e representantes, ações que contribuam para a Sustentabilidade e o meio Ambiente.
Dentro dessas ações estabelecidas, norteou-se as tratativas para o PDUI.
Projeto em andamento, cujo fundo foi financiado pelo ICLEI, sem investimentos diretos pela AGEMCAMP, até o momento.

Rotina Administrativa
- Elaboração de Documentos para atualização de Certificado Digital
- Participação em reuniões e Treinamentos referente ao diversos sistema do Estado, nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, SEI e RH.
- Elaboração da Proposta Orçamentária para as Despesas.
- Acompanhamento dos contratos (com ou sem dispensa de licitação)
- Manutenção do Sistema Único de Cargos e Funções Atividades – SICAD.
- Posse de novos servidores.
- Prontuários.
- Acompanhamento de frequência.
- Acompanhamento, identificação e cálculo dos aportes dos munícipios referentes ao FUNDOCAMP.
- Elaboração de Editais.
- Execução do Processo de Avaliação de Desempenho Individual dos servidores lotados 2023;
- Aquisição de materiais de uso e consumo - sistema BEC

- Contratação de serviços terceirizados técnicos para processamento de dados – PRODESP – SAM
- Contratação de serviços terceirizados técnicos para processamento de dados – PRODESP – FOLHA
- Contratação de serviços terceirizados técnicos para processamento de dados – PRODESP – INTRAGOV dados, vivo telefonia.
- Contratação - SODEXO auxílio refeição
- Contratação – locação de máquina de impressão coorporativa
- Contratação de serviços terceirizados, limpeza predial
- Gestão e Execução da Folha de pagamento dos servidores lotados nesta autarquia
- Contratação de Licenças de e-mail e gerenciamento
- Pagamento do Condomínio CATI – permissão do uso do solo 3º andar do Ed. 1
- Contratação Serviço Manutenção e Higienização Ar condicionado
- Contratação de serviços terceirizados – locação de veículo novo
- Contratação Serviço Manutenção Predial – infiltração
- Contratação do Anti-Virus
- Projeto PDTIC
- Aquisição de material permanente

Execução Orçamentária
Despesas Correntes

Pessoal, e Encargos Sociais	
Dotação Inicial	R$1.340.329,00
Empenhadas	R$ 983.607,80
Liquidadas	R$ 983.607,80
Pagas	R$ 895.433,70

Outras despesas correntes	
Dotação Inicial	R$ 619.580,00
Empenhadas	R$ 386.115,81
Liquidadas	R$ 386.115,81
Pagas	R$ 324.724,00

AGÊNCIA METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE AGEMVALE

PROGRAMA 2929 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MACROMETRÓPOLE PAULISTA

Ação 6083 - Estratégias Desenvolvimento Sustentável Macrometrópole Paulista

Descrição: Capacitação dos gestores envolvidos no processo de estímulo à integração das cidades que pertencem ao território da Macrometrópole Paulista. Apoio e articulação para implementação dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado. Estabelecimento de novas unidades territoriais e fortalecimento das existentes e fomentar, financiar e apoiar projetos e ações de abrangência regional, objetivando o desenvolvimento socioeconômico integrado e a redução das desigualdades sociais das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

Objetivos Estratégicos do Programa PPA 2020-2023:
- Apoio estratégico e articulação regional.
- Projetos de desenvolvimento para a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – RMVALE-LN.

Apoio Estratégico Articulação Regional

Das Atividades

Além dos projetos e ações do exercício anterior que continuam vigorando, em 2023 as atividades abaixo relacionadas estão sendo desenvolvidas pela equipe.

Projeto Muralha Paulista
Criação de um sistema interligado de videomonitoramento entre as Polícias (Civil e Militar) e as Prefeituras do Novo Vale (17 cidades).
A Muralha Paulista é política pública de governo que amplia a utilização da tecnologia para promover através de programas a ruptura da mobilidade criminal, com frentes variáveis no produto, no criminoso e nos procurados.
Edital Muralha Paulista de N° 01/2023, publicado em três de outubro de dois mil e vinte e três, foi suspenso em atendimento a solicitação enviada em cinco de outubro de dois mil e vinte e três, via e-mail, por orientação do secretário-chefe da Casa Civil, "SUSPENÇÃO, SEM DATA PREVISTA PARA RABERTURA, do pregão eletrônico referente a oferta de compra 252301250522023OC00001, inicialmente prevista para dezoito de outubro de dois mil e vinte e três.
AGEMVALE em pareceria com a Secretaria de Segurança Pública dá início a fase de estudos técnicos para atendimento do Programa em toda Região Metropolitana (39 municípios).
Reunião Conselho de Orientação
Instituído através do Decreto N° 59.229 de 24 de maio de 2013, é o responsável por dar suporte financeiro ao planejamento e às ações na região metropolitana, com financiamentos e investimentos em planos, projetos, programas, serviços e obras.
Deliberação CO-FUNDOVALE n° 01/2023, aprovação da proposta de aplicação de recursos do FUNDOVALE para o projeto "MURALHA PAULISTA", que visa a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos que possibilitem a disponibilização, visualização, pesquisas e armazenamento de imagens para monitoramento, manutenção dos pontos e respectivos equipamentos do sistema de gerenciamento unificado para os municípios que compõem as regiões do vale histórico e vale da fé.
Sistema Eletrônico de Informações
Adesão ao Programa SEI e treinamento da equipe para operacionalizar o Programa;

GSPOFP – Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas

Participação em reuniões do grupo de orçamentos da Secretaria de Desenvolvimento Regional, para traçar estratégias do bom aproveitamento e uso dos recursos orçamentários e financeiros das unidades.

Intercambio entre Agências

Atuando ativamente junto as demais agências como suporte para as rotinas administrativas.

PDUI – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

Em dezembro de 2022, foi apresentada a sociedade civil e aos prefeitos na reunião do conselho o caderno final do PDUI, que agora está na ALESP aguardando aprovação.

Mapeamento dos Planos Diretores Municipais
Estudo de diagnóstico (em andamento) em Parceria com a SDUH para revisão/execução.

Iluminação Pública – PPP (Vale Histórico e Vale da Fé)
Em parceria com a SDUH, a PPP Iluminação Pública, visa o serviço público de caráter essencial, não só ligado à segurança Pública e ao bem-estar dos cidadãos, mas também como vetor de desenvolvimento econômico e social, que servirá como infraestrutura base das cidades inteligentes.

Projeto de Mapeamento Aerofotogramétrico e Plataforma de Monitoramento por Satélite
Em parceria com a SDHU, levantamento de informações para fotos aéreas para toda a RMVALE, para criação de plataforma colaborativa.

Assessoria de Imprensa
Recebimento de demandas da imprensa e interlocução com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação para definição de retornos, pautas, entrevistas e apoio a Assessoria Técnica e de Imprensa

da SDUH, administração das mídias sociais da Agência. Acompanhamento de notícias veiculadas na mídia sobre os trabalhos desenvolvidos pela AGEMVALE.
Reestruturação e padronização de todo o site da autarquia seguindo as orientações da Controladoria Geral do Estado – CGE.

Programa de Integridade
Em atendimento ao Decreto 67.682, de 03 de Maio de 2023, implementação de procedimentos para a elaboração e estruturação e monitoramento de programa de integridade.

PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações
Em atendimento ao Decreto 67.799, de 13 de Julho de 2023, que instituiu a Estratégia de Governo Digital do Estado de São Paulo para o período de 2023-2026, foi realizada a implantação Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC), conforme solicitado pela Secretaria de Gestão e Governo Digital – SDGD.

Implantação Do Sic - Sistema Integrado De Informações Ao Cidadão
Implantação do Sistema Integrado de Informações ao Cidadão – SIC.

Conselho Consultivo (Sub-Região)
Composição dos Conselhos Consultivos da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, na forma estabelecida no artigo 14 da Lei Complementar 1.166, de 09 de janeiro de 2012. As reuniões de posse e eleição para as mesas diretoras aconteceram, conforme segue:
Reuniões realizadas nas cinco sub-regiões:
31/08/23 – em Caraguatatuba, com os municípios que integram a sub-região 5;
01/09/23 – em Guaratinguetá, com os municípios que integram a sub-região 3;
04/09/23 – em São José dos Campos, com os municípios que integram a sub-região 1;
04/09/23 – em Pindamonhangaba, com os municípios que integram a sub-região 2;
05/09/23 – em Cruzeiro, com os municípios que integram a sub-região 4.

Com a participação da Sociedade Civil, Legislativo e Executivo (Municipal) é ferramenta desenvolvimento de ações integradas com o Governo do Estado, que resultarão na construção de Políticas Públicas para o Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Com a organização por parte da equipe da AGEMVALE foram realizadas a 2ª reunião ordinária do Conselho Consultivo em cada sub-região:
30/10/2023 – em Campos do Jordão, com os representantes eleitos da sub-região 2
31/10/2023 – em Aparecida, com os representantes eleitos da sub-região 3;
01/11/2023 – em Caçapava, com os representantes eleitos da sub-região 1;
06/11/2023 – em Ubatuba, com os representantes eleitos da sub-região 5;
07/11/2023 – em Arapeí, com os representantes eleitos da sub-região 4.

Apoio a Diretoria/Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Apoio na organização de reuniões e eventos da agência e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, na entrega de títulos fundiários, Programa ONU-Habitat, recepcionando as demandas locais e regionais com municípios e Prefeitos.
Rotina Administrativa
- Abertura e Distribuição do Orçamento
- Elaboração do Processo de Alterações Orçamentárias
- Inclusão e exclusão de funcionários no Sistema de Folha de Pagamento.
- Elaboração de Notas de Empenho, destinados ao pagamento de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Custeios (Diárias, Materiais de Consumo, Transportes e Locomoção, Aluguéis, Serviços de Pessoas Jurídicas e Utilidades Pública), Adiantamentos (Sistemas Siafem e Siafísico).
- Elaboração de Notas de Lançamento, destinados a Liquidação das despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Custeios (Diárias, Materiais de Consumo, Transportes e Locomoção, Aluguéis, Serviços de Pessoas Jurídicas e Utilidades Pública), Adiantamentos, além da Movimentação Orçamentária.

- Elaboração de Pedidos de Desembolso para o pagamento das despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Custeios (Diárias, Materiais de Consumo, Aluguel, Serviços de Pessoas Jurídicas e Utilidades Pública e Adiantamentos). OBS.: Esses Pedidos são transformados em Ordens Bancária, quando do vencimento das respectivas despesas.
- Transmissões através de Sistemas da Receita Federal, os arquivos de DIRF e RAIS do Exercício Anterior, referente a movimentação de Pessoal e Fornecedores.
- Solicitação de Alterações Orçamentárias para adequação das despesas junto a Secretaria de Planejamento e Gestão.
- Elaboração de Relatório de Identificação e Solicitação de Recursos para atender as despesas a cada mês subsequente junto ao Sistema de Informações das Entidades Descentralizadas SIEDESC.
- Elaboração de Relatório de Identificação dos recursos utilizados do mês anterior, junto ao Sistema de Informações das Entidades Descentralizadas SIEDESC.
- Solicitação Diária de Liberação de Recursos Financeiros para pagamento das Despesas junto ao Sistema de Execução Financeira – SEF.
- Transmissões através de Sistema SEFIP da Receita Federal, dos arquivos de Previdência Social, referente aos valores a serem recolhidos nas competências mensais.
- Elaboração de Documentos para atualização da Certificação Digital.
- Participação em reuniões e treinamentos referente ao diversos sistemas do Estado nas áreas de planejamento, orçamento, finanças e RH.
- Elaboração da Proposta Orçamentária para as Despesas.
- Elaboração de Relatório de Acompanhamento do Sistema de Monitoramento do PPA (Sistema SIMPA), dos futuros Projetos do FUNDOVALE.
- Acompanhamento dos contratos (com ou sem dispensa de licitação).
- Manutenção do Sistema Único de Cargos e Funções Atividades – SICAD.
- Posse de novos servidores.
- Prontuários.
- Acompanhamento Folhas de frequência.
- Execução e acompanhamento de movimentação orçamentária e financeira dos recursos do FUNDOVALE junto a Desenvolve SP e sistema SIAFEM.
- Manutenção predial e de equipamentos.
- Implantação de toda a rotina administrativa dentro do Sistema SEI.
- Elaboração de edital.
- Encerramento Orçamentário e Financeiro do Exercício.

Projetos de Desenvolvimento Metropolitano

- Pleno funcionamento do FUNDOVALE;
- Execução do Projeto MURALHA PAULISTA (RMVALE-LN),

Funcionamento das Câmaras Temáticas, sendo:

- Gestão territorial, parcelamento uso e ocupação do solo e desenvolvimento integrado;
- Gestão ambiental, recursos hídricos, saneamento e defesa civil;
- Mobilidade, transporte e logística;
- Segurança Pública;
- Projeto regional para pequenos e médios produtores rurais da RM Vale do Paraíba;
- Projeto Turismo Regional - relativos especialmente nos setores de astronomia/alimentação/agro; turismo, artesanato, rotas religiosas, experiências/vivências geográficas.

Segue relatório da Movimentação Orçamentária e Financeira das UGEs, conforme abaixo:

UO 29061 - AG. METROP. VALE DO PARAIBA E LITORAL NORTE
UGE 292701 - AG. METROP. VALE DO PARAIBA E LITORAL NORTE

Data Atualização: 09/01/2024

Categoria	Dotação Inicial	Dotação Atual	Indisponível	Empenhado	Empenhado %	Disponível	Liquidado	Liquidado %	Pago	Pago de Restos	Restos a Pagar Total	Cancelamento RP
3 - DESPESAS CORRENTES	2.306.084,00	213.742,00	1,62	213.738,79	100,0%	1,59	213.738,79	100,0%	213.738,79	10.214,05	0,00	151,76
Total Geral	2.306.084,00	213.742,00	1,62	213.738,79	100,0%	1,59	213.738,79	100,0%	213.738,79	10.214,05	0,00	151,76

UO 25052 - AG. METROP. VALE DO PARAIBA E LITORAL NORTE
UGE 252301 - AG. METROP. VALE DO PARAIBA E LITORAL NORTE

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO - 2023

	Conta Corrente - Contábil				Dotação Inicial	Recurso Contingenciado	Liberação Recurso Contingenciado	CONCLUIDO Redução	CONCLUIDO Suplementação	Total Empenhado/ Liquidado	Bloqueio Disponível Decreto 68.187/2023 (Encerramento)	Saldo Atual SIAFEM em 31/12/2023
	UGE	FONTE	NATUREZA									
1	255201	150010001	319011	Vencimentos Pessoal Civil	1.527.414,00	-	-	10.000,00	-	827.034,16	-	690.379,84
2	255201	150010001	319013	Obrigações Patronais - INSS	300.175,00	-	-	-	-	122.931,10	-	177.243,90
3	255201	150010001	319113	Obrigações Patronais - SPPREV	61.245,00	-	-	-	10.000,00	65.948,46	-	5.296,54
4	255201	150010001	339014	Diárias	24.000,00	2.400,00	-	-	15.000,00	33.356,12	3.243,88	-
5	255201	150010001	339030	Materiais de Consumo	11.370,00	1.137,00	-	2.000,00	-	2.984,77	5.248,23	-
6	255201	150010001	339033	Passagens e Despesas de Locomoção	5.472,00	547,00	-	-	18.000,00	4.173,00	18.752,00	-
7	255201	150010001	339036	Serviços de Terceiros - Pessoa Física	149.600,00	14.960,00	-	-	20.000,00	154.183,20	456,80	- 0
8	255201	150010001	339037	Serviços de Limpeza, Vigilância e Outros (Pes. Jurídica)	37.150,00	3.715,00	-	33.000,00	-	-	435,00	-
9	255201	150010001	339039	Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	173.110,00	2.311,00	-	20.010,00	4,00	49.181,08	87.006,43	14.605,49
10	255201	150010001	339050	Utilidade Pública (Energia, Água, Telefone)	16.208,00	1.619,00	-	-	2.000,00	15.817,81	2,27	768,92
11	255201	150010001	449052	Investimento - Equipamentos e Material Permanente	-	-	-	-	-	-	-	-
12	255201	150010001	339139	Taxa de Administração a São Paulo Previdência-SPPREV	298,00	-	-	-	10,00	302,83	-	5,17
13	255201	150140001	339039	Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica (R.P.)	42,00	-	-	-	-	-	42,00	-
14	255201	150140001	449052	Investimento - Equipamentos e Material Permanente (R.P.)	-	-	-	-	-	-	-	-
15	255201	175960000	449051	Obras e Instalações	-	-	-	-	40,00	-	40,00	-
16	255201	175960016	339037	Serviços de Limpeza, Vigilância e Outros (Pes. Jurídica)	-	-	-	-	2.497.724,00	-	2.497.724,00	-
				TOTAL	2.306.084,00	26.689,00	-	65.010,00	2.562.778,00	1.275.912,53	2.612.950,61	888.299,86

Disponibilidade na data:

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS.....	872.920,28
CUSTEIOS - AGEMVALE (Fonte Tesouro).....	15.374,41
INVESTIMENTOS (Fonte Tesouro).....	-
TAXA SPPREV (Fonte Tesouro).....	5,17
CUSTEIOS (Fonte Recurso Próprio).....	-
INVESTIMENTOS (Fonte Recurso Próprio).....	-
CUSTEIOS - REPASSE FUNDOVALE (R.Próprio)....	-
TOTAL	888.299,86

DOTAÇAO INICIAL - DISPONIVEL =	2.279.395,00
SUPLEMENTAÇÃO (DECRETOS) =	2.497.768,00
ORÇAMENTO DISPONIVEL EM 2023 =	4.777.163,00
VALOR UTILIZADO =	1.275.912,53
SALDO ORÇAMENTÁRIO =	3.527.939,47

DECRETO 67.447 DE 13 DE JANEIRO DE 2023 (R$ 2.306.084,00)
DECRETO 67.583 DE 17 DE MARÇO DE 2023 (R$ 2.092.342,00)
DECRETO 67.625 DE 31 DE MARÇO DE 2023 (R$ 44,00)
DECRETO 67.971 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023 (R$ 2.497.724,00)

Elaborado por: Gerson Alves de Lara
Diretor Técnico III - Agemvale

São José dos Campos, 09 de janeiro de 2024.

AGÊNCIA METROPOLITANA DE SOROCABA – AGEMSOROCABA

PROGRAMA 2929 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MACROMETROPOLE PAULISTA

Ação - Estratégias Desenvolvimento Sustentável Macrometrpole

Descrição: fomentar, financiar e apoiar projetos e ações de abrangência regional, objetivando o desenvolvimento socioeconômico integrado e a redução das desigualdades sociais das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.
Objetivos estratégicos do programa PPA 2020-2023:

- Apoio estratégico e articulação regional.
- Projetos de desenvolvimento metropolitanos;

U.O. 25053 - AGEMSOROCABA	Dotação inicial	Dotação final
Pessoal, e Encargos Sociais	R$ 1.699.380,00	R$ 895.331,13
Outras Despesas Correntes	R$ 65.754,00	R$ 17.029,15

Aplicação dos recursos financeiros de outras despesas Correntes e das forças de trabalho, para a marcha dos projetos metropolitanos.

Apoio Estratégico e Articulação Regional

Eventos realizados em 2023:

- 15 (quinze) eventos de Ações aplicados ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI RMS.
- 02 (duas) reuniões de ações para as funções públicas de interesse comum dos grupos técnicos das Câmaras Temáticas de Segurança Pública e Meio Ambiente.
- 03 (três) reuniões do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba.

Grupo Técnico da Câmara Temática de Desenvolvimento Econômico

Objeto: Contratação pela AGEMSOROCABA de Serviços de consultoria e diagnósticos do estado da arte atual, prognóstico e recomendações sobre projeções e cenários de exportação de bens e serviços, produzidos compreendendo as 27 cidades da Região Metropolitana de Sorocaba – RMS.
Recursos Financeiros de R$ 16.580,00.
Vigência: de 6 (seis) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos moldes e limites estabelecidos pela Lei 8.666/93.
Data da assinatura: 15/06/2023.

Ação - Projetos de Desenvolvimento Metropolitanos

Segurança Hídrica Metropolitana: projeto para aumentar a qualidade da água da Represa de Itupararanga, principal recurso hídrico de abastecimento da região;

Valorização do Patrimônio Imobiliário e Requalificação Urbana–RMS: Reverter o quadro de degradação e abandono que apresentam as estruturas físicas da rede ferroviária federal na área central de Sorocaba e desenvolver a sustentabilidade do local.

Saneamento Ambiental: Implantação de Usina de Compostagem metropolitana para tratamento de resíduos sólidos regionais.

Mobilidade Urbana Regional: Planejamento da Estação Intermodal Metropolitana, em parceria com Governo do Estado de São Paulo / SDHU e Secretaria de Parcerias e Investimentos;

Muralha Eletrônica: (proposta aprovada no PDUI RMS) integrada à Muralha Paulista, ampliando a segurança nos limites municipais, estrategicamente atualizar os planos diretores municipais, promovendo instalações de equipamentos para melhorar a conectividade digital e contribuir para a evolução em cidades mais sustentáveis e inteligentes.

Projeto de pesquisa Fapesp "Centro de Ciências para o Desenvolvimento da Habitação Interesse Social do Estado de São Paulo: inscrito no Edital do Programa de Pesquisa Fapesp CCD (2023).

Acordo de Cooperação Técnica entre a AGEMSOROCABA e o Instituto Brasileiro de Adm. Municipal-IBAM: realização de encontros técnicos, cursos, seminários, palestras, estudos, estágios e oficinas com o propósito de sistematizar e disseminar conhecimentos e experiências de modernização para a administração pública.

SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa
47000 - Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**51.181.940,00**	**49.500.758,00**	**48.920.770,56**	**0,00**	**48.920.770,56**	**46.937.763,21**
Pessoal, e Encargos Sociais	4.564.932,00	7.473.884,00	7.468.161,83	0,00	7.468.161,83	6.983.018,60
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	46.617.008,00	42.026.874,00	41.452.608,73	0,00	41.452.608,73	39.954.744,61
Despesas de Capital	**16.817.174,00**	**7.834.674,00**	**1.528.358,06**	**0,00**	**1.528.358,06**	**10.157.673,21**
Investimentos	16.817.174,00	7.834.674,00	1.528.358,06	0,00	1.528.358,06	10.157.673,21
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**67.999.114,00**	**57.335.432,00**	**50.449.128,62**	**0,00**	**50.449.128,62**	**57.095.436,42**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa de Despesa
47000 - Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
2990 - Desenvolvimento de Ações decorrentes de Emendas Parlamentares	**4.270.000,00**	**1.270.000,00**	**1.200.000,00**	**0,00**	**1.200.000,00**	**1.350.000,00**
4 - Despesas de Capital	4.270.000,00	1.270.000,00	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00	1.350.000,00
4700 - São Paulo + Inclusão	**63.729.114,00**	**56.065.432,00**	**49.249.128,62**	**0,00**	**49.249.128,62**	**55.745.436,42**
3 - Despesas Correntes	51.181.940,00	49.500.758,00	48.920.770,56	0,00	48.920.770,56	46.937.763,21
4 - Despesas de Capital	12.547.174,00	6.564.674,00	328.358,06	0,00	328.358,06	8.807.673,21
Despesa Total	**67.999.114,00**	**57.335.432,00**	**50.449.128,62**	**0,00**	**50.449.128,62**	**57.095.436,42**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Contexto da Deficiência

A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Governo de São Paulo - SEDPcD, a primeira existente no Brasil, foi criada pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 1.038, DE 06 DE MARÇO DE 2008** e regulamentada pelo **DECRETO Nº 52.841, DE 27 DE MARÇO DE 2008**, que a organiza.

MISSÃO: à SEDPcD - Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência cabe exercer funções e atividades que contribuam para a adequada condução das políticas públicas que visem a plena inclusão e melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e de suas famílias (Artigo 2º do decreto nº 52. 841/08), tendo como missão assegurar o acesso destes à educação, saúde, esporte, cultura e acessibilidade a bens, estruturas e serviços da Sociedade. Esta garantia deve atingir os **3.401.404**[2] paulistas que segundo o censo do IBGE 2010, apresentam pelo menos uma deficiência (**quadro abaixo**).

CENSO IBGE 2010	São Paulo	%	Brasil
População total*[1]	46.649.132	100%	213.317.639
Pessoas com deficiência*[2]	**3.401.404**	7,3%	**45.606.048***[1]
Deficiência visual	1.360.455*[2]	40%	35.774.392
Deficiência auditiva	492.983*[2]	14,5%	9.717.318
Deficiência motora	979.375*[2]	28,8%	13.265.599
Deficiência intelectual	568.591*[2]	16,7%	2.611.536

1* Fonte: Estimativa Populacional publicada no Diário Oficial da União em 1º/jul de 2021 - Censo demográfico - IBGE/2010.
2* Censo demográfico - IBGE/2010 – Recorte do Grupo de Washington para estatísticas sobre Pessoa com Deficiência.

Em todo o mundo as pessoas com deficiência apresentam as piores perspectivas de saúde, níveis baixos de escolaridade, pouca participação econômica e taxas de pobreza mais elevadas em comparação às pessoas sem deficiência. Grande parte destas condições se deve ao fato de enfrentarem barreiras no acesso a serviços básicos, como saúde, educação, emprego, transporte e informação, obstruindo sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Logo, a garantia do exercício dos seus direitos, sobretudo os direitos sociais, a este segmento da sociedade é uma forma de concretizar a construção de uma sociedade para todos, e de reconhecer a pessoa com deficiência como um cidadão de direitos. Um segundo aspecto relevante é o novo olhar que a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência[31], promulgada pela ONU em 2006, trouxe para à Sociedade: mudança da abordagem médica do conceito de deficiência, onde esta era entendida exclusivamente como uma limitação do indivíduo, para o ponto de vista do modelo social, que compreende a deficiência como o resultado das limitações e estrutura do corpo sob a influência de fatores sociais e ambientais no meio do qual está inserida.

Desta forma, cabe à SEDPcD, enquanto órgão oficial do Estado, a responsabilidade de promover e coordenar a implantação de um conjunto de ações, serviços e programas em diferentes áreas, articuladas com as demais secretarias de Estado e outros órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, além de entidades sociais, instituições públicas ou privadas, ligadas à causa da pessoa com deficiência, com o objetivo de promover a plena inclusão social de milhões de pessoas com deficiência em todo o Estado de São Paulo.

Contexto do Trabalho
Os principais objetivos dos Programas e Ações da Secretaria no ano de 2023 seguiram no sentido de continuar garantindo que as pessoas com deficiência tivessem seus direitos assegurados por meio de uma efetiva articulação de ações intersetoriais e descentralizadas em parceria com outros órgãos governamentais e não governamentais, com destaque as Secretarias de Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Regional, Justiça e Cidadania, Esportes, Saúde, Cultura e Educação e Segurança Pública.

Importante destacar que a Secretaria manteve um trabalho planejado na área de comunicação com o objetivo de estimular o contínuo respeito aos direitos das pessoas com deficiência, alargando o debate sobre a diversidade e trazendo à tona questões relevantes para este segmento da população, divulgando informações de utilidade pública e temas que fizeram parte na agenda nacional e que são tão caros à inclusão social desta população.

[3] A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é um instrumento internacional de direitos humanos das Nações Unidas cuja finalidade é proteger os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência. As Partes da Convenção são obrigadas a promover, proteger e assegurar o exercício pleno dos direitos humanos das pessoas com deficiência e assegurar que gozem de plena igualdade perante a lei.

O trabalho realizado neste ano também teve como premissa o desenvolvimento de ações **intersecretariais** e **transversais** seja no diagnóstico, planejamento, implantação e avaliação de ações conjuntas por se configurar como uma estratégia muito efetiva para superar à exclusão social, que é multifacetada. Desta forma, a SEDPcD - Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, reconhecendo-se como uma "**Secretaria meio**", implementou uma agenda contínua e dinâmica com as Secretarias apontadas acima.
Acreditamos ter desempenhado firmemente o nosso principal papel de sensibilizar a sociedade, articulando ações no governo para que as pessoas com deficiência pudessem ser atendidas nas suas distintas necessidades nas políticas públicas fins, buscando condições favoráveis para sua inclusão e garantia de acessibilidade.

Em 2023 a SEDPCD intensificou seus esforços para garantir a realização de seus Programas, Serviços e Ações em formato presencial, contudo manteve também seus atendimentos na modalidade on-line, com ênfase na ação de apoio direto aos municípios. Pode-se considerar que o ano encerrou a fase de transição e de retomada presencial das atividades, alicerçados nos seguintes focos de atuação:

- impulsionamento das ações de qualificação profissional, geração de emprego e renda;
- expansão de ações informativas sobre a violência contra a mulher com deficiência;
- ampliação dos cursos na área de acessibilidade comunicacional, uso de tecnologia e inclusão;
- retomada das ações de incentivo ao esporte paralímpico;
- entrega e instalação de equipamentos voltados à mobilidade, saúde, lazer, educação e bem-estar das pessoas com deficiência a municípios, tais como cadeiras anfíbias, cadeiras de trilhas, academias adaptadas, parquinhos adaptados, vans adaptadas e kits de acessibilidade;
- ações de incentivo ao empreendedorismo feminino; e
- incentivo à criação de conselhos municipais de defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

O trabalho da SEDPcD em 2023 foi elaborado de acordo com os seguintes programas/eixos temáticos:

Programas, Serviços e Ações desenvolvidas no Ano

PROGRAMA 4700 - SÃO PAULO + INCLUSÃO

Ação 5962 - Administração Sec. Dir. Pessoa com Deficiência

Base de Dados dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Objetivo: plataforma criada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, que reúne em um sistema de BI - Business Intelligence, dados censitários e informações sobre a pessoa com deficiência organizados nas áreas de educação, saúde, emprego e renda, desenvolvimento social, esportes, acessibilidade, entre outras. Um dos objetivos desta ferramenta é ser um instrumento para a indução de políticas públicas, um ponto de partida para a construção de novas ações inclusivas nas esferas municipais e estadual. Para tanto, esta plataforma disponibiliza dados organizados e integrados sobre diversos aspectos da vida das pessoas com deficiência no Estado de SP, transformando-os em informações úteis para a tomada de decisões. Também é um dos objetivos da ferramenta ser fonte de estudos para os pesquisadores e profissionais interessados na causa, além de ser um instrumento de monitoramento do progresso das políticas relacionadas a deficiência e da implementação da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da LBI – Lei Brasileira de Inclusão.

Parceiro: Fipe – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
Período: janeiro a julho/2023
Valor Repassado: R$ 1.394.124,76
Resultados alcançados: O número de visualizações da plataforma no período foi de 9.844. Dos 10 temas disponíveis para acesso, destacamos os 3 (três) mais pesquisados: (1) Base de dados dos direitos da pessoa com deficiência; (2) Estimativa Populacional 2021 – Base de dados dos direitos da pessoa com deficiência; e (3) Censo 2010 – Base de dados dos direitos da pessoa com deficiência.

Paraolimpíadas Escolares – Edição 2023

Objetivo: Aumentar a participação dos estudantes com deficiência física, visual e intelectual em atividades esportivas de todas as escolas públicas e privadas do território nacional, promovendo ampla mobilização em torno do esporte e ampliando a inclusão das pessoas com deficiência pelo esporte.

Parceiros: Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Esporte Lazer e Educação, do Esporte, Ciência, Tecnologia e inovação
Período: janeiro a novembro/2023
Valor Repassado: R$ 585.141,50
Resultados Alcançados: O Estado de São Paulo foi o campeão da 16ª edição das Paralimpíadas Escolares, conquistando o título pela 8ª vez consecutiva. A competição contou com mais de 1,8 mil atletas com deficiência em idade escolar, em 14 modalidades: atletismo, badminton, basquete em cadeiras de rodas (formato 3x3), bocha, futebol de cegos, futebol PC, goalball, judô, natação, taekwondo, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas, vôlei sentado e halterofilismo.
A delegação de São Paulo neste ano foi a maior da história das Paralimpíadas, formada por 385 integrantes, sendo: 295 alunos, participando das 12 modalidades de 14 e 90 professores. São Paulo conquistou o título de primeira colocada na classificação geral, com 594 pontos, à frente de Santa Catarina e Minas Gerais.
O Estado de São Paulo já havia vencido a edição de 2022 e era o maior campeão da competição, agora com onze títulos (2006, 2009, 2011, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2021, 2022 e 2023). Em 2020, o evento não foi realizado devido à pandemia de Covid-19.

JEESP (Jogos Escolares do Estado de São Paulo) 2023
Objetivo: Os Jogos Escolares do Estado de São Paulo têm por objetivo promover por meio da prática esportiva, a integração e o intercâmbio entre os estudantes das Unidades Escolares de Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública Estadual, Pública Municipal e Particular, além das Escolas Técnicas Estaduais e Federais em todo Estado, favorecer a descoberta de novos talentos esportivos que possam ser indicados para integrar a Delegação do Estado de São Paulo para as Paralimpíadas Escolares.
Parceiros: Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Esporte Lazer e Educação, do Esporte, Ciência, Tecnologia e inovação
Período: janeiro a novembro/2023
Resultados Alcançados: Neste ano houve um número expressivo de inscrições no JEESP (Jogos Escolares do Estado de São Paulo): foram 677 alunos inscritos e 257 professores e staffs entre 01 a 31 de março - o que pode ser visto como um recorde, dado o histórico da competição. Este é, com certeza, o maior número de inscritos após a pandemia.
Podemos associar o aumento de 2022 para 2023 ao curso Paralímpico, que vem capacitando profissionais do estado inteiro. Tivemos, por exemplo, um número maior de cidades se inscrevendo: saímos de 60 municípios em 2022 para 130 municípios em 2023.
Total de alunos Inscritos: 2023: 677
O evento é realizado em parceria com a Secretaria de Esportes, que disponibiliza os recursos. A nós cabe a organização e coordenação dos jogos.

PARESP (Jogos Paralímpicos do Estado de São Paulo) Edição 2023
Objetivo: Com o objetivo de favorecer o desenvolvimento da prática esportiva adaptada nos Municípios do Estado de São Paulo por meio da inclusão social e esportiva das pessoas com deficiência, através de seletivas regionais classificatórias para uma final estadual com os melhores classificados de cada etapa.
Parceiros: o evento é realizado em parceria com a Secretaria de Esportes, que disponibiliza os recursos. A nós cabe a organização e coordenação dos jogos.
Período: abril a novembro/2023
Resultados Alcançados: · As inscrições iniciaram dia 15/04, sendo realizadas via sistema SESP. O evento não possui logo. Será realizado em 4 etapas, sendo 3 regionais e 1 final. A Idade mínima foi de 15 anos, não possui idade máxima.
O evento contou com a participação de 1.511 inscritos, dos quais 1.054 eram atletas e 457 faziam parte da comissão técnica. Representantes de 61 municípios se envolveram nas etapas regionais, que foram divididas em três fases. Na etapa final de atletismo e natação, 641 atletas foram classificados entre os 1.054 inscritos, enquanto a competição de halterofilismo contou com a inscrição de 41 participantes.

São Paulo São Libras
Objetivo: A iniciativa coordenada pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência implementou a Central de Interpretação de Libras, que será disponibilizada em todos os órgãos públicos estaduais

para viabilizar, na Língua Brasileira de Sinais, atendimentos inclusivos às mais de 469 mil pessoas com deficiência auditiva que vivem nos 645 municípios paulistas.
Parceiro Na Execução: Associação Amigos Metroviários dos Excepcionais (AME)
Período: outubro a dezembro/2023
Valor Repassado: R$ 397.200,00
Resultados Alcançados: Nos primeiros meses de implantação foram feitos 190 atendimentos, que totalizaram mais de 8 horas de intepretação de libras em atendimentos em delegacias, Postos de Atendimento ao Trabalhador – PAT, e Polos de Empregabilidade Inclusiva – PEI.

Ações na Área de Acessibilidade Comunicacional e Formação
Confecção da cartilha de Síndrome de Down
Objetivo: O desenvolvimento do conteúdo informativo da cartilha "Orientações e Cuidados para Familiares de Pessoas com Síndrome de Down"
Período: janeiro a novembro/2023
Valor Repassado: R$ 17.450,00

Resultados Alcançados: Divulgação da cartilha de Síndrome de Down: A cartilha tem como objetivo levar informações não apenas para os familiares das pessoas com essa condição genética, mas para toda a sociedade. O guia foi elaborado pela Dra. Ana Cláudia Brandão e conta com o apoio da Sociedade de Pediatria de São Paulo, da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down e da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira – Albert Einstein. O material está disponibilizado virtualmente no site da Secretaria e contará também com uma versão acessível.

Confecção de Guia de Orientações sobre o Transtorno do Espectro Autista
Objetivo: Desenvolvimento do conteúdo informativo do "Guia de orientações sobre o Transtorno do Espectro Autista"
Parceiros: MUNDIAL GRÁFICA LTDA
Período: junho de 2023
Valor Repassado: R$ 11.300,00
Resultados Alcançados: O material foi enviado às Instituições de Ensino Superior do Estado de São Paulo e servirá como uma importante ferramenta para o desenvolvimento de práticas cotidianas que levem à inclusão da pessoa com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) dentro das universidades.

Acessibilização da Guia de Tea
Objetivo: Acessibilização do arquivo "Transtorno do Espectro Autista: guia de orientações para as Instituições de Ensino Superior"
Parceiros: FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOSPERÍODO: junho de 2023
Valor Repassado: R$ 9.551,71
Resultados Alcançados: conscientizar e divulgar para a sociedade os Direitos da Pessoa com Deficiência, com foco na pessoa com TEA desta vez. O material digital, após o serviço de acessibilização, será disponibilizado no site da Secretaria para consulta e servirá como uma importante ferramenta para o desenvolvimento de práticas cotidianas que levem à inclusão da pessoa autista dentro das universidades.

CIPTEA - Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
Objetivo: A Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista é um documento oficial idealizado pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD) e desenvolvida pela Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), que facilita a identificação da pessoa com TEA nos serviços públicos e privados em todo o território paulista. A criação da CipTEA atende a normas da lei federal 13.977/20 e da Lei Estadual 17.651/23, promulgada pelo Governo de São Paulo em março. A ação faz parte do Plano Estadual Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo, em vigor desde abril pelo decreto estadual 67.634, e engloba uma série de iniciativas promovidas neste ano pela gestão estadual com foco na inclusão e autonomia das pessoas com deficiência.
Parceiros: Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD) e Cia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp
Período: abril a dezembro de 2023

Valor Repassado: R$ 570.722,33
Resultados Alcançados: O Governo de São Paulo já emitiu gratuitamente mais de 30 mil Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CipTEA) desde o dia 6 de abril, quando o serviço foi lançado em todo o Estado. Os registros mostram que, por dia, foram mais de 120 documentos emitidos. Por mês, a média é de 3,6 mil. Os números regionalizados mostram 388 emissões na região de Araçatuba, 2.340 na Baixada Santista, 174 em Barretos, 552 em Bauru, 4.811 em Campinas, 9.598 na Capital, 516 na região Central, 1.811 no Grande ABC, 353 em Franca, 254 em Itapeva, 325 em Marília, 520 em Presidente Prudente, 228 em Registro, 466 em Ribeirão Preto, 4.287 na Região Metropolitana de São Paulo, 641 em São José do Rio Preto, 1.655 em São José dos Campos e 1.089 em Sorocaba.

Ação 5963 - Formulação e Implementação de Programas e Projetos para a Pessoa com Deficiência

PEIs – Polos de Empregabilidade Inclusiva

Objetivo: Implantação e Operacionalização dos Polos de Empregabilidade Inclusivos no Âmbito do Programa Meu Emprego Inclusivo.
Parceiros de Execução: Its – Instituto de Tecnologia Social; IJC – Instituto Jô Clemente (antiga APAE de SP); Associação de Educação do Homem de Amanhã (Guardinha); RibDown - Associação Síndrome de Down de Ribeirão Preto; e APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José do Rio Preto.
Resultados Alcançados: No ano de 2023 2 (dois) PEIs iniciaram suas atividades nos municípios de Itapeva e Barretos e cabe ressaltar que os 9 (nove) PEIS que realizavam o atendimento de forma remota (on line) durante o período pandêmico, passaram a atender de forma hibrida (on line e presencial). Desta forma, o ano se encerou com o programa possuindo 18 PEIs em operação no Estado de SP, custeados com recursos da ação 5963 e 02 custeados na ação 6249.
Período: janeiro a dezembro de 2023 (realizado)
Valor Repassado: R$ 3.156.423,80
Resultados Alcançados: Assim no ano de 2023 alcançamos os seguintes resultados: 4.292 pessoas com deficiência entrevistados; 5.980 candidatos com deficiência encaminhadas para vagas de emprego; 837 pessoas efetivamente inseridas no mercado; taxa de permanência no emprego é de 83%; taxa de não permanência no emprego abandono no emprego é de 17%.
Em 2023 optamos por ampliar número de mutirões, pois demostrou ser essa a ferramenta mais eficaz para viabilizar o acesso ao laudo funcional, o que por consequência facilita a inclusão da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho, foram realizados 75 mutirões no Estado e emitidos pelo IMESC 1.106 laudos do perfil funcional para emprego.
No que se refere ao trabalho de sensibilização das empresas os resultados apontam que 824 se interessaram em conhecer e saber mais sobre o Programa de Emprego Inclusivo; destas 510empresas aderiam ao Programa.

Programa Todas In-Rede

Objetivo: Lançado em junho de 2020, o programa Todas In- Rede tem como objetivo **dar voz às mulheres com deficiência,** buscando empoderamento e autonomia dessas mulheres. O destaque do Programa foi a elaboração de uma Rede Virtual de Mulheres com deficiência do Estado onde criamos um canal ativo de comunicação, com o objetivo de divulgar eventos, cursos, campanhas educativas e diálogo direto com as mulheres inscritas.
Em 2023 o programa Todas In-rede passou por uma atualização e remodelação, incluindo um quinto eixo ao programa que hoje conta com: (1) trabalho, renda e autonomia financeira; (2) prevenção à violência;(3) Liderança Feminina; (4) direitos afetivos, sexuais e reprodutivos; (5) Comunicação acessível.
Parceiros De Execução: Universidade Virtual de São Paulo (UNIVESP), SEBRAE S P, oito (8) novos municípios que aderiram ao programa no ano de 2023. São eles: Boituva, Rio Grande da Serra, Itaquaquecetuba, Itanhaém, Santo André, Monte Alto, Fartura e Cerqueira Cesar.
Período: janeiro a dezembro de 2023
Valor Repassado: Não Houve Repasse recursos
Resultados Alcançados: No ano de 2023, contamos com a adesão de 8 novos municípios que assinaram o protocolo de intenções se comprometendo a implantar as ações oferecidas e mobilizar a rede de proteção local e as mulheres com deficiência.

A rede virtual de mulheres, uma das entregas do programa, terminou o ano com a adesão de mais 121 mulheres com deficiência do estado de S P, totalizando 1470 mulheres com deficiência cadastradas.
Oito (8) municípios aderiram ao programa no ano de 2023, totalizando 79 municípios parceiros.
O programa também ofereceu em 2023 dois (2) cursos na modalidade online:
(1) O Atendimento à Mulher com Deficiência Vítima de Violência, voltado aos profissionais da rede de proteção que contou com 450 alunos. Divididos em duas turmas no ano.
(2) Curso de Liderança e Empoderamento Feminino: Voltado às mulheres com deficiência, com objetivo de promover a liderança feminina, autoestima, direitos e independência. Totalizando 480 alunas participantes. Em quatro (4) turmas no ano.
Objetivo: Em consonância com o eixo 3 do programa que promove a liderança feminina e autoestima, das mulheres com deficiência a Secretaria De Estado Dos Direitos Da Pessoa Com Deficiência estabeleceu através de parceria a realização do curso de Liderança e Empoderamento Feminino, contando com 1000 vagas a serem disponibilizadas ao ano, em quatro (4) turmas.
Parceiro De Execução: Associação Amigos Metroviários dos Excepcionais (AME)
Período: janeiro à dezembro de 2023
Valor Empenhado: R$ 111.090,00
Resultado Alcançado: O Curso de Liderança e Empoderamento Feminino, executado ela AME, ofertou 04 turmas, com 250 vagas cada. Foram recebidas 1430 inscrições, 480 alunas e finalizando com 370 mulheres com deficiência formadas.

Implantação, Operacionalização e Administração dos Serviços Prestados pela Secretaria nos Postos Poupatempo
Objetivo: implantação, operacionalização e a administração dos Postos de Serviços Araçatuba, Araraquara, Bauru, Canindé, Carapicuíba, Campinas Shopping, Cidade Ademar, Diadema, Guarujá, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Itaquera, Lapa, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santo Amaro, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Taboão da Serra e Taubaté do POUPATEMPO – Central de Atendimento ao Cidadão, doravante denominado POUPATEMPO
Parceiro: Cia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp
Período: agosto a dezembro de 2023
Valor Repassado: R$ 274.098,20
Resultados Alcançados: A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência oferece sem custos em todo o Estado a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea). O documento vai facilitar a identificação da pessoa com TEA e seus responsáveis, propiciando mais rapidez no atendimento aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social. Para obter a identificação especial, o interessado pode acessar o Portal Poupatempo ou o Portal do Ciptea ou ainda dirigir-se a um posto Poupatempo para realizar os serviços.

Ação 6249 - Atendimentos às Pessoas com Deficiência, Familiares e Profissionais

Equoterapia Inclusiva
Objetivo: Proporcionar A Socialização, A Autoconfiança, A Melhora Do Equilíbrio, Da Força Muscular E da coordenação motora, além de proporcionar prazer àquelas pessoas que realizam em uma abordagem interdisciplinar utilizando atividades lúdicas e os estímulos sensório-motores oriundos do movimento do cavalo. Os atendimentos ocorrem no parque da Água Branca e é voltado para jovens e crianças com deficiência, que após uma avaliação inicial, realizam o acompanhamento por até 1 ano
Parceiros: Associação de Equoterapia Educacional – Texas Ranch.
Período: janeiro a dezembro/2023
Valor Repassado: R$ 541.752,00
Resultados Alcançados: Ao longo do ano cerca de 150 crianças foram atendidas totalizando mais de 2400 atendimentos.

Projeto Pessoas com Surdocegueira e Deficiência Múltipla Sensorial
Objetivo: Visa capacitar e promover o desenvolvimento de pessoas com deficiências múltiplas como a surdocegueira congênita ou adquirida, por meio de oficinas de arte em papel, patchwork/costura, mosaico, artes plásticas, comunicação, escrita e leitura, atividades físicas, cursos de auxiliar de panificação e culinária, para a melhora da qualidade de vida, autonomia e independência, inserção no mercado de trabalho e geração de renda familiar.
Parceiro: AHIMSA - Associação Educacional para Múltipla Deficiência
Período: janeiro a dezembro/2023
Valor Repassado: R$ 630.000,00

Resultados Alcançados: No Período Elencado, Foram Realizados 12.802 Atendimentos (Período janeiro a 16/dezembro/2023).

Centro de Apoio Técnico para Atendimento às Pessoas com Deficiência em Delegacias
Objetivo: Os Centros de Apoio Técnico – CAT em unidades policiais tem como finalidade o recebimento, a concentração e a difusão de dados e denúncias sobre crimes e atos de violência contra a pessoa com deficiência, bem como a prestação de consultoria e apoio técnico aos demais órgãos de polícia do Estado de São Paulo em casos que envolvam pessoas com deficiência.
Parceiro: Apae São Paulo – IJC Instituto Jô Clemente
Período: janeiro a dezembro/2023
Valor Repassado: R$ 2.533.923,00
Resultados Alcançados: No ano de 2023, foram realizados 10.101 atendimentos conforme planilha abaixo.

Dados Consolidados CATs Ano 2023	
Indicador	Consolidado
Nº de atendimentos - Santos	383
Nº de pessoas atendidas - Santos	269
Nº de atendimentos - Guarulhos	443
Nº de pessoas atendidas-Guarulhos	310
Nº de atendimentos - Campinas	1139
Nº de pessoas atendidas - Campinas	623
Nº de atendimentos - Ribeirão Preto	1141
Nº de pessoas atendidas - Ribeirão Preto	905
Nº de atendimentos - São Paulo Capital	2632
Nº de pessoas atendidas - São Paulo Capital	2256
Total	**10101**

Centro de Tecnologia e Inovação – CTI PEFI
Objetivo: O Centro se posiciona como um espaço inovador, polo de desenvolvimento tecnológico, de conhecimento, qualificação e formação profissional de recursos humanos, com estratégias inovadoras, estabelecendo parcerias e alianças, compartilhando competências e viabilizando nessas relações intersetoriais a convergência entre atores sociais, para um efetivo desenvolvimento do processo de inclusão. O Centro de Tecnologia e Inovação está centrado na missão da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, em ser referência na articulação, implementação e monitoramento das políticas de inclusão social das pessoas com deficiência tais como:

Centro de Informação e empregabilidade à Pessoa com Deficiência
Objetivo: O Centro de Informação à Pessoa com Deficiência tem como finalidade prestar serviços de informação e apoio às pessoas com deficiência, tais como reparos em cadeiras de rodas, reparos em bengalas, captação de currículos, assistência médica para laudos, dúvidas sobre vacinação, cursos e capacitação, entrevistas e orientações sobre direitos.
Atualmente, contamos com 2 (dois) Centros de Informação à Pessoa com Deficiência operacionais: duas unidades no metrô da cidade de São Paulo, nas estações Tatuapé e Barra Funda.
Período: janeiro a dezembro/2023
Resultados Alcançados: Atendimentos realizados 3.828 no período.

Controle Perfil De Atendimento - 2023 Centro De Informação Tatuapé		**Controle Perfil De Atendimento – 2023 Centro De Informação Barra Funda**	
Perfil de Atendimento	**Total**	**Perfil**	**Total**
Auditiva	115	Def. Auditiva	**404**
Intelectual	156	Def. Intelectual	**278**
Fisica	258	Def. Fisíca	**856**
Visual	328	Def. Visual	**535**

Idoso	24	Def.Múltiplas	**84**
S/ Deficiência	139	Outras	**651**
Total:	**1020**	Total:	**2808**

Curso de libras
Objetivo: ofertar ao público em geral dos módulos básico, intermediário e avançado do curso de libras a fim de ampliar as possibilidades de interação entre pessoas com e sem deficiência auditiva por meio da Língua Brasileira de Sinais.
Parceiro: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
Período: janeiro a dezembro/2023
Resultados Alcançados: ao longo do ano foram realizados 88 cursos de libras, totalizando 68 cursos básicos, 18 cursos intermediários e 2 avançados e 2 cursos para crianças e adolescentes. No total atingimos o número de 6.160 alunos matriculados em 232 municípios do Estado de SP.

Cursos diversos
Objetivo: Ofertar ao público com deficiência e profissionais que trabalham na rede de atendimentos e cuidados da pessoa com deficiência cursos que possibilitem maior inclusão social.
Parceiro: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina.
Período: janeiro a novembro/2022.
Resultados Alcançados: no ano de 2022 foram ofertados 27 cursos e atividades educativas a saber: (1) oficina de currículo; (2) moda inclusiva (criação); (3) conhecendo os direitos da pessoa com deficiência; (4) redes sociais; (5) workshop de desenho universal; (6) alfabetização digital; (7) empoderamento; (8) marketing pessoal e social; (9) qualidade de vida; (10) recepção e atendimento ao cliente; (11) workshop de acessibilidade; (12) atualização em transtorno de espectro autista - TEA com ênfase na gestão de comportamentos na escola e no treinamento parental; (13) formação em TEA; (14) manutenção de cadeira de rodas; (15) oficina para preparação para o processo seletivo; (16) oficina formato acessíveis na comunicação pública; (17) palestra: noções sobre a inclusão de pessoas com deficiência e reabilitados nos processos de trabalho (18); roda de conversa; (19) workshop de inclusão digital; (20) introdução à segurança digital; (21) Serviço de Teleapoio)
Parceiro: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina.
Período: janeiro a dezembro/2022.
Valor Repassado: R$ 5.032.176,00

Centro de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência Visual (Jardim HUMAITÁ)
Objetivo: Contribuir com a inclusão de pessoas com deficiência visual objetivando minimizar as restrições na sua participação social e estímulo de atividades compatíveis com o desenvolvimento da pessoa com deficiência visual relacionado ao aspecto cultural e social.
Parceiro De Execução: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
Período: janeiro a dezembro/2023
Valor Repassado: R$ 5.819.335,71
Resultados Alcançados: 15.387 atendimentos realizados (período janeiro a dezembro/2023).

Ação 6252 – Projeto - Time São Paulo Paraolímpico

Time São Paulo Paralímpico
Objetivo: planejar, organizar, executar, controlar e avaliar ações de suporte ao desenvolvimento esportivo de atletas paraolímpicos de alto nível, vinculados ao Estado de São Paulo, que apresentem potencial de bom desempenho nos Campeonatos Mundiais.
Parceiro: Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB)
Período: janeiro a dezembro/2023
Valor Repassado: R$ 7.212.000,00
Resultados Alcançados: A equipe atual do Time São Paulo conta com 107 atletas sendo eles das modalidades paralímpicas: Atletismo (43 atletas), Natação (18 atletas), Tênis de mesa (7atletas); Judô (7 atletas); Bocha (3 atletas) Ciclismo – Road (4 atletas); Halterofilismo (1 atletas); Paracanoagem (2 atletas); Remo (1 atleta); Taekwondo (1 atleta); Voleibol Sentado (12 atletas); Triatlo (1 atleta); Neve (2 atletas); Goalball (5 atletas).

Ao todo, foram realizadas 8 competições Internacional sendo 7 Mundiais e 1 Parapan. Destas, conquistamos um total de 163 medalhas, nas seguintes proporções: 72 medalhas de ouro; 39 medalhas de prata; e 52 medalhas de bronze.

Programa de Desenvolvimento Paralímpico
Objetivo: O Projeto, visa através da Capacitação Técnica proporciona a oportunidade de desenvolver aptidões teóricas e práticas a professores de educação física da rede pública, privada, de entidades e clubes do Estado de São Paulo com o intuito de fomentar o esporte Paralímpico. As aulas práticas do Curso de Capacitação têm como objetivo, além da aplicação dos conceitos e técnicas, desenvolver os fundamentos básicos e adaptações necessárias para iniciar e dar continuidade ao processo educativo-esportivo em modalidades esportivas individuais e coletivas.
Parceiros: o evento é realizado em parceria com a Secretaria de Esportes, que disponibiliza os recursos. A nós cabe a organização e coordenação dos jogos.
Período: janeiro a dezembro/2023
Resultados Alcançados: Foram mais de 6.600 capacitações, em 36 Etapas.

Ação 6352 - Divulgação Acervo Histórico e Cultural

Museu da Inclusão
Objetivo: Gestão das Atividades contemplando seus projetos e ações previstos no exercício de 2023, visando a preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio relacionado às reivindicações por direitos dos movimentos sociais das pessoas com deficiência no Estado de São Paulo.
Parceiro:
Período: janeiro a dezembro/2023
Valor Repassado: Não houve repasses para a entidade parceira, tendo sido o contrato de gestão rescindido.
Considerando a rescisão do contrato de Gestão, esta Secretaria realizou atividades conforme abaixo:
Dentre as ações realizadas no exercício destacamos a realização de 03 (três) exposições temporárias realizadas em parceria com instituições não governamentais, a saber:

Exposição "De Dentro pra Fora" - de 02 de junho à 03 de agosto de 2023 - alcance de 1.700 visitantes - parceria (através de Acordo de Cooperação) com a entidade NIX DIVERSIDADE E ECONOMIA SOCIAL;

Exposição "Apropriação da Paisagem" - de 22 de agosto de 2023 a 31 de dezembro de 2023 – alcance de 1.479 visitantes - parceria (através de Acordo de Cooperação) com a entidade ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO – NOME FANTASIA: INSTITUTO JÔ CLEMENTE (IJC);

Mostra de Artes – Olhar Tátil - 22 de setembro até os dias de hoje - parceria com a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, através da Unidade Jardim Humaitá da Rede de Reabilitação Lucy Montoro, em celebração ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência;
Workshop de Arte - dias 04,05 e 08 de dezembro de 2023 - foram realizadas 06 atividades artísticas para elaboração de animais imaginários em argila, semelhantes aos expostos na Mostra de Artes - parceria com a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, através da Unidade Jardim Humaitá da Rede de Reabilitação Lucy Montoro, como parte do calendário da Virada Inclusiva, em celebração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.
Importante ressaltar que as exposições temporárias trazem recursos de acessibilidade como vídeo em libras para os textos da exposição e para as obras expostas, legendas em braille para cada obra, texto de abertura da exposição e fotografias em braille/relevo etc. A exposição "Apropriação da Paisagem" também recebeu um audioguia para auxiliar na acessibilidade comunicacional.
Salientamos que os recursos disponíveis nesta ação foram reprogramados para utilização para formalização de ajustes nas ações: 5962 (Contratação da Prodesp para Implantação CIPTEA - Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista); 6252 (Projeto Time São Paulo); 6249 (Contrato de Gestão CTI) e para a contratação exposições temporárias para o museu.

Ações de Comunicação

Plano de Comunicação Institucional

Objetivo: A comunicação continuou sendo uma ferramenta estratégica para a SEDPcD-SP no ano de 2023, uma vez que nosso papel de levar informações acessíveis a todas as pessoas com deficiência, é nossa maior vocação. Todos os programas e ações foram trabalhados com releases que nos

colocaram em destaque em todo o Estado de São Paulo, seja na mídia impressa, rádio e TV, assim como de forma virtual na internet. Além de divulgar nossos programas e ações, o Plano de Comunicação visa levar as informações para todo o Estado de forma ampla e direcionada.
PERÍODO: janeiro a dezembro/2023
RESULTADOS ALCANÇADOS:

Instagram
Quant. De Seguidores: 28.286
Alcance: 188,1 mil
Perfil: https://www.instagram.com/pessoacomdeficienciasp/

Facebook
Nº de seguidores na Página: 377,2 mil
Nº de visualizações: 31.771 mil
Alcance: 359,5 mil
Perfil: https://www.facebook.com/pessoacomdeficienciasp

Twitter
Nº Impressões 194,9 mil
Nº Tweets 715
Nº de visitas ao Perfil 28.467
Nº de Seguidores 12.965
Perfil: https://twitter.com/deficiencia_SP

LinkedIn
Nº de Seguidores 956
Nº de Impressões 46.521
Localidade: 56% capital e região
Perfil: https://www.linkedin.com/company/pessoacomdeficienciasp

Youtube
Nº Seguidores 3.068
Nº Visualizações 20.730 mil
Nº Impressões 149,6 mil
Perfil: https://www.youtube.com/pessoacomdeficienciasp

Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

O Estado de São Paulo é composto por 645 municípios dos quais **251 contam com Conselhos Municipais da Pessoa com Deficiência ativos, ou seja, 38,91% dos municípios paulistas, segundo dados do PMASweb 2022-2025 (Plano Municipal de Assistência Social)**. O Conselho Municipal representa a pessoa com deficiência junto à prefeitura e demais colegiados locais, contribuindo para a elaboração e implantação de políticas públicas de interesse para esta população. Além dos conselhos municipais, o Estado de São Paulo também conta com o Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência – **o primeiro a ser criado no País, em 19 de dezembro de 1984**.

Resultados da Ouvidoria

A Ouvidoria da SEDPcD - SP é uma ferramenta de comunicação com a população que visa fortalecer as estratégias de gestão participativa, ampliando o processo de controle social e trazendo para dentro da gestão as avaliações, opiniões e ideias geradas pelas pessoas com deficiência. Em 2023 (de janeiro a dezembro) a Ouvidoria da SEDPcD alcançou os seguintes resultados:

ATENDIMENTOS DA OUVIDORIA SEDPCD		
Espécie	**Quantidade**	**Porcentagem**
Informações	2269	79,95%
Reclamações	202	7,12%
Denúncias	19	0,67%

Elogios	13	0,46%
Sugestão	1	0,03%
SIC	117	4,13
Outros	217	7,64%
TOTAL	2838	100%

Parcerias (Vigentes em 2023)

Item	Objeto	Parceiro
1	Execução Das Atividades Do Centro De Apoio Técnico Da 1ª Delegacia De Polícia Da Pessoa Com Deficiência, Composta De Equipe Multidisciplinar	Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais - Apae De São Paulo
2	Para Implementação Do Programa Meu Trabalho Inclusivo - Polo De Empregabilidade Inclusivo Da Boa Vista - São Paulo - Capital	Instituto De Tecnologia Social Its Brasil
3	Transferência De Recursos Financeiros, Do Estado À Osc Para Implementação Do Programa Meu Trabalho Inclusivo - Polo De Empregabilidade Inclusivo Da Região De Registro	Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De São Paulo - Instituto Jô Clemente
4	Transferência De Recursos Financeiros, Do Estado À Osc Para Implementação Do Programa Meu Trabalho Inclusivo - Polo De Empregabilidade Inclusivo Da Região De Campinas	Associação De Educação Do Homem De Amanhã
5	Transferência De Recursos Financeiros Destinados À Implementação Do Programa Meu Emprego Trabalho Inclusivo – Polo De Empregabilidade Inclusivo On Line De Araçatuba, Presidente Prudente E Marília (Equipe 1)	Instituto De Tecnologia Social – Its
6	Transferência De Recursos Financeiros Destinados À Implementação Do Programa Meu Emprego Trabalho Inclusivo – Polo De Empregabilidade Inclusivo On Line De Piracicaba, Sorocaba E Bauru (Equipe 2)	Instituto De Tecnologia Social – Its
7	Transferência De Recursos Financeiros Do ESTADO À OSC, Para A Execução De Atividades Do Centro De Apoio Técnico À Pessoa Com Deficiência Nas Delegacias Seccionais De Campinas E Ribeirão Preto	Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De São Paulo (Nome Fantasia "Instituto Jô Clemente")
8	Transferência De Recursos Financeiros Dp ESTADO À OSC Para Execução De Atividades De Equoterapia	Associação De Equoterapia Educacional Texas Ranch
9	Transferência De Recursos Financeiros Destinados À Implementação Do Programa Meu Emprego Trabalho Inclusivo- Polo De Empregabilidade De Ribeirão Preto	Associação Síndrome De Down De Ribeirão Preto - Rib Down
10	Transferência De Recursos Financeiros Destinados À Implementação Do Programa Meu Emprego Trabalho Inclusivo – Polo De Empregabilidade Inclusivo On Line Do Vale Do Paraíba, Litoral Norte E Baixada Santista - Equipe 3	Instituto De Tecnologia Social – Its
11	Transferência De Recursos Financeiros Destinados À Implementação Do Programa Meu Emprego Trabalho Inclusivo- Polo De Empregabilidade De São José Do Rio Preto	Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De São Paulo - Apae - São José Do Rio Preto

12	Transferência De Recursos Financeiros Do ESTADO À OSC, Cujo Objeto É A Execução De Atividades De Formação Em Liderança E Empoderamento Feminino No Âmbito De Fomentar A Inclusão Social Das Mulheres Com Deficiência Do Estado De São Paulo Por Meio De Plataforma Online Que Garanta Uma Maior Abrangência Do Público, Atendendo O Escopo Do Programa TODAS IN-REDE	Associação Amigos Metroviários Dos Excepcionais - Ame
13	Transferência De Recursos Financeiros, Do ESTADO À OSC, Para Implantação E Operacionalização Do Polo De Empregabilidade Inclusivo (PEI) De FRANCA, Visando A Ampliação De Empregabilidade Das Pessoas Com Deficiência No Estado De São Paulo, No Âmbito Do Programa Meu Emprego Inclusivo	Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De São Paulo - Instituto Jô Clemente
14	Transferência De Recursos Financeiros, Do ESTADO À OSC, Para Implantação E Operacionalização Do Polo De Empregabilidade Inclusivo (PEI) De ITAPEVA, Visando A Ampliação De Empregabilidade Das Pessoas Com Deficiência No Estado De São Paulo, No Âmbito Do Programa Meu Emprego Inclusivo	Instituto De Tecnologia Social – Its
15	Transferência De Recursos Financeiros, Do ESTADO À OSC, Para Execução Das Atividades Do Centro De Apoio Técnico - CAT À Pessoa Com Deficiência Junto A 7ª Delegacia De Polícia De SANTOS	Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De São Paulo - Instituto Jô Clemente
16	Transferência De Recursos Financeiros, Do ESTADO À OSC, Para Execução Das Atividades Do Centro De Apoio Técnico - CAT À Pessoa Com Deficiência Junto À Delegacia Seccional De Polícia De Guarulhos	Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De São Paulo - Instituto Jô Clemente
17	Transferência De Recursos Financeiros, Do ESTADO À OSC, Para Implantação E Operacionalização Do Polo De Empregabilidade Inclusivo (PEI) De BARRETOS, Visando A Ampliação De Empregabilidade Das Pessoas Com Deficiência No Estado De São Paulo	Instituto De Tecnologia Social – Its
18	Gestão Do Centro De Treinamento Paraolímpico Brasileiro ("CTPB") E A Execução De Atividades Em Suas Instalações	Comitê Paraolímpico Brasileiro - Cpb
19	Estabelecer Condições De Cooperação Mútua Entre Os Partícipes, Visando À Ampliação Dos Exames Práticos De Habilitação Para As Pessoas Com Deficiência, Consoante Ações Previstas No Plano De Trabalho	Departamento Estadual De Trânsito De São Paulo - Detran
20	Promoção De Ações Conjuntas Para O Desenvolvimento De Campanhas De Cidadania E Orientação À Pessoa Com Deficiência Na Cessão De Espaços Para A Instalação De Quiosques Nas Dependências Das Estações Do METRÔ	Companhia Do Metropolitana De São Paulo - Metrô
21	Estabelecer A Mútua Cooperação Entre A Secretaria E O IMESC, Visando Difundir, NA BASE DE DADOS DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, Metainformações/Metadados Extraídas Das PERÍCIAS Elaboradas Pelo Instituto Nas Ações De INTERDIÇÃO E De CURATELA, Incluindo As De NATUREZA EXTERNA, Realizadas De Forma A Disponibilizar Para A Sociedade Elementos Para A Garantia Dos Direitos Da Pessoa Com Deficiência, Assegurados Em Lei	Instituto De Medicina Social E De Criminologia De São Paulo - Imesc

22	Realização Da Exposição Temporária "Apropriação Da Paisagem", Pelo Período De 22 De Agosto De 2023 A 31 De Outubro De 2023, A Ocupar Parte Do Museu Da Inclusão	Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De São Paulo - Instituto Jô Clemente (Ijc)
23	Execução Do Projeto "Pessoas Com Surdocegueira E Deficiência Múltipla Sensorial": Ação Para Melhorar A Qualidade De Vida, Resgate Da Autoestima, Qualificação E Requalificação Profissional, Na Forma Do Plano De Trabalho	Associação Educacional Para Múltipla Deficiência - Ahimsa
24	Transferência De Recursos Financeiros Do Estado Para Pagamento De Bolsas A Atletas E Atletas-Guia Selecionados Para Integrarem O Projeto Time São Paulo Paraolímpico	Comitê Paralímpico Brasileiro - Cpb
25	Operacionalização Do Gerenciamento E Desenvolvimento De Ações Para A Promoção Da Qualidade De Vida Da Pessoa Com Deficiência Visual, Pela Contratada, Contemplando Atividades De Sensibilização, De Orientação E/Ou Apoio, No Âmbito Da Participação Social, No CENTRO DE TECNOLOGIA E INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL - JARDIM HUMAITÁ	Spdm - Associação Paulista Para o Desenvolvimento Da Medicina
26	Gerenciar Os Processos E Atividades Do Centro De Tecnologia E Inovação Da Rede Lucy Montoro, Pela CONTRATADA, Contemplando Atividades Atendimento E Promoção Às Pessoas Com Deficiência	Associação Paulista Para O Desenvolvimento Da Medicina - Spdm
27	Protocolo De Intenções Que Entre Si Celebram O Estado De São Paulo, Por Intermédio Da Secretaria Dos Direitos Da Pessoa Com Deficiência E Da Secretaria De Ciência, Tecnologia E Inovação, A Universidade De São Paulo (USP), A Universidade Estadual De Campinas (UNICAMP), A Universidade Estadual Paulista "Júlio De Mesquita Filho" (UNESP) E O Instituto De Pesquisas Tecnológicas Do Estado De São Paulo S.A. (IPT)	Secretaria De Ciência, Tecnologia E Inovação - (Usp, Unicamp, Unesp E Ipt)
28	Protocolo De Intenções-Implementação E Gestão De Políticas - Acessibilidade Pessoas Com Deficiência	Fundação Universidade Virtual Do Estado De São Paulo - Univesp
29	Implantação, Operacionalização E Administração Dos Serviços Prestados Pela Secretaria De Estado Dos Direitos Da Pessoa Com Deficiência - Expedição Da Carteira De Identificação Da Pessoa Com Transtorno De Espectro Autista Nos Postos POUPATEMPO	Companhia De Processamento De Dados - Prodesp

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

08000 - Secretaria da Educação

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**36.776.396.535,00**	**29.469.388.388,00**	**27.600.090.863,76**	**1.338.948.012,47**	**28.939.038.876,23**	**28.853.900.267,86**
Pessoal, e Encargos Sociais	19.252.002.589,00	20.825.595.924,00	20.525.860.365,41	38.192,84	20.525.898.558,25	20.899.022.406,78
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	17.524.393.946,00	8.643.792.464,00	7.074.230.498,35	1.338.909.819,63	8.413.140.317,98	7.954.877.861,08
Despesas de Capital	**722.792.404,00**	**634.316.415,00**	**225.947.503,01**	**294.085.829,90**	**520.033.332,91**	**1.800.378.825,05**
Investimentos	722.792.404,00	634.316.415,00	225.947.503,01	294.085.829,90	520.033.332,91	1.800.378.825,05
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**37.499.188.939,00**	**30.103.704.803,00**	**27.826.038.366,77**	**1.633.033.842,37**	**29.459.072.209,14**	**30.654.279.092,91**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota1 : Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Nota 2 -Desconsiderado na Dotação Inicial - Decreto nº 67.446, de 13 de janeiro de 2023 que reduziu R$ 19.835.060.432,00 (SPPREV e Fundeb)

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

08000 - Secretaria da Educação

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0800 - Aprendizagem de Excelência e Equidade	**20.257.664.127,00**	**21.528.880.715,00**	**21.089.488.402,24**	**105.793.809,04**	**21.195.282.211,28**	**21.596.913.005,57**
3 - Despesas Correntes	20.192.585.417,00	21.519.579.088,00	21.089.449.391,48	105.788.169,04	21.195.237.560,52	21.596.870.814,81
4 - Despesas de Capital	65.078.710,00	9.301.627,00	39.010,76	5.640,00	44.650,76	42.190,76
0801 - Parceria Educacional Estado-Município	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**259.546,22**
4 - Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	259.546,22
0814 -Expansão, Melhoria Reforma da Rede Fisica Escolar e Administrativa	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.130.621,06**
4 - Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.130.621,06
0815 - Gestão Institucional da Secretaria da Educação	**16.599.177.712,00**	**8.524.726.649,00**	**6.718.421.498,62**	**1.497.326.574,05**	**8.215.748.072,67**	**9.018.818.256,02**
3 - Despesas Correntes	15.972.809.398,00	7.911.697.757,00	6.494.907.570,56	1.211.499.916,18	7.706.407.486,74	7.226.040.388,52

4 - Despesas de Capital	626.368.314,00	613.028.892,00	223.513.928,06	285.826.657,87	509.340.585,93	1.792.777.867,50
2826 - Comunicação Social	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.607,12**
3 - Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.607,12
2990 - Desenvolvimento de Ações decorrentes de Emendas Parlamentares	**31.343.980,00**	**26.346.439,00**	**10.678.738,96**	**13.649.943,23**	**24.328.682,19**	**13.512.516,37**
3 - Despesas Correntes	0,00	14.360.543,00	8.284.174,77	5.396.411,20	13.680.585,97	10.343.916,86
4 - Despesas de Capital	31.343.980,00	11.985.896,00	2.394.564,19	8.253.532,03	10.648.096,22	3.168.599,51
5118 - Respeito a Vida	**2.900,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3 - Despesas Correntes	1.500,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Despesas de Capital	1.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5123 - Comunicação Social	**25.000.000,00**	**23.750.000,00**	**7.449.726,95**	**16.263.516,05**	**23.713.243,00**	**20.637.540,55**
3 - Despesas Correntes	25.000.000,00	23.750.000,00	7.449.726,95	16.263.516,05	23.713.243,00	20.637.540,55
5124 - Bolsa do Povo	**586.000.220,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3 - Despesas Correntes	586.000.220,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**37.499.188.939,00**	**30.103.704.803,00**	**27.826.038.366,77**	**1.633.033.842,37**	**29.459.072.209,14**	**30.654.279.092,91**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

O relatório a seguir apresenta as informações gerenciais sobre as ações, projetos e programas desenvolvidos pela Secretaria da Educação e por suas entidades vinculadas no exercício 2023[1], executadas conforme os instrumentos de planejamento público definidos nos normativos Lei nº17.262/2020, Lei nº 17.555/2022 - LDO 2023 e Lei nº Lei n° 17.614/ 2022.

A Educação Pública no Estado de São Paulo visa a concretizar objetivos estratégicos definidos no Plano Plurianual - PPA 2020-2023 executando os programas governamentais, quais sejam 800 – Aprendizagem de Excelência e Equidade; 815 – Gestão Institucional da Secretaria da Educação;2990 – Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares, 5123 – Comunicação Social e 5124 Bolsa do Povo, em atendimento às mudanças almejadas pela sociedade. Esses programas se desdobram em produtos (bens ou serviços), viabilizados por recursos alocados em açõesque integram a programação orçamentária. O monitoramento desses produtos é realizado pelaapuração periódica de indicadores que aferem a execução física, conforme a previsão de metas. Nesse sentido, este documento está estruturado de modo a apresentar informações gerenciais sobre os produtos e ações, por meio de quadros com as metas e resultados alcançados em 2023 para cada umdos indicadores do programa. Os dados do exercício 2023 foram extraídos do Sistema de Monitoramento do Plano Plurianual (SimPPA) na data base:Janeiro/2024.

No que diz respeito às entidades vinculadas, integram a estrutura orçamentária daSecretaria da Educação o Conselho Estadual de Educação – CEE/SP e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE. O CEE/SP atua como órgão normativo, deliberativo e consultivo do sistema educacional público e privado paulista. É responsável pelo estabelecimento de regras paratodas as escolas das redes estadual, municipal e particular, de Educação Infantil, Ensino Fundamental,Ensino Médio e Profissional, seja presencial ou a distância. Cabe ao CEE/SP orientar as instituições de ensino superior do Estado, bem como credenciar seus cursos; sua natureza e função é orientar a comunidade – população, escolas, instituições mantenedoras, profissionais da educação –, sugerindo, acompanhando e avaliando políticas, descentralizando decisões. As atividades desta entidade vinculada são executadas na programação orçamentária por meio da ação de suporte administrativo, a saber: 6178 - Gestão e Modernização da Secretaria da Educação/Programa 0815.

A FDE, criada em 1987, é responsável por executar as políticas educacionais definidas pela Secretaria. Entre suas principais atribuições estão: construir escolas; reformar, adequar e manteros prédios, salas de aula e outras instalações; oferecer materiais e equipamentos necessários à Educação; desenvolver pesquisas voltadas ao aprimoramento do sistema pedagógico aplicado ao ensino e ferramentas e equipamentos educacionais disponíveis à rede pública, incluindo recursos didáticos e de informática, entre outros, visando sempre à melhor qualidade do ensino e à aplicação apropriada das políticas educativas definidas pelo Estado. As atividades executadas pela FDE, por integrarem os produtos da Pasta, são descritas conjuntamente. Na programação orçamentária a execução corresponde às ações: 6169 - Viabilização de cursos de idiomas, atividades complementares e escola aberta; 6343 - Flexibilização curricular do ensino médio; 2494 - Melhorias, manutenção e ampliação da rede física escolar; 4087 - Gestão administrativa e financeira; 5740 - Transporte de alunos da educação básica; 6172 - Fornecimento de alimentação escolar aos alunos da Educação Básica; 6174 - Operação da rede de ensino básico; 6383 - Inova - implementação de recursos tecnológicos e oferta de material escolar e 6178 - Gestão e modernização da Secretaria da Educação.

PROGRAMAS E AÇÕES

PROGRAMA 0800 – APRENDIZAGEM DE EXCELÊNCIA E EQUIDADE

O Programa 0800 vem a assegurar o ensino de qualidade a todos os alunos da rede estadual, com vistas ao pleno desenvolvimento de suas habilidades e competências, de valores culturais e éticos, de modo a contribuir para sua constituição como pessoas e cidadãos, bem como noque tangeà sua qualificação para o mercado de trabalho, gerando valor para a sociedade.

Tal Programa é executado por um conjunto de ações pedagógicas que ofertam esta Educação Integral por meio da implementação do Currículo Paulista em todas as etapas e modalidades de ensino, destacando-se em 2023 a disponibilização de materiais didáticos, plataformas educacionais,avaliações em formato digital e novo modelo de formação docente. Os produtos pertencentes a este programa compreendem desde a formação continuada e remuneração dos servidores, bem como o provimentode material didático pedagógico, até a realização de avaliações de aprendizagem e do sistema, para evidenciar as necessidades de ajustes no processo ensino – aprendizagem.

As aulas na rede estadual são ministradas tendo como referência o Currículo Paulista, quecontempla as dez competências da Base Nacional Comum Curricular. Ao promover a equidade, inclina-se, também,a dar respostas adequadas e com respeito ao público atendido nas modalidades da Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígenae Educação Escolar Quilombola, segundo as necessidades locais.

O Programa 800 é monitorado por três indicadores:

Indicadores de Programa	Meta	Resultado
2313 - Proficiência em língua portuguesa e matemática	44%	-
2314 - Taxa de reprovação e abandono	2%	1,18%
2315 - Percentual de professores formados para implementar o CurrículoPaulista	50%	20,2%

O primeiro indicador (2313) é apurado com base no resultado da realização do Sistema de Avaliação e Rendimento do Estado de São Paulo - SARESP. De maneira inédita, a edição 2023 daprova do SARESP foi aplicada a todos os estudantes dos anos finais do ensino fundamental de turmasregulares, de forma 100% digital e o conteúdo avaliado foi ampliado. Nas edições anteriores, participaram alunosdo 2º, 3º, 5º e 9º anos do ensino fundamental e as questões eram focadas nos componentes curriculares de língua portuguesa e matemática. A partir de 2023, as provas incluem as quatro áreas do conhecimento previstas no Currículo Paulista para cada etapa. No caso do ensino fundamental são: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. A avaliação foiaplicada entre os meses de novembro e dezembro e os resultados serão divulgados em 2024. Até o momento de fechamento deste relatório não estavam disponíveis.

Com relação à taxa de reprovação e abandono (indicador 2314), observa-se redução nosresultados, indicando que as ações de busca ativa implementadas pela Seduc, com fundamento na Resolução SEDUC – 39, de 5-9-2023 estão impactando na permanência dos estudantes.

[1] A elaboração deste relatório baseou-se nas orientações contidas no Ofício Circular No 001/2024 - GS

[2] daSecretaria da Fazenda e Planejamento.

Observa-se que o resultado do indicador 2315 ficou abaixo da meta estabelecida. Esse resultado se deu pela priorização da oferta de ações formativas em outros temas não contabilizados nesteindicador,

que afere a participação específica em cursos de implementação do Currículo. Os esforços da Pasta se concentraram na oferta de cursos pertencentes aos eixos de gestão educacionale grandes temas

da educação, transversais ao currículo, cursos estes considerados como prioritários tendo em vista o novo plano de carreira do quadro do magistério (resolução SEDUC 31, de 29/04/22).Ademais, alguns cursos possuem dados que ainda estão em processo de homologação e não puderamser computados até o fechamento deste relatório, sobretudo referente ao segundo semestre.

A seguir serão apresentados os produtos que compõem o Programa 800:

Produto 874 - Implantação do Novo Currículo na Educação Básica da Rede Estadual

O Currículo Paulista é o currículo oficial do estado ofertado a todos os estudantes em formatodigital e impresso. A SEDUC possui material didático próprio desde 2009, para estudantes e professores das escolas da própria rede e das redes públicas municipais conveniadas, de forma integrada à esfera pública estadual de ensino, visando a melhoria da qualidade da educação em todo o Estado. Entre os anos de 2019 e 2020 o currículo e seus materiais foram revisados à luz da Base Nacional Comum Curricular e homologados pelo Conselho Estadual de Educação. A partir de 2023, ganhou forte impulso com a disponibilização em formato digital.

Ademais, foram empreendidos esforços para a construção de materiais didáticos para que se possa ofertar novos componentes curriculares em 2024, considerando as matrizes curriculares publicadas nas resoluções SEDUC 53 de 17-11-2023 e 52 de 23-11-2023. Em resposta à demanda de estudantes e professores, a SEDUC ampliou em 60% o tempo destinado à aprendizagem de línguaportuguesa e em 70% à matemática do Ensino Médio a partir de 2024 e incluiu aulas de geografia, história e física na 3ª série do Ensino Médio. Outra novidade prevista para o próximo ano letivo é a inclusão de aulas de educação financeira para estudantes dos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

A proposta das novas matrizes curriculares para o Ensino Médio do Estado de São Paulo visa contemplar as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade, acrescentando novos conteúdos, são eles: Educação Financeira, Tecnologia e Robótica, Aceleração para Vestibular, Redação e Leitura, Arte e Mídias Digitais, Liderança, Oratória, Geopolítica, Filosofia e Sociedade Moderna, Empreendedorismo, Biotecnologia e Química Aplicada. Vale pontuar que a presente proposta foi elaborada a partir de consultas a profissionais da rede, como dirigentes, supervisores de ensino, diretores e professores, além de escuta ativa dos estudantes.

Material Digital

Em 2023 a SEDUC elaborou e ofertou materiais didáticos digitais para estudantes e professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio, com objetivo de tornar a aula mais atrativa e aumentar a satisfação do estudante e o interesse em permanecer na escola. Os materiais utilizam tecnologias e conteúdos e práticas pedagógicas que atendem às características e especificidades de cada etapa de ensino. Foram produzidas 1.203 aulas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 2.872 aulas para os Anos Finais do Ensino Fundamental e 2.026 aulas para o Ensino Médio, totalizando 6.101 aulas.

Uma peculiaridade apresentada pelos materiais de São Paulo é a sua flexibilização, uma vez que o material digital é editável, possibilitando a adequação às especificidades da turma, otimizando otempo da aula e tornando-a mais dinâmica, com introdução de ilustrações e vídeos específicos, permitindo a associação com o uso de plataformas educacionais, para cada área do conhecimento e outros recursos enriquecedores, de forma a ampliar o conhecimento, atender aos diferentes perfis de estudantes e favorecer o avanço no seu desempenho escolar. Ressalta-se que o material atende a todos os componentes da Matriz Curricular e se constitui em parâmetro para gestão pedagógica no âmbito da elaboração de instrumentos para avaliar, acompanhar e identificar os avanços e necessidades dos estudantes (diagnóstico).

Outro fator importante é apresentar distintas técnicas de gestão de sala de aula. Para garantir o movimento metodológico, o material está estruturado em seções, a saber:

- Para começar: Contextualização dos conteúdos, momento de levantar os saberes dosestudantes e inteirá-los sobre o assunto da aula;

- Foco no conteúdo/O que é: Seção onde o conteúdo é conceitualizado;
- Praticando: Atividades para colocar em prática o que foi aprendido conceitualmente;
- Sistematizando: Mobilização, em outras situações, dos conhecimentos aprendidos;
- O que aprendemos hoje: encerramento da aula, com reflexão do que foi aprendido;
- Aprofundando: Exclusivo do Ensino Fundamental anos iniciais, são atividades para serem realizadas pelos estudantes, com autonomia;
- Referências.

Material em versão impressa

Além do material em formato digital, também foram disponibilizados aos estudantes materiais na versão impressa chamados Currículo em Ação. A produção dos materiais pedagógicos consiste em diagramação, serviço de impressão, acabamento, mixagem/separação, embalagem, transporte e distribuição/entrega. A tabela 1 apresenta os quantitativos distribuídos e o valor investido.

Tabela 1 - Quantidade de material didático impresso

Aquisições/Investimento	1º Semestre	2º semestre	Total 2023
Cadernos Distribuídos	16.824.085	11.639.585	28.463.670

Plataformas Digitais

Também com o objetivo melhorar a frequência e a performance dos estudantes, a SEDUC implementou a partir do segundo semestre de 2023 a utilização das plataformas digitais abaixo:

Alura: plataforma de programação que visa apoiar no desenvolvimento de competências associadas ao pensamento computacional e a cultura digital como colaboração, pensamento crítico e analítico e criatividade, previstas na BNCC e nas Diretrizes Curriculares de Tecnologia e Educação doEstado de São Paulo. Diariamente, 714 mil alunos acessam a plataforma e já foram realizados aproximadamente 8,5 milhões de exercícios (data base 05/12/2023).

Tarefa SP: plataforma para envio de tarefas de casa contendo atividades/tarefas integradas àsaulas do Material Digital, para que os estudantes se aprofundem e ampliem suas habilidades frente aosobjetos de conhecimento propostos. Aproximadamente 93 milhões de tarefas já foram realizadas (database 05/12/2023).

Prepara SP: visa a fortalecer a preparação dos estudantes paulistas da 3ª série do Ensino Médio para o ENEM, vestibulares regionais e o Provão Paulista, incentivando o ingresso ao Ensino Superior. Disponibiliza videoaulas, exercícios, simulados, preparação emocional. Aproximadamente 80milhões de atividades realizadas com 60% de acertos para aquelas que são do tipo exercícios (data base 05/12/2023).

Plataformas de aprendizagem matemática. São ofertadas duas plataformas. A Khan Academy visa apoiar a compreensão dos níveis de aprendizagem individual dos estudantes, facilitando seu diagnóstico e amparando a seleção de recursos para fortalecer e diversificar as práticas pedagógicas em matemática. Aproximadamente 10 milhões de questões foram realizadas com 67% deacertos (data base 05/12/2023); e a Matific, plataforma de jogos e aprendizagem matemática desenvolvida por especialistas em educação, alinhados ao currículo para estudantes do Ensino Fundamental. Aproximadamente 385 mil atividades foram concluídas (data base 05/12/2023).

Redação Paulista: plataforma que permite ao professor criar e corrigir redações.Implementação de piloto em 04 Diretorias de Ensino para testar a integração do gerenciador de tarefascom o CMSP realizada entre os meses de maio e junho/2023 e disponibilização para toda rede estadualem 25/07/2023. Total de 7.160.722 redações propostas e 2.989.624 concluídas (data base 05/12/2023).

Observa-se em 2023 um novo conceito aplicado na política de uso de recursos educacionais baseado no uso de plataformas educacionais modernas, imbricadas nos materiais digitais, com conteúdos atualizados e em consonância com a BNCC. Esse avanço veio a substituir osacessos à plataforma Currículo+ aferidos no indicador 2140, explicando o respectivo resultado abaixo da meta.

Cooperação com municípios

A SEDUC estruturou em 2023 a política em regime de colaboração do estado com seus municípios a fim de apoiar o desenvolvimento de ações sistemáticas que ajudem na melhoria dos índices educacionais. O intuito é de que as iniciativas alcancem todos os estudantes, promovendo a alfabetização na idade certa, até os 7 anos de idade. Os apoios são ofertados em eixos como: formação de todos os envolvidos no processo de alfabetização, disponibilização de materiais digitais e impressos para apoiar a prática pedagógica em sala de aula; e participação no SARESP e na avaliação da fluência leitora.

Indicador	Meta	Resultado
4000 - Percentual de Alunos do Ensino Fundamental e Médio queusam material Modernizado (%)	100%	100%
2140 - Número de acessos aos ambientes de recursos educacionais	1.626.186	541.562
Ação 6168 – Provisão de Materiais Didáticos e de Apoio Pedagógicos em versão impressa/digital **Ação 6208 – Recursos Educacionais, Cursos e Iniciativas pedagógicas AndragógicasDigitais**		

Produto 871 - Educação integral ofertada aos alunos

A Educação integral é resultado do desenvolvimento dos estudantes em suas dimensõesintelectual, física, social, socioemocional e cultural, elencando as competências e as habilidades essenciais para sua atuação na sociedade contemporânea e seus cenários complexos, multifacetadose incertos.

A Seduc oferta a Educação Integral tanto para os estudantes que frequentam a escola emjornada maior que sete horas diárias por meio do Programa Ensino Integral, quanto para aqueles que estudam no período regular, visto que o Currículo Paulista essa concepção tem como fundamento pedagógico.

Nas escolas que implementam o Programa Ensino Integral - PEI, o objetivo é assegurar aformação de crianças e de jovens autônomos, solidários e competentes, por meio de um modelo de escola com jornada integral de estudantes, currículo integrado, matriz curricular diversificada, regime de dedicação integral dos educadores e infraestrutura que atenda às necessidades pedagógicas do Programa.

Em 2023 o Programa de Ensino Integral - PEI, foi implementado em 2.312 escolas, elevando significativamente o número de estudantes atendidos (indicador 1728) e ultrapassando a Meta 6 do Plano Estadual de Educação, que estabelece a educação em tempo integral para, pelo menos, 25% dos alunos na educação básica.

Integrando o Currículo Paulista, a implementação do INOVA Educação adicionou novos componentes na matriz curricular dos estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do EnsinoMédio da rede estadual - Projeto de Vida, Tecnologia e Inovação e Eletivas. Assim, os estudantes têma oportunidade de se desenvolverem plenamente, tanto em habilidades cognitivas quanto socioemocionais. Em 2022, o Programa INOVA Educação foi ampliado, com a oferta dos componentesde Tecnologia e Inovação, Projeto de Convivência e Língua Inglesa para os estudantes do 1° ao 5° anodo ensino fundamental da rede pública estadual, chegando a 100% das escolas da rede estadual. A expansão para os anos iniciais explica o resultado maior que a meta no indicador 3999, que havia sidoprojetada para atender apenas do Anos Finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. O mesmo semanteve em 2023.

Indicador	Meta	Resultado
1728 - Número de alunos com jornada escolar de 7 horas ou mais	586.000	1.084.489
3999 - Número de escolas regulares no Programa INOVA	3.800	5.100
Ação 6136 – Implementação da Educação Integral na Rede Estadual		

Produto 1688 - Opções de itinerários formativos oferecidos aos alunos do Ensino Médio

No atendimento aos jovens, o Novo Ensino Médio, disposto na Lei nº 13.415/2017, vem sendo implementado com nova organização curricular à luz da BNCC. A principal característica é a maior flexibilidade de escolha de itinerários formativos pelos alunos. No ano letivo de 2023, a implementação do novo currículo do Ensino Médio atendeu a 100% dos estudantes do Ensino Médio.

O Novo Ensino Médio garante, na formação básica, o desenvolvimento das competências gerais e específicas de todas as áreas de conhecimento, organizadas pelos componentes curricularesque as compõem, e nos Itinerários Formativos há o aprofundamento e ampliação das aprendizagens conforme a escolha do estudante e de seu projeto de vida. Assim, em 2023, a carga horária nessa arquitetura, buscou atender o máximo permitido por Lei, em que a formação geral básica conta com 1.800 horas. Esta oferta se aplicou às turmas do Ensino Médio diurno de tempo parcial, do noturno parcial e das escolas de Ensino Integral (tanto de 7h como de 9h diárias de aula). Os itinerários formativos contaram com no mínimo 1.200 horas para todos os estudantes, organizados em 11 possibilidades de aprofundamento curricular, sendo 10 de áreas do conhecimento e 1 de formação técnica.

Por meio de consultas à rede e avaliação da implementação do Novo Ensino Médio durante oano de 2023, a Seduc prospectou mudanças das matrizes curriculares publicadas na Resolução SEDUC 52 de 23-11-2023. De modo geral, as medidas, válidas a partir de 2024, visam simplificar a oferta de itinerários formativos — de doze para três itinerários formativos, incluindo o Ensino Técnico
— e ampliar a carga horária das disciplinas de matemática, língua portuguesa, física, geografia e história, enquanto que nos Anos Finais o enfoque é a disciplina de orientação de estudos, destinada a apoiar na recomposição das aprendizagens e oferecer avanços no ensino no processo de aprendizagem, de acordo com a necessidade e nível de aprendizagem dos estuda

Destaca-se fortemente a modelagem da oferta do itinerário formativo profissionalizante que será ofertado a partir de 2024 nos termos do Programa Educação Profissional Paulista, instituído pelo Decreto nº 68.189, de 14 de dezembro de 2023. No presente exercício a SEDUC trabalhou para que nos próximos 4 anos ocorra a expansão gradual do curso técnico integrado ao ensino médio, que corresponde ao 5º Itinerário Formativo do Ensino Médio.

Já em 2024 serão implementados 9 cursos técnicos: Agronegócio, Logística, Ciência de Dados, Administração, Desenvolvimento de Sistemas, Vendas, Hospedagem, Enfermagem e Farmácia. Os cursos serão ofertados em 1.200 escolas estaduais, totalizando 1.915 turmas, com estimativa de 90.000 matrículas.

Para tanto, a SEDUC elaborou e submeteu os planos dos cursos à análise do Conselho Estadual de Educação, além de produzir matérias digitais e formações. Em outubro/24, também foi publicado o edital do processo seletivo para contratação temporária de 1.5000 docentes para a educação profissional técnica de nível médio e atualmente são 15.000 candidatos participando da seleção.

Informa-se que o indicador 3727 mensura a quantidade de matrículas tanto na rede estadual quanto em parceria com o Centro Paula Souza, sendo este último responsável por 41.068 matrículas, distribuídas em 9.334 no Novotec Expresso e 35.106 no Novotec Integrado. Esse indicador não computou o resultado do Programa Educação Profissional Paulista, visto que a oferta aos estudantes se inicia em 2024.

Indicador	Meta	Resultado
3726 - Número de escolas que oferecem 2 ou mais itinerariosformativos	3.643	3.690
3727 - Número de matrículas em ensino técnico e/ou profissionalizante	1.386.923	1.241.308
Ação 6343 – Flexibilidade curricular do ensino médio		

Produto 880 - Educação Especial

Educação Especial é a modalidade de ensino que percorre todos os níveis e etapas da escolarização, com o objetivo de desenvolver, validar e consolidar as escolas inclusivas. Quanto aos estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial são aqueles com: deficiência física; deficiência auditiva e surdez; deficiência visual, baixa visão e cegueira; surdocegueira, deficiência intelectual; deficiências múltiplas; Transtornos Globais do Desenvolvimento/Transtorno do Espectro do Autismo; e Altas Habilidades/Superdotação.

As ações para a Educação Especial devem priorizar a inclusão de todos os estudantes, em conformidade com as diretrizes da Lei Federal nº 12.764/2012, que estabeleceu a Política Nacionalde Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e da Lei Federal nº13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Com o propósito de estabelecer normas para o atendimento de alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação e Transtorno do Espectro Autista - TEA, o Estado publicou os Decretosnº

67.634/2023, que institui o Plano Estadual Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo e nº 67.635/2023, que trata da Educação Especial na rede estadual de ensino. Em complementação, foi publicada a Resolução SEDUC nº 21/2023 que trata da regulamentação da Política de Educação Especial do Estado de São Paulo e do Plano Integrado para Pessoas com TEA. Considerando a atual perspectiva de inclusão escolar dos estudantes elegíveis da Educação Especial nas classes comuns da educação básica e levando em conta as demandas específicas de cada aluno, a SEDUC disponibiliza apoios, recursos, serviços e equipes pedagógicas especializadas. Estas medidas têm como finalidade garantir a inclusão efetiva dos alunos no ambiente educacional. São elas:

Atendimento Educacional Especializado (AEE): serviço disponibilizado para os estudanteselegíveis aos serviços da Educação Especial como característica complementar ou suplementar no apoio do processo de aprendizagem.

Sala de Recursos: espaço multifuncional localizado em 2.846 escolas da rede estadual, dispondo de mobiliários, equipamentos, materiais e recursos de acessibilidade para atendimento de estudantes.

Novos procedimentos estão sendo estruturados para oferta do AEE:

Modalidade Itinerante em Espaço Multiuso: atendimento efetivado por meio do deslocamento do professor especializado em Educação Especial até a escola de matrícula do estudante, sendorealizado em Espaço Multiuso, que é considerado o ambiente disponível na unidadeescolar equipado com recursos didáticos e pedagógicos como equipamentos, materiais e recursos deacessibilidade parao atendimento.

Ensino Colaborativo: serviço disponibilizado que corrobora para articulação entre o professor especializado e os professores regentes das classes comuns, por apresentar-se como importante estratégia à inclusão dos estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial nas classes comuns do ensino regular, e perfaz-se como importante diretriz para o fomento da cultura inclusiva nas escolas da rede pública. Atualmente são 3.531 professores dedicados ao EnsinoColaborativo.

Professor regente da sala: responsável pela condução do Currículo Oficial do Estado de São Paulo, pelos aportes especializados no processo educacional dos alunos e pelos conteúdos ministrados aos alunos da sala. Assim, o professor regente é responsável por seus alunos, de modo acriar e manter o espaço ensino-aprendizagem favorável a todos os educandos.

Professor Especializado: docente devidamente habilitado por área (deficiência auditiva, visual, física/motora, intelectual, TEA ou altas habilidades/superdotação), atua na mediação pedagógica necessária ao atendimento das necessidades educacionais específicas dos estudantes. Esse profissional é responsável por analisar as potencialidades e capacidades do estudante e elaboraro Plano de Atendimento Individualizado, de forma que as ações empreendidas por todos os professores possam convergir para a inclusão e desenvolvimento do estudante.

Professor de Libras ou Professor interlocutor de Libras: para estudantes com deficiência auditiva e surdos matriculados nos anos iniciais e nos anos finais do Ensino Fundamental, em sala de aula regular e em todos os espaços de aprendizagem em que se desenvolvem atividades escolares, conforme normas do Conselho Estadual de Educação - CEE.

Profissional tradutor e intérprete: aos estudantes com deficiência auditiva e surdos matriculados no Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, em sala de aula regular e em todos osespaços de aprendizagem em que se desenvolvem atividades escolares, conforme disposto na Lei Federal nº 12.319/2010.

Instrutor-mediador ou Guia-intérprete: aos estudantes surdo-cegos, em sala de aula e nasdemais dependências da unidade escolar, sendo que, para essa função exigir-se-á a qualificação em Libras Tátil.

Serviço de Profissional de Apoio Escolar: esses profissionais serão capacitados para atuar no ambiente escolar, visando a garantir o bem-estar do estudante com deficiência ou TEA durante a rotinaescolar e a fortalecer a autonomia e a liberdade do discente no ambiente escolar, conforme preconizao inciso XIII do artigo 3º da Lei Federal nº 13.146/2015 e o parágrafo único do artigo 3º, da Lei Federalnº 12.764/2012. Ressalta-se ainda que a sua atuação não abrange as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. Atualmente, a rede estadual conta com 8.155 Profissionais de Apoio Escolar – vida diária.

Nesse sentido, ao longo dos anos, a SEDUC já vem disponibilizando o apoio à higiene, àlocomoção, alimentação e apoio nas atividades escolares aos estudantes por meio do Profissional de Apoio

Escolar e no intuito de aprimorar esse serviço, o Decreto nº 67.635/23 traz a divisão da responsabilidade desse apoio em dois profissionais com nova denominação, sendo elas: Serviço de Profissional de Apoio Escolar - Atividades de Vida Diária - PAE/AVD e Serviço de Profissional de Apoio Escolar - Atividades Escolares - PAE/AE.

Atualmente, a SEDUC mantém vínculo de parceria ou contratual com 306 instituições em todoo Estado que, submetidas aos procedimentos administrativos com fulcro na Lei Federal nº 13.019/2014(termosde colaboração) ou na Lei Federal 8.666/1993 (contratos), apresentaram-se aptas ao atendimento especializado aos alunos com TEA, com o objetivo de disponibilizar o atendimento especializado a discentes com TEA ou com Deficiência múltipla, associada a TEA.

Indicadores de Produto	Meta	Resultado
1744 - Número de alunos público-alvo da educação especial incluídos narede regular	62.278	72.223
3800 - Percentual de alunos atendidos em salas de recursos	38,4%	37,9%
Ação 5156 - Atendimento especializado a alunos da educação básica		

Produto 884 - Educação de Jovens e Adultos e atendimento escolar para públicos específicos

Promover a equidade supõe também dar respostas adequadas às expectativas do público atendido. Em relação à **Educação Escolar Indígena,** a Seduc atende, em todo o Estado, cerca de 1.632 estudantes de comunidades indígenas entre as séries dos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental, ensino médio, a modalidade educação de jovens e adultos (EJA), assim como na educação infantil. Enfatize-se que embora esta etapa de ensino seja de responsabilidade do município, também, é ofertada na rede estadual na Educação Escolar Indígena - em decorrência de sua especificidade. Atualmente, são 41 escolas equipadas com infraestrutura específica voltada aos estudantes dos povos Guarani Mbyá, Guarani Ñadeva, Terena, Kaingang e Krenak. Com base nas orientações do Currículo de São Paulo e contando com matrizes próprias nas escolas indígenas, os componentes curriculares são trabalhados a partir da cultura de cada povo e os professores, na maioria das vezes, são indígenas e membros das comunidades nas quais as escolas estão localizadas. Do total de alunos que frequentam as escolas da rede estadual, 12.377 autodeclaram-se indígenas.

No que tange à **Educação Escolar Quilombola**, na rede estadual existem 4 escolas que ficamem território quilombola. Atualmente, há cerca de 224 estudantes matriculados nestas escolas e 1.205 estudantes nas demais escolas que se autodeclaram quilombolas.

Nas iniciativas referentes aos **jovens em cumprimento de medidas socioeducativas,** o atendimento educacional é garantido em classes vinculadas a uma escola pública estadual. Em 2023 foram atendidos cerca de 801 estudantes. Nesse passo é importante destacar os Projetos “Revitalizando a Trajetória Escolar” desenvolvido nos Centros de Internação (CI), e o “Projeto Explorando o Currículo” ofertado nos Centros de Internação Provisória” (CIP) da Fundação CASA, cujas ações educativas são fundamentais em uma organização curricular diferenciada e flexível, desenvolvidas por meio de atividades ajustadas ao caráter de transitoriedade e de permanência provisória dos alunos.

Na **Educação do Campo,** as unidades escolares devem contribuir para que as propostas pedagógicas considerem as especificidades dos estudantes atendidos por essa modalidade. Nesse sentido, o atendimento é ofertado em 16 escolas em áreas de **assentamentos**, que contam com 1.948matrículas em 2023, assim como estudantes de Comunidades Tradicionais Caiçaras.

No caso do atendimento a **estudantes migrantes internacionais**, a rede estadual oferta Educação Básica para 17.144 estudantes matriculados no ano de 2023. Aos **estudantes em situação de itinerância**, a Seduc orienta quanto à importância do acolhimento, matrícula e certificação de estudantes.

Na temática **Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER**), os componentes curriculares são trabalhados a partir da compreensão da importância da escola como espaço de diálogo, reflexão e compreensão das diversidades e pluralidades identitárias e culturais.

A **Educação de Jovens e Adultos** (EJA), modalidade de ensino que integra a Educação Básica, é destinada a todos aqueles que, por diferentes motivos, não conseguiram dar continuidade ounão concluíram os estudos na idade convencionalmente própria. O atendimento a jovens, adultos e idosos,

incluindo a população do sistema penitenciário, da Educação Escolar Indígena e da Educaçãodo Campo na EJA na rede estadual paulista, nas etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio, foi ofertado em aproximadamente 1.467 escolas estaduais; em 39 Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos - CEEJAs (atendimento individualizado e presença flexível); e 126 unidades prisionais.

Houve uma redução no número de matrículas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos(EJA), em relação à projeção calculada em 2020, conforme indicado pelo indicador 1746. Esta reduçãosignifica que mais estudantes estão acessando a escola e concluindo os estudos na idade certa. Alémdisso, o indicador 1748 foi calculado com base na taxa de conclusão do Ensino Médio na modalidade EJA, que foi de 28.324 alunos em relação à quantidade de matrículas no terceiro termo em 2023, quefoi de 94.285 alunos.

Indicador	Meta	Resultado
1746 - matrículas de educação de jovens e adultos e públicosespecíficos	270.078	190.000
1748 - percentual de alunos da educação de jovens e adultos (EJA) narede estadual que concluíram o ensino médio	74,8%	30%
Ação 5745 – Atendimento a Jovens e Adultos na Educação Básica – EJA e Públicos Específicos		

Produto 875 - Atividades complementares ao currículo e conexão com a comunidade escolar

Ressalta-se que em 2023, a Seduc concentrou esforços na modelagem da participação de estudantes em programas de intercâmbio. Assim surge o Projeto de Lei nº 1559/2023, que institui o **Programa de Intercâmbio "Prontos pro Mundo",** o mesmo foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 13 de dezembro de 2023. O programa é uma iniciativa da SEDUC que temcomo principal objetivo motivar o desempenho acadêmico e a frequência escolar dos estudantes concedendo gratuitamente um curso de inglês no contraturno escolar para os 70 mil alunos com melhordesempenho no SARESP do 9º ano. O curso de inglês ocorrerá no decorrer da 1ª série do ensino médio. Todos os alunos selecionados para o curso de inglês concorrerão a mil bolsas de intercâmbio no exterior por um semestre letivo no decorrer da 2ª série do Ensino Médio. Destas mil bolsas, 645 serão concedidas para o melhor aluno de cada município e 355 serão distribuídas proporcionalmente pelas Diretorias de Ensino. Sua implementação se inicia em 2024.

A Secretaria ofertou também **atividades de enriquecimento curricular** por meio do Centro deEstudosde Línguas – CELs, de ambientes pedagógicos como as Salas de Leitura, do Programa Escola da Famíliae do fomento da participação de alunos em atividades externas como jogos escolares descritos a seguir.

Os **Centros de Estudos de Línguas - CEL** têm como objetivo proporcionar ao estudante da rede estadual a oportunidade de aprender uma ou mais línguas estrangeiras, para além do ensino da língua inglesa na rede regular, aumentando seu acesso a outras culturas e ampliando suas chances de inserção no mercado de trabalho formal. Atualmente são oferecidos os seguintes idiomas: alemão, espanhol, francês, inglês, japonês, mandarim e italiano. Os cursos oferecidos destinam-se a alunos matriculados no ensino fundamental a partir do 7º ano, ensino médio e EJA, além daqueles matriculados no ensino médio das escolas vinculadas ao Centro Paula Souza. Em 2023, foram atendidos cerca de 40.000 alunos, distribuídos em 151 unidades do Centro de Estudos de Línguas.

O **Programa Sala de Leitura,** instituído em 2009, oferta ambientes pedagógicos de trabalho interdisciplinar, apoiados no Currículo Paulista, apresentam-se como espaços dinâmicos e inovadores de convivência, com atividades de promoção da leitura, escrita, pesquisa e produção cultural diversificada incentivando o protagonismo, a inclusão e a criatividade de toda a comunidade escolar, em especial estudantes e professores de todas as etapas de ensino e faixas etárias. No tocante ao acervo, em 2023 foram adquiridos livros técnicos para o ensino profissionalizante para contemplar o acervo das salas de leitura em 2024.

O **Programa Escola da Família – PEF**, implantado em 2003, possibilita a abertura de escolaspúblicas estaduais aos finais de semana, em torno da realização de atividades educativas, no campo da educação não formal. As atividades desenvolvidas vão desde oficinas a campanhas sazonais, ações de prevenção e outras. Atualmente, o Programa encontra-se em 262 escolas.

O indicador 1739 apresenta a participação dos estudantes em atividades complementares comaumento substancial dado pela participação expressiva de estudantes nas olimpíadas e eventos científicos, culturais e esportivos.

Indicador	Meta	Resultado
1739 - número de alunos participantes em projetos de enriquecimentocurricular	2.100.267	5.105.577
Ação 6169 – Viabilização de Curso de Idiomas, Atividades Complementares e Escola Aberta		

Produto 1204 - Gestão da aprendizagem: formação, ensino, monitoramento e avaliação

Para possibilitar a intervenção pedagógica durante o ano letivo, a Seduc conta com mecanismos integrados de monitoramento e de avaliação das aprendizagens, aferindo os resultados da ação educativa, os benefícios promovidos e as oportunidades de melhorias.

Este produto é monitorado a partir dos resultados do Sistema de Avaliação de RendimentoEscolar do Estado de São Paulo - SARESP, avaliação somativa para aferir o domínio das competências e habilidades básicas em Língua Portuguesa e Matemática. O desempenho dos alunos no SARESP eo fluxo escolar (aprovação, reprovação e abandono) compõem o IDESP, que é um indicador de qualidade dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio.

De maneira inédita, a edição 2023 da prova do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP foi aplicada a todos os alunos dos anos finais do ensino fundamental de turmas regulares, de forma 100% digital e o conteúdo avaliado foi ampliado. Nas edições anteriores, participaram alunos do 2º, 3º, 5º e 9º anos do ensino fundamental e as questões eram focadas nos componentes curriculares de língua portuguesa e matemática. A partir de 2023, as provas incluem as quatro áreas do conhecimento previstas no Currículo Paulista para cada etapa. No caso do ensino fundamental são: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.A avaliação foi aplicada entre os meses de novembro e dezembro e os resultados serão divulgados em2024.

Outra novidade em 2023 foi a aplicação do SARESP contextualizada no Provão Paulista Seriado, instituído pelo Decreto 67.941, de 15 de setembro de 2023. Conduziu-se a avaliação de desempenho do ensino médio, objetivando: (i) mensurar o nível de aprendizagem dos estudantes ao final do ano letivo, em cada série do ensino médio; e (ii) democratizar as oportunidades de acesso às vagas em nível de graduação oferecidas pelas instituições públicas de ensino superior do estado de São Paulo aos estudantes da escola pública. A avaliação aproxima-se do formato dos principais vestibulares do estado, em caráter seriado, abrangendo todas as áreas de conhecimento, com resultados individualizados por estudante.

Participaram do Provão Paulista Seriado aplicado entre 09 e 10 de dezembro de 2023 estudantes do Ensino Médio de todas as unidades escolares das redes estadual e municipal de São Paulo, além das escolas do Centro Paula Souza (ETEC) e, por inscrição individual, estudantes de escola pública vinculados a outros entes. Foram 15.369 mil vagas ofertadas nas universidadesestaduais públicas do Estado de São Paulo USP, UNICAMP, UNESP e FATEC e UNIVESP. Cerca de260.700 os estudantes que realizaram a prova. Dos aprovados na primeira chamada, 73,9% são da rede estadual, 16,6% do Centro Paula Souza e 9,5% dos municípios e outras redes públicas.

Acrescenta-se em 2023 a aplicação do Sistema de Avaliação da Educação Básica- SAEBno campo das avaliações somativas, cujo resultado compõe o Índice de Desenvolvimento da EducaçãoBásica - IDEB, o principal indicador de qualidade da educação pública do Brasil. Os resultados da avaliação ajudam a retratar a realidade da educação e contribuir para direcionar a destinação de recursos e a implementação de políticas públicas. Entre os meses de novembro e dezembro de 2023 foi realizada em todas as escolas com alunos do 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental, e da 3ª sériedo ensino médio. A SEDUC promoveu ampla campanha de mobilização para ampliar a participação naavaliação, a fim de que as unidades escolares tivessem seus resultados publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Entre os meses de novembro e dezembro de 2023 a prova do SAEB foi realizada em todas asescolas com alunos do 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental, e da 3ª série do ensino médio. A SEDUC promoveu ampla campanha de mobilização para ampliar a participação na avaliação, a fim de que as unidades escolares tenham seus resultados publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Os resultados do SAEB estão previstos para divulgação pelo INEP

em junho/2024.

Avaliações diagnósticas e formativas também são aplicadas na rede estadual paraidentificar o nível de aprendizagem dos estudantes e permitem o acompanhamento do desenvolvimento do currículo durante o ano, subsidiando as escolas e os docentes nos processos de planejamento de ações e de intervenções pedagógicas. Tratam-se de instrumentos investigativos em termos das competências e habilidades desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática e são elaboradas com base nas Matrizes de Avaliação Processual.

Em 2023 a avaliação bimestral passou a se chamar Prova Paulista e foi aprimorada, abrangendo todas as áreas do conhecimento do Currículo Paulista do 5º ano do Ensino Fundamental até a 3ª série do Ensino Médio, tendo como referência os conteúdos curriculares do Material Digital. A avaliação bimestral é aplicada na rede estadual desde 2011, mas até 2022 com a predominância em avaliar os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática.

A Prova Paulista é aplicada para acompanhamento do desenvolvimento do Currículo Paulista.Seu resultado apoia os professores na identificação mais precisa dos conteúdos que os estudantes aprenderam ao longo do bimestre e contribuem para as tomadas de decisão pedagógicas mais imediatas ao processo de ensino-aprendizagem, permitindo inclusive a intervenção individualizada.

A avaliação é de múltipla escolha e realizada de forma digital pelo aplicativo do Centro de Mídiasda Educação de São Paulo – CMSP. Em setembro foi realizada a 3ª edição da Prova Paulista com adesão de 92,5% dos estudantes com média de evolução de 6,3% em relação à última prova. Os resultados são disponibilizados pela Plataforma Escola Total, no endereço: https://escolatotal.educacao.sp.gov.br/, ferramenta que oferece um diagnóstico completo aluno por aluno, turma por turma, escola por escola do nível de aprendizado do conteúdo do trimestre. Com essas informações o professor e a equipe pedagógica conseguem atuar rapidamente recompondo conteúdos e assegurando que os alunos aprendam o conteúdo adequado.

No âmbito da cooperação com municípios, em junho/23 foi aplicada a 1ª edição da Avaliação de Fluência Leitora. 329,5 mil alunos realizaram a prova em escolas presentes em 606 municípios. Os resultados dão conta que, na rede pública, 14% dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental são leitores fluentes, 42% são leitores iniciantes e 44% são pré-leitores. Na 2ª edição, aplicada em dezembro/23, participaram 343.838 alunos da rede pública. Houve avanço nos resultados, mas o número de crianças não alfabetizadas no 2º ano ainda é preocupante, conforme segue: 31% de alunos no nível pré leitor, 46% de leitores iniciantes e 23% de alunos leitores fluentes. A Avaliação é uma ferramenta de apoio às escolas estaduais e municipais, para que desenvolvam ações para garantir a alfabetização das crianças e alcançar melhores resultados no Saresp – Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo e no Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica.

Do ponto de vista da gestão dos resultados para a tomada de decisões acerca das intervenções pedagógicas, a Seduc desenvolveu e melhorou ferramentas de monitoramento. Assim, a rede estadual utiliza o Super BI, Painel Paulista e Aplicativo Diário de Classe para ter acesso à frequência escolar, desempenho e uso de plataformas por parte dos estudantes; e aulas ministradas pelos docentes de forma ágil, com dados consolidados por aluno, turma, escola, Diretoria de Ensino e órgão central.

Indicador	Meta	Resultado
2283 - Percentual de alunos que realizaram a avaliação de sistema (SARESP) no total das séries em que se realizaram as provas na rede estadual	89,78%	-
3725 - Percentual de alunos que realizaram avaliação em processo(Prova Paulista) na rede estadual.	99%	86,84%
Ação - 6177 – Monitoramento, melhoria e avaliação dos resultados educacionais		

Produto 1708 - Atendimento na Educação Básica

Neste produto, são registradas as despesas com profissionais do Quadro do Magistério- QM (professores, diretores de escola e supervisores de ensino) e do Quadro de Apoio Escolar-QAE (funcionários e servidores em efetivo exercício na rede estadual). Essas ações se relacionam com a política salarial e de carreira e com a adequação do quadro de pessoal. Atualmente, o quadro do magistério é composto por aproximadamente 218.813 servidores, o quadro de apoio escolar conta com 34.128 servidores e o quadro de servidores da educação (QSE), que conta com 3.434 servidores

(Dados BI da Educação - consolidado 2023). O módulo de pessoal é estimado em função do atendimento aos alunos aferido no indicador deste produto.

A fim de garantir à SEDUC recrutar e selecionar novos funcionários de maneira eficaz e justa,de modo a atrair talentos qualificados para ocupar os cargos disponíveis, são abertos processos seletivos internos, concursos e contratações de docentes temporários. No exercício de 2023 foram realizados os seguintes processos:

Dirigente Regional de Ensino: o processo seletivo viabilizou a seleção de candidatos aptos para preenchimento de 91 vagas. Essa seleção faz parte da política pública implementada pela SEDUC, que prevê contratar ou manter profissionais na gestão escolar com base em critérios técnicos e competências profissionais. Os candidatos participaram da 1ª Edição/2023 do Curso PDL – Programa de Desenvolvimento de Liderança. Posteriormente, os 7.601 aprovados passaram por dinâmicas de grupos e entrevista com especialistas. Na entrevista final, dentre os 180 candidatos participantes, foram escolhidos 52 novos dirigentes de ensino e 39 foram mantidos.

Professor Ensino Profissionalizante: foi aberto edital de processo seletivo simplificado para contratação temporária de 1.500 professores para atuar no Itinerário Formativo de Ensino Técnicodo Ensino Médio da rede estadual. O processo destina-se à formação de cadastro, não havendo um número de vagas determinado.

Professor Ensino Fundamental e Médio: firmado contrato com a Fundação VUNESP parapromover concurso público para 15.000 cargos a serem providos já em 2024, para todas as disciplinasda matriz curricular do Estado de São Paulo em todas as regiões do Estado. O concurso contou com 295.213 candidatos. O certame contou com inovação na realização de prova prática, na qual os docentes enviaram uma videoaula, com o objetivo de avaliar a dinâmica e habilidades do professor na condução da aula.

Professor temporário: considerando a necessidade temporária docente nas escolas estaduais, foi realizada a contratação de docentes oriundos de processo seletivo - DOE 17/09/2022, seleção ocorrida por meio de avaliação de títulos e experiência profissional, a ser realizado em nível regional. Foram 22.107 docentes com contratos celebrados em 2023 (data base 30/11/2023). O concurso público para docentes em andamento aproveitará remanescentes classificados para fins de contratação temporária em 2024, nos termos da LC 1.093/2009 até que gradativamente os cargos sejam ocupados por docentes efetivos durante a validade do concurso de 2 anos, prorrogáveis por mais2 anos.

Oficial Administrativo: realizada sessão de escolha de vaga do concurso público para preenchimento de 167 cargos, os quais aguardam nomeação.

Agente de Organização Escolar: no mês de outubro a SEDUC divulgou a relação de vagas remanescentes do processo seletivo simplificado. No total, 617 profissionais foram chamados. Além disso, foi encaminhado aos órgãos/autoridades competentes, proposta para abertura de novo concurso público para o cargo de Agente de Organização Escolar, com vistas ao provimento adicional de 5 mil cargos vagos. Tão logo a SEDUC obtenha a referida autorização governamental, adotará as providências necessárias para a definição do cronograma e efetiva realização do certame.

Para a alocação e movimentação destes servidores em 2023, consolidou-se o processo de atribuição de classes e aulas no sistema da plataforma SED, ora implantado no ano anterior. Houve aperfeiçoamento do mecanismo de atribuição, de modo que o ano letivo iniciou com cerca de 100% das aulas atribuídas, proporcionando que a SEDUC iniciasse o ano letivo com seu quadro docente completo. O processo de atribuição de classes e aulas da SEDUC tem o objetivo distribuir as aulas existentes entre os docentes das diversas categorias funcionais da Rede no processo inicial do ano letivo que ocorre sempre nos meses de dezembro e janeiro, antecedendo o início do ano letivo e na continuidade realiza-se a atribuição durante o ano letivo, diariamente, para eventuais substituições.

Ademais foram construídas novas regras para o processo anual de atribuição de classes para2024 com a edição de nova Resolução SEDUC nº 47/2023. A pontuação final da classificação foi definida pelo somatório dos critérios com o peso correspondente: I - Tempo Total de Serviço - corresponderá a 45% da pontuação final; II - Presença em Sala em Aula - corresponderá a 25% da pontuação final; III - Desenvolvimento - corresponderá a 10% da pontuação final; IV - Jornada - corresponderá a 10% da pontuação final, sendo: a) Jornada atual - corresponderá a 5% da pontuaçãofinal; b) Jornada opção - corresponderá a 5% da pontuação final; e V - Titulação - corresponderá a 10%da pontuação final.

Quanto ao marco da nova carreira docente, instituída pela Lei Complementar nº 1374/2022, 2023 foi o ano em que a SEDUC tratou de adequá-la em sistema para fins de pagamento a todos os servidores

que aderiram ao novo formato de carreira, bem como propiciar o pagamento aos servidores temporários, os quais passaram a receber seus vencimentos por meio de subsídio. Além disso, disciplinou as situações de substituição de cargo exercido vago ou em substituição que envolveram servidores oriundos de carreiras distintas, no caso, carreiras regidas pela LC 444/85 e LC1.374/2022, reuniu esforços para adequar o desenvolvimento profissional da carreira dos servidores aderentes, que envolvem três trilhas, sendo elas: Regência, Especialista Educacional e Gestão Educacional. as respectivas minutas de normativos estão previstas para publicação em 2024.

A Lei Complementar nº 1.374/2022, além de trazer novo formato de carreira, trouxe em seu escopo novos benefícios aos servidores, de modo que em 2023, consolidou-se o pagamento das novas gratificações ou aquelas já existentes, mas em novo formato: Gratificação de Dedicação Exclusiva, Adicional de Complexidade de Gestão, Adicional de Local de Exercício, Gratificação de Trabalho Noturno e Adicional de Transporte para Diretores, Supervisores e Professores Especialista em Currículo.

Frente à política de bonificação de resultados, a SEDUC efetuou pagamentos em 06/10/2023,com base em resultados aos 181.702 professores e outros profissionais que atuam nas unidades de ensino e órgãos administrativos da pasta. A bonificação paga em outubro foi referente aos resultados alcançados pela rede no ano letivo de 2022 e o valores totalizaram R$ 450 milhões.

Em 2023, a SEDUC implantou no gerenciamento de sua folha de pagamento o projeto “Erro zero”. Devidamente mapeada a área tem passado por modernização de processos que incluiu: atuaçãona prevenção de erros; novo formato de conferência em duas etapas com previsão de reprocessamento dentro da programação da folha de pagamento; correção de erros nos arquivos proporcionando acertoem lote; e alteração no fluxo de correções de pagamentos. A redução foi de 10% de erros nos pagamentos para 0,46%.

Do ponto de vista da qualidade de vida, em 2023 a SEDUC firmou contrato com 2 empresas especializadas visando à execução de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT, exigidos pela legislação trabalhista vigente e destinados aos servidores da SEDUC vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS e aos Agentes de Serviços Escolares de cargo efetivo. Os serviços começaram a ser prestados a partir de 02/10/2023. Tais serviços são necessários para fins de levantar os riscos (físicos, químicos e biológicos) existentes no ambiente de trabalho do servidor, definindo medidas de prevenção e melhoria das condições de trabalho dos mesmos, constituir, treinar e acompanhar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, bem como expedir o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP e o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT, por meio da implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCSMO e do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, na SEDUC. Inicialmente, foram solicitados a realização de exames periódicos de 50.583 servidores.

Indicador	Meta	Resultado
1470 - Matrículas no Ensino Fundamental e Médioda rede estadual	2.080.350 (EF) + 1.121.253(EM) Total = 3.201.603	3.114.392
Ação 5160 - Desenvolvimento e Gestão do Ensino Fundamental – Servidores – FUNDEB Ação 5161 - Desenvolvimento e Gestão do Ensino Fundamental /Profissionais do Magistério – FUNDEB Ação 5757 – Desenvolvimento e Gestão do Ensino Médio-Profissionais do Magistério – FUNDEB Ação 5759 - Desenvolvimento e Gestão do Ensino Médio-Servidores – FUNDEB		

Produto 890 - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos profissionais da educação (redes públicas)

Tendo como atividade fim a qualificação dos profissionais da educação, nas redes municipal eestadual, para o exercício do magistério e da gestão do ensino básico, a Escola de Formação de Profissionais da Educação “Paulo Renato Costa Souza”- EFAPE desenvolve cursos e percursos formativos à distância, formações presenciais e remotas, visitas técnicas e implementação de programas que estãoalinhadas com o Mapa Estratégico 2023-2026, visando desenvolver, apoiar, fortalecer e subsidiar a formação continuada em serviço dos profissionais da educação do QM, QAE eQSE.

Em linhas gerais, as ações de formação continuada seguem organizadas em três eixos: I -Currículo

e Prática de Ensino na Educação Básica e suas Modalidades, II-Gestão Educacional e III -Grandes Temas da Educação. No primeiro semestre de 2023, foram contabilizados 350.225 inscritos nas formações EFAPE, ao passo que no segundo semestre esse número saltou para 1.253.618. Em relação à taxa de conclusão, no 1º semestre de 2023, 63.897 servidores concluíram os cursos na Plataforma AVA-EFAPE, e no segundo semestre houve melhora no índice, com 103.701 servidores concluintes das ações formativas.

Importante informar que em 2023 a Seduc adotou um novo modelo de formação entre pares,chamado Programa Multiplica SP #Professores e Programa Multiplica SP #Diretores, instituídos pelas Resoluções SE17/2023 e SE62/2023, tendo por premissa o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas à prática docente, e a à liderança e à gestão escolar, respectivamente, por meio do trabalho colaborativo entre pares. Constitui-se de um conjunto de ações de formação continuada em serviço para a melhoria das práticas de forma a reverberar no processo de ensino e aprendizagem do estudante em sala de aula. Participaram da ação #Professores 65 formadores nas Diretorias de Ensino e 327 professores multiplicando a formação para cerca de 7.354 cursistas. A 1ª edição da ação #diretores ocorrerá em 2024.

Outra ação formativa de destaque foi o Programa de Desenvolvimento de Liderança (PDL). Na1ª Edição/2023 foram inscritos 10.474 docentes e aprovados: 7.601. Nas edições seguintes a oferta do curso PDL foi expandida para Diretores de Escola e Supervisores de Ensino. Participaram do curso PDL para Diretores cerca de 52.000 servidores, sendo 54% os aprovados e para Supervisores cerca de 1.000 servidores, sendo 60% os aprovados. Acrescenta-se as seguintes ações formativas priorizadas: Currículo em Ação para docentes, gestores e formadores da Formação Geral Básica do Novo Ensino Médio; Nivelamento; Da Educação Especial para Profissionais da Educação; Da Educação Integral ao Ensino Integral; e formação específica para supervisores ingressantes. Esclarece-se que a Escola de Formação de Profissionais da Educação apresenta maior cardápio de ações formativas que podem ser consultadas no site: https://efape.educacao.sp.gov.br/ .

Com relação ao percentual de vagas para capacitação no início de 2023 (indicador 3753), houve redução da oferta pelo direcionamento dos profissionais da Educação para a participação em cursos abertos para seus cargos/funções específicas. O período eleitoral do ano de 2022 também colaborou para a desaceleração do número de formações ofertadas no início de 2023. Contudo, o novomodelo de formação por pares apresentou resultados expressivos a partir de outubro, quando começou a ser ofertado, contudo o tempo de execução foi insuficiente para elevar a média anual de formações.

Em termos de concluintes das ações formativas, ao longo de 2023, foi mantido o prazo de realização dos cursos para 6 meses, ou seja, os cursos ficaram abertos por um período maior, impactando diretamente na contabilização do número de cursistas concluintes, sobretudo dentro do primeiro semestre. De mais a mais, os mesmos fatores que impactaram o resultado do indicador 3753 se aplicam ao indicador 3754.

Indicador de Produto	Meta	Resultado
3753 - Percentual de vagas ofertadas para capacitação da redeestadual	78%	52.8%
3754 - Percentual de profissionais da educação da rede estadual queconcluíram as ações formativas	96%	52.3%
Ação 6175 – Formação dos Profissionais da Educação: Redes Estadual e Municipal		

Produto 899 - Orientação e suporte aos colegiados escolares e à gestão democrática

Em se tratando de Gestão Democrática, a escola também está fortalecida pela atuação do Grêmio Estudantil. Organizados em uma diretoria representativa, escolhida democraticamente, a ação gremista permite ao estudante ter voz na administração da escola e contribuir para sua melhoria.

Indicador	Meta	Resultado
1776 - Percentual de escolas que contam com o conjunto de grêmios,conselhos de escola e associação de pais e mestres em funcionamento	90%	91%
Ação 8277 - Fortalecimento da participação da comunidade escolar na gestão da escola		

Produto 903 - Unidades escolares como ambientes protegidos e com boa convivência

Conjugando esforços para o adequado funcionamento da escola, a Seduc oferta projetos como o CONVIVA instituído pela Resolução nº 48/2019, objetivando que toda escola seja um ambientede aprendizagem solidário, colaborativo, acolhedor e seguro, na busca da melhoria da aprendizagem.O CONVIVA SP é composto por projetos e ações articuladas entre Convivência e Colaboração; Articulação Pedagógica e Psicossocial; Proteção e Saúde; e Segurança Escolar. Para tanto, a SEDUCvem reforçando as equipes de profissionais para apoiar a comunidade escolar. Os apoios incluem a presença de psicólogos escolares, professores orientadores de convivência - POC e vigilantes prediais. Ademais, foram executadas melhorias na plataforma PLACON para registros de ocorrências.

Para compor as equipes multidisciplinares da Educação, a SEDUC contratou serviços de psicologia, com investimento de R$ 129,9 milhões em 30 meses. O contrato foi assinado em agosto e até o momento são 550 psicólogos atuando na rede. O serviço visa a promoção do bem-estar físico, psicológico e social dos alunos, professores e comunidade escolar. No mês de outubro a SEDUC também iniciou a contratação de 1.000 vigilantes para prestação de serviços de vigilância e segurançapatrimonial que atuarão nas escolas da rede estadual.

Ademais, a partir de 2024 as escolas contarão com o apoio do Professor Orientador de Convivência - POC para para disseminação de ações do programa CONVIVA, que terão jornada de 10 horas semanais exclusivas. Em 2023 foram publicados 2 editais para seleção desses professores e 1.197 docentes já foram aprovados nos processos seletivos. As escolas do Programa Ensino Integral já contam com o Coordenador de Organização Escolar para desenvolvimento das ações de convivência. Soma-se a oferta de cursos para favorecer, por meio da educação em saúde, a promoção de saúde mental, a prevenção de transtornos mentais na juventude, a redução dos estigmas relacionados aos transtornos mentais, a resolução de problemas mais leves dentro da própria escola, a identificação precoce e o encaminhamento adequado de casos para assistência especializada, assim como promover o autocuidado em relação à saúde mental dos próprios educadores.

Os resultados do indicador foram impactados principalmente pela quantidade de registros de ocorrências na Plataforma PLACON e pela participação das escolas em ações formativas específicas de convivência, que foram reduzidas no quarto trimestre de apuração. Tal fato pode ter ocorrido por se tratar de um período em que as escolas estiveram com atuação voltada para o engajamento e aplicação das provas do SARESP, SAEB, Provão Paulista e Avaliação da Fluência Leitora, além do fechamento das notas do ano letivo.

Indicador	Meta	Resultado
1780 - Percentual de escolas atendidas pelo Programa Conviva SP epela Plataforma Conviva (PLACON)	100%	63.9%
Ação - 6387- Ações interdisciplinares de prevenção, proteção e convivência nas escolas		

PROGRAMA 0815 - GESTÃO INSTITUCIONAL DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

O programa 0815 visa assegurar o funcionamento da estrutura da Secretaria da Educaçãoadequando o ambiente escolar para as necessidades pedagógicas de aprendizagem das competências

do século XXI, com melhoria e modernização dos recursos de tecnologia e comunicação. Do ponto de vista da gestão institucional, a Seduc busca promover a conformidade dos processos de gestão para maior eficiência operacional, considerando as adequações de infraestrutura, as aquisições de equipamentos e materiais e a oferta de serviços de apoio ao aluno, como alimentação e transporte escolares. Para tanto, tem-se por base profissionalizar a gestão nos diferentes níveis da estrutura e desenvolver estratégias de redução do absenteísmo dos profissionais da Educação.

Quanto aos indicadores do programa, o absenteísmo de docentes se encontra com valores dentro do esperado. No que se refere aos ambientes pedagógicos, para uma compreensão da dimensão total que a rede estadual possui, optou-se pelo lançamento de cada laboratório, quadra ou sala de leitura como ambiente individual. Assim, contabiliza-se o total de 17.423 ambientes pedagógicos, compreendendo o total de escolas autônomas da rede. Em 2023 foram realizadas automatizações, do modo Business Intelligence - BI principalmente voltadas à gestão: a) gerenciamento macro de orçamento, b) gestão de pessoas para minimização de erros em pagamentos e c) gestão pedagógica com

resultados de avaliações, frequência e uso de plataformas educacionais/painelpaulista no nível aluno, turma, escola, Diretoria de Ensino e órgão central.

Indicadores de Programa	Meta	Resultado
3749 - Percentual de absenteísmo docente	10.05%	8,5%
3750 - Número de ambientes pedagógicos para implementação docurrículo paulista	3.896	17.423
3751 - Número de processos automatizados para eficiência	3	3

Produto 831 - Rede física escolar adequada para a aprendizagem a partir do Currículo Paulista

No campo da infraestrutura, o dimensionamento da rede física para acomodar a demandade matrículas envolve a construção de novos prédios escolares, a ampliação de salas de aula em prédios existentes, reformas em prédios escolares que requerem serviços de engenharia e responsabilidade técnica, inclusive obras de adequação para acessibilidade, combate a incêndio e proteção contra descargas atmosféricas. Desse modo, prepara as escolas para o atendimento dentro dos moldes pedagógicos preconizados na política educacional vigente.

Na execução das obras e reforma de maior porte, principalmente aquelas que envolvem serviços de engenharia de natureza mais complexa, a Secretaria conta com a atuação da Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE. A Secretaria é responsável por planejar a expansão, as reformas e as manutenções da rede física escolar. As execuções ficam a cargo da FDE, como braço operacional e entidade vinculada, que por sua vez elabora estudos técnicos para viabilização das obrasa serem feitas, contrata e analisa os projetos executivos completos, elabora os orçamentos e executaas obras públicas junto às empresas do setor de construção.

Em 2023 foram planejadas intervenções que visaram adequar a estrutura física escolar ao número de alunos matriculados, ampliando as vagas no período diurno. Houve continuidade das construções de novas escolas e ampliações; adequações de acessibilidade; coberturas de quadra poliesportiva, climatização das unidades em regiões quentes do estado e reformas. Importante esclarecer que a meta para este ano foi definida em 2020 com base em uma quantidade elevada de obras de pequeno porte. Nos anos que se sucederam houve mudança de diretrizes, priorizando obrasestruturais de maior porte, que consequentemente impactaram em aumento de prazo de execução. Entretanto, em comparação com a execução de 2022, houve uma evolução de 59% de obrasconcluídas em 2023.

Já para a realização de pequenos reparos e melhorias de menor porte e baixa complexidade técnica, foram realizados repasses de recursos por meio do PDDE Paulista em 2023 para que as Associações de Pais e Mestres pudessem contratar os serviços de forma direta. Cerca de 4.830 escolas receberam recursos destinados às ações voltadas à garantia do funcionamento e melhoria da

infraestrutura física e pedagógica. O indicador 1653 não apresenta resultado, visto que sua memória de cálculo foi estabelecida anteriormente à instituição do Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista quando esses serviços ainda eram realizados de maneira centralizada.

Indicador	Meta	Resultado
3803 - Número de intervenções de infraestrutura física nos prédios darede estadual de ensino	913	815
1653 - Percentual de serviços de manutenção atendidos no total dosserviços solicitados no ano (%)	100%	0
Ação 2494 – Melhorias, Manutenção e Ampliação da Rede Física Escolar		

Produto 1206 - Parcerias Estado-Municípios para construções escolares

A Pasta mantém ainda, em regime de colaboração, convênios firmados com os municípios paulistas que têm por objeto a construção, ampliação e reforma de creches municipais e prédios escolares estaduais e municipais; contando com o apoio técnico da FDE para gestão e fiscalização destas obras.

Acrescenta-se que, em decorrência do fortalecimento do regime de colaboração com o PAINSP, instituído pela Lei nº 17.414/2021, foram firmados termos de compromissos entre a Seduc e os municípios do Estado de São Paulo em substituição ao modelo de convênios celebrados no âmbitodoPrograma de Ação Cooperativa Estado-Município (PAC) e Programa "Ação Educacional Estado/Município/Educação Infantil" (PAEM). Com este programa, a execução das obras passou a ocorrer por contratação direta feita pelas prefeituras com o recurso repassado pelo estado. Ademais, a prioridade nos últimos anos do Plano Plurianual vigente foi dada para a execução de ampliações e reformas de creches, o que significou a redução da construção de novas creches.

Indicador	Meta	Resultado
2285 - Número de obras conveniadas em andamento (média mensal)	200	111
2286 - Número de creches construídas (novas construções)	200	26
Ação 5810 – Ação Cooperativa Estado-Município para construções ou Ampliações Escolares		

Produto 820 - Transporte Escolar Regular e Especializado garantido

O transporte escolar consiste em uma política assegurada pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no artigo 4, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 54, com o objetivo de promover o acesso do alunado às escolas, condição básica para a garantia do direito à educação.

A existência de diferentes realidades municipais, no que diz respeito à disponibilidade dotransporte público e a necessidade de atender ao aluno que não consegue utilizar o sistema regular, tornam ainda mais complexa a gestão do deslocamento dos estudantes até sua unidade escolar.

Em 2023, o serviço de transporte escolar foi ofertado aos alunos por meio dos convênios formalizados com prefeituras (583 municípios), por meio da contratação direta por parte das Diretoriasde Ensino (72 municípios) e pelo contrato centralizado da Seduc com a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo - EMTU para transporte de alunos com deficiência. Os números são apresentados na tabela 2.

A fundamentação para a celebração de convênios é dada pelo Decreto nº 48.631/2014, que "Autoriza a Secretaria da Educação a, representando o Estado, celebrar convênios com Municípios Paulistas, objetivando a transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar a manutenção de Programa de Transporte de Alunos da Rede Estadual de Ensino" de forma homogênea e igualitária.

Ademais, em 2023 foram entregues 295 veículos de transporte escolar diário de estudantes, denominados de Ônibus Rural Escolar, com 29 e 45 lugares, em atendimento às entidades educacionais da rede pública de ensino estadual, pautada na expansão da oferta de transporte para os alunos residentes na zona rural e urbana, uma vez que tal aluno, por questões geográficas e de distância, poderia ser prejudicado sensivelmente por eventual ausência ou falha na prestação do serviço de transporte. Os veículos entregues aos municípios conveniados são cedidos, de forma não onerosa, nos moldes legais praticados por esta Administração, indo ao encontro às recomendações dos órgãos fiscalizadores como Tribunal de Contas do Estado, bem como Ministério da Educação por meio da Cartilha de Transporte Escolar elaborada pelo INEP.

Tabela 2: Número de alunos atendidos nas diferentes modalidades de execução

Forma de Execução	N° de alunosEstaduais
Convênios com os municípios	252.383
Contrato com a EMTU – Transporte para aluno com deficiência	5.649
Serviços contratados pelas Diretorias de Ensino para aluno regular	27.353
Serviços contratados pelas Diretorias de Ensino para aluno com deficiência	1.314
Serviços contratados pelas Diretorias de Ensino para aluno com deficiênciae regular (modelo unificado de contratação)	39.451

Passe escolar contratado pelas Diretorias de Ensino	23.285
TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOS	**349.435**

Fonte: Planilha de Controle de Contratos do Departamento de Serviços de Transporte e Assistência aoaluno - Base: Dez/2023.

Indicador	Meta	Resultado
1633 - Percentual de alunos da Rede Estadual Transportados	11%	9,72%

Ação 5740 – Transporte de Alunos da Educação Básica

Produto 788 - Alimentação Escolar Oferecida aos Alunos da Rede Estadual

A oferta deste serviço se dá por meio do gerenciamento direto ou indireto do fornecimento derefeições para os alunos de Educação Básica da rede pública estadual, com uma cobertura de 645 municípios. Conforme diretrizes gerais do Governo Federal e específicas da Secretaria da Educação, é executado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) através de dois sistemas: Centralizado e Descentralizado.

No sistema Centralizado, a área responsável planeja, define o cardápio e realiza todas as atividades para a operacionalização, incluindo o planejamento, a aquisição dos alimentos, a estocagem, a distribuição, o controle quantitativo e qualitativo dos alimentos, a supervisão e a avaliação do PNAE. São atendidos cerca de 1.8 milhões de estudantes diariamente. Atualmente a rede estadual conta com 36 nutricionistas, sendo 22 em atuação nas Diretorias de Ensino e 14 no Órgão Central. Na tabela 3 os dados de logística evidenciam a vultuosidade desta operação.

Tabela 3: Dados da logística do sistema centralizado de alimentação escolar

Dados de Logística – Sistema Centralizado	
Capacidade de armazenamento no Centro de distribuição de Cajamar	5.950.000 quilos
Número de caminhões e motoristas	45
Fornecedores de gêneros alimentícios	40

Fonte: Sistema SED - 2023

Os gêneros alimentícios secos (estocáveis) são recebidos e armazenados no Centro de Distribuição, localizado no município de Cajamar. Neste local, uma empresa terceirizada realiza o gerenciamento e a operacionalização do armazém, desde o recebimento dos gêneros adquiridos pela Seduc, bem como a estocagem, expedição e a distribuição dos produtos em todas as unidades escolares centralizadas.

As Diretorias Regionais de Ensino realizam a contratação de empresas prestadoras de serviçocontínuo para o preparo e distribuição da alimentação escolar aos alunos da rede estadual de ensino. Além dos gêneros alimentícios adquiridos pelo órgão central, é de suma importância a contratação de empresas para a preparação da alimentação ofertada aos alunos. O órgão central acompanha e orientaas

Diretorias de Ensino Regionais, em relação à gestão dos contratos terceirizados de manipulação e distribuição de alimentação escolar, supervisionando e capacitando os servidores para o correto entendimento das especificidades contratuais, no que diz respeito às obrigações da contratada e da contratante.

Cabe destacar que em 2023, houve um acréscimo na quantidade de produtos adquiridos, armazenados e distribuídos de modo centralizado. Para garantir o atendimento adequado desta demanda, em março houve nova contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de gerenciamento, administração e operacionalização mediante recebimento, armazenagem e distribuição física de gêneros alimentícios não perecíveis. Com relação aos gêneros alimentícios perecíveis o serviço logístico está contemplado no contrato de compra do produto, ou seja, a entrega érealizada em cada unidade escolar pelo próprio fornecedor.

Já o sistema descentralizado se realiza pela assinatura de convênio entre a Seduc e os municípios e implica no repasse de recursos financeiros, tanto do Governo Federal (através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação – FNDE), quanto do Governo Estadual, sendo que a Prefeitura Municipal fica responsável pelo gerenciamento direto do Programa de Alimentação (inclusivepara as escolas da Rede estadual).

A Secretaria de Estado da Educação anualmente renova o termo de anuência pelo qual o prefeito assume o compromisso, perante o FNDE, de atender aos alunos matriculados nas escolas estaduais localizadas nos municípios; da assinatura deste termo depende o repasse dos recursos federais destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Caso o município opte pelanão renovação, a Seduc passa a atender os estudantes no sistema centralizado.

Em 2023, o sistema descentralizado abrangeu cerca de 1 milhão de alunos nas unidades escolares em 493 municípios, os quais gerenciam diretamente o Programa, elaborando seus próprios cardápios, realizando suas compras, administrando seus estoques, entre outras atribuições. Cabe à SEDUC realizar a reposição de equipamentos básicos da cozinha, o suprimento de utensílios básicos (para escolas novas) e a reposição de utensílios (para as demais), além da reposição de itens destinados ao suporte de atividades da merenda no âmbito da escola. Os valores per capita repassados pelaSEDUC em 2023 foram de R$ 1,34 por aluno/dia no ensino regular e R$ 3,93 por aluno/dia para o integral com verba de Quota Estadual do Salário Educação - QESE. Os valores repassados pelo governo federal foram de R$ 0,50 no período regular e R$ 1,37 no período integral.

Para o ano de 2024 já foi apresentada às Prefeituras a proposta de reajuste de 40%, sendo osvalores repassados pela SEDUC de R$ 1,60 por aluno/dia no ensino regular e R$ 5,50 por aluno dia para o ensino integral.

Indicador	Meta	Resultado
1588 - Número de alunos atendidos pelo serviço de alimentaçãoescolar	2.397.397	2.838.329
Ação 6172 – Fornecimento de Alimentação Escolar aos Alunos da Educação Básica		

Produto 843 - Equipamentos, Mobiliário, Suprimento, Serviços e Kit Escolar para o Novo Currículo

Para que a rede estadual oferte as condições adequadas de permanência dos alunos também são necessárias aquisições de equipamentos escolares, de material de consumo, serviços delimpeza e de utilidade pública, entrega de kit escolar (caderno, lápis, caneta, etc.), manutenção e conservação de mobiliário. Seguindo o princípio da descentralização, as unidades escolares também recebem recursos materiais, logísticos e financeiros para manter a rede em operação. Em 2023, foram entregues 3.414.136 kits escolares para os estudantes do Ensino Fundamental e Médio da rede estadual.

A aquisição e distribuição de mobiliário para ambientes escolares e administrativos ocorrem com apoio técnico e logístico da FDE, responsável pela especificação dos itens, em consonância com as normas técnicas que regulam a questão, como a NBR 9050 – Acessibilidade de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. O investimento em mobiliários, equipamentos e utensíliosgarantiu a reposição de itens desgastados pelo tempo de uso e, também, o suprimento do aumento dedemanda, com a realização de mais de 15 mil entregas para aproximadamente 4,5 mil unidades escolares, conforme quantitativos apresentados na Tabela 4.

Tabela 4: Quantidade de mobiliários, equipamentos e utensílios

Descrição	Quantidade
Mobiliários	312.166
Equipamentos	705
Utensílios	*
Total	**312.871**

*A SED não discrimina as aquisições quando se trata de utensílios, fornecendo somente o valor deinvestimento. Fonte: Arquivos de controle CISE/CEQUI. Data base: dezembro/ 2023.

Ainda sobre materiais, a SEDUC conta com a Rede de Suprimentos, sistema inovador nalogística pública, pelo qual todas as mais de 5 mil escolas da rede são abastecidas com materiais de escritório, informática e limpeza, desburocratizando o processo de compra de produtos.

Um dos benefícios dessa ferramenta, que abrange em torno de 1.300 produtos, é desonerar o trabalho do diretor da escola das tarefas relacionadas à aquisição e entrega de materiais. A escola faz a requisição dos itens de que necessita e, após a confirmação, os produtos são entregues diretamente à unidade escolar. A rede de suprimentos está aberta ao longo deste ano, mensalmente, com cronograma específico para as aquisições de todas as famílias de produtos vigentes, quais sejam: Papelaria, Higiene e Limpeza, Informática e Gêneros Alimentícios. A SEDUC investiu mais de R$ 61 milhões na Rede de Suprimentos até o momento. Esse investimento tem como público-alvo os mais de 3,2 milhões de alunos da rede estadual, bem como os servidores que atuam na SEDUC.

Indicador	Meta	Resultado
1668 - Percentual de Escolas Atendidas com Reposição de MaterialPermanente e para	100%	100%
Ação 6174 – Operação da rede de ensino básica		

Produto 1783 - Recursos de tecnologia de informação e comunicação para projetos prioritários

Este produto tem como objetivo a disponibilização de recursos e equipamentos de tecnologia,nos ambientes administrativos e pedagógicos das unidades da rede estadual, visando a formação integral dos alunos por meio da inclusão na cultura digital, o uso de recursos educacionais digitais de qualidade para melhoria da aprendizagem e o provimento de equipamentos tecnológicos e acesso à internet de qualidade

Em termos de infraestrutura tecnológica escolar, temos projetos em desenvolvimento pela SEDUC, como o Conecta Educação e o Projeto Mega Escola. O Conecta Educação trata-se da renovação e incremento do parque tecnológico nas escolas e unidades administrativas, com a entrega de equipamentos, adquiridos de forma centralizada, contemplando notebooks, desktops, plataformas de carregamento móvel e access points. Em outra frente, implementou-se o Mega Escola, com disponibilização de 100 Mbps de velocidade de internet nas escolas estaduais e Diretorias de Ensino, com wi-fi disponível em todas as salas de aula e trabalho. Estima-se que 100% da rede seja atendida até o início de 2024.

Por fim, a Seduc realizou aquisições, com o intuito de renovar seu parque tecnológico tanto noaspecto administrativo quanto pedagógico. Abaixo seguem as tabelas 5a e 5b com quadros quantitativos referentes ao montante despendido em cada equipamento e suas distribuições a partir daúltima compra centralizada, firmada durante o fim do ano de 2022, entregues ao longo de 2023, com oobjetivo de melhorarmos ainda mais a proporção de equipamentos por aluno nas escolas.

Tabela 5a - Quantitativos de Equipamentos **Equipamento**	**Quantidade adquirida**
Notebook Plus Educacional	25.000
Notebook Sala de Aula	290.667
Plataforma	8.500
Tablet Android	258.938
Smartphone	21.646
Total	**604.751**

Data base dez/2023

Tabela 5b- Quantitativos distribuídos por instância

Equipamento	Quantidade UEs	Quantidade DEs	Quantidade Seduc
Notebook Plus Educacional	14.628	9.810	562
Notebook Sala de Aula	289.725	784	158
Plataforma	8.439	58	3
Tablet Android	258.706	182	50
Smartphone	18.626	3.020	0
Total	**590.124**	**13.854**	**773**

Data base dez/2023

Indicador	Meta	Resultado
2159 - Percentual de escolas atendidas por intervenções de tecnologia: computadores e/ou notebooks; impressoras; conexão fibra óptica e wifi emao menos um espaço de uso pedagógico	85%	98%
Ação 6383 - Inova: implementação de recursos tecnológicos e oferta de material escolar		

Produto 891 - Profissionalização e gestão de pessoas com foco na aprendizagem

Além da adequação dos quadros, a Seduc vem trabalhando em iniciativas que permitam identificar, desenvolver e reter os talentos dos profissionais da educação da rede estadual. Em outro eixo busca ações para promover um ambiente de trabalho saudável, valorizando e reconhecendo os profissionais da educação por critérios claros e justos para contribuir com a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Inclui medidas para redução do absenteísmo dos servidores.

Alinhados com as tendências globais de seleção por competências, a Seduc criou o Bancode Talentos, uma plataforma de gerenciamento de processos de seleção. A partir das demandas por atividades de avaliação na Seduc, é possível com essa plataforma identificar especialistas cadastradosque tenham perfil para executá-las, inclusive por meio do Auxílio Avaliação Educacional, instituído pela Lei Complementar nº 1.346, de 18 de novembro de 2019.

Em relação ao indicador do produto nº 3747, seu resultado expressa a quantidade de professores que atuam no Programa Ensino Integral, visto que permanecem na escola com 40hs com dedicação exclusiva. Em 2023, 255 escolas ingressaram no Programa.

Já o indicador 3809 que trata do absenteísmo docente, espera-se que quanto menor o valor maisdocentes estão presentes na escola. Assim, é salutar que o resultado seja menor que a meta.

Indicador	Meta	Resultado
3747 -Percentual de professores que cumprem toda jornada em umamesma escola estadual	34%	20%
3809 - Percentual de absenteísmo dos profissionais da educação	10,77%	7,3%
Ação 6290 – Seleção, Promoção, Progressão e Evolução dos Profissionais/Servidores da Educação		

Produto 1699 - Inovação e Melhoria Nos Processos de Gestão da Secretaria de Educação

Produto concluído em 2022.

Produto 1693 - Engajamento da rede estadual por meio de ações de comunicação

No âmbito da comunicação externa, foram elaborados, de janeiro a outubro, 477 releases e 16avisos de pauta e veiculadas na mídia cerca de 2.700 reportagens mensais relacionadas à Educação,sendo 580 em impressos, 450 em emissoras de televisão, 580 em emissoras de rádio e, por fim, 1.090em

portais de internet. Neste período, também foram atendidas 2.778 solicitações de jornalistas e imprensa.

No YouTube, foram postados 35 vídeos, um crescimento de 190% em comparação ao períodoanterior, com mais de 170 mil visualizações no ano.

Quando analisados a repercussão e o alcance do Portal (www.educacao.sp.gov.br), foram contabilizados 12.518.483 acessos. Foram produzidas 255 matérias até o dia 22 de novembro, uma média de 23 publicações por mês. Já o site do CMSP teve de janeiro a novembro de 2023 o total de 21 milhões de visualizações.

Ressalta-se a Intranet Espaço do Servidor, principal meio de comunicação interna da Secretaria da Educação, direcionado exclusivamente para servidores da rede estadual com publicaçãode notícias, informações e comunicados da Pasta. O canal institucional conta com um espaço para materiais que facilitem a vida do servidor, como processos administrativos, tutoriais e manuais, além de cadernos, que auxiliam o dia a dia do professor em sala de aula. Os acessos somaram 2.454.500 visualizações páginas, 3.132.436 visualizações de páginas únicas com tempo médio na página de 00:04:31. A taxa de aprovação é de 78%, de acordo com a pesquisa realizada neste ano sobre as ferramentas de comunicação da SEDUC Entre janeiro e dezembro de 2023, foram publicadas 500 notícias de interesse dos servidores, incluindo orientações, dicas de formação e aperfeiçoamento profissional, além de programações culturais

A SEDUC também conta com o canal oficial de atendimento aos usuários. As métricas e indicadores de 2023 mostraram mais de 200 mil atendimentos realizados.

O resultado do indicador 3808 provavelmente ocorreu pela metodologia de pesquisa adotada em 2023 e o período para respostas. Foi disponibilizada na intranet e na rede social Yammer no período de férias docente.

Indicador	Meta	Resultado
3733 - Produção de conteúdo informativo	1.300	1.932
3808 - Retorno do conteúdo informativo	80%	53%
Ação 8326 - Fortalecimento da comunicação com a rede estadual de ensino.		

Produto 1691 - Fortalecimento da autogestão escolar e da participação da comunidade

Para fortalecer a autogestão escolar e a participação da comunidade foi criado o Programa Estadual Dinheiro Direto nas Escolas - PDDE de São Paulo, instituído pela Lei nº 17.149, de 13 de setembro de 2019, e regulamentada pelo Decreto nº 64.644, de 5 de dezembro de 2019, com objetivode prestar assistência financeira suplementar às escolas públicas da educação básica da rede estadualpaulista. Com isso, visa-se à promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, a fim de fortalecer a participação da comunidade e a autogestão escolar, no contexto da gestão democrática.

Com o PDDE São Paulo, são realizadas transferências diretas de recursos da Secretaria da Educação para as APMs - Associações de Pais e Mestres das escolas, de forma ágil, conforme a tabela
5. Os recursos são destinados às Unidades Escolares com base no Plano de Aplicação Financeira elaborado pelas escolas, e a prestação de contas ocorre de forma simplificada. Os referidos processos são automatizados no sistema da Secretaria Escolar Digital (SED), permitindo o fluxo facilitado da validação feita pelas Diretorias de Ensino. A orientação para o uso do recurso pelas escolas e os critérios de repasse são fornecidos por meio da publicação de resoluções específicas, e informações podem ser consultadas no portal: www.pdde.educacao.sp.gov.br.

O indicador 3738 representa a quantidade de escolas com a contabilidade da Associação de Pais e Mestres (APM) regular, tornando-a apta a receber os recursos. Em 2023, a Seduc realizou esforço administrativo para regularizar a situação da prestação de contas das APMs, resultando em maior número de escolas aptas e maior uso dos saldos em conta.

Indicador	Meta	Resultado
3738 - Número de escolas aptas a utilizar os recursos do ProgramaDinheiro Direto na Escola	4.590	5.100
Ação - 8293 - Apoio financeiro às escolas públicas de educação básica da rede estadual		

Ação 5696 – Contribuição do Estado à Educação Básica Decorrente da Legislação – FUNDEB

O programa de trabalho 5696 registra o resultado entre a Contribuição e Retorno dos recursos, com base no número de matrículas nas escolas da rede pública, no âmbito do Estado de SãoPaulo, em conformidade com a Emenda Constitucional 108/2020 e baseado na Lei Federal nº14.113/2020 que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, no âmbito de cada Estado e do Distrito de natureza contábil, nos termos do art. 212-A da Constituição Federal.

O FUNDEB conta com recursos provenientes de impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e Municípios e com parcela de recursos federais para assegurar que o valor de investimento por estudante alcance o mínimo estabelecido para cada unidade da federação.

Todo o recurso gerado no fundo é redistribuído aos entes federados para aplicação exclusiva na educação básica, com base no número de matrículas nas escolas da rede pública, apuradas no último censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep/MEC.

O repasse do recurso é feito por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação,atendendo a educação básica nos seguintes segmentos: creche, pré-escola, ensino fundamental, educação de jovens e adultos, educação profissional integrado, ensino médio, educaçãoquilombola eatendimento educacional especializado em âmbito estadual, municipal e distrital[2].

Na tabela 6, observam-se os valores que o estado de São Paulo depositou no fundo (contribuição) no período de 2021 a 2023 e o total que retornou à rede pública estadual, via transferência constitucional.

Tabela 6: Valor da Contribuição, Retorno e Resultado do FUNDEB

FUNDEB – ESTADO	Total 2021	Total 2022	Total 2023
Contribuição	31.392.779.288,66	35.256.617.908,96	34.404.830.361,68
Retorno	21.099.808.110,98	24.714.170.440,53	24.227.377.162,99
Resultado	10.292.971.177,68	10.542.447.468,43	10.177.453.198,69

Fonte: RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

PROGRAMA 5123 – COMUNICAÇÃO SOCIAL

Os objetivos do programa são: dar publicidade aos atos do governo do estado de SãoPaulo e fomentar o acesso dessas informações à sociedade; integrar as ações de comunicação detodos os órgãos do governo estadual.

Produto 1176 - Divulgação de ações de utilidade pública

Mantendo o foco nas ações prioritárias da Seduc, bem como no fornecimento de informações relevantes que contemplam as ações internas e externas da Educação – para dar prosseguimento ao ensino de 3,3 milhões de estudantes em tempos de pandemia, aliou-se conhecimento e tecnologia inovando a forma de se comunicar, agrupando as tradicionais ações de comunicação às entrevistas virtuais, webinars, lives e muito mais, utilizando plataformas e aplicativos como Skype, Zoom, Teams e WhatsApp, entre outros.

No âmbito da comunicação externa, neste ano com restrições por conta do período eleitoral, foram elaborados, de janeiro a outubro, 353 releases e 61 avisos de pauta, e veiculadas na mídia cercade 650 reportagens mensais relacionadas à Educação, sendo 200 em impressos, 125 em emissoras de

televisão, 140 em emissoras de rádio e, por fim, 180 em portais de internet. Quando analisadas a repercussão e o alcance do Portal (www.educacao.sp.gov.br), foram 9.061.180 acessos. Foram produzidas cerca de 26 matérias por mês.

Indicador	Meta	Resultado
2221 - Número de ações de comunicação de utilidade pública realizadas	35	36
Ação 5576 – Publicidade de Utilidade Pública		

3 Fonte pesquisada: http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb.

SECRETARIA DE ESPORTES

SECRETARIA DE ESPORTES

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

41000 - Secretaria de Esportes

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**174.802.911,00**	**232.191.985,00**	**213.614.049,21**	**0,00**	**213.614.049,21**	**216.798.039,73**
Pessoal, e Encargos Sociais	26.262.817,00	27.512.468,00	27.223.157,00	0,00	27.223.157,00	27.050.985,77
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	148.540.094,00	204.679.517,00	186.390.892,21	0,00	186.390.892,21	189.747.053,96
Despesas de Capital	**177.765.605,00**	**74.623.995,00**	**66.601.517,78**	**2.913.395,10**	**69.514.912,88**	**121.359.903,30**
Investimentos	177.765.605,00	74.623.995,00	66.601.517,78	2.913.395,10	69.514.912,88	121.359.903,30
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**352.568.516,00**	**306.815.980,00**	**280.215.566,99**	**2.913.395,10**	**283.128.962,09**	**338.157.943,03**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

41000 - Secretaria de Esportes

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
2990 - Desenvolvimento de Ações decorrentes de Emendas Parlamentares	**48.765.595,00**	**39.125.595,00**	**33.915.595,00**	**1.580.000,00**	**35.495.595,00**	**38.463.595,00**
3 - Despesas Correntes	0,00	34.915.595,00	32.765.595,00	0,00	32.765.595,00	32.765.595,00
4 - Despesas de Capital	48.765.595,00	4.210.000,00	1.150.000,00	1.580.000,00	2.730.000,00	5.698.000,00
4109 - Fomento a atividades esportivas e de Lazer	**168.411.682,00**	**186.891.269,00**	**172.989.465,16**	**0,00**	**172.989.465,16**	**169.247.861,29**
3 - Despesas Correntes	167.411.672,00	186.391.264,00	172.972.191,53	0,00	172.972.191,53	169.242.399,66
4 - Despesas de Capital	1.000.010,00	500.005,00	17.273,63	0,00	17.273,63	5.461,63

4109 - São Paulo Mais esporte e Lazer	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**190.000,00**
4 - Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00
4111 - Incentivo a Infraestrutura Esportiva	**129.771.099,00**	**72.663.990,00**	**68.163.021,98**	**1.333.395,10**	**69.496.417,08**	**125.173.326,89**
3 - Despesas Correntes	1.771.099,00	2.750.000,00	2.728.777,83	0,00	2.728.777,83	9.706.885,22
4 - Despesas de Capital	128.000.000,00	69.913.990,00	65.434.244,15	1.333.395,10	66.767.639,25	115.466.441,67
5124 - Bolsa Do Povo	**5.620.140,00**	**8.135.126,00**	**5.147.484,85**	**0,00**	**5.147.484,85**	**5.083.159,85**
3 - Despesas Correntes	5.620.140,00	8.135.126,00	5.147.484,85	0,00	5.147.484,85	5.083.159,85
Despesa Total	**352.568.516,00**	**306.815.980,00**	**280.215.566,99**	**2.913.395,10**	**283.128.962,09**	**338.157.943,03**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Programas e Ações Realizados no Exercio de 2023

A Secretaria de Esportes, executa suas ações, eventos, projetos, programas e contratos através de Programas ligados diretamente ao Gabinete do Secretário, da Coordenadoria de Esportes e Lazer, além do Núcleo de Apoio e Gestão a Contratos.

A Secretaria de Esportes dentre as suas atribuições e de acordo com as diretrizes do Governo formula políticas públicas voltadas ao Esporte e Lazer.

Coordena a implementação de ações governamentais direcionadas ao atendimento de todos os públicos.

Elabora e executa, direta e indiretamente parceria com entidades públicas e privadas, visando a realização de programas, projetos e atividades de esporte e lazer voltado a todos os públicos.

PROGRAMA 4109 - FOMENTO A ATIVIDADE ESPORTIVA E DE LAZER

Tem por finalidade manter em condições adequadas e segura a Sede e os Próprios por ela administrado, bem como, estimular a Prática do Esporte e do Lazer visando o bem-estar da população; formular políticas públicas voltadas ao Desporto e Paradesporto; coordenar e implementar ações governamentais; apoiar iniciativas e promover o desenvolvimento do esporte e do lazer, bem como propiciar intercambio entre organizações e confederações.

A Coordenadoria de Esporte e Lazer (CEL) executa, anualmente, o tradicional Calendário Oficial de Eventos Esportivos por meio repasse a Prefeituras através Convênios.

Os eventos constantes do Calendário de Esportes envolvem grande número de público de várias faixas etárias. R$ 172.989.465,16

Ação 5854 – Gestão de Infraestrutura de Suprimentos

Gerenciamento das atividades da Pasta de forma a dar suporte e condições de manutenção adequada e funcionalidade às Unidades por ela administrada, quais sejam: Conjunto Desportivo “Baby Barioni e Constâncio Vaz Guimarães; Vila Olímpica “Mario Covas”, CERECAMP, 14 Delegacias e 52 Inspetorias, aumentando as condições de utilização, proporcionando bem-estar e segurança ao público frequentador destes locais.
Nesta ação, também, são executadas as despesas com Pessoal e Encargos. R$ 77.773.715,42 Pessoal – R$ 27.223.157,00 Sendo:Fonte –150010 – R$ 26.162.506,00; Fonte – 250010 – R$ 1.060.651,00; Despesas Correntes – R$ 50.533.284,79, sendo: Fonte –150010 – R$ 44.144.011,91; Fonte – 175930 – R$ 6.389.272,88; Despesas de Capital – R$ 17.273,63 Fonte – 150010 – R$ 17.273,63.

Ação 5116 – Centro de Iniciação, Formação e Excelência

Adequar espaços esportivos, gerenciamento Técnico/Administrativo do programa de qualidade e eficiência para atletas iniciantes e de alto rendimento com acompanhamento multiprofissional que propicie condições para o treinamento e que possibilitem a formação e aprimoramento técnico de atletas nas diversas modalidades esportivas.

A Secretaria de Esportes, executa suas ações, eventos, projetos, programas e contratos através de Programas ligados diretamente ao Gabinete do Secretário, da Coordenadoria de Esportes e Lazer, além do Núcleo de Apoio e Gestão a Contratos. – R$ 5.908.436,00 SENDO: Fonte 150010 – R$ 300.000,00; Fonte 170050 – R$ 5.608.436,00

Em 2023 foram implantados 09 (três) Centros sendo 02 de Excelência de continuidade e 07 de Formação nos Municípios abaixo enumerados:

Item	Prefeitura (Repasse Sede)	Objeto	Valor
1	São Bernado do Campo	Centro de Excelência Esportiva - Atletismo Fase 2	R$ 2.419.680,00
2	São Bernado do Campo	Centro de Excelência Esportiva – Judô Fase 2	R$ 2.440.280,00
3	Barretos	Centro de Formação Esportiva – Basquetebol Fase II	R$ 148.638,00
4	Guaranta	Centro de formação Esportiva de ginastica artística, voleibol e futsal	R$ 150.000,00
5	Votuporanga	Centro de formação Esportiva de natação – fase IV	R$ 150.000,00
6	Garça	Centro de formação Esportiva de natação e jiu-jitsu fase II	R$ 150.000,00
7	Tupa	Centro de formação Esportiva de basquetebol - fase II	R$ 149.838,00
8	Santa Adelia	Centro de formação Esportiva de handebol – fase II	R$ 150.000,00
9	Borborema	Centro de formação Esportiva de Futebol e Voleibol – Fase II	R$ 150.000,00
Total			**R$ 5.908.436,00**

Ação 5124 – Participação de Pessoas em Eventos de Lazer

Fomento à prática de atividade lúdica monitorada à população de todas as idades, em praças esportivas, parques, praças e espaços públicos; incentivo à prática do lazer, atividades recreativas e esporte de participação; através da realização de projetos e festivais. R$ 1.539.381,48 Fonte 150010 - R$ 1.539.381,48

Item	Prefeitura(Repasse Sede)	Objeto	Valor
1	Monte Alegre do Sul	Evento redescobrindo o Interior	R$ 58.885,00
2	Bananal	Evento redescobrindo o Interior	R$ 57.624,40
3	Ubatuba	Evento Interior na Praia	R$ 26.700,00
4	Itanhaém	Evento Interior na Praia	R$ 30.060,00
Total			**R$ 173.269,40**

Evento: **VEM BAILAR**

O que é o evento: O Programa VEM BAILAR, busca ajudar no envelhecimento saudável através da oferta de atividades de entretenimento, socialização e lazer, utilizando da dança como ponto central para realização do baile para a terceira idade.

Item	Outras Despesas	Objeto	Valor
1	Evento Intitulado "Vem Bailar"	Atividade de entretenimento	R$ 1.214.590,80
2	Diárias	Pessoal Civil	R$ 151.521,28
TOTAL			**R$ 1.366.112,08**

Ação 5131 – Realização e Apoio aos Eventos de Caráter Competitivo

Promover Calendário Oficial de Esporte, elaborar regulamentos, acompanhar a celebração de convênios com Municípios e Entidades.

Organização, gerenciamento técnico, administrativo, coordenação e participação das Delegacias em competições nacionais, realizar campeonatos, divulgar ações na área do esporte, através de vídeos institucional, portal digital, publicidade e distribuição de folders para mídia em geral e 3ª idade. R$ 87.767.932,26 - sendo: Fonte 150010 – R$ 30.113.912,41; Fonte 170050 – R$ 57.654.019,85

Eventos do Calendário Realizado pela Secretaria

25º Jogos da Melhor Idade - JOMI
Valor: R$ 3.132.811,83
Número de participantes: 12.033
Número de Municípios: 08

65º Jogos Regionais
Valor: R$ 5.400.382,90
Número de participantes: 19.243
Número de Municípios: 08

38º Jogos Abertos da Juventude Valor:
R$ 876.371,66
Número de participantes: 45.610
Número de Municípios: 01

85º Jogos Abertos Horácio Baby Barioni
Valor: R$ 1.755.343,20
Número de participantes: 9.111
Número de Municípios: 01

14ª Ginastica Rítmica
Valor: R$ 110.000,00
Número de participantes: 318
Número de Municípios: 01

11ª Copa de Ginastica Artística
Valor: R$ 71.460,45
Número de participantes: 318
Número de Municípios: 01

34ª Ginastrada Festival Dança e Ação
Valor: R$ 74.240,00
Número de participantes: 144 Número de Municípios: 01 COPAS

Copas de Voleibol, Futsal, Basquete, Handebol; bem como o Campeonato de Futebol nas categorias 11, 13, 15 e 17 (Sub 17 apenas no naipe Feminino).
Valor: R$ 588.261,01
Número de participantes: 8.768
Número de Municípios: 04

51º Campeonato Estadual de Futebol
Valor: R$ 500.985,00
Número de participantes: 1.126
Número de Municípios: 03

Chamamento Público Sesp Nº. /2023
Termo de Colaboração Nº. /2023 - Execução dos Jogos Escolares do Estado de São Paulo – Jeesp - 2023. Valor: R$ 26.951.044,10
Número de participantes: 417.692
Número de Municípios: 01

Demais eventos: termos de fomentos assinados fundamentados no art. 31 da lei federal nº. 13019/2014;
17ª Travessia a nado
valor: R$ 80.000,00
Número de participantes: 112
Número de Municípios: 01

59ª Jornada Esportiva de Ibirá
valor: R$ 120.000,00
Número de participantes: 9.000
Número de Municípios: 01

24ª Volta Ciclística Internacional do Grande ABCD
valor: R$ 213.896,00
Número de participantes: 600
Número de Entidade: 01

Chamamento Público SESP nº. 0/20 - Seleção de Entidades Voltadas à Promoção e Desenvolvimento de Atividades Esportivas no Estado de São Paulo para Desenvolvimento de Projetos nos Termos do Presente Edital.

Projeto Circuito de Corrida mais Mulher
Valor: R$ 1.839.545,50
Número de participantes:
Número de Entidade: 01

Expo Cob 2023
Valor: R$ 251.000,00
Número de Participantes:
Número de Entidade: 01

I Feira de Inovação Tecnológica do Esporte
Valor: R$ 85.878,30
Número de Participantes:
Número de Entidade: 01

3ª Edição - Projeto Paralímpico
Valor: R$ 8.937.764,65
Número de Participantes:
Número de Entidade: 01

Projeto Pé na Areia de Esportes e Lazer
Valor: R$ 2.600.000,00
Número de Participantes: Número de Entidade: 01
Projeto Corrida Mais Mulher
Valor: R$ 1.350.000,00
Número de Participantes: Número de Entidade: 01

Item	Prefeituras (Repasse Sede)	Objeto	Valor
1	São Bernado do Campo	25º Jogos da Melhor Idade da 1ª Região	378.516,50
2	Guaratinguetá	25º Jogos da Melhor Idade da 2ª Região	364.588,50
3	Lençóis Paulista	25º Jogos da Melhor Idade da 3ª Região	379.500,00
4	Itapira	25º Jogos da Melhor Idade da 4ª Região	379.494,03
5	Barretos	25º Jogos da Melhor Idade da 5ª Região	379.500,00
6	Araçatuba	25º Jogos da Melhor Idade da 6ª Região	373.355,90
7	Presidente Prudente	25º Jogos da Melhor Idade da 7ª Região	379.500,00
8	São José do Rio Preto	25º Jogos da Melhor Idade da – Final Estadual	498.356,90
	Total		**3.132.811,83**
1	São Bernado do Campo	65º Jogos Regionais da 1ª Região Esportiva	701.250,00
2	Pindamonhangaba	65º Jogos Regionais da 2ª Região Esportiva	696.402,70
3	Mococa	65º Jogos Regionais da 4ª Região Esportiva	521.518,07
4	Lençóis Paulista	65º Jogos Regionais da 3ª Região Esportiva	701.250,00
5	Barretos	65º Jogos Regionais da 5ª Região Esportiva	701.250,00
6	São José do Rio Preto	65º Jogos Regionais da 6ª Região Esportiva	701.250,00
7	Ourinhos	65º Jogos Regionais da 7ª Região Esportiva	679.769,70
8	Cerquilho	65º Jogos Regionais da 9ª Região Esportiva	697.692,43
	Total		**5.400.382,90**
1	Tatuí	38º Jogos Abertos da Juventude	876.371,66
	Total		**876.371,66**
1	São José do Rio Preto	85º Jogos Abertos Horácio Baby Barioni	1.755.343,20
	Total		**1.755.343,20**
1	Pereira Barreto	14ª Copa de Ginastica Rítmica	110.000,00
	Total		**110.000,00**
1	Boituva	11ª Copa de Ginastica Artística	71.460,45
	Total		**71.460,45**
	Araçatuba	34ª GINASTRADA- Festival Dança e Ação	74.240,00
	Total		**74.240,00**
1	Serrana	11ª Copa de Futsal do Estado de São Paulo	144.907,60
2	Borborema	7ª Copa de Volibol do Estado de São Paulo	146.097,30
3	Cravinhos	10ª Copa de Basquetebol do Estado de São Paulo	142.223,38
4	Taubaté	21ª Copa de Handebol do Estado de São Paulo	155.022,73
	Total		**588.251,01**

1	Guararapes	51º Campeonato Estadual De Futebol "Professor Jose Astolphi" Categoria Sub 13 Masculino	158.985,00
2	Pereira Barreto	51º Campeonato Estadual de Futebol Sub 15 Masculino	159.000,00
3	Presidente Prudente	51º Campeonato Estadual de Futebol "Prof José Astolphi" sub 14 e 17 feminino	183.000,00
4	Jose Bonifacio	51º Campeonato Estadual de Futebol "Prof José Astolphi" sub 11 masculino	137.465,63
	Total		**638.450,63**
	PRESIDENTE PRUDENTE	Pró Natação	67.500,00
	Total		**67.500,00**
1	Pereira Barreto	17ª travessia a nado	80.000,00
2	Ibirá	59ª Jornada Esportiva de Ibirá	120.000,00
	Total		**200.000,00**
	Total Geral		**12.914.811,68**

Item	Entidade	Objeto	Valor
1	Federação do Desporto Escolar Estado de São Paulo	Realização dos Jogos Escolares do Estado de São Paulo	26.951.044,10
Total			**26.951.044,10**
	Total convênios e chamamento-Calendário de Esportes		**39.865.855,78**

Item	Entidade	Objeto	Valor
1	Federação Paulista de Ciclismo	24ª Volta Ciclística Internacional do Grande ABCD	213.896,00
2	Noblu Sport Business Comercio Serviços Esportivo Ltda	Projeto Circuito de Corrida Mais Mulher	1.839.545,50
3	E. A. Comunicação Ltda.	EXPO COB 2023	242.215,00
4	A Gestora Segurança e Representações Ltda	I Feira de Inovação Tecnológica do Esporte	85.878,30
5	PPR - Live Digital Ltda	Projeto Paralímpico - 3ª Edição	8.937.764,65
6	Zuka Produções de Eventos Eireli	Projeto Pé Na Areia de Esportes e Lazer	2.600.000,00
7	MTJ Grécia Produções e Eventos Ltda	Projeto Corrida Mais Mulher	1.350.000,00
8	Associação ducacional, Esportiva e Social do Brasil	Evento Sls Super Crown World Championship 2023. Aeesb	2.357.973,90
	Total		**17.627.273,35**

Item	Demandas	Objeto	Valor
1	Confed. Brasileira de Artes Marciais Chinesa	Circuito Paulista de Artes Marciais-Parlamentar Altair Moraes	4.500.000,00
2	Federação Paulista de Karate	Circuito Paulista de Karate	5.500.000,00
3	**Total**		**10.000.000,00**

Item	Outras Despesas	Objeto	Valor
1	Diarias	Jomi	607.938,33
2	Arbitragem	Jomi	496.997,70
3	Diarias	Demais Eventos Do Calendário	3.054.033,50
4	Arbitragem	Demais Eventos Do Calendário	8.865.350,02
5	Cia. Processamento De Dados		1.636.052,00
	Mega Dados Comercial Eireli	Medalhas	398.180,00
6	Transportes	Eventos Do Calendário	4.820.083,94
	Diversas Despesas	Diversos Serviços	396.167,64
	Total		**20.274.803,13**

PROGRAMA 4111 - INCENTIVO A INFRAESTRURA ESPORTIVA

Oferecer suporte de infraestrutura aos Municípios Paulista com a finalidade de difundir a prática do esporte e do lazer; disponibilizar aos municípios e Entidades, materiais e equipamentos esportivos e de lazer, por meio de termos de doação, convênios e outros instrumentos legais. R$ 68.163.021,98

Ação 1040 - Apoio aos Municipios para Realização de Obras em Equipamentos Esportivos

Repasse de recursos aos municípios e as entidades, mediante celebração de convênios, para a realização de obras de modernização, reformas, ampliação, instalações e construção de equipamentos esportivos para a prática de esportes e lazer. R$ 47.937.333,04, sendo: Fonte – 150010 -R$ 43.149.333,04; Fonte 170050 -R$ 4.788.000,00

Realização de diversas instalações de equipamentos do programa 100% Esporte para Todos, conforme abaixo discriminado: Total Executado **-** R$ 47.937.333,04

Item	Empresas	Objeto	Valor
1	Linx com roupas, quadras esp e acess eireli	Fornecimento e instalação de areninha, composta de 1 quadra de futebol society em grama sintetica com arquibancada, iluminação led e do módulo multies portivo - basquete de rua com suporte para tabela de basquete	R$ 7.581.000,00
2	Recoma Construções Comércio e Indústria Ltda	Fornecimento e instalação de kit com piso esportivo vinílico	R$ 40.156.333,04
	Total		**R$ 47.737.333,04**

Fonte 150010 - R$ 200.000,00:

Item	Prefeituras	Objeto	Valor
1	Glicerio	Construção de um campo de football society. Despesas de Exercícios anteriores de	R$ 200.000,00
	Total		**R$ 200.000,00**

Ação 4072 - Distribuição de Kits de Academia ao Ar Livre

R$ 198.560,00, sendo: Fonte 150010 - R$ 198.560,00

Item	Entidade	Objeto	Valor
1	Linx com roupas, quadras esp e acess eirel	Despesas de Exercícios anteriores de Academias ao ar livre.	R$ 198.560,00
	Total		**R$ 198.560,00**

Ação 6321 – Reformas e/ou Obras Realizadas

Reformas ou obras em equipamentos administrados pela Secretaria, a saber: Complexo Esportivo "Baby Barioni; Vila Olímpica Mário Covas, Delegacias e Inspetorias. R$ 17.298.351,11, Sendo: Fonte 150010 - R$ 17.298.351,11

Finalização da Reforma e revitalização do prédio no Complexo Desportivo “Vila Olímpica Mario Covas” e gerenciamento da fase 2 (dois) para execução de obras e serviços de reforma, adaptação e acessibilidade do conjunto desportivo Baby Barioni.

Item	Empresas	Objeto	Valor
1	CDHU -Cia de Desenvolv. Habitacional e Urbano	Contratação de empresa para gerenciamento da obra da pista de atletismo da vila Olimpica Mario Covas.	R$ 263.338,64

3	Recoma Construções Comércio e Indústria Ltda	Implantação e Construção de Pista de Atletismo dentro da Vila Olímpica Mario Covas	R$ 17.035.012,47
	Total		**17.298.351,11**

Ação 6322 – Distribuição de Materiais Esportivos

Destina-se a aquisição de materiais esportivos (bola, rede, traves, jogos de uniforme e outros) para distribuição às prefeituras, às entidades e às associações, quando solicitado por meio de ofício. R$ 2.728.777,83; Fonte 150010 - R$ 430.551,50 -Fonte 270050 - R$ 2.298.226,33

A Pasta dentre suas funções adquiri diversos materiais esportivos para distribuir às Prefeituras, Entidades, Ongs. Etc. Foram adquiridos materiais em 2023, que importou em R$ 2.728.777,83.

PROGRAMA 5124 – BOLSA DO POVO

Ação 6028 – Beneficiados com "Bolsa Talentos Esportivo"

Concessão de Bolsa Talento Esportivo, instituído pela Lei nº 13.556, de 9 de junho de 2009, nas categorias Estadual, Juniores, Nacional e Internacional, que consiste no apoio financeiro aos atletas do desporto escolar e de rendimento, praticantes de modalidade olímpicas e paraolímpicas, individuais e coletivas. R$ 4.578.880,00 - Fonte 150010 - R$4.578.880,00

O Bolsa Talento, tem por finalidade ampliar o alcance é incentivar o desporto nos vários níveis de excelência dos praticantes de modalidades Olímpicas e Paraolímpicas.
O Programa Bolsa Talento Esportivo atende atletas de todas as modalidades esportivas (priorizando as olímpicas) em quatro categorias distintas que possuem critérios e requisitos de faixa etária e de mérito esportivo nas competições das quais participam nos últimos 24 meses, no mínimo.
Os repasses das bolsas são mensais (valores estipulados pela Lei que instituiu o Programa em 2009) com obrigatoriedade de prestações de contas trimestrais e a possibilidade de um pedido de renovação enviado pelo atleta à Comissão de Análise do Programa, quando completa um ano de recebimento.
Após 5 anos recebendo a bolsa o atleta deverá apresentar resultados expressivos de nível internacional para que a bolsa seja renovada.
Os critérios de concessão, renovação, suspensão e exclusão de bolsas para os atletas estão previstos na Lei que institui o Programa e nas Resoluções Internas (SESP 16 e 17/2019) que regulamentam o Programa e a Comissão de Análise.

A categoria estudantil concede uma bolsa de R$ 415,00 e atende atletas de 14 até 17 anos, exigindo bons resultados nas competições de nível estadual, principalmente nos jogos escolares.

A categoria júnior concede bolsa inicial de R$ 415,00 até o limite de R$ 830,00 para atletas de 17 a 20 anos (o valor vai aumentando conforme a aprovação da renovação anual e os méritos esportivos comprovados), exigindo bons resultados de nível estadual nas competições organizadas pelas federações e confederações da modalidade.

A categoria nacional concede bolsa inicial de R$ 1245,00 até o limite de R$ 1660,00 para atletas a partir dos 21 anos (o valor aumenta conforme a aprovação da renovação anual e os méritos esportivos comprovados), exigindo bons resultados de nível nacional.

A categoria internacional concede bolsa inicial de R$ 2.075,00 até o limite de R$ 2.490,00 para atletas de qualquer faixa etária (valor conforme renovação anual e mérito esportivo), exigindo resultados de expressão internacional.

Em 2023 o Programa Bolsa do Povo na ação "**BOLSA TALENTOS ESPORTIVO"** foi investido o valor de R$ 4.578.880,00, contemplando uma média de 587 bolsas/mês.

Ação 6400 - Programa Cartão Vidativa

O Programa Cartão VidAtiva para idosos foi instituído no fim de 2013 e prevê repasses mensais de renda para pessoas com mais de 60 anos e renda mensal de até 3 salários-mínimos.
Esses valores são utilizados em clubes e academias de ginástica inscritas previamente no Programa (atendendo chamamento público) em várias cidades do Estado de São Paulo, onde os idosos praticam atividades físicas regularmente.
Os idosos cadastrados recebem um Cartão de débito do Banco do Brasil da modalidade Pré-Pago que são recarregados (operação feita a partir de um Termo de Cooperação com o FUSSP, que possui contrato assinado com o Banco do Brasil) a partir do momento que os Clubes e Academias atestam mensalmente a frequência e regularidade da presença dos idosos nas atividades. R$ 568.604,85 sendo: Fonte 150010 - R$568.604,85

Os clubes e academias inscritos concordaram em atender esses idosos pelo valor de R$ 100,00 mensal, incluso no Projeto Vidativa dentro do Programa BOLSA DO POVO, tendo sido atendido em 2023, uma média de 365 idosos, com um desembolso anual de R$ 568.604,85.
A baixa execução se deu por conta de vários problemas, inclusive técnicos, bem como pelo término do Programa em 2024.

EMENDAS IMPOSITIVAS

Ação 2272 - Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares, exceto Saúde

A destinação e execução de emendas individuais aprovadas teve o valor correspondente a metade de 0,3% da receita corrente líquida prevista, para aplicação nas ações e programações constantes do projeto de lei orçamentária, nos termos do §6º do art. 175 da Constituição Estadual. R$ 33.915.595,00 Sendo: Fonte 150010 – R$ 33.915.595,00. Segue a relação das Emendas executadas em 2023 - R$ 33.915.595,00

Nº	Interessado	Objeto	Valor
1	Confederação Brasileira de Karatê Interestilos	Projeto Esportivo Karatê Inter estilos	R$ 5.000.000,00
2	Confederação Brasileira de Karatê Interestilos	Projeto Esportivo Lutar e Vencer	R$ 400.000,00
3	Instituto Assistencial Coliseu Boxe Center	Projeto de Formação formando Campeões Fase II	R$ 400.000,00
4	Associação Desportiva Santo André	Evento Esportivo Circuito de Lutas Tradicionais	R$ 117.029,00
5	Federação de Boxe do Estado de São Paulo	Projeto Boxe Jovem	R$ 829.290,00
6	Federação de Boxe do Estado de São Paulo	Projeto Esportivo Resgatando com os Punhos	R$ 200.000,00
7	Federação de Boxe do Estado de São Paulo	Projeto Talentos do Boxe Paulista	R$ 300.000,00
8	Federação de Boxe do Estado de São Paulo	Projeto Boxe Jovem II	R$ 327.319,00
9	Federação de Boxe do Estado de São Paulo	Festival das Estrelas do Boxe Paulista	R$ 300.000,00
10	Federação de Boxe do Estado de São Paulo	Evento Desafio Elite do Boxe	R$ 300.000,00
11	Federação de Boxe do Estado de São Paulo	Realização do evento Iron Gloves	R$ 300.000,00
12	Associação de Integração da Criança e Adolescente	Projeto Esportivo Pedal da Diversidade	R$ 500.000,00
13	Associação de Integração da Criança e Adolescente	Projeto Cubatão Extreme	R$ 513.659,50
14	Associação de Integração da Criança e Adolescente	Projeto 10 KM da Maré	R$ 500.000,00

15	Sociedade Esportiva Cantareira	Projeto Esportivo Meninos da Cantareira	R$ 150.000,00
16	Sociedade Esportiva Cantareira	Projeto Esportivo Cantareira 2023	R$ 150.000,00
17	Instituto Social, Cultural e Esportivo do Brasil	Projeto Esportivo Escola de Surf Radical	R$ 500.000,00
18	Instituto Social, Cultural e Esportivo do Brasil	Projeto Esportivo Futebol Meninos de Ouro	R$ 500.000,00
19	IDEX - Instituto Para o Desenvolvimento do Mercado	Execução do Talento Brasil	R$ 3.000.000,00
20	Instituto Olga Kos De Inclusão Cultural	Projeto Esportivo Crescer, Esportes	R$ 500.000,00
21	Liga de Esportes, Esportes Radicais e Recreativos	Projeto Arena Radical	R$ 800.000,00
22	Instituto Brasileiro de Inclusão Sociocultural	Circuito Popular de Corrida de Rua	R$ 200.000,00
23	Instituto Brasileiro de Inclusão Sociocultural	Projeto Zumba Fest	R$ 100.000,00
24	LACULTESP - Lazer, Cultura E Esporte, Qualidade	Projeto Lacultesp pelo Esporte 2ª Edição	R$ 300.000,00
25	LACULTESP - Lazer, Cultura E Esporte, Qualidade	Projeto Esportivo na Comunidade	R$ 200.000,00
26	Confederação Brasileira de Artes Marciais Chinesa	Projeto Kung Fú São Paulo 2023	R$ 2.763.659,50
27	Confederação Brasileira de Artes Marciais Chinesa	Projeto Copa Brasil de Kung Fú	R$ 2.000.000,00
28	Confederação Brasileira de Artes Marciais Chinesa	Copa Open Internacional de Kung Fú	R$ 1.000.000,00
29	Confederação Brasileira de Artes Marciais Chinesa	Kung Fú é só praticar	R$ 1.000.000,00
30	Confederação Brasileira de Artes Marciais Chinesa	Circuito Paulista de Kung Fú	R$ 1.000.000,00
31	Confederação Brasileira de Artes Marciais Chinesa	Kung Fú é só Praticar Praia Grande	R$ 300.000,00
32	Associação Desportiva Facex - ADF	Mulheres em Movimento	R$ 800.000,00
33	Instituto Pro Família	Projeto Esportivo Esporte Jovem interior	R$ 200.000,00
34	Associação Amigos do Volei	Projeto Esportivo Taça São José dos Campos	R$ 200.000,00
35	Associação Liga Valeparaibana de Artes Marciais	Projeto Taekawondo Nota 10	R$ 1.000.000,00
36	Associação de Ginastica Esporte e Cultura São Vicente	Karatê Kyokushin 2023	R$ 600.000,00
37	Associação de Ginastica Esporte e Cultura São Vicente	Evento Esportivo Kyokushi Kwu Senshi 2023	R$ 327.319,00
38	Associação Socioeducativa de Esportes e Lazer	Projeto Esportivo na Escola de Futebol Pequeninos da Bola São Vicente Area Insular	R$ 150.000,00
39	Associação Socioeducativa de Esportes E Lazer	Projeto Esportivo na Escola de Futebol Pequeninos da Bola Cubatão	R$ 150.000,00
40	Associação Socioeducativa de Esportes E Lazer	Projeto Esportivo na Escola de Futebol Pequeninos da Bola São Vicente - Continental	R$ 150.000,00
41	Associação Socioeducativa de Esportes E Lazer	Projeto Esportivo Surf Dat	R$ 150.000,00
42	Federação Paulista de Ciclismo	15ª Volta Ciclista do Futuro e Volta Feminina do Brasil	R$ 200.000,00
43	Federação Paulista de Karatê	Circuito Karatê FPK 2023	R$ 2.500.000,00
44	Federação Paulista de Karatê	Etapa do campeonato Paulista de Karatê	R$ 500.000,00
45	Federação Paulista de Karatê	II Torneio Elite de Karatê	R$ 300.000,00

46	Federação Paulista de Karatê	Torneio FPK-ACAK	R$ 200.000,00
47	Federação Paulista de Karatê	VI Torneio dos Campeões de Karatê	R$ 500.000,00
TOTAL			**R$ 32.378.276,00**
Nº	**Interessado**	**Objeto**	**Valor**
1	Prefeitura Municipal de Diadema	Projeto Esportivo de Kickboxing	R$ 301.880,00
2	Prefeitura Municipal de Diadema	Projeto Esportivo de Futebol	R$ 85.439,00
5	Prefeitura Municipal de Getulina	Construção de Complexo Esportivo	R$ 350.000,00
9	Prefeitura Municipal de Luiz Antônio	Construção de Mini Campo	R$ 200.000,00
14	Prefeitura Municipal de Pedrinhas Paulista	Iluminação de Campo	R$ 200.000,00
15	Prefeitura Municipal de Jardinópolis	Academia ao Ar Livre	R$ 50.000,00
16	Prefeitura Municipal de Corumbataí	Academia ao Ar Livre	R$ 50.000,00
17	Prefeitura Municipal de Pilar do Sul	Academia ao Ar Livre	R$ 100.000,00
18	Prefeitura Municipal de Ituverava	Academia ao Ar Livre	R$ 50.000,00
19	Prefeitura Municipal de Osvaldo Cruz	Academia ao Ar Livre	R$ 50.000,00
20	Prefeitura Municipal de Presidente Prudente	Academia ao Ar Livre	R$ 50.000,00
21	Prefeitura Municipal de Alumínio	Academia ao Ar Livre	R$ 50.000,00
	Total		**R$ 1.537.319,00**

Resumo da Execução 2023 – Órgão - R$ 280.215.566,99, Sendo:

Despesas Correntes R$ 213.614.049,21 Sendo: Fontes 150010 E 250010 - Pessoal R$ 27.223.157,00

Fonte 150010 – R$ 109.652.940,15; Fonte 175930 - R$ 6.389.272,88;Fonte 170050 - R$ 63.370.542,32; Fonte 270050 – R$ 6.978.136,86; Despesas de Capital R$ 66.601.517,78; Fonte 150010 – R$ 66.601.517,78;

Resumo por Fontes – R$ 280.215.566,99; Fonte 150010 - Recursos não Vinc de Impostos – Tesouro R$ 202.416.960,93; Fonte – 250010 - Recursos não Vinc de Impostos - Tesouro– R$ 1.060.651,00; Fonte 175930 - Recursos Vinculados a Fundos – Fed – R$ 6.389.272,88; Fonte 170050-Outras Transf de Convênios ou Inst Congeneres da Uniao- Transferências Federais - R$ 63.370.542,32; Fonte 270050 - Outras Transf de Convênios ou Inst.Congeneres da União - Transferências Federais – R$ 6.978.136,86.

LEI PAULISTA DE INCENTIVO AO ESPORTE

Embora não faça parte de algum programa específico, a Lei Paulista de Incentivo ao Esporte (Lei 13.918/09) é um mecanismo jurídico que autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder crédito outorgado correspondente ao valor do ICMS destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo.

Trata-se de uma ferramenta de grande relevância, pois possibilita às empresas de todo o Estado de São Paulo apoiar projetos esportivos elaborados pela sociedade civil organizada, por meio de patrocínio ou doação financeira provenientes da renúncia de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por parte do Estado, que abre mão de parte de sua arrecadação para que a empresa invista diretamente no projeto de seu interesse, mas previamente aprovados pela Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude.

Instituída por lei em 2009 e regulamentada pelo decreto 55.636 de 26 de março de 2010, a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte de São Paulo contempla projetos vinculados às áreas educacional, formação desportiva, rendimento, sócio desportiva, participativa, gestão, desenvolvimento e infraestrutura.

Em 2022, conforme quadro abaixo, cerca de 573 projetos foram apresentados sendo 523 aprovados

para captação de recursos. Foram reprovados 50 projetos em diversas modalidades, somando um valor de 64 modalidade esportivas distintas.

Dos aprovados que captaram recursos acima de 35% temos 203 projetos a serem executados em 2022/2023.

Na divisão da quantidade de projetos por áreas os projetos aptos a serem executados ficaram distribuídos da seguinte forma: educacional com 74 projetos, formação desportiva com 25 projetos, rendimento com 43 projetos, sócio desportiva com 26 projetos, participativa com 32 projetos, gestão e desenvolvimento com 3 projetos.

Valores Aprovados para captação (R$)	60.000.000,00
Projetos Aprovados	
Entidades do 3º Setor beneficiadas	
Entidade Públicas (Prefeituras) beneficiadas com os Projetos Aprovados	
Municípios alcançados	
Modalidades esportivas desenvolvidas	

Principais ações de Gestão da Lei Paulista de Incentivo ao Esporte	
Espaço Físico	Sala onde todos os proponentes têm acesso com o calendário de atendimento
	Acompanhamento e organização física dos processos
	Acesso ao sistema informatizado
Apresentação de Projetos	
Tramitação de Projetos	Todos os projetos serão analisados em ordem de chegada, respeitando o princípio da Administração Pública da Isonomia.
Julgamento dos Projetos	Todos os critérios de análise de projetos foram publicados serão, garantindo respeito ao princípio da Administração Pública da Isonomia.
	Calendário será divulgado com antecedência, com pautas das reuniões divulgadas no Diário Oficial com pelo menos 24 horas de antecedência. As reuniões acontecerão em .
	Transmissão online das reuniões e registro em plataformas Gratuitas de filmes (www.youtube.com).
	Constituição de comissão composta por técnicos do esporte, órgãos fiscalizadores e comitê interno da SESP.
	Quando da existência de recursos, estes são julgados e quando indeferidos, justificados aos proponentes.
Captação de recursos	O prazo para captação e recursos começa a ser contado a partir da entrega da CID
	A Secretaria de Esportes e a Secretaria da Fazenda trabalham em conjunto para Liberação de Recursos
Liberação de Recursos	Os projetos são liberados por ordem de chegada, com priorização apenas para projetos cujo calendário está em eminência de acontecer.
	Os processos são liberados em no máximo 60 dias, com exceção daqueles cuja documentação apresente qualquer problema.
Execução dos projetos	Todos os projetos que têm recursos liberados são acompanhados periodicamente e notificados quando necessário.
	Medição dos projetos por indicadores.

Quadro geral dos proponentes, valores captados por proponente e cidades atendidas pelos projetos.

Nº	Proponente	Projeto	Valor	Município
1	Lacultesp Lazer, Cultura e Esporte "Qualidade de Vida"	2ª Corrida e Caminhada Lacultesp	R$ 128.700,00	Ribeirão Preto
2	Kart Clube Granja Viana	500 Milhas de Kart	R$ 357.856,00	Cotia
3	Federação Paulista de Futebol	5ª Peneira Futebol Feminino Sub 17 - 2024	R$ 113.175,96	São Paulo
4	Associação Desportiva do ABCD	Abc do Esporte	R$ 276.623,15	Diadema
5	Associação Paradesportiva de Integração Naurú	Acqua Paradesportiva VIII	R$ 802.570,00	Botucatu
6	Província Carmelitana de Santo Elias	Ajudô Amigos do Judô - Ano 3	R$ 86.150,65	São Paulo
7	Associação Esportiva e Comunitária Lusitana	Aldeia Esportiva	R$ 498.063,64	São Paulo
8	Amigos Levando O Evangelho ao Mundo - Alem Brasil	Alem Brasil	R$ 62.765,82	Santo André
9	Associação Amor de Mãe de Marilia	Amor de Mãe Esportes - A.M.E - 4ª Edição 2023	R$ 349.374,76	Marília
10	Instituto Sports	Ano Ii São Paulo Tennis Classic	R$ 619.213,19	Piracicaba
11	Associação Operação Alegria - Aoa	AOA - Operação Alegria na Quadra	R$ 185.949,15	São José do Rio Preto
12	Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural	Aprendiz - Artes Marciais e Inclusão	R$ 788.615,72	São Paulo
13	Associação Nacional de Desenvolvimento Esporte e Educação - ANDEE	Arena Esportiva - Estação Verão	R$ 405.166,66	Praia Grande
14	Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural	Artilheiros - Futsal e Inclusão	R$ 513.596,58	São Paulo
15	Associação Renascer	Associação Renascer: Esporte É Cidadania VII	R$ 26.803,90	São José do Rio Preto
16	Instituto Para O Desenvolvimento Integrado e Sustentável	Ativamente - Esportes da Mente	R$ 131.736,26	Sumaré
17	Associação dos Funcionários da Usina de Cubatão - AFC	Atividades para o Idoso - Pai	R$ 79.526,40	Santos
18	Núcleo de Alto Rendimento Esportivo de São Paulo	Avaliação Física e Treinamento de Base – Ano V	R$ 382.947,67	São Paulo
19	Associação de Voleibol Mauá - Avm	Base Volei Mauá	R$ 212.464,67	Mauá
20	Instituto Fausto Giannecchini - Esporte e Educação	Basquete Assistência Pra Vida Núcleo Franca Iv	R$ 250.555,80	Franca
21	Instituto Fausto Giannecchini - Esporte e Educação	Basquete Assistência Pra Vida Núcleo Olimpia Ano V	R$ 192.848,99	Olímpia
22	Instituto Marcos Guidolin	Basquete Cidadão São Joaquim da Barra Fase II	R$ 160.462,00	São Joaquim da Barra
23	Esporte Clube Futuro	Basquete Clube	R$ 84.622,00	Araçatuba
24	Associação Arremessando Para O Futuro	Basquete Porto Ferreira - Fase II	R$ 33.728,94	Porto Ferreira
25	Instituto Apab	Basquete Sub 13 Fase 10	R$ 111.404,00	Analândia, Bom Sucesso de Itararé e Descalvado
26	Instituto Aspa	Basquete.Com Ano 8	R$ 258.456,59	Araraquara Franca
27	Associação Bauru Basketball Team	Bauru Basket Social IV	R$ 279.333,26	Bauru

28	Instituto Sempre Amigos	Beach Tennis Para Todos	R$ 295.369,60	São Paulo
29	Associação Cultural e Esportiva Nikkey de Marilia	Beisebol e Softbol Para Todos - Etapa Ix	R$ 167.123,38	Marília
30	Associação Cultural e Esportiva Nikkey de Marilia	Beisebol e Softbol: Evoluir Sempre - Etapa Vi	R$ 150.184,85	Marília
31	Associação Cultural e Esportiva Nipo Brasileira de Indaiatuba	Beisebol Indaiatuba	R$ 113.373,74	Indaiatuba
32	Associação de Arte, Cultura e Esporte de Ribeirão Preto	Bola Bacana - Núcleo Rosa	R$ 245.290,27	Batatais
33	Associação Esportiva e Cultural Futebol e Arte	Bola Na Água - Ano Vermelho	R$ 239.419,94	Ribeirão Preto
34	Associação Esportiva e Cultural Futebol e Arte	Bola Na Área - Ano Vermelho	R$ 218.499,04	Ribeirão Preto
35	Associação Paradesportiva de Novo Horizonte	Bola Na Rede Ano VI	R$ 195.951,61	Novo Horizonte
36	Associação Desportiva Brasil Futuro	Brasil Futuro Futsal Menores	R$ 180.000,00	Sorocaba
37	Federação Internacional de Football Soccer Society	Brasil Ladies Cup - Desenvolvimento	R$ 191.321,55	São Paulo
38	Ação Social de Amparo	Caju	R$ 156.342,70	Amparo
39	Escola de Goleiros Camisa 1	Camisa 1 Futebol Ano 05	R$ 219.677,66	Americana
40	Associação Camisa 9	Camisa 9	R$ 69.620,43	São Joaquim da Barra
41	Prefeitura Municipal de Pedreira	Campeonato de Futebol Amador de Pedreira - Ano 02	R$ 197.507,40	Pedreira
42	Federação de Beach Soccer do Estado de Sao Paulo - Fpbs	Campeonato Paulista de Beach Soccer - Fase 1	R$ 439.089,59	Guarujá
43	Clube Atlético Santacruzense	Cas - Formando Talentos Ano 6	R$ 250.280,27	Santa Cruz do Rio Pardo
44	Lacultesp Lazer, Cultura e Esporte "Qualidade de Vida"	Centro de Convivência Lacultesp 11ª Edição	R$ 273.183,52	Jardinópolis e Ribeirão Preto
45	Instituto Futuros Craques - Ifc	Centro de Treinamento 3x3 (Pólos Educacionais)	R$ 41.566,25	São Paulo
46	Associação Dos Funcionários Públicos do Município de São Bernardo do Campo	Cidade do Vôlei	R$ 268.226,82	São Bernardo do Campo
47	Associação Desportiva Ateneu Mansor	Circuito Aberto de Tênis Juvenil VII SP	R$ 387.190,00	Bauru, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto
48	Clube Ng de Futsal e Futebol de Araras	Circuito Atalanta 6	R$ 677.737,17	Botucatu, Campinas, Itapetininga, Santana do Parnaíba e São José do Rio Preto
49	Associação Desportiva e Cultural Atletas do Bem	Circuito Atletas do Bem	R$ 794.693,00	Taboão da Serra
50	Associação de Cultura e Esporte Social - Rede Acesso	Circuito Cidades Paulistas 12	R$ 1.656.218,84	Avaré, Campinas, Indaiatuba, Itapira, Lençóis Paulista, Piracicaba e Sorocaba
51	Associação Dos Esportistas de Corrida de Aventura - Adventureclub	Circuito Das Serras	R$ 641.124,00	Franco da Rocha, Jundiaí e São Bernardo do Campo
52	Liga Rmc de Esportes	Circuito de Corrida e Caminhada - 10ª Edição	R$ 368.667,32	Guaratinguetá e Porto Feliz
53	Associação Desportiva Ateneu Mansor	Circuito de Judô São Paulo - Ano I	R$ 288.017,75	Mirassol e São José do Rio Preto

54	Associação Desportiva Santo André	Circuito de Lutas	R$ 82.090,05	Santo André
55	Instituto Eco Ambiental e Social	Circuito Eco Ambiental Vii	R$ 442.976,93	Jundiaí, Mogi Das Cruzes e Santo André
56	Associação Desportiva e Cultural Atletas do Bem	Circuito Happy Running	R$ 794.693,00	Taboão da Serra
57	Associação Projeto Esporte e Vida	Circuito Marilson de Corrida de Rua	R$ 297.444,50	São Bernardo do Campo
58	Mundo Verde Proteção Ambiental	Circuito Mundo Verde	R$ 392.746,95	São Bernardo do Campo
59	Instituto Futuros Craques - Ifc	Circuito Neo Running	R$ 440.280,20	São Paulo
60	Instituto Vincere	Circuito Paulista de Beach Tennis - Etapa 1	R$ 368.100,20	Santos
61	Instituto Vincere	Circuito Paulista de Beach Tennis - Etapa 2	R$ 353.098,66	Santos
62	Instituto Vincere	Circuito Paulista de Beach Tennis - Etapa 3	R$ 260.891,69	Santos
63	Associação Desportiva e Cultural Gulo Adcg	Circuito Social de Judo Gulo	R$ 177.984,94	Guarulhos, Ribeirão Pires, São Bernardo do Campo
64	Instituto Assistencial Coliseu Boxe Center	Coliseu Futebol de Salão Nucleo Pimentas Fase IV	R$ 226.242,34	Guarulhos
65	Associação Atlética Desportiva Recreativa Cultural e Educacional Estrela Dalva	Comunidade - Saúde e Esporte Iii	R$ 136.376,60	São Paulo
66	Associacao de Fomento de Atividades Esportivas e Culturais - Rbr Esportes e Cultura	Conexão- E-Sports	R$ 323.803,75	Mongaguá e Osasco
67	Clube Atlético Santacruzense	Copa Cas de Futebol Society	R$ 110.842,85	Santa Cruz do Rio Pardo
68	Associação de Judo Corpore Sano	Copa Educa Judô - 06ª Edição	R$ 199.634,41	Morro Agudo, Ribeirão Preto, São Joaquim da Barra e Sertãozinho
69	Instituto Esperança do Amanhã	Copa Futuro de Tênis- Ano Vi	R$ 285.266,00	Santos
70	Associação Nacional de Desenvolvimento Esporte e Educação - Andee	Copa Metropolitana de Ginástica	R$ 132.127,00	Cubatão
71	Instituto Esporte e Cidadania	Copa Ouro de Futebol Infantojuvenil	R$ 187.554,50	São Paulo
72	Instituto Athlon de Desenvolvimento Esportivo	Corrida de Aniversário de São José Dos Campos	R$ 333.505,75	São José Dos Campos
73	Associação Desportiva Recreativa Cultural Mundo Melhor	Corrida e Caminhada da Beleza Feminina -Ano IV	R$ 535.863,22	São Paulo
74	Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural	Corrida Kids Olga Kos - Esporte Para A Inclusão	R$ 488.316,00	São Paulo
75	Associação de Judo de Divinolandia	Criança Ativa - Fase 04	R$ 226.711,38	Aguaí, Caconde e Divinolândia
76	Instituto Socioambiental Cenários Futuros	Dente de Leite - Feminino	R$ 232.386,40	Diadema
77	Confederação Brasileira de Rugby	Desafio Internacional de Rugby Feminino XV	R$ 501.606,77	São José Dos Campos
78	Associação Dos Esportistas de Corrida de Aventura - Adventureclub	Desafio Terra e Água	R$ 309.363,73	São Paulo

79	Grêmio Desportivo Prudente	Despertando Talentos Grêmio Prudente Sub 17 - Ano III	R$ 195.390,15	Presidente Prudente
80	Grêmio Desportivo Prudente	Despertando Talentos Gremio Prudente Sub 20 - Ano III	R$ 311.690,41	Presidente Prudente
81	Projeto Social Grêmio União	Direito de Ser	R$ 194.404,27	Pindamonhanga ba
82	Instituto Pro Esporte, Lazer e Cultura	Driblando Pro Futuro 2024	R$ 32.857,82	Cedral Descalvado
83	Instituto Futuros Craques - Ifc	Drible Certo No Mundo	R$ 376.549,46	São Paulo
84	Associação de Judo Corpore Sano	Educa Judô - Fase 06	R$ 448.500,00	Leme, Morro Agudo, Orlândia, Ribeirão Preto, São Joaquim da Barra e Sertãozinho
85	Associação de Capoeira Desportiva e Cultural Estrela do Bonfim	Educando para o Esporte Ano X	R$ 152.081,90	São Paulo
86	Associação Educacional,	Educando Pelo Esporte -	R$ 162.878,80	Mauá
	Esportiva e Cultural	Handebol		
87	Associação Esportiva e Cultural Cnb	E-Fest Festival de Esportes Eletrônicos	R$ 189.491,45	São Paulo
88	Confederação Brasileira de Soccer Society	Em Busca de Uma Estrela	R$ 266.215,01	São Paulo
89	Prefeitura Municipal de Queluz	Escola de Artes Marciais	R$ 48.096,48	Queluz
90	Instituto Time M	Escola de Atletismo & Parkour - Ano 4	R$ 264.484,00	Leme
91	Associação Terra de Ciclismo	Escola de Ciclismo Pedalando Para O Futuro Fase 9	R$ 610.576,00	Jardinópolis Ribeirão Preto
92	Instituto Chui de Esportes	Escola de Esportes	R$ 499.000,00	Franca
93	Escola de Goleiros Camisa 1	Escola de Goleiros - Ano 06	R$ 228.351,51	Americana
94	Associação Sócio Educativa de Esporte e Lazer - Aseel	Escola de Surf	R$ 288.820,48	Santos
95	Associação Pela Cidadania, Esporte, Cultura e Educação - Acece	Escola do Tênis - A Bola da Vez	R$ 168.127,55	Santo André
96	Speed Motor Clube	Escolinha de Kart	R$ 154.768,39	Birigüi
97	Associação Beneficiente Cultural e Esportiva de Lins	Esgrima Para Todos	R$ 123.644,65	Lins Promissão
98	Instituto Eco Ambiental e Social	Esporte e Bem Estar IX	R$ 680.341,00	Jundiaí Mogi das Cruzes Santo André
99	Associação de Capoeira Desportiva e Cultural Estrela do Bonfim	Esporte e Cidadania Fase II	R$ 335.306,23	Rio Claro Santa Gertrudes
100	Associação de Capoeira Desportiva e Cultural Estrela do Bonfim	Esporte e Cidadania Fase II	R$ 256.648,82	Cabreúva Itaquaquecetuba
101	Instituto Jovens de Ouro	Esporte e Vida Ano VI	R$ 365.047,35	Porto Ferreira
102	Serviço Social Maria Peregrina - Sesmap	Esporte Em Ação Mtb Ano 2	R$ 107.818,42	São José do Rio Preto
103	Associação Pró-Esporte e Cultura	Esporte Na Comunidade Laranja	R$ 266.247,08	Barrinha
104	Associação Lencoense de Basquetebol	Esporte Para A Vida Fase Iv	R$ 119.897,70	Lençóis Paulista
105	Instituto Jovens de Ouro	Esporte Para Todos Ano Viii	R$ 346.576,31	Jaguariúna Santa Gertrudes

106	Pastoral do Menor e Família da Diocese de Franca	Estrelas do Amanhã - Ano 6	R$ 71.098,45	Franca
107	Federação Paulista de Tênis	Etapa 1 Sp Itf de Beach Tennis	R$ 213.123,40	Ribeirão Preto
108	Federação Paulista de Tênis	Etapa 2 Sp Itf de Beach Tennis	R$ 128.924,63	Ribeirão Preto
109	Associação Desportiva Santo André	Faixa Dourada	R$ 141.749,27	Santo André
110	Associação Desportiva Hungaro	Fazer Valer	R$ 140.614,07	Ribeirão Pires Rio Grande da Serra
111	Sociedade Esportiva Cantareira	Festival Cantareira de Futebol	R$ 257.785,00	Santos
112	Instituto Valore	Festival de Iniciação Esportiva - 5ª Edição	R$ 316.209,53	Porto Feliz
113	Instituto Valore	Festival de Iniciação Esportiva - 6ª Edição	R$ 279.822,94	Guaratinguetá
114	Liga Municipal de Futebol de Taubaté	Festival Infantil LMFT 2	R$ 265.974,41	Taubaté
115	Liga Desportiva Guaçuana	Formando Campeãs – Ginástica Rítmica	R$ 115.007,90	Mogi-Guaçu
116	Liga Desportiva Guaçuana	Formando Campeões – Atletismo e Paratletismo	R$ 223.678,20	Mogi-Guaçu
117	Liga Desportiva Guaçuana	Formando Campeões – Multiesportes II	R$ 109.950,00	Mogi-Guaçu
118	Associação Estrela Azul - A.E.A	Formando Estrelas	R$ 319.458,67	Mauá
119	Associação de Pais Amigos e Deficientes Visuais	Futebol Para Deficientes Visuais	R$ 214.271,66	São Paulo
120	Lacultesp Lazer, Cultura e Esporte "Qualidade de Vida"	Futebol Social - Fase 02	R$ 237.949,46	Jardinópolis Ribeirão Preto Serrana
121	Instituto Muda Brasil	Futebol Social Fase 8	R$ 507.326,00	São Paulo
122	Associação Vôlei Bauru - Avb	Futebol Sub 15 e 17	R$ 354.090,26	Bauru
123	Associação Vôlei Bauru - Avb	Futebol Sub 20	R$ 249.771,04	Bauru
124	Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora	Futsal e Socialização	R$ 118.459,38	Salto de Pirapora
125	São Joaquim Futebol Clube - Espigão	Futsal Espigão - Fase V	R$ 95.075,37	São Joaquim da Barra
126	Clube Atlético Santacruzense	Futsal Feminino Santa Cruz Ano 3	R$ 206.823,69	Santa Cruz do Rio Pardo
127	Instituto Brasileiro de Inclusão Sociocultural	Futsal IBISC	R$ 214.831,75	Mauá
128	Instituto Brasileiro de Inclusão Sociocultural	Futuro Paralímpico	R$ 134.585,89	Mauá
129	Instituto Sos Billings	Futuros Judocas	R$ 252.265,20	Diadema
130	Grupo de Amigos Deficientes e Esportistas de Campinas - GADECAMP	GADECAMP, Incluindo Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência no Esporte Paralímpico II	R$ 250.887,61	Campinas
131	Associação Fábrica de Saúde, Esporte e Cultura	Ginastica Rítmica - Formando Cidadão - Ano III	R$ 640.515,77	Amparo
132	Associação de Fomento de Atividades Esportivas e Culturais - RBR Esportes e Cultura	Girl Power Run	R$ 483.335,00	São Paulo

133	Associação de Fomento de Atividades Esportivas e Culturais - RBR Esportes e Cultura	Girl Power Run 2	R$ 460.835,00	Osasco
134	Associação Dos Deficientes Visuais de Taubaté e Vale do Paraíba - Adv Vale	Goalball do Fomento ao Rendimento	R$ 399.023,68	Taubaté
135	Associação Hurra	Golfe Chave Para O Futuro Ano 4	R$ 243.383,13	Indaiatuba
136	Instituto APAB	GP Paulista de 3 Tambores	R$ 97.502,00	Batatais
137	Associação Educacional, Esportiva e Cultural Tryade	Gr Mauá - 7ª Edição	R$ 134.722,28	Mauá
138	Jundiaí Handebol Clube	Handebol Feminino de Jundiaí: Formando Campeãs Nas Quadras e Para A Vida, Fase V	R$ 322.819,80	Jundiaí
139	Instituto Time M	Hipismo Para Todos - Ano 1	R$ 267.194,44	Leme
140	Instituto Anderson Varejão	Ídolo Social SP Ano 2	R$ 359.531,16	Franca e Ribeirão Preto
141	Instituto Anderson Varejão	Ídolo Social SP Unidade 2 Ano 2	R$ 227.698,80	Araraquara Sumaré
142	Liga Rmc de Esportes	Jogos Estudantis Municipais - 4ª Edição	R$ 216.592,31	Porto Feliz
143	Associação de Basquetebol de Araraquara	Jovem de Talento II	R$ 205.092,72	Araraquara
144	Instituto Jovem Promessa	Jovem Talento Fase II	R$ 209.900,00	Rio Claro
145	Associação Dos Tenistas Joaquinenses	Jovem Tenista - Fase VI	R$ 391.343,00	Guará, Ituverava e São Joaquim da Barra
146	Associação Emaús	Jovens Esportistas - Emaús - Lpie Ano III	R$ 345.234,51	Suzano
147	Associação Marcos Mercadante de Judô	Judô Educação - Fase 4	R$ 271.312,20	Araras Jaguariúna
148	Associação Desportiva e Cultural Gulo ADCG	Judô Gulô	R$ 252.208,20	São Bernardo do Campo
149	Associação Desportiva e Cultural Gulo ADCG	Judo Gulo - Tradição e Disciplina	R$ 289.622,20	Agudos
150	Judô Clube Mogi das Cruzes	Judô Nova Geração - Núcleo Mogi Das Cruzes	R$ 263.102,20	Mogi Das Cruzes
151	Judô Clube Mogi das Cruzes	Judô Nova Geração - Núcleo Suzano	R$ 236.412,20	Suzano
152	Associação de Judo Corpore Sano	Judô Para Todos - Fase 03	R$ 448.500,00	Cajuru, Franca, Leme, Mococa, Paraíso, São Carlos e São Simão
153	Associação Recreativa Cultural e Desportiva São Bernardo	Judô Social - Centros de Iniciação - Nucleo 1	R$ 238.043,50	São Paulo
154	Associação de Judo e Jiu-Jitsu Nery	Judô Social Nery	R$ 232.887,20	Ribeirão Pires
155	Associação Marcos Mercadante de Judô	Kimono de Ouro Social - Fase 4	R$ 141.256,04	Araras
156	Associação Regional de Basketball de São José do Rio Preto	Liga ARBA	R$ 175.290,89	Mirassol
157	Associação Desportiva e Cultural Mao Solidaria	Mão Solidária Handebol	R$ 154.722,83	São Bernardo do Campo
158	Instituto Rede Tenis Brasil	Massificação Maria Esther Bueno SP Ano II	R$ 312.253,07	Campinas Fernandópolis Piracicaba São João da Boa Vista São Paulo
159	Associação Desportiva do ABCD	Meninas de Chuteira	R$ 274.856,00	Diadema

160	Sociedade Esportiva Cantareira	Meninos da Cantareira	R$ 324.950,00	Santos
161	Associação Cultural, Esportiva e Educacional Midas - Araçatuba - ACEMA	Midas O Esporte Transformando Vidas Ano II	R$ 120.764,33	Araçatuba
162	Instituto Mocambos Guerreiros	Mocambos Guerreiros de Capoeira	R$ 71.491,38	Barretos
163	Instituto Mocambos Guerreiros	Mocambos Guerreiros de Futebol	R$ 53.491,38	Barretos
164	Bunkyo Associação Cultural de Mogi Das Cruzes	Mogi Beisebol Para Todos - Etapa I	R$ 642.311,24	Mogi Das Cruzes
165	Associação Paradesportiva de Novo Horizonte	Mostrando A Eficiência do Deficiente Ano IX	R$ 311.843,47	Novo Horizonte
166	Grêmio Esportivo Santo André	Mundo de Kaboo	R$ 248.202,58	Atibaia Itapira
167	Associação Desportiva Recreativa Cultural Mundo Melhor	Music Run - Ano IV	R$ 690.528,18	São Paulo
168	Associação Dos Funcionários Públicos do Município de São Bernardo do Campo	Na Cesta	R$ 134.698,84	São Bernardo do Campo
169	Associação de Natação Americanense	Natação Americana Nadando Melhor	R$ 264.028,02	Americana
170	Instituto Social de Educação Esportes e Inovação	Nova Escola 3x3 Rio Claro	R$ 201.158,00	Rio Claro
171	Comercial Futebol Clube	Núcleo Cfc Tietê	R$ 354.240,88	Tietê
172	Instituto para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável	Oficinas - Esporte & Cidadania Ii	R$ 232.251,74	Sumaré
173	A Liga Independente Esportiva, Cultural, Social, Educacional e Assistência Social de Ribeirão Preto	Olé Sub 11/13	R$ 198.165,61	Ribeirão Preto
174	Associação Nacional de Esportes	Passeio Ciclístico Praia Grande	R$ 218.999,96	Praia Grande
175	Club Athletico Paulistano	Paulistano Formação de Base 4	R$ 392.227,20	São Paulo
176	Instituto Superação - Formação Pelo Esporte	Pilar Competitivo Categorias Sub 14, 15 e 16	R$ 510.676,58	São Paulo
177	Prefeitura Municipal de Boracéia	Reforma do Ginásio Municipal de Esportes	R$ 22.102,66	Boracéia
178	Associação Hurra	Rugby Cidadão 10	R$ 264.081,34	São Paulo
179	Associação Hurra	Rugby Pela Igualdade 2	R$ 401.759,64	São Paulo
180	Instituto Athlon de Desenvolvimento Esportivo	São José Inclusiva - Paradesporto Social	R$ 270.955,14	São José dos Campos
181	Instituto Athlon de Desenvolvimento Esportivo	São José Vôlei Sentado Paralímpico - Ano IV - Instituto Athlon	R$ 548.129,37	São José dos Campos
182	Instituto Sempre Amigos	São Paulo- Esta É A Minha Praia	R$ 335.683,77	São Paulo
183	Associação Rh Fitness Sports de Karatê	Saque de Vencedor Santa Cruz do Rio Pardo - Ano II	R$ 200.653,77	Santa Cruz do Rio Pardo
184	Instituto Socioesportivo Educacional Cultural e Inovador	Seci No Tatame - Ano 3	R$ 387.713,93	Santo André
185	Instituto Socioesportivo Educacional Cultural e Inovador	Seci No Terrão - Ano 1	R$ 418.688,94	Mauá e Santo André
186	Trail Clube Verde Rosso - Tcvr	Sinal Verde	R$ 412.811,98	São Paulo
187	Associação de Basquetebol de Araraquara	Sonhando Alto IX	R$ 454.039,97	Araraquara
188	Associação Feminina de Skate	Stu National - São Paulo	R$ 466.696,64	São Paulo

189	Associação Pela Cidadania, Esporte, Cultura e Educação - Acece	Summer Open de Beach Tennis	R$ 105.650,98	Boituva
190	Instituto Esporte e Cidadania	Taça Paulistana de Futebol Amador	R$ 170.974,10	São Paulo
191	Federação de Taekwondo do Estado de São Paulo	Taekwondo Educação e Progresso - Fase LX - Capital	R$ 480.499,05	São Paulo
192	Liga Nacional de Taekwondo	Taekwondo Educacional Em Escola Pública de Boituva -SP	R$ 122.158,90	Boituva
193	Instituto para o Desenvolvimento do Mercado Interno e Externo	Talento Brasil	R$ 347.254,33	São Paulo
194	Associação Desportiva Taubaté Futebol Feminino	Taubaté Futebol Feminino	R$ 289.273,81	Taubaté
195	Clube Monte Libano de São José do Rio Preto	Tênis do Monte Líbano: Desenvolvendo Talentos, Formando Cidadãos Ano Vii	R$ 150.746,43	São José do Rio Preto
196	Associação Terra de Ciclismo	Terra de Ciclismo Ribeirão Preto Fase 10	R$ 392.639,94	Ribeirão Preto
197	Instituto Esporte e Cidadania	Troféu Master de Futebol	R$ 73.763,00	São Paulo
198	Instituto Por Mais Alguém	Um Passe para a Educação - Ano XII	R$ 150.000,00	São Paulo
199	Instituto Iserbem	Up Night Run	R$ 541.835,00	São Paulo
200	Instituto Iserbem	Up Night Run 2	R$ 255.583,09	Osasco
201	Associação Pró-Esporte e Cultura	Vamos pra Cima Laranja	R$ 363.696,61	Sumaré
202	Life Instituto	Vôlei de Praia - Formando Cidadãos	R$ 197.611,60	Novo Horizonte São Joaquim da Barra
203	Brasil Vôlei Clube	Vôlei Masculino Categorias de Base Sub 17 Ano 2	R$ 208.647,39	Campinas
204	Brasil Vôlei Clube	Vôlei Masculino Categorias de Base Sub 19 Ano 2	R$ 212.127,14	Campinas
205	Life Instituto	Voleibol - Formando Cidadãos	R$ 136.564,01	Novo Horizonte São Joaquim da Barra
206	Associação Esportiva de Atibaia	Voleibol Atibaia 2023-2024	R$ 182.206,88	Atibaia
207	Instituto Socioambiental Cenários Futuros	Voleibol Barueri Formando Futuro	R$ 522.960,59	Barueri
208	Instituto Serginho 10	Voleibol IS10	R$ 296.540,57	Guarulhos e São Paulo
209	Instituto Pro Esporte, Lazer e Cultura	Voleibol Saque Preciso	R$ 190.041,00	Descalvado
	Total		**R$ 59.411.152,39**	

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa
20000 - Secretaria da Fazenda e Planejamento

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**3.776.243.129,00**	**4.254.328.541,00**	**3.730.801.123,11**	**120.551.893,29**	**3.851.353.016,40**	**3.759.810.869,98**
Pessoal, e Encargos Sociais	1.187.085.042,00	1.608.563.486,00	1.594.492.685,84	0,00	1.594.492.685,84	1.544.955.962,68
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.589.158.087,00	2.645.765.055,00	2.136.308.437,27	120.551.893,29	2.256.860.330,56	2.214.854.907,30
Despesas de Capital	**185.985.940,00**	**166.624.495,00**	**60.001.346,51**	**9.066.811,79**	**69.068.158,30**	**110.786.431,01**
Investimentos	185.985.850,00	166.624.425,00	60.001.346,51	9.066.811,79	69.068.158,30	80.786.431,01
Inversões Financeiras	90,00	70,00	0,00	0,00	0,00	30.000.000,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**3.962.229.069,00**	**4.420.953.036,00**	**3.790.802.469,62**	**129.618.705,08**	**3.920.421.174,70**	**3.870.597.300,99**

Fonte: SIAFEM/SP
Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário
20000 - Secretaria da Fazenda e Planejamento

em R$

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado			Pago Orçamento + Pago de Restos
			Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0000 - Encargos Gerais	**1.352.176.762,00**	**1.379.251.650,00**	**1.136.656.530,07**	**683.314,00**	**1.137.339.844,07**	**1.132.868.275,62**
3 - Despesas Correntes	1.352.176.762,00	1.379.251.650,00	1.136.656.530,07	683.314,00	1.137.339.844,07	1.132.868.275,62
0001 - Participação Societária	**30,00**	**10,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**30.000.000,00**
4 - Despesas de Capital	30,00	10,00	0,00	0,00	0,00	30.000.000,00
0102 - Obrigações Previdenciárias Complementação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**133.951,46**
3 - Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133.951,46
2000 - Gestão Fiscal e Tributária	**2.490.052.087,00**	**2.942.481.752,00**	**2.592.796.577,97**	**128.935.391,08**	**2.721.731.969,05**	**2.636.512.002,45**

3 - Despesas Correntes	2.424.066.287,00	2.811.849.433,00	2.537.795.231,46	119.868.579,29	2.657.663.810,75	2.560.725.571,44
4 - Despesas de Capital	65.985.800,00	130.632.319,00	55.001.346,51	9.066.811,79	64.068.158,30	75.786.431,01
2005 - Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico	**120.000.180,00**	**37.228.792,00**	**6.286.572,00**	**0,00**	**6.286.572,00**	**6.745.878,76**
3 - Despesas Correntes	70,00	1.286.641,00	1.286.572,00	0,00	1.286.572,00	1.745.878,76
4 - Despesas de Capital	120.000.110,00	35.942.151,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00
2021 - Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.008.968,05**
3 - Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.008.968,05
2028 - Gestão Inovadora e Orientada para Resultados	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.063,13**
3 - Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.063,13
2029 - Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento e Orçamento	**0,00**	**5.251.367,00**	**1.523.466,28**	**0,00**	**1.523.466,28**	**1.181.925,43**
3 - Despesas Correntes	0,00	5.251.362,00	1.523.466,28	0,00	1.523.466,28	1.181.925,43
4 - Despesas de Capital	0,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5120 - Informações Demográficas, Socioeconômicas e da Ação Governamental	**0,00**	**56.739.456,00**	**53.539.323,30**	**0,00**	**53.539.323,30**	**47.012.417,18**
3 - Despesas Correntes	0,00	56.689.446,00	53.539.323,30	0,00	53.539.323,30	47.012.417,18
4 - Despesas de Capital	0,00	50.010,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5123 - Comunicação Social	**10,00**	**9,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.129.818,91**
3 - Despesas Correntes	10,00	9,00	0,00	0,00	0,00	1.129.818,91
Despesa Total	**3.962.229.069,00**	**4.420.953.036,00**	**3.790.802.469,62**	**129.618.705,08**	**3.920.421.174,70**	**3.870.597.300,99**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

PROGRAMA 2000 GESTÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA

SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL

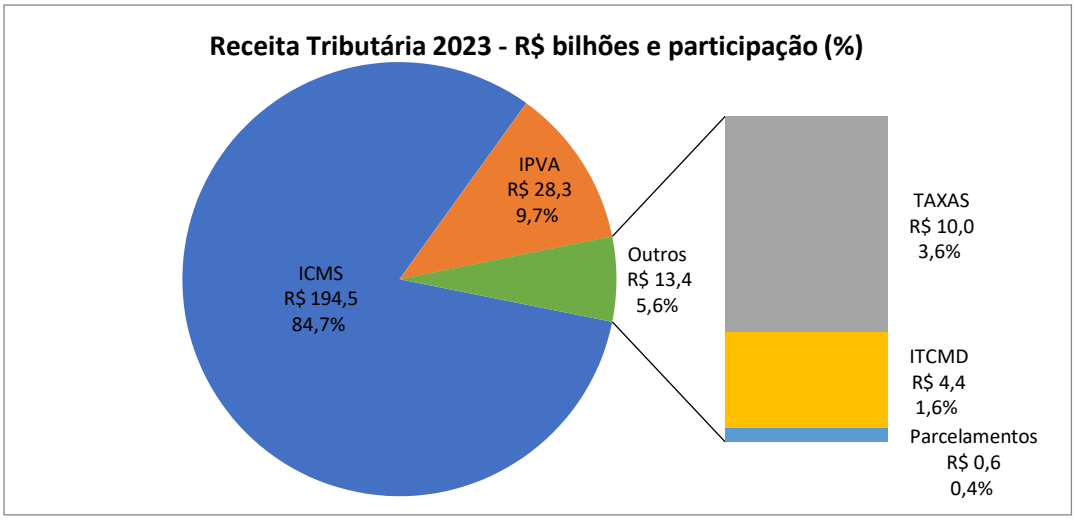
Ação 5021 - Operação Tributária

GESTÃO FINANCEIRA

A receita tributária em valores nominais do Estado de São Paulo alcançou, no período de janeiro a dezembro de 2023, o montante de R$ 237,9 bilhões. Este valor inclui a receita dos programas especiais de parcelamento em vigor, o ICMS-Fecoep e corresponde à arrecadação tributária em conceito amplo.

O resultado corresponde a uma queda nominal de 0,3% em relação ao mesmo período de 2022. Nessa mesma comparação, mas com valores deflacionados pelo IPCA, a variação é negativa em 4,7%.

O gráfico a seguir demonstra a composição da receita tributária em 2023.



A receita de ICMS, incluso o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - Fecoep, alcançou R$ 194,5 bilhões em 2023, o que representa uma queda nominal de 3,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Quanto aos demais impostos, as arrecadações de IPVA e de ITCMD, totalizaram R$ 28,3 bilhões e R$ 4,4 bilhões, respectivamente. Em relação ao exercício de 2023, o índice variação da nominal da receita de IPVA foi de 28,2%, e, do ITCMD, de 16,7%.

A queda da arrecadação em 2023 em relação ao exercício anterior pode ser explicada pelos impactos da Leis Complementares n° 192/2022 e 194/2022, que determinou que as alíquotas aplicáveis aos serviços em comunicação, transporte coletivo, combustíveis e energia elétrica não podem exceder o patamar das operações em geral. Parte deste impacto foi atenuado por decisões do STF no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7191 e 7195 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 984, principalmente com relação ao acordo de compensação das perdas provenientes destas Leis Complementares. Este acordo foi homologado na forma da Lei Complementar n° 201/2023.

Departamento de Estudos de Política Tributária - DEPT

O Departamento de Estudos de Política Tributária foi criado em janeiro de 2022, como unidade técnica responsável por produzir análises para apoiar a Administração Tributária e diretamente subordinada à Subsecretaria da Receita Estadual - SRE. Entre suas principais atividades, definidas pelo artigo 68 do Decreto n° 66.457, de 28 de janeiro de 2022, destacam-se a realização de estudos econômico-tributários, a estimação da receita tributária e análise da evolução, a quantificação da renúncia associada a benefícios tributários e o acompanhamento de propostas de alteração na legislação tributária.

- No desempenho dessas atribuições, ao longo do ano de 2023, o novo departamento desenvolveu as seguintes atividades:
- Participação no Comitê Executivo de Acompanhamento da Receita e dos Indicadores Fiscais (CEARIF) apresentando cenários para a arrecadação de tributos estaduais, considerando riscos setoriais e legislativos.
- Contribuição para aperfeiçoamento da Resolução SFP nº 51, de 02 de agosto de 2022, que estabeleceu diretrizes objetivas para o fluxo de análise de demandas relativas a benefícios de natureza tributária na Subsecretaria da Receita Estadual.

- Apresentação, nas reuniões periódicas de Pauta Tributária, dos pleitos de benefício fiscal para apreciação e deliberação do Secretário da Fazenda e Planejamento, com a consolidação do parecer das Coordenadorias da SRE.
- Estimativa do impacto orçamentário-financeiro e econômico para concessão de benefícios de natureza tributária.
- Construção de cronograma de desenvolvimento de metodologia de avaliação *ex post* de benefícios fiscais, com a implantação de indicadores.
- Levantamento dos Gastos Tributários de ICMS, com a estimativa de impacto de benefícios fiscais concedidos no Estado, bem como estudos de quantificação referentes às medidas de ajuste fiscal implementadas com base na Lei 17.293/2020.
- Elaboração dos demonstrativos de renúncia de receitas apresentados no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), do exercício de 2023, e para prestação de contas do Programa de Acompanhamento Fiscal (PAF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) de 2021.
- Atendimento às orientações e requisições de informação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) no que se refere ao controle de benefícios fiscais.
- Colaboração na continuidade do Programa de Ampliação de Liquidez de Créditos a Contribuintes com Histórico de Aquisições de Bens Destinados ao Ativo Imobilizado (ProAtivo), que permite a utilização do crédito acumulado de forma rápida, simples, transparente e com critérios objetivos e públicos. Foram concluídas 4 rodadas do programa, com transferências autorizadas totalizando pouco mais de R$ 1,6 bilhões.
- Aprimoramento da tributação tendo por objetivo estimular o investimento, melhorar a competitividade e o ambiente de negócios no Estado de São Paulo, com base em estudos setoriais, de comportamento da arrecadação de eficiência da administração tributária, entre outros.
- Realização de estudos setoriais para identificação do custo/benefício da manutenção do instituto da Substituição Tributária do ICMS em setores específicos com vistas a identificar a necessidade de revisão de sua abrangência.
- Promoção de estudos para subsidiar a atuação do Estado de forma a proteger a competitividade dos contribuintes paulistas e mitigar a atratividade de incentivos concedidos por outras Unidades da Federação reduzindo os efeitos da Guerra Fiscal.
- Criação de painéis e dashboards automatizados para acompanhamento de índices e indicadores da Receita Estadual.
- Automação do cálculo dos gastos tributários.
- Publicação do gasto tributário no padrão exigido pela Transparência Internacional.
- Prestação das informações em expedientes oriundos do Sistema de Acompanhamento Legislativo Estadual (SIALE).
- Participação no Grupo de Trabalho (GT) 47 sobre reforma tributária para, em conjunto com outros entes federados, debater, promover estudos e propor normas relacionadas à reforma tributária.
- Participação no GT 55 para acompanhar e estudar propostas normativas em discussão no Congresso Nacional relacionadas a temas tributários e financeiros.
- Promoção de estudos para elaboração de alternativas que melhor defender os interesses do estado no âmbito da reforma tributária.
- Acompanhamento legislativo das proposições normativas relativas à tributação em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e no Congresso Nacional.
- Elaboração de estimativa de receitas de *royalties* e de outras participações geradas pela exploração de petróleo em território paulista.
- Participação no GT 08 - quantificação - acompanhando as demandas encaminhadas ao GT-08 referentes a temas tributários, econômicos e financeiros, tanto decorrentes de propostas normativas em discussão no Congresso Nacional, como de estudos relacionados a política tributária.
- Elaboração e arquivamento da relação dos atos normativos que se enquadrem nos casos previstos no artigo 10, da Resolução SFP 51/2022, conforme o parágrafo único deste mesmo artigo.

FISCALIZAÇÃO

Em termos de trabalhos da Fiscalização Direta de Tributos, FDT, de janeiro a dezembro de 2023, destacam-se:

- Conclusão de mais de 2.178 auditorias.
- Emissão de 31.249 Ordens de Serviços Fiscais (OSFs).
- Notificação de 9.570 Autos de Infração e de Imposição de Multa (AIIMs) e a imposição do valor de R$ 44.412.052.050,36 entre imposto, juros e multa.

Operações de Fiscalização

- **Operação Vênus:** Operação com intuito de desarticular fraude fiscal estruturada e inadimplemento fraudulento perpetrado por grupo econômico atuante no comércio de vestuário, explorador de renomadas marcas de sua titularidade por meio de mais de 200 lojas próprias espalhadas por todo o território nacional. Foram detectados indícios de sonegação fiscal e indevida redução de tributos devidos, inclusive via operações simuladas, além da implementação de um esquema de blindagem e ocultação patrimonial com uso de pessoas interpostas ("laranjas"), *offshores* e cessões de bens e recebíveis em fraudes à execução, tudo de modo a garantir, ao longo de toda a atuação fiscal, o esvaziamento da cobrança e a proteção ilegítima das riquezas do grupo, avolumadas em grande parte à custa do erário e de players atuantes em um cenário de regularidade tributária e concorrencial. Como resultado de tal fraude fiscal estruturada, aferiu-se, no curso das investigações, um passivo total acumulado pelo grupo perante o Estado de São Paulo de ordem superior a R$ 2,5 bilhões, montante relacionado a débitos de ICMS inscritos e ainda não inscritos em dívida ativa. Além disso, o grupo possui um passivo junto à União em quantia atualmente superior a R$ 600 milhões.
- **Operação Thunder**: Operação que visa desarticular fraude fiscal estruturada no setor de bebidas quentes e promovida por um grupo empresarial que atua em vários Estados. A estimativa é que o esquema tenha provocado prejuízo de mais de R$ 300 milhões no recolhimento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) somente ao Estado de São Paulo, através de simulação de operações interestaduais com o objetivo de reduzir o valor do ICMS devido pelas operações próprias e por substituição tributária (ICMS-ST).
- **Operação Tokusatsu - Fase 2:** Os trabalhos miram em crimes de falsidade material e ideológica, por meio de fraude fiscal estruturada, moldada a partir da criação de empresas fictícias, com interposição de pessoas nos quadros societários, a fim de simular operações comerciais e propiciar a utilização de créditos irregulares de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) por terceiras empresas, principais beneficiárias do esquema. Apurou-se que o grupo emitiu notas frias no patamar de R$ 193 milhões, com destaque para cerca de R$ 31 milhões de ICMS, potencialmente aproveitados pelos destinatários, que se beneficiaram dos créditos indevidos.
- **Operação Polímero:** A ação visa combater a fraude tributária estruturada milionária envolvendo o ICMS. A organização criminosa movimentou fraudulentamente mais de R$ 220 milhões na emissão de 1.642 notas fiscais ideologicamente falsas em Alagoas, e outros R$ 200 milhões em tributos federais estimados pela Receita Federal do Brasil - que serão, posteriormente, objeto de autuação pelos fiscais estaduais e pela Receita Federal do Brasil.
- **Operação Nian**: Em conjunto com a Polícia Federal, a operação procurou desmantelar organização criminosa que arregimentava pessoas ("laranjas") na região do Brás, em São Paulo, para figurarem como titulares de contas que serviram para acolher milhões de reais oriundos de vítimas do crime de estelionato. Estima-se que a organização criminosa tenha arrecadado, aproximadamente, R$ 4 milhões, vitimando pessoas em diversos Estados. Esse montante foi rapidamente transferido para contas de pessoas jurídicas, sendo que parte desse dinheiro foi repassado, sem aparente justa causa, a uma empresa que comercializa armas e munições - alvo das apurações dos auditores da Sefaz-SP.
- **Operação Fio Condutor:** Investiga a prática de sonegação fiscal por um grupo empresarial do setor de comercialização de fios e cabos condutores elétricos de cobre. O grupo teria sonegado pelo menos R$ 129 milhões em impostos.
- **Operação Guelta:** operação deflagrada em conjunto com o Grupo de Atuação Especial deCombate ao Crime Organizado (Gaeco), onde foram cumpridos 10 mandados de busca e apreensão em uma força-tarefa contra uma sonegação de impostos de R$ 17 milhões em farmácias de Franca (SP) e Jardinópolis (SP). Além da compra e da venda de medicamentos sem nota fiscal, a Operação Guelta investigou a prática de lavagem de dinheiro por parte dos proprietários desses estabelecimentos comerciais.
- **Plano de Trabalho - Monitoramento NFe:** Em 2023, até o momento, foram 2.615 Inscrições Estaduais bloqueadas em razão de indícios de simulação de operações e/ou de pessoa interposta no quadro societário. Essas empresas tiveram um tempo médio de atividade de 329 dias até a sua detecção, enquanto nos trabalhos da fiscalização direta elas possuem um tempo médio de 3086 dias.
- **Plano de Trabalho - Recolhimento Antecipado - 426 A:** Visa combater fraude fiscal estruturada na criação de empresas interpostas com o objetivo de fraudar o recolhimento antecipado do ICMS em operações sujeitas à substituição tributária, nos termos do artigo 426-A do RICMS/SP. Temos uma análise que visa estabelecer uma rotina permanente de monitoramento das operações com produtos sujeitos a ST, em especial originadas de Estados não signatários de convênios/protocolos; interromper a sonegação do recolhimento antecipado do ICMS ST; cobrar o imposto devido dos estabelecimentos

de fato existentes; iniciar procedimentos administrativos de nulidade ou cassação dos estabelecimentos interpostos, possibilitando, para esses casos, a constituição do crédito tributário contra os reais beneficiários e articuladores da fraude; influir no comportamento dos contribuintes dos diversos setores sujeitos a sistemática da substituição tributária, favorecendo a livre concorrência entre as empresas.

- **Plano de Trabalho - Real Beneficiário:** Busca impedir o aproveitamento de créditos oriundos de empresas em situação irregular (inexistentes ou simuladas), porém uma vez escriturados os créditos buscar sua recuperação através da lavratura de Autos de Infração e Imposição de Multa. Busca também nos casos em que foram identificadas a interposição de empresas para fraudar o recolhimento do imposto em operações sujeitas ao regime jurídico da Substituição Tributária a responsabilização do real beneficiário.
- **Operação Águas Rasas:** Ação fiscal que teve como objetivo verificar a correta aplicação da legislação tributária no setor alimentício, em especial nas operações com pescados (NCM 03). Há indícios de que contribuintes utilizaram indevidamente o crédito outorgado opcional para estabelecimentos que possuam como Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) Principal os códigos 1020-1/01 ou 1020-1/02.
- **Operação Baterias Automotivas:** A ação fiscal teve como objetivo verificar a correta aplicação da legislação tributária no setor de acumuladores elétricos de chumbo (baterias NCM 8507.10), principalmente no que se refere à falta de emissão de documento fiscal de venda das mercadorias. Foram objeto de acionamentos fiscais empresas distribuidoras que apresentaram indícios de terem adquirido baterias automotivas desacompanhadas de documentação fiscal e, portanto, sem o pagamento de impostos.
- **Plano de trabalho de Combustíveis e Sucroenergético:** seleção de 116 contribuintes para fiscalização em diferentes operações ou auditoria, totalizando 196 OSFs.
- **Plano de Trabalho Suframa 2023:** Visa a verificação da regularidade das operações classificadas como Remessas isentas para Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio com base no evento de internalização enviado pela Suframa na NF-e e nos requisitos legais para fruição da isenção;
- **Plano de Trabalho Remessa Expressa Internacional:** Visa a verificação da regularidade das obrigações das empresas de courier nas importações de destinatários paulistas, na modalidade remessa expressa internacional, bem como a devida prestação das informações estabelecidas no Convênio ICMS 60/18;
- **Plano de Trabalho Exportações Sem Evento de Averbação na NF-e:** Visa a verificação da regularidade das operações classificadas como de exportação, de remessas com fim específico de exportação e de remessas para formação de lote para exportação com base no evento de averbação enviado pela RFB na respectiva NF-e;

Outras iniciativas

- **Programa Malha Fiscal PGDAS-D:** O programa consiste em trabalho permanente de malha fiscal no processamento de declarações retificadoras do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório, PGDAS-D, com o intuito de reter para análise eventuais declarações retificadoras com suspeita de redução indevida de ICMS devido na sistemática do Simples Nacional.

O sistema foi estudado e parametrizado para a Sefaz-SP, tendo sido retidas para análise, **de** janeiro a dezembro de 2023, 9.843 declarações retificadoras PGDAS-D, representando um valor prevenido de sonegação (redução indevida) de cerca de R$ 42,04 milhões (R$ 4,82 milhões em declarações canceladas pelo próprio contribuinte após retenção, e R$ 37,21 milhões naquelas definitivamente rejeitadas pela Sefaz-SP).

- **Estudos e sugestões de ajustes nas legislações estaduais sobre Comércio Exterior:** Revisão e sugestões na elaboração de minutas de atualização e internalização dos convênios ICMS na parte de exportação, remessas para Zona Franca de Manaus e Áreas de livre comércio e remessas expressas e postais internacionais no RICMS em conjunto com a Consultoria Tributária.
- **Elaboração de trabalho piloto no âmbito do programa "Nos Conformes" para Exportação:** Elaboração de roteiro e OSFs do Conformes para a equipe DIFIS-COMEX para orientar e verificar o comportamento dos contribuintes e os mecanismos do novo modelo de exportação com a Declaração única de exportação- DU-e.
- **Comercio Exterior - Remessas internacionais:** Em 2023 a DIFIS/Comex participou intensamente das reuniões e debates no âmbito dos grupos de trabalho do Confaz (GT-54 - Comercio Exterior e GT-73 - Remessas Internacionais) que foram focados principalmente na elaboração e revisão de minutas de Convênio para regulamentar e aprimorar o recolhimento e fiscalização do ICMS importação devido

nas remessas postais internacionais pelos Correios e nas expressas pelas Courier, tanto do programa Remessa Conformes da RFB como as demais remessas. As alterações também geraram demandas de ajustes nas funcionalidades do PUCOMEX e no sistema do ambiente de pagamentos, detalhadas no item 3.3.1.

- **Cassação/Suspensão** de 4 distribuidoras de combustíveis e 159 postos revendedores, sendo 33 cassações por fraude volumétrica e 32 cassações em decorrência da Portaria CAT 02/11.
- **No setor de Combustíveis houve alterações legislativas referente:** à monofasia do diesel, da gasolina e do GLP, à aplicação do tratamento tributário diferenciado pelos produtores de biodiesel - B100 para apuração e pagamento do ICMS incidente nas operações realizadas com diferimento do imposto, à mudança de prazos e percentuais de adiantamento do imposto para as refinarias.
- **Proposta de aperfeiçoamento à legislação que ampara o novo modelo de tributação de Energia Elétrica**: Elaboração e apresentação, à Diretoria da Consultoria Tributária, de correções e aperfeiçoamentos à legislação que ampara o novo modelo de tributação de Energia Elétrica: artigos 425 e seguintes do RICMS e Portaria SRE 14/22.

PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS

As principais atividades e projetos desenvolvidos em 2023 pela Subsecretaria da Administração Tributária estão descritos a seguir.

Conformidade Fiscal

A Lei Complementar nº 1.320/18 criou o Programa de Conformidade Fiscal - Nos Conformes, que proporciona ainda mais transparência aos critérios de conformidade tributária dos contribuintes paulistas. O objetivo é favorecer o equilíbrio competitivo entre os que cumprem as obrigações tributárias em relação aos que não cumprem. Os contribuintes são classificados em seis faixas de riscos a exposição de passivos tributários (A+, A, B, C, D e E), sendo "A+" a menor exposição e "E" a de maior risco. Desta forma, o fisco passará a prestar assistência e tratamento diferenciado aos classificados em segmentos de menor risco de descumprimento (categorias A+, A, B e C).

A simplificação dos procedimentos de apropriação de Crédito Acumulado disciplinada pelo Decreto 66.921/2022 e a Portaria SRE 54/2022; a prorrogação de vigência de regimes especiais regulamentada pelo Decreto 67.853/2023 e Portaria SRE 52/2023 materializam o compromisso da Administração Tributária em instituir rotinas simplificadoras e soluções de interesse dos contribuintes pautadas pelo grau de conformidade à legislação por eles demonstrado.

Em 2023, o programa apresentou os seguintes resultados:

- Mais de 52 mil notificações de contribuintes, orientando-os a se autorregularizarem.
- Em média 130 devedores contumazes monitorados e cobrados mensalmente, gerando um caixa de mais de R$ 1,74 bilhão.
- Mais de 208 mil orientações sobre assuntos tributários realizadas.
- Em 2023 o programa “Nos Conformes” teve um resultado líquido de R$ 1,49 bilhões conforme indicado na tabela abaixo.

Resultado Financeiro do Programa em 2023	**(R$ milhões)**
Caixa Gerado	1.744,8
Despesas	249,6
Resultado Financeiro Líquido	**1.495,2**

Arrecadação, Gestão de Crédito e Cobrança

Arrecadação

A equipe arrecadação da Diretora de Arrecadação, Cobrança e Recuperação da Dívida - DICAR gerencia a arrecadação dos quase R$ 250 bilhões de tributos anuais do Estado. Esse montante passa pelos sistemas Ambiente de Pagamentos, DHDD e o sistema on-line (IPVA). A equipe também faz a intermediação com os bancos através de serviço, contratos, tarifas, auditoria, entre outros.
Entre as realizações da equipe em 2023, podemos destacar:

- A transição dos pagamentos que eram feitos pelas antigas guias de arrecadação (GARE e GNRE), para o modelo de DARE.
- O progresso em relação à conformidade do serviço oferecido em decorrência da expansão do módulo de multas bancárias.
- O desenvolvimento e entrega do projeto PIX-IPVA, permitindo que o contribuinte possa realizar o pagamento do IPVA por Pix.
- A adaptação do Ambiente de Pagamentos para atender à demanda decorrente do Programa Remessa Conforme, que disciplinou a tributação de marketplace nele cadastrado.

PIX-IPVA
Dando continuidade à modernização dos serviços oferecidos pela Sefaz-SP, foi desenvolvido projeto que permite ao contribuinte o pagamento do IPVA por Pix a partir da segunda quinzena de outubro. O pagamento por Pix tem a vantagem de ampliar as opções do contribuinte, que antes poderia utilizar somente os agentes arrecadadores contratados pelo Estado, para mais de 800 instituições participantes do Pix credenciadas pelo Banco Central do Brasil. Outra vantagem é que o custo da tarifa paga em cada transação por Pix é inferior a paga aos outros canais constantes na Resolução SPF 43-2020.

Demanda urgente ITESP - Arrecadação decorrente da Lei nº 17.557/2022
Demanda de extrema relevância social surgida com a publicação da Lei nº 17.557/2022, que permite a concessão de títulos de terras devolutas, mediante pagamento de quantia pelo beneficiário ao Estado, nos termos nela dispostos. Para viabilizar o pagamento e permitir a concessão dos títulos de propriedade, foi criado, a pedido do ITESP, novo serviço para que os valores decorrentes do acordo possam ser recolhidos através do DARE, código de receita 890-4, facilitando a vida do contribuinte e permitindo melhor acompanhamento por parte do órgão gestor.

Remessa Conforme - ICMS nas Remessas Internacionais
Com a criação, pela Receita Federal, do Remessa Conformes, os Correios ficaram responsáveis pelo recolhimento do ICMS nas remessas internacionais dos marketplaces que aderirem ao Programa. Devido ao grande volume que essas remessas representam poderá ocorrer a geração de centenas de milhares de DARES sobrecarregando o Ambiente de Pagamentos. Para atender a demanda repentina, foi necessário adaptar o Ambiente para evitar a sobrecarga e permitir que os Correios possam emitir o DARE de forma a facilitar o controle do pagamento do ICMS incidente nas remessas internacionais.

Eliminação das guias de arrecadação GARE/GNRE
Em 2023, chegamos a quase 80% da arrecadação de ICMS por DARE. Durante o ano, vários passos foram dados em direção à extinção da GARE/GNRE, visando redução de custos operacionais com sistemas e contratos. Entre as entregas mais importantes, podemos destacar:
- Publicada a Portaria SRE nº 01/2023 determinando o fim da GARE/GNRE e a aceitação exclusiva de DARE para as receitas: 015-2, 017-6, 019-0, 022-0.
- Enviadas mensagens de Domicílio Eletrônico do Contribuinte - DEC em lote aos contribuintes que ainda recolhem GARE/GNRE para que sejam incentivados a utilizar o DARE
- Desenvolvido API, que está em produção assistida com empresas voluntárias, para emissão automatizada de DARE, utilizando os softwares das próprias empresas.
- Publicada a Portaria SRE nº 76/2023 determinando o fim da GARE/GNRE e a aceitação exclusiva de DARE para as receitas nela elencadas.

Credenciamentos
As principais ações em 2023 foram:
- Oportunidade de ampliar o rol de parcerias com empresas para pagamento por cartão de crédito/débito com opção de parcelamento. Credenciamento das empresas Pague Veloz e B23 (para IPVA e débitos relativos ao veículo automotor) e PAGPLAN (recolhimento de tributos e demais receitas não inscritas por DARE).
- Implantada planilha de controle de problemas das credenciadas, em que a cada notificação que a credenciada tiver por descumprimento da Resolução SFP 35/2021 será atribuído um valor O controle interno permitirá avaliar potenciais descredenciamentos bem como determinar a reordenação periódica da lista de credenciadas no Portal da Fazenda, em que as empresas serão listadas na ordem em que constam na planilha de controle, (mais bem avaliadas em primeiro e piores por último).
- Descredenciamento da empresa Vamos Parcelar, com publicação no DOE em 13/05/2023.

LGPD - Proteção de Dados de Contribuintes de IPVA
Através de consulta aos canais de atendimento da rede credenciada para pagamento de tributos por cartão de crédito, foi constatado que poderia ser consultado o débito do IPVA somente com a placa do veículo, potencialmente ferindo dispositivos da LGPD. Notificação à rede credenciada para que faça os ajustes necessários nos canais de atendimento para que a consulta pode ser feita somente mediante placa e Renavam do veículo.

Multas de Trânsito
Prescrição de Multas de Trânsito: As multas de trânsito eram excluídas da base de dados da Sefaz-SP de forma automática, após 5 anos, pois consideradas prescritas. No entanto, essas multas não são baixadas da base Renainf impedindo a emissão da CRLV, agora emitido pelo Senatran. Para resolver a questão, foi realizada alteração para que as multas sejam excluídas somente após a sua quitação ou por determinação do órgão de trânsito. Também foram restauradas para cobranças as multas excluídas que continuam ativas no Renainf.
Enquadramento de infrações por Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos de forma incorreta: verificou-se que o DER estava enquadrando as infrações por Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos de forma incorreta. Para viabilizar a correta arrecadação das infrações por Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos pelo DARE, a Portaria CAT 125/11 foi alterada pela Portaria SRE 46/23, a fim de acrescentar o Código de Receita 861-8 - Multa por Infração à Legislação (DER-SEGMENTO 5).
Tarifas Bancárias
Alteração da Resolução 43/20, com a finalidade de conceder percentual diferenciado de reajuste para os canais de arrecadação lotéricos. Canais lotéricos têm por característica custos mais elevados, necessitando reajustes em índice superior ao concedido aos demais canais. A Manutenção do canal lotérico na rede arrecadatória estadual é importante pois o canal possui grande capilaridade e atinge o público sem conta em bancos.
Publicada a Resolução SFP 49, de 01-09-2023 alterando os dispositivos da Resolução SFP 43/20 relacionados aos valores das tarifas bancárias pagas à rede arrecadatória do Estado de SP, a fim de conceder reajuste das demais tarifas

Módulo de Multas Bancárias do Ambiente de Pagamentos
- O módulo de Multas Bancárias tem a finalidade de trazer mais conformidade dos bancos com relação aos recolhimentos do Estado.
- Como resultado, neste ano de 2023, o volume de DAREs recebidos com atraso caiu para a casa dos 6%, sendo que em 2022 esse patamar era entre 10 a 15% e em 2021 passava dos 20%.

Como melhorias do módulo, em 2023, foram entregues:
- Fluxo de contestação de multas contratuais bancárias, tornando rastreáveis os pedidos e as decisões tomadas quanto à contestação de multas contratuais bancárias.

- Inclusão de filtros de consulta pela situação do documento, tipo de receita e sinalização da existência de saldo a ser utilizado, fornecendo de forma ágil informações ao usuário.
- Inclusão do campo justificativa nas multas emitidas aos bancos. Maior transparência na relação com as instituições bancárias. Menos contatos para sanar dúvidas.
- Inclusão das multas de outros fluxos no módulo de multas, que eram feitas de forma manual. O servidor inclui a multa no sistema e somente acompanha os andamentos posteriores, diminuindo o trabalho realizado pelo NACS.
- Ao ser incluído um novo registro de contestação agora é enviado e-mail ao contato do banco e à central de tratamento de multas da DICAR-NACS. Qualquer nova movimentação no processo é imediatamente informada aos interessados.

Ambiente de Pagamentos
As entregas do Ambiente de Pagamentos no ano foram:

- Criada a permissão para que usuários bancários e contadores que acessem o sistema Ambiente de Pagamentos possam fazer com autenticação via NFP. O acesso, via NFP, permite que o usuário faça o acesso sem a necessidade de certificado digital.

- Implantado programa "Remessa Conforme", que viabilizou a arrecadação do ICMS nas importações via Correios. Como são milhares de remessas diárias, os Correios fariam recolhimento em um documento único, a cada lote de determinado número de remessas, facilitando o controle do que está sendo recolhido. Para viabilizar esse recolhimento, os limites máximos de quantidade de DARE/detalhes por lote foi aumentado.
- Nova validação SIAFEM: devido a falhas na emissão do SIAFEM por falta do cadastro de um feriado, acarretando a utilização duplicada dos recolhimentos de um mesmo dia, surgiu a necessidade de verificação, antes da geração do relatório, se o período utilizado já foi utilizado anteriormente. Criado mecanismo de validação entre arquivos semanais e mensal antes da emissão do arquivo mensal, impedindo que os recolhimentos de um período sejam utilizados mais de uma vez no mesmo relatório, gerando duplicidade na contabilização.

- Eventualmente, o contribuinte realiza o pagamento de um mesmo DARE mais de uma vez pois os bancos não têm como verificar se há pagamento anterior. Esse pagamento em duplicidade acaba gerando pedido de restituição na Sefaz-SP que leva tempo considerável para ser finalizado, sobrecarregando os servidores envolvidos e causando insatisfação ao contribuinte. Desenvolvimento de WS simplificado de Consulta DARE, a ser disponibilizada aos bancos para consulta a informações para controle de fraude e duplicidade. Diminuição dos casos de pagamento em duplicidade pelo contribuinte e possibilidade de multa aos bancos nos casos em que ocorrerem.

Relatórios Detran
Desenvolvidos relatórios mensais para o Detran, contendo maior detalhamento dos dados para acompanhar o recolhimento de suas receitas.

IPM/ Dipam - Índice de Participação dos Municípios
A equipe Dipam/IPM coleta dados e calcula o IPM para a distribuição de ICMS entre os municípios paulistas. De um lado, a equipe trabalha arduamente nos cálculos e verificação de declarações para reunir toda a informação necessária. De outro lado, a equipe mantém contato direto com prefeituras para dar transparência às informações.
O ano de 2023 foi importante na continuidade do esforço de eliminação da GIA. A equipe teve papel fundamental nesse sentido.

Eliminação da GIA
A equipe Dipam/IPM participou da Validação da lista de IE elegíveis para o primeiro lote de Eliminação da Gia. Foram analisadas cerca de 100.000 IE previamente elegíveis para o primeiro lote de dispensa de entrega da GIA.
Ainda no esforço de eliminação da GIA, foram notificados contribuintes de grande porte com erros contínuos na GIA/EFD, relativos às declarações DIPAM.

Informação disponível para prefeituras
Para atender solicitação de algumas Prefeituras, em julho/2023 a atualização das declarações válidas para o cômputo do Valor Adicionado passou a ser semanal, e não mais mensal.
A atualização das informações semanalmente contribui para:

- Provável redução de casos que os Municípios listarão nas impugnações, ao constar o VA correto no Sistema DIPAM.
- Detecção de eventuais declarações problemáticas transmitidas mais recentemente.

Divulgação antecipada de diversos componentes do IPM
Até o exercício anterior, somente quando publicado o IPM provisório os Municípios conheciam os dados de diversos componentes do IPM. A partir de 2023, serão divulgados com antecedência via comunicado DICAR. Os dados contestados poderão ser questionados junto à Secretaria da Agricultura ou SEMIL (Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística) com maior antecedência.

Publicação do Roteiro de Impugnação para do IPM
Publicado do portal da Sefaz-SP - Seção DIPAM, o "Roteiro para Apresentação da Impugnação do Índice de Participação dos Municípios de São Paulo", com o passo a passo de como acessar o SIPET e solicitar o serviço. A partir deste ano, as impugnações serão aceitas exclusivamente se oriundas do SIPET, evitando assim demora no trâmite, que agora deixa de ser de responsabilidade das DRTs.

Saneamento de Valor Adicionado anômalo
Exclusão individual ou em lote de VA anômalo. Notificação de contribuintes quando necessário. Os valores excluídos estão listados na "Listagem de Exclusão" no Sistema DIPAM.
A tarefa evita que dezenas de milhões de reais sejam distribuídos indevidamente aos Municípios paulistas, prejudicando uns em benefício outros.

Participação no GT-64 em maio/2023
Intercâmbio com outros Representantes de Estados que lidam com IPM e dificuldades no cômputo do Valor Adicionado, de onde podem surgir soluções adaptadas para minimizar as dificuldades enfrentadas em SP.

Minuta de Resolução SFP - divulga o IPM Provisório ano-base 2022
Houve mudanças consideráveis no cálculo do IPM, ocasionadas pela introdução de novos componentes e das disposições transitórias - DDTT da Lei 17.348. Com isso, foi necessário novo texto padrão para a Resolução SFP que divulga IPM provisório.

Saneamento de distorção de valor adicionado Petrobras
Notificação via DEC para a Petrobrás substituir GIAs, saneando erros nas saídas com operações com ICMS monofásico.

Perfil usuário IPM no sistema SICONFI
Cadastramento de usuários IPM no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, evitando bloqueio de repasses ao Estado. Espera-se que a partir do exercício seguinte não seja necessário iniciar o processo do zero, mantendo os usuários cadastrados em 2023

Gestão de Crédito

A equipe de gestão de crédito é responsável pelas Contas Fiscais de ICMS declarado, ICMS parcelado, AIIM e gestão do crédito de Difal NFe. As contas fiscais gerenciam o fluxo dos débitos e créditos de ICMS, desde a criação do débito, a geração de guias de pagamento, a correta imputação dos créditos, e eventualmente a entrega do débito para a equipe de cobrança ou inscrição em dívida ativa. Além da gestão das contas fiscais, a equipe também faz a gestão da Certidão Negativa de Débitos eletrônica - eCND.

- Em 2023, ano em que se iniciou efetivamente a eliminação da GIA, a equipe trabalhou em diversas adaptações de sistemas para o recebimento da GIA da EFD. Além disto, este ano, podemos dar destaque a mais duas entregas de impacto, a implementação do *Download /Upload* de DDF em Excel, reduzindo trabalhos repetitivos e de baixo valor agregado dos fazendários, e o avanço da retificação de ofício, que só neste ano está evitando a entrada de 600 expedientes/mês. Pela primeira vez, o número de retificações de ofício se iguala ao de retificações manuais, liberando tempo para trabalhos de maior valor agregado.

eCND
- Entregas em 2023:
- Consulta de débitos e pendências de empresas sucedidas. Ampliação da busca também pelos dados de sucessão e verificação de débitos e pendências.

- Nova mensagem na impossibilidade de emissão da certidão eletrônica. O sistema, que antes retornava a mensagem: “Favor dirigir-se ao seu Posto Fiscal”, agora, passa a retornar a seguinte mensagem: “Não foi possível emitir a Certidão Negativa. Por favor, acesse a opção "verificar impedimentos" para visualização de débitos e/ou pendências. Para emissão de certidão de débitos não inscritos manual, acesse o sistema de peticionamento eletrônico (SIPET). Para mais informações acesse o Guia do Usuário, Certidões de Débitos não inscritos, ou ligue para 0800-170-110 ou utilize o nosso Correio Eletrônico.”
- Criada da base de dados para liberação eCND por motivo de Parcelamento Especial - PEP e saldo credor incorreto. A correção deixa de ser feita diretamente no sistema.
- A consulta passa a apresentar a lista de CNPJs completos ao realizar a consulta por CNPJ base. É realizada a verificação da situação cadastral da lista de CNPJ completo retornado na consulta por CNPJ base. Caso haja algum inapto ou nulo, é listado no relatório de verificação de impedimentos, e impedida a emissão da eCND.
- O sistema agora retorna a lista de AIIMs em que consta a informação sobre devedores solidários com base no CNPJ base consultado.
- Criação de consulta por CNPJ base. A opção está disponível na aba "verificar impedimentos". Nesse período de produção assistida, a funcionalidade está liberada apenas para alguns usuários fazendários.
- Nova sistemática de emissão da eCND em relação ao débito de ITCMD - A partir dessa sistemática, apenas débitos de ITCMD declarado na situação "em aberto" serão impedimentos para emissão de eCND. A informação constará tanto na tela de consulta quanto no relatório de débitos da eCND.
- A equipe do DPH desenvolveu uma base de dados para liberação de eCNDs em que incluíram PEPs, transporte de saldo credor e feita adaptação para os casos de omissão de declaração.

Eliminação da GIA

Entregas em 2023:

- Adaptação na Conta Fiscal do ICMS - CFICMS para receber os documentos GIA/EFD, GIA-ST/EFD-ST, GIA FCP/EFD FCP e GIA FCP ST/EFD FCP ST.
- Necessidade de adoção de prazo único tanto para entrega da GIA, como para entrega da EFD, já que a data limite de entrega da GIA é baseada no final da IE, enquanto a data limite para entrega da EFD é dia 20 do mês subsequente. A CFICMS foi adaptada para que a partir da referência 02/2023, a data prazo para entrega de GIA e EFD seja dia 20 do mês seguinte, para ficar de acordo com a Portaria SRE 20/2023.
- Automatização do processo de Marcação de GIAs "Boas” para a DIPAM, por meio de integração da transferência de arquivo por meio do XFB.
- Verificou-se que em alguns casos a data de vencimento do débito informada pelo contribuinte era inválida ou inconsistente. Ajuste no sistema, de forma a substituir a data informada incorreta pela data de vencimento do débito com base no Código de Prazo de Recolhimento do ICMS - CPR do estabelecimento.
- A partir da referência 04/2023, o texto "Não apresentou GIA" foi substituído por "Não apresentou GIA/EFD", e será disponibilizado o link para o usuário consultar qual documento deve ser entregue.

Difal NFe

Por meio de consultas feitas no sistema *Rich Client*, é determinado o universo dos débitos a ser inscrito. Esses débitos são enviados à PGE, que nos devolve a CDA. Criado um universo no *Data Warehouse* - DW para os débitos inscritos, além de painel *Infoview*.
Inscrição em Dívida Ativa dos débitos de Difal de 07/2018 a 12/2019, totalizando mais de R$ 233 milhões.

Créditos / Recolhimentos

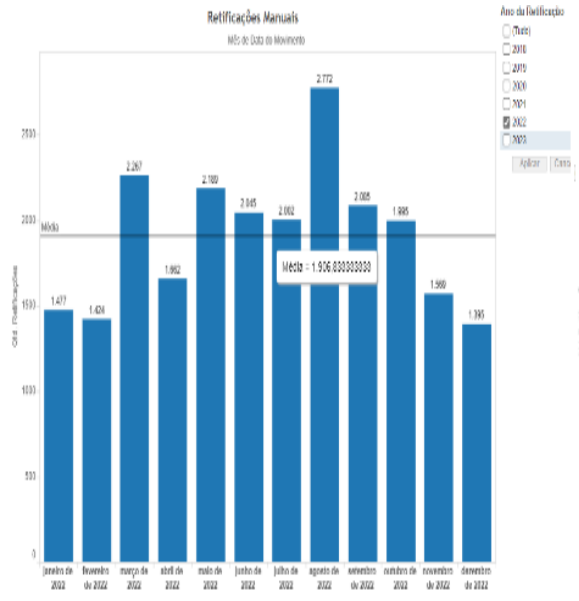
Entregas em 2023:

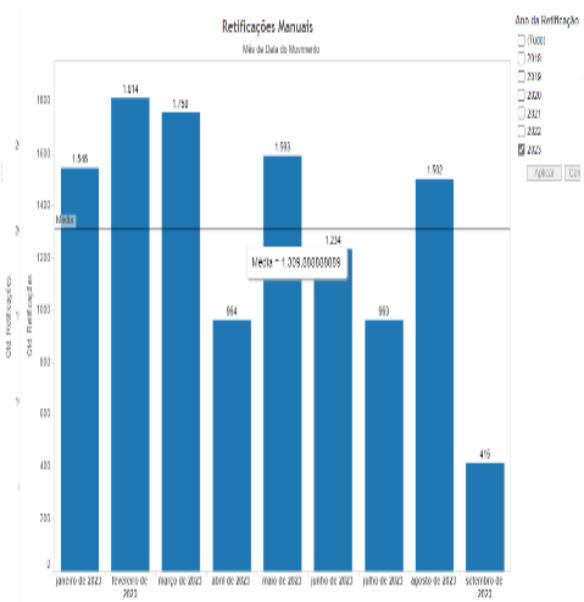
- Recolhimentos feitos por contribuintes de outra UF: O sistema de retificação de recolhimentos exigia o preenchimento do campo relativo à Inscrição Estadual. No entanto, alguns recolhimentos são feitos por contribuintes de outra UF (por exemplo, ICMS ST por apuração), que não possuem IE em SP, inviabilizando a retificação.
- Tendo em vista que a CFICMS será por CNPJ futuramente, excluída a consistência da IE, de forma que o campo não seja de preenchimento obrigatório. Porém, se a IE não for informada, será exibida a mensagem alertando o usuário: "A Inscrição Estadual não foi informada, e neste caso, o recolhimento será enviado para o banco de pendentes. Deseja prosseguir?"

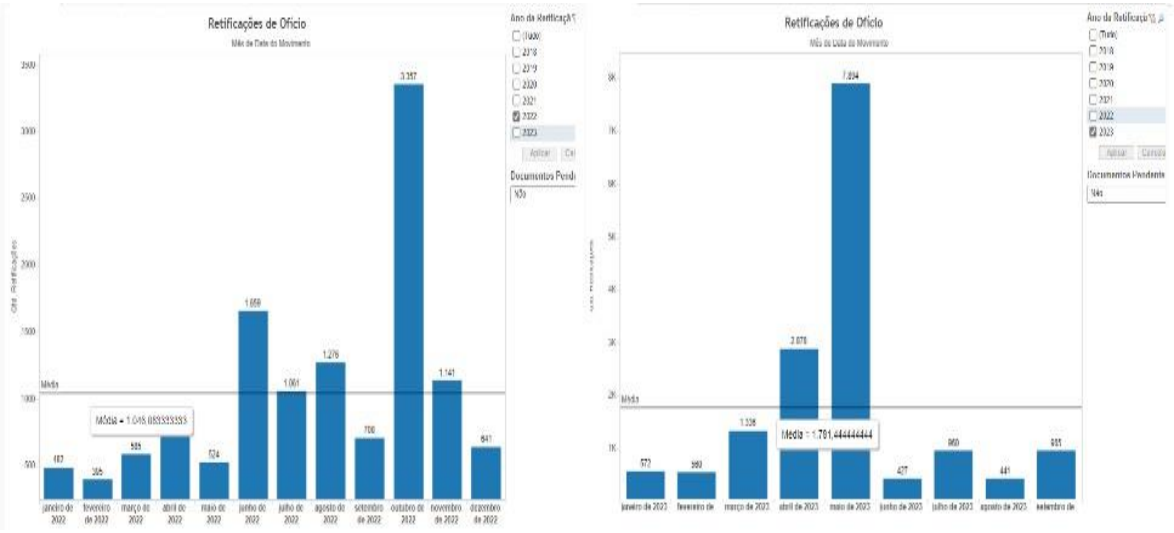
- Integração do módulo A7A com o sistema DHD - recuperados do cadastro de pendentes 826 registros, sendo: 813 registros com inscrição estadual zerada (435 de uma mesma IE), 05 registros são de recuperação de inscrição estadual que estava preenchida, e 08 registros são de recuperação de CNPJ que estava preenchido.
- Correção dos recolhimentos lançados indevidamente no sistema - Lançamento correto dos recolhimentos de contribuintes que não são controlados na CFICMS, para o banco de pendentes, permitindo que seja feita retificação e restituição caso haja solicitação.
- Alterado o login usado, na chamada do Web Service de emissão de DARE do Ambiente de Pagamentos quando originário da Web API, das emissões originárias do Web Site do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE ICMS
- Disponibilizado no DARE API o “Azure Application Insights”, com o objetivo de fornecer recursos de monitoramento de desempenho de aplicativos. Criadas 500 chaves para contribuintes que queiram implantar a API e disponibilizados novos serviços.
- Inclusão de novos serviços com campos específicos na API DARE ICMS.
- A funcionalidade de "Consulta e Ajustes de Pagamentos", na CFICMS, que permite que o usuário possa fazer retificação e restituição, foi adaptada para inclusão do número do SEI.
- Incluído o campo relativo ao SEI nos arquivos relativo aos históricos de GAREs, GNREs e DAREs do universo Histórico de Créditos ICMS que são encaminhados ao DW

Retificação de ofício

- Ajuste na rotina de forma que recolhimentos que tenham sido objeto de retificação de ofício possam ser novamente selecionados, desde que não esteja alocado a um débito, e que o recolhimento seja retificado para uma referência com débito em aberto. Além disso, alterou-se a regra para que a rotina selecione também referências com declarações que não tenham saldo devedor, como saldo nulo, sem movimento no período e saldo credor.
- Impacto: a média das retificações manuais mensais passou de 1.906/mês para 1.382/mês (redução de mais de 30% entre 2022 e 2023), enquanto a média de retificações de ofício passou de 1.046/mês para 1.688/mês. Impacto de mais de 600 expedientes/mês sendo feitos automaticamente. Dados levantados em set 2023.







- Adaptação do sistema de retificação e restituição para receber o número SEI.

Parcelamento e Reparcelamento

Entregas em 2023:

- Alteração no sistema Parcelamento ICMS, com retorno do saldo do parcelamento rompido para a CFICMS, para que posteriormente fosse feita a seleção dos débitos para a PGE. Rotina implementada, para que o PRO 656 seja lançado com a mesma data de pedido de parcelamento, de forma a evitar imputação a maior no caso de recolhimento feito após o parcelamento e antes do seu rompimento.
- Alteração dos códigos de aceite do reparcelamento: feito ajuste no sistema, de forma a permitir que um parcelamento rompido possa ser reparcelado com um código de aceite diferente.
- Ajuste no sistema para não aceitar o código de aceite 102 nos parcelamentos feitos em até 36 vezes e com até 6 referências incluídas. O código de aceite 102 é para ser utilizado somente nos casos em que há mais de 36 parcelas, ou então há mais de 6 referências ou mais de 190 subitens, no caso de AIIM.
- Ajuste no sistema DNEA para aceitar o CNPJ alfanumérico.
- Adaptação no sistema do DNEA, de forma a permitir a reativação de um reparcelamento baixado para a CFICMS, como em caso de pedido de retificação de um pagamento.
- Alteração no sistema de parcelamento, para que débitos com mais de uma data de vencimento na mesma referência possam ser objeto de pedido de parcelamento pelo PFE, de forma online.
- Foi feita uma adaptação no sistema, de forma que os parcelamentos modelo 1 recalculados pela taxa Selic, que estejam rompidos, tenham o saldo retornado para a CFICMS, para que possam entrar na rotina de notificação e envio para a dívida ativa em caso de inadimplência.
- Agora, com exceção dos débitos de importação de bens não destinados ao ativo fixo e dos débitos de FECOEP, é possível parcelar débitos de diferentes naturezas.
- Feita adaptação no sistema, de forma a permitir que o usuário possa fazer a restituição das parcelas quando o parcelamento se encontra inativo com crédito indevido, como por exemplo acordo não celebrado, indeferido ou cancelado.
- Feita alteração no sistema para efetuar o cancelamento de um parcelamento (baixa por decisão fiscal) mesmo que esteja na situação "em andamento". Com isso, após o cancelamento, o acordo fica na situação "cancelado com crédito indevido", permitindo que o usuário possa fazer a restituição dos recolhimentos feitos.

Revisão da regra de lançamento dos créditos fixos para parcelamento:

- Todos os créditos serão imputados por DATA.
- PROs e recolhimentos "escorregam" de uma data de vencimento para a próxima, sempre imputados por ordem de data.
- CDAs e parcelamentos: utilizar o flag local para imputar na data de vencimento correta, ainda que fique com saldo credor.
- Os recolhimentos e PROs sempre prevalecem sobre CDA e parcelamento quando tiverem a mesma data. A ordem é: Recolhimento, PRO, parcelamento e CDA.
- Regra a partir de 01/2018.

Novas regras na distribuição do recolhimento feito para o Simples Nacional, da seguinte forma:

- Todos os créditos serão imputados por DATA, inclusive os recolhimentos desbloqueados (sem referência informada).
- Os recolhimentos e PROs sempre prevalecem sobre CDA e parcelamento quando tiverem a mesma data. A ordem é: Recolhimento bloqueado, recolhimento desbloqueado, PRO, parcelamento e CDA.
- A regra de imputação dos recolhimentos desbloqueados: imputar na referência definida (2 meses antes da referência do crédito, ou seja, da data do recolhimento), e considerando o CPR.
- Pagamentos bloqueados e desbloqueados: escorregam dentro da mesma referência.
- Pagamentos desbloqueados: não podem mais escorregar para outra referência.
- Não foi reanalisado o legado, para que pagamentos imputados não fossem alterados.

Conta Fiscal ICMS

- Entregas em 2023:
- Ampliação de prazo de pagamento de ICMS para contribuintes de municípios litorâneos afetados pelas chuvas intensas recentemente: Guarujá, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Bertioga e Ilhabela. Foram reanalisados 138.273 registros.
- Para os casos de duas IEs na mesma referência, o sistema passa a gerar o DARE com a IE mais recente.
- Ajuste no botão calcular: substituir texto do botão "Calcular" por " Calcular Acréscimos Legais". Acrescentado um ícone com "?" que, ao passar o mouse, apresentar o texto: Calculadora dos Acréscimos Legais - Clique aqui para atualização do imposto (juros e multa de mora)
- Alterada regra em que as declarações enviadas para as referências em que o contribuinte se encontrava inativo, como suspenso, nulo e inapto, não eram consideradas, e consequentemente débitos declarados eram considerados como "lançamentos especiais", deixando de entrar na rotina de cobrança. Feita reanálise do legado, compreendido entre 10/2017 e 06/2023, de forma a aceitar a declaração independentemente da situação do contribuinte.
- Para os casos em que o contribuinte constava como "regime suspenso", o sistema atribuía o último regime que estava ativo para o estabelecimento, e considerada indevida eventual declaração enviada para o período suspenso, se fosse de regime diverso. A regra foi alterada no sistema, de forma que seja atribuído o regime correspondente à declaração enviada pelo contribuinte, quando este estiver "suspenso". Não serão mais consideradas indevidas as declarações enviadas pelos contribuintes em referência com "regime suspenso". O CPR, CNAE e o município serão o da própria referência/ano da declaração.
- Incluído o campo IDENT-SEI nos arquivos, de CRÉDITO DO ICMS, dos universos Conta Fiscal do ICMS Declarado (carga diária) e DW_SIAT (quinzenal) para carga do DW e foi incluído o campo relativo ao SEI nos arquivos "cadastro dos débitos inibidos" e no "histórico dos débitos inibidos", do universo da Conta Fiscal do ICMS - Inibidos, que são encaminhados ao DW.
- Adaptação no sistema, de forma que o lançamento de PRO negativo possa ser efetuado no local exato (*flag* local), ainda que haja mais de um vencimento informado na referência, evitando erros e cobrança indevida de um débito que esteja parcelado por exemplo.
- Adaptação no sistema de forma que não seja apontada pendência de transporte de saldo credor incorreto em uma referência quando a referência anterior estiver inativa, ou suspensa.
- Atualização da CFAIIM em função das alterações trazidas pela Lei 17784/2023, em relação aos descontos e ao Programa "Resolve Já".

Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM

Entregas em 2023:

- Conta Fiscal do AIIM - CFAIIM - O parcelamento ficou mais ágil, pois permite-se no mesmo parcelamento débitos de naturezas distintas de ICMS.
- DDF - Disponibilizada a exportação do DDF em *excel* nas atualizações do AIIM.
- *Download / upload* de DDF em Excel (produção assistida) - Antes, em caso de decisão administrativa/judicial que determinava alteração de valores do AIIM, o fazendário tinha que alterar subitem por subitem no sistema, o que tornava o trabalho demorado para finalizar, principalmente em casos de AIIMs com muitos subitens a serem alterados. Agora, há a possibilidade de alterar os subitens em massa, por meio do upload do DDF em excel.
- Emissão de DARE com data futura (somente para DARE avulso) - Agora, é possível gerar DARE com data futura, limitada ao último dia útil do terceiro mês subsequente ao atual.

- Necessidade de efetuar alterações no sistema CFAIIM para atendimento à "Lei da Desistência". Alteração dos percentuais de desconto conforme a minuta de lei da nova legislação.
- Criado relatório para aparecer todos os AIIMs confessados que não sobem para o Processo Administrativo Tributário Eletrônico - ePAT. Este relatório tem a opção de excluir um AIIM, caso este tenha sido colocado manualmente no ePAT. Tal relatório é enviado, automaticamente, duas vezes ao dia para o ePAT. Uma vez recebido, a CFAIIM retira do auto a observação de que não subiu para o ePAT.
- Atualização da CFAIIM em função das alterações trazidas pela Lei 17784/2023, em relação aos descontos e ao Programa Resolve Já.

Sistema Integrado de Gestão de Créditos - SIGEC

- Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD: desenvolvido Script Automático, que monitora as contas retificadas por um determinado período, verifica aquelas em que houve pagamento na declaração retificada, estorna este pagamento e transfere para a declaração retificadora.
- Os AIIMs que apresentarem erro de comunicação com o ePAT passam a exibir mensagem de erro na própria tela do CFAIIM.

Sistemas *Mainframe*

- Ajuste no monitor de sincronismo - Sistema de cadastro no *Mainframe* - alterada regra que estava causando erros nos dados do DDHD. A alteração deverá diminuir ou até mesmo eliminar o erro 227 - CNPJ Cadastrado em outro Estabelecimento Ativo, na interface Cadesp x DDH.
- Foi incluído o campo SEI nas transações disponíveis no Sistema de Inibição DSEB, Sistema DPBF, Sistema DSEC e no Sistema de retificação e restituição (DPBH) da plataforma mocha.

- **Outras Entregas**
- Disponibilizada a consulta dos débitos de Fecoep EC/87 e Fecoep-ST Nacional no GDA.
- Inscrição em Dívida Ativa dos débitos de DIFAL de 07/2018 a 6/2019.
- Adaptação dos sistemas DAG, DHDD, DPB, DSI, DHDD e DFD para trabalhar com o campo CNPJ alfanumérico.
- Atualização do Portal e ETC de gestão - “Resolve Já” e Desistência/Renúncia.
- Adaptação do sistema GDA, para incluir mensagem de aviso quando o débito é desprezado para inscrição em dívida ativa.

Cobrança

- **Sistema de Pesquisa Geral de Débitos Tributários - PGDT**
- O sistema de cobrança agora ganha a integração com o Domicílio Eletrônico do Contribuinte - DEC, possibilitando o envio de DEC em lote para testar ações de cobrança. O envio do DEC é registrado no sistema de cobrança.

DEC na cobrança massificada: Integração DEC x PGDT - Integração possibilitando o envio de avisos de cobrança de forma automatizada aos contribuintes.

- **Gestão de Conhecimento**
- A gestão de conhecimento de cobrança ganha uma nova página, mais interativa e didática.
- Migração de painéis de cobrança do *Tableau* para o aplicativo Power BI.
- Teste de hipótese para verificar a eficácia do envio de mensagens por *WhatsApp* para cobrança de débitos de ICMS Declarado. Envio de mensagens por *WhatsApp* para os sócios deaproximadamente 9.000 empresas com débito de ICMS Declarado. Foi feita divisão aleatória: metade recebeu mensagem (grupo de tratamento) e a outra metade não recebeu (grupo de controle). Resultado não mostrou relevância para grupo de controle.

Contratação de ferramenta para envio de e-mail.

- Contrato assinado com a empresa AKNA em outubro de 2023. Quantidade de 18 milhões de envio de e-mails de cobrança a serem realizados no período de 15 meses a partir de outubro de 2023. Ferramenta será disponibilizada a todas as equipes da DICAR: IPVA, ITCMD e DIPAM.

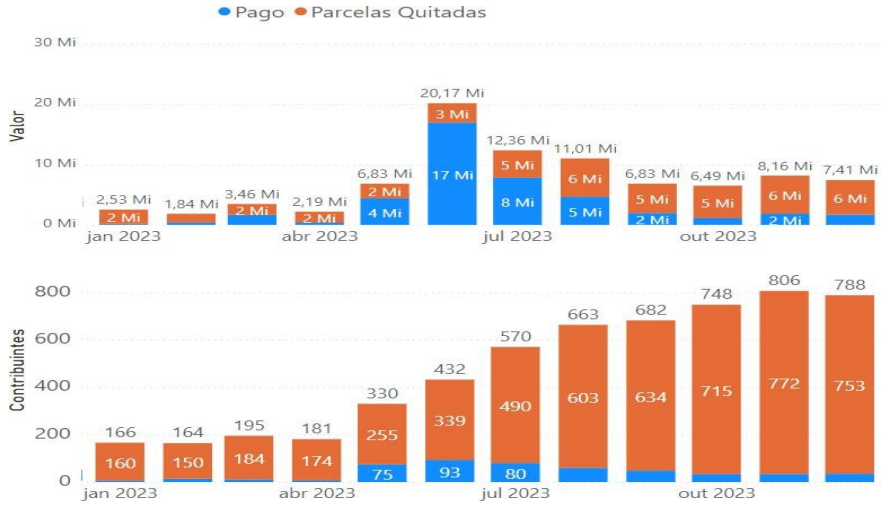
Nos Conformes

- A cobrança de contribuintes inadimplentes de ICMS no âmbito do programa “Nos Conformes” tem enorme potencial de recuperação de débitos tributários. Possibilidade de aumentar a quantidade desta modalidade de cobrança.
- Criado *dashboard* que apresenta de forma didática e visual resumida os resultados do trabalho já realizado.
- Atualizada a Cartilha ICMS – referente à cobrança de inadimplentes no âmbito do programa “Nos Conformes”.

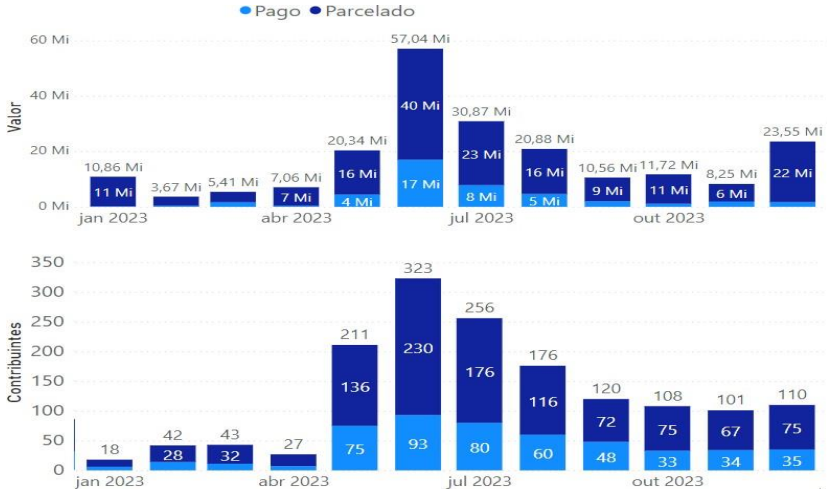
Resultados da Cobrança no âmbito do programa "Nos Conformes”:

Nos Conformes	
Recolhimento à vista	R$ 42.835.361,51
Recolhimento parcelado	R$ 48.470.452,41
Total	**R$ 91.305.813,92**
Pedido parcelamento	R$ 164.338.115,71

Valores Arrecadados:



Valores Recuperados



Cobrança Massificada

Testadas as novas regras para geração de lista padrão de cobrança. Ligações por faixa de débito, comportamento diário por faixa de débito e débitos cobrados por empresa.

Resultados da Cobrança Massificada:

Call Center	
Recolhimento à vista	R$ 259.118.124,34
Recolhimento parcelado	R$ 431.689.351,91
Total	**R$ 690.807.476,25**
Pedido parcelamento	R$ 800.338.028,80

Cobrança Qualificada (Executiva)

Nova página de gestão de conhecimento
As informações sobre cobrança qualificada estavam dispersas por diversos diretórios e *links* da Sefaz-SP. A nova página da intranet traz um espaço dinâmico para o compartilhamento de notícias, arquivos, *links* e boas práticas para facilitar a busca por informações entre os usuários.

Levantamento de jurimetria de Regimes Especiais
Necessidade de acompanhar os processos judiciais movidos pelo contribuinte contra ações da Supervisão Executiva de Cobrança, em especial, contra a imposição de Regimes Especiais de Ofício. Levantamento com compilação de dados como empresa, processo, comarca/vara, objeto, argumentos do impetrante, decisão judicial obtida em fase liminar, primeira e segunda instâncias.

Acompanhamento de Regimes Especiais
Criação de códigos específicos para distinguir os diferentes lançamentos a título de "outros créditos" na EFD, permitindo facilmente identificar qual o valor decorre exclusivamente da imposição do regime especial de recolhimento por operação.
Regime Especial para distribuidoras de combustível: A LC 192/2022 alterou o regime de tributação de combustíveis para o monofásico, não contemplado pelos modelos de regime especial já utilizados pela cobrança qualificada. Elaborado novo modelo de regime especial para ser aplicado a distribuidoras de combustíveis inadimplentes e/ou integrantes de grupo econômico que concorre para a inadimplência.

Painéis
Uma das ferramentas mais importantes para o trabalho realizado pela cobrança qualificada é a informação sobre empresas e setores. Criação de novos painéis:
Perfil dos contribuintes por setorial, para seleção e acompanhamento na implantação dos regimes especiais de ofício.

- Tipo de operação do débito declarado (GIA, GIA-ST, DeSTDA e demais).
- NF-e recebidos pelos contribuintes acompanhados: de SP e de todas as outras UFs.
- Documentos ficais emitidos pelos contribuintes acompanhados:
- NF-e Destinatários SP
- NF-e Destinatários Outras UFs
- NF-e Destinatários Pessoa Fisica
- SAT
- NFC-e
- CT-e Destinatários
- CT-e Festinatários Outras UFs

1º Encontro da Cobrança Qualificada em Araraquara
A supervisão de cobrança qualificada foi criada em 2022.
AFREs trabalham de forma totalmente desregionalizada. Encontro presencial como forma de oportunidade para integração e troca de experiências com os colegas da equipe.
Entre os assuntos do encontro, foram discutidos o balanço do primeiro ano, Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos - CIRA, desafios para o futuro, instrumentos coercitivos e ferramentas, reforma tributária.

Resultados Qualificada

Cobrança Qualificada	
Recolhimento à vista	R$ 735.403.787,20
Recolhimento parcelado	R$ 257.018.608,92
Total	**R$ 992.422.396,12**
Pedido parcelamento	R$ 1.031.003.441,16

Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos - CIRA

- Entrega do relatório "CIRA em Números".
- Publicação anual e trabalho coordenado entre as assessorias de imprensa das três instituições integrantes do CIRA - Sefaz-SP, MP-SP e PGE-SP. A cada ano a preparação do relatório cabe a uma instituição distinta. O relatório relativo aos resultados de 2022 - publicado em março de 2023 - coube à Sefaz-DICAR.

Aumento da notoriedade do CIRA e estímulo à adimplência voluntária decorrente do "temor reverencial" de eventual atuação do CIRA.

IPVA

PIX para pagamento de IPVA

Com o Sistema Pix IPVA é possível a seleção dos débitos de IPVA, geração do *QR Code* e pagamento via Pix em um dos participantes do Pix.

Novo portal do IPVA

O objetivo do novo portal é fornecer a informação mais clara, completa e amigável, diminuindo as dúvidas gerais dos contribuintes sobre IPVA.

Estruturado com conceitos de "*User experience*", para proporcionar uma navegação rápida e lógica, o novo portal conta com conteúdo revisado e atualizado, tudo isso escrito em linguagem simples, de fácil compreensão.

Para o IPVA, o novo portal traz aproximação com seus usuários. Para a Sefaz-SP, o novo portal pode representar um marco na mudança da forma de interação com o público externo.

Adaptação dos sistemas Conta Fiscal IPVA ao SEI.

Sistema de Gestão de IPVA - SGIPVA

Migração das telas do Mocha e automatização da inscrição em dívida ativa.

IPVA PCD

Lotes para deferimento e indeferimento.

Automação de rotinas internas.

Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD

Em 2023 foi criada a UGC - Unidade Centralizadora do ITCMD, que reuniu em uma única estrutura todos os trabalhos relacionados ao ITCMD. Isso proporcionou a implementação de filha única para atendimento de demandas dos contribuintes, bem como ganho de produtividade advindo de um comando único para o ITCMD.

Entregas do ITCMD do ano de 2023:

Melhorias no Sistema Declaratório do ITCMD

Que impactam o contribuinte:

- Nova funcionalidade "Retificar Alterando o Tipo de Declaração": Nos casos em que a declaração de *Causa Mortis* era feita na esfera judicial e depois havia a necessidade de declarar sobrepartilha na esfera extrajudicial, o contribuinte precisava fazer uma nova declaração, com todos os bens existentes na declaração original mais os bens sobrepartilhados, e depois entrar com pedido via SIPET para aproveitar os recolhimentos feitos na declaração anterior na nova declaração. Com a nova

funcionalidade, o contribuinte retifica a declaração judicial para extrajudicial, e o sistema aproveita automaticamente os recolhimentos feitos, deixando apenas o saldo de imposto a pagar referente aos bens sobrepartilhados.

- Nova funcionalidade “Consultar Declarações ITCMD de Doação por CPF”: Já existia no sistema a possibilidade de o contribuinte localizar as declarações Causa Mortis através do CPF do De Cujus. No caso das Doações, caso o contribuinte perdesse o número da declaração, não tinha como consultar pelo sistema, obrigando-o a se dirigir a um Posto Fiscal para conseguir a informação. A nova funcionalidade permite ao contribuinte pesquisar pelo CPF, localizando todas as declarações de doação em que este CPF aparece como doador ou donatário.
- Que impactam os Fazendários:
- Criação do Ambiente de Trabalho através do menu “Analisar Declaração / Inserir Declaração de Ofício”: Através deste menu, o AFRE pode analisar uma declaração de ITCMD, enxergando cada campo da forma como o contribuinte enxerga quando está preenchendo a declaração. Após analisar a declaração, o AFRE pode homologar a declaração, ou realizar uma retificação de ofício, podendo alterar qualquer informação da declaração, nitidamente os valores dos bens declarados (arbitramento). Após a retificação o AFRE pode incluir documentos na declaração (PDFs) e pode notificar o inventariante, herdeiros, procurador etc., tudo na mesma tela, agilizando seu trabalho.
- Nova funcionalidade “Retificar de Ofício Declaração não Confirmada”: Se o contribuinte iniciar uma declaração, ou uma retificação de uma declaração, e não a confirmar, o AFRE pode usar esta funcionalidade para retificar de ofício esta declaração, sendo possível acrescentar ou alterar informações e confirmar a declaração. Antes desta melhoria, o AFRE tinha que entrar em contato ou notificar o contribuinte para que ele terminasse o preenchimento e confirmasse a declaração.
- Criação de indicadores no Universo ITCMD do DW: Foram criados indicadores no DW para que seja possível ter uma métrica do trabalho realizado pelas unidades e pelos servidores da UGC-ITCMD no uso do sistema Declaratório. É possível extrair relatórios indicando a quantidade de Homologações, Notificações, Declarações de Ofício e Análises de declaração realizadas pelos AFREs.
- Notificação do sistema Declaratório integrada ao sistema e-Carta dos Correios: Com a integração com o sistema e-Carta, os servidores não precisam mais imprimir as notificações, colocar em envelopes, fazer relações de remessa e enviar para os Correios. A ferramenta e-Carta recebe os PDFs com as notificações e envia para os Correios. Lá, as notificações são impressas, envelopadas e saem para entrega. O resultado da entrega (Avisos de Recebimento) retorna pela ferramenta e-Carta também.

Melhorias no Sistema Conta Fiscal do ITCMD

Criação da ocorrência “Declaração Verificada”: Qualquer declaração confirmada no sistema ITCMD e que tivesse débito em aberto não permitia a emissão da Certidão Negativa de Débitos para os CPFs existentes na declaração. Muitas declarações, no entanto, são feitas apenas para teste, ou com erros por parte dos usuários. Em trabalho conjunto com a equipe do SIGEC, agora o AFRE pode, através da Conta Fiscal do ITCMD, criar uma ocorrência de “Débito Verificado”. A Certidão Negativa de Débitos não será emitida apenas quando existirem débitos de ITCMD que foram verificados por um AFRE e que tiverem esta ocorrência.

Avanço na infraestrutura de sistemas para utilização de valores levantados pela FIPE para utilização como parâmetros de malha fiscal

Houve avanço no desenvolvimento de infraestrutura no sistema declaratório do ITCMD para que ele passe a substituir os sistemas de protocolo, funcionando também como processo digital.

O sistema será alimentado com valores de parâmetros de malha fiscal para os diversos tipos de bens (imóveis, veículos, rebanho animal etc.). Tais valores serão informados aos contribuintes a título de sugestão para utilização como base e cálculo e indicando que a declaração a valores iguais ou superiores aos parâmetros terão a aceitação sumária e imediata do fisco (*fast track*). As demais passarão por procedimento ordinário de análise e, caso não haja concordância com os valores declarados, será aberto procedimento de arbitramento da base de cálculo.

Os valores de imóveis foram levantados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE e entregues no ano de 2023. Durante o ano de 2023 trabalhou-se na adequação dos sistemas para o novo fluxo de trabalho que tem previsão para ficar pronto até o fim do primeiro semestre de 2024.

Páginas na internet - Portal ITCMD - Vídeos Tutoriais

Uma série de vídeos tutoriais com assuntos relacionados ao IITCMD foi disponibilizada no portal da Sefaz-SP. A ação é coordenada pelo Centro de Educação Fiscal (CEF) da Escola de Governo do Estado de São Paulo (Egesp) em parceria com a Unidade Gestora Centralizada do ITCMD (***UGC***-

ITCMD). O objetivo é auxiliar todos os cidadãos que precisam entender o que é o imposto, quando ele é devido e o que é preciso fazer para estar em conformidade com as exigências do Fisco.
Integrante do programa "Gefe Explica", essa série de vídeos está disponível no canal da Egesp no Youtube. Já são mais de 70 vídeos teóricos e práticos, explicando cada conceito com detalhes e ensinando como declarar o ITCMD, como fazer protocolo ou solicitar parcelamentos online, além de dar orientações àqueles que, eventualmente, tenham recebido algum tipo de cobrança do imposto.

Operações de Fiscalização

Operação Vaisyas III: Operação com intuito de verificar a exatidão do lançamento efetuado (declarações de ITCMD doação) referente a transmissões não onerosas de títulos representativos do capital social de empresas, bem como verificar ocorrência de fatos geradores omitidos no planejamento sucessório. Foram selecionados 2.342 contribuintes para a fiscalização e teve foco na tentativa de que o contribuinte promovesse a autorregularização (emitida notificação de autorregularização ao contribuinte antes de emissão de Ordem de Serviço Fiscal). A Operação foi iniciada em novembro de 2022 e concluída em fevereiro de 2024. Durante o ano de 2023, quando ocorreu a maior parte dos trabalhos, 648 contribuintes optaram pela autorregularização, resultando em um montante de R$ 79.676.310,66 recolhidos ou parcelados. Outros 33 contribuintes não optaram pela autorregularização, resultando na lavratura de autos de infração no montante de R$ 15.958.732,53.

Operação Vaisyas IV: Operação com intuito de verificar a exatidão do lançamento efetuado (declarações de ITCMD doação) referente a transmissões não onerosas de títulos representativos do capital social de empresas, bem como verificar ocorrência de fatos geradores omitidos no planejamento sucessório. Foram selecionados 1.594 contribuintes para a fiscalização e teve foco na tentativa de que o contribuinte promovesse a autorregularização (emitida notificação de autorregularização ao contribuinte antes de emissão de Ordem de Serviço Fiscal). A Operação foi iniciada em setembro de 2023 e encontra-se, ainda, em andamento. Durante o ano de 2023, 88 contribuintes optaram pela autorregularização, resultando em um montante de R$ 7.257.242,55 recolhidos ou parcelados. Não houve lavratura de Autos de Infração referentes a esta operação no ano de 2023.

Operação Donatio XVIII: Operação que parte do cruzamento de dados do sistema declaratório do ITCMD com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, extraídos das Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física. A RFB informa os contribuintes que lançaram nas Declarações do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - DIRPFs o recebimento de doações ou heranças, mas não encontramos declarações de ITCMD nas bases de dados da Sefaz-SP. Num primeiro momento todos os possíveis alvos são acionados por meio de avisos, sem o início de um procedimento de verificação fiscal, alertando sobre a presença de inconsistências. Num segundo momento, são realizados novos filtros e um número de alvos são acionados para passarem por processo de verificação fiscal. Esta operação foi iniciada em novembro de 2022 e concluída em fevereiro de 2024. Foram acionados 25.427 contribuintes para recebimento de avisos e 6.061 para passarem por verificação fiscal. Durante o ano de 2023 1.524 contribuintes optaram por autorregularização (após aviso ou notificação de autorregularização), resultando em um montante de R$ 24.280.416,92 crédito tributário pago ou parcelado. Foram, ainda, lavrados 328 autos de infração, somando um total de R$ 26.648.101,02 de crédito tributário lançado.

Operação Donatio XIX: Operação que parte do cruzamento de dados do sistema declaratório do ITCMD com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, extraídos das Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física. A RFB informa os contribuintes que lançaram nas DIRPF o recebimento de doações ou heranças, mas não encontramos declarações de ITCMD em nossas bases de dados. Num primeiro momento todos os possíveis alvos são acionados por meio de avisos, sem o início de um procedimento de verificação fiscal, alertando sobre a presença de inconsistências. Num segundo momento, são realizados novos filtros e um número de alvos são acionados para passarem por processo de verificação fiscal. Esta operação foi iniciada em junho de 2023 e ainda encontra-se em andamento. Foram acionados 21.505 contribuintes para recebimento de avisos e 10.258 para passarem por verificação fiscal. Durante o ano de 2023 2.072 contribuintes optaram por autorregularização (após aviso ou notificação de autorregularização), resultando em um montante de R$ 27.433.566,75 de crédito tributário pago ou parcelado. Não foram lavrados autos de infração nessa operação no ano de 2023.

Operação Cruzamento: Operação realizada a partir de cruzamento de dados de comunicações de venda de veículos com dados da Receita Federal do Brasil, referentes à renda declarada do adquirente

de veículo. É utilizado um algoritmo para identificação de mesmo sobrenome (já descartando sobrenomes comuns) e mesmo endereço entre transmitente e adquirente (indício de parentesco) e verificado junto à RFB se o adquirente possui renda declarada para adquirir o veículo de forma onerosa. Após, verifica-se se há declaração de ITCMD doação para a transmissão. Na operação, iniciada em maio de 2023 e ainda em andamento, foram acionados 3.015 contribuintes. Destes, 897 optaram pela autorregularização, totalizando R$ 5.730.632,00 de crédito tributário pago ou parcelado. Não foram lavrados Autos de Infração referentes a esta operação no ano de 2023.

Outras iniciativas no ITCMD:

- Foram realizados cursos através da Egesp sobre o ITCMD, para os fazendários que trabalham na UGC-ITCMD. Foram realizados os cursos de "Tópicos de Direito Civil", "Legislação Aplicada ao ITCMD" e "Sistemas ITCMD", trazendo conhecimento importante para o trabalho dos servidores da UGC-ITCMD.
- Foi realizada em 20/04/2023 uma Live sobre as Alterações na Portaria CAT 15/03 e no sistema declaratório de ITCMD. Fazendários e público externo puderam ser apresentados às mudanças do sistema declaratório. Apresentação ao vivo do passo a passo de como preencher a declaração do ITCMD no sistema após as últimas alterações.

Fiscalização

Revisão dos controles do ICMS na Importação - Portal Único de COMEX (PUCOMEX)

O projeto, no âmbito federal, tem o objetivo de criar um portal único com informações referentes ao comércio exterior (PUCOMEX), visando também melhorar a integração entre as operações de importação no âmbito federal e os sistemas de controle e de pagamentos dos demais órgãos. Assim, se fazem necessárias adaptações e atualizações no sistema de controle de importações da Sefaz-SP no que tange ao recolhimento e tratamento tributário do ICMS devido na importação para promover a automação e integração no cálculo/ exoneração do ICMS nas operações de importação junto às demandas do PUCOMEX, tal como recebimento dos dados e novas regras da nova declaração de importação- DUIMP. Além disso, no âmbito do projeto na Sefaz-SP, há a necessidade de correção de erros/ bugs do sistema, principalmente os provenientes da nova mensageria de recebimento das DIs, e melhorias de controles e informações do sistema.

Em 2023 foram efetuados aprimoramentos nas tarefas, nas funcionalidades do PUCOMEX e no sistema de controle de importações da Sefaz-SP, dentre os quais se destacam:

- Levantamento dos erros e necessidades de adequações no tratamento de DAREs dentro do sistema de controle de importação e sua comunicação com o ambiente de pagamento.
- Aprimoramento no recolhimento do ICMS devido através do ambiente de pagamentos (criação dos códigos de serviços 12007 e 12008) e nos controles de fiscalização para acompanhamento dos recolhimentos das remessas expressas das empresas de courier- Declaração de Importação de Remessa (DIR) e do recolhimento em lote provisoriamente das remessas postais pelos Correios.
- Início do Desenvolvimento de API para troca de informações de arrecadação com *Couriers* e Correios.
- Correções nas regras da nova mensageria da DI para se tornar mais ágil e eficiente.
- Adequações no sistema para aprimorar regras de concessão de Visto Eletrônico e também para validação das situações (pagamento e exoneração) para liberação de mercadorias (em homologação).
- Estabilização das principais filas de mensageria pós migração MQSeries (DI e Desembaraço) (implantado).
- Migração da GNRE para a DARE/GNRE, incluindo diversas correções em todo o sistema, sobretudo no mecanismo de batimento dos valores devidos e pagos com o uso de DARE (em homologação).
- Requisitos para adequações para o ICMS em Regime Monofásico (em desenvolvimento).
- Requisitos para acertos na integração com o Sistema de Regimes Especiais.
- Requisitos preliminares para futura migração para DUIMP.

Posto Fiscal Eletrônico - PFe

O Posto Fiscal Eletrônico, PFe, é um portal de serviços da Sefaz-SP que simplifica o atendimento a diversos usuários. O sistema permite que o usuário realize diversas atividades, tais como consultar e enviar a Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA), consultar a Conta Fiscal do ICMS Declarado, consultar e enviar declarações do Simples Nacional etc.

Em 2023, o desenvolvimento mais relevante foi a implementação do acesso por meio do certificado digital e-CNPJ para usuários de perfil Contribuinte.

Gestão do Selo Fiscal de Controle e Procedência
Sistema da Sefaz-SP que centraliza a comunicação com os sistemas das empresas responsáveis pela impressão de selos fiscais nos recipientes de água retornáveis de volume igual ou superior a 4 litros comercializados no estado de São Paulo, com a finalidade de garantia de controle e procedência. O sistema foi disponibilizado em 2021, com duas gráficas credenciadas para a impressão dos selos fiscais, mediante credenciamento das empresas envasadoras em regularidade com os órgãos de autorização de exploração do recurso e de licenciamento ambiental.

Em 2023, o sistema entrou em regime de trabalhos majoritariamente de sustentação, mantendo-se estável.

Atualização dos sistemas dos Documentos Fiscais Eletrônicos (DF-es) conforme Notas Técnicas
Diante da constante publicação de notas técnicas para atualização das especificações dos documentos fiscais eletrônicos, os sistemas que realizam a gestão desses documentos precisam ser constantemente atualizados para adequação.

NF-e e NFC-e:

Nota Técnica 2016.003: Divulga novas tabelas de Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e unidade tributária de Comércio Exterior vigentes a partir de 01/04/2023 e 01/11/2023.
Nota Técnica 2021.003: Amplia o grupo de NCM (grupo de Mercadorias) que verificam a existência do GTIN no CCG - Cadastro Centralizado de GTIN, agora para mercadorias relacionadas com a indústria de Bebidas e Refrigerantes, Cimentos e Perfumarias, Higiene Pessoal e Cosméticos. O objetivo dessa NT é especificar como os sistemas autorizadores da NF-e devem validar as informações descritas nos campos cEAN e cEANTrib junto ao Cadastro Centralizado de GTIN (CCG), devendo as notas serem rejeitadas em caso de não conformidade com as informações contidas no CCG, nos termos do Ajuste SINIEF 07/05 e o Ajuste SINIEF 19/16, que obrigam o preenchimento destes campos na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e na Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) quando o produto comercializado possuir código de barras com GTIN.
Nota Técnica 2023.001: Divulga novos campos e alterações de regras existentes abrangendo a nova forma de tributação monofásica sobre combustíveis. Essa Nota Técnica tem o objetivo de atender o disposto no Convênio ICMS nº 199, de 22 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar nº 192/2022, e ao disposto no Ajuste SINIEF Nº 01/2023 em relação aos novos Códigos de Situação Tributária do ICMS.
Nota Técnica 2022.005: Esta Nota Técnica reativa a Regra de Validação NA01-20, que obriga a informação do grupo do ICMS devido para a UF de destino (grupo “ICMSUFDest”), que havia sido suspensa no início de 2022, conforme comunicado no Portal Nacional na época. A Regra de Validação é reativada, independentemente de outras discussões sobre a cobrança do diferencial de alíquota - DIFAL.
Nota Técnica 2022.003: Divulga novos campos e Regras de Validação da NF-e versão 4.0.
Nota Técnica 2023.002: Eliminação de envio por lote com mais de 1 NFC-e e elimina a denegação por irregularidade fiscal do emitente na NFC-e.
MDF-e - Nota Técnica 2023.001: Permitir encerramento e consulta de MDF-es não encerrados independente da situação do emitente.
Conhecimento de Transporte eletrônico – CT-e:
Nota Técnica 2023.001: Altera regras de validação do CT-e da versão 3.00 para adequar a autorização com a legislação.
Nota Técnica 2023.002: disponibiliza novos eventos de Insucesso da Entrega e seu cancelamento conforme disposto no Ajuste SINIEF 50/2022 de 09 de dezembro de 2022.
CT-e: Manual de Orientação do Contribuinte (MOC) - versão 4.00
Implantada em 30/06/2023, a nova versão do CT-e contempla as seguintes melhorias e atualizações: consolidação da Notas Técnicas do MOC 3.00b, eliminação do SOAP header dos webservices, eliminação da Denegação e do CT-e de Anulação, eliminação do serviço de autorização assíncrono, ampliação do número sequencial dos eventos, eliminação do serviço de inutilização, além de diversas mudanças pontuais.

Este Manual tem por objetivo a definição das especificações e critérios técnicos necessários para a integração entre os Portais das Secretarias de Fazendas das Unidades Federadas, Receita Federal do Brasil - RFB, Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA e os sistemas das empresas emissoras do Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e / CT-eOS e da Guia de Transporte de Valores Eletrônica - GTV-e.

Atendimento de chamados de 2º e 3º níveis de Declarações ICMS
Durante 2023, foram atendimento mais de 4.400 chamados relativos às declarações ICMS.

Atualizações de segurança e legais nos sistemas de obrigações acessórias do ICMS
Durante o ano de 2023, foram realizadas diversas atualizações de segurança e legais nos sistemas de Declarações ICMS e de Documentos Digitais, cabendo destacar os seguintes itens:
Continuação da atualização para uso da solução de autenticação *Sefaz Identity* v003.
Migração de servidores de aplicação e de banco de dados.
Outras atividades desenvolvidas na gestão de obrigações acessórias ICMS
Além das atividades para sustentação e manutenções evolutivas dos ambientes informatizados de documentos fiscais e declarações, se destacam:

- Atendimento aos contribuintes, com 8000 mensagens de Fale Conosco respondidas, sendo mais de 3.000 delas em 3º nível (com a ajuda dos assistentes fiscais), já descontadas as mensagens relatadas no item 3.3.5.
- Participação nas 3 reuniões nacionais do ENCAT, representando SP nas reuniões técnicas, e dando apoio ao Coordenador no 72º ENCAT (Espírito Santo), 73º (Amazonas) e 74º em São Paulo.
- Participação no *Workshop* sobre reforma tributária no RS, em junho/2023.
- Participação nas reuniões quinzenais do Grupo XML do ENCAT, via teleconferência, e nas reuniões presenciais dos grupos de trabalho dos documentos de varejo e de transportes, ocorridas em SP.
- Participação nas reuniões do GT-06 da COTEPE, junto com a equipe COTEPE da Coordenadoria de Consultoria Tributária e Contencioso Administrativo Tributário - CCON.
- Simplificação: Participação em diversas reuniões com entidades de contribuintes, tais como AFRAC, SESCON e ABERC, tratando da evolução da legislação e dos sistemas associados.
- Simplificação: alterações nas normas de varejo e sistemas associados, culminando com a publicação das Portarias P-SRE 33, 34 e 35/23.
- Simplificação: diversas alterações normativas e de sistemas para efetivar o fim do ECF.
- Simplificação: Início da dispensa da GIA, com publicação do Decreto 67.568/23 e Portaria SRE 20/23. Palestras efetuadas no SESCON, e 2 lives publicadas no canal de Egesp no *Youtube*.

Carregamento Arquivos do Simples (PGDAS-D)
Com a criação, pela Receita Federal, de um sistema de malha para declarações Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional Declaratório - PGDAS-D, a declaração retificadora, que até então era considerada sempre válida, passou a poder ser considerada inválida. No ano de 2023 foi dado prosseguimento à elaboração de solução de tratamento de dados de malha PGDAS-D, a fim de permitir identificar se a declaração retificadora é válida e qual a declaração válida mais recente de um contribuinte/referência para consumo pelos sistemas integradores.
Ademais, foram implantadas solução de verificação de erros e geração de alertas no processamento de arquivos PGDAS-D e relatórios de monitoração da ferramenta *Power BI*, com os objetivos de

- Simplificar o acompanhamento da carga de arquivos.
- Agilizar o tratamento de erros no processamento.
- Identificar quais arquivos foram processados com sucesso, cujas declarações neles contidas já podem receber tratamento de dados de malha.

Declaração de Informações de Meios de Pagamento (DIMP)

- O projeto tem por objetivo disponibilizar de forma estruturada o conjunto de registros de transações recebidas através da Declaração de Informações de Meios de Pagamento (DIMP) nos termos do Convênio ICMS CV 134/16.
- Em 2022 foi iniciada a carga em produção do sistema DIMP, começando-se pelos dados de 2020. Ao final de 2022 foram carregados os arquivos até a referência julho/2020.
- Em 2023 foram carregados dados do primeiro semestre de 2021.
- Ao longo do ano de 2023 houve otimizações no código, com revisões periódicas. Também foram implementadas mudanças na infraestrutura visando melhorar o desempenho da aplicação, dentre elas podemos citar a adoção de um servidor dedicado e a utilização total de SSD na leitura e escrita. A

aplicação também passou a suportar o consumo dos arquivos para envio ao DW no layout 7 (restando pendente somente o layout 9).

- O grande volume de informações existente nas declarações, cada vez maiores e com mais declarantes, continua sendo um risco operacional. Os prospectos sugerem que se não for feito nada, ocorrerá uma situação na qual as entradas serão maiores que os processamentos, ou seja, o processamento dos arquivos demorará mais que o tempo do que a recepção do novo conjunto de arquivos. Diante de tal fato, torna-se imprescindível a busca por novas melhorias com a finalidade de viabilizar a estabilização e longevidade da carga da DIMP diante da sua complexidade. Diante de tais fatos, serão iniciados no início de 2024 os testes com uma nova versão em ambiente de homologação que pode reduzir consideravelmente o risco de efeito "bola de neve" iminente.

Declaração do Valor de Aquisição da Energia Elétrica em Ambientes de Contratação Livre - DEVEC

Com as inovações trazidas pelo Decreto 66.373/21 à legislação que rege as operações com energia elétrica, alterando os artigos 425 e seguintes do RICMS, e pela Portaria SRE 14/22, a DEVEC (Declaração do Valor de Aquisição da Energia Elétrica em Ambientes de Contratação Livre) foi colocada em desuso, para consumidores livres, a partir de 01/04/22 (ocorrência de fatos geradores). Durante todo o ano de 2023 o sistema DEVEC tem sido usado como ferramenta auxiliar na análise de pedidos de denúncia espontânea protocolados pelos consumidores, relativos a retificação ou omissão de declarações específicas.

ECF - Emissor de Cupom Fiscal

- O ECF trata-se de um equipamento automatizado que emite cupons e outros documentos fiscais, registrando os dados relativos à quantidade, descrição e valor das mercadorias ou serviços prestados, acumulando-se em totalizadores e contadores específicos, gerando relatórios consolidados e calculando o imposto devido na comercialização de cada produto. Os diferentes usuários (fazendário, contribuinte, contabilista, desenvolvedor ECF) acessam via Posto Fiscal Eletrônico - PFE a aplicação ECF.

O sistema permite alterar dados de equipamentos ECF (intervenções técnicas de lacração inicial, manutenção e cessação de uso) e consultar dados de equipamentos ECF.

- O uso do ECF está vedado, tendo sido substituído pelo CF-e-SAT nos termos da Portaria CAT 147/2012.
- Durante o ano de 2023, os equipamentos que constavam como ativos tiveram seu uso cessado de ofício, conforme Comunicado SRE 10/2023, estando os contribuintes obrigados a conservar pelo prazo previsto no art. 202. do RICMS a última Leitura X e Redução Z e a Memória Fiscal de cada equipamento ECF.
- Com a cessação de ofício, o sistema passou a ser acessado no PFE apenas para o perfil fazendário. Todos os serviços do SIPET relativos ao ECF foram desativados.
- Foi revisada toda a legislação, tendo sido proposta e acatada a revogação de dispositivos sobre o ECF e REDF correspondente.

DIFAL Sem IE - Diferença entre as alíquotas interna do Estado de São Paulo e interestadual

O projeto tem como objetivo criar a ferramenta paulista, com fulcro no Convênio ICMS nº 235, de 27 de dezembro de 2021 e na Lei Complementar nº 190 de 2022, que permita a apuração centralizada do imposto correspondente à diferença entre as alíquotas interna da unidade federada de destino e interestadual da operação ou prestação pelo contribuinte, quando o destinatário for paulista não contribuinte.

Em 2022, São Paulo foi a primeira UF a disponibilizar o sistema para os contribuintes. Nele são apresentados os totais devidos para o Estado de São Paulo, por competência, com base nos dados das Notas Fiscais Eletrônicas oriundas de outras Unidades Federadas - que serve de fonte para a criação das declarações mensais.

Em 2023 houve a necessidade de revisão do código para se adequar às normas e boas práticas de TI, além de atualizações nas demais interfaces com outros sistemas fazendários e correções de *bugs*. Encontram-se revisados e em ambiente de homologação os módulos:

- Módulo para o tratamento de forma automatizada do legado, ou seja, para gestão de operações e débitos que estão relacionados ao DIFAL da EC87, mas ocorridos anterior ao novo marco legal vigente a partir de 2022.
- Inclusão de protocolo de pedido de retificação, por parte do contribuinte, para as declarações geradas de ofício pelo fisco paulista.

- Módulo administrador para configurar a recepção de novas retificações de contribuintes.
- Integração do sistema internamente com o CADESP para obtenção de dados e cadastro de contribuintes de outras unidades da federação.
- Integração do sistema internamente com a Conta Fiscal do ICMS para a gestão do débito, agora com características voltadas para contribuintes oriundos de outras unidades da federação.
- Módulo de acompanhamento do envio e consumo de dados para a Conta Fiscal do ICMS a partir da aplicação.
- Novo formato de extração de dados a partir da NF-e, com regras atualizadas de acordo com as necessidades de negócio e feedback de contribuintes.
- Módulo para a gestão de diretórios a partir de parametrizações no banco de dados da aplicação.

Eliminação da GIA - Guia de Informação e Apuração do ICMS
O projeto visa à dispensa da GIA, trazendo benefícios tanto ao contribuinte quanto à fiscalização por eliminar inconsistências de informações provenientes de redundâncias, evitando retrabalhos e alarmes falsos advindos dos cruzamentos de dados, usando apenas as informações da escrita fiscal digital, EFD do ICMS/IPI.
Foram feitos ajustes no sistema de modo a permitir a dispensa progressiva da entrega da GIA. A partir de abril de 2023, mensalmente, os contribuintes que atendem aos requisitos estabelecidos na Portaria

SRE 20 de 2023 são dispensados da entrega da GIA. Contamos com mais de 118.000 empresas que passaram a entregar somente a EFD desde então.

Desenvolvimento e Implantação do Sistema Credenciamento NFe Voluntário
O sistema é uma nova modalidade de Credenciamento NFe voluntário, facilitando o fluxo para novos contribuintes emitirem notas fiscais.

Pós-Validador da Escrituração Fiscal Digital - EFD
O sistema Pós-Validador da EFD tem o objetivo de prover informações sobre a aderência entre a EFD, GIA e os documentos fiscais emitidos pelo contribuinte, fornecendo informações, também, para realização da classificação no âmbito do programa “Nos Conformes’.
Durante o ano de 2023, foram incluídas funcionalidades para tratamento de exceções (validações específicas por CNPJ, CNAE, CST) e adaptação do sistema para contribuintes de algumas setoriais (Minerais não metálicos) que estão recebendo avisos enviados pelo “*Compliance*” e acessando o sistema para consultar as divergências.

Sistema Autenticador e Transmissor de Cupons Fiscais Eletrônicos (SAT)
O equipamento SAT documenta, de forma eletrônica, as operações comerciais dos contribuintes varejistas do Estado de São Paulo, ou seja, gera e autêntica os CF-e-SAT (Cupons Fiscais Eletrônicos) transmitindo-os automática e periodicamente, via internet, à Secretaria da Fazenda.
De forma a tornar mais célere o processo de aprovação do cadastro das empresas desenvolvedoras do aplicativo comercial foi implementada a funcionalidade de aprovação automática nos moldes da Portaria SRE Nº 33/2023.
Adequação do leiaute do Cupom Fiscal Eletrônico - SAT incluindo o CST 61 - Tributação monofásica sobre combustíveis cobrada anteriormente conforme previsto no Ato COTEPE/ICMS Nº 46/2023.
Como forma de melhorar a performance do sistema foi implementada a técnica de particionamento de algumas tabelas com grande volume de dados, além da atualização do Banco de Dados para a versão mais recente.

SCANC - Carga DW
Esta iniciativa tem por objetivo criar um processo automatizado de extração, transformação e carga das informações econômico-fiscais geradas pelos contribuintes do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (SCANC) em ambiente analítico (DW), o que vai permitir novos cruzamentos de informações, melhor análise de operações e auditorias.
No ano de 2023, concluiu-se a os requisitos da primeira etapa do projeto e iniciou-se o desenvolvimento com recursos do PROFISCO, criando-se a infraestrutura necessária para os ambientes de desenvolvimento e homologação, a estrutura de pastas para o processamento e o banco de dados da aplicação. Foram desenvolvidas telas de consulta do processamento detalhada e resumida e implementado o controle de acesso. Foram realizados ajustes no extrator de dados do sistema AUD e

a realização de testes unitários e integrados no ambiente de homologação (AUD/SCAND/DW) para validação de todo o fluxo de informações.
Foi concluída a primeira etapa do projeto, com a disponibilização do universo SCANC com os anexos/arquivos definidos para essa primeira etapa, ou seja: header, anexos A1 até A12 e tabelas de apoio (VMED, MVA2, MVA3, PAEC, PMPF, Prazos, PRSEF, PBX, Redução BC, Alíquota), totalizando-se 67 arquivos disponibilizados.

Sistema de Crédito Acumulado (e-CredAc)
Em 2023 foram realizadas melhorias nas funcionalidades existentes, visando otimizar o processo de apropriação de crédito acumulado de ICMS bem como aumentar a segurança do sistema. Assim, foram instaladas as seguintes alterações:
Pedido de apropriação em lote: Alteração da funcionalidade do sistema para permitir o tratamento de pedidos de apropriação em lote ou individualmente.
Pedido de transferência: Reformulação do sistema no tratamento dos pedidos de transferência diminuindo a carga de trabalho que era feita manualmente pelos AFREs.
Autorizar NCM: funcionalidade que permite cadastrar, consultar e alterar os dados de NCM(s) dos contribuintes no sistema para que sejam utilizados no processo de pré-deferimento dos pedidos de transferência.
Reformulação extrato C/C: reformulação da tela de extrato da conta corrente, trazendo informações sobre as contas auxiliares caso tenham saldo.
Cancelamento de Renúncia: Possibilidade do contribuinte cancelar a renúncia ao processo simplificado.
***Deploy* Automatizado:** Inclusão do processo de *deploy* automatizado no projeto diminuindo o trabalho manual de liberação de novas atualizações.
Melhorias pós validador: Alterações no pós-validador visando a diminuição de travamentos no processamento de arquivos.
Melhorias no Banco de dados e *Stored Procedures*: Análise criteriosa dos processos rodando em banco de dados e início do processo de refatoração das *Stored Procedures* identificadas como gargalos no processamento de arquivos pelo pós validador.
Reconhecimento de Interdependências: Nova funcionalidade para reconhecer reconhecimento de empresas interdependentes.

AIIM-MT - Novo sistema de lavratura de Autos de Infração
Sistema de lavratura de autos de infração online e integrado com diversos outros sistemas (CFAIIM, CADESP, Ergon, PGSF e ePAT), que permite o aumento da eficiência, controle e qualidade dos autos lavrados e da base de dados do AIIM por meio de um melhor aproveitamento dos recursos humanos e tecnológicos da Sefaz-SP.
Em 2023, foi finalizada a implantação em todas as DRTs permanecendo a necessidade de ajustes nas integrações, correções de bugs e melhorias. Foram realizados os ajustes no sistema para incorporar as medidas do projeto de Lei n°1246/2023 (Resolve Já) e alterações para permitir a lavratura de AIIM pelas equipes de Compliance.
Foram executados ajustes pontuais nas integrações com o ePAT, PGSF e CFAIIM que permitiram a implantação do sistema em todas as DRTs, além da criação das novas Unidades: DTE-I - Fiscalização Especial, UGC-ITCMD e Compliance.
Também foi entregue em produção o módulo de lavratura de AIIMs manuais de ICMS, IPVA e ITCMD.
Adicionalmente, destacam-se as seguintes melhorias no sistema:

- Inclusão de capitulação legal para o Responsável Tributário.
- Upload (arquivo csv) de dados de faturamento do autuado.
- Criação de perfil de “Consulta”.
- Desenvolvimento da Tela de Administrador, com as seguintes funcionalidades:
- Alterar número de OSF;
- Incluir avisos em tela específica.
- Lavratura de AIIM contra autuado residente no exterior.
- Adequação do AIIM-MT ao Resolve Já (descontos dos Quadros 2 e 3 e sugestões de DIJ, DAVB).

Sistema de Planejamento e Gestão de Serviços Fiscais (PGSF)
O PGSF é o sistema que permite toda a gestão dos trabalhos de fiscalização tributária. O sistema permite a elaboração de Ordens de Serviço Fiscal - OSF’s e relato de resultados das atividades de fiscalização. Além do funcionamento do atual sistema, está sendo desenvolvida uma nova versão onde

sejam consideradas as regras de funcionamento das áreas de compliance e um novo modelo de fiscalização.
Em 2023, foi colocada em produção o PGSF com a sua plataforma tecnológica atualizada - *WebSphere* para plataforma mais moderna (JBOSS-*Red Hat*), além de terem sido realizados vários ajustes que permitissem a emissão de OSF's para as recém criadas equipes do projeto de *compliance* setorial.
Foram realizadas evoluções tecnológicas visando melhorias estruturais e de segurança no sistema, além de alterações funcionais:

- Melhoria na Consulta Pública de OSF.
- Criação da Supervisão de Compliance.
- Integração com o novo AIIM-MT.
- Migração para o Sefaz *Identity* v003.
- Migração da plataforma WebSphere para plataforma mais moderna (JBOSS-*Red Hat*).

PGSF Produtividade

O PGSF Produtividade é um sistema que permite que os AFREs em atividade de fiscalização direta de tributos relatem suas atividades mensais, citando os autos que foram lavrados naquele mês, as ordens de serviço fiscal que foram endereçadas no período, além de atividades como coordenação de equipes, cursos/treinamentos, reuniões de equipe etc.

- Em 2023, foram realizadas melhorias pontuais no sistema e atualizações, tais como:
- Integração com o novo AIIM-MT.
- Criação de um código genérico para lançamento de ponto facultativo.
- Criação de código para afastamento por Suspensão.
- Atualização da configuração do ambiente de homologação.

Sistema Informatizado de Promoção dos AFREs (SIPRO)
O SIPRO é o sistema que permite à Sefaz-SP efetuar a promoção anual por merecimento dos Auditores Fiscais da Receita Estadual, possibilitando a consulta e acompanhamento da pontuação aferida pelo usuário no período de avaliação.
Em 2023 foi finalizado o concurso de Promoção 2020, regido pelas regras impostas pela Resolução SFP 78/2019 e alterações, distintas do regramento aplicado até então. Isso exigiu alterações profundas no sistema. Ainda em 2023, com o objetivo de reduzir o atraso atual no cronograma dos concursos de promoção, está sendo realizado o concurso de Promoção 2021.

Sistema e-Ressarcimento

- Com a entrada em vigor da Portaria CAT 42/2018, que estabelece, a partir de 01/05/2018, nova disciplina para o ressarcimento e o complemento de imposto retido por sujeição passiva por substituição ou de pagamento antecipado, todo novo ressarcimento, inclusive o realizado na modalidade Compensação Escritural ou ainda, e para que seja determinado o seu exato valor, também o ressarcimento decorrente de eventual ação judicial, deverá ser apurado de acordo com a nova sistemática, e passa a depender de código eletrônico gerado pelo Sistema e-Ressarcimento (visto eletrônico), que comprove que o arquivo de dados, exigido pela Portaria, foi transmitido, validado e acolhido, para poder ser lançado a crédito em GIA, tanto pelo contribuinte substituído como pelo substituto que dele recebe o crédito em transferência.
- A primeira fase do programa e-Ressarcimento foi entregue e encontra-se em funcionamento.
- O contribuinte tem à sua disposição um aplicativo pré-validador do arquivo de dados, gerado e pré-validado, o arquivo é transmitido pelo aplicativo TED. Com a TED, o contribuinte tem o recibo de transmissão.
- Ainda na primeira fase, foi colocado no ar o pós-validador, que faz verificações digitais e auditorias automatizadas com fundamento nas informações contidas nos bancos de dados da Secretaria da Fazenda nos arquivos recebidos por TED, já anteriormente pré-validados.
- Após a pós validação, o arquivo acolhido recebe um código de visto eletrônico (*hashcode*), enviado ao DEC (Domicílio eletrônico do contribuinte).
- A validação como um todo (pré-validação e pós validação) traz segurança jurídica, estabilidade de informações, eficiência ao ambiente de negócios bem como atende aos princípios gerais da Administração Pública.
- O projeto do e-Ressarcimento como um todo, incluindo o programa e a redação e publicação da Portaria Cat 42/2018) está em andamento como integrante do programa "Nos Conformes".

- Neste sentido, cabe destacar que a primeira fase e a escrita da Portaria CAT 42/2018 conta com a participação de entidades representantes dos setores envolvidos, como o Instituto para Desenvolvimento do Varejo IDV. Há também uma grande preocupação com a orientação e publicidade do projeto, sendo que a própria supervisão esteve em várias palestras no IDV, na Fecomercio/SP, na AmCham, na Câmara de Comércio do Japão, na FIESP e tantas outras entidades.
- A segunda fase do programa e do projeto e-Ressarcimento consiste em uma conta corrente de controle do ressarcimento, em linhas gerais, nos moldes de uma conta corrente bancária.
- Esta segunda e última fase encontra-se em desenvolvimento com previsão de implantação no primeiro trimestre de 2024.
- Importante destacar que o projeto do e-Ressarcimento está sendo desenvolvido pela própria Supervisão de Ressarcimento de ICMS-ST da DIFIS, com a colaboração e orientação da área de tecnologia da Sefaz-SP (Departamento de Tecnologia da Informação - DTI).

Estudos Inteligência de dados - aplicação de técnicas de Aprendizado de Máquina (*Machine Learning*):
Aplicação de *Machine Learning* na identificação de empresas geradoras de crédito indevido: Foram identificadas e bloqueadas 161 empresas fraudadoras. Tais empresas apresentaram um movimento de R$ 2.1 bilhões na venda de mercadorias e aproximadamente R$ 190 milhões de ICMS irregular.
Combate a empresas de fachada através da aplicação de técnicas de Aprendizado de Máquina: Trabalho conjunto da AFMI/Planejamento Estratégico e Assistência de Dados da Diretoria de Fiscalização - DIFIS. O projeto visa melhorar o ambiente fiscal do estado de São Paulo direcionando a ação fiscal contra empresas cuja função é fraudar ao fisco e a sociedade. O mecanismo fará a avalição contínua de todas as empresas do Regime Periódico de Apuração. O Projeto piloto teve início em novembro de 2022. Em 2023 o modelo foi capaz de identificar 161 empresas fraudadoras que foram bloqueadas ou auditadas. Tais empresas apresentaram um movimento de R$ 2.1 bilhões na venda de mercadorias e aproximadamente R$ 190 milhões de ICMS irregular.

Modelo de Risco de Crédito Tributário: Projeto da Coordenadoria de Fiscalização, Cobrança, Arrecadação, Inteligência de Dados e Atendimento - CFIS com o objetivo da medir o risco de crédito tributário das empresas através de técnicas de *Machine Learning*. As empresas terão medidas de risco para as várias categorias de interesse do Fisco: Risco de Inadimplência, Risco de Elisão/Evasão e Risco de Descumprimento de Obrigações Acessória. Tais medidas de risco serão calculadas em todas as etapas de sua operação, passando pela inscrição, operação e pagamento.

Detecção de adulteração na qualidade de combustíveis através de técnicas de Aprendizado de Máquina: Trabalho conjunto da Supervisão de Combustíveis e Assistência de Dados da DIFIS. O projeto tem por objetivo aprimorar a abordagem utilizada no programa de Olho Na Bomba tornando mais precisa na identificação dos alvos para direcionamento da fiscalização. Cerca de 8 mil postos serão continuamente avaliados e postos com potenciais problemas poderão receber ações fiscais bem como passarem por avaliação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mediante possível convênio.

Ferramenta de análise prévia de novos contribuintes: Possibilita uma classificação do perfil do contribuinte e detecção de possíveis “noteiras” no momento da concessão da Inscrição Estadual. Já se encontra em período de testes e aguardando a legislação aplicável.

Ferramenta de Notificação e Bloqueio: Notificações para comprovar operações e possíveis bloqueios preventivos na emissão de notas em empresas com perfil suspeito de empresa “noteira”, baseada na ferramenta de classificação de contribuintes.

Sistema de Bloqueio Automático NF-e: Foram efetuadas melhorias que possibilitam consultas pontuais para diferentes perfis e recebimento de avisos para as Delegacias Regionais

Projetos específicos Supervisão Executiva Comunicações e Energia Elétrica (Sefece):
Nota Fiscal Eletrônica de Energia Elétrica (NF3e), modelo 66: o projeto para implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico (modelo 66), em substituição à sistemática atual de emissão da Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica (modelo 6), teve atividades realizadas durante 2023 pela Sefece (discussões internas sobre questões específicas de gestão, escrituração e fiscalização, participação em reuniões do grupo nacional, e debates, junto à Consultoria Tributária - CT, acerca das alterações necessárias à legislação) até a publicação do Ajuste Sinief 36/23, em 04/10/23, que excluiu

o estado de São Paulo das disposições do Ajuste Sinief 01/19, que prevê a obrigatoriedade do novo documento. Dessa forma, tais atividades encontram-se encerradas, até segunda ordem.

Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica (NFCom), modelo 62: Participação de discussões no GT do Cotepe.

Ampliação e atualização de servidores computacionais e instalação de ferramentas de análise de dados, com a atuação do DTI: Disponibilizado servidor de monitoramento de contribuintes e de compartilhamento arquivos com 27 TB de disco, 8 processadores virtuais e 32 GB de RAM. Ele permite o compartilhamento de um grande volume arquivos de dados básicos entre os membros da supervisão e possui um banco de dados relacionais para uso conjunto. Nele serão utilizadas ferramentas modernas de análise de dados.

Desenvolvimento do ETC da DIFIS/Sefece, abrangendo conteúdos diversos (incluindo: legislação, planos de trabalho, material didático, *links* úteis, material didático e controle do atendimento de pedidos de contribuintes), de modo a promover o trabalho colaborativo e o compartilhamento do conhecimento no âmbito da supervisão.

Implementação de uma base de dados da DIFIS/Sefece, com informações de:
Arrecadação e obrigações acessórias (GIA, EFD e documentos fiscais) dos contribuintes vinculados à supervisão.
Trabalhos fiscais sob responsabilidade da DIFIS/Sefece, englobando os seus resultados (AIIM e recolhimentos). Esses dados são extraídos do *Data Wharehouse* (DW-BO) da Sefaz-SP e incluídos num banco de dados SQL Server, situado em um dos servidores que compõem a infraestrutura computacional disponibilizada à supervisão.

Implementação de relatórios *Power BI* para suporte às atividades de monitoramento e de fiscalização dos contribuintes dos setores de comunicação e de energia elétrica, bem como à gestão dos trabalhos da DIFIS/Sefece.

Aperfeiçoado o universo DW "Notas Fiscais de Comunicação e Energia", com a atuação da Diretoria de Inteligência de Dados - Dintel, para conter campos adicionais de interesse e registros agregados para a obtenção rápida de informações gerais de itens de documentos fiscais emitidos.

SIPET - inclusão de novos serviços no SIPET, relacionados às áreas de Comunicações e Energia Elétrica:
- Saneamento de informações prestadas na DEVEC (omissão ou prestação de informações incorretas).
- Pedido de adesão ao regime tributário simplificado (PSRE 14/22).
- Informação das séries/subséries das notas fiscais dos serviços de comunicação.
- Outorga de poderes para transmissão de arquivos Portaria CAT 79/03.

Implantação das Supervisões de *Compliance* Setorial de Minerais Não Metálicos e de Máquinas e Equipamentos:
Em agosto de 2023 foram criadas duas Supervisões subordinadas à Diretoria de Fiscalização (DIFIS): A Supervisão de *Compliance* Setorial - Minerais Não Metálicos e a Supervisão de *Compliance* Setorial - Máquinas e Equipamentos. Essas supervisões estão estruturadas em células de trabalho com papéis específicos, mas que atuam de forma integrada. São elas:
- Inteligência do setor;
- Autorregularização e malhas fiscais;

Fiscalização e medidas repressivas, subdividida em:
- Constituição de crédito tributário.
- Acompanhamento de grandes contribuintes.
- Topo de pirâmide.

As supervisões atuam de acordo com o modelo de pirâmide de risco de conformidade fiscal e têm por objetivo o aumento da conformidade tributária, visando à redução do *gap* tributário. Para isso, estão sendo utilizados os procedimentos previstos no artigo 14 da Lei Complementar nº 1.318/2008, notadamente a Análise Informatizada de Dados - AID e a Análise Fiscal Prévia - AFP. O procedimento de AID tem sido utilizado para gerar os avisos de malhas fiscais, que incentivam o contribuinte a se autorregularizar. Com dois meses de operação da Supervisão de Minerais Não Metálicos 80 avisos enviados produziram um valor de cerca de R$ 15 milhões em autorregularização apenas para o exercício de 2022.

As supervisões acompanham o comportamento tributário dos grandes contribuintes, enquanto os contribuintes de pequeno e médio porte são destinatários das ações de malhas fiscais. Para os dois casos, a inteligência setorial tem atuado no desenvolvimento e aprimoramento de indicadores de conformidade gerais e específicos para cada setor. A conformidade é incentivada ainda pelo relacionamento institucional com as associações dos setores envolvidos.
A constituição de crédito tributário via AIIM é utilizada como medida de recuperação do imposto e como medida punitiva, destinada a contribuintes que não tenham se autorregularizado ou que não satisfaçam as condições normativas para AID ou AFP. Aliado a ele está previsto o desenvolvimento e a implementação de medidas repressivas de maior gravidade contra contribuintes do topo da pirâmide, assim compreendidos aqueles que optaram, deliberadamente, por não cumprirem suas obrigações.
O conhecimento gerado nas setoriais é mapeado, organizado e disponibilizado pela gestão de conhecimento do Compliance.

Inteligência de Dados e Processos

Arquitetura e Gestão de Informações

- Migração de hardware do *Sybase IQ* em novembro de 2022.
- Migração dos universos do BO para o novo formato da ferramenta (.UNX). Em andamento.
- Início das atividades de preparação para migração do *Business Objects* - BO 4.2 para a versão 4.3.
- Criação de pastas privadas de homologação no BO para publicação direta das equipes de Ciência de Dados e *Compliance* Setorial, conferindo mais autonomia e celeridade na realização de trabalhos de prototipagem envolvendo a ferramenta.
- Habilitação do protocolo TLS e ativação da autenticação via protocolo LDAP para as conexões com o Sybase IQ de desenvolvimento e homologação, conferido mais segurança ao ambiente do DW. O ambiente de produção ainda está com a atividade em andamento, devido à necessidade de alteração no código do *web server* "Serviço de dados".
- Migração dos servidores da ferramenta da ETL *Informatica Powercenter* e *Data Quality* acompanhada de atualização de versão de 10.2.0 para 10.5.4.
- Iniciados os alertas aos usuários do *Tableau* acerca da data de desativação do produto a ocorrer no dia 12/01/2024, devido à falta de renovação contratual e à aquisição do Power BI pela Sefaz-SP.
- Redimensionamento de DB Files do Sybase IQ após a migração. O volume padrão passou para o tamanho de 2 TB.
- Criação e liberação do universo diário de arrecadação unificada com receitas de origem GARE e DARE (universo Arrecadação Receitas ICMS - Diário).
- Criação do universo mensal de arrecadação unificada com receitas de origem GARE e DARE (universo Arrecadação Receitas ICMS - Mensal). Ainda em fase de homologação.
- Início do desenvolvimento da carga dos arquivos do SCANC. Universo em fase de homologação.
- Disponibilização dos universos em produção: PGE Cesta Débitos DIFAL, IPVA débitos não-inscritos em DA, Contribuintes Dispensados de Entrega de GIA (PSRE 20/2023), ePAT - Carga dos Dados de Guerra Fiscal, ePAT - Carga do Banco Diário Eletrônico, ePAT - Carga do banco Composição Câmara.
- Disponibilizadas sumarizações de NFCE no universo Comunicações e Energia.
- Liberação do curso atualizado de BO básico na plataforma EAD da Egesp (*Business Objects* - Web *Intelligence Rich Client* versão 4.2).

Atividades de gestão de dados e análise:

- Levantamento e cálculo dos índices trimestrais da Participação nos Resultados, PRs.
- Apoio do DW à gestão do programa "Nos Conformes" (pagamento do auxílio da LC 1.320/2018, Relatórios de OSFs). Criação de universo BO para gestão do programa.
- Preparação do ambiente para recepção e carga dos arquivos da DIMP no DW, ainda em fase final para implantação. Carga ainda em andamento. Carregado até a referência 04/2021.
- Participação ativa do DW na troca de informações com outros órgãos, seja como fornecedor de dados, seja como recebedor. Ex: Ofícios CORFISP, TCE-SP, intercâmbio de informações com a PGE, DIPAM-Prefeitura SP, TJ-Cartórios, Operadoras de Pedágio (SemParar, Movemais, ConnectCar, etc), DIRPF-RFB (ITCMD), SDE (Secretaria de Desenvolvimento Econômico), STJ (ordem judicial).
- Envolvimento com a Escola de Governo do Estado de São Paulo (Egesp) em programa de formação em Ciência de Dados (MBA USP São Carlos).
- Atuação direta no projeto de Eliminação da GIA. Seleção periódica de contribuintes candidatos à dispensa da entrega mensal da GIA.

- Processamento anual da Opção do Simples Nacional. Execução dos critérios fornecidos pela DIGES para verificação da elegibilidade de contribuintes ao regime Simples Nacional.

Atividades de garantia e gestão de qualidade

Realização de testes funcionais e aferição de qualidade em projetos de desenvolvimento de sistemas dos seguintes produtos:

- Gestão Tributária: Selo Fiscal da Água, AIIM-MT, PuCOMEX, e-PAT, TIT2000 (migração), e-CT_DN, Pesquisa Legislação e Regime Especial Novo.
- Obrigações Acessórias (Declaração e Gestão): DIFAL, PGDAS-D, *Front-End* da GIA e Eliminação da GIA.
- Obrigações Acessórias (Documentos Fiscais): NFe, NFCe, SAT, Pós-Validador EFD, e Credenciamento NFe.
- Atendimento: NFP, NFP-Judiciário, SIPET e DEC.
- Arrecadação: Conta Fiscal AIIM (integração com AIIM-MT e e-PAT).

Desenvolvimento de iniciativa voltada à definição do processo de testes automatizados, juntamente com o Centro de Arquitetura de Produtos (CAP) do Departamento de Tecnologia da Informação - DTI, com o objetivo de documentar e divulgar os procedimentos, técnicas e ferramentas de automação de testes nos produtos da Sefaz-SP.

Aquisição da ferramenta de testes automatizados *UI.VISION RPA*, com o objetivo de otimizar os esforços de testes funcionais sistemas com interface *web*.

Prospecção de boas práticas de testes e qualidade, por meio de orientações da consultoria "*Gartner*" nos aspectos estratégicos e da "*Microsoft*" na implementação de soluções técnicas.

Desenvolvimento de iniciativa voltada à padronização do processo de testes manuais, juntamente com o DTI/CAP, envolvendo o apoio no refinamento dos requisitos funcionais, modelagem de planos de testes, execução de testes com coleta de evidências e acompanhamento das correções de defeitos.

Suporte na definição dos níveis de maturidade de sistemas da Sefaz-SP, conduzido pelo DTI/CAP, para fins de diagnóstico de coleta de indicadores de aderência, nos aspectos voltados aos testes funcionais.

Gestão Documental - Expurgo de documentos físicos na Sefaz-SP

O projeto visa à organização e acompanhamento da gestão da massa documental física (documentos arquivados nas dependências da Sefaz-SP, cujo prazo de temporalidade - Decretos 48.987/2004 e 48.898/2004 - encontra-se concluso). Com a autorização da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso da Sefaz-SP - CADA e atendendo determinação da LGPD e LAI, os documentos que compõem a massa documental de cada regional são separados após controle e enviados para trituração, sendo o valor arrecadado com a venda do papel para reciclagem, enviado ao Fundo Especial do Arquivo Público e ao Fundo Social do Estado. Em 2023 foram eliminados 1.964.792 documentos.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Resultados do Atendimento e Cadastro de Contribuintes de ICMS - CADESP:

De janeiro a dezembro de 2023, foram cassados 27.644 estabelecimentos em razão de inatividade presumida.

A avaliação geral dos usuários dos serviços prestados presencialmente nos postos fiscais e serviços de pronto atendimento da Sefaz-SP obteve a nota média de 3,98 (dados registrados através do Sistema de Gestão do Atendimento - SIGA, observando uma escala de 0 a 4).

De janeiro a dezembro de 2023, os atendimentos realizados pela Sefaz-SP ocorreram em diferentes canais nas seguintes quantidades:

Fale Conosco (Atendimento Eletrônico): 265.014.
***Call Center* (0800):** 374.778.
Atendimento Presencial: 243.412.

Atendimento por e-mail (conforme Portaria SRE 27/22): ainda que esse tenha sido um canal de atendimento relevante durante o ano de 2023, não é possível precisar a quantidade, pois não há correlação direta entre o número de e-mails trocados e o número de atendimentos efetivados. Adotou-se, de fato, a opção por manter um canal aberto com o público em detrimento da qualidade das informações de gestão. Tal problema será solucionado em breve com a implantação do novo sistema de Fale Conosco (SiFale) e o consequente abandono dos atendimentos por e-mail.

Atendimento via Sistema de Peticionamento Eletrônico - SIPET: 294.183.
Atendimentos Sefaz-SP/Poupatempo: 539.866.
Atendimento online: 1. 523.

Manutenção da qualidade do Atendimento da Sefaz-SP apesar da redução do número dos servidores que realizam atividades de atendimento e retaguarda, tendo como um de seus resultados inevitáveis a necessidade de encerramento das atividades em algumas unidades, conforme quadro do item f abaixo.
O quadro abaixo mostra a redução da quantidade de Técnicos da Fazenda Estadual, TEFEs, desde 2015.

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Qtd Tefes (Sefaz-SP)	1.562	1.359	1.184	1.075	980	859	808	771	738

O quadro abaixo mostra a evolução da quantidade de unidades de atendimento ativas (com ao menos um servidor) por tipo:

Tipo de Unidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
CPA	1	1	1	1	1	1	1	1	1
PF	49	45	44	41	38	38	38	38	35
Poupatempo	34	34	34	33	32	32	28	21	16
SPA	6	6	7	9	10	10	10	10	12
UAP	73	47	45	46	17	17	15	15	4
Total Geral	**163**	**133**	**131**	**130**	**98**	**98**	**92**	**85**	**68**

- **Sistema de Peticionamento Eletrônico - SIPET**
- Desde 2020, o sistema consiste em um meio remoto e intuitivo de se receberem demandas *online* de contribuintes, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, além de servir como meio de triagem por atendentes.
- Dispondo de funcionalidades parametrizáveis, o sistema permite customização e ajustes de serviços em tempo real, de modo granular.
- Contando com 144 serviços disponíveis ao público (dezembro/2023) e cerca de 800 a 1.200 solicitações diárias, o SIPET se consolida como meio eficaz de atendimento na Sefaz-SP, com quase 99% das demandas que não possuem sistemas específicos de entrada de dados via sistema.
- Desde setembro de 2022, além do certificado digital, o acesso também pode ser feito com o Login Único Federal (gov.br).
- Em 2023, o sistema passou a se integrar com o Sistema Eletrônico de Documentos ("SEI!") e permite acompanhamento em tempo real do andamento processual do peticionante na Sefaz-SP.

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

Em termos de contencioso administrativo, destacam-se:
Processos encerrados em 2023:

Processos Encerrados no Contencioso					
	Qtde.	**Imposto (R$ Milhares)**	**Multa (R$ Milhares)**	**Juros (R$ Milhares)**	**Total (R$ Milhares)**
Eletrônicos	2.142	4.356.733	8.532.834	1.854.931	14.744.499
Físicos	19	76.439.	88.491	43.159	208.090
Total	2.161	4.433.173	8.621.326	1.898.090	14.952.590

5.120 processos julgados/despachos realizados em 1ª instância e 3.514 em 2ª instância, totalizando **8.634 processos julgados/despachos realizados** em 2023.
O tempo médio dos processos no contencioso foi de 52,13 meses em 2023.

Processo Administrativo Tributário Eletrônico - ePAT

Diário Eletrônico
Em 2023, foram publicadas **9.120 intimações** no Diário Eletrônico. Dada a pronta disponibilidade das informações e a facilidade de pesquisa, os registros revelam mais de 362 mil consultas às publicações do *site* do Tribunal de Impostos e Taxas (TIT) no ano de 2023. Além dos funcionários da Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP-SP), da Procuradoria e do Judiciário, as bases de dados são amplamente consultadas por advogados, contabilistas e contribuintes.

Lavraturas de Autos de Infração Eletrônicos
Em 2023, foram lavrados 4.908 Autos de Infração eletrônicos, dos quais 1.226 **foram impugnados**, instaurando o procedimento contencioso.

ePAT - Novos Módulos Implantados e em uso efetivo

O contínuo desenvolvimento do sistema ePAT ofereceu:
Monitor Intimações com Aviso de Recebimento: Monitora status de Avisos de Recebimento, em razão de intimações realizadas por meio dos correios.
Relatório Distribuição de Preventos: Utilizado para acompanhar processos que apresentam prevenção.
Relatório Despacho Admissibilidade: Relatório que disponibiliza os resultados da análise de admissibilidade de peças na 2ª instância.
Relatório Distribuição da Assistência: Utilizado para monitorar processos que foram distribuídos para a análise de admissibilidade.
Relatório Certidão de Presença e Voto: Relatório que disponibiliza dados para a emissão de certidões de participação e de votação nas sessões.
Monitor Publicação ePAT e Diário Eletrônico: Monitora eventuais divergências na publicação de intimações no Diário Eletrônico.
Monitor Pauta e Voto Eletrônico: Monitora eventuais divergências entre a pauta de julgamento e o status dos processos a serem julgados.
Relatório Anual: Obtém da aplicação os dados para elaboração do relatório anual.
Inserção de Prevenção e Fase no Relatório de Processos Aguardando Distribuição: Permite monitorar a prevenção e a fase de processos aguardando distribuição.
Inserção da Fase na Confirmação da Distribuição: Permite monitorar a fase de processos na confirmação da distribuição.
Distribuição Urgente: Permite distribuir por sorteio processos apenas com a informação do número do AIIM.
Botão Concluir Todos na Confirmação de Distribuição: Permite confirmar a distribuição de processos em paralelo.
Compatibilidade de navegadores - Relatório e Voto - Ementa: Adaptação do módulo Relatório e Voto para navegadores *Microsoft Edge* e *Google Chrome*.
Relatório Situação Atual Lista Processos: Consulta do status atual de uma lista de processos considerando desde o módulo ePAT até o Diário Eletrônico e extrato de processo.
Relatório Petições Guerra Fiscal: Identifica todas as petições apresentadas durante determinado período e apresentadas nos casos específicos de uma lista de AIIMs de Guerra Fiscal previamente carregada.

Relatório Controle Termo de Desistência Resolve Já: Monitora casos do contencioso nos quais foi apresentado termo de desistência do Resolve Já.

Relatório Pesquisa Procuradores: Identifica a lista de processos em que um determinado advogado/procurador está vinculado.

Ampliação da Base de Jurisprudência do TIT

Em 2023, foram publicadas 3.293 decisões de 1ª Instância Administrativa e 3.851 decisões de 2ª Instância, totalizando **7.144 decisões** que se somam a uma base que supera 220 mil arquivos.

Assim como o Diário Eletrônico, trata-se de informação gratuita utilizada por servidores, advogados e pela sociedade em geral, disponível na *web*. É o resultado do compromisso com a transparência e a eficiência. Os registros superam 811 mil acessos às bases de jurisprudência em 2023.

DEFESA DA FAZENDA PÚBLICA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

No ano de **2023**, na defesa da legislação e dos interesses da Fazenda Pública no que se refere aos créditos tributários constituídos por meio de Auto de Infração, a equipe de Representantes Fiscais da Diretoria da Representação Fiscal - DRF elaborou **4.513 atos processuais,** bem como participou de todas as sessões de julgamento nas Câmaras Julgadoras e Superior do Tribunal de Impostos e Taxas ocorridas durante o ano.

Foram elaboradas **52 notas técnicas** acerca da legislação tributária, em sua maioria tratando de casos concretos, para subsidiar autoridades administrativas a desempenhar suas atribuições.
Para uniformizar a atuação da equipe e aumentar a qualidade do trabalho foram revisados temas já existentes com atualização jurisprudencial no banco de teses da DRF. Ainda visando à melhoria da qualidade do trabalho, foram realizadas periódicas revisões de atos processuais quanto à aderência às orientações da diretoria.
Para manter a fiscalização atualizada acerca das decisões do contencioso administrativo, no ano de 2023, a DRF manteve atualizado o banco na intranet no qual estão sistematizadas informações de como os temas mais relevantes são tratados no contencioso.

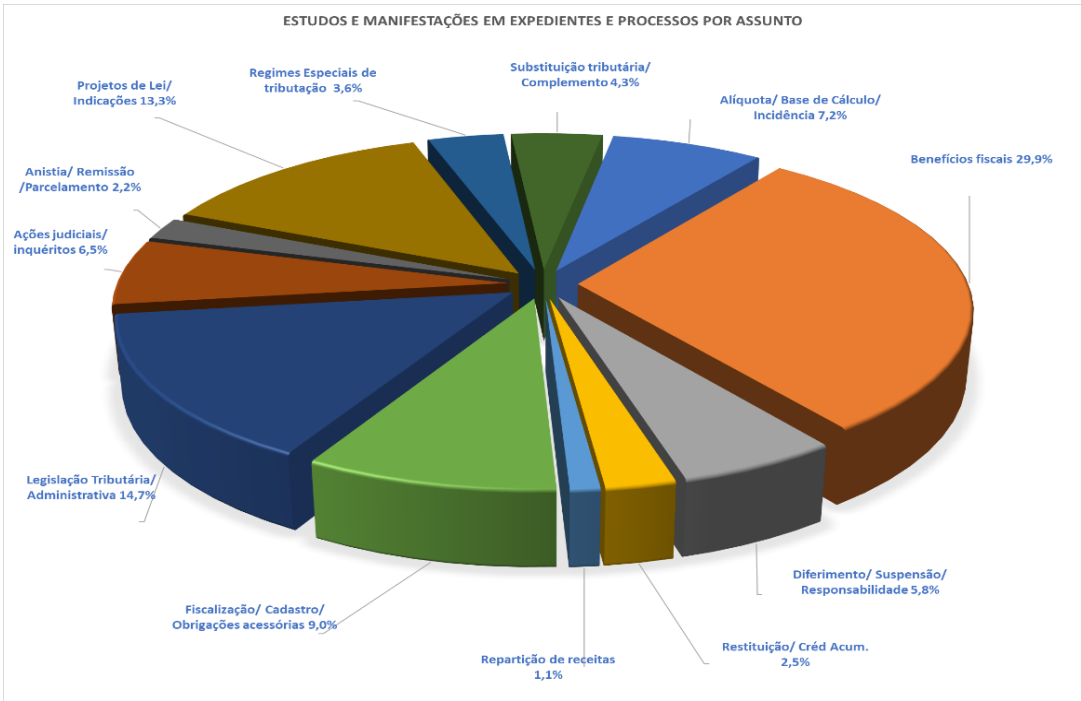
CONSULTORIA TRIBUTÁRIA - CT

Interpretação - Respostas a Consultas, Estudos e Informações Tributárias
No período de janeiro a dezembro de 2023, destacam-se as seguintes ações:

Foram formuladas, por contribuintes, **2.063 Consultas Tributárias** (consultas externas), tendo sido **respondidas 1.998**. O estoque em 31/12/2023 é de 308 consultas.

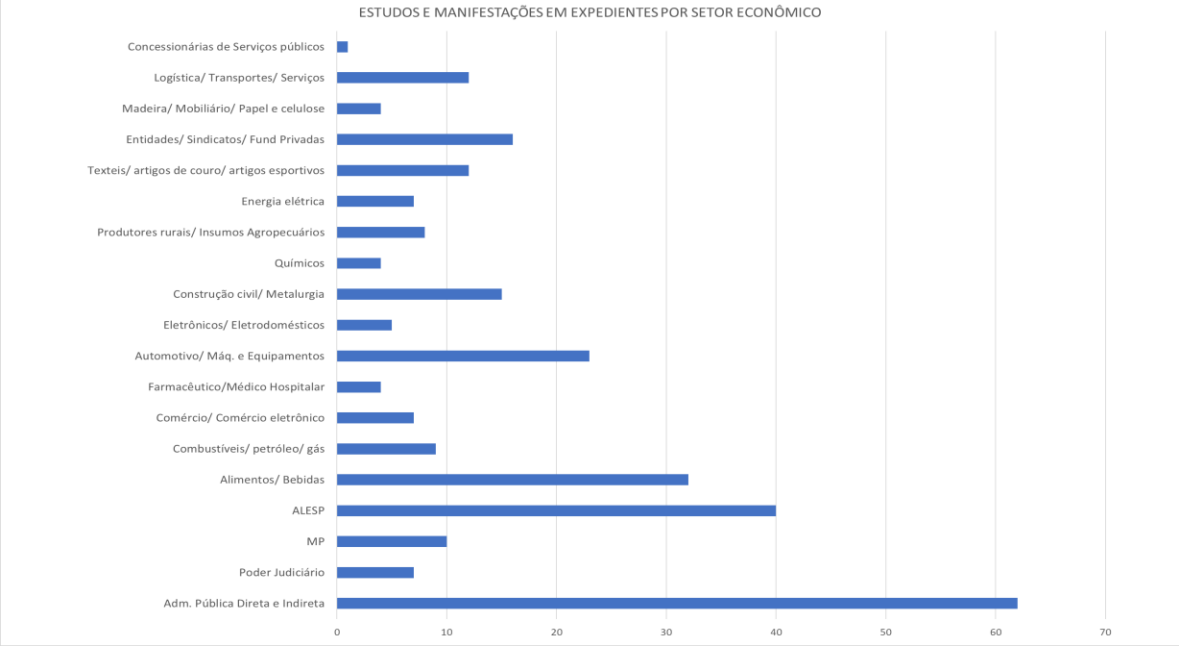
Foram realizados estudos que culminaram na elaboração de **280 manifestações** (201 em 2022) em expedientes, notas técnicas ou informações em ações judiciais. No mesmo período, houve o ingresso de **255 pedidos** de análise e manifestação. O estoque, em 31/12/2023, é formado por 52 (77 em 31/12/2022) pedidos em análise.

O gráfico abaixo detalha, por assunto, as manifestações elaboradas. Dos diversos assuntos abordados, a análise da viabilidade jurídica de pedidos de benefícios fiscais correspondeu a 29,9% das manifestações (37,3% em 2022). Os pedidos de análise da legislação tributária ou administrativa, ou de análise de propostas de alterações na legislação infralegal, corresponderam a 14,7% dos estudos (14,4% em 2022), ao passo que os pedidos de análise de projetos de lei sobre matéria tributária, a pedido da ALESP, corresponderam a 13,3% dos trabalhos (8,0% em 2022); e as manifestações para subsidiar ações judiciais e inquéritos conduzidos pelo Ministério Público corresponderam a 6,5% das análises (14,9% em 2022). Os demais assuntos corresponderam a 35,6% dos estudos e informações realizados.



A distribuição por setor econômico objeto dos estudos é apresentada no gráfico a seguir. Da iniciativa privada, os setores que mais tiveram pedidos de análises foram os ligados a alimentos e bebidas (32 expedientes), à indústria automotiva e de máquinas e equipamentos (23 expedientes), a têxteis, artigos de couro e artigos esportivos (12 expedientes), logística, transportes e serviços (12 expedientes), construção civil e metalurgia (15 expedientes). Juntos, esses setores somaram 94 expedientes, correspondendo a 33,6% dos expedientes. Os demais setores econômicos, quando agrupados correspondem a 23,9% das análises realizadas.

Já os órgãos públicos, somando-se os pedidos da Administração Públicas Direta e Indireta, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da ALESP, totalizando 119 manifestações em expedientes, são responsáveis por cerca de 42,5% dos trabalhos, com destaque para o aumento das análises oriundas da ALESP (40 análises em 2023 frente a 15 análises em 2022).



Assistência de Informações e Atendimento ao Fale Conosco

Atendimento ao Fale Conosco

No ano de 2023, foram formuladas 2.737 consultas eletrônicas por meio do canal Fale Conosco, tendo sido **respondidas 2.759**.

Projetos implantados e em desenvolvimento na Assistência de Informações Tributárias

No ano de 2023, foram realizadas as seguintes atividades:

Portal de Legislação Tributária:

- Entregas em ambiente de produção:
- Migração para *MS Sharepoint* 2019.
- Desenvolvimento do modo clássico no *MS Sharepoint* 2019.
- Recriação do serviço que constrói o texto completo do Regulamento do ICMS - RICMS/2000.
- Ajustes na tabela de artigos do RICMS.
- Inclusão e preenchimento do metadado “Data da Revogação” dos atos normativos.
- Inclusão de regra para não permitir uma “Data da Revogação” retroativa.
- Inclusão do filtro “Apenas atos vigentes” na busca avançada.
- Adaptação da identidade visual do Portal para o período eleitoral.
- Atualização do rodapé do Portal para aderência ao Portal Institucional Sefaz-SP.
- Ajustes no disparo do *Control M* para envio de e-mails.
- Inclusão de componente de avisos no topo da página inicial.
- Desenvolvimento do módulo de pesquisa de opinião dos usuários.
- Inclusão de componente “RCs publicadas recentemente” na página inicial do Portal.
- Criação de página “veja mais” com lista de Resposta de Consultas - RCs publicadas em ordem decrescente de publicação.
- Disponibilização do Boletim Cotepe para assinatura dos usuários.
- Alteração das mensagens exibidas no Informativo Tributário.
- Inscrição de ofício de consultores tributários no informativo.
- Ao pesquisar por um número de consulta, exibir também suas modificadas e modificativas.
- Alteração da nomenclatura dos tipos de ato Portaria CAT, Comunicado CAT e Decisão Normativa CAT.
- Tela de “Benefícios Fiscais Concedidos por Decretos Autônomos”.
- Inclusão de QR-Code na tela de visualização do ato.
- Tela “Meus atos comentados”.
- Ajustar busca avançada para incluir filtro “apenas atos comentados”.
- Parametrização para a classificação de RCs recebidas do eCT.
- Criação de *script* para validar RCs publicadas no Portal.
- Alterar data de publicação de CT no portal após publicação no Diário Oficial do Estado - DE.
- Remover texto exibido no lugar dos filtros na busca avançada.
- Melhoria - Exibir menu de busca Tributo/tema/subtema.
- Melhoria - Incluir campo para exibir título do ato.
- Melhoria - Exibir ementas formatadas conforme publicação no DE.
- Melhoria - Alterar *layout* de resultado da busca avançada.

Entrega em ambiente de homologação:
Funcionalidade de áudio do texto de atos normativos.

Sistema eletrônico de consultas - eCT2:

- eCT - entregas em ambiente de produção:
- Inclusão de consultas por equipe nos relatórios SPOTFIRE.
- Edição da tela de informações ao consulente.
- Inclusão da informação do revisor da consulta.
- Inclusão de quatro subtemas na tabela de domínio de classificação da consulta.

Funcionalidades desenvolvidas e entregues (em ambiente de homologação) relacionadas à construção do eCT.NET:

- Integração com sistemas CADESP e INFOCONV.

- Elaborar resposta.
- Solicitar pedido de informação ao consulente.
- Publicar no DE o pedido de informação ao consulente.
- Enviar pedido de informação ao consulente via DEC.
- Enviar pedido de informação ao consulente via e-mail.
- Padronização do layout das telas.
- Incluir grid de consultas no perfil “Elaborador”.
- Incluir grid de consultas no perfil “Revisor”.
- Incluir grid de consultas no perfil “Aprovador”.
- Incluir grid de consultas nos perfis “SRE”, “CCON” e “Diretor CT”.
- Exigir que o consulente cadastre um e-mail para poder formular consulta.
- Incluir mensagem de aviso na tela inicial do sistema.
- Componente “informações cadastrais da pessoa física” da tela detalhe da consulta.
- Componente “informações cadastrais da pessoa jurídica” da tela detalhe da consulta.
- Componente “situação da consulta” da tela detalhe da consulta.
- Alterar layout da tela Detalhe da Consulta.
- Alterar layout das telas do questionário (perfil consulente).
- Nomear as abas abertas pelo sistema eCT.

Demais atividades realizadas na Assistência de Informações Tributárias
No ano de 2023, foram realizadas as seguintes atividades:

- Disponibilização, para consulta pública, de 1.165 novas consultas tributárias eletrônicas no Portal de Legislação Tributária.
- Disponibilização, para consulta pública, de 304 atos normativos no Portal de Legislação Tributária.
- Emissão mensal de relatório gerencial para acompanhamento dos indicadores de cada uma das áreas da Consultoria Tributária.
- Emissão de relatório semanal de fluxo de Consultas, Fale Conosco e Expedientes.
- Emissão de relatório para acompanhamento da produção legislativa.
- Levantamento de informações para apresentação dos dados da gestão.
- Reinclusão nos Relatórios Gerenciais dos gráficos de estoque e tempo com segregação de total e sem sobrestadas.
- Relatório de tempo médio de resposta a consultas por equipe.
- Levantamento para possibilitar a reclassificação de consultas tributárias dos subtemas "Alíquota" e "Escrituração Fiscal".
- Relatório de conferência para apuração das sobrestadas por mês (jan a set/2023).
- Relatório do fluxo do estoque de questões do Fale Conosco (entradas, finalizadas, estoque final), sumarizado por mês, do período de 01/11/2022 até 31/12/2023.
- Ajuste nos Relatórios Gerenciais para incorporarem os dados da atribuição de equipe feita na etapa de triagem.
- Participação no Planejamento Estratégico da Sefaz-SP como “*Champion*” e como “Líder Tático”.

Legislação - Elaboração e Aperfeiçoamento

Leis
Foram elaboradas **3 minutas de Projeto de Lei**, dentre as quais destacam-se as seguintes medidas:
Alteração da Lei nº 6.374/89, que dispõe sobre o ICMS, com as seguintes medidas:

- Modificação nos descontos para pagamento ou parcelamento da multa punitiva.
- Possibilidade de ajuste na multa punitiva aplicada, após decorrido o prazo para apresentação da defesa, em favor do contribuinte autuado que opte em renunciar ao direito de litigar no processo administrativo tributário e desistir do litígio.
- Previsão de que o débito fiscal exigido por auto de infração poderá ser liquidado mediante a utilização de crédito acumulado ou de crédito de produtor rural, nos termos e condições estabelecidos em ato do Secretário da Fazenda e Planejamento. (Lei nº 17.784/23).

Alteração da Lei n.º 13.296, de 23 de dezembro de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, prevendo isenção para:

- Ônibus ou caminhões movidos exclusivamente a hidrogênio ou biometano.

- Veículos automotores movidos exclusivamente a hidrogênio ou híbridos com motor elétrico e com motor a combustão que utilize, alternativa ou exclusivamente, etanol, de valor não superior a R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). (PL nº 1510/2023).

Decretos

Foram elaboradas **72 minutas de Decreto**, dentre as quais destaca-se a publicação das seguintes medidas:

- Prorrogação do prazo de vigência, de 31/12/2022 para 31/12/2024, do Decreto nº 64.319/19, que regulamenta a aplicação da alíquota de ICMS de 12% nas operações com querosene de aviação destinadas a empresas de transporte aéreo regular de passageiros e de carga, prevista no item 27 do § 1º do artigo 34 da Lei nº 6.374/89. (Decreto nº 67.441/23).
- Alteração do Decreto nº 67.381/22, que fixa o calendário para pagamento do IPVA relativamente ao exercício de 2023 e o percentual de desconto para pagamento integral e parcelado. (Decreto nº 67.444/23).
- Alteração do Decreto n° 64.771/20, que dispõe sobre a tributação do ICMS nas operações com os equipamentos que especifica. (Decreto nº 67.516/23).
- Inclusão do artigo 79 ao Anexo II do RICMS, dispondo sobre a redução da base de cálculo do ICMS nas operações internas com leite vegetal de aveia, bebida vegetal à base de aveia, não alcoólica, não fermentada, pronta para consumo, classificada no código 2202.99.00 da NCM, de forma que a carga tributária seja equivalente à aplicação do percentual de 7%. (Decreto nº 67.517/23).
- Extensão da aplicação da redução da base de cálculo prevista no artigo 39 do Anexo II do RICMS, que beneficia as saídas internas de produtos alimentícios realizadas por estabelecimento fabricante ou atacadista, de modo que as bebidas alimentares prontas à base de leite também possam ser beneficiadas. (Decreto nº 67.518/23).
- Concessão de diferimento do ICMS nas operações internas realizadas com sementes de soja, farelos e tortas de soja, cascas e farelos de cascas de soja e sojas desativadas e seus farelos, e exclusão das referidas mercadorias da isenção prevista no artigo 41 do Anexo I do RICMS. (Decreto nº 67.519/23).
- Concessão, aos estabelecimentos fabricantes de sucos de fruta e sucos mistos com percentual mínimo de 70% de suco e água oriunda apenas do processo de extração de sucos de vegetais, envazados e prontos para consumo, de diferimento do imposto na aquisição interna e suspensão do imposto na importação de máquinas e equipamentos destinados a integrar o seu ativo imobilizado. (Decreto nº 67.520/23).
- Extensão da aplicação da isenção prevista no artigo 166 do Anexo I do RICMS, que beneficia microgeradores e minigeradores de energia elétrica, a outras modalidades de geração distribuída (geração compartilhada e autoconsumo remoto), bem como a centrais geradoras de energia elétrica solar fotovoltaica com potência instalada de até 5 MW. (Decreto nº 67.521/23).
- Alteração do Decreto nº 51.624/07, que institui regime especial de tributação pelo ICMS para contribuintes da indústria de informática. (Decreto nº 67.522/23).
- Prorrogação, até 31/12/2024, do prazo de vigência de benefícios fiscais que possuem, como termo final, a data de 31/12/2022. e reversão do ajuste fiscal promovido pelo Decreto nº 65.254/20. (Decreto nº 67.523/23).
- Reversão do ajuste fiscal promovido pelo Decreto nº 65.255/20, bem como estabelecimento da data de 31/12/2024 como termo final de vigência dos benefícios fiscais nela relacionados. (Decreto nº 67.524/23).
- Inclusão do artigo 179 ao Anexo I do RICMS, que concede isenção do ICMS nas operações com o medicamento *Trikafta* (princípios ativos Elexacaftor, Tezacaftor e Ivacaftor), classificado no código 3004.90.69 da NCM, destinado ao tratamento da Fibrose Cística - FC. (Decreto nº 67.525/23).
- Concessão do seguinte tratamento tributário aos estabelecimentos fabricantes de embalagem metálica:

Diferimento e suspensão do imposto na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado do fabricante.

Crédito outorgado de ICMS de forma que a carga tributária na saída de embalagens metálicas promovida pelo estabelecimento fabricante corresponda ao percentual de 3%. (Decreto nº 67.526/23).

- Isenção do ICMS nas operações com obras de arte comercializadas na Feira Internacional de Arte de São Paulo - SP Arte de 2023, e dá outras providências. (Decreto nº 67.555/23).

- Alteração do artigo 254 do RICMS, prevendo a possibilidade de dispensa da entrega da Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA) para contribuintes obrigados a efetuar a Escrituração Fiscal Digital (EFD). (Decreto nº 67.568/23).
- Prorrogação do prazo de recolhimento do ICMS nas hipóteses que especifica. (Decreto nº 67.616/23).
- Atualização dos códigos de classificação da NCM previstos no artigo 400-J do RICMS, que concede diferimento do ICMS nas saídas das seguintes embalagens industriais usadas: bombonas plásticas e contêineres plásticos do tipo “Intermediate Bulk Container”. (Decreto nº 67.650/23).
- Alterações no RICMS, na forma e no prazo de recolhimento do imposto relativo às operações com combustíveis sujeitos ao regime de tributação monofásica, nos termos estabelecidos em acordos celebrados entre os Estados e o Distrito Federal. (Decreto nº 67.727/23).
- Revogação do inciso III do “caput” do artigo 212-P do RICMS e alteração da alínea “c” do § 1º do artigo 2° do Decreto nº 54.179/09, que tratam da emissão de documentos fiscais por meio de equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, em virtude de ter sido alcançado o termo final para seu uso pelo varejo. (Decreto nº 67.760/23).
- Alterações de vários dispositivos do RICMS, que trazem procedimentos quanto às obrigações acessórias para situações específicas, com o intuito de simplificar e retirar tais regramentos do RICMS e deixá-los todos em uma única disciplina estabelecida pela Secretaria da Fazenda e Planejamento. (Decreto nº 67.761/23).
- Regulamentação das contrapartidas previstas no artigo 16 da Lei Complementar nº 1.320/18, que institui o Programa de Estímulo à Conformidade Tributária - “Nos Conformes”. (Decreto nº 67.853/23).
- Alterações no RICMS visando:

Manter, até 31/12/2023, a isenção prevista no inciso III do artigo 37 do Anexo I do RICMS, para bens contidos em encomendas aéreas internacionais ou remessas postais, de valor FOB não superior a US$ 50.00 ou equivalente em outra moeda, sujeitos ao Regime Tributário Simplificado, desde que o remetente e o destinatário sejam pessoas físicas.

Acrescentar o artigo 80 ao Anexo II do RICMS, para conceder redução da base de cálculo do ICMS nas importações realizadas por remessas postais ou expressas, de forma que a carga tributária seja equivalente à aplicação do percentual de 17%, independentemente da classificação tributária do produto importado, conforme autorizado pelo Convênio ICMS 81/23.

Revogar o inciso V do artigo 37 do Anexo I do RICMS, de forma que, na importação de bens adquiridos por meio de empresa de comércio eletrônico que participe de programa de conformidade da Receita Federal do Brasil, seja aplicada a redução da base de cálculo mencionada. (Decreto nº 67.967/23).

- Revogação, a partir de 1º/01/2024, dos itens 113 e 138 do § 4º do artigo 154 do Anexo I do RICMS, o qual prevê isenção do ICMS nas operações com medicamentos utilizados no tratamento de câncer. (Decreto nº 67.970/23).
- Alteração das redações do inciso XI e da alínea “a” do item 2 do § 7º, ambos do artigo 63 do RICMS, a fim de atualizá-las para a Nota Fiscal Eletrônica-NF-e, em conformidade com a redação do § 5º do artigo 60 da Resolução CGSN 140, de 22/05/2018 (Decreto nº 67.975/23).
- Alteração do artigo 400-Z2 do RICMS, que prevê o diferimento do lançamento do imposto na saída interna de resina de polipropileno, classificada no código 3902.10.20 da NCM, para o momento em que ocorrer a sua entrada em estabelecimento fabricante que tenha como atividade econômica principal as identificadas pelos códigos CNAE indicados, de modo a incluir, dentre os estabelecimento fabricantes destinatários, aqueles que tenham como atividade econômica principal a fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente, classificada no código 1359-6/00 da CNAE. (Decreto nº 67.999/23).
- Implementação no RICMS das disposições contidas no artigo 1º, inciso III, da Lei nº 17.784/23, que alteram, para o primeiro dia do mês subsequente, a data de início da incidência dos juros de mora relativamente ao imposto e à multa punitiva, com reflexo também na data de início da atualização do valor básico para cálculo da multa punitiva. (Decreto nº 68.043/23).
- Implementação de medidas propostas na Lei nº 17.784/23 que consistem em:
- Modificação nos descontos para pagamento ou parcelamento da multa punitiva.
- Possibilidade de ajuste na multa punitiva aplicada, após decorrido o prazo para apresentação da defesa, em favor do contribuinte autuado que opte em renunciar ao direito de litigar no processo administrativo tributário e desistir do litígio.
- Previsão de que o débito fiscal exigido por auto de infração poderá ser liquidado mediante a utilização de crédito acumulado ou de crédito de produtor rural, nos termos e condições estabelecidos em ato do Secretário da Fazenda e Planejamento. (Decreto nº 68.044/23).

- Isenção do ICMS para as operações com bens ou mercadorias comercializados na Feira Escandinava de 2023, conforme autorizado pelo CONFAZ, por meio do Convênio ICMS 106/14, com validade até 30 de abril de 2024, nos termos do Convênio ICMS 178/21. (Decreto 68.058/23).
- Alteração do inciso XV do artigo 184 do RICMS, para prever que o CF-e-SAT será considerado documento inábil enquanto não for objeto de confirmação eletrônica, expedida pela autoridade fiscal competente, de que o seu arquivo digital foi regularmente recepcionado pelo fisco no ambiente de processamento de dados da Secretaria da Fazenda e Planejamento, retirando-se o prazo para a sua transmissão, em decorrência do Ajuste SINIEF 19/23, que alterou o Ajuste SINIEF 11/10. (Decreto 68.090/23).
- Alteração do artigo 30 do Anexo I do RICMS, o qual prevê isenção do imposto nas operações com produtos relacionados à energia solar e eólica, e visa implementar, na legislação paulista, as disposições contidas nos Convênios ICMS 156/17, 204/19, 24/22, 87/22, 94/22 e 138/22, todos celebrados no âmbito do CONFAZ e que alteraram o Convênio ICMS 101/97, que concede isenção do ICMS nas operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento das energias solar e eólica que especifica. (Decreto 68.100/23).
- Regulamentação a Lei nº 17.054/19, que dispõe sobre o registro de empresas, o cadastro de produtos e a fiscalização do uso, do consumo, do comércio, do armazenamento, do transporte, da prestação de serviço na aplicação e da destinação de embalagens dos agrotóxicos e afins de uso fitossanitário em área agrícola, altera a Lei nº 15.266/13, que dispõe sobre o tratamento tributário relativo às taxas no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. (Decreto 68.107/23).
- Fixação do calendário para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA relativamente ao exercício de 2024 e o percentual de desconto para pagamento integral, e dá outras providências. (Decreto 68.142/23).
- Alteração do § 7º do artigo 125 do RICMS, em virtude da publicação do Ajuste SINIEF 38/23 e do Ajuste SINIEF 38/22, que alteraram o Convênio s/nº, de 1970, visando permitir que:

No caso de destinatário não contribuinte do imposto, a entrega da mercadoria em qualquer de seus domicílios ou em domicílio de outra pessoa, ainda que domiciliada em unidade da Federação diversa, desde que esta também não seja contribuinte do imposto e o local da efetiva entrega esteja expressamente indicado no documento fiscal relativo à operação (Ajuste SINIEF 38/23).

Este procedimento se aplique, também, à mercadoria cuja entrega seja destinada a não contribuinte do imposto situado ou domiciliado no Estado do Mato Grosso (Ajuste SINIEF 38/22). (Decreto 68.143/23).

Alteração do RICMS para:

- Prever, no artigo 32, que não perde a condição de produtor rural a pessoa ou sociedade que transfira crédito acumulado do imposto nos termos do artigo 73 do RICMS.
- Acrescentar o artigo 49 ao Anexo III, com fundamento no Convênio ICMS 190/17, para estabelecer que o produtor rural que promover saída interna de produção própria com não incidência ou isenção do imposto poderá optar pelo crédito, para fins de transferência ao adquirente, do percentual de 1% (um por cento) do valor da saída com café cru, em grão ou em coco e de 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento) do valor da saída com as demais mercadorias, nos moldes do Decreto nº 48.589/23, editado pelo Estado de Minas Gerais.

Revogar, a partir de 1º de julho de 2024, a Subseção VII da Seção V do Capítulo IV do Título III do Livro I, composta pelos artigos 70-A a 70-H, que tratam da transferência de crédito por estabelecimento rural de produtor ou por estabelecimento de cooperativa de produtores rurais. (Decreto 68.178/23).

Alteração do artigo 256 do RICMS, para passar a prever:

- No “caput”, que a alteração de dados constantes na guia de informação somente será admitida com observância de critérios, condições e prazos fixados em disciplina da Secretaria da Fazenda e Planejamento.
- No parágrafo único, que para fins de alteração de dados das informações econômico-fiscais, conforme o caso, será considerada uma das seguintes guias de informação: a) a Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA, sem prejuízo à obrigatoriedade de efetuar a Escrituração Fiscal Digital –

- EFD nos termos da legislação tributária. b) a Escrituração Fiscal Digital - EFD, a partir da referência em que o contribuinte for dispensado da entrega Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA nos termos do § 2º do artigo 254 do RICMS. (Decreto 68.191/23).
- Alteração do Decreto nº 63.363/18, que institui, no âmbito do Estado de São Paulo, prazo adicional de adequação para Entidades de Direito Privado sem Fins Lucrativos participantes e beneficiárias do

Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo, instituído pela Lei nº 12.685/07, e dá outras providências. (Decreto 68.212/23).

- Alteração do Decreto nº 64.645/19, para prever que a aposição do Selo Fiscal Eletrônico de Controle e Procedência a que se refere o artigo 1º do decreto em embalagens descartáveis que contenham água mineral, natural ou potável de mesa e adicionada de sais, será obrigatória a partir de 1º de julho de 2025 (Decreto 68.213/23).
- Alteração do Anexo XV do RICMS, de modo a atualizar os procedimentos nas remessas internacionais, nos termos do Convênio ICMS 123/23, que alterou o Convênio ICMS 60/18, o qual dispõe sobre o tratamento tributário do ICMS e o controle de circulação de mercadorias ou bens que sejam objeto de remessas internacionais processadas por intermédio do "SISCOMEX REMESSA" e realizadas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT ou por empresas de transporte internacional expresso porta a porta (empresas de "courier"). (Decreto 68.223/23).
- Alteração do inciso XI do artigo 54 do RICMS, em decorrência da alteração do item 1 do § 6º do artigo 34 da Lei nº 6.374/89, promovida pela Lei nº 17.473/21, que incluiu, com efeitos desde 1º de janeiro de 2022, o código 8704.90.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM na relação de veículos automotores com alíquota de 12% (doze por cento) nas suas operações sujeitas ao ICMS. (Decreto 68.224/23).
- Disposições sobre a remessa de bens e mercadorias entre estabelecimentos pertencentes ao mesmo titular, visando implementar na legislação paulista o Convênio ICMS 178/23, relativamente à remessa interestadual de bens e mercadorias entre estabelecimentos de mesma titularidade e, no mesmo sentido, implementar as disposições do referido convênio, nas condições especificadas, para as remessas internas. (Decreto 68.243/23).
- Disposição sobre a possibilidade de contribuintes que exercem a atividade de comércio varejista parcelarem o ICMS devido pelas saídas de mercadorias promovidas em dezembro de 2023. (Decreto 68.244/23).
- Revogação, a partir de 1º de janeiro de 2024, dos itens 31, 32, 65, 101, 107, 110, 111, 129, 142, 150, 160 e 166 do § 4º do artigo 154 do Anexo I do RICMS, o qual prevê isenção do ICMS nas operações com medicamentos utilizados no tratamento de câncer, visando implementar na legislação paulista as disposições do Convênio ICMS 146/23, o qual revoga os itens 31, 32, 65, 101, 107, 110, 111, 129, 142, 150, 160 e 166 do Anexo Único do Convênio ICMS 162/94, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024. (Decreto 68.245/23).
- Alteração do artigo 19 do Anexo I do RICMS, para implementar na legislação paulista o Convênio ICMS 147/23, que alterou o Convênio ICMS 38/12, o qual concede isenção do ICMS para veículos destinados a portadores de deficiência, com o objetivo de aumentar o valor do veículo objeto da isenção para R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), ficando mantida a aplicação da isenção parcial do ICMS, limitada à parcela da operação no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais). (Decreto 68.246/23).

Resoluções SFP

Foram elaboradas **26 minutas de Resolução SFP**, dentre as quais destaca-se a publicação das seguintes medidas:

- Divulgação dos índices percentuais para fins de rateio do valor arrecadado a título de Contribuição de Solidariedade às Santas Casas de Misericórdia, relativamente ao exercício de 2023, conforme previsto no Decreto nº 46.700/02. (Resoluções SFP 02/23, 24/23 e 75/23).
- Alteração da Resolução SFP 72/22, que dispõe sobre a 5ª Rodada de Autorização para Transferência de Crédito Acumulado no âmbito do Programa de Ampliação de Liquidez de Créditos a Contribuintes com Histórico de Aquisições de Bens Destinados ao Ativo Imobilizado - ProAtivo. disposição sobre a 6ª, 7ª e 8ª Rodadas do ProAtivo. e alteração da Resolução SFP 67/21, que dispõe sobre o ProAtivo. (Resolução SFP 06/23, 14/23, 27/23, 28/23 e 30/23).
- Fixação da data inicial para destinação de recursos para apoio financeiro a projetos culturais no âmbito do Programa de Ação Cultural - PAC e a projetos desportivos no âmbito do Programa de Incentivo ao Esporte - PIE no exercício de 2023. (Resolução SFP 19/23).
- Divulgação dos índices percentuais preliminares de participação dos municípios paulistas no produto da arrecadação do ICMS do ano-base 2022, para aplicação no exercício de 2024. (Resolução SFP 40/23).
- Alteração da Resolução SFP 43/20, que dispõe sobre a arrecadação de tributos e demais receitas públicas do Estado de São Paulo, bem como o repasse e a transferência do produto da arrecadação depositado pelos Agentes Arrecadadores e dá outras providências. (Resolução SFP 49/23).

- Alteração da Resolução SF 80/18, que aprova a consolidação das regras no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo. (Resoluções SFP 54/23 e 71/23).
- Divulgação dos índices percentuais de participação dos municípios paulistas no produto da arrecadação do ICMS, para aplicação no exercício de 2024. (Resolução SFP 56/23).
- Disciplina a liquidação de débito fiscal do ICMS exigido por Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM mediante a utilização de crédito acumulado do imposto ou de crédito de produtor rural. (Resolução SFP 57/23).
- Disciplina a aplicação das multas previstas no artigo 527-D do RICMS. (Resolução SFP 58/23).
- Instituição da Comissão de Avaliação de Benefícios Tributários - CABT no âmbito da Secretaria da Fazenda e Planejamento, e dá outras providências. (Resolução SFP 69/23).
- Divulgação dos valores de mercado de veículos usados, em unidade de moeda corrente, para efeito de lançamento do IPVA do exercício de 2024 e dá outras providências. (Resolução SFP 70/23).
- Alteração da Resolução SFP 57/23, que disciplina a liquidação de débito fiscal do ICMS exigido por Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM mediante a utilização de crédito acumulado do imposto ou de crédito de produtor rural. (Resolução SFP 73/23).
- Divulgação dos índices percentuais para fins de rateio do valor arrecadado a título de Contribuição de Solidariedade às Santas Casas de Misericórdia, relativamente ao exercício de 2024, conforme previsto no Decreto nº 46.700, de 19 de abril de 2002. (Resolução SFP 76/23).

Portarias SRE

- Foram elaboradas **96 minutas de Portaria SRE**, dentre as quais destaca-se a publicação das seguintes medidas:
- Alteração da Portaria CAT 125/11, que institui o Sistema Ambiente de Pagamentos e o Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE-SP. (Portarias SRE 01/23, 46/23 e 76/23).
- Alteração da Portaria CAT 126/11, que disciplina a arrecadação de tributos e demais receitas estaduais, bem como a prestação de contas pelas instituições bancárias. (Portaria SRE 02/23 e 45/23).
- Alteração da Portaria CAT 79/03, que uniformiza e disciplina a emissão, escrituração, manutenção e prestação das informações dos documentos fiscais emitidos em via única por sistema eletrônico de processamento de dados. (Portarias SRE 03/23 e 68/23).
- Alteração da Portaria SRE 106/22, que divulga valores atualizados para fins de determinação da base de cálculo da substituição tributária de bebidas alcoólicas, refrigerantes, águas e outras bebidas. (Portaria SRE 06/23 e 18/23).
- Divulgação, para o período de 01-03-2023 a 30-11-2025, da base de cálculo da substituição tributária do ICMS na saída de materiais de construção e congêneres, a que se refere o artigo 313-Z do RICMS. (Portarias SRE 08/23 e 26/23).
- Fixação do valor mínimo para o cálculo do ICMS nas operações com blocos ou tijolos cerâmicos para construção. (Portaria SRE 09/23).
- Alteração da Portaria CAT 17/06, que dispõe sobre procedimentos relativos a livros e documentos fiscais, e dá outras providências. (Portarias SRE 10/23 e 79/23).
- Alteração da Portaria CAT 32/96, que dispõe sobre a emissão de documentos fiscais e a escrituração de livros fiscais por contribuinte usuário de sistema eletrônico de processamento de dados. (Portaria SRE 11/23).
- Alteração da Portaria SRE 95/22, que disciplina a 5ª Rodada de Autorização para Transferência de Crédito Acumulado no âmbito do programa de Ampliação de Liquidez de Créditos a Contribuintes com Histórico de Aquisições de Bens Destinados ao Ativo Imobilizado - ProAtivo. (Portaria SRE 12/23).
- Alteração da Portaria SRE 116/22, que estabelece a base de cálculo do imposto na saída de medicamentos de uso humano e outros produtos farmacêuticos a que se refere o artigo 313-A do RICMS. (Portarias SRE 04/23 e 13/23).
- Divulgação, para o período de 01-04-2023 a 31-12-2025, da base de cálculo da substituição tributária do ICMS na saída de ferramentas e congêneres, a que se refere o artigo 313-Z3 do RICMS. (Portaria SRE 14/23 e 27/23).
- Alteração da Portaria CAT 147/09, que disciplina os procedimentos a serem adotados para fins da Escrituração Fiscal Digital - EFD pelos contribuintes do ICMS. (Portarias SRE 15/23, 39/23, 44/23, 61/23 e 82/23).
- Divulgação, para o período de 01-04-2023 a 31-12-2024, da base de cálculo da substituição tributária do ICMS na saída de autopeças, a que se refere o artigo 313-P do RICMS. (Portaria SRE 16/23).
- Divulgação, para o período de 01-04-2023 a 30-09-2023 e de 01-10-2023 a 30-09-2024, da base de cálculo da substituição tributária do ICMS na saída de acumuladores elétricos de chumbo, do tipo

utilizado para o arranque dos motores de pistão, a que se refere o artigo 313-P do RICMS. (Portaria SRE 17/23, 56/23 e 63/23).

- Divulgação, para o período de 01-04-2023 a 30-09-2023 e de 01-10-2023 a 31-03-2024, da base de cálculo da substituição tributária do ICMS na saída de sorvete e preparado para fabricação de sorvete em máquina. (Portaria SRE 19/23 e 60/23).
- Alteração da Portaria CAT 92/98, que implanta e uniformiza procedimentos relativos ao sistema eletrônico de serviços dos Postos Fiscais Administrativos do Estado. (Portaria SRE 20/23).
- Disposição sobre a 6ª, 7ª e 8ª Rodada de Autorização para Transferência de Crédito Acumulado no âmbito do programa de Ampliação de Liquidez de Créditos a Contribuintes com Histórico de Aquisições de Bens Destinados ao Ativo Imobilizado - ProAtivo. (Portarias SRE 21/23, 36/23 e 37/23).
- Alteração da Portaria CAT 15/03, que disciplina o cumprimento das obrigações acessórias e os procedimentos administrativos relacionados com o Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD. (Portaria SRE 22/23).
- Disposição sobre o controle e as condições para a fruição da isenção do ICMS nas operações internas com bens e mercadorias destinados à implantação da Linha 2 - Verde, trecho Vila Prudente - Penha, da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ. (Portaria SRE 23/23).
- Alteração da Portaria SRE 50/22, que disciplina o controle e as condições para a fruição da isenção do ICMS nas operações internas com bens e mercadorias destinados à implantação do "*Automated People Mover*" - APM para ligação da Linha 13 - Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM aos terminais de passageiros do Aeroporto Internacional de Guarulhos. (Portaria SRE 24/23).
- Prorrogação, de 31-05-2023 para 30-09-2023, da Portaria CAT 10/20, que estabelece a base de cálculo da substituição tributária do ICMS na saída de produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, a que se refere o artigo 313-Z20 do RICMS. (Portaria SRE 29/23).
- Alteração das Portarias SRE 69/22 e 74/22, que alteram a Portaria CAT 68/19, que divulga a relação de mercadorias sujeitas ao regime da substituição tributária com retenção antecipada do ICMS no Estado de São Paulo. (Portaria SRE 30/23).
- Alteração da Portaria CAT 68/19, que divulga a relação de mercadorias sujeitas ao regime da substituição tributária com retenção antecipada do ICMS no Estado de São Paulo. (Portaria SRE 31/23 e 58/23).
- Alteração da Portaria CAT 20/20, que estabelece a base de cálculo do imposto na saída de produtos da indústria alimentícia, a que se refere o artigo 313-X do RICMS. (Portaria SRE 32/23 e 42/23).
- Alteração da Portaria CAT 103/14, que dispõe sobre o cadastro de empresa desenvolvedora de programas aplicativos de comunicação com o Sistema Autenticador e Transmissor - SAT de Cupons Fiscais Eletrônicos - CF-e-SAT. (Portaria SRE 33/23).
- Alteração da Portaria CAT 12/15, que dispõe sobre a emissão da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica - NFC-e (NF-e, modelo 65) e do Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica - DANFE - NFC-e, sobre o credenciamento de contribuintes e dá outras providências. (Portaria SRE 34/23).
- Alteração da Portaria CAT 147/12, que dispõe sobre a emissão do Cupom Fiscal Eletrônico - CF-e--SAT por meio do Sistema de Autenticação e Transmissão - SAT, a obrigatoriedade de sua emissão, e dá outras providências. (Portarias SRE 35/23 e 84/23).
- Divulgação de valores atualizados para fins de determinação da base de cálculo da substituição tributária de bebidas alcoólicas, refrigerantes, águas e outras bebidas. (Portaria SRE 40/23, 57/23 e 72/23).
- Disposição sobre os procedimentos a serem adotados pelos contribuintes do ICMS relativamente às operações que especifica. (Portaria SRE 41/23).
- Divulgação, para o período de 01-08-2023 a 30-04-2026, da base de cálculo da substituição tributária do ICMS na saída de produtos da indústria alimentícia, a que se refere o artigo 313-X do RICMS. (Portaria SRE 43/23).
- Disposição sobre o credenciamento para fins de aplicação do diferimento previsto no Convênio ICMS 199/22 e no Convênio ICMS 15/23, que dispõem sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis. (Portaria SRE 48/23).
- Disposição sobre a hipótese de não lavratura do Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM. (Portaria SRE 51/23).
- Alteração da Portaria CAT 18/21, que dispõe sobre os pedidos de regimes especiais previstos nos artigos 479-A e 489 do RICMS, e dá outras providências. (Portaria SRE 52/23).
- Alteração da Portaria CAT 42/18, que estabelece disciplina para o complemento e o ressarcimento do imposto retido por sujeição passiva por substituição ou antecipado e dispõe sobre procedimentos correlatos. (Portaria SRE 53/23).

- ii. Alteração da Portaria CAT 115/08, que dispõe sobre os procedimentos para a transferência de saldos credores e devedores do ICMS para fins de apuração e recolhimento centralizados do imposto. (Portarias SRE 54/23).
- Alteração da Portaria CAT 31/19, que dispõe sobre as atividades dos operadores logísticos para o armazenamento de mercadorias pertencentes a terceiros contribuintes do ICMS. (Portaria SRE 55/23).
- Divulgação, para o período de 01-10-2023 a 30-06-2026, da base de cálculo da substituição tributária do ICMS na saída de produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, a que se refere o artigo 313-Z20 do RICMS. (Portaria SRE 59/23).
- Divulgação, para o período de 01-11-2023 a 31-10-2024, da base de cálculo da substituição tributária do ICMS na saída de medicamentos de uso humano e outros produtos farmacêuticos a que se refere o artigo 313-A do RICMS. (Portaria SRE 64/23).
- Disposição sobre a apropriação e utilização de crédito acumulado do ICMS. (Portaria SRE 65/23).
- Revogação de dispositivos da Portaria CAT 32/96, da Portaria CAT 85/07, da Portaria CAT 55/98, e da Portaria CAT 52/07. (Portaria SRE 66/23).
- Alteração de dispositivos da Portaria CAT 140/10, que disciplina o credenciamento de pessoa jurídica, na condição de sujeito passivo de tributos estaduais, para recebimento de comunicação eletrônica por meio de Domicílio Eletrônico do Contribuinte - DEC. (Portaria SRE 67/23).
- Alteração da Portaria CAT 79/03, que uniformiza e disciplina a emissão, escrituração, manutenção e prestação das informações dos documentos fiscais emitidos em via única por sistema eletrônico de processamento de dados. (Portaria SRE 68/23).
- Alteração da Portaria CAT 48/17, que estabelece a base de cálculo na saída de mercadorias que especifica com destino a revendedores que atuam no segmento de vendas a consumidor final pelo sistema porta-a-porta. (Portaria SRE 70/23).
- Alteração da Portaria CAT 49/17, que estabelece a base de cálculo na saída de produtos de perfumaria e higiene pessoal, a que se referem os artigos 313-F e 313-H do Regulamento do ICMS, com destino a revendedores que atuam no segmento de vendas a consumidor final pelo sistema porta-a-porta. (Portaria SRE 71/23).
- Alteração da Portaria CAT 55/09, que dispõe sobre a emissão do Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e e do Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico - DACTE e dá outras providências. (Portarias SRE 73/23 e 77/23).
- Alteração da Portaria CAT 102/13, que dispõe sobre a emissão do Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais - MDF-e, do Documento Auxiliar do Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais - DAMDFE e dá outras providências. (Portaria SRE 74/23).
- Alteração da Portaria CAT 27/15, que disciplina o reconhecimento de imunidade, a concessão de isenção, a dispensa de pagamento e a restituição relativamente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, e dá outras providências. (Portaria SRE 75/23).
- Fixação de valor mínimo para o cálculo do ICMS nas operações com revestimento cerâmico classificado como “Extra” ou “Tipo A”. (Portaria SRE 78/23).
- Fixação de valor mínimo para o cálculo do ICMS nas operações com blocos ou tijolos cerâmicos para construção. (Portaria SRE 79/23).
- Fixação de valores mínimos para o cálculo do ICMS nas operações com gado e carne. (Portaria SRE 83/23).
- Alteração da Portaria CAT 18/13, que estabelece procedimentos para o reconhecimento da isenção do ICMS na aquisição de veículo automotor novo por pessoa com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autista e na operação interna com acessórios e adaptações especiais para serem instalados em veículo automotor. (Portaria SRE 85/23).

Comunicados SRE

Foram elaboradas **6 minutas de Comunicado SRE**, dentre as quais destaca-se a publicação das seguintes medidas:

- Esclarece sobre a cessação de uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF. (Comunicado SRE 10/23).
- Esclarece sobre a não obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica - NF3e por contribuintes paulistas a partir de 1º de junho de 2024, como anteriormente previsto, que deverão continuar emitindo a Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica, modelo 6. (Comunicado SRE 13/23).
- Esclarece sobre a cobrança da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos - TFSD para retificação da Escrituração Fiscal Digital - EFD. (Comunicado SRE 15/23).

- Divulga valores em reais da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos e da Taxa de Defesa Agropecuária para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024. (Comunicado SRE 17/23).

Decisão Normativa
Foi elaborada **1 minuta de Decisão Normativa**, com a publicação da seguinte medida:
- Permitir o crédito de energia elétrica por estabelecimento prestador de serviços de telecomunicação. revogação da DN 02/04 (DN 01/23).

COORDENAÇÃO DO CONTENCIOSO E DA CONSULTORIA E ASSESORAMENTO NO CONFAZ

Em 2023, a Coordenadoria de Consultoria Tributária e Contencioso Administrativo Tributário - CCON:
- Coordenou e aprovou as atividades da CT, do TIT e da DRF.
- Participou de diversas reuniões presenciais e virtuais com contribuintes e com entidades representativas de setores econômicos.
- Forneceu subsídios à Subsecretaria da Receita Estadual - SRE para atendimento às demandas do TCE.
- Elaborou pareceres em suporte jurídico-tributário à SRE.
- Realizou estudos de temas jurídico-tributários expressivos para a Administração.
- Proveu informações à SRE para atendimento às demandas da Assessoria de Comunicação - ASCOM.
- Forneceu respostas e informações ao Serviço de Informações ao Cidadão - SIC.
- Forneceu Notas Técnicas em subsídio à PGE para auxílio à defesa do Estado.
- Em 2023, tratou **409 expedientes** digitais no sistema SP Sem Papel e **849 processos** digitais no sistema SEI.
- Assessorou o Secretário nas discussões e defesas de pleitos internos nas reuniões do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e participou das reuniões da Comissão Técnica Permanente do ICMS -COTEPE e dos Grupos de Trabalho do CONFAZ - GTs.

Assessoramento à COTEPE, ao CONFAZ e ao Comitê Gestor do Simples Nacional

Convênios

Em 2023 foram **firmados 228 convênios**, dentre os quais, destacam-se, por sua importância, os seguintes:
- Convênios ICMS n° 005/23 e 149/23, que autorizam do Estado de São Paulo a conceder ampliação do prazo de pagamento do ICMS nas condições que especifica.
- Convênio ICMS n° 010/23, 012/23, 019/23, 024/23, 065/23, 074/23, 085/23 e 112/23, que alteram o Convênio ICMS nº 199/22, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto.
- Convênio ICMS n° 011/23, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com gasolina e etanol anidro combustível, nos termos da Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto.
- Convênio ICMS n° 013/23, que prorroga e altera as disposições do Convênio ICMS nº 198/22, que dispõe sobre a base de cálculo do ICMS nas operações sujeitas ao regime de substituição tributária para Diesel S10, Óleo Diesel, Gás Liquefeito de Petróleo GLP/P13 e GLP, e dá outras providências.
- Convênios ICMS n° 015/23, 023/23, 076/23 e 110/23, que alteram o Convênio ICMS nº 15/23, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com gasolina e etanol anidro combustível, nos termos da Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto.
- Convênio ICMS n° 016/23, que altera o Convênio ICMS nº 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária relativo ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) devido pelas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, relacionados no Anexo VII do Convênio ICMS 142/18, e estabelece os procedimentos para o controle, apuração, repasse, dedução, ressarcimento e complemento do imposto.

- Convênio ICMS n° 021/23, que autoriza as unidades federadas a conceder crédito presumido para as operações de saída de óleo diesel e biodiesel quando destinados a empresa concessionária ou permissionária de transporte coletivo de passageiros.
- Convênio ICMS n° 022/23, que autoriza as unidades federadas a concederem benefícios fiscais nas operações com biodiesel.
- Convênio ICMS n° 025/23, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder crédito presumido para as operações de saída referentes aos produtos elencados na cláusula primeira do Convênio ICMS nº 199/22 e na cláusula primeira do Convênio ICMS nº 15/23, nas hipóteses que especifica.
- Convênio ICMS n° 026/23, que dispõe sobre o reconhecimento do direito ao creditamento, pelo sujeito passivo, do ICMS cobrado na forma da Lei Complementar nº 192/22, em relação às operações subsequentes com Gasolina C, Óleo Diesel B, Óleo Combustível, GLP e GLGN, observadas a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e as legislações estaduais e distrital.
- Convênio ICMS n° 027/23, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder crédito presumido ICMS na saída de óleo diesel para embarcação pesqueira, nas condições que especifica.
- Convênio ICMS n° 029/23, que autoriza as unidades federadas a conceder crédito presumido nas operações com óleo diesel marítimo (NCM 2710.19.2, CEST 06.006.08).
- Convênio ICMS n° 036/23, que altera o Convênio ICMS nº 114/17, que autoriza os Estados que menciona a conceder isenção do ICMS nas saídas internas com equipamentos e componentes para geração de energia elétrica solar fotovoltaica destinada ao atendimento do consumo de prédios próprios públicos estaduais que especifica.
- Convênio ICMS n° 042/23, que altera o Convênio ICMS nº 87/02, que concede isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal.
- Convênio ICMS n° 043/23, que altera o Convênio ICMS nº 131/21, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção do ICMS nas operações com radiofármacos, radioisótopos e fármacos utilizados exclusivamente para radiomarcação, empregados em procedimentos de medicina nuclear.
- Convênio ICMS n° 044/23, que altera o Convênio ICMS nº 133/02, que reduz a base de cálculo do ICMS nas operações interestaduais realizadas por estabelecimento fabricante ou importador, sujeitos ao regime de cobrança monofásica das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS, a que se refere a Lei Federal nº 10.485, de 03.07.2002.
- Convênio ICMS n° 045/23, que altera o Convênio ICMS nº 95/12, que dispõe sobre a concessão de redução de base de cálculo do ICMS nas saídas de veículos militares, peças, acessórios e outras mercadorias que especifica.
- Convênio ICMS n° 050/23, que dispõe sobre a adesão do Estado de Minas Gerais e altera o Convênio ICMS nº 28/05, que autoriza os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins a conceder isenção do ICMS relativo à importação de bens destinados à modernização de Zonas Portuárias do Estado.
- Convênio ICMS n° 051/23, que altera o Convênio ICMS nº 153/15, que dispõe sobre a aplicação dos benefícios fiscais da isenção de ICMS e da redução da base de cálculo de ICMS autorizados por meio de convênios ICMS às operações e prestações interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS, localizado em outra unidade federada.
- Convênio ICMS n° 052/23, que revoga dispositivos do Convênio ICMS nº 195/22, que altera o Convênio ICMS nº 142/18.
- Convênio ICMS n° 053/23, que altera o Convênio ICMS nº 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes.
- Convênio ICMS n° 054/23, que revoga dispositivos do Convênio ICMS nº 108/22, que altera o Convênio ICMS nº 142/18.
- Convênio ICMS n° 055/23, que dispõe sobre a exclusão do Estado do Espírito Santo e altera o Convênio ICMS nº 224/17, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder isenção do ICMS nas operações internas com produtos essenciais ao consumo popular que compõem a cesta básica.

- Convênio ICMS n° 061/23, que altera o Convênio ICMS nº 26/23, que dispõe sobre o reconhecimento do direito ao creditamento, pelo sujeito passivo, do ICMS cobrado na forma da Lei Complementar nº 192/22, em relação às operações subsequentes com Gasolina C, Óleo Diesel B, Óleo Combustível, GLP e GLGN, observadas a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e as legislações estaduais e distrital.
- Convênio ICMS n° 062/23, que altera e revoga o Convênio ICMS nº 206/21, que dispõe sobre a concessão de tratamento tributário diferenciado, nas condições que especifica, aos produtores de biodiesel para apuração e pagamento do ICMS incidente nas respectivas operações, realizadas com diferimento ou suspensão do imposto.
- Convênio ICMS n° 063/23, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder crédito presumido de até 100% (cem por cento) do valor da alíquota “ad rem” do ICMS nas operações com óleo diesel e biodiesel quando destinados a órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias.
- Convênio ICMS n° 064/23, que altera o Convênio ICMS nº 15/23, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com gasolina e etanol anidro combustível, nos termos da Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto, e o Convênio 199/22, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto.
- Convênio ICMS n° 071/23, que altera o Convênio ICMS nº 63/23, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder crédito presumido de até 100% (cem por cento) do valor da alíquota “ad rem” do ICMS nas operações com óleo diesel e biodiesel quando destinados a órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias.
- Convênio ICMS n° 081/23, que autoriza as unidades federadas a conceder redução da base de cálculo do ICMS nas operações de importação realizadas por remessas postais ou expressas.
- Convênio ICMS n° 083/23, que prorroga as disposições do Convênio ICMS nº 224/17, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder isenção do ICMS nas operações internas com produtos essenciais ao consumo popular que compõem a cesta básica.
- Convênio ICMS n° 086/23, que altera o Convênio ICMS nº 52/91, que concede redução da base de cálculo nas operações com equipamentos industriais e implementos agrícolas.
- Convênio ICMS n° 089/23, que altera o Convênio ICMS nº 141/11, que autoriza a concessão de crédito outorgado do ICMS correspondente ao valor do ICMS destinado pelos seus contribuintes a projetos desportivos.
- Convênio ICMS n° 090/23, que altera o Convênio ICMS nº 177/21, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder isenção do ICMS incidente sobre as aquisições de bens de consumo por cidadãos em situação de vulnerabilidade social e econômica, mediante a devolução do imposto devido, nos termos do Programa ICMS Personalizado.
- Convênio ICMS n° 092/23, que altera o Convênio ICMS nº 87/02, que concede isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal.
- Convênio ICMS n° 093/23, que altera o Convênio ICMS nº 100/21, que autoriza a concessão de isenção do ICMS nas operações com medicamento destinado a tratamento da Atrofia Muscular Espinal - AME.
- Convênio ICMS n° 096/23, que convalida procedimentos de apuração de ICMS e ICMS ST da Refinaria de Manaus S.A., sucessora da Petróleo Brasileiro S.A. - Reman, decorrentes das inconsistências nas informações apresentadas nos relatórios do sistema SCANC, referentes às operações com combustíveis, ocorridas no período de outubro de 2022 a fevereiro de 2023.
- Convênio ICMS n° 100/23, que dispõe sobre a adesão dos Estados do Amapá e Santa Catarina e altera o Convênio ICMS nº 55/98, que autoriza a concessão de isenção do ICMS nas operações internas com mercadorias destinadas a pessoas portadoras de deficiência física, auditiva ou visual.
- Convênio ICMS n° 101/23, que altera o Convênio ICMS nº 162/94, que autoriza os Estados e o Distrito Federal conceder isenção do ICMS nas operações com medicamentos destinados ao tratamento de câncer.
- Convênio ICMS n° 105/23, que altera o Convênio ICMS nº 143/10, que autoriza as unidades federadas que menciona a isentar o ICMS devido na operação relativa à saída de gênero alimentício produzido por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e que se destinem ao atendimento da alimentação escolar nas escolas de educação básica pertencentes à rede pública estadual e municipal de ensino do Estado, decorrente

do Programa de Aquisição de Alimentos - Atendimento da Alimentação Escolar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

- Convênio ICMS n° 106/23, que altera o Convênio ICMS nº 102/17, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com pneumáticos, câmaras de ar e protetores de borracha relacionados no Anexo XVI do Convênio ICMS 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes.
- Convênio ICMS n° 111/23, que convalida procedimentos, dispensa a cobrança de acréscimos legais e estabelece prazo para a compensação dos valores entre as unidades federadas, decorrentes das inconsistências apresentadas nas versões do programa SCANC, referentes às operações ocorridas no período de maio a agosto de 2023.
- Convênio ICMS n° 120/23, que autoriza as unidades federadas a conceder isenção do ICMS nas operações com bens e mercadorias destinados às concessionárias e às autorizatárias de transporte ferroviário de cargas e passageiros.
- Convênio ICMS n° 122/23, que altera os Convênios ICMS nº 81/23 e nº 18/95 e revoga o Convênio ICMS nº 47/22.
- Convênio ICMS n° 123/23, que altera o Convênio ICMS nº 60/18, que dispõe sobre o tratamento tributário do ICMS e o controle de circulação de mercadorias ou bens que sejam objeto de remessas expressas internacionais processadas por intermédio do “SISCOMEX REMESSA” realizadas por empresas de transporte internacional expresso porta a porta (empresas de courier).
- Convênio ICMS n° 127/23, que altera o Convênio ICMS nº 7/19, que autoriza os Estados que menciona a conceder crédito presumido de ICMS nas operações realizadas pelos estabelecimentos que exerçam atividade econômica de fabricação de produtos do refino de petróleo e de gás natural, bem como a redução de juros e multas e a remissão parcial do imposto, na forma que especifica.
- Convênio ICMS n° 133/23, que prorroga as disposições do Convênio ICMS nº 85/11, que autoriza os Estados que menciona a conceder crédito outorgado de ICMS destinado a aplicação em investimentos em infraestrutura.
- Convênio ICMS n° 139/23, que altera o Convênio ICMS nº 143/10, que autoriza as unidades federadas que menciona a isentar o ICMS devido na operação relativa à saída de gênero alimentício produzido por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e que se destinem ao atendimento da alimentação escolar nas escolas de educação básica pertencentes à rede pública estadual e municipal de ensino do Estado, decorrente do Programa de Aquisição de Alimentos - Atendimento da Alimentação Escolar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, e convalida as operações praticadas nos termos do Convênio ICMS nº 143/10.
- Convênio ICMS n° 145/23, que altera o Convênio ICMS nº 100/21, que autoriza a concessão de isenção do ICMS nas operações com medicamento destinado a tratamento da Atrofia Muscular Espinal - AME.
- Convênio ICMS n° 146/23, que altera o Convênio ICMS nº 162/94, que autoriza os Estados e o Distrito Federal conceder isenção do ICMS nas operações com medicamentos destinados ao tratamento de câncer.
- Convênio ICMS n° 147/23, que altera o Convênio ICMS nº 38/12, que concede isenção do ICMS nas saídas de veículos destinados a pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, síndrome de Down ou autistas.
- Convênio ICMS n° 148/23, que altera o Convênio ICMS nº 201/17, que dispõe sobre a obrigatoriedade da geração e entrega de arquivos eletrônicos de controle auxiliar para contribuintes prestadores de serviços de comunicação que emitem seus documentos fiscais nos termos do Convênio ICMS 115/03, que dispõe sobre a uniformização e disciplina a emissão, escrituração, manutenção e prestação das informações dos documentos fiscais emitidos em via única por sistema eletrônico de processamento de dados para contribuintes prestadores de serviços de comunicação e fornecedores de energia elétrica.
- Convênio ICMS n° 156/23, que altera o Convênio ICMS nº 126/98, que dispõe sobre concessão de regime especial, na área do ICMS, para prestações de serviços de telecomunicações, e dá outras providências.
- Convênio ICMS n° 157/23, que altera o Convênio ICMS nº 115/03, que dispõe sobre a uniformização e disciplina a emissão, escrituração, manutenção e prestação das informações dos documentos fiscais emitidos em via única por sistema eletrônico de processamento de dados para contribuintes prestadores de serviços de comunicação e fornecedores de energia elétrica.

- Convênio ICMS n° 158/23, que dispõe sobre a adesão do Estado do Paraná e altera o Convênio ICMS nº 112/13, que autoriza a concessão de redução de base de cálculo do ICMS nas saídas internas de biogás e biometano.
- Convênio ICMS n° 162/23, que dispõe sobre a adesão do Estado de Minas Gerais e altera o Convênio ICMS nº 181/17, que autoriza a dilação de prazo de pagamento do ICMS e autoriza a remissão e a anistia de créditos tributários do ICMS, constituídos ou não, decorrentes da dilação de prazo de pagamento do imposto.
- Convênio ICMS n° 165/23, que dispõe sobre a adesão do Estado do Pará e altera o Convênio ICMS nº 18/92, que autoriza os Estados que menciona a reduzir a base de cálculo do ICMS nas saídas de gás natural.
- Convênio ICMS n° 167/23, que autoriza as unidades federadas a remitir e anistiar os créditos tributários de ICMS, constituídos ou não, inscritos ou não na Dívida Ativa, relativos à eventual diferença entre a aplicação da carga tributária vigente na unidade federada e a carga prevista no Convênio ICMS 81/23.
- Convênio ICMS n° 169/23, que altera o Convênio ICMS nº 98/96, que dispõe sobre a uniformização dos dados relativos ao Boletim de Arrecadação Mensal dos Estados e do Distrito Federal e do Informativo de Arrecadação Mensal.
- Convênio ICMS n° 171/23, que altera o Convênio ICMS nº 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes.
- Convênio ICMS n° 174, que dispõe sobre a remessa interestadual de bens e mercadorias entre estabelecimentos de mesma titularidade.
- Convênio ICMS n° 178, que dispõe sobre a remessa interestadual de bens e mercadorias entre estabelecimentos de mesma titularidade.
- Convênio ICMS n° 180, que altera o Convênio ICMS 190/17, que dispõe, nos termos autorizados na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, sobre a remissão de créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, bem como sobre as correspondentes reinstituições, e dá outras providências.
- Convênio ICMS n° 181, que altera o Convênio ICMS n° 73/11, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder isenção do ICMS nas operações internas e em relação ao diferencial de alíquotas, incidente nas aquisições de mercadorias destinadas às obras para implantação de modal de mobilidade urbana, em região metropolitana.
- Convênio ICMS n° 187, que altera o Convênio ICMS nº 16/15, que autoriza a conceder isenção nas operações internas relativas à circulação de energia elétrica, sujeitas a faturamento sob o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de que trata a Resolução Normativa nº 482, de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
- Convênio ICMS n° 191, que altera o Convênio ICMS nº 115/21, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder parcelamento de débitos, tributários e não tributários, de contribuintes em processo de recuperação judicial ou em liquidação nas condições que especifica.
- Convênio ICMS n° 195, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder isenção do ICMS nas operações com ativadores de vulcanização da borracha produzidos a partir de resíduos gerados pela indústria de celulose.
- Convênio ICMS n° 198, que autoriza as unidades federadas que menciona a efetuar ajuste nos benefícios fiscais relativos ao ICMS em vigor, de forma a que se preservem os mesmos percentuais efetivamente praticados em 31 de dezembro de 2023.
- Convênio ICMS n° 203, que altera o Convênio ICMS nº 42/16, que autoriza os estados e o Distrito Federal a criar condição para a fruição de incentivos e benefícios no âmbito do ICMS ou reduzir o seu montante.
- Convênio ICMS n° 205, que dispõe sobre a uniformização das informações do Boletim Informativo de Arrecadação Mensal dos Estados e do Distrito Federal.
- Convênio ICMS n° 207, que altera o Convênio ICMS nº 206/21, que dispõe sobre a concessão de tratamento tributário diferenciado, nas condições que especifica, aos produtores de biodiesel para apuração e pagamento do ICMS incidente nas respectivas operações, realizadas com diferimento ou suspensão do imposto.
- Convênio ICMS n° 209, que altera o Convênio ICMS nº 62/23, que altera e revoga o Convênio ICMS nº 206/21, que dispõe sobre a concessão de tratamento tributário diferenciado, nas condições que

especifica, aos produtores de biodiesel para apuração e pagamento do ICMS incidente nas respectivas operações, realizadas com diferimento ou suspensão do imposto.

- Convênio ICMS n° 210, que autoriza as unidades federadas que menciona a instituir transação nos termos que especifica.
- Convênio ICMS n° 211, que autoriza as unidades federadas que menciona a não exigir crédito tributário relativo ao ICMS, decorrente da complementação da diferença de alíquotas internas,referente ao estoque de mercadorias sujeitas ao regime de antecipação e ao regime de substituição tributária, na forma que especifica.
- Convênio ICMS n° 213, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder crédito presumido do ICMS na saída de óleo diesel e biodiesel destinadas às empresas concessionárias ou permissionárias de transporte público coletivo de passageiros da Região Metropolitana de Belém.
- Convênio ICMS n° 218, que altera o Convênio ICM nº 44/75 que, dispõe sobre a isenção de produtos hortifrutigranjeiros.
- Convênio ICMS n° 219, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder suspensão do ICMS nas operações de remessas para estocagem subterrânea de gás natural nacional.
- Convênio ICMS n° 220, que altera o Convênio ICMS nº 79/20, que autoriza as unidades federadas que menciona a dispensar ou reduzir juros, multas e demais acréscimos legais, mediante quitação ou parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, inclusive os decorrentes da situação de emergência em saúde pública causada pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) na forma que especifica.
- Convênio ICMS n° 223, que altera o Convênio ICMS nº 175/21, que autoriza as unidades federadas que menciona a reduzir juros e multas mediante parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, na forma que especifica.
- Convênio ICMS n° 226, que prorroga as disposições de diversos convênios ICMS que dispõem sobre benefícios fiscais.
- Convênio ICMS n° 228, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a permitir a aplicação pelos contribuintes das normas de emissão de documento fiscal vigentes em cada Unidade Federada em 31 de dezembro de 2023 nas transferências interestaduais de mercadorias entre estabelecimentos de mesma titularidade até a regulamentação interna dos novos procedimentos.

Protocolos

O objetivo precípuo dos Protocolos firmados por São Paulo é tratar dos produtos sujeitos à substituição tributária ou às operações com suspensão do ICMS como a industrialização/produção/criação sob encomenda. Em 2023 foram **firmados 39 protocolos**, dentre os quais, destacam-se por sua importância, os seguintes:

- Protocolo ICMS n° 002/23 e 018/23, que alteram o Protocolo ICMS nº 20/05, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com sorvetes e com preparados para fabricação de sorvete em máquina.
- Protocolo ICMS n° 003/23, que altera o Protocolo ICMS nº 53/17, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios relacionados no Anexo XVII do Convênio ICMS 142/18.
- Protocolo ICMS n° 005/23, que altera o Protocolo ICMS n º 41/08, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações interestaduais com autopeças.
- Protocolo ICMS n° 006/23, que altera o Protocolo ICMS nº 97/10, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações interestaduais com autopeças.
- Protocolo ICMS n° 007/23, que altera o Protocolo ICMS nº 17/04, que estabelece procedimentos nas operações com álcool etílico hidratado combustível - AEHC e álcool para fins não-combustíveis que especifica.
- Protocolo ICMS n° 008/23, que dispõe sobre a remessa de produto vegetal e insumos agrícolas, com suspensão do ICMS, para depósito nos Estados que menciona.
- Protocolo ICMS n° 011/23, que dispõe sobre a exclusão do Estado de Sergipe e altera o Protocolo ICMS nº 32/92, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com os materiais de construção que especifica.
- Protocolo ICMS n° 012/23, que dispõe sobre a exclusão do Estado de Sergipe e altera o Protocolo ICMS nº 85/11, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção e congêneres.
- Protocolo ICMS n° 013/23, que altera o Protocolo ICMS nº 3/23, que altera o Protocolo ICMS nº 53/17.

- Protocolos ICMS n° 014/23, 016/23 e 020/23, que alteram o Protocolo ICMS nº 64/15, que dispõe sobre remessas de petróleo bruto para formação de lote para posterior exportação.
- Protocolo ICMS n° 015/23, que estabelece procedimentos para operacionalização do benefício previsto no Convênio ICMS nº 27/23, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder crédito presumido ICMS na saída de óleo diesel para embarcação pesqueira, nas condições que especifica.
- Protocolo ICMS n° 017/23, que dispõe sobre a suspensão do ICMS na remessa de mercadorias, derivadas de extração ou produção própria, para formação de lote em recinto não alfandegado e posterior exportação direta pelo remetente.
- Protocolo ICMS n° 019/23, que dispõe sobre a remessa interestadual de Coque Verde de Petróleo dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul para formação de lote de exportação em recinto não alfandegado, localizado em Santa Catarina, com suspensão do ICMS.
- Protocolo ICMS n° 021/23, que altera o Protocolo ICMS nº 40/19, que estabelece procedimentos diferenciados para a emissão do Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e - relativo à prestação de serviço de transporte ferroviário de produtos destinados à exportação pelo Porto de Santos ou pelos demais portos da Baixada Santista, na hipótese que especifica.
- Protocolo ICMS n° 023/23, que altera o Protocolo ICMS nº 40/19, que estabelece procedimentos diferenciados para a emissão do Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e - relativo à prestação de serviço de transporte ferroviário de produtos destinados à exportação pelo Porto de Santos ou pelos demais portos da Baixada Santista, na hipótese que especifica.
- Protocolos ICMS n° 024/23 e 025/23, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios.
- Protocolo ICMS n° 28/23, que altera o Protocolo ICMS nº 2/06, que dispõe sobre a operação que antecede a exportação de ônibus e micro-ônibus, disciplinando o trânsito do chassi pela indústria de carroceria.
- Protocolo ICMS n° 30/23, que dispõe sobre a exclusão do Estado da Bahia do Protocolo ICM nº 16/85, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com lâmina de barbear, aparelho de barbear descartável e isqueiro.
- Protocolo ICMS n° 33/23, que altera o Protocolo ICM nº 17/85, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com lâmpada elétrica, diodos e aparelhos de iluminação.
- Protocolo ICMS n° 34/23, que prorroga as disposições do Protocolo ICMS nº 48/16, que dispõe sobre as operações com ração para engorda de frangos, insumos e aves, promovidas entre estabelecimentos abatedores e produtores que entre si mantêm contrato de integração e parceria, estabelecidos nos Estados de Minas Gerais e de São Paulo.
- Protocolo ICMS n° 35/23, que altera o Protocolo ICMS nº 26/04, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com rações para animais domésticos.

Ajustes SINIEF

Em 2023 foram **publicados 52 Ajustes SINIEF** (Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais) que tratam de obrigações acessórias das mais diversas. Dentre os que foram aprovados, destacam-se os seguintes:

- Ajustes SINIEF n° 001/23, 004/23, 038/23, 039/23 e 040/23, que alteram o Convênio s/nº, de 15 de dezembro de 1970.
- Ajustes SINIEF n° 002, 007/23, 014/23 e 015/23, que alteram o Ajuste SINIEF nº 1/19, que institui a Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica, modelo 66, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica.
- Ajustes SINIEF n° 003/23 e 037/23, que alteram o Ajuste SINIEF nº 7/05, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.
- Ajustes SINIEF n° 005/23 e 026/23, que alteram o Ajuste SINIEF nº 7/22, que Institui a Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica, modelo 62, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica.
- Ajuste SINIEF n° 006/23, que altera o Ajuste SINIEF nº 50/22, que altera o Ajuste SINIEF nº 9/07.
- Ajuste SINIEF n° 008/23, que altera o Ajuste SINIEF nº 3/20, que institui a Guia de Transporte de Valores Eletrônica - GTV-e
- Ajustes SINIEF n° 009/23 e 021/23, que alteram o Ajuste SINIEF nº 36/19, que institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços - CT-e OS e o Documento Auxiliar do CT-e e Outros Serviços.

- Ajustes SINIEF n° 010/23 e 020/23, que alteram o Ajuste SINIEF nº 19/16, que institui a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, modelo 65, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica/23
- Ajuste SINIEF n° 011/23, alteram o Ajuste SINIEF nº 7/15, que dispõe sobre a unificação das obrigações acessórias que devem ser cumpridas pelas empresas e consórcios que explorem petróleo e gás natural no território nacional ou na plataforma continental.
- Ajuste SINIEF n° 012/23 e 025/23, que alteram o Ajuste SINIEF nº 9/07, que institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico e o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico.
- Ajuste SINIEF n° 017/23, que altera o Ajuste SINIEF nº 37/19, que institui o regime especial de simplificação do processo de emissão de documentos fiscais eletrônicos.
- Ajuste SINIEF n° 016/23, que altera o Convênio SINIEF nº 6/89, que institui os documentos fiscais que especifica e dá outras providências.
- Ajuste SINIEF n° 013/23, que altera o Ajuste SINIEF nº 10/22, que estabelece a obrigatoriedade da utilização da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e - em substituição à Nota Fiscal, modelo 4.
- Ajuste SINIEF n° 018/23, que altera o Ajuste SINIEF nº 35/22, que estabelece procedimentos relativos às operações internas e interestaduais para o armazenamento de mercadorias pertencentes a contribuintes do ICMS destinadas a Operador Logístico.
- Ajuste SINIEF n° 019/23, que altera o Ajuste SINIEF nº 11/10, que autoriza as unidades federadas que identifica a instituir o Cupom Fiscal Eletrônico - CF-e e dispõe sobre a sua emissão por meio do Sistema de Autenticação e Transmissão de Cupom Fiscal Eletrônico - SAT-CF-e.
- Ajuste SINIEF n° 022/23, que altera o Ajuste SINIEF nº 5/21, que institui a Declaração de Conteúdo eletrônica - DC-e e a Declaração Auxiliar de Conteúdo eletrônica - DACE.
- Ajuste SINIEF n° 023/23, que altera o Ajuste SINIEF nº 21/10, que institui o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais - MDF-e.
- Ajuste SINIEF n° 024/23, que altera o Ajuste SINIEF nº 1/21, que dispõe sobre o tratamento diferenciado aplicável aos contribuintes do ICMS para cumprimento de obrigações tributárias relacionadas ao processamento de gás natural.
- Ajuste SINIEF n° 027/23, que autoriza a disponibilização de informações quanto à existência de Manifestos Eletrônicos de Documentos Fiscais - MDF-e - não encerrados.
- Ajuste SINIEF n° 028/23, que altera o Ajuste SINIEF nº 11/11, que estabelece disciplina relacionada com as operações de retorno simbólico e novo faturamento de veículos autopropulsados, máquinas, plantadeiras, colheitadeiras, implementos, plataformas, e pulverizadores, na forma que especifica.
- Ajuste SINIEF n° 029/23, que altera o Ajuste SINIEF nº 3/22, que altera o Convênio s/nº, de 15 de dezembro de 1970, e revoga o Ajuste SINIEF nº 16/20.
- Ajuste SINIEF n° 030/23, que altera o Convênio SINIEF nº 6/89, que institui os documentos fiscais que especifica e dá outras providências.
- Ajuste SINIEF n° 031/23, que altera o Ajuste SINIEF n°1/17, que institui o Bilhete de Passagem Eletrônico, modelo 63, e o Documento Auxiliar do Bilhete de Passagem Eletrônico.
- Ajuste SINIEF n° 032/23, que altera o Ajuste SINIEF nº 3/18, que concede tratamento diferenciado às operações de circulação e prestações de serviços de transporte de gás natural por meio de gasoduto.
- Ajuste SINIEF n° 033/23, que dispõe sobre a adesão do Estado da Bahia e altera o Ajuste SINIEF nº 27/23, que autoriza a disponibilização de informações quanto à existência de Manifestos Eletrônicos de Documentos Fiscais - MDF-e - não encerrados.
- Ajuste SINIEF n° 034/23, que altera o Ajuste SINIEF nº 11/19, que altera o Convênio S/Nº, de 1970, que instituiu o Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais - SINIEF, relativamenteao Código Fiscal de Operações e Prestações - CFOP.
- Ajuste SINIEF n° 035/23, que altera o Ajuste SINIEF nº 14/19, que altera o Ajuste SINIEF 07/05, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.
- Ajuste SINIEF n° 036/23, que dispõe sobre a exclusão do Estado de São Paulo e altera o Ajuste SINIEF nº 1/19, que institui a Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica, modelo 66, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica.
- Ajuste SINIEF n° 041/23, que dispõe sobre a adesão do Estado do Espírito Santo e altera o Ajuste SINIEF nº 27/23, que autoriza a disponibilização de informações quanto à existência de Manifestos Eletrônicos de Documentos Fiscais - MDF-e - não encerrados.
- Ajuste SINIEF n° 42, que altera o Ajuste SINIEF nº 1/21, que dispõe sobre o tratamento diferenciado aplicável aos contribuintes do ICMS para cumprimento de obrigações tributárias relacionadas ao processamento de gás natural.

- Ajuste SINIEF n° 47, que altera o Ajuste SINIEF nº 9/22, que institui o Provedor de Assinatura e Autorização de Documentos Fiscais Eletrônicos - PAA, com a finalidade de simplificar os procedimentos de autorização de uso dos Documentos Fiscais Eletrônicos, em conformidade com a Lei nº 14.063/20.
- Ajuste SINIEF n° 50, que altera o Ajuste SINIEF nº 39/23, que altera o Convênio s/nº, de 1970, de 15 de dezembro de 1970.

Convalidação - LC nº 160/17 e Convênio ICMS nº 190/17

Em decorrência das determinações nos atos normativos que estabeleceram e especificaram a convalidação, em 2023 foram realizadas as seguintes atividades:

- Registro e depósito dos atos normativos e concessivos referentes aos meses de outubro de 2022 a setembro de 2023.
- Análise dos dados disponibilizados pela Secretaria Executiva do CONFAZ (SE-CONFAZ) referentes aos registros e depósitos já realizados, para fins de emissão dos certificados.
- Acompanhamento da publicação, registro e depósito realizados pelos demais Estados, com análise dos pedidos extemporâneos submetidos ao CONFAZ.
- Respostas a consultas e expedientes quanto à correta observância do procedimento de convalidação de benefícios concedidos por este e por outros Estados.
- Participações nas discussões sobre as alterações propostas por outras unidades federadas no Convênio ICMS nº 190/17.

Considerações Gerais

NOTA FISCAL PAULISTA - NFP

Principais ações desenvolvidas em 2023:

- Realização de diagnóstico do atual modelo de negócios do Programa Nota Fiscal Paulista e mapeamento das principais oportunidades de melhoria.
- Participação nas especificações e homologações referentes às manutenções corretivas e evolutivas nos sistemas que suportam o Programa Nota Fiscal Paulista.
- Participação nas especificações e homologações referentes à manutenção e evolução do sistema NFP-JUD. O sistema permite consulta de saldo, bloqueio de créditos e transferência de valores pelo próprio Poder Judiciário, agilizando e otimizando este processo, sem a necessidade de envio do Ofícios à Secretaria da Fazenda.
- Participação nas especificações e homologações referentes ao sistema para aplicação das penalidades previstas no artigo 7º da Lei 12.685/07 e demais atividades conjuntas com a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON.
- Prorrogação do prazo de autorização de cadastramento de documentos fiscais para 31 de dezembro de 2024.
- Atualizações do site da Nota Fiscal Paulista, incluindo a disponibilização de dados e informações relativas ao programa.
- Elaboração e encaminhamento do relatório de prestação de contas e balanço dos créditos concedidos, nos termos do artigo 10 da Lei 12.685/07.
- Elaboração e encaminhamento dos relatórios mensais contendo informações para registro na contabilidade.
- Prestação de informações e o atendimento à imprensa, quando demandados pela Assessoria de Comunicação.
- Especificação e homologação dos relatórios gerenciais.
- Gerenciamento e execução dos sorteios de prêmios previstos no inciso III do artigo 4º da Lei 12.685/07.
- Gestão dos contratos de auditorias externas.
- Suporte às áreas de atendimento da Sefaz-SP no que se refere às questões relativas ao Programa Nota Fiscal Paulista.
- Tratativas das demandas dos participantes do programa, em especial dos consumidores e das entidades sociais.

- Valores distribuídos pelo Programa em 2023:

Total distribuído	R$ 538.994.832,35
Créditos distribuídos	R$ 457.594.832,35
Prêmios distribuídos	R$ 81.400.000,00
Usuários atualmente cadastrados	22.540.950

SUBSECRETARIA DO TESOURO ESTADUAL

Ação 5022 - Administração Financeira

A Subsecretaria do Tesouro Estadual – STE tem por objetivo gerir os recursos financeiros do Estado, contribuindo para o equilíbrio fiscal e propiciando a manutenção dos serviços públicos e o aumento dos investimentos. Nos termos do art. 73, do Decreto nº 66.457, de 28/01/2022, cabe à STE assessorar o Secretário nos assuntos relativos às finanças do Estado; coordenar e supervisionar as atividades realizadas pela Coordenadoria da Administração Financeira - CAF e da Contadoria Geral do Estado - CGE; promover integração da CAF e da CGE com os Grupos Setoriais de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas - GSPOFP; coordenar programas de capacitação de seus servidores e dos gestores financeiros do Estado; promover o desenvolvimento e aprimoramento dos sistemas de gestão financeira e contábil do Estado; desenvolver ações e promover parcerias com órgãos e entidades dos setores público e privado, em assuntos relacionados à contabilidade e às finanças públicas.

Considerações Gerais

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

A Coordenadoria de Administração Financeira tem as atribuições estabelecidas no art. 74 do Decreto nº 66.457, de 28/01/2022, a saber: coordenar e supervisionar as atividades, como órgão central, do Sistema de Administração Financeira do Estado e do Sistema de Pagamento de Pessoal da administração direta do Poder Executivo, exceto Polícia Militar; coordenar a gestão dos contratos da dívida do Estado; monitorar a situação de regularidade fiscal e previdenciária dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado; supervisionar as ações relacionadas aos haveres do Estado; aprovar manifestações das áreas técnicas sobre matérias com repercussão financeira, demandadas pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado; editar normas e orientações relativas às receitas orçamentárias e à execução financeira do Tesouro.

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

A execução financeira do Estado envolve i) a administração do **Fluxo de Caixa do Tesouro**, com a movimentação financeira anual da ordem de R$ 266,2 bilhões; ii) gerenciamento das aplicações financeiras da **Conta Única do Tesouro** com uma carteira, em 29 de dezembro de 2023, de R$ 38,7 bilhões; iii) execução orçamentária e financeira das **transferências constitucionais aos Municípios**, no montante de R$ 64,5 bilhões em 2023; e iv) transferência de recursos do Tesouro ao **Regime Especial de Pagamento de Precatórios** no valor de R$ 3,5 bilhões em 2023, além de R$ 3,6 bilhões referentes a depósitos judiciais transferidos ao Tribunal de Justiça.

Para a operacionalização da execução financeira, o DFE conta com sistemas, todos integrados ao SIAFEM/SP: **Sistema de Execução Financeira**, que permite aos gestores financeiros dos órgãos e entidades da administração estadual o gerenciamento e a execução automatizada das Programações de Desembolso – PD's (documento eletrônico de pagamento), envolvendo cerca de 1,7 milhão documentos/ano; **Sistema de Transferências Voluntárias**, que disponibiliza informações de transferências financeiras do Estado aos Municípios e Entidades decorrentes da celebração de convênios e/ou outros instrumentos similares, para a realização de obras e/ou serviços de interesse comum; e **Sistema Integrado da Receita**, que permite a projeção e acompanhamento da arrecadação das receitas orçamentárias, bem como a confirmação de excesso de arrecadação e superávitfinanceiro solicitada pelos Fundos Especiais de Despesa, Autarquias, Fundações e Empresas Dependentes.

Durante o ano de 2023, além da gestão financeira de recursos expressivos, o departamento focou em melhorar seus processos, organizando informações relacionadas ao fluxo de caixa para garantir tempestividade e qualidade da informação. Também foi realizado um levantamento sobre fundos, resultando na proposição de redução significativa desses pela extinção e incorporação a outros fundos existentes.

ADMINISTRAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DO ESTADO

O Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE processa a folha de pagamento da administração direta do Poder Executivo, exceto Polícia Militar, com um universo de cerca de 453 mil servidores públicos ativos e dos que percebem complementação de aposentadoria (Lei nº 4819/58), pensões especiais e pensão alimentícia. Com a edição da Lei nº 16.877, de 19 de dezembro de 2018, passou a administrar também a Carteira dos Advogados, a Carteira das Serventias, a Carteira do Servidor Municipal - CASEM, a Carteira de Previdência dos Economistas e a Carteira de Previdência dos Vereadores e Prefeitos do Estado de São Paulo, transferidas do Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo – IPESP para a Secretaria da Fazenda e Planejamento, envolvendo 11.125 pagamentos mensais em 2023.

Destaques:

A inserção de dados no **Sistema de Folha de Pagamento** é feita de três maneiras: manual (671.736 operações efetuadas pelas unidades do DDPE), internet (2.666.263 lançamentos efetuados pelas unidades de recursos humanos das Secretarias) e integração de sistemas (6.509.794 entradas de dados informatizados);

Desagendamentos efetuados para evitar pagamentos indevidos, com o cancelamento junto ao Banco do Brasil de créditos já programados, de situações decorrentes de falecimento, exoneração e dispensa, comunicados após o fechamento da folha. Em 2023 foram 10.333 cancelamentos deixando de creditar indevidamente R$ 14,9 milhões;

Em 2023 foram realizados 10.032 atendimentos no **Fale Conosco – Correio Eletrônico**, com a prestação de informações e esclarecimentos inerentes a pagamento dos servidores públicos ativos e aos que percebem complementação de aposentadoria, Lei nº 4819/58, pensões especiais e pensão alimentícia, envolvendo orientações relacionadas à legislação de pessoal, folha de pagamento, e aos usuários da internet quanto ao acesso dos serviços disponibilizados, tais como, consulta ao demonstrativo de pagamento, comprovante de rendimentos e criação de senha;

Fornecimento de subsídios à Procuradoria Judicial na defesa da Fazenda e ao Tribunal de Justiça para elaboração da conta de liquidação, e em 2023 foram 21.249 processos, envolvendo cerca de 55 mil autores/servidores. Com o objetivo de agilizar o atendimento de demandas judiciais foi implantado em fevereiro/2015 **Workflow de Demandas Judiciais** no Centro de Informações ao Poder Judiciário - CIPJ e que vem passando por implementação de diversas melhorias, integrado aos Centros de Despesa de Pessoal (Capital e Interior), atendendo as necessidades, como padronização da forma de trabalho, controle de localização de processos, arquivamento eletrônico das peças judiciais propiciando a diminuição no gasto de papel e no retrabalho e aumentando a eficiência na execução das tarefas e no prazo estipulado;

Gerenciamento dos descontos de consignação na folha de pagamento dos servidores ativos e inativos do Estado, nos termos do Decreto nº 60.435/2014 e atualizações posteriores, e Resoluções SF, de 181 entidades consignatárias; análise de novos pedidos de entidades para credenciamento e/ou novos tipos de descontos; demanda de auditorias; e proposta de cancelamento de entidades, quando necessário. A partir de 2014, conta com o **Sistema de Controle de Consignações,** desenvolvido pela Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP, mediante convênio firmado entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda e Planejamento, a Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN e a CIP, e integrado com a folha de pagamento das Secretarias, Polícia Militar e Autarquias, propiciando os seguintes benefícios: i) o servidor público, por meio do site www.saopauloconsig.org.br, poderá consultar as taxas do custo efetivo total praticadas pelas instituições bancárias para os empréstimos, fazer simulações para obtenção de crédito consignado, bem como fazer o controle e gerir a margem consignável; e ii) as entidades consignatárias (associações, sindicatos, instituições bancárias e outras) terão acesso único para incluir e gerenciar toda consignação em folha de pagamento, no exato momento da contratação de produtos e serviços pelo servidor, desde que este possua margem consignável disponível.

Operações realizadas no exercício de 2023:

EXERCÍCIO 2023				
Entidades Credenciadas	**Qtde**	**Total de lançamentos de consignação em folha de pagto.**	**Valor consignado (R$)**	**Valor custeio – receita ao erário (R$) (1)**
Não financeira	151	8.867.316	881.331.847,47	8.813.318,47
Financeira (bancos e cooperativas)	31	8.879.352	6.169.421.791,73	25.193.236,29
Total	**182**	**17.746.668**	**7.050.753.639,20**	**34.006.554,76**

- início, em setembro de 2020, do desenvolvimento do Portal **eSocial**-SPGov pelo Departamento de Tecnologia da Informação – DTI, da Secretaria da Fazenda e Planejamento, juntamente com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, com vistas ao cumprimento do cronograma estabelecido pelo e-Social – Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, instituído pelo Decreto federal nº 8.373/2014, para unificar a prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, padronizando sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo ambiente nacional do e-Social. Em 22 de outubro de 2020 foi publicada no Diário Oficial da União – DOU a Portaria Conjunta nº 76/2020, que dispôs sobre o cronograma de implantação do eSocial, estabelecendo o início da obrigatoriedade de utilização do eSocial em julho/2021; em 11 de novembro de 2020 foi publicada a Portaria Conjunta RFB/SEPRT nº 82/2020, que aprovou a versão S-1.0 do leiaute e do Manual de Orientação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial); e em 02 de julho de 2021, publicada a Portaria Conjunta SEPRT/RFB/ME nº 71/2021, que dispôs sobre o cronograma de implantação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial), retificada pela Portaria Conjunta MTP/RFB/ME nº 2, de 19 de abril de 2022.

Fases	Data Implantação	Estágio das Fases
1ª Fase (Eventos de tabelas)	21/07/2021	Concluído envio do S1000, S1005, S1010 e S1020
2ª Fase (Eventos não periódicos: dados pessoais e funcionais)	22/11/2021	Enviado parcialmente evento S2200, S2400, S2410 e preparando envio dos próximos eventos
3ª Fase (Eventos periódicos: dados de folha de pagamento)	22/08/2022	Em fase de transmissão dos arquivos ao Governo Federal (Folhas de 08/2022 a 12/2023) da Administração Direta.
4ª Fase (Eventos de saúde e segurança do trabalhador)	01/01/2023	Nada enviado – competência da UCRH – Unidade Central de Recursos Humanos da Secretaria de Gestão e Governo Digital

O Portal eSocial-SPGov foi instituído pelo Decreto estadual nº 66.012, de 15 de setembro de 2021, e a Resolução SFP 59, de 08 de novembro de 2021, dispôs sobre a sua implantação no âmbito da Administração Pública direta e autárquica, cujos procedimentos de utilização do Portal foram regulamentados pela Portaria CAF-G nº 19, de 09 de novembro de 2021.

GESTÃO DOS HAVERES E DÍVIDA DO ESTADO

O **Departamento de Gestão da Dívida e Haveres do Estado (DGDH)** tem a responsabilidade estratégica de gerir a **Dívida Estadual**, cujo **estoque consolidado** em dezembro de 2023 totalizou R$ 347,3 bilhões, dos quais R$ 30,4 bilhões (8,7% da dívida consolidada) referem-se a precatórios e outras dívidas não contratuais e R$ R$ 317,0 bilhões (91,3% da dívida consolidada) referem-se à dívida contratual com a seguinte composição: contrato de refinanciamento da dívida com a União nosmoldes da Lei nº 9496/97, 272,5 bilhões (85,97 % da dívida contratual), dívida contratual indexada ao

câmbio com um saldo de R$ 31,3 bilhões (9,87% da dívida contratual) e outras dívidas contratuais com um saldo de R$ 13,2 bilhões (4,16% da dívida contratual).

O dispêndio do Tesouro Estadual com o **pagamento do serviço da dívida** totalizou R$ 24,1 bilhões em 2023 (execução orçamentária), dos quais R$ 17,4 bilhões (72,1% do total) referem-se à dívida refinanciada com a União nos moldes da Lei nº 9496/97, R$ 4,7 bilhões (19,3% do total) referem-se à dívida contratual indexada ao câmbio e R$ 2,1 bilhão (8,6 % do total) refere-se a outras dívidas contratuais. Em 2023 foi realizada a compensação das perdas de arrecadação do ICMS, prevista no art. 3º da Lei Complementar nº 194/2022, em cumprimento da tutela antecipada de urgência deferida pelo STF na Ação Civil Originária – ACO nº 3.590, no valor de R$ 3,8 bilhões, na dívida refinanciada com a União nos moldes da Lei nº 9496/97, em função disso a execução financeira do serviço da dívida foi de R$ 20,3 bilhões em 2023. O Art. 4º da LC 201/2023 estabeleceu a incorporação, por meio de aditivo contratual, ao saldo devedor vincendo do Refinanciamento da Lei 9.496/1997 com a União, dos valores que foram compensados em valores superiores àqueles previstos no Anexo da LC 201/2023. No caso do Estado de São Paulo, estes valores correspondem a R$ 869.160.000,00 relativos ao exercício de 2022 e a R$ 3.776.820.000,00 relativos ao exercício de 2023. Estes valores foram incorporados ao saldo devedor em 01/01/2024 no DV0001094 (CONTA GRAFICA - COMPENSACAO PERDA DO ICMS DECORRENTE DA LC 194/22- ACO 3590 MC/SP), como ajuste de exercícios anteriores, e serão transferidos para o DV0001086 (LEI FEDERAL 9496/97 PROGRAMA DE APOIO AJUSTE FISCAL DO ESTADO PR.SF 2435/97 CONTR:22/05/97 VENC:21/05/2047-ALTERACAO LC 148/2014, ACORDO GOVERNADORES DE 20/06/2016 E LC 156/2016 - JUNTO A UNIAO), após a assinatura do aditivo contratual previsto no Art. 4º da LC 201/2023. Na posição 31/12/2023, este valor correspondia a R$ 5.127.791.701,57.

Registre-se a atuação do **DGDH** nos processos de contratação (preparação dos cronogramas financeiros das operações a contratar e das projeções do serviço da dívida para inserção no SADIPEM), conduzidos pela Assessoria de Captação de Recursos, das seguintes operações em 2023: Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo 3ª Fase junto ao BID (US$ 480,1 milhões); Programa São Paulo Mais Digital junto ao BID (US$ 164,2 milhões); Implantação da Linha 6 – Laranja do Metrô (Subcrédito B) junto ao BNDES (R$ 1,5 bilhão).

O **DGDH** é responsável também pela gestão do Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – **CADIN Estadual**, que registra os créditos do Estado e seus respectivos devedores, impedindo-os de serem contratados ou receberem recursos e terem liberados os créditos oriundos da Nota Fiscal Paulista até a sua regularização. Trata-se de importante ferramenta de recuperação de créditos. Desde a sua implantação, em 22 de setembro de 2008, até 31 de dezembro de 2023, propiciou o ingresso de R$ 14,9 bilhões ao Estado, correspondendo a 23,9 milhões de pendências regularizadas. A Lei 17.843 de 07 de novembro de 2023 alterou a forma de comunicação das pendências do CADIN Estadual de via postal ou telegráfica para publicação no Diário Oficial do Estado, podendo, complementarmente, ser utilizada a via postal ou outro meio eletrônico de comunicação. Com essa mudança, deverá ocorrer uma substancial redução dos custos relativos à comunicação das pendências inscritas no CADIN Estadual.

Com a publicação da Resolução SFP-33 de 31/05/2023, foi declarada a extinção do Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo - IPESP. Com isso os processos de novação de créditos do **Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS** passaram a ser conduzidos pelo **DGDH**. Em fevereiro de 2023 foram recebidos relativos aos contratos da terceira e quarta novação (assinados no final de 2022 pelo IPESP), R$ 431,9 milhões em dinheiro e R$ 67,6 milhões em títulos. Adicionalmente, o contrato relativo à quinta novação no valor de R$ 2,8 milhões (posição 12/2023) está em processo de finalização da minuta para assinatura junto à STN/PGFN. Foram feitas ainda, em 2023, as seguintes manifestações pelo **DGDH**: manifestação de interesse relativa aos processos de novação: VAF 3 e 4: R$ 205,6 milhões, e manifestação de concordância para abertura de processo de novação: VAF 1 e 2: R$ 1,0 milhão (valores na posição 12/2023).

Adicionalmente o **DGDH** é responsável pela manutenção do Estado em situação de **regularidade perante à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional**, o que viabiliza o recebimento de repasses financeiros federais, a realização de contratação de operações de crédito (captação de recursos para o Estado) e a assinatura de convênios (transferências voluntárias). A assistência técnica prestada pela equipe consiste na orientação dos órgãos e entidades estaduais em relação às suas obrigações, bem como, no monitoramento dos mais de 1.300 CNPJ's pertencentes aos diversos órgãos da administração direta do Estado de São Paulo, sendo que esse monitoramento se dá pelo acompanhamento dos CNPJ´s Matriz (165) dos órgãos do Estado.

CONTADORIA GERAL DO ESTADO – CGE

A Contadoria Geral do Estado foi alçada à Coordenadoria no exercício de 2022, com o Decreto nº 66.457, de 28/01/2022, que define no artigo 86 as seguintes atribuições como órgão Central do Sistema Contábil do Estado: consolidar as contas públicas do Estado e adotar as providências necessárias ao levantamento do Balanço Geral do Estado; expedir normas sobre procedimentos contábeis no âmbito do Estado: administrar os sistemas informatizados sob sua responsabilidade; implantar o processo de convergência as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público; implantar o Sistema de Custos dos Serviços Públicos; coordenar os serviços de contabilidade pertinentes aos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado, orientando e prestando apoio técnico necessário; desenvolver políticas contábeis no âmbito do Estado; coordenar a elaboração e divulgação do Balanço Geral do Estado e dos demonstrativos fiscais da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

No sistema **Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM/SP**, contamos com cadastrado de 15.951 usuários, que fazem a alimentação dos registros contábeis, distribuídos em 1.825 unidades gestoras setoriais espalhadas pelo Estado. As principais atividades desenvolvidas no SIAFEM/SP em 2023: alterações no sistema em atendimento à Portaria STN n° 1.447, de 14/06/2022 que aprovou a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), vigente para o exercício de 2023; aperfeiçoamentos no processo de atualização e de conversão das informações do plano de contas do SIAFEM/SP para atendimento a prestação de contas a Secretaria do Tesouro Nacional, através da Matriz de Saldos Contábeis; implementação dos novos critérios de contabilização da compensação entre o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público – RPPS do Estado e os demais regimes de previdência; aprimoramento da apuração e registro contábil do ajuste de perdas da dívida ativa, em parceria com a Procuradoria Geral do Estado; desenvolvimento do projeto de alteração da codificação e dos controles de informações referente às fontes de recursos no SIAFEM/SP, adotadas em 2023 por força da Portaria STN 710/2021.

O **Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária – SIGEO** é a principal base das informações Orçamentárias e Financeiras do Portal da Transparência do Estado, também das informações das contas patrimoniais e de controle, que disponibiliza acesso a consultas prontas, geração de gráficos interativos e geoprocessamento das informações. Em 2023 destacam-se: processo de automatização dos relatórios gerenciais do Centro de Análises Contábeis e Informações, para elaboração dos demonstrativos da LRF e da integração de informações com o Sistema de Geração do Balanço Geral do Estado; inclusão e disponibilização de áreas de assunto para gerenciamento de informações sobre a Escrituração Fiscal Digital de Retenções (EFD-REINF) com base nas informações alimentadas através do Contabiliza/SP das Retenções de INSS; Atualização das áreas de assunto de Custos com nova parametrização das informações das Secretaria da Educação e de Desenvolvimento Social; Criação de novos conceitos para Despesa e Receita, visando gerenciar o cancelamento de Dotação Inicial, bem como a Dedução Constitucional da Receita.

Para os controles da gestão do patrimônio mobiliário e de estoques do Estado e atendimento as novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público, no **Sistema de Administração de Materiais – SAM** foram concluídos os trabalhos de implantação do módulo de controle de estoques em 554 unidades gestoras do Estado, com a movimentação de informações e de registro contábil de forma integrada com o ContabilizaSP; realizado o desenvolvimento do módulo de bens móveis com implantação num total de 747 unidades gestoras, das quais 321 finalizaram o processo de integração com o ContabilizaSP de forma que os controles de bens móveis e os registros contábeis acontecem de forma automática, no plano de expansão temos 280 unidades gestoras com a finalização da implantação do módulo bens móveis no decorrer do ano de 2024.

O **ContabilizaSP** reúne, num mesmo portal, os sistemas de administração financeira e contábil, de responsabilidade da Subsecretaria do Tesouro Estadual, e atende a interface com o SIAFEM/SP na web, como ferramenta facilitadora da atuação dos usuários do SIAFEM/SP, trazendo inovações e funcionalidades parametrizadas que auxiliam na alimentação e regisro de informações dos documentos contábeis, como também consultas gerenciais pré-formatadas e gráficos disponibilizados aos gestores públicos. Os documentos contábeis do SIAFEM/SP possuem no Portal uma versão com recursos de produtividade nos processos com grande volume de dados cadastrados, a exemplo da contabilização da folha de pagamento, de diárias e de adiantamentos, automatizados com o objetivo de reduzir a necessidade de grandes estruturas de recursos humanos nas setoriais. Principais

destaques: Migração das transações e comandos do SIAFEM/SP para o ContabilizaSP; melhorias das etapas de captura e transmissão de informações do projeto Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações
Fiscais (EFD-Reinf), módulo do ContabilizaSP e utilizado pela administração pública para transmitir informações dos rendimentos pagos e retenções de contribuições sociais a Receita Federal do Brasil.

No **Sistema de Custos dos Serviços Públicos do Estado de São Paulo**: No exercício de 2023 desenvolvido importante trabalho de parametrizações que incorporaram ao objeto de custo a definição de indicadores de desempenho que contribuem para aperfeiçoar a formulação do Plano Plurianual, da Proposta Orçamentária e dos Planos Setoriais; Prover informações gerenciais para subsidiar tomada de decisões; e disponibilizar aos gestores públicos ferramenta que permita aprimorar a gestão de sua unidade. Como projeto financiado pelo PROFISCO II, do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, e contando com o apoio técnico do Fundo Monetário Internacional – FMI e a parceria da Consultoria da Fundação de Pesquisas Econômicas - FIPE. No exercício de 2023 destacam-se os trabalhos de desenvolvimento dos novos protótipos do Sistema de Custos nas Secretarias da Educação, Desenvolvimento Social, Centro Paula Souza, UNIVESP e Fundação Casa, com a revisão do processo de automatização de carga das informações no sistema de custos através do processamento e análise das API's (informações de custos - automatizadas) junto à Secretaria de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Social. Finalizando os trabalhos de 2023 com o projeto Processo de Governança da Informação de Custos na Secretaria de Administração Penitenciária, cujo objetivo é fortalecer a metodologia de apuração das informações de custos tratando a disseminação do conhecimentos sobre o sistema e estimulando a análise de custos nos setoriais, com o envolvimento da alta direção da pasta, mediante a capacitação e treinamento dos usuários do Sistema de Custos na análise de suas informações. O próximo passo da implantação do Modelo de Governança em Custos se dará na Secretaria de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Social, atendendo, também, as diretrizes pactuadas no Planejamento Estratégico da SEFAZ.

COORDENADORIA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO

Ação 5023 – Administração Geral

Esta ação é essencial para que as unidades da Secretaria da Fazenda e Planejamento realizem suas atividades, garantindo a manutenção e continuidade dos serviços prestados ao cidadão com qualidade e satisfação, utilizando de forma eficiente os recursos humanos, materiais e de serviços, além de manter o controle orçamentário e financeiro de todas as unidades administrativas da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Também dá suporte administrativo às Unidades Gestoras Executoras (UGEs), atendendo as necessidades de suprimentos, serviços e infraestrutura, gerando condições para o desenvolvimento das atividades finalísticas da Secretaria.

Gerenciamento e maximização da aplicação dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis, com base na Lei Orçamentária Anual-LOA.

Planejar, gerenciar, coordenar, controlar e, quando for o caso, executar as atividades relacionadas com:

1) Os Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária;

2) Os serviços de suprimentos e apoio à gestão de contratos, de patrimônio, transportes internos motorizados, engenharia e manutenção, comunicações administrativas e segurança e outras atividades complementares;

3) A política de gestão, desenvolvimento e qualidade de vida das pessoas, e as atividades inerentes àadministração de vida funcional dos servidores.

Essas atividades são exercidas na Capital pelo Departamento de Orçamento e Finanças–DOF, pelo Departamento de Suprimentos e Infraestrutura–DSI e pelo Departamento de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas-DRHGP; e nas Regionais pelo Departamento de Administração Regional–DAR, através dos Centros Regionais de Administração–CRAs e seus Núcleos de Finanças-NFs, Núcleos de Suprimentos e Infraestrutura–NSIs e Núcleos de Recursos Humanos–NRHs.

Atividades, no âmbito da Secretaria da Fazenda e Planejamento, afetas:

1) Ao Departamento de Orçamento e Finanças-DOF, referentes ao controle orçamentário e

financeiro,emitindo todos os documentos necessários para a readequação do orçamento junto a área de Planejamento e Orçamento, bem como, todos os documentos referentes à execução de despesas juntoao SIAFEM e SIAFISICO;

2) Ao Departamento de Suprimentos e Infraestrutura-DSI, referentes os serviços de suprimentos e apoio à gestão de contratos, de patrimônio, transportes internos motorizados, engenharia e manutenção, comunicações administrativas e segurança e outras atividades complementares;

3) Ao Departamento de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas-DRHGP, referentes a administraçãoda vida funcional dos servidores;

4) Ao Departamento de Administração Regional-DAR, referentes aos serviços relacionados a recursos humanos, orçamento e finanças, suprimentos, infraestrutura e suporte à tecnologia da informação, atendendo às Unidades das Regionais Fazendárias de sua região administrativa.

Principais atividades realizadas no exercício de 2023

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – DOF

O Departamento de Orçamento e Finanças - DOF é responsável pela gestão da execução dos recursos orçamentários e financeiros, referentes a custeio e investimento da Secretaria da Fazenda e Planejamento. Atende demandas das Unidades Gestoras dos edifícios SEDE, DRTCI, II e III, sediadas na Capital. Presta apoio e atendimento às Unidades Regionais, totalizando 82 Unidades Gestoras Executoras (UGEs) atendidas. As atribuições legais estrutura e atuação do departamento dispõe-se na legislação estadual, Decreto nº 66.457, de 28 de janeiro de 2022.

O DOF tem por missão gerenciar e executar os recursos orçamentários e financeiros da SEFAZ,com transparência e responsabilidade, contribuindo para otimização dos recursos e a satisfação de seus clientes. E tem por missão ser referência na execução orçamentária e financeira de recursos públicos e reconhecido como uma equipe qualificada, motivada e proativa que utiliza ferramentas inovadoras e integradas.

Destaca-se, no exercício de 2023, a realização das principais atividades do Departamento:

No âmbito Orçamentário: • Proposta Orçamentária Setorial • Distribuição da LOA; • Acompanhamento da Execução; • Alteração orçamentária; • Relatórios Gerenciais; • Encerramento do exercício.	**No âmbito da Execução Financeira:** • Despesas de Bens e Serviços; • Adiantamentos; • Diárias; • Ressarcimento de despesas; • Restituições; • Pagamento de Utilidades Públicas.

Execução Orçamentária

De janeiro a dezembro/2023, o DOF executou 90% do orçamento disponibilizado, incluindo os repasses autorizados pela Secretaria, perfazendo um montante de R$ 2,18 bilhões de reais, sendo 1,08 bi oriundos da fonte Tesouro e 1,10 bi de outras fontes de receita.A execução orçamentária obedeceu aos parâmetros legais da Lei Orçamentária Anual (LOA) e Decreto de Execução Orçamentária. Para subsidiar a tomada de decisões, elaborou-se relatórios gerenciais conforme modelo abaixo.

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO	RESERVA	CRED EMP NO MÊS	LIQUIDADO NO MÊS
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	**2.566.695.745**	**430.839**	**2.311.784.104**	**2.182.165.399**
150010 - RECURSOS NAO VINC DE IMPOSTOS - TESOURO	1.200.688.537	430.839	1.181.484.427	1.085.183.958
175320 - RECURSOS PROV DE TAXAS, CONTRIBUICOES E PRECOS PUBLICOS - VINCULADOS ESTADUAIS	22.870.170	0	22.870.170	10.218.423
275478 - RECURSOS DE OPERACOES DE CREDITO - OPERACAO CREDITO - EXTERNA	39.665.511	0	39.046.541	30.358.755
175478 - RECURSOS DE OPERACOES DE CREDITO - OPERACAO CREDITO - EXTERNA	89.911.457	0	88.575.711	76.597.009
189930 - OUTROS RECURSOS VINCULADOS - FED	1.213.560.070	0	979.807.255	979.807.255

Ressalte-se que quando necessário, foram analisadas e solicitadas alterações orçamentárias e remanejamentos de recursos entre as unidades de despesas da SEFAZ, através do SAO – Sistema de Alteração Orçamentária.

Manifestações prévias

Nos contratos em que o valor ultrapassou R$20 milhões de reais, elaborou-se análise dos expedientes de Manifestações Prévias, obedecendo ao disposto no Decreto nº 41.165/96, alterado pelo Decreto n° 67.590, de 22/03/2023, bem como, a análise dos documentos e justificativa no expediente de MP. Se necessário, solicita complementação.

Encerramento da execução orçamentária

Analisou e gerenciou as demandas durante a execução orçamentária, orientou as UGE's sobre diretrizes relativas ao encerramento da execução orçamentária, conforme Decreto nº 68.187, de11 de dezembro de 2023.

Execução Financeira

Atuou na análise, solicitação e conclusão sobre a liquidação da programação financeira diária da Secretaria da Fazenda e Planejamento, por meio dos Sistemas SEF e SIAFEM, consultando os fornecedores a pagar, caso haja restrição no CADIN, efetuou os comunicados da quebra da ordem cronológica, através do Diário Oficial do Estado-DOE.
Recebeu e conferiu os pedidos de liberação de pagamento de restituição de impostos e taxas encaminhados pelos Centros Regionais e pelo Núcleo de Restituição/SEDE.

Transmitiu orientações e treinamentos às Unidades da Pasta.

Emitiu relatórios de acompanhamento para subsidiar a diretoria do departamento, bem como atendeu demandas da alta administração.

Elaborou a Programação Financeira mensal dos pagamentos referentes ao Custeio e Investimento da SEFAZ.

Gerou a emissão de 33.934 Ordens Bancárias, no valor total de R$ 991.961.265,64, conforme tabela abaixo:

FONTE	VALOR	QTDE
TOTAL:	**991.961.265,64**	**33.934**
150010001	880.214.472,75	32724
175220003	3.391,24	47
175478053	52.781.785,69	326
175478069	23.837.040,82	45
186990001	3.191.450,85	372
275478053	22.034.225,81	323
275478061	1.469.017,15	48
275478069	8.429.881,33	49

Fonte:https://www.fazenda.sp.gov.br/Sef/ConsultaGestor/ParametroMarcarPdsLiberadas.aspx

Adicionalmente, realizou-se a programação financeira de 64 ordens bancárias para pagamento do fundo de modernização (Fundo de Modernização da Secretaria da Fazenda – fonte própria) no valor de R$ 25.522.819,49 (vinte e cinco milhões, quinhentos e vinte e dois mil, oitocentos e dezenove reais e quarenta e nove centavos), conforme tabela abaixo:

Execução da Atividas Relacionadas à Administração Orçamentaria e Financeira	Quantidade Documento Anual	Valor Anual
PAGAMENTOS FUNDO DE MORDENIZAÇÃO -FATS (FONTE PRÓPRIA)	**64**	**25.522.819,49**

Gestão do SIAFEM – CSCC NAVEGA

Analisou as solicitações de novas inclusões no SIAFEM/SCT e concedeu os níveis de acesso deacordo com o perfil dos servidores, bem como manteve atualizada a base de dados dos usuáriosativos e dos ordenadores de despesas, assim como transmitiu orientações e treinamentos aos usuários, conforme tabela:

Gerenciamento e Manutenção de Sistema			
Relatório Quantitativo			
Total Geral	**Troca de Senha**	**Recadastramento**	Usuário Excluído pelo Gestor
1061	**720**	**321**	**20**

CENTRO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

O Centro de Execução Financeira, em conjunto com seus núcleos, realizou as atividades relacionadas a seguir.

Certidões Emitidas (CND, CRF DOS CNPJs DA SEFAZ (MATRIZ)

Manteve atualizado o controle dos CNPJ da Pasta e realizou o acompanhamento diário do Sistema de Regularidade Previdenciária e Fiscal das unidades da SEFAZ e das empresas e autarquias vinculadas, perfazendo o total de **378** Certidões emitidas.

- CNPJ's (Matriz/Filial) – Emissão semestral de CND - Certidão Negativa de Débito referente aos CNPJ's Matriz da Pasta;
- Emissão mensal de CRF - Certificado de Regularidade do FGTS referente aos CNPJ's Matriz da Pasta;
- Atendeu, ainda, as obrigações acessórias dos CNPJ's da Matriz da SEFAZ/SEDEna Receita Federal.

Repasse de Créditos aos Consumidores Participantes do Programa de Incentivo à Cidadania

NOTA FISCAL PAULISTA – NFP

Gerenciou o relacionamento e manutenção das contas bancárias (tipo D) com os bancos credenciados para o repasse de créditos aos consumidores participantes do Programa de Incentivo à Cidadania;

Gerenciou a Programação de Pagamentos da Nota Fiscal Paulista. Efetuou transferências de repasse de créditos da Nota Fiscal Paulista – NFP aos bancos para processamento e pagamento aos consumidores. Confirmou e enviou à Diretoria de Informações - DI e ou áreas responsáveis,expedientes para regularização da conta da NFP dos consumidores que tiveram créditos devolvidos e informados pelos bancos;

Efetuou movimentações nas contas bancárias do Programa da Nota Fiscal Paulista, realizando a conciliação e a contabilização no SIAFEM, assim como a geração de relatórios de acompanhamento para o Gestor Financeiro.

Efetuou transações contábeis e financeiras dos créditos concedidos através do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo – Nota Fiscal Paulista, instituído pela Lei nº. 12.685 de 28 de agosto de 2007.

Realizou pagamentos de créditos da NFP - no valor total de R$ 362.595.070,83.

Atendeu às Ordens Judiciais referentes às transferências dos saldos de consumidores da NFP para depósito em juízo: total de 212 ordens atendidas, no valor total de R$ 1.021.905,65.

Bloqueios/Desbloqueios, Contabilização e Conciliação Bancária

Controlou as contas de responsabilidade do gestor financeiro da SEFAZ, no SIAFEM, efetuandoa conciliação bancária, lançamentos contábeis e transferências para conta Única e conta do Tesouro; Atendeu aos procedimentos de 280 bloqueios/desbloqueios judiciais de saldos em conta de responsabilidade do gestor financeiro, elaborou relatórios de controle atualizados com documentos da Ordem Judicial em arquivos eletrônicos.

Liquidação da Folha de Pessoal

Efetuou a liquidação da Folha de Pessoal, através do SIAFEM NET referente às unidades da SEFAZ/Sede, contabilizando 7.842 documentos entre Notas de Empenho e Notas de Lançamento.

Outras atividades do Centro de Execução Financeira foram desenvolvidas e executadas através dos Sistemas SIAFEM e SIAFÍSICO por intermédio de seus Núcleos, via lançamentos contábeis.

Restituições IPVA/PPD/MILT e Caução Contratual

Restituição IPVA/PPD/MILT e caução contratual: Processos atendidos: 2.562, perfazendo um valor total de R$ 6.365.031,95.

NÚCLEO DE DESPESA DE BENS E SERVIÇOS

Analisou técnica e legalmente os procedimentos de empenhamento, liquidação e emissão da programação de desembolso relativo aos processos de fornecimento de bens e serviços e despesas da Sede e DRTC's I, II, e III, contratados de forma que atenda a Lei 8666/93 e o disposto no item II, artigo 10 do Decreto-Lei 233 de 28/04/70, e providenciou os respectivos pagamentos.

Acompanhou e aplicou a legislação federal, estadual e municipal quanto a incidências ou não de retenção de tributos na fonte para os recolhimentos de INSS / ISS / IRRF, de acordo com IN RFB2110 de 01/11/2022 – Decreto municipal n.º 61.810 de 14/09/2022 e suas alterações e Decreto n.º 9.580 de 22/11/2018, respectivamente.

Informou mensalmente no EFD-REINF: INSS E IRRF sobre os serviços prestados.

Respondeu as solicitações e dúvidas de Auditoria, aos gestores dos contratos e aos fornecedores das unidades da SEFAZ/SEDE e DRTC's I, II e III.

NÚCLEO DE RESTITUIÇÃO

Efetuou os trâmites financeiros de 7.780 restituições de receita orçamentária e extras orçamentárias referentes a Taxas, Custas, ITCM, ICMS e Depósito Judicial, quando determinado em definitivo pelas respectivas unidades da DRTC - I, II e III.

Atuou na orientação aos contribuintes quanto aos procedimentos necessários para solicitação de pedidos de restituições diversas, bem como atuou na orientação/atendimento à Ouvidoria daSEFAZ.

NÚCLEO DE PAGAMENTO DE UTILIDADE PÚBLICAS E OUTROS SERVIÇOS

Recebeu, analisou e processou o pagamento das contas de despesas havidas com concessionárias de serviços de utilidade pública da SEFAZ/Sede e DRTC I, II e III, bem como ospagamentos referentes ao projeto INTRAGOV Rede/Telefonia;

Atuou no suporte e orientações para a elaboração do novo Sistema de Grandes Faturadores junto ao PRODIN/CAF;

Contabilizou documentos (Notas de Empenho, Notas de Lançamento e Programações de Desembolso, além de outros documentos inerentes à execução financeira dos contratos de utilidade pública, pagamento de Vale Transporte aos Celetistas da SEFAZ, pagamento de instrutores do programa de Capacitação, e atendeu demandas de pagamentos de diligências referentes à Carteira Predial do IPESP.

Executou também os pagamentos pendentes referentes a extinção da DERSA junto ao Departamento de Entidades Extintas.

NÚCLEO DE ADIANTAMENTOS, DIÁRIAS, E RESSARCIMENTO DE DESPESAS.

Efetuou a tomada de contas dos adiantamentos concedidos, dos recibos de transportes, de indenização/ressarcimento.

Atendeu aos Adiantamentos, dos pagamentos de: Diárias e Ajuda de Custo, Pessoal Requisitado com ressarcimento relativo ao ressarcimento de encargos e salários e das demais vantagens de sua função dos servidores afastados junto à SEFAZ, fornecido pelo órgão de origem do servidor, do Reembolso aos servidores do Programa de Apoio à Pós Graduação - PAPG - processo de concessão de bolsa de estudos reembolsável, Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais, Transportes e Indenizatório e relativos às unidades da SEFAZ/Sede e DRTC I,II, III e Gratificação de Representação do Gabinete do

Secretário, INSS e FGTS de pessoal.
Orientou e respondeu as solicitações, dúvidas e consultas dos responsáveis por adiantamento quanto ao seu cumprimento; aos usuários do Sistema de Diárias SP- pelo e-mail suportediárias@fazenda.sp.gov, dos servidores da Capital e Interior dos procedimentos com solicitação transportes e ressarcimento, das passagens aéreas nacionais e internacionais aos Gestores dos contratos das Unidades, dos ressarcimentos de diárias, transportes, e demais situações, da inclusão das informações mensais de diárias e passagens aéreas no portal da transparência do Governo do Estado de São Paulo.

ATIVIDADES DO NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO – NAA

Controlou o recebimento e o envio de documentos pelo Sistema de Gestão de Documentos – GDOC, incluindo a abertura de volumes de processos, distribuição e localização de documentos.

Controlou o Sistema SP Sem Papel que é uma plataforma corporativa para a produção,tramitação, gestão e controle de processos / documentos digitais, que garante a classificação dos documentos no ato de sua produção de acordo com a Política Estadual de Arquivos, sistemaencerrado no mês de maio do exercício de 2023.

Controlou o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) que é uma plataforma para a gestão digitalde documentos e processos, desenvolvida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4).

Controlou e organizou a expedição de expedientes, processos e outros documentos para destinatários internos, bem como as saídas de malotes do Centro de Execução Financeira de documentos como: MILT, IPVA, remessas de contas telefônicas e malotes com expediente/processos do Núcleo de Restituições, bem como demais processos/expedientes dasdemais áreas do DOF.
Acompanhou publicações no Diário Oficial do Estado - D.O.E. de assuntos de interesse do DOFe do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas – GSPOFP, enviando cópias aos interessados e mantendo registro em arquivo;

Requisitou e controlou os materiais necessários para suprir o departamento pelo Sistema de Administração de Materiais – SAM, que foi desenvolvido especialmente para os diversos órgãosda administração pública do Estado de São Paulo e é integrado aos sistemas da administração financeira, utilizando a estrutura organizacional do SIAFEM, a codificação de materiais do SIAFISICO e BEC.

Manteve atualizado o inventário dos itens do ativo permanente relativamente a móveis, utensílios e equipamentos alocados no departamento.

Acompanhou o acesso ao departamento, recepcionando contribuintes, visitantes e/ou servidores de outras áreas da Secretaria.

RELATÓRIO EXTRAÍDO (GDOC/SPSEMPAPEL/SEI) EM 2023	
Processos Movimentados pelo Departamento (Recebidos/Expedidose Tramitados)	23.415

Indicadores de desempenho

Elaborou indicadores de performance, monitorou a execução orçamentária e financeira e apurouos resultados, superando as metas estabelecidas pelo Departamento, conforme apresentado a seguir:

UNIDADE	INDICADOR ESPECÍFICO – IE	LINHA DE BASE	META	RESULTADO ANUAL
CTA-DOF	IE_{13} -Índice de desvio do fluxo financeiro	5,00%	2,20%	1 , 79 %
CTA-DOF	IE_{14} - Índice de controle darealização do orçamento disponibilizado	90,00%	97,00%	97 , 96 %

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS E INFRAESTRUTURA (DSI)

Trata-se de relatório descritivo sobre as funções do Departamento de Suprimentos eInfraestrutura (DSI), da Secretaria da Fazenda e Planejamento.
As principais realizações do DSI são:

Apoiar as unidades da Secretaria:

- Fornecer recursos humanos, materiais e de serviços para que as unidades daSecretaria realizem suas atividades.
- Garantir a qualidade e a satisfação dos serviços prestados ao cidadão.
- Manter o controle orçamentário e financeiro da Secretaria.

Dar suporte administrativo às Unidades Gestoras Executoras (UGEs):

- Atender às necessidades de suprimentos, serviços e infraestrutura das UGEs.
- Criar condições para o desenvolvimento das atividades finalísticas da Secretaria.

Gerenciar e maximizar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros:

- Fazer a gestão dos recursos orçamentários e financeiros da Secretaria com base na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- Maximizar o uso dos recursos disponíveis para alcançar os objetivos daSecretaria.

Planejar, gerenciar, coordenar, controlar e executar atividades:

- Planejar, gerenciar, coordenar, controlar e, quando necessário, executar as atividades relacionadas ao DSI.
- Isso inclui atividades de suprimentos, gestão de contratos, patrimônio, transportes internos, engenharia e manutenção, comunicações administrativas, segurança e outras atividades complementares.

Em resumo, o DSI é responsável por garantir o bom funcionamento da Secretaria daFazenda e Planejamento, fornecendo apoio administrativo e gerenciando os recursos da Secretaria de forma eficiente e eficaz.
Segue abaixo os dados que dão suporte ao *supra* relatado.

DOS DADOS

Suprimentos e Infraestrutura

Contratos de Obras/Reformas ainda não concluídos e com planejamento em andamento 2024 (B)	Valor em R$
Obra das rotas de fuga do Prédio Sede	R$ 24.524.419,74
Obra de Modernização da Cabine Primaria do Prédio Sede	R$ 23.900.799,25
Modernização dos elevadores do Prédio Sede	R$ 18.477.112,57
TOTAL	**R$ 66.902.331,56**

Licitações e Contratos - Modalidade	Quantidade
Tomada de Preço	1
Concorrência	0
Pregão Eletrônico	30
Ata de Registro de Preço	8
Contratos gerados pelas ATAS	26
Convite BEC	75
Dispensa de licitação – Ordem de Execução	480
Dispensa de licitação – Autorização de Fornecimento	04
Inexigibilidade – Autorização de Fornecimento	0
Inexigibilidade – Ordem de Execução	12
APR – Ordem de Execução	
Contrato vigente	176
Contratos e aditivos publicados	653
Convênios publicados	0
Prorrogações	58
Aditivos (alterações/Acréscimo/Diversos Assuntos)	35
Inexigibilidade de licitação (Contrato)	10
Dispensa de Licitação (Contratos)	13

Núcleo de Protocolo e Arquivo:

- 49.662 documentos eliminados,
- 7.637 documentos arquivados,
- 1.330 documentos solicitados para vistas e
- 941 documentos de atendimentos de reabertura.
- AIIMS – Documentos sob custódia: 2.296 atendimentos de solicitações.

Núcleo de Correspondência:

- 11.230 documentos recebidos,
- 9.458 documentos enviados e
- 950 aberturas de malotes.

Manutenção:

- atendidos 133.422 chamados para manutenção do prédio, sendo:
- 87.662 de manutenção corretiva,
- 38.759 de manutenção preventiva e
- 7.001 layouts de obras.

Transportes:

- atendidos 1.922 chamados de transporte por veículos oficiais:
- 87 para área de fiscalização e
- 1.835 para área administrativa.

Segurança:

- implantação de portaria eletrônica nos estacionamentos de motos na SEDE e portões automáticos na DRTC-II e DRTC-III,
- implantação de tags para liberação dos portões nos veículos oficiais e
- treinamento de Brigada de incêndio in company na SEDE e DRTC's
- implantação de portaria eletrônico no estacionamento do fornecedor,
- fechamento com grades dos pontos vulneráveis dos estacionamentos.
- alteração tempo de armazenamento das imagens para 60 dias.

Arquitetura:

- Tendo em vista a demanda de layouts observada nos últimos 12 meses, podemos estabelecer uma média:
  - 14 layouts/mês x 6 estudos cada – entre estudos, apresentação, modificações, aprovação, retorno para novas modificações e nova aprovação - a depender das especificidades de cada Unidade.
- Assim sendo, temos:
  - 14 solicitações/mês x 6 estudos cada = 84 estudos/mês;
  - 84 estudos/mês x 12 meses = 1.008 estudos/ano.
- Além dos Layouts outras atividades foram realizadas nos últimos 12 meses, quais sejam:
  - Reestruturação total da Ata de Registro de Preços de Comunicação Visual;
  - Levantamento e planificação de todas as Unidades existentes nos andares do PCR;
  - Participação ativa no CTA Comunica;
  - Estudos de Layout para ocasiões especiais como ENCAT 2023, etc.

Departamento de Suprimentos e Infraestrutura:

- Registro e publicação de 10 convênios em 2023.

Protocolo e Arquivo	
Documentos Eliminados	49.662
Arquivados	7.637
Solicitados para vistas	2.271
Solicitações atendidas	2.296
Correspondências	
Documentos recebidos	11.230
Documentos enviados	9.458
Aberturas de malotes	950
Manutenção	
Chamados atendidos	133.422
Alterações de layout	7.001
Transportes	
Atendidos para a área de Fiscalização	87
Atendidos para a área de Administração	1.835
Núcleo de Apoio Administrativo - NAA-DSI	
Certidões Emitidas	

Ofícios Expedidos	10
Memorandos Expedidos	36

Relação de Remessa Avulsa	106
Folhas de Ponto Emitidas	672
Frequências Lançadas	672
Férias Lançadas	112
Despachos Emitidos/Informações Emitidas	913
Processos Recebidos	658
Processos Encaminhados	884

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E GESTÃO DE PESSOAS –DRHGP

Planejamento e Controle de Recursos Humanos

Em atendimento ao disposto no artigo 47 do Decreto nº 60.449/2014, de 15 de maio de 2014, que regulamenta os procedimentos relativos à realização de concursos públicos, no âmbito da Administração direta e autárquica do Estado e dá providências correlatas, foram realizadas a avaliação e a identificação das necessidades de provimento de **1.115** (mil e cento e quinze) cargos e apresentadas as respectivas justificativas das áreas da Secretaria da Fazenda e Planejamento, para o exercício de 2024, distribuídos entre os cargos de: Auditor Fiscal da Receita Estadual, Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas, Especialista Contábil, Executivo Público e Técnico da Fazenda Estadual. Tais informações instruíram a Nota Técnica elaborada pelo CGEP sendo utilizadas para registro em sistema informatizado sob responsabilidade da Unidade Central de Recursos Humanos até o dia 30/04/2023.

Destacamos a solicitação de concurso público para o cargo Especialista Contábil trazida pela Subsecretaria do Tesouro Estadual, conforme processo SEI! 017.00119309/2023-42.

Roteirizações de processos de trabalho do DRHGP

O objetivo da roteirização é promover a gestão do conhecimento relativo às atividades realizadas pelas unidades administrativas do Departamento de Recursos Humanos e de Gestão de Pessoas, bem como padronizar os procedimentos necessários para a execução de cada um dos processos de trabalho.

Dessa forma, foram produzidas roteirizações de quatorze processos de trabalhos referentes as atividades priorizadas do DRHGP a saber: Afastamentos nos termos dos artigos 65 e 66 da Lei nº 10.261/68, Cessação de função fiscal, Concurso de Remoção, Concurso Público, Designação/cessação ASU, Estágio Probatório da LC 1.059/2008, Estágio Probatório da LC 1.080/2008, Inclusão e exclusão de agregados IAMSPE, Previsão Anual de Ingresso, Programa Conecte-se – Gestão de Conflitos, Programa QualiVida, Programa RenovAção, Promoção LC 1080/08 e Servidores Cedidos/Afastados de outros entes para prestar serviços na Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Estudo sobre Absenteísmo na SFP

O Centro de Gestão Estratégica de Pessoas realizou estudo sobre absenteísmo na SFP que contempla o período de 2015 a 2022. Os dados utilizados foram extraídos do Sistema Informatizado de Administração de Pessoal – SIAP do DRHGP, e contou com a colaboração do Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME.

Com base no estudo foram criados dois *dashboards- Absenteísmo 2015 a 2022* e Absenteísmo 2023 na ferramenta Power BI, Absenteísmo Geral 2015_2022_Atualizado - Power BI e Absenteísmo 2023 - Power BI, conforme gráfico abaixo:

Quantitativo por Capítulo CID - Ano 2023

Total de eventos	Eventos sem CID	Total de Servidores	Total de dias
329	31	149	9680

CAPITULO	Total de Eventos	Total de dias	Percentual
	31	466	4,81%
Capítulo I - Algumas doenças infecciosas e parasitárias	13	72	0,74%
Capítulo II - Neoplasias [tumores]	20	1344	13,88%
Capítulo V - Transtornos mentais e comportamentais	69	3481	35,96%
Capítulo VI - Doenças do sistema nervoso	15	882	9,11%
Capítulo VII - Doenças do olho e anexos	13	144	1,49%
Capítulo IX - Doenças do aparelho circulatório	21	744	7,69%
Capítulo X - Doenças do aparelho respiratório	12	55	0,57%
Capítulo XI - Doenças do aparelho digestivo	11	203	2,10%
Capítulo XII - Doenças da pele e do tecido subcutâneo	1	5	0,05%
Capítulo XIII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	49	889	9,18%
Capítulo XIV - Doenças do aparelho geniturinário	9	107	1,11%
Capítulo XV - Gravidez, parto e puerpério	3	18	0,19%
Capítulo XVIII - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	16	371	3,83%
Capítulo XIX - Lesões, envenenamento e algumas outras conseqüências de causas externas	33	782	8,08%
Capítulo XXI - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	11	112	1,16%
Capítulo XXII - Códigos para propósitos especiais	2	5	0,05%
Total	**329**	**9680**	**100,00%**

O estudo tem papel norteador para o planejamento das ações do Programa de Qualidade de Vida e de subsídio ao **Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO II-SP,** EIXO I - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL, contido o **Projeto**: 1.2. PROGRAMA DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS, 1.2.2 - Modelo de Qualidade de vida implantado.

Recrutamento, Seleção e Movimentação de Pessoal

BANCO DE OPORTUNIDADES

A Resolução, SFP nº 21, de 20-03-2022, que instituiu do BANCO DE OPORTUNIDADES, abriu possibilidades para alocação dos perfis pessoais e profissionais em consonância com os direitos dos servidores e com os interesses da Administração, assim como, incentivo à mobilidade funcional, promovendo ganhos relevantes em gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional e, como consequência, a melhoria do ambiente de trabalho e dos serviços prestados pela Secretaria, nas movimentações de pessoal.
Com a utilização do Banco de Oportunidades no decorrer do ano de 2023 foram obtidos os seguintes resultados: foram ofertadas 19 (dezenove) oportunidades e 90 (noventa) servidores cadastraram-se para concorrer às vagas oferecidas, sendo 65 servidores Auditores Fiscais da Receita Estadual e 25 servidores ocupantes de cargos administrativos (Assessor

Técnico da Fazenda Estadual, Executivo Público, Oficial Administrativo).
Abaixo, algumas campanhas específicas:

- CFIS - 48 servidores cadastrados para oportunidades;
- CFIS/2 - 09 servidores cadastrados para oportunidades;
- CT/CCON - 19 servidores cadastrados para oportunidades;
- DEMAIS ÁREAS – 14 servidores cadastrados para movimentação em diversas unidades da SFP.

Afastamentos/Transferências
No decorrer do ano de 2023 foram solicitados, por servidores externos, 44 (quarenta e quatro) pedidos de Afastamentos e Transferências para o Quadro da SFP e 05 (cinco) pedidos de movimentação interna entre as áreas da SFP.

	SOLICITADAS	FINALIZADAS	EM ANDAMENTO
TRANSFERÊNCIAS	**22**	**2**	**20**
AFASTAMENTOS	**21**	**4**	**17**
TRANSFERÊNCIAS OU AFASTAMENTOS	**2**	**0**	**2**
MOVIMENTAÇÕES	**5**	**3**	**2**

Processo de Recrutamento e Seleção de Pessoal

Destina-se a oferecer aos servidores da SFP e ao público externo a oportunidade de ocuparem cargos em comissão de assessoramento técnico, de direção ou de funções administrativas de serviço público retribuído mediante pró-labore, por meio da análise de seus históricos profissionais, competências e habilidades específicas.

Todos os processos de Recrutamento e Seleção de Pessoal são publicados na intranet por meio de Comunicado DRHGP descrevendo o perfil, requisitos e fases do processo, sendo que que as entrevistas com as equipes e demandantes ocorrem integralmente de forma remota, por meio de videoconferência.

Nesse período foram realizados 2 (dois) processos seletivos, sendo um deles para 2 diretorias, conforme quadro abaixo:

COORDENADORIA	UNIDADES	VAGAS	NÚMERO DE INSCRITOS	DESISTENTES / INDEFERIDO	APROVADOS UNIDADE
CGA (*)	Departamento de Análise, Informações e Sistemas Contábeis - DAISC	1	6	1	1
	Centro de Consolidação do Balanço e das Contas do Governador - CCBCG	1	3	--	1
CTA	Núcleo de Desenvolvimento de Pessoas	1	4	2	1

Obs.: dos 5 candidatos concorrentes à diretoria do Departamento de Análise, Informações e Sistemas Contábeis para vaga da CGE, 3 também se inscreveram para diretoria do Centro de Consolidação do Balanço e das Contas do Governador, da mesma Coordenadoria.

Planejamento Estratégico da SFP – 2023

Dando continuidade aos ciclos iniciados em 2021, no objetivo estratégico - **Despertar o próposito e engajamento dos colaboradores**, foram realizadas reuniões para as definições dos *Objectives and Key Results* – OKRs Táticos, bem como dos *check-ins* mensais e quinzenais para verificação do progresso em direção aos Objetivos e se os esforços das iniciativas estão se traduzindo em Resultados - KRs.

5º ciclo tático: Potencializar as competências da liderança

Resultados-Chaves:
Assegurar a aplicação do Plano de Desenvolvimento Individual – PDI para 150 líderes

- Inserir 312 dos 390 líderes no PDL
- Ofertar 2 ações de capacitação no tema "desenvolvimento de pessoas" para 97 gestores
- Desenvolver 3 produtos do Plano de Comunicação para o PDL - Farol verde

Principais resultados alcançados no ciclo:

- Produção de material customizado para divulgação do Programa:
- Roteirização, gravação e edição de 3 vídeos pela EGESP contando a história do Programa para

Desenvolvimento de Lideranças - PDL:
VT1-Apresentação do Programa
VT2-Competências das lideranças da SEFAZ
VT3-Desenvolvendo e aprimorando competências;

- Gravação de vídeo no estúdio EGESP com o Coordenador da CTA em 02/05/2023 com mensagem de convite para que os líderes participem do programa. Vídeo está em fase de edição (equipe CTA) para veiculação;
- Roteirização e convite de lideranças para gravação de depoimentos sobre a impressão acerca da participação na(s):

Fase 1 – Autoconhecimento – HumanGuide®

Oficinas preparatórias para a Fase 3-Construção do Desenvolvimento:
Oficina 1: Mudando a rota de *Feedback* para *Feedforward*
Oficina 2: Comunicação Não Violenta com Programação Neurolinguística- PNL

- Decupagem e roteirização da edição dos Vídeos depoimentos (equipe EGESP);
- Edição dos vídeos de depoimentos (equipe CTA) dos líderes (HumanGuide® e devolutiva) e participação nas Oficinas (em andamento);
- Apresentação customizada aos líderes da fase 2 do Programa para CFIS e GS e da fase 3 para os líderes da CTA;
- Apresentação do PDL na Jornada Ágil no dia 24/03/2023;
- Oferta de oficinas preparatórias para a Fase 3 – Construção do Desenvolvimento, disponibilizadas pela EGESP

Oficina 1: Mudando a rota de *Feedback* para *Feedforward*: modalidade online ao vivo - duração de 2 horas - 3 turmas - dias 28/03, 04 e 05/04/23 com líderes da CTA – 115 participantes;

Oficina 2: Comunicação Não Violenta com PNL: modalidade online ao vivo - duração de 3 horas - dias 09 e 10/05/2023 - 3 turmas com líderes da CTA, STE, GS, CFIS – 100 participantes;

- Consolidação dos dados do PDL: criação de dashboard com os dados das fases 1, 2 e 3

De junho a agosto/23 houve a prorrogação do 5º ciclo e último vinculado ao planejamento estratégico da Sefaz, as ações foram direcionadas ao plano de comunicação do PDL, à capacitação das lideranças na competência de desenvolvimento de pessoas e à elaboração do plano de desenvolvimento individual – PDI das lideranças da Coordenadoria de Tecnologia e Administração – CTA.
Principais resultados alcançados neste ciclo:

- Comunicação não Violenta com PNL:

Modalidade online ao vivo - duração de 3 horas – dia 17/08/2023 (Turma 4) – 64 líderes matriculados e 39 líderes presentes. As três turmas anteriores, ofertadas em maio, contaram com 100 participantes, totalizando assim, até o final de agosto, 139 líderes.

- Mudando a Rota do *Feedback* para o *Feedforward*:

Modalidade online ao vivo - duração de 2 horas – dia 03/07/2023 (Turmas 6 e 7) – 39 líderes matriculados e 34 líderes presentes. As cinco turmas anteriores, ofertadas em março e abril, contaram com 125 participantes, totalizando assim, até o final de agosto, 159 líderes. Há a previsão de oferta de novas turmas em setembro e outubro, com revisão de conteúdos e de material de apoio.

Os materiais de comunicação customizados para divulgação do programa foram concluídos, e ainda está em fase de elaboração, a Revista do Líder.

- Publicação nas páginas da intranet:

O autoconhecimento como ferramenta para desenvolvimento dos líderes da Sefaz (fazenda.sp.gov.br) e vídeo produzido no estúdio EGESP do Coordenador da CTA com convite para que as lideranças participem do programa - 03/08/2023;
Exploração do conhecimento de líderes para identificar suas necessidades de desenvolvimento (fazenda.sp.gov.br) – 24/08/2023;
Roteirização e edição dos depoimentos de lideranças sobre sua participação na Fase 1 - Autoconhecimento – HumanGuide®;
Roteirização das Oficinas preparatórias para a Fase 3 - Construção do Desenvolvimento (oficina 1 - Mudando a rota de *Feedback* para *Feedforward* e oficina 2 - Comunicação Não Violenta com PNL).

- Apresentação do PDL no dia 24/08/2023 no evento "Integra RH" reuniu fazendários das Unidades Regionais como ação para promover serviços mais ágeis e eficientes.

Programa Felicidade Corporativa Sefaz

- Objetivo Tático: Despertar o propósito e engajamento dos colaboradores
- Objetivo Estratégico: Inspirar a jornada de autoconhecimento dos servidores

A Resolução SFP-85/2022, que instituiu a Política de Modernização em Gestão de Pessoas na Secretaria da Fazenda e Planejamento, trouxe a possibilidade de desenvolvimento de um programa de felicidade corporativa com ações contínuas focadas no engajamento e propósito dos servidores, a fim de aumentar a produtividade e de permitir ao servidor a compreensão sobre os benefícios de suas ações no contexto da organização e da sociedade.
O Programa Felicidade Corporativa Sefaz é conduzido por servidores voluntários, embaixadores, que acreditam que juntos podem construir um ambiente de trabalho mais saudável, promovendo engajamento, autoconhecimento, significado e realização e melhor para todos.
O primeiro ano do Programa da Felicidade Corporativa foi comemorado na semana do dia 19 a 23 de junho de 2023, com apresentação dos temas diversidade, inclusão e sustentabilidade.
Ao longo do ano, os embaixadores promoveram no âmbito da Sefaz 05 (cinco) ações, conforme mencionadas abaixo:

AÇÕES	Descrição
Elogios do Insights do Viva	5 divulgações com média de 4 mil visualizações;
Mural Virtual	88 mensagens de gratidão (semana da Felicidade) 12 mensagens (no SharePoint)
Comunidade Yammer	247 membros – 646 mensagens postadas e 136.322 mensagens lidas e 2.836 interações;
Roda de Conversa	18 encontros com aproximadamente 635 participações
Curso da Felicidade	Projeto piloto com total de 17 colegas fazendários

Programa para o Desenvolvimento de Lideranças – PDL

Nesse ano, o PDL teve a participação de 287 líderes do Gabinete do Secretário, da Subsecretaria do Tesouro Estadual, da Coordenadoria de Fiscalização, Cobrança, Arrecadação, Inteligência de Dados e Atendimento, suas Diretorias e Delegacias Regionais Tributárias e da Coordenadoria de Tecnologia e Administração.
Foi realizada fase 2 - Exploração de Conhecimentos para identificação dos gaps de competências da liderança aplicada aos líderes das Subsecretarias e Coordenadorias da SFP (CTA, DGEP, STE, SRE, GS e Egesp), construção do PDI-Plano de Desenvolvimento Individual e acompanhamento das ações com a oferta de trilhas de desenvolvimento.

O resultado segue abaixo:

Planejamento Estratégico da CTA – 2023

A partir das definições da identidade estratégica e dos objetivos estratégicos, em 2023, deu início ao

5º ciclo do Planejamento Estratégico da Coordenadoria de Tecnologia e Administração - CTA, o foco de atuação foi o OKR Estratégico **- Despertar o propósito e Engajamento dos Colaboradores.**

Foram realizadas reuniões para a definição dos *Objectives and Key Results* – OKRs Táticos, bem como dos *check-ins* quinzenais para verificação do progresso em direção aos Objetivos e se os esforços das iniciativas estão se traduzindo em Resultados - *KRs*.

Objetivo Tático: Inserir e incentivar práticas de Felicidade Corporativa no cotidiano da SEFAZ, mensurando os seus resultados.

1º ciclo em: fevereiro a maio/2023
Resultados-chave:
– Ter 3000 fazendários respondentes na Pesquisa de Clima.
Realizada entre 27/3 e 20/4/2023 a pesquisa teve como objetivo captar a percepção dos fazendários sobre o ambiente de trabalho e contou com a participação de 2.242 respondentes. Com base nas respostas obtidas, foi constatado que 64,41% dos servidores são favoráveis ao clima organizacional atual.
A etapa seguinte foi a formação de grupos focais para discussão dos temas comuns para obter uma compreensão mais profunda das experiências dos servidores em relação à cultura da Sefaz e ajudar os gestores a identificar pontos de melhoria, tomar decisões mais assertivas e implementar estratégias eficazes para melhorar o clima organizacional e a satisfação dos funcionários.
As reuniões aconteceram nos dias 7, 10, 11, 14, 17 e 18 de agosto, com a participação de 49 servidores de diferentes áreas e carreiras para discussão dos seguintes temas: Comunicação, Cooperação entre Áreas, Realização Pr
ofissional, Gestão do Desempenho, Carreira e Recompensas, Processo de Trabalho.
E por fim, entre os dias 27/09 e 05/10/2023, a realização de seis Workshops para desenvolvimento dos Planos de Ações de Melhorias coordenados pela Quântica contaram com a participação de 13 servidores e resultaram na proposição de 25 ações vinculadas aos fatores analisados na pesquisa.
Entre as principais ações propostas estão o estudo de recomposição do quadro de pessoal e a proposta de revisão das estruturas de carreiras.

Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO II-SP

Em 2023, o Departamento de Recursos Humanos e de Gestão de Pessoas, por meio do CGEP, deu continuidade aos seguintes subprojetos:

Modelo de Desenvolvimento de Pessoas implantado
Este subprojeto tem dois desdobramentos – **Desenvolvimento de Pessoas e Subsistemas de RH.**

Termo de Referência – Desenvolvimento de Pessoas
Objeto: Contratação de serviços de consultoria especializada para concepção e implementação de práticas de gestão de pessoas aplicáveis à Secretaria da Fazenda e Planejamento, baseada no conceito de gestão por competências e nos norteadores, premissas e produtos estabelecidos neste documento, vinculados à missão, aos valores e aos objetivos estratégicos da Pasta.
Foi publicada a SD nº SBQC 02/2023 em 23/05/2023, as empresas MBS Consulting e IMC Desenvolvimento Empresarial desistiram e estão em andamento as avaliações das propostas técnica das empresas: Gaudí Personas, Quântica Empresa de Consultoria e Serviços Ltda, Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda, FGV, Instituto Publix e consórcio Elogroup/Talent Academy.

Termo de Referência – Subsistemas de RH
Objeto: Contratação de prestação de serviços técnicos profissionais especializados em consultoria para concepção e implementação de novas práticas de gestão estratégica de pessoas, criando a figura do consultor interno (Business Partner na área de Recursos Humanos), incluindo os subsistemas - atração e seleção, manutenção (lotação e dimensionamento da força de trabalho), identificação de Sistemas/Aplicativos, Legalização, Modelagem e Mapeamento de Processos, bem como, a capacitação da equipe para garantir a sustentabilidade dos serviços prestados para os servidores da SFP.
Foi publicada a SD nº SBQC 02/2023 em 23/05/2023 e estão sendo analisadas as propostas técnicas das empresas Quântica Empresa de Consultoria e Serviços Ltda, FGV, Instituto Publix, consórcio Elogroup/TalentAcademy e Leme Consultoria. A empresa Deloitte desistiu desse pleito.

As propostas técnicas foram validadas até dia 20/03/2024 e ambas as contratações estão em

andamento, aguardando retorno do processo para análise da Secretaria de Gestão e Governo Digital sobre a existência de temas semelhantes sendo desenvolvidos por aquela Secretaria ou óbices com

relação e essas contratações e, ainda, que fosse apresentado parecer jurídico sobre a modalidade escolhida referente ao Despacho do Comitê de Gasto Público.

Modelo de Qualidade de vida implantado

Deste subprojeto teremos dois desdobramentos – **Pesquisa de clima organizacional e engajamento e Diagnóstico para promoção de ações de qualidade de vida**.

Termo de Referência – Pesquisa de clima organizacional e engajamento

Objeto: contratação de serviços de consultoria para elaboração e aplicação de questionário de Pesquisa de Clima Organizacional e Engajamento, aplicação de grupos focais e workshops para desenvolvimento de planos de ações na Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo. A pesquisa deverá contemplar: tabulação, processamento de dados, análise e produção de relatório de conclusão e proposta de plano de ações de acordo com os resultados obtidos na pesquisa. A empresa Quântica Empresa de Consultoria e Serviços Ltda realizou os serviços no período de janeiro a outubro/2023, sendo executado integralmente o recurso.

Termo de Referência - Diagnóstico para promoção de ações de qualidade de vida

Objeto: contratação de consultoria especializada em gestão de qualidade de vida no trabalho, para elaborar e aplicar pesquisa diagnóstica de saúde, implantar programas específicos e ações, elaborar indicadores biopsicossociais para monitoramento, bem como para subsidiar a construção de uma política de qualidade de vida no trabalho**.**

As empresas Mental Clean Psicologia Clínica e Assessoria em Saúde Mental LTDA, Energie Serviços e Gestão Nutricional LTDA, Instituto Brasileiro de Educação em Gestão Pública – Ibegesp, CARE - Chestnut Global Partners do Brasil LTDA, Quântica Empresa de Consultoria e Serviços LTDA e FIA - Fundação Instituto de Administração, estão aguardando a carta convite para envio das propostas técnicas e financeiras da SD, resultante do processo SEI nº 017.00145387/2023-01.

Modernização dos Processos do DRHGP implantada

Deste subproduto, temos os seguintes objetos:

- Digitalização dos Processos Únicos de Contagem de Tempo – *PUCTs*
- Construção do Portal do Servidor;
- Automatização do atendimento;
- *Business Intelligence* de Gestão de Pessoas;
- Adaptação de processos ao Teletrabalho.

Não houve contratação de nenhum objeto.

Política de Benefícios

Ação apoiada pela Resolução SFP-85/2022, destinada aos servidores fazendários ativos, com as seguintes diretrizes: I – contribuir para a melhoria do clima organizacional entre os servidores; II – promover a valorização do trabalho e incentivo ao desempenho; III – estimular o aumento da produtividade; IV – atrair e reter talentos.

O CGEP elaborou minuta sobre o tema e remeteu à Consultoria Jurídica da Pasta para manifestação/avaliação. Em sequência, o texto tramitou para Unidade Central de Recursos Humanos para manifestação, que retornou ao Centro de Gestão de Pessoas – CGEP, com recomendações em relação à conveniência e oportunidade do pretendido. Diante da solicitação, não foi possível liberação de verba orçamentária para tal Política, com proposta para um novo estudo em 2024.

Parcerias e convênios

Com objetivo de credenciar pessoas jurídicas de direito privado visando a concessão de descontos reais e diferenciados para todos os servidores ativos da Pasta, por meio do Instrumento Chamamento Público Sefaz nº 003/2022.

Em 2023 houve concessões a 7 empresas, alcançando o total de 53 parceiros que ofertam serviços de educação, saúde e bem-estar, restaurantes, drogarias, entre outros.

Ingressos para peças de teatro e shows

A parceria estabelecida com a Associação Recreativa e Cultural Bloco Carnavalesco - Banda do Fuxico, por meio do Acordo de Cooperação n.º 001/2021, firmado em 03/11/2021, tem como objeto a

concessão gratuita de ingressos de espetáculos teatrais para os servidores da Secretaria da Fazenda

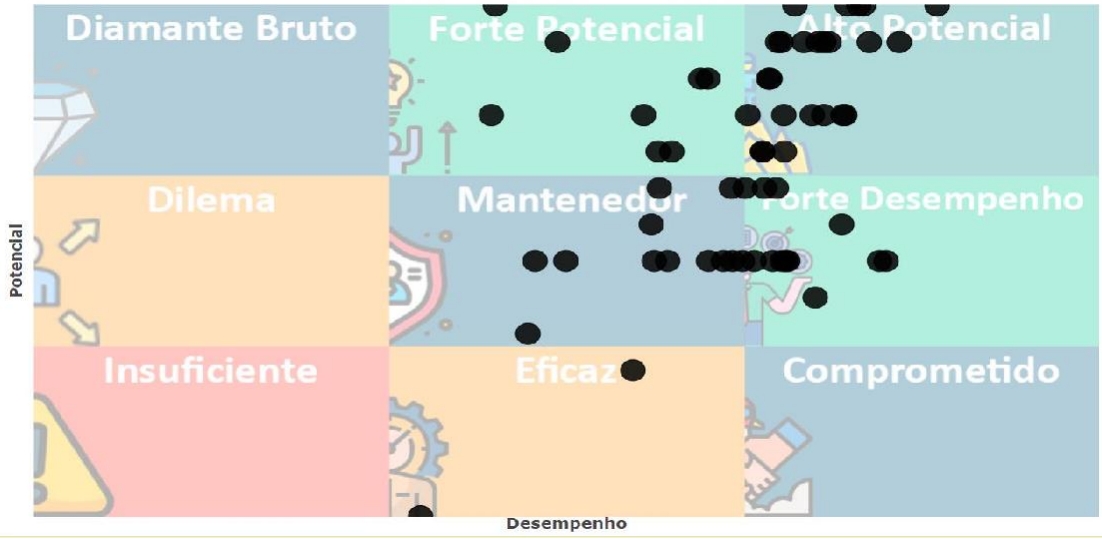
e Planejamento, seus familiares e amigos em troca de donativos a serem fornecidos pelos servidores beneficiados.

No ano de 2023 foram concedidos 418 ingressos, gerando em torno de 1.200 donativos para ONG.

Portal eSocial-SPGov/Exames celetistas

O PortaleSocial-SPGov, instituído pelo Decreto nº 66.012/2021 dispõe que o registro, o controle e a centralização de informações prestadas pela Administração Pública direta e autárquica do Estado ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial , inclusive aquelas referentes à medicina e à segurança do trabalho, serão feitos por meio de ambiente digital denominado Portal eSocial-SPGov, a ser desenvolvido e implantado pelo Departamento de Tecnologia da Informação, da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Para atender as obrigações trazidas pelo decreto, foram adotadas providências quanto à contratação de serviços de saúde ocupacional e prevenção de riscos no trabalho, para os 51 (cinquenta e um) empregados públicos contratados sob regime da CLT da SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO – SFP, foi realizado o Pregão Eletrônico - OC 200146000012023oc00004, no dia 12 de janeiro de 2024, tendo como vencedora a Empresa SAOC CONSULTORIA EM SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO.



DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DTI

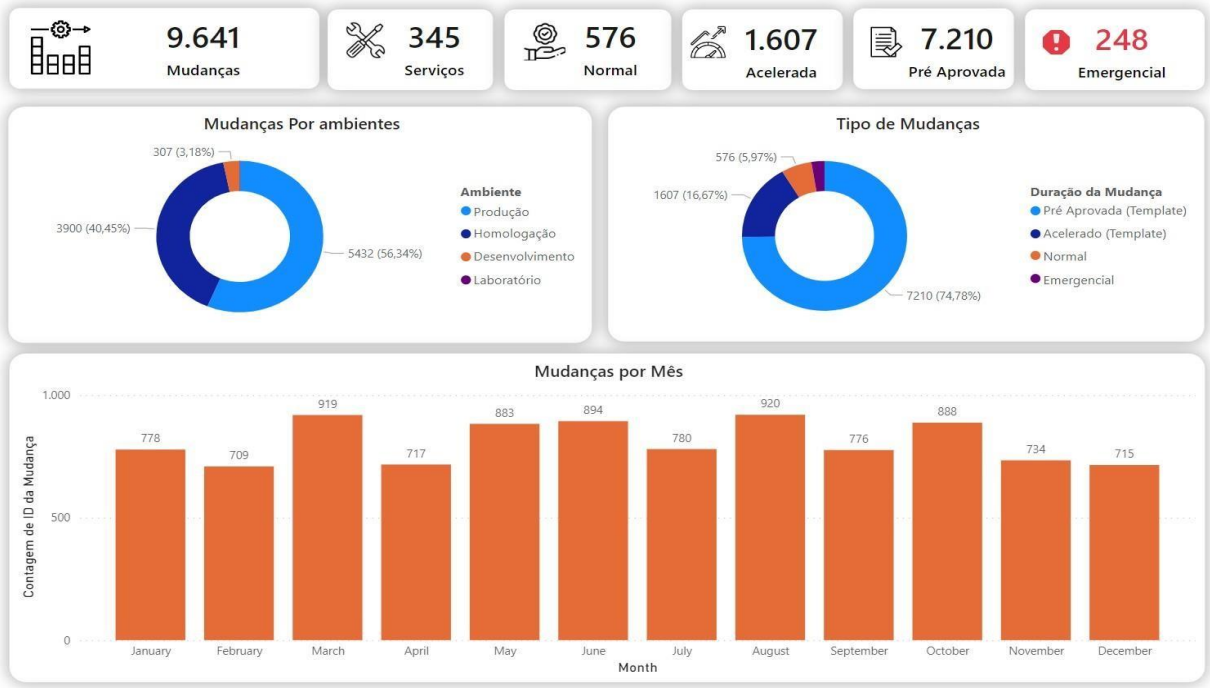
Ação 5932 – Gestão de Recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação

Atendimento às demandas por soluções de tecnologia da informação das áreas de negócios, assegurando o funcionamento e o investimento necessários ao aumento da disponibilidade e da qualidade dos serviços de rede da Secretaria da Fazenda e Planejamento, por meio de: melhorias do ambiente de desenvolvimento, testes e homologação; implementação de processos de segurança; aumento da capacidade de armazenamento de dados; adoção de metodologia e de ferramentas para o gerenciamento dos processos de desenvolvimento de sistemas.

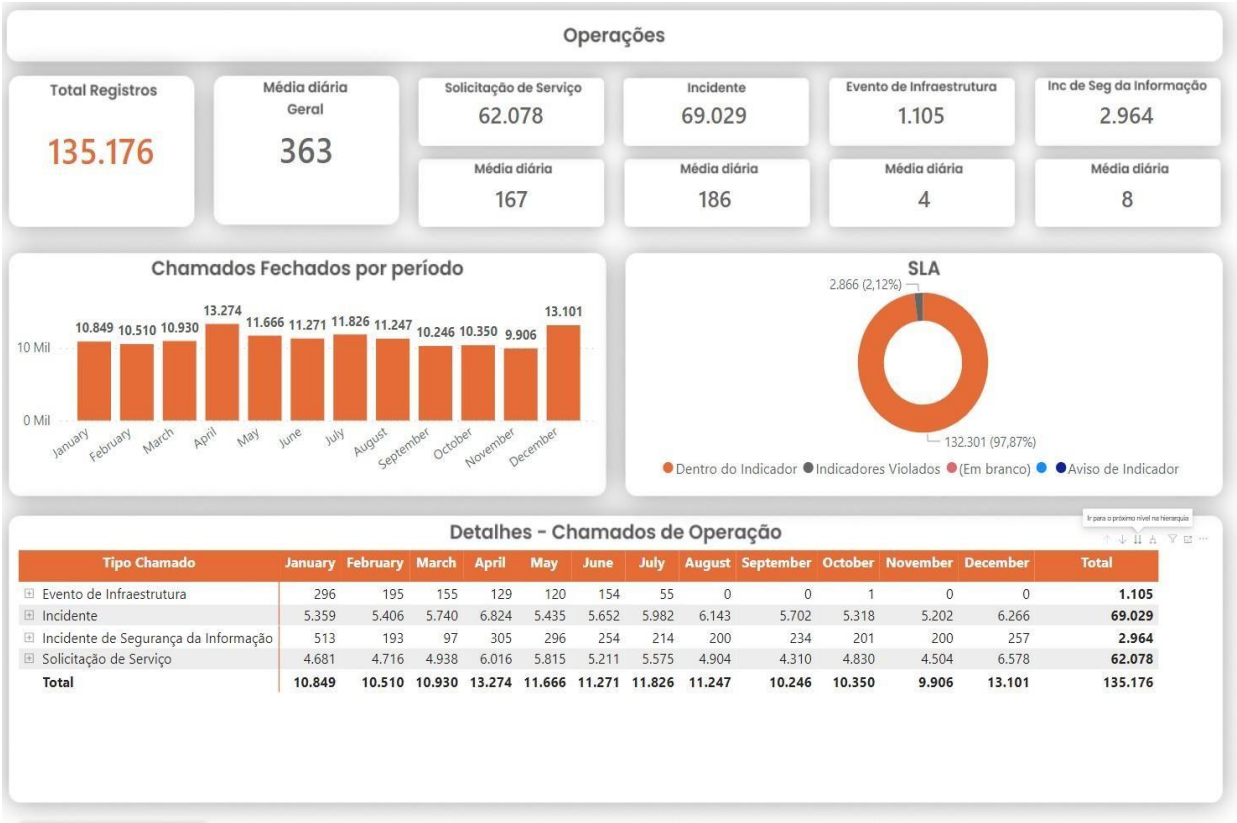
Estas atividades são exercidas pelo Departamento de Tecnologia da Informação – DTI, com assistência nas Regionais pelo Departamento de Administração Regional – DAR, através dosCentros Regionais de Administração – CRAs e seus Núcleos de Suporte à Tecnologia da Informação – NSTI.

Infraestrutura de Tecnologia

- Foram realizadas 9.641 mudanças no ambiente, dos quais 576 foram mudanças normais, 7.210 pré-aprovadas, 1.607 aceleradas e 248 emergenciais, distribuídas conforme gráficoabaixo:



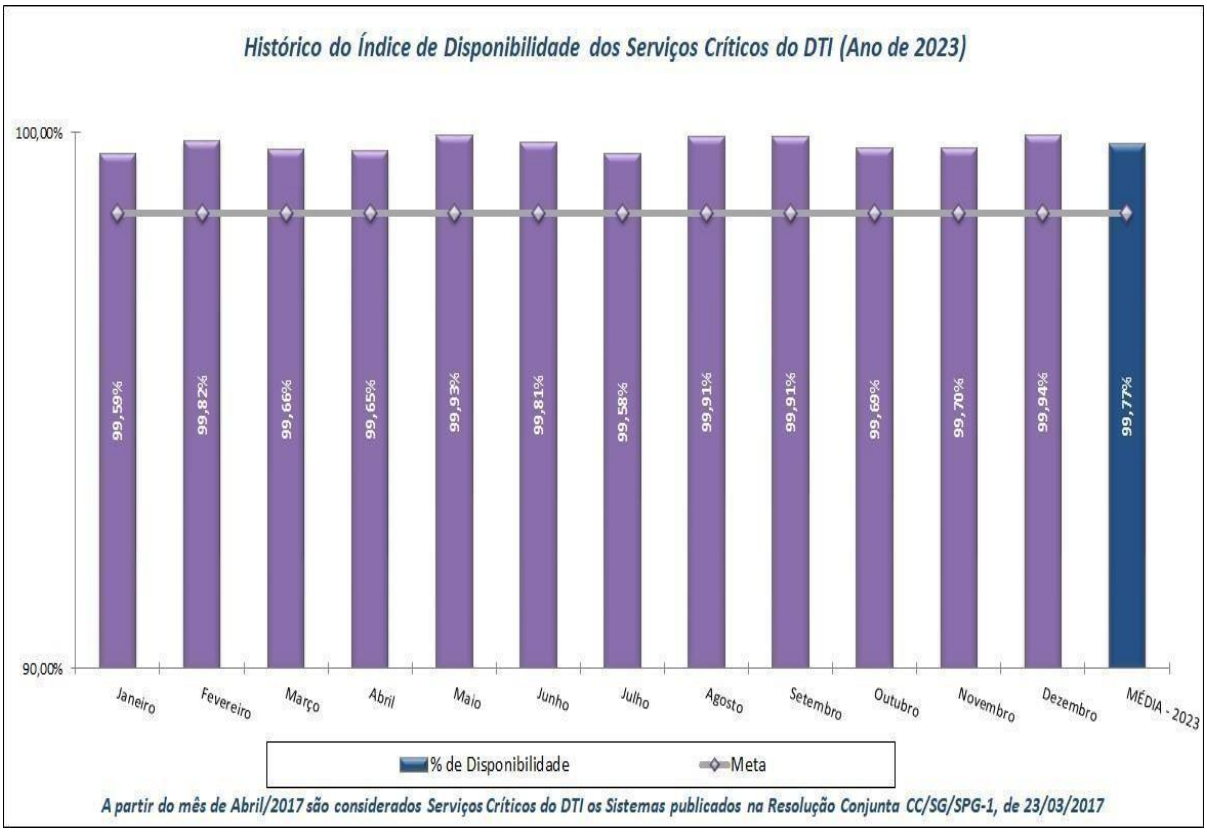
- Atendimento de 22.165 tarefas para realização de mudanças de infraestrutura, das quais12.842 foram executadas pelas equipes de gerenciamento operacional (2º nível) e 7.727 pelas equipes de gerenciamento técnico (3º nível).
- Atendimento de 135.176 chamados dos usuários da SEFAZ, sendo 69.029 incidentes, 62.078 solicitações de serviços, 2.964 incidentes de segurança e 1.105 eventos deinfraestrutura.

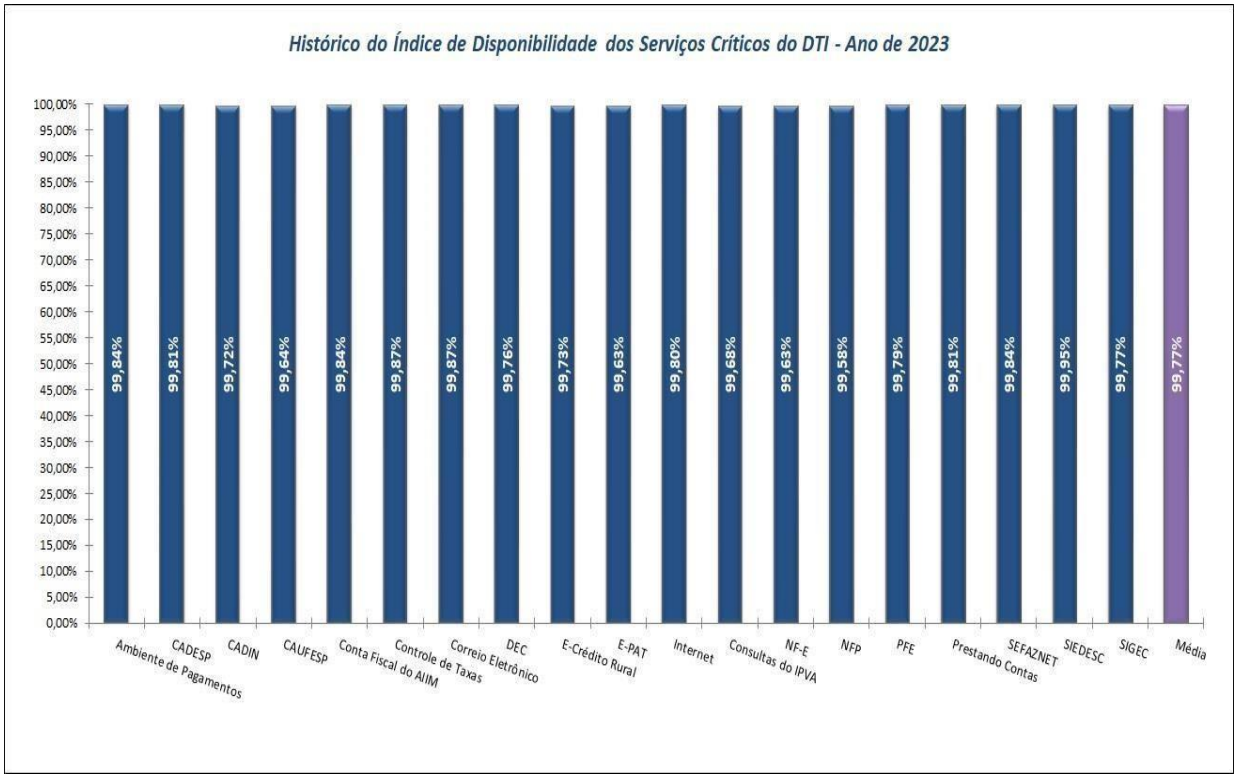


Detalhes - Chamados de Operação

Tipo Chamado	January	February	March	April	May	June	July	August	September	October	November	December	Total
Evento de Infraestrutura	296	195	155	129	120	154	55	0	0	1	0	0	1.105
Incidente	5.359	5.406	5.740	6.824	5.435	5.652	5.982	6.143	5.702	5.318	5.202	6.266	69.029
Incidente de Segurança da Informação	513	193	97	305	296	254	214	200	234	201	200	257	2.964
Solicitação de Serviço	4.681	4.716	4.938	6.016	5.815	5.211	5.575	4.904	4.310	4.830	4.504	6.578	62.078
Total	**10.849**	**10.510**	**10.930**	**13.274**	**11.666**	**11.271**	**11.826**	**11.247**	**10.246**	**10.350**	**9.906**	**13.101**	**135.176**

- O índice de disponibilidade dos sistemas classificados como crítico foi de 99,77%, conforme mostra o gráfico a seguir:





A disponibilidade individual de cada um dos 20 serviços críticos da cesta é demonstrada abaixo:

A tabela abaixo mostra a evolução da capacidade de armazenamento de dados e o uso delinks de comunicação WAN:

Dimensão	2021	2022	2023	Crescimento
Links de comunicação das regionais elocalidades remotas (total)	1.252 Mbps	2.216 Mbps	2250 Mbps	3%
Links de comunicação - datacenters(total)	28 Gpbs	28 Gpbs	28 Gpbs	0%
Espaço de armazenamento de dadosdisponível	10,1 PB	12,0 PB	11,5 PB	- 4%
Espaço de armazenamento de dadosalocado	8,6 PB	8,9 PB	9,6 PB	8%

Sistemas de Informação e Serviços de TI

ADMINISTRAÇÃO	
PGOF - Plataforma de Gestão de Obrigações Financeiras	• Implementação de melhorias recomendadas após análise de vulnerabilidades • Desenvolvimento da funcionalidade de integração para "Gerar Empenho" • Desenvolvimento de funcionalidades de geração de PDFde acordo com o módulo • Melhoria nas funcionalidades: "Obrigações Financeiras, Ajustes, cronograma, pesquisa de Preços e Execução Financeira" • Implantação de controle de acesso "Sefaz Identity"
SCT - Sistema de Consolidação das Informações ao TCE-SP	• Melhoria na tela de Painel para consultar o CódigoAudesp • Alteração do XSD para o ano de 2023 • Melhoria na tela de Ajuste para seleção de itens • Alterações da tela de Novidade • Sustentação: Correções e melhorias
GDOC - Sistema de Gestãode Documentos	• Implementação de melhorias recomendadas apósanálise de vulnerabilidades • Sustentação: Correções e melhorias • Extração de relatórios customizados, análise deanormalidades e correção de dados • Migração do Oracle de Solaris para Red Hat • Atualização Banco de Dados para Oracle 19c ação e atualização do Sistema Operacional paraWindows Server 2022
RVO - Requisição de VeículoOficial	• Mapeamento e implementação de toda a estrutura doNovo RVO • Configurações de ambientes e Controle de Acesso com oSIAP • Implementação da parte de cadastro de motorista,reserva de veículo oficial e perfil administrador • Implementação de melhorias recomendadas em análisede vulnerabilidades • Geração de Relatórios • Configuração de Deploy Automatizado nos ambientes deDEV e HML
SAF - Sistema de Administração de Frotas	• Cadastro de modelos de veículos • Cadastro de usuários • Extração de Relatórios • Sustentação e manutenção

GABINETE DO SECRETÁRIO	
GESTAO_DA_BIBLIOTECA	• Instalado o software Sophia de Gestão da Biblioteca daSefaz, em produção na Intranet • Preparação do ambiente para disponibilização do SophiaAzure
[ACR] SCR - Sistema de Captação de Recursos e Gestão de Operações de Crédito	• Implantação e disponibilização do sistema em Produçãoem fev/2023 • Início da fase 2 do projeto ([ACR] SCR - Melhorias do Sistema de Captação de Recursos) com novas funcionalidades e integrações
Gestão EGESP	• Sustentação e manutenção (há previsão de inativação por substituição pelo novo sistema de Gestão - Gestão EGESP 2022)
SISCORFISP	• Emissão de Certidão para AFREs sem processos • Permitir o upload de arquivos, como provas de processo • Eliminada integração com SemPapel (haverásubstituição pelo SEI)
[CED] Projeto Migração de Dados de Entidades Extintas	• Migração dos Dados de Entidades Extintas 8TB para aSecretaria da Fazenda • Migração dos arquivos da DERSA 45TB para Secretariada Fazenda • Migração do ERP TOTVS(Protheus) da DERSA paraSecretaria da Fazenda
Portal da Educação Fiscal	• Adaptação geral para acesso Mobile • Extração de relatórios pelo *Google Analytics*
[EGESP] Portal Egesp	• Entrega e disponibilização em produção do novo portal da Portal da Escola de Governo do Estado de São Paulo,utilizando a ferramenta *Wordpress*
SAE	• Aguardando transferência para a CGE, junto com a basedo sistema CIGER
SAEP	• Adaptação para importar arquivos .DEC da declaração deIR 2023/2022 • Adaptação para aceitação do Cód.52 (“Dependentedeficiente”) • Detalhamentos em relatórios gerenciais, como exemplo,Motivo de Vacância do AFRE
SIGEP/SIGET	• Implantação da primeira versão da aplicação emprodução assistida • Transferência do projeto para o DRH
SUPRIMENTOS	
Todos os sistemas	• Segregação dos bancos de dados visando melhoria deperformance • Adequação ao novo visual e layout do Governo
e-GRP	• Adequações à nova lei: - Alteração do prazo para vigência de atas - Alteração do texto da lei na manifestação de interesse - Ajuste nas atas em andamento - Disponibilizar informações de adesão de fornecedor aogerenciador da ata - Alteração da ata considerando informações sobre aadesão de fornecedor - Alteração na integração entre ContabilizaSP e e-GRP

Pregão Eletrônico	• Adequações à nova lei: - Implementação da possibilidade de o fornecedor aderir a sua própria proposta em ofertas de compra deregistro de preços - Implementação de novos prazos de Esclarecimento eImpugnação • Integrar os módulos de negociação ao Portal Nacional deContatações Públicas - PNCP
Dispensa de Licitação	• Desenvolvimento de uma nova versão da Dispensa deLicitação adequada à nova lei • Integrar os módulos de negociação ao Portal Nacional deContatações Públicas - PNCP
DOF	
SIGO	• Fechamento Orçamento 2023 • Abertura Orçamento 2024 • Fechamento Orçamento 2024 • Adaptação para tratar informações do SIGEO - Fonte deRecursos e Detalhadas.
Diária Viagem - Sefaz	• Não houve entregas em 2023. Sistema mantido paraconsultas.
DRH	
LP Gozo	• Implantação do sistema para permitir a solicitação de um período de licença prêmio para gozo, utilizando todas as regras dispostas no decreto publicado no DOE. Implementado com API do Sistema SEI para publicação no DOE, concluindo desta forma a digitalização dosdocumentos. Totalmente integrado com o Sistema LP Pecúnia e o Sistema SIAP
Alteração de Férias	• Implantação do sistema para permitir a solicitação de um período de férias, utilizando os critérios jáestipulados na base de dados do SIAP.Aproximadamente 5.000 usuários. Totalmente integradocom o SIAP
LP Pecúnia	• Entrega de diversas melhorias
ATENDIMENTO	
Arquitetura	• [Enabler] Eliminação de Cifras Vulneráveis • [Enabler] Migração das instâncias SQL Server paraversão 2022 • [Enabler]Implementar Nível I COMPLETO de MaturidadeALM
B-Cadastros	• [Consultas RFB] Base b-Cadastros (Block Chain RFB)
CADESP	• Download de dados públicos • Integração DIPAM (não retroagir mudança de endereço) • Integração Smart: concepção Indicador AlaranjamentoSmart Sefaz • Interface Smart • Migração Tableau para Power BI • Modernização da aparência do Cadesp Intranet • Nos Conformes: regras de encaminhamento para o PF • Nova integração DEC (proc de novos CNPJs base -baseada na Eliminação da GIA) • Nova integração Jucesp (novo serviço Jucesp) • Recepção e armazenamento número SEI • REDESIM: Expansão de Funcionalidades
Cassação	• Otimizar processamento de Cassação
DEC	• Melhoria no desempenho do DEC • Relatórios de Acessos • Utilização do Controle Hierárquico

PFe	• Atualização de ambiente e tecnologia • Habilitar acesso com eCNPJ • Implementar avisos de outros sistemas e áreas
PEC-A	• Consolidação da funcionalidade de Alertas
Portal Institucional	• Migração Sharepoint 2013 para 2019
Sistema de Gestão do Atendimento	• [SGA] Implantar funcionalidade de Atendimento Remoto
NFP	• Mudanças para atender LGPD • [Automação] Arquivos CIP - melhorar resiliência • [Automação] Previsão de cancelamento diário decréditos • [Enabler] Migração Win Server 2012 para Win Server2022 • [Site] Melhorias e novos bloqueios, melhoria de cadastro • [Site] Bloqueio do ECF • [NFP Jud] Liberar acesso para TEFEs
Sipet	• Adaptações necessárias à LGPD • Adaptar SIPET para integração com o SEI • Integrar com CADESP • Sipet como canal de atendimento presencial paraFazendários e Terceiros • Viabilizar coleta de feedback dos usuários • Viabilizar recepção de ofícios
Regionais	• POC ferramentas Google
Smart Sefaz	• Disponibilizar API (Consultas RFB) • Disponibilizar API de consulta ao Cadesp • Módulo Admin MGC • Módulo Admin MGP • Módulo Admin MGT • Módulo Gestor de Consentimento • Módulo Gestor de Procuração • Módulo Gestor de Tratamento de Dados - [MGT-LGPD]

DECLARAÇÕES E GESTÃO	
AIDF	• Revisão das regras de aprovação automática (mod 4) • Migração *Collections*
Carregamento SCANC	• Esta iniciativa tem por objetivo criar um processo automatizado de extração, transformação e carga das informações econômico-fiscais geradas pelos contribuintes do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (SCANC) em ambiente analítico(DW), o que vai permitir novos cruzamentos de informações, melhor análise de operações e auditorias. • Durante o ano de 2023, conclui-se a definição dosrequisitos da primeira etapa do projeto e iniciou-se o desenvolvimento com recursos do PROFISCO, criando- se a infraestrutura necessária para os ambientes de desenvolvimento e homologação, a estrutura de pastas para o processamento e o banco de dados da aplicação.Foram desenvolvidas telas de consulta doprocessamento detalhada e resumida e implementado ocontrole de acesso. Foram realizados ajustes no extratorde dados do sistema AUD e a realização de testes unitários e integrados no ambiente de homologação (AUD/SCAND/DW) para validação de todo o fluxo de informações. • Foi concluída a primeira etapa do projeto, com a disponibilização do universo SCANC com os anexos/arquivos definidos para essa primeira etapa, ouseja: header, anexos A1 até A12 e tabelas de apoio (VMED, MVA2, MVA3, PAEC, PMPF, Prazos, PRSEF, PBX,Redução BC, Alíquota), totalizando-se 67 arquivos disponibilizados. • Criação do sistema e processamento/envio • Controle de Acesso • Testes Integrados entre UAD e DW • [Carregamento Simples] [PGDAS-D] Alteração do layoutdo arquivo da receita (v.102)
CODIF	• Substituição do SPSP por SEI • Alteração de cadastro CODIF - de "Destinatária+Rementente" para "Remetente", semperder histórico de movimentações • Alteração do Cadastro - CANEX BIO COMBUSTÍVEL LTDA
DIFAL	• [DIFAL Sem IE] 1 - Consulta e Detalhamento do Débitosda EC87/15
DIFAL Sem IE - Diferença entre as alíquotas interna doEstado de São Paulo e interestadual	• O projeto tem como objetivo criar a ferramenta paulista,com fulcro no Convênio ICMS nº 235, de 27 de dezembro de 2021 e na Lei Complementar nº 190 de 2022, que permita a apuração centralizadado imposto correspondente à diferença entre as alíquotas interna daunidade federada de destino e interestadual da operação ou prestação pelo contribuinte, quando o destinatário for paulista não contribuinte. • Em 2022, São Paulo foi a primeira UF a disponibilizar o sistema para os contribuintes. Nele são apresentados ostotais devidos para o Estado de São Paulo, por competência, com base nos dados das Notas Fiscais Eletrônicas oriundas de outras Unidades Federadas - queserve de fonte para a criação das declarações mensais. • Em 2023 houve a necessidade de revisão do código parase adequar as normas e boas práticas de TI, além de atualizações nas demais interfaces com outros sistemasfazendários e correções de bugs. Encontram-se revisados e em ambiente de homologação os módulos: - Módulo para o tratamento de forma automatizada do legado, ou seja, para gestão de operações e débitos queestão relacionados ao DIFAL da EC87, mas ocorridos anterior ao novo marco legal vigente a partir de 2022. - Inclusão de protocolo de pedido de retificação, por parte do contribuinte, para as declarações geradas deofício pelo fisco paulista. - Módulo administrador para configurar a recepção denovas retificações de contribuintes. - Integração do sistema internamente com o CADESPpara obtenção de dados de dados e cadastro de contribuintes de outras unidades da federação. - Integração do sistema internamente com a Conta Fiscal do ICMS para a gestão do débito, agora com características voltadas para contribuintes oriundos deoutras unidades da federação. - Módulo de acompanhamento do envio e consumo de dados para a Conta Fiscal do ICMS a partir da aplicação. - Novo formato de extração de dados a partir da NF-e,com regras atualizadas de acordo com as necessidades de negócio e feedback de contribuintes.

ECRED ACUMULADO	• Pedidos de Transferências de Crédito • Reformulação de Extrato C/C • Reconhecimento de Interdependias • Restabelecimento de ambiente de homologação • Atualização de Tabelas Internas • Batimento GIA – Liberar(Cotejo)
Demais Enables	• Alteração Brasão de SP - Sistemas - Periodo Eleitoral • Migrações SQLSERVER 2016 para 2022 • ECF Migração do servidor de aplicação do *Websphere* para o TOMCAT - a licença do *Websphere* não vai ser renovada. • Criação de rotina de Relatório e Download do arquivo Mensal das Unidades Consumidoras • [GIA][GIASTNAC][STDA][DS][DSN]<Técnica> Migraçãodos servidores RedHat das aplicações • Migrações dos servidores Win2008 para Win2012R2(Homologação e Produção) • Segregação dos serviços de monitoramento(ECF/GIA/STNAC/TASE
OPÇÃO SIMPLES	• Atualização cifras e SFID v3 • Mudança webservice utilizado (Migração Sybase) • Manutenção e atualização do sistema - Operacionalização
RECOPI	• Substituição NCM's - Homologação
Royalties	• Atualização de certificados – TASE • PIX: Alteração mensagem na emissão DARE/TASE • Substituição da cadeia de certificados nos servidores - Verificação do serviço SAT – wssat • TASE - Atualização da cadeia de certificados para acessoaos webservices do Sifia no ambiente de Produção • TASE: Identificação e correção na integração com oSIFIA
Atualizações de segurança elegais nos sistemas de obrigações acessórias do ICMS	• Atualizações de segurança e atualizações legais nossistemas de Declarações ICMS cabendo destacar osseguintes itens: - Continuação da atualização para uso da solução deautenticação Sefaz Identity v003 - Migração de servidores de aplicação e de banco dedados
Carregamento Arquivos do Simples (PGDAS-D)	• Com a criação, pela Receita Federal, de um sistema de malha para declarações PGDAS-D, a declaração retificadora, que até então era considerada sempre válida, passou a poder ser considerada inválida. • No ano de 2023 foi dado prosseguimento à elaboração de solução de tratamento de dados de malha PGDAS-D,a fim de permitir identificar se a declaração retificadoraé válida e qual a declaração válida mais recente de um contribuinte/referência para consumo pelos sistemasintegradores. • Ademais, foram implantados solução de verificação de erros e geração de alertas no processamento de arquivos PGDAS-D e relatórios de monitoração da ferramenta Power BI, com os objetivos de (a) simplificar o acompanhamento da carga de arquivos; (b) agilizar o tratamento de erros no processamento; (c) identificar quais arquivos foram processados com sucesso, cujas declarações neles contidas já podem receber tratamentode dados de malha.

Declaração de Informações de Meios de Pagamento (DIMP)	• O projeto tem por objetivo disponibilizar de forma estruturada o conjunto de registros de transações recebidas através da Declaração de Informações deMeios de Pagamento (DIMP) nos termos do Convênio ICMS CV 134/16. • Em 2022 foi iniciada a carga em produção do sistema DIMP, começando-se pelos dados de 2020. Ao final de 2022 foram carregados os arquivos até a referência julho/2020. • Em 2023 carregamos dados do primeiro semestre de 2021. • Ao longo do ano de 2023 houve otimizações no código, com revisões periódicas. Também foram implementadasmudanças na infraestrutura visando melhorar o desempenho da aplicação, dentre elas podemos citar a adoção de um servidor dedicado e a utilização total de SSD na leitura e escrita. • O grande volume de informações existente nasdeclarações, cada vez maiores e com mais declarantes,continua sendo um risco operacional. Os prospectossugerem que se não fizermos nada, entraremos em fase de "bola de neve", situação na qual as entradas são maiores que os processamentos. Diante de tal fato, torna-se imprescindível a busca por novas melhorias com a finalidade de viabilizar a estabilização elongevidade da carga da DIMP diante da sua complexidade.
ECF – Emissor de Cupom Fiscal	• O ECF trata-se de um equipamento automatizado que emite cupons e outros documentos fiscais, registrando os dados relativos à quantidade, descrição e valor das mercadorias ou serviços prestados, acumulando-se em totalizadores e contadores específicos, gerandorelatórios consolidados e calculando o imposto devido nacomercialização de cada produto. Os diferentes usuários(fazendário, contribuinte, contabilista, desenvolvedor ECF) acessam via PFE a aplicação ECF. • O sistema permite alterar dados de equipamentos ECF (intervenções técnicas de lacração inicial, manutenção ecessação de uso) e consultar dados de equipamentos ECF. • O uso do ECF está vedado, tendo sido substituído pelo CF-e-SAT nos termos da Portaria CAT 147/2012. • Durante o ano de 2023, os equipamentos que constavam como ativos tiveram seu uso cessado de ofício, conformeComunicado SRE 10/2023, estando os contribuintesobrigados a conservar pelo prazo previsto no art. 202. do RICMS a última Leitura X e Redução Z e a Memória Fiscal de cada equipamento ECF. • Com a cessação de ofício, o sistema passou a seracessado no PFE apenas para o perfil fazendário. Todosos serviços do Sipet relativos ao ECF foram desativados. • Foi revisada toda a legislação, tendo sido proposta e acatada a revogação de dispositivos sobre o ECF e REDF correspondente.
Eliminação da GIA - Guia deInformação e Apuração do ICMS	O projeto visa à dispensa da GIA, trazendo benefícios tanto ao contribuinte quanto à fiscalização por eliminar inconsistências de informações provenientes de redundâncias, evitando retrabalhos e alarmes falsosadvindos dos cruzamentos de dados, usando apenas asinformações da escrita fiscal digital, EFD do ICMS/IPI. • Foram feitos ajustes no sistema de modo a permitir a dispensa progressiva da entrega da GIA. A partir de abrilde 2023, mensalmente, os contribuintes que atendem aos requisitos estabelecidos na Portaria SRE 20 de 2023são dispensados da entrega da GIA. Contamos com maisde 100.000 empresas que passaram a entregar somentea EFD desde então.
Sistema de Crédito Acumulado (e-CredAc)	• Em 2023 foram realizadas melhorias nas funcionalidadesexistentes, visando otimizar o processo de apropriação de crédito acumulado de ICMS bem como aumentar a segurança do sistema. Assim, foram instaladas as seguintes alterações: - Pedido de apropriação em lote: Alteração da funcionalidade do sistema para permitir o tratamento depedidos de apropriação em lote ou individualmente - Pedido de transferência: Reformulação do sistema notratamento dos pedidos de transferência diminuindo a carga de trabalho que era feita manualmente pelos AFRes - Autorizar NCM: funcionalidade que permite cadastrar,consultar e alterar os dados de NCM(s) dos contribuintes no sistema para que sejam utilizados no processo de pré-deferimento dos pedidos de transferência. - Reformulação extrato C/C: reformulação da tela de extrato da conta corrente, trazendo informações sobreas contas auxiliares caso tenham saldo - Cancelamento de Renúncia: Possibilidade de ocontribuinte cancelar a renúncia ao processo simplificado - *Deploy* Automatizado: Inclusão do processo de *deploy*automatizado no projeto diminuindo o trabalho manualde liberação de novas atualizações - Melhorias pós validador: Alterações no pós-validador visando a diminuição de travamentos no processamentode arquivos. - Melhorias no Banco de dados e *Stored Procedures*: Análise criteriosa dos processos rodando em banco dedados e início do processo de re-fatoração das *StoredProcedures* identificadas como gargalos no processamento de arquivos pelo pós-validador.

DOCUMENTOS FISCAIS	
NF-e e NFC-e	• Nota Técnica 2016.003: Divulga novas tabelas de NCM eunidade tributária de Comércio Exterior vigentes a partirde 01/04/2023 e 01/11/2023. • Nota Técnica 2021.003: Amplia o grupo de NCM (grupo de Mercadorias) que verificam a existência do GTIN no CCG-Cadastro Centralizado de GTIN, agora para mercadorias relacionadas com a indústria de Bebidas e Refrigerantes, Cimentos e Perfumarias, Higiene Pessoale Cosméticos. O objetivo dessa NT é especificar como ossistemas autorizadores da NF-e devem validar as informações descritas nos campos cEAN e cEANTrib junto ao Cadastro Centralizado de GTIN (CCG), devendo as notas serem rejeitadas em caso de não conformidade com as informações contidas no CCG, nos termos do Ajuste SINIEF 07/05 e o Ajuste SINIEF 19/16, queobrigamo preenchimento destes campos na Nota FiscalEletrônica (NF-e) e na Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) quando o produto comercializadopossuir código de barras com GTIN. • Nota Técnica 2023.001:Divulga novos campos e alterações de regras existentes abrangendo a nova forma de tributação monofásica sobre combustíveis.Essa Nota Técnica tem o objetivo de atender o dispostono Convênio ICMS nº 199, de 22 de dezembro de 2022,que dispõe sobre o regime de tributação monofásica doICMS nas operações com combustíveis nos termos da LeiComplementar nº 192/2022, e ao disposto no Ajuste SINIEF Nº 01/2023 em relação aos novos Códigos de Situação Tributária do ICMS. • Nota Técnica 2022.005: Esta Nota Técnica reativa a Regra de Validação NA01-20, que obriga a informação do grupo do ICMS devido para a UF de destino (grupo “ICMSUFDest”), que havia sido suspensa no início de 2022, conforme comunicado no Portal Nacional na época. A Regra de Validação é reativada, independentemente de outras discussões sobre a cobrança do diferencial de alíquota (DIFAL). Nota Técnica 2022.003:Divulga novos campos e Regrasde Validação da NF-e versão 4.0.
	• Nota Técnica 2023.001:Divulga novos campos e alterações de regras existentes abrangendo a nova forma de tributação monofásica sobre combustíveis.Essa Nota Técnica tem o objetivo de atender o dispostono Convênio ICMS nº 199, de 22 de dezembro de 2022,que dispõe sobre o regime de tributação monofásica doICMS nas operações com combustíveis nos termos da LeiComplementar nº 192/2022, e ao disposto no Ajuste SINIEF Nº 01/2023 em relação aos novos Códigos de Situação Tributária do ICMS. • Nota Técnica 2022.005: Esta Nota Técnica reativa a Regra de Validação NA01-20, que obriga a informação do grupo do ICMS devido para a UF de destino (grupo “ICMSUFDest”), que havia sido suspensa no início de 2022, conforme comunicado no Portal Nacional na época. A Regra de Validação é reativada, independentemente de outras discussões sobre a cobrança do diferencial de alíquota (DIFAL). • Nota Técnica 2022.003:Divulga novos campos e Regrasde Validação da NF-e versão 4.0.
MDF-e	• Nota Técnica 2023.001: Permitir encerramento e consulta de MDFes não encerrados independente da situação do emitente.
CT-e	• Nota Técnica 2023.001: Altera regras de validação do CTe da versão 3.00 para adequar a autorização com a legislação. • Nota Técnica 2023.002: disponibiliza novos eventos de Insucesso da Entrega e seu cancelamento conforme disposto no Ajuste SINIEF 50/2022 de 09 de dezembro de 2022. • CTe MOC 4.00 - Cria nova versão dos documentos CT-e,CT-eOS e GTV-e. Compila todas as alterações feitas porNTs desde a versão 3.00b do MOC. Foram incluídas também diversas alterações significativas no modelo, desde arquiteturais, layout, reestruturação dos serviços disponíveis, alterações nas regras de validações, entre outras.
Pós-Validador da Escrituração Fiscal Digital – EFD	• Durante o ano de 2023, foram incluídas funcionalidades para tratamento de exceções (validações específicas porCNPJ, CNAE, CST) e adaptação do sistema para contribuintes de algumas setoriais que receberão avisosenviados pelo “Compliance”.
Sistema Autenticador e Transmissor de Cupons Fiscais Eletrônicos (SAT)	• De forma a tornar mais célere o processo de aprovação do cadastro das empresas desenvolvedoras do aplicativocomercial, foi implementada a funcionalidade de aprovação automática nos moldes da PORTARIA SRE Nº33/2023. Adequação do leiaute do Cupom Fiscal Eletrônico - SAT incluindo o CST 61 - Tributação monofásica sobre combustíveis cobrada anteriormente conforme previstono ATO COTEPE/ICMS Nº 46/2023. • Como forma de melhorar a performance do sistema foi implementada a técnica de

	particionamento de algumastabelas com grande volume de dados, além da atualização do Banco de Dados para a versão mais recente.
Atualizações de segurança einfraestrutura nos sistemas	• Durante o ano de 2023, foram realizadas diversas atualizações de segurança e legais nos sistemas deDeclarações ICMS e de Documentos Digitais, cabendo destacar os seguintes itens: - Continuação da atualização para uso da solução deautenticação Sefaz Identity v003 - Migração de servidores de aplicação e de banco dedados
ARRECADAÇÃO E COBRANÇA	
Arrecadação	• Criação de fila de saída por código de serviço noAmbiente de Pagamentos • Atualização do Broker versão appconnect 11 • Adaptação Nova Lei no DIPAM - ICMS Ambiental • Adaptar o Ambiente de Pagamento para Renavam • Gerar mapa de User Stories Pix/IPVA • Adequação para eliminação da GIA no DIPAM • Criação da modalidade DEFIS de Ofício no DIPAM • Contestação de Multas pagas - Controle de Saldos -Interfaces do Ambiente de Pagamentos • Relatório de tarifas - Auditoria Arrecadação Mainframe • Início de adaptação para suportar Eliminação da GIA noDIPAM • Desenvolvimento e melhorias PIX/IPVA • Correções do DIPAM A na tela de análise • Automatização da Geração de Planilha de DREMU • Adaptação ao SEI para Mainframe Arrecadação • Adaptação ao SEI no DIPAM • Adaptação ao SEI no Ambiente de Pagamentos • Ferramenta para auxiliar equipe de desenvolvimento, testes e homologação na geração de dares e arquivos noAmbiente de pagamentos (rajada log) de maneira automatizada • SIAFEM - Desenvolvimento de ferramentas para evitar envio indevido de informações em cenários específicos de consolidação (feriados) e mecanismo para alertar erros na consolidação • API DARE/Comex com novas regras e criar clone para oCOMEX • Análise da Performance no Ambiente de Pagamentos nageração dos DAREs • Correção de vulnerabilidades no DIPAM • Tratamento de Erros no DIPAM • Unificação do Serviço entre Ambiente de Pagamento eSCT • Desativação do Serviço DREMU • Desenho da Solução Pix/IPVA DIPAM - Migração/Upgrade das instâncias SQL ServerCorporativas para versão 2022
Cobrança	• Integração com DEC MVA- cobrança massificada • Melhorias do CallCenter • Melhorias de Cobrança Qualificada • Incorporação / Apresentação dos débitos de ICMSParcelado - Implementação Ctrl-M • Campanha de AIIM - Bugs • Cobrança Massificada - Régua de Cobrança - DEC • Migração/Upgrade das instâncias SQL ServerCorporativas para versão 2022 • Integração com DEC MVA - Cobrança massificada

MS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias esobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	• Conta fiscal EC 87 - IE de controle • Abrir a pesquisa "verificar impedimentos" para oscontribuintes CNPJ completo • eCND - Atualização de texto • eCND Melhorias "Verificar impedimentos" (PesquisaDébitos) • Dare Avulso - API para Integração com sistemas decontribuintes para geração automática de DARE • Realizado no DARE-ICMS a avaliação de maturidadenível 1 • CNPJ Alfanumérico - análise de impacto • Mapeamento dos processos do DPB para "baixar" • Regras de Códigos de Deferimento (Parcelamento eReparcelamento) - Regras de Negócio ICMS DNE • Análise estática de Vulnerabilidades do SIGEC e CF AIIM • Desativação do Serviço ICMS SGCT • eCND - Verificação de impedimentos para CNPJ base • Adaptação ao SEI nos sistemas ICMS .Net • DARE ICMS: melhorias na emissão em lote e via API(Logins e chaves/Azure) • Adaptação das calculadoras para novo cálculo de jurosno ICMS • CNPJ Alfanumérico no ICMS e Módulos • Adaptação ao SEI no Mainframe ICMS • Desenvolvimento das Regras de Códigos de Deferimentono Reparcelamento no DNE • Rotina diária do DPB para repescagem da basependentes • Conta fiscal EC 87 - Inscrição em dívida ativa e inibidos(DSE) • Acesso dos devedores solidários à CFAIIM • Migração dos servidores Win2008 para Win2012R2 -SIGEC NUCLEO • CF AIIM - DDF melhorar a edição • SIGEC (ambiente de desenvolvimento/teste) -Implementação do Sefaz Identity v003 - *Single Sign On* • Adição de Campos no Serviço de integração SIGEC/DNEe CF AIIM • Alteração da Data de documento de Emissão DARE naCF ICMS e CFAIIM • Ajustes na integração entre CFAIIM e ePAT (confissão) • Adaptação nova Lei - novas faixas de desconto parapagamento à vista de CFAIIM • Ajustes na integração entre CFAIIM e ePAT (confissão) -Periodicidade de envio • Ajustes na integração entre CFAIIM e ePAT (confissão) -Criação de relatório

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	• Automatizar a correção dos microfilmes do RDR • Certidão negativa CNPJ Base • Preparação das Locadoras para 2023 • Vulnerabilidade da procedure de autenticação GDOC • Desativação do Serviço PPD • Autenticação Digital • Automatização, Notificação e Inscrição em Dívida ativa • Acompanhamento do IPVA 2023 • Adaptação ao SEI no Mainframe IPVA • Implementação do Sefaz Identity v003 no Cartórios - *Single Sign On* • Eliminação Cifras Vulneráveis no Cartórios • Migração/Upgrade das instâncias SQL ServerCorporativas para versão 2022 para o Cartórios • Preparação para IPVA 2023 no IPVANET • Consulta pelo Nº Chassi no SGIPVA • Trava do Contencioso no SGIPVA • Adaptação ao SEI no SGIPVA • Fluxo do pedido anual com entrega de documentos Siveie mainframe (Locadoras) • Gerenciamento de Laudo (PCD) no Sivei • Melhorias para deferimento automático (IPVA PCD) noSiveiFila Única por pedidos no Sivei
ITCMD - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis eDoação de Quaisquer Bens ou Direitos	• Ampliação da homologação automática - Importação dosdados FIPE • Gestão de documentos para o processo digital - Entradados dados • Integração com o serviço e-Carta - envio • Ambiente de análise da declaração e Geração dedeclaração retificada de ofício • Processo Digital - Distribuição dos não homologados • Migração/Upgrade das instâncias SQL ServerCorporativas para versão 2022
GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	
AIIM	• [AIIM MT] Criação de Delegacias TributáriasEspecializadas • [AIIM MT] Ferramentas de Comunicação com Usuários • [AIIM MT] Upload de dados de faturamento docontribuinte • [AIIM-MT] AIIM Manual • AIIM MT] Lei 17.784/2023 - Resolve Já • [AIIM Web][Enabler] Migração Websphere para TomCat • [AIIM Web][Enabler] Upgrade do Oracle 12C para 19C
Arquitetura	• [Enabler] Migração das instâncias SQL Server paraversão 2022 • Migração dos servidores Win2008 para Win2012R2 • Implantar Identity V3 • [Enabler] Eliminação de Cifras Vulneráveis
eCT	• [eCT.NET] Integração com CH • Situação da Consulta Tributária - Contribuinte

ePAT	• Distribuição de processos US80 (TIT) • Criar a funcionalidade Distribuição Urgente (TIT)(US80.05) • Melhorias no fluxo DTE • Reformular Seleção de Juízes • Intimar ao interromper Julgamento de Defesa (DTJ)(US20.03)
Nos Conformes	• Relatório de Pendências • Distribuição do acompanhamento para as unidades • Relatório de Acompanhamento • Relatórios de Descontos
PGSF	• [Enabler] PGSF Migração para JBOSS • Criação de Delegacia Regional Tributária Especializadade ITCMD
PGSF Produtividade	• Manter regra de pontuação fechada • Comunicar AFRE sobre alteração no RMA
Portal de Legislação	• [Enabler] Migração dos Portais para Sharepoint 2019 • Pesquisa de opinião • Melhorias na busca • Adaptar Portal para Identidade Visual do novo Governo • Opções para RCs publicadas • Criar parâmetros para tratar subtemas no ECT
PUCOMEX	• Ajustes Pontuais da Liberação de Mercadorias
Regime Especial	• Permitir ao detentor do Regime Principal inserir Termode Adesão ao próprio Regime Especial Vigente • Alterar serviço de e-mail • Alterar Encaminhamentos para setoriais • Alterar fluxo dos recursos de decisões da DIGES/CFIS • [Enabler] Mapeamento Processo
SIPRO	• Promoção 2020 • Melhorias - Parametrização
TIT 2000	• [Enabler] TIT 2000 - Criação de ambiente QA no Oracle
ORÇAMENTO	
SAO – Sistema de AlteraçãoOrçamentária	• Integração SAO com o Sistema SEI • Extração de relatórios ao TCE Elaboração de novos relatórios para análises técnicas e apoio da alta gestão • Sustentação: Correções, ajustes e melhorias • Início da reescrita do sistema atual para adequar aTecnologia e novos processos de negócio
PROPSEP - Proposta Planejamento	• Sustentação: Correções, ajustes e melhorias • Extração de relatórios • Criação de um novo Relatório de Investimentos
Emendas – Sistema de Apropriação de Emendas	• Integração com o sistema da ALESP • Elaboração de novos relatórios para apoio a alta gestão • Extração de relatórios para a LOA (Lei Orçamentária) • Sustentação: Correções, ajustes e melhorias

Quotas	• Novo tratamento na Fonte de Recursos para adequá-loao novo formato do Subsecretaria do Tesouro Nacional • Reformulação dos relatórios por conta do novotratamento na Fonte de Recursos • Ajustes em relatórios • Sustentação: Correções, ajustes e melhorias
POS - Proposta Orçamentária Setorial	• Novo tratamento na Fonte de Recursos para o adequarao novo formato do Subsecretaria do Tesouro Nacional • Reformulação dos relatórios por conta do novotratamento na Fonte de Recursos • Sustentação: Correções, ajustes e melhorias • Ajustes na Fonte de Recursos STN • Redistribuição de NDs restrita no lançamento das despesas
VRC – Valor Referencial de Custeio	• Ajustes na Fonte de Recursos STN • Sustentação: Correções, ajustes e melhorias
SOE - Sistema Orçamentáriodas Empresas Estatais	• Sustentação: Correções, ajustes e melhorias
MP – Manifestação Prévia	• Sustentação: Correções, ajustes e melhorias
PLANEJAMENTO	
PPA - Plano Plurianual	• Implementação da regionalização de indicadores deprogramas e produtos • Implementação de tabela de limite de custeio naprevisão de despesas • Alterações e melhorias para emissão do livro de projetode LEI • Abertura e duplicações das fases dos sistemas EPA/PPA • Implementação de nova visualização e inclusão de anexos nas justificativas de alterações da tela de metas • Sustentação - Pacote com 48 melhorias, correções e ajustes em funcionalidades do sistema para implantaçãodo novo PPA 2024 / 2027
EPA - Estrutura de Programas e Ações	• Implementação do cadastro e relacionamento de ODS -Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e metas ODS • Implementação do cadastro de beneficiários/público-alvo e nova forma de relacionamento aos produtos • Implementação de nova visualização e inclusão deanexos nas justificativas de alterações de programas, produtos, ações e indicadores Sustentação - Pacote com 94 melhorias, correções e ajustes em funcionalidades do sistema para implantaçãodo novo PPA 2024 / 2027
SimPPA - Sistema de monitoramento do PPA - Plano Plurianual	• Implementação da visualização da regionalização deindicadores de programas e produtos • Unificação das regras de justificativa TCE sistemas e B.I. • Aplicação de todas as reformas administrativas de 2023 • Sustentação – 4 melhorias, correções e ajustes emfuncionalidades do sistema para implantação do novo PPA 2024 / 2027
PMA - Previsão das Metas Anuais	• Sustentação: 1 melhoria

Audiências Públicas – LOA, LDO e PPA	• Sustentação – Pacote com 8 melhorias, correções e ajustes em funcionalidades para realização das Audiências públicas Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2024 – março de 2023 • Sustentação – Pacote com 15 melhorias, correções e ajustes em funcionalidades para realização das Audiências públicas ELETRÔNICA - PPA 2024-2027 E LOA 2024 – maio de 2023
DGS - Diagnóstico Setorial do PPA	• Sustentação: 1 – melhoria
CAC - Controle de Acesso Centralizado	• Sustentação – 4 melhorias, correções e ajustes
FINANÇAS	
Contabiliza/SP	• Adequação EFD-Reinf Série R-2000 (Layout 2.1) • Desenvolvimento evento R-4020 (EFD-Reinf Série R-4000) • Desenvolvimento das transações do SIAFEM na baixaplataforma relacionadas aos grupos: - Credor - Execução Orçamentária - Gestor - Gestor - Ordem Bancária - Contas de Utilidade Pública - Custos • Automatização da Política Patrimonial de Créditos aReceber (Faturas e Duplicatas) • Automatização da Política Patrimonial de PassivosContingentes • Cadastro de Materiais e Serviços e Consultas dosProjetos SIAFEM / SIAFISICO • Desenvolvimento do Sistema Comunica no ContabilizaSP
SAQ - Sistema de Acompanhamento de Quotas	• Adequação da Estrutura do Código da Fonte de Recursode acordo com padrão STN (portaria no. 710) e SIAFEM

SIGEO	• Adequação da Estrutura do Código da Fonte de Recursode acordo com padrão STN (portaria no. 710) e SIAFEM
	• Desenvolvimento de nova área de assuntos EFD-Reinf(Série R-2000)
	• Melhoria Performance de Consultas
	• Implementação de novas métricas nos relatórios da Leide Responsabilidade Fiscal
	• Implementação dos conceitos de Dotação InicialCancelamento e Dotação Inicial Ajustada em Despesa
	• Implementação de melhorias nas tabelas dimensão:
	  • Natureza Receita
	  • Natureza Despesa
	  • Institucional
	  • Gestões
	  • Funcional Programática
	  • Fonte
	• Ajustes relacionados a Matriz de Saldos Contábeis
	• Implementações de serviços da Secretaria da Educaçãopara o Sistema de Custos
	• Criação dos quadros principais do Balanço (Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Balanço Patrimonial) por Órgão
	• Criação de serviços para fornecer dados do SIGEO paraa Painel do Governador, para a equipe do CDESP (Secretaria de Governo), para DEPEN, FIPE
	• Ajustes relacionados a prestação de contas do Profisco 2
	• Ajustes relacionados aos relatórios do balanço geral do Estado
	• Implementação de métricas para Previsão Inicial, Dedução da Receita Arrecadada e Receita Líquida em Receita

SCD – Sistema de Controle de Documentos	• Criação de novos documentos que atendam aSubsecretaria da Receita Estadual (SRE) • Adequação do sistema oriundas da migração OracleSolaris para Red Hat
SRPF – Sistema de Regularidade Previdenciária e Fiscal	• Implementação de rotina para controlar a duração dasessão do usuário logado • Implementação de um novo componente de edição detexto que possibilite mais recursos
SIR - Sistema Integrado da Receita	• Adequação da Estrutura do Código da Fonte de Recursode acordo com padrão STN (portaria no. 710) e SIAFEM • Implementação de novas rotinas no módulo de cálculo • Implementação de cenários que possibilitem oversionamento das previsões de receita
SGF – Sistema de Grandes Faturadores	• Modernização da camada visual e inclusão de nova telade apresentação do sistema • Implementação de rotina para extração das faturas doTribunal de Justiça
SEF – Sistema de ExecuçãoFinanceira	• Implementação dos Roteiros de Décimo Terceiro Saláriopara a 1ª e 2ª Parcelas • Implementação de Roteiro Financeiro – SPPREV (OrdemBancária) • Implementação de NL para aplicação dos recursos DREM, de forma automatizada (Receita DREM DetacontaSiafem) • Adequação da Estrutura do Código da Fonte de Recursode acordo com padrão STN (portaria no. 710) e SIAFEM • Implementação do registro das receitas provindas doIRRF (retenção de IR na fonte)
SIAFEM	• Adequação do Sistema para retenção de folha 13ºsalário. • Implementação da Nova regra para distribuição dareceita do Fundeb • Adequação do Sistema para para permitir retenção obraspara gestão diferente de Empresas • Adequação do Sistema para o registro contábil (IN1234/2012) • Adequação do Sistema para nova lei de licitações (Lei14.133/2021) • Implementar novas regras para execução orçamentáriae financeira, dos recursos recebidos do exterior pelas unidades • Adequação da funcionalidade APLICAÇÃO para recursosfonte DREM • Adequação do Sistema para tratar Depósito em Garantia
SOP – Sistema Orçamentário de Pessoal	• Adequação da Estrutura do Código da Fonte de Recursode acordo com padrão STN (portaria no. 710) e SIAFEM • Adequação da rotina de lançamento de Eventospermitindo que reflitam na Dotação Inicial do item de despesa • Implementação de consulta de resumo de cálculo de suplementação e redução
CIPJ	• Modernização e otimização de processos no Workflow deAções Judiciais • Automações de consultas para cálculos judiciais
Folha (SDPE)	• Melhorias no processo de Integração com a Secretariada Educação • Adequação do SDPE para recolhimento de INSS paraatendimento do eSocial • Adequação de IR-RRA para atender o eSocial • Automação para processamento de aposentadorias novas (finalização do vínculo no sistema de pagamento)

Inovação e Arquitetura

• Foi iniciado o projeto “Login SEFAZ” com o objetivo de prover uma solução centralizada de autenticação para os sistemas da SEFAZ. Foi realizada uma prova de conceito permitindo autenticação de usuários com a conta Gov.br (Login Único Federal) eCertificado Digital (e-CPF). Também foi testada a autenticação de APIs com tokens de acesso. A ferramenta utilizada foi o RH/SSO (Keycloak).

• Foi ampliada a solução de melhoria da maturidade dos serviços/sistemas geridos pelo DTI, utilizando-se uma classificação de Níveis de Maturidade. Para o modelo de ALM, foi feito o levantamento do atingimento atual dos níveis em dezenas de sistemas, além de vários sistemas teremimplementado itens como o Deploy Automatizado (Entrega Contínua). Foram adicionados novos modelos de maturidade, como APMO_SPC (SAFe Pratice Consultant) e implementadas melhorias na solução, como atualização automáticanos levantamentos já realizados quando ocorre alteração no modelo de maturidade.

• O CAP-AAP (Assessoria em Arquitetura de Produtos) designa Arquitetos de Sistemas/Soluções para acompanhamento dos 13 “Produtos SAFe” da SEFAZ. Cada produto é composto por dezenas de sistemas. O Arquiteto participa das atividades relativas aos seus produtos, como planejamento, acompanhamento de status e definições técnicas em desenhos de solução. No processo de Coordenação do Desenho de Solução (COORD), foram realizados desenhos relativos a 70 projetos/sistemas.

• Coordenamos o projeto de implantação das práticas de DevSecOps no DTI, que foi iniciado em 2022. O intuito desse projeto é o de incrementar continuamente o nível de qualidade do processo de desenvolvimento de sistemas no aspecto de segurança da informação, incorporando boas práticas e ferramentas nas atividades rotineiras das equipes. Como resultado desse projeto, pretende-se aumentar o nível de segurança das aplicações disponibilizadas pela Secretaria da Fazenda identificando com agilidade e corrigindo suas potenciais vulnerabilidades. Neste ano de 2023, contamos com o apoio do Gartner e da Microsoft para mapear as práticas e ferramentas de DevSecOps que já são adotadas no nosso processo de desenvolvimento para termos uma linha de base quesirvacomo referência no planejamento das próximas melhorias. As práticas de DevSecOps estão distribuídas nas atividades das equipes de desenvolvimento e de operações, de forma que o papel doCentro de Arquitetura de Produtos é o de coordenara melhoria de seus processos.

- Gestão do contrato da plataforma de treinamento tecnológico Alura.
- Gestão e renovação do contrato de nuvem via PRODESP.
- Foi realizada atualização do Layout Padrão para desenvolvimento de novas aplicações.

• Foi acompanhada a entrega de imagens de telas de projetos pela equipe de Suporte à Usabilidade/ UX.

• Foram realizados 1540 atendimentos de chamados relativos a suporte aos times de desenvolvimento.

- Homologação da nova versão do .NET (versão 8) e instalação desta nos servidores dosagentes do "Visual Studio".
- Atualização de versão do node.js nos servidores dos agentes do "Visual Studio".
- Instalação do "Pacotes Redistribuíveis do Microsoft Visual C++ para Visual Studio 2019" nos servidores dos agentes do "Visual Studio".
- Sustentação dos seguintes sistemas: Sefaz Identity, Controle Hierárquico, LogAudit, Portal de Assinaturas, Infoconv, Cálculo PR e BR, Controle de Acesso Web e Controle deAcesso LDAP.

• Implementação de auditoria usando o LogAudit no Controle de Acesso Web, Controle deAcesso LDAP, Sites de Consultas de logs Auditado do próprio LogAudit, Portal de Assinaturas e Controle Hierárquico.

- Atualização dos servidores de aplicação do SEFAZ Identity para Windows Server 2022.
- Administração das licenças de acesso à plataforma de treinamento tecnológico Alura.
- Foi realizado o processo do aditivo de 25% do contrato da plataforma de treinamentotecnológico Alura, resultando num acréscimo de 75 licenças.
- Gestão do contrato de nuvem com a Prodesp relativo às licenças Visual Studio.

- Administração das licenças Visual Studio do contrato de nuvem com a Prodesp.
- Administração de acessos à plataforma disponibilizada no contrato com o Gartner.
- Gestão do contrato com a Microsoft de suporte especializado (“Unified Support”).
- Foi realizado o processo de renovação do contrato com a Microsoft de suporte especializado (“Unified Support”).
- Foi realizado o processo de contratação com a Microsoft de 1000 licenças da plataforma de aprendizagem “Viva Learning”.
- Foram organizados treinamentos para administradores de projetos no ADS, com aparticipação de 146 alunos distribuídos em nove turmas.
- Foram realizadas as etapas iniciais do plano de capacitação dos servidores fazendáriosdo CAP, conforme proposta encaminhada pelo DTI.

Ciência de Dados

- Criação de um novo ambiente JupyterHub para suportar trabalhos em ciência de dados de grande consumo de recursos computacionais.
- Definição de níveis de maturidade de dados que devem ser seguidos por aplicações desenvolvidas na SEFAZ.
- Implantação da ferramenta de mascaramento de dados, definição de processo para a suautilização e treinamento de equipes.
- Elaboração de documentações de processo de expurgo de dados e de disponibilização dedados para órgãos externos.
- Elaboração de termo de referência para a contratação da plataforma Cloudera e Hardware associado.
- Realização de provas de conceito com ChatGPT/Azure para interação com usuários a respeito de informações da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Perguntas Frequentes).
- Realização de prova de conceito para utilização do modelo ChatGPT para busca e/ou entendimento de legislação tributária.
- Operacionalização de novo processo de modelagem de dados.
- Implantação do ambiente de produção para a utilização do PowerBI como ferramenta de visualização de dados corporativa em substituição à ferramenta anterior (Tableau) com ganho de funcionalidades, maior número de usuários e economia para o tesouro.
- Implantação de relatórios de análise de negócios para melhorias na gestão de contratos de prestação de serviço de fábrica de software.
- Desenvolvimento de relatórios com métricas de utilização do ambiente Analytic Sandbox.
- Realização de cruzamento de produtos da BEC e catálogo de materiais do Portal deComprasdo Governo Federal.
- Participação no projeto de Modelagem de Risco de Crédito Tributário (MRCT).
- Cruzamento entre transferências de veículos e declarações de doação.
- Identificação de mudanças no quadro societário de empresas no Cadesp entre possíveisparentes (possíveis doações de cotas).
- Detecção de anomalias em declarações feitas em cartórios.
- Automatização do arbitramento de imóveis nas declarações de ITCMD.
- Desenvolvimento de modelos de regressão para revisão de folha de pagamento.
- Desenvolvimento e evolução da biblioteca Pepe para automatização de processos.
- Desenvolvimento de solução para encontrar links quebrados em sites do SharePoint.

- Contratação de ferramenta de Gestão de Dados Mestres.

- Desenvolvimento de solução para identificação de manifestações duplicadas no sistema Sem Papel e Fale Conosco.

Segurança e Desenvolvimento de Sistemas e Entregas de Soluções

Atividades de Arquitetura de Segurança

- As atividades de arquitetura de segurança dão suporte à concepção, ao desenvolvimentoe à operação de sistemas fazendários e estão relacionadas com a integração de práticasde segurança desde o início em projetos de inovação e no desenvolvimento de novos sistemas, seleção de tecnologias de segurança, avaliação de riscos, auditoria de segurança e desenvolvimento de estratégias para proteger os sistemas de informações da Sefaz.

- Avaliações, recomendações e deliberações relacionadas com a segurança da informaçãonas atividades e entregas dos Produtos Safe, em novos projetos, processos, tecnologias, serviços e atividades do DTI:

– Suporte nas etapas de planejamento (PI Planning) dos produtos: Administração, Arrecadação e Cobrança, Atendimento, Declaração ICMS, Documentos Fiscais, ICT, Fiscalização e Contencioso, Finanças, Orçamento, Gestão da Administração Tributária, Declaração ICMS, Gestão Pública, DW e DRH;
– Suporte e alinhamento com as áreas de negócio e equipes técnicas para melhoria dos logsde aplicação da NFP para viabilizar o monitoramento dos acessos e a melhoria de segurança em função da implementação do segundo fator de autenticação para visualização das notas fiscais e avaliação dos possíveis vetores de entrada nos aplicativos utilizando recursos da NFP;
– Levantamento de requisitos de segurança no desenho de solução dos sistemas: PIX-IPVA,IPVA Cadastro de Débitos, NFCE, Novo Credenciamente NFe, dispartador de e-mails Profisco, SIPJ/CIPJ, ICT-Suporte a Ferramenta de buscas e IPESP, PGSF2022, PUCOMEX, NFCE e Regime Especial Novo;
– Participação na Força Tarefa IPVA-PIX (Baixar o cadastro de débitos IPVA e viabilizar pagamento via PIX), acompanhamento da falha no sistema SIVEI – Laudo PCD, acompanhamento Falha ITCMD;
– Suporte e alinhamento com as áreas de negócio e equipes técnicas para aquisição e implementação da ferramenta de envio de e-mail em massa (AKNA) para o Produto Arrecadação e Cobrança;
– Análise de auditorias das vulnerabilidades da aplicação contabiliza “Siafnet, Siafisico, Siafem, Dev-front e Dev-orquestrador, SAEP e Gestão Egesp 2022”;
– Suporte na melhoria dos protocolos de comunicação dos sistemas: SCT, SAAC, SIGEO,

– CAUFESP, processo de carga do EFD, SAFIC, SIFIC, GIA, MDF-e, ECRED, ONE, NFC-e, ECF, SAEP.

- Atividades de suporte ao desenvolvimento seguro e DevSecOps:

– Execução de testes e análises de segurança de código: (análise SAST) nas aplicações dos produtos: DRH (LP_GOZO, PIQ_SF, Frequência, Estacionamento, Emissão Certificado, LP_Pecunia, Dados Pessoais, designação e interface folha de pagamento) do Produto ADM(SCT, contabiliza e PGOF), do Produto Finanças (e-social, efdreinf, Balanço Geral do Estado,), produto Arrecadação e Cobrança (DIPAM, e-DIPAM, DIPAM-A, PIXIPVA, SIGEC/CF AIIM, Ambiente de Pagamentos, Regime de Ofício, automação de scripts), Produto Documentos Fiscais (One), Produto Declarações e Gestão (SCANC, MDF-e, DIFAL),Produto Atendimento (sistema cassação, Cadesp, Smart Sefaz, SIPET), Produto GAT (Regime Especial) e Produto Gabinete (Gestão Egesp).

– Execução de testes de segurança no ambiente Wordpress e apresentação dos resultados dos testes DAST;

– Apresentação e apoio para as equipes do produto administração e finanças, abordando a utilização do plugin do Fortify e a verificação de relatórios no Software Security Center – SSC: Análise de auditorias das vulnerabilidades da aplicação contabiliza “Siafnet, Siafisico,Siafem, Dev-front e Dev-orquestrador”;

– Desenvolvimento e manutenção de documentações relacionadas ao desenvolvimento

seguro no ADS: Requisito de configuração para webserver “NGINX”;

– Apresentação sobre análise de ameaças e Fortify para a arquitetura OA – ICMS;

– Investigação e suporte ao IPVANET em incidente de segurança que resultou em melhoriasno site, captcha e WAF dificultando o uso de BOTs na página e desativação de sites clones do produto Arrecadação.

- Apoio nas atividades de validação da segurança em Projetos e Provas de Conceito – POC:

– Detecção de vulnerabilidades em dependências de terceiros;

– Modelagem de ameaças;

– Estudo sobre plugins de segurança para o processo de DevSecOps (SCA, Vault, Rapid7 e OpenShift);

– Estudo sobre plugins de compliance do 365 e estudo sobre a utilização do Rapid7;

– Testes de segurança no novo portal Egesp desenvolvido em Wordpress;

– Estudo de aderência da ferramenta IBM Guardium como proteção contra vazamento dedados do universo DW.

Atividades de Gestão de Incidentes de Segurança

- Acompanhamento semanal dos incidentes de segurança em aberto;
- Levantamento e apresentação dos indicadores mensais, indicadores totalizados de 2022 e manutenção da consciência situacional para os Diretores do DTI;
- Elaboração de análises de dados no PowerBI para visualização e acompanhados índicesregistros de incidentes de segurança de janeiro a agosto de 2023;
- Apoio ao CSIRT na resolução de incidentes de segurança;
- Revisão do plano de comunicação de incidentes de Ransomware em estações de trabalho;
- Execução de testes para validação das configurações do processo de gestão de incidentesde segurança no Helix;
- Revisão do Processo de Gestão de Incidentes de Segurança: Análise e revisão do fluxodo ciclo de gestão de incidentes de segurança;
- Revisão das categorias de incidentes de segurança e atualização no ambiente de produçãodo Helix.

Gerenciamento da ferramenta de análise de vulnerabilidades SAST e DAST –Fortify

- Criação/Alteração dos procedimentos de utilização da ferramenta Fortify (SSC, SCA, WEBINSPECT e IDE);
- Gestão do contrato da ferramenta Fortify;
- Apoio aos desenvolvedores na correção das vulnerabilidades apontadas pelo Fortify;
- Atualização da ferramenta Fortify e do plugin de bloqueio do Pipeline;
- Implementação da rotina de análise SCA no ADS.

Atividades de suporte na implementação de novas tecnologias

- Participação nas atividades do projeto de Implementação da Infraestrutura OpenShift para Containers, início da avaliação da ferramenta Azure Purview como opção deGovernança de Dados e Projeto Central de automações;
- Apoio nas atividades de implantação do processo de mascaramento de dados;
- Apoio nas atividades de implantação da ferramenta CLOUDERA como solução corporativa de Data-Lake;
- Apoio nas atividades de implantação da ferramenta de Streaming de Dados;
- Apoio na modernização da rede WIFI;
- Apoio na modernização da Arquitetura de Dados;
- Apoio na Migração/Upgrade das instâncias SQL Server Corporativas;
- Apoio na escolha da Ferramenta Corporativa de Envio de E-mails;

Treinamento e Conscientização em Segurança da Informação

- Treinamento e certificação em segurança da informação – Comptia Security+ (6servidores fazendários certificados);
- Início dos trabalhos de conscientização dos servidores e colaboradores da Sefaz com campanhas de informações relacionadas com Segurança da Informação.

Gestão de Riscos

- Desenvolvimento dos trabalhos de implantação de uma metodologia de gestão integradade riscos na Sefaz;
- Elaboração da proposta inicial do modelo de gestão integrada de riscos.

Gestão de Conformidade

- Atividades execução de auditoria referente a Gestão de Contas Administrativas;
- Elaboração da minuta do relatório de auditoria.

Gestão e Gerenciamento de produtos, Projetos e Portifólio

ÉPICOS CONCLUÍDOS E EM PROGRESSO

CONSOLIDAÇÃO EXERCÍCIO 2023

Epicos Concluidos	Epicos em Progresso	Concluídos e Em Progresso
280	517	797

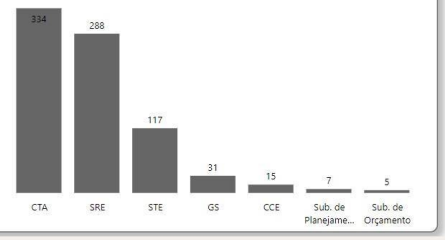
Epicos concluidos - por produto

Coordenadoria	Produto	QTD
CTA	Iniciativas Corporativas de Tecnologia	58
STE	Finanças	57
SRE	Documentos Fiscais	30
SRE	Declarações ICMS	28
CTA	DRH (SIAP e Outros) SFP	26
SRE	Atendimento	25
SRE	Arrecadação e Cobrança	24
SRE	Gestão da Administração Tributaria	13
GS	GABINETE (DGEP, DCA, CORFISP)	6
SRE	DW	5
CTA	Administração	4
CCE	SIS/SP Sistema Integrado de Suprimentos de SP	2
Sub. de Orçamento	Orçamento	1
Sub. de Planejamento	Planejamento	1
Total		**280**

Epicos - em progresso

Coordenadoria	Produto	Quantidade
CTA	Iniciativas Corporativas de Tecnologia	222
STE	Finanças	60
SRE	Declarações ICMS	49
SRE	Atendimento	34
SRE	Gestão da Administração Tributaria	34
GS	GABINETE (DGEP, DCA, CORFISP)	25
SRE	Documentos Fiscais	22
SRE	Arrecadação e Cobrança	16
CCE	SIS/SP Sistema Integrado de Suprimentos de SP	13
CTA	Administração	11
CTA	DRH (SIAP e Outros) SFP	11
SRE	DW	8
Sub. de Planejamento	Planejamento	6
Sub. de Orçamento	Orçamento	4
Total		**517**

Epicos - concluido e em andamento por Coordenadoria



Epicos Concluidos e Em Progresso - por Produto

Coordenadoria	Produto	Quantidade
CCE	SIS/SP Sistema Integrado de Suprimentos de SP	15
CTA	Administração	15
CTA	DOF	2
CTA	DRH (SIAP e Outros) SFP	37
CTA	Iniciativas Corporativas de Tecnologia	280
GS	GABINETE (DGEP, DCA, CORFISP)	31
SRE	Arrecadação e Cobrança	40
SRE	Atendimento	59
SRE	Declarações ICMS	77
SRE	Documentos Fiscais	52
Total		**797**

Gestão de Normativos , Pasrões e Processos

Melhorias em Processos

Gerenciamento do Catálogo

- Revisão dos Serviços de TIC
- Melhoria GCAT - Atualização da Requisição de Alteração do Catálogo

Gerenciamento de Incidentes

- Controle das respostas às pesquisas negativas
- Revisão das configurações do Remedy relativas ao relacionamento de incidente com

incidente-pai

- Melhoria GINC - Levantamento do histórico da regra de SLA de incidentes que passampor grupos externos ao DTI
- Melhoria GINC - Separação das atribuições dos analistas GINC e CR
- Melhoria GINC - Pesquisa de satisfação de chamados atendidos por filas externas ao DTI

Melhorias em Diversos Processos

- Melhoria - Revisão da organização das pastas para cargas do PowerBI

Revisão dos Fluxos de Atendimento

- Fluxo para encaminhamento de requisições não atendidas
- Substituição de máquinas e manutenção preventiva
- Acesso TI - Terceiro Desenvolvedor
- Revisão do "Acesso Remoto Terceiro" para liberação do VPN Client notebooks patrimoniados
- Homologação de SW: Revisão das atividades e aprovações.
- Revisão das Requisições: "Falha no Computador, Monitor, Mouse e Teclado"
- Revisão da Requisição Conta de E-mail Moderada.
- Atendimento - Acompanhamento dos Painéis no PowerBI
- Fluxo para encaminhamento de requisições não atendidas
- Acesso ao MailRelay para aplicações em servidores
- Permissões Novo Fazendário - 1a. Revisão
- Atualização na Requisição Acesso Remoto para remover o acesso ao VDI

Arquitetura de Atendimento

- Analytics Sandbox - Revisão - Inclusão da opção de seleção do BD Oracle
- GCAT - Eliminação dos Serviços Derivados de Processo do Catálogo
- Req Apontamento de Atividades Internas – CAS
- CAS - Mudança de nome no grupo WINNAPP 3o nível
- Assessment de atendimento Piloto

Participação em Inciativas ICT

- Criação da Minuta dos Documentos do Processo de Expurgo de Dados
- Testes e Validações da Equipe de Processos
- Definição de indicadores do processo integrado com o ADS e Maturidade (referente aonovo processo de Expurgo de Dados)

Gestão de Normativos

Normativos em elaboração/revisão

- Regimento interno do CGTIC
- Portaria do Acesso Digital

Normativos aguardando assinatura e publicação

- Resolução SFP que institui papéis organizacionais orientados pelo framework SAFe no desenvolvimento de produtos digitais.

Gestão de Padrões

- Detalhamento do modelo de maturidade para requisitos de Atendimento de Serviços.
- Capacitação de recurso para atuação como Arquiteto de Atendimento de Serviços, paraatuação no produto ICT.
- Capacitação de recurso para atuação como Arquiteto de Atendimento de Serviços, paraatuação nos produtos de negócio.
- Acompanhamento e apoio na execução dos treinamentos do framework SAFe –

contratação efetuada em 2022.

Equipe ITSM

- Migração da versão do ITSM;
- Criação de infraestrutura(relatórios) para o PowerBI, geração de Dashboards.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

Objetivo do DAR– Integrar as ações e processos entre os Departamentos e as Regionais, identificando
problemas e oportunidades, ajudando na identificação das melhores práticas, buscando aprimorar continuamente a qualidade dos serviços prestados e aumentar a eficiência na gestão dos recursos, padronizando processos e contribuindo para a melhoria dos sistemas.

GESTÃO DE RH

Ação - Aprimorar a gestão dos Serviços de Convivência Infantil

(Sede e Regionais)

Produto – Acompanhamento da implantação do novo modelo de contratação de serviço de acolhimento infantil, mediante procedimento de credenciamento, de forma a atender os seguintes critérios:

- contratação individual para cada criança;
- contratação para atender crianças com idade superior a 4 (quatro) anos e até 7 (sete) anos, em razão de determinação judicial;
- previsão de preço e de contratação para meio período;
- previsão de preço e de contratação para prestação de serviço por meio remoto, com idade superior a 4 (quatro) anos e até 7 (sete) anos;
- previsão para fixação de percentuais de descontos nos casos de serviços executados de forma não integral ou de forma remota;
- estabelecimento de instrumentos auxiliares para a medição dos serviços;
- implantação de formulário para a avaliação da qualidade dos serviços prestados.

GESTÃO DE SUPRIMENTOS

Ação - Promover projeto de melhoria na gestão de licitações e contratos e implementar nova forma de trabalho, visando às adequações necessárias para atuar na Nova Lei de Licitações e Contratos, vigente a partir de janeiro/2024.

Produto 1 – Aprimoramento da forma de trabalho, estabelecendo grupo técnico para traçar diretrizes referentes às contratações e compras, se adequando às regras da NLLC.

Produto 2– Construção do Plano Anual de Compras e Contratações, de forma a implantar o planejamento das demandas de aquisições cotidianas e específicas e de contratações de serviços contínuos e por escopo, já visando os novos moldes da NLCC.

Ação – Continuidade das ações de padronização dos itens de almoxarifado e uniformização das condições dos seus espaços físicos.

PRODUTO 1 – Ação constante de saneamento e padronização dos itens de compra, facilitando a uniformização dos estoques dos almoxarifados, zelando pela qualidade dos bens, visando economia e já em consonância com as diretrizes da NLLC.

Ação - Criar áreas de negócios especializadas, independentemente da localização física de seus servidores, priorizando a base de conhecimento já existente e capacitando a força de trabalho da equipe DAR, formando especialistas em suas áreas de atuação.

Produto 1– Implantação efetiva de 5 Polos Regionais de Compras, visando economia processual, maior controle sobre as compras, aquisição de materiais e insumos padronizados, redução do volume

dos estoques, otimização dos recursos orçamentários e, ainda, desenvolvimento de especialistas em compras.

Produto 2– Implantação efetiva de 1 Polo Regional de Contratações, constituído por uma equipe de pregoeiros multidisciplinar, inter-regionais, visando menor preço, eficiência e eficácia dos serviços terceirizados contratados, desenvolvendo expertises e realizando o aprimoramento dos objetos contratados, respeitando os ditames do CADTERC e já considerando os preceitos da Nova Lei de Licitações.

Produto 3– Elaboração de fluxo de licitação voltado para as Regionais para atender a criação de Espaço de Trabalho Colaborativo – ETC com a finalidade de gestão dos tipos, quantidades, objetos e vigências dos contratos regionais.

Ação - Providenciar a atualização do SAM – Sistema de Patrimônio.

Produto 1 – Leitura dos 65.000 itens de patrimônio no âmbito das Regionais, via coletor de dados, para atualizar o sistema SAM.

Priorizações:

- Transferências de bens disponíveis para outros Órgãos, com o devido ajuste contábil;
- Arrolamentos de bens inservíveis e suas respectivas baixas patrimoniais;

Produto 2 – Construção de material didático sobre a Gestão de Patrimônio Mobiliário para padronização dos procedimentos sistêmicos e processuais, para ser divulgado no exercício seguinte. (Implantação efetiva em 2024)

GESTÃO DOCUMENTAL

Ação - Recebimento e custódia dos processos inscritos em Dívida Ativa

Produto 1- Relatório de custódia.

As transferências já foram concluídas em 06 Regionais, estando as outras 09 regionais em fase de conclusão.

RELATÓRIO CUSTÓDIA - REF 25/01/2023											
UA	NOME	EM POSSE DOS CRA´S	DRT								
			UA CUSTÓDIA	DRT	ENVIADOS PARA CRA´S E NÃO RECEBIDOS	Docs em Posse-NFC	Arq. No NFC	Enc. E Não Arq.	Env. p/outras UA´s	% Pendente transferência	TOTAL EM POSSE DRT
1000999	NÚCLEO DE CUSTÓDIA - INSCRITOS - NSI-ABCD	20.409	Inativada a UA de Custódia								
1000996	NÚCLEO DE CUSTÓDIA - INSCRITOS - NSI-ARAÇATUBA	773	Inativada a UA de Custódia								
1001002	NÚCLEO DE CUSTÓDIA - INSCRITOS - NSI-ARARAQUARA	482	1000794			18.413			1.180	97,60	19.593
1000994	NÚCLEO DE CUSTÓDIA - INSCRITOS - NSI-BAURU	9.948	Inativada a UA de Custódia								
1000992	NÚCLEO DE CUSTÓDIA - INSCRITOS - NSI-CAMPINAS	4.232	_		Prejudicado (Documentos nos PF´s Limeira, Piracicaba e Americana)						-
1001000	NÚCLEO DE CUSTÓDIA - INSCRITOS - NSI-GUARULHOS (*)	2.812	1000790	-	1	97	8.389	80	112	75,53	8.679
1001003	NÚCLEO DE CUSTÓDIA - INSCRITOS - NSI-JUNDIAÍ	1.292	Inativada a UA de Custódia								
1000998	NÚCLEO DE CUSTÓDIA - INSCRITOS - NSI-MARÍLIA	16.085	Inativada a UA de Custódia								
1001001	NÚCLEO DE CUSTÓDIA - INSCRITOS - NSI-OSASCO	2.323	1000792	-	17	481	44	66	1	20,77	609
1000997	NÚCLEO DE CUSTÓDIA - INSCRITOS - NSI-PRES.PRUDENTE	1.913	1000784	-	183	9.764		205	196	84,40	10.348
1000993	NÚCLEO DE CUSTÓDIA - INSCRITOS - NSI-RIB.PRETO	14.681	1000778			37	624	2	16.064	53,26	16.727
1000989	NÚCLEO DE CUSTÓDIA - INSCRITOS - NSI-SANTOS	1.271	Inativada a UA de Custódia								
1000995	NÚCLEO DE CUSTÓDIA - INSCRITOS - NSI-S.J.RIO PRETO	0	1000780	100	1	71	17.881	94		100,00	18.147
1000991	NÚCLEO DE CUSTÓDIA - INSCRITOS - NSI-SOROCABA	0	1000774	-	82	6.188	22	86		100,00	6.378
1000990	NÚCLEO DE CUSTÓDIA - INSCRITOS - NSI-TAUBATÉ	12.886	Inativada a UA de Custódia								
TOTAL		89.107			284	35.051	26.960	533	17.553	47,43	80.381

Produto 2- Relatório do acervo documental da secretaria da fazenda e planejamento.

Área	Quantidade de Documentos	Quantidade de Documentos Passíveis de Eliminação
61562-SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	43	4
12186-SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL	4.114.556	2.805.859
26643-SUBSECRETARIA DO TESOURO ESTADUAL	466.906	77.755
27634-COORDENADORIA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO	2.647.013	1.322.690
32325-CONTROLADORIA	51.894	2.359
61563-ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA SEDE	40.683	11.167
Total de Documentos	**7.321.095**	**4.219.834**

GESTÃO PREDIAL

Ação - Desenvolver soluções de infraestrutura física e tecnológica adequadas à melhor alocação de pessoas, às demandas do trabalho, à produtividade e à qualidade de vida dos servidores.

Produto – Continuidade da implantação das diretrizes de integração do espaço físico, utilizando-se de ambientes abertos para melhor comunicação, interação e bem-estar entre as áreas dos Centros Regionais de Administração.

Ação- Implantar política de administração de prédios compartilhados

Produto - Política para regularizar as ocupações e definir critério para rateio de despesas compartilhadas com outros órgãos da administração pública. (Deliberação CPI 10/2020).

Esta regularização é constante e no exercício de 2023 a Secretaria da Fazenda e Planejamento trabalhou com o compartilhamento de mais 9 (nove) Órgãos, somando 33 (trinta e três) ao todo, distribuídos em 12 (doze) de seus imóveis regionais, conforme quadro a seguir.

Além do retorno dos recursos para o tesouro estadual, há de se ressaltar também a economia que esses Órgãos estão obtendo nos seus próprios orçamentos.

CRA	IMÓVEL LOCADO OU PRÓPRIO	UNIDADE	SGI	ÁREA DO TERRENO (m²)	ÁREA CONSTRUÍDA (m²)	COMPARTILHAMENTO DE ESPAÇOS - REGIONAIS SEFAZ					
						ÓRGÃO/ENTIDADE	ÁREA (M²)	VALOR MENSAL (R$)		VALOR ANUAL (R$)	DATA DA ASSINATURA
1 ARAÇATUBA	Próprio	Sede	15716	1.300,00	3.836,26	SPPREV	30,24	R$	416,16	R$ 4.993,92	17/11/2022
	Próprio	PF	15.717	1.200,00	717,17	Sec. Des. Social	127,03	R$	1.337,44	R$ 16.049,28	03/07/2021
						Saúde	236,69	R$	-	R$ -	11/04/2018
2 ARARAQUARA	Próprio	Sede	15797	4.416,00	13.547,75	Saúde	2220,40	R$	17.729,20	R$ 212.750,40	em trâmite
						PGE	665,50	R$	5.923,85	R$ 71.086,20	23/08/2021
						Sec. Des. Econômico	178,25	R$	460,60	R$ 5.527,20	em trâmite
						SDR (atual Sec. Gestão e Governo	75,60	R$	1.088,70	R$ 13.064,40	14/12/2021
3 BAURU	Próprio	PF	47883	1.000,02	616,00	PGE	66,50	R$	746,28	R$ 8.955,36	31/03/2021
	Próprio	Sede	15704	3.775,00	7.817,00	Controladoria	44,00	R$	488,13	R$ 5.857,56	31/01/2023
4 CAMPINAS	Próprio	Sede	15655	17.372,50	15.543,24	PROCON	164,00	R$	1.983,05	R$ 23.796,60	19/10/2023
						Controladoria	113,40	R$	2.381,34	R$ 28.576,08	06/04/2023
	Próprio	PF	15662	476,33	803,00	PGE	149,41	R$	1.734,94	R$ 20.819,28	03/06/2021
6 JUNDIAÍ	Próprio	Sede	15811	10.428,86	4.614,00	PGE	102,45	R$	1.369,22	R$ 16.430,64	24/06/2016
8 PRESIDENTE PRUDENTE	Próprio	SPA - DRACENA	15726	585,00	516,86	Secretaria de Inf. e Meio Ambiente (CETESB)	167,00	R$	2.200,00	R$ 26.400,00	18/11/2022
	Próprio	Sede	15733	1.736,24	5.780,00	c. Da Agricultura - ED	96,36	R$	1.382,26	R$ 16.587,12	14/04/2022
						Sec. Agricultura - CATI	117,83	R$	1.823,17	R$ 21.878,04	em trâmite
						SPPREV	71,00	R$	1.239,46	R$ 14.873,52	09/05/2019
						Controladoria	46,98	R$	902,15	R$ 10.825,80	20/01/2023
7 RIBEIRÃO PRETO	Próprio	Sede	15692	10.785,22	11.417,70	PGE	864,50	R$	14.598,00	R$ 175.176,00	01/04/2021
						SDR (atual Sec. Gestão e Governo	95,00	R$	1.497,50	R$ 17.970,00	30/12/2022
						SPPREV	47,70	R$	811,38	R$ 9.736,56	15/08/2017
						Controladoria	75,00	R$	1.270,99	R$ 15.251,88	20/01/2023
8 SANTOS	Próprio	Sede	15462	768	4634,57	Controladoria	50,53	R$	938,22	R$ 11.258,64	20/01/2023
9 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Próprio	Sede	15469	13.304,00	8.990,44	SEDS	160,19	R$	1.774,06	R$ 21.288,72	24/08/2022
						Controladoria	34,00	R$	401,70	R$ 4.820,40	20/01/2023
10 SOROCABA	Próprio	Sede	47176	12.018,95	13.476,69	SDR	155,00	R$	753,68	R$ 9.044,16	29/04/2021
						Controladoria	45,00	R$	414,30	R$ 4.971,60	20/01/2023
						SPPREV	69,29	R$	578,95	R$ 6.947,40	16/01/2018
						AGEM - Sorocaba	150,00	R$	727,47	R$ 8.729,64	29/04/2021
11 TAUBATE	Próprio	Sede	55224	16.167,68	5.624,44	PGE	375,50	R$	8.111,41	R$ 97.336,92	23/06/2021
						Controladoria	22,85	R$	498,74	R$ 5.984,88	20/01/2023
						SPPREV	44,65	R$	900,90	R$ 10.810,80	13/12/2022
12 MARÍLIA	Próprio	Sede	17784	750,00	2.488,00	Controladoria	20,87	R$	404,98	R$ 4.859,76	12/04/2023
TOTAIS							R$ 6.861,85	R$	76.888,23	R$ 922.658,76	

Ação - Obras e Reformas

Planejamento e execução de projetos e reformas nas Regionais

Produto - Serviços técnicos especializados de análise e desenvolvimento de projetos para as regionais, dentre eles, serviços de segurança contra incêndio para obtenção de AVCB, que estão em andamento.

Foram realizadas 11 (onze) prestações desses serviços em 2023:

Data Criação	Municípios	Serviço	Data	Prazo	Valor	Status
03/02/2023	Marília	R002/2023 - AVCB	02/02/2023	04/08/2023	R$ 5.919,52	Concluído
03/02/2023	Bauru	R001/2023 - Drenagem de águas pluviais	02/02/2023	04/08/2023	R$ 5.919,52	Concluído
10/02/2023	Campinas	R003/2023 - AVCB	08/03/2023	07/04/2023	R$ 6.663,68	Concluído
06/04/2023	Guarulhos	R006/2023 - Adequação do imóvel para realização de serviços em altura com segurança	05/04/2023	07/08/2023	R$ 11.839,04	Concluído
06/04/2023	Santos	R005/2023 - Sistema de climatização	05/04/2023	05/05/2023	R$ 1.567,80	Concluído
13/07/2023	Araçatuba	R009/2023 - Infiltrações no telhado	13/07/2023	18/09/2023	R$ 7.487,32	Concluído
21/08/2023	São José do Rio Preto	R011/2023 - Avaliação da Cabine Primaria	17/08/2023	18/10/2023	R$ 5.919,52	Concluído
30/08/2023	Sorocaba	R013/2023 - Diagnostico cobertura de vidro	29/08/2023	27/10/2023	R$ 7.487,32	Concluído
18/09/2023	Presidente Prudente	R014/2023 - Obtenção do AVCB e acessibilidade	18/09/2023	21/01/2024	R$ 107.766,19	Concluído
13/11/2023	Sorocaba	R019/2023 - Reforma e adequação da Rede de Lógica parcial	09/11/2023	15/01/2024	R$ 17.246,99	Concluído
13/11/2023	São José do Rio Preto	R017/2023 - Avaliação da Cabine Primaria	13/11/2023	17/12/2023	R$ 11.431,85	Concluído

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E DE PROJETOS – DGEP

PROGRAMA 2000 GESTÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA

Planejamento Estratégico: Estruturação de um novo modelo de OKRs (Objectives and Key Results) do Planejamento Estratégico, com base nas informações sobre a Reforma Tributária, Diretrizes do PPA e avaliação de maturidade da gestão fiscal (MD-GEFIS) do BID. Organização de um workshop para a alta administração da SEFAZ, visando a construção dos novos objetivos estratégicos. Condução de oficinas com as diversas áreas da organização; realização de check-ins de acompanhamento quinzenais dos 14 objetivos estratégicos / 47 resultados-chave em andamento; realização de Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAE) periódicas com a alta gestão para apresentação dos resultados dos OKRs e remoção de impedimentos; ações de capacitação em OKR e ferramentas auxiliares (Miro, VivaGoals e Planner); divulgação e comunicação institucional sobre as etapas do planejamento e seus resultados por meio de painéis automáticos em Power BI, site especializado no tema e Revista Ciclos.
Indicadores: Foi elaborada proposta contendo 4 indicadores globais e 23 indicadores específicos das coordenadorias que compõem a Bonificação por Resultados – BR para o exercício de 2023. Também foi realizada a apuração trimestral do Indicador Global da Participação nos Resultados – PR e apuração trimestral do Índice de Cumprimento de Metas da PR.
Gestão de Projetos: Acompanhamento dos produtos de tecnologia da informação, estruturados por meio do método SAFe, para garantir alinhamento ao planejamento estratégico e seleção de projetos prioritários para a SEFAZ.
Gestão de Processos: Criação de grupos de trabalho para implementação de novas rotinas e atividades de desenvolvimento na gestão de processos; oficinas de trabalho para identificação e mapeamento dos processos críticos do DDPE – Departamento de Despesa de Pessoal. Colaboração, por meio da gestão de processos, para o alcance de metas no

Planejamento Estratégico – OKR do DFE. Auxílio no trabalho de processos e elaboração de manuais do DDPE. Mapeamento dos processos do DGEP – Departamento de Gestão Estratégica e de Projetos, referentes ao PROFISCO II SP. Capacitação e desenvolvimento de pessoas, em especial na utilização de ferramentas e recursos de gestão de processos, por meio de cursos on-line ministrados para os servidores do Estado de São Paulo, incluindo outras Secretarias, como por exemplo: a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Construção e consolidação de nova cadeia de valor com a implementação de novas ferramentas em gestão de processos para facilitar a consulta e análise dos processos.

PROGRAMA 2028 – GESTÃO INOVADORA E ORIENTADA PARA RESULTADOS

Ação 2290 – Gestão e Integração dos Fiscos do Brasil

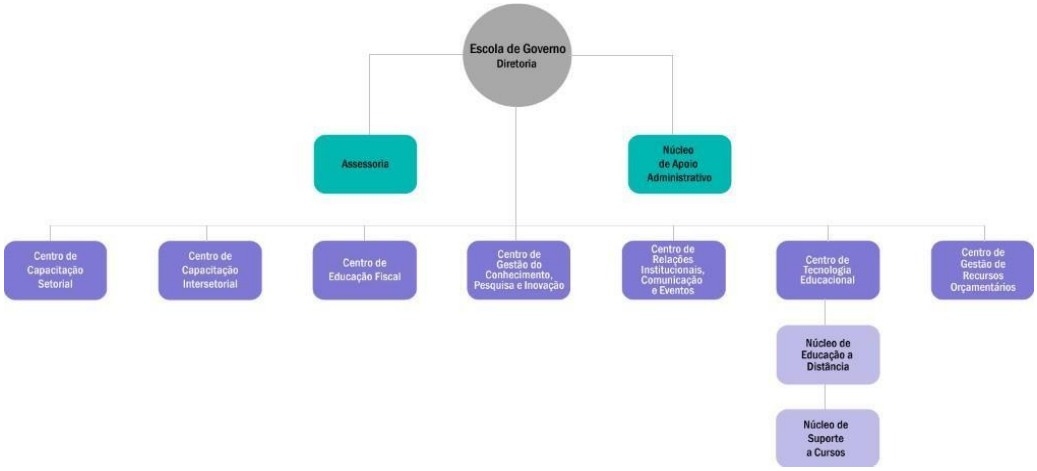
Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO-II/SP): Com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade fiscal do Estado por meio da modernização da gestão fazendária; da melhoria da administração tributária; e da melhoria da gestão do gasto público, o Contrato de Empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento -BID está estruturado em três Componentes: Gestão Fazendária e Transparência Fiscal; Administração Tributária e Contencioso Fiscal; Administração Financeira e Gasto Público. No decorrer do ano, 23 novos contratos e 9 termos aditivos foram assinados, totalizando mais de R$ 60 milhões. Entre eles, destacamos a modernização dos elevadores do edifício-sede, a aquisição de 2.500 notebooks e storages de alta capacidade e performance, a fim de garantir elevado desempenho para os sistemas da SEFAZ, além de diversas ações de capacitação (cursos à distância e pós-graduação). Demos também entrada no processo de prorrogação do contrato de empréstimo por mais 24 meses e, no final do ano, realizamos com sucesso vários pregões, entre eles um para a contratação da plataforma de Gestão de Dados Mestres (Smart SEFAZ), que facilitará o relacionamento do contribuinte com o Fisco por meio da inteligência no uso de informações e da redução e simplificação das obrigações acessórias.

ESCOLA DE GOVERNO - EGESP

UNIDADE GESTORA: 200105

A Escola de Governo - Egesp, reestruturada com base no Decreto 66.457 de 28/01/2022, conta em seu quadro com 67 servidores distribuídos em 07 centros e 02 núcleos técnicos, 01 núcleo administrativo e o corpo diretivo composto por Diretoria e Assessoria.

A Egesp tem como atribuições precípuas capacitar os servidores públicos do Estado de São Paulo por meio de cursos, seminários, eventos, publicações e atividades afins e, por meio do Programa de Educação Fiscal para a Cidadania, desenvolver atividades com a sociedade em geral objetivando sensibilizar os cidadãos quanto à função socioeconômica dos tributos, facilitar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias pelos contribuintes e incentivar a sociedade a acompanhar a aplicação dos recursos públicos.



Apresentamos abaixo as atividades desenvolvidas pelas áreas finalísticas da Egesp, durante o ano de 2023.

ATIVIDADES DOS CENTROS DE CAPACITAÇÃO SETORIAL E DE CAPACITAÇÃO INTERSETORIAL

A oferta de capacitação da Egesp tem por objetivo promover a formação e o desenvolvimento dos servidores da Secretaria da Fazenda e Planejamento em temas pertinentes aos assuntos da Secretaria, e de servidores de todo o Estado, em temas transversais de gestão pública, visando a melhoria da administração pública paulista.

Está estruturada em quatro grandes áreas temáticas: Área Tributária; Orçamento e Finanças; Compras Públicas e Gestão Pública.

De um modo geral, o volume das atividades de capacitação é mensurado pela quantidade de servidores aprovados e pelo índice de satisfação dos alunos nos cursos e eventos promovidos pela Escola. Diversos meios de ensino e aprendizagem são utilizados para a realização dos cursos e eventos de capacitação, como palestras em Lives, cursos em EAD e aulas online (ao vivo) com o uso da ferramenta Teams, além da oferta no modo presencial.

Em 2023, foram ofertados os seguintes quantitativos de capacitações nas respectivas modalidades:

Online (ao vivo): 68 cursos em 214 turmas e 5.656 aprovados **EAD autoinstrucional:** 30 cursos em 79 turmas e 3.656 aprovados **Presencial:** 24 cursos em 72 turmas e 2.319 aprovados
Lives, eventos e seminários: 30 ofertas, com 102.380 visualizações e 28.638 participantesao vivo.

Público Setorial (servidores da Secretaria da Fazenda e Planejamento): 3.289 servidores aprovados

Público Intersetorial (servidores dos demais órgãos do Estado): 8.342 servidores aprovados
Total de servidores aprovados: 11.631

Total de capacitações realizadas (aprovados em cursos + participantes em eventos ao vivo): 40.269

Índice geral de satisfação: 9,09 (escala de 0 a 10)

Capacitações externas

Além das ações diretas de capacitação, foram capacitados 476 servidores em 7 congressos e 10 cursos, por meio de compra de vagas em cursos técnicos especializados.

ATIVIDADES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO FISCAL

Na Educação Fiscal, a EGESP atua na sensibilização dos cidadãos quanto à importância e ao papel dos tributos na sociedade e na economia, bem como quanto à relevância do controle social dos gastos públicos e da transparência na aplicação dos recursos. O Centro de Educação Fiscal, na coordenação do Grupo de Educação Fiscal Estadual –GefeSP, promove atividades, no estado de São Paulo, que, em 2023, marcou a ampliação e diversificação de ações e produtos oferecidos à sociedade.

Gefe explica

Produção de 90 (noventa) vídeos tutoriais (vt) para contribuintes, com o objetivo de facilitar o cumprimento das obrigações tributárias, em parceria com as áreas especialistas, veiculados no canal da Egesp no YouTube, com mais de 16.900 visualizações, abordando os temas:

- **Atendimento on-line (1 vt)**;
- **ITCMD – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (79 vts);**
- **SIPET – Sistema de Peticionamento Eletrônico (1vt).**

Dia Nacional de Respeito ao Contribuinte

Ações voltadas para orientação tributária, em diversas regiões do estado, com a realização de mutirões

de regularização tributária, promovidos pelo SEBRAE, e proferimento de palestras abordando os temas ITCMD, Documentos Fiscais Eletrônicos do Produtor Rural e Crédito Acumulado do ICMS; nas instituições OAB e Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Lives no canal de Youtube

Prestação de serviço para contribuintes, entidades de classe e demais interessados, com mais de 8.300 visualizações, abordando temáticas diversas:

Melhorias para as imunidades/isenções de ITCMD; Alterações na Portaria CAT 15/03 e no Sistema Declaratório de ITCMD; Dispensa progressiva de GIA e Resolve Já.

Mídias sociais

Neste ano, foi iniciada a produção e publicação de conteúdos em mídia social (Instagram), para aumentar a visibilidade e interação com o público a respeito dos assuntos trabalhados pela Educação Fiscal. Foram 77 novas publicações, entre stories, reels e feeds, 2.000 pessoas alcançadas e um aumento de quase 180% no número de seguidores, de 125 para 349.

Programas Educativos

O Programa **"Fazenda Aberta"** tem por objetivo apresentar a Secretaria da Fazenda aos alunos do ensino fundamental, médio e superior, da rede pública estadual, municipal e particular, por meio de visitas monitoradas às instalações da Secretaria, precedida por palestras que abordam os conteúdos da Educação Fiscal.

No Programa **"Fazenda Vai à Escola"**, o educador fiscal se desloca para a instituição e ministra as palestras.

Ao todo, foram 592 palestras oferecidas, 17.978 participantes, em 37 cidades paulistas.

Durante o ano de 2023 foram produzidos novos conteúdos com os temas da Educação Fiscal (tributos, orçamento público e controle social) como:

Acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva: Inclusão de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) na música “Cidadania”, de Marcelo Serralva.
Os resultados obtidos, no período de janeiro a dezembro de 2023:

- 643 ações realizadas;
- 46.076 cidadãos envolvidos e,
- 15,65% dos municípios paulistas impactados por ações de educação fiscal.

Cumpre-nos esclarecer que o percentual de municípios impactados aquém do idealizado deve-se à legislação do ISS de alguns municípios que ao estabelecer alíquota fixa para o tributo onerou demasiadamente o instrutor convidado, fazendo-o desistir de várias ações planejadas, prejudicando severamente a realização das ações de educação fiscal.

ATIVIDADES DO CENTRO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO, PESQUISA E INOVAÇÃO

O **Laboratório de Inovação CriaSP** é uma estrutura da Escola de Governo que atua como catalisador no fomento de inovação no Governo do Estado de São Paulo com o envolvimento dos servidores na construção de soluções colaborativas de problemas complexos, com foco na geração de valor e no cidadão. Por meio de workshops físicos ou virtuais, servidores são estimulados a trabalharem problemas complexos e construírem soluções colaborativas, com foco na geração de valor e no cidadão. O CriaSP utiliza técnicas modernas, como Design Thinking, Design Sprint e Linguagem Simples.

Oficinas realizadas

As oficinas envolvem atividades práticas nas quais os participantes têm a oportunidade de buscarem novas formas de solucionar problemas a partir do uso de sua criatividade, capacidade de resiliência, empatizando e buscando melhores cenários.
Educação Fiscal – Jovens. Objetivo: conhecer a opinião dos educadores fiscais sobre o que eles gostariam de conteúdo para materiais de apoio para ações de educação fiscal para os jovens.

Resultado: conteúdo para desenvolvimento de novos materiais de Educação Fiscal para jovens. Participantes: 20 educadores fiscais, 3 facilitadores 4 co- facilitadores

Educação Fiscal – Crianças. Objetivo: conhecer a opinião dos educadores fiscais sobre o que eles gostariam de conteúdo nos vídeos para apoiá-los nas ações de educação fiscal para crianças. Resultado: Conteúdo para desenvolvimento de um vídeo. Participantes: 15 (educadores fiscais e professores), 1 facilitador e 4 co-facilitadores.

Subsecretaria de Planejamento – Projeto Rede. Objetivo: Levantar as principais ideias para um planejamento efetivo do Estado, além de apoiar a área na formatação do projeto de estruturação de uma Rede de Planejamento. Resultado: Documento com a visão geral sobre o Projeto de Redes. Participantes:7 participantes, 1 facilitador e 4 co- facilitadores

Subsecretaria do Tesouro – Gestão da Mudança. Objetivo: Apoiar a STE na identificação das principais causas e soluções que afetam o ambiente de trabalho da STE sob a ótica das pessoas. Estimular uma maior participação e sendo crítico dos profissionais da STE para que atuem como agentes de mudança. Resultado: O trabalho resultou na identificação de 41 ações, que foram apresentadas ao Subsecretário Nerylson Lima e priorizadas pela STE em um plano de ação que subsidiará as ações do Novo Tesouro. Participantes: 32 servidores de diversas unidades da STE. Equipe de 1 facilitador e 5 co-facilitadores

Linguagem Simples

A Linguagem Simples é uma técnica de comunicação que promove a clareza e a acessibilidade da informação. Seu propósito como técnica é simplificar textos e documentos, tornando-os mais compreensíveis e fáceis de usar. Isso permite que as pessoas encontrem rapidamente o que precisam, compreendam o conteúdo e apliquem as informações de maneira eficaz.

Como movimento social, a Linguagem Simples luta pelo direito fundamental de todos os cidadãos de acessar informações claras e compreensíveis. Ela é essencial para garantir que a comunicação seja visualmente atraente e intuitiva, removendo barreiras que possam impedir a compreensão. Essa abordagem é particularmente valiosa na criação de serviços públicos, onde a facilidade de acesso e compreensão pode significar a diferença entre o exercício efetivo dos direitos cívicos e a exclusão.

O debate sobre o tema vem se fortalecendo e o Cria SP, executou as seguintes ações no ano de 2023: Ações de sensibilização e engajamento; Oficinas para páginas do ITCMD; Oficinas para páginas do IPVA; Planejamento e execução do curso - Desafios da Política de Linguagem Simples e da Comunicação Inclusiva, com a participação de 30 servidores (Egesp, CFIS, CCON, CTA: DRHGP, DOF, DSI, Ouvidoria, DGEP); Desenvolvimento de metodologia para a aplicação da Linguagem Simples

Participação em eventos e visitas técnicas

Com o propósito de acompanhar e compartilhar boas práticas e a evolução constante, a equipe esteve presente nas ações:

XI Colóquio Internacional Leitura e Cognição e a XXIII Semana Acadêmica de Letras apresentando a palestra: “A experiência da Sefaz-SP na implementação do Programa de Linguagem Simples” - Universidade de Santa Cruz do Sul no Rio Grande do Sul.

Visita técnica ao Laboratório de Inovação da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre

Palestra na Secretaria e Desenvolvimento Econômico – Assessoria de Comunicação com o tema “Linguagem Simples e Inovação” – Estado de São Paulo

2º encontro Convergência Inovação 2024. Apresentando a palestra: Linguagem Simples e Design Thinking: um estudo de caso no Laboratório de Inovação CriaSP/SEFAZ- SP. Trabalho vencedor do 2º Prêmio Convergência na Categoria Linguagem Simples e Comunicação

O Convergência é um dos maiores eventos presenciais de inovação no setor público! Seu objetivo é proporcionar um espaço de trocas de experiências e conexões entre pessoas interessadas em temas sobre inovação no setor público organizado pela Conexão Inovação Pública que é uma rede de inovação no setor público formada por pessoas, servidoras públicas ou não, de todo o Brasil.

Programa de Apoio à Pós-Graduação – PAPG

O Programa de Apoio à Pós-Graduação (PAPG) é dedicado aos servidores da Sefaz matriculados em cursos de pós-graduação lato sensu ou stricto sensu com carga horária mínima de 360 horas.

O tema deve ter afinidade com as atividades desenvolvidas na Secretaria e o servidor poderá solicitar a participação nas modalidades de custeio e/ou de afastamento para frequentar as disciplinas em que estiver matriculado. No ano de 2023, foram realizadas 25 inscrições para o Programa, com 16 inscrições deferidas e servidores estão cursando os respectivos cursos, abrangendo: 2 (dois) Mestrados Profissionais, 12 (doze) Especializações e 2 (dois) MBAs. 4 (quatro) servidores inscritos desistiram dos cursos e 5 (cinco) inscrições foram indeferidas.

Quanto aos valores homologados tivemos a concessão de custeio no valor total de R$ 356.036,92 (trezentos e cinquenta e seis mil reais, trinta e seis reais e noventa e dois centavos) distribuídos pelas subsecretarias

Receita Estadual R$ 250.104,12 (duzentos e cinquenta mil cento e quatro reais e doze centavos),

Tesouro Estadual R$ 42.518,33 (quarenta e dois mil, quinhentos e dezoito reais e trinta e três),

Gabinete do Secretário R$ 17.057,91 (dezessete mil cinquenta e sete reais e noventa e um centavos)

Coordenadoria de Tecnologia e Administração R$ 46.356,56 (quarenta e seis mil trezentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).

Gestão do Conhecimento – Compartilhando

Boletim quinzenal que intenta trazer conhecimentos e informações capazes de apoiar os servidores na execução de suas tarefas, bem como suscitar reflexões e inspirá-los na busca de melhorias no trabalho por meio de notícias, artigos científicos, relatórios, pesquisas, podcasts, etc. organizados em subtítulos como: Cenários e Configurações, Atalhos Digitais, Vídeo navegação, Para ler na Tela, Para dar um "Play", Trabalho do Servidor, Agende-se, Medidas Legais, Tendências, Oportunidade.

Até o dia 31 de dezembro de 2023 foram 22 edições do Boletim Compartilhando.

Biblioteca

Em 2023 concluiu-se o processo de licitação para aquisição de um novo software gerenciador do acervo da biblioteca da EGESP. Além de gerenciar e prestar serviços de empréstimos, reservas e consultas ao acervo, a nova ferramenta terá um módulo de Repositório Institucional que dará maior visibilidade aos trabalhos acadêmicos apoiados pela EGESP.

Durante o segundo semestre deste ano, a empresa contratada, o DTI e a Biblioteca realizaram a implantação e os ajustes do novo sistema (Sophia) no ambiente de produção da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Em relação ao acervo da Biblioteca, prosseguiu-se com a avaliação dos acervos da antiga Egap e Fazesp. Aproximadamente, 4.500 itens do acervo (livros, artigos de revista e periódicos) foram avaliados.

Cabe destacar que a biblioteca atualmente instalada no 17º do prédio sede está em período de transição, aguardando mudança para o 1º andar e sem atendimento ao público presencialmente, mas recepcionando as demandas virtualmente.

ESCOLA DE GOVERNO – EGESP

UNIDADE GESTORA: 200207

A Unidade Gestora de Projetos da Escola de Governo, criada pelo Decreto 66.457 de28/01/2022, tem como atribuições supervisionar, monitorar e avaliar permanentemente os projetos da Escola executados com recursos do Profisco II, em especial:

I realizar o acompanhamento e controle físico, técnico, operacional e orçamentário-financeiro, de acordo com diretrizes, normas e padrões definidos para cada projeto;

II monitorar e controlar:

a) as aquisições de bens e serviços de projetos;

b) a aplicação dos recursos financeiros de projetos;

III monitorar e avaliar os projetos quanto a seus produtos e resultados, adotando os instrumentos necessários para tal finalidade;

IV acompanhar a execução orçamentária e financeira dos projetos, inclusive quanto à alocação de recursos e prestação de contas;

V prestar o apoio necessário:

a) à realização de licitações e contratações de bens e serviços, no âmbito de cada projeto;

b) à elaboração de relatórios e demonstrativos referentes aos projetos, quando necessário.

Destacamos abaixo algumas atividades desenvolvidas pela Egesp que foram financiadas com recursos do Profisco II, no ano de 2023.

ATIVIDADES DO CENTRO DE CAPACITAÇÃO SETORIAL

Capacitações Internacionais

Financiadas com recursos do BID, via **Profisco II**.

Máster Universitario Oficial en Hacienda Publica y Administración Financiera y Tributaria,

Oferecido pela Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) da Espanha conjuntamente com outras instituições espanholas - Instituto de Estudios Fiscales (IEF), ICEX España Exportación e Inversiones; Fundación Carolina e Agencia Española de Cooperación Internacional al Desarrollo (AECID).

O curso tem duração de 12 meses, é ministrado na modalidade híbrida à distância (online/presencial), com aulas pela internet e 1 seminário presencial por semestre, com duração de 1 semana. Os seminários ocorrem no semestre 1 na América e no semestre 2 em Madrid; no qual é realizada a apresentação do trabalho de conclusão do mestrado.

Turma 2022/2023: Especialidade Tributária: 11 servidores - Concluída em setembro/2023

Turma 2023/2024: Especialidade Administração Tributária: 11 servidores e Especialidade Administração Financeira: 03 servidores. Previsão de conclusão em setembro/24.

ATIVIDADES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO FISCAL

Na Educação Fiscal, financiadas com recursos do BID, via **Profisco II**, foram produzidos vídeos voltados aos servidores e público infantil, além de Histórias em Quadrinhos para crianças e jovens. Estes materiais, somados a outros já existentes, dão suporte às ações “Fazenda Aberta” e “Fazenda vai à Escola”.

ATIVIDADES DO CENTRO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO, PESQUISA EINOVAÇÃO

Financiadas com recursos do BID, via **Profisco II**, foram viabilizados os seguintes cursos:

MBA Ciência de Dados: O curso de MBA em Ciência de Dados à distância, promovido pela pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo - ICMC da USP São Carlos. Turmas oferecidas

Turma 1: 30 servidores sendo 28 concluintes. Com trabalhos apresentados em evento realizado na sede da Sefaz.

Turma 2: 37 servidores cursando.

Turma 3: 37 participantes inscritos no processo seletivo em andamento para preenchimento de 25 vagas.

Apresentamos abaixo os Projetos executados no exercício de 2023, com as respectivas contratações.

PROJETO PROFISCO EXECUTADO	EMPRESA	OBJETO	VALOR DA CONTRATAÇÃO	CONTRATO
2.5.1 - Modelo de Análise estruturada de dados ampliada	Fundação de Apoio àFísica e à Química – FAFQ (USP São Carlos)	Contratação de 40 (quarenta) vagas no MBA emCiências de Dados à distância	R$ 842.116,00	31338-SAAC-00217-2022
1.3 Programa Educação Fiscalpara a Cidadania	SENAC	Contratação de serviço de treinamento desenvolvido com conteúdo teórico e prático elaborado sob medida, que possibilite o ingresso ea atuação nas mídias sociais de forma profissional e estruturada, para ampliar a disseminação de conteúdos de educação fiscal à sociedade em geral (público adulto)	R$ 9.800,00	31338-SAAC-00187-2022
1.2.3 - Programade Educação a Distância	OSMOSE (ARP N.º 004/22)	Contratação de serviços relacionados ao desenvolvimento do curso “Produção Textual - Aspectos Gerais”em EAD – Educação a Distância, direcionados à utilização da Escola de Governo doEstado de São Paulo, por meio de objetos de aprendizagem	R$ 138.170,00	31338-SAAC-00210-2022
1.2.3 - Programade Educação a Distância	OSMOSE (ARP N.º 004/22)	Contratação de serviços relacionados ao desenvolvimento e atualização do curso “Comunicação Textual - Textos Jurídicos” em EAD –Educação a Distância, direcionados à utilizaçãoda Escola de Governo do Estado de São Paulo, por meio de objetos de aprendizagem	R$ 214.200,00	31338-SAAC-00030/2023
1.2.3 - Programade Educação a Distância	OSMOSE (ARP N.º004/22)	Desenvolvimento do curso "Comunicação Textual -Textos Argumentativos" em EAD - Educação a Distância, direcionados à utilização da Escola de Governo por meio de objetos de aprendizagem	R$ 222.545,00	31338-SAAC-00031/2023
1.2.3 - Programade Educação a Distância	OSMOSE (ARP N.º004/22)	Desenvolvimento do curso "Comunicação Textual -Textos Oficiais" em EAD - Educação a Distância, direcionados à utilização da Escola de Governo por meio de objetos de aprendizagem	R$ 208.615,00	31338-SAAC-00032/2023

1.2.3 - Programade Educação a Distância	OSMOSE (ARP N.º004/22)	Desenvolvimento do curso "Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Módulo 2" em EAD - Educação a Distância, direcionados à utilizaçãoda Escola de Governo por meio de objetos de aprendizagem	R$ 182.170,00	31338-SAAC-00048-2023
1.2.3 - Programade Educação a Distância	OSMOSE (ARP N.º004/22)	Desenvolvimento do curso "Gestão por Processos"em EAD - Educação a Distância, direcionados à utilização da Escola de Governo por meio de objetos de aprendizagem	R$ 129.375,00	31338-SAAC-00043-2023
1.2.3 - Programade Educação a Distância	OSMOSE (ARP N.º004/22)	Desenvolvimento do curso "Gestão por Projetos"em EAD - Educação a Distância, direcionados à utilização da Escola de Governo por meio de objetos de aprendizagem	R$ 118.600,00	31338-SAAC-00047-2023
1.2.3 - Programade Educação a Distância	OSMOSE (ARP N.º004/22)	Desenvolvimento do curso "Gestão do Conhecimento e Inovações" em EAD - Educação aDistância, direcionados à utilização da Escola de Governo por meio de objetos de aprendizagem	R$ 165.105,00	31338-SAAC-00049-2023
1.2.3 - Programade Educação a Distância	OSMOSE (ARP N.º004/22)	contratação única para desenvolvimento de 10 cursos em EAD - Educação a Distância, direcionados à utilização da Escola de Governopor meio de objetos de aprendizagem	R$ 1.910.805,00	31338-SAAC-00069-2023
1.2.5 - Escola de Governo Remodelada	BAKMAR ELETRÔNICA LTDA	Aquisição de equipamentos para substituição e/ou atualização dos existentes, para uso nos Auditórios - Mesa 4 canais e mesa 16 canais	R$ 57.180,00	31338-SAAC-00184-2023
1.2.5 - Escola de Governo Remodelada	Perenha e Dias Ltda	Aquisição de dois paineis de led indoor para ogrande auditorio da EGESP	R$ 252.000,00	31338-SAAC-00167-2023
1.2.5 Escola de Governo Remodelada e Aprimorada	CIAT - Centro Interamericano de Administrações Tributárias	Contratação do curso Mestrado Universitário em Fazenda Pública e em Administração Financeira eTributária (Especialidade em Administração Tributária) oferecido pela Universidad Nacional deEducación a Distancia (UNED) da Espanha	R$ 491.115,87	31338-SAAC-00159/2022
1.2.5 Escola de Governo Remodelada e Aprimorada	CIAT - Centro Interamericano de Administrações Tributárias	Contratação do curso Mestrado Universitário em Fazenda Pública e em Administração Financeira eTributária oferecido pela Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) da Espanha	R$ 560.726,64	31338-SAAC-00173-2023

PROGRAMA 2005 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO – DESENVOLVE SP

Ação 1209 - Repasse de Recursos ao Fides

Em 28/12/2017, foi firmado Contrato de Prestação de Serviços de Administração e Gestão dos Recursos do Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Social – FIDES entre o Desenvolve SP e a Secretaria da Fazenda. No entanto, nunca houve um aporte de recursos aos Fundos e decorrente disso, não foi gerada a taxa de administração prevista como remuneração à Desenvolve SP, nos

contratos. Cabe salientar que o referido Fundo foi extinto conforme Lei n° 17.293 de 15/10/2020, nos seus incisos XIII e XIV, do artigo 18.

Ação 1210 - Repasse de Recursos ao Fidec

Em 28/12/2017, foi firmado Contrato de Prestação de Serviços de Administração e Gestão dos Recursos do Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico – FIDEC entre o Desenvolve SP e a Secretaria da Fazenda. No entanto, nunca houve um aporte de recursos aos Fundos e decorrente disso, não foi gerada a taxa de administração prevista como remuneração à Desenvolve SP, nos contratos. Cabe salientar que o referido Fundo foi extinto conforme Lei n° 17.293 de 15/10/2020, nos seus incisos XIII e XIV, do artigo 18.

Ação 1212 - Repasse de Recursos ao Fundo de Aval

O Fundo de Aval do Estado de São Paulo - FDA tem como objetivo atual prestar garantias aos financiamentos concedidos pelo Desenvolve SP (DSP) e Banco do Povo Paulista (BPP) a microempreendedores individuais, micro, pequenas e médias empresas do Estado. Historicamente foi criado pela Lei n.º 10.016 de 29 de junho de 1998. Em 12 de janeiro de 2017, foi publicada a Lei Estadual nº 16.371, alterando a lei fundante acrescentando os microempreendedores individuais (MEI) como beneficiários do Fundo, viabilizando o Programa Juros Zero Empreendedor (PROMEI) instituído pelo Decreto Estadual nº 62.417, de 13 de janeiro de 2017. Decorrente disso, foram segregadas as informações financeiras do Fundo, para acompanhamento gerencial. Em janeiro de 2018 o FDA passou a prestar garantias as operações do Fundo de Investimento de Crédito Produtivo Popular de São Paulo (Banco do Povo Paulista - BPP), o que originou nova segregação de saldos disponíveis para garantias e honras a partir de 06/2020. Em 24/04/2020 com o Decreto Estadual n° 64.952 houve a alteração da alavancagem do FDA de 8x para 12x o seu patrimônio. O stop-loss do FDA no início de sua operacionalização era de 7%. Em 2020, com o aumento do número de contratações, a fim de promover o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no Fundo e, ainda, atender as demandas de crédito durante a crise econômica pela qual o Estado de São Paulo passava, em decorrência da pandemia, foi proposto a revisão do limite do stop-loss. Em 27/05/2020 o Conselho de Administração do DSP aprovou sua alteração para 11,35%. De acordo com a ata de Reunião do CEDES publicada no Diário Oficial em 09 de fevereiro de 2022, o Conselho deliberou pela mudança do stop-loss de 11,35% para 25% nas operações do Banco do Povo Paulista. Em 2022, a Desenvolve SP, visando analisar mitigar problemas de curto e longo prazo relacionados a saúde financeira do Fundo de Aval, a equipe técnica da Desenvolve SP, na sua condição de administradores, demonstrou, mediante Estudo Técnico, a necessidade de aporte de recursos ao Fundo para honrar as operações do BPP garantidos pelo FDA, houve, portanto, em setembro de 2022, aporte pela Secretaria da Fazenda, conforme conta em referência. Em março/23, deu-se início ao pagamento das honras de aval do BPP. Nesse mesmo ano, o fundo recebeu aporte de R$ 5 milhões, permitindo a contratação de novas operações e, com isso, a possibilidade de pagamento de mais honras de aval. Em dez/23, foi assinado novo contrato junto à SEFAZ para a manutenção da administração do Fundo por mais 30 meses.

Ação 1208 - Repasse de Recursos ao Funac

O Fundo foi criado em 1970, com o objetivo de fortalecimento do setor industrial paulista, mediante modernização e reorganização de empresas e promoção de amparo e recuperação daquelas. Está prevista assistência financeira a projetos de modernização, reorganização das empresas, bem como formação e aperfeiçoamento de recursos humanos. Com a publicação do Decreto nº. 58.786 de 21 de dezembro de 2012, o qual regulamenta a constituição e o funcionamento do Conselho de Orientação do FUNAC, se constituiu a possibilidade de reativação e operacionalização do Fundo. Para tanto, seriam necessárias algumas regulamentações, oriundas do próprio Conselho, bem como a definição de características de operacionalização das linhas de financiamento e equalização. Em 19/08/2013 foi firmado contrato junto à Secretaria da Fazenda para que a Desenvolve SP assumisse a administração do Fundo, visando à retomada de sua operacionalização. Como objetivo da retomada operacional, foram aprovadas pelo Conselho de Orientação do FUNAC, seis deliberações as quais organizaram o modo de atuação do Fundo e instituíram linhas específicas de suporte financeiro. Em 17/08/2018 foi assinado novo contrato junto à Secretaria da Fazenda e Planejamento para a manutenção da administração do Fundo por mais 60 meses. Em 2020, o valor previsto na LOA para o repasse ao Fundo era de R$ 25.000.031,00 milhões, os quais não foram repassados. Em dez/20, foi resgatado da conta do Fundo, o montante de R$ 2.019.198,54, a pedido da própria Secretaria. Em 2021, o valor previsto na LOA era de R$ 25.000.040,00 milhões, os quais também não foram repassados e, ainda,

informamos que não houve nenhuma liberação no FUNAC no período. Em 2022, em razão da não apresentação das premissas aprovadas no projeto das operações, foi levado ao Conselho do Fundo o pedido de deliberação para aprovar os ajustes das premissas de liberação e o aditamento dessas operações. Com isso, uma das empresas teve o montante de R$ 62,5 milhões liberado. Em 2023, após entrega da garantia exigida, foi liberado o valor de R$ 80 milhões para a empresa restante. Nesse mesmo ano, foi assinado novo contrato junto à SEFAZ para a manutenção da administração do Fundo por mais 60 meses.

PROGRAMA 2029 – FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Inicialmente, cabe destacar que o programa em análise reúne ações executadas pelas áreas de planejamento e orçamento do Estado, que, à época de elaboração do Plano Plurianual 2020-2023, se organizavam como uma única coordenadoria (Coordenadoria de Planejamento e Orçamento), na Secretaria da Fazenda e Planejamento. Em maio de 2020, ambas foram transferidas para a Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão – SPOG e passaram a atuar como áreas autônomas. Já por meio do Decreto Nº. 66.017, de 15 de setembro de 2021, que organizou a Secretaria de Orçamento e Gestão - SOG, foram formalizadas as estruturas da Subsecretaria de Planejamento e da Subsecretaria de Orçamento.
Por fim, o Decreto Nº 67.435, de 01/01/2023, extinguiu a Secretaria de Orçamento e Gestão – SOG, integrando as estruturas das Subsecretarias de Planejamento e Orçamento na Secretaria da Fazenda e Planejamento, que assumiu os campos funcionais de:

- Elaboração da política de administração orçamentária e do planejamento global e setorial do Estado;
- Elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais do Estado;
- Articulação da execução, acompanhamento de metas, avaliação de resultados e a identificação de restrições de dificuldades das políticas públicas setoriais e multissetoriais de forma a garantir a coerência e o cumprimento dos planos, programas e ações do Estado.

Assim, as iniciativas realizadas no âmbito do Programa 2029 no tocante ao ano de 2023 refletem a atuação conjugada dessas duas subsecretarias, que têm – em essência - a missão institucional de coordenar os processos de elaboração, execução, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.
Um elemento central desse trabalho é a interação dessas subsecretarias com os órgãos setoriais – secretarias e órgãos finalísticos – nos processos relativos às peças de planejamento e orçamento referidas no parágrafo anterior. Nesse sentido, em 2023, no que tange à questão orçamentária, essa interação ocorreu com 33 (trinta e três) órgãos orçamentários e 133 (cento e trinta e três) Unidades Orçamentárias, entendidas como unidades responsáveis por administrar dotações orçamentárias e financeiras próprias ou descentralizadas, das quais 80 (oitenta) pertencem à Administração Direta, 25 (vinte e cinco) são Autarquias, 14 (quatorze) Fundações, 05 (cinco) empresas dependentes, 09 (nove) empresas não dependentes, componentes da lei orçamentária estadual.
Também houve intensa relação com os órgãos setoriais quanto ao trabalho inerente ao Plano Plurianual, conforme será doravante destacado.

No que se refere à alocação de recursos orçamentários necessários para levar a bom termo o trabalho em pauta, que implica na melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos do Estado, podemos verificar, no quadro a seguir, os dados principais sobre a dotação e execução orçamentária do Programa 2029 – Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento e Orçamento, no ano de 2023:

Dotação e Execução Orçamentária do Programa em 2023		
	R$ (1,00)	**% do liquidado**
Dotação inicial	14.599.630	20,48
Dotação Atual	6.805.874	43,94

Empenhado	2.990.423	100,00
Liquidado	2.990.423	

Em termos de avaliação de resultados, o programa é mensurado por dois indicadores: um que visa medir a execução orçamentária, e outro, o desempenho dos produtos do PPA.

O resultado do indicador *Taxa de aderência entre o valor do orçamento realizado e do orçamento aprovado (%)* situou-se em 0,56% acima da meta estabelecida para 2023. Vale esclarecer que os dados utilizados para o cálculo, referem-se aos valores da Lei Orçamentária Anual 2023, ajustada em decorrência da publicação do Decreto Nº 67.446, de 13 de janeiro de 2023, que atualizou as dotações em conformidade aos artigos 12 e 13 da Lei Nº 17.614, de 26 de dezembro de 2022, que orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 2023. Cabe ainda notar que o alcance do resultado do indicador situa-se em parâmetro satisfatório, uma vez que o orçamento inicial aprovado registrou seu valor de execução ou realização aderente às necessidades de recursos demandados para o cumprimento das obrigações a cargo dos órgãos do Estado, de acordo com as diretrizes estabelecidas nas leis orçamentárias, o que também se traduziu na alocação de recursos em áreas e ações prioritárias que ampliaram a oferta de bens e serviços à população, com melhoria da qualidade do gasto público.

Também o indicador *Porcentagem dos produtos do Poder Executivo no PPA com desempenho satisfatório (%) apresentou despenho considerado satisfatório*, tendo alcançado 76,99% da meta prevista para o ano. Cabe salientar que, metodologicamente, entendemos por desempenho satisfatório aqueles indicadores cuja execução se situam acima de 90% e abaixo de 130% da meta planejada.
Apresentadas essa visão geral do programa, passamos a destacar as principais atividades desenvolvidas pelas áreas que integram as Subsecretarias de Planejamento e Orçamento, que se consubstanciam nas ações e produtos do Programa 2029.

Ação 4483 – Avaliação de Políticas Públicas e Desempenho de Programas do PPA

Nesta ação, são delineadas diretrizes e orientações técnicas destinadas a orientar a elaboração e contratação de avaliações de Programas e Políticas Públicas. Isso inclui a condução de coleta, tratamento e análise das informações derivadas do monitoramento dos programas, bem como a produção de novos dados, revisões bibliográficas e consulta a bancos de dados públicos. Também são realizados encontros técnicos durante a execução das avaliações, juntamente com a divulgação dos resultados; elaboração de avaliações executivas, relatórios e outros documentos.

Produto: 1043 – Avaliações de Programas Governamentais

Este produto visa fornecer subsídios gerenciais para apoiar as decisões governamentais e aprimorar as políticas públicas. Ele engloba a elaboração de Avaliações Executivas e a contratação de avaliações de programas ou iniciativas governamentais pelo Departamento de Avaliação de Políticas Públicas (DAPP), da Coordenadoria de Planejamento da Subsecretaria de Planejamento.
Em 2023, a equipe interna do departamento produziu oito Avaliações Executivas. Ademais, foram realizados trabalhos de planejamento e formalização de parcerias entre os órgãos e entidades do Governo do Estado de São Paulo. Nesse ano, foi firmado um contrato entre a Secretaria da Fazenda e Planejamento e a Fundação Seade, com vigência até 2026, para a realização de 8 (oito) avaliações. O processo de contratação de outras 4 (quatro) avaliações foi iniciado, das quais 2 (duas) devem ser contratadas ao longo de 2024.

As Avaliações Executivas produzidas pela equipe do Departamento de Avaliação em 2023 foram: Assistência Farmacêutica, Programa Bom Prato, Bonificação por Resultados dos servidores da Secretaria da Educação, Sustentabilidade Financeira do IAMSAPE, Indicadores Estratégicos do Estado de São Paulo, Programa Mais Santas Casas, Programa de Ação Cultural- PROAC e Programa Viva Leite.
O desempenho do Produto 1043 é influenciado por relações institucionais, sendo o cumprimento do cronograma e o fluxo de avaliações sujeitos a fatores externos e à governabilidade da equipe. Já a avaliação dos programas governamentais depende de negociações com órgãos setoriais responsáveis pela coordenação desses programas, envolvendo o compartilhamento de informações e registros administrativos. O fluxo de produção das avaliações de programas prevê a apresentação dos resultados aos gabinetes dos órgãos responsáveis pelos programas avaliados.

É relevante frisar que a proposição de um Sistema de Avaliação, a ser instituído por decreto, está em análise pela Casa Civil. Caso seja efetivado, estabelecerá uma governança de alto nível que permitirá

maior acesso às informações, dará celeridade ao processo e assegurará o fluxo de apresentação dos resultados às secretarias e órgãos estaduais, bem como mecanismos posteriores de publicização dos resultados.

Ação 4485 – Gestão do Processo Orçamentário do Estado

Essa ação diz respeito ao aprimoramento dos mecanismos e das metodologias que garantem o incremento da qualidade na elaboração e execução dos orçamentos do Estado, em todas as suas etapas e ao longo da rede de instituições componentes dos sistemas de administração orçamentária e financeira. Ademais, trata-se de definição de diretrizes e orientações técnicas para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual, compreendendo o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimentos das Empresas.
A ação é executada de maneira coordenada pela Subsecretaria de Orçamento e pela sua Coordenadoria de Orçamento, sendo operacionalizada pelos quatro Departamentos de Planejamento Orçamentário, pelo Departamento de Planejamento Orçamentário de Pessoal e pelo Departamento de Consolidação e Normas.

Produto 1042 - Orçamentos Anuais Elaborados e Acompanhados

A Subsecretaria de Orçamento tem como unidade operacional a Coordenadoria de Orçamento, que, como órgão central do Sistema de Administração Orçamentária, coordenou os assuntos relacionados à gestão orçamentária da Administração Pública Estadual, interagindo com todos os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público, e definiu com os mesmos os parâmetros e limites de suas propostas orçamentárias, visando aos objetivos e prioridades do Governo, considerando o volume de recursos disponíveis.

Além disso, elaborou os projetos de lei para a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, ambos para o exercício de 2024, que deram origem às Leis Nº. 17.725, 17 de julho de 2023 e Nº 17.863 de 22 de dezembro de 2023, em conformidade com os dispositivos constitucionais e legais vigentes; emitiu pareceres aos anteprojetos de lei ou projetos de lei que versavam ou tinham reflexos sobre o orçamento público; acompanhou e adotou providências quanto aos aspectos orçamentários da Lei Complementar federal Nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Também assessorou o Secretário da Fazenda e Planejamento nas relações com o Poder Legislativo, no que concerne aos processos de encaminhamento, votação e aprovação das leis orçamentárias antes aqui referidas.

Em 2023, foram concluídos 1292 expedientes de movimentação orçamentária pela Coordenadoria de Orçamento, além do seu encaminhamento ao órgão interessado e/ou instância superior de decisão, de acordo com a modalidade de alteração orçamentária formalizada, a saber: crédito suplementar (299), crédito automático (263), reprogramação entre elementos (528), liberação/contingenciamento (53), antecipação de cotas (104), crédito suplementar de pessoal (11), reprogramação de pessoal (24) e reprogramação de empresas não dependentes (10).

Ainda sobre a análise das solicitações de alterações orçamentárias, ocorreu a redução do tempo médio para análise de 7,45 dias (valor da meta para o exercício) para 6,07 dias (valor efetivo). Esse resultado decorre, entre outros fatores, de esforços técnicos e de iniciativas das diretorias técnicas da Coordenadoria de Orçamento que permitiram dar mais agilidade na análise e tramitação das requisições dos órgãos setoriais e assim aprimorar o processo de execução orçamentária e financeira das ações governamentais aprovadas na Lei Orçamentária Anual.

Ação 6236 – Subsídios Técnicos em Planejamento e Orçamento

Essa ação se refere à realização de estudos e análises sobre programas e políticas públicas, projeções e cenários macroeconômicos e análises de indicadores socioeconômicos e ambientais, além da elaboração de relatórios, pareceres e publicações técnicas.

Produto 1044 - Estudos sobre a situação do Estado de São Paulo e de suas políticas públicas

Basicamente a entrega deste produto se refere à execução de estudos e relatórios técnicos, com a finalidade de subsidiar as decisões governamentais e a melhoria do desempenho dos programas. O indicador de produto *Número de estudos realizados* mede a quantidade de relatórios referentes à economia paulista e ao contexto macroeconômico entregues com periodicidade mensal no âmbito do contrato com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, celebrado com a Coordenadoria

de Orçamento, da Subsecretaria de Orçamento. Em 2023, foram elaboradas 03 (três) Análises Periódicas de Conjuntura Econômica, que reúnem informações sobre a economia paulista e sobre o contexto macroeconômico internacional e nacional. Tal contrato foi encerrado em março de 2023, razão pela qual o número de estudos produzidos foi inferior ao ano anterior (09 estudos). Contudo, foram encontradas fontes alternativas de informação para subsidiar a elaboração das leis orçamentárias.

Já o indicador de produto 3227 - *Proporção de objetivos de desenvolvimento sustentável abrangidos nos estudos sobre a situação do estado* pretende mensurar quantos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram abordados nas avaliações produzidas pelo Departamento de Avaliação de Políticas Públicas, da Coordenadoria de Planejamento. Em 2023, todos os 17 ODS foram abordados, destacando-se a elaboração de dois relatórios baseados em indicadores de impacto: o Diagnóstico Preliminar do Estado de São Paulo, que fez um balanço situacional do Estado, e o Anexo I do PPA 2024-2027, que apresenta os indicadores de objetivos estratégicos para o referido quadriênio.

Ação 6237 – Gestão do Plano Plurianual

Trata esta ação de: definição de diretrizes e orientações técnicas para elaborar e executar o Plano Plurianual; apoio técnico aos órgãos setoriais do Estado para elaborar, monitorar e rever seus programas, produtos, ações, indicadores e metas; acompanhar e analisar as informações prestadas pelos setoriais nos sistemas de gerenciamento do PPA; consolidar o PPA e seus resultados; e elaborar relatórios de prestação de contas sobre os resultados alcançados.

Produto 1041 - Plano Plurianual elaborado, monitorado e revisto

No contexto deste produto, está a coordenação dos processos de planejamento, monitoramento e revisão de programas governamentais organizados no Plano Plurianual (PPA). Inclui, ainda, as iniciativas ligadas à prestação de contas aos órgãos de controle externo, com a coleta, organização e consolidação de informações enviadas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), por ocasião do processo de tomadas de contas anual do Governador. Todas essas atividades estão sob a gestão da Coordenadoria de Planejamento da Subsecretaria de Planejamento, que as executa por meio do Departamento de Planejamento do Plano Plurianual (DPPP).

Especificamente por ter sido o ano de 2023 o último ano dos programas do Plano Plurianual do governo anterior (PPA 2020-2023), além das atividades acima referidas, coube à Coordenadoria de Planejamento a coordenação da elaboração do Plano Plurianual com vigência para o período de 2024 a 2027.
Em pese a publicação do Decreto Nº 67.649 de 19 de abril de 2023, relativo ao instrumento legal que fixa as normas de elaboração do PPA 2024-2027, nessa data algumas etapas do processo de elaboração do PPA já se apresentavam concluídas, as quais foram seguidas pelas etapas de proposição de questionário, no qual os órgãos setoriais do Poder Executivo puderam apresentar os seus diagnósticos, voltados para a identificação dos principais problemas, desafios e demandas sociais relativos à política pública foco de suas atuações e a etapa de capacitação dos servidores de todos os órgãos de todos os Poderes, no que tange à metodologia de elaboração dos programas e aos sistemas informatizados que dão suporte ao cadastramento dos elementos que estruturam o PPA.

Ainda no âmbito do Produto 1041, a equipe técnica da área, durante todo o período, ofereceu o suporte técnico aos setoriais na elaboração do PPA 24-27, esclarecendo dúvidas sobre aplicação da metodologia e de sistemas, fazendo reuniões, fornecendo todo apoio para que os órgãos setoriais pudessem fazer a estruturação de seu planejamento para 4 anos, aplicando a metodologia do orçamento por resultados e organizando-a em forma de programas, produtos, ações e indicadores para mensuração dos resultados alcançados.

No ritmo do processo de elaboração do PPA, a equipe responsável pela execução desse produto, fez uma análise das estruturas apresentadas pelos órgãos setoriais em relação à aderência a metodologia estabelecida e, junto com a Secretaria da Casa Civil, um alinhamento quanto à proposta dos programas do governo eleito, a serem executados a partir do 2º ano de seu mandato.
Organizados os programas, previstas e analisadas as metas dos indicadores que os mensuram e atribuídos os recursos orçamentários, houve a consolidação do Projeto de Lei do PPA 24-27 para encaminhamento a Alesp no prazo estabelecido pela Constituição Estadual (15/08/2023).
A análise das emendas ao projeto de Lei do PPA apresentadas pelos deputados também foi uma atividade desempenhada pela área no âmbito desse produto, no sentido de subsidiar a decisão de acolhê-las, total ou parcialmente, ou rejeitá-las. Consultas aos setoriais sobre sua capacidade técnica,

conformidade de orçamento e aderência à metodologia foram elementos que pontuaram os pareceres sobre emendas.

Quanto às atividades de monitoramento, o ano de 2023 deu continuidade à utilização de sistemas e ferramentas de trabalhos virtuais, sendo criados relatórios que avançaram no sentido da automatização de cálculos, antes feitos manualmente.
As reuniões, além das presenciais, continuaram sendo realizadas por meio de plataformas de vídeo conferência e o contato entre os grupos técnicos, facilitado pela comunicação através de aplicativos instantâneos de mensagens, foi amplamente utilizado.

Essa nova dinâmica de trabalho parece contar com o apoio dos órgãos setoriais. É possível notar essa situação através do indicador de produto "Índice de satisfação dos gerentes do PPA com as atividades de apoio ao monitoramento" que atingiu 98,25% da meta prevista para 2023. Tal indicador funciona numa escala de 5 pontos e é calculado por meio da média geral dos conceitos MUITO SATISFEITO (NOTA 5), SATISFEITO (NOTA 4), PARCIALMENTE SATISFEITO (NOTA 3), INSATISFEITO (NOTA 2) E MUITO INSATISFEITO (NOTA 1), atribuídos por coordenadores de GSPOFP, gerentes de programa e gerentes de produto em formulário de pesquisa anual implementada por meio do Sistema de Monitoramento do PPA – SIMPPA.

Já no que diz respeito à prestação de contas, essa atividade engloba processos de trabalho que representam grande esforço dos órgãos setoriais e das equipes da Secretaria como um todo, desdobrando-se em tarefas específicas, que se concentram no período de novembro/23 a abril. /24. As informações são enviadas quadrimestralmente ao TCE, porém, anualmente, os órgãos consolidam as justificativas relativas ao desempenho dos produtos e programas, informando a execução orçamentária e os resultados obtidos (execução física). A equipe do DPPP, além de acompanhar e orientar os órgãos
do estado no fornecimento dessas informações, também as analisa, verificando se há correlação entre as informações prestadas e as justificativas elencadas.

Especialmente para 2023, ano em que se conclui o PPA 2020-2023, a equipe responsável por esse produto proporcionou todo apoio aos setoriais para elaboração das suas Análises de Desempenho de cada Programa, na medida em que esse relatório abarca a análise do desempenho dos programas no período de quatro anos, bem como a análise dos indicadores com base nas metas ao final do PPA, estabelecidas na elaboração do PPA 2020-2023 ou em eventual revisão.

Ação 6308 – Fomento à Participação Social Em Planejamento

Tal ação visa basicamente dar efetividade à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Nº 101/2000), que prevê em seu art. 48 que a transparência da Gestão Fiscal será assegurada mediante o incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos plurianuais, leis de diretrizes e orçamentos. Assim, compete a todos os entes federativos a realização de audiências públicas no processo de confecção de todos os instrumentos de planejamento e orçamento.

Produto 1716 – Audiências públicas em processos de planejamento e orçamento

Mais propriamente quanto às entregas relativas ao produto, em 2023, foram realizadas duas Audiências Públicas por meio de sistema eletrônico de votação disponibilizado em sites oficiais do governo - uma para a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2024 e outra para o PPA 2024-2027 e a Lei Orçamentária Anual – LOA 2024 (simultaneamente). Complementando o ciclo de consultas populares, houve ainda a realização de audiências para o PPA 2024-2027 e LOA 2024 de forma regionalizada, em formato de reuniões virtuais pela plataforma Teams, em 18 regiões do Estado, com datas e horários distintos e específicos para cada região.

Para a LDO 2024, a audiência pública ocorreu no período de 13 a 24 de março de 2023, em formato eletrônico e teve um total de 203 participantes, contendo 703 sugestões (votos). As regiões com o maior número de participações foram a Região Metropolitana de São Paulo (24,75%), a Região Metropolitana de Campinas (16,22%) e o Estado de São Paulo como um todo (14,94%).
Como metodologia, a estrutura de votação contemplou os "Objetivos Estratégicos" de governo, sendo que os mais votados foram: Segurança Pública Fortalecida e Integrada para uma Sociedade Protegida e com Menor Incidência de Crimes, com 128 votos (18,21%); Saúde Pública com Maior Acesso, Qualidade, Resolutividade e Tecnologia para enfrentamento das principais causas de problemas de saúde, com 94 votos (13,37%) e Educação Pública com Efetividade, Qualidade e Acessos Ampliados para a Geração de Oportunidades e Redução das Desigualdades, com 89 votos (12,66%).

Por sua vez, a Audiência Pública Eletrônica referente à LOA 2024 e ao PPA 2024-2027 ocorreu no período de 04 de maio a 01 de junho de 2023, paralelamente às Audiências Regionais, e teve um total de 269 participantes e 741 votos. As regiões que receberam mais votos foram: a Região Metropolitana de São Paulo, com 24,70% dos votos; o Estado São Paulo com 21,05% dos votos; e a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, com 8,10% dos votos. Os itens de votação mais escolhidos foram: Profissionais da Educação, com 3,70% dos votos; Valorização da Força Policial, com 3,10% dos votos; Centro de Formação Técnica, com 2,97% dos votos; Redes Hospitalares – Reestruturar, Avaliar a Oferta de Leitos, Hospitais Filantrópicos e Santas Casas, com 2,16% dos votos; e Educação Inclusiva – Acessibilidade das Escolas e Inclusão de Alunos com Deficiência, com 2,02% dos votos.

As Audiências Regionais Virtuais para a LOA 2024 e o PPA 2024-2027 foram realizadas com abrangência para todas as Regiões Administrativas, Metropolitanas e Aglomerados Urbanos do Estado, totalizando 18 reuniões virtuais, que contaram com 243 participantes que puderam apresentar suas propostas oralmente ou por meio do chat das reuniões. As regiões com maior participação foram a Região Metropolitana de São Paulo (33 participantes), o Aglomerado Urbano de Franca e a Região Metropolitana da Baixada Santista, com 20 participantes cada uma.

Ação 8286 – Modernização do Sistema Estadual de Planejamento e Orçamento

Essa ação engloba atividades direcionadas à melhoria dos processos de planejamento e monitoramento do Estado.

Produto 1045 – Aperfeiçoamento da Rede Estadual de Planejamento e Orçamento

Essencialmente as entregas do produto relacionam-se com atividades de apoio ao planejamento, monitoramento e prestação de contas, as quais aparecem sintetizadas no Plano de Trabalho de Processos de Planejamento. Elas se referem à atuação do Departamento de Processos de Planejamento, da Coordenadoria de Planejamento, que normalmente ocorre em grande proximidade com o Departamento de Planejamento do PPA, da mesma coordenadoria.

As atividades relacionadas com o Plano Plurianual implicam grande interação com os órgãos setoriais, o que demanda: 1) a elaboração de normativas; 2) o desenvolvimento de ferramentas de apoio conceitual e prático; 3) a constante melhoria das soluções informatizadas; 4) a realização de audiências públicas e 5) o mapeamento dos processos orçamentários, com o objetivo de aprimorá-los.

Ressalte-se que o Indicador Percentual de implementação do plano de trabalho de processos de planejamento mensura o desempenho das atividades acima, sendo que o plano de trabalho corresponde ao instrumento norteador e de acompanhamento dos processos de trabalho do Departamento de Processos de Planejamento (DPP). Ele engloba todas as atividades desenvolvidas ao longo do ano pelo departamento, atividades estas que foram divididas em: atividades essenciais (que possuem previsão legal, como as audiências públicas), atividades de melhoria (destinadas ao aprimoramento de processos, como as revisões de manuais), atividades acessórias (base para o desenvolvimento das atividades essenciais, como o mapeamento de processos); e atividades extras, destinadas a atender demandas e atividades imprevisíveis nos momentos da confecção e da revisão do plano. As atividades essenciais compõem 80% do plano e as atividades extras, os 20% restantes.

No ano de 2023, 98,88% da meta do plano de trabalho foi devidamente cumprida pelo departamento, levando-se em consideração os devidos pesos estipulados para cada tipo de atividade, de acordo com sua complexidade e relevância. De todas as atividades propostas no plano de trabalho de 2023, o departamento não concluiu apenas a atividade de mapeamento de processos do sistema de avaliação.

Das atividades finalizadas, foram realizadas capacitações, audiências públicas, revisão de manuais, atualizações do Portal da Fazenda, elaboração de questionário para pesquisa anual de satisfação com os órgãos setoriais, mapeamento de processos de elaboração do PPA e das Audiências Públicas, reuniões para início de trabalhos para o desenvolvimento de novo sistema e algumas outras atividades extras.

No contexto das entregas realizadas sob essa ação, destaque-se a realização de duas pesquisas de satisfação realizadas com Gestores do PPA. A primeira delas visou captar a satisfação dos representantes dos órgãos setoriais em relação ao suporte técnico oferecido às atividades de monitoramento, realizadas pelo Departamento de Planejamento do Plano Plurianual, da Coordenadoria de Planejamento.

Já a segunda pesquisa, aderente às atribuições do Departamento de Processos de Planejamento, da mesma coordenadoria, teve por objetivo identificar a percepção dos órgãos setoriais quanto à aplicação da metodologia do Orçamento por Resultados. Seus resultados compõem indicadores acompanhados no contexto do programa e oferecem subsídios para que as equipes melhorem sua atuação e elaborem novas estratégias para estimular a prática de planejamento entre os órgãos do Estado.

Os resultados da segunda pesquisa são sintetizados por meio do indicador de produto Índice de percepção dos gerentes do PPA em relação à aplicação da metodologia do orçamento por resultados, que atingiu 95,87% da meta em 2023 (execução de 3,739 frente à meta de 3,9). O questionário aplicado aos coordenadores dos Grupos Setoriais de Planejamento e Orçamento, Gerentes de Programa e Gerentes de Produto abordou os seguintes temas: metodologia do orçamento por resultados, integração do PPA com outros instrumentos de planejamento e orçamento (LDO e LOA), comunicação entre as áreas orçamentárias e de planejamento, elaboração e desenho de programas do PPA, adequação dos indicadores de produtos e de resultados no monitoramento e na avaliação dos programas, a metodologia como promoção da intersetorialidade entre secretarias e interlocução com órgãos de controle, atividades de monitoramento, definição de recursos orçamentários e metas físicas, além do preenchimento dos sistemas.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL ANÁLISE DE DADOS – SEADE

PROGRAMA 5120 - INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS, SOCIOECONÔMICAS E DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

Produzir, atualizar e disseminar informações e análises demográficas, sociais e econômicas; apoiar a ação governamental no desenvolvimento de metodologia de pesquisa, construção e análise de dados e indicadores.

Indicador de resultado 3697 - Percentual de Atualização dos Sistemas Gerados pela Fundação Seade – FSeade. O percentual de atualização dos sistemas gerados atingiu 100% da meta física planejada no PPA Lei, para 2023.

Ação 5940 – Produção e Disseminação de Informações

Produto 548 - Sistemas de indicadores gerados pela Fundação Seade
Indicador 1270 – Número de sistemas gerados pela Fundação Seade, com periodicidade mensal de apuração.

Descrição do indicador – Geração e atualização de sistemas de informações, considerando sistema como um conjunto de informações relacionadas entre si que, combinadas, dão origem a inúmeros indicadores. Entre os sistemas a serem contabilizados incluem-se: Sistema PIB – Produto Interno Bruto (PIB mensal + PIB+30 + Projeções, PIB regional trimestral, PIB regional estadual); Sistema Mercado de Trabalho (Emprego formal, Ocupação e rendimento, Taxas de desemprego); Sistema Estatísticas Vitais (Nascidos vivos, Óbitos, Mortalidade infantil, Projeção da população e estimativas populacionais, Projeção de domicílios); Georreferenciamento (Trabalho e rendimento, Equipamentos - saúde, educação, cultura, assistência social, Energia, Meio ambiente, População e domicílios-censo 2022, População indígena e quilombola-censo 2022).

O Indicador expressa o resultado das atividades de coleta, organização, produção e análise de dados e indicadores, que compõem a produção e gestão de sistemas tornando dados, indicadores e outras informações, disponíveis aos usuários da Fundação Seade.

O número de sistemas de indicadores gerados pela Fundação Seade atingiu 100% da meta prevista na LDO/LOA e no PPA LEI, para 2023, com a geração de 52 bases de dados e sistemas de indicadores.

Ação 6240 – Produção de Estudos e Análises

Produto 598 - Estudos e Análises sobre Políticas Públicas Elaborados

Indicador 1341 - Número de estudos e análises sobre políticas públicas elaborados; periodicidade mensal.

Descrição do indicador – Contagem dos estudos e análises elaborados pela Fundação Seade. Entre os estudos e análises a serem contabilizados incluem-se por tema: Economia (Boletim trimestral da conjuntura econômica, Estudos econômicos especiais, PIB mensal + PIB+30 + Projeções, PIB trimestral, PIB regional, Investimentos); Mercado de Trabalho (Emprego formal trimestral, Emprego e remuneração por setor, Emprego doméstico, Transferência de renda, População idosa e mercado de trabalho, Trajetórias Ocupacionais-Gênero/ Raça e Condições de atividade, Desempregado e renda do trabalho, Negros-condição no mercado de trabalho metropolitano, Jovens-transição ocupacional); Demografia/Estatísticas Vitais (Fecundidade, Mães e Nascimentos, Envelhecimento, Descontinuidade dos nascimentos, População infantil, Perfil dos cônjuges, Naturalidade dos pais).

Este Indicador expressa outro resultado das atividades de coleta, organização, produção e análise de dados e indicadores, fornecendo estudos analíticos que auxiliem a compreensão de aspectos da realidade socioeconômica do ESP, no sentido de orientar a elaboração e monitoramento de políticas públicas e subsidiar, com dados e indicadores consistentes, a tomada de decisão por formuladores dessas políticas.

Os 53 estudos e análises sobre políticas públicas elaborados pela Fundação Seade atingiram 100% da meta programada na LDO/LOA e no PPA Lei, para 2023.

Ação 6305 – Produção de Informações e Análises para apoio aos Programas e Serviços Públicos

Produto 1689 – A**poio à formulação, execução e avaliação de programas e serviços**
Indicador 3710 – Número de Programas e Serviços Públicos Apoiados

Descrição do indicador – Contagem de programas e serviços públicos apoiados. Entre os programas e serviços públicos que receberam apoio estão incluídos os relacionados aos seguintes temas: Monitoramento de Eventos Vitais – Acompanhamento epidemiológico da mortalidade infantil; Acompanhamento da situação de pacientes de determinadas doenças (Aparelho circulatório, Doenças relacionadas à idosos); Avaliação e monitoramento de programas públicos; Curadoria de dados – agregação de diferentes tipos e fontes de dados gerados no setor público transformando-os em estatísticas públicas; Georreferenciamento de informações cadastrais e equipamentos públicos.

Este indicador compreende a avaliação e monitoramento de programas públicos, a curadoria de dados e a elaboração de metodologia de indicadores.

As atividades relacionadas à avaliação e monitoramento de programas públicos visam subsidiar os gestores públicos com informações mais aprofundadas e detalhadas sobre o funcionamento e os efeitos de um programa social. Essas atividades envolvem diagnóstico, análise sobre formas de implantação e de execução, resultados e impactos do programa. Para tanto, são utilizadas metodologias estatísticas e econométricas para a coleta e análise de dados.

As atividades na Curadoria de dados estão relacionadas ao planejamento, organização e certificação de processos de administração de dados e produção de informações estatísticas. Essas atividades envolvem agregação de diferentes tipos e fontes de dados gerados no setor público transformando-os em estatísticas públicas.

As atividades inerentes à metodologia de indicadores estão relacionadas à elaboração de indicadores e sua aplicabilidade nas diversas áreas da gestão governamental.

Os 12 programas e serviços públicos que receberam apoio da Fundação Seade correspondem 100% da meta programada na LDO/LOA e no PPA Lei, para 2023.

Parcerias SEADE – 2023: Também foram desenvolvidas atividades de **projetos de receita e de convênios/acordos/cooperação técnica** em parceria com outras Instituições, com destaque para os principais:

Projetos de receita (Realizados/ Em Execução/ Iniciados)
Elaboração de estudo para identificação de setores estratégicos no Estado de São Paulo (ESP), com o objetivo de subsidiar iniciativas de apoio ao aumento da produtividade e ao desenvolvimento socioeconômico do estado.
Parceiro: Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

Levantamento direto da terceira edição da pesquisa primária de informações sobre dispêndio em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), junto às instituições de pesquisa de ensino superior e de assistência médico-hospitalar no ESP, objetivando avaliar a relevância dessas atividades, assim como aprimorar a formulação e execução de políticas públicas destinadas a seu apoio e fortalecimento.
Parceiro: Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPESP.

Indicadores Sebrae SP: "Pesquisa de Conjuntura das Micro e Pequenas Empresas do ESP (PECOMPE)": – Levantamento mensal dos principais indicadores de desempenho dos estabelecimentos deste segmento no ESP; e "Pesquisa MEI": – Levantamento mensal de dados de faturamento e expectativas sobre a economia e desempenho dos microempreendedores individuais (MEIs) do ESP.
Parceiro: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE-SP.

Metodologia de avaliação de resultados de programas públicos conduzidos pelo Governo do ESP: desenvolvimento e aplicação de metodologias de avaliação de resultados de programas públicos conduzidos pelo governo de Estado de São Paulo.
Parceiro: Secretaria de Fazenda e Planejamento/Coordenadoria de Planejamento.

Construção de ferramenta com banco de dados, indicadores, relatórios e painéis, a fim de assessorar a Secretaria na elaboração de diagnóstico e monitoramento regionalizado para o Plano Plurianual 2024-2027.
Parceiro: Secretaria de Orçamento e Gestão/Coordenadoria de Planejamento.

Pesquisas destinadas a captar e avaliar a percepção da população paulista sobre a oferta de serviços públicos estaduais e demais temas de interesse público, afetos ao campo funcional da Secretaria.
Parceiro: Governo do Estado de São Paulo/Casa Civil.

Identificação dos beneficiários civis e militares da SPPREV que se casaram ou faleceram, a partir da vinculação com as informações de casamentos e óbitos dos Cartórios de Registro Civil dos municípios do ESP, processadas mensalmente pela Fundação Seade.
Parceiro: SPPREV – São Paulo Previdência.

Trabalhos relacionados a estudos estatísticos da Autarquia, com a produção de informações sobre a atividade econômica e políticas públicas no Estado de SP.
Parceiro: Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP.
Convênios/acordos/cooperação técnica (Realizados/Em Execução/ Iniciados)

Produção e análise de informações quanto à percepção da população paulista sobre a oferta de serviços públicos estaduais, obtidas por meio de levantamento primário.
Parceiro: Secretaria de Governo do Estado de São Paulo – SEGOV.

Desenvolvimento e execução de programas e projetos de cooperação técnica e intercâmbio em assuntos científicos, tecnológicos, de pesquisa e de políticas públicas sobre o Estado de São Paulo.
Parceiro: Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE/Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade – InvesteSP.

Produção e uso de informações e análises econômicas sobre o Estado de São Paulo.
Parceiro: Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE.

Organização de atividades de formação e capacitação de funcionários públicos do ESP e demais interessados, na área de Ciência de Dados e acompanhamento dos objetivos de desenvolvimento sustentável, em formato de cursos, eventos e produtos audiovisuais, e para a troca de informações econômicas, sociais e demográficas.
Parceiro: Escola de Governo do Estado de São Paulo – Egesp.

Troca de informações, intercâmbio de conhecimento, técnicas de ciência de dados para produção de indicadores de mobilidade urbana e transporte
Parceiro: Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ
Construção de metodologia e a produção do Produto Interno Bruto – PIB da capital e do PIB tributário do município de São Paulo, por meio de troca de informações entre os partícipes para a produção de indicadores econômicos e tributários.

Parceiro: Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ Municipal.

Troca de informações para o desenvolvimento de um sistema de indicadores econômicos, a partir de registros administrativos constantes nos sistemas informatizados da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.
Parceiro: Secretaria da Fazenda e Planejamento – SEFAZ/ Instituto de Geografia e Estatística – IBGE.

Elaboração das Contas Regionais e do PIB dos municípios, segundo normas e recomendações internacionais, adaptadas ao plano estadual, em consonância com práticas seguidas nas Contas Nacionais do IBGE, e compatíveis entre todas as unidades da federação.
Parceiro: Instituto de Geografia e Estatística – IBGE

Disponibilização de informações técnicas e a conjugação de esforços, competências e conhecimento técnico para o desenvolvimento de projetos, estudos e pesquisas sobre classificações, metodologias de mensuração e sua aplicação no tema das atividades científicas, tecnológicas e inovativas realizadas no ESP
Parceiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do ESP – FAPESP.

Desenvolvimento de projetos de pesquisa, com alto impacto científico, social e econômico que façam uso das bases de estatísticas do registro civil através da FSeade.
Parceiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do ESP – FAPESP.

Coleta unificada para aperfeiçoar os mecanismos de transmissão das informações prestadas pelos Cartórios de Registro Civil do Estado de São Paulo e melhorar a atualização dos dados.
Parceiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Prospecção e testes de soluções inovadoras, e projetos de pesquisas, desenvolvimento e inovação (P&DI) voltados à melhoria da extração e associação das informações de diferentes tipos de documentos digitais enviadas pelos Cartórios de Registro Civil do ESP, ao banco de dados do sistema de estatísticas demográficas da FSeade.
Parceiro: Secretaria de Desenvolvimento Econômico do ESP – SDE / IdeiaGOV.

Vinculação das bases de mortalidade do cadastro do Projeto Saúde, Bem-estar e Envelhecimento (Estudo SABE) com as bases de dados produzidas pelo FSeade.
Parceiro: Faculdade de Saúde Pública da USP – FSP/USP.

Cruzamento dos dados constantes no cadastro do Cratod com as bases de mortalidade da FSeade, procurando atualizar, complementar e recuperar informações comuns existentes nas duas bases.
Parceiro: Secretaria de Estado da Saúde / Centro de Referência do Álcool, Tabaco e Outras Drogas – Cratod.

Normatizar e organizar a troca de informações relativas a óbitos por Aids, sífilis congênita e doenças sexualmente transmissíveis constantes do Sistema de Estatísticas Vitais da FSeade e casos de Aids notificados no Sistema Nacional de Agravos de Notificações – Sinan do Programa Estadual de DST/Aids – SP.
Parceiro: Secretaria da Saúde / Centro de Referência e Treinamento DST/Aids – SP.

Aprimoramento, atualização da situação de vida dos pacientes e monitoramento das informações sobre incidência de câncer no município de Jaú, com base na vinculação entre cadastro de pacientes do Registro de Câncer de Base Populacional da Secretaria de Saúde de Jaú – RCBP/Jaú e as bases de mortalidade da FSeade.
Parceiro: Fundação Dr. Amaral Carvalho / Secretaria da Saúde do Município de Jaú (SP).

Vinculação das informações constantes do cadastro de pacientes do Registro Hospitalar de Câncer da Fundação Oncocentro de São Paulo – Fosp, com os bancos de dados de mortalidade produzidos na FSeade, para atualização da situação de vida dos pacientes e utilização em pesquisa acadêmica.
Parceiro: Fundação Oncocentro de São Paulo.

Produção de estatísticas complementares sobre óbitos por doenças cerebrovasculares, doenças coronarianas e demais doenças cardiovasculares, ocorridas no ESP, a partir da vinculação entre a

base de dados relativa aos estudos de pacientes que receberam tratamento para as citadas doenças, do Hospital Universitário da USP, e a base de mortalidade produzida na FSeade, considerando os ventos ocorridos após 2012.
Parceiro: Hospital Universitário da Universidade de São Paulo – USP-CPCE.

Monitoramento das informações sobre mortalidade neonatal precoce e tardia ocorrida no Estado de São Paulo, a partir do levantamento de série histórica da correspondente mortalidade e da vinculação entre as informações de crianças recém-nascidas e de óbitos infantis processados pela Fundação Seade.
Parceiro: Universidade Federal de São Paulo – FAPESP

Desenvolvimento e execução de projetos de cooperação técnica e intercâmbio de informações e conhecimentos em assuntos científicos, tecnológicos, de pesquisa e de políticas públicas, em especial os relacionados a novas tecnologias de pesquisa, produção de indicadores e disseminação de resultados.
Parceiro: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR-NIC.br

Construção de indicadores econômicos voltados para a mensuração da atividade econômica regional, em específico a definição das metodologias de cálculos de indicadores conjunturais, para o acompanhamento do PIB.
Parceiro: Secretaria Geral da Governadoria do Estado de Goiás e sua unidade subordinada “Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Econômicos - IMB”.

Troca de informações sobre transporte, economia, demografia e serviços de educação e saúde, bem como a realização de seminários e análises conjuntas entre partícipes.
Parceiro: Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM.